Operação Urbana ConsorciadaBairros do Tamanduateí

# Registro do processo participativo

PREFEITURA DE SÃO PAULO

SP-Urbanismo
SÃO PAULO URBANISMO

ÍNDICE

2 INTRODUÇÃO

7 AUDIÊNCIAS, OFICINA E REUNIÕES

219 PRINCIPAIS PEÇAS DE COMUNICAÇÃO E PUBLICAÇÕES

237 APRESENTAÇÕES PRINCIPAIS

359 CRÉDITOS

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ

# INTRODUÇÃO

O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo - PDE (Lei 14.050, de 31 de julho de 2014), traz um amplo conjunto de diretrizes, estratégias e medidas para ordenar a transformação da cidade. Representa um pacto da sociedade em direção à justiça social, ao uso mais racional dos recursos ambientais, à melhoria da qualidade de vida e ao processo de participação social sobre as decisões que impactarão o futuro de São Paulo. As diretrizes expressas pelo PDE também determinam quais são as porções do território que devem passar por processos de mudança nos padrões de uso e ocupação do solo e por iniciativas ao desenvolvimento econômico, oferecendo maior oferta de trabalho e emprego gerado através de novas oportunidades de desenvolvimento para os espaços produtivos. Localiza, da mesma maneira, a existência de uma ampla rede de infraestrutura de transporte adequada a suportar as necessidades de uma metrópole como São Paulo.

Para reorganizar esta dinâmica metropolitana e melhorar a distribuição da oferta de trabalho e moradia articulando os polos de emprego, o PDE reconhece como estratégico o território que conecta estes territórios de oportunidades, definindo a Macroárea de Estruturação Metropolitana. Nessa área se localizam os sistemas de infraestruturas que permitem o deslocamento de pessoas e produtos - ferrovias, avenidas estruturais e rios – bem como grande parte dos territórios produtivos da cidade. Ao mesmo tempo apresenta áreas com urbanização precária e porções de terra urbana com uso subaproveitado. Áreas adequadas para a implantação de Projetos de Intervenção Urbana que tem por finalidade reunir e articular estudos técnicos objetivando promover o ordenamento e a reestruturação urbana em algumas áreas com potencial de transformação. É sobre um dos setores desta Macroárea que se localiza o Arco Tamanduateí, objeto deste Projeto de Intervenção Urbana.

## CONTEXTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

A área do Arco Tamanduateí historicamente caracterizou-se como eixo de conexão entre o interior do Estado, os municípios do ABC e o Porto de Santos, primeiramente pela implantação da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí e fortalecido, em 1967, com a abertura da via Anchieta. Este fator, além da proximidade com o centro da cidade, definiu o seu caráter de centralidade macrometropolitana mantido ainda hoje. A região é formada por uma mescla de bairros residenciais e de atividades produtivas e de armazenagem, beneficiadas pela acessibilidade e por articulações inter-regionais criadas pela ferrovia, pelo mini-anel viário que a atravessa na porção Sul e pela ligação com a zona leste.

A ocupação industrial, histórica na região, provocou uma ocupação extensiva do solo, com poucas áreas verdes e permeáveis. Como consequência, a região apresenta altas temperaturas superficiais, que conformam a “ilha de calor” que paira sobre ela, onde as áreas de várzea e os baixos terraços do Vale do Tamanduateí apresentam temperaturas relativamente elevadas, por se tratarem de áreas densamente urbanizadas e pouco vegetadas, que recebem e absorvem maior quantidade de radiação solar.

A impermeabilização do solo e a baixa vazão na várzea da Bacia do Rio Tamanduateí ainda contribuíram para a ocorrência de enchentes e inundações. A retificação do rio acarretou o aumento da vazão das águas, uma vez que acabou com os meandros naturais do leito, acelerando a correnteza e favorecendo as enchentes e pontos de estrangulamento.

## O PROJETO DE INTERVENÇÃO URBANA E A OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA

O Arco Tamanduateí é uma das regiões da cidade onde intervenção pública deve ser balizada por um Projeto de Intervenção Urbana, desenvolvido através de processo participativo, com o objetivo de orientar o desenvolvimento do território em estudo. Este projeto tem como objetivo o maior aproveitamento da terra urbana, principalmente os terrenos vagos de antigas indústrias, o aumento das densidades populacionais e construtivas, a implantação de novas atividades econômicas e empregos e o atendimento às necessidades de habitação e de equipamentos sociais para a população, principalmente em áreas servidas por uma ampla rede de transporte existente. O Projeto propõe a utilização da “Operação Urbana Consorciada” como o instrumento urbanístico de viabilização das transformações dessa região e tem como estratégias: (i) socializar os ganhos de produção na região; (ii) assegurar o direito a moradia digna para quem precisa; (iii) melhorar a mobilidade urbana; (iv) qualificar a vida urbana dos bairros; (v) Orientar o crescimento da cidade nas proximidades do transporte público; (vi) reorganizar as dinâmicas metropolitanas promovendo o desenvolvimento econômico da cidade; (vii) incorporar a agenda ambiental ao desenvolvimento da cidade; (viii) fortalecer a participação popular nas decisões dos rumos da cidade e (ix) preservar o patrimônio e valorizar as iniciativas culturais.

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ

# INTRODUÇÃO

Operação Urbana Consorciada é um instrumento de intervenção pública, previsto pelo Plano Diretor e aprovado mediante uma lei municipal, que estabelece uma regulamentação urbanística específica, contrapartidas financeiras, incentivos ao adensamento populacional e construtivo para um perímetro previamente definido. Tem por objetivos alcançar metas de qualificação para os bairros através de um conjunto de diretrizes urbanísticas, como estabelece o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257 de 2001). A Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí (OUCBT) celebra com este nome um dos principais rios da cidade de São Paulo e os bairros que se desenvolveram ao longo de seu curso como o Cambuci, a Mooca, o Ipiranga, a Vila Carioca e a Vila Prudente, abrangendo quase a totalidade do setor Arco Tamanduateí, junto à Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM).

A proposta tem origem nos primeiros estudos da Operação Urbana Diagonal Sul, prevista pelo Plano Diretor Estratégico de 2002 (Lei 14.430/2002) com desenvolvimento realizado pela antiga Secretaria Municipal de Planejamento. A partir de 2012 novos estudos urbanísticos, já sob as premissas da Operação Urbana Mooca-Vila Carioca foram elaborados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano para elaborar subsídios ao projeto que aqui se apresenta. Rebatizado de Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí e desenvolvido entre 2012 e 2014, o projeto consubstancia-se em um conjunto de ações e estratégias urbanísticas, sociais, ambientais e econômicas formatadas sob as orientações do PDE. Baseado nas contribuições realizadas por sólidos estudos urbanísticos propõe um programa de intervenções (melhoramentos viários, qualificação da drenagem e do transporte, promoção de habitação e equipamentos, criação de novos parques e resgate do patrimônio histórico), estratégias de financiamento da transformação e incentivos aos espaços produtivos da indústria, da logística, da economia criativa e do comércio e serviços. Aliados a uma estratégia ambiental aprovada junto ao CADES (LAP Nº 01/SVMA.G/2015), o projeto se completa com inovadores instrumentos de gestão territorial e participativa, atestando sua viabilidade e assegurando seu controle social.

O Projeto teve como ponto de origem os elementos fundamentais na conformação desse território: o Rio Tamanduateí e a ferrovia. A partir do rio, desdobram-se os temas dos alagamentos, da drenagem e da degradação ambiental das orlas fluviais. A ferrovia arrasta as questões do patrimônio fabril e ferroviário, da segmentação dos bairros e as indagações sobre o futuro dos espaços produtivos a ela associados. A maior parte da área de intervenção está tomada pela várzea do Rio Tamanduateí. Os pontos de alagamento nesses terrenos baixos coincidem com as entradas dos rios e córregos contribuintes: Mooca, Moinho Velho e Ipiranga. As encostas que ladeiam o rio trazem para a várzea as águas do Parque da Mooca e do alto do Ipiranga. As soluções do projeto tratam de medidas não estruturais de mitigação de alagamentos, em complementação à obra do reservatório Guamiranga, capacidade de 850.000 m³, em construção na confluência do Córrego da Mooca com o Tamanduateí. À semelhança, são propostos parques nas entradas do Córrego Moinho Velho e do Rio Ipiranga, equipamentos que se prestam à dupla função de recreação pública e auxilio no escoamento de águas de cheias. Também foram concebidos canais de reservação vegetados, para contenção das águas superficiais que escorrem das encostas antes que cheguem ao Tamanduateí. São canais com comportas, que vão liberar as águas retidas passado o pico da cheia. As áreas de preservação permanente do Tamanduateí, do Ipiranga e do Moinho Velho recebem incentivos para a sua desocupação e recuperação como área vegetada. Tais estruturas de drenagem são concebidas em associação com parques, áreas verdes e corredores ambientais, que adentram os bairros e aproximam os rios dos moradores. A conformação de um sistema integrado de espaços públicos também vem atuar sobre o clima, arrefecendo a ilha de calor que contém a área da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí.

Durante o diagnóstico, constatar o vigor das zonas industriais da área de projeto determinou a preservação dos territórios produtivos e da oportunidade de geração de novos empregos, além de incrementar a vocação logística desta estratégica região. O entendimento da atividade econômica na área de projeto permitiu também a identificação dos corredores comerciais, que concentram os serviços dos bairros, e a prospecção de edificações do patrimônio fabril capazes de abrigar atividades ligadas à economia criativa, segmento inédito na área que poderá beneficiar-se das redes de trem e metrô que ligam a região aos quatro cantos da cidade.

O eixo ferroviário e as vias estruturais que fazem da área localização excepcional para atividades produtivas provocam, na escala local, a fragmentação do território. A circulação entre os bairros abrangidos no projeto, comprometida pela ferrovia, pelas quadras extensas e pelo viário truncado dos loteamentos originais, é melhorada por pequenas ligações, pela requalificação e reconstrução de viadutos e por uma obra de grande significado urbanístico: o destamponamento do Rio Tamanduateí, que irá recuperar ligações históricas entre Mooca e Cambuci, substituindo as pistas expressas que correm sobre o canal por um sistema binário conformado por vias abertas nesses bairros a cada lado do rio.

# INTRODUÇÃO

Estabelecidas as condições e estratégias para o aperfeiçoamento das infraestruturas territoriais, econômicas e de mobilidade, foi desenvolvido um modelo para o adensamento populacional. O Projeto incentiva o adensamento populacional pelo controle do número mínimo de habitações, através da cota parte, nos empreendimentos dos bairros do anel central Mooca e Cambuci - favorecidos pela proximidade dos empregos dos distritos Sé e República – e também, em sintonia com o PDE, das áreas sob influência das estações das redes de trem e metrô que servem a OUCBT. Em contraponto, garante nas áreas já consolidadas a reprodução do padrão urbanístico dos bairros do Parque da Mooca e do Ipiranga, definidos como áreas de adensamento construtivo, não vinculado ao adensamento populacional.

Estas são, portanto, as estratégias de elaboração do Projeto de Intervenção Urbana do Arco Tamanduateí, a serem viabilizadas pelo instrumento da Operação Urbana Consorciada, concretizando o pacto social realizado pelo PDE em busca do aperfeiçoamento e do equilíbrio no desenvolvimento da cidade de São Paulo.

A seguir apresentamos o registro de todo o processo participativo de elaboração deste projeto, fornecendo amplos subsídios para a continuidade da discussão pública da proposta.

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

INTRODUÇÃO

O processo de consolidação das estratégias do projeto Arco Tamanduateí ocorre consonante ao novo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei 16.050/2014) - PDE, que propõe a instituição de uma série de instrumentos de transformação urbana que permitirão o desenvolvimento desta área. Desta forma, o processo da revisão do Plano Diretor foi condição estratégica no desenvolvimento do projeto Arco Tamanduateí, para que o seu encaminhamento acontecesse de forma integrada ao planejamento da cidade. Nesse sentido, o projeto alçou uma condição institucional e de fundamentação técnica e social capaz de garantir a sua efetivação ao longo do tempo.

Concomitante ao processo de Revisão do PDE, hoje concluído e consolidado através da Lei 16.050/2014, se desenvolveu os estudos da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, sendo este um dos principais instrumentos de transformação do Arco Tamanduateí. Foram promovidos vários encontros com a população e órgãos de governo diretamente envolvidos na transformação urbana pretendida para o território específico, com o objetivo de dar mais transparência as principais informações sobre os estudos, projetos e planos da Operação Urbana Consorciada, assim como coletar contribuições para o aperfeiçoamento.
O Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU, definido em seu artigo 327 do PDE, tem por finalidade estudar e propor diretrizes para a formação e implementação da Política Municipal de Desenvolvimento Urbano, bem como acompanhar e avaliar sua execução, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.257/2001, trabalhou a proposta da Minuta do Projeto de Lei da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí (OUCBT). Os conselheiros discutiram cada um dos capítulos da Minuta do Projeto de Lei apresentada e ofereceram propostas para seu aprimoramento. Também foram realizadas 07 (sete) audiências públicas para apresentação e discussão das propostas junto à sociedade. Três delas para o Licenciamento Ambiental Prévio, três de apresentação da Minuta do Projeto de Lei da OUCBT e uma audiência devolutiva de apresentação do aprimoramento da minuta proposta, após a sistematização e análise de todas as contribuições oferecidas. Além das audiências, o processo participativo contou com vários outros encontros com a sociedade civil, desde a apresentação dos estudos – MAIO 2014, até a finalização do processo nesta última audiência devolutiva da Minuta do Projeto de Lei da OUCBT - NOVEMBRO 2015, que evidencia as consequências do processo participativo em seu texto proposto.
O Relatório abaixo descreve as principais reuniões e principais peças de comunicação que ocorreram neste Processo Participativo.

Índice:

17.11.2015 - Audiência Pública: Minuta do Projeto de Lei: Devolutiva – Teatro Arthur Azevedo | 7
15.10.2015 - Oficina do Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU) | 22
30.09.2015 - Reunião com Movimentos Sociais | 29
29.09.2015 - Reunião com Movimento de Moradia da Área Central | 31
28.09.2015 - Reunião com o Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de SP (SECOVI) | 36
24.09.2015 - Reunião com Associação Comercial de São Paulo – Distrital Mooca (ACSP-DM) | 45
21.09.2015 - Audiência Pública: Minuta do Projeto de Lei – Círculo dos Trabalhadores Cristãos da Vila Prudente | 48
17.09.2015 - Reunião do Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU) | 62
14.09.2015 - Audiência Pública: Minuta do Projeto de Lei – Clube Atlético Juventus | 70
10.09.2015 - Reunião com o Conselho Participativo Municipal (CPM) da Subprefeitura de Vila Prudente | 86
08.09.2015 - Audiência Pública: Minuta do Projeto de Lei – CEU Meninos | 87
03.09.2015 - Reunião com Representantes dos Movimentos de Moradia da região | 97
02.09.2015 - Reunião com o Conselho Participativo Municipal (CPM) da Subprefeitura Sé | 104
27.08.2015 - Reunião do Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU) | 105
17.06.2015 - 169ª Reunião Plenária Ordinária do CADES/SVMA | 113
02.04.2015 - Visita a Comunidade da Vila Prudente | 139
08.12.2014 - Audiência Pública: Licenciamento Ambiental Prévio– CEU Meninos | 140
03.12.2014 - Audiência Pública: Licenciamento Ambiental Prévio – Círculo dos Trabalhadores Cristãos | 156
01.12.2014 - Audiência Pública sobre Licenciamento Ambiental Prévio – Clube Atlético Juventus | 241
12.11.2014 - Reunião da Comissão de Política Urbana da Câmara Municipal de São Paulo | 189
19.09.2014 - Reunião de esclarecimentos para análise da Avaliação de Impacto Ambiental à Saúde – COVISA | 190
20.08.2014 - Reunião com a Associação dos Amigos e Moradores do Cambuci (AMAC) | 191
08.08.2014 - Reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES) – Subprefeitura da Mooca | 194
25.06.2014 - Reunião temática sobre Equipamentos Públicos | 195
16.06.2014 - Reunião temática sobre Habitação | 196

09.06.2014 - Reunião de apresentação dos estudos para a Subprefeitura da Sé - Biblioteca Mario de Andrade | 199
04.06.2014 - Reunião de apresentação dos estudos na Subprefeitura de Vila Prudente | 200
02.06.2014 - Reunião de apresentação dos estudos na Subprefeitura do Ipiranga | 201
08.05.2014 - Reunião de apresentação dos estudos na Subprefeitura da Mooca | 202
07.05.2014 - Reunião de apresentação dos estudos na Associação Comercial de São Paulo – Distrital Mooca | 203
Maio 2014 - Reunião de apresentação dos estudos para os Subprefeitos Sé, Mooca, Ipiranga e Vila Prudente | 217

## Principais peças de comunicação e publicações

07.11.2015 - convite para a Audiência Pública Devolutiva da Minuta do Projeto de Lei para a Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí dia 17 de novembro de 2015 | 219

29.08.2015 - Convite para as Audiências Públicas de Apresentação da Minuta do Projeto de Lei para a Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí nos dias 8,14 e 21 de setembro de 2015 | 221

29.08.2015 - Convite para as Audiências Públicas de Apresentação da Minuta do Projeto de Lei para a Operação Urbana Consorciada Bairros Do Tamanduateí nos dias 8,14 e 21 de setembro de 2015 | 222

08.08.2015 - Emissão da Licença Ambiental Prévia (LAP) | 223

22.07.2015 - Emissão da Licença Ambiental Prévia (LAP) | 224

07.07.2015 - Licença Ambiental Prévia (LAP) | 225

30.06.2015 - Parecer da solicitação da Licença Ambiental Prévia (LAP) | 227

08.11.2014 - Convite para as Audiências Públicas de discussão de questões relacionadas ao licenciamento ambiental Bairros do Tamanduateí: Operação Urbana Consorciada Mooca - Vila Carioca e apresentação do respectivo EIA-RIMA nos dias 1, 3 e 08 de dezembro de 2014. | 230 e 231

11.03.2014 - Torna pública a requisição do Licenciamento Ambiental | 232

05.03.2014 - EIA-RIMA: Estudos do Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental | 233

24 e 22.02.2014 - Torna pública a requisição do Licenciamento Ambiental | 234 e 235

## Apresentações principais:

Março 2014 - Reunião Plenária Ordinária do CADES/SVMA | 237
Dezembro 2014 - Audiência Pública: Licenciamento Ambiental Prévio | 263
Setembro 2015 - Audiência Pública: Minuta do Projeto de Lei | 319
Novembro 2015 - Audiência Pública: Minuta do Projeto de Lei: Devolutiva – Teatro Arthur Azevedo | 333

17.11.2015 – Audiência Pública: Minuta do Projeto de Lei: Devolutiva – Teatro Arthur Azevedo

Ata de audiência pública devolutiva da Minuta do Projeto de Lei da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, realizada em 17 de novembro de 2015.

Aos dezessete dias do mês de novembro de 2015, no período compreendido entre 19h00 e 22h00 foi realizada a Audiência Pública devolutiva sobre a Minuta do Projeto de Lei da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, no Teatro Arthur Azevedo situado à Avenida Paes de Barros, 955, São Paulo-SP. A abertura foi coordenada pela São Paulo Urbanismo e foi constituída de breve saudação e composição da mesa diretora pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Sr. Fernando de Mello Franco; Subprefeito da Mooca, Subprefeita do Ipiranga Sra. Edna Diva Miani Santos, Sr. Evando Reis e o Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo, Sr. Gustavo Partezani Rodrigues que fará a apresentação. Após breve saudação dos componentes da mesa diretora, é realizada a exposição, pelo Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo - Gustavo Partezani Rodrigues, dos ajustes e aprimoramento propostos na minuta tendo em vista as várias contribuições recebidas pela sociedade civil em seus diversos segmentos. Encerra a sua fala agradecendo a todos os presentes. A coordenação da audiência convida as autoridades à recompor a mesa diretora, convidando o Sr. Celso Arruda – Representando o subprefeito da Sé e ao Vereador Toninho Vespoli a se sentarem à mesa diretora dos trabalhos. Seguiram-se 13 falas. 1) Sr. Gilberto Padilha (Comerciante do Bairro e Representante de Moradores) cumprimenta a todos e esclarece que representa moradores do Cambuci. Fala especialmente sobre a Rua Silveira da Mota e demais vias que delimitam a quadra: ruas Dona Ana Néri, Vicente de Carvalho e Barão de Jaguara. Cita praça criada no projeto e que está, aproximadamente, a 300m da Avenida do Estado. Pergunta sobre as dimensões previstas no seu alargamento e sobre o parque indicado no projeto. Fala do impacto às famílias que reside na área e do custo financeiros à Prefeitura. Pergunta por que o parque não é projetado mais próximo ao rio Tamanduateí. 2) Sr. Hugo Ramacciotti Neto (Morador) se abstém da fala, uma vez que foi contemplado na manifestação do Sr. Gilberto Padilha. 3) Sra. Elisângela P. de Oliveira (Moradora) se abstém da fala, uma vez que foi contemplada na manifestação do Sr. Gilberto Padilha. 4) Sr. Maksuel J. Costa (MSTI) primeiramente cumprimenta os presentes e a mesa diretora. Reforça a participação do movimento nas audiências e reuniões sobre a proposta da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí e parabeniza a evolução dos trabalhos. Luta pelos direitos das famílias junto ao projeto da Gleba Petrobrás e agradece o atendimento. Reconhece os méritos do projeto e a honra ao Ipiranga de receber este plano. Agradece a indicação no mapa VII da Gleba Petrobrás que reforça e garante a construção das unidades habitacionais de interesse social. Relembra o processo de luta do movimento e agradece o apoio e acolhimento das solicitações. 5) Sra. Evaniza Rodrigues (UMM - Leste 1) cumprimenta a todos, apresentando-se como Conselheira do conselho Municipal de Política Urbana e membro do União dos Movimentos de Moradia e Movimento sem Terra Leste 1. A minuta apresenta avanços em relação ao texto anterior, porém ainda teme um possível risco de expulsão que a operação pode causar aos moradores de baixa renda da região. Traz cinco propostas de alteração no texto: art. 25 - que as relocações de ZEIS só possam ocorrer nos planos de intervenções previstos no mapa VII; art. 52 - indicar o número de unidades mínimo que a operação deve prover. Indicar, além do número mínimo de metros quadrados, o número mínimo de 20 mil unidades habitacionais; art. 72 - censo habitacional. Fala ser necessária uma leitura mais clara do que é a moradia precária na região: cortiços, favelas e a população que paga aluguel precariamente, vive em fundo de quintal ou em quitinetes nos edifícios populares e que não são visíveis no HABISP. Diz que atualizar o HABISP não dá visibilidade a esta população, com isso, quer a inclusão ao aperfeiçoamento do HABISP, a moradia de aluguel popular (identificar a população) e também a população de rua. Art. 74, inciso V - sugere alterar a palavra "manifestar-se" para "deliberar"; art. 73 - incluir dois representantes do Conselho Municipal de Habitação - CMH por ser uma região marcada pela luta e resistência dos movimentos de moradia da cidade. Pede a colocação de DOIS representantes do CMH. 6) Sra. Bianca Tavolari (ObservaSP - USP) cumprimenta todos os presentes e se apresenta como integrante do Observa São Paulo e da Faculdade de Arquitetura da USP. Traz pontos específicos e se preocupam com a estruturação da Empresa Bairros do Tamanduateí S/A. Não identifica a existência de travas e/ou controle sobre as formas de investimento dos recursos arrecadados. A minuta altera a representação de investidores, mas continua com um grande poder de decisão. Pede a inclusão de representante da sociedade civil junto ao conselho administrativo. Pergunta se há instância com poder de veto às decisões da empresa. Caso não, se seja considerado no texto da lei. Também aponta os relatórios da empresa, agora trimestral, que este contenha pontos claros a serem apresentados. Listar um conteúdo mínimo ao relatório. 7) Sra. Luciana Bedeschi (UFABC) cumprimenta a todos e apoia as questões habitacionais anteriormente citadas. Indica o art. 6, diretriz específica, quanto à preservação e valorização do Patrimônio Histórico. Propõe restringir o gabarito especialmente no entorno das áreas de preservação. 8) Sra. Mariana Terra (FAU USP) cumprimenta os presentes e se apresenta como estudante da FAU-USP. Estuda a região da Vila Prudente, onde acompanha as propostas da operação urbana proposta e também sobre a questão do monotrilho que poderá passar sobre a favela. Cita várias intervenções propostas que gostaria de presenciar uma apresentação mais clara. Fala do destamponamento do Rio Tamanduateí, sem contemplar a sua despoluição. Sente falta da consulta dos mapas no local

da audiência. 9) Sra. Adriana Zveibil (Movimento Mooca Verde) cumprimenta todos os pergunta específica sobre a área do parque da Dianópolis. Como este parque acontecerá, seu formato, equipamentos e índices. Pergunta também sobre os demais parques da operação urbana proposta. Pergunta também sobre o processo de descontaminação da área. 10) Sr. Arlindo Amaro (Profissional Liberal) cumprimenta os presentes e se apresenta como morador da região. Parabeniza a mesa pelo trabalho desenvolvido. Apresenta preocupação quanto ao prazo de implementação da proposta, para que todo o projeto desenvolvido não se torne mais um sonho da população. Cita o início dos estudos da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí e todo o seu processo de transformação até a conclusão dos trabalhos apresentados. Cita outras operações urbanas da cidade que ainda não estão concluídas. Atenta para as ZEIS previstas para as áreas do perímetro da operação urbana. Fala também da importância em se considerar a população de rua, sobre as áreas contaminadas e também da importância da preservação do patrimônio. 11) Sr. Antonio de Pádua Chagas (Conselheiro Participativo da Subprefeitura Mooca) cumprimenta a todos e se apresenta como Conselheiro do Conselho Participativo da Subprefeitura da Mooca, região do Belém. Aponta a questão da contaminação. Entende ser um ponto complexo e pede explicações sobre os procedimentos para a remediação das áreas contaminadas. 12) Sra. Elisabeth Florido (Moradora) cumprimenta os presentes e agradece todo o trabalho desenvolvido. Acompanhou o desenvolvimento do projeto e enaltece a presença de um membro no Conselho Gestor do Departamento do Patrimônio Histórico, a fim de manter a história da ocupação fabril da Mooca. Ainda há preocupações com a área envoltória das indústrias, em especial a questão do Moinho. Pergunta como fica a situação do patrimônio histórico enquanto a operação urbana é um projeto de lei. Reforça as solicitações relativas ao parque da "Esso" citadas pela Sra. Adriana Sveibil e também concorda com as restrições de gabarito à região preservada. 13) Sr. Francisco Parisi (Superintendente da Associação Comercial de São Paulo - Distrital Mooca) cumprimenta todos os presentes, em especial à mesa diretora dos trabalhos. Cita o trabalho realizado pela Associação Comercial e a preocupação com o desenvolvimento do comércio da região. Questiona o artigo 73 quanto à formação do Conselho Gestor e a representação de entidades empresariais. Pede mais esclarecimentos quanto à indicação/eleição e aumento na representação do respectivo setor. O Sr. Gustavo Partezani Rodrigues retoma a fala e esclarece as contribuições apresentadas e agradece a participação da sociedade na construção do trabalho. Comenta e esclarece como se faz um projeto de Operação Urbana. A proposta vem de um Projeto de Intervenção Urbana que foi pensado para a região. O projeto desenvolveu cinco questões: 1) grande número de novas vias, 2) praças, parques, drenagem, processos de mitigação da poluição difusa, ilhas de calor, programa de arborização das ruas, 3) reconversão e restauro de patrimônio histórico, 4) equipamentos públicos, produção de escolas, creches, 5) produção de habitação de interesse social, ou seja, um programa de melhoramentos urbanísticos para a qualidade dos bairros. Esclarece a elaboração do programa de intervenção do sistema viário proposto, que requalifica o viário já existente e cria e alarga ruas previstas em alinhamentos viários antigos já existentes. Há também novos alinhamentos propostos em grandes glebas da região para melhorar as conexões. Junto a estes, vem os parques e as áreas verdes e livres da cidade. Os parques devem ter características de grande permeabilidade. O Parque Dianópolis tem diretrizes determinadas pela SMVA com 90% da sua área permeável, porém seu detalhamento se dará quando da aprovação da lei e início da transformação. A operação urbana é consorciada, pois o programa de intervenção é executado pelo poder público e o privado respeita os parâmetros urbanísticos e utiliza de incentivos que gera a transformação. Áreas de ZEIS e outros melhoramentos públicos também estão previstos. Há grande dificuldade em edificar em áreas industriais por conta das diversas áreas contaminadas. Além dessas, as áreas de inundações, calor e poluição difusa são questões a serem vencidas pelos incentivos e contrapartidas elencadas no texto legal. São ações que deverão ser pactuadas também com o governo do estado e com a sociedade, órgãos envolvidos nas etapas dos processos de descontaminação. Sobre as questões relacionadas ao patrimônio histórico, a Operação Urbana Consorciada prepara o território, para que os órgãos competentes cumpram suas funções. A Operação Urbana prepara o suporte ao desenvolvimento e, quando reconhece um ativo de desenvolvimento, informa e busca viabilizar sua ativação articulando com os órgãos de preservação. Sobre os gabaritos questionados, já formam identificados prédios que tem mais de vinte e oito metros de altura, sendo possível desenvolver projetos que serão regulados pelos órgãos de preservação. Quanto às questões da habitação, esta minuta aprimorou muito a inicialmente apresentada diante das várias contribuições oferecidas. Tudo o que foi apresentado hoje como contribuição será avaliado e estudado com muito critério e reflexão. Apareceram mais solicitações quanto aos assentos junto ao conselho gestor: tanto dos movimentos de moradia quanto do setor empresarial, sendo importante também a representatividade das Subprefeituras. As questões relativas à empresa são abordadas, esclarecendo-se as diferenças entre a empresa citada (Rio de Janeiro) quanto a empresa da proposta apresentada. O processo da operação urbana é diferente, pois considera um período de transformação de vinte e cinco a trinta anos. A empresa tem papel de executora das ações que serão deliberadas e fiscalizadas pelo conselho gestor, de acordo com suas atribuições. Respondendo aos questionamentos, encerra sua fala e transfere a palavra ao Vereador Toninho Vespoli para suas considerações, agradecendo-o pela presença e participação nas audiências do projeto. O Vereador Toninho Vespoli cumprimenta todos os presentes e fala do acompanhamento da discussão do projeto, presente a audiência anterior. Coloca-se como um expectador e quer entender as mudanças propostas. Preocupa-se com a possível expulsão das classes menos favorecidas. O Vereador agradece e passa a palavra ao Subprefeito da Mooca – Sr. Evando Reis que

se mostra muito satisfeito com o trabalho desenvolvido e parabeniza todo o processo e o resultado alcançado no projeto. Identifica o grande crescimento e benefícios que as regiões receberão com a implementação do programa de intervenção previsto. A palavra é passada ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano que relata os estudos que a secretaria desenvolve sobre as operações urbanas da cidade. Identifica o processo evolutivo de uma operação urbana para outra. As operações urbanas se iniciam na cidade como um instrumento novo, à época onde alguns problemas formam resolvidos e outros continuaram. Esta evolução traz questões muito positivas a cada nova operação realizada. A Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí reforça essa tese, uma vez que se utiliza de novos instrumentos e novas propostas introduzidas na revisão da Operação Urbana Consorciada Água Branca e avançou muito, principalmente no aprimoramento de uma visão inicial. Deixa de ser uma operação meramente financeira para de fato ser uma operação urbana que resulta de uma visão de transformação de cidade. Celebra todo o processo desenvolvido parabenizando o diretor de Desenvolvimento Sr. Gustavo Partezani Rodrigues e todo o corpo técnico, articuladores e colaboradores da sociedade civil envolvidos na proposta. Parabeniza todos os presentes e também àqueles que estiveram presentes nas diversas agendas realizadas. A evolução desse processo, do planejamento e dos projetos para a cidade resulta do aprimoramento das instâncias dos processos participativos. É inegável a contribuição de todos que mostra claramente o campo de disputa e a evolução do diálogo. Foram audiências produtivas e diálogos construtivos. Afirma que, dentro do Poder Executivo, o projeto já se encontra em fase final, porém o debate será retomado junto ao poder Legislativo. Chama a atenção para o processo da Lei de Zoneamento que tramita no poder legislativo, que deverá ser apreciado em breve pela Câmara Municipal. A minuta do projeto de lei da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí foi desenvolvida paralelamente à minuta proposta para o Zoneamento com total sinergia entre as propostas. Aproveita para convidar os presentes a participarem deste processo, agradece a todos e encerra a sua fala. A coordenação agradece a presença e participação de todos e encerra os trabalhos da noite. Eu, Patrícia Saran, Assessora de Diálogo Social da São Paulo Urbanismo, firmo a presente ata.

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

Lista de presença

SP-Urbanismo
SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIA PÚBLICA
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
17/11/2015 horário: 19h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Vanina Costa Silva | MS.t.i | 20818643 | vcosta@Hotmail.com.br | |
| Bartolomeu G. Santos | MSTI | | | |
| Fernando Custódio | EZA | 992499919 | Fernando@EZAPV.com.br | |
| [illegible] | [illegible] | 954294733 | [illegible] | |
| [illegible] A. Alvarado | MSTI | 976485316 | | |
| Jose Ronildo de Jesus | MSTI | | | |
| Tereza Barbosa Gonçalves | M.S.T.I | 996704209 | | |
| Renato Corona | CPM.VP | 984265882 | renatocorona@gmail.com | |
| Alex dos anjos S | MSTI | 949720489 | ALEX.SEBNOCNAO@HOTMAIL.com | |
| Maria Rosimar Vieira | MSTI | 966650206 | | |
| Antonia Célia da Costa | MSTI | 966602644 | | |
| Marcelina Silva dos Santos | MSTI | 962427716 | | |

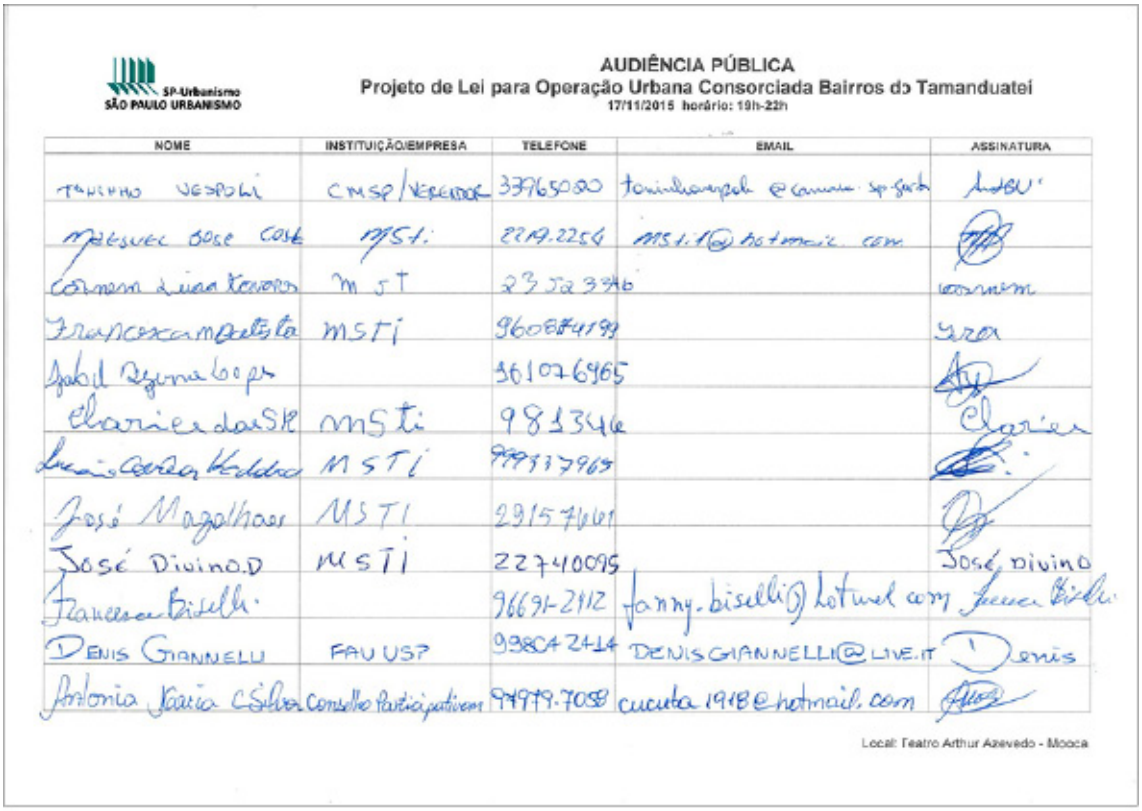
Local: Teatro Arthur Azevedo - Mooca

SP-Urbanismo
SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIA PÚBLICA
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
17/11/2015 horário: 19h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Vera Maybach | Câmara | 953616561 | vera.maybach3@hotmail | |
| Talita Micheletti M. da Silva | FAU USP | 11 92428668 | tali.micheletti@gmail.com | |
| Maria Raimunda [illegible] | MSTI | 11 9 6939 2323 | | |
| [illegible] | MSTI | 9655566[illegible] | | |
| Antonio [illegible] | MSTI | 2455-61 | | |
| [illegible] | MSTI | 970478520 | DHS SIZZ@Hotmail.com | |
| Vanilton Serra B S | MSTI | | | |
| José A. Crippa F. | [illegible] | 989368586 | [illegible]@gmail.com | |
| Vanderlei A S | MSTI | 967822254 | [illegible] | |
| Caroline K. L. Pera | FAU/USP | 991794635 | carolinepera@gmail.com | |
| Jonathas M P da Silva | FAU-POSURB PUC-CAMPINAS | 991545109 | JONATHAS.SILVA@PUC-CAMPINAS.EDU.BR | |
| PEDRO F. PEREZ | ASS. TONINHO VESPOLI | 22694170 | - | |

Local: Teatro Arthur Azevedo - Mooca





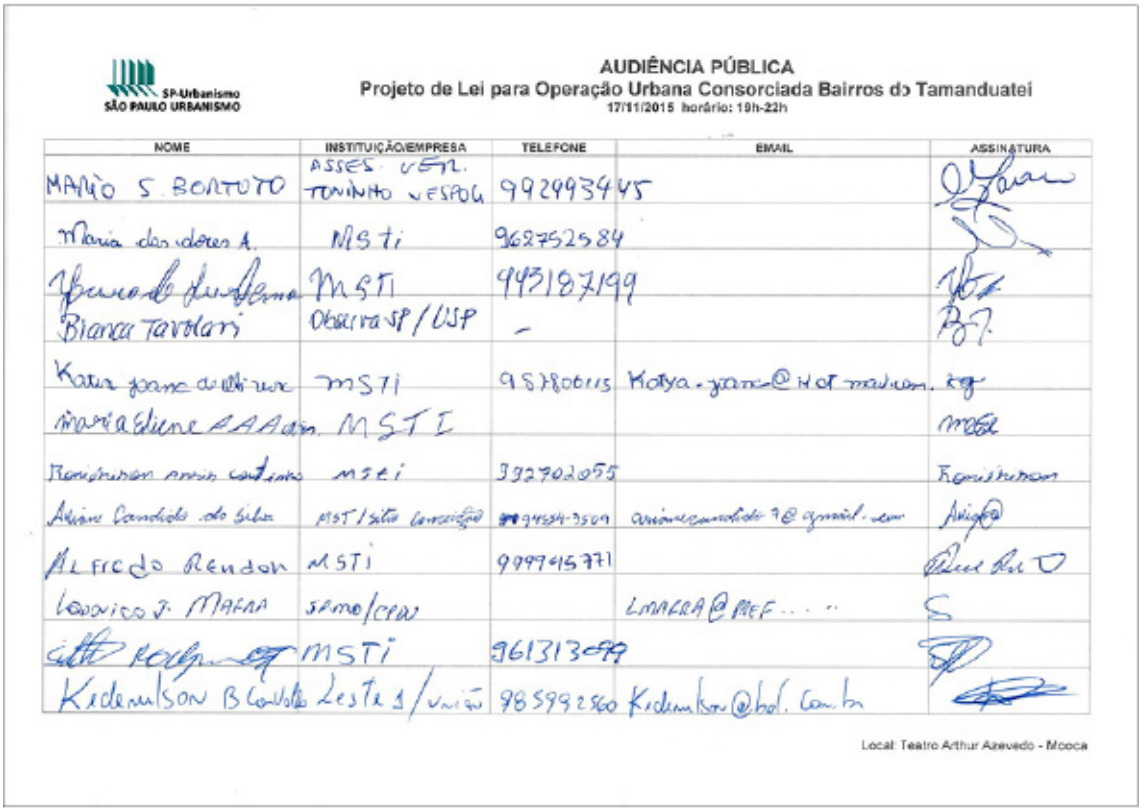
OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**
17/11/2015 horário: 19h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| TONINHO VESPOLI | CMSP/VEREADOR | 33965020 | toninhovespoli@camara.sp.gov.br | [illegible] |
| Maesvel Bose Costa | MSTi | 2219.2254 | MSTi1@hotmail.com | [illegible] |
| Carmem Lima Ferreira | MST | 23523346 | | Carmem |
| Francesca Batista | MSTi | 960874199 | | [illegible] |
| Isabel Regina Lopes | | 161076965 | | [illegible] |
| Clarice da Silva | MSTi | 981346 | | Clarice |
| [illegible] | MSTi | 999337965 | | [illegible] |
| José Magalhães | MSTI | 29157661 | | [illegible] |
| José Divino D | MSTi | 22740095 | | José Divino |
| Francesca Biselli | | 96691-2412 | fanny.biselli@hotmail.com | [illegible] |
| Denis Giannelli | FAU USP | 998042414 | DENISGIANNELLI@LIVE.IT | Denis |
| Antonia Maria C Silva | Conselho Participativo | 94979.7058 | cucuta1918@hotmail.com | [illegible] |

Local: Teatro Arthur Azevedo - Mooca



SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**
17/11/2015 horário: 19h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| MARIO S. BORTOTO | ASSES. VER. TONINHO VESPOLI | 992993445 | | [illegible] |
| Maria das Dores A. | MSTi | 962752584 | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 943187199 | | [illegible] |
| Bianca Tavolari | Observa SP/USP | - | | [illegible] |
| Katya Joana de Oliveira | MSTI | 987806115 | Katya.joana@hotmail.com | [illegible] |
| Maria Eliene AAA | MSTI | | | [illegible] |
| Ronishison Assis Coutinho | MSTi | 992702055 | | Ronishison |
| Ariane Candido da Silva | MST/Sítio Conceição | 94554-3509 | arianecandido7@gmail.com | [illegible] |
| Alfredo Rendon | MSTi | 999945771 | | [illegible] |
| Lodovico J. Mafra | SPMO/CPDU | | LMAFRA@PREF.... | [illegible] |
| [illegible] | MSTi | 961313099 | | [illegible] |
| Kidemilson B Carvalho | Leste 1/União | 985992560 | Kidemilson@hot.com.br | [illegible] |

Local: Teatro Arthur Azevedo - Mooca

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**
17/11/2015 horário: 19h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Henrique Lombardi Neto | Rotary Alto Mooca | 998231248 | [illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| Maria J. dos Rogue | Celso Garcia | 985399309 | [illegible]045@gmail.com | |
| Fatima R. C. Oliveira | | 994452716 | fatima.reg@ig.com.br | [illegible] |
| Fernando [illegible] | MSTI | 95733-4839 | [illegible]317@gmail.com | Fernando |
| Luiz Cezar da Silva | M.S.T.I | 980359052 | luizcezar[illegible]silva.c.gmail.com | [illegible] |
| [illegible] | M-ST-I | 95404608 | | |
| Odair José | MSTI | | | |
| [illegible] | | | | |
| Maria Nelza de C. Silva | MSTI | 948870073 | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 20619414 | | [illegible] |
| Nobuto Alves Rodrigues | MSTI | 2264-3770 | | Nobuto Alves R |
| Gilda Alves Rodrigues | MSTI | 2945-7586 | | Gilda Alves R. |

Local: Teatro Arthur Azevedo - Mooca

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**
17/11/2015 horário: 19h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Vera Lucia Maluly | Unicapital | 20651000 | vera.maluly@uniesp.edu.br | [illegible] |
| Alessandro A. Santos | Sagrado Coração | 2285-1610 | alessandro_almeida_20@hotmail.com | Alessandro A. Santos |
| Eduardo Odloak | morador | 982613111 | odloak@yahoo.com.br | [illegible] |
| Elisabete Gomes Freitas | SME | 947328725 | [illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| Arlindo Amaro dos Santo | Prof. Liberal | 976465594 | arlindo3a@ig.com.br | [illegible] |
| Evaldo Luis Forli | Legis mirim | 9.9887156 | [illegible].com.br | [illegible] |
| Cesar Segura Chaves | | 994565902 | cesmchaves@ig.com.br | [illegible] |
| MARIANA TERRA | FAU USP | 991146190 | marij.terra@hotmail.com | Mariana |
| Edivanete Oliveira | MSTI | 979550800 | [illegible]2015@hotmail.com | [illegible] |
| Artemiza P. Sousa | MSTI | 96665-9462 | artemiza.sousa@bol.com.br | Artemiza |
| [illegible] | MSTI do [illegible] | 987419905 | | [illegible] |
| Priscila Oliveira | MSTI | | | Priscila |

Local: Teatro Arthur Azevedo - Mooca

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí**
17/11/2015 horário: 19h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Fernando Sass | PBURB | (11) 3624-2000 | [illegible]@gmail.com | [illegible] |
| [illegible] | UFABC | 11975468447 | [illegible]@gmail.com | [illegible] |
| Edison Savacini | NETWORK | 11-983530606 | edison@nwp.com.br | [illegible] |
| Noemi Socaes de Santana | | (11)9168-8868 | [illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| Mª Helenice [illegible] Almeida | MMVP. | 960801920 | [illegible]@yahoo.com | [illegible] |
| Luis Domiciano | [illegible] | 99971-6602 | [illegible]@gmail.com | |
| ANDY A. GRUBER | CONSELHEIRO CMPU | 55087182 | aagruber@terra.com.br | [illegible] |
| Christiam P. Souza | Leste 1 | 982904566 | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] Batista | Cebo Garcia | 980914528 | | [illegible] |
| [illegible] Nervardo | | 99973.9241 | [illegible]@ig.com.br | [illegible] |
| Celia Alves | Leste 1 | 96251-8213 | [illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| JOSÉ LUCA [illegible] | SUL | 32087528 | [illegible]@ig.com.br | [illegible] |

Local: Teatro Arthur Azevedo - Mooca

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí**
17/11/2015 horário: 19h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| REGINALDO JOSE GOMES | MSTI | 969950350 | | [illegible] |
| [illegible] da silva | | | | |
| Rodrigo Luiz Acciadi | Elevadores ATLAS SCHINDLER | 11-2070-5390 11-[illegible] | Rodrigo.Acciadi@br.schindler.com | [illegible] |
| João Cury | interface | 26027263 | JCURY@interface.com.br | [illegible] |
| Ronna Gnaso | UNICOPITAL | 2065-1000 | [illegible] | [illegible] |
| Enios Fernandes da Silva | Sagrado Coração MST | 982665141 | [illegible]@hotmail.com | Enios F. Silva |
| [illegible] Alves | Leste 1 Itaquera | 96364-[illegible] | [illegible] | [illegible] |
| CAROLINE MADEIRO | SMDU/DCFSP | 998407659 | CAROLINEMADEIRO@[illegible].BR | [illegible] |
| Claudia [illegible] | MST Leste 1 | 985784118 | [illegible]@gmail.com.br | [illegible] |
| Ana Forli | — | 99999[illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Yoni Israel B. [illegible] | Belem | 97774.0425 | | [illegible] |
| Benjamin | A.C.S.P. | 996332416 | [illegible] | [illegible] |

Local: Teatro Arthur Azevedo - Mooca

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**
17/11/2015 horário: 19h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Rosa Maria Costa | MSTI | 97350 1882 | - | [illegible] |
| Camila C. Souza | MSTI | 95416-2665 | | Camila |
| Francisco N Rodrigues | MSTI | 985739968 | | Fco |
| Adriano [illegible] | Mooca Verde | 982109493 | moocaverde@hotmail.com | [illegible] |
| Armando Martinelli | FM [illegible] | 981796978 | Fmiarmando@Hotmail.com | [illegible] |
| Patrícia Carvalho Xavier Rodrigues | Leste 1 | 975762332 | carvalhoxavier@terra.com.br | [illegible] |
| Aparecido Viana Rebouças | CPOP-CAPES | 998375340 | cido3000amb@hotmail.com | [illegible] |
| Mariana Favero | UNIFESP | 15-991040351 | favero_mari@hotmail.com | [illegible] |
| Ana Lúcia D. Mendes | Leste 1 | 971603125 | | Ana Lúcia |
| Francisca Santos da Silva | MSTI | 985939547 | | |
| Jamira da Silva | 3100 Esperança | 98554-3851 | - | Jamira da Silva |
| Aurelina Francisca de | MSTI | | | aurelina |

Local: Teatro Arthur Azevedo - Mooca

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**
17/11/2015 horário: 19h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Izabela Maria costa | MSTI | 996933590 | | Izala |
| Neusa Ferreira de Lima | MSTI | 994472018 | | [illegible] |
| Vera Aparecida m. da silva | M.S.T.I | 98211.5638 | | Vera |
| Rita maria | MSTI | 22737999 | | Rita |
| Claudia Lopes | MSTI | 975530151 | | Claudia |
| Ivone T Santos | MSTI | 994265383 | | [illegible] |
| Ricardo P.C. Paniguel | Gafisa | 946000868 | RPANIGUEL@GAFISA.COM.BR | Ricardo Paniguel |
| Sara Lopes Dias | | 967254086 | | Sara Lopes |
| Juliana Bruna Bitencourt | | 969644360 | julianabitencourtadv@gmail.com | [illegible] |
| Eunice Carvalho F. Monteiro | | 95463.8678 | eunice-c.[illegible]@hot.com.br | [illegible] |
| Genivaldo Gomes | METI | | | |
| Lunita Runkl | CASA-64 | 971002333 | lunita@casa64.com.br | [illegible] |

Local: Teatro Arthur Azevedo - Mooca

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**
17/11/2015 horário: 19h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Daufarda L. Lima | MSTI | 96241-9442 | Daufs5111@hotmail.com | [illegible] |
| Bruna Vieira | Leste 1 | 98268-0567 | brunavieira10@hotmail. | [illegible] |
| Maria de Jesus | MSTI | 97464-0817 | | [illegible] |
| Pedro Felix Pereira | AMOAMOOCA | 992223797 | PFPEDUCA@TELLA.COM.BR | [illegible] |
| Santana Rodrigues | MSTI | 965551614 | san.rodrigues@hotmail.com | [illegible] |
| Paulino Jorge | "AMOVIZA" | 98589-1517 | PAULINOJORGE_14585@HOTMAIL.COM | [illegible] |
| Ramirete das Oliveira | MSTI | 962722301 | | [illegible] |
| Fabio F. de Stefani | Gafisa | 94383-3531 | FSTEFANI@GAFISA.COM.BR | [illegible] |
| Guilherme T. Baldi | OAS Eng. e Const. | 2121-1472 | guilherme.baldi@oas.com | [illegible] |
| Juliana L.F. Rumazini | Brio Socioambiental | 989170546 | juliana@briosocioambiental.com.br | [illegible] |
| Jean Carvalho | M.S.T.I | 984554254 | | |
| Arivan S. Alves Conte | MSTI | 953943265 | Arybeanches@yahoo.com.br | [illegible] |

Local: Teatro Arthur Azevedo - Mooca

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**
17/11/2015 horário: 19h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Elizabeth Fiorio | Mernara ACSP Mooca | 976538515 | getsurah@uol.com.br | [illegible] |
| Daisy Arradi Letaif | Metrô | 33717445 | daisy_letaif@metrosp.com.br | [illegible] |
| Maria Marques Neves | MSTI | 95493-1074 | | [illegible] |
| Carlos Roberto R. Santos | EMPRESA | 7006-8030 | COMERCIAL@DEMOLIDORAMINAS.COM.BR | |
| Maria Aparecida de Souza | MSTI | 9.9851-4452 | — | [illegible] |
| Marinalvo S. Santos | MSTI | 9-66845240 | | |
| Flaviano S. Francisco | MSTI | 9-66845240 | | |
| Georgina Helena de Freitas | C.P.M-V.P. | 96688-4800 | helenafreitas2304@gmail.com | [illegible] |
| Renata Meiri Jr | movimento leste 1 | 29315764 | renatameiri@SAHOO.C.B | — |
| Celso Arruda | SUBSÉ | 996275416 | celsoarruda@prof.sp.gov.br | [illegible] |
| RAFAEL MIELNIK | PMSP/SMDU | 98889 2007 | RAFAELMIELNIK@PRFEI... | [illegible] |
| Thair Santos da Sl | Leste 1A | 962027576 | | [illegible] |

Local: Teatro Arthur Azevedo - Mooca

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

## AUDIÊNCIA PÚBLICA

**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**

17/11/2015 horário: 19h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| FABIO BOCARDO | AZIMUTE | 4301-6777 | FABIO.BOCARDO@AZIMUTE.ENG.BR | [illegible] |
| maria dos prazeres de santa | M | 943658997 | | maria |
| Daiane Diniz Lanazo | a luta pela vitória (Leste 1) | 96088-8748 | | [illegible] |
| Vagner do Nascimento | força e união | 97148 8765 | VAGNER2001NASCIMENTO@GMAIL.COM | [illegible] |
| Francisca L. Matos | MSTI | 96028 2836 | | [illegible] |
| Rosane da S. Barbosa | MSTI | 962972017 | | Rosane |
| EDUARDO J. DA SILVA | M.S.T.I | 946761890 | [illegible] | [illegible] |
| Adila Bastosa Cesar | | 33413108 | | [illegible] |
| nadia Kelly | MSTI | 996889059 | | [illegible] |
| Marise R. Vianna | Metrô | 99656-5128 | marise.vianna@metrosp.com.br | [illegible] |
| Irany M. S. Mirad | Metrô. | 951249757 | irany.santos@metrosp.com.br | [illegible] |
| MARIO JOSÉ GIL TELESI | METRÔ | 96822-2713 | MJGTelesi@metrosp.com.br | [illegible] |

Local: Teatro Arthur Azevedo - Mooca

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

## AUDIÊNCIA PÚBLICA

**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**

17/11/2015 horário: 19h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Eliana m. dos Santos | MSTI | 94856-3233 | [illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| Valmir moraes de Souza | MSTI | 8018.4081 | valmormorais@uol.com.br | [illegible] |
| Cristina Lopes Lisa | MSTI | 32082379 | | [illegible] |
| Ilvanildo da Silva Jorge | SMTI | 53416870 | [illegible]@gmail.com | [illegible] |
| Rosimeire sgalao | MSTI | 2384 1351 | Rosimeire234@hotmail.com | RSgalao |
| [illegible] Batista de Oliveira | MSTI | 3207 0216 | | [illegible] |
| EDUARDO TAVARES | MSTI | 97666 4044 | EDUTAVARES40@HOTMAIL.COM | [illegible] |
| Humberto Marques Silva | Lest 1 | | humberto.[illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| Rosana Braga Correa | MSTI | | | [illegible] |
| Satanna [illegible] | MSTI | 2940 3081 | | [illegible] |
| Antonio Carlos Vilela | MSTI | 954984714 | antoniocarlosvilela@[illegible]gmail.com | [illegible] |
| Jaceline Pereira de Souza | MSTI | 5021557 | | [illegible] |

Local: Teatro Arthur Azevedo - Mooca

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**
17/11/2015 horário: 19h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Vanbra da cruz | [illegible] | 984310409 | | [illegible] |
| PASQUALE RUGGIERO | | 3208-0522 | PASQUALERUGGIERO@IG.COM.BR | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 98881[illegible] | MARCIO BRITO8@Gmail.Com | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | 983759350 | [illegible]@.gmail | [illegible] |
| Samuel [illegible] | ITAIM PAULISTA | 982713618 | alexandrino@outlook.com | [illegible] |
| Antonia Leopoldo F | MSTI | 96782[illegible] | | [illegible] |
| Mariana C. moura | MSTI | 967236885 | | [illegible] |
| Antonio Custino Gdes | msti | 966525869 | | Antonio |
| Diogo Rodrigues | [illegible] | 98162-9824 | [illegible]@Gmail.com | [illegible] |
| Dari Tavares de Oliveira | | [illegible]952356714 | [illegible]@Gmail.com | [illegible] |
| Samuel Rodrigues | | 97026095 | | [illegible] |
| Sonia Bastos de Souza | | 98011-1884 | [illegible]@uol.com.BR | [illegible] |

Local: Teatro Arthur Azevedo - Mooca

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

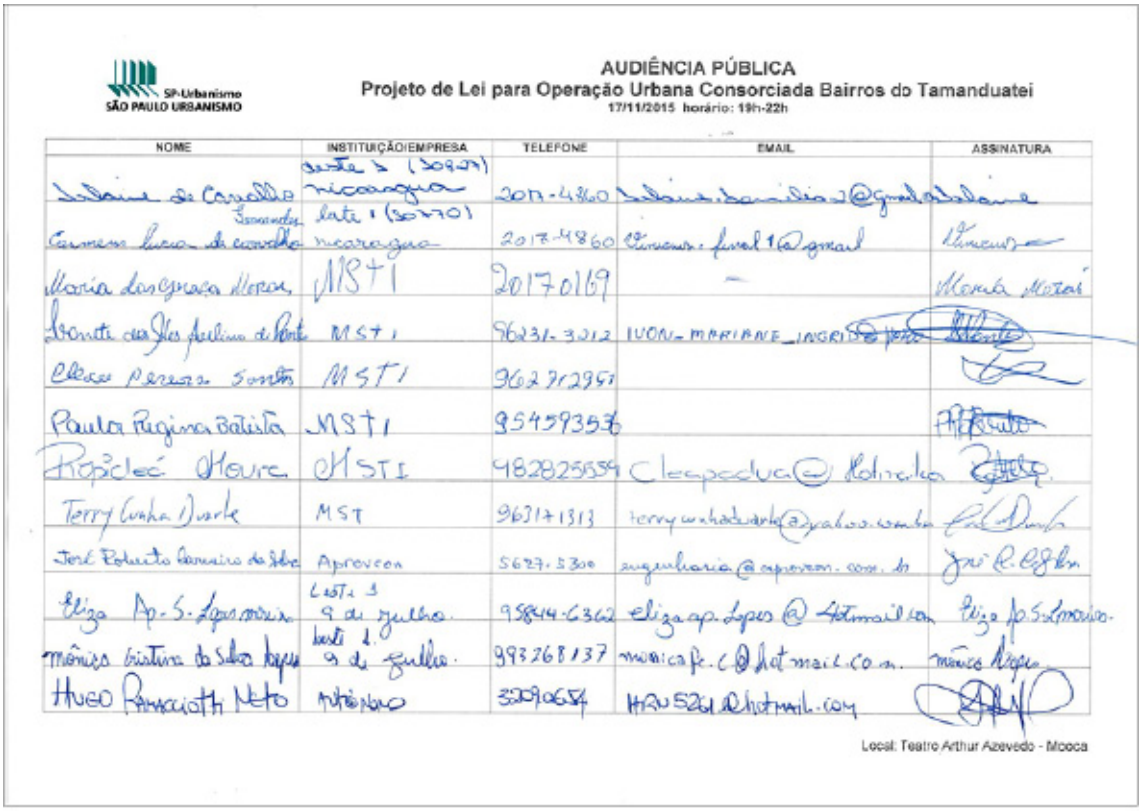
**AUDIÊNCIA PÚBLICA**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**
17/11/2015 horário: 19h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Gilberto Padilha | Padilha Acts | 1132071256 | padilha padilha@terra.com.br | [illegible] |
| [illegible] Siqueira [illegible] | [illegible] | 11 3341-[illegible] | [illegible]@yahoo.com.br | [illegible] |
| Antonio H. [illegible] | [illegible] | 3887 9094 | | [illegible] |
| Verônica Sales Pereira | FAAC - UNESP | 11 55914801 | VERSALES@UOL.COM.BR | [illegible] |
| Paulo Marinho | SABESP | 11 3269 5545 | [illegible] | Paulo |
| Elmara [illegible] | Raphael [illegible] | 11-33346015 | diretoria@[illegible].com.br | [illegible] |
| Armando R Lima | | 11 3782 3379 | Armando-cambuci@yahoo.com.br | [illegible] |
| Raimundinha magalhães | MSTI | 981939819 | | [illegible] |
| [illegible] | | 974917249 | | [illegible] |
| Elisângela P. de Oliveira | | 9710-7300 | ELISANGELA.PEREIRA@GMAIL.COM | [illegible] |
| ANTONIO DE PÁDUA CUNHA | C.P.M | 97541-9496 | APADUAC@UOL.COM.BR | [illegible] |
| Neli [illegible] da Rocha | MSTI | 999016286 | . | [illegible] |

Local: Teatro Arthur Azevedo - Mooca

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

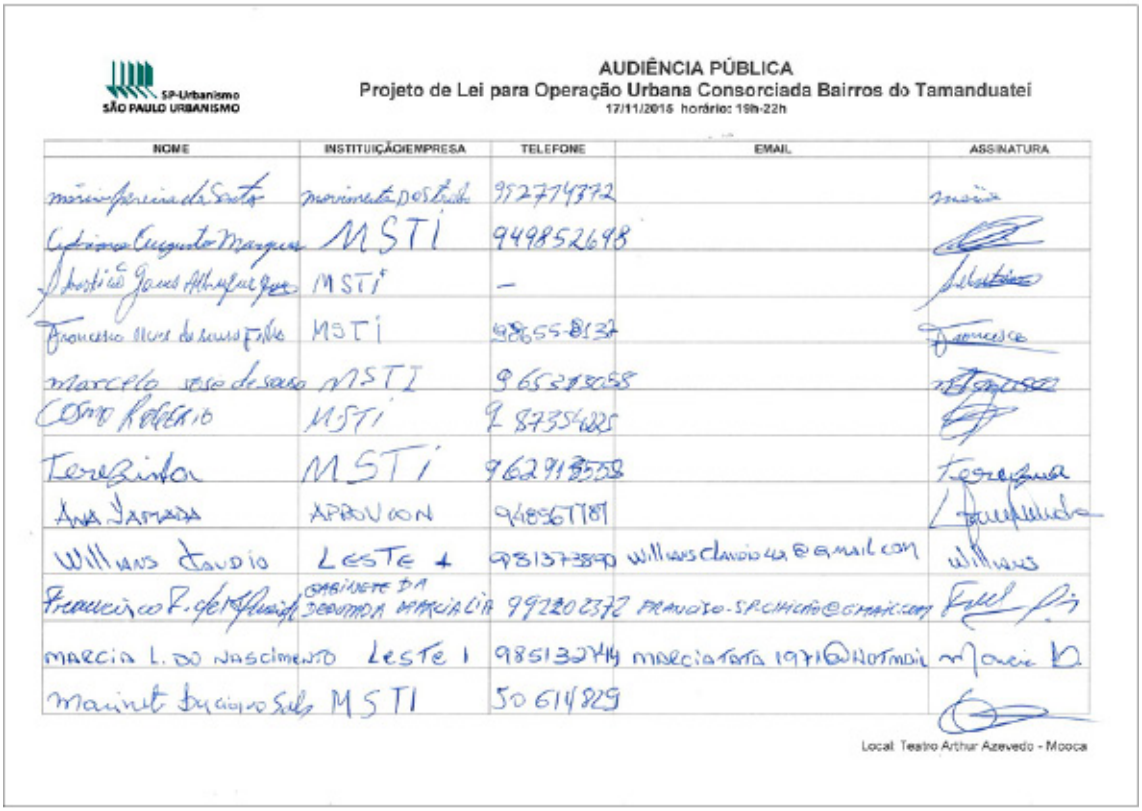


**AUDIÊNCIA PÚBLICA**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**
17/11/2015 horário: 19h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Solaine de Carvalho | leste 1 (30927) nicaragua | 2017-4860 | solaine.bonifacio2@gmail.com | Solaine |
| Carmem Lucia de Carvalho Fernandes | leste 1 (30770) nicaragua | 2017-4860 | Vinicius.final1@gmail | Vinicius |
| Maria das Graças Moraes | MSTI | 20170169 | — | Maria Moraes |
| Ivonete das Neves Paulino de Ponte | MSTI | 96231-3212 | IVON_MARIANE_INGRID@yahoo | [illegible] |
| Eleuse Pereira Santos | MSTI | 962712951 | | [illegible] |
| Paula Regina Batista | MSTI | 954593536 | | [illegible] |
| Rosicleá Moura | MSTI | 982825559 | Cleapadua@Hotmail.com | [illegible] |
| Terry Cunha Duarte | MST | 963171313 | terrycunhaduarte@yahoo.com.br | [illegible] |
| José Roberto Carneiro da Silva | Aprovcon | 5627-5300 | engenharia@aprovcon.com.br | José R. C. Silva |
| Eliza Ap. S. Lopes Moreira | Leste 1 9 de julho | 95844-6362 | eliza.ap.lopes@hotmail.com | Eliza Ap. S. Lopes Moreira |
| Mônica Cristina da Silva Lopes | leste 1 9 de julho | 993268137 | monicafc.c@hotmail.com | Mônica Lopes |
| Hugo Ramacciotti Neto | Antônio | 32090654 | HRN5261@hotmail.com | [illegible] |

Local: Teatro Arthur Azevedo - Mooca

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO



**AUDIÊNCIA PÚBLICA**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**
17/11/2015 horário: 19h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Mário Pereira da Santos | movimento dos trabalhadores | 952774372 | | Mário |
| Cipriano Augusto Marques | MSTI | 949852698 | | [illegible] |
| Sebastião Gomes Albuquerque | MSTI | — | | [illegible] |
| Francisco Nunes de Souza Filho | MSTI | 98655-8137 | | Francisco |
| Marcelo José de Souza | MSTI | 965313058 | | [illegible] |
| Cosmo Roberto | MSTI | 987354225 | | [illegible] |
| Terezinha | MSTI | 962913558 | | Terezinha |
| Ana Yamada | APROVCON | 948567787 | | [illegible] |
| Willians Claudio | LESTE 1 | 981373890 | willians.claudio42@gmail.com | Willians |
| Francisco F. de Mesquita | GABINETE DA DEPUTADA MARCIA LIA | 992202372 | FRANCISCO.SP.CHICAO@GMAIL.COM | [illegible] |
| Marcia L. do Nascimento | Leste 1 | 985132744 | marciatata1971@hotmail | Marcia L. |
| Marinet Luciano Sales | MSTI | 50614829 | | [illegible] |

Local: Teatro Arthur Azevedo - Mooca

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí**
17/11/2015 horário: 19h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Reinaldo [illegible] | [illegible] | 9-5889-0261 | | |
| Patricia de Lima | Leste I [illegible] | 985518875 | patydiro10@gmail.com | |
| Lilia maria | MSTI | 962332979 | | |
| [illegible] dos Santos | MSTI | 93979-8116 | | |
| José Leandro S. Marim | MSTI | 981302753 | | |
| Maria Gorete S. Tavares | MSTI | 82168239 | | |
| Vera Lucia Silveira | MSTI | 22742308 | | |
| Eloisio g ferreira | MSTI | 998148295 | | |
| Renata [illegible] | | 96817-3482 | renataadvocacia[illegible] | |
| ISRAEL BRAZ DE MEDEIROS | Estudante de Arq. Universidade Mackenzie | 9860.8148 | israel.bmedeiros@gmail.com | |
| PEDRO [illegible] | [illegible] | 3341 5856 | pedro.3.[illegible] | |
| EDUARDO DELLA MANNA | PPU \| SECOVI-SP | 3816-7266 | ppu@ppu.arq.br | |

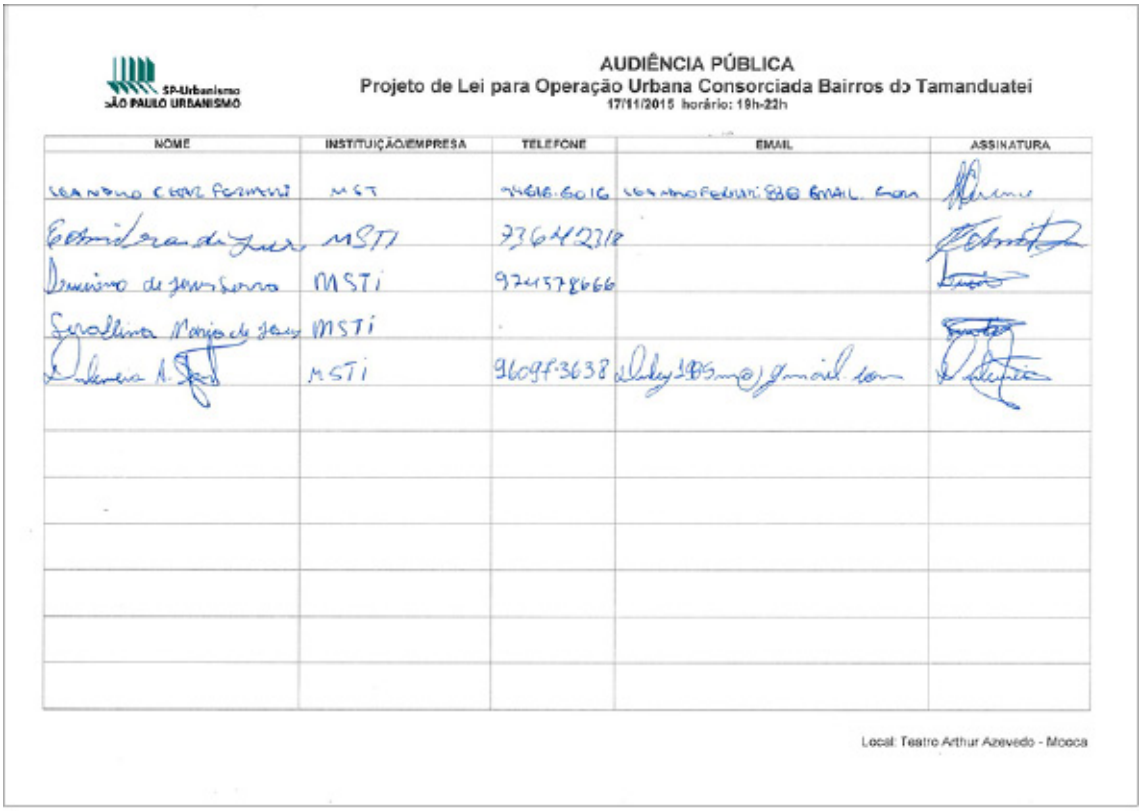
Local: Teatro Arthur Azevedo - Mooca

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí**
17/11/2015 horário: 19h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Daniel Braz de Medeiros | Arq. Daniel Braz | (11) 99696-0158 | ddaniel.medeiros@gmail.com | |
| Maria Francilina [illegible] | MSTI | 20684068 | | |
| Cecilia Bolby | MSTI | 983033066 | cecilia.bolby@terra.com.br | |
| Maria de Lourdes Souza | MSTI | 20687580 | | |
| Rodrigo Marganeli Neves | Arquiteto | 3293-1982 | rodrigomarganeli@gmail.com | |
| Vanilde H. A. Camargo | MSTI | 975831968 | | |
| Evaniza Rodrigues | Leste 1 - UMM | 973581689 | evaniza@uol.com.br | |
| Damião Roque | MSTI | 98606397 | | |
| Rita de C. S. Gama | Câmara M. S.P. | 994883382 | rita.simoes[illegible]@gmail.com | |
| WILSON REBUTTI JR | SECRET. MEIO AMBIENTE | | wilsonrebutti@hotmail.com | |
| Wanderley Olivi | agência photoação | 972399315 | photowo[illegible]@gmail.com | |
| Gerson Rodrigues | Folha V.P. | 20283000 | jornal@folhavp.com.br | |

Local: Teatro Arthur Azevedo - Mooca



SP-Urbanismo
SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**
17/11/2015 horário: 19h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| [illegible] | MST | [illegible] | [illegible] | |
| [illegible] | MST | 936422318 | | |
| [illegible] | MST | 974578666 | | |
| [illegible] | MST | | | |
| [illegible] | MST | 960993638 | [illegible] | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

Local: Teatro Arthur Azevedo - Mooca

Fotos

15.10.2015 – Oficina do Conselho Municipal de Política Urbana

Extrato da 27ª Reunião Ordinária

*Publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo no dia 20 de outubro de 2015, página 25.*

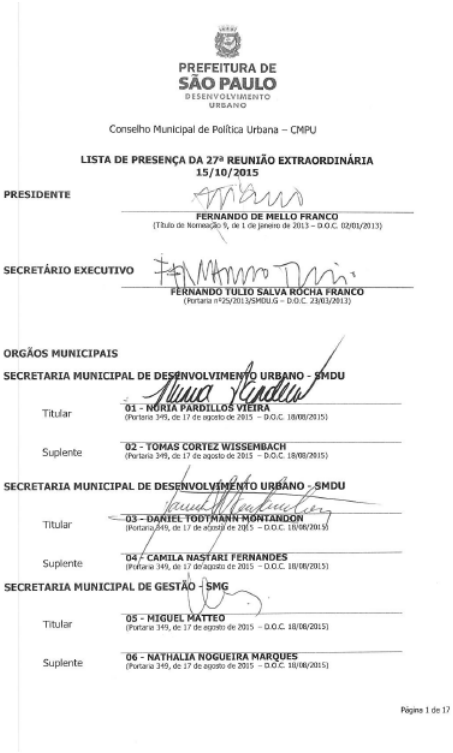
Fernando de Mello Franco, Presidente do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU/SMDU, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, DETERMINA a publicação do extrato contendo os assuntos discutidos no Plenário relativas às matérias constantes da Pauta da 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – CMPU, realizada em 15 de outubro de 2015.

Pauta da reunião

1. Minuta do Projeto de Lei da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí (OUCBT); a. Apresentação do balanço do processo participativo; b. Debate em grupos; c) Plenária. 01) O Secretário Executivo do CMPU, Fernando Túlio Salva Rocha Franco, iniciou a reunião às 10h05m apresentando a pauta da reunião e franqueou a palavra ao Secretário de Desenvolvimento Urbano, Fernando Mello Franco para considerações iniciais. 02) Após considerações, o Secretário de Desenvolvimento Urbano, Fernando Mello Franco franqueou a alavra ao Diretor de Desenvolvimento Urbano, Gustavo Partezani, que apresentou o balanço do processo participativo referente a Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí. 03) Em sequência o Secretário Executivo do CMPU informou sobre a metodologia dos trabalhos a serem realizados durante a reunião e direcionou a divisão dos grupos de trabalho para discussão dos capítulos do Projeto de Lei da OUCBT. 04) Finalizados os trabalhos e consolidadas as propostas, o Secretário Executivo do CMPU, Fernando Túlio Salva Rocha Franco, franqueou a palavra aos relatores de cada grupo de trabalho, Núria Pardillos, Luzinete Borges, Guilherme Nafalski e Patrícia Saran, respectivamente, para apresentação das propostas referentes ao Projeto de Lei da OUCBT que foram, posteriormente, discutidas em plenário. 05) Finalizadas as considerações, foi acolhida a proposta de registrar mediante Pronunciamento do CMPU aquelas propostas que registraram número maior de apoio do que discordância e que tiveram, no mínimo, um registro de apoio. 06) O Secretário Executivo do CMPU apresentou o cronograma das reuniões do CMPU para este exercício que será encaminhado por e-mail aos membros.

Encerramento: A palavra foi franqueada ao Secretário de Desenvolvimento Urbano e Presidente do CMPU, Fernando Mello Franco, que fez as considerações finais e agradeceu a presença dos conselheiros e conselheiras e de toda equipe responsável, encerrando a reunião às 17h35m. A reunião foi secretariada por Fernando Túlio Salva Rocha Franco, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU.

## Lista de presença



PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 15/10/2015**

**PRESIDENTE**
FERNANDO DE MELLO FRANCO
(Título de Nomeação 9, de 1 de janeiro de 2013 – D.O.C. 02/01/2013)

**SECRETÁRIO EXECUTIVO**
FERNANDO TULIO SALVA ROCHA FRANCO
(Portaria nº25/2013/SMDU.G – D.O.C. 23/03/2013)

**ORGÃOS MUNICIPAIS**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SMDU**

Titular — 01 - NÚRIA PARDILLOS VIEIRA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)
Suplente — 02 - TOMAS CORTEZ WISSEMBACH (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

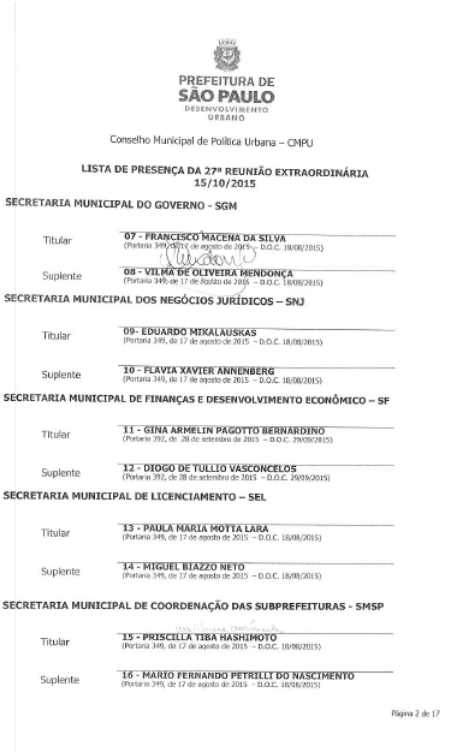
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SMDU**

Titular — 03 - DANIEL TODTMANN MONTANDON (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)
Suplente — 04 - CAMILA NASTARI FERNANDES (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SMG**

Titular — 05 - MIGUEL MATTEO (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)
Suplente — 06 - NATHALIA NOGUEIRA MARQUES (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Página 1 de 17



PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 15/10/2015**

**SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO - SGM**

Titular — 07 - FRANCISCO MACENA DA SILVA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)
Suplente — 08 - VILMA DE OLIVEIRA MENDONÇA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

**SECRETARIA MUNICIPAL DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS – SNJ**

Titular — 09- EDUARDO MIKALAUSKAS (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)
Suplente — 10 - FLAVIA XAVIER ANNENBERG (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SF**

Titular — 11 - GINA ARMELIN PAGOTTO BERNARDINO (Portaria 392, de 28 de setembro de 2015 – D.O.C. 29/09/2015)
Suplente — 12 - DIOGO DE TULLIO VASCONCELOS (Portaria 392, de 28 de setembro de 2015 – D.O.C. 29/09/2015)

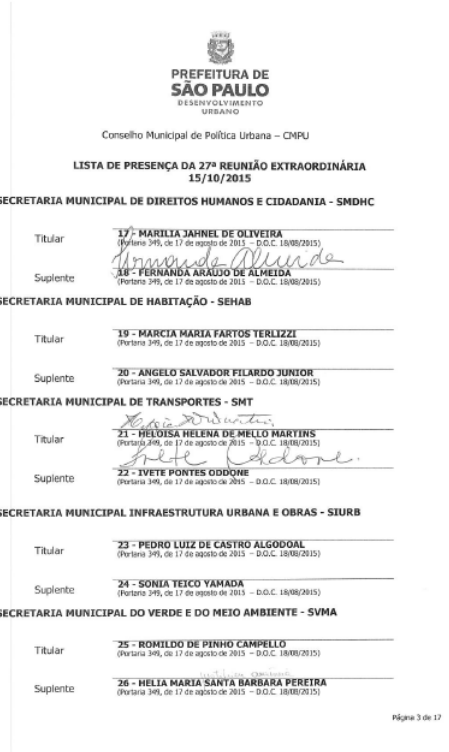
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICENCIAMENTO – SEL**

Titular — 13 - PAULA MARIA MOTTA LARA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)
Suplente — 14 - MIGUEL BIAZZO NETO (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

**SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS - SMSP**

Titular — 15 - PRISCILLA TIBA HASHIMOTO (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)
Suplente — 16 - MARIO FERNANDO PETRILLI DO NASCIMENTO (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Página 2 de 17



PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 15/10/2015**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC**

Titular — 17 - MARILIA JAHNEL DE OLIVEIRA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)
Suplente — 18 - FERNANDA ARAUJO DE ALMEIDA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

**SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SEHAB**

Titular — 19 - MARCIA MARIA FARTOS TERLIZZI (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)
Suplente — 20 - ANGELO SALVADOR FILARDO JUNIOR (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - SMT**

Titular — 21 - HELOISA HELENA DE MELLO MARTINS (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)
Suplente — 22 - IVETE PONTES ODDONE (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

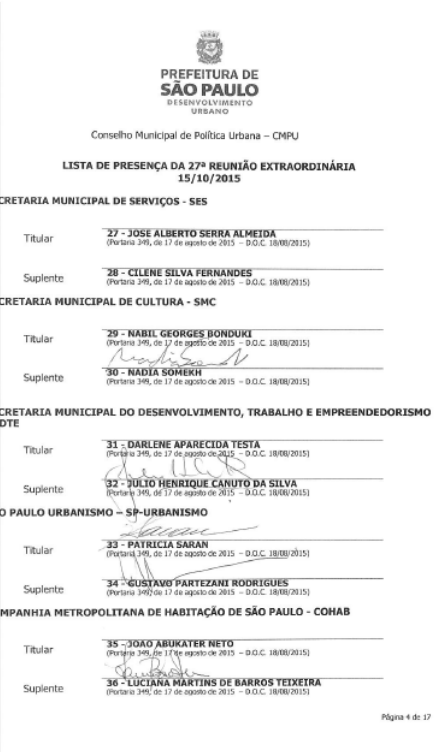
**SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS - SIURB**

Titular — 23 - PEDRO LUIZ DE CASTRO ALGODOAL (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)
Suplente — 24 - SONIA TEICO YAMADA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

**SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE - SVMA**

Titular — 25 - ROMILDO DE PINHO CAMPELLO (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)
Suplente — 26 - HELIA MARIA SANTA BARBARA PEREIRA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Página 3 de 17



PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 15/10/2015**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS - SES**

Titular — 27 - JOSE ALBERTO SERRA ALMEIDA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)
Suplente — 28 - CILENE SILVA FERNANDES (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SMC**

Titular — 29 - NABIL GEORGES BONDUKI (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)
Suplente — 30 - NADIA SOMEKH (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

**SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E EMPREENDEDORISMO - SDTE**

Titular — 31 - DARLENE APARECIDA TESTA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)
Suplente — 32 - JULIO HENRIQUE CANUTO DA SILVA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

**SÃO PAULO URBANISMO – SP-URBANISMO**

Titular — 33 - PATRICIA SARAN (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)
Suplente — 34 - GUSTAVO PARTEZANI RODRIGUES (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

**COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO - COHAB**

Titular — 35 - JOAO ABUKATER NETO (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)
Suplente — 36 - LUCIANA MARTINS DE BARROS TEIXEIRA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Página 4 de 17

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 15/10/2015**

**SUBPREFEITURA - MACRORREGIÃO**

**MACRORREGIÃO NORTE 1**

| | |
|---|---|
| Titular | **37 - CARLOS ROBERTO CANDELLA**<br>Subprefeitura Santana/Tucuruvi<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **38 - GILBERTO ROSSI**<br>Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO NORTE 2**

| | |
|---|---|
| Titular | **39 - CARLOS EDUARDO SILVA DIETHELM**<br>Subprefeitura Pirituba/Jaraguá<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **40 - OLGA MARIA DE ALMEIDA BRANDAO LOPES PEREIRA**<br>Subprefeitura Casa Verde<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO OESTE**

| | |
|---|---|
| Titular | **41 - ADRIANA ROLIM DE CAMARGO**<br>Subprefeitura Pinheiros<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **42 - ELMA GOMES DE OLIVEIRA**<br>Subprefeitura Butantã<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO CENTRO**

| | |
|---|---|
| Titular | **43 - GILMAR TADEU RIBEIRO ALVES**<br>Subprefeitura Sé<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **44 - MARCOS ROBERTO EMILIO**<br>Subprefeitura Sé<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

Página 5 de 17

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 15/10/2015**

**MACRORREGIÃO LESTE 1**

| | |
|---|---|
| Titular | **45 - RENATA CARVALHO NAVES**<br>Subprefeitura Penha<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **46 - VIVIANE RODRIGUES DE PALMA**<br>Subprefeitura Penha<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO LESTE 2**

| | |
|---|---|
| Titular | **47 - PRISCILA RODRIGUES MARTINS DA SILVA BIROLO**<br>Subprefeitura Itaquera<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **48 - THALLES MARCIUS DE MORAIS**<br>Subprefeitura Guaianases<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO SUL 1**

| | |
|---|---|
| Titular | **49 - JOAO CARLOS DA SILVA MARTINS**<br>Subprefeitura Vila Mariana<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **50 - ELDER VIEIRA DOS SANTOS**<br>Subprefeitura Jabaquara<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO SUL 2**

| | |
|---|---|
| Titular | **51 - CARLOS HENRIQUE NUNES CABRAL**<br>Subprefeitura Santo Amaro<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **52 - CLAUDIMAR MOREIRA DIAS**<br>Subprefeitura Parelheiros<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

Página 6 de 17

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 15/10/2015**

**CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL - MACRORREGIÃO**

**MACRORREGIÃO NORTE 1**

| | |
|---|---|
| Titular | **53 - JOSE CARLOS RIBEIRO GIMENES**<br>Subprefeitura Santana/Tucuruvi<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **54 - IRANI APARECIDA PEREIRA DIAS**<br>Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO NORTE 2**

| | |
|---|---|
| Titular | **55 - MARCOS SEIKE TERUYA**<br>Subprefeitura Casa Verde<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **56 - CAROLINA SOUZA DOS SANTOS NASCIMENTO**<br>Subprefeitura Perus<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO OESTE**

| | |
|---|---|
| Titular | **57 - PAULO CESAR MALUF**<br>Subprefeitura Lapa<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **58 - MAURO SERGIO PROCOPIO CALLIARI**<br>Subprefeitura Pinheiros<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO CENTRO**

| | |
|---|---|
| Titular | **59 - HELENA LADEIRA WERNECK**<br>Subprefeitura Sé<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **60 - ARTUR MONTEIRO ROÇADO**<br>Subprefeitura Sé<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

Página 7 de 17

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 15/10/2015**

**MACRORREGIÃO LESTE 1**

| | |
|---|---|
| Titular | **61 - ANGELA MARIA CALABRIA**<br>Subprefeitura Penha<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **62 - GEORGINA HELENA DE FREITAS**<br>Subprefeitura Vila Prudente<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO LESTE 2**

| | |
|---|---|
| Titular | **63 - LEONARDO MEDEIROS E SILVA**<br>Subprefeitura Dom Pedro<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **64 - RICARDO SAMPAIO GONÇALVES**<br>Subprefeitura São Mateus<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO SUL 1**

| | |
|---|---|
| Titular | **65 - HELIO HIGUCHI**<br>Subprefeitura Vila Mariana<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **66 - JANIO RIBEIRO COUTINHO**<br>Subprefeitura Jabaquara<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO SUL 2**

| | |
|---|---|
| Titular | **67 - OLIVIA AUGUSTA ARAUJO MACEDO COSTA**<br>Subprefeitura Santo Amaro<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **68 - DEISE LUCI BONOME**<br>Subprefeitura Campo Limpo<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

Página 8 de 17

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
**15/10/2015**

**MOVIMENTOS DE MORADIA**

| | |
|---|---|
| Titular | **69 - EVANIZA LOPES RODRIGUES**<br>União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **70 - MARIA ELENA FERREIRA DA SILVA**<br>União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Titular | **71 - MARIA DAS GRAÇAS DE JESUS XAVIER VIEIRA**<br>União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **72 - ANDERSON STANCOV FONSECA**<br>União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Titular | **73 - CARMEN DA SILVA FERREIRA**<br>Movimento Sem Teto do Centro - MSTC<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **74 - ALEXANDRE DE SANT'ANNA LOYOLA**<br>Movimento Sem Teto do Centro - MSTC<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Titular | **75 - VERA LUCIA DIAS PADILHA**<br>União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **76 - NESTOR QUINTOS DE OLIVEIRA**<br>União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

Página 9 de 17

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
**15/10/2015**

**ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS**

| | |
|---|---|
| Titular | **77 - SERGIO ANTONIO REZE JUNIOR**<br>Associação dos Moradores Amigos do Parque Preciência - AMAPAR<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **78 - NELSON TERRA BARTH**<br>Associação dos Amigos do Bairro City Caeiroguá – AABCC<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Titular | **79 - HEITOR MARZAGAO TOMMASINI**<br>Associação dos Moradores do Jardim da Saúde – AMJS<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **80 - GABRIEL ELIAS GONÇALVES DE OLIVEIRA**<br>Associação dos Moradores do Jardim da Saúde – AMJS<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Titular | **81 - PAULO GUSTAVO DA VINHA CARMO BIZZO**<br>Associação São Benedito Sugaí<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **A SER INDICADO**<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Titular | **82 - APARECIDA REGINA LOPES MONTEIRO**<br>CIRANDA<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **83 - CIBELE MARTINS SAMPAIO**<br>CIRANDA<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

Página 10 de 17

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
**15/10/2015**

**SETOR EMPRESARIAL**

| | |
|---|---|
| Titular | **84 - RICARDO YAZBEK**<br>Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo - SECOVI<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **85 - ALEXANDRE MARQUES TIRELLI**<br>Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo - SCIESP<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Titular | **86 - ODAIR GARCIA SENRA**<br>Sindicato da Indústria da Construção Civil de grandes Estruturas no Estado de São Paulo - SindusCon-SP<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **87 - ANTONIO LUIZ POLVERINI FILHO**<br>Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas - APEOP<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Titular | **88 - ROBERTO DE CASTRO MELLO**<br>Sindicato Nacional das Empresas Arquitetura e Engenharia Consultoria - SINAENCO<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **89 - ADRIANA BLAY LEVISKY**<br>Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura - AsBEA<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Titular | **90 - ANDY ALEXANDRE GRUBER**<br>Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo – FECOMERCIO-SP<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **91 - CHRISTIAN DE MORAES MACHADO SUPPO BOJLESEN**<br>Associação Comercial de São Paulo - ACSP<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

Página 11 de 17

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
**15/10/2015**

**ENTIDADES SINDICAIS**

| | |
|---|---|
| Titular | **92 - KARINA OLIVEIRA LEITAO**<br>Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo - SASP<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **A SER INDICADO**<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS - ONGs**

| | |
|---|---|
| Titular | **93 - PAULO MACHADO LISBOA FILHO**<br>Conselho Brasileiro de Construção Sustentável - CBCS<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **94 - DIANA CSILLAG**<br>Conselho Brasileiro de Construção Sustentável - CBCS<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**ENTIDADES PROFISSIONAIS LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL**

| | |
|---|---|
| Titular | **95 - JACOBINA ALBU VAISMAN**<br>Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo - IABsp<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | **96 - RENATA SEMIN**<br>Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo - IABsp<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

Página 12 de 17

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
**15/10/2015**

**ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL**

Titular — **97 - VALTER LUIS CALDANA JUNIOR**
Universidade Presbiteriana Mackenzie – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Suplente — **98 - DENISE ANTONUCCI**
Universidade Presbiteriana Mackenzie – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Titular — **99 - RAQUEL ROLNIK**
Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Suplente — **100 - EDUARDO ALBERTO CUSCE NOBRE**
Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

**MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS**

Titular — **101 - LINCOLN PAIVA**
Instituto Mobilidade Verde
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Suplente — **102 - GUILHERME GAMBIER ORTENBLAD**
Instituto Mobilidade Verde
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Titular — **A SER INDICADO**
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Suplente — **A SER INDICADO**
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Página 13 de 17

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
**15/10/2015**

**MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA**

Titular — **103 - CARLOS AFONSO CERQUEIRA ARANHA**
Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo - Ciclocidade
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Suplente — **104 - THIAGO DE SEIXAS BENICCHIO**
Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo - Ciclocidade
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

**MOVIMENTOS CULTURAIS**

Titular — **A SER INDICADO**
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Suplente — **A SER INDICADO**
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

**ENTIDADES RELIGIOSAS**

Titular — **105 - IRENE DA CONCEIÇÃO DE BRITO**
Mitra Arquidiocesana de São Paulo
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Suplente — **106 - LAURENTINA DA SILVA**
Mitra Arquidiocesana de São Paulo
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

**CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CADES**

Titular — **107 - ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI**
Associação Comercial de São Paulo - ACSP
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Suplente — **108 - GEORGE DOI**
Sindicato das Micros e Pequenas Indústrias - SIMPI
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Página 14 de 17

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
**15/10/2015**

**CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARTICIPATIVOS – CPOP**

Titular — **109 - JOSE RAIMUNDO DO SACRAMENTO**
Conselho Participativo Municipal de Campo Limpo
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Suplente — **110 - ELISANGELA CRISTINA FLAVIO**
Conselho Participativo Municipal de Mooca
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

**CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – CMTT**

Titular — **111 - SINESIO GOBBO**
Bancada do Idoso
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Suplente — **112 - ALEXANDRE GEROLAMO DE ALMEIDA**
Bancada do Sindicato das Micros e Pequenas Indústrias - SIMPI
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

**CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – CMH**

Titular — **113 - BENEDITO ROBERTO BARBOSA**
Associação dos Moradores de Moradia da Região Sudeste
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Suplente — **114 - MARIA ISABEL NOBRE DE SOUZA CABRAL**
PEABIRU Trabalhos Comunitários e Ambientais
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Página 15 de 17

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
**15/10/2015**

**ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS**

**SECRETARIA ESTADUAL DA HABITAÇÃO**

Titular — **115 - JOAO OCTAVIANO MACHADO NETO**
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Suplente — **116 - ELISABETE FRANÇA**
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

**SECRETARIA ESTADUAL DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS**

Titular — **117 - MONICA FERREIRA DO AMARAL PORTO**
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Suplente — **118 - MARINA BOLDO LISBOA**
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

**SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

Titular — **119 - GIL KUCHEMBUCK SCATENA**
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Suplente — **120 - MARCIA RENATA IANI**
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

**SECRETARIA ESTADUAL DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS**

Titular — **121 - HORACIO NELSON HASSON HIRSCH**
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Suplente — **122 - MARISTELA APARECIDA HESPANHOL**
(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Página 16 de 17

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
**15/10/2015**

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO – CIGABC**

Titular — **123 - CLAUDIA VIRGINIA CABRAL DE SOUZA** (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Suplente — **124 - SANDRA TEIXEIRA MALVESE** (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – CONISUD**

Titular — **125 - CLOVIS DA SILVA PINTO** (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Suplente — **126 - MARCOS DE SOUZA** (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DA BACIA ALTO JUQUERI - CIMBAJU**

Titular — **127 - EDISON PAVAO JUNIOR** (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Suplente — **128 - ISIS BUENO** (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESTE METROPOLITANA DE SP - CIOESTE**

Titular — **129 - CRISTIANE DUTRA NASCIMENTO** (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Suplente — **130 - ANTONIO SILVESTRE LEITE** (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ – CONDEMAT**

Titular — **131 - MARCO AURELIO BERTAIOLLI** (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Suplente — **132 - AUDREY RODRIGUES DE OLIVEIRA** (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Página 17 de 17

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**Público presente na 27ª Reunião Extraordinária do CMPU – 15/10/2015**

| NOME LEGÍVEL | ENTIDADE | ASSINATURA |
|---|---|---|
| Maria Raquel P. S. Patrão | SVMA - DEPLAN | |
| Marilena Fajarsztajn | SP Urbanismo | |
| Diogo do Carmo Borges | SP-SÉ | * Substituindo Gilmar Todeu |
| Guilherme P. N. Nazalski | SEOC/SMDU | |
| Helina Bonagnolo | SP URB | |
| Rita Gonçalves | SP URB | |
| Dr. Antonio Amancio Jesus | SPURB | |
| HYUN IN RA | SP URB | |
| Celso Arruda | SP-SÉ | |
| Marcia Ignacio | SP URBANISMO | |
| LUCIANA LOUREIRO | SP URBANISMO | |
| EDUARDO DELLA MANNA | SECOVI-SP | |
| CAROLINA HELDT | SMDU | |
| Ana Gabriela Akaishi | SMDU | |

Página 1

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**Público presente na 27ª Reunião Extraordinária do CMPU – 15/10/2015**

| NOME LEGÍVEL | ENTIDADE | ASSINATURA |
|---|---|---|
| FERNANDO BRUNO | SMDU | |
| FABIO MARIZ GONÇALVES | SMDU DEURB | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |

Página 2

Fotos

30.09.2015 – Reunião com Movimentos Sociais

Propostas de aperfeiçoamento à minuta do PL da OUCBT encaminhada a SPUrbanismo

Proposta 1: Acrescentar um quadro ou mapa com a relação de assentamentos irregulares (ocupações, favelas, loteamentos, cortiços, conjuntos habitacionais, etc.) existentes no perímetro de adesão e no perímetro de expansão da operação urbana;

Proposta 2: Acrescentar a previsão de realização - em até 180 dias da aprovação da lei da operação urbana - de um censo habitacional que indique ao menos: o déficit quantitativo e qualitativo existente do perímetro de abrangência desta operação e as situações de onerosidade excessiva com aluguel, os moradores em favelas, cortiços, assentamentos precários, em situação de rua e outras situações de anormalidade habitacional, autorizando-se na lei a inclusão de novas áreas ou intervenções ao quadro ou mapa acima mencionado, conforme os resultados encontrados;

Proposta 3: Incluir a previsão de apoio à produção social da de habitação de interesse social - HIS 1 - por meio do fomento às associações, cooperativas e demais entidades que atuam na produção social da moradia;

Proposta 4: Em relação à possibilidade de relocação de ZEIS, relacionar as áreas que ficariam sujeitas a este mecanismo, desde que, necessárias à execução de obras públicas previstas no plano urbanístico, prevendo também a obrigação de atender a população afetada e forma de controle social;

Proposta 5: Prever a possibilidade de alienar ou transferir gratuita ou onerosamente para a produção de habitação de interesse social 1, os terrenos adquiridos com recursos da operação;

Proposta 7: Garantir a permanência da população residente em condição subnormal, com medidas para evitar a expulsão seja por remoção seja por aumento dos alugueis de quintais e cortiços, desenvolvendo uma estratégia específica para combinar as obras de transformação de dado território com as intervenções habitacionais.

Proposta 8: Prever que os recursos financeiros serão utilizados exclusivamente para a viabilização da produção de habitacional de interesse social 1, em ações vinculadas aos programas públicos de habitação, compreendidas no escopo estabelecido no Programa de Intervenções e, preferencialmente, na aquisição de terrenos;

Proposta 9: Prever que o banco de terras será destinado prioritariamente à população já residente, conforme indicação do censo habitacional, e prioritariamente para projetos de habitação de interesse social 1 (FAR, FDS e FAR/FDS+ FGTS);

Proposta 10: Rever a proposta de composição do Grupo de Gestão para que incorpore as dimensões territoriais, a representação de segmentos e a setorial, preservada a eleição direta dos integrantes da sociedade civil;

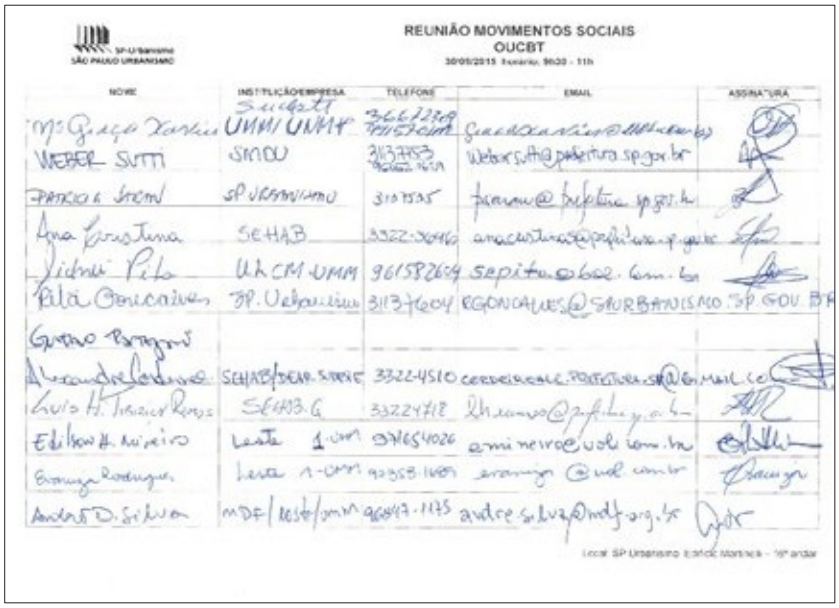
Proposta 11: Prever a oferta de assessoria técnica aos integrantes do grupo de gestão, autônoma em relação a administração, suficiente para que as informações necessárias a tomada de decisões possam ser analisadas previamente à deliberação.

Proposta 12: Ampliar o debate sobre a conveniência da criação de uma nova empresa, explicitando seus mecanismos de controle social.

Entidades Proponentes:
Movimento em Defesa do Favelado
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1
Movimento de Moradia da Região Sudeste
Unificação das Lutas dos Cortiços e Moradia do Município de São Paulo

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

Lista de presença

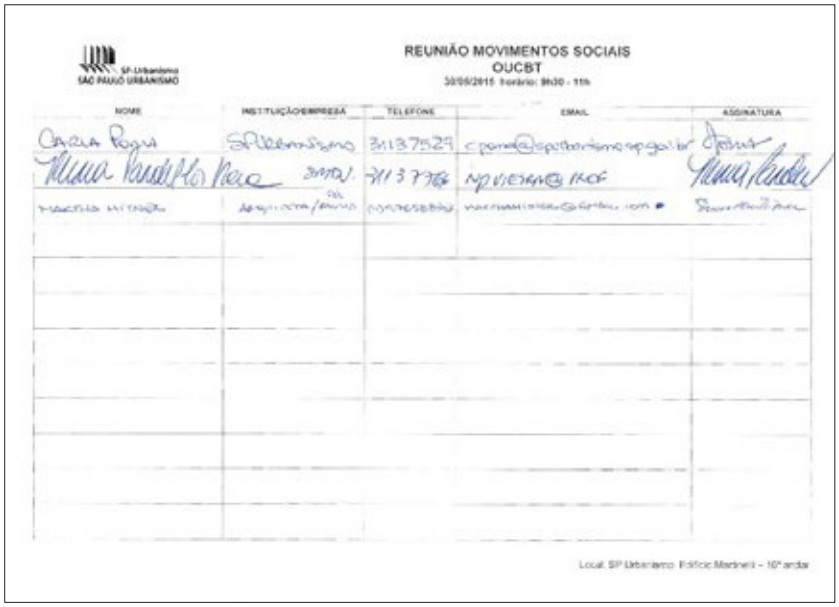


SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

REUNIÃO MOVIMENTOS SOCIAIS
OUCBT
30/05/2015 horário: 9h30 - 11h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Mª Graça Xavier | UMM/UNMP | 36672309 | graca.xavier@[illegible] | [illegible] |
| WEBER SUTTI | SMDU | 31137753 | webersutti@prefeitura.sp.gov.br | [illegible] |
| PATRICIA STRAM | SP URBANISMO | 3107535 | pstram@prefeitura.sp.gov.br | [illegible] |
| Ana Cristina | SEHAB | 3322-3646 | anacristina@prefeitura.sp.gov.br | [illegible] |
| Jidnei Pita | UHCM-UMM | 961582604 | sepita@bol.com.br | [illegible] |
| Rita Gonçalves | SP. Urbanismo | 31137604 | RGONCALVES@SPURBANISMO.SP.GOV.BR | |
| Gustavo Pangoni | | | | |
| Alexandre Cordeiro | SEHAB/DEAP. SUDESTE | 3322-4510 | cordeiroale.prefeitura.sp@gmail.com | [illegible] |
| Luis H. Tiriaca Reyes | SEHAB.G | 33224718 | lhreyes@prefeitura.sp.gov.br | [illegible] |
| Edilson H. Mineiro | Leste 1-UMM | 971654026 | emineiro@uol.com.br | [illegible] |
| Eranuza Rodrigues | Leste 1-UMM | 92353-1689 | eranuza@uol.com.br | [illegible] |
| André D. Silva | MDF/leste/UMM | 96847-1175 | andre.silva@mdf.org.br | [illegible] |

Local: SP Urbanismo Edifício Martinelli - 16º andar



SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

REUNIÃO MOVIMENTOS SOCIAIS
OUCBT
30/05/2015 horário: 9h30 - 11h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Carla Pagia | SP Urbanismo | 31137529 | cpagia@spurbanismo.sp.gov.br | [illegible] |
| [illegible] | SMDU | 31137766 | NPVIEIRA@IHOF | [illegible] |
| MARTHA MITNER | ARQUITETA/PAULO | [illegible] | marthamitner@gmail.com | [illegible] |

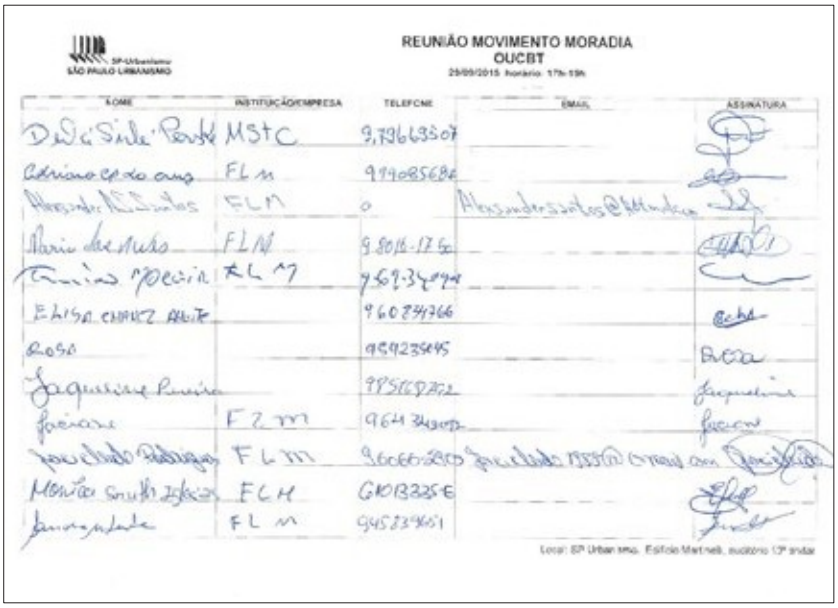
Local: SP Urbanismo Edifício Martinelli - 16º andar

29.09.2015 – Reunião com Movimento de Moradia da Área Central

Reunião realizada no Edifício Martinelli, com a presença de 61 pessoas. A apresentação foi realizada e aberta a palavra para contribuições e esclarecimentos.

| | Autor | Tema | Contribuição |
|---|---|---|---|
| 1 | Sra. Carmem Silva | Habitação | Sra. Carmem Silva (MSTC) fala sobre o percentual de recursos destinados à Habitação de Interesse Social perguntando sobre as faixas de atendimento, pois se preocupa com o mercado imobiliário. Pergunta também sobre a relocação das áreas de ZEIS. Cita a importância de cadastro dos cortiços e famílias da região da Bela Vista e Glicério. |
| 2 | Sra. Carmem Silva | Equipamento | Sra. Carmem Silva (MSTC) Pergunta sobre a área onde há a intenção e desejo do movimento de construção da Casa da Mulher Brasileira, obtendo recursos de programa do Governo Federal. Informa que a área é objeto de disputa para a construção de um CEU. |

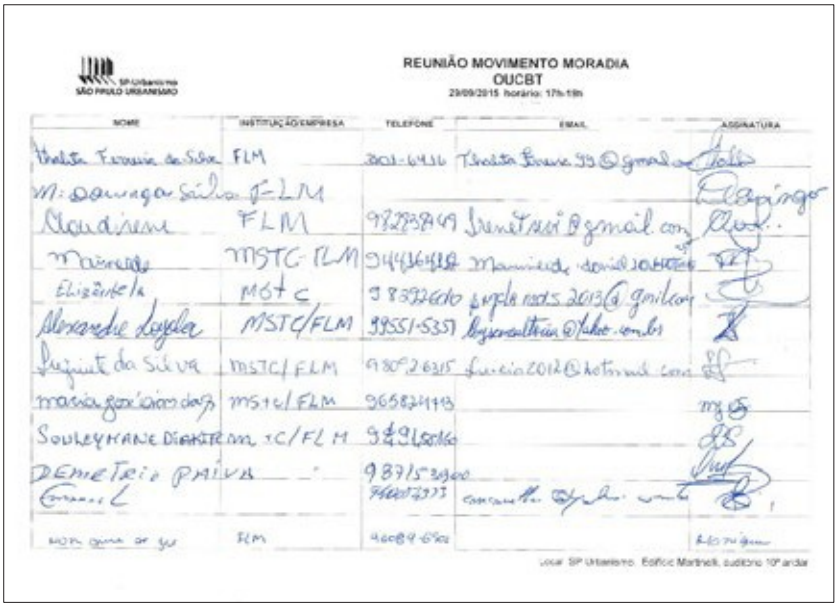
Lista de presença



REUNIÃO MOVIMENTO MORADIA
OUCBT
29/09/2015 horário: 17h-19h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Deusdete Pereira | MSTC | 9,79669307 | | |
| Adriana [illegible] | FLM | 994085682 | | |
| Alexandre [illegible] | FLM | 0 | Alexandre.s.s.s@hotmail.com | |
| Maria [illegible] | FLM | 9 8016-17 6 | | |
| Tania [illegible] | FLM | 7 69-34 99 | | |
| Elisa Chavez [illegible] | | 960 834766 | | |
| [illegible] | | 959235645 | | |
| Jaqueline Pereira | | 99516 0752 | | |
| Fabiana | FLM | 964 3[illegible] | | |
| [illegible] | FLM | 960[illegible] | [illegible] | |
| [illegible] | FLM | GK03225E | | |
| [illegible] | FLM | 945834651 | | |

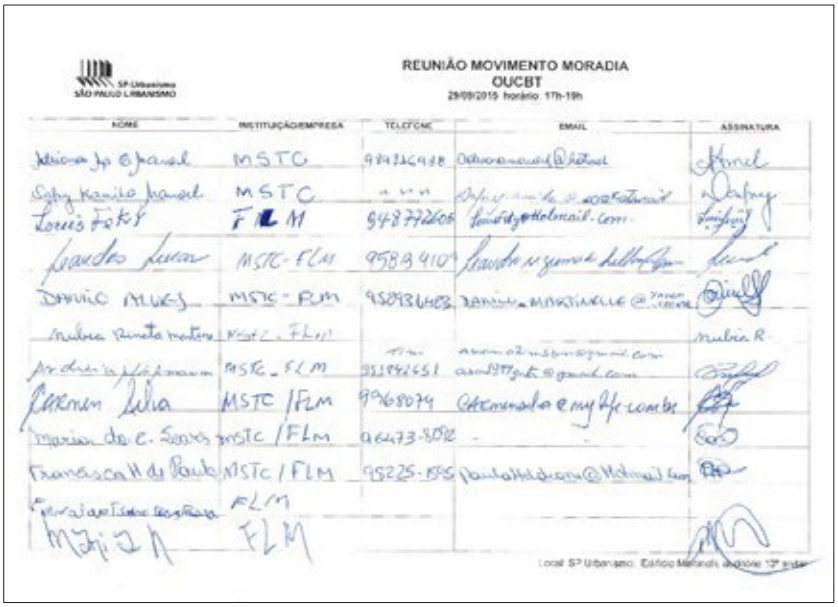
Local: SP Urbanismo. Edifício Martinelli, auditório 12º andar



REUNIÃO MOVIMENTO MORADIA
OUCBT
29/09/2015 horário: 17h-19h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Noelita Teixeira da Silva | FLM | 3021-6436 | Noelita.Teixeira.99@gmail.com | |
| M. Domingas Silva | FLM | | | |
| Claudiane | FLM | 972738469 | Janet.asi@gmail.com | |
| Marinete | MSTC-FLM | 94436[illegible] | Marinete.daniel[illegible] | |
| Elizabete | MST C | 9 8372-6610 | [illegible]@gmail.com | |
| Alexandre de Lagoa | MSTC/FLM | 99551-5357 | [illegible]@hotmail.com.br | |
| Benjamin da Silva | MSTC/FLM | 980726315 | [illegible]@hotmail.com | |
| Maria [illegible] | MSTC/FLM | 965874993 | | |
| Souleymane [illegible] | TC/FLM | 9[illegible] | | |
| Demetrio Paiva | | 98715 3900 | | |
| [illegible] | | 94[illegible] | [illegible] | |
| [illegible] | FLM | 960896[illegible] | | |

Local: SP Urbanismo. Edifício Martinelli, auditório 12º andar



REUNIÃO MOVIMENTO MORADIA
OUCBT
29/09/2015 horário: 17h-19h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Marcos Jo [illegible] | MSTC | 9[illegible] | [illegible]@hotmail | |
| Sidney Kenzo Inamine | MSTC | [illegible] | [illegible] | |
| Louis Foky | FLM | 947772[illegible] | [illegible]@hotmail.com | |
| Leandro Lucas | MSTC-FLM | 9588 4107 | [illegible] | |
| Danilo Nunes | MSTC-FLM | 950936463 | [illegible] | |
| Nubia Renata [illegible] | MSTC-FLM | [illegible] | [illegible] | Nubia R |
| Andreia [illegible] | MSTC-FLM | 951942651 | [illegible] | |
| Carmen Silva | MSTC/FLM | 996[illegible] | [illegible] | |
| Marian de C. Soares | MSTC/FLM | 96473-3[illegible] | - | |
| Francisca N. de Paula | MSTC/FLM | 95225-[illegible] | [illegible] | |
| [illegible] | FLM | | | |
| [illegible] | FLM | | | |

Local: SP Urbanismo. Edifício Martinelli, auditório 12º andar

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**REUNIÃO MOVIMENTO MORADIA**
**OUCBT**
29/09/2015 horário: 17h-19h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Tatiana Patrícia | FLM | 952764476 | [illegible]@hotmail.com | [signature] |
| [illegible] | FLM | 97894752 | | [signature] |
| Dominga [illegible] | FLM. | 29.220.1692 | | [signature] |
| José Alves | FLM | 992592367 | | [signature] |
| Léia Lopes | FLM | 998218007 | leialopes62@gmail.com | [signature] |
| [illegible] | FLM | 95396-2254 | [illegible]@gmail | [signature] |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

Local: SP Urbanismo · Edifício Martinelli auditório 10º andar

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**REUNIÃO MOVIMENTO MORADIA**
**OUCBT**
29/09/2015 horário: 17h-19h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| [illegible] | | | | |
| Sandra R B Marques | | | | |
| [illegible] | | | | |
| [illegible] | | 9816[illegible] | | |
| [illegible] Carvalho | | 98648-9315 | [illegible]@hotmail.com | [signature] |
| [illegible] | | 95263[illegible] | [illegible]@hotmail.com | [signature] |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

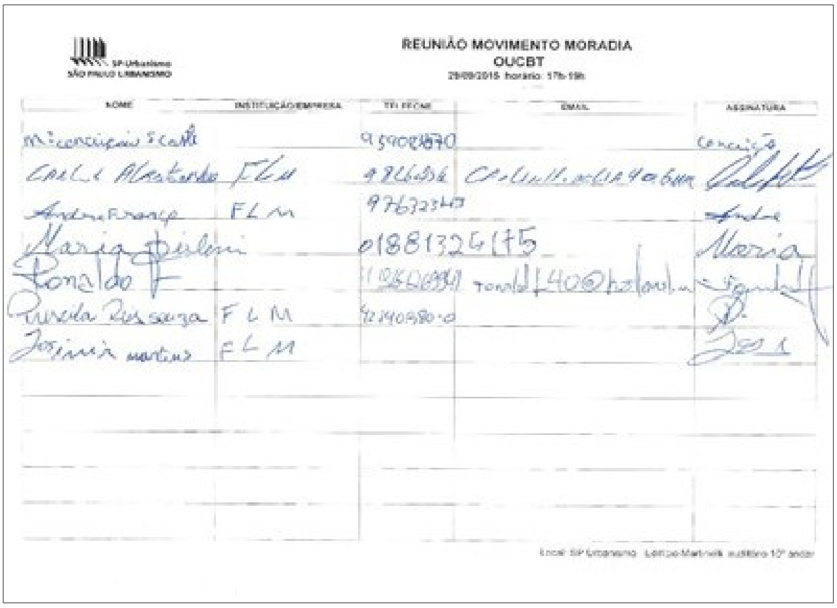
Local: SP Urbanismo · Edifício Martinelli auditório 10º andar

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**REUNIÃO**
**MOVIMENTO MORADIA**
**OUCBT**
[illegible]/09/2015 horário: [illegible]h-13:00h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| [illegible] | FLM | (11)99801-2011 | | [signature] |
| Márcia Mendes | FLM - MSTC | 980109491 | marciamendes[illegible] | [signature] |
| [illegible] | FLM | 984806938 | [illegible]@gmail.com | [signature] |
| Cíntia [illegible] | FLM | 96912983 | | [signature] |
| [illegible] | FLM | 95774-6772 | | [signature] |
| [illegible] | MSTC FLM | 3104-2547 | [illegible]@gmail.com | [signature] |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

Local: SP Urbanismo · Edifício Martinelli auditório 10º andar



SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**REUNIÃO MOVIMENTO MORADIA**
**OUCBT**
29/09/2015 horário: 17h-19h

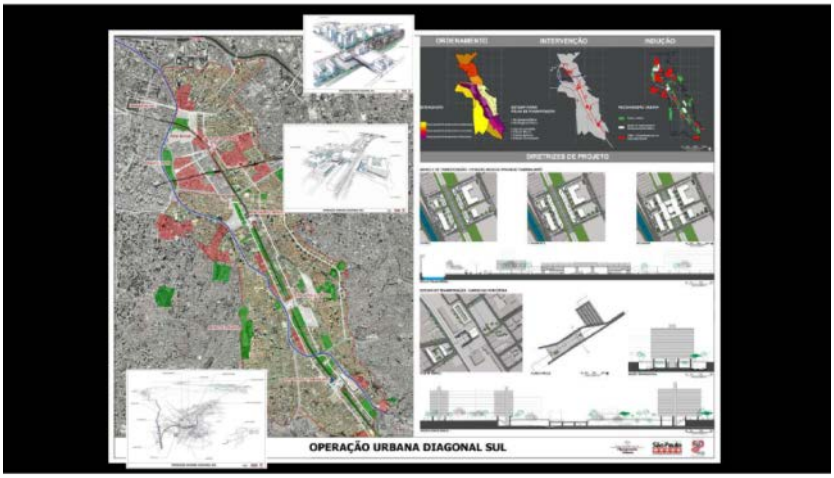
| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Mª conceição [illegible] |  | 959028870 |  | Conceição |
| Carlos [illegible] | FLM | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| André França | FLM | 97672340 |  | André |
| Maria [illegible] |  | 01881326175 |  | Maria |
| Ronaldo F |  | [illegible] | ronald[illegible]40@[illegible] | [illegible] |
| Priscila [illegible] souza | FLM | [illegible] |  | [illegible] |
| Josiane martins | FLM |  |  | [illegible] |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |

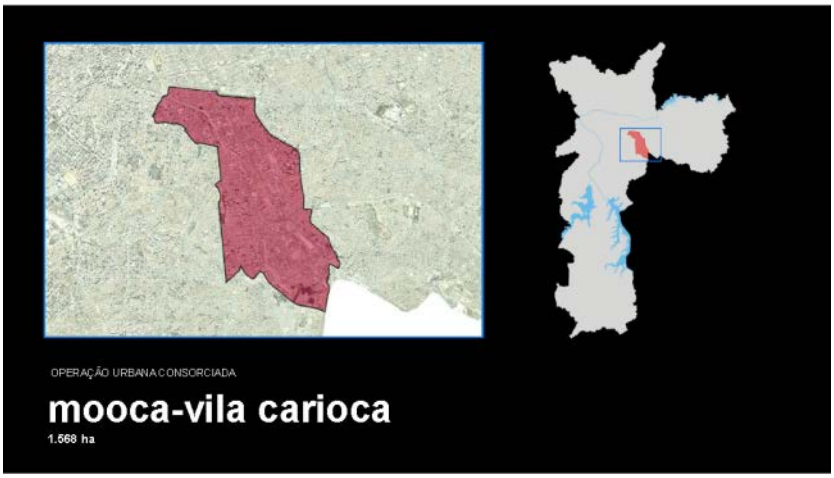
Local: SP Urbanismo - Edifício Martinelli, auditório 10º andar

Fotos

28.09.2015 – Reunião com o Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de SP (SECOVI)

Apresentação discutida em reunião



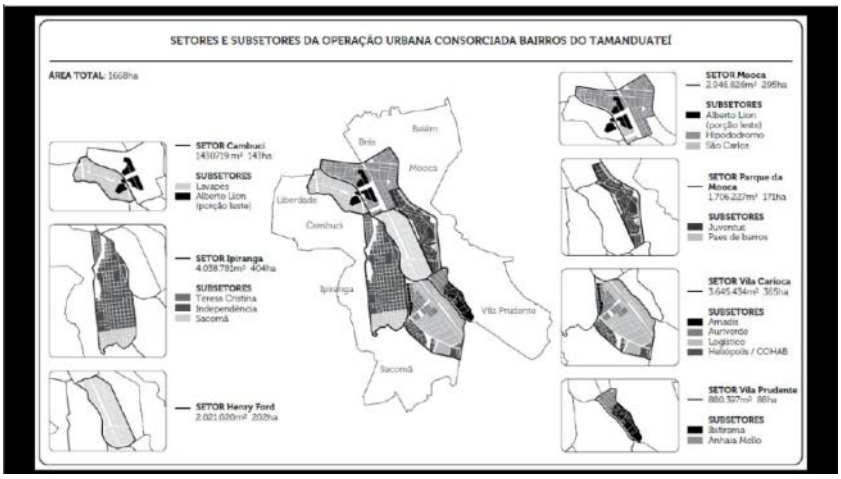
**subsetorização exagerada**

**1.668 ha**

**7 setores | 17 subsetores**

**regras diferenciadas para cada setor/subsetor**

**faz sentido uma operação tão subsetorizada ?**



## 6 subsetores com CAmáximo = 2, diminuindo a possibilidade de uma maior arrecadação e restringindo a ocupação em grande percentual da área da operação

apenas um subsetor [Teresa Cristina],
pequeno percentual da área da operação, com CAmáximo = 6

## interferência excessiva na definição do produto imobiliário

o art. 13 [áreas não computáveis] repete o disposto no PL 272/2015: a somatória das áreas construídas não computáveis não poderá ultrapassar a área construída computável da edificação

limitação de número de vagas + limitação de varandas tornará a produção imobiliária inviável

excesso de oferta de unidades residenciais pequenas [c/ apenas 1 vaga]
excesso de oferta de conjuntos comerciais sem vaga (COTA PARTE =15)

não há demanda para isso e a quantidade e a qualidade do transporte público oferecido ainda está longe de justificar as restrições às vagas de automóvel

## manutenção das zonas industriais

existem evidências indicando que as regiões da cidade onde o emprego industrial mais cresceu foi nas zonas mistas e não nas zonas exclusivamente industriais [ZPI]

o perfil do emprego industrial em São Paulo mudou, não podemos ignorar este fato e simplesmente congelar as áreas. porque insistir na manutenção destas áreas?

há diversos galpões vazios na região e as características conjunturais e logísticas da cidade tornam inviável a operação de grandes indústrias no perímetro da OUCBT

**as disposições relacionadas à quota ambiental [inovação trazida pela revisão da LPUOS e ainda não testada] tornaram-se mais complexas**

pelos estudos que estão sendo feitos pelo CBCS/ASBEA/SECOVI-SP/SINDUSCON-SP , a pontuação mínima é difícil de ser atingida e ainda pode tornar o empreendimento mais caro [cobertura + fachada verde + reservatório de água de chuva maior + maior densidade arbórea]

**o art. 47 estabelece pagamento à vista na compra de CEPAC**

**diante do atual quadro econômico, o setor não poderá suportar desencaixes iniciais tão grandes**

**é fundamental o pagamento parcelado**

---

**CEPAC + cota de solidariedade**

nos empreendimentos com área computável acima de 20.000 m2, além da aquisição de CEPAC, o pagamento pela cota de solidariedade acarretará um custo adicional no produto final .

25% dos recursos arrecadados com CEPAC , já estão destinados à produção de HIS .

## alto custo da contrapartida

**R$ 1.000,00 [CEPAC] + baixos fatores de conversão [CEPAC/m2]**

a equivalência do CEPAC é muito baixa o que somado às restrições construtivas, inviabilizará os empreendimentos

a única equivalência de 1 CEPAC para cada 2 m2 ou 3 m2 de edificação é para HELIÓPOLIS COHAB !!!

## alto custo da contrapartida

**Aumento do preço final da unidade !!!**

se considerarmos, ainda, a aquisição de um terreno de 10.000 m2, em área contaminada + CEPAC, de acordo com a tabela proposta + atendimento da quota ambiental + cota de solidariedade + restrições da OUCBT, teremos um produto final com um preço de venda superior a um produto similar localizado em regiões imediatamente lindeiras à Operação.

**porque um adquirente final pagaria R$900 mil numa unidade no Ipiranga, dentro da Operação, sendo que poderia pagar R$500 mil numa unidade similar, no mesmo bairro, fora da Operação ?**

## a distribuição dos estoques de potencial construtivo adicional [quadro 4] deveria ser acompanhada de justificativas

como aferir se os estoques propostos são, minimamente, razoáveis...?

**sistema de gestão extremamente complexo e de difícil governabilidade**
atuação concertada dos órgãos e entidades municipais

BTSA
subsidiária da SPURBANISMO
+
GRUPO DE GESTÃO
+
SVMA

elaboração dos programas e o fornecimento dos dados técnicos necessários à implementação e acompanhamento das ações para atendimento aos termos do licenciamento ambiental da OUCBT, bem como o acompanhamento e orientação dos estudos promovidos pela BTSA para intervenções urbanísticas em que seja exigido licenciamento ambiental

**sistema de gestão extremamente complexo e de difícil governabilidade**
atuação concertada dos órgãos e entidades municipais

BTSA
subsidiária da SPURBANISMO
+
GRUPO DE GESTÃO
+
SVMA

elaboração dos programas e o fornecimento dos dados técnicos necessários à implementação e acompanhamento das ações para atendimento aos termos do licenciamento ambiental da OUCBT, bem como o acompanhamento e orientação dos estudos promovidos pela BTSA para intervenções urbanísticas em que seja exigido licenciamento ambiental

## comentários

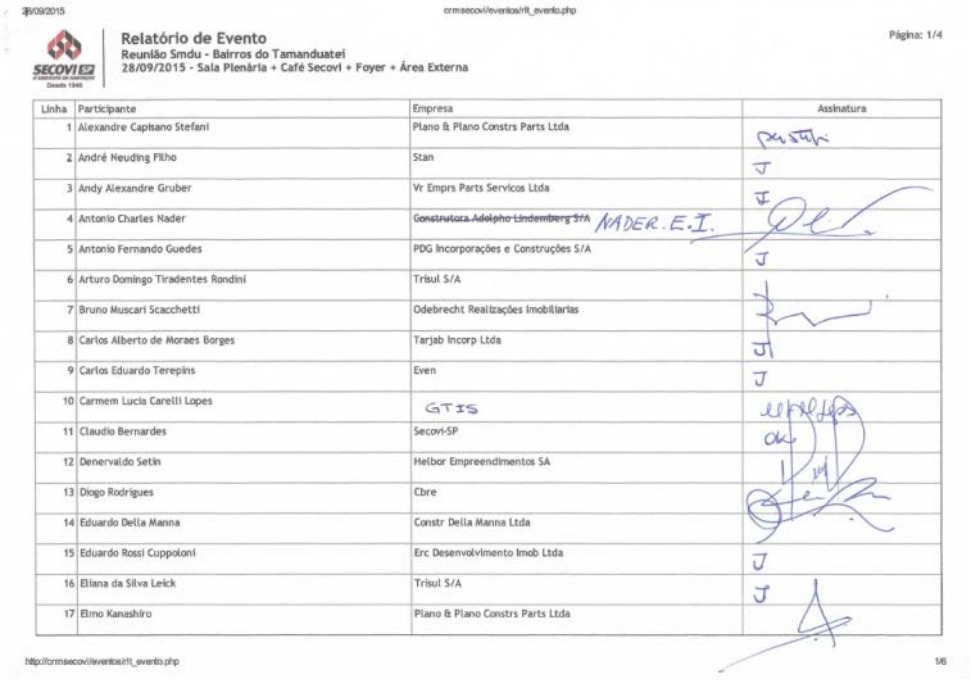
**evidente descompasso entre as dinâmicas do setor privado e do poder público**
**dificuldade no gerenciamento de prazos e na manutenção de cronogramas**

**maior grau de previsibilidade**

**não existe previsão para criação de indicadores de performance**
**gerenciamento eficaz + manutenção de cronogramas**

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

## Lista de presença



28/09/2015 crmsecovi/eventos/rlt_evento.php

**Relatório de Evento**
Reunião Smdu - Bairros do Tamanduatei
28/09/2015 - Sala Plenária + Café Secovi + Foyer + Área Externa

Página: 1/4

| Linha | Participante | Empresa | Assinatura |
|---|---|---|---|
| 1 | Alexandre Capisano Stefani | Plano & Plano Constrs Parts Ltda | |
| 2 | André Neuding Filho | Stan | |
| 3 | Andy Alexandre Gruber | Vr Emprs Parts Servicos Ltda | |
| 4 | Antonio Charles Nader | ~~Construtora Adolpho Lindemberg S/A~~ NADER.E.I. | |
| 5 | Antonio Fernando Guedes | PDG Incorporações e Construções S/A | |
| 6 | Arturo Domingo Tiradentes Rondini | Trisul S/A | |
| 7 | Bruno Muscari Scacchetti | Odebrecht Realizações Imobiliarias | |
| 8 | Carlos Alberto de Moraes Borges | Tarjab Incorp Ltda | |
| 9 | Carlos Eduardo Terepins | Even | |
| 10 | Carmem Lucia Carelli Lopes | GTIS | |
| 11 | Claudio Bernardes | Secovi-SP | |
| 12 | Denervaldo Setin | Helbor Empreendimentos SA | |
| 13 | Diogo Rodrigues | Cbre | |
| 14 | Eduardo Della Manna | Constr Della Manna Ltda | |
| 15 | Eduardo Rossi Cuppoloni | Erc Desenvolvimento Imob Ltda | |
| 16 | Eliana da Silva Leick | Trisul S/A | |
| 17 | Elmo Kanashiro | Plano & Plano Constrs Parts Ltda | |

http://crmsecovi/eventos/rlt_evento.php 1/6

28/09/2015 crmsecovi/eventos/rlt_evento.php

Página: 2/4

| Linha | Participante | Empresa | Assinatura |
|---|---|---|---|
| 18 | Ely Flávio Wertheim | Wertheim Imovs S/s Ltda Epp | |
| 19 | Emilio Rached Esper Kallas | Kallas Eng Emprs Ltda | |
| 20 | Érica Stefanini | Tarjab Incorp Ltda | |
| 21 | Fernando de Mello Franco | Smdu | |
| 22 | Flavio Augusto Ayres Amary | Renato Amary Emprs Imobs Ltda | |
| 23 | Flávio Ernesto Zarzur | Eztec Emprs Parts S/A | |
| 24 | Flávio Prando | Nova Realty Imóveis (Nova Invest Imobs Ltda) | |
| 25 | Gabriela Sayd Mogames | Kallas Eng Emprs Ltda | |
| 26 | Guilherme Stefani Carlini | Gafisa | |
| 27 | Gustavo Partezani Rodrigues | Smdu | |
| 28 | Henrique Borenstein | Helbor Empreendimentos S.A. | |
| 29 | Henrique Cambiaghi Filho | CFA Cambiaghi Arq Ltda | |
| 30 | Jaime Stokfisz Flechtman | Cyrela Brazil Realty Empreendimentos e Participações S/A | |
| 31 | João Batista Crestana | Torrear Incorps Planej Imobs Ltda | |
| 32 | João Rodrigues Teixeira | Gtis Novos Negs Servs Parts Ltda | |
| 33 | João Rossi Cuppoloni | Rossi Residencial | |
| 34 | Jorge Cury Neto | Trisul S/A | |
| 35 | Lair Alberto Soares Krähenbühl | Consurb S/A Emprs Imobs | |
| 36 | Luiz Augusto Pereira de Almeida | Sobloco Construtora | |

http://crmsecovi/eventos/rlt_evento.php 3/6

| Linha | Participante | Empresa | Assinatura |
|---|---|---|---|
| 37 | Luiz Carlos Pereira de Almeida | Sobloco Construtora | |
| 38 | Marcel Mayon | PDG Realty | |
| 39 | Marcelo Dzik | Even | |
| 40 | Marcelo Mariz de Oliveira Yunes | Yuny Incorporadora S/A | |
| 41 | Marcelo Matsumoto | Yuny Incorporadora S/A | |
| 42 | Marcio Jeha Chede | Chede Constrs Emprs Ltda | |
| 43 | Maristella de Freitas Val Diniz | GTIS | |
| 44 | Mauricio Bartolo Salles | PDG Incorporações e Construções S/A | |
| 45 | Meyer Joseph Nigri | Tecnisa S/a | |
| 46 | Nicolau Sarquis Junior | Kallas Eng Emprs Ltda | |
| 47 | Octavio Marques Flores | Gafisa | |
| 48 | Paulo Aridan Soares Mingione | Odebrecht Realizações Imobiliárias | |
| 49 | Paulo Otávio Gonçalves de Moura | Even | |
| 50 | Paulo Ricardo Baqueiro de Melo | Odebrecht Realizações Imobiliarias | |
| 51 | Renato Meyer Nigri | Tecnisa | |
| 52 | Renato Ventura | ABRAINC - Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias | |
| 53 | Ricardo Malaquias Pereira Junior | Construtora São José | |
| 54 | Ricardo Yazbek | R Yazbek Desenv Imob Ltda | |
| 55 | Rodrigo Uchoa Luna | Plano & Plano Constrs Parts Ltda | |





| Linha | Participante | Empresa | Assinatura |
|---|---|---|---|
| 56 | Ronaldo Cury de Capua | Cury Emprs Imobs Ltda | |
| 57 | Sandro Gamba | Gafisa | |
| 58 | Silvio Iamamura | Eztec Emprs Parts S/A | |
| 59 | Silvio Oliveira de Paula | Eztec Emprs Parts S/A | |
| 60 | Ubirajara Spessotto de Camargo Freitas | Brookfield Empreendimentos | |
| 61 | Vladimir José Iszlaji | ABRAINC - Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias | |
| 62 | Walter Francisco Lafemina | WGL Administração e Participações Ltda | |
| 63 | Walter Luiz Monteiro Cardoso | Richard Ellis | |
| 64 | Fabio Gaiuzy Nascente Fraga | Brookfield Empreendimentos | |
| 65 | Elodon Henke Nörnberg | CBRE | |
| 66 | Diogo Zopone | TECNISA SA | |
| 67 | Murilo Almeida Filho | Aguassanta | |
| 68 | Luiz Frederico Raupl | Unicamp | |
| 69 | Carla Pomar | SP Urbanismo | |
| 70 | Rita Gonçalves | SP Urbanismo | |
| 71 | Antonio Aparecido JR | SP Urbanismo | |
| 72 | Marcelo Ignatius | SP Urbanismo | |
| 73 | | | |

*Impresso em 28/09/2015 09h41 por Jane Malmegrin Caceres / Secovi-SP (Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo*

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

24.09.2015 – Reunião com Associação Comercial de São Paulo – Distrital Mooca (ACSP-DM)

Reunião realizada no Auditório da Associação Comercial de São Paulo – Distrital Mooca. Contou com a participação de 40 pessoas. A apresentação foi realizada e aberta à palavra para contribuições e esclarecimentos.

| | Autor | Tema | Contribuição |
|---|---|---|---|
| 1 | Sr. Julio Cesar Olivieri | incentivos urbanísticos | Sr. Julio Cesar Olivieri pergunta esclarecimentos sobre a cota parte, sendo a quantidade mínima de unidades calculada sobre a área total do lote. |
| 2 | Sr. Marco di Cunto Jr. | mobilidade | Sr. Marco Di Cunto questiona quanto a incentivos para estacionamentos na área adensada. |
| 3 | Sr. José Tadeu | mobilidade | Sr. José Tadeu pede informações sobre a reforma da Estação Ipiranga da CPTM. |
| 4 | Sr. Luis Carlos Castan | mobilidade | Sr. Luis Carlos Castan fala do grande fluxo de caminhões no setor Henry Ford. Pergunta se o plano analisou e contemplou esta dinâmica da área. |
| 5 | Sr. Franciso Parisi | | Sr. Francisco Parisi pele mais esclarecimentos sobre as conexões e intervenções previstas para a região da Avenida Presidente Wilson. |
| 6 | Sr. Valter Rodrigues | gestão e drenagem | Sr. Valter Rodrigues questiona a origem e gestão dos recursos obtidos com a Operação Urbana. Pergunta também se haverá piso drenante no pavimento das ruas. |
| 7 | Sra. Ana Maria | áreas verdes | Sra. Ana Maria fala sobre o Parque da Rua Dianópolis. Diz que a LAP aponta um parque 90% permeável, mas quer saber qual será a porcentagem de área total do parque indicado em relação a totalidade do terreno da antiga Esso. |
| 8 | Sr. Pedro Felipe | contaminação e mobilidade | Sr. Pedro Felice fala das paralisações das obras de mobilidade e drenagem de competência do Governo de Estado; da região do porto de areia, perguntando de realmente de encontra contaminado e qual a contaminação. Fala também da história do Viaduto São Carlos, que foi construído pela iniciativa privada e entregue ao município. Pergunta se ele será demolido quando das intervenções viárias na região. |
| 9 | Sr. José Tadeu | áreas verdes | Sr. José Tadeu pede esclarecimentos sobre o parque da Rua Dianópolis, perguntado se este terá frente para a Rua Dianópolis ou para a Rua Barão de Monte Santo. Pergunta sobre a destinação da área restante do lote. |
| 10 | Sra. Ana Maria | incentivos urbanísticos | Sra. Ana Maria pergunta sobre os critérios de distribuição de estoques construtivos. |
| 11 | Sr. Jocimar | melhoramentos públicos e gestão | Sr. Jocimar fala sobre a área do parque da Rua Dianópolis. Diz que sabe quem é o proprietário e que este desembolsou R$ 300 milhões para a compra do lote. Dessa forma, pergunta quem pagará pela desapropriação e quanto custará o parque. Sobre todo o plano urbanístico, pergunta como ele será realizado caso não haja total arrecadação dos recursos necessários pela operação urbana consorciada. Como a prefeitura encontrará recursos para realizar todas as obras? |
| 12 | Sr. Marco di Cunto Jr. | mobilidade | Sr. Marco Di Cunto pede esclarecimentos sobre a transposição da Estacão Mooca e sobre o alargamento da Rua da Mooca. |
| 13 | Sr. Valter Rodrigues | plano urbanístico | Sr. Valter Rodrigues acompanha os esclarecimentos e pergunta o que seria a Mooca antiga. Qual a região da Mooca que o termo se refere? |
| 14 | Sr. Paulo | mobilidade | Sr. Paulo parabeniza o projeto e fala sobre a lei nº 16.235 que permite a exploracao de estacionamentos em áreas públicas. |
| 15 | Sr. Michelangelo e Sr. Kasuo | melhoramentos viários | Sr. Michelangelo e Sr. Kasuo pedem esclarecimentos sobre o alargamento previsto na Rua Ibitirama. |

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

Lista de presença

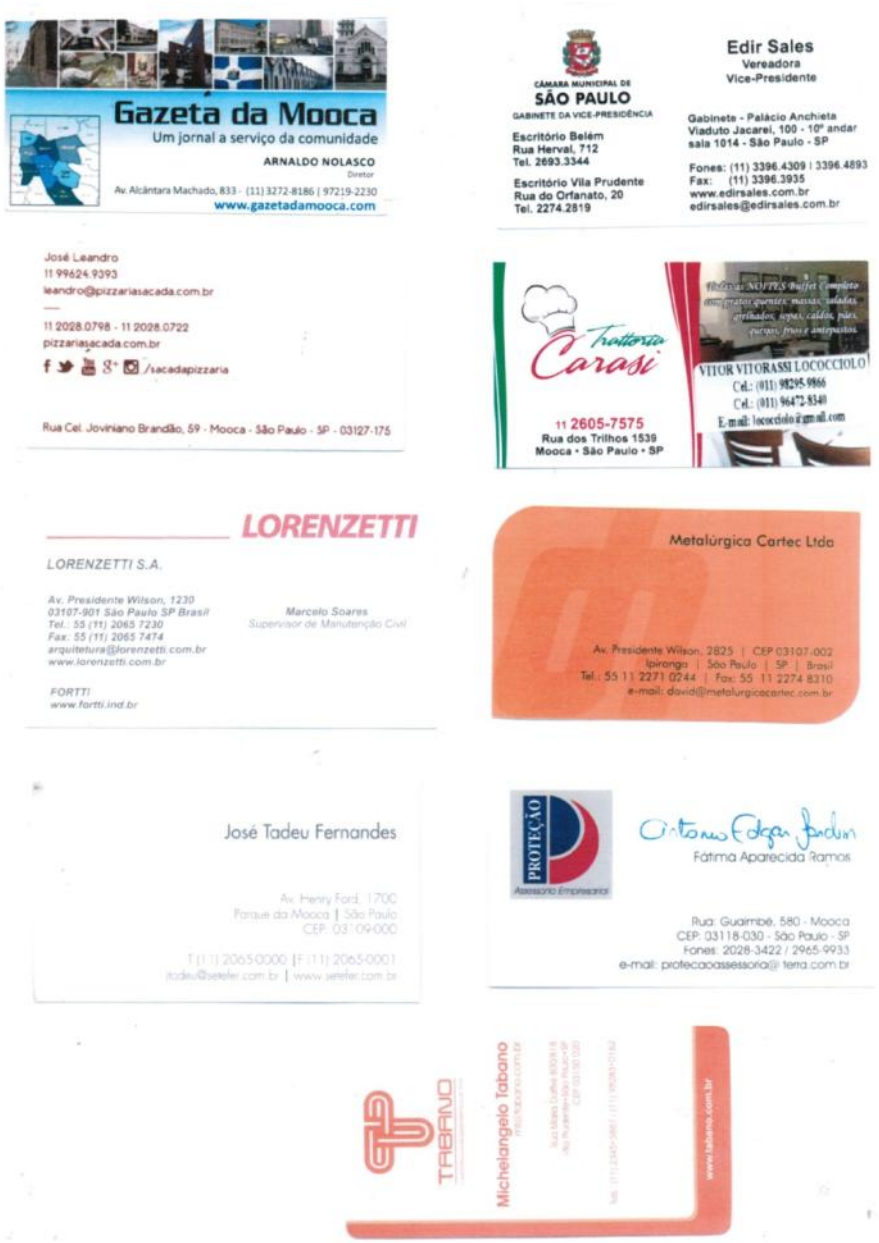
OpeDistrital Mooca
Data: 24 de setembro de 2015
Horario: 19 horas
Local: Rua Madre de Deus, 222

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL

**Reunião de Esclarecimentos Operação Urbanas Bairro do Tamanduatei**
Gestão - 2015/2017

| NOME | EMPRESA \| ENTIDADE | CARGO | E-MAIL | TELEFONE | ASSOCIADO (S/N) | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Pedro Felici Rublin | ALOHAMOOCA | - | PFPERDOCA@TERRA.COM.BR | 2604-3335 | N | |
| Kazuo Takara | Supermercado | Proprietário | TAKARAkudent@uol.br | 93413932 | | |
| João Batista | Box Temperlife | | pereira.JB@ig.com.br | 99942.9751 | | |
| Eliseo Forli | ROTARY | | | 9.4788.2156 | | |
| Ana Maria Forli | Rotary | | flang@ plag.com | 99999302 | | |
| Maria Inez Robim | Robim | eng. | [illegible]@terra.com | 78841917 | N | |
| Cristiane Palma | ASSOC. AMIGOS MOINHO | — | crisgpalma@gmail.com | 99304.3122 | Ñ | |
| Carlos Palma | — | — | crospalma@yahoo.com.br | 99304.3160 | N | |
| Marly N Ruf | | | marlynovaes@gmail | 99799.7165 | N | |
| Valter Rodrigues | | | varterodrigues@gmail | 3311-3962 | N | |
| Eduardo Odloak | | | odloak@yahoo.com.br | 3775 6200 | N | |
| Julio Cesar Oliveira | ACSP | | — | — | S | |
| ELIZABETH FLORIDO | ACSP-MO | ASS. DIR. | geburoh@uol.com.br | 99693 8915 | N | |
| Jacimar Olsen | Giro Mini | Pres. | | 9.9231-5938 | N | |
| EVANDO REIS | SPMO | | | | | |
| Julio A. Turno (Cifer) | Diretor | | julio@cifer.com.br | 20660909 | | |

| NOME | EMPRESA \| ENTIDADE | CARGO | E-MAIL | TELEFONE | ASSOCIADO (S/N) | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Marcelo H. Nicoli | Vock Self Storage | Presidente | marcelo.nicoli@vock.com.br | (11)98100-7283 | N | |
| Luiza Gaido | [illegible] | | luizagaido@hotmail.com | (11)99985 1764 | N | |
| Carlo de Almeida | | | carlosdealmeida18@gmail.com | 11 98118 2997 | N | |
| Ana Maria Pantalião | Bonsag Mooca | Presidente | amc.admilson@yahoo.com | 2028-1532 | N | Ana Pantalião |
| Sudy Lopes | APEM | Diretora | [illegible].lopes@hotmail.com | 2914 3998 | | |
| Antonio Vico | ACSP | Dirt. Mem. | avico@uol.com.br | 99080804 | S | |
| MARIO ALFREDO DI CUNTO | DI CUNTO | DIRETOR | MDC@DICUNTO.COM.BR | 99916 1647 | S | |
| MARCO ALFREDO DI CUNTO JR | DI CUNTO | GER. MKT | MAIL@DICUNTO.COM.BR | 9.9633.7012 | S | Marco |
| Renato Corona | CPM-VP | Secret. | renatocorona@gmail.com | 984265982 | S | Renato |
| LUIZ CARLOS CASTAN | ACSP | | | | | |
| Ivan Paulo | AC MOOCA | — | — | — | – | – |
| Wagner Ubeda | ACSP | | | | | |
| Roberto Doinzete | ACSP | | | | | |
| Creuza Gimeno | Arca Mooca | | | | | |
| Thaumaturgo Araujo | | | thaumaturgo@perti.com.br | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |


Gazeta da Mooca
Um jornal a serviço da comunidade
ARNALDO NOLASCO
Diretor
Av. Alcântara Machado, 833 - (11) 3272-8186 | 97219-2230
www.gazetadamooca.com
CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
Escritório Belém
Rua Herval, 712
Tel. 2693.3344
Escritório Vila Prudente
Rua do Orfanato, 20
Tel. 2274.2819
Edir Sales
Vereadora
Vice-Presidente
Gabinete - Palácio Anchieta
Viaduto Jacareí, 100 - 10º andar
sala 1014 - São Paulo - SP
Fones: (11) 3396.4309 | 3396.4893
Fax: (11) 3396.3935
www.edirsales.com.br
edirsales@edirsales.com.br
José Leandro
11 99624.9393
leandro@pizzariasacada.com.br
11 2028.0798 - 11 2028.0722
pizzariasacada.com.br
/sacadapizzaria
Rua Cel. Joviniano Brandão, 59 - Mooca - São Paulo - SP - 03127-175
Trattoria Carasi
11 2605-7575
Rua dos Trilhos 1539
Mooca • São Paulo • SP
VITOR VITORASSI LOCOCCIOLO
Cel.: (011) 98295-9866
Cel.: (011) 96472-8340
LORENZETTI
LORENZETTI S.A.
Av. Presidente Wilson, 1230
03107-901 São Paulo SP Brasil
Tel.: 55 (11) 2065 7230
Fax: 55 (11) 2065 7474
arquitetura@lorenzetti.com.br
www.lorenzetti.com.br
Marcelo Soares
Supervisor de Manutenção Civil
FORTTI
www.fortti.ind.br
Metalúrgica Cartec Ltda
Av. Presidente Wilson, 2825 | CEP 03107-002
Ipiranga | São Paulo | SP | Brasil
Tel.: 55 11 2271 0244 | Fax: 55 11 2274 8310
e-mail: david@metalurgicacartec.com.br
José Tadeu Fernandes
Av. Henry Ford, 1700
Parque da Mooca | São Paulo
CEP: 03109-000
T (11) 2065 0000 | F (11) 2065 0001
tadeu@yetefer.com.br | www.yetefer.com.br
PROTEÇÃO
Assessoria Empresarial
Fátima Aparecida Ramos
Rua: Guaimbé, 580 - Mooca
CEP: 03118-030 - São Paulo - SP
Fones: 2028-3422 / 2965-9933
e-mail: protecaoassessoria@terra.com.br
TABANO
Michelangelo Tabano
www.tabano.com.br

FOTOS

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL

21.09.2015 – Audiência Pública: Minuta do Projeto de Lei – Círculo dos Trabalhadores Cristãos da Vila Prudente

Ata de Audiência pública Minuta do Projeto de Lei da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, realizada em 21 de setembro de 2015.

Aos vinte e um dias do mês de setembro de 2015, no período compreendido entre 18h00 e 22h30 foi realizada a Audiência Pública sobre a Minuta do Projeto de Lei da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, no auditório do Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente situado à Rua José Zappi, 120 - São Paulo-SP. A abertura foi coordenada pela São Paulo Urbanismo e foi constituída de breve saudação e esclarecimentos sobre o procedimento da audiência pública. A mesa diretora é composta pelo Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo, Sr. Gustavo Partezani Rodrigues que fará a apresentação, a Subprefeita de Vila Prudente Sandra Elena Barbosa dos Santos e o Presidente do Círculo dos Trabalhadores Cristãos Sr. Newton Zadra. Agradecemos o empréstimo do auditório para a realização da audiência e a presença dos demais representante da região. Passa a palavra ao Sr. Gustavo Partezani Rodrigues, que faz breve saudação e passa a palavra à Subprefeita. Sra. Sandra Elena agradece a presença de todos e reforça os objetivos da apresentação da audiência, ressaltando a importância das manifestações e contribuições. Sr. Gustavo Partezani Rodrigues passa a palavra ao Presidente do Círculo dos Trabalhadores Cristãos – Sr. Newton Zadra para saudação, que cumprimenta a todos e saúda os representantes. Fala da importância dos trabalhos do dia, com a proposta que será apresentada. Fala do adensamento proposto e das reivindicações da região, como áreas verdes, equipamentos culturais entre outros. Chama a população para reforçar reivindicações desejos de transformação da comunidade. Aponta a mais antiga favela da cidade de São Paulo – Favela da Vila Prudente, que precisa de atenção e propostas do poder público. Neste momento, a mesa é desfeita para que todos possam acompanhar a apresentação. Na sequência foi realizada a exposição, pelo Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo - Gustavo Partezani Rodrigues, dos objetivos e estratégias propostas na Minuta do Projeto de Lei que se encontra disponibilizada no sitio www.gestaourbana.sp.gov.br desde 26.09.2015. Sr. Gustavo Partezani Rodrigues inicia a apresentação e retoma o processo participativo de licenciamento da operação urbana consorciada, em audiências realizadas em dezembro de 2014, realizadas nos mesmos locais. Inicia com a apresentação do instrumento Operação Urbana Consorciada demonstrando as transformações previstas para o território, juntamente com seus objetivos e estratégias de: socialização dos ganhos da produção na região; assegurar o direito a moradia digna para quem precisa; melhorar a mobilidade urbana; qualificar a vida urbana dos bairros; orientar o crescimento da cidade nas proximidades do transporte público; reorganizar as dinâmicas metropolitanas promovendo o desenvolvimento econômico da cidade; incorporar a agenda ambiental ao desenvolvimento da cidade; fortalecer a participação popular nas decisões dos rumos da cidade e preservar o patrimônio e valorizar as iniciativas culturais. Os objetivos e estratégias são detalhados e, ao final, o Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo encerra a sua fala, abre a palavra aos inscritos para as manifestações e apresenta mesa técnica para esclarecimentos de dúvidas junto aos mapas disponibilizados. Agradece a atenção e é iniciada, pela coordenação, a chamada dos inscritos. Inicialmente, a coordenação agradece a presença do Vereador Toninho Vespoli e segue com cinco falas. 1) Sr. José da Guia Pereira (militante do movimento popular de saúde da região sudeste) cumprimenta a todos e cita matéria jornalística que apresenta diminuição dos recursos disponibilizados para equipamentos públicos: de 28% apresentados anteriormente, para 15% apontados na minuta. Houve queda de 13% dos investimentos em equipamentos sociais. Pergunta quais e quantos seriam os equipamentos públicos e se as construções seriam sustentáveis. 2) Sr. André D. Silva (MDF / UMM) fala da dificuldade em apropriação das informações no formato das audiências públicas e do exíguo tempo de debate. Cita as conquistas do Plano Diretor Estratégico – PDE, inclusive sobre as áreas de ZEIS, onde aponta a proposta de realocação de ZEIS como descabida. Indaga sobre os 25% destinados à habitação de interesses social quanto às faixas de atendimento. Pede para que seja atendimento apenas de faixa 1, sendo a população que mais precisa. Sobre os quadros disponibilizados na minuta, identifica a presença de vários quadros das mais diversas intervenções, mas não há mapeamento das diversas comunidades do perímetro. Pede a inclusão do nome de todas as favelas para que se possa garantir o investimento prioritário nessas comunidades. Neste momento, o Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo convida o Vereador Toninho Vespoli para compor a mesa. Segue-se a fala: 3) Sr. Hirão Tessari (Jornal da Zona Leste) remete à outras intenções fracassadas do poder público em criar empresas para cuidar de áreas específicas. Fala sobre a abertura do viário da Avenida Pacheco e Chaves. Cita o alinhamento viário dos anos 50 e das edificações que ali se instalaram. Pergunta se haverá recursos para as indenizações a todos os munícipes atingidos pelas desapropriações. Pergunta o porquê, na região, apenas consta o alargamento da Avenida Ibitirama. 4) Sr. Edilson Mineiro (MST Leste 1 / UMM) cumprimenta a todos e fala de sua trajetória frente às lutas dos movimentos sociais. Entende que cada etapa do debate tem uma finalidade e na atual fase de conhecimento da minuta, onde foi feito uma avaliação de aspectos que precisam ser aperfeiçoados. É fundamental garantir a prioridade para quem já mora nas favelas, cortiços e fundos de quintal da região, prioridade à faixa 1 de atendimento de Habitação de Interesse Social - HIS, onde os 25% dos recursos para HIS devam sem destinados à produção de HIS faixa 1. Pergunta sobre as áreas que serão atendidas pela operação e em qual horizonte de tempo para a produção habitacional. Sobre os instrumentos de controle, pede maioria da sociedade civil no Grupo de Gestão e eleições diretas. Apresenta um documento com as diversas questões que o grupo desenvolveu e circula entre os participantes das audiências e

farão também na minuta participativa. Pede mais debate para alcançar o consenso. 5) Sr. Benedito Roberto Barbosa – Dito (Movimento de Moradia Sudeste) cumprimenta os presentes e os demais parceiros dos diversos movimentos sociais presentes. Fala da importância em se estender o debate e da necessidade de atendimento da faixa 1 de HIS e cita terreno indicado para habitações populares na região da Avenida Presidente Wilson. Fala sobre a especulação imobiliária e a valoração da terra, onde o simples anúncio da Operação Urbana já causa o aumento dos valores e consequentemente o valor dos aluguéis, dinâmica esta que expulsa a população de baixa renda. Cita como paralelo a Operação Urbana Consorciada Água Espraiada. Critica a criação da empresa BTSA. Para que uma empresa dentro de outra empresa? Fala sobre a criação da empresa da Nova Luz, onde o interesse do mercado imobiliário prevalecia sobre o interesse das comunidades, diz ser uma proposta neoliberal de controle do território. É contra a criação da empresa dentro da empresa. Sobre o perímetro expandido, diz que dialoga pouco com as famílias de baixa renda, não englobando áreas de baixa renda e pede ampliação até a ponta da periferia. Também não concorda com a proposta do Grupo de Gestão da operação urbana, solicitando ampla participação, representação e eleições diretas. A coordenação encerra este primeiro bloco e passa a palavra ao Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo para os esclarecimentos. Sr. Gustavo Partezani Rodrigues agradece as contribuições e partilha as reflexões sobre o projeto apresentado. As reflexões ajudam o executivo a calibrar as propostas, preservando a qualidade e objetivo. Os estudos se iniciaram no Plano Diretor de 2002, com a contribuição de várias pessoas. Ainda não haviam informações, subsídios suficientes e o trabalho foi evoluindo e aprendendo com os demais projetos e operações urbanas da cidade. Sobre os recursos atribuídos aos equipamentos, a primeira proposta apresentou todos os equipamentos indicados mapeados e dimensionados junto às diversas secretarias envolvidas. Durante as várias agendas a demanda por parques foi intensa. Diante disso, todas as intervenções foram orçadas e os valores necessários foram recalculados. Foi identificado que, com a capacidade de arrecadação ao longo do tempo, será possível executar as propostas de equipamentos das diversas secretarias com 15% dos recursos. A diferença dos recursos foi direcionada à criação e execução de parques e complementa a proposta do sistema de espaços públicos. Sobre a habitação. A atual gestão apresenta recorde em debates realizados por audiências públicas sobre as diversas políticas de desenvolvimento da cidade, como o Plano Diretor estratégico, a Operação Urbana Consorciada Água Branca e o próprio zoneamento que se encontra em discussão. Continuaremos o debate para aperfeiçoar a proposta. É necessário apresentar esclarecimentos a quatro pontos. A relocação de ZEIS surgiu com a preocupação com a grande incidência de solo contaminado. Caso edificar Habitação de Interesse Social - HIS nessas áreas custasse muito tempo e dinheiro, a relocação seria uma forma de viabilizar a execução das unidades: áreas contaminadas seriam utilizadas como parque e outras áreas seriam utilizadas para HIS. De qualquer forma, será possível reavaliar e aprimorar a proposta no debate. Quanto ao atendimento de HIS para a faixa 1, a lei segue as diretrizes e porcentagens definidas no Plano Diretor Estratégico. É possível rever esses índices, mas o importante é evitar a concentração destes atendimentos. A proposta da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí - OUCBT é fazer cidade, distribuindo as várias faixas de renda por todo o perímetro para promover a diversidade. Importante pensar em como fazer isso: se gravando para apenas faixa 1 ou se identificando os nomes das comunidades. Foi questionada também a formação do Conselho Gestor. A proposta de nomear o conselho com integrantes de representantes de conselhos já instituídos e eleitos de forma direta traz representatividade e diálogo com a sociedade, movimentos sociais e demais seguimentos para atendimento das demandas diversas e locais, validada pela lógica do Plano Diretor Estratégico. No debate ficou evidente e clara a vontade de participação junto ao Conselho Gestor da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí. Vários órgãos se manifestam quanto à participação: habitação, meio ambiente, cultura, infraestrutura, equipamentos e a COVISA, que além da vigilância, acompanha o processo de transformação, principalmente quanto às áreas contaminadas. Além de contemplar as sugestões apresentadas é necessário considerar o número total de membros. Este ponto também deverá ser debatido e aperfeiçoado. A criação da Empresa Pública também é um ponto importante para esclarecimentos. A Empresa Bairros do Tamanduateí S/A – BTSA é vinculada a São Paulo Urbanismo e tem objetivo e foco na agenda do território, que é muito grande. A Cidade de São Paulo apresenta outros exemplos como esse, onde citamos a própria COHAB e a antiga EMURB, que surgiu da necessidade de construir a urbanização ao redor das estações do metrô. Criar uma empresa é importante para a cidade, está em sua história e se caracteriza como um avanço no processo. A BTSA vem para objetivar e focar no processo de transformação. É imediata e precisa, identifica o interlocutor e consegue organizar melhor as diversas agendas. A proposta vem de modelos de empresas públicas identificados em outras cidades e países. Sobre o alinhamento viário, a proposta traz a execução de alinhamentos viários já propostos nos anos 50. São aberturas de vias que foram projetadas, mas nunca executadas. Essas ligações são importantes para viabilizar as conexões do bairro. Neste momento, o Sr. Gustavo Partezani Rodrigues encerra sua fala e abre novamente aos inscritos. A coordenação reinicia as falas. 6) Sra. Graça Xavier (UMM Sudeste) cumprimenta a todos e sugere que todos demais inscritos sejam ouvidos num único bloco e que se faça uma devolutiva no final, tendo em vista o adiantado da hora. Reforça a ausência das favelas e principalmente dos cortiços nos mapas e quadros, preocupando-se com a expulsão dos mais pobres pela especulação imobiliária. Fala da importância da eleição direta no Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, legitimando a representação dos moradores do perímetro afetado. Cita a “Operação Dos Meninos” e sugere englobar no perímetro da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí

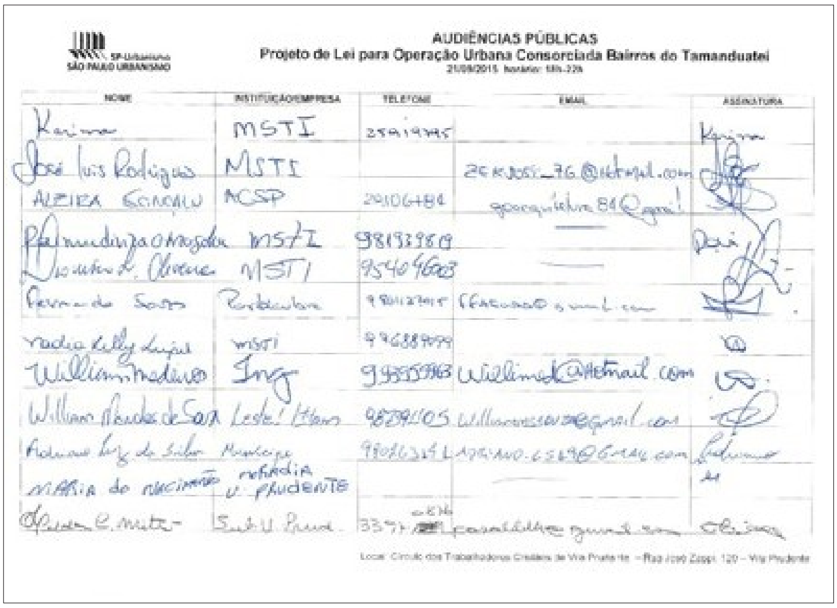
levando seu perímetro expandido até o Parque Bristol, Jardim São Savério, Jardim Maristela entre outros, promovendo benefícios a mais famílias. A Operação Urbana trás a especulação imobiliária que expulsa os mais pobres. Pede cautela quanto a isso. A coordenação informe que todas as questões serão ouvidas, conforme sugestão da Sra. Graça Xavier. Prossegue então com a próxima fala. 7) Sr. Sidnei Pita (UMM / ULCM) cumprimenta a todos e saúda os diversos movimentos presentes. Fala sobre o longo prazo de implantação de uma operação urbana e da necessidade de realização de um diagnóstico, um censo que identifique as pessoas que hoje se encontram na região. Pergunta como será a vida dessas pessoas e que a gestão da operação priorize a implantação de Habitação de Interesse Social, em atendimento às famílias que se encontram atualmente nas diversas comunidades e principalmente os cortiços da baixada do Glicério. Preocupa-se com a criação da empresa lembrando a experiência da Nova Luz. Parcerias Público Privada - PPP que não beneficiam a população. 8) Sr. Manoel dos S. Almeida (MDF / UMM) cumprimenta os presentes e retoma a questão do atendimento habitacional, questionando quantas unidades serão disponibilizadas à faixa 1 das Habitações de Interesse Social. Preocupa-se com a situação atual das comunidades e pergunta sobre a regularização das áreas já consolidadas. 9) Sr. Jerson Flores (UMM) cumprimenta os presentes e concorda com as manifestações anteriores. Critica a criação de uma empresa dentro de outra empresa, afirmando que isto aumentará a burocracia pública e diz que a formação de consórcios favorecerá a especulação imobiliária, pois inviabilizam a compra de Habitação de Interesse Social. Fala que as unidades disponibilizadas à população de baixa renda são muito pequenas, entre 28m² e 32m², sem possibilidade de habitar com qualidade. Além disso, quando não é atendida toda a demanda, encaminham para regiões distantes. Não quer relocação de demanda. 10) Sr. Elias Errero Vargas (Conselheiro do CADES Vila Prudente) cumprimenta a todos e fala que deveriam ter ocorrido reuniões com os CADE´s locais, das Subprefeituras, para tratar das questões do projeto. Pede atenção às peculiaridades das regiões: vilas temáticas, idosos, teatros de arena entre outros. Projeto louvável, mas de execução duvidosa, pois até hoje a prefeitura não atendeu a demanda de creches. 11) Maksuel José Costa (MSTI) cumprimenta a mesa e todos os presentes. Relembra a reunião ocorrida no início de setembro junto aos representantes dos Movimentos de Moradia. Informa da participação nas audiências anteriores e reforça que são poucas as audiências, apoiando as demais solicitações para que o debate seja ampliado com mais audiências. Pede eleição direta para o Grupo de Gestão, principalmente por conta das demais forças existentes nos Conselhos Participativos das Subprefeituras. Pergunta também se a proposta contempla a população de cortiços e se há levantamento dessas pessoas e se as 20.000 unidades de Habitação de Interesse Social consideradas na minuta atenderão esta população. Teme que as áreas disponibilizadas não atendam a demanda existente. 12) Sra. Paula Santoro (FAU USP) cumprimenta a todos, se apresenta e fala do trabalho que acompanha junto ao Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Branca. Diz que o quadro de intervenções precisa ser aprimorado, principalmente sobre as questões habitacionais e de equipamentos públicos; que não está claro quais comunidades serão atendidas e as respectivas prioridades, sendo necessário identificar as comunidades e cortiços existentes tanto no perímetro de adesão como no perímetro expandido. Fala também da importância em se identificar e definir a localização dos equipamentos públicos, pois sem isso, é difícil definir junto ao Grupo de Gestão com a operação em andamento. Onde serão as creches e as escolas? É importante a prévia identificação. Sobre a criação da empresa BTSA, afirma que o processo de privatização não garante o interesse das pessoas. Teme uma empresa privada gerindo uma parte do espaço público. A empresa está bem definida no projeto de lei, assim como os coeficientes, viário e parques que valorizam o espaço, mas habitação de interesse social e equipamentos não. Pede esclarecimento sobre a gestão de ativos públicos incorporados ao capital da empresa, inclusive com participação em fundos de investimentos para fins do desenvolvimento imobiliário. Entende que ela vai explorar a rentabilidade dos recursos e pergunta se isto vai acontecer. Não concorda com isso e pede operações urbanas menos complexas. Pergunta também sobre a remuneração da empresa, pois nem sempre há captação de recursos pelo CEPAC e pergunta quem financiará o pagamento dos custos da empresa quando não houver recursos. Sobre o Grupo de Gestão solicita eleição direta dos representantes da sociedade civil além da ampliação dos representantes de moradores dos perímetros de adesão e expandido. Fala que é importante a articulação com o Conselho Participativo, mas a participação da sociedade civil no Grupo de Gestão deve ser ampliada. Entende que os segmentos de universidades e o do setor imobiliário não representam, necessariamente, a sociedade civil. 13) Sr. Chicão (Movimento Favelas) cumprimenta os presentes e fala sobre as diversas favelas da região, da situação precária que muitas delas se encontram e que são muito mais que 20.000 famílias apontadas na apresentação. Pergunta qual é a proposta para as favelas, por que não estão identificadas na minuta e por que não foi feito um levantamento dessas pessoas que estão no perímetro da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí. 14) Sr. Carlos Machado (AAASMA) não se apresentou. 15) Sr. Arlindo Amaro (Arquiteto) cumprimenta todos os presentes e comenta sobre a minuta apresentada. Diz que o texto produzido trás muitas falhas em atendimento à comunidade. Solicita à mesa a apresentação de nova minuta considerando um planejamento regional, chamado planos de bairro. Este seria apresentado pela Subprefeitura que recolheria as demandas da população e definindo o que se passa nas regiões envolvidas. Fala as diretrizes da Diagonal Sul, início dos estudos, e reforça a importância do desenvolvimento dos planos nas Subprefeituras para depois a prefeitura apresentar o plano da operação urbana. Cita ás áreas de ZEIS que já foram gravadas na Lei nº 16.050/2014 – Plano Diretor Estratégico e que não se pode alterar as demarcações já apontadas na lei maior. Cita as áreas inundáveis da região e diz que não estão

indicadas no projeto. Não querem que a população seja colocada “dentro d’água”. 16) Sra. Edileuza (ULCM) cumprimenta os presentes e se apresenta junto ao movimento de moradia e fala dos trinta anos de luta. Preocupa-se com a expulsão dos moradores para a periferia da cidade. Pede um olhar especial às famílias dos cortiços e das favelas. Não entende o discurso de qualidade x quantidade: qualidade para quem? Pede qualidade para todos, igualmente, e que seja elaborado um cronograma do tempo de produção, da quantidade de unidades de habitação de interesse social e suas respectivas faixas de atendimento. Quer saber quantas unidades de habitações de interesse social serão produzidas para cada faixa de atendimento. 17) Sr. Osmar Lemes dos Santos (CADES-VP / OAB-VP / CPM-VP) cumprimenta a todos e se identifica como morador da Vila Prudente desde o nascimento. Há anos luta pelo crescimento do bairro. Também Conselheiro do CADES-VP, do Conselho Participativo da Subprefeitura de Vila Prudente, Conselheiro do Parque Municipal de Vila Prudente e Diretor do Meio Ambiente da OAB-VP. Trabalha há sete anos com estudos da região e conclui que os conselhos existentes não participam junto aos grandes projetos da cidade. Diz que o CADES Central era contra o adensamento habitacional e favorável aos planos de desenvolvimento, mas o adensamento já foi definido no Plano Diretor Estratégico. Não acredita que a proposta irá atender aos interesses da população e pede cautela aos movimentos de moradia quanto às indicações de áreas contaminadas. 18) Sra. Kátia Leite (Folha de Vila Prudente) cumprimenta os presentes e esclarece quanto à publicação do jornal folha de Vila Prudente. Diz que a resposta sobre a diminuição dos recursos para equipamentos públicos de 28% para 15% traz a justificativa, sendo que a grande demanda em áreas verdes fez com que os recursos fossem ajustados. Critica o Município que embasa o projeto municipal em projeto de infraestrutura de mobilidade urbana do Estado: Metro e CPTM. O Estado não consegue prosseguir com as obras e vê o adensamento proposto comprometido. O projeto prevê verbas para o Governo Estadual desenvolver as obras?! Entende que haverá adensamento sem a garantia da infraestrutura de mobilidade, comprometendo a situação existente. Fala também sobre as ilhas de calor, sendo importante contemplar integralmente o Parque da Rua Dianópolis, conforme solicitado pela população. 19) Sr. Zildo (Conselheiro Participativo Itaquera) cumprimenta todos os presentes e pergunta o por quê a Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí não contempla Itaquera, São Miguel, Guaianazes e Itaim que são áreas vulneráveis da cidade. 20) Sr. Júlio Cesar Olivieri (ACSP-Distrital Mooca) Não se apresentou. Encerradas as falas dos manifestantes, o Sr. Gustavo Partezani Rodrigues passa a palavra ao Vereador Toninho Vespoli para suas considerações sobre o projeto. O Vereador Toninho Vespoli cumprimenta os presentes e se coloca democraticamente divergente a algumas questões, principalmente com relação ao adensamento proposto. Preocupa-se com o atendimento desta população que viverá na região. Os equipamentos públicos não estão claramente definidos nem mesmo localizados no território. Entende a operação urbana como venda do território ao setor imobiliário em troca de poucas melhorias de infraestrutura. Sobre o Conselho, entende que o governo tem muito peso, mesmo quando paritário. O poder público tem informações que o membro da sociedade civil não possui. Propõe que o conselho seja formado 100% por membros da sociedade civil, sendo o poder público um indutor da discussão. Pede esclarecimentos quanto às áreas destinadas aos parques públicos. Tem a impressão que toda a área de parques está concentrada em torno dos rios e córregos, como parques lineares. Também se preocupa com a empresa proposta, pois apesar de pública, se apresenta como Sociedade Anônima e pode favorecer interesses privados. É contra a relocação de ZEIS e pede clareza quanto as áreas de ZEIS 1. Sobre a proposta como um todo, pede a apresentação de “travas” para que a população não seja empurrada para a periferia com o aumento do custo de vida devido à requalificação do perímetro da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí. Agradece a atenção de todos e encerra suas contribuições. O Sr. Gustavo Partezani Rodrigues retoma a palavra e inicia os esclarecimentos. Desculpa-se caso esqueça-se de algum item, pois foram muitas falas, mas de qualquer forma, tentará abranger todas as indagações e dúvidas apresentadas. Sente-se feliz, pois o projeto já é da população. Ficou claro que todos interagiram com o texto proposto. Das várias manifestações após a 1ª rodada, cita que nos deparamos com 6 temas importantes: 1º rodada de audiências: quais serão os próximos passos; 2º habitação: produção de unidades, atendimento à favelas, ZEIS 1, 2 e 3; a gestão das ZEIS, oferta de unidades, regularização, cortiços, todo o processo de atendimento às famílias; 3º conselho gestor: representatividade dos conselhos e eleições diretas; 4º empresa: qual seu papel, ao que lhe cabe e como funciona; 5º adensamento populacional: o que é isso e para que serve; 6º parques: áreas e distribuição. Lembra a todos que estivemos neste mesmo local, em dezembro de 2014, em audiência para obtenção da Licença Prévia Ambiental. Foram apresentamos os resultados do EIA-RIMA, onde todos os dados e levantamentos das favelas, população habitantes, vulnerabilidades, cortiços, equipamentos de saúde, educação, esportes, de cultura estão neste relatório. E assim que a Lei é aprovada, todos os dados são naturalmente atualizados, uma vez que as informações foram coletadas anteriormente. O relatório está disponível no site Gestão Urbana e convida a todos para conhecerem os estudos que embasaram o processo de construção da dessa proposta de Operação Urbana Consorciada. Sobre o atendimento habitacional, fica a questão de gravar ou não o nome das comunidades, uma vez que fixadas, poderão gerar problemas futuros, caso surgir novas áreas e comunidades necessitadas de atendimento. Também se estuda o número de unidades e como realizar os atendimentos. Assentamento em novas unidades, regularização fundiária e urbanização são temas relevantes e abordados na minuta. É importante garantir o atendimento, mas em locais adequados. Áreas de risco e áreas de inundação não devem receber assentamentos. Necessário garantir a segurança e a qualidade do meio ambiente. Sobre o Conselho Gestor, afirma que a proposta seguiu a linha do Conselho

Municipal de Política Urbana - CMPU, eleição direta para os segmentos, com a indicação de representantes de conselhos já instituídos, dando voz e força aos Conselhos Participativos Municipais que tratam de todo o território e também ao Conselho Municipal da Habitação. Diante das contribuições, a proposta de constituição do Grupo de Gestão será reavaliada, atentando a importância dos envolvidos. Quanto à empresa, esta foi pensada com gestão integra e com foco nas diversas agendas e ações integradas de implantação das intervenções da Lei da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí - OUCBT, priorizada pelo Grupo de Gestão. Sobre os parques, estes estão previstos e distribuídos pelo perímetro da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí - OUCBT. Serão de 20 mil m² a 95 mil ², respeitando suas características distintas e as próprias do local onde serão implantados. Totalizam 316.000 m² em 11 (onze) parques que serão conectados por caminhos verdes e amplas ruas arborizadas. O parque Teresa Cristina será o maior deles. A margem do Rio Tamanduateí não é considerada parque, mas sim área de preservação permanente – APP. Sobre o adensamento populacional, reforça sua importância, mas deve ser controlado. A cidade de São Paulo se espraiou muito, sendo suas distâncias significativas quando da locomoção, principalmente às áreas produtivas, onde se encontra o trabalho. É identificada a necessidade de ocupação de áreas subutilizadas e que possuem grande estrutura de mobilidade no entorno. É importante também priorizar as conexões locais, facilitando assim a utilização dos diversos modais e estações existentes na área. A Operação Urbana Consorciada é instrumento de transformação e de atendimento das diversas demandas. Concluindo os trabalhos, Sr. Gustavo Partezani Rodrigues retoma os objetivos das agendas realizadas, concluindo as audiências públicas nesta data. Esclarece que as audiências públicas são instrumentos para recepção de contribuições e sugestões a fim de aprimorar as propostas em debate. Hoje, foram recebidas várias propostas. A partir de todas as contribuições e propostas recebidas nas diversas agendas realizadas e na própria minuta participativa pela internet, tudo será sistematizado. Todos os órgãos públicos envolvidos trabalharão juntos no aprimoramento da proposta de Projeto de Lei. O Plano Diretor Estratégico regra a apresentação da proposta de intervenção para o Arco Tamanduateí até o final de 2015. Após o aprimoramento da minuta do Projeto de Lei, nova audiência pública será realizada, com o objetivo de apresentar o resultado final do texto após as ponderações e discussões apresentadas. Neste momento, algumas perguntas se apresentam espontaneamente, questionando a ampliação do perímetro expandido, a interlocução do plano urbanístico com projetos existentes em andamento, a realização de censo habitacional da população vulnerável e a gravação das comunidades existentes no perímetro da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí. Sr. Gustavo Partezani Rodrigues esclarece rapidamente os pontos colocados, colocando a impossibilidade de ampliação do perímetro expandido por conta dos estudos realizados no EIA-RIMA e pelo Licenciamento Ambiental concedido, onde seu perímetro está estabelecido; diz que todos os projetos em andamento são estudados e relacionados à proposta apresentada; que a realização do censo será avaliada e que entende ser consenso dos movimentos a gravação das comunidades existentes (no perímetro da OUCBT) no Projeto de Lei. Aponta que o pedido será atendido, embasado nos dados oficiais da Secretaria Municipal de Habitação, sendo importante haver segurança legal. Neste momento, agradece a presença e paciência de todos, ratificando a devolutiva das informações com a realização de mais uma audiência pública para apresentação dos resultados do processo participativo da sociedade e aprimoramento do texto legal. Despede-se do público e encerra os trabalhos da noite. Eu, Patrícia Saran, Assessora de Diálogo Social da São Paulo Urbanismo, firmo a presente ata.

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

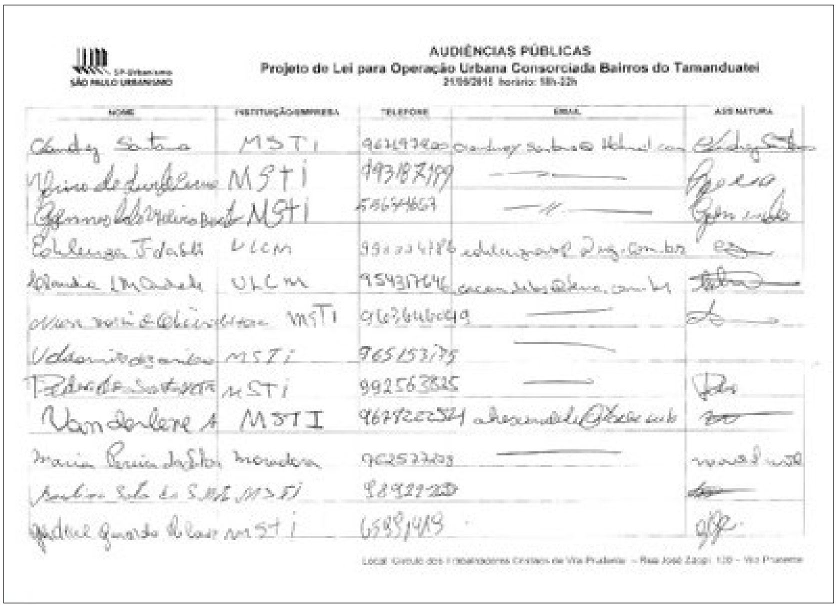
Lista de presença


SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
21/05/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Karina | MSTI | 25919745 | | Karina |
| José Luis Rodrigues | MSTI | | zeKjose_76@hotmail.com | [illegible] |
| Alzira Gonçalo | ACSP | 20106484 | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 98193989 | | [illegible] |
| [illegible] Oliveira | MSTI | 95409603 | | [illegible] |
| Fernando Soares | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Nadia Kelly [illegible] | MSTI | 996889099 | | [illegible] |
| William Medeiros | Ing | 995559963 | williamed@hotmail.com | [illegible] |
| William [illegible] de Sa | Leste! [illegible] | 98291105 | [illegible]@gmail.com | [illegible] |
| Adriano [illegible] da Silva | Moradora | 980263141 | adriano.[illegible]@gmail.com | [illegible] |
| Maria do Nascimento | moradia V. Prudente | | | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] V. Prud. | 3397-[illegible] | [illegible] | [illegible] |

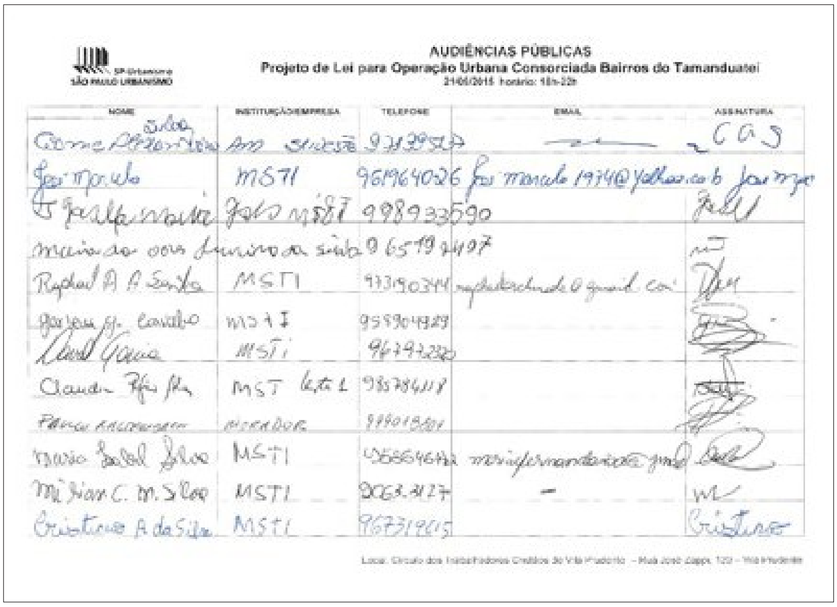
Local: Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente – Rua José Zappi, 120 – Vila Prudente


SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
21/05/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Claudney Santos | MSTI | 967497800 | claudney.santos@hotmail.com | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 993187199 | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 58654607 | | [illegible] |
| Edilene [illegible] | ULCM | 99[illegible]4786 | [illegible]@ig.com.br | [illegible] |
| [illegible] | ULCM | 954317646 | [illegible].com.br | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 963646049 | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 965153175 | | |
| [illegible] | MSTI | 992563525 | | [illegible] |
| Vanderlene A. | MSTI | 967[illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Maria Pereira da Silva | moradora | 962577203 | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 98929-[illegible] | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 65851419 | | [illegible] |

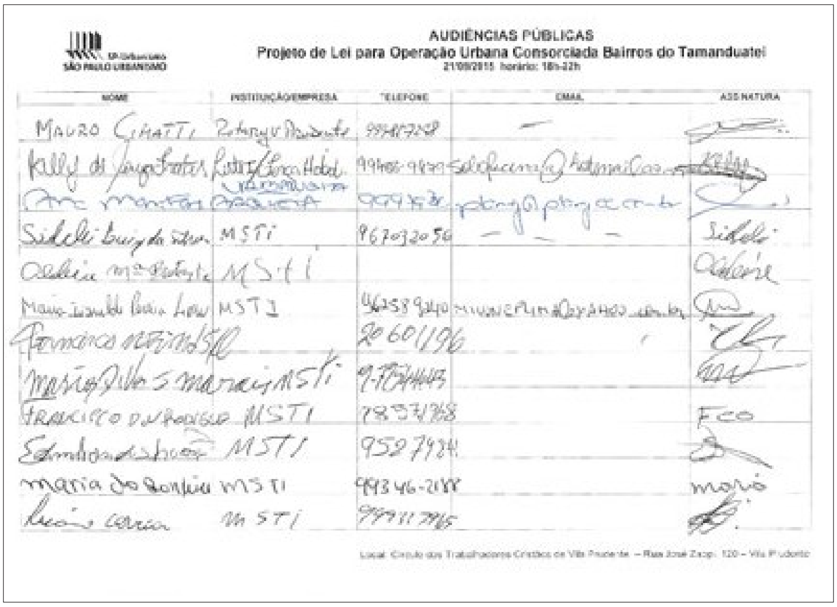
Local: Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente – Rua José Zappi, 120 – Vila Prudente


SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
21/05/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| [illegible] | [illegible] | 97[illegible] | | CAS |
| Jair Manuelo | MSTI | 961964026 | jairmanuelo1974@yahoo.com.br | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] MSTI | 998933590 | | [illegible] |
| Maria do [illegible] | morador da [illegible] | 965194497 | | [illegible] |
| Raphael A. A. Santos | MSTI | 973190344 | [illegible]@gmail.com | [illegible] |
| [illegible] Carvalho | MSTI | 959904929 | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 96797-[illegible] | | [illegible] |
| Claudia [illegible] | MST [illegible] | 985784118 | | [illegible] |
| [illegible] | morador | 99901[illegible] | | [illegible] |
| Maria Isabel Silva | MSTI | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Milian C. M. Silva | MSTI | 9063-3127 | | [illegible] |
| Cristiane A da Silva | MSTI | 967319615 | | Cristiane |

Local: Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente – Rua José Zappi, 120 – Vila Prudente

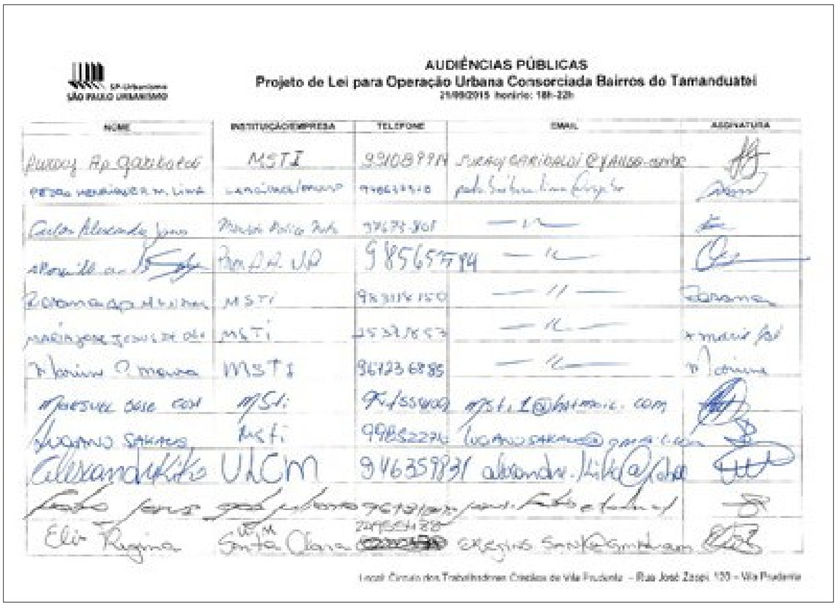


SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
21/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Mauro Giatti | Rotary V Prudente | 993417258 | — | |
| [illegible] | [illegible] | 99466-9879 | [illegible] | |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | |
| [illegible] | MSTI | 967032050 | — | |
| [illegible] | MSTI | | | |
| [illegible] | MSTI | 962589240 | [illegible] | |
| [illegible] | | 20601196 | | |
| [illegible] | MSTI | [illegible] | | |
| Francisco [illegible] | MSTI | 78537188 | | |
| [illegible] | MSTI | 9527924 | | |
| Maria do Rosário? | MSTI | 99346-2188 | | |
| [illegible] | MSTI | [illegible] | | |

Local: Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente – Rua José Zappi, 120 – Vila Prudente

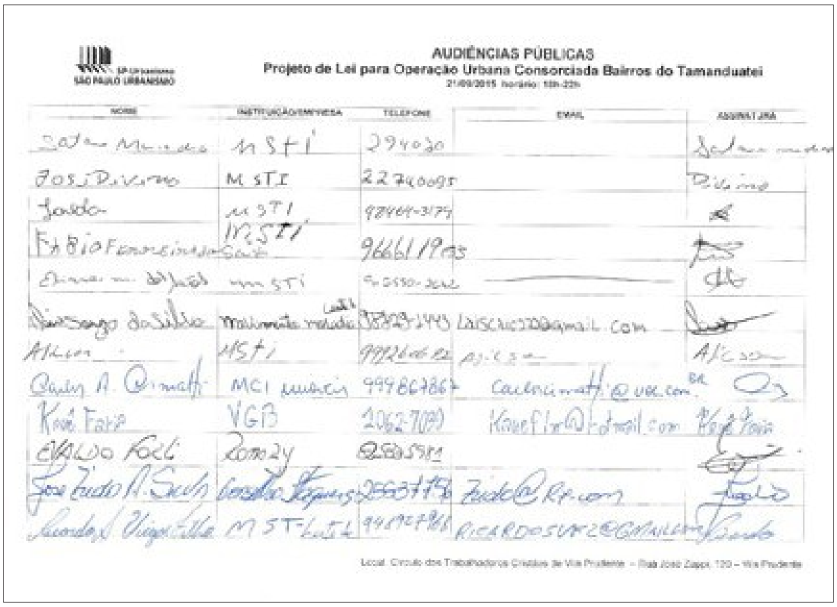


SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
21/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| [illegible] Ap. Garibaldi | MSTI | 991089911 | [illegible] | |
| Pedro Henrique R. M. Lima | [illegible] | [illegible] | [illegible] | |
| Carlos Alexandre [illegible] | [illegible] | 97673-8101 | — | |
| [illegible] | [illegible] | 985659784 | — | |
| [illegible] | MSTI | 983116150 | — | |
| [illegible] | MSTI | [illegible] | — | |
| [illegible] | MSTI | 96723 6885 | — | |
| [illegible] | MSTI | [illegible] | [illegible] | |
| [illegible] | MSTI | 99852274 | [illegible] | |
| [illegible] | ULCM | 946357831 | [illegible] | |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | |
| Eliz Regina | UCM Santa Clara | 24955428 | [illegible] | |

Local: Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente – Rua José Zappi, 120 – Vila Prudente



SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
21/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| [illegible] | MSTI | 294030 | | |
| José Divino | MSTI | 22740095 | | |
| [illegible] | MSTI | 97464-3175 | | |
| Fabio Ferreira [illegible] | MSTI Sacê | 966619[illegible] | | |
| [illegible] | MSTI | 9-5550-3662 | — | |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | |
| [illegible] | MSTI | [illegible] | [illegible] | |
| [illegible] A. [illegible] | MCI [illegible] | 99986786? | [illegible] | |
| [illegible] | VGB | 2062-7090 | [illegible] | |
| Evaldo [illegible] | [illegible] | [illegible] | | |
| José [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | |
| [illegible] | MST-[illegible] | [illegible] | [illegible] | |

Local: Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente – Rua José Zappi, 120 – Vila Prudente

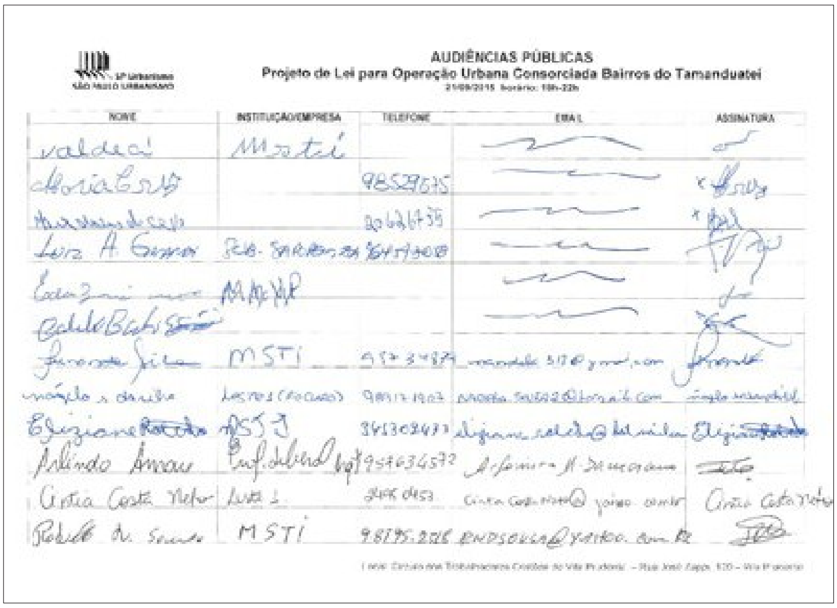
OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
21/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Melina Bragnolo | SP Urb | | [illegible] | |
| Cristiana Aragão | M.S.T.I | 29690007 | — " — | |
| [illegible] | M.S.T.I | 99103788 | — " — | |
| Idalmir Castro Costa | M.S.T.I | 35823327 | — " — | |
| [illegible] | Morador | 2215-4867 | — " — | |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | — " — | |
| Francisco Marques | CMSP | [illegible] | [illegible] | |
| [illegible] | MSTI | 9376. | [illegible] | |
| José L do nascimento | MORADOR | 967895199 | — " — | José Lucas |
| [illegible] | [illegible] | 96974-3003 | [illegible]@hotmail.com | |
| Benedito R dos Santos | U.M STA [illegible] | 24975488 | — " — | |
| Mª Railene Silva | [illegible] | 95106684 | — " — | |

Local: Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente – Rua José Zappi, 120 – Vila Prudente

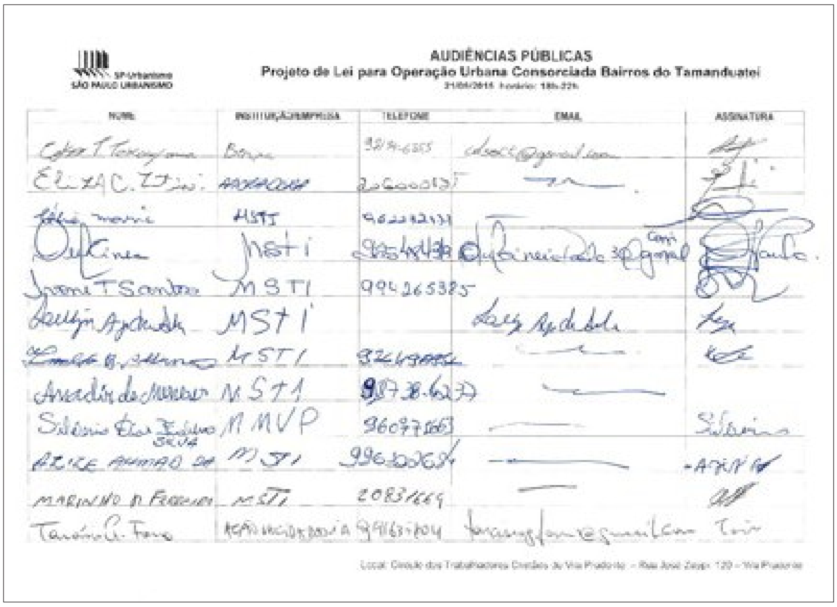


SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
21/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| valdeci | Msti | | | |
| [illegible] | | 98529675 | | |
| [illegible] | | 90626735 | | |
| Luiz A. [illegible] | [illegible] | [illegible] | | |
| [illegible] | [illegible] | | | |
| [illegible] | | | | |
| [illegible] Silva | MSTI | 95234879 | [illegible]@ymail.com | |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible]@hotmail.com | |
| Elizian[illegible] | MSTI | [illegible] | [illegible] | |
| Arlindo Amaral | [illegible] | 957634572 | [illegible] | |
| Cintia Costa Neto | [illegible] | [illegible] | [illegible] | Cintia Costa Neto |
| Roberto de Souza | MSTI | 98795-2016 | rndsouza@yahoo.com.br | |

Local: Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente – Rua José Zappi, 120 – Vila Prudente



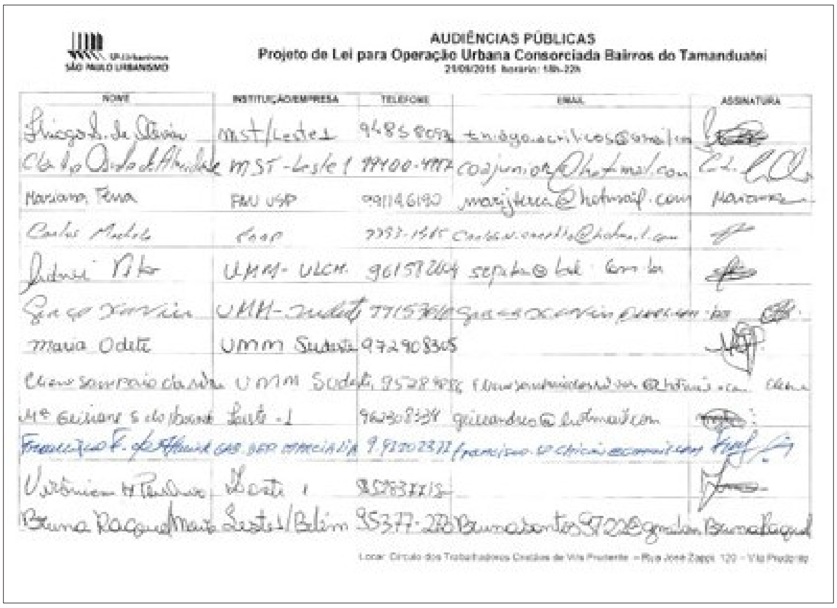
SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
21/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible]@gmail.com | |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | | |
| [illegible] | MSTI | [illegible] | | |
| [illegible] | Msti | [illegible] | [illegible]@gmail.com | |
| Joana T Santos | MSTI | 994265385 | | |
| [illegible] | MSTI | | [illegible] | |
| [illegible] | MSTI | [illegible] | | |
| [illegible] | MSTI | [illegible] | | |
| [illegible] Silva | MMVP | 96077663 | | |
| Alice Ahmad da Silva | MSTI | [illegible] | | |
| Marinho M Ferreira | MSTI | 20831669 | | |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible]@gmail.com | |

Local: Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente – Rua José Zappi, 120 – Vila Prudente

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO


SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
21/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Thiago L. de Oliveira | mst/Leste 1 | 94858093 | thiago.ocrilicos@gmail.com | [illegible] |
| [illegible] | MST-Leste 1 | 99100-4997 | coajunior@hotmail.com | [illegible] |
| Mariana Fena | FAU USP | 991146190 | marifena@hotmail.com | Mariana |
| Carlos Machado | Coop | 2337-1315 | [illegible] | [illegible] |
| Sidnei Pita | UMM-ULCM | 96157264 | sepita@uol.com.br | [illegible] |
| [illegible] | UMM-Sudeste | 77153660 | [illegible] | [illegible] |
| Maria Odete | UMM Sudeste | 972908305 | | [illegible] |
| Clara Sampaio da Silva | UMM Sudeste | 95289958 | [illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| Mª Geisiane S. do Nascimento | Leste 1 | 963808354 | [illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| Francisco F. de Almeida | GAB. DEP. [illegible] | 9.93202373 | [illegible] | [illegible] |
| Verônica M. Pinheiro | Leste 1 | 95783718 | | [illegible] |
| Bruna Raquel Marte | Leste 1/Belém | 95377-2786 | [illegible]@gmail.com | [illegible] |

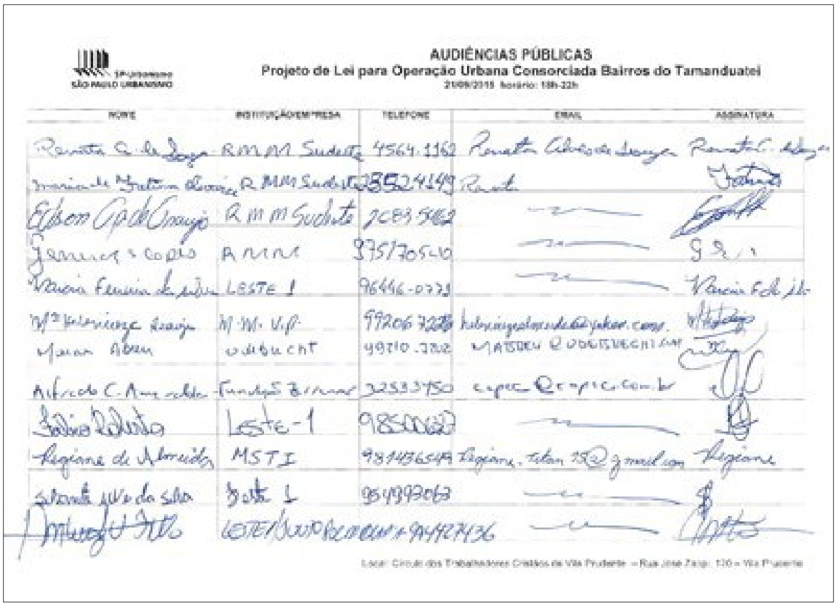
Local: Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente – Rua José Zappi, 120 – Vila Prudente

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
21/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Anderson Chaves | Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste | 2012 5603 | andersonchaves@gmail.com | [illegible] |
| Geraldo Mª de Lima | Subprefeitura | 33930717 | [illegible]@gmail.com | [illegible] |
| José Mª Graça Pereira | Subprefeitura | 981499302 | [illegible] | [illegible] |
| Jéssica O. do Nascimento | Leste 1 | 2919-0055 | [illegible]@live.com | Jéssica [illegible] |
| Eleildo Soares Silva | AMM Sudeste | 23712677 | [illegible]@hotmail | [illegible] |
| Rita [illegible] | MM Sudeste | 966.951661 | — | [illegible] |
| [illegible] | MM Sudeste | 92218-6341 | — | — |
| Dulce Marques | MM Sudeste | 996408611 | | [illegible] |
| Daniel Cássio Alves | Mov. Moradia | 95714-4254 | d.cassio.cassio@hotmail.com | [illegible] |
| [illegible] | Leste 1 | 960338890 | | [illegible] |
| Marlene Fagundes | SMDU | 31137602 | [illegible]@prefeitura.sp.gov.br | [illegible] |
| Rosa Pereira [illegible] | Leste 1 | 95353529 | [illegible]@hotmail.com | [illegible] |

Local: Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente – Rua José Zappi, 120 – Vila Prudente


SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
21/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Renata C. de Souza | RMM Sudeste | 4564-1162 | Renata Cabral de Souza | Renata C. de Souza |
| Maria de Fátima [illegible] | RMM Sudeste | 28524149 | [illegible] | Fátima |
| Edson Ap. de Araújo | RMM Sudeste | 2683 5462 | — | [illegible] |
| Genivaldo S. Costa | AMM | 975170540 | — | [illegible] |
| Márcia Ferreira da Silva | Leste 1 | 96446-0773 | — | Márcia F. da Silva |
| Mª Helena [illegible] Araújo | M.M. V.P. | 99206 7228 | [illegible]@yahoo.com | [illegible] |
| Mateus Abreu | [illegible] | 99710 7202 | [illegible] | [illegible] |
| Alfredo C. Amaral | Fundação [illegible] | 32333450 | [illegible].com.br | [illegible] |
| Fábio Roberto | Leste-1 | 985000023 | — | [illegible] |
| Regiane de Almeida | MST I | 981436549 | regiane.tikan15@gmail.com | Regiane |
| [illegible] | Leste 1 | 954393063 | — | [illegible] |
| [illegible] | Leste/[illegible] | 94427436 | — | [illegible] |

Local: Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente – Rua José Zappi, 120 – Vila Prudente

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí**
21/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [illegible] | Mov. Leste 1 | [illegible] | [illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| Edilson Mineiro | Mov. Leste 1 | 97464026 | [illegible]@uol.com.br | [illegible] |
| Natali de Jesus Bezerra | Mov. Leste 1 | 952402591 | [illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| Manoel [illegible] | MDF UMM | 985[illegible] | — | [illegible] |
| Antonia [illegible] | [illegible] | 958703[illegible] | | Antonia |
| [illegible] Fernandes da Silva | Movimento Leste 1 | [illegible] | [illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| [illegible] | Vila Prudente | 9859-0633 | | [illegible] |
| Adriano Silva | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Antonio Carneiro | CTCUP | 2271 [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Luana dos Santos [illegible] | [illegible] Leste [illegible] | 2701 7417 | | [illegible] |
| JERSON FLORO | UMM | 982092707 | [illegible]@gmail.com | [illegible] |
| Antonio A.O. [illegible] | Leste 1 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

Local: Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente – Rua José Zappi, 170 – Vila Prudente

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí**
21/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Marcus Almeida | MMM Sudeste | 99595596 | | [illegible] |
| [illegible] | UMM Sudeste | 50176670 | | [illegible] |
| Conceição [illegible] | UMM Sudeste | 964715353 | [illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| Shyla [illegible] | Leste 1 | 982402[illegible] | [illegible]@ig.com.br | [illegible] |
| Thiago Francisco Lopes | SPUrbanismo | 3113 7538 | [illegible]@spurbanismo.sp.gov.br | [illegible] |
| [illegible] | V. Prudente [illegible] | 96788 2057 | | [illegible] |
| Maria Lucia [illegible] | Água Funda AMMRS | 99416236[illegible] | | Lucia |
| [illegible] | Movimento C.R. | [illegible] | | [illegible] |
| S. [illegible] dos S. Gomes | Movimento social | 9[illegible] | | S. [illegible] |
| Antonio Zanon | CPM [illegible] | 2917 1063 | [illegible]@gmail.com | [illegible] |
| [illegible] | Movimento [illegible] | 97053[illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] Maria [illegible] | MST | 97350 [illegible] | [illegible] | [illegible] |

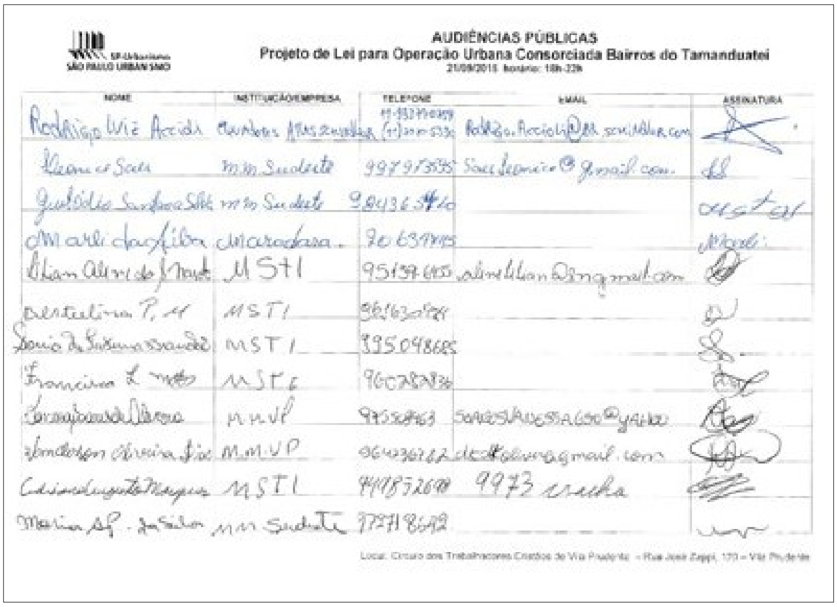
Local: Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente – Rua José Zappi, 170 – Vila Prudente

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí**
21/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Adriana R.S. [illegible] | Comunidade | 9767[illegible] | [illegible]@sp.com.br | Adriana [illegible] |
| [illegible] Batista [illegible] | Sudeste (MM) | 98675-5388 | [illegible]@ig.com.br | [illegible] |
| Maria José [illegible] | MMSD | 97718664 | | Maria José |
| Claudemar [illegible] | MMSD | 961122082 | | Claudemar |
| [illegible] | " " | 9547 1824 | — | [illegible] |
| Denise de C.A. [illegible] | Leste 1 | 97128-1370 | [illegible]@gmail.com | [illegible] |
| Alessandra [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| Jane M. S. Cruz | ULC | 39260275 | | [illegible] |
| [illegible] Helena [illegible] | [illegible] | 966584800 | [illegible] | Helena [illegible] |
| [illegible] | MST | 99717[illegible] | [illegible]@bol.com.br | [illegible] |
| Jocimar Olavo | [illegible] | 99731-[illegible] | | [illegible] |
| [illegible] M. Zanon | Conselho Participativo Municipal | 2917-1063 | | |

Local: Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente – Rua José Zappi, 170 – Vila Prudente

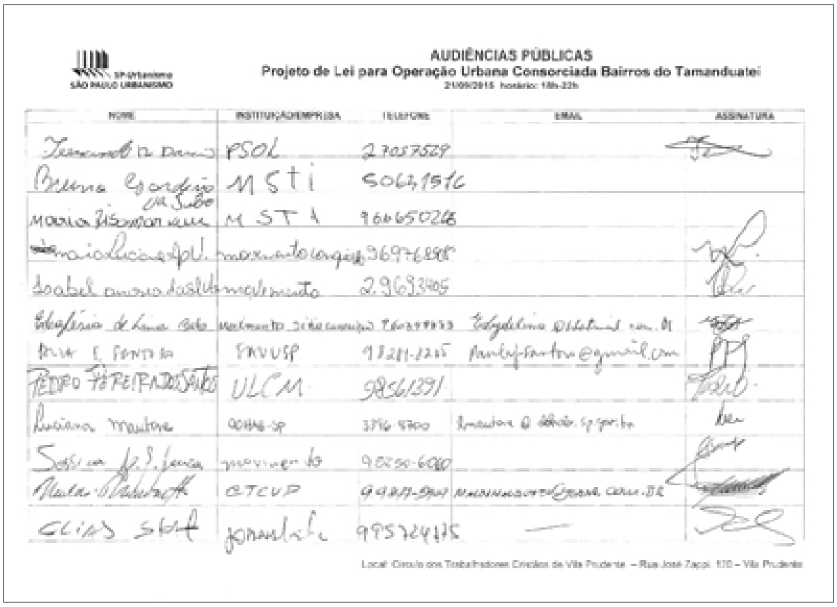


SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí**
21/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Rodrigo Luiz Acioli | [illegible] | [illegible] | [illegible] | |
| Eleonice Sales | M.M. Sudeste | 997973595 | [illegible]@gmail.com | |
| [illegible] | M.M. Sudeste | 98436-5410 | | |
| Marli [illegible] | Moradora | 70639995 | | |
| [illegible] | MSTI | 95139-6155 | [illegible]@gmail.com | |
| [illegible] | MSTI | 98163-0929 | | |
| [illegible] | MSTI | 995098685 | | |
| Francina [illegible] | MSTI | 960782836 | | |
| [illegible] | MMVP | 995584963 | [illegible]@yahoo | |
| [illegible] | MMVP | 964236262 | [illegible]@gmail.com | |
| [illegible] | MSTI | 949872600 | 9973 [illegible] | |
| Maria [illegible] | MM Sudeste | 977718692 | | |

Local: Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente – Rua José Zappi, 170 – Vila Prudente

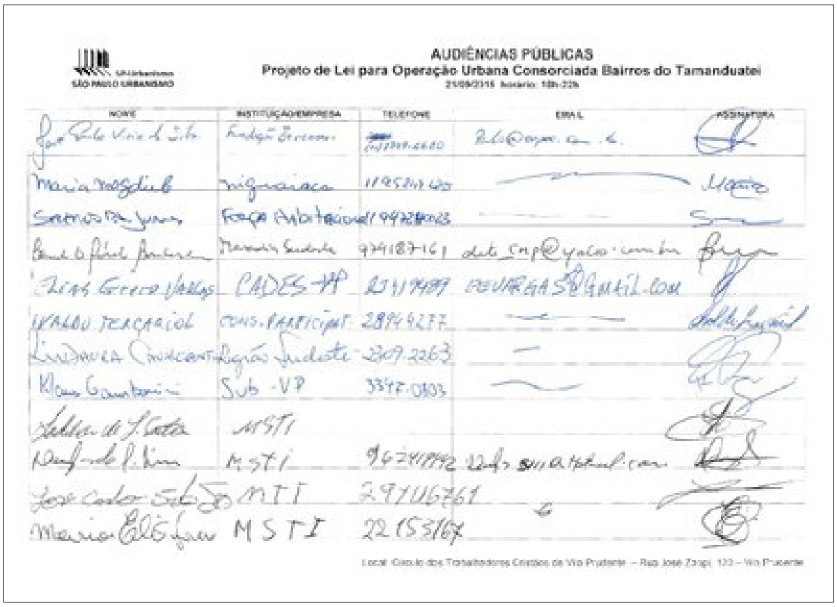


SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí**
21/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| [illegible] | PSOL | 27057529 | | |
| Bruna [illegible] | MSTI | 50631516 | | |
| Maria [illegible] | MSTI | 964650268 | | |
| [illegible] | movimento [illegible] | 969768980 | | |
| Isabel [illegible] | movimento | 29693405 | | |
| [illegible] | movimento [illegible] | [illegible] | [illegible] | |
| [illegible] | FAVUSP | 98211-1215 | [illegible]@gmail.com | |
| Pedro Ferreira dos Santos | ULCM | 98561391 | | |
| Luciana [illegible] | [illegible] | 3796 8700 | [illegible] | |
| [illegible] | movimento | 95250-6080 | | |
| [illegible] | CTCVP | [illegible] | [illegible].com.br | |
| Elias [illegible] | jornalista | 995724175 | | |

Local: Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente – Rua José Zappi, 170 – Vila Prudente



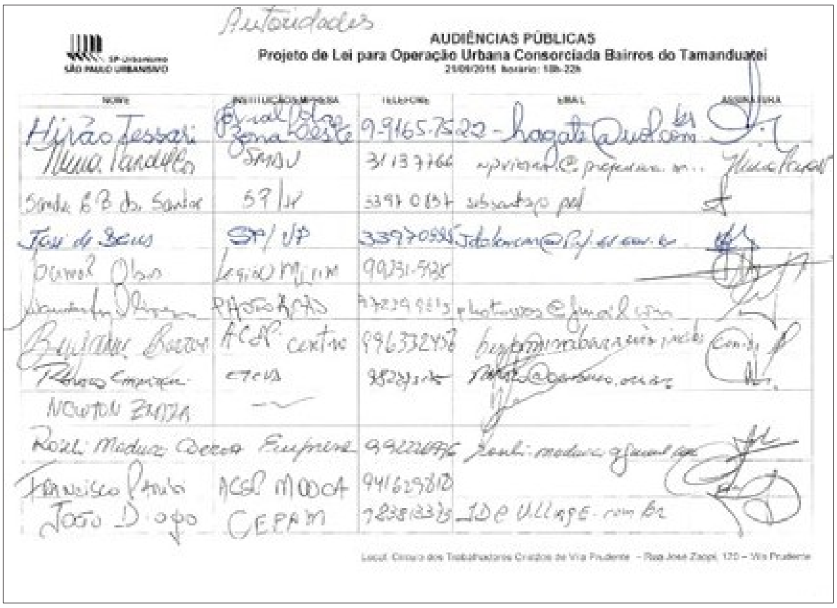
SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí**
21/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | |
| Maria [illegible] | [illegible] | [illegible] | | |
| [illegible] | Força [illegible] | [illegible] | | |
| [illegible] | Moradia Sudeste | 974187161 | [illegible]@yahoo.com.br | |
| Elias Greco Vargas | CADES-VP | 27419489 | [illegible]@GMAIL.COM | |
| Ivaldo Terçariol | CONS. PARTICIPAT. | 28949277 | | |
| [illegible] | Região Sudeste | 2309-2263 | | |
| [illegible] | SUB-VP | 3347-0303 | | |
| [illegible] | MSTI | | | |
| [illegible] | MSTI | 96241992 | [illegible]@hotmail.com | |
| José Carlos [illegible] | MTI | 29406761 | | |
| Maria [illegible] | MSTI | 22153167 | | |

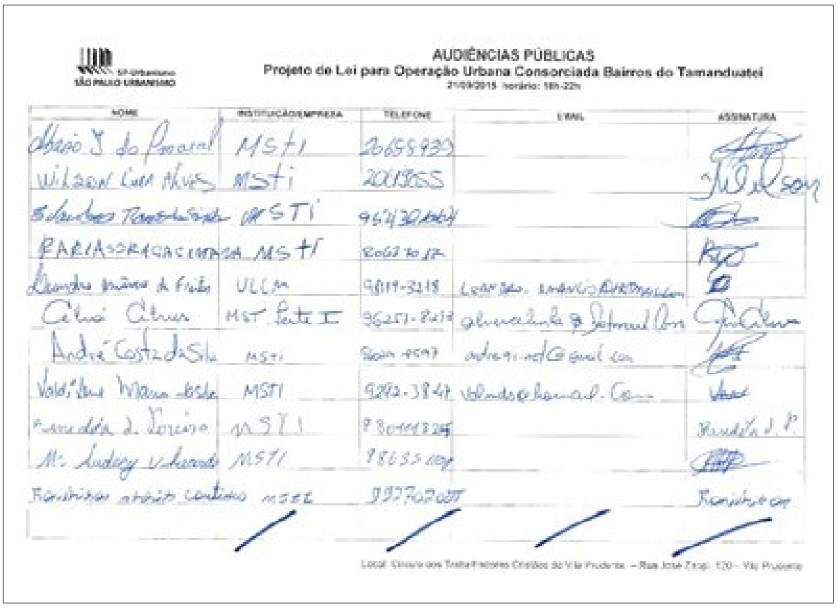
Local: Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente – Rua José Zappi, 170 – Vila Prudente

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO


Autoridades
SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
21/09/2015 horário: 18h-22h

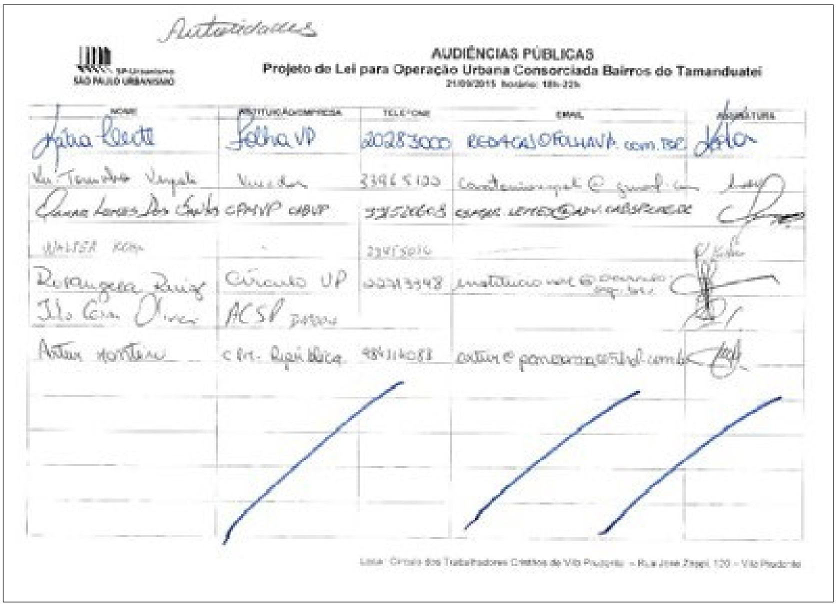
| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|

Local: Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente – Rua José Zappi, 120 – Vila Prudente


SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
21/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|

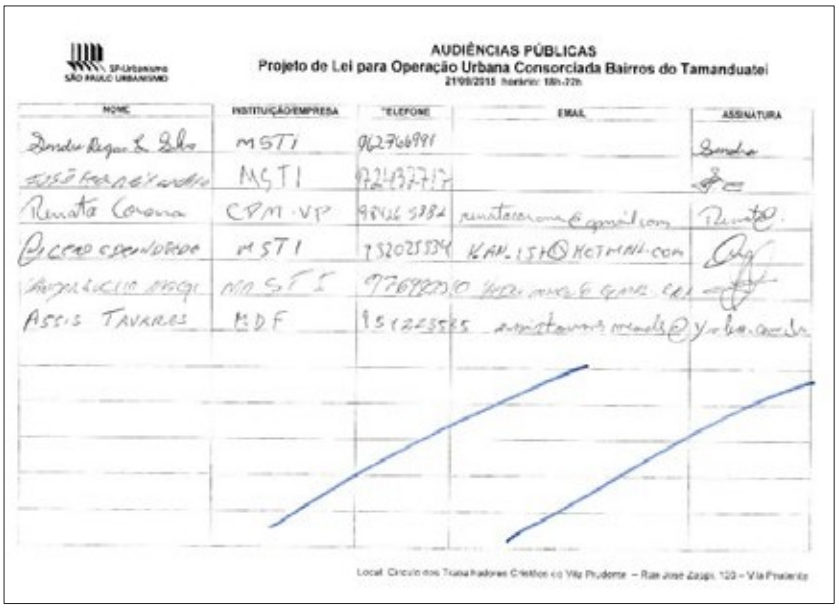
Local: Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente – Rua José Zappi, 120 – Vila Prudente


Autoridades
SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
21/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|

Local: Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente – Rua José Zappi, 120 – Vila Prudente

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

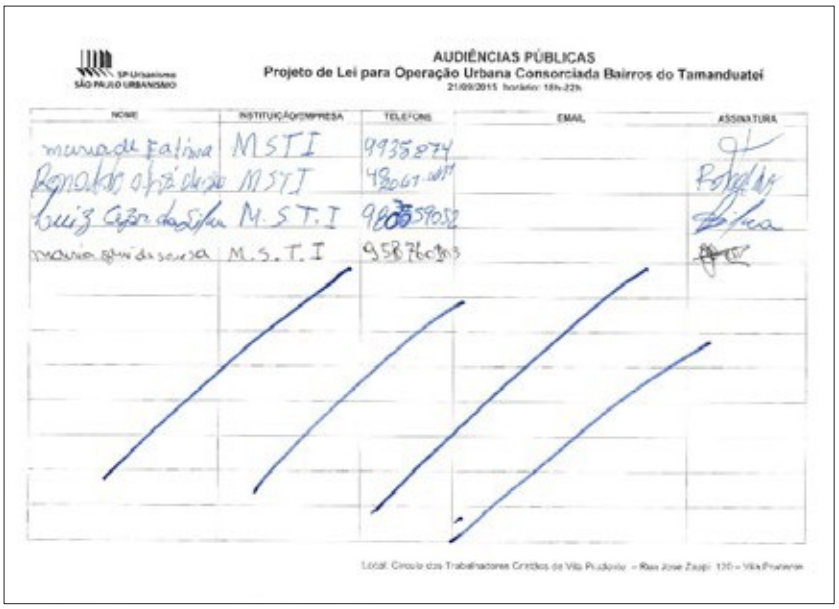


SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei
21/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| [illegible] | MSTI | 962766991 | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 972437717 | | [illegible] |
| Renata Corona | CPM-VP | 98426 5882 | renatacorona@gmail.com | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 932025334 | [illegible]@HOTMAIL.COM | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 97698[illegible] | [illegible] | [illegible] |
| ASSIS TAVARES | MDF | 951223585 | assistavares[illegible]@yahoo.com.br | |

Local: Círculo dos Trabalhadores Cristãos da Vila Prudente – Rua José Zappi, 120 – Vila Prudente



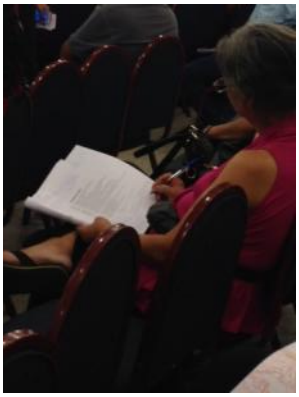
SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei
21/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| maria de Fatima | MSTI | 9935874 | | [illegible] |
| Ronaldo [illegible] | MSTI | 48067[illegible] | | [illegible] |
| Luiz Cezar da Silva | M.S.T.I | 98[illegible]59052 | | [illegible] |
| maria [illegible] | M.S.T.I | 958760[illegible] | | [illegible] |

Local: Círculo dos Trabalhadores Cristãos da Vila Prudente – Rua José Zappi, 120 – Vila Prudente

Fotos



17.09.2015 – Reunião do Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU)

Extrato da 26ª Reunião Ordinária

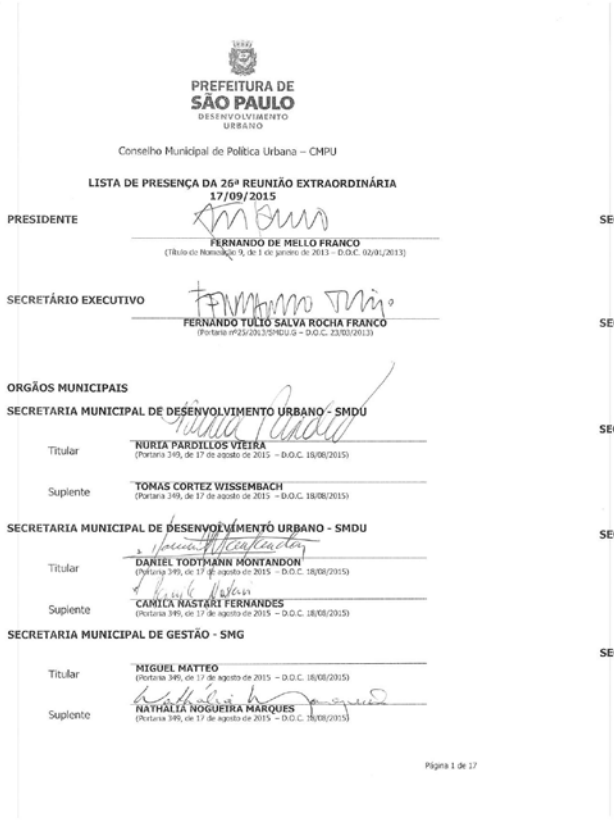
*Publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo no dia 21 de setembro de 2015, página 21.*

Fernando de Mello Franco, Presidente do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU/SMDU e da Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU/SMDU, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, DETERMINA a publicação do extrato contendo os assuntos discutidos no Plenário relativas às matérias constantes da Pauta da 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – CMPU, realizada em 17 de setembro de 2015.

Pauta da reunião

1. Informes; 2. Procedimentos para definição de representantes do CMPU nos demais órgãos colegiados; 3. Apresentação da Minuta de Projeto de Lei da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí (OUCBT); 4. Plenária; 5. Apresentação do projeto Centro Aberto: redes de espaços públicos, Calçadões
e Vale do Anhangabaú; 6. Plenária.01) O Secretário Executivo do CMPU, Fernando Túlio Salva Rocha Franco, iniciou a reunião às 9h35m apresentando a pauta da reunião que foi aprovada por unanimidade pelo plenário. 02) Após a aprovação da pauta a palavra foi franqueada ao Secretário de Desenvolvimento Urbano e Presidente do CMPU, Fernando Mello Franco, que discorreu sobre o Programa de Residência em Arquitetura e Urbanismo (Planejamento e Gestão Urbana 2015/2016 – Convenio entre SMDU-PMSP e FAU-USP), os projetos e planos relacionados aos setores e subsetores da Macroárea de Estruturação Metropolitana e a representação do CMPU no FUNDURB, FMSAI, CPOP, CMTT e CMPT com o seguinte cronograma: 17/09/15 (quinta-feira) - Definição da metodologia; 02/10/15 (sexta-feira) - Prazo de inscrição; 06/10/15 (terça-feira) - Divulgação da lista de candidaturas; 22/10/15 (quinta-feira) - Eleição
na 37ª Reunião Ordinária, bem como dos critérios de candidatura e votação, destacando, ainda, a observância para o critério de Paridade de gênero (Decreto 56.021/2015). 03) A palavra foi franqueada ao representante da São Paulo Urbanismo – SPUrbanismo no CMPU, Gustavo Partezani Rodrigues, que apresentou o Projeto de Lei Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí (OUCBT). 04) Finalizada a apresentação a palavra foi passada à plenária, depois das contribuições dentre Conselheiros do CMPU, estas foram esclarecidas pela mesa e devidamente anotadas. Encerramento: A palavra foi franqueada ao Secretário de Desenvolvimento Urbano e Presidente do CMPU, Fernando Mello Franco, que fez as considerações finais. Em seguida o Secretário Executivo do CMPU, Fernando Túlio Salva Rocha Franco, agradeceu a presença dos conselheiros informando que o restante da pauta será objeto de próxima reunião, encerrando a reunião às 12h45m. A reunião foi secretariada por Fernando Túlio Salva Rocha Franco, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU.

Lista de presença



PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
**17/09/2015**

**PRESIDENTE**
FERNANDO DE MELLO FRANCO
(Título de Nomeação 9, de 1 de janeiro de 2013 – D.O.C. 02/01/2013)

**SECRETÁRIO EXECUTIVO**
FERNANDO TULIO SALVA ROCHA FRANCO
(Portaria nº23/2013/SMDU/G – D.O.C. 23/03/2013)

**ORGÃOS MUNICIPAIS**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SMDU**

| | |
|---|---|
| Titular | NURIA PARDILLOS VIEIRA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | TOMAS CORTEZ WISSEMBACH (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

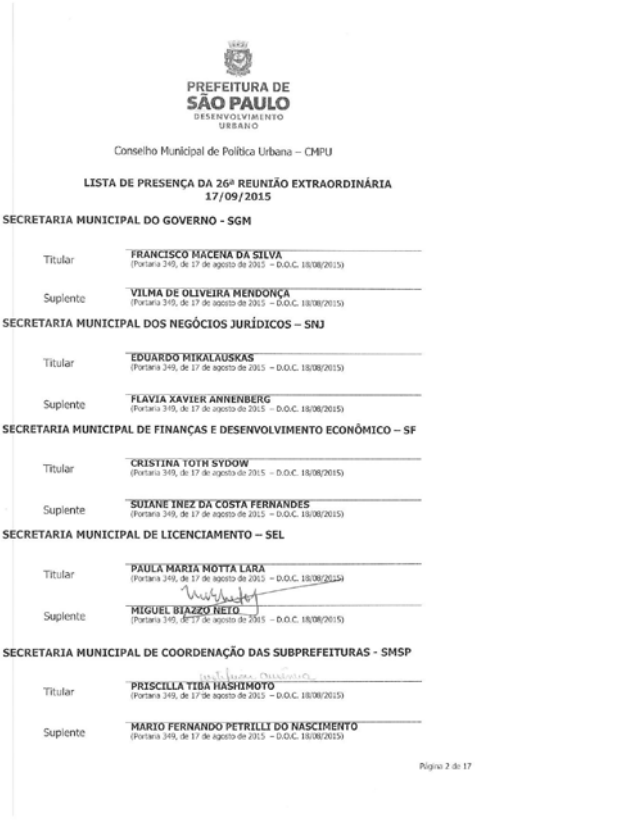
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SMDU**

| | |
|---|---|
| Titular | DANIEL TODTMANN MONTANDON (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | CAMILA NASTARI FERNANDES (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SMG**

| | |
|---|---|
| Titular | MIGUEL MATTEO (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | NATHALIA NOGUEIRA MARQUES (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

Página 1 de 17



PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
**17/09/2015**

**SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO - SGM**

| | |
|---|---|
| Titular | FRANCISCO MACENA DA SILVA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | VILMA DE OLIVEIRA MENDONÇA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**SECRETARIA MUNICIPAL DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS – SNJ**

| | |
|---|---|
| Titular | EDUARDO MIKALAUSKAS (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | FLAVIA XAVIER ANNENBERG (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SF**

| | |
|---|---|
| Titular | CRISTINA TOTH SYDOW (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | SUIANE INEZ DA COSTA FERNANDES (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

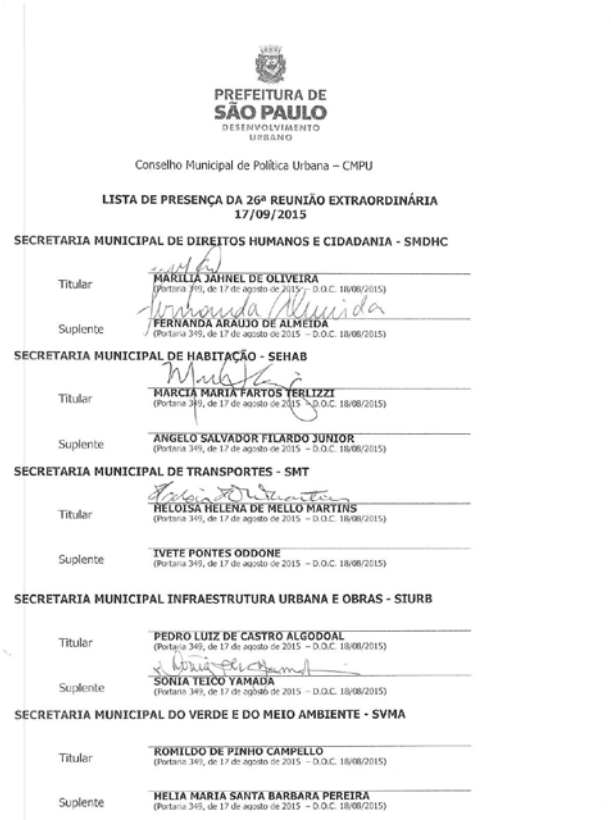
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICENCIAMENTO – SEL**

| | |
|---|---|
| Titular | PAULA MARIA MOTTA LARA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | MIGUEL BIAZZO NETO (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS - SMSP**

| | |
|---|---|
| Titular | PRISCILLA TIBA HASHIMOTO (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | MARIO FERNANDO PETRILLI DO NASCIMENTO (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

Página 2 de 17



PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
**17/09/2015**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC**

| | |
|---|---|
| Titular | MARILIA JAHNEL DE OLIVEIRA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | FERNANDA ARAUJO DE ALMEIDA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SEHAB**

| | |
|---|---|
| Titular | MARCIA MARIA FARTOS TERLIZZI (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | ANGELO SALVADOR FILARDO JUNIOR (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - SMT**

| | |
|---|---|
| Titular | HELOISA HELENA DE MELLO MARTINS (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | IVETE PONTES ODDONE (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

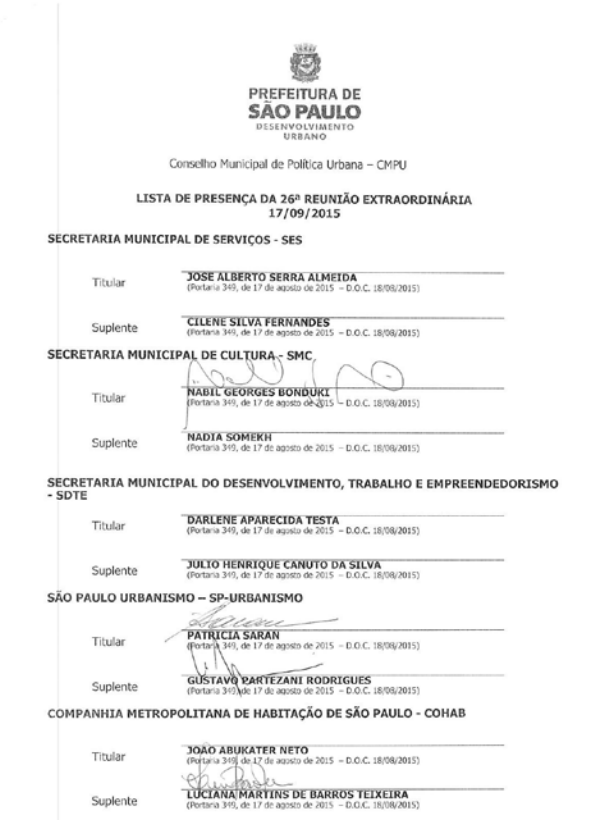
**SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS - SIURB**

| | |
|---|---|
| Titular | PEDRO LUIZ DE CASTRO ALGODOAL (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | SONIA TEICO YAMADA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE - SVMA**

| | |
|---|---|
| Titular | ROMILDO DE PINHO CAMPELLO (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | HELIA MARIA SANTA BARBARA PEREIRA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

Página 3 de 17



PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
**17/09/2015**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS - SES**

| | |
|---|---|
| Titular | JOSE ALBERTO SERRA ALMEIDA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | CILENE SILVA FERNANDES (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SMC**

| | |
|---|---|
| Titular | NABIL GEORGES BONDUKI (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | NADIA SOMEKH (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E EMPREENDEDORISMO - SDTE**

| | |
|---|---|
| Titular | DARLENE APARECIDA TESTA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | JULIO HENRIQUE CANUTO DA SILVA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**SÃO PAULO URBANISMO – SP-URBANISMO**

| | |
|---|---|
| Titular | PATRICIA SARAN (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | GUSTAVO PARTEZANI RODRIGUES (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO - COHAB**

| | |
|---|---|
| Titular | JOÃO ABUKATER NETO (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | LUCIANA MARTINS DE BARROS TEIXEIRA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

Página 4 de 17

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 17/09/2015**

**SUBPREFEITURA - MACRORREGIÃO**

**MACRORREGIÃO NORTE 1**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | CARLOS ROBERTO CANDELLA | Subprefeitura Santana /Tucuruvi (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | GILBERTO ROSSI | Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO NORTE 2**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | CARLOS EDUARDO SILVA DIETHELM | Subprefeitura Pirituba/Jaraguá (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | OLGA MARIA DE ALMEIDA BRANDÃO LOPES PEREIRA | Subprefeitura Casa Verde (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO OESTE**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | ADRIANA ROLIM DE CAMARGO | Subprefeitura Pinheiros (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | ELMA GOMES DE OLIVEIRA | Subprefeitura Butantã (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO CENTRO**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | GILMAR TADEU RIBEIRO ALVES | Subprefeitura Sé (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | MARCOS ROBERTO EMILIO | Subprefeitura Sé (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |



PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 17/09/2015**

**MACRORREGIÃO LESTE 1**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | RENATA CARVALHO NAVES | Subprefeitura Penha (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | VIVIANE RODRIGUES DE PALMA | Subprefeitura Penha (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO LESTE 2**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | PRISCILA RODRIGUES MARTINS DA SILVA BIROLO | Subprefeitura Ipiranga (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | THALLES MARCIUS DE MORAIS | Subprefeitura Guaianases (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO SUL 1**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | JOÃO CARLOS DA SILVA MARTINS | Subprefeitura Vila Mariana (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | ELDER VIEIRA DOS SANTOS | Subprefeitura Jabaquara (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO SUL 2**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | CARLOS HENRIQUE NUNES CABRAL | Subprefeitura Capela do Socorro (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | CLAUDIMAR MOREIRA DIAS | Subprefeitura Pinheiros (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |



PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 17/09/2015**

**CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL - MACRORREGIÃO**

**MACRORREGIÃO NORTE 1**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | JOSE CARLOS RIBEIRO GIMENES | Subprefeitura Santana/Tucuruvi (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | IRANI APARECIDA PEREIRA DIAS | Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO NORTE 2**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | MARCOS SEIKE TERUYA | Subprefeitura Casa Verde (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | CAROLINA SOUZA DOS SANTOS NASCIMENTO | Subprefeitura Perus (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO OESTE**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | PAULO CESAR MALUF | Subprefeitura Lapa (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | MAURO SERGIO PROCOPIO CALLIARI | Subprefeitura Pinheiros (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO CENTRO**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | HELENA LADEIRA WERNECK | Subprefeitura Sé (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | ARTUR MONTEIRO ROÇADO | Subprefeitura Sé (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |



PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 17/09/2015**

**MACRORREGIÃO LESTE 1**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | ANGELA MARIA CALABRIA | Subprefeitura Penha (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | GEORGINA HELENA DE FREITAS | Subprefeitura Vila Prudente (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO LESTE 2**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | LEONARDO MEDEIROS E SILVA | Subprefeitura Itaim Paulista (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | RICARDO SAMPAIO GONÇALVES | Subprefeitura São Mateus (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO SUL 1**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | HELIO HIGUCHI | Subprefeitura Vila Mariana (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | JANIO RIBEIRO COUTINHO | Subprefeitura Jabaquara (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO SUL 2**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | OLIVIA AUGUSTA ARAUJO MACEDO COSTA | Subprefeitura Santo Amaro (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | DEISE LUCI BONOME | Subprefeitura Campo Limpo (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
**17/09/2015**

**MOVIMENTOS DE MORADIA**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | **EVANIZA LOPES RIBEIRO** RODRIGUES<br>União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **MARIA ELENA FERREIRA DA SILVA**<br>União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Titular | **MARIA DAS GRAÇAS DE JESUS XAVIER VIEIRA**<br>União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **ANDERSON STANCOV FONSECA**<br>União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Titular | **CARMEN DA SILVA FERREIRA**<br>Movimento Sem Teto do Centro - MSTC<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **ALEXANDRE DE SANT'ANNA LOYOLA**<br>Movimento Sem Teto do Centro - MSTC<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Titular | **VERA LUCIA DIAS PADILHA**<br>União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **NESTOR QUINTOS DE OLIVEIRA**<br>União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |

Página 9 de 17

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
**17/09/2015**

**ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | **SERGIO ANTONIO REZE JUNIOR**<br>Associação dos Moradores Amigos do Parque Previdência - AMAPAR<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **NELSON TERRA BARTH**<br>Associação dos Amigos do Bairro City Cavingui – AABCC<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Titular | **HEITOR MARZAGAO TOMMASINI**<br>Associação dos Moradores do Jardim da Saúde – AMJS<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **GABRIEL ELIAS GONÇALVES DE OLIVEIRA**<br>Associação dos Moradores do Jardim da Saúde – AMJS<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Titular | **PAULO GUSTAVO DA VINHA CARMO BIZZO**<br>Associação São Benedito Legal<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **A SER INDICADO**<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Titular | **APARECIDA REGINA LOPES MONTEIRO**<br>CIRANDA<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **CIBELE MARTINS SAMPAIO**<br>CIRANDA<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |

Página 10 de 17

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
**17/09/2015**

**SETOR EMPRESARIAL**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | **RICARDO YAZBEK**<br>Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo - SECOVI<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **ALEXANDRE MARQUES TIRELLI**<br>Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo - SCIESP<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Titular | **ODAIR GARCIA SENRA**<br>Sindicato da Indústria da Construção Civil de grandes Estruturas no Estado de São Paulo – SindusCon-SP<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **ANTONIO LUIZ POLVERINI FILHO**<br>Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas - APEOP<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Titular | **ROBERTO DE CASTRO MELLO**<br>Sindicato Nacional das Empresas Arquitetura e Engenharia Consultoria - SINAENCO<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **ADRIANA BLAY LEVISKY**<br>Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura - AsBEA<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Titular | **ANDY ALEXANDRE GRUBER**<br>Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo – FECOMÉRCIO-SP<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **CHRISTIAN DE MORAES MACHADO SUPPO BOJLESEN**<br>Associação Comercial de São Paulo - ACSP<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |



PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
**17/09/2015**

**ENTIDADES SINDICAIS**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | **KARINA OLIVEIRA LEITAO**<br>Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo - SASP<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **A SER INDICADO**<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |

**ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS - ONGs**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | **PAULO MACHADO LISBOA FILHO**<br>Conselho Brasileiro de Construção Sustentável - CBCS<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **DIANA CSILLAG**<br>Conselho Brasileiro de Construção Sustentável - CBCS<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |

**ENTIDADES PROFISSIONAIS LIGADAS Á ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | **JACOBINA ALBU VAISMAN**<br>Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo - IABsp<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **RENATA SEMIN**<br>Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo - IABsp<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |



PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
**17/09/2015**

**ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | **VALTER LUIS CALDANA JUNIOR**<br>Universidade Presbiteriana Mackenzie – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **DENISE ANTONUCCI**<br>Universidade Presbiteriana Mackenzie – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Titular | **RAQUEL ROLNIK**<br>Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **EDUARDO ALBERTO CUSCE NOBRE**<br>Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |

**MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | **LINCOLN PAIVA**<br>Instituto Mobilidade Verde<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **GUILHERME GAMBIER ORTENBLAD**<br>Instituto Mobilidade Verde<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Titular | **A SER INDICADO**<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **A SER INDICADO**<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |



PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
**17/09/2015**

**MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | **CARLOS AFONSO CERQUEIRA ARANHA**<br>Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo - Ciclocidade<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **THIAGO DE SEIXAS BENICCHIO**<br>Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo - Ciclocidade<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |

**MOVIMENTOS CULTURAIS**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | **A SER INDICADO**<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **A SER INDICADO**<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |

**ENTIDADES RELIGIOSAS**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | **IRENE DA CONCEIÇAO DE BRITO**<br>Mitra Arquidiocesana de São Paulo<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **LAURENTINA DA SILVA**<br>Mitra Arquidiocesana de São Paulo<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |

**CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CADES**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | **ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI**<br>Associação Comercial de São Paulo - ACSP<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **GEORGE DOI**<br>Sindicato das Micros e Pequenas Indústrias - SIMPI<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
**17/09/2015**

**CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARTICIPATIVOS – CPOP**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | JOSE RAIMUNDO DO SACRAMENTO<br>Conselho Participativo Municipal de Campo Limpo<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | ELISANGELA CRISTINA FLAVIO<br>Conselho Participativo Municipal da Mooca<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |

**CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – CMTT**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | SINESIO GOBBO<br>Bancada do Idoso<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | ALEXANDRE GEROLAMO DE ALMEIDA<br>Bancada do Sindicato das Micros e Pequenas Indústrias - SIMPI<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |

**CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – CMH**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | BENEDITO ROBERTO BARBOSA<br>Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | MARIA ISABEL NOBRE DE SOUZA CABRAL<br>PEABIRU Trabalhos Comunitários e Ambientais<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |



PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
**17/09/2015**

**ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS**

**SECRETARIA ESTADUAL DA HABITAÇÃO**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | JOAO OCTAVIANO MACHADO NETO<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | ELISABETE FRANÇA<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |

**SECRETARIA ESTADUAL DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | MONICA FERREIRA DO AMARAL PORTO<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | MARINA BOLDO LISBOA<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |

**SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | GIL KUCHEMBUCK SCATENA<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | MARCIA RENATA TANI<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |

**SECRETARIA ESTADUAL DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | HORACIO NELSON HASSON HIRSCH<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | MARISTELA APARECIDA HESPANHOL<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |



PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
**17/09/2015**

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO – CIGABC**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | CLAUDIA VIRGINIA CABRAL DE SOUZA<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | SANDRA TEIXEIRA MALVESE<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – CONISUD**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | CLOVIS DA SILVA PINTO<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | MARCOS DE SOUZA<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DA BACIA ALTO JUQUERI - CIMBAJU**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | EDISON PAVAO JUNIOR<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | ISIS BUENO<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESTE METROPOLITANA DE SP - CIOESTE**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | CRISTIANE DUTRA NASCIMENTO<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | ANTONIO SILVESTRE LEITE<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ – CONDEMAT**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | MARCO AURELIO BERTAIOLLI<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | AUDREY RODRIGUES DE OLIVEIRA<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO
Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**Público presente na 26ª Reunião Extraordinária do CMPU – 17/09/2015**

| NOME LEGÍVEL | ENTIDADE | ASSINATURA |
|---|---|---|
| Carla Romo | SPURB | [illegible] |
| Nayni Lobato | Escola da Cidade | Nayni Lobato |
| Luciana Freitas | IV Assembleia JACOCCA | [illegible] |
| Luciana Loureiro | SP. URB | [illegible] |
| Waldir M. La Rubbia | SPurb | [illegible] |
| Guilherme Nagalini | SMDU | [illegible] |
| Sully Alves | ACSP | [illegible] |
| Melina Giannoni | SP URB | [illegible] |
| [illegible] | Cambridge (MSTC) | [illegible] |
| [illegible] | MSTC (FLM) Cambridge | [illegible] |
| [illegible] Moreira | MSTC | [illegible] |
| [illegible] | SPVAS | [illegible] |
| Maria [illegible] | Sel | [illegible] |
| Tony Mattos | Assoc. Nelson Cruz | [illegible] |

Página 1

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO
Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**Público presente na 26ª Reunião Extraordinária do CMPU – 17/09/2015**

| NOME LEGÍVEL | ENTIDADE | ASSINATURA |
|---|---|---|
| Tamali da Silva Brito | associação dos [illegible] | [illegible] |
| Eduardo Santos | AVAC, VAMP, UMAJ | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Débora Silva Santos | Associação 7 de Abril | Débora Silva Santos |
| Luciano [illegible] dos Santos | Associação 7 de Abril | [illegible] |
| TEREZA HERLING | SMDU - Gab | Tereza H. |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |

Página 2

Fotos

14.09.2015 – Audiência Pública: Minuta do Projeto de Lei – Clube Atlético Juventus

Ata de audiência pública minuta do projeto de lei da operação urbana consorciada bairros do tamanduateí, realizada em 14 de setembro de 2015.

Aos quatorze dias do mês de setembro de 2015, no período compreendido entre 18h00 e 22h00 foi realizada a Audiência Pública sobre a Minuta do Projeto de Lei da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, no auditório do Clube Atlético Juventus situado à Rua Comendador Roberto Ugolini, 152, São Paulo-SP. A abertura foi coordenada pela São Paulo Urbanismo e foi constituída de breve saudação e composição da mesa diretora pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Sr. Fernando de Mello Franco; Subprefeito da Mooca, Sr. Evando Reis e o Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo, Sr. Gustavo Partezani Rodrigues que fará a apresentação. Os esclarecimentos sobre o procedimento da audiência são apresentados. O Secretário Fernando de Mello Franco agradece a presença de todos e relata o processo de desenvolvimento e objetivos da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí. Ressalta a manutenção do setor produtivo junto às questões ambientais, sociais e de mobilidade e drenagem. Na sequência foi realizada a exposição, pelo Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo - Gustavo Partezani Rodrigues, dos objetivos e estratégias propostas na Minuta do Projeto de Lei que se encontra disponibilizada no sitio www.gestaourbana.sp.gov.br desde 26.09.2015. Sr. Gustavo saúda os presentes, se apresenta e retoma o processo participativo de licenciamento da operação urbana consorciada, em audiências realizadas em dezembro de 2014, realizadas nos mesmos locais. Inicia com a apresentação do instrumento Operação Urbana Consorciada demonstrando as transformações previstas para o território, juntamente com seus objetivos e estratégias de: socialização dos ganhos da produção na região; assegurar o direito a moradia digna para quem precisa; melhorar a mobilidade urbana; qualificar a vida urbana dos bairros; orientar o crescimento da cidade nas proximidades do transporte público; reorganizar as dinâmicas metropolitanas promovendo o desenvolvimento econômico da cidade; incorporar a agenda ambiental ao desenvolvimento da cidade; fortalecer a participação popular nas decisões dos rumos da cidade e preservar o patrimônio e valorizar as iniciativas culturais. Os objetivos e estratégias são detalhados e, ao final, o Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo encerra a sua fala agradecendo a todos os presentes e convida o Secretário e o Subprefeito a recompor a mesa diretora. A coordenação esclarece que será aberta a palavra aos seis primeiros inscritos, com posteriores esclarecimentos em bloco. Seguiram-se 6 falas. 1) Sr. Alexandre (Movimento de Moradia ULCM) diz que a Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí não contempla as faixas de 0 a 3 salários mínimos. Cita o Art. 16º da minuta dizendo que só contempla a faixa de 6 salários mínimos. Preocupasse também com as pessoas que moram hoje em favelas e cortiços e correm o risco de migrarem para regiões periféricas da Zona Leste. 2) Sra. Elisabeth Florido (jornalista e moradora da Mooca) acompanha o processo participativo das audiências e participa de associação para preservação da história da Mooca. Coloca que o polígono histórico da Mooca não é pontuado claramente na minuta. Sugere marcar todos os pontos de interesse cultural, histórico, paisagístico, artístico, arquitetônico e afetivo passíveis de preservação e requalificação, tombados ou em processo de tombamento de forma clara no mapa. Pergunta sobre os caminhos históricos e a requalificação das orlas do Tamanduateí. Questiona o direito de preempção que existia na ZEPEC da área do Moinho e que não consta na lei. Pergunta como será feita a requalificação do patrimônio histórico. Pede a inclusão do direito de preempção nas áreas históricas da Mooca. 3) Sr. Francisco Parisi (Superintendente da Associação Comercial de São Paulo Distrital Mooca, ACSP-DM) Cumprimenta todos os presentes e inicia solicitando retificação do texto do Caderno Ilustrado, esclarecendo que a ACSP-Distrital Mooca participou de reuniões de esclarecimento e não desenvolvimento (página 15 do caderno ilustrado). Pergunta também sobre demais incentivos e benefícios para desenvolvimento das atividades comerciais. Que benefícios os empresários dos comércios de rua terão, além do incentivo a fachadas ativas? Como será o futuro das micro e pequenas empresas? 4) Sra. Sonia Valkovics (Movimento Viva o Parque Vila Ema) fala sobre dois terrenos que poderão se tornar parques na região. Um deles na Vila Ema e o outro no terreno da antiga Esso, já batizado pela população de Parque da Mooca. Pergunta se este parque será contemplado com 100% ou apenas 50% da gleba. Preocupa-se com a falta de áreas verdes e calor excessivo, principalmente com o adensamento previsto. Pede para que o plano não ceda à especulação imobiliária. 5) Sr. Antonio Vioto Neto se refere à primeira rodada de audiências públicas no final de 2014, onde foi apresentado 28% dos recursos da OUCBT para equipamentos e agora é apresentada na minuta do projeto de lei a destinação de 15% dos recursos. Indaga do por que aumentar o adensamento e diminuir a parcela dos recursos destinada aos equipamentos. Relata também que nas audiências anteriores a distribuição dos equipamentos era apresentada e pede para que estes que sejam indicados, apontando quais e onde serão instalados os novos equipamentos. Também pergunta sobre a estimativa de arrecadação dos recursos e qual será o tempo de implementação do Plano. 6) Sr. Evaldo Forti questiona a criação da empresa Bairros do Tamanduateí S/A - BTSA e respectivo conselho. Para que abrir uma nova empresa e gerar mais gastos públicos? Pergunta por que não utilizar a estrutura existente da SP Urbanismo e SP Obras, principalmente no momento econômico que o país atravessa. Cita que o percentual dos recursos arrecadados pela operação de 5% destinados à BTSA seria maior que os 4% destinados ao Patrimônio. É contra aberturas de novas empresas subsidiárias, conforme autoriza artigo na minuta. Neste momento, a coordenação encerra o primeiro bloco de questões e passa a palavra à

mesa para os esclarecimentos. O Sr. Gustavo Partezani Rodrigues – Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo que faz os esclarecimentos e agradece as questões e reflexões da proposta apresentada para aprimorar o processo. Esclarece que as faixas de atendimento HIS 1 (de 0 a 3 salários mínimos) e HIS 2 (de 3 a seis salários mínimos) já estão definidas no Plano Diretor Estratégico e as 20 mil unidades atenderão a demanda. Isso ocorrerá em reurbanizações, regularizações ou reassentamentos em novas unidades. Quanto à empresa, esta é financiada pelos recursos da própria operação urbana e nenhum recurso do tesouro municipal será aplicado na empresa. A porcentagem apresentada será empregada ao longo dos trinta anos da transformação do território. Muitas cidades no mundo focam em interlocutores para projetos específicos a fim de propiciar dinâmica e celeridade no processo. A BTSA será subsidiária da São Paulo Urbanismo. A estimativa/projeção de arrecadação de recursos no perímetro da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, nos dias de hoje, é de aproximadamente 5 bilhões e meio, ao longo do tempo. Sobre os equipamentos, várias reuniões foram feitas com as diversas secretarias envolvidas no processo, e a estimativa foi apresentada nos processos participativos anteriores. Orçando as estimativas e equilibrando as diversas solicitações de aumento das áreas verdes, foi definido e cravado valor específico para os equipamentos. O parque da Rua Dianópolis foi atendido em 50% da área total do lote, mas outras áreas do perímetro também serão atendidas com parques. As áreas verdes foram pulverizadas pelo perímetro e foi criado um sistema de parques. O parque da Vila Ema está fora do perímetro da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí. Aproveita o momento e convida a todos a se manifestarem no site gestão urbana, na minuta participativa, como a Sra. Elisabeth Florido fez. Sobre o patrimônio, a área do Moinho não foi possível envolver no projeto, pois já existe protocolo do proprietário com o interesse de uso. A Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí propõe a compra de imóveis de interesse público, restaurar e propor a instalação de polos criativos. A Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí também propõe subsídio para realização de chamamento público para restauração do patrimônio local e acolhendo as diretrizes do Plano Diretor Estratégico. Além disso, há intenso diálogo com o Compresp para aprimoramento das resoluções de tombamento. Queremos que o patrimônio seja de todos, com áreas onde a população possa entrar e se envolver com a história. Quanto às questões colocadas pela Associação Comercial de São Paulo – Distrital Mooca, é esclarecido o termo utilizado no Caderno Ilustrado. A Associação e diversos outros interlocutores da sociedade civil participaram do processo de desenvolvimento citado, desculpando-se pela formulação do texto. Sobre o comércio, há incentivos, nos corredores citados, para que continuem instalados com benefício de áreas não construídas resguardando as lojas, arborização urbana, resguardando ofertas de estacionamentos, calçadas largas, fachada ativa entre outras. Neste momento, a palavra é passada ao Sr. Fernando de Melo Franco – Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano que discorre sobre dois pontos importantes da Operação Urbana Consorciada proposta: a permanência do setor industrial e o desenvolvimento do comércio, incentivando a economia criativa. Micro, pequenas e médias empresas relacionadas com a produção do conhecimento. Para preservar e desenvolver é necessário o uso certo do local. Sugere inaugurar a BTSA neste território, firmando a intenção de foco de articulação e desenvolvimento do plano urbanístico proposto. A coordenação prossegue chamando os manifestantes inscritos para continuidade das perguntas. 7) Sr. Luis Carlos Castan (Arquiteto e membro da Associação Comercial) Pergunta sobre desapropriações referentes aos melhoramentos públicos, pois a lei trás apenas valores estimados dos lotes. Per e como ficarão os imóveis atingidos. Será pago além dos valores dos terrenos os valores dos imóveis também? Diante da proposta de requalificar as margens do Rio Tamanduateí, como se pretende lidar com o trânsito existente durante a execução da intervenção? 8) Sra. Wanda Herrero (Presidente do Conseg). Lê texto sobre o Rio Tamanduateí de sua autoria, exaltando a história e valor do Rio Tamanduateí, que vem sendo degradado no decorrer das últimas décadas. Pede para que seja feita a gestão junto às Prefeituras das cidades do entorno que compreendem a bacia do Tamanduateí para que trabalhem junto a despoluição do referido rio. 9) Sra. Edileusa Silva (integrante do movimento ULCM) pergunta sobre as faixas de atendimento para HIS 1 e HIS 2 e questiona se, em áreas contaminadas, podem ser feitas habitações e parques. 10) Ana Maria (Arquiteta e Urbanista, Conselho da Mulher Empresária) Aponta o programa de intervenções pede esclarecimentos sobre a destinação das habitações de interesse social. Sugere que seja inserido o nome das comunidades que serão beneficiadas para controlar quem terá acesso às habitações que serão promovidas pela OUCBT. 11) Sr. Júlio César (Arquiteto e Conselheiro de Política Urbana da Associação Comercial) Pergunta se está previsto o destamponamento do Rio Tamanduateí e como será resolvida da questão de sombreamento gerado pelas grandes edificações, uma vez que o gabarito foi liberado em determinados setores. Questiona sobre os valores a ser pagos quando das desapropriações e se a edificação e as atividades instaladas serão ressarcidas. Sugere a locação social em detrimento à propriedade da moradia. Diz que o modelo de aluguel é uma questão que o Estado não tem interesse em gerenciar.

A coordenação encerra este próximo bloco de questionamentos e passa a palavra à mesa para os esclarecimentos. O Sr. Gustavo Partezani inicia a fala informados sobre os alinhamentos viários propostos que estão embasados em leis de 1947, 1952, 1960 e 1970 – proposta do projeto original do Engenheiro Jorge Macedo Vieira, que nunca foi executado. Há aproveitamento do viário Já proposto tendo em vista a situação do território já tomado. Aquilo que já está gravado como alinhamento viário será promovida a transformação pela OUCBT. Quanto ao destamponanamento, a proposta cria um sistema viário de apoio à Avenida do Estado. São novos caminhos para

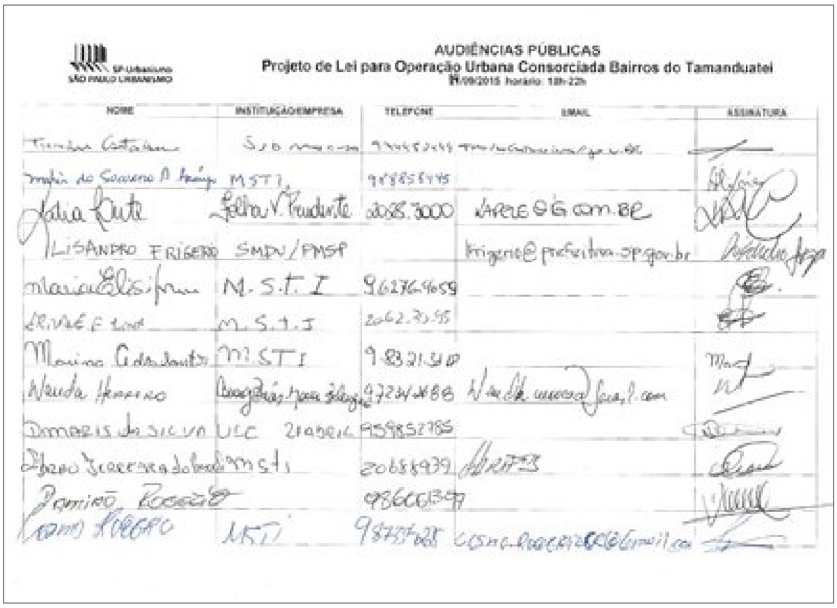
distribuir o tráfego existente na pista sobre o Rio Tamanduateí. Desta forma, será possível qualificar e revelar o Rio, promovendo o destamponamento e as novas conexões entre Cambuci e Mooca. Fala do texto apresentado e solicita autorização para a publicação do texto. A despoluição é promovida pelo Departamento de Águas e Energia e Esgoto do Estado de São Paulo e a SABESP, sendo que a OUCBT apoiará as ações em andamento. Sobre as questões de descontaminação, a Licença Prévia Ambiental traz essas estratégias e é questão importante nesta operação. As análises apresentam graus diferentes de contaminação e há regras para a indicação de usos, sendo que parques são possíveis em determinados índices/graus de contaminação regrados pela CETESB e pela Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente. Neste momento, a palavra é passada ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano – Sr. Fernando Mello Franco que traz esclarecimentos sobre as ZEIS e atendimento às faixas de atendimento. É estimado que as Habitações de Interesse Social sejam realizadas, fundamentalmente, nas áreas de ZEIS. As faixas de atendimento são estabelecidas com clareza no Plano Diretor Estratégico, sendo garantidas as porcentagens de atendimento às faixas 1 e 2 para as Habitações de Interesse Social. Quanto à locação social, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano é favorável a implantação, sobretudo nas operações urbanas, por se tratarem de áreas de contínua valorização. A dificuldade do poder público se encontra na gestão desta locação. A locação social pressupõe uma gestão mais complexa. Com a criação da empresa, que terá a gestão do banco de terras, poderemos pensar em ter um embrião de uma gestão da locação social, sendo excelente experiência de política habitacional para a cidade. Complementa a questão da gestão do Rio Tamanduateí com os municípios vizinhos, aponta a aprovação do Estatuto da Metrópole que traz a obrigatoriedade de Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI, que já se constituem com as cidades que possuem e estas questões devem ser enfrentadas. Sr. Gustavo Partezani agradece a doação do texto da Sra. Wanda Herrero. A coordenação prossegue com as manifestações dos inscritos, seguindo-se mais cinco falas: 12) Sr. Eduardo (morador da Mooca) Aponta a timidez do projeto na proposição das áreas verdes: mediante ao grande adensamento não deveríamos pensar em um projeto mais arrojado de espaços públicos? Sobre a área do terreno da Esso, lembra o grande dano ambiental histórico que a atividade industrial naquela gleba trouxe a região e aos seus moradores. Sugere promover um parque em 100% da área seria uma maneira de ressarcir à sociedade pelos maus historicamente relatados. Fala sobre a situação das ZEIS gravadas a mais de 10 anos no baixo da Mooca (Brás). A região congelou, não se promoveu as unidades habitacionais desejadas, e o adensamento populacional desejado não ocorreu. Temos hoje, uma área degradada. 13) Antonio de Pádua Chagas (Conselheiro Participativo da Mooca) Discorre sobre as áreas contaminadas e fala que a operação traz estratégias ambientais no âmbito da drenagem e das coberturas vegetais, mas não demonstra os mecanismos para a mitigação das áreas contaminadas. Pede um cuidado especial quanto a projetos em áreas contaminadas, citando casos de explosões em obras. Cita Aziz Ab'Saber e ressalta a importância da utilização de trabalhos e estudos relevantes. Pede especial cuidado com as áreas de ZEIS: o pobre é levado a habitar áreas periféricas ou contaminadas. 14) Maksuel (Presidente do MSTI) Pede que a Lei 15.542 seja respeitada e que a Lei da OUCBT a citasse. Pergunta se o recurso anteriormente apontado de 18%, já previa a implantação de 20.000 unidades, por que agora com destinação de 25% dos recursos o número de unidades se manteve? Não daria para serem feitas mais unidades? Questiona se a área destinada a ZEIS dará conta de implantar as 20.000 HIS. Gostaria de um mapa que mostrasse as áreas e o número de unidades. Pergunta também qual será a cota de terrenos que será comprada além das áreas demarcadas como ZEIS e se SEHAB já poderia começar a fazer. Recursos: como ficará a gestão dos recursos dentro da empresa BTSA? Os recursos específicos para a habitação ficarão separados em outra conta? Como será a lista de atendimento das demandas habitacionais? Será atendido quem já foi cadastrado? Como será feita por SEHAB? 15) Rafael Melo da Silva (integrante do MSTI) Questiona quando será dada solução para a questão da Gleba Petrobrás. Relata que as unidades ainda não começaram a ser implantadas. 16) Fernandes José Cícero (Luta Nacional Moradia Campo e Cidade) Apoia a unificação e apoio a todas as lutas por moradia. A coordenação informa que as manifestações dos inscritos se encerram e passa a palavra à mesa. O Sr. Gustavo Partezani, resume rapidamente as questões do último bloco e inicia com os esclarecimentos das áreas verdes da proposta. Fala da área total prevista pelo projeto, que acrescenta em oito vezes a área verde hoje existente, em termos de parques que serão distribuídos no território da operação, como um sistema de parques. Este sistema é associado com a arborização com espécies nativas nas novas vias qualificadas, criando um sistema de sombreamento e amenizam as ilhas de calor. O sistema de parques e áreas verdes criadas atende o indexador da ONU. Quanto às questões de descontaminação estas se encontram a Licença Prévia Ambiental que esclarecem métodos e estratégias de descontaminação. São premissas ambientais que devem ser respeitadas. Sobre as ZEIS, a operação urbana propõe um balanceamento dos incentivos e obrigações das áreas de ZEIS para os proprietários privados de disponham à transformação proposta. A associação do território com os instrumentos de financiamento da operação urbana, possibilitaremos maior efetividade na ZEIS. A minuta traz vários incentivos para a expropriação amigável que agilizam os prazos dessas ações.

A área da Petrobrás, que possui lei específica nº 15.842/2013, é a conquista está garantida. Será estudada a possibilidade de reforçar a lei citada na redação da lei da operação Urbana. A Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB está em tratativas sobre a doação da área pela União e a operação urbana trás o projeto de melhoramento público que a lei cita em seu artigo 4º. Hoje, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e a São Paulo Urbanismo trabalha o processo de planejamento, é o plano de ações de várias agendas que se

articulam as transformações da cidade. Lembra-se da conquista que o PDE trouxe, onde de 10%, foi garantido 25% dos recursos da operação urbana para habitação de interesse social. Através da empresa BTSA, as ações serão realizadas de forma integrada, sendo os dados dos levantamentos do HABISP, incorporados ao atendimento do perímetro de adesão e perímetro expandido da operação.
Neste momento, o Sr. Maksuel interrompe a fala e remete aos anos de luta do movimento para a transformação do território da Petrobrás e atendimento ao referido movimento. Preocupa-se com a segurança e garantia da continuidade. O Sr. Fernando de Mello Franco retoma a fala e reafirma as competências das políticas municipais nas diversas secretarias municipais no território, inclusive SEHAB. Fala da expectativa de arrecadação da operação, significativa para o perímetro específico da cidade. No desenvolver da Operação Urbana e com a arrecadação dos recursos, o Grupo de Gestão terá fundamental ação junto à deliberação das prioridades no programa de intervenção aprovado em lei, acompanhado pelos instrumentos de controle social instituído. A palavra é passada agora para o Subprefeito da Mooca, Sr. Evando Reis que cumprimenta e parabeniza o Secretário, o Diretor e toda a equipe envolvida nos trabalhos e parabeniza também a participação da sociedade no debate. Enaltece a elaboração do projeto e cita avanços significativos para a região. Afirma que o debate não se encerra hoje havendo novas oportunidades na participação da construção. Fala do Grupo de Gestão da Operação Urbana e da importância da participação da gestão e da fiscalização das ações propostas. Finaliza parabenizando todo o processo de construção da proposta e agradece a disponibilização do espaço cedido pelo Clube Atlético Juventus. O Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Sr. Fernando de Mello Franco também agradece a presença e participação de todos e convida para próxima audiência a ser realizada em 21/09/2015 no Círculo dos Trabalhadores Cristãos da Vila Prudente e despede-se do público e encerra os trabalhos da noite. Eu, Patrícia Saran, Assessora de Diálogo Social da São Paulo Urbanismo, firmo a presente ata.

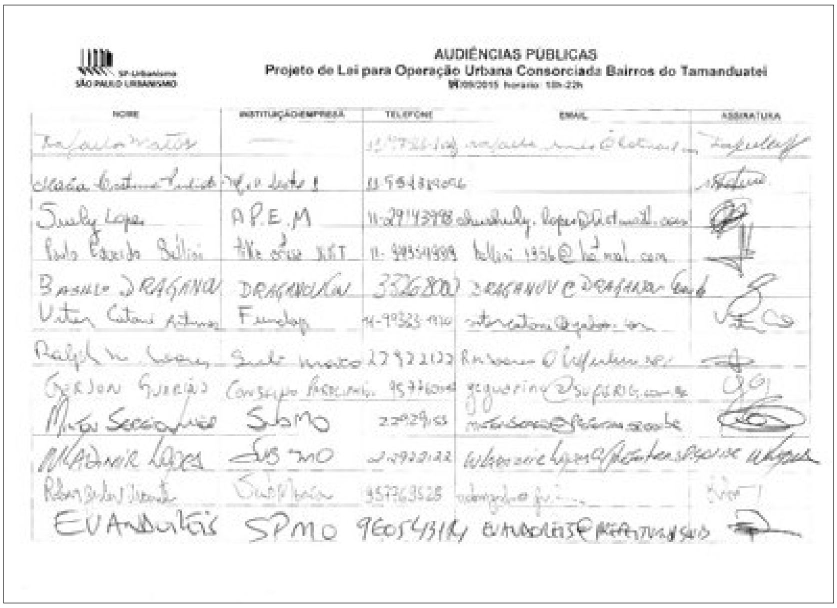
OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

Lista de presença


SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

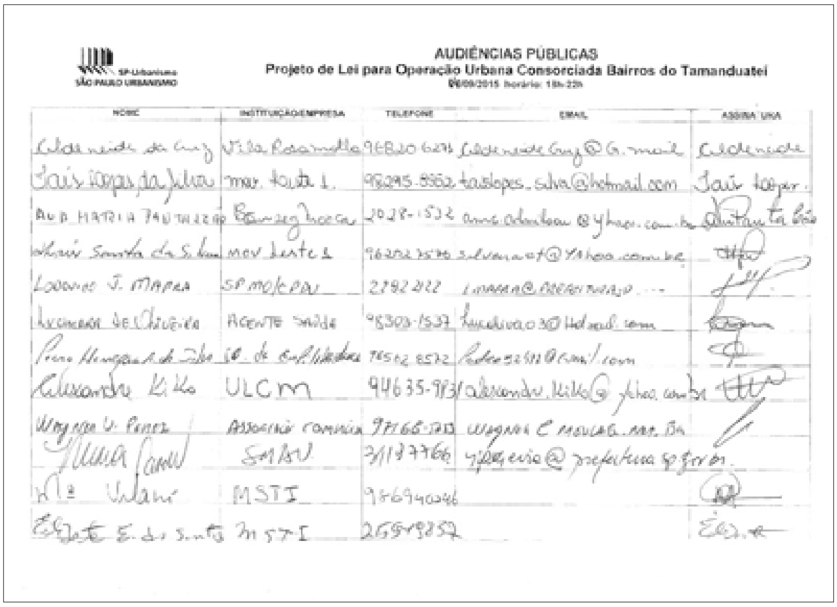
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei
[illegible]/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|


SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei
[illegible]/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|


SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei
[illegible]/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**
[illegible]/09/2015 horario: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Antonio F. [illegible] | MSTI | 96449234 | | [illegible] |
| Silvia Maria Araujo 87 | | 99773608 | | Silvia |
| Mariana C. [illegible] | MSTI | 967236285 | | Mariana |
| Maria de Almeida | MSTI | | | [illegible] |
| Pedro [illegible] | [illegible] | 942225394 | PFPERDUCA@[illegible] | [illegible] |
| [illegible] | | [illegible] | | [illegible] |
| [illegible] | Leste 1 | 98500[illegible] | | [illegible] |
| Damião [illegible] | | | | Damião |
| Ademir [illegible] | | 957634572 | | Ademir [illegible] |
| [illegible] | | 957050869 | | [illegible] |
| Damião P. Santos | | 5589[illegible] | | [illegible] |
| Julio [illegible] da Silva | | 96238[illegible]96 | | [illegible] |

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**
[illegible]/09/2015 horario: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Daniela G. [illegible] | MSTI | 31592417 | — | [illegible] |
| Edileuza [illegible] | VLCM | 993224786 | edileuza[illegible].com.br | [illegible] |
| Edileuza [illegible] | VLCM | 961705277 | | [illegible] |
| ~~[illegible] Marcelo da Silva Rodrigues 27514925~~ | | | | |
| Marcelo da Silva Rodrigues | Leste I | 27514925 | [illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| Rafael [illegible] | MSTI | [illegible] | [illegible].com | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | [illegible] | [illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| Madalena Maria | MSTI | [illegible] | — | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 3338-2838 | [illegible]@gmail.com | [illegible] |
| Matilde [illegible] | MSTI | 2063286 | — | Matilde |
| Maria [illegible] | MSTI | [illegible] | | [illegible] |
| Ícaro Garcia | | 2063-5232 | [illegible] | [illegible] |

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**
[illegible]/09/2015 horario: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Juan Carvalho | MSTI | 984[illegible] | | Juan Carvalho |
| [illegible] | MSTI | 94806-6003 | [illegible]@bol.com.br | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | [illegible] | | [illegible] |
| Sheila [illegible] | MSTI | [illegible] | | [illegible] |
| [illegible] Santo Silva | MSTI | 98221-3225 | | [illegible] |
| Carmem [illegible] | MSTI | 2352[illegible] | | Carmem [illegible] |
| [illegible] | MSTI | [illegible] | | [illegible] |
| [illegible] Oliveira | MSTI | [illegible] | | [illegible] |
| João Paulo Oliveira | MSTI | 959935848 | paulo[illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| Elza [illegible] | MSTI | 99838658 | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 967002563 | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 947321465 | | [illegible] |

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
24/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Durvalina Soares | MSTI | 980181654 | | Durvalina |
| marilene [illegible] | MSTI | 50612501 | | [illegible] |
| [illegible] do Rozo | MST | 989134313 | | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | 966205331 | [illegible]@gmail.com | [illegible] |
| JOSELITO ZEZITO | MSTI | 96240-0232 | ericarodrigues[illegible]@gmail.com | Erica |
| maria L. Rodrigues | MSTI | 96932-9514 | | maria |
| Marli Aparecida Damiao | MSTI | 984243179 | | Marli |
| [illegible] Rodrigues | MSTI | 980674220 | | [illegible] |
| [illegible] | | 9.7792[illegible] | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 945609138 | | [illegible] |
| Ceane Marques da Silva | MSTI | 959939966 | | Ceane |
| [illegible] Santos | MSTI | 2365-3472 | [illegible] | [illegible] |

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
24/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Riana F. de Carvalho | MSTI | 2060-1247 | [illegible]@yahoo.com.br | [illegible] |
| [illegible] da Silva [illegible] | MSTI | 96241-9442 | [illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| Rosemeire S. Moraes | Comitê Consumi M. Leste 1 | 97684-2279 | [illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| Raul S. Mattos | M. Leste 1 | 964058519 | " | Raul |
| Maria G. Gomes Oliva | MSTI | 97702674 | | [illegible] |
| Gabriel Lima Ribeiro | MSTI | 98[illegible] | [illegible]@hotmail.com | Gabriel |
| Cristina Cappellano | AMAC | 996206916 | amac.associação.dos.ambientalistas@gmail.com KIKA.CAPPELLANO@gmail.com | Kika |
| Alexio Barreto da Silva | MSTI | 97785-9240 | alexio.barreto@gmail.com | [illegible] |
| [illegible] da Silva | MSTI | 98065-7991 | [illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| Fernanda Lima | MSTI | 957354859 | [illegible]@gmail.com | Fernanda |
| Tatiane da Silva | MSTI | 95335003 | Tati.Silva.2012@Hotmail.com | Tatiane |
| Conceição M. da Silva | MSTI | 951705165 | | Conceição |

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
24/09/2015 horário: 18h-22h
24/09/2015

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Dionísia de Souza Lima | MSTI | 2061-5644 | | Dionísia de Souza Lima |
| Carlos Alexandre [illegible] | Sol. [illegible] | 97673-8705 | | [illegible] |
| Francisco José Pereira | MSTI | 994610257 | | [illegible] |
| Tereza Pontes [illegible] | MSTI | 946704909 | | Tereza |
| Delcardo U. Silva | MSTI | 966881088 | | [illegible] |
| Marina Ap. Candido | MSTI | 961434674 | | [illegible] |
| Francisco C. da Silva | MSTI | 984899289 | | [illegible] |
| REGINALDO [illegible] | MSTI | 969950350 | | [illegible] |
| Célia [illegible] | MSTI | 980845651 | | Célia |
| Norberto Alves Rodrigues | MSTI | 2286-3770 | | Norberto |
| Gilda Alves Rodrigues | MSTI | 2945-7516 | | Gilda |
| Maria [illegible] | MSTI | 994463854 | | [illegible] |

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí**
29/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Vanderlei A. Souza | MSTI | 967922255 | [illegible] | [illegible] |
| Sueli Marques | MSTI | 2061[illegible] | | [illegible] |
| Cristina C. Silva | MSTI | 20618613 | | [illegible] |
| José Carvalho e Silva | MSTI | 2351-2843 | | José Carvalho |
| Luci [illegible] | MSTI | 50822504 | | Lucília |
| Eloisio Gonçalves Ferreira | MSTI | 998148295 | | Eloisio |
| Adelino [illegible] | MSTI | 9-6109-2696 | | [illegible] |
| Nerilda [illegible] | MSTI | 9 5464 7763 | Nerilda[illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| Jerusa S. de Santana | MSTI | 96346.0858 | | [illegible] |
| Marinalva S. Gomes | MSTI | 9-66845[illegible] | | [illegible] |
| Luiz [illegible] | MSTI | 68993254 | | Luiz |
| Alci Mônica Cruz | MSTI | 2945-6175 | | AMCruz |

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí**
29/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Dionísio L. Oliveira | MSTI | 957404608 | | [illegible] |
| Maria do Carmo S. S. | MSTI | 969584742 | | |
| [illegible] de S. Santos | MSTI | | | [illegible] |
| [illegible] de Souza | MSTI | 99529-6[illegible] | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 968715685 | | [illegible] |
| Armelia de Souza | MSTI | 959775254 | | [illegible] |
| Luiz M. Moreira | Morador | 951796119 | | [illegible] |
| Vilma | MSTI | 92560449 | | [illegible] |
| Bruno Gabriel S. | MSTI | | | [illegible] |
| Camila Magrenha | - | 57598[illegible] | | [illegible] |
| Sueli Raimunda | MSTI | 98231702[illegible] | | [illegible] |
| Júlio César Silva | ACSP | 29126784 | | [illegible] |

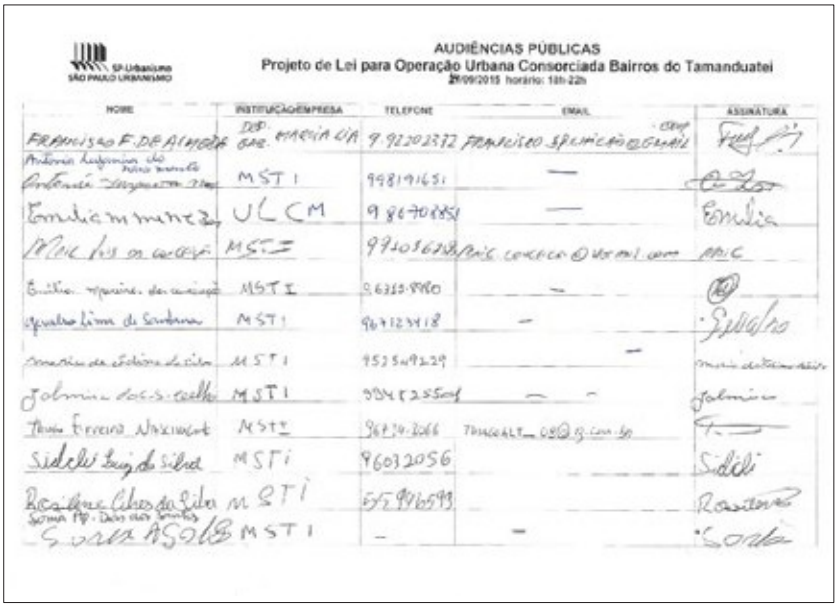
SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí**
29/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Claudney Santos | MSTI | 967197960 | claudney.santos@hotmail.c | [illegible] |
| Jéssica O. Nascimento | MST [illegible] | 98594-9366 | jessica[illegible]nascimento@live.com | [illegible] |
| Rafael mello da silva | MSTI | 960293187 | – | Rafael |
| Joanamaria B.R. | MSTI | 20627212 | – | [illegible] |
| [illegible] M. Oliveira | MSTI | 96233-3059 | | [illegible] |
| Fátima [illegible] | MSTI | 9-4612 3890 | [illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| Élia maria | MSTI | 962332949 | – | [illegible] |
| Isa Costa | MSTI | 970455364 | | Isa |
| Eliene da S. [illegible] | | 983763[illegible] | | [illegible] |
| Nadia Kelly Lupo | MSTI | 996389099 | | [illegible] |
| [illegible] C.S. | MSTI | 2272[illegible] | | [illegible] |
| Vanilde M. A. [illegible] | MSTI | 945831968 | | [illegible] |

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

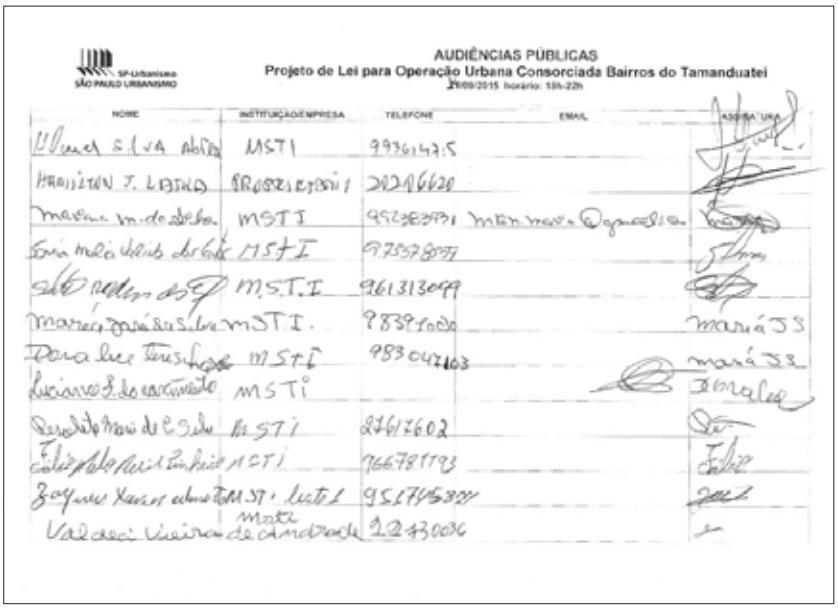
SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei
29/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| FRANCISCO F. DE ALMEIDA | DEP. GAB. MARCIA LIA | 9.92202372 | FRANCISCO.SPINACAO@GMAIL.COM | [illegible] |
| Antonia Lugomira do Nascimento | | | | |
| Antonia [illegible] | MSTI | 998191651 | — | [illegible] |
| Emilia [illegible] | ULCM | 986708851 | — | Emilia |
| [illegible] | MSTI | 99405678 | [illegible] | [illegible] |
| Emilia [illegible] | MSTI | 96315.8980 | — | [illegible] |
| [illegible] Lima de Sombra | MSTI | 967123418 | — | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 952549229 | — | [illegible] |
| Jolmira [illegible] | MSTI | 984125504 | — | Jolmira |
| [illegible] Ferreira Nascimento | MSTI | 96734.2066 | [illegible] | [illegible] |
| Sidelli [illegible] da Silva | MSTI | 96032056 | | Sidelli |
| Rosilene Alves da Silva | MSTI | 55996593 | | Rosilene |
| Sonia [illegible] | MSTI | — | — | Sonia |

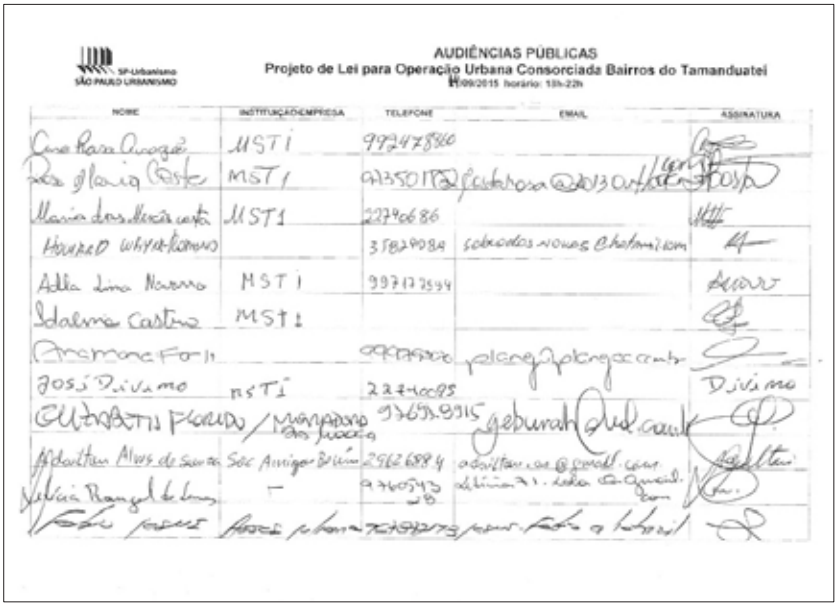
SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei
29/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| [illegible] Silva Abreu | MSTI | 99361475 | | [illegible] |
| Hamilton J. Lasala | [illegible] | 20216620 | | [illegible] |
| Marina [illegible] | MSTI | 952383931 | [illegible] | [illegible] |
| Sonia [illegible] | MSTI | 973578077 | | [illegible] |
| [illegible] | M.S.T.I | 961313099 | | [illegible] |
| Maria [illegible] | MSTI | 98391000 | | Maria JS |
| Dona [illegible] | MSTI | 983047103 | | Maria JS |
| Luciano [illegible] | MSTI | | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 27617602 | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 966781193 | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 951745824 | | [illegible] |
| Valdeci Vieira de Andrade | MSTI | 22430036 | | [illegible] |

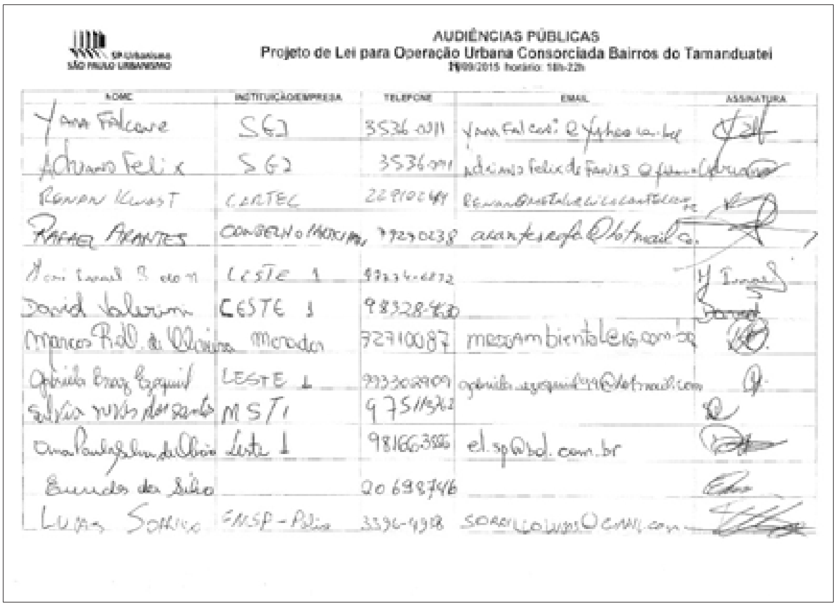
SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei
29/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| [illegible] Rosa Quaglia | MSTI | 992478860 | | [illegible] |
| Rosa Maria Costa | MSTI | 973501782 | [illegible] | [illegible] |
| Maria dos Mercês Costa | MSTI | 22740686 | | [illegible] |
| Howard [illegible] | | 35829084 | [illegible] | [illegible] |
| Adla Lima Navarro | MSTI | 997172594 | | [illegible] |
| Idalina Castro | MSTI | | | [illegible] |
| Anamara Forli | | 99979700 | [illegible] | [illegible] |
| José Divino | MSTI | 22740095 | | Divino |
| Elizabeth Florido / Moradora da Vacca | | 97693.9915 | [illegible] | [illegible] |
| Adailton Alves de Souza | Soc. Amigos Bairro | 2962688.4 | [illegible] | [illegible] |
| Lucia Rangel de Lima | — | 9760543 | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

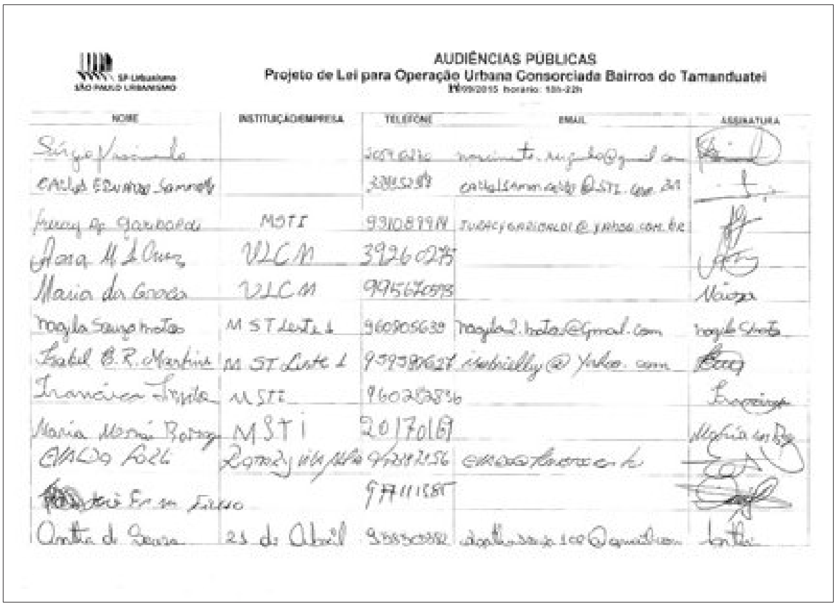
OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO



SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
[illegible]/09/2015 horário: 18h-22h

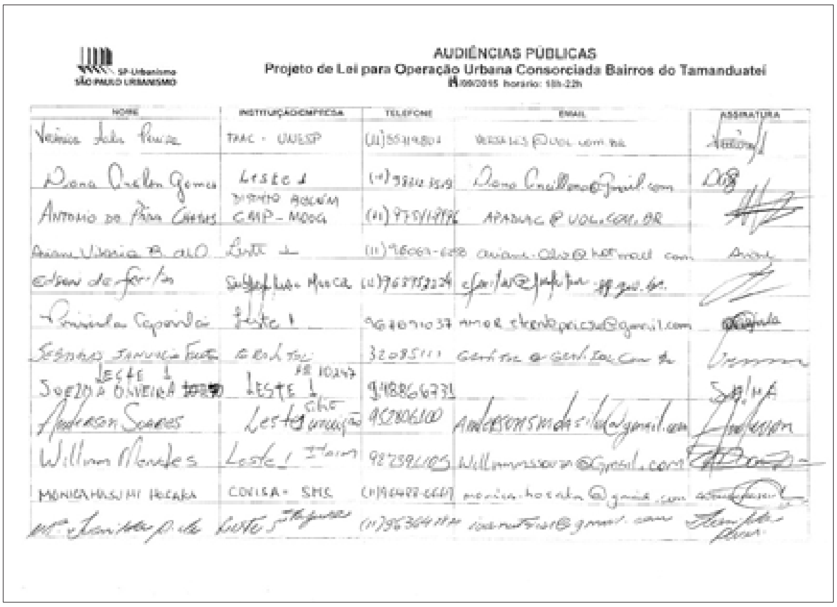
| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Yara Falcone | SGI | 3536-0011 | yarafalcone@yahoo.com.br | |
| Adriano Felix | SGI | 3536-0011 | adriano.felix.de.farias@[illegible] | |
| Renan Kwast | CARTEL | 22910644 | [illegible] | |
| Rafael Arantes | Conselho Mooca | 99240238 | arantesrafa@hotmail.com | |
| [illegible] | Leste 1 | 97234-6272 | | |
| David Valerim | Leste 1 | 98328-9830 | | |
| Marcos Roll. de Oliveira | Morador | 72710087 | mesoambiental@ig.com.br | |
| Gabriela Braz Ezequiel | Leste 1 | 993302909 | gabriela_ezequiel99@hotmail.com | |
| Silvia [illegible] dos Santos | MSTI | [illegible] | | |
| Ana Paula [illegible] | Leste 1 | [illegible] | el.sp@bol.com.br | |
| Eunides da Silva | | 20698746 | | |
| Lucas Sorrillo | FMSP - Polis | 3396-4918 | sorrillolucas@gmail.com | |



SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
[illegible]/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Sérgio Nascimento | | [illegible] | nascimento.sergio[illegible]@gmail.com | |
| Carlos Eduardo Sammarco | | [illegible] | [illegible] | |
| Juracy Ap. Garibaldi | MSTI | 991089914 | juracygaribaldi@yahoo.com.br | |
| Ana M. S. Alves | VLCM | 39260275 | | |
| Maria da Graça | VLCM | [illegible] | | |
| Nayla Santos Matos | MST Leste 1 | 960905639 | nayla2.matos@gmail.com | |
| Isabel B. R. Martins | MST Leste 1 | [illegible] | [illegible]@yahoo.com | |
| Francisca [illegible] | MSTI | [illegible] | | |
| Maria [illegible] | MSTI | 20170161 | | |
| Eraldo [illegible] | Rotary Vila Alpina | [illegible] | [illegible] | |
| [illegible] | | [illegible] | | |
| Antônio de Souza | 23 de Abril | [illegible] | [illegible] | |



SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
[illegible]/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Verônica Sales Pereira | TAAC - UNESP | (11)55419804 | veresales@uol.com.br | |
| Diana Arcelina Gomes | Leste 1 | (11)[illegible] | [illegible]@gmail.com | |
| Antonio do Pinho Chaves | Distrito Belém CMP - Mooca | (11)[illegible] | apaduac@uol.com.br | |
| Ariane Vieira B. Alo | Leste 1 | (11)[illegible] | ariane.alo@hotmail.com | |
| Edson de Farias | Subprefeitura Mooca | (11)[illegible] | [illegible]@prefeitura.sp.gov.br | |
| Priscila Caparelli | Leste 1 | [illegible] | [illegible]@gmail.com | |
| Sebastião Januário Filho | [illegible] | 32085111 | [illegible] | |
| Sueli de Oliveira | Leste 1 | [illegible] | | |
| Anderson Soares | Leste [illegible] | [illegible] | andersonsmdasilva@gmail.com | |
| William Mendes | Leste 1 | [illegible] | williammsouza@gmail.com | |
| Monica Hasumi Hocaka | COVISA - SMS | (11)[illegible] | monica.hocaka@gmail.com | |
| [illegible] | Leste [illegible] | (11)[illegible] | [illegible] | |

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí**
[illegible]/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Zineas Lisa | WL Corporate | 26617598 | [illegible]@gmail.com | [illegible] |
| Alexandrina Mª de Queiroz | Leste 1 | 2569-6704 | [illegible]@outlook.com | [illegible] |
| Juli Matos | | 965880928 | [illegible]@yahoo.com.br | [illegible] |
| Gilene Rodrigues da Silva | Leste 1 | 983532557 | gilene1180@hotmail.com | Gilene |
| Alcione Sanches/Moreno | | 989432525 | alcimoreno@gmail.com | [illegible] |
| Araujo A. Menezes | Leste 1 | 991754[illegible] | [illegible]@gmail | [illegible] |
| [illegible] Paula Silva | Leste 1 | 2731-6926 | [illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| Cláudia L. Debs | ULCM | 954317646 | [illegible]@[illegible].com.br | [illegible] |
| Sonia Maria Valoura | Movimento Viva o Parque V. Ema | 991732979 | [illegible] | [illegible] |
| Nilson Domingues Santos | P. da Mooca | 20635776 | nds1933 hot mail | [illegible] |
| Monica Guardaso | Leste 1 A | 978N891 | | Monica |
| José Mauro Bellens | [illegible] | 993[illegible]26 | Jmbellens@terra.com.br | [illegible] |

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí**
[illegible]/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| [illegible] | CPM Mooca | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | Leste I | 9585486[illegible] | | [illegible] |
| Patricia Caporina | Leste 1 | 9447232 | caporinapatricia.[illegible].com.br | [illegible] |
| DANIEL JORGE [illegible] | GRAFITOR | 3023111 | daniel.freitas@grafitor.com.br | [illegible] |
| [illegible] da Silva M. | Leste 1A | 976367218 | [illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| Agnaldo Miranda Conceição | Leste 1 | 988639[illegible] | agnaldomiranda[illegible]@yahoo.com.br | Agnaldo MC |
| [illegible] | COVISA | 98956[illegible]30 | [illegible]@yahoo.com.br | [illegible] |
| [illegible] Domingos dos Santos | P. da Mooca | 96692488 | [illegible]SANTOS@[illegible] | [illegible] |
| Maria José da Silva [illegible] | [illegible] Mooca | 22927182 | MSSANTOS@[illegible] | [illegible] |
| Wanderley Oliveira | PHOTOARAO | 972379315 | photomas@gmail.com | [illegible] |
| Antonio Viotto [illegible] | Rotary Mooca | 996547002 | [illegible] | [illegible] |
| SONIA MARIA DE LIMA | [illegible] | 959136956 | | [illegible] |

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí**
[illegible]/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Ariz | MSTI | 996302624 | | [illegible] |
| José Marcelo da Silva | MSTI | 961964026 | josemarcelo1974@yahoo.com.br | [illegible] |
| José Ronaldo | ULC | 964282[illegible] | [illegible].com.br | [illegible] |
| Bruno M. Valsoni | | 9812599[illegible] | b.moreno10@hotmail.com | [illegible] |
| Miguel Soares Silva | SINDICSP | 94960[illegible] | soaresmiguel57@yahoo[illegible] | [illegible] |
| [illegible] de [illegible] | SINDICSP | 98156[illegible] | | [illegible] |
| [illegible] Alves | ODEBRECHT | 981345036 | [illegible]@yahoo.com.br | [illegible] |
| José Luis Rodrigues | MSTi | 9 | zekjosi_76@hotmail.com | [illegible] |
| [illegible] P. de Souza | MSTI | 967398638 | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 932025534 | [illegible]@HOTMAIL.COM | [illegible] |
| JOSE A. [illegible] F. | CADILLAC BURGER | 97946386 | [illegible]@gmail.com | [illegible] |
| Raimunda de Souza MC | | | | |

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei
[illegible]/09/2015 horário: 18h-22h

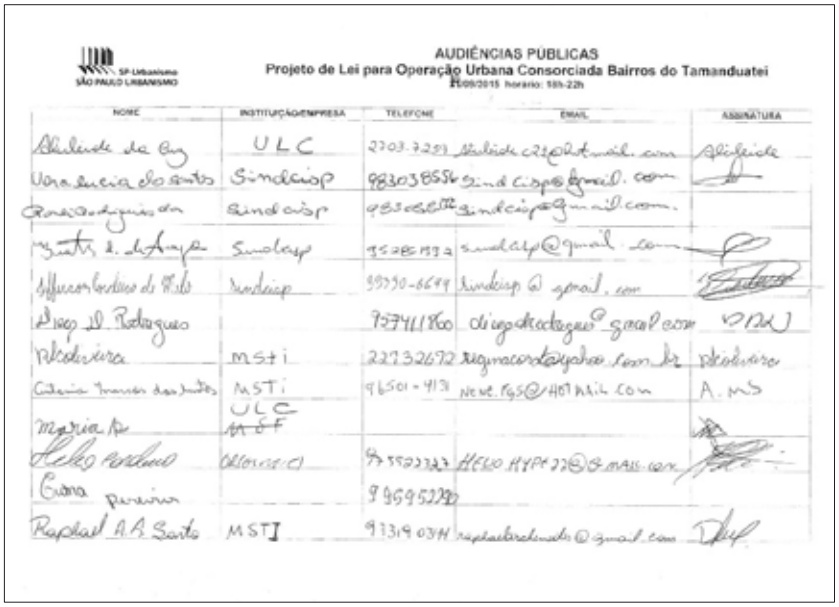
| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Genivaldo V.B. | MSTI | | | Genivaldo |
| [illegible] | MSTI | | | [illegible] |
| Aldeiro [illegible] | MSTI | | | [illegible] |
| Francisco Santos da Silva | MSTI | | | [illegible] |
| Jovone T Santos | MSTI | 985939549 | | [illegible] |
| Rosilini de Souza Fuzeira | MSTI | | | Rosilini |
| Severina V. de Souza | MSTI | 953393138 | | Severina |
| Edilson de Souza | MSTI | 953393138 | | Edilson de Souza |
| Adilson [illegible] | MSTI | 999260692 | | Adilson |
| Rita de Cassia de Santana | MSTI | 996 395938 | | [illegible] |
| Claudia [illegible] | MST [illegible] | 98548 7118 | | [illegible] |
| David de Gonzaga | MST I | 98484764 | david.gbonzaga@hotmail.com | [illegible] |

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei
[illegible]/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Fernando Cunha | particular | 50550193 | fbcunha@hotmail.com | [illegible] |
| Maria [illegible] | SINDISEPIS | 99595290 | MARIAO 97@HOTMAIL.COM | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 99932965 | | [illegible] |
| Raimunda N. S. Araujo | MSTI | 20635927 | | [illegible] |
| Sandra Magnus Oliveira | MSTI | 95702 5[illegible] | [illegible]@gmail.com | [illegible] |
| Mª Cláudia S. Andrade | MSTI | 9-6780 6028 | | Mª Cláudia |
| Márcio Costa | MSTI | 983472473 | marciocostacarton@bol.com.br | [illegible] |
| Maria Nevares | MSTI | 2215482 | | [illegible] |
| José Leandro Silva Mais | MSTI | 98130273 | | [illegible] |
| Maria Francisca [illegible] | MSTI | 20684068 | | [illegible] |
| Nilson Paulo dos Santos | [illegible] | 32294318 | nelson.paulo@yahoo.com.br | [illegible] |
| | | | [illegible] | |

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

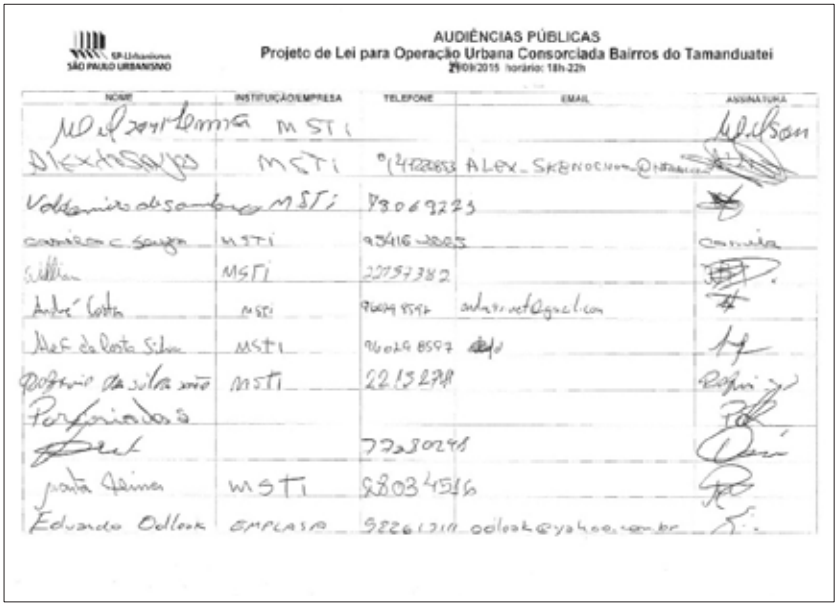


AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei
[illegible]/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Alcileide da Cruz | ULC | 2703-7259 | alcileide.c22@hotmail.com | Alcileide |
| Vera Lucia dos Santos | Sindcisp | 983038556 | sindcisp@gmail.com | [illegible] |
| [illegible] | Sindcisp | 983038556 | sindcisp@gmail.com | |
| [illegible] | Sindcisp | 95285 1332 | sindcisp@gmail.com | [illegible] |
| [illegible] | Sindcisp | 99390-6699 | sindcisp@gmail.com | [illegible] |
| Diego D. Rodrigues | | 957411860 | diegodrodrigues@gmail.com | [illegible] |
| Alcoliveira | MSTI | 22732672 | reginacorta@yahoo.com.br | Alcoliveira |
| Catarina Tavares dos Santos | MSTI | 96501-4131 | neve.rgs@hotmail.com | A. MS |
| Maria [illegible] | ULC MSF | | | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | 975522327 | HELIO HYPE22@GMAIL.COM | [illegible] |
| Elena Pereira | | 99595290 | | |
| Raphael A.A. Santo | MSTI | 97319 0344 | raphaelardenedo@gmail.com | [illegible] |

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO



**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**
29/09/2015 horário: 18h-22h

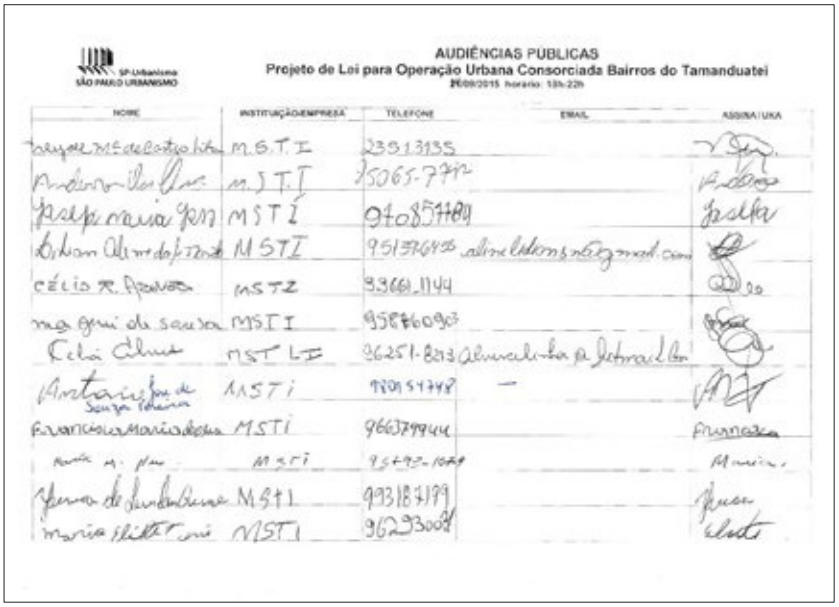
| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| [illegible] | MSTI | | | [illegible] |
| Alex [illegible] | MSTI | 914220853 | ALEX_SKENOCHOW@[illegible] | [illegible] |
| Valdemiro de Sambaro | MSTI | 98069223 | | [illegible] |
| Camila C. Souza | MSTI | 95416-2825 | | Camila |
| William | MSTI | 22757382 | | [illegible] |
| André Costa | MSTI | 96029 8597 | [illegible]@gmail.com | [illegible] |
| Alef da Costa Silva | MSTI | 96029 8597 | [illegible] | [illegible] |
| Rogério da Silva Sousa | MSTI | 22152718 | | [illegible] |
| Portaria da S | | | | [illegible] |
| [illegible] | | 77280248 | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 28034516 | | [illegible] |
| Eduardo Odloak | EMPLASA | 92261311 | odloak@yahoo.com.br | [illegible] |

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**
29/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Maria do Socorro P.R. | MSTI | 69245422 | | [illegible] |
| Maria Alª Alves | MSTI | 970370820 | | [illegible] |
| Maria Irmã de Pessoa Lima | MSTI | 98751 2410 | [illegible]@yahoo.com.br | [illegible] |
| Liberalia C. Silva | MSTI | 987030595 | Lima.michelly@hotmail.com | Liberalia |
| Maria Salma Brandão | MSTI | 935048685 | | [illegible] |
| Mª da Conceição Lisboa | MSTI | 99847-3222 | [illegible]@gmail.com | [illegible] |
| Elza [illegible] | MSTI | 96[illegible] | | Elza |
| [illegible] | MSTI | 96271-6369 | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 986579937 | [illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| Paulo [illegible] | MSTI | 9.46137266 | | [illegible] |
| Raul de Jesus Silva | MSTI | 96[illegible] 2-6[illegible] | | [illegible] |
| Eliziane | MSTI | 941302473 | eliziane_[illegible]@hotmail.com | Eliziane [illegible] |

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO



**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**
29/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| [illegible] | M.S.T.I | 23513135 | | [illegible] |
| [illegible] | M.S.T.I | 95065-7772 | | [illegible] |
| Josefa Maria [illegible] | MSTI | 970857789 | | Josefa |
| Adriana Alves da [illegible] | MSTI | 951376455 | [illegible]@gmail.com | [illegible] |
| Célio R. [illegible] | MSTI | 93661.1144 | | [illegible] |
| Maria [illegible] de Souza | MSTI | 95876 0903 | | [illegible] |
| Celia [illegible] | MSTI | 96251-8213 | [illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| Antonia [illegible] de Souza Pereira | MSTI | 980154748 | — | [illegible] |
| Francisca Maria [illegible] | MSTI | 966379944 | | Francisca |
| [illegible] | MSTI | 95793-1079 | | Maria |
| [illegible] | MSTI | 993187199 | | [illegible] |
| Maria [illegible] | MSTI | 96293008 | | [illegible] |

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí**
[illegible]/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Dilma A. Scott | | 96098 3638 | | [illegible] |
| [illegible] de Oliveira [illegible] | | 963646049 | | [illegible] |
| Fabiana Rocha | MSTI | 98188-7750 | | [illegible] |
| Luzane de Almeida | MSTI | 984436544 | | [illegible] |
| Antonia Cristina [illegible] | MSTI | 966525987 | | Antonia Cristina |
| Luiz Cezar da Silva | M.S.T.I | 980359052 | | [illegible] |
| [illegible] Vinícius de Paula | MSTI | 98850 6128 | | [illegible] |
| [illegible] Paula | MSTI | 965484313 | | Paula |
| Sara [illegible] | MSTI | 96108 6540 | | [illegible] |
| Maria do Socorro Santos | MSTI | 976892042 | | [illegible] |
| Arilson S. [illegible] | MSTI | 953943265 | | [illegible] |
| [illegible] da Silva | MSTI | 94626 1890 | | [illegible] |

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí**
[illegible]/09/2015 horário: 18h-22h

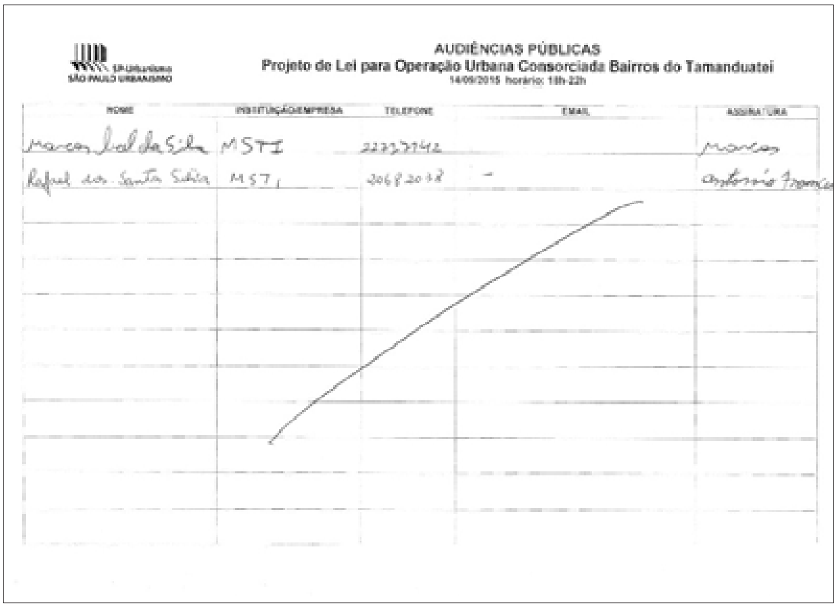
| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Jorge Baltas | MSTI | 985195618 | | Jorge |
| [illegible] | MSTI MSTI | 985570958 | | [illegible] |
| Roxane da S. Barbosa | MSTI | 962972017 | | Roxane |
| [illegible] | MSTI | 960576884 | | [illegible] |
| Rosilene costa souza | MSTI | 979382268 | | [illegible] |
| Clarisse P. Fernandes | MSTI | 988979730 | [illegible]@hotmail.com | Clarisse |
| Claudia L. da Silva | MSTI | 935530121 | | Claudia |
| Edmilra | MSTI | 937644218 | | [illegible] |
| Claudete da Silva [illegible] | MSTI | 961752628 | | [illegible] |
| Celeno R. Souza | MSTI | 944296288 | | [illegible] |
| Maria Cruz de Assis | MSTI | 995391575 | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 992702055 | [illegible] | [illegible] |

Autoridades

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí**
[illegible]/09/2015 horário: 18h-22h

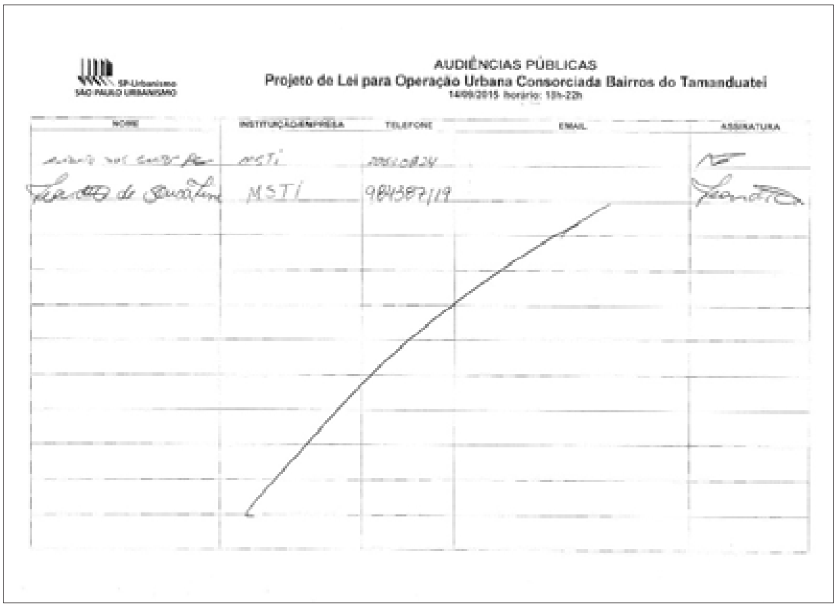
| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Aurelina [illegible] | MSTI | 29103123 | | [illegible] |
| [illegible] Fernandes | MSTI | 96[illegible]13 | — | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | | | |
| Pedro H. R. Mendonça | Labcidade | 999570296 | | Pedro HRM |
| Paula H B M Lima | Labcidade FAU USP | 998857376 | paula.[illegible].lima@usp.br | [illegible] |
| Francisco Pariso | [illegible] Mooca | 941629818 | | [illegible] |
| maria [illegible] | 21 [illegible] | 20810180 | | [illegible] |
| LUIZ CARLOS CASTAN | AESP - MOOCA | 26940655 | | [illegible] |
| Terezinha | MSTI | 16291355[illegible] | | Terezinha |
| M[illegible] da Silva | MSTI | 98216 8239 | | Maria Zorete |
| João [illegible] de Almeida | MSTI | 2068-4855 | | João [illegible] |
| Tiago da Silva Mello | MSTI | 9 8236.3397 | Tiago.RM.TM@gmail.com | [illegible] |



SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
14/09/2015 horário: 18h-22h

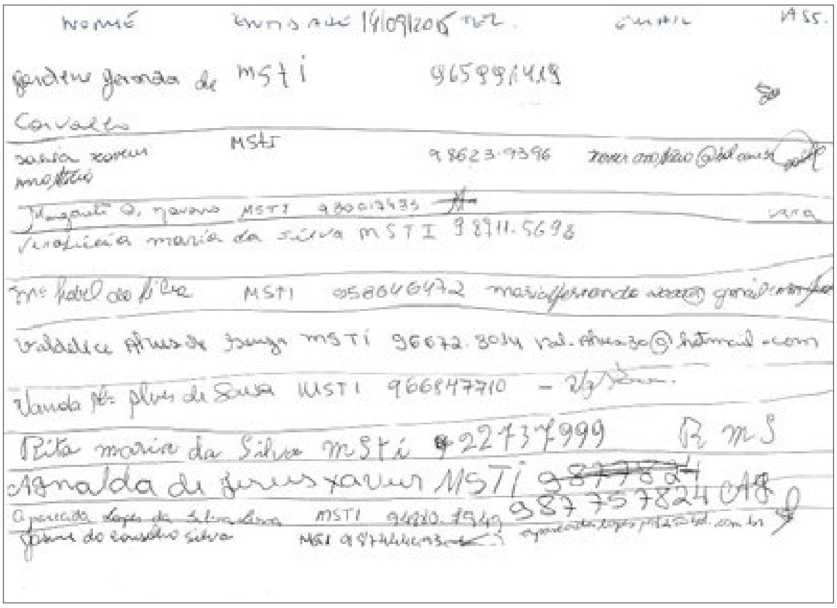
| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Marcos Leal da Silva | MSTI | 22737742 | | Marcos |
| Rafael dos Santos Silva | MST | 20682038 | - | Antonio Franco |



SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
14/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| [illegible] | MSTI | [illegible] | | [illegible] |
| Leandro de Sousa [illegible] | MSTI | 984387119 | | Leandro |



| NOME | EMPRESA 14/09/2015 | TEL. | EMAIL | ASS. |
|---|---|---|---|---|
| [illegible] Carvalho | MSTI | 965991419 | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 98623-9396 | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 980013433 | | [illegible] |
| [illegible] maria da silva | MSTI | 98711-5698 | | |
| [illegible] | MSTI | 958046472 | [illegible] | |
| [illegible] | MSTI | 96672-3014 | [illegible]@hotmail.com | |
| [illegible] | MSTI | 966847710 | | [illegible] |
| Rita maria da Silva | MSTI | 922737999 | | R m S |
| [illegible] | MSTI | 987757824 | | [illegible] |
| Aparecida Lopes da Silva [illegible] | MSTI | 94880-1949 | [illegible] | |
| [illegible] Silva | MSI | 987444493 | | |

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

João Antonio de Macedo Pereira - MSTI 9-6376-3614

Rosegelo S. Filisberto MSTI 99917-0551

Antonia Leila Silva Lima MSTI 991336408

Rosa Leite de Araujo - MSTI - 957043130

Maria dos Cora Jumino da Silva - MSTI

Diogo Arruda de Freitas - MSTI - 9-5167-5536

Maria Dilar da Silva Moraes MSTI - 979544043

Maria Leicia Feijó Sampaio = MSTI = 961263558

Jocelia Rosa de Jesus - MSTI = 952624008

Odaim José de Sousa MSTI - 986273877-00

Francisca de Assis MSTI 55946599

Evanuede Carvalho dos Reis - MSTI 98660-1135

Lucas Araujo de Carvalho MSTI - 984284146

Jose Evangelista dos Santos MSTI - 964375255

14.09.2015

Clube Atlético Juventus.

Rua Comendador Roberto Ugolino, 152

FOTOS

10.09.2015 – Reunião com o Conselho Participativo Municipal (CPM) da Subprefeitura de Vila Prudente

Reunião realizada no Auditório da Subprefeitura de Vila Prudente. Apresentado o Caderno Ilustrada proposta de Projeto de Lei. Os conselheiros foram convidados à participarem da Audiências a serem realizadas nos próximos dias 14 e 21 de setembro de 2015 para esclarecerem dúvidas e apresentarem contribuições à proposta.

08.09.2015 – Audiência Pública: Minuta do Projeto de Lei – CEU Meninos

Ata de audiência pública Minuta do Projeto de Lei da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, realizada em 08 de setembro de 2015.

Aos oito dias do mês de setembro de 2015, no período compreendido entre 18h00 e 21h30 foi realizada a Audiência Pública sobre a Minuta do Projeto de Lei da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, no auditório do CEU Meninos situado à Rua Barbinos, 111, São Paulo-SP. A abertura foi coordenada pela São Paulo Urbanismo e foi constituída de breve saudação e agradecimento à população presente e à Subprefeitura do Ipiranga presente em nome da Coordenadora de Planejamento e Desenvolvimento Urbano – Maria Auxiliadora Salvador. É esclarecido o procedimento da audiência que se dará com apresentação da proposta com posterior manifestação dos interessados. Na sequencia foi realizada a exposição, pelo Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo - Gustavo Partezani Rodrigues, dos objetivos e estratégias propostas na Minuta do Projeto de Lei que se encontra disponibilizada no sitio www.gestaourbana.sp.gov.br desde 26.09.2015. Sr. Gustavo saúda os presentes, se apresenta e inicia com esclarecimento das atribuições da São Paulo Urbanismo, empresa pública vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Explica o procedimento a ser realizado na audiência, retoma o processo participativo com as demais audiências que se realizarão: dia 14/09/2015 no Clube Atlético Juventus e dia 21/09/2015 no Círculo dos Trabalhadores Cristãos da Vila Prudente. As sugestões também poderão ser encaminhadas pela minuta participativa disponibilizada no sitio www.gestaourbana.sp.gov.br e podem esclarecer dúvidas nos mapas disponibilizados na mesa lateral junto aos técnicos da São Paulo Urbanismo. Inicia com a apresentação do instrumento Operação Urbana Consorciada, demonstrando as transformações previstas para o território, juntamente com seus objetivos e estratégias de: socialização dos ganhos da produção na região; assegurar o direito a moradia digna para quem precisa; melhorar a mobilidade urbana; qualificar a vida urbana dos bairros; orientar o crescimento da cidade nas proximidades do transporte público; reorganizar as dinâmicas metropolitanas promovendo o desenvolvimento econômico da cidade; incorporar a agenda ambiental ao desenvolvimento da cidade; fortalecer a participação popular nas decisões dos rumos da cidade e preservar o patrimônio e valorizar as iniciativas culturais. Os objetivos e estratégias são detalhados e, ao final, o Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo encerra a sua fala agradecendo a todos os presentes e em seguida abre para a palavra ao debate. Antes ainda, o Sr. Gustavo Partezani Rodrigues manifesta a presença do Vereador Paulo Frange, relator do projeto de Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo que tramita na Câmara Municipal de São Paulo e o convida a compor a mesa. A coordenação esclarece que será aberta a palavra aos inscritos, com posteriores esclarecimentos em bloco. Seguiram-se 04 falas. 1) Sr. Maxwell (Líder do Movimento Sem Terra do Ipiranga – MSTI) agradece e enfatiza a qualidade do projeto apresentado. Ressalta o período de esquecimento da comunidade pelo Poder Público, mesmo estando muito próximo da área central e fala do atual empoderamento da comunidade. Discorre sobre as conquistas a respeito da Gleba Petrobrás e sobre a Lei de incentivo para construção de Habitação de Interesse Social na gleba Petrobrás. Preocupa-se quanto a inclusão da área no Perímetro da Operação Urbana Consorciada, indagando sobre sua qualificação, o que será construído no local, quantas unidades habitacionais serão produzidas, como será o processo de entrega das unidades e qual será a fila de atendimento. Relembra a luta do movimento MSTI até a presente data e as conquistas alcançadas. Pergunta também sobre a sintonia da Secretaria Municipal de Habitação com o projeto desenvolvido pela São Paulo Urbanismo. Numa visão geral da proposta apresentada, pergunta qual a destinação dos outros 56% dos recursos arrecadados na Operação Urbana Consorciada e quais serão os benefícios que o setor imobiliário receberá, pois só identificou a outorga onerosa e os demais não estão claros. Sobre as áreas de ZEIS, pergunta o que está proposto, quantas unidades por área e quanto será destinado ao Ipiranga. Para as demais áreas, pergunta quantas poderão ser adquiridas para a produção de habitação de interesse social pela Operação Urbana Consorciada. Encerra sua fala informando que ele e o movimento participarão das demais audiências. 2) Sr. Altamiro (Movimento de Moradia Vila Cristália – Sacomã) Cumprimenta os presentes e aponta a preocupação com os prazos para a realização dos projetos. Salienta a importância da Operação Urbana, mas não compreende as ações de médio e longo prazo. Fala do alagamento do Córrego dos Meninos e gostaria de saber se esta questão está contemplada no projeto apresentado. Cita áreas do entorno, terrenos próximos a São Caetano do Sul e Via Anchieta que poderiam ser pleiteados para implantação de moradias populares e equipamentos de esporte e cultura. 3) Sr. José Marcelo Silva (Movimento dos Sem Terra do Ipiranga – MSTI) Fala da luta de dez anos do movimento na conquista das moradias para a gleba Petrobrás e do acampamento instalado no local para garantir a conquista e impedir desordem no local. Fala que o executivo se comprometeu em iniciar as obras em março de 2015, mas que isso não ocorreu. Pergunta se a nova lei proposta pode atrasar mais ainda a implantação, se ainda demoraram mais dez, quinze ou vinte anos para se concretizar e também por que não as obras já não se iniciaram. 4) Sr. Francisco Neto (Movimento dos Sem Terra do Ipiranga – MSTI). Fala sobre a demora do executivo em iniciar as obras da gleba Petrobrás. Pergunta sobre a origem dos recursos do projeto apresentado. Finalizada as manifestações, a palavra é passada ao Sr. Gustavo Partezani Rodrigues – Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo que faz os esclarecimentos. Iniciando pela Gleba Petrobrás, cita as várias Secretarias municipais que a Prefeitura de São Paulo possui com agendas setoriais específicas. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU planeja e desenvolve os projetos urbanos, enquanto a Secretaria Municipal de Habitação –

SEHAB, trata dos cadastros, inscrições, regularizações fundiárias e também da produção de Habitação de Interesse Social. Os recursos para essas finalidades são obtidos através do Fundo Municipal de Habitação e de Programas Federais como o Minha Casa Minha Vida. A Lei nº 15.842, citada pelo Sr. Maxwell continua garantida na proposta, e contribui acrescentando recursos à requalificação da área com equipamentos, áreas verdes e sistema viário. A entrega de unidades e seus respectivos beneficiários serão tratados por SEHAB. Quanto aos recursos, 44% estão reservados à habitação de interesse social (25%), equipamentos públicos (15%) e patrimônio histórico (4%). Os demais 56% são distribuídos em obras de drenagem e meio ambiente (aproximadamente 20%) e também mobilidade, com aproximadamente 30% dos recursos. Esclarece ainda que há incentivos para a produção habitacional de interesse social para entidades privadas (como o Minha Casa Minha Via Entidades) que se envolvem nesta produção. Quanto à origem dos recursos, estes são obtidos da venda dos Certificados de Potencial Construtivo Adicional – CEPAC, sendo dispensado o pagamento para Habitação de Interesse Social - HIS. Os recursos vão para a empresa que vai gerir os processos e implementar os programas previstos na lei. Já sobre o tempo do projeto, este depende da cidade, depende da Gestão: o Grupo de Gestão e da Empresa Pública administrarão a implantação do projeto. O Sr. Maxwell fala que há uma pergunta em aberto. As áreas de ZEIS já tem proposta prevista para HIS? O Sr. Gustavo Partezani esclarece que o projeto acolhe as ZEIS demarcadas e proporciona recursos para esta produção e demonstra exemplos como a área de Heliópolis e área, anteriormente da SABESP, na Vila Prudente. Agradece e convida a população para as próximas audiências e dá a palavra ao vereador Paulo Frange. O vereador Paulo Frange, faz uso da palavra cumprimentando a todos e parabeniza a apresentação. Discursa sobre a evolução que este plano passou nos últimos dez anos, destacando os dois últimos anos. O projeto evoluiu muito e sente orgulho das propostas apresentadas. O projeto pensa em tudo: mobilidade, verde, drenagem e principalmente nas pessoas. Ressalta a importância em distribuir a população entre os espaços da cidade, garantindo a boa ambiência e qualidade de vida. Lembra quanto aos trabalhos que a Câmara Municipal desenvolve para a aprovação do Projeto de Lei do Zoneamento e da importância das áreas de ZEIS reconhecidas no PDE. Cita as áreas de ZEIS 1 que já se apresentam regularizadas do ponto de vista fundiário e das recentes entregas de 2.500 títulos de propriedades realizadas pelo governo. Aponta a garantia de remediação das áreas contaminadas que a Operação Urbana contempla ação muitas vezes, realizada pelos investidores imobiliários. Fala também da inclusão do perímetro expandido, sendo que este poderá se beneficiar dos recursos arrecadados. Reforça a evolução do projeto, a qualidade da proposta apresentada pelo executivo e agradece a participação de todos. O Diretor da São Paulo Urbanismo, Sr. Gustavo Partezani Rodrigues faz os agradecimentos finais, convida a população a acompanhar as próximas audiências e encerra a audiência. Eu, Patrícia Saran, Assessora de Diálogo Social da São Paulo Urbanismo, firmo a presente ata.

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

Lista de presença

SP-Urbanismo
SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
08/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Ordélia Sanbra dos Reis | MSTI | 965008731 | MSTI | Ordélia |
| Sueli dos Reis S. Maki | MSTI | 962523471 | MSTI | Sheila |
| Maria das Mercês | MSTI | 966097010 | | Silva |
| Paulo Chamor | MSTI | 980377316 | MSTI | [illegible] |
| Antonio Fado | MSTI | 964409284 | | [illegible] |
| Adla Lima Navarro | MSTI | 997177594 | | Alvarro |
| Célia Maria | MSTI | 980848031 | | |
| Diane O. Da Silva | MSTI | 973904044 | MSTI | [illegible] |
| Zenaide V. Sobrira | MSTI | 948064003 | zvsobrira@bol.com.br | [illegible] |
| Mª Eloisa SAndrade | MSTI | 967806028 | M | Eloísa |
| Odaudo U Silva | MSTI | 966881088 | | [illegible] |

Local: Céu Meninos – Rua Barbinos, 111 – Sacomã

SP-Urbanismo
SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
08/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| [illegible] | | 960400799 | | [illegible] |
| Célia Maria | MSTI | 962289333 | nelsoalves@...com.br | [illegible] |
| Maria dos Santos | Una Heliópolis | 9148 1593 | | [illegible] |
| Leonice Sau | M da Sudeste | 997973595 | sauleonice@gmail.com | [illegible] |
| Carina A. Daniel Pauli | MSTI | 99148366 | | [illegible] |
| Gonçalo R. | MSTI | 50583670 | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 9376. | | [illegible] |
| Alexandra Barreto | MSTI | 984819556 | | Alexandra |
| [illegible] | MSTI | 96108-59 | | [illegible] |
| Francisco RobSon | MSTI | 946720849 | | Francisco |
| Andréa Ignácio Santos | UNAS Heliópolis | 9389-0550 | deakits@hotmail.com | [illegible] |
| Berenice Silva | Unas | 954053235 | | |

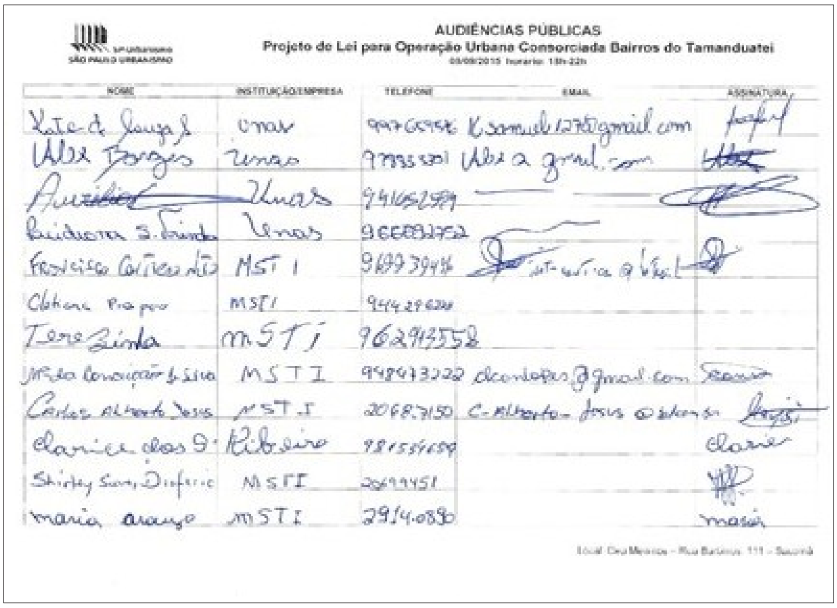
Local: Céu Meninos – Rua Barbinos, 111 – Sacomã

SP-Urbanismo
SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
08/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Daniela de Jesus | UNAS - Heliópolis | 98144-3898 | danyjesus@bol.com.br | Daniela |
| José da S. da Silva | MSTI | 953904365 | | [illegible] |
| Julia P. Duarte | UNAS Heliópolis | | | [illegible] |
| Selma O.S. Duarte | MSTI | | | [illegible] |
| Estefania S. da Silva | MSTI 5371 | | | [illegible] |
| Eugenia ... | MSTI 6332 | | | [illegible] |
| Vanice ... | MSTI 7379 95616776 | | | |
| José Manoel de Araújo | | | | |
| Ednéusa Gonçalves | | 959305... | | [illegible] |
| Maria Zorte | | 82168239 | | [illegible] |
| Maria do Socorro Alves Araújo | MSTI | 988858145 | | Alves |
| Olivia Rita Carmo Souza | MSTI | 9232 0775 | | [illegible] |
| Adelia mendes de ... | MSTI | 9237-8975 | | |

Local: Céu Meninos – Rua Barbinos, 111 – Sacomã

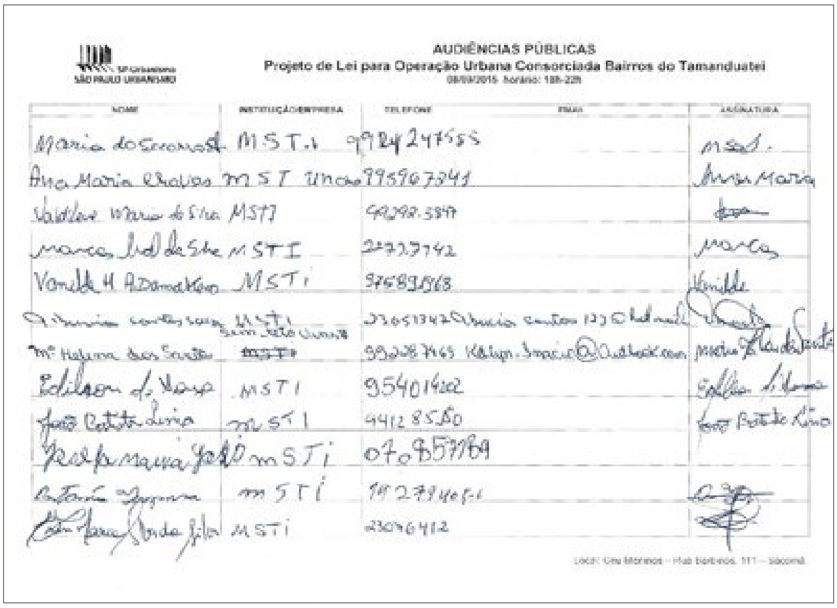


SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
08/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Kate de Souza S. | Unas | [illegible] | [illegible]@gmail.com | [signature] |
| Alex Borges | Unas | [illegible] | [illegible] gmail.com | [signature] |
| [illegible] | Unas | 941652959 | | [signature] |
| [illegible] | Unas | 966093752 | | |
| Francisco [illegible] | MST I | 969939446 | [illegible] | [signature] |
| [illegible] | MSTI | 944296244 | | |
| Terezinha | MSTI | 962913558 | | |
| Mª da Conceição de Silva | MSTI | 948473222 | [illegible]@gmail.com | [signature] |
| Carlos Alberto Jesus | MST I | 20687150 | C-Alberto-Jesus@[illegible] | [signature] |
| Clarice dos S. Ribeiro | | 981554654 | | Clarice |
| Shirley [illegible] | MSTI | 20699451 | | [signature] |
| maria araujo | MSTI | 29140890 | | maria |

Local: Ceu Meninos – Rua Barbinos, 111 – Sacomã

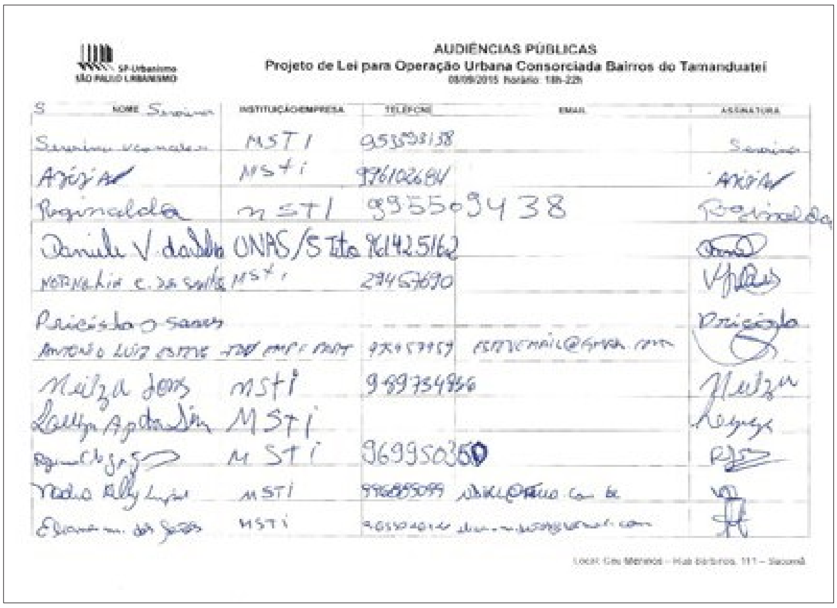


SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
08/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Maria do Socorro [illegible] | M.S.T.I | [illegible] | | [signature] |
| Ana Maria Chaves | MST Unas | 995967341 | | Ana Maria |
| Valdelice Maria da Silva | MSTI | [illegible] | | [signature] |
| marcos Vidal da Silva | MSTI | 27237742 | | marcos |
| [illegible] | MSTI | 976891868 | | [signature] |
| [illegible] | MSTI sem teto vivo | [illegible] | [illegible]@hotmail | [signature] |
| Mª Helena dos Santos | [illegible] | [illegible] | [illegible]@outlook.com | [signature] |
| Edilson [illegible] | MSTI | 954014202 | | [signature] |
| João Batista Lima | MSTI | [illegible] | | João Batista Lima |
| [illegible] | MSTI | [illegible] | | |
| Antonio [illegible] | MSTI | [illegible] | | [signature] |
| [illegible] Filho | MSTI | 23096412 | | [signature] |

Local: Ceu Meninos – Rua Barbinos, 111 – Sacomã



SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

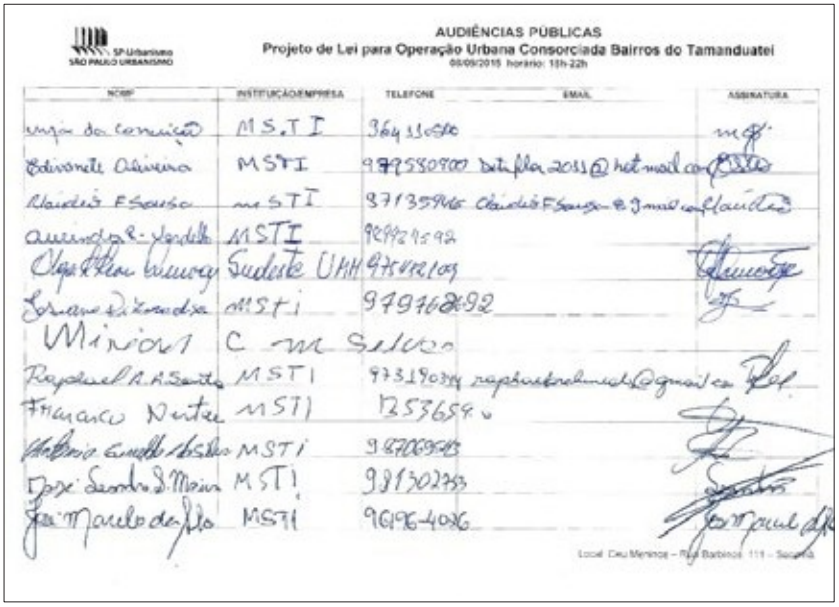
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
08/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Severino [illegible] | MSTI | 953593138 | | Severino |
| [illegible] | MSTI | 976102684 | | [signature] |
| Reginalda | MSTI | 995509438 | | Reginalda |
| Daniele V. [illegible] | UNAS/S Teto | 961425162 | | [signature] |
| [illegible] E. da Silva | MSTI | 29467690 | | [signature] |
| Priscila Soares | | | | Priscila |
| Antonio Luiz [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible]@gmail.com | [signature] |
| Neilza Jesus | MSTI | 989734956 | | Neilza |
| [illegible] | MSTI | | | [signature] |
| [illegible] | MSTI | 969950360 | | [signature] |
| Nadia [illegible] | MSTI | [illegible] | [illegible] | [signature] |
| Eliane m. dos Santos | MSTI | [illegible] | [illegible] | [signature] |

Local: Ceu Meninos – Rua Barbinos, 111 – Sacomã

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

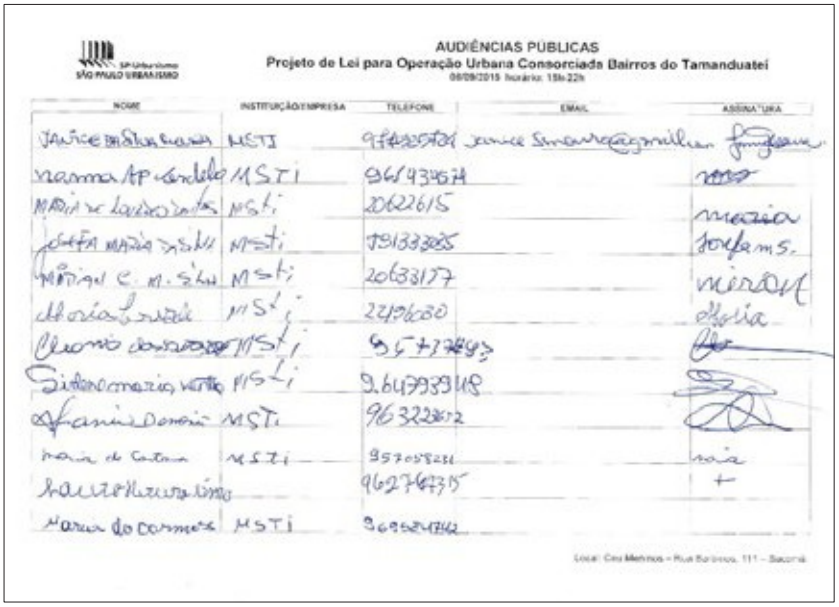


**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**
08/09/2015 horário: 15h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| [illegible] da Conceição | MSTI | 964110500 | | [illegible] |
| Edivonete Oliveira | MSTI | 979580900 | [illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| Claudio F Souza | MSTI | 971359[illegible] | Claudio F Souza@gmail.com | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 9[illegible]9[illegible]592 | | |
| [illegible] | Sudeste UMH | 97[illegible]2109 | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 979768692 | | [illegible] |
| Miriam C M Silva | | | | |
| Raphael A. A. Santos | MSTI | 973190344 | raphaelrolmedo@gmail.com | [illegible] |
| Francisco Nunes | MSTI | 1353659[illegible] | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 987069[illegible] | | [illegible] |
| José Sandro S. Maia | MSTI | 981302753 | | [illegible] |
| José Marcelo da Silva | MSTI | 96196-4026 | | [illegible] |

Local: Ceu Meninos – Rua Barbinos, 111 – Sacomã

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

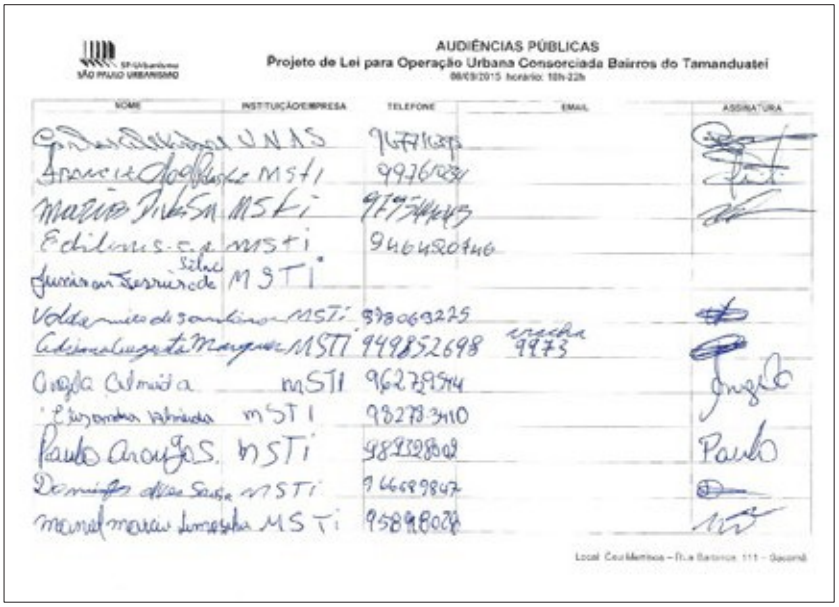


**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**
08/09/2015 horário: 15h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Janice Bastos Guerra | MSTI | 97[illegible] | janice.smarra@gmail.com | [illegible] |
| Norma AP Cordeiro | MSTI | 96[illegible]4[illegible]74 | | [illegible] |
| Maria de Lourdes Santos | MSTI | 20622615 | | maria |
| Josefa Maria da Silva | MSTI | 7[illegible]133[illegible]5 | | Josefa M.S. |
| Miriam C. M. Silva | MSTI | 20633177 | | miriam |
| Maria [illegible] | MSTI | 22[illegible]6030 | | Maria |
| [illegible] | MSTI | 95[illegible]7[illegible]93 | | [illegible] |
| Sidonia Maria Vieira | MSTI | 9.64[illegible]9[illegible]48 | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 96322[illegible]2 | | [illegible] |
| Maria do Carmo | MSTI | 957058[illegible] | | [illegible] |
| [illegible] | | 962[illegible]7[illegible]5 | | + |
| Maria do Carmo | MSTI | 969[illegible] | | |

Local: Ceu Meninos – Rua Barbinos, 111 – Sacomã

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO



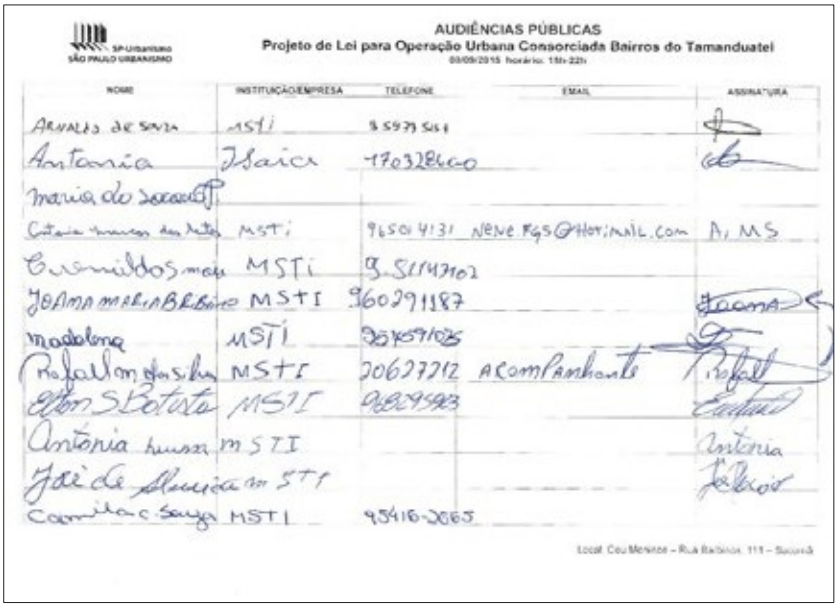
**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**
08/09/2015 horário: 15h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| [illegible] | UNAS | 96[illegible] | | [illegible] |
| Francisco [illegible] | MSTI | 99[illegible] | | [illegible] |
| Mario [illegible] | MSTI | 97[illegible] | | [illegible] |
| Edilmo [illegible] | MSTI | 946420746 | | |
| Juniran Ferreira de Silva | MSTI | | | |
| Valdemiro de Santana | MSTI | 978069275 | | [illegible] |
| Adriana [illegible] Marques | MSTI | 949852698 | [illegible] 9973 | [illegible] |
| Angela Almeida | MSTI | 96279594 | | Angela |
| Elisandra Almeida | MSTI | 98278 3410 | | |
| Paulo Araujo S. | MSTI | 98[illegible]328[illegible] | | Paulo |
| Domingos Alves Souza | MSTI | 96[illegible]89847 | | [illegible] |
| Manoel Marcio Limeira | MSTI | 958[illegible]8028 | | [illegible] |

Local: Ceu Meninos – Rua Barbinos, 111 – Sacomã

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

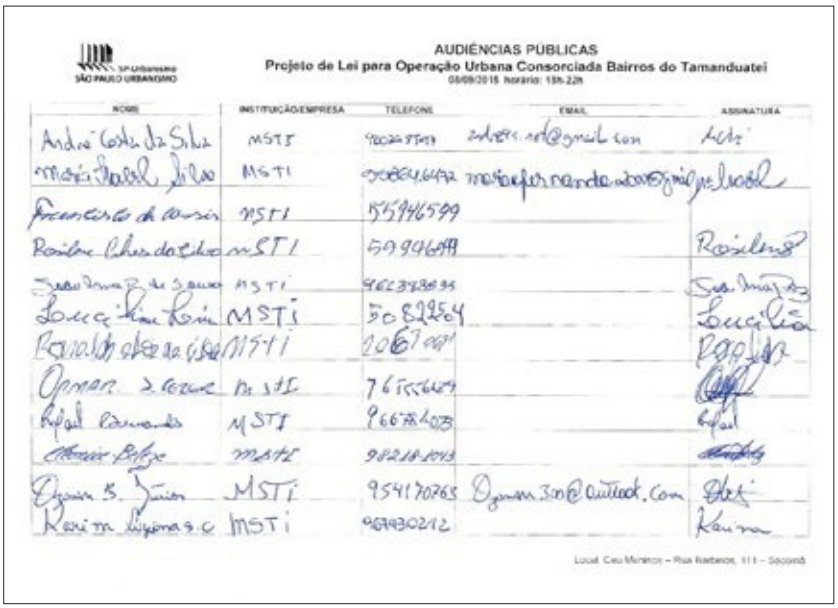


**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**
08/09/2015 horário: 15h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Arnaldo de Souza | MSTI | 95979 5154 | | [illegible] |
| Antonia | Isaia | 170328600 | | [illegible] |
| Maria do Socorro | | | | |
| Catarina Marcos dos Santos | MSTI | 96501 4131 | NENE.FGS@HOTMAIL.COM | A. MS |
| Cremildo Simão | MSTI | 9.51147102 | | |
| JOANA MARIA BRIBINO | MSTI | 960291187 | | Joana |
| Madalena | MSTI | 95459 1035 | | [illegible] |
| Rafael M. da Silva | MSTI | 20627212 | A Companhante | Rafael |
| Elton S. Batista | MSTI | 96829 5903 | | [illegible] |
| Antonia Luiza | MSTI | | | Antonia |
| José de Almeida | MSTI | | | [illegible] |
| Camila C. Souza | MSTI | 95416-2065 | | |

Local: Ceu Meninos – Rua Barbinos, 111 – Sacomã

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

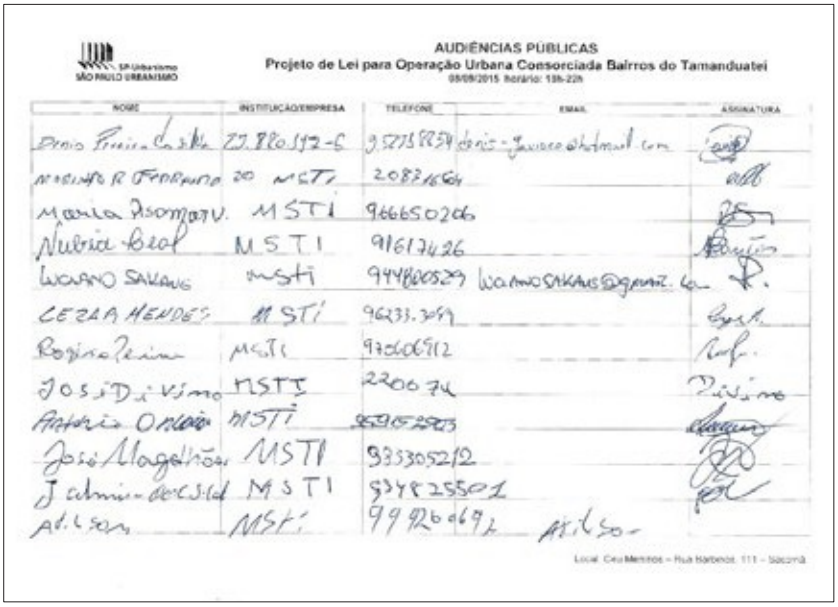


**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**
08/09/2015 horário: 15h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| André Costa da Silva | MSTI | 96028 7519 | andre.rot@gmail.com | [illegible] |
| Maria Isabel Silva | MSTI | 95864.6492 | mariaofernanda.2000@gmail.com | [illegible] |
| Francisco de Assis | MSTI | 55946599 | | |
| Rosilene Alves da Silva | MSTI | 59996449 | | Rosilene |
| Jesus Maria R. de Souza | MSTI | 96238 8835 | | [illegible] |
| Lucilia Lima Leite | MSTI | 50829504 | | Lucilia |
| Ronaldo Alves da Silva | MSTI | 2067 [illegible] | | [illegible] |
| Osman S. Cezar | MSTI | 76556469 | | [illegible] |
| Rafael Fernandes | MSTI | 96678 4073 | | Rafael |
| [illegible] | MSTI | 98218 1043 | | [illegible] |
| Ozanam B. Júnior | MSTI | 954170763 | Ozanam300@outlook.com | [illegible] |
| Karina Luciana S.C. | MSTI | 967930212 | | Karina |

Local: Ceu Meninos – Rua Barbinos, 111 – Sacomã

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO



**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**
08/09/2015 horário: 15h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Denis Pereira da Silva | 27.880.192-6 | 95275 8854 | denis-javiaco@hotmail.com | [illegible] |
| Marinho R. Ferreira | 20 MSTI | 20831664 | | [illegible] |
| Maria Asomar V. | MSTI | 966650206 | | [illegible] |
| Nubia Leal | MSTI | 91617426 | | [illegible] |
| WOANO SAKANG | MSTI | 944800529 | WOANOSAKANG@gmail.com | [illegible] |
| CEZLA MENDES | MSTI | 96233.3049 | | [illegible] |
| Rosina Pereira | MSTI | 970606912 | | [illegible] |
| JOSÉ DIVINO | MSTI | 220074 | | Divino |
| Antonio Oliveira | MSTI | 959152903 | | [illegible] |
| José Magalhães | MSTI | 933305212 | | [illegible] |
| Jalmira de Castro | MSTI | 934825501 | | [illegible] |
| Atilson | MSTI | 99926 0692 | Atilson | |

Local: Ceu Meninos – Rua Barbinos, 111 – Sacomã

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**
08/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Emilia Maria da Conceição | MSTI | 963128[illegible] | | [illegible] |
| Ivete Rosa da Conceição | MSTI | 99206 6[illegible] | | Ivete Rosa |
| [illegible] | MSTI | 97992919 | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 962419942 | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 962156861 | | [illegible] |
| [illegible] Santos | MSTI | 954961911 | | [illegible] S. Santos |
| José [illegible] | MSTI | 960438915 | | José [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 20615419 | | [illegible] |
| Marinalva S. Santos | MSTI | 966845240 | | Marinalva |
| [illegible] S. [illegible] | MSTI | 9.66845240 | | [illegible] |
| [illegible] Lima de Oliveira | MSTI | 9.59046003 MSTI | | [illegible] |
| Francisca Maria de Oliveira | MSTI | 96632[illegible] | | Francisca |

Local: Ceu Meninos – Rua Barbinos, 111 – Sacomã

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**
08/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| [illegible] Jesus 9106 | | | | |
| Maria José da Silva | MSTI | 98396030 | | Maria José |
| Vânia de [illegible] | 9307 MSTI [illegible] | 998830[illegible] | | [illegible] |
| Celio R. Azevedo | MSTI | 99661-1144 | | [illegible] |
| [illegible] | SMTI | 95[illegible]54[illegible] | | |
| [illegible] | MSTI | 22742508-[illegible] | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 96242746 | | [illegible] |
| Maria [illegible] Antonia [illegible] | MSTI MSTI | 954930213 | | [illegible] |
| Maria [illegible] | MSTI | 966602644 954755047 | | |
| Rozileide Alves [illegible] | MSTI | 95414668 | | [illegible] |

Local: Ceu Meninos – Rua Barbinos, 111 – Sacomã

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

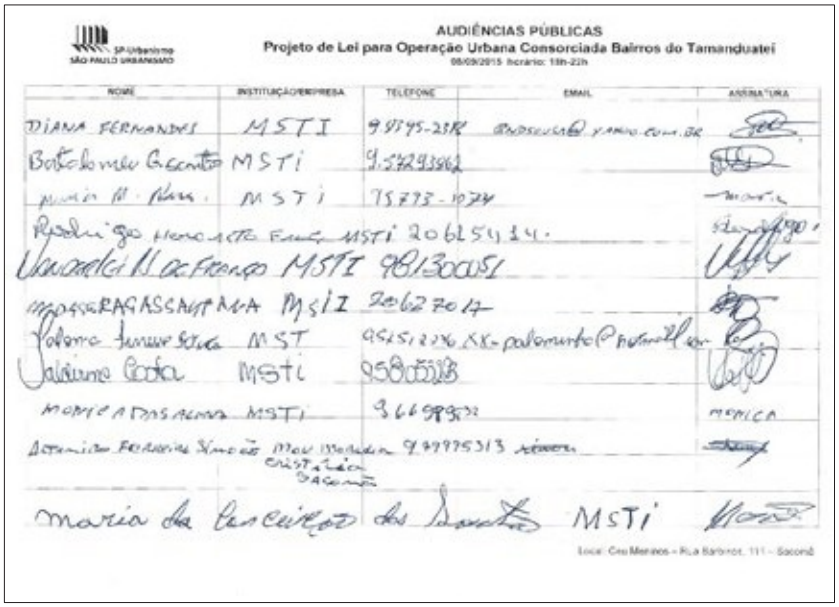
**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei**
08/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Donalice [illegible] | MSTI | 983047103 | | Donalice |
| Renata [illegible] | MSTI | 95204888 | [illegible]@hotmail.com | Renata |
| [illegible] Gomes | MSTI | 20619474 | [illegible] Gomes | [illegible] |
| Bruno [illegible] | MSTI | 5063[illegible] | | |
| Vilma Gomes | MSTI | 965130764 | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 96271[illegible] | | |
| Maria [illegible] | MSTI | 20604068 | | |
| Genivalda [illegible] | MSTI | | | |
| Raimundo | MSTI | 954172351 | | [illegible] |
| Sonia [illegible] | MSTI | 995048[illegible] | | [illegible] |
| [illegible] de Souza | MSTI | 2062[illegible]56 | | [illegible] |
| Nelson [illegible] dos Santos | | 2945758[illegible] | | |

Local: Ceu Meninos – Rua Barbinos, 111 – Sacomã

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

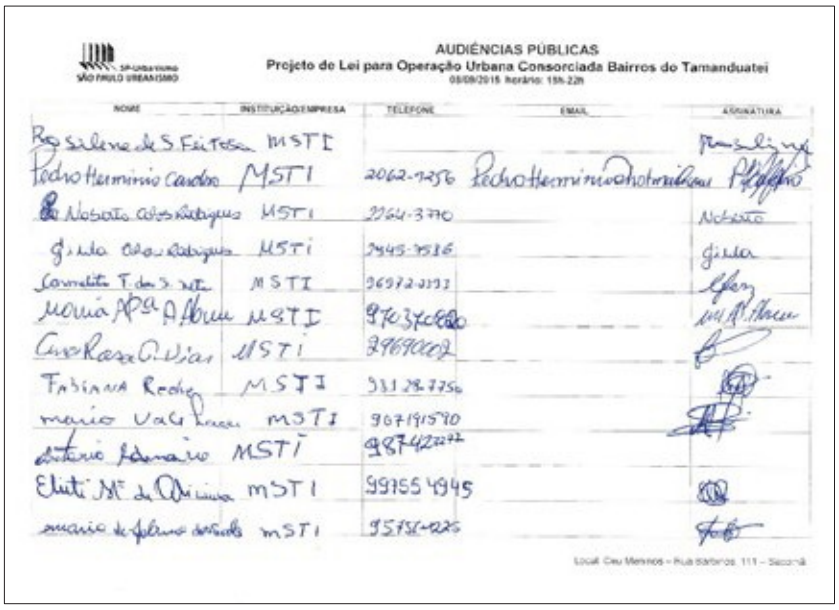


**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí**
08/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| DIANA FERNANDES | MSTI | 99795-2318 | [illegible]@yahoo.com.br | [illegible] |
| Bartolomeu Gesanto | MSTI | 9.57293862 | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 95793-1074 | | [illegible] |
| Rodrigo [illegible] | MSTI | 20615414. | | [illegible] |
| [illegible] de Franco | MSTI | 981300051 | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 20627017 | | [illegible] |
| Paloma [illegible] | MST | 95151236 | [illegible] | [illegible] |
| Valdirene Costa | MSTI | 95805[illegible] | | [illegible] |
| MONICA DAS ALMAS | MSTI | 966[illegible] | | MONICA |
| [illegible] | [illegible] | 97975313 | [illegible] | [illegible] |
| Maria da Conceição dos Santos | MSTI | | | [illegible] |

Local: Ceu Meninos – Rua Barbinos, 111 – Sacomã

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

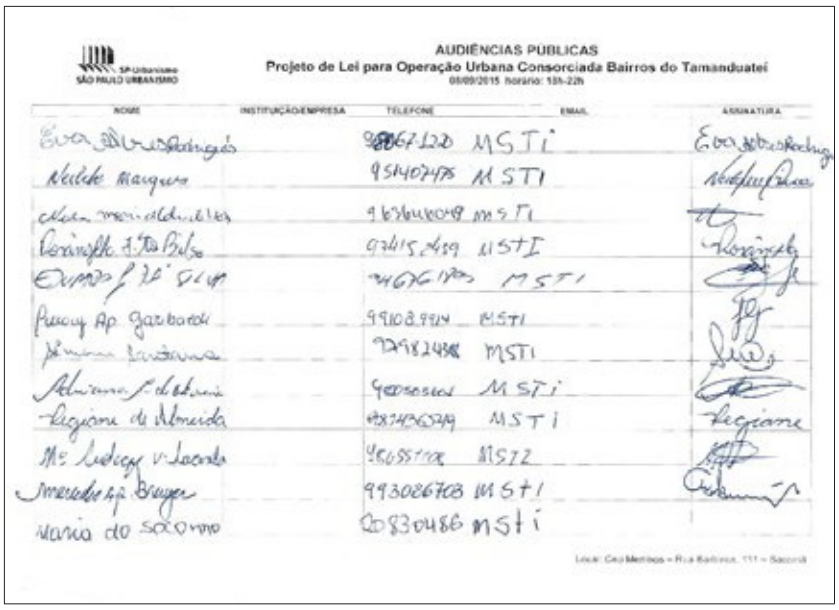


**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí**
08/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Rosilene de S. Feitosa | MSTI | | | [illegible] |
| Pedro Herminio Cardoso | MSTI | 2062-7256 | Pedro Herminio@hotmail.com | [illegible] |
| Roberto Alves Rodrigues | MSTI | 2264-3770 | | Roberto |
| Gilda Alves Rodrigues | MSTI | 2945-7586 | | Gilda |
| Carmelita T. dos S. [illegible] | MSTI | 96972-2393 | | [illegible] |
| Maria Ap.ª A. Abreu | MSTI | 970370820 | | [illegible] |
| Ana Rosa G. Dias | MSTI | 29690002 | | [illegible] |
| Fabiana Rodrigues | MSTI | 93128-7756 | | [illegible] |
| Mario Vale [illegible] | MSTI | 907191590 | | [illegible] |
| Antonio [illegible] | MSTI | 987422[illegible] | | |
| Eliti M.ª de Oliveira | MSTI | 99755 4945 | | [illegible] |
| Maria de Jesus [illegible] | MSTI | 95751-[illegible] | | [illegible] |

Local: Ceu Meninos – Rua Barbinos, 111 – Sacomã

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO



**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí**
08/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Eva [illegible] Rodrigues | | 98067-1220 | MSTI | Eva [illegible] Rodrigues |
| Nelida Marques | | 951407475 | MSTI | [illegible] |
| [illegible] | | 96364[illegible] | MSTI | [illegible] |
| Rosangela [illegible] | | 97415 2459 | MSTI | [illegible] |
| [illegible] | | 94676[illegible] | MSTI | [illegible] |
| [illegible] Ap. Garibaldi | | 99108 9914 | MSTI | [illegible] |
| [illegible] | | 92982438 | MSTI | [illegible] |
| Adriana [illegible] | | 9[illegible] | MSTI | [illegible] |
| Regiane de Almeida | | 98[illegible] | MSTI | Regiane |
| M.ª Lidiane V. Lacerda | | 96[illegible] | MSTI | [illegible] |
| Mercedes Ap. Braga | | 993086708 | MSTI | [illegible] |
| Maria do Socorro | | 20830486 | MSTI | |

Local: Ceu Meninos – Rua Barbinos, 111 – Sacomã

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí**
08/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Salange | MSTI | 984265325 | | [illegible] |
| Ivone Tadeu | MSTI | | | [illegible] |
| Anderson [illegible] | MSTI | 950657742 | | |
| Valdir Clealindo Dias | MSTI | 967209276 | | Dias |
| David de [illegible] Borges | MSTT | 984644769 | [illegible] | [illegible] |
| Vanderlene | MSTI | 96[illegible] | | [illegible] |
| Reinaldo [illegible] | MSTT | 22724882 | | [illegible] |
| Jane | MSTI | 2503[illegible] | | [illegible] |
| Arilza Cunha | MSTI | 953943260 | [illegible] | [illegible] |
| José Ron [illegible] | MSTI | | | José [illegible] |
| Sidelli [illegible] da Silva | MSTI | 967032076 | | Sidely |
| Luiz Cezar da Silva | M.ST.I | 980359052 | | Silva |

Local: Ceu Meninos – Rua Barbinos, 111 – Sacomã

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí**
08/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Maria [illegible] | MSTI | 2914-3821 | | Maria |
| Marisete Gomes [illegible] | MSTI | 977000674 | | [illegible] |
| Jucelina de [illegible] | MSTI | 961659141 | | [illegible] |
| [illegible] do Carmo | MSTI | 9650[illegible] | | [illegible] |
| Ana [illegible] Araujo | MSTI | 2914-38[illegible] | | [illegible] |
| Simone de Jesus Santos | MSTI | 987423277 | | Simone |
| José Aparecido [illegible] | MSTI | 987906642 | | [illegible] |
| [illegible] da Paz | MSTI | 981905824 | | [illegible] |
| Antonia Vieira | MSTI | 95211757[illegible] | | Antonia |
| [illegible] dos S. Cruz | MSTI | 987617902 | | [illegible] |
| Maria de Fátima | MSTI | 9935[illegible] 40 | | [illegible] |

Local: Ceu Meninos – Rua Barbinos, 111 – Sacomã

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
**Projeto de Lei para Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí**
08/09/2015 horário: 18h-22h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Hamilton da Silva | MSTI | 9538[illegible] | | [illegible] |

Local: Ceu Meninos – Rua Barbinos, 111 – Sacomã

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

FOTOS

03.09.2015 – Reunião com Representantes dos Movimentos de Moradia da região

Reunião realizada no Edifício Martinelli. Contou com a participação de 161 pessoas. A apresentação foi realizada e aberta à palavra para contribuições e esclarecimentos.

| | Autor | Tema | Contribuições |
|---|---|---|---|
| 1 | Sr. José Carlos | Contaminação | Movimento dos Sem Terra do Ipiranga - MSTI: fala sobre a gleba Petrobrás informando que a área já está descontaminada, faltando apenas a liberação. |
| 2 | Sra. Lilian | Empresa | MSTI: pergunta sobre a participação da empresa privada. Como ela se dá? |
| 3 | Sr. João Batista | Habitação | MSTI: a população tem fome de moradia e pede para acelerar o processo do terreno da Petrobrás. Desapropriar para morar. |
| 4 | Sra. Mariclaire da Silva | Habitação | MSTI: Pergunta como será garantida as unidades aos moradores. Construir p quem?! Fala de lei sobre lei. Já existe a lei que garante a moradia, sendo necessário construir e 30 anos é muito tempo. |
| 5 | Sr. Manuel | Processo Participativo | Movimento em Defesa do Favelado - MDF: fala que o projeto deve ser discutido com a população e que será discutido na Vila Prudente. |
| 6 | Aparecida | Habitação | MSTI: Fala da redução do deficit habitacional, se as 20.000 unidades habitacionais oferecidas atenderão as comunidades. A necessidade é atual e não daqui 25 anos. Querem o parcelamento do solo. |
| 7 | Ivanisa | Habitação | Leste 1: relembra o contexto histórico da região falando que esta área acolheu a população e teve a população mais pobre expulsa por conta do desenvolvimento. Fala em cronograma e prioridade de investimento. |
| 8 | Sidney | Processo Participativo | União do Movimento de Moradia: questiona a demanda par atendimento |
| 9 | Graça | Habitação | Fala em pacto de fidelidade para debater brigando por proposta justa para habitação de baixa renda. |
| 10 | André | Gestão | MDF: Fala sobre o grande desafio em implementar as propostas. |
| 11 | Maxsuell | Habitação | MSTI: fala sobre a área da Petrobrás onde o movimento luta por mais de 10 anos. Já conquistaram legislaçaõ específica para garantir cerca de 5 mil unidades habitacionais. Acompanha o projeto junto à SEHAB e questiona o impacto da OUCBT na área. |

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

Lista de presença

SÃO PAULO URBANISMO

**REUNIÃO TEMÁTICA**
**HABITAÇÃO – OUCBT**
**03/09/2015 horário: 15h-17h**

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Joe nilson s da silva | MSTi | 953904315 | | [illegible] |
| Jorge [illegible] da silva | MSTi | 985195[illegible]18 | | [illegible] |
| Albertinho R de Souza | M.S.T.I | (11)96427807 | | [illegible] |
| Marilma R de Sá | M STI | 959291062 | | [illegible] |
| Silvanda S. Souza | MSTI | | [illegible] | [illegible] |
| Francisca [illegible] | MSTI | 20081915 | | [illegible] |
| Rozileide Alves de Souza | | 95414[illegible] | | [illegible] |
| Valeria clede S Pereira | MSTI | 984572204 | cledepereira@[illegible] | [illegible] |
| Vanilde [illegible] Damasceno | MSTI | 975591068 | | |
| Fl[illegible] Leite | MSTi | 970306614 | | [illegible] |
| Juliana martins da Souza | MSTI [illegible] | 967209303 | [illegible]@gmail.com | [illegible] |

Local: SP Urbanismo. Edifício Martinelli, auditório 10º andar

SÃO PAULO URBANISMO

**REUNIÃO TEMÁTICA**
**HABITAÇÃO – OUCBT**
**03/09/2015 horário: 15h-17h**

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Claudio H [illegible] | MSTI | 3202018 | | [illegible] |
| Nilva M. A. de Almeida | M.S.T.I | 9645627 | | [illegible] |
| João B. da Costa | MSTI | 2591 2318 | | [illegible] |
| [illegible] Prates Pinto | MSTI | 97778-6011 | [illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| Adla Lina Nonomo | MSTI | 99712-7594 | [illegible]@bol.com.br | [illegible] |
| Antonio [illegible] | MSTi | [illegible] | | [illegible] |
| Givanildo V. Eduardo | MSTI | 2375-3884 | [illegible]@gmail.com | [illegible] |
| Rozinalda Ribeiro | MSTI | 9668900[illegible] | | [illegible] |
| M[illegible] da c da ss santos | | 94611-0500 | | [illegible] |
| Janice [illegible] | MSTI | [illegible] | janice.[illegible]@gmail.com | [illegible] |
| Francisca Santos Basilio | MSTI | 98591[illegible] | | [illegible] |
| Maria Dos [illegible] | MSTI | 974537886 | | [illegible] |

Local: SP Urbanismo. Edifício Martinelli, auditório 10º andar

SÃO PAULO URBANISMO

**REUNIÃO TEMÁTICA**
**HABITAÇÃO – OUCBT**
**03/09/2015 horário: 15h-17h**

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| [illegible] | MSTI | 5061-4980 | [illegible]@gmail.com | [illegible] |
| José Divino de Souza | MSTI | 22740[illegible] | | Divino |
| Francisco [illegible] | MSTI | 965176813 | | [illegible] |
| Josito [illegible] | MSTI | 96277[illegible] | | Josito |
| Rosane dos S. Barbosa | MSTI | 962[illegible]17 | | Rosane |
| Mª da conceição da silva | MSTI | 99897-3262 | [illegible]@gmail.com | [illegible] |
| [illegible] santos [illegible] | MSTI | 2366.1347 | [illegible] santos [illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| Nelso Simão Abreu | MSTI | 2083 2241 | nelsosimãodeabreu@[illegible] | [illegible] |
| SEBASTIÃO ROSÁRIO | MSTi | 50508235 | | [illegible] |
| [illegible] santos | msti | 98537-8316 | [illegible]santos[illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| Valdenice da [illegible] | MSTI | 97708225 | | [illegible] |
| MARINHO R FERREIRA | MSTI | 2083/664 | | [illegible] |

Local: SP Urbanismo. Edifício Martinelli, auditório 10º andar

SP-Urbanismo
SÃO PAULO URBANISMO

**REUNIÃO TEMÁTICA**
**HABITAÇÃO – OUCBT**
**03/09/2015 horário: 15h-17h**

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Maria Irena G. dos. | MSTI | 98683[illegible] | | [illegible] |
| Gleice Kelly g. Silva | M.STI | 952169706 | | [illegible] |
| Luzimar [illegible] | M. STI | 961267841 | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 961267[illegible] | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 9 [illegible] | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 961085955 | | [illegible] |
| Edneusa [illegible] | MSTI | 9593[illegible] | | [illegible] |
| Mª de Fátima dos [illegible] | [illegible] | 03540922 | Fatima[illegible].com.br | [illegible] |
| Francisco R. M de Souza | SUB-IPIRANGA | 979897234 | — | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | 9[illegible] | [illegible]@[illegible].com.br | [illegible] |
| Edilson Mineiro | MST Leste 1 UMM | 974654026 | emineiro@uol.com.br | [illegible] |
| [illegible] Rodrigues | MST Leste 1 UMM | 97358.1689 | [illegible]@uol.com.br | [illegible] |

Local: SP Urbanismo. Edifício Martinelli, auditório 10º andar

SP-Urbanismo
SÃO PAULO URBANISMO

**REUNIÃO TEMÁTICA**
**HABITAÇÃO - OUCBT**
**03/09/2015 horário: 15h-17h**

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Ana Maria C. S. [illegible] | Comunidade [illegible] Ipiranga | 98[illegible]-1197 | anamadrian@[illegible].com.br | [illegible] |
| [illegible] Ap. [illegible] | MSTI | 9[illegible] | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 95806-4003 | [illegible]@[illegible].com.br | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 994822[illegible] | | [illegible] |
| Maria de Fátima [illegible] | MSTI | 952549529 | | |
| Maria Helena [illegible] | MSTI | 5[illegible]11565 | | |
| Aildecina F. [illegible] | MSTI | 2910.8728 | | |
| Mª Maria [illegible] | MSTI | 2914.3821 | | |
| Camila Cristiane [illegible] | MSTI | 95976.[illegible] | | [illegible] |
| Karina Luciana Silva [illegible] | MSTI | 9643[illegible] | | [illegible] |
| Jeruza S. de Santana | MSTI | 969460828 | | [illegible] |
| [illegible] M. Silva | MSTI | 38084.8658 | | [illegible] |

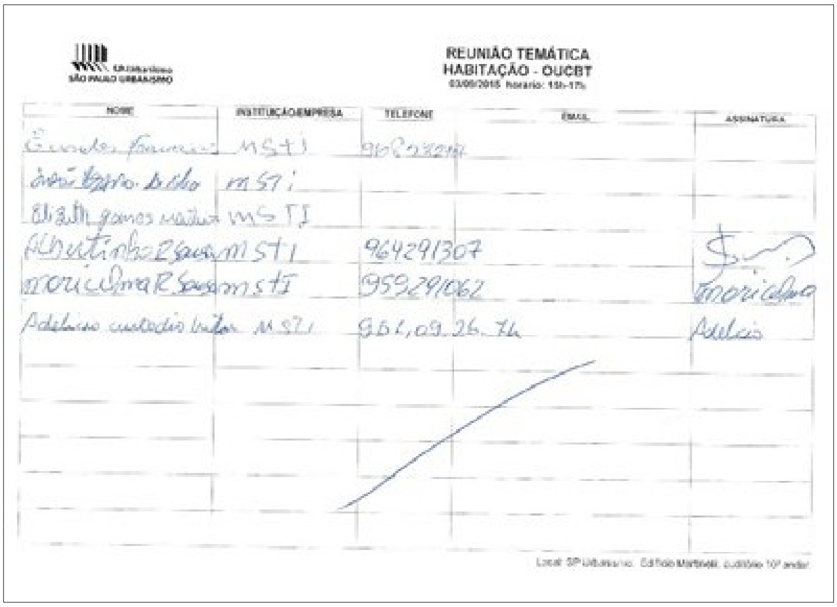
Local: SP Urbanismo. Edifício Martinelli, auditório 10º andar

SP-Urbanismo
SÃO PAULO URBANISMO

**REUNIÃO TEMÁTICA**
**HABITAÇÃO - OUCBT**
**03/09/2015 horário: 15h-17h**

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Angela S. Santos | MSTI | 957346861 | | [illegible] |
| Maria Marques [illegible] | MSTI | 95293-1074. | | [illegible] |

Local: SP Urbanismo. Edifício Martinelli, auditório 10º andar

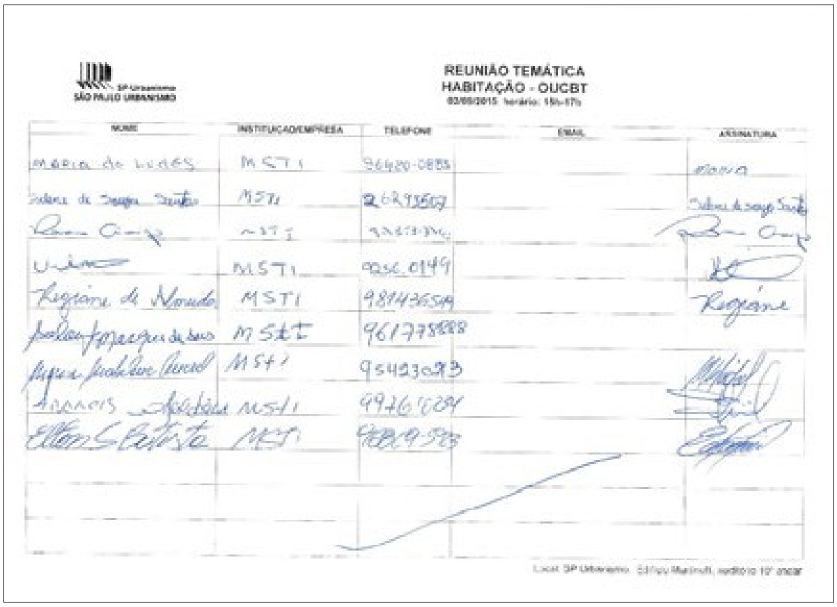


SÃO PAULO URBANISMO

REUNIÃO TEMÁTICA
HABITAÇÃO - OUCBT
03/09/2015 horário: 15h-17h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| [illegible] | MSTI | [illegible] | | |
| [illegible] | MSTI | | | |
| Elizabeth gomes Martins | MSTI | | | |
| Albertinho R Souza | MSTI | 964291307 | | [illegible] |
| Maricilma R Souza | MSTI | 959291062 | | Maricilma |
| Adelcio custodio Vitor | MSTI | 951.09.26.74 | | Adelcio |

Local: SP Urbanismo · Edifício Martinelli, auditório 10º andar

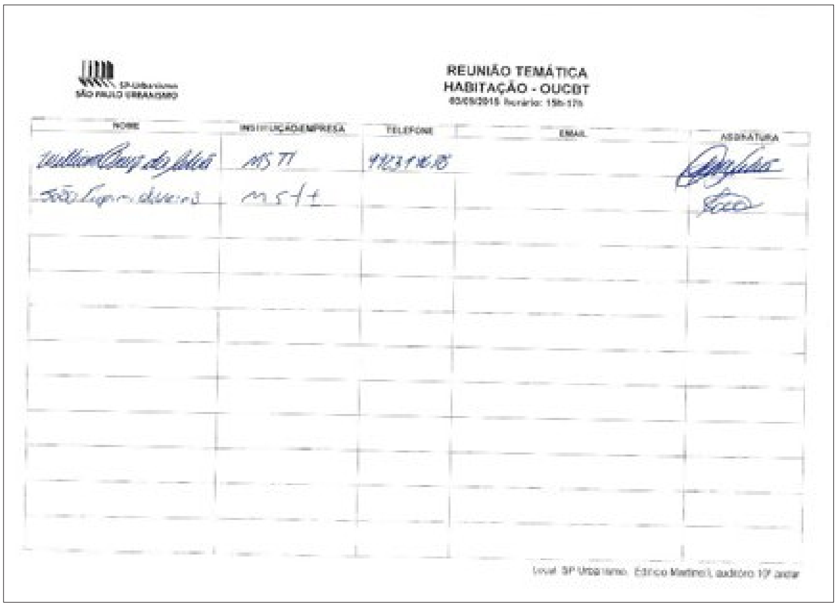


SP-Urbanismo
SÃO PAULO URBANISMO

REUNIÃO TEMÁTICA
HABITAÇÃO - OUCBT
03/09/2015 horário: 15h-17h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| maria do lurdes | MSTI | 96420-0853 | | maria |
| Sidnei de Souza Santos | MSTI | 26293509 | | Sidnei de Souza Santos |
| [illegible] | MSTI | [illegible] | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 9356 0149 | | [illegible] |
| Regiane de [illegible] | MSTI | 981436599 | | Regiane |
| [illegible] | MSTI | 961778888 | | |
| [illegible] | MSTI | 95423093 | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 99760284 | | [illegible] |
| Ellen S Batista | MSTI | [illegible] | | [illegible] |

Local: SP Urbanismo · Edifício Martinelli, auditório 10º andar



SP-Urbanismo
SÃO PAULO URBANISMO

REUNIÃO TEMÁTICA
HABITAÇÃO - OUCBT
03/09/2015 horário: 15h-17h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| William [illegible] | MSTI | [illegible] | | [illegible] |
| João [illegible] | MSTI | | | [illegible] |

Local: SP Urbanismo · Edifício Martinelli, auditório 10º andar

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

SP-Urbanismo
SÃO PAULO URBANISMO

**REUNIÃO TEMÁTICA**
**HABITAÇÃO – OUCBT**
**03/09/2015 horário: 15h-17h**

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| maria da conceição [illegible] | MSTI | 984554254 | | M. Conceição |
| [illegible] | MSTI | 953 [illegible] | | |
| [illegible] de Alencar | MSTI | 958 [illegible] 80 | | [illegible] |
| Benedita [illegible] | MSTI | 980111824 | | Benedita [illegible] |
| Magna Nunes | MSTI | 98703196 | magnanunes@hotmail[illegible] | [illegible] |
| Maria [illegible] S. | MSTI | 94872704 | | [illegible] |
| Valdeci Vieira | MSTI | | | |
| Maria Marta [illegible] | MSTI | 22725451 | | Maria Marta |
| [illegible] | MSTI | 978069265 | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 96555629 | | [illegible] |
| [illegible] T. Santos | MSTI | 994265385 | | |
| [illegible] Santos | MSTI | 96274991 | | [illegible] |

Local: SP Urbanismo. Edifício Martinelli, auditório 10º andar

SP-Urbanismo
SÃO PAULO URBANISMO

**REUNIÃO TEMÁTICA**
**HABITAÇÃO – OUCBT**
**03/09/2015 horário: 15h-17h**

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Noerino [illegible] | MSTI | 61531921 | | Noerina |
| Regina Helena DaS.S | MSTI | 26157858 | | Regina |
| Tereza [illegible] | MSTI | 98760 1209 | | Tereza |
| David [illegible] | MSTI | 984[illegible] | david[illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| [illegible] de Oliveira | MSTI | 27191250 | SHIRLEIOLIVEIRA1981@hotmail.com | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 2059-06[illegible] | | |
| [illegible] | MSTI | 98689-6615 | [illegible]@gmail.com | [illegible] |
| Doralice [illegible] | MSTI | 953047[illegible] | | Doralice |
| [illegible] | MSTI | 55359[illegible] | | [illegible] |
| Dalva da Silva [illegible] | MSTI | 23313467 | | Dalva |
| [illegible] | MSTI | 964381661 | | [illegible] |
| Camila M. da Silva | MSTI | 2063-2161 | [illegible] | Camila [illegible] |

Local: SP Urbanismo. Edifício Martinelli, auditório 10º andar

SP-Urbanismo
SÃO PAULO URBANISMO

**REUNIÃO TEMÁTICA**
**HABITAÇÃO – OUCBT**
**03/09/2015 horário: 15h-17h**

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Agnalda de J. Xavier | MSTI | 96712[illegible] | agnalda[illegible] | Agnalda |
| [illegible] | MSTI | 97999[illegible] | | [illegible] |
| Damião P. Santos | MSTI | 965 9[illegible] | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 99610 2684 | | [illegible] |
| José [illegible] | MSTI | 9[illegible] | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 962919492 | [illegible]@hotmail.com | [illegible] |
| Sonia Sergio Souza | MSTI | 87410850 / 3647208[illegible]-4 | | |
| Evaneide Carvalho dos Reis | MSTI | 986601135 | | |
| Marinalva S. Santos | MSTI | 966845240 | santos-marinalva[illegible]@[illegible].com | Marinalva |
| [illegible] | MSTI | 9.7998 9893 | — | [illegible] |
| Everton Eduardo [illegible] | MSTI | 56774671 | — | Everton |
| Regina Helena da Silva Souza | MSTI | [illegible]5 4480-4 | | |

Local: SP Urbanismo. Edifício Martinelli, auditório 10º andar

SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

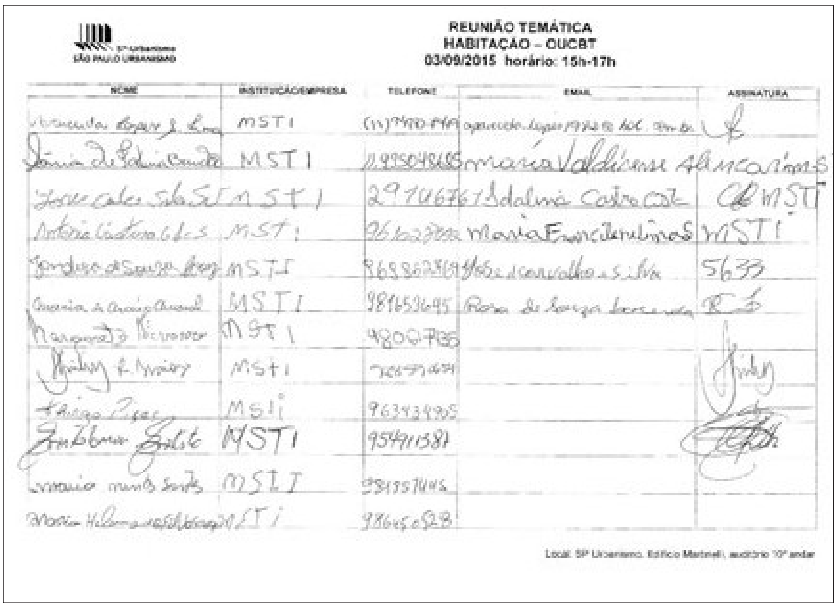
REUNIÃO TEMÁTICA
HABITAÇÃO – OUCBT
03/09/2015 horário: 15h-17h

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| Sidnei A. Pita | ULCM, UMM | 96158[illegible] | Scpita@bol.com.br | [signature] |
| M.ª Jacat [illegible] | Sociedade UMM-SP | 99157[illegible] | [illegible] | [signature] |
| Manuel de Almeida | MDF. UMM | 98532[illegible] | manuel[illegible]@mdf.org.br | [signature] |
| ANDRÉ D. SILVA | SMDU/[illegible] | 95967-5845 | [illegible]@prefeitura.sp.gov.br | [signature] |
| ALEX DOS ANJOS | MSTI | 95[illegible] | | [signature] |
| Edmilson | MSTI | 524791[illegible] | | [signature] |
| [illegible] | MSTI | 95404[illegible] | | [signature] |
| [illegible] B. Júnior | MSTI | 954190[illegible] | [illegible]300@outlook.com | [signature] |
| Bruna Henrique Fernandes | MSTI | 2069-9594 | Bruna-fer-95@hotmail.com | Bruna H Fernandes |
| Antonio [illegible] | MSTI | 5902640[illegible] | | |
| [illegible] | MSTI | 9376 | | |
| Maria Aparecida de Souza | MSTI | 9.98[illegible]-4657 | — | [signature] |

Local: SP Urbanismo, Edifício Martinelli, auditório 10º andar

| nome | instituição / empresa | telefone | e-mail | assinatura |
|---|---|---|---|---|
| Regiane de Almeida | MSTI | 981436549 | | Regiane |
| Durvalina do [illegible] | MSTI | 980[illegible] | | Durvalina |
| Carmelita [illegible] | MSTI | 9-8144-7702 | | |
| Laura [illegible] | MSTI | 949835[illegible] | | [signature] |
| [illegible] | MSTI | 93484-3775 | | Paulo |
| Paulo Araújo | MSTI | 989398002 | | |
| [illegible] | MSTI | 98278-3430 | | |
| Lisandra N. Almeida [illegible] | MSTI | 952318854 | [illegible] | Elisandra N A |
| [illegible] | MSTI | 961308370 | | [signature] |
| Domingos E. da Silva [illegible] | MSTI | 966990018 | | |
| Elibim Alves da Silva | MSTI | | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Erivaldo J. Souza | MSTI | | [signature] |
| [illegible] da Silva | MSTI | | [signature] |
| Dulcinea Paula Andrade | | | Andrade |
| Maria da Cruz de Assis | MSTI | | |
| Rosilene de Souza Feitosa | MSTI | | |
| Sueli Raimunda [illegible] | MSTI | | [signature] |
| Sandra Maria [illegible] | MSTI | | [signature] |
| Elias [illegible] Rodrigues | MSTI | | |
| Maria do Carmo Vaz Martins | MSTI | | |
| [illegible] Clara da Maia | MSTI | | |
| José Magalhães Rodrigues | MSTI | | |
| MARIANA TERRA | FAU USP | 991146190 | marijterra@hotmail.com |



SP-Urbanismo
SÃO PAULO URBANISMO

**REUNIÃO TEMÁTICA**
**HABITAÇÃO – OUCBT**
**03/09/2015 horário: 15h-17h**

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| [illegible] | MSTI | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | [illegible] | [illegible] | MSTI |
| [illegible] | MSTI | [illegible] | [illegible] | 5633 |
| [illegible] | MSTI | 981659645 | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | [illegible] | | |
| [illegible] | MSTI | [illegible] | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | 963434905 | | |
| [illegible] | MSTI | 95491381 | | [illegible] |
| [illegible] | MSTI | [illegible] | | |
| [illegible] | MSTI | [illegible] | | |

Local: SP Urbanismo, Edifício Martinelli, auditório 10º andar

FOTOS

02.09.2015 – Reunião com o Conselho Participativo Municipal (CPM) da Subprefeitura Sé

Reunião realizada no Auditório da Subprefeitura da Sé. Apresentado o Caderno Ilustrada proposta de Projeto de Lei. Os conselheiros foram convidados à participarem da Audiências a serem realizadas nos próximos dias 08, 14 e 21 de setembro de 2015 para esclarecerem dúvidas e apresentarem contribuições à proposta.

27/08/2015 – Reunião do Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU)

Extrato da 36ª Reunião Ordinária

*Publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo no dia 28 de agosto de 2015, página 24.*

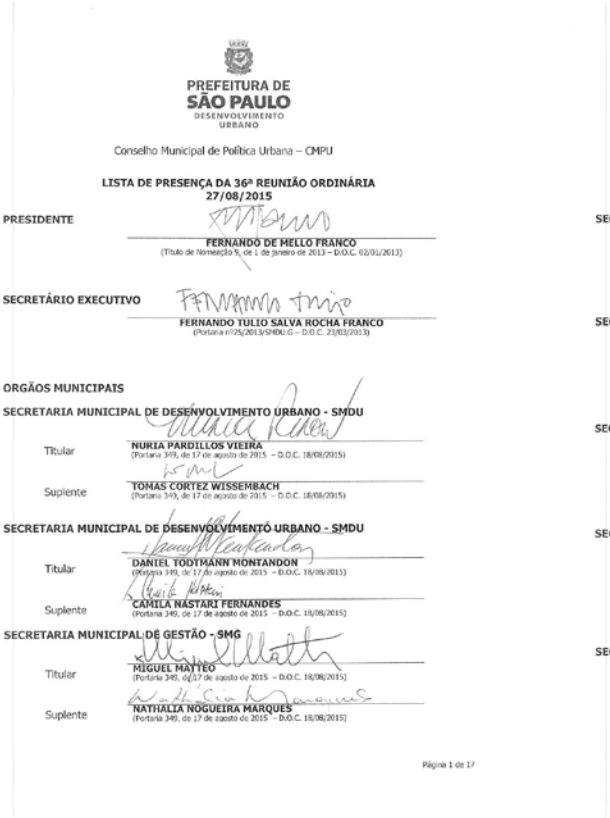
Fernando de Mello Franco, Presidente do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU/SMDU, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, DETERMINA a publicação do extrato contendo os assuntos discutidos no Plenário relativas às matérias constantes da Pauta da 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA – CMPU, realizada em 27 de agosto de 2015.

Pauta da reunião

1. Posse dos conselheiros(as); 2. Apresentação da Política de Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo; 3. Proposta de agenda e cronograma de reuniões para 2015; 4) Plenário. 01) O Secretário Executivo do CMPU, Fernando Túlio Salva Rocha Franco, iniciou a reunião às 9h15m apresentando a pauta da reunião que foi aprovada por unanimidade pelo plenário. 02) Após a aprovação da pauta o Secretário Executivo da CMPU, Fernando Túlio Salva Rocha Franco franqueou a palavra ao Secretário de Desenvolvimento Urbano e Presidente do CMPU, Fernando Mello Franco, que deu posse aos conselheiros e conselheiras, e fez apresentação da Política de Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo. 03) Em sequência o Secretário Executivo do CMPU informou sobre a proposta de agenda e o cronograma de reuniões para 2015, bem como a ciência e a disponibilização da minuta da Ata da reunião conjunta entre CMPU e CTLU (35ª Reunião Ordinária do CMPU e 17ª Reunião Extraordinária da CTLU) para posterior coleta de assinatura. 04) Finalizadas as apresentações e os informes a palavra foi passada à plenária. Depois das contribuições dentre Conselheiros do CMPU e demais presentes, estas foram devidamente anotadas pela mesa.

Encerramento: A palavra foi franqueada ao Secretário de Desenvolvimento Urbano e Presidente do CMPU, Fernando Mello Franco, que fez as considerações finais e agradeceu a presença dos conselheiros e conselheiras encerrando a reunião às 11h15m. A reunião foi secretariada por Fernando Túlio Salva Rocha Franco, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

## Lista de presença



PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA**
**27/08/2015**

**PRESIDENTE**
FERNANDO DE MELLO FRANCO
(Título de Nomeação 5, de 1 de janeiro de 2013 – D.O.C. 02/01/2013)

**SECRETÁRIO EXECUTIVO**
FERNANDO TULIO SALVA ROCHA FRANCO
(Portaria nº25/2013/SMDU.G – D.O.C. 23/01/2013)

**ORGÃOS MUNICIPAIS**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SMDU**

| | |
|---|---|
| Titular | NURIA PARDILLOS VIEIRA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | TOMAS CORTEZ WISSEMBACH (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

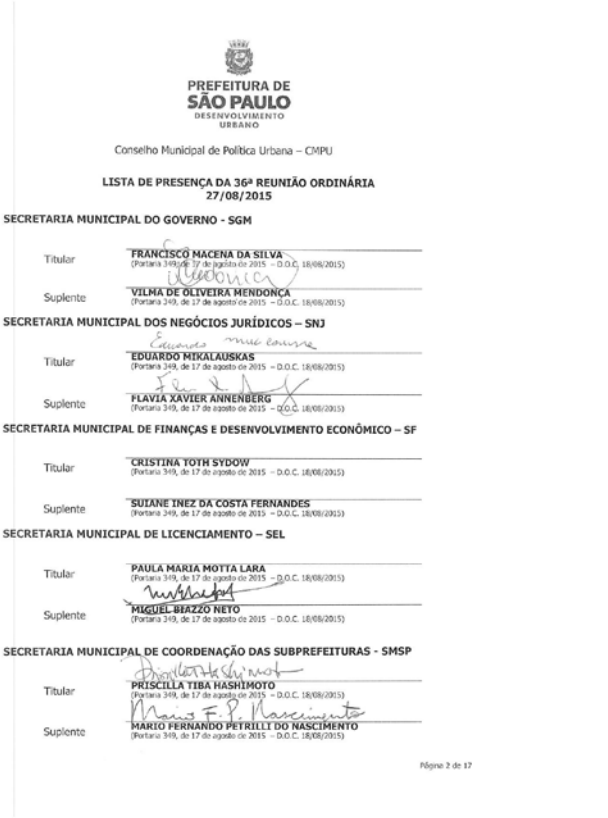
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SMDU**

| | |
|---|---|
| Titular | DANIEL TODTMANN MONTANDON (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | CAMILA NASTARI FERNANDES (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SMG**

| | |
|---|---|
| Titular | MIGUEL MATTEO (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | NATHALIA NOGUEIRA MARQUES (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

Página 1 de 17



PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA**
**27/08/2015**

**SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO - SGM**

| | |
|---|---|
| Titular | FRANCISCO MACENA DA SILVA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | VILMA DE OLIVEIRA MENDONÇA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**SECRETARIA MUNICIPAL DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS – SNJ**

| | |
|---|---|
| Titular | EDUARDO MIKALAUSKAS (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | FLAVIA XAVIER ANNENBERG (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SF**

| | |
|---|---|
| Titular | CRISTINA TOTH SYDOW (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | SUIANE INEZ DA COSTA FERNANDES (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

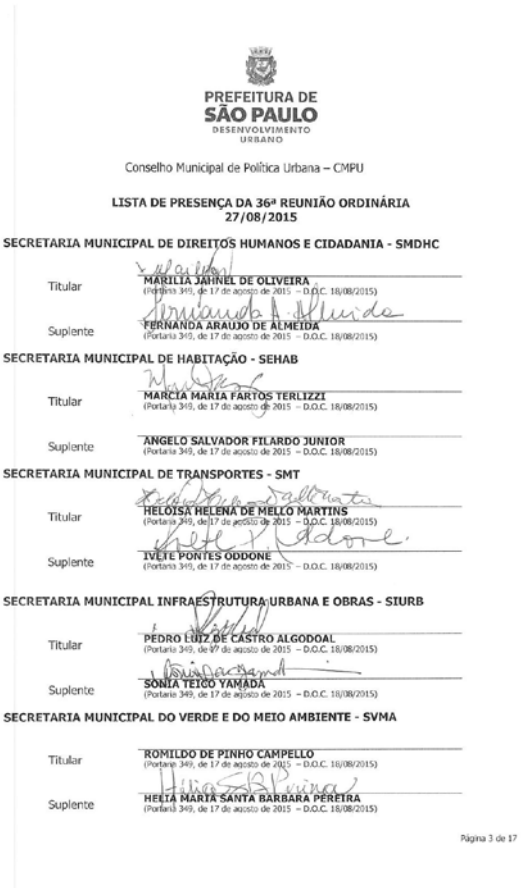
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICENCIAMENTO – SEL**

| | |
|---|---|
| Titular | PAULA MARIA MOTTA LARA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | MIGUEL BIAZZO NETO (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS - SMSP**

| | |
|---|---|
| Titular | PRISCILLA TIBA HASHIMOTO (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | MARIO FERNANDO PETRILLI DO NASCIMENTO (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

Página 2 de 17



PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA**
**27/08/2015**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC**

| | |
|---|---|
| Titular | MARILIA JAHNEL DE OLIVEIRA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | FERNANDA ARAUJO DE ALMEIDA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SEHAB**

| | |
|---|---|
| Titular | MARCIA MARIA FARTOS TERLIZZI (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | ANGELO SALVADOR FILARDO JUNIOR (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - SMT**

| | |
|---|---|
| Titular | HELOISA HELENA DE MELLO MARTINS (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | IVETE PONTES ODDONE (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS - SIURB**

| | |
|---|---|
| Titular | PEDRO LUIZ DE CASTRO ALGODOAL (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | SONIA TEICO YAMADA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE - SVMA**

| | |
|---|---|
| Titular | ROMILDO DE PINHO CAMPELLO (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | HELIA MARIA SANTA BARBARA PEREIRA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

Página 3 de 17

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA**
**27/08/2015**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS - SES**

| | |
|---|---|
| Titular | JOSE ALBERTO SERRA ALMEIDA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | CILENE SILVA FERNANDES (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SMC**

| | |
|---|---|
| Titular | NABIL GEORGES BONDUKI (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | NADIA SOMEKH (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E EMPREENDEDORISMO - SDTE**

| | |
|---|---|
| Titular | DARLENE APARECIDA TESTA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | JULIO HENRIQUE CANUTO DA SILVA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**SÃO PAULO URBANISMO – SP-URBANISMO**

| | |
|---|---|
| Titular | PATRICIA SARAN (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | GUSTAVO PARTEZANI RODRIGUES (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO - COHAB**

| | |
|---|---|
| Titular | JOAO ABURATER NETO (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | LUCIANA MARTINS DE BARROS TEIXEIRA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

Página 4 de 17

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA**
**27/08/2015**

**SUBPREFEITURA - MACRORREGIÃO**

**MACRORREGIÃO NORTE 1**

| | |
|---|---|
| Titular | CARLOS ROBERTO CANDELLA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | GILBERTO ROSSI (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO NORTE 2**

| | |
|---|---|
| Titular | CARLOS EDUARDO SILVA DIETHELM (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | OLGA MARIA DE ALMEIDA BRANDÃO LOPES PEREIRA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO OESTE**

| | |
|---|---|
| Titular | ADRIANA ROLIM DE CAMARGO (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | ELMA GOMES DE OLIVEIRA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO CENTRO**

| | |
|---|---|
| Titular | GILMAR TADEU RIBEIRO ALVES (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | MARCOS ROBERTO EMILIO (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |



PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA**
**27/08/2015**

**MACRORREGIÃO LESTE 1**

| | |
|---|---|
| Titular | RENATA CARVALHO NAVES (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | VIVIANE RODRIGUES DE PALMA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO LESTE 2**

| | |
|---|---|
| Titular | PRISCILA RODRIGUES MARTINS DA SILVA BIROLO (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | THALLES MARCIUS DE MORAIS (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO SUL 1**

| | |
|---|---|
| Titular | JOAO CARLOS DA SILVA MARTINS (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | ELDER VIEIRA DOS SANTOS (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO SUL 2**

| | |
|---|---|
| Titular | CARLOS HENRIQUE NUNES CABRAL (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | CLAUDIMAR MOREIRA DIAS (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |



PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA**
**27/08/2015**

**CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL - MACRORREGIÃO**

**MACRORREGIÃO NORTE 1**

| | |
|---|---|
| Titular | JOSE CARLOS RIBEIRO GIMENES (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | IRANI APARECIDA PEREIRA DIAS (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO NORTE 2**

| | |
|---|---|
| Titular | MARCOS SEIKE TERUYA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | CAROLINA SOUZA DOS SANTOS NASCIMENTO (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO OESTE**

| | |
|---|---|
| Titular | PAULO CESAR MALUF (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | MAURO SERGIO PROCOPIO CALLIARI (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO CENTRO**

| | |
|---|---|
| Titular | HELENA LADEIRA WERNECK (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | ARTUR MONTEIRO ROCADO (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |



PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA**
**27/08/2015**

**MACRORREGIÃO LESTE 1**

| | |
|---|---|
| Titular | ANGELA MARIA CALABRIA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | GEORGINA HELENA DE FREITAS (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO LESTE 2**

| | |
|---|---|
| Titular | LEONARDO MEDEIROS E SILVA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | RICARDO SAMPAIO GONÇALVES (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO SUL 1**

| | |
|---|---|
| Titular | HELIO HIGUCHI (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | JANIO RIBEIRO COUTINHO (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MACRORREGIÃO SUL 2**

| | |
|---|---|
| Titular | OLIVIA AUGUSTA ARAUJO MACEDO COSTA (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | DEISE LUCI BONOME (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA**
**27/08/2015**

**MOVIMENTOS DE MORADIA**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | **EVANIZA LOPES RIBEIRO**<br>União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **MARIA ELENA FERREIRA DA SILVA**<br>União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Titular | **MARIA DAS GRAÇAS DE JESUS XAVIER VIEIRA**<br>União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **ANDERSON STANCOV FONSECA**<br>União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Titular | **CARMEN DA SILVA FERREIRA**<br>Movimento Sem Teto do Centro - MSTC<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **ALEXANDRE DE SANT'ANNA LOYOLA**<br>Movimento Sem Teto do Centro - MSTC<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Titular | **VERA LUCIA DIAS PADILHA**<br>União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **NESTOR QUINTOS DE OLIVEIRA**<br>União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |

Página 9 de 17

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA**
**27/08/2015**

**ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | **SERGIO ANTONIO REZE JUNIOR**<br>Associação dos Moradores Amigos do Parque Previdência - AMAPAR<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **NELSON TERRA BARTH**<br>Associação dos Amigos do Bairro City Cavinga – AABCC<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Titular | **HELTOR MARZAGAO TOMMASINI**<br>Associação dos Moradores do Jardim da Saúde – AMJS<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **GABRIEL ELIAS GONÇALVES DE OLIVEIRA**<br>Associação dos Moradores do Jardim da Saúde – AMJS<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Titular | **PAULO GUSTAVO DA VINHA CARMO BIZZO**<br>Associação São Benedito Legal<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **A SER INDICADO**<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Titular | **APARECIDA REGINA LOPES MONTEIRO**<br>CIRANDA<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **CIBELE MARTINS SAMPAIO**<br>CIRANDA<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |

Página 10 de 17

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA**
**27/08/2015**

**SETOR EMPRESARIAL**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | **RICARDO YAZBEK**<br>Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo - SECOVI<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **ALEXANDRE MARQUES TIRELLI**<br>Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo - SCIESP<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Titular | **ODAIR GARCIA SENRA**<br>Sindicato da Indústria da Construção Civil de grandes Estruturas no Estado de São Paulo – SindusCon-SP<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **ANTONIO LUIZ POLVERINI FILHO**<br>Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas - APEOP<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Titular | **ROBERTO DE CASTRO MELLO**<br>Sindicato Nacional das Empresas Arquitetura e Engenharia Consultoria - SINAENCO<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **ADRIANA BLAY LEVISKY**<br>Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura - AsBEA<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Titular | **ANDY ALEXANDRE GRUBER**<br>Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo – FECOMÉRCIO-SP<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **CHRISTIAN DE MORAES MACHADO SUPPO BOJLESEN**<br>Associação Comercial de São Paulo - ACSP<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |

Página 11 de 17

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA**
**27/08/2015**

**ENTIDADES SINDICAIS**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | **KARINA OLIVEIRA LEITAO**<br>Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo - SASP<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **A SER INDICADO**<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |

**ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS - ONGs**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | **PAULO MACHADO LISBOA FILHO**<br>Conselho Brasileiro de Construção Sustentável - CBCS<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **DIANA CSILLAG**<br>Conselho Brasileiro de Construção Sustentável - CBCS<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |

**ENTIDADES PROFISSIONAIS LIGADAS Á ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | **JACOBINA ALBU VAISMAN**<br>Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo - IABsp<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |
| Suplente | **RENATA SEMIN**<br>Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo - IABsp<br>(Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) | |

Página 12 de 17

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA**
**27/08/2015**

**ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | VALTER LUIS CALDANA JUNIOR | Universidade Presbiteriana Mackenzie – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | DENISE ANTONUCCI | Universidade Presbiteriana Mackenzie – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Titular | RAQUEL ROLNIK | Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | EDUARDO ALBERTO CUSCE NOBRE | Universidade de São Paulo - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | LINCOLN PAIVA | Instituto Mobilidade Verde (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | GUILHERME GAMBIER ORTENBLAD | Instituto Mobilidade Verde (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Titular | A SER INDICADO | (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | A SER INDICADO | (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

Página 13 de 17

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA**
**27/08/2015**

**MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | CARLOS AFONSO CERQUEIRA ARANHA | Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo - Ciclocidade (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | THIAGO DE SEIXAS BENICCHIO | Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo - Ciclocidade (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**MOVIMENTOS CULTURAIS**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | A SER INDICADO | (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | A SER INDICADO | (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**ENTIDADES RELIGIOSAS**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | IRENE DA CONCEIÇÃO DE BRITO | Mitra Arquidiocesana de São Paulo (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | LAURENTINA DA SILVA | Mitra Arquidiocesana de São Paulo (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CADES**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI | Associação Comercial de São Paulo - ACSP (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | GEORGE DOI | Sindicato das Micros e Pequenas Indústrias - SIMPI (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

Página 14 de 17

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA**
**27/08/2015**

**CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARTICIPATIVOS – CPOP**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | JOSE RAIMUNDO DO SACRAMENTO | Conselho Participativo Muncipal de Campo Limpo (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | ELISANGELA CRISTINA FLAVIO | Conselho Participativo Municipal da Mooca (Portaria 349, de17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – CMTT**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | SINESIO GOBBO | Bancada do Idoso (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | ALEXANDRE GEROLAMO DE ALMEIDA | Bancada do Sindicato das Micros e Pequenas Indústrias - SIMPI (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – CMH**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | BENEDITO ROBERTO BARBOSA | Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | MARIA ISABEL NOBRE DE SOUZA CABRAL | FEABRU Trabalhos Comunitários e Ambientais (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

Página 15 de 17

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA**
**27/08/2015**

**ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS**

**SECRETARIA ESTADUAL DA HABITAÇÃO**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | JOÃO OCTAVIANO MACHADO NETO | (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | ELISABETE FRANÇA | (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**SECRETARIA ESTADUAL DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | MONICA FERREIRA DO AMARAL PORTO | (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | MARINA BOLDO LISBOA | (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | GIL KUCHEMBUCK SCATENA | (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | MARCIA RENATA IANI | (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

**SECRETARIA ESTADUAL DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS**

| | | |
|---|---|---|
| Titular | HORACIO NELSON HASSON HIRSCH | (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |
| Suplente | MARISTELA APARECIDA HESPANHOL | (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015) |

Página 16 de 17

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**LISTA DE PRESENÇA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA**
**27/08/2015**

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO – CIGABC**

Titular — **CLAUDIA VIRGINIA CABRAL DE SOUZA** (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Suplente — **SANDRA TEIXEIRA MALVESE** (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – CONISUD**

Titular — **CLOVIS DA SILVA PINTO** (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Suplente — **MARCOS DE SOUZA** (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DA BACIA ALTO JUQUERI - CIMBAJU**

Titular — **EDISON PAVÃO JÚNIOR** (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Suplente — **ISIS BUENO** (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESTE METROPOLITANA DE SP - CIOESTE**

Titular — **CRISTIANE DUTRA NASCIMENTO** (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Suplente — **ANTONIO SILVESTRE LEITE** (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ – CONDEMAT**

Titular — **MARCO AURELIO BERTAIOLLI** (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Suplente — **AUDREY RODRIGUES DE OLIVEIRA** (Portaria 349, de 17 de agosto de 2015 – D.O.C. 18/08/2015)

Página 17 de 17

(1)

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**Público presente na 36ª Reunião Ordinária do CMPU – 27/08/2015**

| NOME LEGÍVEL | ENTIDADE | ASSINATURA |
|---|---|---|
| MASSAYOSHI FURUNO | CPM. C.J. | |
| Edmundo Pereira [illegible] | CPM - CPOP Santos | |
| Konifi Wade | conselho PART. Municipal | |
| [illegible] | MSTC | |
| [illegible] | MSTC | |
| [illegible] | MSTC/FLM | |
| [illegible] da Rocha | MSTC/FLM | |
| [illegible] | MSTC | |
| [illegible] | MSTC/FLM | |
| [illegible] | MSTC/FLM | |
| Thaís Martins | MSTC/FLM | |
| [illegible] | MSTC/FLM | |
| [illegible] | Conselheiro P. Municipal | |
| [illegible] | MSTC/FLM University of Leuven (Belg.) | |

Página 1

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**Público presente na 36ª Reunião Ordinária do CMPU – 27/08/2015**

| NOME LEGÍVEL | ENTIDADE | ASSINATURA |
|---|---|---|
| Marinelle J. Silva | MSTC FLM | |
| Sonia R. de Bispo | MSTC FLM | Sonia |
| Guido Azorgia | MST FLM | |
| Flávia A. dos Santos | MSTC FLM | Flávia A. dos Santos |
| [illegible] | Lutar Vecer FLM | |
| [illegible] | Lutar e Vencer FLM | |
| [illegible] | Lutar e Vencer - FLM | |
| Edilson Mineiro | Inst. Casa da Cidade | |
| DANILO ALVES | MSTC | |
| Luis E. P. Damasceno | Km Pacsário | |
| DERLI VALADARES | IECT | |
| NAYMI LOBATO | Escola da Cidade | Naymi Lobato |
| ANTONIO RUSSELLO | SPVM | |
| José Zuido A. Silva | Conselho Part. Itaquera | |

Página 2

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**Público presente na 36ª Reunião Ordinária do CMPU – 27/08/2015**

| NOME LEGÍVEL | ENTIDADE | ASSINATURA |
|---|---|---|
| PAULO DE MORAES JR | SP-URBANISMO | |
| JOÃO JUDES SOARES PAES | SP. URBANISMO | |
| RONALDO TONOBONN | CET | |
| Juanita de Araujo | MMLJ | |
| Maria José da Silva | MMLJ | |
| Silmara Longo | MMLJ | |
| José de A. [illegible] | MMLJ | |
| GRACIONE FREITAS | MMLJ | |
| [illegible] | MMLJ | |
| [illegible] | MMLJ | |
| Edmundo Ma da Conceição | Prestes Maia | |
| [illegible] | Prestes Maia | |
| Dimone Aparecida Lourenço | Cambridge | |
| Danilo R. Queiroz | Poti | |

Página 3

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO
Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**Público presente na 36ª Reunião Ordinária do CMPU – 27/08/2015**

| NOME LEGÍVEL | ENTIDADE | ASSINATURA |
|---|---|---|
| Franilda Nunes | Presta Maia | Franilda |
| Jessica Thaurine Soares | prestes maia | [illegible] |
| Jussamara S. Manoel | Cambridge | [illegible] |
| Tradson Dias | Cambridge | [illegible] |
| [illegible] | FLM | [illegible] |
| Vega | FLM | |
| Diego Alberto | FLM | Diego |
| Kelly Fátima de S. | FLM | Kelly |
| Matilde Gomes Cabral | FLM | [illegible] |
| [illegible] Bebello | SP Urbanismo | [illegible] |
| Elaine Dissi | " " | [illegible] |
| MARCO FIALHO | " " | [illegible] |
| Egdra B. Padilha | 23.317.286-5 | [illegible] |
| Patricia Vieira da Silva | 45.101.348-7 | [illegible] |

Página 4

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO
Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**Público presente na 36ª Reunião Ordinária do CMPU – 27/08/2015**

| NOME LEGÍVEL | ENTIDADE | ASSINATURA |
|---|---|---|
| Vladimir Avila | SP Urbanismo | [illegible] |
| Juvanilho Damião Vieira | [illegible] | [illegible] |
| ADEMAR DE CASTRO | SP URBANISMO | [illegible] |
| Sonia da Silva Gou | SP Urbanismo | [illegible] |
| Guilherme Nazareni | SMDU | [illegible] |
| Talita Veiga Cavallari | SMDU | [illegible] |
| Cleide Gonçalves Conrado | SP URBANISMO | [illegible] |
| Antonio [illegible] | SP Urbanismo | [illegible] |
| Deo Mario Pitanga de Oliveira | Conselheiro Itaquera | [illegible] |
| Ana Lima de M. Moreira | SP Urbanismo | [illegible] |
| João Ferreira da Silva | CPM-CPOP | [illegible] |
| Jeremi Pita | UMM-SP | [illegible] |
| MARCOS GOMES | SP URBAN. | [illegible] |
| FRANSUELLO P. SILVA | SP URB | [illegible] |

Página 5

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO
Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**Público presente na 36ª Reunião Ordinária do CMPU – 27/08/2015**

| NOME LEGÍVEL | ENTIDADE | ASSINATURA |
|---|---|---|
| Fernanda Catarina Barbosa | Parapuã | [illegible] |
| Michele Lucas de Souza | Parapuã | [illegible] |
| Adinaldo de Barbosa | Parapuã | [illegible] |
| Antonio C. Pergina | SP Urbanismo | [illegible] |
| FAGNER C. ROCHA | CONDECA | [illegible] |
| Fátima Santos | Sindeste-UMM | [illegible] |
| FERNANDO BRUM | SMDU | [illegible] |
| Sully Alves | ACSP | [illegible] |
| Antonio Gomes | Macro Reg. II | [illegible] |
| JOÃO PORFIRIO S. NETO | SP URBANISMO | [illegible] |
| RAFAEL MIELNIK | SMDU | [illegible] |
| MARIO REALI | SP URBANISMO | [illegible] |
| EDUARDO PELLA MOURA | SECOVI-SP | [illegible] |
| TAÍS TSUKUMO | SMDU | [illegible] |

Página 6

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO
Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**Público presente na 36ª Reunião Ordinária do CMPU – 27/08/2015**

| NOME LEGÍVEL | ENTIDADE | ASSINATURA |
|---|---|---|
| Margarete Costa Rolla Gonçalves | SP URBANISMO | [illegible] |
| Débora Grama Ungaretti | SMDU-DGPI | Débora Ungaretti |
| Andrea O. Villela | SMDU/DGPI | [illegible] |
| FABIO MARIZ GONÇALVES | DEURS/SMDU | [illegible] |
| Vilcem Hardim | Casa São Paulo | [illegible] |
| Paulo C. Pedrini | Pastoral Operária | [illegible] |
| AURE MAZZETTI | ELEC(1) ACSP CAU-SP | [illegible] |
| MARTA GROSTEIN | FAU-USP | [illegible] |
| Fernanda Almeida | SMDHC | [illegible] |
| Joya Rinaldi Silva | SMDU | [illegible] |
| [illegible] | Leste I UMM-SP | [illegible] |
| [illegible] | Pastoral da Moradia Reg. Sp. Paranga | [illegible] |
| Sonia Francine | PPS / CASA Bodisativa | [illegible] |
| WEBER SUTTI | SMDU | [illegible] |

Página 7

Fotos

17.06.2015 – 169ª Reunião Plenária Ordinária do CADES/SVMA



**Prefeitura do Município de São Paulo**
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA
Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES

## ATA DA 169ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 17/06/2015, sob a presidência do Senhor Secretário José Tadeu Candelária, realizou-se a 169ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

**Expediente:**

1. Discussão e votação da Ata da 168ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
2. Posse do senhor **Delson Silva Lapa**, como conselheiro titular, representante da **Secretaria Municipal Infra-Estrutura Urbana e Obras - SIURB.**
3. Posse do senhor **Marcelo de Mendonça Bernardini**, como conselheiro titular, representante da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU.**
4. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

**Ordem do dia:**

1. Discussão e Votação do **Parecer Técnico nº. 013/CADES/2015**, da **Câmara Técnica de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Complexos Urbanos e Habitação** que analisou o **Estudo de Impacto Ambiental da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí,** apresentado pelo Conselheiro Eduardo Storopoli, representante das Universidades no CADES.
2. Exposição sobre **Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de São Paulo: Intersetorialidade das ações** com Solange Cavalcante da Silva Redolfi - Pedagoga/ Nutricionista - Educadora Ambiental - NGD- CO1 - responsável pela gestão do Centro de Referência em Segurança Alimentar Sustentável – BT.
3. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais

**Anexos:**

- Ata da 168ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.

## ATA DA 169ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

**Secretário Adjunto Ricardo Brandão:** É com grande alegria que estamos dando início aos trabalhos da 169ª Reunião Plenária Ordinária do CADES, com dois temas bastante importantes a serem discutidos na cidade de São Paulo, sobre a operação urbana bairros Tamanduateí, e sobre segurança alimentar. Nós temos aqui a satisfação também de apresentar o novo Secretário José Tadeu Candelária, cuja atuação aqui será brevemente reconhecida por todos vocês, dentro das linhas estabelecidas pelo prefeito Fernando Haddad, pela coalisão que o apoia. Ele está chegando. Foi empossado agora na segunda-feira. Certamente vai dar continuidade a todas as nossas diretrizes estabelecidas, e aos temas que têm sido discutidos para tornar a nossa cidade ambientalmente mais agradável, e mais sustentável. Então eu passo a palavra agora ao Secretário para sua apresentação, e apresentação da nova equipe. Obrigado.

**Secretário José Tadeu Candelária:** Eu vou pedir licença para falar em pé, com muita humildade, a respeito das colocações que eu vou fazer agora. Primeiro, eu quero me apresentar. Meu nome é José Tadeu Candelária. Sou engenheiro e economista. Sou oriundo da área pública. Trabalho na área pública há aproximadamente uns 45 anos. Sei que sou um aprendiz. Sei que a idade só me ajudou a ter mais paciência. E é nesse tom que eu quero dizer a todos que me sinto honrado em participar da gestão Fernando Haddad, pelo seu comprometimento com a cidade de São Paulo, e com a população. E é com esse espírito público é que assumi essa missão de trabalhar na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Estou há 48 horas na Secretaria, e vim com muita tranquilidade assumir esse cargo, com muita preocupação pelas responsabilidades. Mas com muita tranquilidade, porque o corpo técnico que a Secretaria tem é de primeira qualidade. De excelência. Eu reconheço isso. E vou trabalhar no sentido de cumprir as metas estabelecidas pelo governo. Meu partido é a cidade de São Paulo. Hoje, todos nós temos um objetivo comum, que é trazer para São Paulo o equilíbrio. Ambiental, social, e também do desenvolvimento econômico. Sabemos que nós temos grandes responsabilidades. Todos nós. E esse equilíbrio é que nós vamos poder ajudar a administração a fazer da cidade de São Paulo, uma cidade mais humana. Então, com esse propósito, com esse objetivo é que eu venho para essa reunião, e assumo a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Tenho as melhores referências a respeito de todos que estão aqui. E a gente nota que são pessoas com notoriedade na área ambiental. E com esse espírito de trazer para São Paulo esse desenvolvimento. Então eu quero dizer a vocês que vocês vão ter um parceiro. Eu até quero me colocar, aqui, especificamente para a Secretaria, que eu vou ser um Secretário funcionário. Vou trabalhar pela cidade com muita vontade, muita determinação, para resolver as questões que estiverem ao nosso alcance. E que forem colocadas a nós. E o CADES para mim, é uma coisa muito rica. É uma oportunidade muito rica de todos nós e principalmente, que eu possa aprender bastante sobre a cidade de São Paulo, e sobre como se formata a questão ambiental. Então eu vou dizer que vou mais prestar atenção do que falar,

## ATA DA 169ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

porque sou um aprendiz nessas questões ambientais. E que vocês têm uma bagagem muito maior. Estou trazendo conosco um ambientalista e dois técnicos dessa área que já militam há muito tempo, e que têm essa missão também, de nos ajudar, contribuir com todos, com a somatória de todos os esforços, da gente poder fazer o nosso trabalho, e um trabalho da melhor maneira possível, para poder fazer. Eu sei que na administração pública é possível fazer, e fazer bem feito. Acredito nisso. E é por isso que assumi essa responsabilidade. E estou transformando essa responsabilidade, na verdade, em uma grande oportunidade de vida. Então, vamos estar juntos nessa missão. Eu quero, antecipadamente, agradecer a todos que estão aqui, indistintamente. A todos os funcionários, representantes das Secretarias que estão aqui, as entidades não-governamentais também que estão aqui, e que, com certeza, cumprir o seu papel importante nesse fórum de debate. Então eu agradeço, e dando continuidade a essa reunião, eu quero declarar que os trabalhos estão abertos, estou cumprindo o roteiro aqui. Mas como o próprio Ricardo já tinha feito uma colocação aqui, com relação a essa reunião, eu quero passar, então, a palavra, à nossa coordenadora geral. E me perdoe, eu esqueci, o Romildo Campelo, Danilo, são todos também, ambientalistas. Todos profissionais, com experiência. Trabalhou em grandes projetos do estado e do Brasil. Então a gente está trazendo uma experiência também, nacional, para cá. Eu quero passar a palavra à Claudete, para que ela dê continuidade aos trabalhos. Muito obrigado a todos. Bom dia, e uma boa reunião para nós.

**Coordenadora Geral Claudete V. Carvalho:** Obrigada, Secretário. Iniciamos então a 169ª Reunião Plenária do CADES, hoje, dia 17 de junho de 2015. Passamos então para o nosso primeiro item do expediente. Todos os Conselheiros receberam. É a discussão e votação da ata 168ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. Alguma observação, alguma correção? Não? Coloco em votação. Os Conselheiros que aprovam a ata permaneçam como estão. **A Ata da 168ª Reunião Plenária Ordinária do CADES está aprovada por unanimidade.** Passamos então ao nosso segundo item. Hoje nós temos a posse de dois novos Conselheiros. A primeira é a posse do senhor **Delson Silva Lapa, como Conselheiro Titular, representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, SIURB.** Delson seja bem-vindo. Segunda posse, do senhor **Marcelo de Mendonça Bernardini, como Conselheiro Titular, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, SMDU.** Marcelo seja bem-vindo. Os Conselheiros considerem-se então empossados. As posses foram acolhidas. Nós estamos aqui no quarto ponto, que é sugestão para inclusão na pauta desta reunião. Então, mais uma vez, Conselheiros, faço a observação de que não fazemos a discussão agora. É só sugestão de pauta. A discussão, faremos no final. Algum Conselheiro tem alguma sugestão de pauta? Conselheira.

## ATA DA 169ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Cons. Marta Amélia: Bom dia a todos. Sou Marta Amélia da ABES Engenharia São Paulo. Eu já solicitei, em umas três reuniões, que o CADES enviasse um ofício convidando a coordenadoria da Secretaria Executiva do FMSAI para vir apresentar o que é o Fundo Municipal de Saneamento e Infraestrutura. E eu fui surpreendida que eles ainda não receberam esse ofício, esse convite para essa pauta. E poderia ser enviado, não só para o Secretário de Habitação, mas aos cuidados da Coordenadora Denise. Para mim é muito interessante que os Conselheiros saibam o que é esse Fundo Municipal. Então, nada melhor do que alguém daquele Fundo vir aqui explicar. Está bom? Eu quero reafirmar essa pauta.

**Coordenadora Geral Claudete V. Carvalho:** Ok. Obrigada, Conselheira. Esse tema de pauta está na fila dos nossos vários pontos de pauta de sugestões dos Conselheiros. Mais alguém? Não? Passamos então à ordem do dia. O nosso primeiro ponto é a Discussão e Votação do Parecer Técnico nº 013/CADES/2015, da Câmara Técnica de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. Complexos Urbanos e Habitação, que analisou o Estudo de Impacto Ambiental da Operação Urbana Consorciada bairros do Tamanduateí. Vai ser apresentada pelo nosso Conselheiro Eduardo Storopoli, representante das Universidades no CADES. Vocês todos, Conselheiros, já receberam a cópia do parecer. Eduardo, por favor.

**Cons. Eduardo Storopoli:** Bom dia a todas e a todos. Aproveito também para desejar sucesso. Tenho certeza que o senhor vai se dedicar com bastante afinco e compromisso com o espírito público, a essa função tão importante, e essa Secretaria do Meio Ambiente, que tem um trabalho tão importante, se preocupando a todo o momento com os empreendimentos aqui submetidos a essa Secretaria, na qualidade de vida dos cidadãos, não podemos deixar de, realmente, de viabilizar esses empreendimentos, como essa aqui, operação urbana consorciada dos bairros Tamanduateí. Então, bem-vindo aqui em nome de todos. Desejamos aí, boas-vindas e sucesso. Pode contar conosco também ao Secretário Adjunto, e ao seu chefe de gabinete, também. Bom dia, mais uma vez. Essa operação urbana já vem sendo debatida e discutida na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, no SMDU. Ali foi discutido e trabalhado a viabilidade urbanística para que essa operação possa ser realizada com sucesso. Então aqui, a área que está sendo objeto de discussão aqui na cidade de São Paulo, é uma área hoje, bem servida de transporte público ferroviário e metroviário e transporte de ônibus, também. Então tem uma boa infraestrutura, e de transporte público coletivo de massa. E também é uma área que têm muitos empregos. Então a ideia é realmente aplicar à cidade, o conceito de cidade compacta. Ou seja, e ter espaço para viabilizar mais moradias. Então um dos objetivos é esse. É realmente atrair empreendimentos, Então os bairros que nós estamos falando aqui são os bairros da Mooca, Vila Prudente, Vila Carioca, e também Ipiranga. Vamos pegar quatro subprefeituras. A subprefeitura da Sé, da Mooca, do Ipiranga e da Vila Prudente. E é

ATA DA 169ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

composto por setores que estão aí, apontados nesse mapa. Setor Parque da Mooca, setor Henry Ford, setor Vila Prudente, setor Vila Carioca, setor Ipiranga, e setor Cambuci. Isso aí dá uma quantidade de mais de um milhão, se eu não me engano. Um milhão de metros quadrados, onde foi delimitado para ser aplicada a Operação Urbana Consorciada dos Bairros do Tamanduateí. Enfim... a ideia, realmente, é trazer moradia. Viabilizar residências de moradia para esse bairro, que hoje, tem, assim, uma quantidade de ofertas de emprego muito boa. Agora, com isso também, nós vamos ter, também, que ter equipamentos sociais. Então, Unidades Básicas de Saúde, Educação Infantil, creches, atraindo também uma população... aumentando a população. Aumentando aí, a quantidade de unidades de moradia. Também temos que nos preocupar com isso. Então foi com (incompreensível), trabalhou também com essa proposta de bairro, cidade compacta. Nós aqui, do (incompreensível) do meio ambiente, temos que nos preocupar com o quê? Com o impacto do meio ambiente. Então foi trabalhado... Foi discutido. Bem trabalhado pela Câmara Técnica de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, complexos urbanos e habitação, dessa Secretaria, e foi submetido relatório e parecer para o EIA/RIMA. Quer dizer, o Estudo de Impacto Ambiental e também do Relatório de Impacto Ambiental do Meio Ambiente. Então foi assim, muito bem... Na minha opinião. Essa missão de traduzir aqui, relatar o parecer técnico da Câmara Técnica, de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, como também da Comissão do EIA/RIMA, do Comitê que eu faço parte. Então realmente, foi muito bem discutido, teve uma boa sinergia. Foi usado aí o bom senso. Mas a preocupação é que a gente consiga, com essa Operação Urbana Consorciada, que vai trazer adensamento, manter o equilíbrio de aumento das moradias, preservação dos empregos, e com isso também, (incompreensível) planejamento urbanístico, que foi aplicado por essa operação. Trazer também, equipamentos sociais de tal forma que os que já estão aqui hoje, os que virão depois aí, com a operação urbana, assim que for aprovada pelo CADES. E seu o encaminhamento para a Câmara Municipal, vai se transformar em lei. Então acho que estamos dando uma excelente contribuição, tanto para o Executivo, sabendo que ele participou também, tanto das audiências públicas, também nos comitês dos colegiados, também teve a participação, isso é muito importante colocar, da sociedade civil. Então acho que, com certeza, a (incompreensível) está dando uma boa contribuição, além dos técnicos realmente se debruçarem em cima, e com o seu conhecimento, com a sua bagagem, com a sua experiência, também deram uma boa contribuição. Então realmente, essa Operação Urbana vai ser assim uma... que tem a (incompreensível) da cidade compacta, também de preservar emprego e moradia juntos, para levar, também, equipamentos sociais. Serviços. Eu acho que isso vai ser modelo, também, para outras Operações Urbanas. Então, a o objetivo, como eu falei, foi promover o plano urbanístico proposto para a área do perímetro da Operação Urbana que foi elaborado, baseado em oito princípios. Melhorar as condições de mobilidade para veículos e pedestres no interior da área, reurbanizar a

ATA DA 169ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

orla da ferrovia, de modo a integrar à paisagem, e dar espaços públicos e de lazer, implantando um sistema de áreas verdes associada ao sistema de drenagem, de forma a minimizar os problemas de inundação, que hoje, realmente, a região sofre muito. Então precisamos colocar nossa contrapartida. Um bom modelo ali. Uma boa proposta, ali, também, de drenagem. Nos preocupamos também com a questão da permeabilidade. Então tem uma proposta para preservar. Isso é aplicada a cota ambiental. Também levar mais arborização para essa região, para essa Operação Urbana. De tal forma que a gente possa também encontrar (incompreensível), problemas de drenagem. Promover também readequação do sistema viário, de forma a garantir a transposição da ferrovia que lá existe hoje. Melhorar a ligação entre os bairros, e também diminuir os efeitos da ilha de calor. Que é uma preocupação que nós estamos tendo hoje, aqui, na cidade de São Paulo. E é, realmente, a contrapartida de aumentar a massa arbórea para essa Operação Urbana. Induzir também a mudança de uso em áreas subutilizadas, que é exatamente promover ali, uma expansão de moradia. E também preservando... tendo um equilíbrio do emprego que lá já existe hoje, e promover o adensamento de área próxima, empregos, e moradias. Bom, o parecer, vocês já receberam. É muito extenso, mas foi muito bem construído. A interação entre as Secretarias foi muito boa, na minha opinião, da SMDU e também da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Eu acho que nós podemos partir para as contrapartidas. Exigências para licença ambiental prévia, que é o LAP, exigências constantes da Licença Ambiental Prévia, a LAP. Delimitar e descrever a abrangência territorial do perímetro da Operação Urbana Consorciada Bairro do Tamanduateí, para cada um dos setores nela inscritos. Isso aí seria uma das exigências. Delimitar e descrever o perímetro expandido proposto pela Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí. Novamente, para pegar a antiga operação do Henry Ford Mooca, que então, é a Mooca, Vila Prudente, Ipiranga, e a Vila Carioca. Então a implantação das intervenções, que é o terceiro item também, a implantação das intervenções propostas ocasionadas dentro do perímetro da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí. Esse é o perímetro expandido. Aqui a gente fala de área diretamente afetada, área também de influência afetada. Então, do parecer ali, detalha muito bem, ou seja, também está falando desse perímetro expandido. Ali, SMDU trabalhou bastante, no sentido de que esse adensamento seja bem executado, respeitando o plano urbanístico de arquitetura, que foi aplicado para essa operação.. E mais ao longo da Avenida do Estado, então ali que vai permitir um adensamento maior. Mas ali está respeitando a cota ambiental, respeitando também a permeabilidade dos lotes, e essa cota ambiental vai ter, dentro da sua contrapartida, os empreendedores vão ter que plantar. Ou seja, com a orientação, com o critério, também, a vegetação para poder garantir ali uma melhor qualidade do clima. Para não acontecer essas ilhas de calor, para mitigar. Então fica lá condicionado ao licenciamento ambiental por parte do município, conforme disposições constantes na Resolução número 170 do próprio

## ATA DA 169ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

CADES, ou da legislação que vier a substituí-la. Então quando fala da que vier a substituí-la, porque a gente não pode, aqui, porque tem uma questão que vai depender também do Legislativo. De passar pelo Legislativo. Ficará mantida a necessidade de elaboração do estudo de impacto de vizinhança, construir o relatório de impacto de vizinhança para os empreendimentos, atividades e intervenções urbanísticas localizadas dentro do perímetro da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, em seu perímetro expandido conforme parágrafo 1º do artigo 151 da Lei Municipal que foi aprovado recentemente. 16050, de 2014. 5ª exigência. Para os empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, localizados dentro do perímetro da Operação Urbana Consorciada, do perímetro expandido, deverá ser emitida pelo Conselho Gestor, manifestação favorável à sua implantação, descrevendo e detalhando as intervenções aprovadas. Então vai ter um Comitê Gestor, que vai ser composto por representantes da sociedade civil, vão participar do orçamento ambiental. Então a 6ª exigência é implantar e executar os programas ambientais previstos, garantindo a sua aplicação em todas as obras e intervenções, passíveis de licenciamento ou não. Fica garantido tanto na implantação, e na execução dos programas ambientais previstos. Garantindo a sua aplicação em todas as obras e intervenções. A 7ª exigência. As novas construções ou reformas com acréscimo de área devem atender a faturas de eficácia ambiental, a partir de indicadores de cobertura vegetal, ali. O efeito de ilhas isoladas de calor, e nós estamos tendo hoje, nessa região, e de drenagem também, dos empreendimentos ... obedecendo a pontuação exigida pela cota ambiental, parâmetro proposto pelo (incompreensível) vigente, que regulará a matéria, visando melhoria das condições microclimáticas, e mitigação gradual do efeito de ilha de calor. Um ponto muito positivo, que a Câmara Técnica, juntamente com a Comissão do EIA/RIMA, (incompreensível) em cima disso. A exigência número 8. Nos projetos de construção de habitação de interesse social, adotar normas de construções saudáveis e sustentáveis, considerando os impactos positivos que essas normas aplicadas geram na qualidade de vida e mitigação da ilha de calor. Então o item 8 e o 7 estão juntos, ali. Um reforça, principalmente, a construção de habitação de interesse social. A exigência número 9. As novas construções ou reformas com acréscimo de area devem implantar sistema de uso racional da água, reuso da água, capacitação e utilização da água de chuva, e considerar a instalação e utilização de equipamentos de geração de energia elétrica, telhados verdes, ventilação e luz natural, calçadas permeáveis e coleta seletiva. Também, nós temos que nos preocupar com o uso da água. E a maior parte aqui da cidade de São Paulo é servida pelo sistema Cantareira, e nós nem conseguimos ainda repor o volume morto. Dos três, só foi reposto pelas chuvas, só dois volumes mortos. Realmente temos que nos preocupar com o uso racional da água, e também os consensos de usos sustentáveis de energia limpa. É muito importante também, colocar essa exigência com relação ao uso racional, e também a adoção de células fotovoltaicas, e ver com

## ATA DA 169ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

(incompreensível), ou seja, que São Paulo, antes do Fernando Haddad, era abaixo de 1%. Então tem uma meta que foi estabelecida na atual gestão do Fernando Haddad, de aumentar a coleta seletiva de lixo. Acho que é bom, porque é uma operação para até 2040. Então é bom já pensar, também, na coleta seletiva de lixo. A exigência 10. Os projetos de novas construções ou de reformas, incluindo usos residenciais, e assim também da habitação de interesse social, e também da habitação do mercado popular, ou não-residenciais, em quadras situadas total ou parcialmente em planícies aluviais, e áreas de risco de inundação deverão: item A, ser realizadas após a execução de obras de caráter estrutural de macrodrenagem e microdrenagem, para as funções das inundações do entorno do lote. Então a gente sabe que hoje, nessa região, a gente tem esse problema aí de inundação com maior intensidade, com maior frequência, no período de grandes chuvas. Item B. Comprovar previamente por meio de estudos com parecer contendo a garantia de que as inundações do entorno do lote não ocorram, e já foram solucionadas por meio das medidas mitigadoras de obras estruturais de contenção de inundações na região. Se não for comprovado, precisa comprovar previamente, por meio de estudos para garantir que as inundações do entorno do lote... mitigar isso ou resolver isso de vez. A exigência número 11. Os projetos de novas construções ou de reformas com acréscimo de área, incluído usos residenciais, e assim também habitação de interesse social, e habitação do mercado popular, ou não-residenciais, em quadras situadas total ou parcialmente em planícies aluviais, aluvião, deverão apresentar uma taxa de permeabilidade mínima de 30% da área do lote. Ficamos ali nos 20, 25, enfim, ainda está aberto para ser discutido aqui nesse plenário também. Mas nós estamos achando que o mínimo de 20%. Se não for 30, mas o mínimo de 20% do lote, para garantir essa permeabilidade. Que vai ajudar também, na questão de evitar e mitigar as enchentes que nós temos hoje, ali, nessa região. O item número 12: para os empreendimentos situados no perímetro da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, localizado na várzea dos rios e córregos existentes, deverá ser restrito ao número de pavimentos subsolos, de modo a preservar o nível do lençol freático, e evitar o bombeamento de água. Exigência 13: prevê medidas estruturais de macrodrenagem de modo a minimizar a ocorrência de inundações ao longo dos cursos d'água existentes no perímetro da Operação Urbana Consorciada dos Bairros do Tamanduateí, e em seu perímetro estendido. Tem que prever essas medidas estruturais, de macrodrenagem, para poder mitigar, ou resolver de vez, as frequentes inundações que nós temos hoje na época de grandes chuvas. Então, a exigência número 14: para a implantação das intervenções propostas da Operação Urbana Consorciada dos Bairros do Tamanduateí, também, os níveis de ruído deverão estar de acordo com os parâmetros de incomodidade previstos no plano regional estratégico, e com as disposições constantes na Norma 10151 de 2000, da ABNT, dependendo de sua restrição. Exigência número 15: para a implantação das intervenções propostas da Operação Urbana Consorciada Bairros do

## ATA DA 169ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Tamanduateí, deverá ser previsto o controle de vibrações de modo a não provocar alterações de instabilidade dos solos. Eu tenho uma preocupação também com a incomodidade, com o ruído, quer dizer, os níveis de ruído, como também da vibração, dependendo aí do tipo de construção que vai ser, ou a solução que vai ser adotada. Exigência 16, em todas as áreas identificadas como potencialmente contaminadas, pertencentes à área diretamente afetada que sofrerão interferência direta das obras, deverá ser realizada a avaliação ambiental preliminar para cada área, conforme orientações contidas no manual de gerenciamento de áreas contaminadas, e o manual da CETESB, que está em vigor desde 2003, e da nova técnica ABNT/NBR 15515-1, de 2007. Foi feita uma errata aí, uma de 2011, então está mais atualizado. E demais legislações pertinentes. Os estudos deverão conter a assinatura por responsável técnico, com registro do respectivo conselho profissional. Das áreas com desapropriação, informar quando possível, o número do processo administrativo, de que trata a desapropriação do imóvel. Então é uma preocupação importante, a Câmara Técnica foi incluída essa exigência de áreas contaminadas. Item 17: todas as áreas identificadas como suspeitas de contaminação, isso vai reforçar o item 16, pertencentes à área diretamente afetada que sofreu interferências diretas das obras, deverão ser realizadas a avaliação ambiental preliminar, e investigação com foco confirmatório, conforme orientações contidas no manual de gerenciamento de áreas contaminadas, CETESB/2003, e também das novas técnicas ABNT/MBR 15515, de 2007, com a errata de 1/2012, e o ANBR 1542/2007, e a NBR 15495/2007, e demais legislações pertinentes. Os estudos deverão conter assinatura por responsável técnico, com registro com o respectivo Conselho Profissional. Nas áreas com desapropriação informar, quando possível, o número do processo administrativo, que trata da desapropriação do imóvel. Isso é levado muito a sério aqui, pela nossa Secretaria, pelo Verde, e também pelo DECONT. Está reforçado aqui suspeita de contaminação também, tem que tratar essa situação, e apresentar solução. Antes de o empreendimento ser viabilizado, em locais ou em lotes que tenham contaminação. Item 18: Em todas as áreas identificadas como contaminadas, contaminadas sob investigação, em processo de monitoramento para reabilitação e reabilitadas, pertencentes à área diretamente afetada, que sofrerá interferência direta das obras, deverá ser apresentada a manifestação da CETESB, favorável à intervenção e/ou mudança de uso a ser realizada pela Operação Urbana. Das áreas com desapropriação informar, quando possível, o número do processo administrativo que trata da desapropriação do imóvel. A CETESB vai ter também que se manifestar junto com a Secretaria do Verde, nessa situação, da exigência do item 18. No item 19, a exigência 19, a aprovação do projeto de parcelamento do solo, edificação, mudança de uso, ou extração de equipamentos que necessitem de autorização especial, e imóveis públicos ou privados, considerados contaminados, suspeitos ou com potencial de contaminação por material nocivo ao meio ambiente e à saúde pública, ficará condicionada à

ATA DA 169ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

apresentação, pelo empreendedor, de relatório técnico conclusivo de investigação ambiental do imóvel, para uso existente ou pretendido, assinado por profissional habilitado, o qual será submetido a apreciação e deliberação da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, através do Departamento de Controle de Qualidade Ambiental - DECONT, respeitada a legislação pertinente em vigor, por meio de autuação de processo administrativo em SVMA, referente ao Acompanhamento dos Estudos de Investigação Ambiental. Essa exigência tem que realmente ter um acompanhamento. Se houver material nocivo que é prejudicial à saúde, nocivo à saúde das pessoas, então precisa ter, realmente, uma exigência bem criteriosa, e de forma que a gente possa evitar, e garantir que esse tipo de solo que for encontrado naquela região, pelos usos que tiveram no passado, de indústrias, que realmente seja totalmente resolvido. Para que não traga mais riscos na continuidade desses lotes ou dessas áreas, para realmente, resolver essa contaminação, até o descarte correto também, desse solo tratado. Quer dizer, se estiver contaminado, e trazendo risco ao meio ambiente e à saúde das pessoas. O item 20, Perfazer, nos moldes do que estabelece o PDE, nos lotes dos novos empreendimentos ou reformas com acréscimo de área no perímetro da Operação Urbana Bairros do Tamanduateí, faixas de permeabilidade perimetrais contíguas ao lote, devendo estas serem arborizadas nos moldes da legislação municipal vigente a época, distribuída em faixas perimetrais contíguas ao lote. Como eu falei novamente, então a gente ficou entre os 20, 30% então mas, enfim, estamos trazendo aqui para o CADES, com muito bom senso, para realmente, ser factível, a viabilidade dessa Operação Urbana, se os 30 está bom, ou ficamos nos 20%. Bom, o item 21, perfazer, no mínimo, 30% de permeabilidade da área dos lotes dos novos empreendimentos com área igual ou superior a 10.000 m² e possuam Coeficiente de CA-4 e superior, inclusive as HIS e as HIS e as HMP edificadas em ZEIS, com arborização distribuída de forma que estas constituam área de convivência para a comunidade. Enfim, está contemplando ali, áreas verdes. Que sejam áreas comuns de convivência. Item 22, proporcionar às vias de circulação interna de pedestres e veículos dos novos empreendimentos ou reformas com acréscimo de área, maior permeabilidade por meio do uso de pisos drenantes, compostos preferencialmente de materiais de alta porosidade. É uma exigência, uma preocupação importante, para que realmente, a gente garanta que os materiais a serem utilizados aí onde que é permeável ou não. Para garantir maior permeabilidade para essa Operação Urbana, do solo. Exigência 23. Os lotes marginais aos cursos de água do Rio Tamanduateí, Rio Ipiranga e Córrego do Moinho Velho, deverão contar com uma faixa mínima de 35 metros de profundidade, a partir da frente do lote, de área permeável, arborizada, de amplo acesso ao público, promovendo assim, uma recomposição da APP. Onde esta poderá fazer, integral ou parcialmente, os 30% de permeabilidade de cada lote. Então aqui já tinha sido também uma... Não estão pedindo os 30% dessa situação. Ou integral, ou parcial. A 24ª exigência. Incrementar a arborização urbana desde o primeiro ciclo da Operação Urbana.

## ATA DA 169ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Ações de plantio devem focar prioritariamente, as vias estruturais. Realmente, hoje, quer dizer, as principais vias, hoje, têm muito concreto. Arenoso. Então essa é precisamente essa preocupação do paisagismo, enfim, para melhorar, mitigar a questão também do ar, da poluição, e combater também as ilhas de calor. Então é uma exigência também, importante. Exigência 25ª. Realizar plantios de exemplares arbóreos de acordo com as normas de arborização urbana vigentes à época. Atualmente, a Lei Municipal 13.646 de 2003, que versa sobre o plantio da arborização urbana, e do manual de arborização urbana de 2015. Tem o manual muito bem trabalhado elaborado pelos nossos engenheiros agrônomos da Secretaria. Nós tivemos recentemente muitas árvores caindo em vários pontos de São Paulo, que causou, até mortes. O plantio de árvores que foi realizado lá no passado. Então esse manual orienta, e os engenheiros agrônomos que participaram desse atual manual, é para realmente fazer o plantio... das espécies também que são mais indicadas para o plantio, para evitar o que aconteceu agora, infelizmente, recentemente, nessas ventanias que tiveram aqui na cidade de São Paulo. Fortes ventanias, que derrubaram várias árvores, inclusive causando mortes, infelizmente. Então esse manual foi bem trabalhado pelos engenheiros agrônomos daqui da própria Secretaria. Essa arborização. De forma correta, para mitigar, também, esses riscos, que nós estamos tendo hoje, de árvores de grande porte, riscos para a população, e também, outros riscos com associações aéreas, elétricas. Então mais para frente, a gente também vai exigir que a fiação seja enterrada. A cidade de São Paulo já deveria ter feito isso já, há mais tempo. A 26ª exigência. Instalar os parklets de acordo com o Decreto 55.045, de 16 de abril de 2014. 27ª exigência. Implantar pocket parks, parques ao longo da Rua Silva Bueno, setor Ipiranga, e demais setores que o adensamento vem assim, justificar. 28ª exigência. Implantar boulevards com a maior fração possível de áreas permeáveis, passeios semipermeáveis, drenantes, além de obrigatória arborização. Sempre, ali, onde tem o espaço de convivência de comuns, a arborização estar presente. E a obrigatoriedade da arborização. 29ª exigência. Condicionar o licenciamento e não os empreendimentos ao cumprimento da Lei 13.119 de 2004. Esse é o decreto regulamentador. 30ª exigência. Empreendimentos edificados após a Lei número 13.119 de 2004, nas áreas da Operação Urbana, e em desacordo com a mesma, deverão ter um prazo estipulado pelo Legislativo, para adequação à mesma. Aqui temos também, a questão do cumprimento dessa lei. Mesmo nas edificações que foram anteriores à essa lei. Exigência 31ª. O projeto executivo das praças, dos parques, e dos pocket parks a serem implantados na Operação Urbana Bairros do Tamanduateí deverão ser analisados e aprovados por órgãos competentes ligados à autarquia municipal. Exigência 32ª. Implantar, nos primeiros ciclos da Operação Urbana, os parques, praças e parques lineares propostos no projeto. 33ª exigência. Sujeitar parques e áreas verdes associadas às estruturas de drenagem a norma que diminuam a saúde pública. Nós temos que mitigar totalmente, ou resolver totalmente a questão das enchentes, que lá

ATA DA 169ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

têm hoje. E uma das coisas também é os parques... a gente (incompreensível) com mais parques, e áreas verdes, associadas às estruturas de drenagem, com certeza vão diminuir esse risco. 34ª exigência. Atender às diretrizes do GTAC/SVMA, inclusive novas praças, parques e áreas verdes, de acordo com a Informação Técnica nº 288/GTAC/2015. Uma série de exigências importantes que tiveram nessa informação técnica. 35ª exigência. Realizar limpeza e manutenção periódica, das áreas alagáveis, cuja responsabilidade deverá ser delegada ao órgão competente ligado a autarquia municipal. O órgão competente a essa manutenção periódica, também estão reforçando a nossa preocupação de deixar essa exigência. Que a gente sabe que em gestões anteriores, essa falta de manutenção acarretou transtornos, na época de chuvas, para várias pessoas, para a população, e para vários bairros da cidade de São Paulo, por falta de manutenção. É muito importante, realmente, reforçar aqui, da nossa exigência, a limpeza e manutenção dessas áreas alagáveis. Onde vai ter ali uma estrutura, ou um sistema de drenagem. Para funcionar bem, essa limpeza e manutenção periódica tem que acontecer rigorosamente, todos os anos. 36ª exigência. Implantar o parque proposto na Avenida Indianópolis com a garantia mínima de 90% de permeabilidade e arborização. E de acordo com as demais leis municipais vigentes. Foi um percentual alto, mas importante, também. 37ª exigência. Destinar às faixas verdes, canteiros e com dimensões que permitam o satisfatório crescimento das espécies arbóreas plantadas nesses locais. Então isso também está ligado àquela exigência do novo manual de plantio, de manuseio, e também da adoção das espécies arbóreas para a cidade de São Paulo. Escolher bem, e também plantar e a condução também. No manual também prevê que não pode plantar onde tem fiação aérea. E também não pode deixar a árvore ali, meio inclinada, porque vai ser um risco futuro. Muito bem. 38ª exigência. Incluir a previsão de obras de limpeza, e revitalização do Rio Tamanduateí, desde os primeiros ciclos da Operação, de forma a promover uma melhoria na qualidade do curso da água. Bom, ao longo do percurso todo do rio Tamanduateí, vai ser trabalhado um projeto de drenagem, para que realmente a gente não tenha problemas para a população, iremos ampliar com essa Operação Urbana Consorciada, mais residências. Então a gente tem que se preocupar com a drenagem. Está naquele nicho da nossa apresentação, o que norteou os nossos princípios. E a enchente está também, sendo uma das premissas. Um dos objetivos para a gente resolver de vez essa situação das enchentes. 39ª exigência. Os projetos de novas construções ou de reformas com acréscimo de área, incluindo usos residenciais, e assim, também, habitação de interesse social, e habitação de mercado popular, ou não-residenciais, em quadras situadas total ou parcialmente em planícies aluviais ou aluvião, deverão comprovar previamente, por meio de estudos com parecer contendo a garantia de que a obra considera o risco de recalque das fundações, a estabilidade precária das paredes de escavação. A possibilidade de solapamento das margens dos cursos d'água, a pouca profundidade do lençol freático. Então, solos com

ATA DA 169ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

baixa qualidade de suporte ou sérios problemas de enchente, e dificuldade para implantação das obras de saneamento do sistema viário. Então, aqui também, nós achamos importante manter essa exigência. Porque já tivemos situação aqui, de empreendimentos... que onde tem o lençol freático ali, muito próximo à superfície, ou também o risco de recalque das fundações, prejudicando o entorno. Então nós achamos muito importante manter também essa exigência, para que a gente não tenha situações dos que já estão lá instalados, ou alguma obra que venha a surgir, com essa preocupação, aí... o risco dos recalques das fundações, que pode comprometer também a estabilidade (incompreensível). Por isso, nós achamos importante de manter também essa exigência. Exigência 40. As demolições deverão apresentar, na sua fase inicial, informações técnicas a respeito da composição do volume a ser removido dos locais de destinação do entulho, dos métodos adotados para monitoramento do material partilhado em suspensão, a serem apresentados ao setor de saúde ambiental da Secretaria Municipal de Saúde. Então, realmente, esse monitoramento é muito importante, e também a destinação correta desses materiais que possam trazer risco à saúde da população. Exigência 41ª. Garantir a implantação de rede pública de equipamentos de saúde, educação, cultura, esportes, assistência social, compatível com a demanda gerada pelo incremento populacional proposto para a região. A implantação desses equipamentos deverá estar de acordo com o planejamento das Secretarias responsáveis, Plano Diretor, e Lei Municipal do Uso e Ocupação dos Solos vigente. Então nós estamos, quer dizer, com a Operação Urbana Consorciada dos Bairros do Tamanduateí, construindo mais moradias. Nós temos que garantir aí a implantação dessa rede de equipamentos tanto de saúde, educação, cultura, esportes. Também lazer, junto aí, para essa população. E assistência social também. E as Secretarias do Verde, SMDU, Saúde e a Educação, vão ter que trabalhar conjuntamente para garantir a implantação desses equipamentos. A Secretaria do Esporte, também vai ter que estar junto. A de Assistência Social. Então esse é um item muito importante, a partir do momento que for dando certo nossa reunião do CADES, e dando prosseguimento a essa importante Operação Urbana Consorciada, então nós temos que acompanhar e as Secretarias envolvidas precisam estar juntas para garantir essa 41ª exigência, que são os equipamentos de saúde para a população. Os equipamentos sociais para a população. Que estão hoje, e aquelas que irão para lá, depois dessa Operação Urbana ser submetida, e aprovada por esse importante colegiado, o CADES. 42ª exigência. Conciliar os projetos da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, com a preservação da memória e a valorização arqueológica e histórica da região. E então o 43º também, que são os órgãos de preservação do patrimônio arqueológico histórico e cultural, e ambiental, então têm que estar presente aí, e se manifestando e como houve também interações em diversos momentos, com o CONDEPHAT, com o COMPRESP, com o IPHAN. As exigências nºs. 42ª e a 43ª e a 44ª, vão com esse propósito mesmo. A exigência 44ª é atender integralmente as diretrizes

ATA DA 169ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

apresentadas pelo CONDEPHAT, COMPRESP e IPHAN. É muito importante preservar a história, o patrimônio histórico e cultural, nessa Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí. É muito importante que a gente, realmente, coloque essas exigências, essas três, a 42ª, 43ª e 44ª. Muito bem. 45ª. Incentivar a doação de partes de lotes particulares para a implantação de melhoramentos viários previstos, mediante contrapartida de potencial construtivo. Então temos o conceito de potencial de contrapartida de potencial construtivo que têm que ser destinadas para melhoria dos viários previstos. Essa contrapartida que vai gerar mais recursos dos empreendimentos que surgirão com a Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, também vai ter um Comitê Gestor que vai aplicar esses recursos para essas melhorias, que vai acompanhar a aplicação desses recursos, oriundos de outorgas. 46ª exigência. No caso de implantação das intervenções viárias, promover o enterramento das redes aéreas. Realmente, isso é uma exigência muito importante. De modo a garantir a melhora da paisagem urbana da região. Então essa exigência, realmente, tem que se fazer cumprir. Mas vai ter que garantir recursos do próprio empreendedor, enfim, como contrapartidas. Depois dessa operação a ser apreciada, pelo CADES, e dando prosseguimento, dando certo, então essa exigência também é importantíssima. 47ª exigência. Garantir a utilização de calçadas permeáveis e de padronização de passeios públicos para implantação dos melhoramentos viários, de acordo com as especificações da legislação vigente. Com a expectativa de vida que nós temos hoje, mais longa, então hoje, as pessoas querem curtir. O cidadão quer passear, ou fazer uma caminhada, ou passear com o seu animal, com o seu cão. Hoje tem até uma pesquisa que foi feita, a quantidade de animais que nós temos aqui na cidade de São Paulo. E as pessoas precisam da calçada para o seu bem-estar, também. Garantir também o passeio, para que o cidadão possa sair, curtir mais a cidade. 48ª exigência, aumentar a oferta de sistema de transporte coletivo, por meio de modais de média e alta capacidade, tendo em vista o acréscimo da demanda resultante do adensamento populacional previsto. Então, realmente, tem que acompanhar. Essa Operação Urbana vai ser importante. Vai promover de realizar mais moradias, perto ali, onde já têm hoje emprego. Manter esse equilíbrio, também, de empregos e moradia e serviços. Nesse período de 2015 até 2040, têm também que acompanhar o investimento sobre o sistema de transporte coletivo por meio dos modais. Hoje já tem um bom sistema de transporte público. Mas com o aumento da população, temos que acompanhar também os investimentos no transporte público, do município em parceria com o estado, parceria com o governo federal. Isso é importantíssimo. É a questão da mobilidade. 49ª exigência. Promover e consolidar o sistema de circulação e conexão cicloviária, por meio da implantação de ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas, compatibilizados com outros modais de transporte, visando o conforto, a segurança dos usuários, e o aumento da mobilidade da qualidade de vida da região. A ciclovia está dando certo. Eu tenho dois filhos. O meu filho mais velho, vai trabalhar com a bicicleta.

## ATA DA 169ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Levanta cedinho, e usa. Enfim, nós, que somos de uma outra geração, então não estamos acostumados, mas essa nova geração que está vindo aí está aderindo. A exigência 50ª. Promover a implantação de sinalização cicloviária para ciclos e bicicletários integrando a rede cicloviária junto às áreas de parques e praças, terminais e estações de transporte público coletivo, visando o conforto, a segurança dos usuários, e o aumento da mobilidade e da qualidade de vida na região. Então reforçando a 51ª exigência. Promover, por meio das intervenções propostas, a requalificação do passeio público, faixas de pedestres, transposições, passarelas, visando a priorização do pedestre, e seu pleno acesso ao espaço urbano. Então, realmente, promover esses espaços urbanos, as pessoas possam utilizar, e trazendo qualidade de vida. Isso é fundamental. 52ª exigência. Atender as diretrizes e legislações vigentes de garantia de acessibilidade universal, na implantação de equipamentos públicos e sociais, áreas verdes, e equipamentos da infraestrutura urbana. Por falar em acessibilidade, não sei se cabe aqui também, as cidades que estão bem mais à frente, como os países nórdicos, e algumas cidades também da Europa, lá também, em algumas praças, ou desses espaços de convivência, também é banda larga, o "Wi-Fi". Então hoje está tendo já medições, franqueamentos nos aeroportos internacionais. Todo mundo está conectado, todo mundo está na internet. Então até uma das metas, que a Secretaria de Serviços do nosso município aqui da cidade de São Paulo, na gestão do prefeito Fernando Haddad, não sei se caberia colocar aqui também nessas praças, acesso à internet. Fica aqui a sugestão. 53ª exigência. Promover o adensamento da área, aproximando empregos, moradias e infraestrutura, garantindo a aplicação do modelo de cidade compacta. Então, o modelo da cidade compacta é realmente ter esse equilíbrio, gerando nos bairros que têm nessa situação da operação urbana, de empregos ali. Manter os empregos, com crescimento da moradia, e também manter esse equilíbrio também do emprego. Para não virar, depois, somente empreendimentos residenciais, ou predominantemente empreendimentos residenciais, e se preocupar aí, também, de garantir a oferta de empregos e de serviços. Então por isso que está aí essa 53ª exigência. Exigência 54ª. Em relação às remoções e reassentamentos, deverá desenvolver: item A, programa de comunicação social para todo o período de execução da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí. Letra B, programa de atendimento econômico e social. C, programa de reassentamento da população diretamente afetada pela Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí. D, cadastramento socioeconômico atualizado da população moradora a ser removida para habitação de interesse social, assegurando-se o reassentamento definitivo de todas as famílias atingidas pelas obras e outras intervenções. Então isso aqui é importantíssimo, que esse cadastramento seja feito, ou seja, assim que a Operação Consorciada, passar por essa Secretaria, for encaminhado, transformar-se em lei, na sua aplicação e na sua execução. Não podemos tirar essas pessoas para se deslocarem para lugares mais distantes. Então tem que garantir aí o

## ATA DA 169ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

deslocamento dessas famílias, mas dentro da própria Operação Urbana Consorciada. Então por isso que tem que garantir ali, a habitação de interesse social nessa Operação Urbana. Item E. Previsão de glebas e terrenos para a produção habitacional de interesse social, dentro do seu perímetro de abrangência, ou perímetro expandido. F. Termo de cooperação técnica, definindo as responsabilidades institucionais para viabilizar a execução da habitação de interesse social, dentro do seu perímetro de abrangência ou perímetro expandido. 55ª e última exigência. Ou não. Se alguém quiser fazer mais uma exigência. Então 55ª aqui, que nós estamos propondo. Em relação aos processos desapropriatórios, deverá desenvolver, letra A, definição de áreas pretendidas para implantação de melhorias viárias, alargamento de vias existentes, implantação de novas áreas verdes, equipamentos sociais das estruturas de drenagens propostas e implantação de habitação de interesse social, inerentes à Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí. Então tem que definir as áreas para atender os interesses aí, da implantação da produção de habitação de interesse social. B. Programa de negociação do processo de desapropriação dos imóveis afetados. C. Posto de atendimento à população afetada pelas desapropriações. D. Cadastramento socioeconômico atualizado, das famílias afetadas pelas desapropriações. São Paulo, 12 de junho de 2015, que foi 6ª feira. Foi uma data que aproxima as pessoas. Dia dos namorados. Então é o nosso relato. Eu quero parabenizar novamente a Câmara Técnica, do EIA/RIMA, que realmente deram sua contribuição. Ao Marcelo que presidiu, em nome do Júlio, todos os técnicos da Câmara Técnica. Obrigado.

**Coordenadora Geral Claudete V. Carvalho:** Obrigada, Conselheiro. Abrimos o debate. Conselheiros, ao final nós temos que fazer a votação desse parecer. O parecer com alterações. Então os Conselheiros que tiverem proposta de alteração devem fazer a proposta, indicando já o item a ser alterado, até porque no final, nós vamos fazer a votação. Inscrições abertas. Conselheira Cecília. Conselheiro Fernando. Cecília. Conselheiro Ivo.

**Cons. Cecília:** Bom dia. Sou Cecília do Morro do Querosene. E na verdade, eu não estou propondo alteração. Eu só peço esclarecimento aqui, para algumas questões assim, que me apareceram. Primeiramente, eu queria entender o seguinte: o senhor Marcelo de Mendonça Bernardini, ele tomou posse hoje, não é? No nosso Conselho? Não foi o começo da nossa reunião?

**Coordenadora Geral Claudete V. Carvalho:** É. Mas ele já estava participando da Câmara Técnica representando SMDU desde junho. Então ele estava bem a par.

**Cons. Cecília:** Mas então, ele não pode entrar na lista de Conselheiros. Ele ainda não era Conselheiro nesse momento.

## ATA DA 169ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

(colocação fora do microfone)

**Coordenadora Geral Claudete V. Carvalho:** No microfone, Conselheiro, por favor.

**Cons. Marcelo de Mendonça Bernardini:** A minha designação no Diário Oficial foi anterior, na verdade, a essa reunião. Eu não tenho a data precisa.

**Cons. Cecília:** Agora, de qualquer maneira, eu gostaria de entender o que é tomar posse dentro de sei. Eu gostaria que alguém me explicasse isso. Tomou posse hoje, que estamos no dia 17 de junho, e aqui, esse documento está assinado no dia 12 de junho. Então primeira observação que eu faço. Eu gostaria desse esclarecimento. É um consórcio entre o poder público, e empresas. Esse consórcio está aqui. Um consórcio SMVC. É o único nome que aparece. A gente não pode ter conhecimento de quais são essas empresas dentro desse consórcio? Ou não existem ainda essas empresas? Que consórcio é esse?

**Cons. Marcelo de Mendonça Bernardini:** Posso fazer desfazer um mal-entendido? Posso me manifestar? Desfazer um mal-entendido. Esse consórcio aqui...

**Coordenadora Geral Claudete V. Carvalho:** Identificação, Conselheiro, por favor.

**Cons. Marcelo de Mendonça Bernardini:** Esse consórcio a que o documento se refere é um consórcio empresas, feito para a realização do estudo de impacto ambiental. Ele não tem nada a ver com a continuidade da operação que ainda depende, na verdade, da aprovação desta operação ambiental, dessa operação. Depois desta aprovação ambiental, será elaborado um projeto de lei que vai ser encaminhado à Câmara, fazendo então, a legislação que compor então o procedimento da Operação Urbana, e aí sim, então... quer dizer, na verdade, esse consórcio a que se refere o documento é o consórcio que foi feito entre empresas privadas única e exclusivamente para fazer o estudo de impacto ambiental. Não tem nada a ver com a Operação Urbana.

**Cons. Cecília:** Então espera um pouquinho. Então essas empresas são reais? Elas já existem? Elas têm nome? As empresas que participaram...

**Cons. Marcelo de Mendonça Bernardini:** Sim. No EIA/RIMA há, inclusive, a relação dos técnicos responsáveis...

**Cons. Cecília:** Dos técnicos destas empresas que participaram para elaboração desse...

**Cons. Marcelo de Mendonça Bernardini:** Do estudo. Não desse. Do estudo de impacto ambiental que é um outro documento, com 1800 páginas, alguma coisa por aí. Por isso é que, na verdade, essa Câmara analisa o parecer técnico e dá um documento de 1800 páginas, que seria um tanto quanto exaustivo. Mas

ATA DA 169ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

na verdade, esse documento está disponível. Na verdade, não só aos Conselheiros, mas a toda a sociedade. Tanto no site da SVMA/CADES, quanto no próprio site da São Paulo Urbanismo, onde ele pode ser consultado, sem problema.

**Cons. Cecília:** Então fica aqui a minha proposta para que isso também conste desse documento. Porque isso que vai contribuindo para a nossa história. Quem foram as pessoas, quais são os... qual foi o autor, quer dizer, quais são os direitos autorais disso daqui? Eu acho que aparecer simplesmente esse CM... essa sigla. Eu acho que poderia... um documento tão extenso. Poderia constar uma listinha, só, aqui.

**Coordenadora Geral Claudete V. Carvalho:** Está no final, Conselheira. Os Conselheiros que assinaram o parecer.

**Cons. Cecília:** Não. Não os Conselheiros que assinaram o parecer. As empresas que apresentaram esse... que participaram do Consórcio. Eu gostaria de conhecer.

**Coordenadora Geral Claudete V. Carvalho:** Ok. Obrigada, Conselheira. A nossa Secretária Julie tem um esclarecimento a respeito da nomeação do Conselheiro Marcelo. Logo em seguida, Delson, de SIURB.

**Julie Secretária Executiva do CADES:** Bom dia. Julie, Secretária Executiva do CADES. Dona Cecília, eu entendo a sua preocupação. Mas eu gostaria de poder informar que a nomeação do Conselheiro Titular Marcelo de Mendonça Bernardini, saiu publicada em Diário Oficial da Cidade de São Paulo, no dia 30/5/2015. A posse oficial é uma formalidade que faz parte do ritual do CADES.

**Coordenadora Geral Claudete V. Carvalho:** Conselheiro Fernando.

**Cons. Fernando:** Fernando Fortes, da Secretaria Municipal de Transportes. Primeiro lugar, senhora Maria Cecília, como a gente está acostumado a lidar com licitações, e contratos eu não sou ambientalista. Eu sou engenheiro civil. Mas a gente mexe muito com contratos, com execuções de obras. Quando você forma um consórcio para participar de uma licitação, ele é uma pessoa jurídica específica. E os técnicos responsáveis pelo consórcio que fez o serviço, eles recolhem ARTs. E a representante do CREA, doutora Francisca, pode também, elucidar melhor. Então essa responsabilidade técnica é inerente ao trabalho técnico feito, e não o trabalho técnico que esse consórcio produziu não é esse relatório. É um estudo de impacto ambiental que, com certeza, ele foi licitado. Provavelmente, essa licitação é pública. Então essas informações são públicas. Elas não têm que constar nesse relatório. Minha opinião. Quer dizer, é claro aqui, os responsáveis pelo relatório é o pessoal do DECONT, e os componentes da Câmara Técnica, eles validam esse relatório ou não. Isso aqui é só uma menção a um consórcio que é uma pessoa jurídica específica, independente das empresas que o compõem. Quer dizer, quando você forma um consórcio, é uma pessoa jurídica específica.

ATA DA 169ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Então, isso aí é só uma colaboração. Como a gente está acostumado a lidar com esse tipo de procedimento, é mais para uma colaboração. Não é uma crítica nem nada. É só para tentar esclarecer. Mas a minha questão não é essa.

**Cons. Alessandro Azzoni:** Não. Só está aqui no próprio relatório, na página 2, que explica o que é a Operação Urbana Consorciada. Na verdade, ela é um conjunto... Aqui... Artigo 32, parágrafo 1. Considera-se Operação Urbana Consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo poder público, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes, investidores, com o objetivo de alcançar uma área. Então quer dizer, quando foi feito isso daqui, tiveram as audiências públicas, foi escutado. Quer dizer, todos os órgãos envolvidos da municipalidade... então isso que eles chamam de consórcio.

**Cons. Delson:** Não. Eu acho que está havendo uma confusão, e a gente está se estendendo demais em uma questão que eu acho que é irrelevante. O consórcio, a operação urbana...

**Coordenadora Geral Claudete V. Carvalho:** Delson, por favor, a identificação.

**Cons. Delson:** Delson Lapa, de SIURB. A Operação Urbana é uma coisa. Quem elaborou o EIA/RIMA é uma empresa contratada através de licitação, aí ela se apresenta como consórcio. Ela tem que constituir o consórcio, registrar no CREA, ela vira uma pessoa jurídica. Então quem fez o EIA/RIMA é esse consórcio CMVC. Ele existe. Não é o Delson... Consórcio CMVC. Fez o EIA/RIMA, contratada através de licitação, tivemos audiências públicas, enfim, todo o processo foi executado. É isso. É só isso.

**Coordenadora Geral Claudete V. Carvalho:** Conselheiro Ivo.

**Orador não identificado:** Porque eu tinha questão específica sobre o...

(colocação fora do microfone)

**Cons. Ivo:** Bom dia a todos. Seja bem-vindo, Secretário. Eu sou Ivo, do Parque Savoy City. Esse documento é norteador. A gente faz a análise dele... eu participei dessa Câmara Técnica. A gente faz, em cima da nossa análise, que a gente vai desenvolvendo o que é melhor para ser atendido. Eu queria falar para os meus companheiros aqui do Conselho, que está acontecendo uma coisa nova. Uma coisa completamente nova. Nós estamos entrando... eu sou um ambientalista em um outro modelo. Um modelo que está levando para a Câmara, para a Câmara Municipal, os entendimentos de fazer a coleta da água... Aqueles pareceres que a cidade já deveria estar produzindo. E só para esclarecimento quando o nosso Conselheiro falou sobre os 30 metros, é que o córrego, ele faz muita curva. Então tem que ter abrangência para poder acolher a água. Só para entendimento. Para que não haja dúvida. E nós só temos que apoiar

ATA DA 169ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

essa ação, porque é a cidade do futuro. Que será... No desenvolvimento da cidade de São Paulo, vão acontecer muitas ações como essa, para poder colocar as pessoas de maneira sustentável. Obrigado.

**Coordenadora Geral Claudete V. Carvalho:** Conselheiro Nelson.

**Cons. Nelson**: Sobre o parecer, gostaria de parabenizar esse trabalho. A gente tem acompanhado desde o ano passado, esse consórcio e as definições desse licenciamento ambiental. E queria chamar a atenção para o seguinte: nós somos habitantes dessa cidade. Portanto a gente conhece e reconhece e sofre o efeito de condições ambientais e de poluentes ambientais que afetam a nossa saúde, afetam a nossa vida. E tem sido extremamente importante para nós, enquanto Secretaria Municipal de Saúde, participar dessa formulação em função de ser uma política intersetorial que tem contemplado essas questões ambientais, relacionados às melhorias das condições de vida, e da proteção da saúde dos habitantes de São Paulo. Então, nós temos aprendido muito com isso. Ou seja, como que a gente produz uma política intersetorial para favorecer a vida das pessoas. E tem muita coisa aí que para nós é importante dessa perspectiva intersetorial, que está contemplada no parecer técnico. Mas tem uma coisa que eu acho que a gente precisa amadurecer, e precisa avançar, e ainda traduzir como exigência, que é identificar quem são essas pessoas que estão sendo afetadas. Porque para a gente ter um ponto de partida, de saber o que a Operação Urbana vai melhorar na vida dessas pessoas. Se melhorou ou não melhorou. Porque aqueles que não vão ficar doentes, todos já sabemos quem são. Porque afinal, elas estão sendo beneficiadas pelo produto da Operação Urbana, vamos dizer assim. Mas existem pessoas que estão nesses passos, que já sofrem das condições urbanas nocivas, e também expostas a essas questões ambientais, que prejudicam a saúde. Então é fundamental que, de algum modo, nas exigências, a gente também possa contemplar isso. Um diagnóstico mais aproximado de quem são essas pessoas, como é que elas estão sendo afetadas, e para a gente ter um indicador de acompanhamento dessas pessoas, e também relacionar a vida dessas pessoas a intervenções que estão sendo propostas, essas melhorias que estão aí nesses 55 itens do parecer. É isso. Obrigado.

**Coordenadora Geral Claudete V. Carvalho:** Delson, depois Fernando. Delson.

**Cons. Fernando**: Então, voltando aqui ao tema, vamos levantar uma lebre aqui, que me causou certa estranheza. O item 10 com relação às obras de macro, a exigibilidade de obras de macrodrenagem previamente à execução. Eu vou ler aqui. *Projetos de novas construções ou de reformas com acréscimo de área, incluindo usos residenciais, e assim também, HIS, HMP, ou não-residenciais, em quadras situadas total ou parcialmente em planícies aluviais, e áreas de risco de inundação deverão ser realizadas após a execução de obras de caráter estrutural de macrodrenagem, e microdrenagem, para solução...* Quer dizer,

ATA DA 169ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

obras de macrodrenagens ou bacias de rios, no município de São Paulo, a maioria delas é responsabilidade do governo do estado. Então eu acho que pode até inviabilizar toda a operação urbana, se você fizer uma exigibilidade, uma obra que não depende do município. Quer dizer, então é um pedido de esclarecimento, e também uma sugestão de mudança disso. Não sei como vai ser reescrito, mas é uma sugestão. Pediria uma colocação do Júlio. Eventualmente, da SMDU também. Mais uma sugestão. Obrigado.

**Coordenadora Geral Claudete V. Carvalho:** Obrigada. Delson, e depois Júlio.

**Cons. Delson:** A questão também mais ou menos parecida com essa, de viabilidade, inviabilidade. Na questão 11, 20, 21, 23, sempre apareceu o fator 30%. Como se os lotes fossem lotes comuns, homogêneos. Eu acho que não. Eu acho que é uma divisão, aí, de lotes. Existem lotes de vários tamanhos, enfim. Então, de repente, sendo uma exigência de 30% em um lote que é menor, pode inviabilizar aquele lote para uma construção, até mesmo de HIS. Porque a conta, às vezes, só para dar um exemplo, a conta é o número de habitações que eu vou ter naquele terreno. De repente, eu consigo construir menos habitações, e essas habitações ficam mais caras do ponto de vista da habitação individual. Mas eu acho que é interessante, aproveitando até que o Gustavo está aqui. Como o Fernando sugeriu. O Júlio e o Gustavo Partezani, de repente, podem explicar melhor para a gente o que significa esse 30% dentro da área de permeabilidade. Eu tenho sugerido a gente de repente pensar em licenças ambientais, com exigências ambientais que devem ser executadas, e aí nós estamos no âmbito da Secretaria do Verde, que olha para a questão ambiental, e recomendações. Porque têm coisas aqui no meio desse parecer, que não é uma exigência ambiental. Eu encararia como recomendação. Porque às vezes, uma exigência aqui, está confrontando com outras coisas. Por exemplo: aumentar a oferta de transporte. Não é função da Operação Urbana, aumentar. Uma exigência dessa baseada em quê? E se a oferta de transporte lá já é boa? Já é suficiente? Então eu acho que a gente precisa tomar um pouco de cuidado com isso, porque senão depois, vira umas licenças que ficam difíceis de cumprir. Ou ficam buracos. E às vezes, o empreendedor cumpre tudo, e aquilo que ele não consegue cumprir, fica irregular. Está irregular. Essa é uma outra colocação que talvez para as próximas, a gente pode pensar nisso. E a última, também pensando... porque eu sou da administração pública, e eu sei o quanto é difícil a gente arrumar mil reais para fazer qualquer coisa. Então otimizar recursos também é sustentabilidade. Então devemos pensar nisso, na hora do licenciamento ambiental. Concordo plenamente que na hora do reassentamento, o cadastro socioeconômico é importantíssimo. Mas na hora da desapropriação, eu não vejo sentido. Eu acho que seria um recurso que a administração gastaria, porque o processo de desapropriação e o processo de reassentamento são coisas diferentes. A desapropriação existe um processo que a Secretaria de Negócios Jurídicos toca, e define-se

ATA DA 169ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

aquele cidadão que será desapropriado, vai lá, paga pelo imóvel dele, e ele vai embora. Na minha opinião, não vejo sentido ter esse cadastro socioeconômico. O que nós vamos fazer com isso? Então, só para pensar: eu sugeriria tirar o cadastro na desapropriação. Obrigado.

**Coordenadora Geral Claudete V. Carvalho:** Ok. Passo a palavra ao nosso Júlio, que foi o relator desse parecer.

**Cons. Júlio:** Vamos lá. Júlio, Diretor do DECONT, documentos desse porte, praticamente, nunca ficam prontos do jeito que a gente gostaria. Se eu pegar esse parecer e marcar uma reunião para daqui 15 dias, com certeza, novas contribuições de grande peso surgirão. E é nessa seara que, às vezes, essas exigências que o Corpo Técnico faz, sempre podem ser melhoradas. Do momento em que o parecer ficou pronto no dia 12 de junho, até hoje, algumas coisas, após várias leituras, a gente percebeu que poderia ser melhorado. Recebemos aí algumas propostas, algumas sugestões da própria SMDU que foi quem fez o documento, e para as exigências 10 e 11, foi proposto um novo texto das exigências, que absorvem todo seu conteúdo, mas são escritas de uma forma que no meu entendimento, e no entendimento de SMDU, seriam melhores. Então, para a exigência 10 - Os projetos de novas construções ou de reformas com acréscimo de área, incluindo usos residenciais, e assim também HIS / HMP ou não residenciais, em quadras situadas total ou parcialmente em Planícies Aluviais, e Áreas de Risco de Inundação deverão: ser realizadas após a execução de obras de caráter estrutural de macrodrenagem e microdrenagem para a solução das inundações no entorno do lote; ou, b.) comprovar previamente por meio de estudos com parecer contendo a garantia de que as inundações no entorno do lote não ocorrem ou já foram solucionadas por meio das medidas mitigadoras e obras estruturais de contenção de inundações na região. O que o corpo técnico pediu? No entendimento do DECONT quando fez essa exigência dessa forma, é que a questão de macrodrenagem precisaria estar saneada por ocasião das implantações. E ainda continuamos entendendo desta forma. Acontece que desta forma como está redigida, talvez causaria algum tipo de problema com o estado, porque macrodrenagem é de competência deles fazerem o licenciamento. E por conta disso, nós escolhemos aí uma melhor redação, que também contemplará a exigência, mas que não causará transtornos no momento da Câmara Municipal colocar essa exigência em forma de lei. Então ficaria assim: a proposta da exigência 10: Em razão da previsão de novas construções ou de reformas com acréscimo de área, incluindo usos residenciais, e assim também HIS e HMP, ou não-residenciais, em quadras situadas total ou parcialmente em Planícies Aluviais e Áreas de Risco de Inundação, a prefeitura municipal deverá realizar constantes gestões, inclusive com propostas de parcerias com outros entes da federação para execução de obras de caráter de macrodrenagem e microdrenagem para a solução das inundações em tais

ATA DA 169ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

locais. O documento vai se aprimorando. Então a proposta de redação para o questionamento do conselheiro Fernando ficaria desta forma. Para o item 11, exigência 11, que também foi colocado pelo conselheiro Delson. A proposta estaria posta da seguinte forma: Os projetos de novas construções ou de reformas com acréscimo de área, incluindo usos residenciais, e assim também HIS e HMP ou não residenciais, em quadras situadas total ou parcialmente em Planícies Aluviais, Aluvião, deverão apresentar uma taxa de permeabilidade mínima de 30% da área do lote. Bom, isso no dia 12 de junho nos pareceu bastante pertinente. Mas lendo e relendo o relatório durante mais algum tempo, ouvindo depois os conselheiros, 30% de um lote superior a 10 mil metros é uma coisa. 30% de um lote de 150 $m^2$, 200 $m^2$, é outra coisa. Acaba, às vezes, que você inviabiliza algum tipo de empreendimento, que pode até ser uma área comercial, que pode gerar emprego, por conta de uma restrição que a gente está fazendo aí, talvez, a maior. Então para esse item o que a gente resolveu fazer? Ao invés de cravar 30%, a gente resolveu colocar o que está definido no Plano Diretor Estratégico, que foi uma proposta feita, já, pela Câmara. No Plano Diretor Estratégico para essas áreas, ele está estabelecendo lá o mínimo de 20%. Então a proposta para o item 11 ficaria assim: A eficácia ambiental de projetos de novas construções ou de reformas com acréscimo de área, incluindo usos residenciais e assim também HIS e HMP, ou não-residenciais, em quadras situadas total ou parcialmente em Planícies Aluviais, Aluvião, deverá ser obtida preferencialmente por intermédio da taxa de permeabilidade do terreno, definido no Plano Diretor Estratégico. Porque, senão, também, as legislações ficam em conflito. O plano diz uma coisa, a gente diz outra. E depois para a gente colocar isso em prática, lá na frente, daqui 5, 10 anos, quando a operação realmente for implantada, é um verdadeiro inferno. Nesse caso aqui, a gente resolveu deixar que o Plano Diretor Estratégico, que já foi um documento muito discutido, estabelecesse essa parte. O que a gente tinha a colocar, para essas exigências seria isso. Algum outro comentário a mais de outras exigências?

(fala sem microfone)

**Coordenadora Geral Claudete V. Carvalho:** Seguimos as nossas inscrições, conselheiros. Júlio terminou? O Júlio fez duas alterações no item 10 e item 11.

**Cons. Júlio:** Nos foi pedido também uma pequena alteração, também para uma melhor redação na atual exigência número 20. Exigência número 20 está assim grafada: Perfazer, no mínimo, 30% de permeabilidade na área dos lotes dos novos empreendimentos ou reformas com acréscimo de área no perímetro da Operação Urbana Bairros do Tamanduateí distribuída em faixas perimetrais contíguas ao lote, devendo estas serem arborizadas nos moldes da legislação municipal vigente à época. Então volta à questão da permeabilidade de 30%. Então a proposta, depois de analisar um pouco mais devagar ficou

ATA DA 169ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

assim. Perfazer, sempre que possível, nos lotes dos lotes dos novos empreendimentos ou reformas com acréscimo de área no perímetro da Operação Urbana nos Bairros do Tamanduateí faixas de permeabilidade perimetrais contíguas ao lote, devendo estas serem arborizadas nos moldes da legislação municipal vigente à época. O que traz isso? Aqui, ele fala de faixas perimetrais, aqui em cima. Nós estamos dizendo que é faixa de permeabilidade. Então para a gente ela tem que ser uma faixa permeável. Ok? E a gente tira esse grafar dos 30% e também remete ao próprio PDE, que já traz isso estabelecido. Fica uma redação mais apropriada.

(fala sem microfone)

**Cons. Júlio:** Perfazer nos moldes do PDE... Ok?

**Coordenadora Geral Claudete V. Carvalho:** Tira então: sempre que possível. Ok.

(fala sem microfone)

**Cons. Júlio:** 21. Então, também foi nos pedido que déssemos um olhar especial na atual exigência número 21. Perfazer, no mínimo, 30% da área dos lotes dos novos empreendimentos ou reformas com acréscimo de área que possuam Coeficiente de Aproveitamento 4 e superior, inclusive as HIS e as HMP edificadas em ZEIS com arborização distribuída de forma que estas constituam área de convivência para a comunidade. O que acabou acontecendo aqui? O que a gente mais ou menos tinha explicado lá, que 30% em uma área de grande porte é uma coisa, e uma área pequena acaba por as vezes inviabilizar. Então a proposta que é pertinente, a alteração pertinente ficaria da seguinte forma: Perfazer, no mínimo, 30% de permeabilidade da área dos lotes dos novos empreendimentos com área igual ou superior a 10 mil $m^2$, e possuam Coeficiente de CA 4 e superior, inclusive as HIS e as HMP edificadas em ZEIS, com arborização distribuída de forma que estas constituam área de convivência para a comunidade. Então nós estamos grafando aqui que nas áreas... a grande maioria das vezes são sempre grafadas em áreas maiores do que a um hectare. Então para áreas maiores que 10 mil metros, 30% de permeabilidade. Para áreas que são inferiores a isso, o PDE vai estabelecer. Está na faixa dos 20%. Ok? Essa ficaria a redação. E por último, nos foi pedido também um olhar especial sobre a exigência número 23, que diz assim: Os lotes marginais aos cursos de água do Rio Tamanduateí, Rio Ipiranga e Córrego do Moinho Velho deverão contar com uma faixa mínima de 35 metros de profundidade a partir da frente do lote, de área permeável arborizada de amplo acesso ao público, promovendo assim uma recomposição da APP. Onde esta poderá perfazer integral ou parcialmente os 30% de permeabilidade de cada lote. É uma questão, essa questão levantada pelo conselheiro Ivo, porque o rio tem os seus meandros, e nos meandros do rio, essa faixa vai mais para

ATA DA 169ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

frente ou vai mais para trás. E aí estabelecer uma taxa mínima, ela é complicada por conta que, às vezes, 35 metros pode não ser o que o código florestal estabelece, ou como pode passar. Então, da forma que a gente achou conveniente estar fazendo a redação seria a seguinte: Os lotes marginais aos cursos de água do Rio Tamanduateí, Rio Ipiranga e Córrego do Moinho Velho deverão atender ao código florestal, contando com uma faixa permeável arborizada de amplo acesso ao público, promovendo assim uma recomposição da APP, podendo tal faixa perfazer integral ou parcialmente a taxa de permeabilidade de cada lote. Então eu estou remetendo para a legislação federal, e ele cumprindo a legislação federal, ele cumpria os preceitos aí que a gente necessitar. Ok? Então essas são as alterações com os textos. Se caso tudo de acordo, depois eu passo para a secretaria executiva, para que ela faça com que essas exigências passem a vigorar com esses textos. Obrigado.

**Orador não identificado:** Então, Júlio, pelo que eu entendi, ficou tudo no mesmo critério, PDE e código florestal?

**Coordenadora Geral Claudete V. Carvalho:** Conselheiros, nós temos várias pessoas inscritas. A próxima é a conselheira Célia. Eu pediria que todos os conselheiros observassem o tempo de 3 minutos. Por favor.

**Cons. Célia:** Eu sou Célia Marcondes. E quero falar exatamente sobre esse 23. Mas sobre um outro olhar. Já existe um projeto que tramita por aí há muito tempo, chamado Margens Plácidas. Que na verdade vem do nosso hino: Ouviram do Ipiranga as Margens Plácidas. E é exatamente esse momento para aproveitar e contemplar a figura mais importante que tem dentro desse projeto, que é o rio. Então eu acho que é um momento especial de transformar esse item 23, deixando claro isso. Renaturalizar onde dá para fazer isso, mas contemplar o rio como a parte central de tudo esse projeto. Aí sim, a gente contempla algo que já vem de longa data reivindicando isso. E é histórico, como disse Storopoli, há que se pensar na questão histórica. Eu acho que não há nada mais histórico do que isso aqui. Então deixar muito claro que neste 23 é renaturalizar onde puder, em especial o Rio Ipiranga. Contemplando a questão histórica, paisagística, ambiental em todos os sentidos, na mais ampla condição de se fazer. Obrigada.

**Cons. Cristina Reali:** Queria parabenizar os conselheiros que participaram da Câmara Técnica pelo excelente trabalho. E digo assim, eu vejo que é um relatório totalmente sustentável. Com relação à competência que o conselheiro Delson sinalizou, e muito bem explicado pelo Júlio, eu vejo que conforme dispõe o artigo 23 da Constituição Federal há esse conflito de competência em matéria ambiental dos entes políticos. Então nós temos aqui dos entes políticos e dos entes federativos. No que tange a isso, eu vejo só uma questão de ordem fo0rmal. Como essa narrativa exposta pelo Júlio, acredito eu que não vai ter

ATA DA 169ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

nenhum impedimento. Eu acho assim, é um momento do governo do estado, haja vista a questão da localidade que é o município que detém exatamente essa competência de legislar e de atuar no executivo com os danos ambientais, que é a localização a população, acho que cabe exatamente por conta do artigo 23 haver essa parceria, essa colaboração e esse apoio. Então eu vejo que com relação à questão desse conflito dos entes federativos, acredito que devemos superar. Haja vista, nós estamos diante de um plano sustentável. A que abrange? A questão social, do econômico e ambiental. Com relação, também, as licenças ambientais, como bem colocado, quando se fala em sustentabilidade, fala a questão da ordem econômica. Ter um plano em que viabiliza a sustentabilidade sem ter esse viés do licenciamento ambiental, porque muito da iniciativa privada esbarra com relação a isso, você não tem a licença ambiental. E daí, aquele segmento, aquele setor que quer investir o deixa por força exatamente da complexidade que são as licenças ambientais. O Júlio deve saber muito bem porque ele está diante desses conflitos aí, que gera tanto no governo do estado de São Paulo. Então ter uma cautela de separar o que é exigência e o que é recomendação. Porque caso contrário vai ser inviabilizado pela iniciativa privada investir em melhorar e atender todos esses princípios aqui, que estão expostos. E uma questão de ordem pessoal, que eu tenho observado aqui no nosso município, até um esclarecimento do companheiro relator, professor Storopoli, no que tange a infraestrutura, questão de saneamento. Nós estamos tendo aqui no município de São Paulo alguns investimentos, assim, vai ter um problema muito sério daqui há alguns anos com relação à infraestrutura, a questão de esgoto. Eu estou aqui ao lado de engenheiros, já vi outros conselheiros... a conselheira representando o CREA e outros engenheiros aqui presentes. Mas isso é uma preocupação que já ventilou inclusive na Ordem dos Advogados do Brasil com relação a essa questão. Eu só queria um esclarecimento sobre a questão de saneamento, a questão da infraestrutura. Será que comporta isso? Que eu vejo que há uma falta de investimento, por todo país, mas principalmente aqui no nosso estado, que vai afetar aqui, o contingente do nosso município. Obrigada.

**Cons. Júlia Moreno:** Bom dia. Eu queria parabenizar pelo trabalho. Vou fazer um comentário simples, eu já cheguei a mencionar isso a tempos atrás em relação a todo e qualquer operação urbana. Na verdade se isso já estiver previsto no projeto, por gentileza, me corrija. Eu vi aqui no parecer que diversos equipamentos públicos são mencionados, equipamentos públicos de cultura, de esporte, de educação. E a parte da limpeza urbana ainda é muito vista de maneira corretiva. Então deixa-se sujar para depois limpar. Alguns pontos aí colocados mencionam coisas assim, desse tipo. E a preocupação com que questão da drenagem, com as enchentes e com os alagamentos, ela está bem presente. A limpeza urbana, as enchentes, os alagamentos e a saúde pública estão completamente vinculados. Então eu já cheguei a falar isso antes, volto a dizer, mas a previsão de implantação de ecopontos em uma operação urbana é

02.04.2015 – Visita a Comunidade da Vila Prudente

Visita realizada na Comunidade da Vila Prudente. O encontro foi acompanhado por lideranças locais e moradores. Na sede da associação, foram esclarecidas dúvidas quanto às intervenções previstas para a região.

Fotos

08.12.2014 – Audiência Pública: Licenciamento Ambiental Prévio – CEU Meninos
Transcrição da Audiência Pública para Licenciamento Ambiental Prévio realizada em 08/12/2014
LOCAL: Rua Barbinos, 111 – São Paulo – SP
Horário: 19h às 22hs
Data: 08/12/2014

Objetivo: Discutir questões relacionadas ao Licenciamento Ambiental – Bairros do Tamanduateí – Operação Urbana Consorciada Mooca - Vila Carioca – Resolução nº 069 do CADES de 2002 – Data apresentação – 03/12/2014.

Sra. Ocleres Harkot: Eu, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável Ocleres Harkot, farei a leitura dos procedimentos da Audiência Pública. Relatório de Publicação dos Editais – Audiências Públicas, com o objetivo de discutir questões relacionadas ao Licenciamento Ambiental – Bairros do Tamanduateí – Operação Urbana Consorciada Mooca-Vila Carioca, realizadas nos dias 01 de dezembro, 03 de dezembro e 08 de dezembro de 2014, às 18 horas. Informamos que o Estudo de Impacto Ambiental – EIA-RIMA, do Licenciamento Ambiental Bairros do Tamanduateí, Operação Urbana Consorciada Mooca-Vila Carioca deu entrada na Secretaria do Verde e Meio Ambiente – CADES, e foi publicado e tornado púbico nos dias vinte e um de fevereiro de 2014 do Diário Oficial da Cidade de São Paulo, dia 22 de fevereiro de 2014 de 2014 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, 25 de fevereiro de 2014 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. Em seguida os editais das audiências públicas foram publicados nos dias 07 de novembro de 2014, no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, 08 de novembro de 2014, no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, 11 de novembro de 2014 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, 08 de novembro de 2014 no jornal Folha de São Paulo.
Enviamos correspondência, pelo correio e por email para: Sr. Prefeito, Sr. Governador, os Srs. Vereadores, os Srs. Deputados, Srs. Secretários, Subprefeitos, Presidente da CETESB, Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Coordenador de Apoio às Promotorias de Meio Ambiente, Procurador Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, Procurador Geral do Município, Comandante da Guarda Civil Metropolitana, Conselheiros do CADES e CONFEMA, Conselhos Regionais de Meio Ambiente, Conselhos e Gestores de Parques, ONG's, Ambientalistas cadastradas na Secretaria do Verde e demais instituições constantes da nossa mala direta. O EIA-RIMA e o convite da Audiência Pública, estão disponíveis na internet na página do CADES.
Vou falar para os senhores que nós vamos iniciar a apresentação da Operação Urbana e à esquerda, naquela mesa, para os munícipes que desejarem fazer alguma pergunta, eles tem que se inscrever durante a apresentação e, as inscrições serão encerradas ao término da apresentação. O tempo de fala para os munícipes é de 5 minutos, não podendo fazer réplica nem tréplica por causa do tempo que a gente tem aqui, destinado a esta Operação Urbana. O limite de pessoas, a capacidade do auditório para garantir a segurança de todos. Eu quero registrar a presença do Vereador Dalton Silvano e registrar a presença de Paula Vieira da Câmara Municipal do Gabinete de Vereador Police Neto, Edson de Moraes Bueno – Assessor Parlamentar do Vereador Gilberto Natalini, Eduardo Nagal – Supervisor de Esportes da Subprefeitura do Ipiranga, Clademir Bandeira Alonso – Assistente Técnico da Diretoria Geral da Educação, Emílio Ivo – da Câmara dos Vereadores – Assessor do Vereador Dalton Silvano. Eu quero chamar para compor a nossa mesa o Sr. Júlio Cesar dos Reis, da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, representando o Secretário Vanderlei Meira do Nascimento, chamar o Sr. Gustavo Partezani Rodrigues da São Paulo Urbanismo, chamar o Sr. Thomas Wissenbach, representando o Secretário Fernando de Mello Franco da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Vou passar a palavra para o Sr. Julio.

Sr. Júlio César Reis: Boa noite a todos! É com grande satisfação que eu tenho aqui a honra de inaugurar esses trabalhos aqui da Operação Urbana Consorciada Mooca/Vila Carioca, que é uma oportunidade da Administração mostrar como os senhores poderão ver, o planejamento da cidade para os próximos anos que, de uma certa forma, interferirá na cidade de todos vocês que moram na região. Peço para vocês prestarem bastante atenção porque as explicações que aqui serão dadas serão bastante importantes e, de uma certa forma, vão interferir na vida da vocês num médio e longo prazo para o momento. Então para não me alongar muito vou passar a Ocleres para que a gente aqui dê sequência. Em nome do Secretário Vanderley Meira do Nascimento, quero agradecer a todos a presença e vamos lá, vamos aos trabalhos.

Sra. Ocleres Harkot: Quero registrar a presença e chamar para compor a mesa, o Subprefeito do Ipiranga – Alcides Gaspareto, por favor. Vou passar a palavra para o Thomas Wissenbach, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU.

Sr. Thomas Wissenbach: Obrigado, boa noite a todas e a todos em nome do Secretário municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU – Fernando de Mello Franco, eu quero saudá-los e agradecer a presença e dizer basicamente que essa Operação Urbana Consorciada

Bairros do Tamanduateí ela é fundamental para a gente melhorar a vida na cidade, não só de quem mora aqui, mas que ela tem um interesse e tem uma contribuição para dar, para a cidade como um todo. Do ponto de vista, a Operação Urbana está dentro da macroárea de estruturação metropolitana, segundo o novo Plano Diretor sancionado pelo Prefeito em agosto deste ano, e essa macroárea de estruturação metropolitana que é uma grande área que pega basicamente os grandes rios da cidade, o encontro da ferrovia, ela tem como papel e reequilíbrio das dinâmicas não só do município de São Paulo, mas de toda a região metropolitana e com o objetivo central aproximar a moradia da infraestrutura e do emprego. A gente sabe que o emprego hoje em São Paulo ele é muito concentrado dentro do centro expandido, poucos distritos nas áreas mais ricas da cidade concentram 75% dos empregos, das oportunidades de trabalho, isso faz com que as pessoas tenham que gastar um tempo importante e precioso das suas vidas no caminho de casa ao trabalho, chegando de duas, três, quatro horas por dia, só nesse deslocamento. Então essa Operação Urbana é a primeira que está sendo colocada dentro desse território da macroárea de estruturação metropolitana, são bairros importantes para a cidade porque eles estão localizados em áreas com boa infraestrutura, com transporte público, com trem, metrô, transporte de alta capacidade. É um polo de empregos importante da cidade, de emprego industrial que ainda significa 20% de todos os empregos da cidade, são 500 mil empregos nesse setor hoje, e essa área, esses bairros, eles representam uma parcela importante desse emprego, da logística. É uma área fundamental para abastecer toda a cidade de São Paulo, para abastecer os mercados, para abastecer, enfim, todo o consumo da cidade de São Paulo. Boa parte dessa riqueza passa por aqui e é uma área importante também para que a gente possa trazer, produzir mais habitação, especificamente Habitação de Interesse Social. Então esse projeto é uma grande oportunidade que a cidade está vivendo hoje para que a gente possa melhorar a vida de quem mora aqui e melhorar a vida de todos os paulistanos, com mais emprego, com mais moradia e com mais áreas verdes. É fundamental que a gente possa caminhar nas discussões para promover essa transformação tão importante para a cidade de São Paulo. Muito obrigado!

Sra. Ocleres Harkot: Mesa: Agora eu vou passar a palavra para a empresa responsável pelo Estudo de Impacto Ambiental -só um minuto – vou passar a palavra, por favor, para o subprefeito do Ipiranga.

Sr. Alcides Gaspareto: Boa noite a todos. Gostaria de ressaltar a importância dos dados que serão apresentados da nossa região e agradecendo a presença de todos e todos os da mesa, aos técnicos e autoridade aqui da mesa, e só uma boa noite a todos, agradecemos e obrigado.

Sra. Ocleres Harkot: Vou passar a palavra para o Vereador Dalton Silvano.

Sr. Dalton Silvano: Boa noite a todos, na verdade aqui eu só pedi a palavra para dar uma saudação a todos vocês de todos os movimentos, cidadãos, entidades, organizações que vieram aqui na luta por melhores condições urbanísticas aqui na nossa região da Mooca/Vila Carioca, eu acho de extrema importância essa participação, as reivindicações que virão depois, as falas de vocês e posteriormente esse projeto de Lei, aliás, nem cumprimentei o Gustavo, desculpa aqui, nem cumprimentei a mesa, mas quero aqui cumprimentar especialmente os expositores. Já tivemos várias oportunidades lá na Câmara, o Gustavo sempre presente na convocação das audiências públicas, e não poderia deixar de registrar que participei junto aos demais vereadores, cumprimentar a Paula, o meu colega Police Neto, Gilberto Natalini, participamos do Plano Diretor, vocês também e eu acho que é um momento histórico que a cidade de São Paulo vive e eu não poderia deixar de registrar aqui, Prefeito Fernando Haddad, que permitiu com a questão da aprovação do Plano Diretor, que cada um pudesse aí demarcar seu espaço, lutar pelo seu espaço e para que a gente possa obter, especialmente aumentar a oferta de habitação aqui na nossa região e isso está sendo feito na cidade inteira. Então, era isso que eu queria dizer, mais uma vez, sempre registrar a presença e especialmente até da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que sempre participa e esclarece. Eu já participei de várias apresentações e especialmente do Gustavo e é uma coisa muito bacana de vocês aprenderem aí como é que vai ser a nossa região. Muito obrigado e também um abraço ao meu amigo aqui Alcides Gaspareto.

Sra. Ocleres Harkot: Obrigada Vereador. Agora eu chamo para fazer a apresentação do projeto o Sr. Gustavo Partezani Rodrigues – Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo e vou pedir para desfazer a mesa para que a gente possa ter uma melhor visão do projeto e após a apresentação, a gente retorna. Lembrar aos presentes que aqui à esquerda a mesa de inscrição para fazer perguntas a respeito do projeto e ao final da apresentação as inscrições serão encerradas. Obrigada.

Sr. Gustavo Partezani: Boa noite a todos, boa noite a todas. Obrigado pela atenção de vocês, por estarem aqui hoje conosco nessa terceira audiência da Operação Urbana Bairros do Tamanduateí, que visa licenciar o Projeto Operação Urbana. Eu queria convidar vocês hoje para a gente poder explicar um pouquinho melhor um Projeto de Lei que está sendo desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento

Urbano e pela São Paulo Urbanismo, que visa trazer melhores condições de habitar, de viver, de morar, de estudar, de trabalhar, de se locomover, de usufruir do espaço urbano da cidade para todos os habitantes que moram e que trabalham aqui na região. É uma região bastante grande e eu vou tentar aqui fazer uma tradução do que é esse projeto técnico, numa linguagem um pouco mais acessível para que todos possam entender e aí, sem dúvidas, com as ansiedades e os desejos e as dúvidas alinhadas poderem fazer uma interlocução conosco propondo, questionando, criticando para que a gente possa melhorar esse trabalho e que de fato possa prosperar já no meio do ano que vem, o ano está quase virando, está quase acabando, então a nossa ideia é de que daqui a 6 meses a gente possa enviar isso para a Câmara Municipal para poder discutir e aprovar esse projeto. É um projeto bastante extenso e complexo, então eu vou pedir um pouco da paciência de vocês para agente tentar fazer isso em 40 minutos para que todo mundo possa entender o que vai acontecer em todos os bairros do Tamanduateí.

Eu não sei se tem gente que mora no Cambuci, por exemplo? Na Mooca tem alguém? Ipiranga? Vila carioca? Vila Prudente? Vila Zelina? Então tem gente aqui de diferentes bairros. Eu vou mostrar o que vai acontecer em cada bairro. São sete bairros e depois eu vou mostrar como isso tudo faz sentido no perímetro da cidade e vou contar um pouco como é que a gente está pensando em viabilizar isso. Quais recursos e em que tempo. E é importante a gente entender isso porque isso aqui não é uma obra, o que eu vou mostrar, é um projeto, um Plano que vai acontecer nesse pedaço da cidade num determinado tempo. Então é um pouco isso que vai acontecer, acho que eu vou ficar do lado de cá que é melhor. Vou mostrar o problema, os sete bairros, a proposta final e como é que a gente vai tentar encaminhar isso junto para a realidade. A ideia aqui é realidade, implantação, não é só um projeto que fique como papel, como projeto, mas que ele vire realidade para todo mundo que mora e que trabalha na região. Não dá para falar desse projeto sem antes falar do Plano Diretor que foi aprovado esse ano, em junho, em julho, perdão, sancionado em 30 de julho pelo prefeito, a Lei 16.050 que trouxe uma coisa muito importante para a cidade, essas macroáreas. Isso que está colorido é o Município de São Paulo, o que está em cinza em volta dele é a região metropolitana que tem mais 38 municípios. Naquilo que está colorido, tem uma mancha vermelha escura e muito forte que é o que a gente chama de Macroárea de Estruturação Metropolitana, que é basicamente o entorno dos principais rios e da linha ferroviária que tem a cidade. Tem lá o Rio Tietê que todo mundo conhece, tem o Rio Pinheiros, que todo mundo conhece, tem o Rio Tamanduateí que é o nosso vizinho aqui, na nossa área, e as áreas entorno desses rios e entorno da ferrovia que também tem aqui na nossa área. São áreas estratégicas para o município que precisam ter uma atenção redobrada e um cuidado triplicado, eu diria. Porque são áreas que tem problemas de inundação, de enchente, de alagamento, de contaminação por um lado e por outro lado, são áreas que tem bastante transporte, tem muita oportunidade de emprego, e reúne boas condições de morar, de moradia, de escola, de parque, de praça e é nessa área vermelha que a gente vai trabalhar esse projeto da Mooca/Vila Carioca dos Birros do Tamanduateí, que é o primeiro, a primeira área, que é essa daqui, essa perninha, ligação com o ABC que está aqui. É a primeira área que o Plano Diretor preconiza para que em 2015, ano que vem, daqui a 25 dias, menos de 25, 23 dias, a gente possa, ao longo do ano, protocolar lá na Câmara, o Projeto de Lei que vá transformar essa área. Então nós estamos aqui correndo contra o tempo numa proposta de melhoria para essa região. Essa região é importante, então ela tem que receber um projeto. O que é um projeto? Um projeto é uma estratégia que visa a resolver essas cinco questões preliminares aqui: a primeira questão é elaborar um projeto que melhore com uma etapa de implantação tudo aquilo que vai acontecer na cidade, onde vai ter comércio, onde vai ter serviço e habitação. Ora, se já estão fazendo isso, nós estamos na revisão do zoneamento. Alguém aqui já participou das oficinas do zoneamento que teve esse mês? Alguém, um, dois, três aqui, quatro, cinco, seis. Precisa participar mais, precisa estar mais atento a isso. É o zoneamento que vai definir aquilo que é habitação, comércio, serviço, equipamento na cidade. Já tivemos o Plano Diretor que teve muitos avanços. Esse projeto vai, visa implantar essas definições. Se eu escolher onde vai ter uma escola, esse projeto vai trazer recursos e condições de construir a escola. Se eu discutir que aquele terreno tem que ser uma ZEIS, uma área de habitação, esse projeto vai buscar recursos para comprar o terreno, implantar a habitação. Então existe a diferença entre o que é o Plano, que é para definir os locais das questões, e o projeto, que é para definir a realização. Essa é a diferença. Nós estamos aqui agora discutindo o projeto, que é para como viabilizar a implantação dessas questões. Para viabilizar moradia social, áreas de lazer, mitigar risco ambiental, trazer dinheiro para fazer isso tudo, que sem recurso não é possível, e o que nós estamos fazendo hoje: participação social, controle social, processo de participação social no processo de discussão do projeto.

Hoje é uma Audiência Pública de Licenciamento Ambiental. O que é Licenciamento Ambiental? É o que vai acontecer de impacto na vida de cada um que mora e trabalha e de como a gente vai resolver, quais as medidas que a gente vai resolver esse impacto. Vai mudar a quantidade de gente morando? Vai. Tem uma proposta para trazer mais gente morando, é uma área estratégica, então adensamento, vai adensar a área. Vai trazer problema com transporte? Tem mais gente morando, precisa de mais transporte. Vai trazer impacto com isso. Como é que a gente resolve isso? Vai trazer impacto com corredor de ônibus, praças e parques, áreas para trabalhar, número de creches e escolas, números de UBS? Vai trazer impacto. Para calcular esse impacto a gente realizou um estudo de capacidade de suporte, que é o que avalia a infraestrutura, sem tem mobilidade, se tem água, se tem água encanada, se tem esgoto, se tem drenagem, se alaga, senão alaga. Agente fez um plano urbanístico que traz as benfeitorias necessárias para resolver isso e a gente fez uma avaliação econômica,

como se financia tudo isso. Como que a gente paga essa conta que não é pequena. Para isso gerou um EIA – Estudo de Impacto Ambiental e seu consequente relatório que é o que nós estamos mostrando para vocês hoje e vai mudar nesses lugares, nesses sete bairros, e como é que a gente está propondo sugestões para melhorar a vida das pessoas, que já moram ou que vão morar, que já trabalham ou que vão trabalhar. Isso é um pouco do que é esse impacto ambiental. O relatório, estudo de Impacto Ambiental ele é um pouquinho grande, ele tem 1.700 páginas, se alguém quiser está aqui ao lado, são 04 (quatro) volumes. O nosso exercício foi traduzir isso tudo nessa apresentação para que ficasse viável para todos vocês poderem olhar, assistir e apresentar. Quem quiser e tiver interesse de ter uma leitura, esse estudo está disponível no site do CADES da Secretaria do Verde e também a apresentação da mesma maneira. Vocês podem depois ver pela internet e baixar isso e ter em casa para poder discutir melhor com os seus pares.
Isso é a linha do tempo do que é o projeto. Esse projeto teve a ideia lá em 2002 com o Plano Diretor antigo, 2004, na Lei nº 13.885 – Lei de Uso e Ocupação do Solo, lá atrás, e ele foi se tornar realidade a partir de 2010, 2011, e 2012 quando a gente começou os estudos. Os três estudos: capacidade de suporte, viabilidade econômica e plano urbanístico geraram o plano. Esse plano recebeu contribuições do novo PDE – Plano Diretor Estratégico que eu acabei de falar à pouco e nós estamos aqui: olha nós aqui na Audiência Pública do Licenciamento Ambiental. Depois disso, o que acontece para isso começar a virar realidade? Ora é feito um Licenciamento Ambiental Prévio que é o resultado desse projeto com as opiniões das Audiências. Depois disso há uma minuta de Lei que nós fazemos e enviamos para a Câmara. Na Câmara, mais audiências públicas, debates e mais debates, para depois esse projeto de Lei ser aprovado pela câmara, ser sancionado pelo Prefeito e aí começar a Operação Urbana. É um caminho bastante árduo, a gente precisa de muita energia, tanto nossa quanto de vocês. Então a gente tem que fazer o pacto de entender o que está acontecendo aqui para juntos conseguirmos chegar no final de 2015, quem sabe a gente consegue aprovar essa Lei de uma maneira que em 2016 a gente comece a implantar esse projeto. LAP – é a Licença Ambienta Prévia que atesta a viabilidade ambiental. Ambiental não quer dizer só meio ambiente, da área verde, dos rios, quer dizer também da nossa vida, da transformação que a gente vive, que a gente faz e que a gente recebe do meio ambiente do território, da transformação econômica, da mobilidade, número de empregos, número de pessoas morando, de como tudo isso transforma o lugar que a gente mora e para isso, a gente tem algumas potencialidades desse lugar. Olhamos nós aqui! Esse é o Arco Tamanduateí, que é um dos pedaços da Macroárea de Estruturação Metropolitana. É sobre um pedaço, uma parte desse Arco Tamanduateí que vai incidir essa Operação Urbana. As potencialidades e ampliação de transporte de lata capacidade, que esse lugar é muito bom de transporte. A gente tem a linha do trem, que começou lá no século XIX, faz mais de 150 anos, quase 150 anos que passam por aqui. A gente tem o metrô que chegou à linha 2, que vai chegar na linha 18, que está chegando na linha 15. A gente tem a linha da CPTM, com a linha 10, a gente tem o Expresso Tiradentes lá no Terminal Sacomã, a gente tem a porta de entrada de todo o ABC, região de Santo André, São Bernardo e São Caetano. Tem uma relação de trabalho/emprego/moradia muito próximo. Então, é uma área muito bem servida de transporte, é estratégica. Veja que ela está no centro do município, portanto ela é importante para trazer mais gente morando, aproveitar melhor essa infraestrutura e também trazer mais emprego, manter o que já existem da área industrial como disse o Thomas, da área de serviços, de comércio, mas também colocar outros tipos de empregos e também trazer mais pessoas morando. Precisa de habitação de interesse social e precisa resolver a área de contaminação. As diretrizes para esse projeto, mais gente morando e trabalhando, recuperar os rios e córregos, todas as áreas verdes, propor mais parques, implantar habitação social de mercado popular, preservar o patrimônio histórico e manter o estímulo ao emprego industrial. Mas para isso acontecer, a gente tem que resolver vários problemas que a gente tem hoje aqui na região e alguns dos problemas são estes: desequilíbrio entre moradia e emprego, dificuldade de transpor a ferrovia – Mooca com Ipiranga e vice-versa, Vila Prudente com Vila Carioca. É uma barreira, tem que conseguir articular esses bairros, resolver a questão da drenagem, dos pontos de alagamentos, é muito importante isso, é muito sensível essa região e minimizar a ilha de calor que eu vou mostrar já o que é. O nosso conceito é criar uma cidade compacta, tudo mais próximo para ter uma melhor infraestrutura, para que a gente possa ter mais habitante e mais empregos e assim poder equilibrar a relação habitante/emprego. Vamos ver o problema? Primeiro a conexão interbairros – tanto a ferrovia quanto o rio são transposições que segregam o Ipiranga da Mooca, Vila Carioca, Vila Prudente, Vila Zelina por exemplo. Então resolver essas transposições é uma das questões. Segunda questão é a drenagem: tudo que está em azul aqui nesse mapa é onde alaga aqui na região e é bastante área, tá vendo, alaga por quê? Porque era o leito do Rio Tamanduateí antes de retificar. Quando chove o rio reclama o seu território de volta. Ele não pergunta se tem gente em cima, gente trabalhando, morando, passando? Ele simplesmente pega de volta aquilo que sempre foi dele, da natureza, que é a várzea o rio, que é essa região azul e alaga muito aqui, porque é tudo impermeabilizado, tudo asfaltado, tem muita coisa construída e a drenagem não dá conta, então resolver isso é uma questão. Outra questão é resolver o que a gente chama de ilha de calor. Esse mapa é o mapa, é o mapa técnico da cidade, é onde faz mais calor em São Paulo e olha que coincidência: é o lugar mais quente aqui, aqui está o perímetro, nós estamos aqui, mais ou menos aqui, bem aqui. Vejam o meio da Mooca/Vila Carioca é o mais quente possível, quanto mais vermelho, mais quente. Isso é importante por quê? Porque tem pouca arborização, tem pouca árvore na calçada, tem pouco parque, tem pouca área verde, tem pouco solo permeável que a água pode percolar no solo, precisa aumentar essa demanda e esses índices. Para isso a gente tem que tentar trazer novos critérios de ocupação desses

lotes, propor mais parques, mais arborização urbana, etc. Para tentar deixar esse lugar mais frio, ou um pouquinho mais ameno, vamos entender assim. A gente também tem muita favela e cortiço nessa região. Todos os pontinhos vermelhos são as favelas e os pontinhos pretos são os cortiços, cortiços sempre mais próximos ao centro, à Sé, ao Glicério, Cambuci e as favelas ao longo do rio, bem distribuídas ai. A gente mapeou tudo isso, e atender essas famílias que aí moram, ora atendendo, urbanizando e regularizando o que é possível, ora tendo que realocar, porque está em área contaminada, está em área de risco, em área que inunda, que alaga. Então tem os dois critérios, trazer isso como um problema para resolver é um ponto de pauta da Operação. E aí a gente vai mostrar cada um dos sete bairros, como é que isso vai acontecer e depois eu junto todo esse quebra cabeça no final para a gente ver como é que isso aí vai se realizar.
Eu vou começar pelo Cambuci, parece que não tem ninguém do Cambuci aqui hoje não é? Opa! Levanta a mão forte aí! Vereador do Cambuci, levante a mão Vereador. Então, o Cambuci, Mooca, Ipiranga, o Setor Industrial da Mooca que a gente chamou de Henry Ford, Parque da Mooca e Vila Carioca, Vila Prudente e Vila Zelina – deu sete. São sete bairros e vamos olhar para cada um deles para ver como é que isso acontece. Cambuci são 144 hectares, 1 hectare é mais ou menos 100 por 100 metros: 10.000 m². É como se fosse uma quadra, para quem não tem essa medida muito clara, é como se fosse uma quadra. É como se o bairro tivesse 144 quadras, quadras maiores, quadras menores, mas isso é uma medida boa. Bom vocês conhecem o Cambuci de algumas fotos não é? De algumas imagens, a gente tem alguns pontos importantes como o IAPI do Cambuci, que é o Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Trabalhadores Industriários, dos anos 50, isso é habitação social dos anos 50. Posto de atendimento, aqui está a Sé, Parque Dom Pedro, a gente tem o Outeiro da Glória que é uma Igreja importante, ali no Alto do Cambuci, perto do Largo do Cambuci e a gente tem algumas propostas para o bairro. Primeiro assunto: mobilidade. A questão é melhorar o tráfego na Avenida do Estado trazendo novas vias e abrindo, melhorando novas vias para conexão do bairro, transpor o bairro com a Mooca, através de transposições e tirar o tampão do Tamanduateí. Isto é bastante ousado. Hoje tem o Expresso Tiradentes andando em cima do Tamanduateí. A nossa ideia é recuperar a visão do rio, recuperar o rio em relação à cidade, então trazer isso e permitir que a antiga Rua Ana Nery e a Rua Luiz Gama possam de novo atravessar o rio, porque antigamente podia e aí um bairro ligava com outro. Quem morava aqui e trabalhava aqui e vice-versa, hoje tem que dar um volta danada ou construir passarelas para isso acontecer. Tem um plano cicloviário proposto nas ruas do Cambuci e tem 3 parques: o Parque Lavapés, o Parque Inundável da Silveira da Mota e o Parque Inundável de um futuro parcelamento desse terreno, que chama gleba – não é terreno, que é uma grande área que hoje está o Carrefour. Com esses parques tem um monte de equipamentos existentes aqui no Cambuci e a gente propõe fazer novos equipamentos, uma proposta de colocar novos equipamentos. De saúde, de educação, de cultura, de lazer. No Cambuci tem muitas áreas de ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social. É sobre essas áreas que a gente pretende fazer a habitação social. Essas áreas já foram demarcadas no Plano Diretor, já foi uma conquista do Plano Diretor, o que a gente pretende agora é viabilizar essas áreas, mais ou menos 3.600 unidades é possível viabilizar, de Interesse Social no Cambuci, num total de 7.300 unidades em geral, neste bairro. Então é bastante gente morando aqui, porque dá para morar, porque é perto do centro, perto do emprego, é perto da mobilidade. Olha, eu junto habitação com tudo aquilo que está ligado à equipamentos, à transporte , à bicicleta , à parque para criar a qualificação do habitat, que é o lugar bom de se morar. Vale lembrar gente, que habitação não é só pedir a casa da gente, não adianta só ter casa, se não tem escola, não tem posto de saúde, não tem ponto de ônibus, não tem metrô, não tem trem, não tem emprego perto, aí não é casa! A gente não mora, não vive a nossa vida só dentro de casa, a gente vive a maior parte da nossa vida na cidade. Então qualificar essa cidade é o mais importante para a gente. Aqui é uma maquete eletrônica, é um modelo em 3ª dimensão de como ficaria a proposta do Bairro do Cambuci, com as habitações, a gente tem também aí faixas de arborização urbana sobre a Avenida do Estado. Aqui um detalhe de como seria esse parque impermeável, parque impermeável é um conceito interessante, na verdade é uma área verde que quando está na estiagem a gente pode usar essa área verde, quando está chovendo ela recebe as águas da chuva, ela retarda o caminho das águas e evita que: alaga o parque mais não alaga a sua casa. Essa é a lógica, vocês querem ver como vocês já viram isso alguma vez na vida, pelos menos os mais velhos já viram isso, alguém já jogou bola no campo de canindé aqui? Alguém sabe o que é canindé? Não é o campo da Portuguesa. Canindé é aquele campinho na várzea do rio que quando está seco, a molecada joga bola e quando enche, enche o canindé, ficam só os travessões em cima da água e quando seca de novo, a molecada volta para o canindé. Isso é o futebol de várzea, já ouviram falar de várzea? A origem é isso, não é, essa é a origem real. O vereador está dizendo que era craque do futebol de várzea, depois a gente desafia ele para um futebol. Isso era várzea, isso é o canindé e isso é o conceito de áreas que alagam e depois retraem, e a gente pode usar isso como área verde, como área de lazer e fruição para ajudar a controlar as enchentes. Eu vou falar isso uma vez depois eu não vou repetir mais nos outros porque vão aparecer outros parques inundáveis.
Para a Mooca, 256 hectares, a gente conhece a Mooca e a Avenida do Estado, a gente conhece do Patrimônio Industrial que conta boa parte da história da cidade, a evolução industrial e a pujança de São Paulo começa na Moca, na Barra Funda, na Lapa, no Brás, áreas industriais ao longo da ferrovia. Tem a Avenida do Estado, olha lá o Carrefour que eu falei, tem grandes terrenos, a COMGÁS, a antiga Antártica, tem várias áreas importantes, olha lá a Ambev hoje, a COMGÁS, as áreas industriais aqui junto da linha férrea, áreas à sua maioria contaminadas. Tem problema de contaminação, é perigoso morar aí, tem que descontaminar primeiro. Outras vistas... E a proposta

da Mooca? Também de novo abrir vias e melhorar as existentes, também fazer um plano cicloviário, também criar esses parques. São muitos parques aqui. Nós temos aqui 05 (cinco) parques sendo propostos para a área da Mooca, principalmente junto à linha férrea onde está em área contaminada e nas áreas inundáveis. Olha lá os parques inundáveis que a gente falou. Que são parque lineares que dá para ter playground, jogo de futebol, etc. Quando chove enche d'água, a gente vai para casa e quando secou a gente volta de novo. Muito equipamento proposto em todas as áreas: educação, saúde, cultura, lazer e esportes. Já existem alguns: 38 no caso. Essas são as áreas de ZEIS que a gente pretende colocar habitação e nessas áreas a gente vai qualificar habitação transformando isso em lugar bom para se viver. A maquete eletrônica de como ficaria esse bairro. Aqui é a fábrica da Antártica, Estação Mooca da CPTM, quem conhece lá? Aqui, aquele Porto de Areia que está querendo virar um parque. Por que parque e não outra coisa? Porque é uma área muito contaminada, e o parque, a arborização é possível de se fazer, de se usar enquanto eu descontamino a área. Então, ao invés de se esperar 10, 15 anos para fazer isso, eu começo a fazer já e aí a própria natureza vai se encarregando de fazer isso. Tem uma praça em Pinheiros, que foi feito isso e deu muito certo. O solo elevado, você não pode por a mão no chão, mas você cria áreas de visão e contemplação. E aqui o adensamento proposto naquelas antigas glebas que eu falei, sempre com comércio, serviços no térreo, fachada ativa, fruição, coisas que a gente já viu no Plano Diretor. Aí mais imagens de como pode ficar.

Ipiranga é o maior setor – 400 hectares, e é um setor que está consolidado. A gente conhece o Ipiranga, do Parque do Ipiranga, da Casa do Grito, o bairro com consolidação. Essa é a região que a gente está trabalhando. O Parque é o limite, a Nazaré é limite, é do Parque para lá que é o perímetro da Operação e é uma região já muito transformada, vocês podem ver, só que não está transformada com controle. A gente precisa tentar melhorar essa transformação para trazer mais gente morando e trabalhando. Para isso de novo conexões entre os bairros sobre o Tamanduateí, para isso o plano cicloviário que é importante, criação de 02 parques, já tem o grande Parque do Ipiranga que é um Parque Regional, a gente vai criar parque locais, esses dois parques tem muito equipamento, é um dos lugares onde mais tem equipamento é o Ipiranga. Um dos melhores bairros assistidos por equipamentos na cidade de São Paulo. Então a ideia não é fazer mais, é simplesmente controlar ali com 15 novos, principalmente de educação, tem muito hospital, tem muita coisa na área da saúde, tem equipamento cultural, Museu Paulista, uma série de outros museus e a gente vai complementar com a educação. Áreas de ZEIS aqui ao longo do bairro e fazendo isso a gente tem aqui uma qualificação do ambiente urbano. Essa é a maquete. Dá para fazer as 20 mil unidades, não tem muitas ZEIS no Ipiranga, vejam que não tem muita ZEIS, mas ainda dá para viabilizar algumas coisas de ZEIS e dá para viabilizar esse tipo de parque, que é sempre parque com a questão da drenagem ligada a ele. Isso é só uma imagem de como pode ficar, não é o projeto definitivo, é só para esclarecer vocês, para traduzir o que o EIA-RIMA fala num desenho, numa imagem que seja palpável.

Setor industrial da Henry Ford são as indústrias da Mooca, todo mundo já conhece, já passou por lá. Opa! Olha lá, é todo esse setor aqui, é o setor que a gente está preservando os empregos industriais, a gente não quer mudar. Isso é importante, tem muito emprego, é muito importante isso para a cidade. É claro que a gente quer melhorar os empregos, atualização tecnológica, mudar os tipos de empregos, mas a gente não vai, de forma alguma trazer isso para transformar essa área residencial. Apenas pontuar o HIS em áreas de ZEIS, mas tem que preservar esse espaço produtivo da cidade. Plano viário, abrindo mais quadras e melhorando as quadras, plano cicloviário, trazer um parque na antiga gleba da Esso, um parque bastante extenso, linear, também com a característica inundável e mais parques lineares ao longo do rio, não é. Tem bastante equipamento, a gente propõe trazer muitos outros equipamentos aqui, são 11 novos. Área de ZEIS é a área de Vila Prudente e o terreno da SABESP que foi gravado e para isso a gente pretende trazer habitação com tudo isso de equipamento, muito próximo do metrô, do trem, da CPTM, Ipiranga. Tem um projeto para chegar aqui no Ipiranga e a modernização das Estações. Interessante é que o Estado de São Paulo, a CPTM que é do Estado não é do município, ela tem um projeto de criar uma coisa que é chamada trem regional – que são trens que ligam São Paulo à Baixada Santista e com Campinas e Jundiaí. O da Baixada Santista está previsto para acontecer aqui, a estação. Se isso de fato acontecer vai ligar São Paulo à Santos em 45 minutos que é muito mais rápido do que pensar em pegar o metrô para ir para o Terminal Jabaquara para pegar ônibus. Não é? Muito mais rápido. Vai ser uma área muito estratégica para a Cidade se isso de fato acontecer. Aqui é o setor industrial, como é que vão acontecer, os empreendimentos Habitacionais de Interesse Social e a manutenção dos espaços produtivos. A linha férrea, o Parque da Dianópolis, com o último setor de empreendimento imobiliário e a preservação desse território. O Parque da Mooca, de novo é uma área bastante transformada já, já aconteceu esse lugar, então tem melhoramentos viários, melhoramentos cicloviários, tem requalificação de drenagem, criação e a melhoria de alguns parques que existem, não tem parque novo aqui porque já existem alguns. Tem bastante equipamento aqui de educação sendo proposto, porque tem de saúde, tem de lazer, tem de cultura, mas não tem de educação, então equipamento de educação é importante. As áreas de ZEIS, vejam que não tem ZEIS aqui praticamente, tem apenas duas ZEIS aqui e mais quatro terrenos ali. Nessas áreas, a gente vai promover a habitação, a qualificação do lugar, uma maquete de como vai ficar, os parques, o linhão que existe, as praças existentes melhorando, os novos empreendimentos com fachada ativa.

A Vila carioca que tem 365 hectares, é bem próximo de onde na gente está, isso é um pouco do cenário desse lugar. A Vila Carioca faz divisa e tem parte da comunidade de Heliópolis, que é onde está o hospital que leva o nome da comunidade, tem o plano viário, tem o

parcelamento do terreno Petrobrás aqui embaixo que está em estudo pela SEHAB, tem o plano cicloviário, a gente tem 1, 2, 3, 4 parques sendo propostos, todos com um conceito de drenagem, essa da Petrobrás também, esse aqui embaixo no Córrego dos Meninos. A gente tem bastante equipamento, vejam que são 29 equipamentos, é um lugar que tem muita gente morando já e tem pouca escola, pouca creche, pouco posto de saúde. Então a gente vai incrementar com isso e vai trazer também mais ou menos 7.700 unidades de habitação. Por quê? Porque tem muita área de ZEIS. Então essa área que é a terra para fazer habitação preservada e gravada pelo Plano Diretor vai ser operacionalizada por esse processo. A qualificação do habitat que é tudo junto, não é isso! Equipamento com habitação, com plano de mobilidade, com ciclovia, com transporte. A maquete de como pode ficar. Eu estou passando assim de uma maneira expedita, no debate a gente volta se precisar.

Vila Prudente e Vila Zelina, portanto, olha lá a favela da Vila Prudente, o piscinão em obra ali, perto do Viaduto Grande São Paulo em frente da Estação do Tamanduateí. A Avenida do Estado está aqui, aqui está o Expresso Tiradentes, linha 15 chegando, a Favela de Vila Prudente está aqui, esse é o piscinão. O piscinão é uma obra do Estado do DAEE, da Sabesp para resolver os alagamentos do Tamanduateí, de toda a água que vem lá de baixo. Esse é o perímetro. É o menor setor, não é todo o bairro que é atingido pela operação, é parte do bairro. Este setor tem aí de novo conexões, plano cicloviário, áreas verdes nas ruas, não tem parque previsto aqui, tem apenas um incremento dessa área verde aqui, mais equipamentos, habitação social, tem bastante área de ZEIS, dá para fazer 1.120 unidades nesse bairro, juntando tudo. Já tem equipamento existente, dar uma incrementada nos equipamentos. Aqui a maquete de como vai ficar, de como pode ficar na verdade. Você tem um projeto que é uma proposta que vai ser transformada aí ainda e depois de aprovada Lei, ele será implementado. Então são imagens de como pode ficar isto aqui.

Bom, como é que junta isso tudo aqui, vamos lá, vamos fazer um exercício de pegar os sete bairros e juntar para não ficar cansativo para vocês. Estou propondo aqui então, a São Paulo Urbanismo e a SMDU, um adensamento construtivo que é mais gente morando, mais gente trabalhando somado à um plano de infraestrutura que a gente chama de qualificação do habitat, que é promover habitação, escola, posto de saúde, área de cultura, área de lazer, parque, praça, transporte, plano de produção habitacional, plano de expansão da rede de equipamentos, plano de mobilidade e plano de drenagem e qualificação do meio ambiente. Então é isso tudo que esse plano que está sendo proposto aqui para vocês é o que a gente vai debater nesse impacto ambiental, as áreas tem estoques construtivos, então o que a gente está licenciando nesse plano? Aumentar o adensamento. Como é que eu faço isso através dos estoques construtivos? É uma área bastante grande. A proposta é licenciar 6 mil, perdão mais de 6 milhões de m², sendo quase 900 mil para habitação de Interesse Social e 5 milhões mais ou menos para venda, para gerar recurso para que eu possa fazer essas obras, que eu vou explicar já como é que isso funciona.

Cada bairro tem um estoque e uma densidade. Todo mundo conhece aqui o bairro de Santa Cecília, todo mundo? República, todo mundo conhece? Esses dois bairros são os bairros que mais tem gente morando na cidade. A média é entre 200 e 220 pessoas morando a cada hectare. O que quer dizer isso? Um hectare é mais ou menos uma quadra, 100% se fosse uma quadra e cada quadra tem 220 pessoas morando, parece pouco, mas tem muito mais na quadra do COPAM por exemplo, mas tem um monte de quadra que só tem gente trabalhando, não que não conta nenhum, então a média é essa. Santa Cecília onde tem a Santa Casa, no envoltório da Santa Casa, é essa um pouco a densidade, é a quantidade de gente que a gente quer para esses bairros, porque tem infraestrutura para receber isso e a gente está propondo qualificar essa infraestrutura. Então vocês vejam que é mais ou menos 250 habitantes por hectare, um pouco mais, pouco menos, nesses bairros. Só no Henry Ford que é um setor produtivo que está abaixo, mesmo assim, quase 3 vezes mais do que tem, basicamente de Interesse Social. Essas são as áreas, não é! Nós temos áreas de preservação, nós temos áreas de coeficiente de aproveitamento, a gente tem aqui a área da Mooca, que tem gabaritos, no caso Patrimônio Histórico: a gente está preservando isso. As área em marrom com mais densidade e junto ao Tamanduateí que é a área mais adensada e mais deteriorada, com maior densidade. Com CA 2, 4 e 6. As áreas de habitação social são as áreas de ZEIS que aqui estão colocadas nesse mapa, cada unidade que será produzida. Cada setor tem equipamentos, 12 no Cambuci, 38 da Mooca, 06 no Parque da Mooca, 15 do Ipiranga, Vila Carioca e Vila Prudente. Conexões viárias e planos cicloviários. Essas são as áreas verdes existentes, por isso que é quente aqui, e isso que a gente quer transformar. Então temos só 27% de área arborizada e verde, a gente quer transformar em 80%. Eu mostrei a ilha de calor, é muito quente; para diminuir a temperatura. É essa a ideia. Os parques inundáveis, são 08 parques ao todo aqui na região que a gente esta propondo. Este parque tem essa característica. As conexões viárias, o plano para 20.400 HIS, equipamentos, conexões e parques.

Como é que a gente prevê tudo isso? Aqui vêm as estratégias. Já, já eu volto nesses slides, eu quero mostrar qual o tamanho da conta. Como é que é a viabilidade de pagar a conta, que é o que interessa, e a conta é grande, claro que é grande. O instrumento para fazer isso chama Operação Urbana, que é através de uma lei específica. Esta lei específica é votada pela Câmara, vira um projeto e a gente vende esse potencial construtivo para empreendimento imobiliário, para capturar recurso para poder pagar as habitações, os equipamentos, os parques, as áreas verdes, a mobilidade, as vias, o sistema cicloviário, o transporte e tudo aquilo que vai qualificar o habitat. É assim que funciona. Operação Urbana está prevista no Plano Diretor, ele tem um plano de desenvolvimento urbano aprovado por lei, ele é construído

através de um projeto, que foi esse que eu mostrei agora pouco. Ele é coordenado pelo poder público com a participação da sociedade diretamente, como fazendo isso, por exemplo, essa Audiência Pública. Ele é financiado pelo setor imobiliário através de incentivos e contrapartidas na compra desse potencial construtivo e ele tem um controle de como é gasto esse dinheiro pelo Grupo Gestor: que é um grupo metade do município, metade da sociedade para controlar esses custos. Esta lá, o Poder Público vende este título, que chama CEPAC, para os incorporadores, que fazem edifícios e pagam em dinheiro para criar as obras públicas. A gente prevê arrecadar 5,17 bilhões para fazer isso. É muito dinheiro e também não se arrecada isso amanhã, nem no ano que vem, nem na próxima década. É devagar, é muito dinheiro. 5,17 bilhões é o que vai custar boa parte desse plano. Esse plano está previsto para ser gasto: 28% em habitação, 28% em equipamento, 20% em mobilidade, 20% em área verde e 4% no patrimônio histórico que conta a história da nossa cidade, e é importante a gente preservar a nossa memória para os nossos filhos, netos e por aí vai. Veja que mais da metade do plano é um plano para habitação e para equipamento. Para qualificar o habitat. Nós temos aí 1,45 bilhões de reais para habitação e a estratégia que a gente está colocando aqui é que esse dinheiro vá para comprar toda a terra necessária para a produção da habitação. O gargalo que a gente tem, o problema, o obstáculo que a gente tem hoje no município é ter terra. Tem financiamento do Minha Casa Minha Vida, quem participa de movimento social, hoje grupo social, entende que tem o financiamento lá, Minha Casa Minha Vida Entidades. Já devem ter ouvido falar disso. Tem linhas de dinheiro federal para produzir, para construir as casa, os apartamentos, mas não tem para comprar terra. Demora, é caro, São Paulo é muito caro e é um problema para colocar todo mundo morando bem, porque custa caro a terra. Então a ideia é comprar a terra para toda a habitação, garantir toda essa terra e através de outros financiamentos a gente poder construir e completar isso. Também para comprar terra para todos os 112 equipamentos que vão ter, produzir alguns e reformar outros, produzir todo o plano imobiliário, viário e cicloviário de mobilidade, produzir todos os parques, todas as praças e arborização urbana e cuidar do patrimônio histórico. O plano todo que eu mostrei não dá para pagar essa conta toda, os 5 bilhões e 170 milhões, a proposta é que vá para isso, principalmente para a terra da habitação, aí sim a gente vai conseguir transformar a cidade, aí sim a gente vai conseguir transformar a cidade, aí sim a gente vai conseguir transformar a vida de cada um, a gente vai garantir que a gente more perto do trabalho, perto do parque, da escola e do hospital, do posto de saúde, do ponto de ônibus, do metrô e do trem. Não há outra maneira, é a questão de terra que a gente tem que viabilizar, e essa é a estratégia que a operação traz e acho importante a gente debater isso aqui hoje porque isso faz a diferença na vida da gente, é essa estratégia. Isso é um pouco então de cada questão, preservação, produção de terreno para as 20 mil unidades. A demanda para essa região de habitação pesquisada, cadastrada e autorizada pela SEHAB é de quase 4.000 unidades de demanda. A gente precisa para amanhã disso! A gente está propondo 20 mil: cinco vezes mais, é bastante ousada essa proposta porque vai além daquilo que é previsto, muito além, mas para isso acontecer tem uma estratégia, não é ficar construindo de 10 em 10 anos conjunto para 500 ou para 1.000, isso não vai resolver. O que a gente está propondo é garantir a terra para todas as 20.000 famílias e ao longo do tempo, a gente construir isso. Porque começar pela terra? Porque a terra sobe de preço, ela encarece e aí o dinheiro que era para habitação não vai dar mais. Não é sempre assim essa história que a gente ouve? Que a gente luta? Então tem que reverter esse processo. É trazer a terra com primazia, primeiro momento, garante o terreno, garante a terra e depois garante a habitação.

Nós temos para quando tudo isso acontecer alguns impactos. São 36 impactos ambientais, 11 físicos, relacionados aos terrenos, aos córregos, ao lugar que a gente mora, 06 biótipos que é em relação à fauna e a flora e 19 socioeconômicos. Cada um desses impactos monitorados aqui estão sendo resolvidos pelo EIA-RIMA. Alguns são positivos, fazer 08 parques gera impacto, mas é um impacto bom, um impacto positivo, é legal arborizar, deixar permeável para poder usar, não é ruim, mas causa impacto. Ao mesmo tempo trazer gente morando precisa de mais infraestrutura, causa impacto, aí pode ser ruim se a gente não cuidar para trabalhar na causa e no efeito desse impacto. Então são 10 positivos, 01 mais ou menos e 25 negativos, mas é interessante que todos de alta relevância: 05 positivos e 05 negativos, conseguimos equilibrar isso, então é uma operação que tem uma proposta e que sai com um projeto equilibrado na relação do meio ambiente. Isso também é muito importante. A gente vai fazer uma fase de elaboração com o programa de comunicação social e controle, na implementação da operação tem o programa de monitoramento de cada ação e na execução das obras, que cada obra é licenciada à parte. O que a gente está licenciando: esse potencial construtivo e esse pacote de possíveis obras. Quando cada obra acontecer, elas terão licenciamento específico. 08 pontos positivos estima a situação econômica urbana e ambiental, reduz o impacto social, aproxima as pessoas do emprego, isso cria uma cidade mais mista, mais democrática, mais justa, vamos entender assim, mais igual pelo que a gente tem lutado, atratividade para novos investimentos, melhoria para a distribuição de emprego e renda, redução de deslocamento, aumento de áreas verdes, perdão, aumento das áreas subutilizadas e melhoria do sistema viário. São 08 pontos positivos que vão gerar a partir dessa data aqui, todo o processo de transformação. Tudo isso que eu falei está neste site, a gente pode dar dowload para ficar e discutir melhor em casa, na escola e no trabalho. As 1.700 páginas estão aqui nesse documento, não é?! E isso é um pouco do que vai acontecer nesse processo ao longo dos anos. Qual é o tempo para transformar isso? É um tempo bastante longo. Uma operação urbana tem uma vida útil entre 20, 25, 30 anos, depende da serenidade, do controle público, de eficiência do poder executivo e se realmente esse dinheiro vai poder vir para transformar a cidade. Esse é um pouco então do que a gente tinha para mostrar. Vou ficar à

disposição de vocês para tirar todas as dúvidas. Aquilo que eu não conseguir tirar a gente volta, a gente está sempre colocando as audiências públicas. Por isso eu peço a participação de vocês. Nesse site aqui vocês encontram várias questões que vão poder esclarecer aí as dúvidas de vocês, está bom?! Obrigado pela paciência, pela postura e muito obrigado!

Sra. Ocleres Harkot: Bom, dando continuidade à Audiência Pública, nós vamos chamar a lista de manifestações das entidades. Eu chamo agora para fazer a pergunta, o senhor José João Santos. Por favor.

Sr. José João Santos: Boa noite a todos. Eu gostaria de fazer uma pergunta aqui para a mesa e para que todos nós ouvíssemos, e em seguida eu vou falando. O projeto é muito lindo, maravilhoso, é bom, é um sonho para todos nós, para toda população de toda a região de São Paulo, inclusive dos bairros citados. Vila Prudente, Ipiranga, Mooca, Carioca, Cambuci, mas a realidade é... Já participei de outras reuniões da Subprefeitura, realmente quais os bairros que a água vai deslocar as pessoas? Isso não ficou claro para mim. Acredito que para a maioria da população não ficou. Aonde vai ser tirado algumas moradias, umas firmas, uma empresa, para que a água se jogue lá? Para que se faça o parque, para que a água torne para o piscinão lá na hora da chuva. A outra coisa, não ficou muito clara, em relação à área da Petrobrás, que é um sonho de toda população do Heliópolis, do Ipiranga. Para que seja feita habitação social. Aí vem tira aqui, também nã ficou muito claro o que vão fazer. Parceria Pública Privada? Vai ser a Prefeitura? Vai ser o Estado? Vai ser a União? Quem vai fazer o projeto? Quem vai desenvolver o projeto, o interesse da população? Vai olhar lado a lado ou vai tender para o interesse capital? Qual é a maior força que vai ter o interesse da necessidade das famílias pobres que precisam da moradia ou vai prevalecer a Parceria Pública Privada? É preciso que isso fique claro para toda população da região, inclusive do mais carente, inclusive que tem suas famílias com crianças que estão sonhando, esperando, brigando, várias entidades lutando. Algumas delas estão presentes aqui. Por exemplo, vou citar o nome aqui Maxwell e várias outras: a UMA, João, a Oeste, milhões, centenas de entidades que sonham e lutam e muitos projetos que foram feitos e já podiam estar andando. Alguns córregos... Vou citar o córrego do Ipiranga, que não foi concluído ainda. Então nós precisamos de uma obra pequena que comece e seja concluída. Nós não podemos sonhar porque a maioria disso aqui, quando vier a ser concluído, estamos todos mortos, entende. O assunto é realmente sério para todos nós. A maioria de nós estará morta. A gente precisa de andar, de um projeto que dê um passo, que cada um de vocês, cada um dos idosos, dos jovens, das senhoras, do senhor, acompanhe, oriente a sua família. É bom o projeto. Vamos provar, está andando... É um sonho que está se realizando. Mas não é, é apenas, ainda um plano, não é nem um projeto, é um plano. Que se fala em um projeto, mas não está aprovado nem pela população, nem por ninguém. E nós precisamos, eu digo isso a Secretaria da Habitação, ao Estado, à União, ao nosso Subprefeito, aos prefeitos das outras regiões. Cada prefeito da sua região, e me perdoem a ousadia, nem é de maldade com ninguém que eu vou falar isso, cada prefeito faça o que puder no seu bairro, mas faça com que seu povo do seu bairro veja os passos, que a prefeitura, que o Subprefeito e o Prefeito da cidade estão fazendo por cada bairro. Não adianta desenvolve um projeto incluso. Uma hora o Cambuci não vai gostar, uma hora o Ipiranga não vai gostar. Isso barra o projeto e é um sonho inviável. É muito bonito, mas é inviável do meu ponto de vista. Eu, com 60 anos vou fazer agora em abril, eu gostaria de ver as coisas andando, como muitas coisas eram pra ser realizadas do Ipiranga inteiro e em todos Heliópolis e acaba com todas as favelas do bairro do Ipiranga em 2023 era o máximo. Isso anterior há dois anos atrás, o projeto era esse. Agora nós vamos sonhar quantos anos? Vinte para ser concluído? Então eu faço um apelo em nome de todas as famílias de todos esses bairros, inclusive o Ipiranga, onde eu moro. Gostaria que começasse executando coisas pequenas, que se podem fazer. Não adianta fazer um casarão e não ter dinheiro pra cobrir as telhas, nem para ligar água, nem para ligar luz, nem para ligar nada. Ele vai morrer como o ditado popular, me perdoe a expressão: no Brás, é um ditado que o povo fala. E nós queremos que este projeto dê continuidade, mas um projeto que todos vejam, sonham. Eu agradeço a todos: à população, à todos que estão me ouvindo e à mesa. Obrigado à todos.

Sra. Ocleres Harkot: Gostaria de informar aos senhores presentes que as inscrições estão encerradas. E agora na sequência da lista de manifestação, eu chamo o Senhor João Eudes.

Sr. João Eudes: Boa noite. Boa noite Senhor Subprefeito, boa noite a todos os presentes. Uma pergunta só simples. Sobre o córrego, o rio que vai tirar o tampão. Nós gostaríamos de saber quanto à despoluição dos rios e córregos. Porque se canalisa córrego. Projeto: gasta uma verba para fazer tampão, gasta-se outra para tirar, mas despoluição mesmo efetiva, para cria peixe, para deixar o rio limpo, com cheiro mais agradável paras as pessoas que vão morar ali em volta ou que já moram, a gente não vê nenhum projeto disso, de despoluição. E eu me lembro que, quando eu cheguei em São Paulo, na década de, no final dos anos setenta, eu passava ali na marginal e via aquelas draga limpando o rio Tietê e até hoje isso acontece e o rio tá cada vez mais sujo. Então a pergunta é: se vai haver também despoluição de rios e córregos. Obrigado.

Sra. Ocleres Harkot: Obrigada. Agora, na sequencia da lista de manifestação de entidades, o Senhor Manoel Otaviano.

Sr. Manoel Otaviano: Boa noite a mesa e boa noite ao pessoal aí, que estão nos ouvindo. Eu queria ser mais breve e fazer uma pergunta, porque a gente sabe que esse projeto é muito bonito, é muito bom. Mas eu queria saber de viável o que é possível fazer com dois anos que ainda restam com nosso prefeito. Porque até a lei de responsabilidade fiscal fala que ele tem que prever e que trabalhar com o mandato do Prefeito. E o Prefeito só falta dois anos. Então, por exemplo, eu não vi nada de se falar dos prédios do terreno da Sabesp, quando que vai começar. Eu não vi nada de se falar do terreno da Petrobrás, quando vai começar, ou de fato o que o pessoal de Heliópolis quer ouvir falar. Porque o projeto para daqui a 30 anos é uma coisa que é muito boa, mas eu acho que o pessoal nem tem paciência e ainda é para os nossos filhos. Nós queremos saber o que dá para fazer no mandato do Prefeito.

Sra. Ocleres Harkot: Obrigada. Agora vou pedir ao Sr. Gustavo responder esse primeiro bloco de manifestações.

Sr. Gustavo Partezani: Obrigado pelas questões e pelas dúvidas. Acho que cada questão que eu tenho ouvido e nossa equipe toda tem ouvido aqui, em cada audiência, faz a gente refletir melhor e tentar aperfeiçoar aquelas propostas que eu mostrei aqui. Eu queria me dirigir ao senhor José João e também com isso me dirigir ao senhor Manoel que falou agora há pouco. Primeiro, obrigado ao senhor José João pelas suas considerações. É importante, estou aqui num papel um pouco ingrato, porque a Prefeitura de São Paulo, é a prefeitura de uma cidade muito grande. Muitas coisas acontecem ao mesmo tempo. Acontece a produção de corredores de transporte, a produção de ciclovias, a produção do espaço público, a produção de habitação. Tem gente pensando em arrumar mais emprego para nossa gente aqui. Tem gente pensando como é que cuida melhor dos nossos parques, das nossas praças. Tem gente pensando como é que limpa o rio. Tem gente pensando como é que traz mais dinheiro para cidade, para pagar as contas no fim do mês. Tem gente pensando como é que traz mais turismo, como é que faz um carnaval melhor. Tem gente pensando em tudo quanto é coisa nessa cidade. O nosso papel aqui é o mais ingrato porque a gente pensa em planejamento, naquilo que a cidade tem que ter atenção daqui para frente, Sr. João. Infelizmente, eu digo infelizmente porque a gente vive num processo, a gente vivia, vamos dizer assim, que a partir da sua manifestação que foi muito sincera e eu gostei muito, que a gente vivia um processo de que todo plano, todo projeto, todo Plano Diretor, Zoneamento ou projeto que a gente pactuava na sociedade, gastava seu tempo, meu tempo, o tempo de todo mundo aqui. Vinha um Prefeito, ou vinha um Governador e não cumpria. E cumpria aquilo que estava na cabeça dele. A nossa tarefa, na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, é pensar os planos e projetos. E ela é ingrata porque eu venho aqui mostrar quase que um sonho, segundo vocês mesmos – mas não é um sonho, é de fato agente está se empenhando pra isso ser realidade; ao mesmo tempo em que no dia a dia tem o problema do lixo na porta de casa, alagou ali, a varrição não passou, a habitação não aconteceu, a praça não está bem cuidada e acontece isso, acontece muitas vezes. E aí parece que não tem confiança ou credibilidade naquilo que a gente fala, que é para o futuro, que não vai acontecer. Mas eu digo a você, Sr. João, que as coisas estão acontecendo. Acontecendo em paralelo. Tem gente na SEHAB, Secretaria da Habitação, desenvolvendo projeto da Petrobrás. Já fizeram a pactuação para ter acesso à terra, muita coisa já avançou. Muita coisa já avançou em Heliópolis, para quem é de Heliópolis já conhece, os movimentos, avançou muito. Teve produção habitacional nova, teve emprego, teve fomento a uma série de coisas, teve recuperação fundiária, tem avançado. Ao mesmo tempo que tem gente como eu e o pessoal que trabalha comigo, pensando o que vai acontecer daqui pra frente. Se a gente não pensar, a gente não consegue prever, arrecadar dinheiro para vincular só para isso. Então a tarefa ingrata aqui não é ser vendedor de sonho, coisa que não sou, mas é tentar pensar uma coisa que não pensaram por nós lá atrás. Teve uma pessoa que me interpelou na primeira audiência no Clube Juventus, dizendo que ficaria muito feliz, mas que ele vai morrer quando vir isso. Ele ficaria feliz se o neto dele visse. Eu disse a ele que ficaria muito feliz se meu avô tivesse pensado nisso. Mas ele não pensou, então eu tenho que pensar. Nós temos que pensar uma série de coisas para cidade. Trazer dinheiro pra realizar isso, porque dinheiro nos falta, porque a cidade é muito grande. Ao mesmo tempo tem gente fazendo o dia a dia, da porta da sua casa, da escola do seu filho. Estamos aqui num o CEU. Foi pensado o CEU e é bacana. Está sendo pensado mais 20 CEU's, sendo construídos, está em licitação já, em março. Em abril começam as obras de 10 (CEU´s). Temos mais 10 no fim do ano, em outros bairros da cidade. Tem gente produzindo habitação. Estão pensando mais de 15 mil, 20 mil habitações. Estão acontecendo licitações neste momento. O Prefeito tem na campanha dele 55 mil unidades. Vai ser difícil? Vai ser difícil. Porque tem gargalo, tem problema de dinheiro, tem problema de terra que eu falei. Eu estou pensando o mecanismo de terra para que os próximos Prefeitos não tenham esse problema e que o senhor venha aqui na frente e cobre dos próximos Prefeitos que o senhor teve há dois, cinco, dez anos, quiçá vinte, trinta, seu João, chega aos noventa, o que foi pensado aqui hoje. Então o planejamento é um pouco isso. Ele é um pouco ingrato porque parece sonho, mas eu peço para o senhor, um voto de confiança, e a todos, que a gente trabalhe junto para que isso esteja na pauta nos próximos governos. Que a gente cobre desses governantes que a gente elege. Porque eu estou tentando arrumar para acontecer aqui, par acontecer aqui. A Operação Urbana é isso: é trazer recursos para gastar no lugar, não é para gastar na cidade inteira. O que aqui é debatido, aqui é feito. Só que isso não foi feito antes.

O Senhor me desculpe pela Prefeitura não ter vindo aqui antes, há dez, vinte anos atrás, ou no final dos anos setenta, como disse o João Eudes que passava lá na marginal, porque não veio ninguém falar isso para você ou tentar construir isso. A gente não está prometendo nada. A gente está construindo um processo e eu preciso da ajuda de todos vocês para construir isso. Só assim a gente chega lá. Então a ideia é esclarecer um pouco isso. E acho que o Senhor perguntou de tirar pessoas. A ideia não é tirar ninguém. Talvez o Senhor tenha se referido a desapropriação para algumas obras que vão acontecer, e sim, de fato vão acontecer. Já sabe exatamente aonde são? Ainda não. A lei não está aprovada ainda Sr. João, pode mudar até lá. A gente tem aqui uma proposta e é importante ter uma proposta. Porque se não tivesse trabalhado dois anos para fazer esta proposta, ter levantado tudo, mapeado tudo, contado cada habitação, cada pessoa, cada emprego, vocês não tinham naquilo que criticar. E só com a crítica de vocês que a gente consegue melhorar. É mais eu aqui que vocês querem? Cada um quer uma coisa. Não é bem assim, então a gente está propondo para melhorar essa proposta. Então vai ter desapropriação? Vai, vai ter. Para fazer parque, para fazer mais casas, para tirar gente de lugar que não está... Que está em risco, e principalmente para usar terreno que está ocioso. Porque a gente sabe, quem é de movimento. Tem gente aqui de movimento aqui, não tem? Os de camisa laranja pelo menos estão identificados todos, mais ele lá no fundo também. Vocês sabem que vocês tem uma guerra, uma briga cotidiana pelos terrenos ociosos, não tem? Que estão lá, paradões e podiam ser habitação. Poderiam ser escola também, creche, não poderia?! Posto de saúde, parque, praça, poderia ser mais metrô, mais trem. Então, principalmente são esses os terrenos que a gente está focando. Transformar esses terrenos. E o parque da Petrobrás, de fato, já tá em pauta na SEHAB. Nós estamos aqui trazendo uma hipótese: habitação, mas não é tudo habitação, porque também não dá. Quem conhece o terreno sabe que tem lugar que dá para implantar apartamento, tem lugar que não dá. Então onde não der, vai ser parque, vai ser área verde. Para quê? Para quem mora poder brincar, poder passear. Porque só habitação também não dá. Vai brigar com muito vizinho. Tem que ter um pouco de área de amenização, área verde, equipamento esportivo. Para revelar futebol, para revelar, para brincar de fim de semana, para passear com as crianças, porque senão também não dá para morar. Então tem um pouco dessa relação também. A SEHAB já está fazendo isso, Sr. João. De fato, tudo isso a gente consegue mostrar. A gente está tentando ser o mais transparente possível mostrando essas hipóteses. O senhor falou: "fazer o que pode", o que poder fazer. Também mostrar o que é possível para vocês cobrarem da prefeitura aquilo que é viável. Hoje tudo isso é muito caro para acontecer. A gente está tentando trazer recursos para isso. Esses 5 bilhões é uma “dinheirama”. O Senhor não pode imaginar o quanto de dinheiro é. Dá para resolver muita coisa. E porque eu falo que é ao longo do tempo? Porque não vai esperar vinte, trinta anos pra começar, começa no dia seguinte da lei. Mas para acontecer tudo, para ter todos os 8 parques, os 112 equipamentos, as 20 mil unidades, o trem, o metro, a mobilidade, tudo isso demora. Se tivessem começado nos anos 90, a gente já estava terminando. Mas infelizmente não foi assim, Sr. João. Então eu acho que a posição do Senhor é muito transparente, a minha também é muito transparente, eu peço licença por isso, mas eu acho que dá para resolver isso. Então Manoel, o que vai ser feito neste mandato é tudo que vem sendo feito. Ninguém está esperando o plano acabar, aprovar, para acontecer qualquer coisa. Isso aqui é um plano para o mais, a mais do que está acontecendo. Está acontecendo escola, está acontecendo equipamento, está acontecendo mobilidade, está acontecendo ciclovia, está acontecendo espaço público, está acontecendo CEU, está acontecendo habitação. Isso vem trazer mais questões, mais questões. E a questão que o Eudes perguntou da despoluição, de fato tem dois cenários ai pra você. Primeiro cenário é a macrodrenagem e despoluição do Tamanduateí. Quem faz isso? A Sabesp faz isso, o DAEE. Por quê? Porque o Tamanduateí nasce lá em Mauá e vem andando pelo ABC, entra em São Paulo e sai no Rio Tietê. O PDMAT3 que é o programa da Sabesp de descontaminação e despoluição do rio, que é principalmente esgoto clandestino e também drenagem, que chama, esqueci o nome, quando chove a sujeira que carreia para o rio?! Assoreamento... Poluição difusa, obrigado. A rua é suja. Chove e toda essa sujeira vai para o rio. Então isso a Sabesp está resolvendo. A última obra que falta é o Ipiranga. O Rio Tamanduateí cheira mal. E cheira mal só em São Paulo. Não cheira mal em São Caetano nem em São Bernardo. Por quê? Porque só falta o Ipiranga para o esgoto ser resolvido. Então o Estado está cuidando disso. Nosso compromisso aqui é com os ribeirões e córregos da região, que são do município. O Ipiranga, por exemplo, parte dele é do município. Não, ele não é do município, a nascente é fora do município. Mas têm vários córregos, ribeirões, que são do município que a gente está fazendo esses parques, drenagem e o processo de descontaminação também. Então isso vai ser feito ao longo do processo. Não precisa esperar o plano também. Tem várias coisas acontecendo. O piscinão está acontecendo, está em obra. O PDMAT3 está fechando. O odor do Tamanduateí vai resolver, eu acho que até 16 resolve, que é uma obra grande, que vai resolver todas as canalizações, aquela obra grande que tem na Ricardo Jafet. Ali, quem passou ali nos últimos 2 anos viu isso. Estava na sua área, não é Subprefeito? Teve esse impacto que é justamente essa obra do PDMAT. Então, está tudo acontecendo. Só que esse plano vem mostrar o que a gente quer que aconteça pactuado para arrecadar recurso nesse lugar. Tudo está acontecendo que é com recurso difuso, vem de várias áreas da cidade. Eu não sei se respondi, mas é mais ou menos essa questão que eu queria colocar.

Sra. Ocleres Harkot: E agora eu passo a palavra para o Júlio, para fazer uma consideração.

Sr. Júlio Reis: Só uma pequena consideração a respeito do que o Sr. José João colocou. Em relação à drenagem, o Senhor comentou uma coisa a respeito do Ipiranga, que está conosco na Secretaria do Verde, um programa que a SIURB desenvolveu, que é um programa dE redução de alagamentos. Nós estamos fazendo esse licenciamento. Para o Ipiranga, o córrego do Ipiranga, está previsto naquela região, três piscinões. Vai ter uma melhora da Lagoa Aliperti e na alça do viaduto Aliomar Baleeiro se eu não me engano, vão ser construídos dois piscinões e mais algumas obras na própria calha do Ribeirão do Ipiranga para melhorar a vazão. Isso o licenciamento, acreditamos que vai ser feito por volta de março no máximo, e temos previsão de obra ainda para o ano que vem, para terminar se possível ainda dentro da gestão. Então, tem coisas acontecendo sim, Sr. José. Quanto a isso a gente acredita que essa obra, pelo menos, vai sair porque os estudos estão bem adiantados.

Sra. Ocleres Harkot: Obrigada. E agora, eu quero registrar a presença também do Conselheiro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, SMDU, Conselheiro Presidente da Câmara Técnica da Operação Mooca-Vila Carioca, Luis Ramos. Obrigada.
E chamar na sequência na lista de manifestantes dos presentes, Felipe Gonçalves.

Sr. Felipe Gonçalves: Boa noite a todos e a mesa. Queria falar um pouco sobre o trabalho que nós fizemos sobre o TCA. A nossa escola EMEF Desembargador Francisco Meirelles. Fizemos um trabalho sobre o TCA. O TCA acontece a partir do 7º ano por ser o início do ciclo autoral. Ciclo que se caracteriza pela construção do conhecimento: esse trabalho. Realizamos uma análise das transformações da paisagem da região de Vila Carioca. Elaboramos um banner, folder, com os principais resultados, bem como essa apresentação aqui na audiência. Pesquisamos a Operação Urbana Mooca-Vila Carioca hoje, rebatizada de Bairros do Tamanduateí. Esses trabalhos em conjunto com as entrevistas e elaborações no mapa nos permitiram ter uma visão ampla das transformações que ocorreram atualmente na região. Notamos alguns problemas como a existência de grandes quadras, galpões abandonados, terrenos baldios, solo contaminado, água e ar, ausência de áreas verdes e lazer entre outros. O nosso objetivo desse trabalho é conscientizar os moradores que eles podem contribuir para melhoria do bairro e a sua qualidade de vida, buscando uma destinação adequada para imóveis e terrenos vazios para moradias, preservação do patrimônio histórico e arquitetônico da história industrial utilizando espaço para construção de centros culturais, artísticos, esportivos e de lazer. A memória dos raros espaços de lazer é conscientizada a população para a sua conservação. A conservação do parque linear contribuiu pelo metro com a sua limpeza, corte de vegetação e manutenção de seus equipamentos. A construção de ciclovias, melhoria dos serviços públicos, como os da saúde, educação, esporte, lazer.
Eu queria falar um pouco. Como eu sou aluno, nunca procuram os alunos, porque estão falando que as crianças, os adolescentes são o futuro, mas eu não vejo nenhum adolescente de nenhuma escola. Eu não fui convidado, mas minha coordenadora foi atrás. Aí eu vim expor aqui. Ai vocês falam que as crianças e os jovens são o futuro, mas nunca os buscam para vir aqui. Como eles sabem que são o futuro se vocês não estão atrás? Então tem que haver uma conscientização. Obrigado por tudo. Obrigado a todos.

Sra. Ocleres Harkot: Com a palavra... (interrompida pela Professora solicitando a palavra). Se for breve, sim.

Professora Rosicler: Eu sou a professora Rosicler de ciências. Esse trabalho aconteceu durante o ano inteiro para que a gente pudesse estar contribuindo com todo esse pedido para melhoria de Vila Carioca, Heliópolis, Ipiranga. Foi um estudo assim bastante grande. E nós hoje queríamos dar nossa contribuição também, que a gente também está atenta. Espaços, muitos espaços não podendo ser ocupados, muita poluição, muita escola que poderia ter sido construída nesses espaços. E esse plano está de acordo, eu achei muito bom esse plano. Pena que também a gente acha, como os moradores, que é muito lento, demora muito.

Sra. Ocleres Harkot: Chama agora o Sr. Maxwell.

Sr. Maxwell: (Em área) Industrial só pode utilizar uma vez seu coeficiente de construção e com a lei do Police, que nós aprovamos em câmara, e aqui no CEU nós tivemos a possibilidade, com o prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad, aprovar a lei 15.842 em 1º de agosto. Que ela muda o zoneamento urbano justamente para utilizar aquele terreno, mesmo ele sendo ZPI, como área para construção de unidades habitacionais. E no último dia 28 de setembro, senhor Milton, o prefeito esteve com mais ou menos três mil pessoas do Movimento Sem Terra do Ipiranga – MSTI, na Rua Resende Costa, ao lado da sede do MSTI, e ele prometeu, apresentando o projeto para a construção de cinco mil unidades habitacionais que não só vão atender a demanda do MSTI e sim vai atender a demanda dentro da urbanização do projeto Heliópolis. Então é por isso que eu gostaria de falar com o senhor para o senhor ter um entendimento do que o MSTI já está fazendo. Porque o que acontece às vezes é porque as pessoas querem participar para saberem como está, mas às vezes não tem possibilidade, não vão... E de repente, coloca numa reunião e aí parece que não sabe o que está acontecendo. Então eu estou “se”

fazendo lembrar que o MSTI está lutando, não só o MSTI, mas outras associações dentro do período lutaram, mas quem esteve mais expressamente vestindo a camiseta, participando de audiência, fazendo ocupação, fazendo a manifestação legal pelos seus direitos são as pessoas que estão aqui representadas, as famílias do MSTI. Nós também estamos na Câmara justamente por este ponto de pauta, pelo terreno da Petrobras, juntamente com o vereador Ricardo Nunes que é o relator do orçamento 2015 e no qual ele já se comprometeu de estar colocando, nós não falamos, vai ser uma noticia que nós vamos estar dando agora, iríamos guardar para a próxima reunião do dia 14 que é o fechamento do ano do MSTI, mas já vou antecipar que já estamos dentro de uma previsão legal de 25 milhões de reais. Nós estamos propondo juntamente com o vereador para início de obras, como prometeu o prefeito, em março do ano que vem. Estamos colocando no orçamento 25 milhões. E sobre o que foi fala aqui, sobre a lei de responsabilidade fiscal, entra na minha segunda proposta. Por isso nos gostaríamos de estar colocando acrescentando mais áreas que nós temos um número de vinte mil que foi falado vai aumentar mais um pouquinho. Acho que vai para trinta mil unidades habitacionais e vai ter muita área também para equipamentos públicos: escola, saúde, creche e outros equipamentos que vão atender as necessidades das nossas famílias como um todo. Porque fala que a lei 15.234 que a função social da propriedade, até inclusive esta lei também foi criada pelo Police até é engraçada ele criou a lei da Petrobras e juntamente também criou a lei da função social da propriedade que fala que aumento do IPTU progressivo, aquelas áreas que não tem função social este ano e um valor de IPTU e o ano que vem outro valor, porque automaticamente a lei foi aprovada pelo prefeito vai aumentar o valor do IPTU para os terrenos e para aquelas áreas que não tem função social. Então eu só queria explanar isso, deixei minhas colocações e minhas perguntas para serem feitas e meu muito obrigado.

Sra. Ocleres Harkot: Obrigada. Eu passo agora a palavra para o Gustavo para que ele possa responder esse segundo bloco.

Sr. Gustavo Partezani: Obrigado de novo. E acho que as três falas que fizeram comentários importantes, a que achei mais importante, vocês me desculpem os outros três, mas os meninos da escola vir aqui mostrar a preocupação deles com a sociedade, porque eles estão formando a opinião para serem pessoas de valor no futuro. Valeu Felipe que me puxou a orelha, puxou a orelha do Júlio também aqui, que é o engenheiro e diretor do DECONT, por não ter ido as escolas, mandado os ofício para convidar as crianças e adolescentes para estarem propondo, porque de fato se vê que tem realmente proposta e dou parabéns às professoras que conduziram o processo, que daqui a 10, 15 anos, vocês que vão estar aqui neste lugar, igual o Maxwell que colocou aquelas questões, que vão substituir essa geração que está aqui hoje. E uma nova geração é importante começar a formar, e é o que achei mais bonito da questão e estão de parabéns por isso. Obrigado por compartilhar isso. As três falas aqui com dúvidas, eu queria chamar a atenção para o seguinte: o valor da informação. Quem é formador de opinião e tem informação, tem responsabilidade. Agradeço ao Maxwell por trazer uma informação precisa aqui para a gente, para quem está aí e para quem está aqui. E eu acho que todo formador de opinião tem que ter a responsabilidade de vir aqui na frente e falar o que está correto e o que está direito, e às vezes a gente não vê muito isso. Às vezes a gente manipula os dados, fala coisas que não são verdades, ou que são meias verdades, ou que poderiam ser melhores faladas. Então eu acho que assim, da maneira como eu fui transparente, a nossa equipe toda fez essa apresentação para vocês, eu vou voltar aqui no slide do cronograma que é isso que eu preciso. Que a gente fez essa apresentação para vocês, eu acho que, também as considerações e perguntas de vocês têm que ser transparentes e verdadeiras. Então, por que a gente está aqui neste momento? Então vou começar a tentar fazer um... Várias questões que surgiram, nós estamos aqui discutindo numa audiência pública porque o Plano Diretor Estratégico, que foi aprovado pela lei 16.050 em 31/07/2014, ele já foi aprovado e eu me dirijo ao Arlindo, ele já foi aprovado, você disse que não foi aprovado, não foi nada... Ele já foi aprovado, 16.050 em 31/07/2014. Tem muitos artigos, tem muitas páginas, teve cento e oitenta audiências públicas como essa, tanto na Câmara como no executivo. Cento e oitenta! Teve foruns específicos, comentários setoriais. A plataforma digital para quem pode acessar a internet. A nova geração está sempre conectada seja no celular, seja em casa, seja na escola. Teve ampla participação, mais de trinta e cinco mil contribuições na internet! Aí não dá para dizer que não foi participativo, pois teve ampla aderência e que teve espaço para todo mundo colocar. Então a partir deste Plano Diretor a gente fez os ajustes para o Plano, para o projeto da Operação Urbana, que é uma Operação Urbana que está buscando instrumentos, inclusive econômicos, e aí vai para o Maxwell, que vem essa coisa do recurso, instrumentos específicos para se aplicar neste lugar. Que lugar? No perímetro da Operação! Como é que funcionam esses recursos? É recurso do Tesouro? Direto? Municipal? Não. Não é direto, é indireto. É do estado? Não, não é! É da União? Não, não é! Então da onde é? É da Operação Urbana Consorciada! Da qual o consorciado, o parceiro, o sócio, é o desenvolvedor de empreendimentos que paga um recurso para o município, para que este recurso possa ser utilizado para executar as obras de infraestrutura e habitação. O que esse recurso dá direito do que? Para esse cara fazer? De construir com uma maior densidade, que não necessariamente quer dizer verticalizar. Quer dizer construir, aproveitar melhorar a terra naquele terreno. O Plano Diretor da Cidade rebaixou todo aquele aproveitamento para uma vez o terreno em toda a cidade e o máximo, para duas vezes. Somente em áreas de projetos especiais, como esta, é que se pode construir mais.

A terra é cara, custa caro e se dividir para cada proprietário de apartamento, por exemplo, a cota especifica da terra, vai custar muito caro este apartamento. Então o Mauro tem razão que vai custar caro. Mas tem que prestar a atenção que para HIS não tem CEPAC Mauro. Para HIS está separado o potencial, e isso não paga no sentido de promoção pública, para viabilizar a dotação em qualquer lugar da Operação Urbana Consorciada. Então não podemos entender que o CEPAC será pago para HIS. Vai ter habitação em todos os sete bairros. Vai ter habitação mesclada, classe média alta morando ao lado de classe baixa. Sim, vai ter. Porque tem áreas de ZEIS, que são terras especificas, para a gente adquirir com essa estratégia em toda a região. Vocês gravaram as ZEIS durante o Plano Diretor, e vocês podem gravar outras ZEIS ou trocar as ZEIS, se assim entendermos, no processo de zoneamento. Eu sei que é difícil, é muito processo, dá um nó na cabeça da gente. Mas está em curso um processo de revisão do zoneamento que é onde nós da sociedade indicamos ao poder público ou a prefeitura, no caso no executivo e depois no legislativo, quais são as áreas que são boas para fazer parque, praça, equipamentos de saúde, de escola, habitação social e de mercado popular, e este Plano não indica áreas, ele faz acontecer com essas áreas e eu estou aqui tentando viabilizar... Eu estou aqui no lugar de minha equipe, tem um bando de gente, tem muita gente aqui comigo, mas a gente é uma equipe muito grande que trabalha com muito afinco neste processo que é para ver como viabiliza a área. Uma coisa é você indicar Maxwell, o terreno da Petrobras está lá e é uma luta antiga, 2005 é o começo de um processo, mas é desde lá de trás. Eu conheço o trabalho do seu movimento, conheço todo o trabalho que vocês fizeram, acompanhei o processo da Comandante Taylor, acho que você mora lá se eu não me engano, eu conheço este processo todo e eu sei que demora para adquirir a terra e a terra de ZEIS, uma coisa é você indicar, outra coisa é você comprar, ter posse da terra para viabilizar habitação. O zoneamento vocês indicam, aqui a gente está arrumando dinheiro para comprar. É essa diferença entre plano e projeto. Isto é muito importante ter claro. O que a gente está discutindo aqui é que pode demorar? Pode. É recurso para comprar aquilo que a gente está pactuando, ou que a gente apontou no Plano Diretor ou no Zoneamento. E a gente vai fazer isto sem CEPAC, sem pagar. O CEPAC quem paga é quem tem condição gente, não é quem não tem condição. Quem não tem condição tem que usufruir dos programas públicos. Habitação social é promoção pública, pode ter parcerias para acelerar, para facilitar. O Prefeito Haddad está fazendo parcerias para acelerar isso, mas a promoção é naturalmente pública. O recurso da onde? Vem do “Minha Casa Minha Vida”, vem do “Casa Paulista”, vem do “Casa Paulistana”, vem da SEHAB, da COHAB, vem da Operação Urbana. O que a Operação Urbana está propondo? Comprar terra que é o mais importante e quem está no movimento sabe disso, o tempo que demora para por a mão na terra. Então a gente tem que dividir isso e tem que ter clareza, todo mundo para poder usar a informação de forma responsável para não chegar... Vou contar o que aconteceu sexta-feira ou quarta-passada... O cara de... Eduardo de... Da comunidade da Vila Prudente falou que... Se eu... Muito bonito... Muita bacana (a apresentação), mas que estava vendo ali, que ele tinha dúvida, mas que se ele fosse levar isso na comunidade dele, iria tomar porrada, ele falou assim para mim. Eu falei: Pode deixar que eu vou lá, e se alguém tiver que apanhar que seja eu, do poder público. Porque eu quero explicar de maneira direitinha o que vai acontecer. Você pode ter dúvidas, então quem é formador de opinião, chegou na comunidade tem que explicar direitinho, se tiver duvidas liga para a gente, entra no site abaixa a apresentação, estuda, pesquisa. Mas tem essa responsabilidade, então, isso é muito importante. O Eduardo vai pagar um almoço depois eu expliquei a ele e ficou tudo certo (risos). O importante é ter clareza da informação. Parque Lavapés, de fato a lei não está aprovada ainda Malu, então não dá para obrigar o dono do terreno a fazer um parque, por isso que a gente quer celeridade nessa lei. Estamos aqui no cronograma, pedindo ajuda de vocês. Enquanto isso tem uma serie de projetos que pelo empreendimento ainda está parado. O vereador que estava aqui, ele foi pesquisar, esta empenhado nisso. O executivo está empenhado nisto. Mas de fato e que precisa de um compromisso para fazer andar. Quanto mais demorar para aprovar a lei, menos controle a gente tem do processo que está acontecendo, de compra da terra, do valor da terra, da produção da habitação, da produção do parque. E a questão da drenagem é claro que é uma questão de bacia, não é uma questão localizada e não é um piscinão aquilo, aquilo é um parque verde, é uma outra forma, é uma nova engenharia que começa captando coisas na bacia e melhorando a microdrenagem lá do Alto da Aclimação articulando as duas bacias. Tudo isso vai acontecer, é um processo. Tudo isto está no EIA-RIMA. Eu te convido a ver o EIA-RIMA que lá está tudo explicadinho. E se não estiver explicadinho você pode pedir para p CADES maiores esclarecimentos e a gente vai lá e explica. Mas tudo está posto. Eu não posso, claro que, mil e setecentas paginas traduzir em quarenta e cinco minutos, me desculpem por isso. Precisamos de muitos quarenta e cinco minutos para isso. Mas isso está computabilizado. O sistema viário, a gente entende que de fato são melhoramentos no existente. Diferentemente de outras operações, não é uma operação viária, de túnel, viaduto, ponte e avenida. É uma operação social e ambiental. Tem mais de... Se eu somar tudo tem mais dá 80%, quase 90% para obra de meio ambiente, drenagem, habitação e equipamento. Então isso é importante. A nossa previsão legal é enviar isso até o meio do ano para a Câmara e fazer uma pressão lá, conto com a ajuda de vocês, para até o final do ano aprovar. As propostas de zoneamento eu falei, e tudo isso que vocês têm de duvidas a gente fica disposição. Tem o site de gestão urbana aqui que vocês podem entrar e tem lá uma ferramenta participativa de comunicação, tem e-mail, tem o CADES também que é uma maneira de contribuir e eu peço a contribuição de todos vocês aí pelo CADES. Quanto mais contribuição melhor fica o projeto. O projeto é nosso, não é nem meu, nem de um de A de B ou C, é de todos nós e o dever de todos nós é construir um bom projeto.

Pergunta de Senhor da plateia: Quando eu for somar o valor da construção e mais o valor do metro quadrado naquela região eu vou inviabilizar... Porque quando eu construo eu também pago a área não é porque ela esta sendo comprada por esta ou por aquela forma. Então quando eu for construir naquela área o valor da unidade vai extrapolar o valor da "Minha Casa Minha Vida". É isso que eu procurei saber como é que vai ficar. Se o metro quadrado impede. Se eu construir... Seja inferior a cento e sessenta mil a unidade, eu não consigo construir naquela região e naquela área da Vila (...?) e Independência eu não consigo construção de interesse social. É essa que é a minha duvida. Como é que eu resolvo essa questão? O metro quadrado custa caro e mais o valor da construção. Como é que eu coloco moradia social ali? Essa é a duvida. Desculpe se eu passei uma ideia que o CEPAC também pagaria habitação social. Não é isso! A dúvida é assim: somado o valor do terreno mais a construção ultrapassaria cento e sessenta mil, como é que eu consigo colocar?

Sr. Gustavo Partezani: É por isso que a proposta é a do momento zero compra terra. Porque é claro que a Operação Urbana valoriza, não valoriza? Quem paga a valorização? Todo mundo, inclusive a prefeitura. Então parece inteligente inverter o processo. Ao invés de se ficar discutindo anos e anos se compra terra ou não compra, compra a terra no momento zero porque não valorizou porque não chegou à infraestrutura. Porque depois que chegar, o valor dobra, triplica, quadruplica, e aí ninguém compra terra, nem a prefeitura. Por isso da proposta. A tua fala é justamente... A justificativa que eu preciso para mostrar para todo mundo que a estratégia está correta. É comprar terra no começo e minimizar este processo de valoração da terra que inviabiliza a operação posterior. É importante ter a gestão nisso e a arquitetura da gestão é mais importante. E a gente está empenhado nisso. Tenha a certeza.

Sra. Ocleres Harkot: Obrigada. Eu vou passar a palavra para o Júlio, para ele fazer as considerações.

Sr. Julio César Reis: Só fazer uma consideração a respeito do que o Mauro colocou a respeito de Audiência Pública. Um pedido extra de audiência pública lá no Cambuci. As nossas audiências são todas feitas em cima de um procedimento e na resolução que declare que delimite as audiências, pede três audiências publicas. Isso vem desde o CONAMA, depois tem a resolução CADES 69 que fala disso e não poderíamos fazer... Não é que não poderíamos, mas não está previsto fazer uma nova audiência, mas o processo é totalmente transparente, tem o site da prefeitura, estamos à disposição, se de repente um grupo de pessoas lá do Cambuci, do movimento ou alguma coisa assim, quiser esclarecimentos específicos, a gente pode estar dando. Agora chamar uma audiência para a população isto não esta previsto e a gente não pretende fazer.

Sra. Ocleres Harkot: Obrigada. Eu vou passar a palavra agora para o Subprefeito do Ipiranga.

Sr. Alcides Gaspareto: Eu gostaria de agradecer a todos, parabenizar o Gustavo pela explanação, e apesar da ansiedade da comunidade em poder desfrutar destas melhorias, eu tenho certeza que todos entenderão a situação de que hoje está se planejando o que não se planejou no passado e isso não inviabiliza as ações que estão sendo tomadas paralelamente em cada secretaria, viabilizando situações de melhora para o dia a dia, enquanto se planeja coisas para o futuro a médio e longo prazo. E agradecer novamente a presença de todos e ressaltar a importância da participação popular no andamento deste processo. Obrigado para todos.

Sra. Ocleres Harkot: Obrigada. Eu passo a palavra para o Gustavo.

Sr. Gustavo Partezani: Gente, só agradecer a postura de vocês, acho que foi um debate muito produtivo, talvez o mais produtivo das três. Que de fato teve troca e isso é importante e convido a vocês a acompanharem o processo. Nós já fizemos algumas reuniões setoriais, vamos fazer outras, vamos visitar algumas comunidades, algumas associações e acompanhem todo o processo de gestão urbana e agradeço a paciência nesta noite conosco. Esperamos estar à altura de vocês para responder com um bom projeto para a cidade. Obrigado.

Sra. Ocleres Harkot: Obrigada. A Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente agradece e dá por encerrada esta audiência pública da operação urbana Mooca-Vila Carioca às 20 horas e 50 minutos. Tenham todos uma boa noite.

Fotos

03.12.2014 – Audiência Pública: Licenciamento Ambiental Prévio – Círculo dos Trabalhadores Cristãos

Transcrição da audiência pública para Licenciamento Ambiental Prévio realizada EM 03/12/2014
LOCAL: Rua José Zappi, 120 – São Paulo – SP
Horário: 19h às 22hs
Data: 03/12/2014

Objetivo: Discutir questões relacionadas ao Licenciamento Ambiental – Bairros do Tamanduateí – Operação Urbana Consorciada Mooca - Vila Carioca – Resolução nº 069 do CADES de 2002 – Data apresentação – 03/12/2014.

Sra. Ocleres Harkot: Eu, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável Ocleres Harkot, farei a leitura dos procedimentos da Audiência Pública. Iniciamos no Círculo dos Trabalhadores Cristão da Vila Prudente, endereço Rua José Zappi, 120 – Vila Prudente.
Vou fazer a leitura do Relatório de Publicação dos Editais – Audiências Públicas, com o objetivo de discutir questões relacionadas ao Licenciamento Ambiental – Bairros do Tamanduateí – Operação Urbana Consorciada Mooca-Vila Carioca, realizadas nos dias 01 de dezembro, 03 de dezembro e 08 de dezembro de 2014, às 18 horas. Informamos que o Estudo de Impacto Ambiental – EIA-RIMA, do Licenciamento Ambiental Bairros do Tamanduateí, Operação Urbana Consorciada Mooca-Vila Carioca deu entrada na Secretaria do Verde e Meio Ambiente – CADES, e foi publicado e tornado púbico nos dias vinte e um de fevereiro de 2014 do Diário Oficial da Cidade de São Paulo, dia 22 de fevereiro de 2014, no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, dia 25 de fevereiro no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, em seguida os editais das Audiências Públicas foram publicas foram publicadas nos dias: 07 de novembro de 2014 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo; 08 de Novembro de 2014 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo; 11 de novembro de 2014 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo; 08 de novembro de 2014 do Jornal Folha de São Paulo. Enviamos correspondência pelo correio e por email para os senhores Sr. Prefeito, Sr. Governador, Srs. Vereadores, Deputados, Secretários, Subprefeitos, Presidente da CETESB, Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Coordenador de Apoio às Promotorias de Meio Ambiente, Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, Procurador Geral do Município, Comandante da Guarda Civil Metropolitana, Conselheiros do CADES e CONFEMA, Conselhos Regionais de Meio Ambiente, Conselho Gestores de Parques, ONG's Ambientalistas cadastradas na secretaria e demais instituições constantes em nossa mala direta. O EIA-RIMA e o Convite da Audiência Pública estão disponíveis na internet na página do CADES.
Agora em vou chamar para compor a mesa: o Sr. Júlio César dos Reis representando a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente na pessoa do nosso Secretário Vanderlei Meira do Nascimento. Chamo também para compor a mesa o Sr. Gustavo Partezani Rodrigues – Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo, o Subprefeito de Vila Prudente – Sr. Marcelo Rinaldi e Fernando Túlio Franco, representando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbana. Dando continuidade ao procedimento – Secretária Executiva do Conselho de Meio Ambiente e Desenvolvimento – CADES – Ocleres Harkot. Quero manifestar a presença do Sr. Marcelo Rinaldi, Sr. José de Deus - Chefe de Gabinete da Vila Prudente; Sr. Rafael Pinheiro, representante da Vereadora Edir Salles; Sr. Edilson Mineiro, do Gabinete do Vereador Nabil Bonduki; Sr. Renato Chiantelli, do Círculo dos Trabalhadores Cristãos da Vila Prudente. Nós queremos agradecer também a nossa acolhida aqui, Sr. Manoel dos Santos – Coordenador do Movimento de Defesa dos Favelados; Sr. Hirão Tessari, do Jornal da Zona Leste (falei certo o nome), Hirão Tessari, retificando o nome do Jornal da Zona Leste; Sr. Rubens Ribeiro da SAVALP, Sr. Hélio Fernandes Rezende, do Rotary da Vila Prudente e os Moradores da Favela da Vila Prudente; Força Habitacional Nove de Julho; ULCM Leste 1; Sr. Cladenir Bandeira Alonso - Diretor Regional de Educação do Ipiranga. Agora dando continuidade aos trabalhos, com relação à manifestação dos inscritos, nós temos uma mesa à direita e assim que começar a explanação do Projeto da Operação Urbana Mooca-Vila Carioca quem desejar se manifestar eu peço que faça a inscrição aqui ao lado e as inscrições ficarão abertas durante a apresentação. Ao final da apresentação as inscrições serão encerradas e nós começaremos a chamar para manifestação. Para entidades da Sociedade Civil, manifestação dos presentes e autoridades, 5 minutos para cada exposição e, a critério do presidente da seção, o tempo de exposição previsto poderão ser ampliados. Para garantir o bom andamento da Audiência Pública e segurança dos participantes a entrada de pessoas no recinto será permitida somente até o limite de sua lotação. Agora para abrir os trabalhos eu passo a palavra para o Sr. Júlio César que está representante a Secretaria do Verde.
Sr. Júlio César Reis: Boa noite a todos, é um imenso prazer que eu tenho em nome no Secretário Vanderlei Meira do Nascimento da Secretaria do Verde de ter a honra de participar desse ciclo de Audiências Públicas e essa já é a segunda. Tivemos uma na segunda-feira onde os resultados foram bastante positivos e tivemos aí bastante encaminhamentos para auxiliar no processo de Licenciamento. Vou agradecer novamente e espero que os Srs. Aproveitem e que façam mais contribuições para que a gente possa fazer com que esse Licenciamento seja o mais proveitoso para toda a coletividade.

Sra. Ocleres Harkot: Passo a palavra para o Subprefeito de Vila Prudente, Sr. Marcelo Rinaldi. Por favor.
Sr. Marcelo Rinaldi: Muito boa tarde às senhoras e aos senhores. Na pessoa do Sr. Gustavo Partezani Rodrigues, cumprimento às autoridades todas aqui da mesa, faço o meu agradecimento especial ao Círculo de Trabalhadores Cristãos, entidade tradicional e competente da Vila Prudente, grande parceira. Destaco a presença do Sr. Edilson – representando o Vereador Nabil Bonduki que foi um dos artífices do Plano Diretor. Tenho que destacar a presença do Sr. Rafael que assessora a Vereadora Edir Sales, a eterna e grande amiga da Vila Prudente. Cito aqui a presença do Sr. Manoel dos Santos do MDF; o jornalista Sr. Hirão Tessari, falei certo, já foi corrigido. O Sr. Rubens Ribeiro da SAVALP; Sr. Hélio Fernandes do Rotary que chamo de amigo, o Sr. Júlio Cesar - DECONT, eu já cumprimentei as autoridades da mesa aqui. É necessário, preliminarmente,a bordar um pouco da a aprovação do Plano Diretor da cidade de São Paulo. É uma iniciativa corajosa do Prefeito Fernando Haddad de dotar a cidade com um Plano Diretor que vai organizar e reorganizar esse mundo que é a cidade de São Paulo. Essa tarde é uma tarde memorável porque, para a Vila Prudente, é o início de um processo de participação onde vamos poder discutir a aplicação do lucro imobiliário. Nós que conhecemos o lucro imobiliário como justo, não é Dr. Gustavo? Mas é também necessário à redistribuição dele na própria região. É isso que nós vamos ouvir nessa tarde. O Plano Diretor que deve reesquadrinhar a cidade de São Paulo trará aí as grandes modificações para todos nós. Especificamente hoje, vamos falar do Arco do Tamanduateí. Eu peço a participação atenta de todos os nossos munícipes, porque é dessa participação que nós vamos poder opinar pelo melhor e pela continuidade daquilo que interessa à população local. Plano Diretor: revolucionário, corajoso, aonde o prefeito conseguiu repartir o dinheiro do lucro imobiliário em contrapartida do reinvestimento dos locais que mais precisam e é isso que vai acontecer, e é isso que nós vamos ouvir agora a partir desta tarde. Era isso que eu gostaria de falar com as senhoras e senhores e seguirmos aí um bom trabalho para nós, na tarde de hoje. Muito obrigado senhoras e senhores, aos funcionários que participam, à Guarda Civil que está aqui presente. Muito obrigado de coração.
Sra. Ocleres Harkot: Eu chamo agora o Sr. Fernando Túlio Franco representante da Secretaria para fazer as suas considerações de abertura.
Sr. Fernando Tulio: Obrigado. Primeiramente dar boa tarde a todas e todos. Eu vou ser bastante breve, pois o Gustavo vai dar mais detalhes na apresentação, o que é objeto de hoje e eu vou fazer uma contextualização do que seria importante para o debate que aqui se inicia. Acho que tem uma palavra bastante importante quando a gente fala do Plano Diretor Estratégico que é a palavra “Estratégico”. A gente vive numa cidade de 12 milhões de pessoas. Se a gente falar da região metropolitana, passam de 20 (milhões) se a gente quiser transformar esse território que a gente entende que por um lado tem problemas, mas por outro lado, têm potencialidades, a gente tem que dirigir os investimentos para as áreas mais estratégicas da cidade.
O Plano Diretor estabelece nos artigo 9º (nono) uma estratégica para que isso se efetive. Essa estratégica se traduz basicamente em três eixos preponderantes: um deles são os corredores de ônibus, metrôs e sua área de influência e que se pretende ter um adensamento e aproximar o emprego e a moradia por meio de edifícios com densidade habitacional, densidade construtiva maior, mas com qualidade urbana. Então essa é uma das estratégias do Plano Diretor. Outra estratégia bastante importante é um nome técnico – chama Macroárea de Estruturação Metropolitana, que foi colocado no início da campanha como Arco do Futuro. Essa Macroárea de Estruturação Metropolitana ela se divide em 3 partes: a primeira parte é a área central da cidade, uma área estratégica. A segunda área é a orla dos rios e a orla ferroviária e aqui a gente se enquadra aqui. A região da Mooca e de todos os bairros do Tamanduateí estão inscritos nessa área e depois os eixos de desenvolvimento que vão para a Zona Leste, Zona Sul e Zona Norte com objetivos específicos. Nessas áreas, dada a complexidade delas, foram estabelecidos perímetros e que devem ser estabelecidos projetos de intervenção urbana que são os PIUS. Esses projetos têm como objetivo orientar de forma estratégica essas transformações, esses territórios. Então o Bairro do Tamanduateí que é o Arco Tamanduateí, enfim esse é o nome técnico, ele se inscreve nesse contexto. Então foi delimitado um perímetro e nesse perímetro foi estabelecido um prazo que até 2015 para que seja encaminhado um Projeto para a Câmara de Requalificação dessas áreas. Só para finalizar, qual que é o instrumento que a gente tem pra fazer esse projeto? É a Operação Urbana Consorciada. O Plano Diretor garantiu uma série de avanços para que esse instrumento que é o projeto se dê de forma compartilhada com a sociedade e se dê de forma a garantir aqui o que foi dito pelo Subprefeito, para garantir justiça social. Três pontos que eu gostaria de destacar são os seguintes: 1º foi definido que a Operação Urbana será gerida pelo Conselho Gestor Paritário, esse ponto é bastante importante. O 2º ponto que eu acho que merece ser destacado é com relação ao percentual mínimo de áreas de Interesse Social ou de Habitação de Interesse Social definidas nessas operações. É estabelecido 25% como o valor mínimo a ser destinado para habitação de interesse social e um 3º ponto também, a possibilidade de trabalhar com perímetros expandidos para que sejam feitas as melhorias urbanísticas na parte de habitação, drenagem e equipamentos públicos. Só fazendo esse contexto para que então o Gustavo faça uma apresentação mais pormenorizada. Obrigado.
Sra. Ocleres Harkot: Vou manifestar a presença de Rita de Cassia – representante do Vereador Jair Tatto e passar a palavra para o Estudo de Impacto e Relatório de Impacto Ambiental que o Sr. Gustavo Partezani Rodrigues – Diretor de Desenvolvimento da SP-

Urbanismo fará agora a sua apresentação. Eu peço que a mesa de descomponha para nós podermos ver os slides e após eu chamo a mesa novamente.

Sr. Gustavo Partezani: Boa tarde, boa noite a todos e a todas. Primeiro obrigado pela presença e acolhimento aqui da Vila Prudente para que a gente garanta aqui na 2ª Audiência Pública do Processo de Licenciamento Ambiental Prévio do Projeto Bairros do Tamanduateí. É uma operação ao longo do eixo do Rio Tamanduateí. Vou pedir licença a vocês para fazer a apresentação em pé, aqui na frente para que a gente possa ter uma relação mais próxima e também ter um debate mais adequado.

O que nós vamos apresentar hoje é um Projeto Urbano que visa determinar uma série de questões específicas e direcionamento urbanístico ambiental de mobilidade, de habitação, de patrimônio histórico de drenagem, de infraestrutura para a região dos bairros ao longo do Rio Tamanduateí. A gente chama de Bairros do Tamanduateí porque a gente tomou o eixo do rio como principal vetor de desenvolvimento e esse eixo do rio está composto por diversos bairros. São sete ao todo que eu vou mostrar pra vocês hoje e eu gostaria então de começar a apresentação mostrando o que nós vamos falar para que todos tenham esse entendimento e que possa haver interesse mais preciso de vocês. Nesse sentido eu vou mostrar os problemas que foram já identificados nessa região, questões técnicas, questões vinculadas à infraestrutura, depois vou mostrar cada projeto para cada um dos sete bairros. Nós temos o Cambuci, a Mooca, o setor das indústrias da Henry Ford, nós temos o Parque da Mooca, o Ipiranga, a Vila Carioca, a Vila Pudente e a Vila Zelina. Eu vou mostrar cada um dos bairros e o que para cada um desses bairros a gente está propondo. Depois eu vou juntar todas as propostas para vocês terem ideia de toda a condição geral desse projeto dos Bairros do Tamanduateí, Depois mostrar quais são os impactos ambientais que esse projeto poderá gerar no bairro. Vou tentar fazer isso em 45 minutos, é bastante informação. Não vou mostrar toda informação no detalhe, vou guardar para o debate ou para as perguntas que vocês fizerem, os detalhes mais precisos a gente vai poder voltar e olhar com detalhe, com o devido cuidado. Tudo isso começa com o Plano Diretor como o Subprefeito colocou muito bem e o Fernando Túlio da Secretaria também colocou muito bem.

O Plano Diretor aprovado na Lei 16.050 em julho passado, estabeleceu uma região muito específica da cidade. O desenho todo é o município de São Paulo, para quem não conhece é toda a região que a gente chama de Cidade de São Paulo e o que está em cinza em volta dele é a região Metropolitana, os municípios que estão ao redor. E esse município de São Paulo tem oito macroáreas e cada uma tem um critério. As macroáreas verdes são macroáreas ambientais, na macrozona ambiental, as macroáreas laranjas, amarelas e vermelhas são as macroáreas urbanas. Tem vários tipos de macroáreas na cidade. O que chama atenção é essa vermelha, que é aquela que está ao longo dos principais rios da cidade, o Tietê que vocês conhecem, o Pinheiros, o Rio Tamanduateí que é o que dá o nome ao nosso trabalho, ao nosso projeto e ao longo desses rios todas as conexões na escala metropolitana acontecem. É por onde chegam as rodovias, é por onde temos os terminais rodoviários, é onde passa o trem, é onde passam as principais linhas de Metrô, é onde eu consigo conectar os municípios do ABC, de Osasco, de Guarulhos, de Mauá, de Embú, de toda a região metropolitana que está em volta de São Paulo. E dentro dessa macroárea, o Plano Diretor nos fala que a gente tem que cuidar de projetos específicos, de debater e construir projetos específicos que melhorem a vida de quem vive, de quem trabalha, de quem passa por essa região, diferentemente das outras áreas da cidade que o Plano Diretor já estabelece critérios, que a própria Lei de Zoneamento que está em debate, que vai ter uma minuta, uma proposta e que na semana que vem será posta ao público.

Essa região vermelha, esse plano fala que a Prefeitura tem que fazer projetos específicos e discutir condições específicas de melhoria da vida de cada um. Por que específico? Porque é uma região estratégica não só para o município, mas para toda a área metropolitana. É a região onde tem muito emprego, onde mora muita gente, tem muita infraestrutura. A questão apontada pelo Plano Diretor aprovado em julho passado gerou essas Audiências Públicas. Então são três audiências. Nós estamos exatamente naquela barra vermelha. O que vai acontecer depois disso? Se as audiências colocam as demandas, o CADES sugere alterações e nós obtemos o Licenciamento Ambiental Prévio. Isso vira uma minuta de Lei que é enviada pelo Prefeito à Câmara de Vereadores, a Câmara discute este projeto de lei que traz todos esses benefícios, aprova esse projeto de Lei, o prefeito sanciona e aí sim nós começamos a implantar a operação. Então tem um tempo para acontecer isso. As nossas perspectivas são bastante otimistas e contamos com a ajuda de todos vocês para que até o final do ano que vem a gente tenha isso concluído, é uma perspectiva. Depende de nós técnicos, depende de vocês, sociedade na relação da construção desse projeto. Se a gente conseguir fazer isso no fim do ano que vem, a partir de 2016, a gente vai começar a transformar esse território e esse território é muito grande, mora muita gente, trabalha muita gente, portanto vai demorar algum tempo para ele se transformar. Vamos discutir isso ao longo da apresentação. O que nós estamos fazendo aqui é uma audiência da LAP – Licença Ambiental Prévia que atesta a viabilidade ambiental e consequentemente relacionada à questão econômica, urbanística e da infraestrutura deste plano. O artigo 3º da Resolução CADES é que estabelece esta ordem.

Muito bem, naquela mancha vermelha que eu mostrei para vocês tem um pedacinho ao longo do Tamanduateí que chama Setor Arco Tamanduateí e é parte desse setor que se dá o projeto dos Bairros do Tamanduateí. Esse setor tem potencialidades e diretrizes. Ele poder ser implementado com a operação da oferta do transporte público e a qualificação desse transporte. Ele pode trazer uma ampla

participação e a produção da Habitação de Interesse Social e de equipamentos para atender uma demanda latente que tem na região e na cidade e ele tem um programa também importante de resolução da drenagem, dos alagamentos, das inundações que acontecem aqui no bairro. As diretrizes são o adensamento populacional, é uma região muito estratégica; veja que interessante onde nós estamos: nós estamos no centro do município, na porta de entrada de todo emprego em potencial que tem o ABC, na borda do mini anel viário ao longo do Tamanduateí. É uma região de infraestrutura estratégica, próxima ao emprego, próxima ao centro e que deve ser melhor aproveitada, deve ter possibilidade de morar mais gente, de ter mais emprego. Eu diminui a distância entre emprego e habitação, para ao invés de levar horas no transporte, morar perto do trabalho, perto da escola, perto do parque e do lazer. Então é um pouco esse o plano de fundo do projeto. Trazer para essa área estratégica um desenvolvimento específico com recurso específico. Para isso nós encontramos problemas, não vamos entender que não temos problemas, dificuldades com bastante qualidade, mas também temos problemas. Esses problemas estão voltados com a questão de moradia e emprego como eu disse, estão voltados para a questão da transposição entre os bairros. A ferrovia é um bloqueio.

A Mooca, o Ipiranga, o lado da Mooca, para o lado da Vila Prudente, para o lado do Ipiranga, da Vila Carioca tudo se completa também, é importante integrar as oportunidades, também temos problemas com a drenagem com a contaminação de solo, com os córregos e com o ambiente da região. O nosso conceito é criar uma cidade compacta. O que é uma cidade compacta? É eu aproximar as oportunidades, é onde eu moro, onde eu trabalho, onde eu vivo, ao invés de ter grandes distâncias, onde eu perco muito tempo de transporte, eu tenho menores distâncias, eu posso ter outros meios de me transportar, deslocar e me sobra mais tempo para eu fazer outra coisa como estudar, trabalhar, ficar em casa com os filhos, passear no parque, jogar futebol, fazer alguma coisa que enriqueça a minha vida. Nesse sentido a gente propõe um adensamento populacional, morar mais gente, trabalhar mais gente aqui. Nós temos uma população atual de 140 mil habitantes em toda essa região. É muito pouca gente para o tamanho do lugar, cabe muito mais gente aqui se eu melhorar essa infraestrutura. E nós temos também 223 mil empregos aqui na região. A gente quer aumentar para 390 mil pessoas, 180% que a gente quer aumentar para 325 mil empregos criando uma relação de trabalho/emprego, quase um por um, quase um emprego por habitante. Uma relação muito boa, ótima, em países desenvolvidos, países que não tem tantos problemas como o nosso. A gente precisa construir isso junto, isso é uma proposta, a gente quer ouvir vocês de como a gente vai fazer isso. Problemas todo muito conhecem, problemas da porta de casa da cada um e eu convido você a entenderem o problema geral, da porta de casa, do vizinho, do bairro, do outro bairro vizinho, do outro lado da ferrovia. Nós temos um problema de conexão entre um lado e outro, a ferrovia no bloqueio, nós temos problemas de inundação, essa mancha azul é tudo que alaga aqui nos bairros. Eu não estou falando só da Vila Prudente. Vamos localizar – a Vila Prudente está aqui, nós estamos aqui, nós estamos bem por aqui; isso aqui é a Vila Carioca, o Ipiranga está aqui, aqui está o Setor Industrial da Mooca, o Parque da Mooca com a Paes de Barros, o bairro da Mooca e o bairro do Cambuci.

A mancha azul é ao longo de todo o rio. É onde passava o rio, antes de ser retificado. Tem problema de alagamento sim e tem que ser enfrentado e não é simples. Ao mesmo tempo a Mooca, esse mapa é muito bacana. Esse mapa se chama: ilhas de calor. Quanto mais escuro, mais quente, e esse lugar é o lugar mais quente da cidade. Não porque bate mais sol, o tanto que bate sol em outras regiões, porque aqui tem menos arborização urbana, tem menos área verde, tem menos área permeável, apesar de estar na várzea do rio, a gente tem menos oportunidade de troca de calor, de dissipação desse calor, por isso a sensação de mito quente. Quanto mais claro, menos quente, não posso dizer mais frio porque São Paulo não é tão mais frio, temos cores mais frescas, quanto mais vermelha, mais quente. A gente tem propostas para melhorar esse calor aqui dos bairros. Nós temos também muitas favelas e cortiços na região, todos os pontinhos vermelhos são as favelas mapeadas e os pontinhos pretos são os cortiços mapeados. Vejam que cortiço está muito mais próximo do centro da Sé, do Cambuci ali, favelas mais ao longo do rio, mais próximas aqui do sul. A gente tem tudo isso mapeado. São 16 favelas e são 3.250 famílias que estão nessa condição. E aí a gente vai olhar os sete bairros: o bairro do Cambuci, da Mooca, do Ipiranga do Henry Ford, do Parque da Mooca, da Vila Carioca, da Vila Prudente e da Vila Zelina. Vale lembrar uma coisa gente, não é toda a área do bairro que está na área de operação, é muito importante isso. A operação está desenhada dentro do perímetro da macroárea que expliquei agora a pouco. Às vezes, o pessoal da rua de trás não está contemplado, vai perder com isso? Não, vai ganhar! Porque também a borda da área recebe uma influência indireta da operação, e também recebe benefício. É importante vocês entenderem isso para não achar que meu vizinho da rua de trás está prejudicado, ou então ele vai querer comprar a minha casa que está dentro da operação para ter alguns benefícios necessários. Não é bem assim. Existem benefícios na região da operação, envoltórios, e existem deveres que são da operação. Vamos começar pelo Cambuci, tenho que mostrar todos, não sei se tem alguém que mora no Cambuci aqui hoje? (Que) Trabalha no Cambuci? Não temos, mas infelizmente eu tenho que mostrar porque a gente mostra todas as áreas afetadas para que haja transparência no processo. Cambuci tem essa imagem, todo mundo conhece, a São João Clímaco, o Expresso Tiradentes, a área do IAPI, a área da Praça Nina Rodrigues, a ligação da borda do bairro do Glicério com a Sé, muito próxima do centro, muita infraestrutura, bem servido, parcialmente arborizado, o Outero da Glória faz parte do bairro do Cambuci ali no começo do Largo do Cambuci e a gente tem algumas propostas. Propostas em quatro campos: primeiro mobilidade. Não é de fazer grandes vias de transporte, a gente criar uma articulação de

novos acessos aos bairros. Essas linhas vermelhas são os melhoramentos viários para melhorar a conectividade e acessibilidade do bairro. Também, nós queremos ligar a Mooca com o Cambuci através de passagem em nível. Como fazer isso? Tirando aquele tampão do Tamanduateí. Recuperando a passagem da Ana Nery e da Luiz Gama que existia antigamente. A gente quer fazer um amplo plano ciclo viário ao longo do bairro. A gente quer também, propor três parques: um na área da Eletropaulo, um numa gleba que pode ser parcelada onde tem um supermercado hoje e outra um parque inundável, que é um parque que ajuda no processo de drenagem a mitigar o alagamento da região. Esses parques e esse bairro estão servidos de vários equipamentos de educação, de saúde que são aqueles pontinhos brancos ali. A gente quer propor doze novos equipamentos nesse bairro. A gente quer também propor 3.600 unidades de Interesse Social para até 7.300 famílias que poderão vir morar no bairro. 3.300 são de faixa 1 ou faixa 2 – de 0 a 3 e de 3 a 6 salários mínimos. São basicamente as famílias atendidas pela promoção social pública da moradia. Junto com moradia a gente tem que pensar que tem que ter escola, posto de saúde, creche, equipamento social, equipamento de lazer, parque para brincar, para passear, resolver a enchente e ter transporte. Tudo isso conforme a questão da habitação, o habitat do bairro. Então tudo isso trás a melhoria para o bairro. Tudo isso é uma maquete, uma ilustração de como pode ficar o bairro com essa operação. Você tem um adensamento populacional de emprego, uma proporção de unidades de Interesse Social, perdão, você tem os parques propostos para o verde, você tem a ampla arborização urbana ao longo da Av. do Estado que é avenida que divide os dois bairros Cambuci e Mooca. Você tem um parque que tem áreas para drenagem para receber as águas da chuva, tem áreas de lazer, áreas de passeio, praças esportivas, você tem uma série de lojas, comércios, serviços sendo propostos nas ruas com alargamentos de calçadas e qualificação das ruas. Nós estamos mudando um pouco a lógica, não poderá mais haver prédios que só tem o muro para a calçada, que gera insegurança, nós estamos incentivando que hajam prédios e habitações com comércio e serviços no térreo, que tenham lojas, que tenham vida ativa, que geram segurança nas ruas, se bem que o problema de segurança é amplo na cidade porque a gente tem muita rua que não tem movimento, que tem problemas, uma sensação de insegurança. A gente precisa buscar um pouco, reverter esse processo.

A Mooca é um bairro um pouquinho maior, a agente conhece a Av. do Estado também, ali é o Itaú – Centro de Tecnologia, tem a Estação Mooca do Metrô, a antiga Fábrica da Antártica, a gente tem os Moinhos e o patrimônio da Rede Ferroviária extinta, tem uma série de Cantinas, bares e restaurantes, áreas importantes. A Praça Alberto Lion na Mooca, por onde passa o Expresso Tiradentes, tudo isso são pontos focais na Mooca. Tem a antiga Fábrica de Cervejas, a antiga Comgás que está fechada hoje, o Viaduto São Carlos que cruza a ferrovia e a gente também faz conexões melhorando o plano viário do bairro da Mooca. A gente também propõe um plano de ciclovias e cicloviário. A gente propõe muitos parques: são cinco parques nestas partes inundáveis. O que é Parque Inundável? Muito interessante isso. É um parque que durante a seca, a estiagem ele é gramado, tem quadras, tem campo de futebol, tem uma série de equipamentos para o lazer e quando chove esse parque recebe a água excedente da rua, ele alaga, não é a casa da gente que alaga, é o parque. Quem é mais antigo já ouviu falar em jogar futebol no Canindé, já ouviram essa expressão? O Canindé era a várzea do rio, na estiagem secava, criava a várzea planície, a molecada joga bola, quando chove o rio enche e a molecada volta para casa. Aquela lógica do Canindé, na época do meu avô, no caso, quando meu pai era muito pequenino! Ela não existe mais hoje. A gente está recuperando esse conceito para área de lazer, então a gente pode jogar bola, pode passear, pode ir ao parquinho. Se chover alaga o campo de futebol, que eu jogo, ou o gramado que eu passeio e não a porta da nossa casa. Essa é a lógica: é área de lazer funcionando como elemento de drenagem. Temos cinco parques aqui colocados, tem equipamentos existentes. Estamos propondo 38 novos equipamentos na região. Tem a possibilidade de receber 18.000 famílias, 3.500, um pouco mais, de Interesse Social, de faixas de renda de 0 à 3, 3 à 6 que vão morar num lugar que tem parque, plano cicloviário, boa estrutura, trem e corredor de ônibus. Essa é a maquete de como ficaria a relação, de como ficará o bairro da Mooca, demos um “zoom” na Fábrica da Antártica, no patrimônio. Tem um adensamento previsto, é um lugar muito estratégico para não morar ninguém, mora muito pouca gente aí, tem uma boa infraestrutura de transporte, mas não é usada no seu potencial. A gente vai qualificar para poder trazer oportunidade de morar, sendo que ai, 20% pelo menos da população, neste bairro, será de Habitação de Interesse Social que serão atendidas pelos planos de interesse social. Aqui é um parque inundável que está cheio e quando seca, fica gramado, dá para brincar, dá para usar.

O Ipiranga, a gente conhece o Museu do Ipiranga, a famosa Casa do Grito, a gente conhece aqui uma vista aérea do bairro, o eixo da Avenida D. Pedro, o Museu do Ipiranga, o Parque do Ipiranga, aqui é todo o bairro do Ipiranga. Estação Sacomã está lá atrás, Vila Prudente está aqui nesse ponto, aqui é a Avenida do Estado e a Av. D Pedro. As propostas também têm ligações. O bairro do Ipiranga é muito bem estruturado, não tem que qualificá-lo, não tem que inventar muita coisa, a gente quer melhorar o que existe. O plano cicloviário, mais dois parques que são o Parque da Foz do Ipiranga e da Praça São Paulo. Um dos maiores parques e mais bem preservados da cidade está ai, que é onde está o Museu do Ipiranga, o Parque do Ipiranga. A gente vai colocar equipamento. Tem muito equipamento, o Ipiranga já tem muito equipamento, vamos propor mais 15 novos equipamentos na demanda daquilo que falta, mas é um lugar que tem muito hospital, tem equipamento de saúde, tem equipamento cultural, tem equipamento de lazer, é muito bem servido, mas tem que qualificar este processo. Temos também a possibilidade, aí no Ipiranga é uma área criadora de recursos e vou explicar já o que é isso. Mais

de 20 mil famílias podem vir morar nesse bairro sem criar problemas na infraestrutura e a gente tem aí a possibilidade de moradia de interesse social também agregadas. Tudo isso qualificado gera a habitação, a melhoria do bairro também. Isso é a maquete de como ficaria. Aqui o parque, o parque inundável, dá para ver o desenvolvimento, tudo que está em vermelho é comércio e serviços, é rua com fachada ativa, com padaria, com farmácia, com lavanderia, mercadinho, com tudo aquilo que a gente precisa para não pegar o carro para fazer, dá para fazer a pé. Então é um pouco esse o incentivo que o projeto trás para a região dos bairros.
Henry Ford é um pouco diferente, não mora quase ninguém nesse setor, é o setor industrial da Mooca. Vocês conhecem ali na Rua Henry Ford, Rua Barão de Monte Santo, uma série de ruas que tem nesse setor, aqui o Shopping Center novo que tem ali próximo ao viaduto, próximo à Comunidade de Vila Prudente que está para cá, e temos um grande terreno que se chama Gleba Esso. Aqui é uma vista aérea de toda essa região aqui. O Expresso Tiradentes que vem de um lado e de outro, tanto do Ipiranga quanto da Henry Ford. A proposta é melhorar as ruas, melhorar o número de ruas, melhorar a acessibilidade do bairro, plano cicloviário, novamente, um novo parque aqui na Rua Dianópolis, parques inundáveis nas transversais. Aqui está a estação Ipiranga, vocês se localizaram? A Estação de Trem da CPTM do Ipiranga. A gente tem equipamentos existentes e precisamos de mais 11 novos equipamentos para a região. A gente não tem quase ninguém morando. Então quem vai morar aí vai ter a sorte de ser uma habitação exclusiva para Interesse Social. Incentivar as faixas de rendas mais baixas à morar. Lembrando que essa Operação Urbana, esse projeto é um projeto social e ambiental, porque ¾ do recurso disponível será aplicado em moradia, equipamento, parque, áreas verdes e drenagem, isso é muito importante. É diferente de todos os projetos da cidade que abriram pontes, viadutos, novas avenidas, etc. Aqui, o pesado do dinheiro é social e ambiental. Aqui o Plano Geral com os novos equipamentos, a maquete de como ficaria, tem parque proposto aqui, novos parques pontuais junto à Estação Ipiranga, com drenagem, nós estamos incentivando a permanência do processo produtivo das indústrias ou senão as indústria como já estão, novas indústrias tecnológicas, mas que gerem emprego. Não nos interessa remover esse pessoal daí para criar habitação. Habitação pontual, claro, sempre uso misto da cidade, mas é um lugar de muito emprego e a gente quer manter esses empregos aí, isso é importante para discutirmos aqui hoje.
Parque da Mooca que é a região ali do Clube Juventus, a região da Paes de Barros, não tem muito plano viário, porque já existe e está muito bem qualificado, qualificar e melhorar, plano cicloviário é importante. Temos a requalificação de parques existentes e proposta de novos. Temos só seis novos equipamentos. Tem muito equipamento no local já, a gente monitorou e mapeou que são sei escolas e creches, então a gente vai colocar equipamento de educação nesse sentido. São 8.300 novas famílias morando sendo parte em HIS. O Ipiranga e a Mooca são áreas para gerar recursos para a Operação Urbana. Os demais bairros são para receber esses recursos. É como se tirasse recurso de onde tem mais qualidade, que precisa de menos melhoria e colocasse o recurso onde precisa de muita melhoria. O Ipiranga e o Parque da Mooca, por exemplo, não alagam, não inundam, quem mora lá não tem problema com enchente, quem mora em baixo tem. Como chove embaixo tanto quanto em cima, a água de cima corre para baixo, nada mais correto que montar um sistema de que o recurso de cima ajude quem está na parte de baixo no caso da drenagem por exemplo. Então é importante ter clareza de como é que esses recursos são construídos. Aqui é a maquete de como ficaria. Aqui é o linhão que passa no meio do bairro, Linhão da Eletropaulo, comércio e serviços.
Vila Carioca, alguém é da Vila Carioca aqui? Só um. Vila Prudente tem alguém que mora? O resto mora onde? No Ipiranga. O importante é mapear que a gente possa discutir com foco. Aqui é a Vila Carioca, é uma antiga área industrial, polo logístico, importante para a cidade. É onde fica a comunidade de Heliópolis, é uma vista da Heliópolis, a gente precisa melhorar as conexões entre os bairros, melhorando o plano de infraestrutura, principalmente a sul onde está a comunidade de Heliópolis, plano cicloviário. Quatro novos parques inundáveis na região. Grande parte na gleba da Petrobrás perto de Heliópolis. Precisamos de 29 equipamentos, aqui precisa de equipamento porque não tem equipamento. É muito ruim. De escola, posto de saúde, de creche, de assistência social e tudo mais. Precisa colocar muito investimento em equipamento, quase 30, então muito equipamento para esse lugar. E os Parques, HIS – 20 mil unidades de Interesse Social na proposta, 7.000 mil, mais de 7.000 mil de Interesse Social. A Operação Urbana detectou uma demanda de 3.300 unidades que precisa aqui para região. A gente está propondo 20.000 mil, nós somos corajosos, precisamos da ajuda de vocês para empurrar essa coragem porque é sete vezes mais do que a região precisa. Porque que é sete vezes mais, para compactar a cidade e trazer mais gente morando nesse lugar. Então é importante a gente ter clareza disso e discutir aqui, isso hoje. Essas habitações, com esses equipamentos, plano cicloviário e parque geram um bairro que a gente quer hoje. Aqui na maquete, de como ficaria, com os 29 equipamentos do adensamento proposto, os parques e a mobilidade.
E finalmente a Vila Prudente e Vila Zelina que é o menor trecho, é o menor setor da operação. É um setor que já está qualificado, que tem transporte, tem Metrô, Linha 15 está chegando, inaugurada ou em teste, que vai inaugurar logo para a gente poder andar e operar de fato toda questão. Não é todo o bairro de Vila Prudente que está no perímetro, é apenas uma parte no perímetro. Vamos mostrar aqui. Nós temos a comunidade de Vila Prudente que está nesse perímetro inteiramente colocada. A gente tem uma obra até ali – o Expresso Tiradentes, o Piscinão da Guamiranga, que é uma obra do Governo do Estado - DAEE que tem feito, com Conjunto de Detenção

Provisória, Shopping Center, estão a Estação da linha 2, da Linha 18 da CPTM que vai até ali. Aqui está a Ignácio de Anhaia Mello, aqui a Estação Tamanduateí, aqui está o Shopping Central Plaza e é esse o Perímetro que a gente tem na operação. Esses perímetros estão gravados na Lei do PDE, não dá pra puxar para lá e para cá, já está pactuado. O que dá é para qualificá-los e como é que a gente faz com as bordas desse perímetro? A gente vai discutir aqui também hoje. Nós temos algumas conexões, plano cicloviário, a gente tem um plano de arborização. Essa arborização qualifica praças e parques existentes, qualificações urbanas. Aqui, já tem alguns nessa área como um todo. Estão sendo previstos três novos equipamentos. Vamos ouvir, hoje, a demanda para ver se está correta. 4.000 mil novas famílias sendo que 25% de Interesse Social. É possível na região, isso com ações da Secretaria da Habitação, geram aí uma possibilidade de transformação do bairro. Como é que juntamos sete peças do quebra-cabeça numa proposta só para entender como é que tudo isso acontece na região.

Através desse Plano de Intervenção Urbana, esse PIU que tem como vocação o adensamento construtivo que é mais gente morando e trabalhando e com qualificação do habitat, com a infraestrutura. Mobilidade, plano cicloviário, parques e áreas verdes, habitação e equipamentos. Tudo isso, plano de habitação, plano de prevenção, plano de mobilidade e plano de drenagem. Nós estamos Licenciamento o Potencial Construtivo vendável de 5.000 milhões de metros quadrados (5.000.000m²), mais 850.00 mil metros para Habitação de Interesse Social. Se este projeto prosperar 100%, der tudo certo, existe a possibilidade de que 18% desse território todo se transforme. Como assim? Só 1/5 do território vai se transformar, se tudo der certo? Só. Porque é a possibilidade de transformação que a cidade de São Paulo tem, como média histórica, mais que a média histórica de transformação. Se fizer isso numa média. É claro que tem lugar que vai se transformar mais que outro, tem lugar que transforma 40 tem lugar que transforma 5, mas a média vai dar em torno de 18%. Esses são os setores, são os estoques e as densidades. Todo mundo conhece o Bairro de Santa Cecília, ou o bairro da República, Arouche, aquela região ali, aquela região é a que mais mora gente e trabalha gente na cidade. Então é a densidade que é a relação de 250 pessoas por hectare ou para ficar mais fácil, 250 pessoas por quadra, cada quadra mora em média 250 pessoas. Mora, habita lá. Parece pouco, mas é verdade. Tem muito escritório, tem muito comércio, tem muita loja, tem área verde, tem uma série de coisas que não moram pessoas. A média é essa. A Henry Ford, por exemplo, sabem quantas pessoas moram? 34 pessoas por hectare, na média. Se juntar todo mundo que mora lá e dividir pela área dá 34 pessoas a cada 10.000m², uma quadra de 100m x 100m. A gente está propondo que haja um equilíbrio, um aumento das pessoas para chegar próximo ao que é a Santa Cecília, por exemplo. Que é um bairro bom de morar, tem todos os serviços que a gente precisa, metrô na porta, escola na porta, hospital na porta, emprego na porta. É um pouco esta imagem que a gente vai tentar mostrar para vocês o que a gente pretende transformar. Mas vamos fazer um esforço para ser melhor do que aquilo, bem melhor. Nesse sentido a gente tem aqui os perímetros de coeficiente de aproveitamento que a gente está propondo. Tem uma área que a gente pode construir 6 vezes a relação do terreno, que é a área do Expresso Tiradentes, área que ninguém quer construir e trabalhar e tem a área que pode construir muito pouco, 2 vezes que é o eixo da ferrovia, que é área tombada, de patrimônio histórico que conta a história da Cidade de São Paulo. Nós temos todas as habitações previstas e onde estão previstos com seus números. Somando são 20.000 mil e tantas Habitações de Interesse Social para faixa de renda de 0 à 3 e de 3 à 6. Nós temos também todos esses equipamentos. São 98 equipamentos existentes, mais 112 que é o que a gente quer propor, 210 equipamentos ao todo, se o projeto prosperar. Cada bairro tem seus equipamentos listados aqui.

Essa apresentação está disponível do site de Gestão Urbana e do CADES, a gente sobe isso hoje. E a gente tem uma série de, vários quilômetros de ciclovias, novas ruas e, abrir o tampão do Tamanduateí, do rio e renovar a relação da cidade com o rio. Essa é a área verde que a gente tem, o que está escuro são parques, o que está em verdinho claro são áreas com bastante arborização nas calçadas, 27% da região tem isso, a gente pretende que 80% tenha isso. Reverter o quadro, parar esfriar a área mais quente da cidade. Isso são exemplos de Parques Inundáveis, foram colocados parques em todas as questões, são oito novos parques colocados e ainda tem os parques existentes que completam esse sistema. Nós temos também a possibilidade, tem uma proposta que a operação está fazendo. Esse plano custa muitos bilhões de reais para acontecer. A Operação Urbana não pretende arrecadar tudo, não é possível, é muito dinheiro, mas aquilo que a gente pretende arrecadar a gente pretende comprar todos os terrenos para habitação social, que é o nosso problema hoje. O problema não é construir a casa! É onde construir. Por isso que a constrói longe, a 2 horas do trabalho, lá na periferia. A gente quer que a prefeitura compre os terrenos no centro e ofereça 20 mil unidades para a população do centro e da borda do centro, da periferia que possa vir morar no centro. Então a estratégia é comprar toda a terra para habitação social e toda terra para esses 112 equipamentos, para as escolas, para os postos de saúde para as UBS e tudo mais. Fazer todo o plano de mobilidade, todos os parques, toda drenagem. O instrumento para fazer isso, que a gente escolheu chama-se: Operação Urbana.

O que é Operação Urbana? É um instrumento jurídico que antecipa recursos do consorciado. Vou explicar que o que isso? Através da venda de títulos de potencial construtivo, eu quero comprar um título para poder construir mais no meu terreno, eu pago esse dinheiro para a prefeitura, a prefeitura arrecada esse dinheiro e só pode gastar nas obras que estão nesta futura lei. Esse título chama CEPAC – Certificado de Potencial Construtivo Adicional. Ele é vendido ao mercado imobiliário como o subprefeito falou no começo aqui. Ele compra

antes, recebe o recurso antes para fazer essa infraestrutura. Essa é a ideia, e a Operação Urbana é um instrumento legal regulamentado pela Lei Federal do Estatuto das Cidades que permite a Prefeitura fazer isso. Desde que eu aprove uma lei, que eu Licencie ambientalmente, desde que eu ouça a sociedade como eu estou fazendo aqui hoje. Se eu conseguir fazer isso, e a gente espera. Então eu tenho aqui uma proposta de projeto feita pela Prefeitura que vai fazer as obras de estudos, parques, mobilidades, plano cicloviário, habitação social, todos os equipamentos. Eu vou vender esse título que se chama CEPAC, há investidores no mercado que vão realizar incorporações que vão voltar para a Prefeitura e a nossa previsão é arrecadar 5.170.000 (cinco bilhões, cento e setenta milhões) ao longo do tempo. Que tempo é esse? Amanhã? Não. Ano que vem? Também não. Começa em 2016 se tudo der certo, mas demora a arrecadar isso entre 25 à 30 anos. Demora quase que 150 milhões por ano. Tem um "bum" no começo e no final vai caindo. Ah, é... E para meu filho ver, para o meu neto ver? É isso que vocês vão dizer, tenho certeza que é isso, mas ainda bem, porque a gente tem que começar esse processo, nesse momento, para que a gente possa, nos próximos 10 anos arrecadar o suficiente para garantir as terras para Habitação de Interesse Social, para resolver a drenagem e resolver os equipamentos. Eu vou pedir só um silêncio, porque quando eu falo isso, tem esse "burburinho" e é importante falar para ser transparente, para gente discutir. Ninguém está prometendo nada aqui. A gente está mostrando o plano em desenvolvimento e a nossa função aqui é essa. Então nesse sentido é assim que ou vou gastar esse dinheiro, comprando toda a terra para habitação, reurbanizando, fazendo regularização fundiária de todas as comunidades que precisam. A Vila Prudente, por exemplo, é uma comunidade que precisa fazer isso. É um bairro, precisa melhorar o bairro, precisa dar propriedade a terra, precisa regularizar, precisa tornar nosso, de cada morador, então também vai ter recurso para isso. Recursos para equipamentos, para mobilidade, para áreas verdes e drenagem. O que a gente objetiva é o que eu falei agora a pouco, o sistema viário, as áreas verdes, oito parques, 100% dos terrenos para equipamentos e para HIS, reforma dos planos existentes, regularização fundiária das habitações e ações de preservação. A gente está reservando 4% do recurso para preservar o patrimônio histórico da linha ferroviária, que conta uma boa parte da história da nossa cidade. Isso é importante, é inegável reconhecer a história, então à gente está reservando alguns milhões para isso. Impactos do rio. Impacto Ambiental é a alteração do meio ambiente, é para atividade humana, nós alteramos o meio ambiente. A gente constrói a nossa casa, andamos na rua, trabalha, usufrui, consome alguma coisa. Isso interfere na saúde, na segurança, na atividade econômica, no emprego, na oportunidade de moradia, nos equipamentos, nessa biota que é o conjunto de todos os seres vivos, nos bichos, nas flores, nas árvores, tudo que vive aqui, isso é considerado no impacto.

Para esse projeto prosperar nós temos 36 impactos detectados, sendo que 11 são do território, do meio físico, escolas, por exemplo, está no meio físico, a drenagem, os córregos tem haver com o meio físico, a drenagem tem haver com a impermeabilização o solo, que nós mesmos fizemos, e por isso que alaga, isso é meio antrópico, meio socioeconômico, nós que fizemos. Então 11 do meio físico, 06 do biótico e 19 socioeconômicos. Todos os impactos podem ser resolvidos pela Operação. Existem 10 impactos positivos, por exemplo, aumentar a cobertura vegetal, fazer mais parque, gera impactos. Vão vir mais pessoas, vão vir mais fauna, vai ter mais flora da região, mas é um impacto legal, positivo, em contra partida tem impacto negativo, por exemplo, aumentar o número de pessoas que moram, construir mais, isso gera impacto negativo, a gente tem como resolver esse impacto, fazer um equilíbrio entre positivo e negativo. Nós estamos aqui, no processo de EIA-RIMA tem a fase de elaboração e discussão social. A gente está fazendo parte disso hoje, a implementação e a execução de algumas obras que nós vamos discutir aqui hoje. Tudo que há de bom na operação, isso aqui, aumento das áreas de uso das áreas subutilizadas, reduz o deslocamento aproximando emprego de habitação, melhora a distribuição desse emprego, reduz o impacto social, atrai novos investimentos, melhora o sistema vário, utiliza de forma equilibrada a infraestrutura. Nós estamos aqui e se a gente prosperar a gente vai andar até o final para começar.

Os trinta anos, é quase uma água gelada, não é, parece na hora da discussão, mas não é uma água gelada. A gente tem que fazer essa discussão. A gente tem que planejar, para a gente ver, para o nosso filho ver. Não quer dizer que vai demorar tanto tempo para começar. Começa no ano zero, mas para transformar tudo isso, para morar muito mais gente, para aumentar mais que duplicar a população, é uma geração que vai, não acontece do dia para a noite. Então parece muito tempo, mas não é muito tempo, é como se eu estivesse em 1990 começando o processo. Quiséramos nós que alguém lá, nos anos 80 tivesse pensado isso para a gente estar usufruindo agora. Mas a gente tem essa responsabilidade com os nossos filhos e netos. Eu sei que é água fria, parece que é amanhã, vai demorar muito, mas eu convido vocês a discutir isso e a melhorar essa proposta para a cidade. Vamos discutir isso abrindo o debate e obrigado pela oportunidade e pela postura de vocês! Obrigado.

Sra. Ocleres Harkot: Lembrando que as inscrições... Eu vou dar mais 2 minutos para quem deseja fazer alguma pergunta, falarem com a Angela. Por favor, quem deseja fazer alguma pergunta, se manifestar, porque ou vou encerrar as inscrições. Enquanto isso, eu quero registrar a presença da Sra Ana Maria Forly – Presidente do Rotary Clube da Vila Alpina, do Sr. André – Assessor da Vereadora Juliana Cardoso, do Sr. André Galhardo – representante do Vereador Paulo Fiorillo e Ana Maria Bulhões, representante do Vereador Toninho Vespoli. Agora nós vamos dar encerramento das inscrições. Eu vou pedir para trazerem as folhas à mesa para nós iniciarmos o debate. Bom, vamos dar início à lista de manifestação de entidades. Eu chamo a Sra Cícera Santos – da Leste 1, por favor.

Sra. Cícera Santos: Boa noite, meu nome é Cícera. Sou do Movimento de Moradia Leste 1. Neste projeto de urbanização a gente percebe que as áreas destinadas a HIS, elas estão mais nas áreas de várzea. Algumas delas foram colocadas há deficiência de equipamentos. Como vocês pretendem fazer com que isso caminhe lado a lado? Percebe-se que não foram todos os projetos apresentados que estão em área de várzea, mas a gente percebe que muito mais dos projetos, das áreas de HIS estão em área de várzea. Como movimento de moradia a gente trabalha com autogestão em forma de mutirão e aí, a gente percebe... Porque colocar essas áreas HIS para as famílias nestas áreas de várzea. Eu vi que tem muita área de várzea para HIS. As famílias que fazem parte do projeto social, elas desejam e esperam que no projeto de urbanização que elas não sejam engolidas por esses projetos, que elas realmente participem, que elas atuem, que elas permaneçam aqui. Porque a gente percebe que cada vez mais, São Paulo está crescendo e empurrando as pessoas para a periferia. Então minha pergunta, na verdade, é: Eu percebi que as HIS estão mais em áreas de várzea. Vocês falaram que faltam equipamentos em alguns bairros. Como vocês vão fazer, já que as HIS estão em área de várzea, como vocês vão fazer para que os equipamentos andem juntos para atender as áreas de interesse sociais? Obrigada.
Sra. Ocleres Harkot: Pela Ordem. Eu vou pedir para a pessoa falar neste microfone. Sr. Osmar Lemes.
Sr. Osmar Lemes: Boa noite. Sou morador da Vila Prudente, nascido aqui na Rua Amparo, desde o ano de 1960, ou seja, tenho 54 anos de Vila Prudente. Sou advogado e Diretor de Meio Ambiente da OAB/VP. Conselheiro do Conselho Participativo da Vila Prudente e Conselheiro do Meio Ambiente da Vila Prudente, desde o ano de 2012 e reeleito agora recentemente. Participando das reuniões do Conselho do Meio Ambiente observo que há uma contradição do que eu aprendi nos últimos três ou quatro anos. Nesses trabalhos que envolvem aqui a Mooca, Vila Carioca e Vila Prudente discutiu-se muito neste período o não adensamento populacional e sim a recuperação das comunidades, ou seja, das favelas existentes. Isto foi muito discutido no período em que compareci. Ou seja, dando atendimento à estas pessoas. Outra discussão que ficou muito clara nas nossas participações, pois acho que sou o único remanescente do CADES, não sei se tem mais alguém que foi reeleito, desenvolver São Paulo em pontos estratégicos inclusive nas periferias. Não trazer as famílias para o centro de São Paulo, pelo contrário, recuperar sim essa periferia e distribuir as empresas de uma forma coerente e prudente. Por quê? A nossa região já está saturada. Vejo e observo que o desenvolvimento para a área da margem do rio Tamanduateí não privilegia a região da Vila Prudente especificamente, ou seja, nós temos problemas fundamentais aqui na Vila Prudente cuja população necessita. Hoje vivenciamos o problema do Metrô e com isso a vinda e a falta de equipamentos. A vinda do Metrô nos trouxe crimes, assaltos, etc. Nós temos dificuldades em hospitais, nós temos dificuldades em creches, nós temos dificuldades, enfim, escolares, em educação. Então eu gostaria de saber, neste sentido, por que há esta contradição e por que o CADES Vila Prudente não participa e não participou desta discussão recentemente. Obrigado.
Sra. Ocleres Harkot: Pela Ordem, Sra. Larissa Alves da Leste 1.
Sra. Marisa Alves: Boa noite a todas e a todos, companheiros. A minha pergunta é bem breve para a Prefeitura. Primeiro falar que eu me chamo Marisa, faço parte da coordenação da Leste 1, mas também participo do Conselho Municipal de Política Urbana. Gostaria de fazer uma pergunta à prefeitura. Foi muito linda a apresentação, mas a gente vai estar bem velhinho, tenho 50 e vou estar com 80 anos, mas tomara que, de fato, os meus netos vejam este projeto maravilhoso que a Prefeitura apresentou para nós hoje. Gostaria de perguntar a Prefeitura, existem já umas Zeis, a gente que, com muito trabalho conseguiu aprovar algumas Zeis. Eu gostaria assim, só de perguntar, quando de fato, vai sair este projeto do papel? Qual é a proposta da prefeitura? Foi feita esta apresentação, mas quando de fato isso vai para a prática e não só ficar na teoria?
Sra. Ocleres Harkot: Sr. Eduardo do Nascimento.
Sr. Eduardo do Nascimento: Boa noite a todas e a todos. Eu sou um líder comunitário da Favela da Vila Prudente. E eu estive observando e exibição dos slides e parabenizo a equipe inteira. Dois fatos me chamaram a atenção, na hora que ele falou (Gustavo) assim: Vai ter um parque na Dianópolis. Olha só o que você está fazendo “com nós” favelados da Vila Prudente. Vai ter um parque na Dianópolis. Nós que moramos na Favela da Vila Prudente, a gente é cheio de “caraminhola”! Eu chego lá, como líder comunitário, e não vou saber nem dizer para eles onde vai ser este parque. “Eduardo, vão tirar nossa favela para “botar” o parque”? Depois você (Gustavo) vai ter que explicar! Porque eu não vou engolir essa não! Cadê a urbanização? Vão tirar a favela para colocar o parque? Cara, a coisa é séria. Estou te falando que a coisa é séria. Eu moro lá a quarenta e dois anos. Qualquer frase que as pessoas falam aí em qualquer uma dessas reuniões, eu, juntamente com minha equipe a gente não consegue explicar. “Eu estive lá e ele falou tão legal... Mostrou tanto desenho assim bonitinho, mas ele não falou da urbanização da favela não. Ele só disse que vai ter um parque na Rua Dianópolis”. Muito obrigado e boa sorte para sua explicação.
Sra. Ocleres Harkot: Agora pela ordem, por favor, vamos dar continuidade ao primeiro bloco de perguntas da lista de manifestação de entidades. Sr. Hélio, por gentileza. Por favor, gente, eu vou pedir silêncio para que nós possamos escutar as outras pessoas. Por favor.
Sr. Hélio: Olha, eu vou mais ou menos à linha do advogado Osmar e na linha do companheiro que falou aqui agora. Eu quero saber: e o trânsito? Nós já temos um caos de trânsito hoje. Vocês falam em mais vinte mil moradores na faixa de até sete salários mínimos. Todo

mundo vai ter carro ganhando até sete salários. Aonde vão colocar esses carros? Falaram em tirar o tampão, que já é um corredor de acesso. Tirar o tampão só onde vai ter os acessos? Vai ficar um problema de trânsito maior ainda, do que é hoje. Quando é que vai ser feito isso? Foi pensado no trânsito? Obrigado.

Sra. Ocleres Harkot: Dando continuidade, vou manifestar a presença do Sr. Miguel Reis, Secretário Adjunto da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras e passar a palavra para o Gustavo, da SP-Urbanismo para responder os questionamentos deste primeiro bloco.

Sr. Gustavo Partezani: Obrigado pelas perguntas. Vou tentar esclarecer a maior parte delas, algumas tem maior detalhamento, outras menor, mas vou pedir liberdade para começar com a questão do Eduardo. Eduardo, eu me comprometo, e se você me convidar eu vou à sua comunidade explicar onde vai ser a infraestrutura e onde vai ser o Parque, faço questão pessoalmente de fazer isso. Para você ficar tranquilo que se tiver algum pau em cima de você que vire pra mim, mas não pra você. Eu me disponho a ir lá, porque o parque da Dianópolis que está projetado, é um parque naquele pedaço do terreno da Esso que tem ali, não é na sua comunidade, fique tranquilo ok. Segundo, quando eu mostrei o bairro da Vila Prudente onde a comunidade está afetada no perímetro da Operação, eu disse que vai receber regularização fundiária e reurbanização. Os detalhes dessa reurbanização e dessa regularização a gente vai ter que debater e construir em conjunto, porque aí no momento que a Lei está operando que a vai conseguir ouvir a comunidade e entrar no detalhe, no filigrana de cada comunidade, de cada bairro, de cada problema. Então, para você ficar tranquilo, eu vou lá explicar onde é o parque, vou lá falar isso com você, se você me convidar, é claro! (risos/aplausos). Na questão que eu falei pro Eduardo, eu queria me dirigir à Marisa e a Cícera. Emendando na questão de habitação de provisão social das terras e de quando começa esse processo. O processo começa, o projeto começa nessa linha do tempo que a gente colocou lá, eu acho que andou (conversa com o técnico), ele começa quando é aprovada e sancionada, pelo prefeito, a Lei. Nós estamos na Audiência Pública, a nossa perspectiva é até o meio do ano que vem, enviar à Câmara o Projeto de Lei e que até o final de 2015 a Câmara de Vereadores, se a gente contar com a ajuda de todos vocês aqui, aprovem o projeto de Lei. Sancionado pelo Prefeito o trabalho começa no dia seguinte.

Então é claro que tem um controle social desse processo. Pode demorar muito, pode demorar pouco, depende desse controle. A nossa perspectiva é que até o final de 2015, no máximo começo de 2016 nós tenhamos aí a aprovação dessa Lei, para a gente começar o processo. O processo começa de maneira dinâmica e ele vai acontecendo e transformando a cidade, os bairros ao longo do tempo. Quando eu falo 30 anos é quando o projeto já estiver acabado, tudo vai estar completo. Não quer dizer que daqui a 30 anos eu vou desfrutar isso, posso começar a desfrutar daqui a 2 anos, daqui a 1 ano, daqui a 5 anos, depende da programação do projeto. E nesse projeto está garantido terreno para 20 mil unidades e é essa a nossa proposta. Terreno onde? Em qualquer lugar? Não. Nas áreas gravadas como ZEIS no Plano Diretor. Nós sabemos que as colegas participam dos movimentos de moradia, participaram na pressão que tivemos na Câmara Municipal para aprovar o Plano Diretor na área de ZEIS, estão de parabéns por isso, e é nesse objeto que vocês lutaram tanto para aprovar, essas áreas de Zona Especial de Interesse Social é que a gente vai garantir a provisão das habitações e dos equipamentos necessários para essas habitações. A gente não pode pensar que viver bem é ter a nossa casa própria sendo que não tem nada no entorno. Nem ônibus para pegar, nem trabalho para ganhar salário, nem escola para levar as crianças, nem posto de saúde para cuidar da saúde. A gente tem que pensar que habitar, viver bem, é viver num lugar que é privilegiado com isso tudo, que tem infraestrutura para viver, então a gente vai qualificar isso com a relação de moradia, de equipamentos e empregos. Como é que garante isso? Um novo processo de equipamento. O Plano Diretor traz isso: que a gente possa fazer a pergunta da Cícera, que seria sobre equipamentos. A relação do equipamento muito próxima da habitação, se possível no térreo da habitação. Transformar o projeto de habitação numa pequena quadra de uso misto onde eu posso comprar, ter serviço, morar e ter equipamentos: sejam escolas, sejam postos de saúde, aquilo que for melhor para aquela região. Claro que nem em todos os terrenos, mas naqueles que forem principais nesse sentido. Então tanto a Marisa e a Cícera: a previsão da gente, a expectativa é 2016, que a gente comece. As terras para habitação e equipamentos serão garantidas na área de ZEIS. Nós fizemos um esforço danado no Plano Diretor para batalhar por essas áreas, áreas estratégicas para cidade e são nessas áreas que a gente vai propor a promoção dessas unidades. Porque nessas áreas? Essas áreas estão próximas do centro, essas áreas tem a maior oferta de mobilidade e de transporte coletivo da cidade. É onde mais tem trem, onde mais tem Metrô, onde tem mais ônibus na cidade. A gente tem nessa região a Linha 2 Tamanduateí – a Linha 2 está prevista para fechar a linha 15 chegando nela e começar a obra de alargamento até a Penha e fazer a linha 18, ela vai ter mais movimento que a Estação Sé do Metrô, de transbordo. Ela é uma linha muito estratégica. Tem a estação do Ipiranga, tem a Estação Mooca que vai ser reformada e ficar embaixo da Rua da Mooca, tem a possibilidade de trazer o trem que vai ligar Santos a São Paulo e ele vai parar na estação Mooca. Santos – São Paulo é um trajeto de 45 minutos por um preço menor que o do ônibus, isso é um projeto do Governo do Estado. Isso está na pauta também. Então, começa a ficar muito estratégica essa região e por isso importante e boa para morar, e que é nessa estratégia que a gente está mudando o produto da cidade, dependendo menos do carro e mais do transporte coletivo. Claro que todo mundo quer ter carro, pode ter carro, é um direito de cada um ter carro, isso não é um problema, mas a gente tem incentivado inclusive desonerando fiscalmente isso,

habitações, comércio, serviços que sejam no entorno dos grandes eixos de transporte. E aí, respondendo a pergunta do Hélio e também a do Omar – a questão do trânsito está pensada, não no seu detalhe se a rua vai alargar ou não. Tem um plano de melhoramento vário proposto, tem um plano de alargamento viário proposto, mas também tem o adensamento em todos os grandes eixos de transporte. Esta relação de planejamento é fundamental e importante para melhorar a vida da cidade e para diminuir o tráfego e esse adensamento populacional: seja de baixa renda, de média renda e até mesmo de alta renda se por ventura acontecer, ele está relacionado com a infraestrutura do lugar, que já é boa e que pode ser melhorada, que não é boa em alguns quesitos na arborização e na drenagem e que será muito. Que é boa no transporte e será melhor ainda. Então é através dessas estratégias que a gente quer transformar, então, essa proposta. Adensar sim, mas com qualidade suficiente que vai ficar muito melhor do que a densidade que tem hoje, com a infraestrutura que virá a ter. E aí vai ser um lugar bom de morar com usos mistos e classes sociais diversificadas, atendendo aí a comunidade de quem mora, vive e trabalha aí.

Sra. Ocleres Harkot: Dando continuidade à lista de manifestação dos presentes, chamo o Sr. Arlindo Amaro.

Sr. Arlindo Amaro: Olá, sou morador do Ipiranga, da região próxima ao Parque da Independência. Cada dia a gente fala um pouquinho porque tem muita coisa para falar sobre o Plano Diretor. O Plano diretor foi aprovado, conforme foi feita a explanação do arquiteto "Rogério" (Gustavo). A lei 16.050 foi aprovada em junho pelo prefeito Haddad. Então a estrutura da cidade está proposta dentro do Plano Diretor. É uma lei séria que a gente precisa respeitar. Do outro lado eu vejo o seguinte: Os planos regionais e os planos de mobilidade urbana já estão inseridos no Plano Diretor que foi feita a revisão e como disse na última palavra, foi pouca coisa que se fez na cidade de São Paulo, perante o Plano Diretor e agora está se colocando metas para o ano 2050 e eu acho que ainda é pouco. O Metrô da cidade de São Paulo foi inaugurado em 1970 e nós não temos ainda nem 100 km de Metrô na cidade de São Paulo. Nós estamos com 30, 40 anos de Metrô e só temos apenas 80 km de Metrô na cidade de São Paulo. Então a mobilidade urbana na cidade de São Paulo é um problema muito sério. Nós temos aqui no Ipiranga à Vila Carioca e Vila Carioca à Vila Prudente sucessivamente. Você está aqui na Vila Prudente e para acessar um bairro do Ipiranga no sentido centro da cidade/Vila Mariana, você tem apenas o viaduto Pacheco Chaves. A mobilidade urbana é caótica. Então o problema de habitação na cidade de São Paulo já é um caso sério há muitos e muitos anos. Temos leis municipais. O Ipiranga, na Diagonal Sul como foi comentado, hoje fala-se Mooca, Vila Prudente, é diagonal sul, proposta do ano de 2002 pela prefeita Marta. A prefeita Marta colocou. Agora, na marca do pênalt, os prefeitos que vieram após, ninguém chutou essa bola ainda. 2016 nós vamos fazer, vai ter a campanha política novamente para se eleger um novo prefeito na cidade. E quem será o novo prefeito para dar continuidade nessa situação. (munícipe interrompe, questionando sobre a pergunta que se quer fazer). Calma, eu estou chegando lá meu amigo. O Sr. falou e me interrompeu, ok?! Eu tenho cinco minutos para falar, ok?! Então, o Sr. por gentileza, me respeite, a minha palavra. O que eu tenho a dizer assim. O plano diretor, ele foi construído num plenário e foi feita a parte estrutural do plano diretor, a construção está feita. De cima para baixo. A lei 16.050/2014 ela é "imexível". Então tudo que se for querer fazer audiência pública para alterar essa lei, não será possível. Então o que eu chamo de que: nós estamos fazendo audiências públicas, e já foi feita no ano de 2002. Então nós precisamos prestar a atenção nessas propostas que não serão consumadas em plano diretor algum. Os planos regionais, que aí virão, a lei de zoneamento, mobilidade urbana, habitação, um problema sério que nós precisamos prestar atenção. Porque se foi falado na mesa aqui, em relação a isso. Muito obrigado.

Sra. Ocleres Harkot: Sra. Janiele Silva.

Sra. Janiele Silva: Boa noite a todos. Eu sou moradora de uma das favelas mencionadas aqui. Ao todo são 16. Eu moro na 4 que é a Barão de Resende. A minha dúvida é: mas está relacionada com desapropriação e acho que é o maior interesse geral aqui. Eu queria saber se vai ter desapropriação de algumas das favelas, como que vai acontecer isso e levando para o ponto de adensamento popular, pelo que eu percebi, é importante para as pessoas daqui para o desenvolvimento econômico. Então tendo mais pessoas mais empregos, mais infraestrutura. Essas pessoas serão beneficiadas?! Elas permanecerão no local? De que forma?! Porque tem as HIS´s, como que elas vão se beneficiar?! Vai ter adensamento... Quais são as etapas?! Acho que é isso.

Sra. Ocleres Harkot: Dando continuidade a nossa lista de manifestação, Sr. Pedro "Karanikolof". Falei certo?!

Sr. Pedro Karanikolof: Boa noite a todos e a todas aqui, à mesa presente. Eu quero começar com duas perguntas filosóficas: 1ª – Quem somos? De onde viemos? E para onde vamos?! E 2ª e mais importante: O que significa Tamanduateí? E voltando um pouco atrás: Qual é o nome anterior à Tamanduateí? O que é o Tamanduateí? É um bairro? É um rio! Alguém sabe o que significa Tamanduateí? Rio com tamanduá, que antigamente era Rio Piratininga. Que era rio do peixe morto, rio do peixe seco, onde os tamanduás iam comer, ou seja, já começou errado porque ao começar com a história do rio, que gera um nome, essa mini-cidade dentro de São Paulo. A companheira da habitação falou, por exemplo, sobre a questão: por que as habitações estão em áreas de várzeas? Companheira, sinto muito em lhe responder, mas é porque a cidade deu as costas para os rios! É muito fácil você jogar a pobreza na beira dos rios. E não ver tratados. O que falta aqui, por exemplo aqui, é um mapa da região dos rios que existiam e que ainda existem aqui nesta região. Infelizmente não foram abordados, ou seja, isso é uma amputação da história. Por isso pergunto: Quem somos? De onde viemos? Para onde vamos? A questão:

Vamos construir parques na região. Em São Mateus há seis parques mais um assentamento porque não há verba. Mas mudando São Mateus vamos cobrar as compensações, desonerações, São Mateus recebe há quarenta anos todo o lixo da cidade de São Paulo e não há um parque com cercamento. Por quê? É uma zona periférica, excluída, até do mapa da prefeitura. Porque no mapa da prefeitura não constava nem dos rios de São Mateus. Para vocês terem uma ideia. Não acham importantes. Quando falam em várzea, o que é várzea?! Não é campo de futebol, pois campo de futebol é objetivo. Várzea é o quê? É a vazão do rio quando ocorrem as cheias, entendeu? O Tamanduateí não é um rio, é um esgoto a céu aberto, infelizmente. Os espigões vão ter que esperar as empreiteiras construírem os espigões para gerar a outorga onerosa para investir em benefícios para a comunidade. Detalhe: esta região é industrial proletária, tem um simbolismo histórico ferrenho na questão sindical/trabalhista na cidade de São Paulo. Estas fábricas desativadas estão com o solo contaminado. E vão fazer o quê? Construir habitações em solo contaminado. Entendeu? Vocês imaginam 100 anos de ocupação de uma área com solo contaminado. Eu moro em São Mateus, por exemplo, e convivo com o lixo há 40 anos. Eu tenho 44 anos, eu nasci no meio do lixo. Ou seja: Eu sou filho do lixo, infelizmente. E por que? Há um descaso em todas as esferas. Então companheiros, temos que prestar atenção, discurso é uma coisa, power point é outra. A pratica é totalmente diferenciada da realidade que vai ser imposta. Quando o companheiro falou sobre a questão do Plano Diretor que vem de cima para baixo, companheiro você tem apoio, você tem razão. Quando chegar no plano de bairro já está tudo montado, tudo feito, tudo fatiado e vamos ter que engolir o que o SECOV quer, o que as empresas querem, (Tempo esgotado) não o que nós queremos, não o que nós sonhamos. Muito Obrigado.

Sra. Ocleres Harkot: Dando sequência a lista de manifestação, chamo o Sr. Hirão Tessari.

Sr. Hirão Tessari: Pegando o verso do Hélio. O Mario Covas, quando foi prefeito, não queria cobrir o Tamanduateí. O Janio entrou e a primeira coisa que ele fez foi cobrir o Tamanduateí. O senhor (Gustavo) vem aqui munido de uma retórica razoável e diz que precisa tirar o tampão do Tamanduateí. Onde o senhor vai colocar o Expresso Tiradentes? Primeira pergunta. Segunda pergunta é para os cidadãos que moram na comunidade de Vila Prudente: O senhor (Gustavo) sabe que o Veículo Leve Sob Pneus (VLP), que eles chamam erradamente de Monotrilho, vai ligar-se a estação Ipiranga da CPTM e com isso deve levar de vinte a trinta metros de frente desta comunidade? O senhor tem esse conhecimento? É bom, se o Senhor (Gustavo) tiver, informar os cidadãos. Pode haver uma desapropriação muita seria aí. E quando o senhor falou de parques inundáveis... O Senhor devia ter... Em 1985 deveria ter uns 10 anos. O prefeito Mario Covas criou o parque Tiquatira que é totalmente inundável, mas não tem habitação lá. Têm quadras de lazer, tem áreas... Ele é um parque inundável. Mas isso começou em 1985 e o Senhor deveria ter uns 10 anos de idade. Como eu tenho 71, eu assisti isso pessoalmente. Mas o Senhor me responda a duas perguntas: Se o Senhor tirar o tampão do Tamanduateí, vai colocar o Expresso Tiradentes onde? E se o Senhor sabe que o VLP, o Monotrilho vai até a estação CPTM do Ipiranga? Muito Obrigado.

Sra. Ocleres Harkot: dando sequência a nossa lista de manifestação de autoridades eu chamo o Sr. André Silva.

Sr. André Silva: Boa noite Gustavo, boa noite à mesa, cumprimento o Subprefeito, nossa, também que foi Subprefeita, Patrícia, nosso Secretário Adjunto de Coordenação das Subprefeituras Miguel Reis e boa noite a todas e todos em nossa audiência pública. Sou André, atuei durante muitos anos e continuo atuando no Movimento em Defesa dos Favelados - MDF, atualmente como Supervisor de Habitação da Subprefeitura de Vila Prudente. Só queria fazer um parágrafo rapidinho. Primeiro que sou morador da Favela da Vila Prudente e não sou morador da Comunidade da Vila Prudente. Porque favela tem um processo histórico de luta, de organização e de resistência e eu não tenho vergonha nenhuma de ser morador da favela, já que a favela da Vila Prudente a gente construiu esgoto, creche, mutirões e se organizou. Então, não é história para se ter vergonha. Muito pelo contrário, eu tenho orgulho, pois a favela mais antiga de São Paulo ainda continua resistindo. Então, não precisem gaguejar quando falarem: é comunidade, não, é favela, é favela mesmo! A gente tem toda uma história para não ter vergonha sobre isso! E vou aproveitar o gancho, Gustavo, até como um segundo passo, que eu acho importante, porque a maior demanda pelo que a gente percebeu no ambiente aqui foi de habitação. E eu acho que até como proposta de contribuição para reflexão, eu não sei como foi nas outras (audiências), mas acredito que isso vai ser aflorado ou pela demanda existente em todo o perímetro ou também pelo espanto que às vezes causa às pessoas, por não ter muito conhecimento, do numero de unidades. Enquanto alguns comemoram o aumento no número de unidades habitacionais, outros se preocupam. Mas o fato da gente ter, numa operação urbana, vinte mil unidades habitacionais como previsão é uma conquista importante diante do tamanho da demanda da região, quando a gente olha para a região da Vila Prudente e até novas ocupações surgiram diante do tamanho da demanda, pois há uma demanda reprimida. A gente fala que estava debaixo do tapete e está aparecendo. Vocês precisam fazer audiências temáticas, até para trabalhar melhor a questão da temática da habitação. Esta é uma questão. Outra questão também ligada a isso, quando a gente olha para os números de intervenções, seja de urbanização de favelas, ou seja, concessão de unidades habitacionais seja do viário, que é importante para a gente possa também qualificar o debate, a participação das pessoas, e sobre o papel da iniciativa privada no bojo da concepção do que é a Operação Urbana. Se não vai dar a dimensão que a conta é toda da prefeitura, a prefeitura é que vai fazer tudo, que vai construir tudo. Então, de onde vai vir o dinheiro para fazer, por exemplo, vinte mil unidades por exemplo. De onde vai vir o dinheiro para fazer intervenções viárias. Acho importante que as pessoas tenham clareza do espaço de tempo, da funcionalidade, do potencial construtivo, da

reserva de áreas, acho isso uma questão importante. Uma outra coisa específica é : nesta conta de vinte mil unidades são todas unidades novas? As intervenções e urbanizações de favelas estão contempladas nestas vinte mil ou a gente vai trabalhar um numero à parte? Essa é uma questão. Bom, já que até o final do ano que vem nós vamos passar por todo o processo de aprovação para realmente ter a intervenção física. Acho que, um pouco da minha contribuição foi neste sentido, porque as pessoas ficam afoitas, pensando que no ano que vem a coisa, vai estar tudo resolvido. Então, agente só espera que possa fazer uma temática sobre habitação e que a gente possa ter um pouco mais clarificado como é que funciona a estrutura da Operação Urbana, da captação de recursos, de onde vêm os recursos, o papel da iniciativa privada... É claro que tem passos ainda na discussão e isso é um pouco do que a gente espera. E aí, falando especificamente da Vila Prudente, a gente faz um convite a conhecerem a favela da Vila Prudente, e acho que é um passo importante e histórico, que a gente consegue nesta gestão. Depois de tantos anos, conseguir fazer uma intervenção urbanística, qualificada, na região da Vila prudente, na Favela da Vila Prudente, é um passo histórico na cidade de São Paulo, de conseguir fazer uma intervenção de qualidade na favela mais antiga de São Paulo. Obrigado.

Sra. Ocleres Harkot: Quero lembrar aos senhores presentes que aqui à direita, em cima daquele balcão, tem o exemplar o EIA-RIMA. Quem tiver curiosidade pode olhar aqui ao lado. E agora eu vou passar a palavra ao Gustavo para fazer as respostas desse segundo bloco. Obrigada.

Sr. Gustavo Partezani: Obrigado pelas perguntas, obrigado pelas reflexões que enriquecem a nossa condição técnica de propor e debater o projeto. Novamente para lembrar isto aqui é uma audiência pública sobre o licenciamento ambiental, que foi feito através de um estudo de impacto ambiental, Ocleres colocou a disposição de vocês aqui ao lado. São 04 volumes, 1.700 páginas, isso pode ser dado download no site do CADES, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, e o que nós estamos fazendo aqui hoje é traduzir esse processo técnico do estudo de impacto ambiental que envolve não apenas questões ambientais dos centros como a gente pode imaginar, mas envolvem questões que interferem na nossa vida cotidiana. Envolve quem vai ser impactado, o que precisa para melhorar, quais equipamentos são necessários, o que precisa ser feito de obra e infraestrutura, como trabalhar com as favelas e com os cortiços, como trabalhar a questão de reocupação de espaços e de contemplação de novos lugares, de como trabalhar oferta de empregos, etc. E é este Relatório de Impacto Ambiental que nós estamos discutindo aqui que vai gerar uma pactuação. A primeira pactuação do poder público, a prefeitura, nós estamos discutindo aqui com vocês e a sociedade. Seja da Vila Prudente, do Cambuci, da Mooca, da Vila Zelina, do Ipiranga, Parque da Mooca, da Henry Ford, Vila Carioca. Todas as comunidades, toda a sociedade, todas da favelas, todos os cortiços, todas as pessoas serão ouvidas e a gente vai fazer um pacto, a partir das premissas que estão colocadas nesse relatório que nós tentamos resumir em dezembro de uma maneira curta, em 45 minutos, de uma maneira muito sucinta, mas que todos os dados estão à disposição. A história da cidade, a história do rio, todos os mapas do rio, toda a história da ocupação desse lugar, a história Industrial, a história da Favela da Vila Prudente, o que é que impacta e o que não impacta. Todos os projetos envolvidos e colocalizados. A partir desta pactuação é que a gente vai cumprir o nosso compromisso, o combinado, de escrever uma minuta de lei que atenda a essa pactuação. Num segundo momento vai haver um Projeto de Lei na Câmara e aí, vão ser chamados novamente todos vocês e nós também, para verificar se esse pacto está válido, se aquilo que a gente escreveu na minuta de lei está válido. Diferentemente de uma obra, como por exemplo, o monotrilho da linha 18 ao qual o Hirão se referiu. Diferentemente de uma obra, um Plano Urbano não é especificamente feito em um determinado tempo, ele demora a ser feito e o processo de licenciamento e pactuação é outro. Então o que é importante? Eu vou me dirigir ao André e a Janiele primeiro que falaram de habitação. Toda a história de como se controla esse plano está escrito no RIMA, e eu convido vocês a olharem. Claro que não vão ler tudo, mas se quiserem, por favor, porque ele é grande, bastante extenso, mas é importante. Todas as questões setoriais, todos os problemas, todas as estratégias de mitigação que vão acontecer nesse impacto ambiental estão escritas aí e nós tentamos resumir aqui. Então de fato vai haver uma relação controlada dessa reciclagem e uma infraestrutura que pactue com essa densidade e um bom lugar pra se viver e trabalhar. Vai haver questões específicas para cada bairro, vai haver questões estratégicas para as reurbanizações das favelas, para remoção dos cortiços, pra melhoria das unidades. Janiele, tem uma questão diferente do que é desapropriação e o que é realocação, para você entender que são coisas diferentes. Desapropriar é quando a prefeitura compra um terreno para fazer alguma coisa sobre ele, pode ser uma rua, pode ser uma rua, pode ser uma praça, pode ser uma escola, pode ser uma habitação. Quem está naquele terreno é desapropriado e sai daquele terreno. Às vezes, têm pessoas que moram naquele terreno e que poderão até voltar naquele lugar, mas que dão espaço para haver um maior adensamento, mais pessoas poderão morar naquele lugar. Realocação é quando alguém mora em um lugar que não era pra ela morar. Pode estar contaminado, pode ter área de risco, pode inundar, que necessariamente tem que sair de lá para aquele processo ser melhorado, e que pode morar próximo. Às vezes pode até voltar para aquele lugar se o processo tudo for bem feito. Na maioria das vezes mora próximo. Então tem uma diferença, então sua pergunta é um pouco nesse sentido. (Gustavo é interrompido pela Sra. Janiele).

Sra. Janiele Silva: Sendo mais objetiva, para ela ocorrer, alguém vai ter de sair do local onde mora, no atual momento, para isso acontecer? Independente de serem desapropriações...

Sr. Gustavo Partezani: Vão ocorrer desapropriações e realocações tanto para fazer rua quanto para fazer parque.
Sra. Janiele Silva: Em consigo saber, por exemplo, se a favela onde eu moro, eu sei se ela vai ou não sair?
Sr. Gustavo Partezani: Sim. Você consegue entender as estratégias, mas não sabe se vão sair porque ainda não chegamos lá. Temos que aprovar a lei para fazer o projeto específico da favela onde você mora para saber se a favela tem condições, e aí respondendo ao André, de ser reurbanizada. Essas famílias seriam atendidas através de uma reurbanização e regularização fundiária e, para gente poder saber se não: não é possível; temos que construir um novo conjunto, um prédio de apartamentos, nessa nova proposta, para que as pessoas que lá moram sejam realocadas nesse prédio. Garantindo que quem mora lá deixe cadastrado num processo de gestão social que é feito sempre e que a Secretaria de Habitação que é responsável por isso que faz, garantindo que essas pessoas continuem morando próximas à região. Não é tirar as pessoas de um lugar, mas é realocar em lugares próximos, se a conclusão for essa, senão, pode ser outra, elas podem ficar. Então acho precoce responder de onde você mora agora. Preciso de mais elementos e num outro momento a gente vai poder ajudar. Mas tem essa diferença entre sair de vez e sair por enquanto para voltar, ou sair para ficar do lado. É importante você entender isso. (Gustavo é interrompido pela Sra. Janiele).
Sra. Janiele Silva: Parece contraditório, porque já que é popular trazer mais pessoas para o local, parece que é contraditório ter que tirar algumas pessoas desse local.
Sr. Gustavo Partezani: Não é tirar é realocar, no mesmo local, pelo mesmo perímetro, ou do mesmo local. Depende de cada local, tem lugar que é contaminado, não é local bom de morar, vai ficar doente com o tempo, pode ser perigoso, tem que sair, é importante sair. As crianças vão ficar doentes. Tem lugar que não, dentro do mesmo perímetro pelo bairro, essa lógica sim, isso podemos afirmar. Não podemos afirmar se será naquele local ou na rua da frente. Então aí respondendo você e o André, é essa questão. Respondendo aos outros colegas, o Plano Diretor e a história da cidade, o RIMA traz esses detalhes, foi considerado, foi apresentado aqui nesses 45 minutos. A gente poder fazer uma apresentação histórica, pode contar onde queremos chegar... E sobre as questões do monotrilho, de fato o monotrilho tem essa hipótese de ir para a região do Ipiranga, tem essa hipótese. Isso não está licenciado, isso não está pactuado. Quem é responsável por isso é o Governo do Estado, a CPTM e o Metrô. Existe uma hipótese, mas não como licenciamento. Se não tem licenciado, não está autorizado. Poderá estar, é claro que poderá, mas esse processo ainda não aconteceu. Acho precoce afirmar que haverá, temos que ainda debater e temos que licenciar isso dentro da CETESB, dentro do próprio município no sentido de pactuar com a sociedade que pode haver isso, se houver, sim, poderá haver desapropriação. Se houver, isso não está certo ainda. Sobre o Expresso Tiradentes a proposta é criar um corredor à esquerda, é o corredor expresso, um BRT, que pode andar a esquerda da Avenida do Estado desde que todo o plano viário que eu mostrei nos slides, nos bairros tanto do Cambuci quanto da Mooca aconteça com alargamento de via e outras possibilidades de deslocamento. Então eu consigo redistribuir os fluxos e aí colocar à esquerda, como é o corredor da Rebouças e da Nove de Julho, como é o corredor, como vários corredores que temos na cidade que são à esquerda, exclusivos à esquerda. Não impede o tráfego, dá velocidade para o passageiro, chega ao lugar na hora correta, tem confiabilidade e melhora a paisagem. É assim que a gente pretende claro que tem que estudar, precisa detalhar, precisa fazer um projeto funcional, uma série de premissas que estão aí. Será licenciado no seu momento específico, mas é assim que a gente pretende colocar. Eu não sei se respondi às perguntas, acho que sim.
Sra. Ocleres Harkot: Vou passar a palavra para o Sr. Júlio Reis, que é Diretor do DECONT – DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL da Secretaria do Verde e Meio Ambiente.
Sr. Júlio Reis: De toda a fala aqui eu gostaria só de completar o que o Gustavo falou à questão da Janiele. Hoje a SEHAB trabalha com os projetos que quando ela tem que fazer realocação, com um raio de, no máximo, 2,5km. Isso já é uma coisa embutida dentro dos programas de realocação que a própria Secretaria da Habitação tem no município. Então é 2,5 km a 3 km no máximo, só pra te deixar mais confortável. E outro ponto que eu gostaria de colocar, que foi perguntada pelo Pedro, a questão do solo contaminado. Então, realmente hoje aqui na cidade existe uma grande quantidade de solos contaminados. Os solos estão ficando cada vez mais difíceis, mas por outro lado a tecnologia de descontaminação nessas áreas aumentou muito. Hoje nós temos inúmeros empreendimentos de alto padrão, de médio padrão e até os de faixa 1, que são construídos em solos onde tem indícios de contaminação e esses solos são totalmente recuperados. Então isso hoje não é mais uma preocupação, tem todo um procedimento que é feito, isso é manipulado pelo Estado de São Paulo, através da CETESB e pelo Departamento de Controle Ambiental – DECONT lá no município de São Paulo. Então isso passa pelo crivo de duas esferas do governo e a questão do solo contaminado para habitação não é um problema, porque o solo tem condição de ser remediado e isso só é liberado, os habite-se's para essas áreas, quando essa remedição chegou a 100% do que se entende bom para aquela área. Então quanto a isso a população pode ficar tranquila, que em muita gente, muito funcionário público sério trabalhando para que ninguém vá morar num local onde não tem essa triagem.
Sra. Ocleres Harkot: Só um minuto, por favor, eu pediria que o Senhor falasse com a Patrícia, a sua pergunta para trazer aqui, porque está sendo gravando e quando se fala fora do microfone, não contempla na ATA. Vou passar a palavra para o Sr. Fernando Túlio, por favor.

Sr. Fernando Túlio: Para gente avançar com relação aos debates, foram várias vezes citado o Plano Diretor. É um plano bastante importante aqui da gestão Haddad que foi debatido amplamente com a sociedade para que a gente conseguisse junto, a cidade que a gente quer. Tendo feito isso a gente tem que avançar, e acho que a Operação Urbana Mooca/Vila Carioca, os Bairros do Tamanduateí, ou o nome técnico que está no Plano Diretor que é o Arco Tamanduateí, é uma passo bastante importante para avançar na implementação do Plano Diretor. Aquela questão que foi colocada dos rios, eu acho que a gente precisa entender que a definição desse território enquanto unidade de projeto, ela está, o olhar principal se dá através da rede hídrica ambiental. Então a orla ferroviária e fluvial define esse território, e acho que ficou muito nítido aquilo que foi apresentado pelo Gustavo que esse é um passo bastante importante para que a gente consiga ter justiça social, uma requalificação ambiental, trazendo para esse espaço da cidade, esse território específico uma nova condição urbana. E só complementando com outro informe que também está corelacionado à Implementação Plano Diretor da cidade de São Paulo que é um processo de revisão participativa da Lei de Parcelamento de Uso e Ocupação do Solo. A gente está num processo de revisão participativa da Lei de Zoneamento. No sábado agora a gente tem uma série de Audiências e Oficinas participativas nas subprefeituras e no dia 07, no domingo, encerram-se as inscrições ou as contribuições por meio da internet no caderno de proposta que a prefeitura desenvolveu com relação ao zoneamento. Feito isso, vai ser apresentada uma minuta de Projeto de Lei que vai ficar disponível durante 30 dias pra contribuições, tanto em Audiências Públicas quanto por meio da Internet. Então é mais um espaço de participação da sociedade que a Prefeitura está abrindo para que a gente possa contribuir junto com a população o futuro dessa cidade. Então em queria trazer aqui que são passos importantes na construção do Plano Diretor que já foi debatido em conjunto com a cidade e com a sociedade para que a gente tenha uma cidade melhor. Obrigado.
Sr. Júlio Reis: Chegou aqui mais uma pergunta do Dr. Osmar a respeito de quem é o ônus sobre a descontaminação dessas áreas contaminadas. Aí vai depender. Se a área for uma área que foi desapropriada o que vai acontecer? No momento da desapropriação essa estimativa do valor da descontaminação vai ser descontado do valor da área. E aí, a Prefeitura vai pegar isso à menos, à menor. Se for uma área que estiver prevista como ZEIS, mas for uma área particular, isso aí é do empreendedor. O empreendedor vai fazer essa descontaminação, vai apresentar todos os laudos, isso vai vão ser a suas expensas.
Sr. Gustavo Partezani: Para finalizar eu gostaria de agradecer a participação de vocês, hoje aqui nessa 2ª Audiência. Hoje a postura de vocês foi pró-ativa, perguntas importantes para poder fazer a reflexão, para poder contribuir. Uma audiência boa é uma audiência que tem uma conversa, uma troca de experiências, de conhecimentos, de sugestões, tanto dos aspectos do Poder Público que eu estou representando, minha equipe que está toda presente, mais de 10 a 12 pessoas da São Paulo Urbanismo, trabalharam mais de 50 pessoas do Consórcio contratado para o projeto e queria convidar vocês para próxima Audiência Pública, é o mesmo tema, a mesma exposição que vai ocorrer na 2ª feira no CEU Meninos também às 18horas, lá no bairro do Ipiranga. Agradeço a todos e desejo uma boa noite!
Sra. Ocleres Harkot: A Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente dá por encerrada essa Audiência Pública às 20horas e 30 minutos. Tenham todos uma boa noite.
Término da Gravação.

Fotos

01.12.2014 – Audiência Pública: Licenciamento Ambiental Prévio – Clube Atlético Juventus
Transcrição da audiência pública para Licenciamento Ambiental Prévio realizada em 01/12/2014
LOCAL: Rua Comendador Roberto Ugolini, 152 – São Paulo – SP
Horário: 18h às 22hs
Data: 01/12/2014

Objetivo: Discutir questões relacionadas ao Licenciamento Ambiental – Bairro do Tamanduateí – Operação Urbana Consorciada Mooca - Vila Carioca – Resolução nº 069 do CADES de 2002 – Data apresentação – 01/12/2014.

Sra. Ocleres Harkot: Eu, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável Ocleres Harkot, farei a leitura dos procedimentos da Audiência Pública.

Relatório de Publicação dos Editais
Audiências Públicas com o objetivo de discutir questões relacionadas ao Licenciamento Ambiental – Bairro do Tamanduateí/Operação Urbana Consorciada Mooca-Vila Carioca, realizadas nos dias 01/12, 03/12 e 08/12/2014 – às 18 horas.

Informamos que o estudo de impacto ambiental o EIA-RIMA – Licenciamento Ambiental Bairros do Tamanduateí, e Operação Urbana Mooca-Vila Carioca deu entrada na Secretaria do Verde, no Departamento CADES e foi publicado e tornado público nos dias: 21/02/2014, no Diário Oficial da Cidade de São Paulo; dia 22/02/2014, no Diário Oficial da Cidade de São Paulo; dia 25/02/2014, Diário Oficial da Cidade de São Paulo.
Em seguida os editais das audiências públicas foram publicados nos dias: 07/11/2014, no Diário Oficial do Estado de São Paulo; 08/11/2014, no Diário Oficial da Cidade de São Paulo; 11/11/2014, no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e no dia 08/11/2014, no Jornal Folha de São Paulo. Enviamos correspondência por correio enviamos, pela competência, por correio e por e-mail para o Senhor Prefeito, Senhor Governador, Senhores Deputados, Secretários, Senhores Subprefeitos, Presidente da CETESB, Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Coordenador de às Promotorias de Meio Ambiente, Procurado Geral da Justiça do Ministério Público de São Paulo, Procurador Geral do Município, Comandante da Guarda Civil Militar Metropolitana, Conselheiros do CADES e CONFEMA, Conselhos Regionais de Meio Ambiente, Conselhos Gestores de Parques, ONG's, Ambientalistas cadastrados na Secretaria do Verde e demais instituições constantes na nossa mala direta.
Informamos que o EIA-RIMA e o convite da Audiência Pública estão disponíveis na página do CADES.
Chamo agora para compor a mesa para falar sobre o estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental o Sr. Secretário Fernando de Mello Franco – Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU, chamo também para compor a mesa o Sr. Gustavo Partezani Rodrigues – Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo e chamo para compor a mesa representando o Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente Sr. Júlio Cesar dos Reis – Diretor de DECONT. Também gostaria de convidar para compor a mesa o Senhor Subprefeito da Mooca – Evando Reis.
Lembramos que a mesa à esquerda está separada para as inscrições para manifestações dos inscritos, Entidades da Sociedade Civil, tem 5 minutos para cada exposição, manifestação dos presentes – 2 minutos para cada exposição, manifestação das autoridades – 5 minutos para exposição.
Durante a explanação do projeto as inscrições estarão abertas e ao término das explanações, as inscrições se encerraram. Portanto, quem desejar fazer algum tipo de manifestação eu peço que faça a sua inscrição nessa mesa ao lado.
Agora passo a palavra ao Secretário Sr. Fernando de Mello Franco da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.
Sr. Fernando de Mello Franco: Boa tarde, boa noite a todas e a todos. Bastante importante estarmos aqui abrindo a primeira de três Audiências Públicas pra justamente debater do processo de Licenciamento Ambiental da Operação Urbana Mooca-Vila Carioca, e antes que a gente faça a apresentação propriamente dita deste processo, desta Operação Urbana, queria só colocar algumas questões que de certa forma referenciam, colocam essa Operação Urbana Mooca-Vila Carioca em relação à Política Urbana do Município como um todo. Como vocês sabem, a gente está nesta gestão num processo bastante intenso e já apresentam os primeiros resultados de revisão do marco regulatório da Política Urbana do Município. O que quer dizer isso? É um conjunto de Leis, que junto e de forma articulada elas direcionam e controlam todo o processo de transformação urbana da cidade, e algumas dessas principais leis são justamente o Plano Diretor Estratégico, que foi aprovado e sancionado aqui no meio deste ano. A Lei do Zoneamento, a Lei do Parcelamento de Uso e Ocupação do Solo e que está em processo de revisão nesse momento. Nós devemos tornar público até por volta de 15 de dezembro, portanto, daqui a 15 dias – 2 semanas, uma primeira minuta e na sequência vamos também empreender uma revisão não só do código de

obras como também dos Planos Regionais das Subprefeituras. E onde é que entra essa Operação Urbana nesse quadro todo? A Operação Urbana está prevista enquanto instrumento no próprio Plano Diretor que foi aprovado. E a aprovação, esse Plano Diretor agora nesse ano nos exigiu desacelerarmos um pouco o processo de elaboração dessa Operação Urbana que na realidade, como vocês sabem, começou ainda na gestão anterior. Já temos aí vários anos de trabalho em cima dessa Operação Urbana. A gente desacelerou o processo justamente para a gente pudesse adaptar, encaixar essa Operação no que a cidade assumiu, pactuou como seu futuro, o futuro desenvolvimento dessa cidade.

Em grosso modo, uma visão bastante superficial, o que o Plano Diretor coloca para gente? O Plano Diretor coloca que o principal motivo para que a gente faça todo o processo de controle, da transformação da cidade, ele seja voltado para que a gente possa construir uma cidade onde o bem estar da população prevaleça sobre todos os outros interesses, ou seja, a gente está preocupado em construir um lugar melhor literalmente, para gente viver o nosso cotidiano. Em cima disso a gente identificou, na verdade, uma série de territórios e talvez seja a maior parte da cidade onde os principais objetivos são os de preservação e de qualificação. Então o Plano Diretor vai apontar aquelas áreas que tem o patrimônio histórico muito importante que a gente quer e precisa preservar, áreas que tem uma importância ambiental muito grande que a gente quer preservar, áreas que na verdade se configuram como bairros consolidados ou bairros em processo de consolidação, que tem já uma identidade, toda uma história que a gente quer preservar. A gente identifica áreas produtivas que a cidade precisa gerar renda, precisa gerar emprego para todo mundo, que a gente quer preservar e quer qualificar. E, de uma certa forma, o pano de fundo de toda cidade são os bairros basicamente constituídos pelo que a gente chama de zonas mistas que nunca estão fechadas, que a gente continuamente, no processo histórico, quer qualificá-los, quer torná-los ainda melhor. Esse é dos principais intuitos do Plano Diretor, porém, para que gente possa fazer tudo isso, a agente precisa também organizar a transformação da cidade e o Plano Diretor estabelece dois eixos, ou dois caminhos prioritários pra receber essa transformação. O primeiro é o conjunto daquilo que a gente chama de eixos de estruturação na transformação urbana. Esse é o nome técnico, grosso modo, o que é isso? São aquelas áreas ao longo dos eixos de mobilidade de média e alta capacidade, ou seja, onde há uma linha de trem, uma linha de BRT, uma linha de Metrô ou uma linha de Corredor de Ônibus, é aí que a grande transformação deve acontecer, no sentido de permitir um adensamento necessário da cidade, que é o adensamento que vai ter condição de acolher e receber o déficit habitacional que é gigantesco nessa cidade, que vai permitir a cidade continuar crescendo, que vai permitir a cidade acomodar todo o tipo de dinâmicas de serviços e bens urbanos que são necessários para qualificar a vida da gente, isso por um lado. Por outro lado, o outro bloco de transformação é aquele que o Plano Diretor estabeleceu como Macroárea de Estruturação Metropolitana e que a gente apelidou de MEM. O que é Macroárea de Estruturação Metropolitana? Essa Macroárea é conhecida mais ou menos, grosso modo, como todas as áreas lindeiras às principais linhas ferroviárias e fluviais da cidade, ou seja, as nossas principais planícies ao longo do Pinheiros, do Tietê e também do Tamanduateí. Esse é um território muito importante, porque ele foi e faz parte da história de crescimento, de modernização da cidade de São Paulo que está muito calcada na questão da industrialização da cidade. E a cidade como vocês sabem, já não é mais a cidade industrial do século passado. As fábricas de tijolinhos com chaminés fazendo sabão em cima de banha de porco já não existem mais. A gente mudou completamente esse padrão, não só na cidade, mas em todo o Estado de São Paulo, nessa forma de produzir. A cidade hoje cada vez mais ela se estrutura a partir de outra lógica, são de todos esses serviços que a gente oferece na cidade. Esse é um território que se fez sobre áreas ambientais (ambientalmente falando) muito sensíveis que são áreas de planícies dos principais rios da cidade. São áreas que tem um grande patrimônio imobiliário disponível para transformação, sobretudo aquelas áreas fabris que já não são mais propriamente ditas utilizadas para o grosso da produção industrial da cidade. O que a gente está falando senão dentre outras coisas da nossa área aqui da Mooca-Vila Carioca, onde toda a ferrovia chega, com ela traz os imigrantes, com ela traz a industrialização, traz toda a transformação da várzea do Tamanduateí, e a gente hoje está de fato, numa condição em que não só o Pinheiros, o Tietê, mas também o Tamanduateí, estão de certa forma, num momento crucial para que a gente estabeleça um processo de revisão da forma que até então a gente colocou isso. Ou seja, a gente não quer mais fazer como Rio Tamanduateí o que a gente fez no passado, assim como o Tietê, com o Pinheiros e a gente quer de fato fazer com que a cidade se relacione com as suas orlas de uma outra forma que não seja usando os rios como grande canal de esgoto, dando as costas para o rio, desprezando e tamponando todos os córregos que existem aqui na cidade que são muito abundantes. Ao mesmo tempo a gente quer construir um outro modelo de urbanização onde a cidade não seja tão dependente do automóvel, que é um modelo de urbanização que a gente sabe, absolutamente fadado ao fracasso em qualquer lugar do planeta, não é privilégio nosso e a gente então sabe que esse é um território que vai permitir transformações  que podem construir uma outra cidade mais compatível com que esse século XXI está pedindo para gente. E essa área tem um nome engraçado: Macroárea de Estruturação Metropolitana. O que quer dizer isso? Essa área, na verdade, não é uma área que ela é utilizada, ela tem uma importância apenas para quem mora aqui dentro, apenas na localidade na qual ela está colocada. Essas áreas, do Pinheiros, Tamanduateí, Rio Tietê, elas na verdade recebem um monte de dinâmicas, um monte de fluxos, de gente passando, que dizem respeito à metrópole como um todo. Talvez até mais que a metrópole, assim como aqui na Mooca começa com uma estação de trem que traz os imigrantes que vieram do Porto de Santos e portanto ela não é e nunca foi desde o começo

um bairro apenas da Mooca, é um bairro que recepcionou imigrantes estrangeiros, e isso faz a história do bairro para outras coisas. A gente também entende que a área vai continuar desempenhando essa importância num contexto muito maior. Então a gente está aqui com um desafio muito interessante com essa Operação Urbana. Essa Operação Urbana nos trará uma série de instrumentos que nos permitirão pensar uma outra forma de relacionar a cidade com o nosso ambiente, nos permitirá pensar como a cidade, nesse século, vai ser organizada do ponto de vista das duas dinâmicas econômicas e produtivas. Ela também vai nos permitir pensar outros modelos de fazer cidade, outros modelos de urbanização onde fundamentalmente nesse território que sempre foi basicamente industrial a gente possa, a partir de então, estruturar bairros para gente viver, os Bairros do Tamanduateí que é o nome dessa Operação Urbana, ou nem o nome, o apelido desta Operação Urbana. Então a gente aqui vai estar tratando da construção, da qualificação de bairros existentes e da qualificação de novos arranjos que vão trazer gente para morar num lugar muito bem localizado da cidade, mas que sempre vai ser um lugar por onde vão passar outras dinâmicas, que não só do bairro. Porque está prevista aqui uma estação do trem intercidades, que vai ligar São Paulo com a Baixada Santista, e depois vai ligar São Paulo com a Baixada Santista, com Sorocaba, com São José dos Campos, com Campinas, Americana. Está aqui prevista uma série de transformações também que vão além da Mooca.
Então o nosso desafio está como a gente pensa essa relação desses Bairros do Tamanduateí em relação à totalidade e restante da cidade. Agradeço aqui a atenção de vocês estarem vindo aqui para debater conosco. O Gustavo Partezani que é Diretor da São Paulo Urbanismo que está responsável pela condução do trabalho de elaboração da Operação Urbana fará uma apresentação de todo o escopo dessa Operação e a gente depois vai estar aqui aberto a um diálogo com vocês, para exatamente ouvirmos vocês, qual é o entendimento a respeito de tudo isso que a gente está propondo e essa não será a última, a única e nem a última reunião, ainda teremos mais duas e depois, justamente quando nós tivermos o Projeto de Lei fechado, nós mais uma vez teremos rodadas de diálogos com todos vocês, para que a gente, ao máximo possível, faça convergir os interesses da cidade com os interesses de todos aqueles que moram ou venham a morar nos bairros do Tamanduateí. Obrigado.

Sra. Ocleres Harkot: Obrigado Secretário, quero registrar a presença de Rita de Cecília Gama – Assessora Parlamentar do Gabinete do Vereador Adilson Amadeu, registrar a presença do Presente do Clube Atlético Juventus, Sr. Rodolfo Cetertick, que gentilmente cedeu o espaço, registrar a presença do Superintendente da Associação Comercial Distrital Mooca – Sr. Francisco Parisi e passar a palavra para o Subprefeito da Mooca – Evandro Reis.
Sr. Evandro Reis: Secretário Fernando e demais colegas da mesa já anunciados pelo protocolo, Senhoras e Senhores, comunidade, Parisi, Presidente da Associação Comercial, meu amigo Rodolfo – Presidente do Juventus, em nome de quem saúdo toda a comunidade presente hoje, senhoras e senhores.
Para nós, como Subprefeito é uma honra muito grande estar participando dessa Audiência Pública, em mais uma das fases de licenciamento da Operação Bairros do Tamanduateí, e já foi discutido aqui em outras oportunidades, e tem tido uma participação interessante da comunidade e é uma satisfação muito grande porque essa Operação ela vai balizar um movimento aqui da nossa região, nos próximos 30 a 40 anos. Então é importante essa participação da comunidade, muita coisa boa está para acontecer aqui na nossa região, uma região que sempre tem muita solicitação da comunidade, um clamor por melhor qualidade de vida, por mais áreas verdes. A gente sabe que muita coisa vai acontecer aqui na região, há pouco também recebi o pessoal do Metrô que até o ano que vem tenha início a construção da Linha 2 do Metrô, três novas estações, tem muita coisa interessante para acontecer aqui. Então nosso desafio é muito grande. A Subprefeitura é responsável por três distritos aqui na região – são 37Km² de área – são 350 mil habitantes para cuidar, de acordo com o censo de 2010. Então a participação de vocês é muito interessante, é oportuna. A gente agradece muito aqui a vinda do Secretário Fernando de Mello Franco – da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, da Secretaria do Verde, do Gustavo, da nossa comunidade em prol da discussão que vai balizar o nosso desenvolvimento para os próximos anos. Obrigado. Peço a todos que participem e desejo uma reunião bem profícua para todos. Obrigado e parabéns.
Sra. Ocleres Harkot: Lembrando que as manifestações dos presentes devem ser feitas através de inscrição na mesa aqui ao lado, à esquerda. Quero também registrar presença do Sr. Edilson Mineiro – Assessor do Vereador Nabil Bonduk e solicitar a dissolução da mesa para apresentação e passar a palavra para o Sr. Gustavo Partezani Rodrigues – Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo.
Sr. Gustavo Partezani: Boa noite! Quero agradecer a presença de vocês aqui, eu vou apresentar o plano urbanístico dessa operação, vou pedir licença pra ficar em pé para ficar mais fácil para a visualização de vocês e vou explicar um pouco de qual é o nosso objetivo aqui no dia de hoje. A apresentação do Plano, mostrar aquilo que está sendo pensado para a região, para os Bairros do Tamanduateí, apresentar um pouco o instrumento que é a Operação Urbana e também apresentar a vocês um pouco dos próximos procedimentos que vão acontecer nesse processo. Peço a licença para fazer isso em pé, pois eu acho que fica mais fácil. Bom, a ideia é mostrar um pouco que é esse projeto que a gente preparou lá na São Paulo Urbanismo e na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano sobre à Operação Urbana, para mostrar um pouco o contexto e a proposta para cada bairro. São 7 bairros que a gente tem nessa Operação, nesse trabalho

eles estão compostos em 4 subprefeituras: Sé, Ipiranga, Mooca e da Vila Prudente. Junto desses bairros 7 bairros fazer uma proposta consolidada para toda a região, mostrando sua realidade econômico-financeira, a sua proposta de projeto de transformação e por fim os impactos do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental. O nosso objetivo na audiência de hoje é demonstrar esse estudo de impacto, mas para que isso aconteça de maneira positiva, é importante que a gente entenda primeiro, a proposta urbanística que está posta, que está apresentada.

O Secretário falou à pouco sobre o Plano Diretor, é a partir da premissa do Plano Diretor que a gente trabalha a proposta da Operação Urbana. Esse Plano Diretor aprovado em Julho/2014 – dia 30/Julho/2014, que deu origem à Lei 16.050/2014. Ele dividiu a cidade em algumas macroáreas. Dentro dessas macroáreas, uma delas que é a mais importante no sentido de qualificar a cidade é a de Estruturação Metropolitana que é essa macroárea em vermelho. Essa macroárea foi dividida em vários setores e um dos setores, e o primeiro setor a sofrer essa intervenção, que é o objeto daqui da nossa apresentação de hoje é o setor do Arco Tamanduateí que é exatamente onde fica a Operação Urbana Bairros do Tamanduateí. Essa Operação Urbana está decidida através de um Projeto de Intervenção Urbana que a gente conhece por PIU. Esse Projeto de Intervenção, ele tem uma série de premissas de objetivos elaborados pela Prefeitura, pelo Poder Público, em sinergia com várias Secretarias, conversando com o Governo do Estado, com relação à SABESP, ao DAEE, ao METRÔ, CPTM, que são empresas do governo do Estado que também trabalham na região como foi dito. A prefeitura elabora isso pensando na definição de uso e ocupação do solo, pensando na promoção da igualdade social através do implemento de habilitação e equipamentos, pensando nas soluções ambientais para a região, pensando nas soluções econômicas com ofertas de empregos, oportunidades e melhor desempenho econômico dessa região na cidade e pensando em mecanismos de participação e controle social que é o que nós estamos fazendo aqui hoje nessa audiência pública aí promovida pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente para gente poder mostrar esse projeto e o seu impacto na região.

Esse plano foi construído através de quatro momentos, que é importante que todo mundo tenha compreensão disso para entender os seus objetivos.

1º - É do estudo de capacidade daquilo que pode ser transformado nessa área. Foi analisado transporte público, foi analisada a condição de mobilidade, foi analisada a condição de estrutura de água, de esgoto, de energia, de telecomunicações, a condição das infraestruturas de drenagem, as condições das infraestruturas ambientais, para ter uma avaliação daquilo que era possível ser feito. Depois disso, foi feito um estudo econômico para saber quanto custaria transformar essa área e em quanto tempo isso vai acontecer. É importante a gente ter entendimento que a transformação de uma área desse tamanho numa cidade não acontece do dia pra noite, e de um ano para outro. Demora alguns anos, quiçá algumas décadas, porque é uma área bastante grande, que existe há muito tempo e que vai sendo transformada aos poucos. A gente tem uma ansiedade muito grande para que as coisas aconteçam nos nossos bairros, na nossa rua, na nossa vizinhança e às vezes ela não acontece no tempo que a gente quer, então entender esse tempo é importante, para entender esse impacto ambiental da Operação aqui na Mooca, aqui na Sé, no Cambuci, no Ipiranga e na Vila Prudente.

Depois foi feito um projeto urbanístico específico, esse PIU, que é o que eu vou mostrar para vocês. E esse PUI gerou um Relatório de Estudo de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto do Meio Ambiente – o EIA-RIMA que é o objeto dessa audiência pública.

Essa linha do tempo, a gente preparou para vocês para todo mundo ter compreensão como as coisas vão acontecer, o que já aconteceu e o que está por vir. Esse estudo, como foi dito, ele aconteceu lá em 2004, com a Operação Urbana Diagonal Sul, prevista no Plano Diretor de 2002 e na Lei de Zoneamento de 2004. Ao longo desses oito, dez anos aconteceram muitas coisas: estudos, intervenções públicas, entendimentos daquilo de poderia ter feito com o meio ambiente e com a economia, com a habitação, com equipamentos com mobilidade chegando ao cabo entre 2012 e 2013 que foi elaborado esse projeto, através dos três elementos: estudo da viabilidade econômica, da capacidade de suporte e do estudo ambiental. Isso gerou um projeto urbanístico que trouxe a regulamentação do Plano Diretor, que foi aprovado em julho, como disse a pouco. Tanto esse projeto urbanístico regulamentado pelo Plano Diretor gerou a proposta da Operação Urbana Bairros do Tamanduateí. Nós levamos para Secretaria do Verde, para o Licenciamento Ambiental e o que nós estamos fazendo aqui hoje – que é essa coluna aqui, nós estamos aqui numa Audiência Pública apresentando esse Plano e ouvindo a sociedade sobre as questões de Impacto Ambiental, e de impacto na economia e na vida de cada um aqui nessa área. Depois que acontecer isso, possivelmente uma Licença Ambiental Prévia – que é a LAP – vai virar uma minuta de Lei de um Projeto, que será submetido à Câmara de Vereadores, serão feitas novas audiências e discussões, no âmbito da Câmara dos Vereadores para depois acontecer o Projeto de Lei que será aprovado pela Câmara, sancionado pelo Prefeito e aí sim vai começar a acontecer a Operação Urbana. É um processo de discussão da sociedade com o poder Executivo e Legislativo, desde as questões legais, das premissas legais que vai culminar, se tudo der certo, a gente um ano e meio com esse projeto para gente começar de fato essa transformação. O que a gente está fazendo aqui é uma audiência pública da LAP – Licença Ambiental Prévia que atesta a viabilidade ambiental do Plano e seu impacto na região.

Essa é a área do Plano, o Arco Tamanduateí, que é um pedaço daquela Macroárea de Estruturação Metropolitana, e tem como diretriz trazer gente morando, trabalhando com mais intensidade nessa região. É uma região de bastante infraestrutura, muito próxima ao centro,

com grande oferta de empregos e que pode ser melhorada, incrementada para que as pessoas possam morar melhor, trabalhar melhor e usufruir da vida urbana de melhor maneira, mais adequada para a cidade. É um território muito estratégico, está no centro do município, é conexão com todo o ABC, é conexão com o minianel viário da cidade, um lugar muito estratégico que merece ser tratado como tal e para tanto uma intervenção precisa nesse território. A ideia é recuperar os rios, as áreas ambientais, as áreas contaminadas, promover habitação de interesse social, dinamizar com equipamentos urbanos, preservar o patrimônio histórico que boa parte da história da cidade a gente pode contar pelo patrimônio, pelos edifícios que existem aqui na Mooca, na Vila Prudente, no Ipiranga e a manutenção do emprego e dos processos coletivos principalmente os vinculados à indústria. Mas com isso temos alguns problemas, isso gera alguns problemas para a cidade. Primeiro o desequilíbrio entre habitação e emprego, tem muito mais emprego do que gente que mora aqui, é importante trazer mais gente com qualidade dando maior qualidade pra quem já mora. Também é importante ligar os bairros, a Mooca com o Ipiranga, por exemplo, dificilmente tem intersecções, o Expresso Tiradentes, a laje sobre o Tamanduateí corta esses bairros, é importante requalificar essa mobilidade e com isso trazer melhor dinâmica paras as infraestruturas, para drenagem, principalmente que é um problema latente na várzea do Tamanduateí e também melhorar a questão ambiental.
O nosso trabalho está vinculado ao conceito de cidade compacta aproximando emprego e trabalho com a densidade populacional e ele objetiva trazer mais gente para morar, com mais qualidade de vida, mais emprego também. Muito mais gente que emprego para equilibrar a relação emprego. Uma cidade justa e adequada tem a relação emprego um para um. Eu moro perto do trabalho, e me desloco muito pouco pra chegar ao trabalho. Esse objetivo já estava no Plano Diretor, a gente está implementando aqui pela primeira vez nos Bairros do Tamanduateí, nessa Operação Urbana.
Hoje nós temos 1,6 contra 0,8 empregos por habitantes, mas tem alguns problemas: primeiro que não dá para ligar Mooca com Ipiranga, temos um problema de conexão interbairros, na escala do pedestre, quem usa de bicicleta, na escala do transporte coletivo; segundo que a gente tem aqui grandes áreas de inundação, toda essa mancha azul no mapa é área que alaga, que inunda, que tem problema com a chuva, como teve uma chuva agora à tarde que ali na Avenida do Estado em alguns pontos já alagou. O projeto entende isso e vai trazer instrumentos e investimentos para melhorar isso. A terceira coisa, a Mooca é o lugar mais quente da cidade, por incrível que pareça. Esse é o mapa das ilhas de calor da cidade, quanto mais vermelho mais quente. Por que a Mooca é quente? É quente porque tem pouca arborização urbana, porque tem pouca área verde, de lazer, porque tem muita ocupação nas quadras, a gente tem que melhorar esses três pontos: mas arborização, mais áreas de lazer, menor taxa de ocupação para que possa respirar melhor a Mooca. E esse mapa, que hoje é muito vermelho, comece a se transformar em amarelo, quiçá verde para poder ter a qualidade ambiental. A gente também tem grandes problemas com habitação subnormal e com problemas nas comunidades que não estão bem estruturadas, favelas e cortiços. Veja que o Cambuci, aqueles pontinhos pretos, são roxos, são os cortiços existentes. Os pontinhos vermelhos, as favelas que devem ser contempladas, reurbanizadas, com regularização fundiária, e se estiverem em áreas de risco, em áreas contaminadas que por acaso coloque em risco a vida de seus moradores, podem ser aí assentadas em outras áreas lindeiras da Operação, no território. Para isso a gente faz uma proposta para cada um dos bairros.  Por que a chama de Bairros e não de Operação Urbana Mooca-Vila Carioca? Primeiro porque bairro é onde a gente mora, tem relação de amizade, de freguesia, de convívio, onde as crianças estudam, onde a gente vai à praça ou no parque, onde a gente pega o ônibus, onde a gente trabalha. A gente tem identidade com o bairro, a gente conhece o bairro de cada um, segundo que o bairro, cada um tem uma identidade, identidade histórica. Quem mora na Mooca é diferente de quem mora no Ipiranga, não é?! Quem mora no Cambuci, na Vila Prudente, na Vila Zelina, também é diferente.
Então a gente trouxe essa identidade do bairro, a gente vai mostrar cada proposta, para cada bairro, para que vocês possam se enxergar no bairro. Pergunto: tem alguém que mora no Cambuci aqui? Duas pessoas. Alguém mora na Vila Prudente? Uma. E na Mooca? Tem alguém que mora?! A maioria mora. Então a gente vai poder olhar cada bairro e poder se achar nesse bairro, a rua que eu moro, o que vai acontecer lá, o que vai acontecer com o processo de transformação da escola que meu filho estuda, se eu vou ter oportunidade de emprego, de transporte público, as oportunidades de lazer, tudo isso está considerado nessa proposta.
Então eu convido vocês a olharem os sete bairros: o Cambuci, a Mooca, o Ipiranga, o setor industrial da Henry Ford, o Parque da Mooca, que é onde nós estamos, aqui no Clube Juventus, a Vila Carioca, a Vila Prudente e a Vila Zelina estão próximos do perímetro. Vejam vocês que a Operação não pega toda a área de todos os bairros, ela pega apenas um trecho. Por que pega apenas um trecho? Porque ela foi predefinida lá no conceito do Plano Diretor numa região que é estratégica pra toda a metrópole paulista. Não é só para a cidade, não é só para o bairro, é para toda a grande metrópole e olha o tamanho da responsabilidade que é morar, trabalhar e transformar um bairro como esse. Então a gente vai olhar cada um dos bairros, vou pedir para começar pelo Cambuci, sempre tem a área do bairro aqui onde ele está localizado, e a gente conhece o Cambuci de alguns aspetos, a gente mostra aí algumas imagens e alguns pontos de referência que tem no Cambuci e esses pontos de referência são importantes para gente localizar o processo de transformação. Nós temos lá a área da Eletropaulo, o Carrefour, o conjunto do IAPI, a Igreja “Deus é Amor” perto do Parque Dom Pedro, vários pontos importantes, mas quais são as propostas para transformar esse bairro? Inicialmente, a gente começa por partes: primeiro mostrando a mobilidade. O que acontece com

o transporte público, o transporte cicloviário – de bicicleta, e com o sistema viário onde eu ando de carro e eu me locomovo pela cidade. As propostas são novas conexões, desafogar um pouco a Avenida do Estado e trazer novos eixos de sistema viários importantes, também é abrir as conexões da Ana Nery e da Luiz Gama para conectar o bairro da Mooca com o bairro do Cambuci, para que haja permeabilidade entre os bairros. Também está proposto o plano cicloviário, Com essa estrutura, o Tamanduateí é um lugar muito interessante porque a várzea é muito grande e plana então é fácil se locomover por outros transportes que não seja de carro ou ônibus. É fácil andar a pé, é fácil andar de bicicleta e é importante incentivar esse tipo de locomoção na cidade. Junto com isso a gente cria a proposta de novos parques. Aqui no Cambuci a gente tem duas propostas importantes, três, perdão: o Parque da Lavapés, que é onde fica a Eletropaulo; a outra, uma futura gleba do Carrefour, quando ele foi parcelado - eu vou explicar já já o que é isso; e a outra é um parque linear, que a gente chama de Parque Inundável: que é um conceito importante. Quando está na estiagem, está seco, eu posso brincar, eu posso jogar futebol, ir no parquinho, quando está chovendo esse parque ajuda a segurar as águas da chuva para não jogar todas essas águas no Tamanduateí e não alagar, não inundar a várzea. Então é um Parque que quando está seco, a gente usufrui e quando está chovendo a gente vai pra casa e não usufrui, mas ele ajuda a não inundar a nossa casa. É um sistema de engenharia hidráulica muito importante e a gente está trazendo isso como experiência aqui para Operação Urbana. Temos vários parques inundáveis em vários bairros da Operação. Cada parque desse, ao longo de seu entorno possui equipamentos. Esse por exemplo: são todas as escolas que a gente tem na área, os postos de assistência social, os equipamentos de saúde e está sendo propostos novos equipamentos principalmente de educação: escolas, creches, escolas primárias e secundárias. O sistema viário, a mobilidade, os parques e os equipamentos vão gerar um ambiente propício para gente morar. Morar não é fazer casa só, simplesmente, tem que dar condição de eu habitar no entorno. Ter escola, ter creche, ter posto de saúde, ter UBS, ter hospital, ter equipamento de assistência social, ter assistência ao idoso, área de lazer, equipamentos de esportes, tem que poder andar, tem que ter ônibus, tem que ter Metrô, tem que ter trem, eu tenho que criar condição de habitar o bairro, ter um bairro bom para se morar com qualidade de vida. Para isso a gente produz habitações. Estão previstas 7.000 habitações novas nessa região. Sendo que dessas 7.000, quase 3.000 de interesse social. Então a gente está potencializando o Cambuci, que é muito estratégico e muito próximo do centro, estratégico para se morar melhor, se morar bem com condição imobiliária adequada e com equipamento. Se eu juntar as habitações com os parques, com o sistema de bicicletas e ônibus do sistema viário e com os equipamentos todos propostos eu crio essa condição. Isso é uma maquete eletrônica, é um modelo para visualizar mais ou menos o que vai acontecer nessa região: o que está em vermelho são as áreas de habitação, vemos a fruição pública e a partir daí a gente pode ter aí toda essa frente urbana nova.

Na Mooca a mesma coisa, nós temos aí o que é a Mooca, Patrimônio Industrial, nós temos aí mostrando como é o sistema viário do Expresso Tiradentes, a área do Porto de Areia, da antiga fábrica da Antártica, o Viaduto São Carlos que liga a Mooca ao Ipiranga, os pontos importantes, a Rua da Mooca, o Estádio do Juventus, a estação de trem, a gente tem ali o eixo comercial, a Cervejaria Antártica, o Moinho Eventos que agora é Moinho Gamba e tudo isso a gente também traz oferta de mobilidade: melhorar as conexões do bairro que vocês viram no slide anterior, alargamento de rua, melhoramento da condição viária, a gente traz o Plano cicloviário sempre ao redor da estação. A Estação Mooca já foi projetada aqui, a CPTM quer mudar ela para cá, em baixo do viaduto da Rua da Mooca, para ligar isso com o viaduto tem um corredor de ônibus. A gente está propondo muito parque urbano nessa região, principalmente nas áreas que estão contaminadas, que pertencem a antiga rede ferroviária, numa tratativa com a União, com o Ministério do Planejamento para transformar essas áreas em áreas verdes, estas áreas estão contaminadas hoje, é importante entender isso. A ideia de trazer habitação aqui também está colocada na pauta, mas não dá para propor habitação, ainda mais social em áreas contaminadas, é um problema. Então vamos arrumar um território para habitação social, e onde está contaminado não faz parte, e com o tempo descontamina-se e a gente pode usar no dia a dia. Esses parques estão vinculados a uma série de equipamentos de habitação, de assistência social, de esportes e tem mais 38 parques previstos nessa área. É uma área muito carente de equipamentos, equipamentos que eu falo é equipamento de cultura, de habitação, com CEU, com creche, por exemplo, de assistência social, de esporte e de saúde. Nas áreas de habitação estamos prevendo aí possibilidade de 18.000 unidades, de novas famílias nessa região sendo que 2.600 de Interesse Social, mais de 20%. E essas famílias aí localizadas com a questão dos parques, com a questão da mobilidade, com a questão dos equipamentos, cria condições de habitação interessantes, importantes para melhorar a qualidade de vida. Prolongamento viário, qualificação das áreas verdes, olha como pode ficar o adensamento. Não tem ninguém morando aí hoje, que é uma área mal utilizada pela cidade, não que ela não tenha função, mas ela é muito próxima ao centro e tem muita infraestrutura, é muito cara a cidade nessa área. É importante adensar e transformar qualificando com os parques e com os equipamentos. Sempre começa o serviço no térreo, parques inundáveis complementando, a Fábrica da Antártica e os galpões da rede, aqui é o Porto de Areia que a gente pode descontaminar e melhorar essa relação com a drenagem.

O Ipiranga: o Ipiranga é um bairro diferente, ele está consolidado, está bastante consolidado, principalmente esta região que a gente está tratando aqui. A gente tem aí a Casa do Grito do bairro do Ipiranga, a gente tem aí uma vista aérea de como é o bairro, veja como ele está. A nossa área de intervenção é essa are aqui, não é a área do lado da Nazaré, é nessa área a esquerda aqui, que é uma área bastante consolida. Temos pontos focais, o Parque da Independência é o principal ponto, temos clubes, equipamentos de Justiça, o próprio SESI, o

Museu Paulista, vários hospitais, várias estações de terminais – Terminal Sacomã, que é um terminal importante da cidade, que está localizado aí e a proposta é melhorar as ligações viárias, é um bairro que está praticamente formado, a gente tem que qualificar o bairro, não inventar novas questões, é melhorar aquilo que já existe e com isso a gente consegue ter um bom plano cicloviário. A gente consegue potencializar com novos três parques ali no Ipiranga que é muito importante e é um parque de uso regional, não é só o morador do Ipiranga que usa, mas também gente de várias áreas da cidade. Novos equipamentos, vejam tem muito equipamento de educação no Ipiranga preexistentes. Mapeamos todos eles, os de assistência social, os de esportes, os de saúde, tem muito hospital lá, a gente complementa com mais educação, principalmente creche e saúde e assistência social.
As áreas de interesse social são importantes nessa região, a gente pode potencializar com mais 20.000 unidades, o Ipiranga comporta isso. Vinte mil famílias, sendo que aqui menos habitação de interesse social. Por quê? Porque tem pouca área de ZEIS, eu vou explicar já o que significa, para entender isso para nosso trabalho. Os parques, o sistema cicloviário, os equipamentos, esse é o Ipiranga. Veja que já está potencializado e transformado, muito pouca transformação que existe nele: basicamente são parques, são áreas de comércio e serviços no térreo dos edifícios que vão dinamizar as ruas comerciais do bairro.
O setor industrial da Henry Ford é um setor importante, porque o Plano Diretor já mantém a zona produtiva industrial e a Operação Urbana vem potencializar essa manutenção e incentivar isso com novos usos, novas indústrias, novos empregos. Não necessariamente com grandes galpões que contaminam e poluem a cidade, mas principalmente com novas tecnologias ofertando maior oportunidade de trabalho a toda a população.
A gente conhece lá a área, como uma área que tem bastante metrô, tem Shopping Center na área, a gente tem uma grande área industrial. Aqui é a vista de como é essa área (de helicóptero), uma grande área industrial que é produtiva e a proposta é melhorar as conexões, aumentar o número de ruas e a permeabilidade dos bairros, a proposta é integrar o sistema cicloviário, criar a hipótese e a ideia de espaços drenantes. Toda vez que chove na região do Parque da Mooca essa água escoa para esse setor e depois para Tamanduateí. Alaga muito esse setor, então o importante é que esses parques lineares, que são essas manchas verdes aqui, para poder melhorar e potencializar essa drenagem. Eu vou pedir uma licença a vocês, tá muito difícil eu falar aqui na frente por causa do barulho, eu vou pedir a compreensão de todos, e vou tentar ser mais objetivo para dar espaço para o debate, mas pra isso eu preciso da ajuda de vocês. Desculpe–me por fazer esta intervenção, mas é que está difícil, então por favor, peço um pouquinho mais de paciência para terminar.
A gente tem os equipamentos, veja que não tem nenhum equipamento nessa área, não tem equipamento de educação, não tem escola, não tem assistência social, é uma área que não tem nenhum equipamento. E a gente está propondo mais equipamentos sim para receber essa transformação e basicamente habitação social nas áreas de ZEIS, na borda desse território, aqui em cima: junto à Barão de Monte Santo e Viaduto São Carlos. Os parques inundáveis para melhorar a drenagem, o sistema cicloviário de mobilidade, dos equipamentos e a condição de transformação, com maiores ligações entre as quadras, a proposta de um parque ali na área de um terreno que era da Esso, colocado como Parque de Desenvolvimento Urbano, é esse parque alagado que é colocado aqui, desenvolvimento urbano onde couber, voltado à área de serviços, emprego e renda, nova frente urbana do parque, a transformação e ligação desse lugar com a cidade existente e nesse lugar aqui, é importante salientar que está previsto a estação de trem que vai ligar São Paulo a Santos: o trem regional. Quem vai fazer isso é a CPTM - Companhia de Trens Metropolitanos. Esta prevista para os próximos seis anos. É muito importante a Mooca ser um portal de entrada de Santos. Esta estação prevê a ligação São Paulo/Santos em 50 minutos, é muito mais rápido do que pensar em pegar o carro. Vai deixar (ligar) no centro de Santos e isso vai dar um dinamismo muito grande pra essa região, então por isso essa estratégia de um incentivo os espaços produtivos.
Parque da Mooca, onde nós estamos: esse bairro daqui. Nós temos teatro, clubes, escolas, áreas de moradia, áreas de comércio já existentes, um novo Parque da Sabesp recém inaugurado já um passo pra cidade. E a proposta para cá é melhorar, qualificar o que já existe, através de um novo plano cicloviário, potencializar o transporte coletivo, criar novas galerias de drenagem que mitiguem o processo de inundação da região, melhorar os equipamentos, trazendo, gente e muito pouco equipamento nessa área, sempre na borda da área e não no lugar. A gente tá propondo aí pelo menos mais seis equipamentos de habitação para receber as pessoas que aqui vão morar ou que já moram. Nas áreas de Zeis existentes a gente tem uma qualificação de mais de 8.000 famílias com a porcentagem de habitação de interesse social. Esse plano todo colocado, vamos ver a maquete, transforma o Parque da Mooca e qualifica a região. O que vocês veem aqui é o linhão que passa por dentro do bairro, é a representação dele. A gente vai mudando a espécie do produto imobiliário, não poderá mais edificações com muros para calçada, mas com fachada ativa, o plano já traz isso, e a gente vai incentivar isso e melhorar essa progressividade. A fachada ativa é mais comércio, mais serviços, mais emprego também, então mesclar um pouco essa estratégia é importante para ter um bairro mais sustentável.
A Vila Carioca é um setor produtivo também, dá uma olhada aí como é, a gente está aqui na linha do trem, aqui está a estação Tamanduateí do Metrô, da CPTM, os prédios já bens instalados, o Sacomã, está aqui a estação Sacomã. Esse bairro: é um bairro industrial, de remanescente industrial, da qual a comunidade de Heliópolis é..., parte dela está localizada nesse bairro, aqui tem uma vista

da comunidade, do hospital. A gente tem muitos pontos importantes. A estação Tamanduateí é estratégica, ela vai receber a Linha 18, que é a linha do Metrô que vem do ABC, lá de São Bernardo, São Caetano, Santo André. Ela vai ter mais gente passando por essa estação do que tem na Estação Sé do Metrô hoje, porque ela vai juntar a Linha 2, que chega lá e vai continuar até a Penha, vai juntar a Linha 18 e a Estação de Trem da Linha 10 da CPTM. Então a quantidade de passageiros naquele lugar vai ser maior do que a quantidade de gente na Sé, e olha que na Sé às 6 horas da tarde tem bastante gente! Quem usa o Metrô sabe o que eu estou dizendo, vai ter tanta gente quanto aqui nesse lugar. Para isso é importante ter uma qualidade de bairro e de centralidade é importante. Temos alguns equipamentos já, mas a ideia é melhorar essas conexões, trazer o plano cicloviário para articular com o Metrô, trazer mais parques, olha a quantidade de áreas verdes e de parques que está sendo proposto para essa região. Se eu quero trazer gente pra morar melhor, essa gente tem que ter habitação, mas também tem que ter equipamentos e espaços de lazer. Esses são os equipamentos existentes e a gente vai trazer mais, por volta de 29 equipamentos, com 23 para educação, basicamente escola e creche para atender a comunidade local. Muitas áreas de ZEIS: essas ZEIS vão receber pelo menos 7.500 unidades de Habitação de Interesse Social. Depois, no final, eu vou mostrar porque foi planejado desse jeito, com parques e com toda drenagem dos parques alagáveis, o plano cicloviário de mobilidade e todos os equipamentos existentes. Com isso eu tenho essa transformação do bairro, com 20 mil novas unidades, sendo 7.700mil de Habitação de Interesse Social, eu tenho aí um plano de mobilidade com percursos qualificados, eu tenho plano de equipamentos.
E por fim, a Vila Prudente, tem uma área de 90 hectares. É o menor setor, mas onde está a comunidade da Vila Prudente que é muito importante, que tem aí um ponto focal dessa intervenção para melhorar a qualidade de vida das pessoas. A gente tem o piscinão em construção, que é o Piscinão Guamiranga, que é uma obra do Governo do Estado – DAEE, que visa resolver as enchentes do Tamanduateí, esse é uma foto recente da obra e a gente tem aí Shopping Center, a Linha 2 do Metrô, que eu falei à pouco, do Tamanduateí que vai ter muitos passageiros e uma série de equipamentos recentes. E a proposta é melhorar esse plano cicloviário, o plano de arborização desse espaço que eu estou apontando aqui, todos os equipamentos existentes e os novos propostos e as áreas de interesse social da qual eu possibilito 4.000 unidades, sendo 1.120 de interesse social e a reurbanização das comunidades existentes. Comunidade da Vila Prudente tem que ser reurbanizada com regularização fundiária, pois é basicamente um bairro da cidade e ela precisa ser tratada como bairro. Nesse sentido, tudo isso propõe a condição de melhoria do bairro, isso é um pouco a imagem de como ficaria. E agora eu peço a licença para vocês, para juntar esse quebra cabeças dos sete bairros numa única imagem. É o que o plano de Intervenção Urbana faz. Ele pega o adensamento populacional e de empregos, o que a gente chama de adensamento construtivo e soma isso a um plano de intervenção que qualifica a condição de viver na cidade. Traz um plano de produção de habitação e plano de áreas não residenciais, a expansão de redes de equipamentos, um plano de mobilidade e o plano de drenagem e qualificação do meio ambiente. São quatro pontos nos sete bairros que em mostrei para vocês e isso tudo traz um potencial construtivo de 6 milhões de m², com vistas a transformar 18% do território. Parece muito pouco 18%. O que são 18%? De todos os lotes, quadras existentes em toda essa região há uma possibilidade, não estou dizendo que vai transformar tudo, há a possibilidade de se transformar 18%. Não chega a 20% mas já faz tamanha diferença para toda essa região. É claro que essa transformação direta vai se somar a toda à qualificação que já existe das ruas, dos parques existentes, do plano de mobilidade, das habitações existentes, dos equipamentos existentes. Aqui está por setor os estoques colocados e a densidade. Olha que interessante: moram no Cambuci 97hab/hect, mais ou menos dizer que em cada quadra moram 97 pessoas, para quem não conhece ou não tem escala do que é isso. Vocês conhecem o bairro da República, o entorno da Praça da República ou o bairro de Santa Cecília? São os dois bairros que moram mais gente na cidade. Nesses bairros moram mais ou menos 200 a 220 pessoas por quadra e nós estamos trazendo uma densidade parecida com a desses bairros para cá. Porque aqui tem muita infraestrutura, tem muito transporte já existente, tem que usufruir melhor disso, tem que morar perto do centro, tem que morar perto do emprego. Então a gente traz esse adensamento. Esse adensamento está colocado aqui – no Cambuci – 250, na Mooca também, no Parque da Mooca – 267, no Setor Henry Ford menos porque tem mais oportunidade de trabalho, no Ipiranga - 247, na Vila Carioca - 244 e 270 na Vila Prudente. Isso tudo gera este plano de adensamento. O que está escrito aí é o conceito de aproveitamento dos terrenos: quantas vezes você pode construir a partir do seu trabalho original. E aqui traz uma inovação: a gente está propondo um CA de 6x que é aquele usual que na cidade hoje em dia, já foi no passado, quem conhece o centro, Barão de Itapetininga, 15 de Novembro, e quem conhece a Santa Cecília e República que falei há pouco. O potencial construtivo lá era de 12 vezes, 15 vezes se aproveitavam muito os terrenos pra poder colocar gente morando e escritório para trabalhar. Hoje a gente aproveita menos, por isso que acabou o terreno e por isso a cidade ficou muito longa, muito espalhada, a gente vai procurar aquele conceito de compactar a cidade, nesse sentido, esse é o plano de adensamento da região que a gente poder detalhar no debate, isso são todas as produções de habitação de Interesse Social em ZEIS 5, ZEIS 3 e ZEIS 2 espalhadas aqui. Isso são todos os equipamentos que eu posso fazer no local, em cada setor, todas as conexões viárias tem 1.800 metros de renovação, a gente quer tirar a laje do Tamanduateí, destamponar o Rio para que ele volte a conviver com a cidade; é claro que seu processo de mitigação, de esgoto clandestino, de despoluição, de melhoria, de resolver a drenagem, a gente quer criar novas vias, criar o plano cicloviário também importante para essa região. Essas são as áreas verdes que existem na região, veja

quanto mais amarelo menos árvore, menos área permeável. O que a gente quer é bastante ousado, é transformar nisto aqui, a gente consegue com as transformações que a gente está propondo para os terrenos e para as ruas: arborização, criando mais parques e contendo a drenagem. Aqui a gente vai inverter, a gente tem hoje 27% de área de influência de verde, a gente quer 80%. Isso são imagens de parques inundáveis, que eu falei agora a pouco, são todos esses parques, estamos propondo sete parques na Mooca; já temos o do Ipiranga, já temos algumas praças colocadas, o Parque da SABESP que foi falado agora à pouco. Sete novos parques em todas as escalas, grandes parques e pequenos parques, de âmbito regional e de âmbito local.
A gente quer propor que a Operação Urbana compre todos os terrenos para habitação social, é isto que a gente está propondo. A gente não está prometendo aqui produzir unidade, a gente está colocando aqui que é possível dentro do dinheiro arrecadado, do recurso que é arrecadado, que a gente compre todas as terras para produção de unidades.
O nosso grande gargalo na prefeitura hoje é ter terra para produção de equipamento e de habitação. A gente tem aí outras questões financeiras de habitação. Muitos de vocês devem conhecer o Programa Minha Casa, Minha Vida que financia habitação. Não conhecem? O pessoal do Movimento Social de Moradia conhece esse programa, mas a gente não tem terra para por habitação em cima e é difícil comprar, demora, demora desapropriar. Então, a proposta é adquirir 100% dos terrenos pra essa habitação e 100% dos terrenos para os equipamentos. É muito estoque, é uma política de terras, um estoque de terra para produção habitacional e de equipamentos, para daí sim, poder qualificar o bairro.  A gente tá propondo novas ligações viárias e esses novos parques.
O instrumento que a gente escolheu para fazer esse plano. Então esse é o Plano, é o que a gente pretende, agora como é que a gente paga essa conta, que não é uma conta pequena, como é que a gente paga isso ao longo do tempo. Uma Operação como essa, para entregar tudo isso demora de 25 a 30 anos, demora mesmo. Como se estivesse em 1990 começando e terminando hoje, é um processo. A cidade é vagarosa, porque ela tem muita gente para debater, para discutir, para construir, para atender. Nesse sentido é importante entender como é que eu crio recursos para isso? Ora, a Operação está propondo comprar as terras, para produzir habitação ao longo do tempo, propondo comprar terra e reformar equipamento existente, propondo pagar todo o plano de mobilidade, todo o plano de parques e áreas verdes. A Operação está trazendo tudo isso. É como funciona uma operação?
Ela é um instrumento de transformação que está previsto no Plano Diretor e está previsto numa Lei Federal chamada Estatuto das Cidades. Essa Operação tem um Plano de Desenvolvimento Urbano, que estamos apresentando aqui hoje, ela está constituída por um projeto de intervenção (que é esse PIU que eu mostrei) coordenado pelo poder público com a participação da população – olha vocês aqui! Para que possa haver integração, interação das demandas e das propostas, depois aqui é autorizada por uma lei específica e quando começa a implantar, tem um grupo de gestão. A gente avançou muito ultimamente, na Operação Água Branca. O Grupo de Gestão tem controle social do dinheiro que está sendo gasto dessa Operação. Então é importante trazer essa expertise para Operação da Mooca, para Os Bairros do Tamanduateí. Isto é a Operação Urbana. E ela funciona como? O Poder Público coloca à venda no mercado Potencial Construtivo, o direito de se construir mais vezes num terreno, e ele cobra por isso. Vende-se um título. E quem compra isso? São os investidores do mercado imobiliário, quem quer construir. Paga-se para isso. O que se faz com o dinheiro? Todo o Plano de Intervenções que eu mostrei: mobilidade, áreas verdes, drenagem, habitação e equipamentos. A gente está prevendo um estoque de 5 milhões de m² e uma estimativa de 5,2 bilhões de reais em arrecadação. Comprar 100% de terra para produção de habitação e para equipamentos – total de 102 equipamentos. Reurbanização e regularização fundiária das comunidades e ações de preservação do patrimônio. É a primeira vez que a gente colocou muito dinheiro para patrimônio histórico. Aqui na Mooca, na Henry Ford ao longo da linha do trem, conta-se boa parte da história de São Paulo, portanto temos que guardar essa história. A gente está preservando aí 4% da manutenção dos recursos, 207 milhões só para preservação dessa história. E quais são os impactos? O que vai acontecer nos bairros se esse plano prosperar? Aqui é um pouco o objetivo da nossa discussão. Então o EIA-RIMA – Estudo de Impacto Ambiental – ele traz a alteração do meio ambiente causada pela atividade humana, por nós mesmos: morando, construindo, transformando, trabalhando, usando o espaço habitado e essas atividades elas estão vinculadas à questão da economia, da capacidade de estrutura e da capacidade de intervenção do meio ambiente.
O nosso plano trouxe trinta e seis impactos, detectou possíveis trinta e seis impactos ao todo que poderão vir a acontecer se o plano for levado à diante. Poderão, não quer dizer necessariamente que acontecerão. São onze no meio existente, seis da questão da fauna, flora e do ambiente das águas e dezenove sócio econômicos, que tem a ver com a gente – ser humano – trabalho e mora. Vejam que é o maior impacto é o do ser humano. E 100% dos impactos estarão sendo mitigados por esse plano. A gente tem pontos positivos, médios e negativos. Temos mais negativos que positivos, claro que tem uma transformação, mas vamos entender que todos eles têm cinco positivos de alta relevância e cinco negativos de alta relevância, há um equilíbrio daquilo que é mais preocupante. Aqui por exemplo: aumentar a cobertura vegetal é um impacto, é positivo, vai ter mais parque e árvore urbana, vai diminuir a área de calor. Aumentar a demanda por infraestrutura urbana, fazer obra e transformar é um impacto, é entendido como negativo que prejudica a nossa vida por um período, então a gente monitorou cada impacto que vai acontecer em cada lugar, em cada bairro e como é que a gente vai fazer ações para mitigar, para resolver esses impactos. Junto com essas ações tem um problema de comunicação social, quando começar a elaboração, após a

aprovação da Lei, há uma fase de implementação da Lei e esse programa monitoração da Operação e de comunicação é feito em conjunto e quando for executar as obras desse adensamento será necessário todas essas questões: plano de gestão e programa ambiental, monitoramento arqueológico de áreas contaminadas, de drenagem, de processos erosivos, de educação ambiental e patrimonial, e tudo isso está à disposição de vocês do Relatório de Impacto Ambiental que está no site do CADES, na Secretaria do Verde e Meio Ambiente.
E por fim, isso é tudo aquilo que vai trazer de benfeitorias, equilibrar a infraestrutura da cidade, reduzir o deslocamento entre o trabalho e a casa da gente, da escola da gente e a nossa casa, adequar a requalificação urbana e ambiental, reduzir o impacto e a segregação social é muito importante isso. Nós estamos trazendo 30% a 50% da Operação que está vinculada a uma população de baixa e média baixa renda, mais quase metade ou metade da Operação, o adensamento é para isso na maioria dos bairros, então isso traz aí uma oportunidade de equiparação social entre as oportunidades de trabalho, lazer, emprego e moradia na cidade de São Paulo, distribuição de emprego, melhoria do sistema viário e aumento de área subutilizada. Então é um pouco isso que eu apresento o bairro e eu abro e estou à disposição para o debate e obrigado pela paciência e boa noite!
Sra. Ocleres Harkot: Eu chamo as autoridades pra recompor a mesa, informo que as inscrições para perguntas estão abertas ainda, e vamos dar início agora ao debate.
E vou fazer a leitura novamente dos procedimentos para fala na Audiência Pública. As entidades da sociedade civil têm 5 minutos para perguntas, os munícipes 2 minutos e as autoridades 5 minutos. Lembramos que os inscritos terão direito a uma única manifestação, observada a ordem da inscrição e a critério do Presidente da Seção, os tempos de exposições e manifestação previstas poderão ser ampliados. E para garantir o bom andamento da audiência e a segurança dos participantes, a entrada de pessoas no recinto ser limitada somente até o limite da lotação.
Agora pela ordem, lista de manifestação das entidades:
Sra. Adriana do Movimento Mooca Verde: Boa noite, eu sou a Adriana do Movimento Mooca Verde e também faço parte do CADES da Mooca que é o Conselho do Meio Ambiente aqui do bairro, então eu falo em nome do Movimento e também do CADES – é um requerimento bem específico sobre o terreno da antiga ESSO, que pelo que eu já tomei conhecimento do projeto existe a previsão para que ali seja uma parte, um parque, então nosso requerimento é para que o terreno todo da ESSO seja transformado em Parque. Acho que as razões já foram até melhores expostas pelo Gustavo.
A Mooca realmente é o bairro mais árido da capital, tem essa ilha de calor muito grande, então esse parque, além da necessidade do aumento das áreas verdes, a gente estava pensando na mobilidade. Quando a gente fala de mobilidade não é só casa e trabalho, aos finais de semana ou durante a semana mesmo a população precisa de uma pequena distância para ter acesso às áreas verdes e equipamentos públicos, e a gente aqui na Mooca não tem nenhum parque com proporção que você possa chamar de parque mesmo, porque o parque da SABESP, por exemplo, é do tamanho de uma praça, a área desse terreno tem se eu não me engano 98 mil/m². Ele é menor, por exemplo, que o Parque da Água Branca, mas é 4 ou 5 vezes o tamanho da SABESP. Então o requerimento aqui do Movimento Mooca Verde, tem uma petição pública com mais de 8.000 assinaturas e também do Conselho do Meio Ambiente da Mooca que foi votado em reunião, todos são favoráveis a esse parque. É isso.
Sra. Ocleres Harkot: Obrigada, agora pela ordem a Sra. Sonia:
Sra. Sonia: Boa noite a todos e todas, eu sou colaboradora do Movimento Viva Parque Vila Ema, mas antes eu gostaria de falar ao Sr. Gustavo que foi uma explanação muito bonita a que o Senhor fez, uma operação grandiosa mesmo que a gente vê.
Se isso se concretizar, realmente vamos ter uma cidade melhor, mas eu percebo assim, eu valorizo o movimento de moradia necessário, mas com tanta moradia e com essa crise de água que a cidade está sofrendo eu fico imaginando assim onde é que a gente vai chegar? Então não sei se existe um plano de conjugar esses 2 problemas, também o problema da falta de água que, realmente eu não vejo muita esperança de se melhorar. Bom, de qualquer maneira como eu sou colaboradora do parque Vila Ema eu quero falar sobre aquele terreno que vocês sabem – o Sr Júlio – do Meio Ambiente deve saber desse terreno lá na Av. Vila Ema, na altura do nº 1.300. É uma área que está na mão de uma Construtora e acho que de árvores remanescentes da Mata Atlântica, tem uma nascente inclusive lá, coisa assim preciosa hoje nessa crise de água. O DUP que é o Decreto de Utilidade Pública desse terreno já está indo para o 5º ano, quer dizer já está vencendo, em outubro do ano que vem já vence e aí a gente vai ficar de novo à mercê de se levantarem torres lá. Então eu gostaria muito que se desse bastante atenção também à essa área. Obrigada.
Sra. Ocleres Harkot: Pela ordem, Cristina Capelano.
Sra. Cristina Capelano – Olá, boa noite a todos, minha dúvida é: como esse projeto que é muito bonito nas palavras ele seja feito dessa forma na realidade? Porque por exemplo, aquele terreno da Eletropaulo que já foi mostrado durante a explanação ele já está vendido. As obras só não começaram porque está indeferido na Prefeitura e no projeto original aprovado na Prefeitura não há um parque no projeto, só pequenas pracinhas verdes aqui e acolá, não tem a previsão de construção de nenhum equipamento público decorrente das obras desse terreno. Então eu lhe pergunto: já está aprovado, mas é bem diferente daquilo que foi falado aqui. Outra dúvida que eu tenho é em relação

às moradias sociais. Ali no terreno do Carrefour – que foi mencionado aqui na apresentação, nós temos mais de 1.500 pessoas morando de invasão ali. Então lhe pergunto: para onde essas pessoas que hoje moram nesse terreno vão ser alocadas? Porque se a gente for pegar o Plano Diretor do jeito que ele está hoje, essas pessoas podem ser alocadas em qualquer pedaço dessa macro região. O que pelo que eu vejo o projeto não é tirar uma pessoa do Cambuci e mandar para Vila Zelina, é mantê-la lá. Então de que forma que essas pessoas que hoje moram no Cambuci em áreas de invasão e em cortiços vão continuar com a sua residência ali. Até porque se pegar esse panfleto que está aqui, fala de residências para famílias de renda de até 10 salários mínimos. 10 salários mínimos já é para uma classe média-alta, porque a gente pega uma faixa de R$ 7.000,00. O que é o caso do terreno da Eletropaulo onde já foi aprovada a construção de um shopping com mais de 5 mil lojas, que tinha uma torre, uma torre não, várias torres com mais de 40 andares, portanto essa obra da Eletropaulo não é para ninguém de baixa renda. Outro problema do Cambuci: nós temos apenas 1(uma) UBS que atende a 76 mil pessoas e apenas 1 centro de lazer que atende ao bairro inteiro mas que não funciona no momento. Então, como esse projeto lindo e maravilhoso na sua explanação, vai virar realidade para o bairro, essa é minha dúvida? Obrigada.

Sra. Ocleres Harkot: Chamo agora a Sra. Cássia Bobadilla.

Sra. Cássia Bobadilla: Boa Noite! Eu sou moradora da Vila Prudente e também faço parte do grupo de pesquisa sobre Movimentos Sociais da Universidade Federal de São Paulo e atualmente eu estudo a situação e a história da Favela da Vila Prudente que é um dos principais eixos do impacto da Operação Urbana dessa região. Então o meu questionamento primeiro, acompanhando a fala da Senhora anterior que falou, é primeiro se esta habitação de interesse social que está sendo priorizada nessas regiões, agente sabe que elas atendam algumas faixas salariais das famílias, se elas priorização, como na fala foi colocado, que será voltada principalmente para as famílias de baixa e média renda, se elas são destinadas principalmente a quem ganha na faixa de 01 a 03 salários mínimos. Isso principalmente porque atualmente na Favela da Vila Prudente a gente vai ter a futura obra do mono trilho, já está sendo previsto que mais de 300 famílias serão impactadas com essa obra e aí o movimento de defesa da favela já tem atuado nessa discussão e reivindicado um terreno que no Plano Diretor está marcado para ser uma área destinada para ser um CEU nessa região, equipamentos. É o terreno da SABESP que fica logo atrás da favela da Vila Prudente.

Então se esse terreno está sendo indicado como Zona Especial de Interesse Social e aí a partir do movimento de defesa do favelado, eles tem tentado fazer com que essa área seja comprada pelo Metrô para ser destinado para interesse social. Então a maior das questões é, o terreno é muito caro, é uma região muito cara e essas habitações que vão ser construídas ali vão ter um valor muito mais alto do que as famílias que vão ser removidas vão conseguir pagar. Então se está sendo pensado de como, por exemplo, essa obra de mobilidade urbana vai impactar, de como você faz para manter essas famílias ali, porque no último incêndio que teve ali na região, ali na Favela da Estação, todas essas famílias foram realocadas na região de Teotônio Villela, e eu acho muito perverso isso porque são famílias que precisam de moradia, mas que cada vez mais está sendo enxotada para regiões periféricas.

Então se o plano prevê isso como a gente pensa nos casos específicos para a família do Jacaraípe e da Favela da Vila Prudente? Esta é a questão que eu coloco. Obrigada.

Sra. Ocleres Harkot: Agora eu vou, passo a palavra para o Gustavo, para ele responder esses questionamentos do primeiro bloco.

Sr. Gustavo Partezani: Obrigado pelas perguntas, eu vou dividir acho que em 2 respostas. Tem uma questão eminentemente relacionada às áreas verdes, que fala do Parque da Esso e do Parque da Lavapés, que está proposto aqui no Plano e tem uma questão eminentemente falando sobre a Habitação de Interesse Social e aí foi falado da Vila Prudente e como garantir a moradia e a permanência das pessoas que aqui estão para usufruir desse processo todo.

Então é importante a gente fazer alguns esclarecimentos, acho que boa parte das nossas ansiedades, tensões e discussões estão voltadas à questão da informação e eu sempre gosto de entender que esclarecendo a gente consegue chegar em alguns consensos, algumas tensões é claro, mas mais consenso. O que é a produção de Interesse Social? O Plano Diretor trouxe vários avanços nessa questão, então vamos pontuar os avanços aqui. 1ª questão: tem a ver com a terra para produção. Eu falei à pouco que garantir a terra é o principal gargalo. Garantir pra quem? Ora, produção de habitação social, faixa de 0 a 3 salários, que é o que a gente chama no Plano Diretor de HIS – faixa 1, é eminentemente uma produção pública, eminentemente, não quer dizer exclusivamente. Portanto competirá ou compete ao Estado e à Prefeitura, Estado no sentido de Poder Público – A Prefeitura, no caso, a produzir essas unidades.

E como é que a gente produz essas unidades? Como é que a gente pode dar celeridade a essa produção uma vez que a gente tem um histórico de uma demanda infinita, a demanda no município para alguns pesquisadores chegam a 400mil unidades de habitação social. É muita moradia: 400mil eu disse. Como é que a gente acelera esse processo? Através de alguns instrumentos: 1º instrumento - as Zonas Especiais de Interesse Social as ZEIS, que o Plano Diretor colocou como diretrizes para ocupação apenas de Habitação Social em 80% vamos dizer assim resumidamente em sua área, seu potencial construtivo e os outros 20% para comércio, serviços e outros usos. Zona Especial de Interesse Social também é possível fazer equipamentos, escolas, creches, também precisa para dar conta dessas comunidades ou desse adensamento que está previsto. Quem é o promotor disso? É a Prefeitura, da faixa 1 é a Prefeitura. Então vamos

separar o que é produção de média baixa – 10 salários como foi falado aqui daquilo que é faixa 1 de produção habitacional. Onde vou arrumar dinheiro para fazer isso? Dinheiro é um problema dada a atual condição de endividamento do município.
O Plano Diretor traz que as Operações Urbanas, obrigatoriamente, têm que destinar 25% de tudo que foi arrecadado para Habitação de Interesse Social. Não é para 10 salários, é para faixa 01 e 02 (de 0 a 3 salários mínimos; de 3 a 6 salários mínimos). São aqueles 1,5 bilhões que eu mostrei no slide agora à pouco. Então 25% do que se arrecada na Operação Urbana vai pra se aplicar em habitação de Interesse Social. Onde? Mais adequadamente nas áreas de Interesse Social nas ZEIS, que em mostrei em cada bairro, do quanto tem de cada lado dessas ZEIS. Muito bem, em gravei as ZEIS no Plano Diretor, eu limitei o acesso ao uso daquela terra. Eu arrecadei dinheiro da Operação Urbana, eu comprei aquela terra. Então eu limitei o acesso, o uso e comprei. São maneiras de eu viabilizar esse plano bonito nas palavras para virar, de fato, na vida real. Para isso eu já fiz uma coisa que foi gravar as ZEIS e agora nós estamos discutindo a segunda coisa que é arrecadar recursos. Somando os dois, a gente tem condição, de gestão e efetivar essa produção. Produção para quem? A gente tem uma demanda de 3.700 famílias para serem assentadas nessa região. 3.700 e a gente está propondo 20.700 unidades. Mas como estão propondo 6 vezes mais? Porque a gente tem condição de fazer um plano ao longo dos 30 anos, de atender essas famílias e trazer novas famílias que estão majoritariamente em zonas periféricas ou longe de seu emprego.
Então a questão não é trazer mais gente de outras cidades para morar em São Paulo, para consumir mais água, mas é para estabelecer critérios mais próximos, para melhorar a infraestrutura e garantir melhor qualidade de vida para essas pessoas. Como? Garantindo o uso da terra pelas ZEIS – que já está feito, e os recursos pela Operação Urbana, que é a nossa proposta aqui. Então é assim que a produção de faixa 1 (onde entender faixa 1 – de 0 a 03 salários) viabilizará ou pretende viabilizar a produção dessas unidades. Não sei se eu respondo parte das questões, mas é assim que a gente traz isso para o Plano da Operação Urbana.
E porque é importante discutir o Plano com bastante premissa e eficiência? Para que a gente possa garantir a efetivação desse plano. Esse plano hoje não é uma lei e se ele não é uma lei ele não vale nada por enquanto. O nosso esforço em conjunto aqui, nós da Prefeitura, com a Sociedade: é tentar transformar isso, o mais rápido possível, em uma lei, em uma obrigação do poder público. E é só com uma lei estabelecida que eu vou poder permitir a garantia, por exemplo, do Parque Lavapés ser um parque. Porque enquanto a lei não existir o dono daquele terreno pode fazer o que a lei deixa fazer, e a lei deixa ele fazer as habitações. O que nós estamos propondo aqui é reverter o processo, é trazer aquela área para parque.
Tudo para parque? Também não acreditamos que se dê tudo para parque. Parte para parque. Assim como também nós entendemos, aos exemplos de tudo que vem sendo discutido aqui ao longo de um ano e meio aqui na cidade, que o outro terreno que a Adriana falou – vai ser todo parque e não uma porção dele. Por quê? Precisa de Parque? Precisa. Precisa de grandes parques? Precisa. Precisa de mais áreas verdes? Precisa. A gente tentou estabelecer um equilíbrio de oito novos parques na cidade, mas o equilíbrio é uma maneira que a gente possa ter acesso a terra para o parque.
Para fazer o parque eu tenho que desapropriar a terra. A terra não é pública, se ela fosse pública seria mais fácil, mas não é. Eu tenho que comprar essa terra e os recursos para comprar também são finitos. Então nós estamos num dilema aqui na Operação Urbana entre habitação, equipamento, drenagem, área de verde e mobilidade. A gente tem que estabelecer uma equação para destinar parte dos recursos para cada um desses 5 pontos. Então a gente visa equilibrar esses 5 pontos, nem puxar pra um lado, nem puxar pra outro, mas tentar equilibrar dentro do adensamento previsto. É claro que isso está em proposta. Acho que requerimentos e propostas são bem vindos para gente poder repensar e melhorar isso. Mas a gente tem que entender esse critério, a gente tem que ter um equilíbrio dessas questões. Então tanto a questão do parque, para ser tudo ou não, e tanto a questão das habitações, é importante que a gente discuta e pactue essa lei. Porque enquanto essa lei não existir a gente não tem projeto. Só para vocês entenderem como é que funciona: a Operação Urbana, ela é feita a partir de uma lei específica. Quem aprova a lei – a Câmara dos Vereadores do Município de São Paulo. A gente faz uma proposta para Câmara, é debatida, é feita uma votação e isso virá lei. A partir de virar lei, vira obrigação. Obrigação do que se tem que se fazer, de como se arrecadar o recurso e onde se gastar cada real arrecadado. Isso que eu mostrei é uma proposta, eu estou querendo, o que a nossa equipe da São Paulo Urbanismo e SMDU quer mostrar em primeira mão para vocês e debater esta proposta e transformar isso num Projeto de Lei, e só quando virar Lei, virar de fato, real.
Então a gente precisa de nossa ajuda, todo mundo se ajudando enquanto sociedade para pactuar a melhor proposta possível, para o quanto antes ela virar legislação ela virar realidade. Porque senão ela fica em bonitas palavras e bonitos desenhos, e não vai mudar a vida da gente. Depende da gente? Depende. Depende de vocês? Também depende. Depende de um trabalho conjunto da sociedade para que isso aconteça e é por isso que a gente inaugura aqui a primeira audiência pública, a gente pretende fazer mais outras, melhorando isso, para, no máximo, o meio do ano que vem, isto estar na Câmara, para que a gente possa até o final do ano, ter isso aprovado de fato, para começar a transformar isso em realidade. Não sei se eu respondi as questões, mas vamos abrir os debates.
Sr. Fernando de Mello Franco: Eu queria complementar algumas coisas que me parecem importante. Fizeram uma pergunta muito coerente e importante que é: Como é que a gente faz esses desenhos tão bonitos virarem realidade.

Para começar, já imaginou se a gente tivesse trazido desenhos feios pra mostrar para vocês? A gente só pode trazer desenhos que de fato encham os olhos e façam a gente sonhar com uma outra cidade. Isso é parte da nossa mobilização evidentemente, agora a pergunta talvez fosse outra. Olhando a cidade, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, ela não trabalha apenas com a perspectiva desses bairros aqui, mas com toda a cidade. Quando a gente olha a cidade o que a gente de pergunta: Como que eu vou, com os ecursos que a Prefeitura tem, transformar e qualificar toda a cidade? Para vocês terem uma ideia a média de arrecadação do Fundo de Urbanização: chamado FUNDURB, vinha arrecadando nos últimos anos, que teve um boom imobiliário muito grande, é um dinheiro que vem do que cada empreendedor para a prefeitura para fazer um empreendimento, era da ordem de 250 milhões/ano.
A gente está estimando que o novo Plano Diretor vá conseguir arrecadar 500 milhões/ano. Esses 500 milhões, depois vão ser repartidos por toda a cidade. A gente está aqui com uma proposta de uma Operação Urbana que prevê arrecadar de 5 a 6 milhões, portanto, mais de 10 vezes a arrecadação da cidade anual que tem que ser dividida por 32 subprefeituras. Então em diria o contrário, que exatamente esse plano urbanístico que nos habilita a elaborarmos uma Operação Urbana, e é esse instrumento da Operação Urbana que nos permitirá antecipar a arrecadação de recursos. Porque o FUNDURB – outorga onerosa – o que é? Eu vou construir e eu pago para construir. O que é Operação Urbana? Eu empreendedor, eu adianto o dinheiro pelo compromisso com o poder público que eu vou ter tais, tais e tais investimentos, eu empreendedor antecipo, compro um título que se chama CEPAC (uma coisa que é complicada de explicar), eu compro um título antes que a prefeitura venha e faça essas obras. Então é ao contrário, a gente está propondo uma Operação Urbana para poder viabilizar um processo de transformação e qualificação dessa área. E não é qualquer área da cidade que pode receber esse instrumento, apenas as áreas inseridas nessa Macroárea de Estruturação Metropolitana. Então eu diria que na verdade, esses Bairros aqui do Tamanduateí, de certa forma tem o privilégio de poderem estar submetidos a um instrumento urbanístico que acontece, se detona, depois que o projeto urbano elaborado e que vai garantir uma arrecadação bem maior do que simplesmente se a gente ficasse esperando a arrecadação pingadinha dos empreendimentos que por sua vez, teriam que ser distribuídos pra toda a cidade.
Então, no fundo, parte da nossa discussão aqui é a gente justamente debater a oportunidade de um instrumento urbanístico que vai multiplicar a arrecadação de recursos que vão ter a obrigatoriedade de serem gastos, investidos nesse território específico dos Bairros do Tamanduateí.
Sra. Ocleres Harkot: agora dando sequência a nossa Audiência Pública, na lista de manifestantes dos presentes eu chamo o Sr. Renato Batassi.
Sr. Renato Batassi: Boa tarde. Eu ia fazer uma pergunta que praticamente já foi questionada pela representante do Movimento Mooca Verde sobre a área da Esso que existe uma luta de mais de 10 anos dos moradores aqui da região para tentar transformar essa área num parque, mas eu também quero fazer uma observação. Que eu acho importante na apresentação do Gustavo, que esse dilema que ele se referiu eu acho que o enfoque principal de todo esse projeto é no adensamento populacional, onde eu entendo que deveria ser na compensação ambiental.
Então foi um tema difícil de abordar, eu entendo, mas tanto é que todas as manifestações foram nesse sentido, de se conseguir mais parques mais áreas verdes. Era só isso que eu gostaria de dizer. Muito obrigado.
Sr. Arlindo Amaro: Boa noite a todos. Meu nome é Arlindo Amaro. Eu sou da região do Ipiranga. Boa noite à mesa. Falando sobre o Plano Diretor é bom lembrar que o Plano Diretor foi criado no ano de 2002, pela Lei 10.215, pelo Estatuto da Cidade.
Então o que nós temos é que, a partir de 2002, nós tivemos a primeira Lei do Plano Diretor da Cidade de São Paulo e pouco se foi feito em relação ao Planejamento da cidade, nós vemos aqui que a cidade de São Paulo ficou paralisada durante esse período – buscando 2002 até 2015 observa-se que pouca coisa foi feita. Hoje foi apresentada uma explanação sobre o Plano Diretor e vimos que Barra Funda é o começo dessa Diagonal que está sendo mostrada. Hoje, ela foi dividida, e eu até pergunto para mesa porque que a Diagonal Sul foi dividida em Mooca-Vila Prudente, Mooca-Vila Carioca? Eu gostaria que ela fosse colocada como Mooca, Vila carioca e Ipiranga porque o perímetro que ela corre, ela corre pela Rua Ibitirama, desce a Avenida Delamare, pega a Av. Nazaré, segue a Av. Dom Pedro e vai até o largo do Cambuci.
Então é um projeto que nesse perímetro pouco se foi feito. Em questão de habitação, Ipiranga, por exemplo, teve pouquíssima Habitação de Interesse Social. Nós temos no Ipiranga, por exemplo, a Favela do Heliópolis. Hoje, a Favela do Heliópolis, tem aproximadamente 100 mil pessoas que moram naquela região.
Tínhamos em 2002 na região do Ipiranga 32 favelas e hoje estamos chegando aproximadamente a 42 favelas. Então muito pelo contrário, a cidade não melhorou. Pouco foi feito e esse Plano Diretor como já foi falado aqui, se ele não tiver uma aceleração da aprovação dessa lei na Câmara Municipal, nós vamos levar mais 50 anos pra se resolver esse problema na cidade de São Paulo. 2002 foi criada a Lei da Diagonal Sul, ou melhor o projeto da Diagonal Sul, entraria no Ipiranga, Mooca e Vila Prudente e nada foi feito em relação às melhorias do nosso bairro.

O problema de circulação viária no Ipiranga pouco se fez, não apresentou estudo sobre o problema da malha viária do bairro. (O Prefeito) Tem 1.450 dias somente para se trabalhar. Hoje o Prefeito só tem 700 dias pra trabalhar, se você tirar sábado e domingo ele tem muito pouco tempo para se fazer isso. E esse projeto, certamente, não vai vingar enquanto não virar lei e o prazo é muito pouco. O próximo governo que a gente não sabe quem será o novo prefeito, se ele der continuidade nessas metas do plano, talvez a gente tenha um projeto melhor para cidade para o ano de 2050. Se eu estiver aqui eu vou ver. Obrigado.

Sra. Ocleres Harkot: Vou chamar pela ordem o Sr. Luiz Castan e vou pedir por gentileza para que os senhores façam silêncio, porque está sendo gravado e está um barulho muito grande aqui na frente, a gente não consegue ouvir direito. Eu peço a colaboração dos presentes por gentileza.

Sr. Luiz Carlos Castan – Boa noite! Gustavo, eu como um avô fresco estou muito entusiasmado com esse plano, a intenção da Prefeitura através de vocês desse Plano dos Bairros do Tamanduateí, eu tenho certeza que o meu neto vai usufruir. E isso é muito interessante, nos estamos aqui hoje pensando no futuro. Parabéns para vocês! A minha pergunta, meu nome é Luiz Carlos Castan – da Associação Comercial (da CPU), aqui eu tenho a Taís que também é arquiteta e a minha pergunta é a seguinte: até o Plano se transformar em lei, o que é que acontece? Tem várias incorporadoras que já estão entrando com projeto na prefeitura, na Secretaria de Licenciamento e eu gostaria de saber como é que ficam essas aprovações, entendeu? Eu percebo que está uma correria danada das construtoras, dentro dos Bairros do Tamanduateí, o pessoal está entrando com os projetos. Eu queria saber se vai ter que passar por uma aprovação também da Secretaria de vocês? Eu queria que você respondesse essa pergunta pra mim. Passo a palavra para a Thais.

Sra. Thais: Boa noite. Eu gostaria de saber sobre os parâmetros urbanísticos dessa proposta. Eu ouvi você comentando inicialmente sobre o afastamento dos muros, mas eu quero saber de outros regramentos que teriam como incentivos, que você tinha colocado como incentivo, mas a gente escuta muito falar hoje em fruição, em fachada viva e uso público do térreo. Eu gostaria de saber quais são esses parâmetros que estariam regrando os incorporadores para esses empreendimentos.

Sra. Ocleres Harkot: Obrigada. Na sequência chamo o Sr. Fernando Desidério.

Sr. Fernando: Boa noite! As escolas também, a gente ouve falar muito de escolas porque atrair tudo isso pra população vai ter uma demanda grande. Se essas escolas, hospitais vão ser públicos o privados, se for privados, quais os tipos de incentivos vocês darão para esses empreendimentos, e a relação população por vagas em hospitais, população por vaga de escola. Também clubes esportivos e outras atividades, a gente fala muito em praças, mas jogar xadrez na praça só é uma coisa um pouco antiga. O pessoal também joga bola, tem piscina, a ideia de CEU's do Governo lá de 2003 era muito boa, vocês estão prevendo alguma coisa assim ou não? E também o tipo de investimento que vocês estão prevendo, a receita de 5.2 bilhões, ela parece muito alta, mas é uma área muito grande. Vocês preveem algum outro tipo de financiamento além dos CEPAC's? Obrigado.

Sra. Ocleres Harkot: Na sequência Sra. Juliana.

Sra. Juliana: Boa tarde! Meu nome é Juliana, eu sou moradora da Mooca Baixa, gestora ambiental. A Mooca Baixa é uma região que pertence ao Distrito do Cambuci, Subprefeitura da Sé, e há uma ausência muito grande do poder público embora o mercado imobiliário esteja muito interessado na região. E nessa região foi previsto uma estação do Fura Fila, a estação Luiz Gama, que aparece nesses slides, e na última reunião que eu fui, numa apresentação para o Cambuci da Operação Urbana, falaram que a SP Trans não tinha previsão para construção dessa estação.

Essa estação, no entorno dela tem novos empreendimentos imobiliários. Então eu entendo que se vocês querem melhorar a mobilidade vocês tem que cumprir a estação, pressionar a SP Trans e a Prefeitura para tirar a estação do papel. A estação hoje é uma passarela abandonada pelo poder público, ela tem morador de rua, ela é a única ligação direta entre o Cambuci e a Mooca Baixa, a outra ligação é a Estação Ana Nery que não é próxima. Você não tem como atravessar a estação porque é inviável, porque ela está tomada por moradores de rua. Há mais de um ano roubaram a fiação elétrica da estação, desde então ela não tem nenhuma iluminação e nenhuma segurança. Então eu entendo que se há o interesse em melhorar a mobilidade é uma obrigação do poder público construir essa estação que e estava prevista. Outra questão é que pela ausência do poder público, o bairro, que tem muitos intermediários e revendedores de materiais reciclável, em todo bairro a pontos viciados de entulho, lixo e rejeito de material reciclável. Vocês pagam a INOVA para passar todo dia limpando, mas vocês não multam, não fiscalizam e não tomam providências com quem gera esse rejeito bairro. Então acho que além de contar com investimentos imobiliários, o poder público precisa estar mais presente nessa região. Obrigada.

Sra. Ocleres Harkot: Agora eu passo a palavra para o Gustavo para as respostas.

Sr. Gustavo Partezani: Em vou tentar juntar um pouco as questões que foram colocadas aqui para tentar esclarecer um pouco mais esse novo processo.

Acho que a questão que o Renato trouxe sobre compensação ambiental, é importante e de fato Renato, esse é um dos objetivos dessa Operação. O processo de mitigação ambiental e de melhoria ambiental. Mas ao falar em questão ambiental a agente tem que entender um pouquinho que ela não está ligada só as áreas verdes e a produção de áreas permeáveis, ela está ligada a uma série de pré-requisitos

importantes para que a gente compense essa relação de áreas verdes, área permeável, com a questão do desenvolvimento humano sobre a área. Eu vou pedir de novo para todo mundo fazer silêncio aí no fundo que está difícil de ouvir aqui.
A questão da mitigação está envolvendo produzir parque, produzir mais arborização urbana para melhorar a ilha de calor, resolver a drenagem e os alagamentos que tem na região, resolver a questão do solo contaminado. É a região que mais tem solo contaminado, inclusive lençol freático da cidade, claro graças a intensa atividade industrial que aconteceu aqui nos últimos cem anos. Então é natural que esteja assim, mas se eu quero transformar essa região, em habitação ou mesmo parque, eu tenho que trazer processos mitigatórios dessa contaminação. Eu tenho também que tentar melhorar, ou equacionar o problema das áreas subnormais de vulnerabilidade, assentamentos urbanos, moradia em áreas onde não devia estar sendo implantada ou por questões de risco, ou por questões de contaminação, ou por questões de saneamento. Então, trazer essa provisão habitacional relacionada a isso também é importante e por fim a saúde pública, que está relacionada às doenças e ao bem estar da população que usa a região para trabalhar ou para morar. Esses cinco processos estão vinculados à questão ambiental. Então a gente procurou equilibrar novamente esses processos. Tem recursos para parques e áreas verdes? Tem bastante. Recurso para drenagem? Tem muito. (Há recursos) Para habitação, para equipamentos e para descontaminação de solo. Então a preocupação que o Renato traz, a gente tá trazendo este enfoque, a gente pode melhorar esse enfoque, mas isso já está contemplado na proposta.
E a questão do nome da Operação, ela chama Bairros do Tamanduateí, ela não chama Mooca-Vila Carioca. Ela compõe os sete bairros que estão ligados ao eixo do Rio Tamanduateí e é uma região estratégica para cidade. Não é só para os bairros não, é para cidade. Muitas pessoas passam por aqui, seja indo para praia no final de semana, quando pega a Anchieta, ou para trabalhar, ou quem vem do ABC ou quem vai para o ABC. Tudo isso usufrui dessa região. Muita gente trabalha por aqui e muita gente usa o transporte que aqui tem. Então a importância desse lugar é regional, é metropolitana como a gente falou no começo. É importante trazer essa responsabilidade do projeto, para melhorar acima para que trabalha e vive, mas também para as pessoas que passam e as que usufruem desse lugar. É importante equilibrar esse processo, a cidade é uma só, a cidade não é feita de muros, que a gente pode dizer, aqui vai, aqui não vai, a gente quer, de fato, dar a verdadeira transparência democracia para que todo mundo possa circular e usufruir de maneira importante.
As áreas de desenvolvimento imobiliário que o Castan falou, eu coloquei aqui nesse gráfico, na linha do tempo porque, de fato Castan, nada vai acontecer enquanto não aprovar a lei. A gente está aqui na Audiência Pública do Licenciamento que é um pré-requisito para lei. Então a gente pretende terminar esse Projeto de Audiência Pública e de Licenciamento até o meio do ano para poder enviar à Câmara dos Vereadores, uma lei específica, uma Minuta de Lei, para que depois ela se transforme. Enquanto isso acontece, você perguntou como é que mitiga, como é que não incentiva o desenvolvimento imobiliário nos terrenos aqui da Mooca, para poder preservar esses territórios. O Plano Diretor já faz isso, uma vez que ele reduziu os coeficientes de aproveitamento da macroárea de Estruturação Metropolitana, da MEM. Ele reduziu isso, ele não congelou, porque a gente não pode congelar a cidade, isso não existe, o que a gente pode fazer é não incentivar a procura dessas cidades.
Essa correria toda aconteceu antes do Plano Diretor. Agora a gente está Revisão do Zoneamento. Como disse o Fernando no começo da fala dele. O Zoneamento também traz instrumentos para poder não incentivar o uso dessas áreas. Por que não incentivar? Para resguardar territórios para produção e para transformação ao longo dessa Operação Urbana que a gente pretende aí no final de 2015/2016 estar iniciando esse processo. São maneiras legais, legítimas que a gente tem agora, proibir o dono da terra de fazer o que ele quer a gente não pode proibir. A gente pode não incentivar, que é o que nós estamos fazendo e já fizemos no Plano Diretor. Tanto a pergunta do Fernando quanto da Thaís, sobre incentivos urbanísticos e equipamentos é claro que o que eu mostrei aqui é um resumo muito resumido, vamos dizer assim, de todo processo. O RIMA tem 600 páginas, está à disposição lá no site da Secretaria. A ideia não é ler o RIMA, mas eu poder detalhar isso, e eu acho que a questão ficou aqui no debate. Incentivos Urbanísticos, a gente traz todos os incentivos que tem o Plano Diretor, possibilidade de ganho de potencial construtito com a proposta de fruição pública, ou seja, deixar o térreo dos edifícios com usos coletivos permitidos, fachada ativa e não empenas cegas com as calçadas, a questão da arborização urbana com a questão de trazer taxa de permeabilidade, áreas de permeabilidade para frente dos lotes para criar áreas ajardinadas, melhorar a arborização, para melhorar a ilha de calor; incentivos para doação de terras e troca de potencial construtivo para poder viabilizar os parques, as áreas verdes, as áreas de habitação. Porque se a gente for olhar, a Operação não vai ter dinheiro para comprar tudo do jeito que se pretende, que todo mundo quer. A gente tem que equilibrar e para isso a gente dá incentivo, e incentivos que já são conhecidos da própria Água Branca. Vamos ter a limitação do subsolo em alguns lugares porque aqui é várzea e está com o solo contaminado, isso já é uma questão que a gente está trazendo, então a gente traz esses incentivos para mitigar as relações com outras questões de oportunidade, a gente traz incentivos para construção de equipamentos e a gente traz principalmente incentivos para o próprio poder público. Se a gente for olhar, o todo de equipamento que precisa, de habitação que precisa, não vai ter terreno para tudo isso, é claro que não vai. A gente vai ter que mudar a forma de usar bem a terra, então um terreno ele vai servir ao mesmo tempo para ter o térreo com um equipamento como uma escola, uma creche, uma UBS e os andares, a habitação, como já tem na cidade. A Água Espraiada tem elementos, tem empreendimentos que são

assim, já existe isso. A gente também vai poder ter espaços produtivos para cooperativas, produção de trabalho e oportunidades no térreo desses edifícios habitacionais. E não entender habitação como um muro que cerca um lote e que está gente dentro. Todo mundo gosta de morar perto de padaria para comprar pão, do açougue ou da farmácia, ou de algum uso de lazer, ou de um restaurante, um lugar que possa levar a família, então vamos incentivar esses térreos com uso ativo s e as habitações em cima, sendo para o mercado privado ou para o poder público ofertando equipamento e ofertando habitação. Nós temos a lista Fernando, de todos os equipamentos propostos que eu passei no final da apresentação, eu vou trazer quando eu terminar a minha fala, mas de fato a gente tem essa lista: todas as escolas, todos os equipamentos de saúde UBS, UBS com AMA, creche, escola de primeiro grau, território CEU, se necessário. Os hospitais. Está previsto no licenciamento o Hospital, mas o hospital é um equipamento regional. A agente tem esforços entre o Governo do Estado e Município articulados para isso. Talvez não precise dinheiro da Operação Urbana para pagar esses hospitais, mas os equipamentos de primeiro atendimento, com certeza. Então tudo isso a gente trouxe para o RIMA e para o trabalho, para poder mostrar isso. Tem um slide que eu vou passando e vai te mostrar, daqui à pouco, toda a listagem desses equipamentos. Equipamentos culturais, oficinas de cultura, equipamentos esportivos, CDM, Centro Desportivos Municipais, tudo isso está previsto, está previsto enquanto números. E o plano vai fazer isso ao longo do tempo. Eu começo por onde? Pela demanda que cada Secretaria vai colocando de acordo com os recursos que eu tenho e isso é Gestão do Território e a Operação Urbana é um território muito preciso para fazer tudo aquilo que a Juliana, cadê a Juliana? Que falou sobre gestão.

A cidade é muito grande Juliana, tem muitos corredores de ônibus, muitas estações de trem, metrô, de ônibus, tem muita área que precisa de varrição, limpeza, segurança e iluminação. Num projeto integrado como esse a gente tem oportunidade de fazer gestão integrada do processo, a gente está transformando esse processo. Talvez a Mooca seja a primeira Operação que a gente possa fazer isso com ênfase, de criar uma gestão específica do território para melhorar tudo aquilo que você reclamou com a devida questão. Então acho que é importante ver essa oportunidade como uma oportunidade de melhorar, é claro que a vida continua, seja com Operação ou sem Operação, o trem continua passando, o ônibus também, a varrição continua acontecendo, existe uma manifestação da cidade.

A Operação precisa corrigir e melhorar alguns pontos específicos, mas eu vou levar essa sua demanda específica para a Secretaria dos Transportes para ver se a gente consegue atender, mesmo, não precisa esperar essa Operação acontecer, porque isso já existe. Mesmo no Expresso Tiradentes, existe as estruturas para fazê-lo, não é? Então essa demanda é importante e a gente leva esta demanda, pronto para ouvir essas demandas que não necessariamente da Operação, a agente leva; já está lá a estrutura mesmo, mas a Operação é uma oportunidade, Juliana, de melhorar essa governança do território, fazer serviços mais bem feitos em determinados locais. Aqui está o slide que vai detalhar os equipamentos e cada área, para atender e complementar a resposta.

Sr. Fernando de Mello Franco: Eu queria também complementar a pergunta do Fernando. Quero dizer o seguinte: é muito importante todos nós termos claro que esta Operação em particular, ou qualquer Operação em geral não é a solução para todos os problemas. Uma Operação sozinha ela não dá conta de tudo aquilo que a cidade precisa e que um território específico precisa. Então o Fernando tem razão em perguntar se há outras formas de co-financeiramento.

É difícil a gente falar no futuro até porque o prazo dessa Operação é de 20, 30 anos – sei lá quantos. Mas hoje o que é que a gente sabe? A gente sabe que a Prefeitura está somando, articulando verbas próprias do recurso do tesouro, como por exemplo: os corredores de ônibus, a gente está contando com as verbas do PAC Mobilidade; obras de drenagem, a gente está contando com as verbas do PAC drenagem, a gente, para produção de moradia, a gente está contando com o Minha Casa, Minha Vida, mas não só porque em São Paulo Minha Casa, Minha Vida não dá conta. Porque o valor do Minha Casa, Minha Vida é igual para o Brasil inteiro, só que a produção aqui em São Paulo é muito mais cara do que a produção em Roraima. Porque a terra é muito mais cara, a mão de obra, assim por diante. Então para produção de moradia inclusive, não é só Minha Casa, Minha Vida, mais verbas que a gente está chamando a Casa Paulistana da Prefeitura, a gente também está contando com verba do governo do Estado. É fundamental que a produção de moradia popular em São Paulo conte com as 3 esferas do governo que hoje a gente tem entendimento nesse sentido.

Assim como grandes investimentos na expansão do Metrô – que vai passar por aqui, na continuação da linha da Paulista, não perdão, da linha laranja que está começando ser construída agora e eventual trem regional, são verbas também estaduais e não apenas municipais. Então a gente está, com essa estratégia de se antecipar e sair comprando terra ao invés de: compra uma terra, faz moradia, compra outra e faz, porque justamento quanto mais a gente for fazendo investimento nesse lugar, mais valorizado ele vai ficar e mais caro vai ser o acesso à terra.

Então a nossa estratégia, vamos tentar antecipar e garantir aquilo que é finito. Tudo bem, todo mundo sofre no final do mês com falta de grana, mas no mês que vem tem salário de novo, mas a terra não tem como. A hora que acabar a terra, ninguém produz terra nova, então vamos garantir a terra que é fundamental e depois ao longo do tempo a gente vai contando com as políticas de cada gestão não só municipal, mas também estadual e federal para complementar essas formas de financiamento.

Sra. Ocleres Harkot: E dando sequência à nossa lista de manifestação eu chamo agora o Sr. Edilson Mineiro para sua fala.

Sr. Edilson Mineiro: Eu queria cumprimentar o Secretário Fernando Mello, Gustavo Partezani e assim cumprimentar todos os representantes do Executivo na mesa. Dizer que eu sou Edilson Mineiro, sou assessor do Vereador Nabil Bonduk e acompanho uma série de questões da Política Urbana da cidade, especialmente a questão da habitação.
Então, eu falo em nome do movimento em defesa do favelado, que tem uma série de favelas aqui nessa região e estamos na luta do movimento sem teto. Acho que a discussão da Operação Urbana serve para reconstruir a história da cidade e também a história dos trabalhadores dos anos 70, dos anos 80, dos trabalhadores do Metrô, a população negra, população nordestina que ajudou a construir a cidade e que nos últimos anos tem tido muita dificuldade de permanecer nesse território. Esses últimos 30 anos são marcados por uma forte equação do mercado imobiliário no sentido de mudar o perfil das famílias que vivem aqui, gerando mais exclusão social.
Então o Plano Diretor, a Operação Urbana e aí a gente tem que cumprimentar a iniciativa da Prefeitura e toda equipe da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, de reverter esse processo e garantir que essa Operação Urbana seja marcada por uma Operação Urbana voltada para justiça social, para fazer um território mais equilibrado. Eu acho que dar sequência do Plano Diretor que foi muito bem sucedido na medida em que permite a sociedade fazer pactuações que vão dar legitimidade para que essa lei ao chegar à Câmara, chegue com a força da sociedade e seja uma lei que, mesmo que aperfeiçoada, de forma legítima da Câmara, represente a opinião da maioria.
Acho que para isso, além desse debate de qualidade, que a gente está fazendo aqui, a gente precisa radicalizar o debate de alguns temas específicos. A gente está falando de questões ambientais, falando de questões sociais que não são antagônicas, quer dizer, a própria geração de novos lotes, grandes lotes para moradia, por exemplo, nessa região também pode gerar áreas verdes, também podem gerar áreas de comércio, podem gerar trabalho e isso precisa ser bem compreendido pela sociedade para que não se tenha falsos antagonismos, entre questão ambiental, questão social, entre outras. Então a radicalização do debate dos sistemas é fundamental, acho que a realização de seminários específicos em relação a estes sistemas vai permitir que essas coisas se incorporem mais na sociedade, no recinto social e a gente possa ter uma lei efetivamente bem pactuada e positiva no sentido de gerar as transformações que se buscam. Então essa fala aqui é muito mais no sentido de dizer que a gente pode se aperfeiçoar na medida em que permita a maior participação da sociedade, um maior entendimento desses problemas, a contribuição que vai levar a propostas inovadoras, inclusive no processo de gestão que a gente começou a falar.
Sra. Ocleres Harkot: Passo a palavra ao Gustavo.
Sr. Gustavo Partezani: Bom, é acho que não tem mais inscritos, está é a última fala, eu queria só deixar como mensagem final e um comunicado: primeiro que a gente vai fzer mais duas audiências dessas – tem uma na 4ª feira – 03/12/2014 – prevista, esclareço na Vila Prudente e na semana que vem no CEU Meninos – Ipiranga. Têm mais duas. A gente vai fazer isso,é a mesma apresentação. Eu peço que vocês convidem o vizinho, os amigos, familiares que não puderam vir hoje para irem nessas Audiências, quanto mais opinião a gente puder trazer e formar sobre esse processo, mais saudável será o processo e que a gente está inaugurando aqui hoje, dia 1º de dezembro de 2013, essa série de Audiências Públicas. E aí agradeço a fala do Edilson, agradeço sua fala, que a fala dele é muito alinhada com o que a gente pensa de trazer a população para pactuar o que é esse projeto. Esse projeto não é meu, não é do Secretário, não é da São Paulo Urbanismo, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, não é do Prefeito – é da cidade, a gente tem que pactuar.
Isto é uma primeira proposta que a gente traz, tem algumas questões aqui que podem ser melhor elaboradas. Tem os impactos ambientais, que o EIA-RIMA traz e o CADES , a Câmara Técnica Ambiental vai avaliar e vai emitir a licença. Então é importante ouvir a opinião de vocês para que a gente possa aperfeiçoar isso, a gente recebeu muitas opiniões hoje aqui e a gente espera receber muitas outras para que de fato a gente consiga melhorar esse processo.
E minha palavra final é uma palavra de agradecimento pela paciência de vocês por estarem participando, não é todo mundo que tem essa energia de estar aqui hoje, participando e contribuindo com o processo que cada vez é mais importante, esse processo de contribuição. E todo mundo que trabalha, que mora, que investe, que empreende na região e que vê esse lugar como uma oportunidade de uma cidade mais justa e melhor para todos nós aí podermos passar a vida.
E como o Castan falou, queria muito que meu avô tivesse pensado numa cidade melhor para que se possa viver. Ele não pensou e o meu pai também não, eu estou aqui com vocês para pensar para o meu filho, para o meu neto, para quem for, mas essa responsabilidade é nossa e a gente não pode fugir dessa responsabilidade.
Agradeço a oportunidade e quero convidar vocês para 4ª feira e 2º feira estar de novo conosco.
Sra. Ocleres Harkot: Passo a palavra agora ao Sr. Secretário de Desenvolvimento Urbano.
Sr. Fernando de Mello Franco: Eu queria, antes de mais nada, também agradecer nem a paciência mas a postura de vocês, porque a gente tem participado de inúmeras oficinas e Audiências Públicas e grande parte delas são agressivas, batem indiscriminadamente na gente e é muito raro a gente encontrar uma situação que está todo mundo sentado, ouvindo com atenção, participando, conversando como gente normal, numa boa conversa, tentando exatamente para que a gente possa dialogar e construir as propostas que transformem a nossa cidade.

Eu também queria parabenizar todos vocês porque dessa forma eu acho que a gente pode, de fato, fortalecer uma conversa entre o poder público e sociedade, que possa ser de fato muito produtiva para todos nós que moramos em São Paulo. Boa noite e muito obrigado pela participação.

Sra. Ocleres Harkot: Subprefeito da Mooca Evando Reis.

Sr. Evando Reis: Também uma palavra de agradecimento à participação de todos, foi uma participação que trouxe bastantes elementos para mesa, para encaminhamento, outras oportunidades terão e também parabenizando o que o Castan falou e o que o Gustavo falou que também achei legal sua colocação se meu avô, meu pai tivesse discutido isso lá atrás, quem sabe a gente teria uma melhor qualidade de vida. Enquanto o Plano está bem balizado, muito bem elaborado, muito bem planejado que vai alinhar, balizar o desenvolvimento para os próximos 30 a 40 anos e tem muita coisa boa para acontecer, muita área verde.

Término da Gravação.

Fotos

12.11.2014 – Reunião da Comissão de Política Urbana da Câmara Municipal de São Paulo

Reunião realizada no Auditório da Câmara Municipal de São Paulo. Com objetivo de expor os estudos preliminares relativos à futura operação urbana.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

45º GV - VEREADOR PAULO FRANGE

REQUERIMENTO Nº 18/14

Sr. Presidente da Comissão de Política Urbana,
Vereador Andrea Matarazzo

Requeiro nos termos regimentais que seja aprovado o encaminhamento de convite a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da Cidade de São Paulo, com vistas a expor os estudos preliminares que foram realizados com o objetivo de promover a futura Operação Urbana Consorciada Mooca-Vila Carioca, apresentando os EIA RIMA 1, 2, 3 e 4, bem como o Relatório de Impacto Ambiental, em reunião ordinária desta Comissão.

Sala da Comissão de Política Urbana,
16 de outubro de 2014.

APROVADO
22 OUT 2014
PRESIDENTE

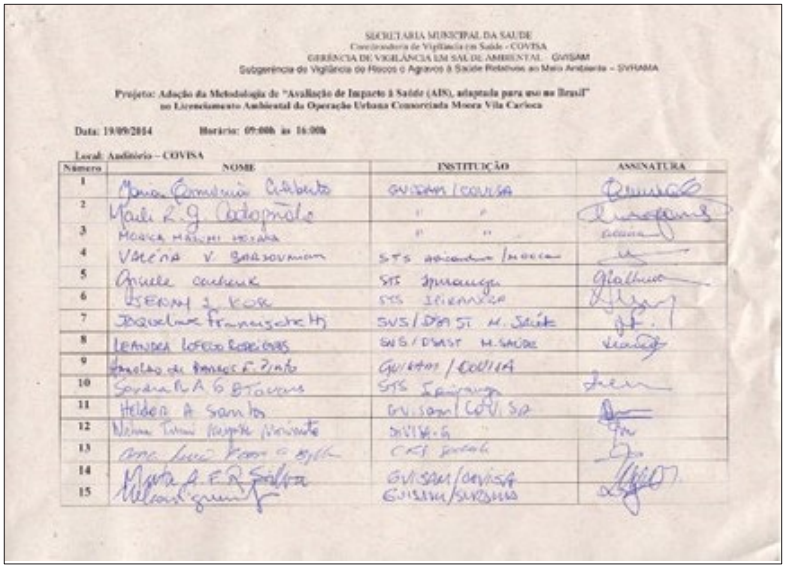
PAULO FRANGE
Vereador

RECEBIDO, na Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente.
16 OUT. 2014
Secretário RF
Assistente Parlamentar
RF 101.075

19.09.2014 – Reunião de esclarecimentos para análise da Avaliação de Impacto Ambiental à Saúde – COVISA

Reunião realizada no Auditório da Coordenadoria de Vigilância em Saúde – COVISA com o objetivo de esclarecer dúvidas quanto à Avaliação de Impacto à Saúde no Licenciamento Ambiental Prévio da futura operação urbana.

Lista de presença



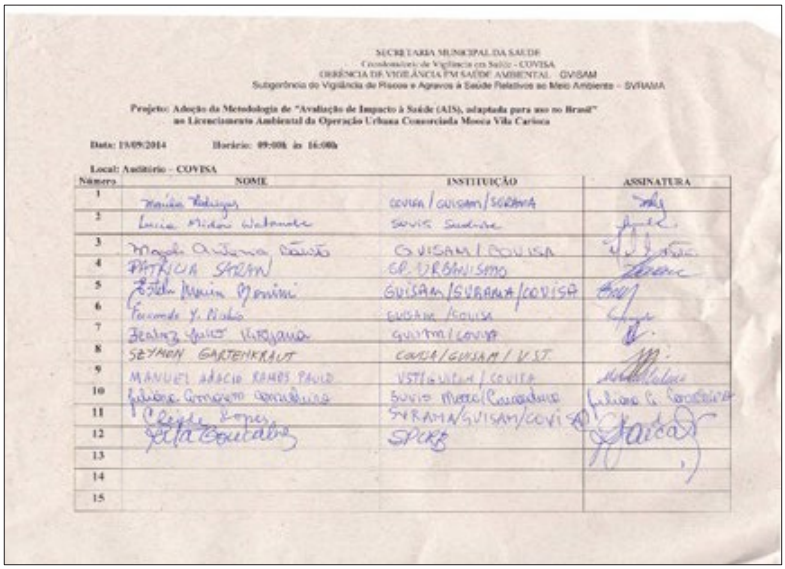
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE
Coordenadoria de Vigilância em Saúde - COVISA
GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAUDE AMBIENTAL - GVISAM
Subgerência de Vigilância de Riscos e Agravos à Saúde Relativos ao Meio Ambiente – SVRAMA

Projeto: Adoção da Metodologia de "Avaliação de Impacto à Saúde (AIS), adaptada para uso no Brasil" no Licenciamento Ambiental da Operação Urbana Consorciada Mooca Vila Carioca

Data: 19/09/2014 Horário: 09:00h às 16:00h

Local: Auditório – COVISA

| Número | NOME | INSTITUIÇÃO | ASSINATURA |
|---|---|---|---|
| 1 | | | |
| 2 | | | |
| 3 | | | |
| 4 | | | |
| 5 | | | |
| 6 | | | |
| 7 | | | |
| 8 | | | |
| 9 | | | |
| 10 | | | |
| 11 | | | |
| 12 | | | |
| 13 | | | |
| 14 | | | |
| 15 | | | |



SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE
Coordenadoria de Vigilância em Saúde - COVISA
GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAUDE AMBIENTAL - GVISAM
Subgerência de Vigilância de Riscos e Agravos à Saúde Relativos ao Meio Ambiente – SVRAMA

Projeto: Adoção da Metodologia de "Avaliação de Impacto à Saúde (AIS), adaptada para uso no Brasil" no Licenciamento Ambiental da Operação Urbana Consorciada Mooca Vila Carioca

Data: 19/09/2014 Horário: 09:00h às 16:00h

Local: Auditório – COVISA

| Número | NOME | INSTITUIÇÃO | ASSINATURA |
|---|---|---|---|
| 1 | | | |
| 2 | | | |
| 3 | | | |
| 4 | | | |
| 5 | | | |
| 6 | | | |
| 7 | | | |
| 8 | | | |
| 9 | | | |
| 10 | | | |
| 11 | | | |
| 12 | | | |
| 13 | | | |
| 14 | | | |
| 15 | | | |

Fotos

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

## 20.08.2014 – Reunião com a Associação dos Amigos e Moradores do Cambuci (AMAC)

Data: 20/08/2014
Local: Igreja Presbiteriana: Av. Lacerda Franco, 646 - Cambuci
Horário: 19h00

PAUTA: Apresentação dos Estudos dos Bairros dos Tamanduateí – Operação Urbana Consorciada Mooca-Vila Carioca para AMAC – Associação de Moradores e Amigos do Cambuci

MESA: Carla Poma, Rita Gonçalves, Patrícia Saran

PARTICIPANTES: vide abaixo a lista de presença

ATA: Patrícia Saran

### Introdução

Esta agenda foi solicitada por Cristina L. Cappelano (Kika), residente da AMAC – Associação de Moradores e Amigos do Cambuci, a fim de dirimir dúvidas e promover esclarecimentos sobre o processo de formação da Operação Urbana Consorciada – Arco Tamanduateí.

A apresentação seguiu descrevendo todo o processo da OUC e esclarecendo o impacto que representa na área delimitada por todo o seu perímetro. Durante o discurso, breves interrupções ocorreram onde a mobilidade foi um dos principais temas discutidos, focando o adensamento da gleba da Eletropaulo. Concluída a apresentação, seguiu-se para as perguntas:

Juliana (Mooca baixa)
Manifestou sua preocupação com o agravamento da mobilidade local: trânsito. Trazer mais moradores numa região já comprometida com a circulação de veículos.

SP-Urbanismo
A argumentação transcorreu com a previsão das linhas metroviárias, o desenvolvimento do transporte coletivo e as intervenções viárias previstas no projeto, além de considerar o índice de contenção da população.

Adriana;
Também questionando o adensamento populacional, sugere o estímulo da geração de empregos na periferia e o crescimento de grandes empreendimentos imobiliários na região, sem investimentos diretos do governo.

Arlete,
Engajada no discurso anterior, a moradora aponta problemas na rede de esgoto existente, onde os empreendimentos recentes já comprometem a estrutura atual e não há nenhum sinal de projetos de adequação e/ou melhorias na rede de Saneamento. Além disso, aponta problemas de zeladoria municipal: áreas públicas degradadas, drogadição, fragilidade da estrutura de equipamentos existentes. Há grande preocupação com o agravamento da situação.

SP-Urbanismo
Sobre a colocação, esclareceu-se que há provisão recursos na OUC para equipamentos públicos, numa perspectiva de 10 anos, onde esses recursos não obstam a municipalidade das suas políticas e programas (Recursos da OUC + investimentos da Prefeitura).

Vitor
A fim de entender a ferramenta “operação urbana consorciada”, questiona-se como se dá a relação entre prefeitura e a iniciativa privada.

SP-Urbanismo
Primeiramente, é oferecido um esclarecimento da dinâmica do zoneamento x o comportamento do desenvolvimento imobiliário na cidade. Construir mais, significa pagar à municipalidade pelo acréscimo, sendo este direcionado à infraestrutura e equipamentos por toda a cidade.

Isto significa que, um grande empreendimento na zona oeste pode ter seus recursos aplicados em regiões distantes da respectiva área. Já na OUC, os recursos são, obrigatoriamente, aplicados no perímetro e sua respectiva área de impacto.

José
Fala sobre os gastos realizados com ciclovia implantada na Av. Lins de Vasconcelos, onde há necessidade de equipamentos de saúde entre outros.

José Fernandes
Discursa sobre as recentes demolições das edificações antigas para dar lugar a grandes empreendimentos que geram adensamento da população. Questiona onde ficarão as UBS e escolas para atender a população que já se aproxima. Sugere que o projeto “pense” em diversos equipamentos para a área.

Cristina (Conselho Gestor UBS Cambuci)
Entende que o numero de UBS's apresentado no estudo não contemplará as necessidades da OUC, principalmente por conta da demanda já existente.

SP-Urbanismo
Sobre as várias colocações sobre a fragilidade apontada, esclareceu-se sobre a fase dos trabalhos desta SP Urbanismo. Concluído estudo, reunião intersecretarial já solicita às respectivas pastas a atualização dos dados e informações quanto aos projetos e demanda específica dos setores da OUC. O objetivo é atualizar a linha de base para reconstruir as projeções da operação.

Marcos (Gestor Ambiental)
Pergunta se o projeto já iniciou.

SP-Urbanismo
O estudo fora concluído. Por conta do tempo que o estudo demanda a dinâmica da cidade, a atual fase é de atualização dos dados e apresentações do projeto à sociedade para elaboração dos ajustes e obtenção da Licença Ambiental Prévia - LAP. Posterior à obtenção da LAP, é elaborada a Minuta do Projeto de Lei, sendo esta encaminhada à Câmara Municipal para aprovação. Posteriormente se forma o Grupo Gestor da Operação Urbana Consorciada que acompanhará e deliberará sobre seu gerenciamento durante a implantação da operação.

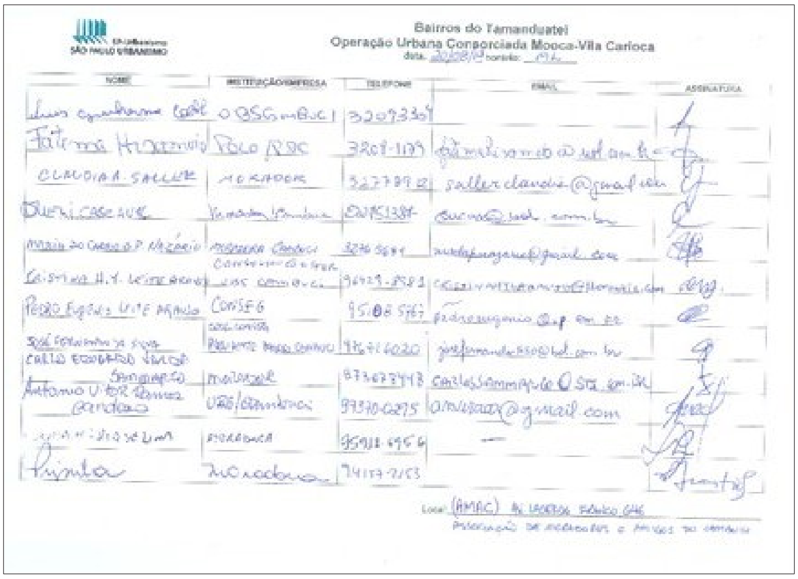
Arnaldo César
Aponta problemas de zeladoria da cidade, solicitando medidas urgentes contra a degradação existente, onde cita o Parque Dom Pedro como exemplo.

SP-Urbanismo
Retomando a apresentação, fala do plano de distribuição de recursos e da importância da participação da sociedade no Grupo Gestor da Operação Urbana Consorciada, sendo este p fórum onde se elencará as prioridades e obras a serem realizadas com os recursos arrecadados na operação.

Fotos

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

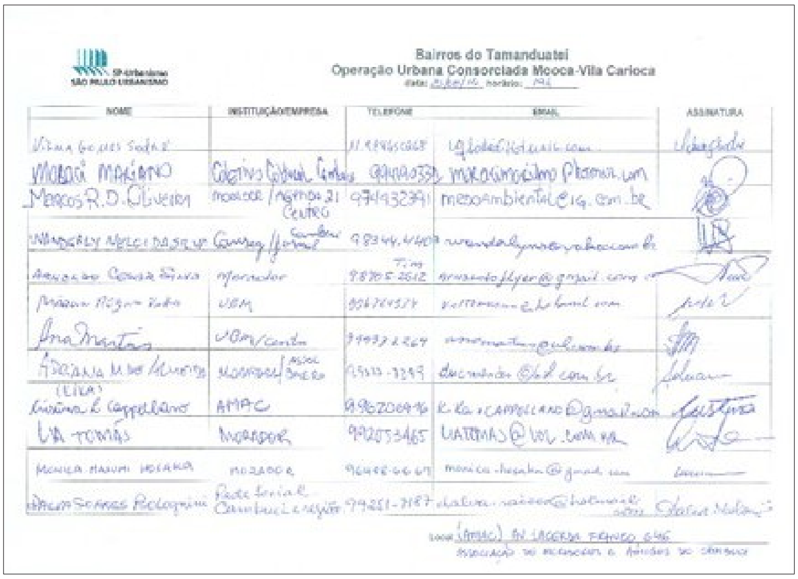
Lista de presença



Bairros do Tamanduateí
Operação Urbana Consorciada Mooca-Vila Carioca
data: horário:

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|

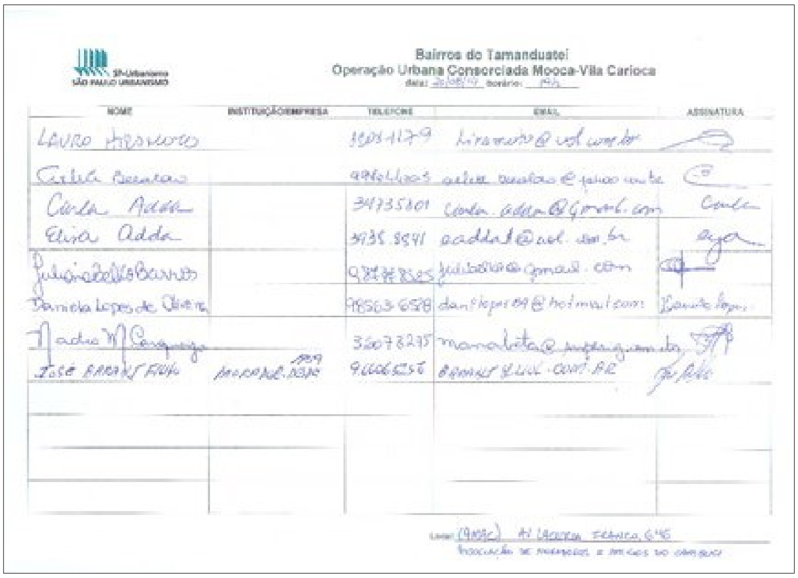
Local: (AMAC) AV. LACERDA FRANCO 646 – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO CAMBUCI



Bairros do Tamanduateí
Operação Urbana Consorciada Mooca-Vila Carioca
data: horário:

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|

Local: (AMAC) AV. LACERDA FRANCO 646 – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO CAMBUCI



Bairros do Tamanduateí
Operação Urbana Consorciada Mooca-Vila Carioca
data: horário:

| NOME | INSTITUIÇÃO/EMPRESA | TELEFONE | EMAIL | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|

Local: (AMAC) AV. LACERDA FRANCO 646 – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO CAMBUCI

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

08.08.2014 – Reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES) – Subprefeitura da Mooca

Data: 08/08/2014
Local: Subprefeitura da Mooca: Rua Taquari, 549 - Mooca
Horário: 15h00

PAUTA: Apresentação dos Estudos dos Bairros dos Tamanduateí – Operação Urbana Consorciada Mooca-Vila Carioca para representantes do Conselho Municipal de Meio ambiente e Desenvolvimento CADES-MO e Conselho Participativo Municipal CPM-MO

MESA: Rita Gonçalves, Patrícia Saran, Ralpf Matias Soares

PARTICIPANTES: vide abaixo a lista de presença

ATA: Patrícia Saran

## Introdução

Esta agenda foi solicitada por representantes do CADES e CPM, ambos da Subprefeitura Mooca, a fim de dirimir dúvidas e promover esclarecimentos sobre o processo de formação da Operação Urbana Consorciada – Arco Tamanduateí.

A apresentação seguiu focando nos seguintes assuntos:

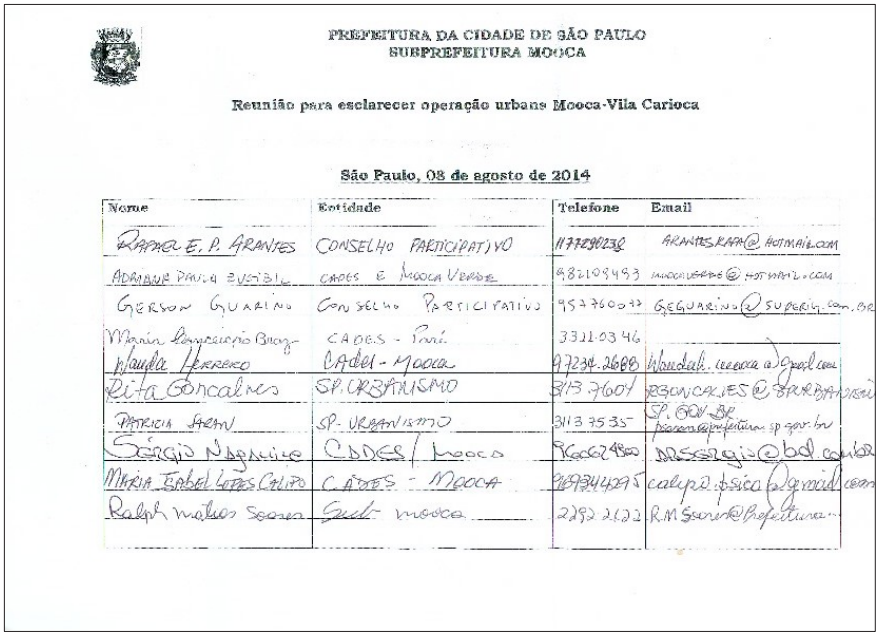
- Área da COSAN: constante solicitação de um parque em toda a área. Esclarecido a existência de faixa de área verde longitudinal à área, com função de parque inundável, onde a revindicação poderá ser apresentada nas demais audiências a serem realizadas nos próximos meses.

- Av. Paes de Barros: esclarecimentos quanto ao potencial construtivo e estudo de rede metroviária prevista nas diretrizes do projeto da cidade.

- OUC x PDE: várias questões relativas ao impacto do novo PDE aprovado para a cidade forma apresentadas, onde buscavam esclarecimentos quanto à aplicabilidade do PDE em área delimitada pela OUC.

- HIS: levantadas também questões relativas à habitação de interesse social, onde apareceram preocupações quanto à provisão de demanda e suas respectivas implantações. Outro apontamento relativo à habitação surgiu quanto ao acompanhamento social das moradias produzidas a fim de evitar a degradação e desvirtuamento do uso das áreas de habitação de interesse social e de mercado popular.

## Lista de presença



PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA MOOCA

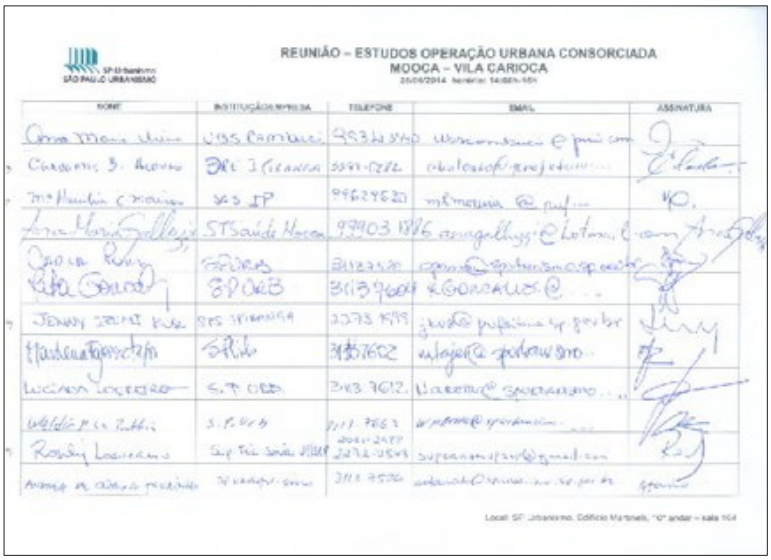
Reunião para esclarecer operação urbana Mooca-Vila Carioca

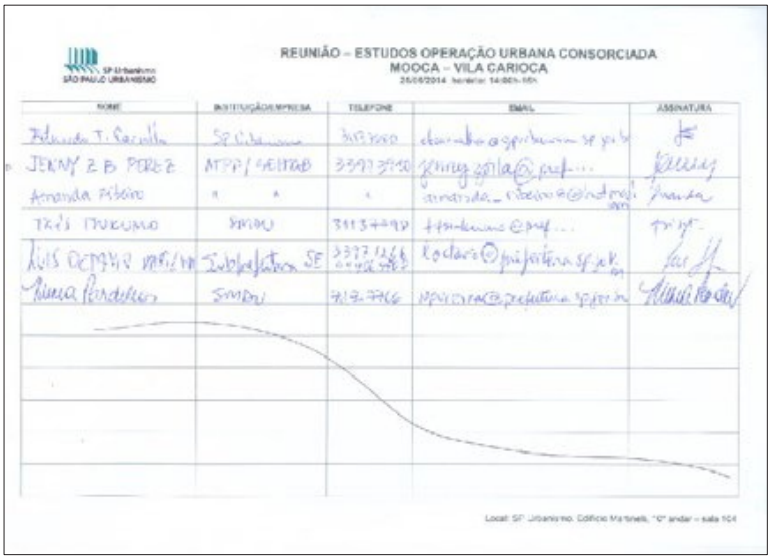
São Paulo, 08 de agosto de 2014

| Nome | Entidade | Telefone | Email |
|---|---|---|---|
| Rafael E. P. Arantes | Conselho Participativo | 1177290238 | arantesrafa@hotmail.com |
| Adriane Paula Zugibil | CADES e Mooca Verde | 982109493 | moocaverde@hotmail.com |
| Gerson Guarino | Conselho Participativo | 957760077 | geguarino@superig.com.br |
| Maria Conceição Braz | CADES - Pará | 3321-0346 | |
| Wanda Herrero | CADES - Mooca | 97234-2688 | wandah.mooca@gmail.com |
| Rita Goncalves | SP. URBANISMO | 3113 7604 | rgoncalves@spurbanismo |
| Patricia Saran | SP- URBANISMO | 3113 7535 | SP.GOV.BR pcsaran@prefeitura.sp.gov.br |
| Sérgio Nagalillo | CADES / Mooca | 96662 4800 | nrsergio@bol.com.br |
| Maria Isabel Lopes Calipo | CADES - Mooca | 969344295 | calipo.psico@gmail.com |
| Ralph Matias Soares | Sub mooca | 2292 2122 | R.M.Soares@Prefeitura... |

25.06.2014 – Reunião temática sobre Equipamentos Públicos

Lista de presença: 25.06.2014


REUNIÃO – ESTUDOS OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA
MOOCA – VILA CARIOCA


REUNIÃO – ESTUDOS OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA
MOOCA – VILA CARIOCA

REUNIÃO – ESTUDOS OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA
MOOCA – VILA CARIOCA

**De:** Núria Pardillos Vieira
**Para:** [redacted]
**Cc:** [redacted]
**Assunto:** DIALOGO SOBRE HABITAÇÃO NA OPERAÇÃO URBANA MOOCA VILA CARIOCA
**Data:** sexta-feira, 27 de junho de 2014 13:32:47

**Caros, segue registro sintético do Diálogo sobre habitação na Operação Urbana Mooca Vila Carioca. Atentem para o link onde esta disponivel o EIA RIMA da Operação.**

Registro sintético das discussões ocorridas no Dialogo sobre OUC Mooca Vila Carioca/ Bairros do Tamanduateí. – Tema Habitação

Data 16.06.2014 – SMDU

Presentes: Representantes de moradores de Heliópolis e da AMORF, UMM Sudeste, Leste 1, MDF Vila Prudente, Pastoral da Moradia, Conselheiros do CMPU, ULC, equipe de trabalho de SP Urbanismo e SMDU, Diretor de Projetos de SP Urbanismo, conforme lista de presença.

Propostas apresentadas pelos presentes e agrupadas – para estudo da equipe de trabalho de SP Urbanismo, articulada com SEHAB.

1. Atualização de dados sobre situação de favelas e cortiços na área da operação, bem como os dados relacionados aos componentes do déficit habitacional ( como coabitação, ônus excessivo de aluguel, etc) - dados de referência para o Projeto da operação. Prever formas de monitoramento da questão habitacional na lei e, posteriormente, através da atuação do grupo gestor;
2. Prever mecanismos para conter a expulsão de moradores em áreas sob intervenção urbana e para controle dos valores de aluguel;
3. Prever requisitos para constituição e gestão de um banco de terrenos no âmbito de intervenção e em distritos da área de influência direta;
4. Prever estratégias para reaproveitamento de terrenos contaminados;
5. Rever a segmentação da provisão habitacional – faixas 1 e 2 – , ampliação do espectro de atendimento para inclusão de habitações precárias e inclusão – no plano de custeio da OUC – de ações de reurbanização de favelas e regularização fundiária.

Próximas ações:

a) Equipe de SP Urbanismo trabalhará as propostas com SEHAB – alinhamento com SEHAB (junho – julho)
b) Reunião de trabalho com secretarias municipais para alinhamento de propostas – julho
c) Realização de Diálogo sobre o tema "Equipamentos Sociais na Operação" – todos os presentes serão convidados, ampliando o convite para os participantes dos Diálogos ocorridos nas Subprefeituras.
d) Disponibilização do EIA RIMA no site de SMDU e envio do resumo do Dialogo a todos os presentes.
e) Diálogo de apresentação das revisões incorporadas aos estudos para composição da lei – 28 de agosto.
f) Movimentos de moradias encaminharão à Assessoria de Participação Social da SMDU, até o final do mês de julho, propostas relativas aos itens 1 a 5 acima, visando à modelagem da questão habitacional no Projeto de Lei da OUC Mooca Vila Carioca.

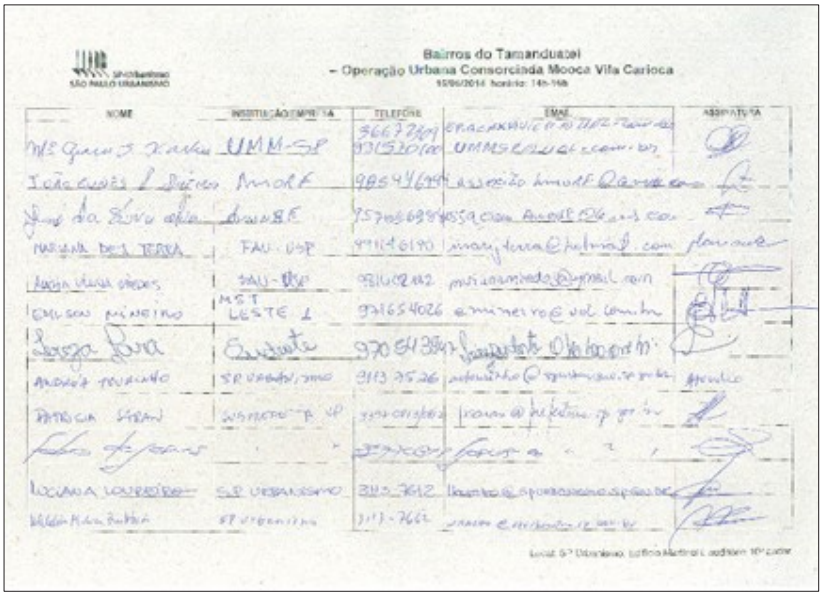
Observação: o material referente ao EIA RIMA da Operação esta disponivel no site da prefeitura http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/biblioteca_digital/operacoes_urbanas/index.php?p=173214

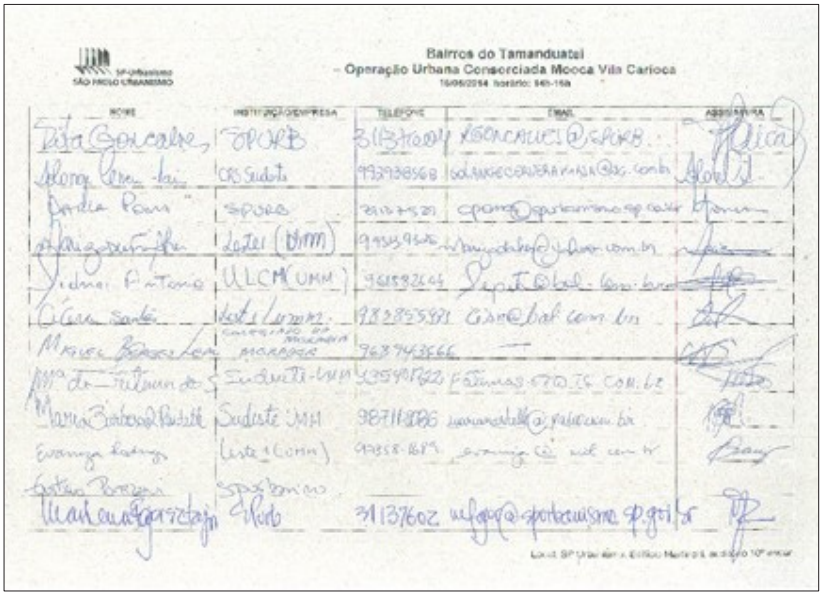
**Abraço a todos**

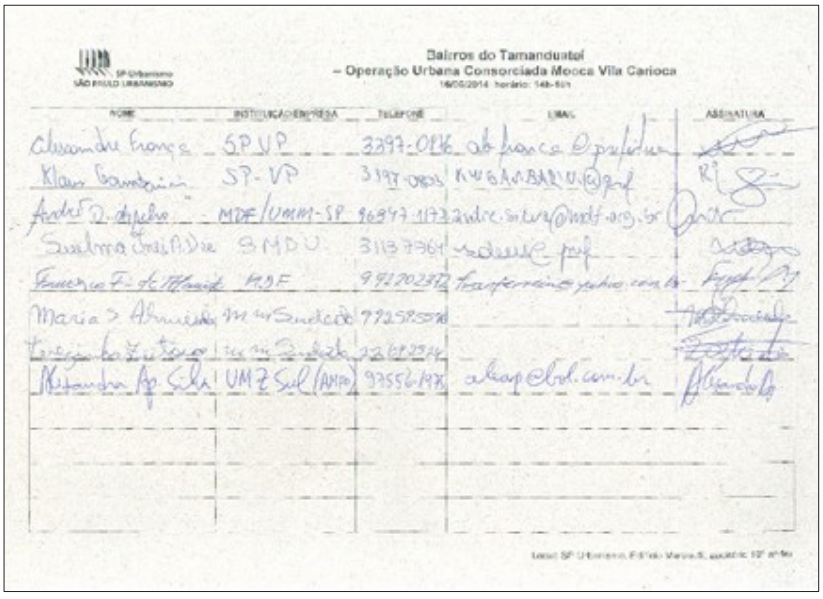
Nuria Pardillos Vieira
Assessora de Participação Popular e Comunicação

SMDU - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - Prefeitura de São Paulo
Edifício Martinelli | Rua São Bento, 405 | 18º andar | Centro | CEP 01011-100 | São Paulo | SP
T 3113.7766 | 7764 | F 3113.7752 | www.capital.sp.gov.br | npvieira@prefeitura.sp.gov.br

Lista de presença


Bairros do Tamanduateí
– Operação Urbana Consorciada Mooca Vila Carioca

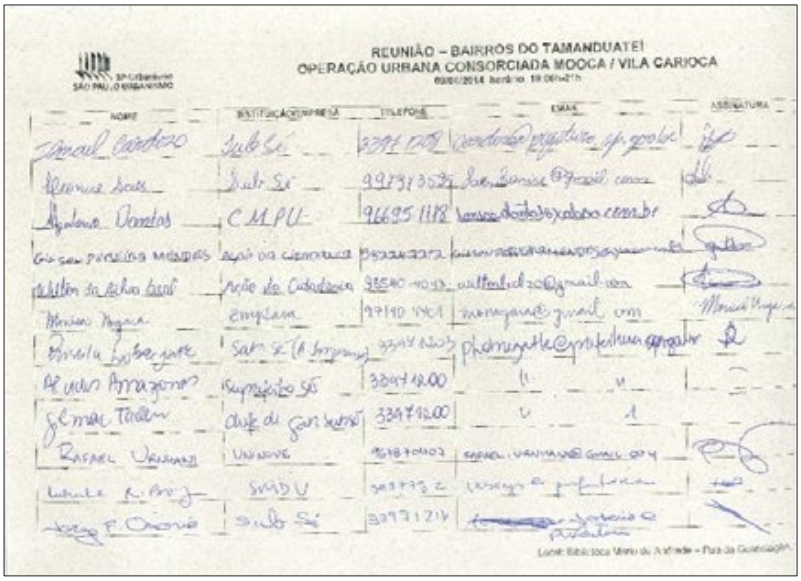

Bairros do Tamanduateí
– Operação Urbana Consorciada Mooca Vila Carioca

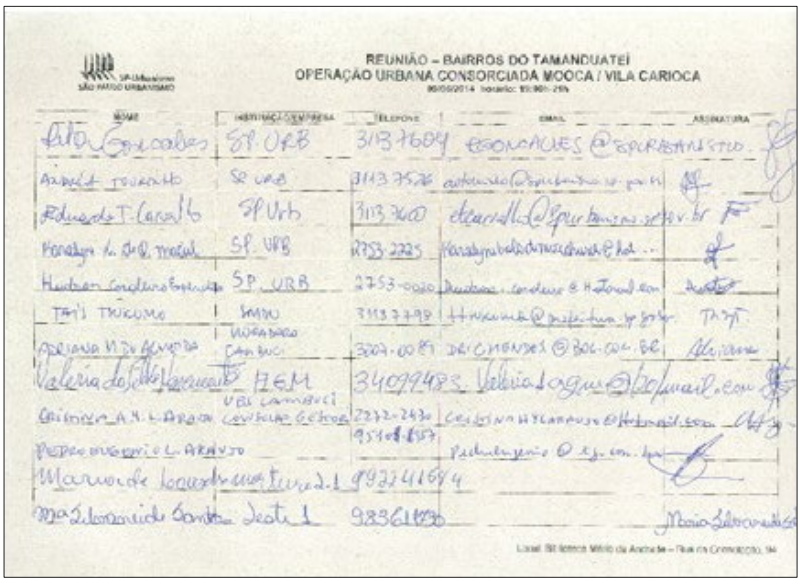

Bairros do Tamanduateí
– Operação Urbana Consorciada Mooca Vila Carioca

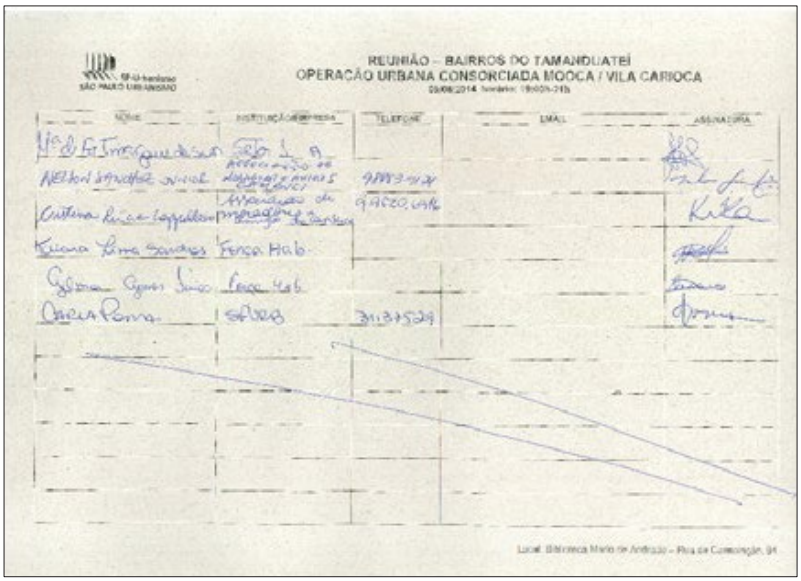
Fotos

09.06.2014 – Reunião de apresentação dos estudos para a Subprefeitura da Sé – Biblioteca Mario de Andrade

Lista de presença

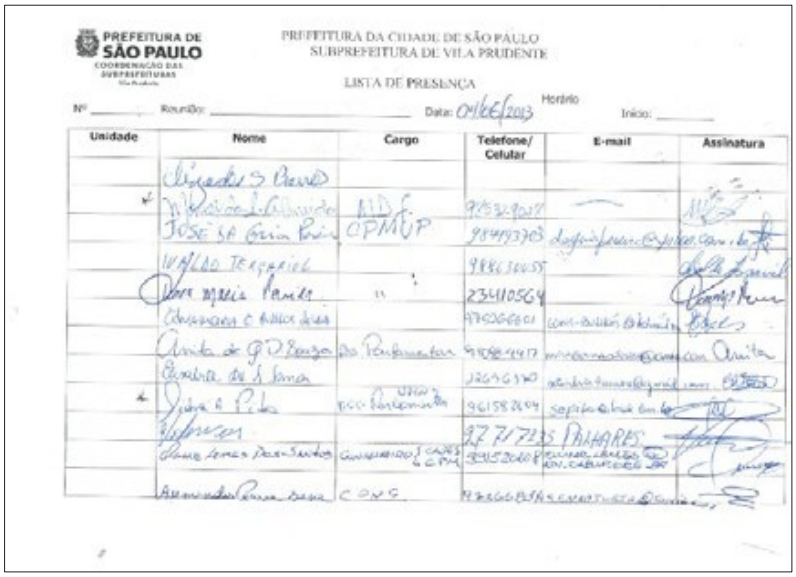


04.06.2014 – Reunião de apresentação dos estudos na Subprefeitura de Vila Prudente

Lista de presença



PREFEITURA DE SÃO PAULO
COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA DE VILA PRUDENTE

LISTA DE PRESENÇA

Nº _____ Reunião: _____ Data: 04/06/2013 Horário Início: _____

| Unidade | Nome | Cargo | Telefone/ Celular | E-mail | Assinatura |
|---|---|---|---|---|---|
| | Alejandro S Perez | | | | |
| | Mariana Leandro | AID | 97532-9017 | | |
| | JOSÉ SA Gloria Reis | CPM/UP | 984993765 | | |
| | WALDO Trappiel | | 988630055 | | |
| | Ana Maria Ramos | | 23411056 | | |
| | Adriana C Alves Dias | | 976056601 | | |
| | Anita de G D Penza | do Parlamentar | 99884417 | | |
| | Cândida da S Lima | | 32649340 | | |
| | Vera A Pita | | 96158204 | | |
| | Unknown | | 97717235 | PAIHARES | |
| | Ana Lucia dos Santos | | 99453060 | | |
| | Aparecida Pereira Barros | CMS | | | |

PREFEITURA DE SÃO PAULO
COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA DE VILA PRUDENTE

LISTA DE PRESENÇA

Nº _____ Reunião: _____ Data: _____ Horário Início: _____

| Unidade | Nome | Cargo | Telefone/ Celular | E-mail | Assinatura |
|---|---|---|---|---|---|
| | Mariana Teixeira | FAU USP | | | |
| | Kleber Jardim Feitosa | UF ABC | | | |
| | Cicera Santa Rebeca | Gestão | | | |
| | Paula Vanessa | | | | |
| | Alexandre Correia | | | | |
| | Victor Dias Jr. | AMORIZA | | | |
| | Barbara A. Oliveira | | | | |
| | Francisco Silva Pereira | Coord. Plan. UP | | | |
| | Cecilia Isaia Sandi | | | | |
| | Ana Lima | | | | |
| | Jose Santos Costa | | | | |
| | Luiz Henrique Bezerra | Gestão | | | |

PREFEITURA DE SÃO PAULO
COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA DE VILA PRUDENTE

LISTA DE PRESENÇA

Nº _____ Reunião: _____ Data: _____ Horário Início: _____

| Unidade | Nome | Cargo | Telefone/ Celular | E-mail | Assinatura |
|---|---|---|---|---|---|
| | Maria E. Pinto | SMDU | | | |
| | Maria E. Pinto | SMDU | | | |
| | Edilson Medeiros | GAB. MADIL | | | |
| | Marcel G. Cavalli | Sup. Cidade | | | |
| | Maria Cruz | Coord. Moradia | 986638835 | | |
| | Gladys Sala | MDF | | | |
| UP | Alexandre Pedrotti | Gestão | | | |

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

02.06.2014 – Reunião de apresentação dos estudos na Subprefeitura do Ipiranga

Fotos

08.05.2014 – Reunião de apresentação dos estudos para Subprefeitura da Mooca

Não há registros.

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

07.05.2014 – Reunião de apresentação dos estudos na Associação Comercial de São Paulo – Distrital Mooca

Transcrição da reunião na Associação Comercial de São Paulo – distrital Mooca realizada em 07 de maio de 2014.

REUNIÃO:
Data: 07/05/2014
Local: Subprefeitura da Mooca: Rua Madre de Deus, 222 - Mooca
Horário: 19h00

PAUTA: Apresentação dos Estudos dos Bairros dos Tamanduateí – Operação Urbana Consorciada Mooca-Vila Carioca para a Associação Comercial de São Paulo – Distrital Mooca

PARTICIPANTES: vide abaixo a lista de presença

TRANSCRIÇÃO: Ricardo Grecco e Ana Lucia de Moura Moreira

INTRODUÇÃO

Após a convocação dos participantes para a mesa de debate pela 14ª Reunião Ordinária: Palestra "Bairro Tamanduateí – Operação Urbana Consorciada Mooca-Vila Carioca em 07 de maio de 2014 – Diretor e apresentação do filme corporativo da Associação Comercial de São Paulo, iniciou-se a apresentação dos estudos do Bairro do Tamanduateí com introdução breve do Diretor de Desenvolvimento da SP Urbanismo, Gustavo Partezani e em seguida pela Coordenadora do Projeto, a Arquiteta Rita Gonçalves.

A reunião encerrou com um ciclo de perguntas e respostas, transcritas abaixo.

PERGUNTAS E RESPOSTAS

1) Elizabeth Florido (moradora e jornalista):

Sou grande defensora do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, imaterial de um bairro tão histórico como a Mooca. Estivemos na SMDU. Na ocasião, eu procurei pelo Parisi e a Associação Comercial abraçou essa idéia de fazermos uma carta de intenções do que nós queríamos, de verdade, de ocupação para o nosso bairro. Não tivemos, até então, a resposta que esperávamos. Fizemos a nossa parte, entregamos o pré-projeto, apenas uma idéia do que imaginávamos que se deva ocupar em relação a um bairro tão histórico como este. O que foi completamente esquecido, até por sua população. Preocupa-me muito a idéia de adensamento populacional, pois a gente sabe que não é sinônimo de qualidade de vida. A gente que mora aqui, no dia a dia, nos últimos 3, 4 anos para ser exata, eu moro no começo da Rua do Oratório, e a vila de casas em que eu moro sempre deu enchente, cada vez piorada pelo cinturão de prédios que se colocou ali diante de nós, além de provocar zona de sombra. Não colocando os prédios como vilões, mas é a verdade nua e crua e a gente percebe isso no dia a dia. Hoje você não tem um espaço disponível na rua, com a quantidade absurda de carro que já tem ali. Falar que a Mooca tem poucos moradores é tragicômico. A gente que percebe, nesses últimos 3, 4 anos, essa mudança terrível de moradores sem infraestrutura urbana, alagamento, enchente, a falta de cuidado total e irrestrito, violência que aumentou esse negócio de que não tem mais violência no bairro é piada. Então, não falo assim de uma maneira crítica, totalmente destituída do respeito à apresentação deste trabalho, que tem o seu valor. Já mudou inúmeras vezes de nome. Agora já acrescentou bairro que não tinha antes. Tudo bem. Mas, eu vejo assim. Na fala inicial do Gustavo: é um local estratégico? A gente percebe. Por isso que o mercado imobiliário está mandando ver aqui, porque ele já não faz mais no Tatuapé ou mesmo lá no Jardim Anália Franco o que ele está fazendo aqui. Por último, a Rita falou a questão do Ipiranga. Se o Ipiranga está com esse privilégio de não ter mais tanta verticalização, porque não há interesse mesmo para aqueles moradores de casas maravilhosas, por que a Mooca não pode ter esse olhar diferenciado? Então eu acho que esse excesso de adensamento é preocupante. A gente herdou aqui uma série de ocupações que até dizem que não vai ocorrer mais. Como aconteceu na Rua Cataria Braida, atrás da Faculdade São Judas, aquele remembramento fantástico de lote. Aquilo nunca mais vai ser tirado dali. Então como responder a esse tipo de coisa. A projeção é para 30 anos. Provavelmente iniciar em 2016 e nós estamos em maio de 2014. Ou seja, a dinâmica é outra. O que acontece na realidade nua e crua, a gente está engolindo aqui prédio e mais prédio. Cada esquininha tem vocês não imagiman, um empreendimento imobiliário. É mentira isso? É a pura realidade. Eu conheço muita gente que está sentada aqui: Vicente Romano Neto, a Sueli, a Ana Maria Pantaleão, o Júlio, a Alzira, então quer dizer, o pessoal conhece bem a região, não só eu. Não acredito

que seja um discurso único, próprio, né? Eu sei que é interessante para quem é arquiteto, construtor, dono de imobiliária, construir cada vez mais. Mas, eu acho que até eles, que moram na região, sabem que não é por aí. Nós temos aqui mais trânsito, mais poluição, excesso de carros. É impossível transitar em certos horários na região. Eu gostaria de saber como que qualifica a paisagem urbana com essa realidade que temos aqui nua e crua. A gente apresentou no DPH uma lista de bens históricos da região, inclusive tivemos assim a paciência de colocar qual o status de cada uma: se está em andamento, em análise, etc e tal. É uma coisa que a gente não encontra no site da Prefeitura, da Secretaria Municipal de Cultura ao qual o DPH está inserido. A gente não teve retorno nenhum. Todo mundo sabe qual é o bem histórico. Ele não é utilizado para nada. A Rita falou Moinho Eventos. Não estou entendendo. Não se sabe quem comprou, porque não nos deram o retorno que nós esperávamos, a partir daquela apresentação daquele pré-projeto. Pelo menos não recebemos qualquer resposta. Então, eu gostaria de saber o que se pretende naquela região do Moinho, antigo Moinho Santo Antonio, Moinho Minetti Gamba, apelidado de Moinho Eventos. Porque o que eu soube vai ser uma faculdade. Será que isso é interessante para gente com tanta universidade aí por perto? Mais complicação de trânsito, flanelinhas, etc e tal, mais incomodidade, mais barulho. Não sei. Acabando com aquele lugar maravilhoso construindo dois prédios lado a lado ali da área do Moinho. Então, na verdade, é mais um protesto do que... Eu gostaria que respondesse como qualificar a paisagem urbana diante de tudo isso que é a nossa realidade hoje. Não é uma projeção de 30 anos, é a realidade agora.

2) Viotto (Associação Comercial – 52:40):

Em 2008, houve um grande evento em um grande hotel de São Paulo, com o Prefeito Kassab, e a Associação Comercial ajudou a promover aquele evento. Lançou-se a Operação Vila Carioca/Brás, isso foi em 2008, salvo engano da minha parte, e eles diziam lá que isso ia ficar mais ou menos tudo terminado em 2022. Agora, para nossa surpresa, de 2022 já estamos em 2046. Então, eu tenho a impressão que 80% do que foi colocado aí é tudo uma ilusão. É um sonho do governante que tenta iludir toda a população com todas essas coisas ai. Quando se falar de área verde, a Mooca é um dos bairros mais áridos da capital de São Paulo. Agora, quando você disse sobre áreas verdes, área verde para mim é um grande parque com 30, 40, 50, 100 mil m², como têm todas as grandes capitais do mundo civilizado. Agora, aqui, considera-se área verde 1000 m². É um absurdo isso. Mil m², para uma densidade de população como nós temos aqui, é insignificante. Não traz qualidade de vida. Até para citar um exemplo, a Mooca tem lutado por um parque naquele terreno da COSAN, antiga Esso, mas, pelo que ei vi na apresentação, não vai ter parque ali. Então, são essas questões que a gente está debatendo há vários anos que não tem tido solução, só projeto. Então, vocês podem ficar tranqüilos, que daqui a 30 anos a grande maioria que está aqui não vai conferir porque haverá uma nova reunião propondo novo projeto para 2060.

3) Rodolfo Cetertick (Clube Atlético Juventus – 54:46):

Na verdade, eu quero ver se entendo: nós temos um Plano Diretor que está sendo votado agora. Em seqüência ao Plano Diretor devemos ter uma Lei de Zoneamento. E aonde entra a Operação Urbana nesse meio tempo, depois, como é que funcionaria. A gente no Juventus, vou falar pelo Juventus, eu notei que é na calha do Tamanduateí a maior parte das obras. As obras deverão ser feitas na Presidente Wilson, na Av. do Estado, naquela região. Mas, a gente, no Juventus, tem necessidade de obras também. E hoje, nenhum clube no município de São Paulo pode construir um m² sequer, e até para reformar tem dificuldade. E, no clube nós vamos ter necessidade de fazer algumas obras que já foram colocadas até durante a campanha, que dependem agora do Plano Diretor, que felizmente está sendo votado já, e eu sei que em seguida depende da Lei de Zoneamento. Em momento nenhum acredito que dependa da Operação Urbana. Eu estou certo nisso?

4) Taís Lima (trabalha com operação urbana – 56:06):

A empresa que eu trabalho participou do Arco Tietê que eu vejo que tem uma inserção junto à região da Mooca, no traçado, e também tem outra operação urbana – Lapa/Brás. Enfim, eu queria saber da SP URBANISMO como é que serão essas intervenções, com inúmeras operações urbanas e o PDE que já está permitindo um potencial 4 nas vias que têm transporte público. Como a PMSP está imaginando a venda desses CEPACS, dessa contrapartida financeira, para o empreendedor, sendo que ele pode comprar outorga onerosa no momento em que ele quiser com a nova legislação que foi aprovada na semana passada, como o próprio Gustavo nos informou. Como está ocorrendo isso, esse pensamento de operação urbana e o PDE que está superpermissível, ele permite chegar já no potencial que antes era somente permitido em operações urbanas, ou seja, o empreendedor aguardava esse instrumento urbanístico, e agora não precisa mais aguardar: ele compraria o terreno nessas vias, que permitem chegar a potenciais similares aos de operações urbanas, no momento em que ele quiser comprar o lote e paga a outorga onerosa para a PMSP, ou seja, não precisaria comprar CEPAC não precisaria contrapartida financeira antes mesmo da aprovação do projeto dele.

Gustavo Partezani (57:50):

Algumas premissas: a questão do adensamento populacional, e a falta de infraestrutura, é uma realidade e aconteceu em conseqüencia de uma série de ações que ocorreu por algumas virtudes, e por outras não virtudes, do atual PDE. O PDE aprovado em 1ª votação, na semana passada, e corrige essas questões. E como corrige? Limitando as áreas de adensamento e preservando o miolo do bairro. Os exemplos que você deu, Elizabeth, são basicamente de verticalização, não de adensamento. São torres de um ou dois apartamentos por andar, moram cerca de 100 famílias em três prédios, não caracterizando adensamento, menos nos de 84 pessoas por hectare. O PDE corrige a questão, permitindo o adensamento, o que não quer dizer, obrigatoriamente, verticalização, nas áreas de infraestrutura já existentes, ou naquelas que, quando existirem, poderão ser usufruídas pelas pessoas. O substitutivo aprovado, na semana passada, preserva o gabarito de até 8 pavimentos nos miolos de bairros. Quadra que não tem nenhum prédio construído não poderá receber construções como hoje está sendo feito, por exemplo, na Rua Borges de Figueiredo, perto de uma área na Vila Prudente, perto de áreas no Ipiranga, perto daquele adensamento do Cambuci vindo da Rua Lavapés, que tem uma transformação bastante pujante. Isso está anulado pelo novo PDE. Por isso que ele foi importante e urgente. Por isso ele é uma conquista, na nossa opinião. Esse PDE vai regular essas questões, preservando esses bairros e preservando a cidade. Contudo, algumas áreas estratégicas que não possuem tal infraestrutura, ou que já possuem, mas é deficitária, poderão ser incrementadas, sendo qualificadas. Aí é que entra essa ação da Operação Urbana Bairros do Tamanduateí. Recolhendo informações, propostas e, vamos dizer, orçamento e investimento para fazer essas ações. De fato, Viotto, não é uma ilusão, eu discordo de você. É um processo de construção da cidade. E a cidade de São Paulo, nos últimos 40 anos, teve processos virtuosos e não virtuosos. Poderíamos passar a noite listando esses processos. Mas é, de fato, uma construção. Um exemplo, a Operação Urbana Faria Lima, que é o setor mais rico de negócios na cidade, é aonde se gera mais PIB per capita, na cidade de São Paulo, está completando 20 anos. A Operação Urbana Faria Lima, por incrível que pareça ela transformou 15% de seu território. Mas, parece que bairros inteiros foram dizimados na região Rua Funchal, na Rua Gomes de Carvalho, na Vila Olímpia. Mas, não. Algumas área concentradas transformaram aquilo. Teve problemas. Jamais faremos uma Operação como a Faria Lima, calcada em projeto de sistema viário. Estamos fazendo uma Operação Urbana que está calcada em equipamentos, espaço público, áreas verdes e habitação social, preservação do trabalho e do emprego e das características históricas do lugar. Então, foi avançando isso ao longo da história e foi-se aprendendo. Felizmente foi-se aprendendo. Enquanto o PDE preserva essa questão, a operação urbana vem e age em uma área estratégica. É isso que se está propondo neste momento. É claro que ela tem virtudes e falhas que se espera corrigir nessa discussão que começa aqui com vocês. Então, eu entendo o seu manifesto, acho legítimo, mas o que eu posso, não lhe responder, mas lhe propor é nos ajudar a construir, a aperfeiçoar quais elementos nos incomoda, enquanto sociedade, para que, em um projeto, em um sistema, que vai virar uma lei para regular esse território, possa melhorar esse território. Este não é o único bairro em que isso existe. Há outros seis bairros envolvidos. Na Vila Carioca, se formos lá conversar com o pessoal de Heliópolis, é outra demanda. Eles querem casa para morar, querem ter infraestrutura, querem ter escola e transporte. Aqui a gente tem e quer ter outras coisas. Precisamos começar a construir esse acordo. O PDE foi uma pactuação e foi um conflito. O pessoal que mora nos bairros não quer desenvolvimento dos bairros. Quem mora fora dos bairros, quer morar nos bairros. O pessoal que mora longe do metrô, quer morar na porta do metrô. Tem gente que mora perto do metrô não quer o metrô na porta. Essa é a cidade de São Paulo. Essa é a nossa sociedade. Então, precisamos começar a construir isso. Acho que o adensamento, de fato é um problema, e o PDE atual,votado na semana passada, tenta e consegue corrigir boa parte desses problemas. Temos diferentes realidades nesse território. Heliópolis é diferente do Parque da Mooca, que é diferente das indústrias da Henry Ford que é diferente das casas monumentais lindeiras ao Parque do Ipiranga. E tudo isso está no mesmo processo; não dá para separar porque as infraestruturas são as mesmas. Basicamente esse território é a bacia do Rio Tamanduateí em São Paulo. Choveu na Av. Paes de Barros, vai alagar o Rio Tamanduateí, vai alagar lá em Boca do Brugre. Não vai alagar a casa de quem mora na Paes de Barros que é cumeeira, é alto. Choveu na Av. Nazaré, vai alagar lá embaixo no Rio Tamanduateí. E precisamos tratar isso como infraestrutura. Uma área aonde eu tenho que fazer ações, não aonde alaga, mas aonde chove. Contudo, o transporte está lá embaixo aonde alaga, contudo a área de trabalho e emprego está lá embaixo. Então temos que tentar transformar isso. Por isso é que a proposta veio dessa maneira. O PDE,e o zoneamento, tratam da cidade como um todo, e a operação urbana trata de áreas estratégias. O teu caso, sendo bem objetivo, a pauta do zoneamento, da reforma do clube, se vai construir a mais ou não, se vai ter um novo salão de festa ou não, é o zoneamento que vai dar. Você não precisa aderir à operação urbana para reformar o Juventus, ou para reformar a sua casa. Porém, para construir o empreendimento imobiliário que incomoda a Elizabeth, você precisa aderir à essas regras, você tem que atender a essas questões de drenagem, de infraestrutura, de paisagem, de habitação, às questões sociais, de renda e de equipamentos. Na

verdade, não é para mudar a vida de todo mundo. É mudar as grandes transformações que acontecem no bairro. Se eu quero reformar a minha casa, eu não preciso conversar a operação urbana. Vejo no zoneamento o que eu posso fazer e faço. Mas, como disse a Rita, se eu quiser construir mais de uma vez o potencial construtivo no meu terreno, eu tenho que entrar na regra do jogo. Por quê? Porque esse mais de uma vez é que incomoda o vizinho, que incomoda a quadra do lado, que incomoda a Elizabeth, que incomoda o Viotto, que incomoda o Rodolfo e que incomoda a Tais. A tua questão, Rodolfo, é um pouco isso. A pergunta da Tais é uma grande pergunta e eu agradeço a ela, que se não vai haver concorrência entre outorga e CEPAC. Vamos lembrar que nas áreas estratégicas da cidade, se vocês leram o substitutivo do PDE aprovado na semana passada, em discussão há um ano e meio, não é autoaplicável essa outorga em todas as áreas estratégicas da cidade. Somente em algumas. Há lá um mapa (mapa 3) que mostra as áreas em que é permitido. Em sua absurda maioria são áreas já consolidadas, ou em consolidação, que não possuem volume de transformação suficiente para acomodar as transformações da cidade. As áreas estratégicas mais bem quistas, como disse a Elizabeth, por isso o mercado imobiliário quer a Mooca, área estratégica, elas estão protegidas e necessitam de projetos, como da operação urbana Mooca, como de um corredor, como de uma área de intervenção urbana etc.. Isso é um instrumento que regula. Você quer desenvolver na cidade aonde não tem desenvolvimento? Por favor, vá. Então vai ter o corredor de ônibus Aricanduva, em licitação, que ligará a Marginal Tietê, parte da Av. Celso Garcia, parte da Radial Leste, com toda a Av. Aricanduva até São Matheus. Lá é autoaplicável. Por favor, mercado imobiliário, vá lá construir, vá levar desenvolvimento e emprego nas áreas que não tem emprego na cidade. Quero construir na Mooca. Não posso. Dependo de um projeto como esse que eu estou colocando. Portanto, as áreas mais valoradas da cidade estão protegidas, por enquanto, conforme um projeto estratégico específico. Que projeto é esse? É um projeto pactuado, participativo, regulamentado por lei ou por outros instrumentos. Então Tais, não entendemos que haja uma concorrência entre outorga e CEPAC. Há uma complementação. Também, não podemos ter a lógica do estoque. Para quem não sabe quem quer construir na cidade, precisa apresentar um projeto e perguntar se tem estoque de m² disponível. Eu tenho um terreno que herdei da minha mãe, que herdou de meu avô, e eu vou construir alguma coisa e não posso porque alguém passou na minha frente na fila. Isso acaba com a fila. Dá o direito de propriedade e de construção na propriedade de cada um. Mas, não em áreas estratégicas, que vão depender de projeto. Isso é importante para esclarecer que regula esse controle que você está perguntando.

5) Patrícia Saran (Subprefeita da Vila Prudente – 01:09:20):

Agradeço a apresentação. Essa questão do adensamento é delicada, é importante o tratamento, porque a cidade não para de crescer. A gente vê áreas na Mooca, na própria Vila Prudente, extremamente adensadas, como também se vê áreas subutilizadas e que há anos se mantém com características de abandono, e a dificuldade de transposição do Rio, do eixo do trem, da linha do trem, dificulta esse desenvolvimento. Enxergo que a operação urbana vem justamente focar nessas áreas e controlar esse desenvolvimento. É importante pensar na manutenção e indústrias, na implementação de equipamentos de saúde, de educação, e principalmente, na habitação de interesse social, em especial na região da Vila Prudente em que há um adensamento de ocupações irregulares. A comunidade da Vila Prudente tem 60 anos. A área do Morro do Préu, que tem uma das situações mais críticas, principalmente, em relação a incêndios. Vemos que é necessário esse olhar, tratar aquela região, e valorizar esse eixo do Tamanduateí, que é uma importantíssima ligação da cidade. Corta o coração da cidade em uma situação plana. Eu queria colocar duas coias - eu conversei, há algum tempo, com uma equipe do metrô, que nos apresentou a linha 18, Bronze, até São Bernardo, saindo da região do Tamanduateí. Naquela oportunidade, eles mapearam a área do pátio do novo monotrilho, na região desse polo de logística. O que me preocupou. Estão em fase de estudo funcional. Mas, eu me preocupei por conta da possibilidade da operação urbana necessitar daquela área. Vocês também colocaram a criação de ciclovias. Quero saber se há previsão da própria rota do Tamanduateí, que vai chegar até o Tietê. Haverá um eixo de ciclovia na Av. Anhaia Mello, sob o monotrilho, linha 15, que tem projeto para chegar até a Cidade Tiradentes. Também, mais próximo a Santo André, na divisa com São Caetano, no Córrego Oratório (01:12:11), que também há previsão de um parque linear que ligaria com São Matheus. Então, em uma visão de bacia há uma situação plana, de conexão praticamente de um grande eixo cortando a cidade, e entendo que é importante olhar que a Secretaria tem.

Rita Gonçalves (SP URBANISMO – 01:12:41):

Por favor, coloque aquele slide da rede de ciclovias. Os projetos são organismos estáticos e, às vezes, são impactados pelo desenrolar dos acontecimentos. Esse projeto foi contratado em 2011, sob outras diretrizes urbanísticas. Não considerávamos, ainda, a implementação do novo PDE que traria esse conceito de adensamento junto aos eixos de transporte de alta capacidade. Por isso insistimos que é um projeto que será, praticamente, reconstruído, virado do avesso. Vocês são os primeiros interlocutores. Quando se olha a rede de ciclovias, há uma série de conexões interbairros. Há uma proposta de construir a ciclovia acompanhando a Av. Presidente Wilson, que vai fazer às vezes da ligação com o Tamanduateí. Muitas vezes chega-se tarde a esses projetos urbanísticos. Talvez devesse ter chegado há 100 anos atrás. Então, faz-se a uma remediação de decisões tomadas em anos anteriores com as quais infelizmente a gente não se pode mais reverter. Mesmo a questão dos Parques, que foi mencionada pelo Viotto, tivemos que abdicar de um parâmetro que era o mínimo de área verde por habitante por outro em que nos parece mais factível hoje. Quer dizer, cada pessoa deve ter um pedaço de área verde em um percurso de 15 a 30 minutos. Ainda que seja uma pequena praça aonde eu possa me dirigir, se eu sou um idoso, se eu levo o meu cachorrinho, se eu sou uma mãe que vai levar uma criança, ou eu posso, simplesmente, botar um jornal embaixo do braço e ir para esse local. Quando eu mostrei com uma área de abrangência no mapa que 80% do território será atendido por área verde, é esse plano. São pequenos espaços que vamos tentar recuperar dessa forma de ocupação do território que foi viciosa, em alguns momentos, quer dizer, teve virtudes e vícios nesse processo de ocupação, e que voltou às costas para a questão ambiental, é recuperação possível na cidade que herdamos. Haverá situações em que será possível até ampliar as áreas verdes que nós projetamos, por pressão da sociedade, porque isso representa o interesse da maioria, o projeto poderá ser modificado, e há outras em vamos conseguir fazer isso. Todos sabem que é recente o cuidado com as questões ambientais. Até há pouco tempo, a Prefeitura canalizava os córregos, tampados e cobertos por um sistema viário. Esse não é mais o protocolo de tratamento do córrego. Presentemente, desenvolvemos um projeto para o Córrego dos Meninos, o Parque Linear do Córrego dos Meninos. Mudou a forma de entendimento. Hoje não teríamos as bases para fazer o que foi feito no Tamanduateí: o tamponamento do rio e o seu tratamento como um canal de esgoto. A reversão daquela obra é um processo que será *custosíssimo* para a sociedade. Quer dizer, gerações futuras vão pagar por isso, para poder recuperar, parcialmente, um rio que foi maltratado por décadas. É uma ambição que esse projeto tem. A gente não pode perder de vista isso. É uma cidade herdada, e as nossas ações darão um passo à frente. Outros que virão e devem tomar o cuidado de aprofundá-las. Quanto ao polo logístico, nós já readaptamos o projeto ao metrô. Foi desdobrado em duas áreas que tem condição de abrigar a plataforma logística e o metro fica onde está.

6) Viotto (01:17:40):

A área da COSAN: por que os governantes não querem desapropriar aquela área para transformá-la em parque? Qual é o impedimento? Estamos nessa luta a uns 10 anos, começou aqui na Associação Comercial. Quanto os atuais governantes não estavam no poder, um deputado estadual, da oposição na ocasião, vinha aqui na Associação Comercial e dizia que tinha que desapropriar, mas que o governante é ruim não quer fazê-lo. Agora que estão no poder, também não desapropriam. Então é uma coisa misteriosa. A única alegação que eu ouvi que é plausível é que a Prefeitura não tem dinheiro para a desapropriação. Mas, se não tem dinheiro, com um orçamento de quase R$ 50 bilhões, é um negócio maluco. E a população deseja isso. Então, temos que caminhar em áreas incrustadas dentro de um trânsito feroz; já vi, na Paes de Barros, o pessoal caminhando, durante o dia, fazendo ginástica, respirando toda aquela poluição do trânsito. É um negócio absurdo. Então, não dá para entender qual é o raciocínio dos governantes ou os técnicos da Prefeitura, para não desapropriar. É uma das poucas áreas disponíveis com essa metragem, quase 100 mil m². Então, porque não fazer ali um parque. Não tem nada encima, é mais fácil de desapropriar. Não dá para entender. Quando está na oposição, pede parque. Quando está no governo não querem parque.

7) João D'Avila (diretor da Amaral D'Avila Engenharia de Avaliações - 01:20:08):

Fizemos os estudos de viabilidade das operações urbanas Faria Lima e Água Espraiada. Fizemos Porto Rio Maravilha e outras por aí pelo Brasil afora. Espero contribuir com as colocações relacionadas. Uma operação urbana ela necessita ter áreas passíveis de adesão. Nó temos aqui disponíveis 5,9 milhões de m² de área construída adicional. Para que tenham uma idéia, a operação urbana Água Espraiada tem 3,250 milhões m² de área construída adicional e mais 500 mil m² de reservados para o Jabaquara. A operação Faria Lima, 1,3 milhão de m². Esta tem 5,9 milhões de m². Sem sombra de dúvida, temos que reconhecer que, embora existam questionamentos, é uma área de vazios. A região lindeira ao Rio Tamanduateí é uma região de vazios. É necessário se disciplinar o uso e a ocupação. Então, primeira pergunta: qual é a área passível de adesão da operação urbana deste perímetro todo para serem

oferecidos ao mercado 5,9 milhões de m²? Segunda pergunta: quais são os programas que estarão listados na lei da operação urbana que deverão ser levados à CVM para o lançamento do título CEPAC. Essas intervenções totalizam que quantia? Terceira pergunta: é necessário, para que o sucesso da operação urbana seja efetivo, que ocorra uma blindagem da operação urbana. Ou seja, meu querido Viotto: não podemos mudar o projeto urbanístico e as obras listadas no programa de intervenções que serão levados à CVM para o lançamento do CEPAC. São 30 anos que o CEPAC deverá cumprir com a sua obrigação. Quarta colocação: pudemos perceber que ocorrerá forte adensamento de habitação de interesse social na região da Henry Ford, ou seja, um adensamento que foi apresentado aqui. Espero contribuir, pois também vi rapidamente. Existe, na perspectiva de 30 anos, que a ocupação na região seja voltada para habitação de interesse social. Boa parte dos metros quadrados que lhe são destinados estão na região da Henry Ford. Para finalizar, tenho a seguinte colocação: o destamponamento, e esse será o calcanhar de Aquiles, que é uma obra faraônica, e eu concordo com a Rita, hoje ninguém mais adota esse tipo de solução, e o elevado do fura-fila, em que gastamos bilhões de reais, serão colocados no chão para fazer uma obra viária, para tentar recuperar uma cicatriz para a região da Ana Nery, da Barão de Jaguára, e no entanto nós temos um rio, e nós temos o adensamento da cidade, e a Elizabeth falou muito bem, que vai necessitar de transporte público, vai necessitar de calha de rua para que nós andemos de carro, pensemos isso, de 84 para 236 habitantes por hectare, se esse tipo de solução faz parte de um "wave", porque você vai tirar da avenida e colocar no coração do Cambuci esse tipo de situação. Para finalizar meu querido Gustavo, o que a Tais mencionou, e acho oportuno falar, a concorrência no mercado imobiliário, na cidade de São Paulo hoje, a única região que se pode construir até 4 vezes a área do terreno são as regiões dos perímetros das operações urbanas. Nas demais regiões da cidade de São Paulo se chega até 2,5 vezes. salvo raríssimas exceções, hoje só se constrói 4 nas operações urbanas. Ou seja, o CEPAC passa a ser um atrativo para o mercado imobiliário, porque é lá que ele vai construir 4, e com a compra de CEPAC, as regiões das operações urbanas passam a ter as obras de requalificação e reurbanização. Com a cidade tendo coeficiente 4, através da outorga onerosa, e nas regiões da operação urbana, o apetite, o interesse do mercado imobiliário não será tão potente quanto é hoje. Ou seja, o PDE faz com que ocorra significativa concorrência com as operações urbanas.

8) Julio César (Arquiteto – 01:26:21):

É muito interessante ver tudo isso aqui. O grande problema é quando só se vê número. Número é uma coisa fria: 5,8 milhões, 30 mil empregos. Número é uma coisa que choca bastante. Acho interessante que a gente está fugindo de uma regra que o antigo PDE e o zoneamento antigo nos causaram. Então, o grande impacto que aconteceu aqui na região da Mooca, como a Elizabeth falou, perto da São Judas, da Cassandoca, eu uso como adjetivo *Cirelas da Vida*, aqueles condomínios-parques que eles fazem aquele muro cercado, fechando. Como o Gustavo falou uma verticalização sem adensamento. Eu acho que temos que começar a quebrar certos paradigmas de que prédio trás problema. Talvez tragam muito mais solução. Por mais que aqueles prédios da Cassandoca tenham sido mal feitos, aqueles muros criados problemas, mas havia uma área da Santista que era 100% impermeável, que era um galpão, tem algumas piscinas, algumas árvores, uma área de vegetação que foi deixada e que melhorou. O Central Park Mooca, idem alguns outros prédios que eram galpões, naquela região da Taquari, 100% adensado. Acho que a gente precisa deixar o nosso mundinho e sair para conhecer algumas coisas. E eu gosto de conhecer. Quem puder ir conhecer, na Marginal Pinheiros, aquele Parque Global, que terá uma série de transformações, que é um terreno de 84 mil m², que terá um shopping, área de serviço, um metrô interno, algumas residências e um parque. Tudo aquilo é aberto. Acabou aquela história de condomínio-clube. Em frente, no terreno da Monark, também tem alguma coisa aproximada de 80 mil m², que é essa mesma transformação, que é uma coisa aberta, que você tem o parque e uma grande vantagem: sem o poder público gastar. Quem está fazendo esse parque é a iniciativa privada. O Jardim das Perdizes está transformando aquela região da Lapa, usaram a grife do nome, naquilo lá. A Mooca sofreu, não com adensamento que está ocorrendo hoje. O erro foi ter feito a outorga onerosa muito alta para o Tatuapé. Nos simplesmente estamos sendo o ralo do Tatuapé. Nós deixamos toda essa área edificada, aqui nós chegamos a um ponto de potencial construtivo de 720 mil m² de potencial construtivo. No Tatuapé foi de 360 mil m². Só que lá já tinha potencial 4. Você tinha 2, com potencial que se chegava a 4 no Tatuapé. Então, em um terreno de 2 mil m² você faria 40 andares, um por andar de 600 m². Nós sofremos, aqui, por termos passado a bola da vez. São Paulo pulou. Estamos na região central, temos na Mooca, toda a infraestrutura já pronta, e todo o equipamento urbano, e nós pulamos para o Tatuapé encostando no Carrão/Aricanduva e hoje nós estamos voltando. Quer dizer, foi um erro. Nós subimos dois degraus e para descer um agora, para a gente pensar: pulamos esse primeiro degrau e passamos essa ponta. A gente tem que começar a conhecer como funciona. Para talvez demonstrar isso, há duas bienais de arquitetura atrás, aquele escritório Una mostrou uma maquete. Se vocês conseguirem recuperar algumas fotos daqueles canais, daquela maquete, só para a pessoa poder entender a operação urbana não simplesmente como implantação. Não sei, um data-show deles, só para mostrar a edificação dos prédios, como se comportaria essa região. Eu fui um dos poucos que desaprovaram o tombamento do Moinho, não pelo prédio, mas os

problemas que ele causaria no entorno. A Cirela, no Açúcar União, vou chutar e não saber o que falar em questão de número, ia construir 60 mil m² em três torres. Iam ser três espigões com uma parte livre, aberta. Aí teve um gabarito de altura, abaixaram para 8 metros, e eles construíram os mesmo 60 mil m² e, um muro. Hoje aquela região do Luzes da Mooca ficou sombra da Mooca e aquilo lá ficou um paredão. Então, a gente tem que começar a pensar em conceitos. Temos que pensar uma cidade, ao contrário, talvez com mais vertical, com mais usos mistos. Até o 20º andar comercial, do 21º ao 40º residencial ou qualquer coisa por aí. A parte debaixo tem que, obrigatoriamente, ser aberta. Eu me lembro de uma proposta da CET que era para pegar toda a Funchal. Havia o concurso de todos os condomínios quebrarem todos os seus muros para poder fazer um parque embaixo. Então, a gente tem que começar trazer alguma coisa dessas, mostrando com desenho. Quem puder trazer uma exposição do Parque das Perdizes, para que as pessoas possam conhecer o que pode ser feito. Eu só contra o terreno da Esso. Só para as pessoas conhecerem o que poderia ser feito.

9) Wanderley (Movimento Mooca Verde - 1:32:22):

A inquietação da Elizabeth não é só dela. Ela é uma cidadã que está há muito tempo em nosso bairro. Eu estou no movimento Mooca Verde e estamos em conjunto com outros movimentos da região, com o Movimento pelo Verde das Linhas Correntes, com o pessoal da Augusta, pelo Parque da Augusta. Os movimentos, na cidade, começaram a se juntar. Eles estavam isolados e aí eles começaram a perceber que mais gente quer andar a pé pela cidade. Ele é contra o parque e eu sou a favor. Não só dos 30% que diz a lei, sou a favor dos 100%. Rita estamos com um problema aqui: nós não temos o parque de 100% grande e nem aquele que você chamou de parque de vizinhança. Sabe por quê? O IAPI tem um parquinho lá, há 40 anos, que alguém foi no governo federal e arrematou em um leilão. No dia seguinte, colocou homens armados e disse que o parque era dele. De fato, o INSS leiloou esse parque. Suspeita-se que o leilão tenha sido uma fraude. No entanto, ele legalmente está com a propriedade. Então o Movimento, junto com o movimento dos moradores, entregou a reivindicação ao Prefeito, à Prefeitura e estamos aguardando. Ele sinalizou para desapropriar. Não pode só ser. Nós somos um estado capitalista, com uma lei econômica que dá direito à propriedade, mas também, não somos um estado democrático, onde pessoas vivem, a lei não pode só ser pela lógica do mercado. A gente tem toda uma história neste bairro. O nosso eixo do futuro começou aqui em 1900. A Prefeitura, o Prefeito usa esse termo agora, Arco do Futuro, o nosso futuro começou em 1900. A nossa cidade inteira tinha 200 mil habitantes. Os nossos ancestrais projetaram um arco de futuro que causou inúmeros problemas e chegamos a 11 milhões de habitantes e agora a gente tem problema de logística, de assalto e uma série de coisas. É simples, pode parecer poético, mas tem gente que acredita que pode andar na rua. Eu joguei minha carta de motorista fora faz 10 anos. Eu faço minhas reportagens de bicicleta. Então, por favor, quando você for desenhar, me desenhe um lugar aonde eu possa estacionar a minha bicicleta e um parque aonde eu possa chegar com minhas próprias pernas.

Rita Gonçalves (1:35:35):

Vocês sabem que toda a operação urbana tem algo chamado *área mais provável de transformação*. Nas análises econômicas são avaliados, no território estudado, quais pontos reúnem as características, para quem faz o estudo de viabilidade, que indicam que aquela área é suscetível de transformação. Para o cálculo desse potencial construtivo, foi feito esse estudo com os parâmetros usuais. A gente quer dizer que esses 5 milhões m² devem transformar 20% do território total da operação urbana. Quer dizer, uma área relativamente pequena. 80% desse território vai permanecer como está. E esses 20% vão se transformar nos próximos 30 anos. Então, é esse o estoque. Essa operação urbana com os números nessa magnitude, e que nos impacta tanto, foi prevista para modificar 20% desse território. Caberá a nós todos, em conjunto, escolher esses 20%. Como já foi dito aqui, de diversas maneiras, esse projeto nesse momento é uma carta de intenções. Ele não é o projeto final. Quando você nos pergunta qual é o programa de intervenções, eu fico confortável em dizer assim: vamos investir em mobilidade, vamos investir em meio ambiente, com obras de drenagem e com ampliação de áreas verdes e vamos investir em habitação de interesse social. As nossas grandes intervenções são dessa natureza. Quais serão a vias abertas ou alargadas? Onde estará o adensamento é uma construção? Mas, como eu disse ela foi construída com base em outras diretrizes. O PDE é um fato novo, e caberá a todos nós, escolhermos esses 20% que serão transformados. Em relação ao adensamento na Henry Ford, como eu ressaltei, o que estamos pensando é o seguinte: as ZEIS hoje gravadas estão no trecho para frente de cá, entre a ferrovia e o Tamanduateí. Toda a área que é hoje ocupada pela zona industrial, vamos dizer assim, a leste da ferrovia, está preservada de adensamento residencial. Mesmo o estoque que foi alocado para ali, esse estoque também podem ser modificados. O estoque é para uso não residencial. A atividade produtiva que possa, nesses 30 anos, ter necessidade de verticalização, vai poder se valor desse estoque. Mas, não se pensa em alocar estoque residencial para aquela porção do território. Com relação ao destamponamento do Tamanduateí, realmente, é uma obra de uma magnitude brutal. O que se

imagina não é a supressão do fura-fila, mas o deslocamento desse equipamento para as laterais do Rio Tamanduateí. É uma obra realmente custosa, mas a gente tem que ter a coragem de desmanchar aquilo que não trouxe qualidade para a cidade, aquilo que nos faz nos afastarmos daqueles recursos naturais que são motivo de orgulho e regozijo, como nos outros países que a gente visita. Como a sociedade trata o rio dessa maneira. Como a gente se recusa a desfrutar daquilo que é um presente, em outros locais. Então, a gente vai começar com pequenas ações. É o ideal? Não, mas é o que pode ser feito nesse momento e nem será nesse momento. Poderá ser feito em um prazo de 30 anos. Quem sabe a fortuna nos permita ter ações mais ambiciosas. Em relação à questão da Elizabeth, há um estudo minucioso desses novos parâmetros urbanísticos. Que relação é essa entre a nova cidade e a cidade herdada do passado. Nós temos nos debruçado exaustivamente nesse tema. A Operação Água Branca que acabou de ser aprovada, avançou muitíssimo com relação a isso. Fica proibido aquele estacionamento de 4 pavimentos que se ergue no alinhamento. Eu tenho, obrigatoriamente, de ter o uso do térreo. Tenho que ter olhares nesse térreo que as pessoas percorrem. Eu tenho uso misto que faz essa cidade compacta, onde se caminha a pé. Hoje eu moro no centro. Moro na Major Sertório, perto do Mackenzie. A minha vida é a pé. Vou trabalhar a pé, eu consumo a pé, meus filhos estudam por ali. Isso é um bem estar. Você poder sair de sua casa com sua bolsa, e nesse percurso realizar a sua existência, no seu cotidiano, é um privilégio que se deseja estender para mais pessoas. E é isso que a gente deve fazer.

10) Não identificado (1:41:38):

Esses 5 milhões m² pagam todas as intervenções?

Rita Gonçalves (1:41:44):

Serão R$ 5 bilhões arrecadados, que pagariam as intervenções que estão agora no projeto. Não as que serão concedidas. Fizemos a estimativa dessas grandes linhas. Elas estão minuciosamente detalhadas. Esse projeto, como está hoje, poderia ser base para um projeto de lei e ser encaminhado à Câmara Municipal. Mas, ele vai passar por um processo de adaptação. A arrecadação calculada é de R$ 5 bilhões. Então, a gente pode decidir como esse dinheiro será gasto, nesse processo de trabalho que se inicia na noite de hoje.

11) Não identificado (1:42:34):

É bom salientar que, nesse processo, discutindo com a sociedade, muitas dessas obras poderão ser suprimidas e outras poderão ser colocadas. Porque depois disso, a lei vai para CVM e não muda mais.

Rita Gonçalves (1:42:48):

Exatamente, mas nesse momento esse programa de obras é moldável por todos que participarem desse processo.

Gustavo Partezani (1:42:59):

Só complementando o que disse a Rita, e aí, também, queria falar um pouco sobre a questão do Wanderlei do parque, e também falar com o João, a operação não é só um programa de obras. Ela é uma melhoria de infraestrutura, com adensamento. O público alvo da operação não é a classe A e nem a classe B, é basicamente a classe C e a classe D. Basicamente, é a população da Vila Carioca, das bordas de Heliópolis, aos problemas de Vila Prudente que a Patrícia citou e a classe média baixa. Mercado popular. Não é uma operação elitista como é a Água Espraiada, na qual o m² é de outro valor, e da Faria Lima na qual o m² é de outro valor. Como é que se consegue isso, pelo livre mercado? Não, mas regulando um pouco os CEPACS. Temos experiência da Água Branca que dividiu não residencial/ residencial, dividiu o incentivado, liberou outras questões para fachadas ativas com eleição pública, que é tudo o que falta e que o PDE tráz como conquista, e que aperfeiçoaremos nesta operação, e trás, ainda, outros requisitos. É para essa população que se colocará o plano de melhoria da infraestrutura, que tem um custo. Não se trata de um cardápio de obras que eu escolho e arrecado, se trata de que cidade eu quero e o que eu preciso para fazer essa cidade. Isso tem um custo e isso se transforma nessa arrecadação. E é com essa arrecadação que eu desaproprio e que eu construo mais parque, mais área verde, mais escola, mais UBS etc. A discussão do parque é importante. O Wanderley falou do Parque Augusta. Se eu trouxer o pessoal do

Parque Augusta, o pessoal do Parque da Mooca dizendo eu tenho R$ 100 milhões para desapropriar, eu faço qual? Não é assim que a cidade funciona. O pessoal que invadiu terreno ali ao lado de Itaquera, na semana passada, são 2800 famílias, também pediu hoje: quero que desaproprie. O pessoal da favela do Moinho, no Centro: quero que desaproprie. O pessoal do terreno que se chama Nova Palestina, lá embaixo, no Campo Limpo: quero que desaproprie. Vamos desapropriar tudo. Qual? Por quê? Porque o dinheiro municipal é dinheiro de todos os cidadãos. Qual é a prioridade? É difícil responder. A operação urbana, como infraestrutura, trás uma virtude: a prioridade é, com esse recurso, o território da operação urbana. Estou respondendo ao senhor deputado e àquilo tudo que foi colocado aqui. Eu acho que a hora é essa, de se fazer o parque, usar essa infraestrutura para fazer drenagem, parque, habitação e mobilidade. É isso que se dispõe. A operação urbana não tá pautada para fazer ponte, viaduto, coisa elevada etc. É outra pauta, é outro programa. É uma operação urbana, de fato, para melhorar a vida das pessoas e não para fazer obra de infraestrutura viária. Isso é o importante dessa proposta. E é uma proposta. Se a sociedade achar que esta proposta não serve e que tem que ser viário, assim o será. Pois a sociedade é que faz a interlocução. Nós estamos numa fase em que vamos entrar no licenciamento. Haverá audiências públicas, imagino que alguns colegas aqui participam ou já participaram do CADES, do Conselho de Desenvolvimento do Meio Ambiente, e que tem voz e voto no CADES. Nós vamos propor essas questões e vamos trazer isso. Isso vai gerar um formato final que vai para a Câmara. Cada um, aqui, tem seus representantes, tem seus interesses. Cada bairro tem suas questões e vai se discutir o melhor para cada bairro. Acho que tem razão no sentido de que *fez não pode mudar.* E também não pode aparecer torpedo no meio do caminho, porque aí a conta não fecha. E, aí, sai do erário público, do tesouro, do dinheiro que faz escola, que dá o bilhete único, que dá transporte e que dá uma série de coisas para execução de obras que não estavam na decisão popular. Aconteceu isso na Água Branca. Quem acompanhou a Água Branca viu que tinha algumas coisas que não estavam pactuadas. E gerou, o pessoal (Nicolau) da Lapa acompanhou e gerou uma insatisfação de quem participou 3 anos de um debate. Inclusive nós. Então, esse é um processo de amadurecimento, de maturidade, da discussão. E acho que é isso que é importante trazer.

12) Não identificado (1:47:31):

Gustavo, só uma coisinha. Tem que tomar muito cuidado com isso porque a operação Água Branca demorou com o Gustavo está falando. O que aconteceu? O pessoal de Pirituba desceu lá e quis uma ponte, com o dinheiro da Água Branca, para fazer uma ponte na Raimundo Pereira de Magalhães. A alegação deles foi que o pessoal passa pela Marquês de São Vicente e a Marquês de São Vicente está dentro da Operação Urbana Água Branca. Então, teve que desviar dinheiro. Isso que ele está colocando é uma coisa muito séria, muito importante.

Gustavo Partezani (1:48:00):

Não é desviar. É incluir isso no programa de obras. É isso que tem que ter essa clareza. Isso é que é importante. Nós vamos pactuar aquilo que nós queremos. Isso é uma proposta. Pode mudar? Pode. Pode ficar assim? Pode. Depende dessa discussão.

13) Wanderley (Movimento Mooca Verde - 1:48:25):

Ou seja, pode ser colocado o parque ainda nesse processo de discussão.

Gustavo Partezani (1:48:30):

O parque está lá colocado. Tem uma área colocada. Tem uma proposta. É um parque que faz, se a Carla puder voltar o slide, é um parque que faz uma coisa importante. Não tem só a função de parque. Ele é além de ser inundado para drenagem, ele é uma proteção do não avanço da área residencial para a área produtiva. Ele é quase uma fronteira entre a área produtiva, que é a área da Henry Ford e das indústrias, e a área de desenvolvimento habitacional. Ele tem um limite aí. Ele não está proposto toda a área. Tem um parcelamento. E nesse parcelamento tem corredores verdes e um parque linear de 40 mil m². Não está proposto inteiro. Se agente achar que tem que ser tudo, vamos fazer tudo. Se alguém achar e conseguir convencer no discurso que não tem que ser nada, não vamos fazer nada. Mas, somos nós que vamos resolver isso. É essa pactuação que eu quero pedir para vocês aqui. Não adianta vir aqui expor problema, achando que é uma maluquice etc. Eu recebi desse grupo, duas coisas no ano passado: uma eu tenho a satisfação de dizer que a gente conseguiu, e a outra a gente não conseguiu. Eu recebi uma proposta para o Moinho e uma proposta das indústrias. A proposta do Moinho nós encaminhamos para a Secretaria de Cultura. A Cultura achou legal, ok, temos que desapropriar. Não temos recurso para desapropriar esse objeto. Não é prioridade nesse momento. É um terreno privado, que tem um

projeto de uma universidade. Inclusive é um projeto que não é ruim. Inclusive a diretora de patrimônio histórico se dispôs a mostrar esse projeto para um grupo que PARHIS e os colegas acharem que devem ir lá ver. Mas, a Prefeitura não tem como prioridade. Se tivesse o dinheiro do parque, qual que eu faço: o Parque Augusta, o Parque Verde, o Parque Praça, o Moinho. Qual é a prioridade?A habitação em Heliópolis. É uma discussão que a gente tem que pactuar. Isso que a gente está propondo aqui é da operação urbana. É outro momento. A outra coisa que a gente conseguiu, através do Julio e do grupo, foi um manifesto para a manutenção das indústrias. Vocês sabem que existem movimentos que querem tirar a indústria de lá e fazer mercado imobiliário. Sabemos? Sabemos, não é? Se queremos a indústria, um grupo que se organizou, ofereceu, colocamos isso como uma zona de desenvolvimento econômico no PDE. Não é prioritariamente industrial, mas é produtivo, dizendo que industrial pode ser uma outra indústria. A indústria de software não é considerada indústria. É outro serviço no CNAC da Secretaria de Finanças. Não pode lá. Não poderia, mas vai poder. Ou a indústria de máquinas que precisa. O que não pode é residência. Porque preserva o tecido produtivo e o parque vai servir de fronteira entre a residência e a indústria. Se o parque está lá e o cara reclama do barulho da indústria, algum problema tem. A habitação não é vizinha da indústria. Isso é importante. Função de drenagem, função de lazer e de proteção do espaço produtivo. Isso vem de um pedido de vocês, de como manter. Manter não é falar que vai ser mantido. Vem um outro cara no dia seguinte e diz que não vai manter mais. Mas, é criar condições urbanas de pactuação para que isso se mantenha. Isso é importante colocar.

14 – Não Identificado

Dentro deste Parque, nós não queremos só parque, só verde. Dentro desse Parque você pode fazer uma AMA, não precisa de uma creche? – precisa de creche.

Gustavo

(tá no conceito) não pode fazer um céu, não é só parque. Há vários equipamentos que podem ser colocados. (Gustavo - É o conceito de Parque que a Rita falou).

15 – Júlio César (Arquiteto)

Delibeou – Agradecemos aos industriais aqui presentes que juntos nós já estamos há muito tempo tentando mostrar para a Operação Urbana, da necessidade e da importância das Indústrias permanecem na Mooca, pelo que foi mostrado agora, parece que está sendo entendido. Ficamos muito felizes com isso. É, vou reforçar que hoje existe na Mooca em torno de 150 Indústrias, que ela emprega em torno de 10% da população da Mooca. Então, ficamos muito felizes em saber que podemos continuar. Mas nós temos ainda uma dúvida! Nós precisamos que esse Bairro Industrial onde nós já estamos ele seja um bairro estritamente Industrial e que daqui a pouco não mude novamente, porque mudar uma indústria hoje é algo assim muito difícil, muito demorado e muito caro. Exige muito investimento. Então, se a Mooca realmente tiver um bairro estritamente industrial, outras empresas também vão se instalar aqui. E isso que eu tenho a falar. Agradeço e reivindico que seja um bairro estritamente industrial onde nós estamos.

16 – Não identificado

Bom, agora finalizando uma sequência de perguntas que o Gustavo vai responder e depois nós vamos partir para o encerramento.

17 – Tais Lima (Trabalha com Operação Urbana)

Minha pergunta é só em relação a um cálculo rápido em relação à arrecadação em área construída adicional, vi que ela está na média de R$ 840,00 reais, eu achei até um valor um pouco alto, eu queria saber o que a SPUrbanismo acha em relação a isso, já que a própria Operação Urbana Água Branca, já foi na Legislação Aprovada, a área construída adicional está em média de R$ 1.800,00 reais. Eu acredito que isso vai aumentar muito o valor do m² a ser comercializado naquela região, já que o empreendedor já vai ter que gastar R$ 840,00 reais de área construída adicional para construir um empreendimento.

18 – José Paulo (Associação Comercial e Orador do Conjunto do IAPI)

Aliás, referido aqui pelo Wanderlei. Interessante Rita, que o parque, pequeno parque, menos de 5mil m² encaixa perfeitamente no seu conceito de um Parque ao lado da população. Esse parque sempre foi usado como parque. Nós, que somos moradores chamamos Parque, embora ele seja diminuto. Há mais de 60 anos, efetivamente usado pelos moradores e que sofreu a Intervenção mencioanda pelo Walderlei – de aquisição por um particular. Esse local, já foi decretado de utilidade pública. Nós, que moramos alí, estamos aguardando a desapropriação. Então peço uma atenção especial para esse Parque porque ele se encaixa perfeitamente no conceito falado, de uma área pequena usada pelos moradores. Se de um lado nós temos o da Esso, gigantesco, nós temos este pequeno e que sempre foi usado como parque pelos moradores.

19 – Vera – Assessora de Comunicação da SubPrefeitura da Mooca)

Queria só esclarecer 3 momentos tá, nós estamos hoje da 2ª fase da votação do PDE na Câmara, porque eu pergunto isso? Porque sou eu quem atendo os munícipes quando eles ligam para a prefeitura pra esclarecimentos. Então, em relação ao PDE e principalmente em relação ao caso das empresas que estão alocadas hoje naquele espaço, que é zona industrial – a pergunta de nos fizeram foi se a Zona ficará predominantemente industrial? Existe já uma parlamentar na nossa região que é a vereadora que está fazendo emendas que vai para a 2ª votação agora. Então o que o sr. mencionou foi que não ficaria prediominantemente, não é isso? E sim que estaria produtiva. “Eu não entendi essa parte”, e também gostaria de entender esse projeto que foi apresentado ele ainda não está finalizado, ele ainda vai passar pelas fases de audiências públicas para que todos os munícipes possam apresentar suas propostas. É isso?

Gustavo Partezani

Mais alguma pergunta? – Depois nós vamos para o encerramento. De trás pra frente esse projeto da Operação Urbana está numa fase de projeto que será licenciado, licenciamento que está acontecendo junto à Secretaria do Verde – SVMA e ao CADES. Ocorrerá uma série de audiências públicas, por necessidade, ele será ajustado, a partir dessas demandas. Depois que ele for ajustado, é feita uma minuta do projeto de Lei, é feita uma conta, sobre as obras de intervenção, e isso é enviado à Câmara Municipal, onde se faz um debate e vai para a 1ª e 2ª votação. Portanto, esse projeto tem um horizonte ainda longo, a questão do licenciamento é uma questão longa, porque temos um debate amplo, é importamte que haja este debate e a questão da apuração também. A Rita mostrou isso no gráfixo, no final se você puder mostrar o gráfico vai ficar muito claro isso prá vocês. E o PDE de fato coloca essa área como uma zona de Desenvolvimento Econômico. Uma zona de desenvolvimento econômico – ZDE, todas as EPI’s da cidade de São Paulo viraram uma ZDE e algumas zonas mistas da cidade de São Paulo também viraram ZDE. O que é uma ZDE? É uma zona que preserva o processo produtivo de emprego e renda e de produção da cidade de São Paulo. É uma zona que exclui qualquer questão de adensamento habitacional vertical. Proíbe moradia à predios de apartamentos, etc. “Porque não é prediminantemente Industrial. – Porque predominantemente industrial existe uma discussão sobre o que é, o tipo de indústria, e essa discussão hoje no zoneamento atual, vigente, respondendo ao Júlio, ela limita a produção de empregos e processos produtivos, que não necessáriamente pode se chamar indústria, como uma questão, que não tem uma planta industrial, que não necessita de uma iserção de um grande sistema fundiário, um terreno grande; então ela preserva a indústria porque não permite a residência, que é o que aconteceu com a Vila Leopoldina , que acabou a indústria, porque a residência entrou e a questão de incomodidade levou o industriário a não suportar mais o processo e se mudar, não prá São Paulo, mas para Jundiaí, mais perto e mais barato (a Rita me falou isso também uma vez), então a gente perdeu o processo produtivo, perdeu o recolhimento de impostos, isso é importante, a gente não quer isso. Como manter? Não congelando, mas melhorando e incrementando. Então, ao entendimento fez uma grande discussão ao Plano Diretor pelos técnicos, com a sociedade de que essa zona que é inédita, não é, é importante e ela vai preservar não só a indústria, “as novas indústrias”, porque não dá pra dizer que nos próximos 10 anos, com o avanço tecnológico que a gente tem, que a gente vai ter a mesma planta industrial, as máquinas que você tem hoje, você não tinha há 10 anos atrás e existem outros tipos de indústrias também que estão mudando. É importante isso porque as ZPI’s não são classificadas por atividade produtiva. Eu não estou falando das ZPI’s da produção de peças automotivas. Não é possível fazer isso, porque o zoneamento dá uma abrangência de atividades. E a questão do sistema fundiário, plantas muito grandes são capazes para industrias muito grandes. Uma ZPI por exemplo, alguns tipos de parcelamentos predominante não podem ser realizados, não posso desdobrar um tereno. Às vezes, em algum determinado

momento isso impede, cria áreas ociosas, mas eu não estou dizendo que é o caso dessa indústria, dessa área, mas de muitas outras áreas na cidade. Área logística da Vila Carioca, por exemplo, tem muita ociosidade porque não permite ter uma ZPI lá também, um pedacinho, que não permite parcelamento, não permite outros usos. Logística não é considerada indústria e é importante para a indústria, e eu não posso fazer uma atividade logística lá. Então, isso é importante, acho que é importante vocês orientarem a nova Vereadora nesse sentido. Poque para flexibilizar o processo produtivo, porque quando você congela e pode sucitar o sucateamento disso a posteriori, dependendo da evolução dos processos produtivos, aí é um processo novo, é inédito, atual e inovador, causa estranhamento, mas é um processo. O que é importante! Não permitir o uso residencial e preservar as bordas, porque aí mantém o processo produtivo.
O IAPI é questão de zoneamento, não está no perímetro da Operação Urbana da Mooca/ Vossa Casa, sua residência, seu parque, mas o zoneamento pode limitar essa questão. Se já conversaram com o Prefeito e ele já se dispôs isso, com certeza (interrompido... através do decreto de desapropriação)... O Decreto de Utilidade Pública é para desapropriar aquela área algum dia. É aquela discussão que a gente acabou de fazer agora pouco, mas o que é importante, acho que o zoneamento, que vocês lutem por isso junto com a sua prefeitura da Mooca, no Plano Regional da Mooca, que o zoneamento crave aquilo como área verde, não pode construir nada, portanto você congela o terreno para todo o momento (vamos dizer assim), e aí você constrói o verde. Acho que o zoneamento resolve isso, tenho essa impressão. O preço do CEPAC, Tais, R$ 840,00 reais – não sei, você fez a conta, mais ou menos isso; isso não prejudica porque a Rita falou, existe uma quantidade de estoque aplicado para as habitações sociais que não são cobrados CEPACs e isso incrementa a área (mas tá caro da região Taís) não entendo que seja caso, a Operação Urbana Água Branca ela estava R$ 800,00 reais, a Câmara mudou para R$ 1.400,00reais. Isso foi o suficiente para não acontecer o caixa necessário para todas as obras, como ela falou da última obra. A gente pode arrecadar menos, mas aí a gente vai ter que ser menor exigente com o nível da transformação, mas é uma questão de discutir. Não dá pra fazer uma conta agora, sem o Licenciamento Ambiental. É o Licenciamento Ambiental que vai dar prerrogativa daquilo que é necessário e pertinente e urgente a ser feito. É a partir do pós-processamento que a gente fecha a conta das Intervenções necessárias. Pode subir o preço, pode cair. Se subir, concordo, pode virar elitista, contudo preserva aí esse estoque direto da habitação social que não implica CEPAC. Eu acho que é isso. Rita você quer colocar algo?) Não.

20 – Não identificado

Bom, vamos finalizando. Gustavo, você já percebeu que você está nos bairros mais tradicionais de São Paulo, com as entidades bem participativas, os moradores, nós temos representantes, dirigentes de várias entidades aqui, grupo lojista, CONSEG, temos os rotaryanos presentes, membros da Distrital, moradores da região, empresários, e essa região é um pouco sofrida. Também em termos de expectativas, muitos dos projetos anteriores também goram elaborados e também alguns não foram executados, por isso esse grande questionamento, aí, acho que o seletivo púbslico aqui hoje, bem capacitado, pelas perguntas que foram feitas pôde colocar você um pouco na nossa ansiedade, o receio que a região tem, e envolve também os bairros vizinhos. Está aqui a Subprefeita da Vila Prudente – o que acontece na Vila Prudente é problema da Mooca e também vice-versa; o impacto também, então eu queria que você levasse todos esses questionamentos nossos aqui, e atender possivelmente todas as expectativas da nossa região. Eu quero agradecer aos nossos palestrantes e finalizar a reunião.

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

Lista de presença

Associação Comercial de São Paulo

24ª Reunião Ordinária - Palestra: "Bairro Tamanduateí - Operação Urbana Consorciada Mooca - Vila Carioca"
Data: 07 de Maio de 2014 Horário: 19h00 Local: Rua Madre de Deus, 222
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO - DISTRITAL MOOCA

| É ASSOCIADO da ACSP | NOME | TELEFONE | E-MAIL | DISTRITAL |
|---|---|---|---|---|
| SIM ( ) NÃO ( ) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | |
| SIM ( ) NÃO ( ) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | |
| SIM ( ) NÃO (X) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SIM ( ) NÃO (X) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SIM ( ) NÃO (X) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SIM ( ) NÃO (X) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SIM ( ) NÃO (X) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SIM ( ) NÃO ( ) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | |
| SIM ( ) NÃO (X) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | |
| SIM ( ) NÃO (X) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | |
| SIM ( ) NÃO ( ) | [illegible] | [illegible] | | [illegible] |
| SIM ( ) NÃO ( ) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | |
| SIM ( ) NÃO ( ) | | | | |

| É ASSOCIADO da ACSP | NOME | TELEFONE | E-MAIL | DISTRITAL |
|---|---|---|---|---|
| SIM ( ) NÃO (X) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SIM ( ) NÃO (X) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | |
| SIM ( ) NÃO (X) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SIM ( ) NÃO (X) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SIM ( ) NÃO (X) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SIM ( ) NÃO (X) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | |
| SIM ( ) NÃO ( ) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | |
| SIM ( ) NÃO ( ) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SIM ( ) NÃO ( ) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SIM ( ) NÃO ( ) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | — |
| SIM ( ) NÃO ( ) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | — |
| SIM ( ) NÃO ( ) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SIM ( ) NÃO (X) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SIM ( ) NÃO ( ) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SIM ( ) NÃO ( ) | | | | |

| É ASSOCIADO da ACSP | NOME | TELEFONE | E-MAIL | DISTRITAL |
|---|---|---|---|---|
| SIM ( ) NÃO (X) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SIM ( ) NÃO (X) | [illegible] | | [illegible] | [illegible] |
| SIM ( ) NÃO (X) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | |
| SIM ( ) NÃO (X) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | |
| SIM ( ) NÃO ( ) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | |
| SIM (X) NÃO ( ) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | |
| SIM ( ) NÃO ( ) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SIM ( ) NÃO ( ) | [illegible] | | | |
| SIM ( ) NÃO ( ) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | |
| SIM ( ) NÃO ( ) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | |
| SIM ( ) NÃO (X) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | |
| SIM ( ) NÃO (X) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | |
| SIM ( ) NÃO ( ) | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SIM ( ) NÃO ( ) | | | | |
| SIM ( ) NÃO ( ) | | | | |

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO

Fotos

Maio 2014 – Reunião de apresentação dos estudos para os Subprefeitos Sé, Mooca, Ipiranga e Vila Prudente

Não há registros.

# Principais peças de comunicação e publicações

## 07.11.2015 — convite para a Audiência Pública Devolutiva da Minuta do Projeto de Lei para a Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí dia 17 de novembro de 2015

## Diário oficial da cidade de São Paulo, pag 63



FICA A EMPRESA GAFISA S/A CNPJ 01.545.826/0001-07 CONVOCADA À COMPARECER NA SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE NA CÂMARA TÉCNICA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL -CTCA SITUADA NA RUA DO PARAISO 387 8 ANDAR SP PARA RETIRADA DE FICHA PARA DEPOSITO NO FEMA NOS TERMOS DA CLAÚSULA SÉTIMA DO TCA 227/13 NO QUE SE REFERE À CONVERSÃO DE PROTETORES METÁLICOS.

**DEPARTAMENTO DE CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL**

ENDEREÇO: RUA DO PARAISO, 387

**2011-0.133.477-7 SANED ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA.**

GRUPO TECNICO DE RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS - DECONT-12. COMUNIQUE-SE:548/DECONT-12/2015-PA-2011-0.133.477-7- FICA A EMPRESA SANED ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA,CNPJ:68.976.224 /0001-77, ALAMEDA SANTOS,455,SALAS 507 E 508-CERQUEIRA CÉSAR -CEP:01419-000,SAO PAULO/SP,CONVOCADA A ATENDER O COMUNIQUE-SE N 428/DECONT-12,NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS,SOB PENA DE INDEFERIMENTO.PROTOCOLIZAR OS DOCUMENTOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE-RUA DO PARAISO,387,TERREO.EM CASO DE DUVIDAS,ENTRAR EM CONTATO COM IEDA,AS 5 S FEIRAS,DAS 9H AS 12H E DAS 13H AS 16 H,NO TELEFONE 5187-0291.

**2011-0.206.265-7 LUIS DOS SANTOS FAIAS**

GRUPO TECNICO DE RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS - DECONT-12. COMUNIQUE-SE:547/DECONT-12/2015-PA-2011-0206.265-7-FICA O INTERESSADO SUPERMERCADO PEDREIRA.CNPJ- 50.247.022/0001-29.ESTRADA DO ALVARENGA,2501, CEP 04467-000 -SAO PAULO-SP OU SEU REPRESENTANTE LEGAL,COMUNICADO DO DEFERIMENTO DE SOLICITACAO DE PRAZO EM 60 (SESSENTA) DIAS- CONTADOS A PARTIR DA DATA DE PUBLICACAO NO DOC-PARA ATENDIMENTO AO ESTABELECIDO NO COMUNIQUE-SE N-192/DECONT-12/ 2015,SOB PENA DE INDEFERIMENTO DO PROCESSO.PROTOCOLIZAR A DOCUMENTACAO NO PROTOCOLO GERAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE-DAF-33-RUA DO PARAISO,387- TERREO.EM CASO DE DUVIDAS,AGENDAR DIA E HORARIO PARA ATENDIMENTO COM A ENG. ITAL DANIELA OU COM O ENG. CIVIL OSWALDO, TEL. 5187-0291.

**2013-0.182.344-5 JOSE ANTONIO FAIFER**

GRUPO TECNICO DE RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS - DECONT-12. COMUNIQUE-SE:550/DECONT-12/2015-PA-2013-0.182.344-5.FICA O SR. JOSE ANTONIO FAIFER,CPF:954.272.798-49,RUA PAES LANDIM,355 -ITAQUERA-CEP:08290-280-SAO PAULO/SP,E/OU SEU REPRESENTANTE LEGAL, CONVOCADO A ATENDER O COMUNIQUE-SE N 356/DECONT - 12/ 2015, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, SOB PENA DE INDEFERIMENTO. PROTOCOLIZAR OS DOCUMENTOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE-RUA DO PARAISO,387,TERREO.EM CASO DE DUVIDAS, ENTRAR EM CONTATO COM IEDA, AS 5 S FEIRAS, DAS 09H AS 12H E DAS 13H AS 16 H, NO TELEFONE 5187-0291.

**2014-0.078.102-3 CITYCON ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA**

GRUPO TECNICO DE RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS - DECONT-12. COMUNIQUE-SE:549 /DECONT-12/2015-PA-2014-0.078.102-3. FICA A EMPRESA CITYCON ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA,CNPJ:00.125.782/0001 -95, R. CORREIA DE OLIVEIRA,48-VILA NOVA CONCEICAO-CEP:04508-050, SAO PAULO/SP, CONVOCADA A ATENDER O COMUNIQUE-SE N 358/DECONT-12 /2015, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, SOB PENA DE INDEFERIMENTO. PROTOCOLIZAR OS DOCUMENTOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE-RUA DO PARAISO,387,TERREO.EM CASO DE DUVIDAS, ENTRAR EM CONTATO COM IEDA, AS 5 S FEIRAS, DAS 09H AS 12H E DAS 13H AS 16 H, NO TELEFONE 5187-0291.

**2015-0.184.815-8 BIMBO DO BRASIL LTDA**

GRUPO TECNICO DE RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS - DECONT-12. COMUNIQUE-SE:546/DECONT-12/2015-PA-2015-0.184.815-8-FICA A EMPRESA BIMBO DO BRASIL LTDA. CNPJ:35.402.759/0001-85. RUA ERICO VERISSIMO,342- JD CAMBARA-CEP:05560-900- SAO PAULO/SP OU SEU REPRESENTANTE LEGAL, CONVOCADA A ADEQUAR A PROPOSTA DE REPARACAO DO DANO AMBIENTAL VISANDO A CELEBRACAO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA,DEVENDO SER CORRIGIDO O SOMATORIO DO ORCAMENTO-DE R$ 23.500,00(VINTE E TRES MIL E QUINHENTOS REAIS) PARA R$ 24.000,60 (VINTE E QUATRO MIL REAIS E SESSENTA CENTAVOS).A INTERESSADA TERA O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA A APRESENTACAO DA ADEQUACAO SOLICITADA, SOB PENA DE INDEFERIMENTO DO PROCESSO. PROTOCOLIZAR A DOCUMENTACAO NA SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE-DAF-33-RUA DO PARAISO,387-TERREO.EM CASO DE DUVIDAS, ENTRAR EM CONTATO COM A ENG. ITAL DANIELA,AS 5 S FEIRAS,DAS 9 H AS 13 H OU DAS 14 H AS 16 H PELO TEL. 5187-0291.

**DEPARTAMENTO DE CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL**

ENDEREÇO: RUA DO PARAISO, 387

**2014-0.129.884-9 PROJETO IMOBILARIO A 12 LTDA.**

DIVISAO TECNICA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - DECONT-2 COMUNIQUE-SE: 328/DECONT-2/2015 PROCESSO ADMINISTRATIVO N 2014-0.129.884-9 INTERESSADO: PROJETO IMOBILIARIO A 12 LTDA. ASSUNTO: LAUDO DE AVALIACAO AMBIENTAL A DIRETORA DA DIVISAO TECNICA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO USO DE SUAS ATRIBUICOES LEGAIS E CONSIDERANDO A LEGISLACAO VIGENTE E OS PROCEDIMENTOS ADOTADOS EM SVMA, SOLICITA: 1.RETIRAR NA SVMA/DECONT/GTAC O PARECER TECNICO N 108/GTAC/2015 PARA AVERBACAO NA CERTIDAO DE REGISTRO DE MOVEIS A RESTRICAO DO USO DA AGUA SUBTERRANEA; 2.APRESENTAR O POLIGONO DE RESTRICAO DO USO DA AGUA SUBTERRANEA COM AS RESPECTIVAS COORDENADAS E A MINUTA DE CONVENCAO DE CONDOMINIO MENCIONANDO A RESTRICAO DO USO DA AGUA SUBTERRANEA; 3.PRAZO PARA ATENDIMENTO: IMEDIATAMENTE APOS A AVERBACAO NO CARTORIO DE REGISTRO DE IMOVEIS, NA SVMA/PROTOCOLO, SITUADO A RUA DO PARAISO, 387, PARAISO - SP, CEP 04103-000, NO HORARIO DAS 9:00 AS 16:00 H.

**2014-0.304.863-7 PARQUE RAPOSO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**

DIVISAO TECNICA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - DECONT-2 COMUNIQUE-SE: 324/DECONT-2/2015 PROCESSO ADMINISTRATIVO N 2014-0.304.863-7 INTERESSADO: PARQUE PROJETO RAPOSO KM 18,5 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE ASSUNTO: PARECER TECNICO AREAS CONTAMINADAS A DIRETORA DA DIVISAO TECNICA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO USO DE SUAS ATRIBUICOES LEGAIS E CONSIDERANDO A LEGISLACAO VIGENTE E OS PROCEDIMENTOS ADOTADOS EM SVMA, SOLICITA: 1. APRESENTAR MANIFESTACAO FAVORAVEL DA CETESB QUANTO A MUDANCA DE USO PRETENDIDA. 2. RETIRAR GUIA NO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL/DECONT, DIVISAO TECNICA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL/DECONT-2/EXPEDIENTE PARA RECOLHIMENTO DE PRECO PUBLICO REFERENTE A ANALISE DE INVESTIGACAO CONFIRMATORIA COM EMISSAO DE PARECER TECNICO, CONFORME DECRETO MUNICIPAL N 55.823/2014. O RECEBIMENTO E A ANALISE DA AVALIACAO AMBIENTAL SOLICITADA ESTAO CONDICIONADOS AO RECOLHIMENTO DO PRECO PUBLICO CORRESPONDENTE. 3. APRESENTAR COPIA EM MIDIA DIGITAL DE TODOS OS ESTUDOS AMBIENTAIS SUBMETIDOS A CETESB. 4. PRAZO PARA ATENDIMENTO: 120 DIAS CONTADOS A PARTIR DA DATA DA PUBLICACAO NO DOC, NA SVMA/PROTOCOLO, SITUADO A RUA DO PARAISO, 387, PARAISO - SP, CEP 04103-000, NO HORARIO DAS 9H00 AS 16H00. OBS: PODERA SER AGENDADO ATENDIMENTO PARA DIRIMIR EVENTUAIS DUVIDAS QUANTO AO COMUNIQUE-SE NO EXPEDIENTE DO DECONT/GTAC, ATRAVES DO TELEFONE 5187-0348. PARA A REALIZACAO DO ATENDIMENTO NA DATA AGENDADA, O INTERESSADO DEVERA SE APRESENTAR PESSOALMENTE OU INDICAR REPRESENTANTE LEGAL ATRAVES DE PROCURACAO ESPECIFICA.

**2014-0.323.362-0 CURY CONSTRUTORA E INCORPORADORA SA**

DIVISAO TECNICA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - DECONT-2 COMUNIQUE-SE: 326/DECONT-2/2015 PROCESSO ADMINISTRATIVO N 2014-0.323.362-0 INTERESSADO: CURY CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A. ASSUNTO: SOLICITACAO DE AVALIACAO AMBIENTAL PRELIMINAR. A DIRETORA DA DIVISAO TECNICA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO USO DE SUAS ATRIBUICOES LEGAIS E CONSIDERANDO A LEGISLACAO VIGENTE E OS PROCEDIMENTOS ADOTADOS EM SVMA, SOLICITA: 1. APRESENTAR PLANTA GEO-REFERENCIADA AO SISTEMA GEODESICO BRASILEIRO, CONFORME EXPOSTO NA LEI FEDERAL N. 10.267, DE 28 DE AGOSTO DE 2001, E DELIMITAR AS AREAS DE ATERRO NO TERRENO; 2. APRESENTAR INVESTIGACAO CONFIRMATORIA, CONFORME: NORMAS NBR N. 15515-2/2007, 15492/2007, 15495-1/2007, 15495-2/2008 E 15847/2010; O MANUAL DE GERENCIAMENTO DE AREAS CONTAMINADAS (CETESB/2001); 3. APRESENTAR COPIA DA ANOTACAO DE RESPONSABILIDADE TECNICA DO RESPONSAVEL PELA ELABORACAO DA INVESTIGACAO CONFIRMATORIA DO IMOVEL, BEM COMO COPIA DA CARTEIRA DO CONSELHO PROFISSIONAL AO QUAL ESTIVER VINCULADO; 4. APRESENTAR RELACAO DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA ELABORACAO DO RELATORIO DE AVALIACAO DO IMOVEL, ESPECIFICANDO AS RESPECTIVAS HABILITACOES; 5. APRESENTAR DECLARACAO DE RESPONSABILIDADE, CONFORME MODELO EXISTENTE NO ANEXO I DA DECISAO DE DIRETORIA N 103/2007/C/E, DE 22 DE JUNHO DE 2007 DA CETESB, DESTINADA AO GRUPO TECNICO DE AREAS CONTAMINADAS DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL DA SVMA; 6. RECOLHER PRECO PUBLICO; 7. PRAZO PARA ATENDIMENTO: 90 DIAS CONTADOS A PARTIR DA DATA DA PUBLICACAO NO DOC, NA SVMA/PROTOCOLO, SITUADO A RUA DO PARAISO, 387, PARAISO - SP, CEP 04103-000, NO HORARIO DAS 9H00 AS 16H00. OBS: PODERA SER AGENDADO ATENDIMENTO PARA DIRIMIR EVENTUAIS DUVIDAS QUANTO AO COMUNIQUE-SE NO EXPEDIENTE DO DECONT/GTAC, ATRAVES DO TELEFONE 5187-0348. PARA A REALIZACAO DO ATENDIMENTO NA DATA AGENDADA, O INTERESSADO DEVERA SE APRESENTAR PESSOALMENTE OU INDICAR REPRESENTANTE LEGAL ATRAVES DE PROCURACAO ESPECIFICA.

**2014-0.335.030-9 PDG SPE 38 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS**

DIVISAO TECNICA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - DECONT-2 COMUNIQUE-SE: 327/DECONT-2/2015 PROCESSO ADMINISTRATIVO N 2014-0.335.030-9 INTERESSADO: PDG SPE 38 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS ASSUNTO: AVALIACAO MONITORAMENTO E CONTROLE AMBIENTAL A DIRETORA DA DIVISAO TECNICA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO USO DE SUAS ATRIBUICOES LEGAIS E CONSIDERANDO A LEGISLACAO VIGENTE E OS PROCEDIMENTOS ADOTADOS EM SVMA, SOLICITA: 1. INFORMAR QUAL A SITUACAO ATUAL DO IMOVEL, O MOTIVO/OBJETIVO DA AUTUACAO DO PROCESSO E O EMPREENDIMENTO PRETENDIDO PARA A AREA; 2. APRESENTAR COPIA DE TODOS OS ESTUDOS AMBIENTAIS REALIZADOS NA AREA INVESTIGADA, NO FORMATO DE MIDIA DIGITAL 3. APRESENTAR COPIA DE TODOS OS PARECERES TECNICOS EMITIDOS PELA CETESB PARA A AREA EM QUESTAO; 4. APRESENTAR O TERMO DE REABILITACAO EMITIDO PELA CETESB PARA A AREA; 5. PRAZO PARA ATENDIMENTO: 180 DIAS CONTADOS A PARTIR DA DATA DA PUBLICACAO NO DOC, NA SVMA/PROTOCOLO, SITUADO A RUA DO PARAISO, 387, PARAISO - SP, CEP 04103-000, NO HORARIO DAS 9H00 AS 16H00. OBS: PODERA SER AGENDADO ATENDIMENTO PARA DIRIMIR EVENTUAIS DUVIDAS QUANTO AO COMUNIQUE-SE NO EXPEDIENTE DO DECONT/GTAC, ATRAVES DO TELEFONE 5187-0348. PARA A REALIZACAO DO ATENDIMENTO NA DATA AGENDADA, O INTERESSADO DEVERA SE APRESENTAR PESSOALMENTE OU INDICAR REPRESENTANTE LEGAL ATRAVES DE PROCURACAO ESPECIFICA.

**2015-0.163.749-1 GAFISA S/A.**

DIVISAO TECNICA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - DECONT-2 COMUNIQUE-SE: 329/DECONT-2/2015 PROCESSO ADMINISTRATIVO: N 2015-0.163.749-1 INTERESSADO: GAFISA S/A ASSUNTO: AVALIACAO / MONITORAMENTO E CONTROLE AMBIENTAL A DIRETORA DA DIVISAO TECNICA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO USO DE SUAS ATRIBUICOES LEGAIS E CONSIDERANDO A LEGISLACAO VIGENTE E OS PROCEDIMENTOS ADOTADOS EM SVMA, SOLICITA: 1 - RECOLHER PRECO PUBLICO REFERENTE A ANALISE DE AVALIACAO PRELIMINAR, COM EMISSAO DE PARECER TECNICO, CONFORME DECRETO MUNICIPAL N 55.823, DE 29/12/2014; 2 - REALIZACAO DE INVESTIGACAO CONFIRMATORIA CONTEMPLANDO TODA A AREA DO EMPREENDIMENTO EM CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT NBR 15.515-2 "PASSIVO AMBIENTAL EM SOLO E AGUA SUBTERRANEA. PARTE 2: INVESTIGACAO CONFIRMATORIA." 3 - PRAZO PARA ATENDIMENTO: 60 DIAS CONTADOS A PARTIR DA DATA DA PUBLICACAO NO DOC, NA SVMA/PROTOCOLO, SITUADO A RUA DO PARAISO, 387, PARAISO - SP, CEP 04103-000, NO HORARIO DAS 9H00 AS 16H00. OBS: PODERA SER AGENDADO ATENDIMENTO PARA DIRIMIR EVENTUAIS DUVIDAS QUANTO AO COMUNIQUE-SE NO EXPEDIENTE DO DECONT/GTAC, ATRAVES DO TELEFONE 5187-0348. PARA A REALIZACAO DO ATENDIMENTO NA DATA AGENDADA, O INTERESSADO DEVERA SE APRESENTAR PESSOALMENTE OU INDICAR REPRESENTANTE LEGAL ATRAVES DE PROCURACAO ESPECIFICA.

**2015-0.192.179-3 ANDERSON SEBASTIAO PIRES**

DIVISAO TECNICA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - DECONT-2 COMUNIQUE-SE: 323/DECONT-2/2015 PROCESSO ADMINISTRATIVO N 2015-0.192.179-3 INTERESSADO: ANDERSON SEBASTIAO PIRES ASSUNTO: CONSULTA PREVIA A DIRETORA DA DIVISAO TECNICA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO USO DE SUAS ATRIBUICOES LEGAIS E CONSIDERANDO A LEGISLACAO VIGENTE E OS PROCEDIMENTOS ADOTADOS EM SVMA, SOLICITA: 1. APRESENTAR PARECER TECNICO DE ENCERRAMENTO DE ATIVIDADE DA EMPRESA METUSI METAL USINAGEM LTDA. E MUDANCA DE USO, EMITIDO PELA CETESB; OU DOCUMENTO EQUIVALENTE. 2. PRAZO PARA ATENDIMENTO: 30 DIAS CONTADOS A PARTIR DA DATA DA PUBLICACAO NO DOC, NA SVMA/PROTOCOLO, SITUADO A RUA DO PARAISO, 387, PARAISO - SP, CEP 04103-000, NO HORARIO DAS 9H00 AS 16H00. OBS: PODERA SER AGENDADO ATENDIMENTO PARA DIRIMIR EVENTUAIS DUVIDAS QUANTO AO COMUNIQUE-SE NO EXPEDIENTE DO DECONT/GTAC, ATRAVES DO TELEFONE 5187-0348. PARA A REALIZACAO DO ATENDIMENTO NA DATA AGENDADA, O INTERESSADO DEVERA SE APRESENTAR PESSOALMENTE OU INDICAR REPRESENTANTE LEGAL ATRAVES DE PROCURACAO ESPECIFICA.

**2015-0.242.738-5 AMPLITUDE INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA.**

DIVISAO TECNICA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - DECONT-2 COMUNIQUE-SE: 325/DECONT-2/2015 PROCESSO ADMINISTRATIVO N 2015-0.242.738-5 INTERESSADO: AMPLITUDE INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA ASSUNTO: ALVARA DE APROVACAO E EXECUCAO DE EDIF. NOVA A DIRETORA EM EXERCICIO DA DIVISAO TECNICA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO USO DE SUAS ATRIBUICOES LEGAIS E CONSIDERANDO A LEGISLACAO VIGENTE E OS PROCEDIMENTOS ADOTADOS EM SVMA, SOLICITA: 1. APRESENTAR O TERMO DE REABILITACAO DA AREA PARA USO DECLARADO QUANDO DE SUA EMISSAO PELA CETESB. 2. APRESENTAR A COPIA DA MATRICULA ATUALIZADA DO IMOVEL COM AVERBACAO DA CONTAMINACAO E REABILITACAO PARA USO DECLARADO. 3. PRAZO PARA ATENDIMENTO: 180 DIAS CONTADOS A PARTIR DA DATA DA PUBLICACAO NO DOC, NA SVMA/PROTOCOLO, SITUADO A RUA DO PARAISO, 387, PARAISO - SP, CEP 04103-000, NO HORARIO DAS 9H00 AS 16H00. OBS: PODERA SER AGENDADO ATENDIMENTO PARA DIRIMIR EVENTUAIS DUVIDAS QUANTO AO COMUNIQUE-SE NO EXPEDIENTE DO DECONT/GTAC, ATRAVES DO TELEFONE 5187-0348. PARA A REALIZACAO DO ATENDIMENTO NA DATA AGENDADA, O INTERESSADO DEVERA SE APRESENTAR PESSOALMENTE OU INDICAR REPRESENTANTE LEGAL ATRAVES DE PROCURACAO ESPECIFICA.

## DEPTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**DIVISÃO TÉCNICA FINANCEIRA-DAF-1**

**RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO**

Ficam **CONVOCADAS**,a empresa abaixo relacionada, a retirar a respectiva Notas de Empenho, no prazo de 03 dias úteis,a partir desta publicação, à Rua do Paraiso,387- 9º andar das 9:00 às 12:30h e das 13:30 às 17:00h,com apresentação do original ou cópia reprográfica dos seguintes documentos: Certidão de Tributos Mobiliários e Imobiliários da Prefeitura de São Paulo ou Declaração de que a empresa não possui débitos com a mesma,CND- Certidão Negativa de Débitos da Previdência,Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União,Certificado de Regularidade do FGTS e demais documentos conforme Edital,Ata ou Convocação, bem como portar carta de autorização ou procuração,para a retirada das mesmas:

| Processo | N.E | Empresa |
|---|---|---|
| 2015.0.184.120-0 | 99068 | SOUZA E SOUZA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMINTICIOS LTDA - EPP |

## INFRA-ESTRUTURA URBANA E OBRAS

## GABINETE DO SECRETÁRIO

**2014-0.008.762-3**

Transferência de recursos decorrentes do pagamento com recursos do Tesouro – Termo de Compromisso (PAC) 0425.349-95/2013 – Corredor M'Boi Mirim

DESPACHO: À vista dos elementos que instruem o presente processo, em especial os elementos indicados às folhas retro, AUTORIZO a transferência da conta de poupança nº 2873.006.00000067-3 para a conta do Tesouro Municipal no valor de R$ 21.689.599,45 (vinte e um milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, quinhentos e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos), conforme indicado pela Assessoria Contábil desta Pasta às folhas 85.

**2013-0.288.772-2**

Transferência de recursos decorrentes do pagamento com recursos do Tesouro – Termo de Compromisso (PAC) 0396.114-39/2013 – Corredor de ônibus Inajar de Souza

DESPACHO: À vista dos elementos que instruem o presente processo, em especial os elementos indicados às folhas retro, AUTORIZO a transferência da conta de poupança nº 2873.006.00000054-1 para a conta do Tesouro Municipal no valor de R$ 39.126.011,59 (trinta e nove milhões, cento e vinte e seis mil, onze reais e cinquenta e nove centavos), conforme indicado pela Assessoria Contábil desta Pasta às folhas 94.

## COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRAFEGO

## GABINETE DO PRESIDENTE

## DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

**DEMONSTRATIVO DAS COMPRAS EFETUADAS E DOS SERVIÇOS CONTRATADOS PELA CIA. DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET, NO PERÍODO DE 16 A 31 DE OUTUBRO DE 2015, DE ACORDO COM O ARTIGO 16 DA LEI FEDERAL 8666/93.**

| Nº EXP | Nº PC | FORNECEDOR | OBJETO/ITOE-UNIDADE | TOTAL-R$ |
|---|---|---|---|---|
| 1135175 | 060175 | CT MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA | PREST.SERV.MANUT.01 MOTO BOMBA DE SEL.AGRALE C/FORNEC.PEÇAS. | 1.610,38 |
| 1113175 | 061175 | REFLEX LINE LTDA | COLETE REFLETIVO PITHAGVESSIA DE ES- COLARES (100 PÇS). | 8.900,00 |

## GERÊNCIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO

**EXP.1400/15 - A Companhia de Engenharia de Tráfego CET** comunica a todos os interessados o desenvolvimento do processo de Parceria para a adequação da sinalização do Programa de Orientação de Tráfego - POT Serviços para a área denominada para esse programa como Paulista, que prevê a atualização da sinalização dos equipamentos de saúde, segurança pública e funerária localizados dentro do perímetro dessa área, a saber: Av. Dr. Arnaldo X Av. Rebouças, R. da Consolação, R. Dona Antonia de Queiroz, R. Pena Forte Mendes, R. Barata Ribeiro, Pça. 14 Bis, Av. 9 de Julho e Al. Itu. Essa sinalização visa atender os motoristas em deslocamentos não programados e em situação de emergência; assim, em ação conjunta com equipamentos públicos e particulares, desenvolverá a seguinte parceria: aos parceiros caberá desenvolver o projeto executivo, a confecção e instalação de placas e suportes de sinalização e, à CET, caberá o fornecimento do projeto funcional, acompanhamento e aprovação do projeto executivo, acompanhamento e aprovação da confecção e instalação da sinalização. Todos os esclarecimentos relativos ao Programa serão fornecidos pela Gerência de Marketing e Comunicação - Departamento de Relações Públicas , situado à rua barão de Itapetininga, 18 - 5º, Centro - S Paulo, fone 3396-8091, onde os interessados deverão protocolar carta de intenção, em horário comercial, até o dia 13 de novembro de 2015, anexando cópia do Contrato Social da empresa com últimas alterações, do cartão do CNPJ , declaração que não emprega menores de 18 anos (inciso XXXIII, do art° 7º da Constituição Federal), e de regularidade com as fazendas Municipal, Estadual e Federal, CADIM, Certidão Negativa de Debito do FGTS e INSS, Tributos Mobiliários e Imobiliários. Após análise da documentação será elaborado o Termo de Cooperação a ser assinado pelas partes.

## SÃO PAULO URBANISMO

## GABINETE DO PRESIDENTE

**CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA DEVOLUTIVA**

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e a São Paulo Urbanismo convidam para a Audiência Pública de apresentação da Minuta do Projeto de Lei para a Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí. Na oportunidade, a proposta será apresentada, debatida e serão prestados esclarecimentos. A audiência acontece em:

17 de novembro de 2015 – 19 horas
Teatro Arthur Azevedo
Avenida Paes de Barros, 955 – Mooca

A minuta do projeto de lei, quadros e mapas estão disponíveis no site http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/operacao-urbana-consorciada-bairros-do-tamanduatei-oucbt/

**SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIMPROC DESPACHOS: LISTA 2015-2-200**

**SUPERINTENDENCIA DE GESTAO**

ENDERECO: RUA SAO BENTO, 405 - 15 ANDAR
PROCESSOS DA UNIDADE SP-URB/DDG/SGE/NSG-1

**2008-0.268.610-5 MORUMBI DO BRASIL PROJETOS IMOB.LTDA**

**INDEFERIDO**

EXTINTO PELO ABANDONO POR PARTE DO INTERESSADO, REFERENTE A SOLIC ITACAO DE PARTICIPACAO NA OPERACAO URBANA CONSORCIADA AGUA ESPRAI ADA, JUNTO A SP - URBANISMO, ARQUIVE-SE.

**2008-0.292.598-3 COMPANHIA ZAFFARI COMERCIO E INDUSTRIA**

**INDEFERIDO**

EXTINTO PELO ABANDONO POR PARTE DO INTERESSADO, REFERENTE A SOLIC ITACAO DE PARTICIPACAO NA OPERACAO URBANA CONSORCIADA AGUA ESPRAI ADA, JUNTO A SP - URBANISMO, ARQUIVE-SE.

## SÃO PAULO TURISMO

## GABINETE DO PRESIDENTE

**DECLARAÇÃO DE BENS**

Publicação dos bens de Conselheiros e Diretores da São Paulo Turismo S/A, nos termos do art. 83, "v", da Lei Orgânica do Município de São Paulo.

**CHRISTIANNE DE CARVALHO STROPPA**
Conselheira de Administração
Desligou-se em 27/01/2015
Prêmios acumulados em VGBL - Santander Seguros S/A
Prêmios acumulados em VGBL - Bradesco Vida e Previdência S/A
Aplicação Renda Fixa Banco Santander
Fundo de Investimento Banco Santander
Saldo em poupança Banco Santander
Imóvel: Casa na Rua Judite França Costa, São Paulo/SP
Título de capitalização Banco Santander
Prêmios acumulados em VGBL - Banco Bradesco
Saldo em conta corrente no Banco do Brasil
Automóvel: Ford Escort 2013

**ADELAIDE MARIA BEZERRA MAIA DE MORAES**
Conselheira de Administração
Eleita em 27/01/2015
Imóvel: Apartamento na Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, São Paulo/SP
Imóvel: 1/6 avos de imóvel na Rua Bulgária, São Bernardo do Campo/SP
Imóvel: 1/6 avos de imóvel na Rua Santos, São Bernardo do Campo/SP
Imóvel: 1/6 avos de imóvel na Rua Eugênia S. Vitale, São Bernardo do Campo/SP
Imóvel: 1/6 avos de imóvel na Rua Santa Isabel, Diadema/SP
Imóvel: 1/6avos de imóvel na Rua São Carlos, Diadema/SP
Automóvel: Ford Sedan, ano 2009
Aplicação em CDB - Banco Bradesco S/A
Aplicação em Previdência Privada - Brasilprev

**MÁRIO VINICIUS CLAUSSEN SPINELLI**
Conselheiro Fiscal
Desligou-se em 24/02/2015
Imóvel: Casa na rua Conceição Machado Bastos, Teresópolis/RJ
Imóvel: Apartamento na Rua Tenente Garro, Belo Horizonte/MG
Ações da Positivo Informática
Ações da Cia Vale do Rio Doce
Ações da Cia Energética de São Paulo
Ações da Petrobras S/A
Ações do Itau Unibanco Holding
Título do clube Minas Tenis Clube
Título do clube Olímpico Club
Fundo BB CSB DI
BB Renda Fixa
BB Renda Fixa LP Ind. Estilo
BB Agronegocio - Letra de crédito agronegócio
Fundo BB Ações da Vale
Automóvel: Hyndai Tucson ano 2008
Automóvel: Kia Soul ano 2010

**CARLOS ROBERTO BARRETTO**
Conselheiro Fiscal Titular
Eleito em 24/02/2015
Desligou-se em 30/04/2015
Imóvel: Apto na Rua Jeronima Dias, Santana – São Paulo/SP
Imóvel: Apto na Rua Jerônima Dias, Santana – São Paulo/SP
Imóvel: Apto na Rua Jerônima Dias, Santana – São Paulo/SP
Imóvel: Sala Comercial na Rua Ezequiel Freire – São Paulo/SP
Imóvel: Sala Comercial na Rua Senador Paulo Egídio, Centro – São Paulo/SP
Direitos de uso de linha telefônica
Direitos de uso de linha telefônica celular
Fundo de curto prazo Banco Itau Personalite
Saldo em conta corrente Banco Itau Unibanco
Saldo em conta corrente Banco do Brasil
Aplicação financeira Banco do Brasil
Poupança Banco do Brasil
Empréstimo feito a Dulce Helena Barretto
Aplicação Banco Itau Personalite
Aplicação Capital Performance Fixa Multimercado
Operações Compromissadas Banco Itau Unibanco
Automóvel Citroen C4
Box de garagem Rua Riachuelo, São Paulo/SP

**FABIO MANZINI CAMARGO**
Conselheiro de Administração
Desligou-se em 24/02/2015
Cademeta de poupança Banco Itaú
Veículo: Citroen Xsara 1999
Quotas da empresa Água, Terra, Fogo, Ar Com e Eventos Políticos Ltda.
Cademeta de poupança Banco do Brasil
Imóvel: Casa na Rua das Camélias, São Paulo/SP
Fundo de investimento Renda Fixa Banco do Brasil
Conta corrente e VGBL do Banco do Brasil
Aplicação em CDB DI do Banco do Brasil
Cademeta de poupança da CEF
Conta corrente na CEF
Conta corrente no Banco Itaú
Caixa Vida e Previdência

**VALDIR SANT'ANNA**
Conselheiro de Administração
Eleito em 24/02/2015
Posse em 25/02/2015
Aplicação na Caixa Economica Federal em nome de Luiza maz Sant'Anna (dependente)
Saldo em conta corrente no Banco Itau em nome de Luiza maz Sant'Anna (dependente)
Imóvel na Rua Ipapo, Santo André/SP
Saldo em conta corrente no Banco Santander
Motocicleta BMW G650GS
Veículo Gol 1.0 GIV
Saldo em conta corrente Banco do Brasil
Veículo Honda Fit Lx At Flex

**LUIZ ALBERTO DE CASTRO FALLEIROS**
Conselheiro de Administração
Desligou-se em 24/04/2015
Imóvel: Casa na Rua Barbar Miguel Sacker, Sorocaba/SP
Imóvel: Casa na Rua José Oliveira Lambertí, Sorocaba/SP
Imóvel: Apartamento na Rua Riachuelo, Sorocaba/SP

Folha de São Paulo – A12 – Poder

A12 poder ★ ★ ★ SÁBADO, 7 DE NOVEMBRO DE 2015 FOLHA DE S.PAULO

# O atentado

DEMÉTRIO MAGNOLI

**EUA = Taleban: a equação zizekiana está no Enem como verdade gabaritada, que o candidato deve repetir**

*SATÉLITES AMERICANOS detectaram uma onda de calor proveniente do avião russo que desabou no Sinai. A informação é compatível tanto com a explosão de uma turbina quanto com a detonação de uma bomba. Na segunda hipótese, seríamos obrigados a admitir que o Estado Islâmico não mentiu ao reivindicar a autoria do atentado. Mas, de acordo com o MEC, enxergar nisso um motivo para singular indignação evidenciaria nosso preconceito ocidental contra os muçulmanos.*

*A mensagem está no Enem, em questão apoiada em texto do filósofo Slavoj Zizek que discute o "choque de civilizações". Zizek menciona a carta da filha de um piloto americano que operou no Afeganistão, na qual ela confessa admitir a morte de seu pai na trincheira da pátria. Então, ergue uma tese: "Quando o presidente Bush citou suas palavras, elas foram entendidas como manifestação 'normal' de patriotismo americano; vamos conduzir uma experiência mental simples e imaginar uma menina árabe maometana pateticamente lendo para as câmeras as mesmas palavras a respeito do pai que lutava pelo Taleban — não é necessário pensar muito sobre qual teria sido nossa reação". O argumento se conclui pela resposta "correta" do gabarito: "a situação imaginária proposta pelo autor explicita o desafio cultural do exercício da alteridade".*

*Zizek é um charlatão. A "menina maometana" de seu conto é uma afegã —e, portanto, não uma "árabe". Mas não é preciso saber distinguir o mundo árabe do mundo muçulmano para subir a escada da celebridade no palco da filosofia política radical. O filósofo aninhou-se na palha do Partido Comunista da Eslovênia até converter-se em tardio dissidente, em 1988, acompanhando a nova direção dos ventos. Depois, tornou-se um profeta do apocalipse do "sistema global capitalista", esculpindo uma miscelânea teórica inspirada em fragmentos de Hegel, Marx e Lacan. No âmago de seu pastiche, encontra-se a condenação implacável da democracia. EUA = Taleban: a equação zizekiana está no Enem, não como tese de um pensador extremista, mas como verdade que o candidato deve repetir.*

*Zizek é esperto. Sua filosofia pop rejeita explicitamente a objetividade factual e a consistência argumentativa, de modo que a horda de vigilantes zizekianos adquiriu o hábito de defender o mestre acusando os críticos de tirar suas palavras de contexto. Entretanto, nas passagens de glorificação da Revolução Cultural maoísta e do terror de Pol Pot no Camboja (que, porém, "não foi radical o suficiente") pulsa o Zizek autêntico. É essa figura que o Enem escolheu para indagar sobre o significado de "alteridade" —e para desfraldar uma bandeira.*

*Alteridade é a capacidade de reconhecer a nós mesmos no outro. O Enem poderia sugerir paralelos entre o amor que devotamos a nossos filhos e o amor de um beduíno aos dele, ou entre os fanatismos de fundamentalistas cristãos e islâmicos. Mas, endossando Zizek, fabricou uma equivalência entre o governo de uma nação democrática e um grupo jihadista tirânico. No lugar da condenação a crimes de guerra, cometidos também por democracias, igualou a guerra ao terror, o que é um truque clássico para "normalizar" o terror. De passagem, elevou o Taleban ao estatuto de representação dos muçulmanos (e, valha-me Alá, dos árabes!).*

*O Brasil não vai bem. Os nobres vereadores de Campinas emitiram uma nota de repúdio contra uma questão absolutamente apropriada do Enem que cita Simone de Beauvoir, mas não se ouviu um gemido sobre o panfleto zizekiano. Na questão "repudiada", os examinadores tomaram o cuidado pluralista de não adotar a tese da filósofa como verdade consagrada no gabarito —precisamente o que fizeram na outra.*

*Sem ilusões: não pedirei ao MEC que poupe o Enem da tara dos doutrinadores. Mas que tal, ao menos, retificar os constrangedores erros factuais embutidos nas cartilhas da doutrinação?*

**COLUNISTAS DA SEMANA** segunda: **Celso Rocha de Barros,** quarta: **Elio Gaspari,** quinta: **Janio de Freitas,** sexta: **Reinaldo Azevedo,** sábado: **Demétrio Magnoli,** domingo: **Elio Gaspari e Janio de Freitas**

# Juiz pediu em junho para retornar à vara da Zelotes

## Informação do STJ pode dissipar suspeita sobre troca no comando da investigação

RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) informou que o juiz federal Vallisney de Souza Oliveira manifestou em junho sua intenção de regressar à 10ª Vara Federal do Distrito Federal, quatro meses antes de sua substituta, Célia Regina Ody Bernardes, autorizar a mais recente fase da Operação Zelotes, que apura irregularidades no Carf, vinculado ao Ministério da Fazenda.

A informação do STJ pode colaborar para dissipar a suspeita, levantada por investigadores da Zelotes, de que a volta do juiz foi uma forma deliberada de retirar Bernardes da condução da investigação.

Ela havia entrado no caso em outubro, mas não chegou a ficar 30 dias à frente dos inquéritos derivados da Zelotes.

Vallisney Oliveira, que atuava no STJ desde 2014, regressou à vara na última quarta (4), uma semana depois de a juíza ter autorizado prisões, buscas e apreensões em diversos endereços, incluindo uma empresa de Luis Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula.

Com o regresso de Oliveira, a juíza saiu do comando da Zelotes para retornar à sua origem, a 21ª Vara Federal.

Sob a condução de Bernardes, em outubro, a Operação Zelotes ganhou novo ritmo.

Além de autorizar a última fase da operação, ela revogou uma decisão do juiz substituto que a antecedeu e ordenou o envio, ao Supremo Tribunal Federal, da investigação sobre o ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União.

A empresa **Lucent Technologies do Brasil Indústria e Comércio Ltda.**, situada em São Paulo/SP, à Av. Queiroz Filho, 527 - Sala B - Lapa, Inscrição Estadual nº 149.522.321.114 e CNPJ nº 84.512.045/0018-83, comunica o extravio de 700 formulários de nota fiscal, modelo 1-A, do nº 301 ao nº 1000, todos em branco.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHEMBI**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº23/2015-Proc. Adm. Nº 50/2015** – **Objeto:** Aquisição de cargas de oxigênio medicinal com comodato de cilindros, a serem fornecidos ao Departamento de Saúde quando for necessário. **Local:** Prefeitura Municipal de Anhembi. **Endereço:** Praça Prefeito Ismael Morato do Amaral, nº 67, Centro, Anhembi/SP. **Data da Realização:** Dia 19 de Novembro de 2.015- Horário: 09:00 Horas. O Edital poderá ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal de Anhembi, sito a Praça Prefeito Ismael Morato do Amaral, nº 67, Anhembi/SP - Fone (14) 3884 9020 Ramal 212 ou pelo site. www.anhembi.sp.gov.br - Gilberto Tobias Morato - Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº24/2015-Proc. Adm. Nº 51/2015** – **Objeto:** Aquisição de gás liquefeito de petróleo - GLP de 45 kg e gás liquefeito de petróleo - GLP de 13 kg para o consumo dos departamentos desta prefeitura municipal. **Local:** Prefeitura Municipal de Anhembi. **Endereço:** Praça Prefeito Ismael Morato do Amaral, nº 67, Centro, Anhembi/SP. **Data da Realização:** Dia 19 de Novembro de 2.015-Horário: 14:00 Horas. O Edital poderá ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal de Anhembi, sito a Praça Prefeito Ismael Morato do Amaral, nº 67, Anhembi/SP - Fone (14) 3884 9020 Ramal 212 ou pelo site. www.anhembi.sp.gov.br - Gilberto Tobias Morato - Prefeito Municipal

**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE DRACENA**
CNPJ 64.615.404/0001-72
**Demonstração Sintética da Proposta Orçamentária para 2016**

| | Valores em reais | % |
|---|---|---|
| Receita Tributária | 290.000 | 14,8 |
| Receitas Extraordinárias | 1.440.000 | 73,4 |
| Outras Receitas | 32.000 | 1,6 |
| Receitas Patrimoniais | 200.000 | 10,2 |
| Total do Custeio | 1.962.000 | 100,0 |
| Mobilizações de Capitais | 30.000 | |
| **Total das Receitas** | **1.992.000** | |
| Desps.Administração Geral | (957.000) | 54,4 |
| Desps.Contribs.Regulament. | (116.000) | 6,6 |
| Desps.c/Assistência Social | (382.000) | 21,7 |
| Desps.c/Outros Serv.Sociais | (163.000) | 9,3 |
| Desps.c/Assist. Técnica | (104.000) | 5,9 |
| Desps.Extraordinárias | (37.000) | 2,1 |
| **Result. das Despesas** | **(1.759.000)** | **100,0** |
| **Aplicação de Capitais** | **(233.000)** | |
| **Total Geral** | **1.992.000** | |

Aprovada em Assembléia Geral Ordinária realizada em 30/10/2015
**Sérgio Manoel** CPF 033.657.248-42 - Presidente
**Fábio Rodrigues de Campos** CPF 543.809.528-00 - Tesoureiro
**Verônica Rodrigues Guerra** CRC 1SP 212979/O-1 - Contadora

Acervo Folha.
A memória de um dos jornais mais importantes do mundo, agora na memória do seu computador.
www.folha.com.br/acervo
FOLHA
NÃO DÁ PRA NÃO LER.

**vivo** **COMUNICADO**

*A Telefônica Brasil S.A., em cumprimento a alínea "h" do Despacho Decisório nº 1627/2015 - CPRP/SCP, proferido pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, em 12 de março de 2015, notifica, substitutivamente, que:*

***A Aerotech Telecomunições Ltda. vem a público informar que, a partir do dia 16/11/2015, as chamadas que envolvam a rede da Telefônica Brasil S.A. estão temporariamente suspensas por motivos de ordem regulatória e serão restabelecidas tão logo sejam dirimidos os problemas identificados.***

**PREFEITURA DE SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO URBANO
SP-Urbanismo
SÃO PAULO URBANISMO

**Convite Audiência Pública Devolutiva**

A **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano** e a **São Paulo Urbanismo** convidam para a Audiência Pública de apresentação da Minuta do Projeto de Lei para a Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí. Na oportunidade, a proposta será apresentada, debatida e serão prestados esclarecimentos. A audiência acontece em:
17 de novembro de 2015 - 19 horas
Teatro Arthur Azevedo
Avenida Paes de Barros, 955 - Mooca
A minuta do projeto de lei, quadros e mapas estão disponíveis no site http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/operacao-urbana-consorciada-bairros-do-tamanduatei-oucbt/.

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO** **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

Convida o público interessado a participar das audiências públicas que esta Comissão realizará tendo como objeto o Projeto de Lei 538/2015, de autoria do Executivo, que "Estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2016" (Orçamento 2016):

**4ª Audiência Pública Temática**
**Dia**: 09/11/2015
**Horário**: das 12h às 18h
**Local**: Câmara Municipal de São Paulo - Salão Nobre Presidente João Brasil Vita - 8º andar
**Endereço**: Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista
Temas:
Secretaria do Governo Municipal
Secretaria de Educação
Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo
Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia
Secretaria de Cultura / Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural / Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais / Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano
SP Cine
SP Turis / Fundo de Turismo
Fundação Theatro Municipal

**5ª Audiência Pública Temática**
**Dia**: 11/11/2015
**Horário**: das 8h às 13h
**Local**: Câmara Municipal de São Paulo - Auditório Prestes Maia - 1º andar
**Endereço**: Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista
Temas:
**Secretaria de Coordenação das Subprefeituras** / SPUA - Superintendência das Usinas de Asfalto
**Subprefeituras (Noroeste, Oeste, Centro e Sul):**
Freguesia do Ó e Brasilândia / Perus / Pirituba e Jaraguá
Butantã / Lapa / Pinheiros / Sé
Ipiranga / Jabaquara / Santo Amaro / Vila Mariana
Campo Limpo / Capela do Socorro / Cidade Ademar / M'Boi Mirim / Parelheiros

**6ª Audiência Pública Temática**
**Dia**: 12/11/2015
**Horário**: das 9h às 13h / das 14h às 18h
**Local**: Câmara Municipal de São Paulo - Plenário 1º de Maio - 1º andar
**Endereço**: Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista
Temas:
**das 9h às 13h**
Secretaria da Saúde / Fundo de Saúde
Autarquia Hospitalar
Hospital do Servidor Público Municipal
IPREM
Controladoria Geral do Município
**das 14h às 18h**
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social / Fundo de Assistência Social / FUMCAD - Fundo da Criança e do Adolescente
Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
Secretaria de Políticas para as Mulheres
Secretaria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida
Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania

**7ª Audiência Pública Temática**
**Dia**: 18/11/2015
**Horário**: das 9h às 13h
**Local**: Câmara Municipal de São Paulo - Auditório Prestes Maia - 1º andar
**Endereço**: Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista
Temas:
**Subprefeituras (Norte e Leste):**
Casa Verde / Jaçanã e Tremembé / Santana e Tucuruvi / Vila Maria e Vila Guilherme
Ermelino Matarazzo / Itaim Paulista / Itaquera / São Miguel Paulista
Cidade Tiradentes / Guaianases / São Mateus / Sapopemba
Aricanduva / Mooca / Penha / Vila Prudente

**8ª Audiência Pública Temática**
**Dia**: 19/11/2015
**Horário**: das 9h às 14h / das 18h às 18h30
**Local**: Câmara Municipal de São Paulo - Plenário 1º de Maio - 1º andar
**Endereço**: Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista
Temas:
**das 9h às 11h30**
Secretaria de Segurança Urbana
Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras
SP-Obras
Secretaria de Desenvolvimento Urbano / Fundo de Desenvolvimento Urbano
SP-Urbanismo
**das 11h30 às 14h**
SEHAB - Secretaria de Habitação / Fundo de Habitação / Fundo de Saneamento Ambiental e Infraestrutura
COHAB - Companhia Metropolitana de Habitação de SP
Secretaria do Verde e do Meio Ambiente / Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável / Fundo de Parques
**das 18h às 18h30**
Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico

**2ª Audiência Pública Geral**
**Dia**: 19/11/2015
**Horário**: das 18h30 às 20h
**Local**: Câmara Municipal de São Paulo - Plenário 1º de Maio - 1º andar
**Endereço**: Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista

**SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA**
**UNIDADE GESTORA DE PROJETO - UGP**
BAHIA GOVERNO DO ESTADO
TERRA - MÃE DO BRASIL

**AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 02/2015**
**SERVIÇOS DE CONSULTORIA PESSOA JURÍDICA**

País: Brasil - Estado: Bahia Projeto: Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Saúde na Região Metropolitana de Salvador – PROSUS BAHIA Contrato de Empréstimo: Nº 3262/ OC – BR ( BR-L 1389)

O Governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) convidam as empresas de consultoria, habilitadas em Avaliação de Impacto de Programa, a manifestarem interesse em prestar serviço para o PROSUS BAHIA. Maiores informações no endereço 4ª Avenida, nº 400, Plataforma 6, Lado B, 3º andar, sala 12- anexo justiça, CAB, Salvador – BA, CEP 41745-900, endereço eletrônico: www.saude.ba.gov.br por telefone: +55 (71)31159672 ou pelo e-mail: licitacao.prosus@saude.ba.gov.br, até às 17:00h do dia 20 de novembro de 2015. Comissão Especial de Licitação - Presidente em Exercício

**SESAB**

**RUMO LOGÍSTICA OPERADORA MULTIMODAL S.A.**
CNPJ/MF nº 71.550.388/0001-42 - NIRE 35.300.170.865 - Companhia Aberta - Categoria A
**EXTRATO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2015**

**1. Data, Hora e Local**: Em 24.04.2015, às 10:00 horas, excepcionalmente na filial da Companhia, situada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 2º andar, na cidade de São Paulo/SP. **2. Convocação**: Edital publicado no "D.O.E. - Caderno Empresarial", no "Diário do Litoral" e na "Folha de São Paulo", nos dias: 9, 10 e 11.04.2015. **3. Presenças**: Acionistas representando mais de 65% do capital social votante da Companhia, conforme se verifica das assinaturas no "Livro de Presença de Acionistas". Presente, ainda, Sr. Marcelo de Souza Scarcela Portela, membro do Conselho de Administração da Companhia. **4. Mesa**: Presidente: Marcelo de Souza Scarcela Portela; e Secretária: Fernanda Maria de Azevedo. **5. Deliberações**: Os acionistas presentes à Assembleia, com abstenção dos que assim se manifestaram e dos legalmente impedidos, tomaram as seguintes deliberações: **5.1.** Registrar o pedido de renúncia apresentado nesta data pelo Sr. Luiz Carlos Nannini ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, agradecendo os valiosos serviços prestados. **5.2.** Aprovar, por maioria, a eleição dos senhores abaixo, para os cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a encerrar-se em 31.12.2016: **(i) Riccardo Arduini**, RG/SSP/SP nº 3.812.723 e CPF nº 066.751.668-91, para ocupar o cargo de membro titular e independente do Conselho de Administração; **(ii) Wilson Ferro de Lara**, RG/SSP/PR nº 1.126.473-5 e CPF nº 184.955.169-34, para ocupar o cargo de membro titular e independente do Conselho de Administração; **(iii) Caio Marcelo de Medeiros Melo**, RG nº 1.077.497/SSP-DF e CPF nº 376.763.691-34, para ocupar o cargo de membro titular e independente do Conselho de Administração; **(iv) Délvio Joaquim Lopes de Brito**, RG/SSP/MG nº 1.291.572 e CPF n.º 494.037.376-20, para ocupar o cargo de membro titular e independente do Conselho de Administração; **(v) Nelson Rozental**, RG/IFP/RJ nº 02.874.687-3 e CPF n.º 346.167.137-15, para ocupar o cargo de membro titular e independente do Conselho de Administração; **(vi) Joilson Rodrigues Ferreira**, RG/SSP/SP nº 10.460.729 e CPF n.º 945.772.268-04, para ocupar o cargo de membro titular e independente do Conselho de Administração; **(vii) Denis Jungerman**, RG nº 10.314.256-3 SSP/SP e CPF nº 064.415.748-88, para ocupar o cargo de membro suplente do Conselho de Administração; **(viii) Tatiana Boavista Barros Heil**, documento de identidade nº 09.502.761-1, expedido pelo IFP/RJ e CPF nº 028.694.677-70, para ocupar o cargo de membro suplente do Conselho de Administração; e **(ix) Bruno Chamas Alves**, documento de identidade nº 43.666.850-6, expedido pelo SSP/SP e CPF nº 351.472.938-76, para ocupar o cargo de membro suplente do Conselho de Administração. **5.2.1** Consignar que a posse dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração ora eleitos fica condicionada *(a)* à assinatura do termo de posse, lavrado em livro próprio da Companhia; *(b)* à apresentação de declaração de desimpedimento, nos termos do artigo 147, § 4º da Lei 6.404/76 e da Instrução CVM 367/02; e *(c)* à subscrição do Termo de Anuência dos Administradores referido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. **5.2.2.** Em decorrência das deliberações acima, consignar que o Conselho de Administração da Companhia passa a ser composto pelos senhores a seguir mencionados, todos com mandato unificado até a A.G.O. que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a encerrar-se em 31.12.2016: *(i)* Rubens Ometto Silveira Mello, como Presidente do Conselho de Administração; *(ii)* Marcos Marinho Lutz, como Vice Presidente do Conselho de Administração; *(iii)* Marcelo de Souza Scarcela Portela, como membro titular; *(iv)* Hélio França Filho; como membro titular, e seu suplente Bruno Chamas Alves; *(v)* Abel Gregorei Halpern, como membro titular, e seu suplente Denis Jungerman; *(vi)* Marcelo Eduardo Martins, como membro titular; *(vii)* Burkhard Otto Cordes, como membro titular; *(viii)* Guilherme Rehder Quintella, como membro titular; *(ix)* Nelson Roseira Gomes Neto, como membro titular; *(x)* Julio Fontana Neto, como membro titular; *(xi)* Mailson Ferreira da Nóbrega, como membro titular e independente; *(xii)* Riccardo Arduini, como membro titular e independente; *(xiii)* Wilson Ferro de Lara, como membro titular e independente; *(xiv)* Caio Marcelo de Medeiros Melo, como membro titular e independente, e sua suplente Tatiana Boavista Barros Heil; *(xv)* Délvio Joaquim Lopes de Brito, como membro titular e independente; *(xvi)* Nelson Rozental, como membro titular e independente; e *(xvii)* Joilson Rodrigues Ferreira, como membro titular e independente. **5.3.** Aprovar, por maioria, o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, nos termos do Anexo I desta ata. **5.4.** Instalar o Conselho Fiscal da Companhia, em decorrência de pedido formulado por acionista representando mais de 1% do capital social da Companhia, nos termos do artigo 161, §2º, da Lei 6.404 de 1976. **5.5.** Aprovar, por unanimidade (ressalvadas as abstenções apresentadas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ, pelo BNDES Participacões S.A. - Bndespar e pelos acionistas representados pela Sra. Talita Car Vidotto), nos termos do artigo 161, §3º, da Lei 6.404 de 1976, a eleição dos senhores indicados abaixo, para o cargo de membros do Conselho Fiscal da Companhia, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a encerrar-se em 31.12.2015: **(i) Luiz Carlos Nannini**, CPF nº 038.563.538-95 e RG nº 9.221.586-5 SSP/SP, como membro titular e Presidente do Conselho Fiscal; **(ii) Paulo Henrique Wanick Mattos**, CPF nº 885.347.907-87 e RG nº 645.499 SSP/ES, como membro titular do Conselho Fiscal; e **(iii) Felipe Bertoncello Carvalhedo**, CPF nº 221.886.718-48 e RG nº 28.441.386-0 SSP/SP, como membro titular do Conselho Fiscal. **5.5.1.** Consignar que a posse dos membros do Conselho Fiscal ora eleitos fica condicionada ***(a)*** à assinatura do termo de posse, lavrado em livro próprio da Companhia; ***(b)*** à assinatura da declaração de desimpedimento nos termos da legislação vigente; e ***(c)*** à subscrição do Termo de Anuência dos membros do Conselho Fiscal referido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. **6. Documentos e Manifestações**: As declarações de voto e dissidências apresentados no decorrer desta Assembleia foram numeradas, autenticados pela mesa e arquivados na sede da Companhia. **7. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, lida, conferida e achada conforme, foi assinada pelos membros da Mesa e pelos acionistas representando o *quorum* necessário para as deliberações tomadas. *Sr. Marcelo de Souza Scarcela Portela, como Presidente e membro do Conselho de Administração; e Sra. Fernanda Maria de Azevedo, como secretária. Acionistas presentes: 1 COSAN LOGÍSTICA S.A.* - **Ordem 1 - p.p Fernanda Maria de Azevedo.** *2 M & G INVESTMENT MANAGEMENT LTD; 3 CURIAN/ASHMORE EMERGING MARKET SAMLL CAP EQUITY FUND; 4 FSS TRUSTEE CORPORATION; 5 GOVERNMENT PENSION FUND; 6 BUREAU OF LABOR FUNDS - LABOR PENSION FUND; 7 PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO; 8 THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS T. FOR MTBJ400045833; 9 THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS T. FOR MTBJ400045836; 10 VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F; 11 WINDSTREAM MASTER TRUST; 12 ADVANCED SERIES TRUST - AST GOLDMAN SACHS MULTI-ASSET PORTFO; 13 ADVANCED SERIES TRUST - AST PARAMETRIC EME PORTFOLIO; 14 ALPINE DYNAMIC DIVIDEND FUND; 15 ALPINE GLOBAL DYNAMIC DIVIDEND FUND; 16 ALPINE TOTAL DYNAMIC DIVIDEND FUND; 17 AMG TRILOGY EMERGING MARKETS EQUITY FUND; 18 ARIZONA PSPRS TRUST; 19 ASCENSION HEALTH MASTER PENSION TRUST; 20 BP PENSION FUND; 21 CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC; 22 CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM; 23 CENTRAL STATES SOUTHEAST SOUTHWEST A PE FD; 24 CHURCH OF ENGLAND INVESTMENT FUND FOR PENSIONS; 25 CITY OF NEW YORK GROUP TRUST; 26 COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND; 27 COLORADO PUBLIC EMPLOYEES RET. ASSOCIATION; 28 COMMONWEALTH OF PENNSYLVANIA STATE E R SYSTEM; 29 DELAWARE GROUP FOUNDATION FUNDS - DA ALLOCATION PORTFOLIO; 30 DELAWARE GROUP FOUNDATION FUNDS - DELAWARE CA PORTFOLIO; 31 DELAWARE GROUP FOUNDATION FUNDS - DELAWARE MA PORTFOLIO; 32 DELAWARE GROUP GLOBAL & INT. FUNDS-DELAWARE EMERG MARKETS FD; 33 DELAWARE VIP TRUST - DELAWARE VIP EMERGING MARKTS SERIES; 34 DIVERSIFIED REAL ASSET CIT; 35 EATON VANCE COLLECTIVE INVESTMENT TFE BEN PLANS EM MQ EQU FD; 36 EATON VANCE CORP.; 37 EATON VANCE TR CO CO TR FD - PA STR EM MKTS EQ COM TR FD; 38 EMERGING MARK SMALL CAPITALIZAT EQUITY INDEX NON-LENDA FD B; 39 EMERGING MARKETS EQUITY FUND; 40 EMERGING MARKETS EQUITY OPPORTUNITIES FUND; 41 EMERGING MARKETS SMALL CAPIT EQUITY INDEX NON-LENDABLE FUND; 42 EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND; 43 EMPLOYEES RET SYSTEM OF THE STATE OF HAWAII; 44 ENHANCED RAFI EMERGING MARKETS LP; 45 EXCEL LATIN AMERICA FUND; 46 FIDELITY RUTLAND SQUARE TRUST II: STRATEGIC A E M FUND; 47 FLORIDA RETIREMENT SYSTEM TRUST FUND; 48 FUTURE FUND BOARD OF GUARDIANS; 49 GMAM INVESTMENT FUNDS TRUST; 50 GMI INVESTMENT TRUST; 51 GOLDMAN SACHS PROFIT SHARING MASTER TRUST; 52 GUIDESTONE FUNDS EMERGING MARKETS EQUITY FUND; 53 HALLIBURTON CO EMPLOYEE BENEFIT MASTER TRUST; 54 HAND COMPOSITE EMPLOYEE BENEFIT TRUST; 55 IBM 401 (K) PLUS PLAN; 56 IOWA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM; 57 ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY; 58 ISHARES MSCI BRAZIL SMALL CAP ETF; 59 ISHARES MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF; 60 ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY; 61 JANUS ASPEN SERIES OVERSEAS PORTFOLIO; 62 JANUS OVERSEAS FUND; 63 JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD. RE: STB DAIWA BRAZIL INFRA; 64 JAPAN TRUSTEE SERVICES BK, LTD. RE: RTB NIKKO BEA MOTHER FD; 65 JOHN DEERE PENSION TRUST; 66 LINCOLN VARIABLE INSURANCE PRODUCTS TRUST - LVIP DFAAF; 67 LINCOLN VARIABLE INSURANCE PRODUCTS TRUST - LVIP DFCAF; 68 LINCOLN VARIABLE INSURANCE PRODUCTS TRUST - LVIP DFMAF; 69 LVIP BLACKROCK EMERGING MARKETS RPM FUND; 70 MBC INVESTMENTS CORPORATION; 71 MELLON BANK N.A EB COLLECTIVE INVESTMENT FUND PLAN; 72 MGI FUNDS PLC; 73 MINISTRY OF STRATEGY AND FINANCE; 74 NORGES BANK; 75 ONTARIO POWER GENERATION INC PENSION PLAN; 76 PRINCIPAL FUNDS, INC - DIVERSIFIED REAL ASSET FUND; 77 PS INTL LATAM LLC; 78 PS LATIN AMERICA LLC; 79 PUBLIC EMPLOYEE RETIREMENT SYSTEM OF IDAHO; 80 ROGERSCASEY TARGET SOLUTIONS, LLC; 81 SAN DIEGO GAS & ELEC CO NUC FAC DEC TR QUAL; 82 SCHOOL EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO; 83 STATE OF OREGON; 84 TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS; 85 THE CALIFORNIA ENDOWMENT; 86 THE GENESIS EMERG.MARKETS INVEST. CO SICAV; 87 THE MASTER T B J, LTD AS T OF DAIWA BRAZIL STOCK OPEN-RIO WI; 88 THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. TRUSTEE MUTB400038099; 89 THE MONETARY AUTHORITY OF SINGAPORE; 90 THE NOMURA TRUST AND BANKING CO., LTD. RE: DWS WAM FUND; 91 THE STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF OHIO; 92 TRILOGY INVESTMENT FUNDS PLC; 93 TYCO ELECTRONICS DEFINED BENEFIT PLNS MASTER TST; 94 UAW RETIREE MEDICAL BENEFITS TRUST; 95 UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS; 96 VANGUARD EMERGING MARKETS SELECT STOCK FUND; 97 VANGUARD TOTAL WSI FD, A SOV INTERNATIONAL EQUITY INDEX FDS; 98 VIRGINIA RETIREMENT SYSTEM; 99 VOYA MULTI-MANAGER EMERGING MARKETS EQUITY FUND; 100 WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD; 101 WELLS FARGO (LUX) WORLDWIDE FUND; 102 WELLS FARGO ADVANT EMERGING MARKETS EQUITY FUND; 103 WELLS FARGO ADVANTAGE EMERGING MARKETS EQUITY SELECT FUND; 104 WELLS FARGO EMERGING MARKETS EQUITY FUND; 105 WELLS FARGO EMERGING MARKETS LARGE/MID CAP FUND; 106 WISDOMTREE EMERGING MARKETS EX-STATE-OWNED ENTERPRISES FUND; 107 WSIB INVESTMENTS PUBLIC EQUITIES POOLED FUND TRUST* - **Ordem 02 à 107 - p.p. Anderson Carlos Koch.** *108 RENATO OPICE SOBRINHO; 109 PAVA FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES* - **Ordem 108 e 109 - Renato Opice Sobrinho.** *110 BARTHE HOLDINGS LLC; 111 BEWETT INTERNACIONAL LLC; 112 GC FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES; 113 CONSTELLATION FEEDER II INST FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES; 114 TYLER FINANCE LLC; 115 CONSTELLATION MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES* - **Ordem 110 à 115 - p.p. Marcos Matsutani.** *116 TPG VI FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES* - **Ordem 116 - p.p. Flavia Maria Anagnostopoulos.** *117 GIF RUMO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES* - **Ordem 117 - p.p. Bruno Chamas Alves.** *118 RICCARDO ARDUINI; 119 JULIA DORA ANTONIA KORANYI ARDUINI; 120 BEATRIZ PRIMON DE ORNELES CEREZA; 121 FUNDAÇÃO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS - FUNCEF; 122 FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL-PETROS; 123 FIA ALVORADA* - **Ordem 118 a 123 - p.p. Beatriz Primon de Orneles Cereza.** *124 BNDES PARTICIPAÇÕES S/A BNDESPAR* - **Ordem 124 - p.p. Renata Maria Martins Machado.** *127 CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOSDO BANCO DO BRASIL* - **Ordem 127 - p.p. Felipe de Abreu Caceres.** Declaro que a presente é cópia fiel da ata original, lavrada em livro próprio. FERNANDA MARIA DE AZEVEDO - Secretária da Mesa. JUCESP nº 360.805/15-2, em 13.08.2015. a) Flávia Regina Britto - Secretária Geral.

29.08.2015 — Convite para as Audiências Públicas de Apresentação da Minuta do Projeto de Lei para a Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí nos dias 8,14 e 21 de setembro de 2015
Diário Oficial da cidade de São Paulo, pag 89



**2013-0.186.369-2 CONSORCIO MONOTRILHO PATIO**
COMUNIQUE-SE 315/DEPAVE/DPAA/2015 - RUA AUGUSTA 1.626. O INTERESSADO DEVERÁ NO PRAZO DE 30 DIAS APRESENTAR RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DO PLANTIO DE UMA MUDA PADRÃO DEPAVE EM CUMPRIMENTO AO DESPACHO AUTORIZATÓRIO PUBLICADO EM 01/10/2014. DÚVIDAS ENTRAR EM CONTATO COM O ENG AGR. SÉRGIO PELO TELEFONE 5187-0216.
**2013-0.259.242-0 JARDINS DE ORLEANS INCORPORADORA SPE LTDA**
COMUNIQUE-SE. 400/DEPAVE-DPAA/2015 - RUA MARIANO PROCÓPIO, 201, IPIRANGA. O INTERESSADO DEVERÁ REMOVER OS 03 EXEMPLARES MORTOS (N S 24, 25, 26) E PLANTAR NO LOCAL 03 MUDAS DAP= 7CM. ALÉM DISSO, DEVERÁ ENTREGAR 09 MUDAS DAP= 3CM DE ESPÉCIES NATIVAS AO VIVEIRO MANEQUINHO LOPES. CUMPRIDAS ESSAS DETERMINAÇÕES DEVERÁ ENTREGAR OS COMPROVANTES DE ATENDIMENTO, TAIS COMO O RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DE PLANTIO E O COMPROVANTE DE ENTREGA DE MUDAS, AO DEPAVE/DPAA. DÚVIDAS ENTRAR EM CONTATO COM ENG . AGR . ARGENTINA CARLA NO TEL. 5187-0212.
**2014-0.273.713-7 MARI CRISTINA OMETTO PAVAN**
COMUNIQUE-SE 398/DEPAVE/DPAA/2015 - RUA PEDRINHAS, LOTE 32 QD 12 - VILA SÔNIA, SÃO PAULO - SP, O INTERESSADO DEVERÁ, PROTOCOLAR NO PROTOCOLO DA SVMA, R. DO PARAÍSO, 387 - TÉRREO, ENDEREÇADO AO DEPAVE / DPAA NO PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS A PARTIR DESTA PUBLICAÇÃO, ATENDIMENTO AO RELATÓRIO DE VISTORIA. 04 VIAS DA PLANTA DE PCA COM AS ALTERAÇÕES. DÚVIDAS ENTRAR EM CONTATO COM O ENG . FTAL. THAÍS ATRAVÉS DO TELEFONE 5187-0213.
**2015-0.002.387-2 SECRET. MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SMDU**
COMUNIQUE-SE 407/DEPAVE / DPAA / 2015 - RUA MONTE SERRAT, 230 - O INTERESSADO DEVERÁ, NO PRAZO DE 60 DIAS, SOB PENA DE INDEFERIMENTO, ATENDER ÀS OBSERVAÇÕES DA NOTA TÉCNICA. DÚVIDAS ENTRAR EM CONTATO COM ENG. FLORESTAL MICAEL NO TEL 5187-0216
**2015-0.190.602-6 SUBPREFEITURA CAMPO LIMPO**
COMUNIQUE-SE 399/DEPAVE/DPAA / 2015 - RUA ALGEMESI - O INTERESSADO DEVERÁ, NO PRAZO DE 60 DIAS, SOB PENA DE INDEFERIMENTO, ATENDER ÀS OBSERVAÇÕES DO RELATÓRIO TÉCNICO DE VISTORIA. DÚVIDAS ENTRAR EM CONTATO COM ENG. FLORESTAL MICAEL NO TEL 5187-0216
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL**
ENDERECO: RUA DO PARAISO, 387
**2013-0.182.344-5 JOSE ANTONIO FAIFER**
GRUPO TECNICO DE RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS - DECONT-12. COMUNIQUE-SE:433/DECONT-12/2015-PA-2013-0.182.344-5-FICA O SR.JOSE ANTONIO FAIFER.CPF:954.272.798-49.RUA PAES LANDIM, 355-ITAQUERA-CEP:08290-280-SAO PAULO/SP,E/OU SEU REPRESENTANTE LEGAL,CONVOCADO A ATENDER O COMUNIQUE-SE N-356/DECONT-12/2015,NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, SOB PENA DE INDEFERIMENTO.PROTOCOLIZAR OS DOCUMENTOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE-RUA DO PARAISO,387-TERREO.EM CASO DE DUVIDAS,ENTRAR EM CONTATO COM IEDA, AS 5 S FEIRAS,DAS 9H AS 12H E DAS 13H AS 16 H, NO TELEFONE 5187-0291.
**2014-0.031.472-7 ANTONIO HENRIQUE POTIENS**
GRUPO TECNICO DE RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS - DECONT-12. COMUNIQUE-SE:434/DECONT-12/2015-PA-2014-0.031.472-7-FICA O INTERESSADO ANTONIO HENRIQUE POTIENS.CPF:412.742.968-20.R. SAO JOSE' DO BARREIRO,393-MOOCA- CEP:03179-050-SAO PAULO/SP, E/OU SEU REPRESENTANTE LEGAL,CONVOCADO A ATENDER O COMUNIQUE-SE N-035/DECONT-12/2015,NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, SOB PENA DE INDEFERIMENTO.PROTOCOLIZAR OS DOCUMENTOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE-RUA DO PARAISO, 387-TERREO.EM CASO DE DUVIDAS, ENTRAR EM CONTATO COM IEDA, AS 5 S FEIRAS,DAS 9H AS 12H E DAS 13H AS 16 H, NO TELEFONE 5187-0291.

## INFRA-ESTRUTURA URBANA E OBRAS

### GABINETE DO SECRETÁRIO

**COMISSÃO DE ENTENDIMENTOS COM CONCESSIONÁRIAS - CEC**
De acordo com o Capítulo IV, Artigo 18, Parágrafo 20 do Regimento Interno, ficam os senhores Representantes convocados para a Reunião Plenária da CEC, que se realizará conforme programa abaixo:
**DATA 01-9-2015**
**HORÁRIO: 15:00H**
LOCAL: - AUDITORIO DA SIURB
EDIFICIO MENDES CALDEIRA
PRAÇA DA REPÚBLICA, 154- TÉRREO
METRO REPÚBLICA
SÃO PAULO -CAPITAL
**PROGRAMAÇÃO**
PAINEL: - APRESENTAÇÃO DA NORMA NBR 16 416
PAVIMENTOS IMPERMEAVEIS DE CONCRETO
REQUISITOS E PROCEDIMENTOS
CLAUDIO OLIVEIRA - ABCP
Engº. MARCOS A.S. ROMANO
COORDENADOR - CEC

**2015-0.183.093-3**
Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras - SIURB - Abertura de Licitação – RDC por preço unitário
Contratação de projeto executivo e execução das obras de prolongamento da Av. Carlos Caldeira Filho e Canalização do Córrego Água dos Brancos
DESPACHO: Em face dos elementos constantes do presente processo, especialmente da manifestação da Assessoria Contábil desta Pasta às fls. e da manifestação da ATAJ às fls. retro AUTORIZO a abertura da licitação, sob o Regime Diferenciado de Contratação – RDC por preço unitário, previsto na Lei nº 12.462/11, tendo por escopo a contratação de projeto executivo e execução das obras de prolongamento da Av. Carlos Caldeira Filho e Canalização do Córrego Água dos Brancos, no valor estimado de R$ 6.485.347,00 (seis milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e sete reais), consoante reserva de recursos contidas no presente às fls. 2756. Outrossim, APROVO os preços relacionados às fls. 2569/2672.

**COMUNICADO**
**RDC PRESENCIAL Nº 006/15/SIURB**
**PROCESSO Nº 2015-0.113.934-3**
OBJETO: ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO, CONTEMPLANDO TODOS OS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, PARA CONTROLE DE CHEIAS DO CÓRREGO FREITAS, CONFORME DETALHADO NO PROJETO BÁSICO QUE INTEGRA O EDITAL E EXECUÇÃO DAS OBRAS.
A Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL comunica aos interessados na licitação em epigrafe que, por determinação do Egrégio Tribunal de Contas do Município de São Paulo, fica adiada "sine die" a sessão de entrega e abertura dos envelopes de proposta.
Dulce Eugênia De Oliveira
Comissão Permanente de Licitação – CPL-INFRA

## COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRAFEGO

### GABINETE DO PRESIDENTE

### DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

**EXPEDIENTE 0863/13**
**Formalização do 1º Termo Aditivo ao Contrato CET PTF Nº 003/13.**
**CONTRATANTE: TIISA - INFRAESTRUTURA E INVESTIMENTO S.A**
**CNPJ nº 10.579.577/0001-53**
**CONTRATADA: COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET**
OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados na área de engenharia de tráfego para viabilizar o desenvolvimento dos projetos de desvio de tráfego - PDDT'S, referente às obras da Linha 15 Prata da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Contrato nº 4161221302, para execução das obras civis das Estações Jardim Planalto, Estação Sapopemba, Estação Fazenda da Juta e Estação São Mateus, para prorrogar o prazo de vigência por 19 (dezenove) meses, passando o prazo total para 39 (trinta e nove) meses, contados da data de assinatura do contrato. Formalizado em 24/06/2015.

## COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO

### GABINETE DO PRESIDENTE

### COHAB - CONTABILIDADE

À vista das informações constantes no **PA nº 2015-0.221.932-4** e em especial as manifestações de fl. 02 e 37, que acolho, **AUTORIZO**, em conformidade com a Portaria 022/14, o empenho a favor do funcionário Marcelo Tadeu Leite - R.E: 5941-2 - CPF nº 103.878.328-31, para pagamento referente ao curso de Perito Contábil em realização aos sábados no SENAC-Campinas no período de 08/08 a 17/10/15 e transporte rodoviário, com fundamentação legal nas Leis Federais 8.666/93, 4.320/64 e suas alterações, na Norma GRHUM Portaria 0003/2015, no Decreto nº 55.839/15 e na Legislação Municipal vigente. Em decorrência, emitam-se notas de empenho nos valores de R$ 1.449,00 (um mil, quatrocentos e quarenta e nove reais) e R$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais) , que deverá onerar respectivamente as dotações 83.10.16.122.3024.2100.33.90.39.00.09 e 83.10.16.122.3024.2100.33.90.33.00.00.
À vista das informações constantes no **PA nº 2015-0.218.843-7** e em especial as manifestações de fl. 4, que acolho, **AUTORIZO**, em conformidade com a Portaria 022/14, publicada no Diário Oficial em 13/08/2014, o empenho e liquidação a favor do Sr. Edmundo Ferreira Fontes – CPF nº 601.116.744-68, para pagamento de reembolso referente a despesas com viagem e hospedagem do Assessor de Diretoria Edmundo Ferreira Fontes da COHAB/SP, que participou da reunião da Associação Brasileira de COHAB's, em Brasília/DF, no dia 20/08/15, com fundamento nas Leis Federais 8.666/93, 4.320/64 e suas alterações, no Decreto nº 55.839/15 e na Legislação Municipal vigente. Em decorrência, emita-se nota de empenho e liquidação no valor de R$ 509,85 (quinhentos e nove reais e oitenta e cinco centavos), que deverá onerar a dotação 83.10.16.122.3024.2.100.3.3.90.14.00.00.

## EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

### GABINETE DO PRESIDENTE

**EXTRATO DE APOSTILAMENTO**
AP Nº06.06/15-B
CO/TA-13.04/15
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10.026/12
CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A EMBRATEL (INCORPORADA POR CLARO S/A)
OBJETO: Apostila nº 06.06/15-B ao termo aditivo CO/TA-13.04/15 de prorrogação do prazo de vigência por um período de 12 meses ao contrato de prestação de serviços de telecomunicação para interligação de 01 unidade da Prodam (CABLE MODEM).

## SÃO PAULO URBANISMO

### GABINETE DO PRESIDENTE

**CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA**
A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e a São Paulo Urbanismo convidam para as Audiências Públicas de apresentação da Minuta do Projeto de Lei para a Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí. Na oportunidade, a proposta será apresentada, debatida e serão prestados esclarecimentos e colhidas contribuições. As audiências acontecerão nas seguintes datas:
08 de setembro de 2015 – 18 horas
CEU Meninos
Rua Barbinos, 111 – Sacomã
14 de setembro 2015 – 18 horas
Clube Atlético Juventus
Rua Comendador Roberto Ugolini, 152 – Mooca
21 de setembro de 2015 – 18 horas
Circulo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente – 18 horas
Rua José Zappi, 120 – Vila Prudente
A minuta participativa e todos os arquivos estão disponíveis no site http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/operacao-

**SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIMPROC COMUNIQUE-SE: EDITAL 2015-1-157**
**SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DAS OPERACOES URBANAS**
ENDERECO: RUA SAO BENTO, 405 - 15 ANDAR
**2015-0.192.361-3 AIROSA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**
PARA PROSSEGUIRMOS A ANÁLISE DE VOSSA SOLICITAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NA OPERAÇÃO URBANA CENTRO, SOLICITAMOS APRESENTAR, DE ACORDO COM OS ITENS "II" E "II.3" , DA NORMA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS: RELATIVO AO IMÓVEL CEDENTE: - APRESENTAR REQUERIMENTO PADRONIZADO AO EXMO. SR. PREFEITO ASSINADO PELO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL OU SEU REPRESENTANTE LEGAL, DEVIDAMENTE IDENTIFICADO POR PROCURAÇÃO, SOLICITANDO A TRANSFERÊNCIA DO POTENCIAL ADICIONAL DE CONSTRUÇÃO AO IMÓVEL CESSIONÁRIO; 2. APRESENTAR DECLARAÇÃO DE POTENCIAL CONSTRUTIVO DO IMÓVEL TOMBADO CLASSIFICADO COMO ZEPEC-BIR EMITIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SMDU; 3. CÓPIA DA NOTIFICAÇÃO DO IPTU D(S) IMÓVEL(IS) CLASSIFICADOS COMO ZEPEC-BIR(CEDENTE); 4. MATRÍCULA ATUALIZADA, MENOS DE 30 DIAS; 5. 01 JOGO DE PEÇAS GRÁFICAS DO PROJETO DE RESTAURO, COMPOSTO DE PLANTAS, CORTES E FACHADAS DA EDIFICAÇÃO EXISTENTE, CONTENDO TABELA DE ÁREAS CONSTRUÍDAS - COMPUTÁVEIS, NÃO COMPUTÁVEIS E TOTAIS - DEVIDAMENTE APROVADAS PELO ÓRGÃO RESPONSÁVEL JUNTO AO PATRIMÔMIO HISTÓRICO MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL SE FOR O CASO; 6. DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE REGULARIDADE DA EDIFICAÇÃO, CONSIDERADOS, PARA TANTO, QUALQUER DOS SEGUINTES DOCUMENTOS: A) "HABITE-SE"; B)AUTO DE VISTORIA; C) AUTO DE CONCLUSÃO; D) ALVARÁ DE CONSERVAÇÃO, ONDE CONSTE EXPRESSAMENTE O USO; E) AUTO DE REGULARIZAÇÃO; 7.QUADRO RESUMO DA EDIFICAÇÃO, CONFORME MODELO PADRONIZADO, PREENCHIDO NO QUE COUBER, INDICANDO O ENQUADRAMENTO DO IMÓVEL QUANTO À SUA PRESERVAÇÃO OU TOMBAMENTO; 8. CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL, POR MEIO DE LAUDO TÉCNICO TÉCNICO, APROVADO PELO ÓRGÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO; 9. ORÇAMENTO DAS OBRAS DE RESTAURO / CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS OBRAS; RELATIVOS AO IMÓVEL CESSIONÁRIO: 1. REAPRESENTAR REQUERIMENTO PADRÃO, DEVIDAMENTE ASSINADO PELO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL, OU PROCURADOR CONSTITUÍDO, E COM FIRMA RECONHECIDA; 2. REAPRESENTAR QUADRO RESUMO DOS BENEFÍCIOS PLEITEADOS, DEVIDAMENTE ASSINADO PELO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL OU PROCURADOR CONSTITUÍDO, E COM FIRMA RECONHECIDA;
**2015-0.192.364-8 VISTA VILA SONIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS - EI**
PARA PROSSEGUIRMOS A ANÁLISE DE VOSSA SOLICITAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NA OPERAÇÃO URBANA CENTRO, SOLICITAMOS APRESENTAR, DE ACORDO COM OS ITENS "II" E "II.3" , DA NORMA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS: RELATIVO AO IMÓVEL CEDENTE: - APRESENTAR REQUERIMENTO PADRONIZADO AO EXMO. SR. PREFEITO ASSINADO PELO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL OU SEU REPRESENTANTE LEGAL, DEVIDAMENTE IDENTIFICADO POR PROCURAÇÃO, SOLICITANDO A TRANSFERÊNCIA DO POTENCIAL ADICIONAL DE CONSTRUÇÃO AO IMÓVEL CESSIONÁRIO; 2. APRESENTAR DECLARAÇÃO DE POTENCIAL CONSTRUTIVO DO IMÓVEL TOMBADO CLASSIFICADO COMO ZEPEC-BIR EMITIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SMDU; 3. CÓPIA DA NOTIFICAÇÃO DO IPTU D(S) IMÓVEL(IS) CLASSIFICADOS COMO ZEPEC-BIR(CEDENTE); 4. MATRÍCULA ATUALIZADA, MENOS DE 30 DIAS; 5. 01 JOGO DE PEÇAS GRÁFICAS DO PROJETO DE RESTAURO, COMPOSTO DE PLANTAS, CORTES E FACHADAS DA EDIFICAÇÃO EXISTENTE, CONTENDO TABELA DE ÁREAS CONSTRUÍDAS - COMPUTÁVEIS, NÃO COMPUTÁVEIS E TOTAIS - DEVIDAMENTE APROVADAS PELO ÓRGÃO RESPONSÁVEL JUNTO AO PATRIMÔMIO HISTÓRICO MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL SE FOR O CASO; 6. DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE REGULARIDADE DA EDIFICAÇÃO, CONSIDERADOS, PARA TANTO, QUALQUER DOS SEGUINTES DOCUMENTOS: A) "HABITE-SE"; B)AUTO DE VISTORIA; C) AUTO DE CONCLUSÃO; D) ALVARÁ DE CONSERVAÇÃO, ONDE CONSTE EXPRESSAMENTE O USO; E) AUTO DE REGULARIZAÇÃO; 7.QUADRO RESUMO DA EDIFICAÇÃO, CONFORME MODELO PADRONIZADO, PREENCHIDO NO QUE COUBER, INDICANDO O ENQUADRAMENTO DO IMÓVEL QUANTO À SUA PRESERVAÇÃO OU TOMBAMENTO; 8. CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL, POR MEIO DE LAUDO TÉCNICO TÉCNICO, APROVADO PELO ÓRGÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO; 9. ORÇAMENTO DAS OBRAS DE RESTAURO / CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS OBRAS; RELATIVOS AO IMÓVEL CESSIONÁRIO: 1. REAPRESENTAR REQUERIMENTO PADRÃO, DEVIDAMENTE ASSINADO PELO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL, OU PROCURADOR CONSTITUÍDO, E COM FIRMA RECONHECIDA; 2. REAPRESENTAR QUADRO RESUMO DOS BENEFÍCIOS PLEITEADOS, DEVIDAMENTE ASSINADO PELO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL OU PROCURADOR CONSTITUÍDO, E COM FIRMA RECONHECIDA;
**2015-0.192.371-0 SICILIANO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**
PARA PROSSEGUIRMOS A ANÁLISE DE VOSSA SOLICITAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NA OPERAÇÃO URBANA CENTRO, SOLICITAMOS APRESENTAR, DE ACORDO COM OS ITENS "II" E "II.3" , DA NORMA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS: RELATIVO AO IMÓVEL CEDENTE: - APRESENTAR REQUERIMENTO PADRONIZADO AO EXMO. SR. PREFEITO ASSINADO PELO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL OU SEU REPRESENTANTE LEGAL, DEVIDAMENTE IDENTIFICADO POR PROCURAÇÃO, SOLICITANDO A TRANSFERÊNCIA DO POTENCIAL ADICIONAL DE CONSTRUÇÃO AO IMÓVEL CESSIONÁRIO; 2. APRESENTAR DECLARAÇÃO DE POTENCIAL CONSTRUTIVO DO IMÓVEL TOMBADO CLASSIFICADO COMO ZEPEC-BIR EMITIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SMDU; 3. CÓPIA DA NOTIFICAÇÃO DO IPTU D(S) IMÓVEL(IS) CLASSIFICADOS COMO ZEPEC-BIR(CEDENTE); 4. MATRÍCULA ATUALIZADA, MENOS DE 30 DIAS; 5. 01 JOGO DE PEÇAS GRÁFICAS DO PROJETO DE RESTAURO, COMPOSTO DE PLANTAS, CORTES E FACHADAS DA EDIFICAÇÃO EXISTENTE, CONTENDO TABELA DE ÁREAS CONSTRUÍDAS - COMPUTÁVEIS, NÃO COMPUTÁVEIS E TOTAIS - DEVIDAMENTE APROVADAS PELO ÓRGÃO RESPONSÁVEL JUNTO AO PATRIMÔMIO HISTÓRICO MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL SE FOR O CASO; 6. DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE REGULARIDADE DA EDIFICAÇÃO, CONSIDERADOS, PARA TANTO, QUALQUER DOS SEGUINTES DOCUMENTOS: A) "HABITE-SE"; B)AUTO DE VISTORIA; C) AUTO DE CONCLUSÃO; D) ALVARÁ DE CONSERVAÇÃO, ONDE CONSTE EXPRESSAMENTE O USO; E) AUTO DE REGULARIZAÇÃO; 7.QUADRO RESUMO DA EDIFICAÇÃO, CONFORME MODELO PADRONIZADO, PREENCHIDO NO QUE COUBER, INDICANDO O ENQUADRAMENTO DO IMÓVEL QUANTO À SUA PRESERVAÇÃO OU TOMBAMENTO; 8. CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL, POR MEIO DE LAUDO TÉCNICO TÉCNICO, APROVADO PELO ÓRGÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO; 9. ORÇAMENTO DAS OBRAS DE RESTAURO / CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS OBRAS; RELATIVOS AO IMÓVEL CESSIONÁRIO: 1. REAPRESENTAR REQUERIMENTO PADRÃO, DEVIDAMENTE ASSINADO PELO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL, OU PROCURADOR CONSTITUÍDO, E COM FIRMA RECONHECIDA; 2. REAPRESENTAR QUADRO RESUMO DOS BENEFÍCIOS PLEITEADOS, DEVIDAMENTE ASSINADO PELO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL OU PROCURADOR CONSTITUÍDO, E COM FIRMA RECONHECIDA;

## SÃO PAULO TURISMO

### GABINETE DO PRESIDENTE

**DESPACHO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO DOS PROJETOS DO NATAL ILUMINADO 2015, INSTITUÍDA PELO ATO DPR 010/2015:**
"Tendo em vista o item 2.6 do Comunicado de Parceria, Promoção, Organização e Realização dos Festejos de Natal da Cidade de São Paulo -2015, publicado em 16 de junho de 2015, pg. 51 do Diário Oficial da Cidade de São Paulo, fica prorrogado o prazo, por 30 dias corridos, contados a partir de 01 de setembro de 2015, para apresentação do Projeto Definitivo e Comprovação de Patrocínio, para aquelas propostas cuja aprovação foi publicada em 01 de agosto de 2015, pg.117 do Diário Oficial da Cidade de São Paulo.
São Paulo, 27 agosto de 2015."

# LICITAÇÕES

## GOVERNO MUNICIPAL

### GABINETE DO SECRETÁRIO

**DESPACHOS DO SECRETÁRIO**
**2015-0.191.783-4** SGM/CAF/Aquisição de 02 (dois) esterilizantes de ar
1. À vista dos elementos contidos no presente, nos termos do inciso II do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e alterações c/c Lei Municipal 13.278/02, Decreto 44.279/03 e Decreto 54.102/2013, com os valores atualizados pela Portaria SF 31/2002 e a manifestação da Assessoria Jurídica, sob fls. 43/44 e cotação eletrônica nº 45/2015, AUTORIZO, observadas as formalidades legais e cautelas de estilo, a contratação direta da empresa: CLIFE COMERCIAL LTDA-EPP, para a aquisição de 02 (dois) esterilizadores de ar, conforme requisição encartada às fls. 03, com prazo para entrega fixado em até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da Nota de Empenho. 2.Emita-se Nota de Empenho a favor da empresa: CLIFE COMERCIAL LTDA-EPP, CNPJ nº 57.253.973/0001-50, no valor de R$ 454,00 (quatrocentos e cinquenta e quatro reais) onerando a dotação orçamentária nº 11.50.04.122.3024.2.100.4.4.90.52.00.00, para cobertura da despesa.
**2015-0.125.044-9** SGM/Coordenação de Administração e Finanças-Aquisição de materiais para instalações de telefonia, para atender as necessidades nas unidades SGM e Gabinete do Prefeito. 1. À vista dos elementos contidos no presente, nos termos do inciso II do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e alterações c/c Lei Municipal 13.278/02 e Decreto 44.279/03, com os valores atualizados pela Portaria SF 31/2002 e a manifestação da Assessoria Jurídica, sob fls. 61/63 e cotação eletrônica n.º 33/2015, AUTORIZO, observadas as formalidades legais e cautelas de estilo, a contratação direta da empresa: ML RODRIGUES COMERCIAL LTDA-ME, para a aquisição do Item 1 - 300 Conectores Telefônicos, tipo macho 6x4, modelo RJ 11, pelo valor total de R$ 45,60. Item 2 - 200 Conectores Telefônicos, modelo RJ 45, tipo Keystone Fêmea, pelo valor total de R$ 686,00. Item 4 - 300 Metros de Cordão Telefônico liso 04 vias preto, pelo valor total de R$ 164,10. Item 5 - 100 Peças de Cordão Telefônico tipo espiral KS para monofone KS, pelo valor total de R$ 499,00. Perfazendo-se um valor total de R$ 1.394,70 (um mil trezentos e noventa e quatro reais e setenta centavos), para atender as necessidades nas unidades SGM e Gabinete do Prefeito, conforme requisição encartada às fls. 05, com prazo para entrega fixado em até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da Nota de Empenho. 2. Emita-se Nota de Empenho a favor da empresa: ML RODRIGUES COMERCIAL LTDA-ME, CNPJ: 09.538.374/0001-30, no valor total de R$ 1.394,70 (um mil trezentos e noventa e quatro reais e setenta centavos), onerando a dotação orçamentária sob número 11.20.04.122.3024.2.100.3.3.90.30.00.00 , para cobertura da despesa.
**2014-0.299.405-9** SGM/CAF/Coordenação de Administração e Finanças-Cancelamento de Saldo de Nota de Empenho. DEXTER DISTRIBUIDORA DE FERRAMENTAS LTDA-ME. 1. À vista dos elementos contidos no processo, especialmente à informação de fls. 110, AUTORIZO, observadas as formalidades legais e cautelas de estilo, o cancelamento do saldo da Nota de Empenho nº. 21.819/2015 sob fls. 59, no valor de R$ 374,00 (Trezentos e setenta e quatro reais).

## SEGURANÇA URBANA

### GABINETE DO SECRETÁRIO

**2015-0.172.178-6** - Secretaria Municipal de Segurança Urbana - Aquisição de placas de aço escovado, para inauguração de unidades da Guarda Civil Metropolitana - I - À vista dos elementos contidos no presente, e nos termos do artigo 24, inciso II da Lei Federal 8.666/93 c/c Lei Municipal 13.278/02 e Decreto nº 44.279/03, consideradas suas alterações, **AUTORIZO**, observadas a Portaria nº 147/14 no seu artigo 2º, inciso XIV, alínea "b" e a manifestação da Assessoria Jurídica, a contratação direta da empresa **AG RELEVO COMÉRCIO DE PLACAS LTDA-ME, CNPJ nº 08-781.062/0001-90**, para confecção de 05 (cinco) placas de identificação em aço inox escovado para inauguração das unidades recém criadas pertencentes a Guarda Civil Metropolitana, pelo valor unitário de R$ 312,00 (trezentos e doze reais) perfazendo o valor total de R$ 1.560,00 (hum mil, quinhentos e sessenta reais) conforme RCSO nº 090/DML/2015 (fls.12/15); - II – Em consequência, **AUTORIZO** a emissão da respectiva Nota de Empenho, correspondente ao objeto referido no item anterior, em favor da empresa **AG RELEVO COMÉRCIO DE PLACAS LTDA-ME, CNPJ nº 08-781.062/0001-90**, onerando a dotação orçamentária nº. 38.10.06.181.3013.2.19 2.3.3.90.30.00, do orçamento vigente; - III – A referida Nota de Empenho valerá como contrato, observando-se as exigências contidas no artigo 10 do Decreto nº 54.768/2014 **(Anexo do Empenho)**, e deverá ser retirada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor total da contratação caso não seja retirada ou retirada com atraso sem justificativa aceita pela Administração, **atendendo-se, no tocante à documentação comprobatória da regularidade fiscal, o disposto no artigo 40, do Decreto Municipal n.º 44.279/03;**

## DESENVOLVIMENTO,TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

### GABINETE DO SECRETÁRIO

**EXTRATO**
**2014-0.155.761-5** – TERMO DE CONTRATO Nº 007/2015/SDTE.
Contratante: Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo – SDTE.
Contratada: LW COMERCIO E SERVIÇOS LUZINETE DA SILVA BARROS-ME
Objeto: Prestação de serviços de chaveiro e serviços correlatos com fornecimento de todo o material necessário conforme termo de referência.
Vigência: 12 (doze) meses a partir da assinatura.
Data da assinatura: 21 de agosto de 2015.
Valor global: R$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos e reais)
Dotação orçamentaria: 30.10.11.334.3019.8.090.3.3.90.39.00.00 e 30.10.11.122.3024.2.100.3.3.90.30.00.00
Signatários: Artur Henrique da Silva Santos, pela contratante; Luzinete da Silva Barros, pela contratada.

## DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

### GABINETE DO SECRETÁRIO

**DESPACHO DO PROCESSO Nº 2015-0.116.000-8**
LICITAÇÃO:Dispensada, nos termos do artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Municipal nº 13.278/2002, regulamentada pelo Decreto n.º 44.279, de 24 de Dezembro de 2003.

29.08.2015 - Convite para as Audiências Públicas de Apresentação da Minuta do Projeto de Lei para a Operação Urbana Consorciada Bairros Do Tamanduateí nos dias 8,14 e 21 de setembro de 2015

Folha de São Paulo – A16 – Poder



BRASIL EM CRISE

# Crise eleva endividamento dos Estados

## Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Alagoas encabeçam lista dos casos mais problemáticos

**Dificuldade é conciliar encargos da dívida com as despesas cotidianas, especialmente gastos com a folha de pessoal**

ISABEL VERSIANI
GUSTAVO PATU
DE BRASÍLIA

Com inadimplência anunciada, o Rio Grande do Sul é o caso mais grave, mas não o único, de Estado cujo endividamento se agravou com a recessão econômica.

Devido ao impacto da crise na arrecadação tributária, outras dívidas estaduais ficaram mais próximas do teto legal de 200% da receita anual, superado desde a década passada pelo governo gaúcho.

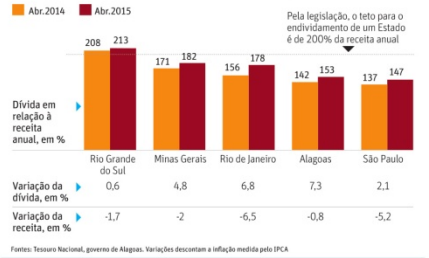
Na lista dos Estados com a pior relação de endividamento estão ainda Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo — que historicamente tiveram mais acesso a crédito — e Alagoas, cujas finanças ainda sentem o baque de acordos fechados pelo governo com usineiros nos anos 1980.

De acordo com os números fechados no primeiro quadrimestre, a dívida mineira chegou a 182% da receita, contra 171% no período correspondente de 2014. No Rio, a alta foi de 156% para 178%.

As dívidas alagoana (153%) e paulista (147%) estão em patamares menos desconfortáveis, mas também cresceram do ano passado para cá.

Quando o teto legal é atingido, o Estado fica proibido de tomar novos empréstimos, o que significa menos recursos para investimentos. As dificuldades atuais, porém, são mais prosaicas: conciliar os encargos da dívida com as despesas cotidianas, especialmente com pessoal.

**ESTADOS NO VERMELHO**
Em meio à crise econômica, cresce o endividamento dos governos estaduais




Fontes: Tesouro Nacional, governo de Alagoas. Variações descontam a inflação medida pelo IPCA

**BLOQUEIO**

Há pouco mais de duas semanas, o governador José Ivo Sartori (PMDB-RS) anunciou a interrupção do pagamento da dívida com a União para quitar os salários dos servidores públicos que haviam sido parcelados, levando o Tesouro Nacional a bloquear a conta do Estado.

Em Minas Gerais, os investimentos despencaram no primeiro semestre — de R$ 1,7 bilhão, no ano passado, para menos de R$ 600 milhões neste ano. A Secretaria de Fazenda do Estado relata que está sendo promovida uma auditoria na folha de pagamentos para a redução dos gastos com os servidores.

O Rio de Janeiro, cujas contas anuais são deficitárias desde 2012, sofreu ainda o impacto da queda dos preços do petróleo e da retração das atividades da Petrobras em razão das investigações e denúncias de corrupção reveladas pela Operação Lava Jato.

A Fazenda fluminense afirma que foram realizados cortes na área de custeio, e reajustes salariais serão evitados até o ajuste do Orçamento.

O endividamento de Estados e municípios terá um refresco a partir do ano que vem, quando começa a vigorar uma nova regra de correção da dívida aprovada pelo Congresso e que é mais favorável aos devedores — portanto, uma demanda antiga dos Estados.

**NOVO INDEXADOR**

Com a nova lei, o indexador das dívidas passa a ser o IPCA, o índice oficial de inflação, mais 4% ao ano. Atualmente, os débitos são corrigidos pelo IGP-DI mais juros de 6% a 9%. O texto permite que as dívidas contraídas antes de 2013 sejam recalculadas, de maneira retroativa, o que tende a reduzir a relação entre endividamento e receitas.

O impacto, no entanto, varia de Estado para Estado. No caso de São Paulo, por exemplo, que paga um juro de 6%, a secretaria de Fazenda informa que os efeitos da nova lei só devem se fazer sentir a partir de 2027.

Já Minas espera uma redução de R$ 6,8 bilhões na dívida, reduzindo o patamar esperado em dezembro de 197% para 183% da receita.

PREFEITURA DE SÃO PAULO
SP-Urbanismo
SÃO PAULO URBANISMO

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e a São Paulo Urbanismo convidam para as Audiências Públicas de apresentação da Minuta do Projeto de Lei para a Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí.
Na oportunidade, a proposta será apresentada, debatida e serão prestados esclarecimentos e coletadas contribuições. As audiências acontecerão nas seguintes datas:

**08 de setembro de 2015 - 18 horas**
CEU Meninos - Rua Barbinos, 111 - Sacomã

**14 de setembro 2015 - 18 horas**
Clube Atlético Juventus - Rua Comendador Roberto Ugolini, 152 - Mooca

**21 de setembro 2015 - 18 horas**
Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente - 18 horas - Rua José Zappi, 120 - Vila Prudente

A minuta participativa e todos os arquivos estão disponíveis no site:
http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/operacao-urbana-consorciada-bairros-do-tamanduatei-ouctbt

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO: PEÇAS DE COMUNICAÇÃO E PUBLICAÇÕES

08.08.2015 — Emissão da Licença Ambiental Prévia (LAP)
**Folha de São Paulo – A14 – Caderno Mundo**

A14 **mundo** ★ ★ ★ SÁBADO, 8 DE AGOSTO DE 2015 FOLHA DE S.PAULO

**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS**
**AVISO DE LICITAÇÃO**
**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015**
**PLANEJAMENTO SIRP Nº 225/2015**

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, por intermédio de sua Superintendência de Compras, Contratos e Convênios, torna pública a Licitação Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 01/2015, que tem por objeto o registro de preços para aquisição de mobiliário escolar: conjuntos de mesas e cadeiras para aluno e professor. As propostas comerciais deverão ser enviadas através do site: www.compras.mg.gov.br na opção "Pregão", até o dia 24/8/2015, às 9h29. A sessão pública terá início no dia 24/8/2015, às 9h30. Uma cópia do Edital poderá ser obtida no site www.compras.mg.gov.br. Demais informações no site ou http://seecompras.educacao.mg.gov.br ou por meio do telefone (31) 3915-3152.

MINAS GERAIS GOVERNO DE TODOS

"COMUNICADO WALMART (Lojas Walmart dos Estados de SP, DF, GO, MS, MG, ES, RJ e PR) O WALMART comunica aos senhores clientes e ao público em geral que houve um equívoco na publicação do produto TV 49" LED LG, no encarte de ofertas, cujo período de validade é de 07 a 13/08/2015, para as localidades acima informadas. Desta forma, com o objetivo de corrigir o referido anúncio, informamos que a TV NÃO POSSUI ACESSO À INTERNET.

Contamos com a compreensão de todos.

Atenciosamente,
Walmart."

Walmart

**SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO - ASSEMBLEIA GERAL - EDITAL DE CONVOCAÇÃO** - SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO (Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo), convoca toda categoria dos Assistentes Sociais do estado de São Paulo (645 municípios), para participarem da Assembleia Geral a ser no dia 29 de agosto de 2015, as 10h00, em 1ª convocação ou, não havendo quórum, uma hora após em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, no auditório do Sindicato dos Químicos, sito a Rua Tamandaré, 348, Liberdade São Paulo, SP, com a finalidade de discutir e deliberar a seguinte pauta: 1. Ratificação da Fundação e retomada do funcionamento regular da Organização, verificar o seu quadro associativo atual e tomar outras deliberações pertinentes, inclusive em relação a contas bancárias em nome da Instituição, em especial a da CEF - agencia 242, C/C 004150490 e outras e (re) cadastramento no MTE; 2. Discutir a convalidação das ações tomadas desde o encerramento do mandato da diretoria e conselho fiscal anterior, até a data da Assembléia e alterar/atualizar o Estatuto, inclusive quando ao disposto no Código Civil Brasileiro/2002 e regramento MTE; 3. Promover e receber a inscrição de chapas para concorrerem a direção e conselho fiscal da Organização, compostas na forma do Estatuto Social; 4. Realizar eleição, apuração e posse de nova diretoria e conselho fiscal para mandato da data da sessão ora convocada até o dia 31 de dezembro de 2017; 5. Definir o endereço de sede social e domicílio da Organização; 6. Deliberar filiação a FENAS - Federação Nacional dos Assistentes Sociais e a uma das Centrais Sindicais em funcionamento no País; 7. Discutir e deliberar propostas de constituição de delegações ou seções regionais da Organização em regiões administrativas do Estado, nos termos do Estatuto Social já atualizado; 8. Outros assuntos de interesse da categoria. E para constar vai o presente publicado no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação no Estado de São Paulo. Washington de Bessa Barbosa Júnior, CRESS/SP 46.804, CPF nº 005.812.908-10, Rua Major de Carvalho, 49 - Campos Elíseos - 14080-030 - R. Preto-SP. São Paulo, SP, 06 de Agosto de 2015. Washington de Bessa Barbosa Júnior - P/ Comissão de Ratificação de Fundação e Reativação.

# Naufrágio na costa da Líbia mata mais de 200, dizem sobreviventes

## Se confirmado, será o 2º caso mais letal no Mediterrâneo este ano

DAS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS

Mais de duzentas pessoas podem ter morrido em um naufrágio na costa da Líbia, segundo sobreviventes resgatados por autoridades europeias levados para a Itália.

De acordo com os imigrantes, traficantes armados com facas obrigaram mais de 200 passageiros a ficarem no porão do navio, impedindo-os de escapar. Até a conclusão desta edição, já haviam sido encontrados 26 corpos.

Ao todo, 362 pessoas sobreviveram. Entre elas estão palestinos, eritreus, sírios e bengaleses. Cinco homens suspeitos de serem traficantes foram detidos —eram eles que comandavam o navio e controlavam a movimentação de passageiros.

Segundo depoimentos, cada imigrante pagou entre US$ 1.200 e US$ 1.800 para ser levado da costa africana à Europa. Caso quisessem colete salva-vidas, deveriam dar entre US$ 25 e US$ 50 a mais.

Se as informações sobre o acidente se confirmarem, será o segundo naufrágio com mais mortos no Mediterrâneo em 2015. Em abril, um navio naufragou com 800 pessoas a bordo também na costa da Líbia. Só 28 sobreviveram.

**LEVANTAMENTO DA ONU**

Segundo a ONU, mais de 225 mil imigrantes e refugiados chegaram à Europa neste ano pelo Mediterrâneo. Mais de metade deles desembarcou na Grécia.

A Agência das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) qualificou de "caóticas" as condições de recepção dos que chegam diariamente ao litoral da Grécia e dos quais a grande maioria é de sírios (63%).

Por sua vez, o primeiro-ministro grego, Alexis Tsipras, pediu ajuda da União Europeia para lidar com o problema, que acontece simultaneamente a uma das mais graves crises econômicas enfrentadas pelo país.

"O fluxo de imigrantes para a Grécia é maior do que nossa infraestrutura pode suportar, por isso pedimos ajuda à Europa. A UE respondeu negativamente à Grécia no front econômico. Espero que agora eles respondam de maneira positiva na parte humanitária", disse.

"Temos consciência das limitações do governo grego, mas lhe pedimos que consiga lugares para os refugiados. Há muitos quartéis militares sem utilização ou terras não cultivadas... Qualquer coisa é melhor que nada", declarou Vincent Cohetel, diretor para a Europa do Acnur.

Os líderes europeus disseram que estão dispostos a realocar 16 mil imigrantes que chegaram ao continente nos próximos dois anos.

Para Cohetel, esse número é "muito pouco e vem tarde demais".

**RSA ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S.A.**
CNPJ nº 33.065.699/0001-27 - NIRE 35.300.355.458
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**
Ficam convocados, na forma da lei, os Srs. Acionistas da **ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S.A.**, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 11 horas do dia 17 de agosto de 2015, na sede social, na Avenida das Nações Unidas, 12.995, 4º andar, São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** verificar a efetivação da subscrição, pelos acionistas, das novas ações ordinárias oferecidas, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2015; **(b)** Homologar o aumento do capital social; **(c)** Aprovar a alteração do artigo 5º do Estatuto Social em função do aumento do capital social; **(d)** outros assuntos de interesse social. Acha-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede da Companhia, a proposta da Diretoria acima mencionada.
São Paulo, 07 de agosto de 2015
**THOMAS KELLY BATT - Diretor-Presidente**

**PREFEITURA DE SÃO PAULO** DESENVOLVIMENTO URBANO — SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

**AVISO - EMISSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA**

**Referência:** Licença Ambiental Prévia da futura Operação Urbana Consorciada Bairros Tamanduateí.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, por intermédio da São Paulo Urbanismo, torna público que recebeu da Secretaria do Verde e Meio Ambiente do Município de São Paulo, a Licença Ambiental Prévia - LAP nº 01/SVMA.G/2015, relativa ao empreendimento Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo em 20/07/2015 - página 20.

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**
**PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO**

ERRATA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2015

O TJ-Pb, torna público para conhecimento dos interessados, que foram realizadas alterações nas especificações no Pregão Eletrônico nº 016/2015, publicado em 30 de julho de 2015 neste jornal, cujo objeto é a aquisição de até 470 ar condicionados tipo split, incluindo os serviços de instalação posterior, para as unidades do Poder Judiciário Estadual, mediante Sistema de Registro de Preços, conforme Anexo I do Edital. Informamos que apesar das alterações, será mantida a data de **27 de agosto de 2015 às 14:00 horas** tendo em vista a não ocorrência de alteração de formulação das propostas. Demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a quinta-feira das 13h00 às 18h00 e às sexta-feiras das 08h00 às 13h00, através do telefone (83) 3216-1456, ou ainda pelo e-mail comlic@tjpb.jus.br. A obtenção do Edital poderá ser feita no sítio do Tribunal de Justiça **www.tjpb.jus.br** ou pelo **www.licitacoes-e.com.br**

João Pessoa, 07 de agosto de 2015
Marcelo Ferreira de Andrade
Pregoeiro TJ-PB

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO** — COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Convida o público interessado a participar da Audiência Pública que esta Comissão realizará tendo como objeto o seguinte tema:
discutir a situação dos contratos entre a Prefeitura - por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde - e as Organizações Sociais de Saúde, tendo em conta a diminuição de médicos em Unidade Básica de Saúde e Assistência Médica Ambulatorial.
Para compor a mesa de debates, serão chamados o Secretário Municipal de Saúde e os representantes de diversas instituições envolvidas pelo tema.
Data: 19/08/2015
Horário: 9h00
Local: Câmara Municipal de São Paulo - Auditório Prestes Maia - 1º andar
Endereço: Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista

**TRIÂNGULO DO SOL PARTICIPAÇÕES S.A.**
CNPJ/MF nº 15.296.110/0001-10
NIRE 35.300.436.717
**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16/06/2015**

**1. Data, Hora e Local**: No dia 16/06/2015, às 10h, na sede da **Triângulo do Sol Participações S.A.** ("Companhia"), localizada na Avenida Paulista, 1079, 9º andar, conjunto 91, parte, Condomínio Edifício Torre João Salem, Bela Vista, CEP 01311-200, em São Paulo/SP. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei n.º 6.404/76, em face da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de presença de acionistas. **3. Mesa**: Presidente: Reinaldo Bertin; e Secretário: José Renato Ricciardi. **4. Ordem do Dia**: Discutir e deliberar sobre: **(i)** a aprovação do Protocolo e Justificação de Incorporação da Companhia pela Atlantia Bertin Concessões S.A, sociedade por ações com sede na Rua Leopoldo Couto Magalhães Júnior, nº 758, 12º andar, conjunto 122, em São Paulo/SP, CEP 04542-000, Itaim, CNPJ 15.019.567/0001-87 ("AB Concessões"), celebrado em 16/06/2015, pelas administrações da Companhia e da AB Concessões ("Protocolo"); **(ii)** a ratificação da indicação e aprovação da contratação da empresa avaliadora para a elaboração e emissão do laudo de avaliação do patrimônio líquido da Companhia que será transferido à AB Concessões ("Laudo de Avaliação"); **(iii)** a aprovação do Laudo de Avaliação; **(iv)** a aprovação da incorporação da Companhia pela AB Concessões; e **(v)** a autorização dos administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações propostas e aprovadas pelos acionistas da Companhia, na forma do §2º do artigo 227 da Lei das S.A, incluindo, entre outros, a subscrição do aumento de capital da AB Concessões em benefício da acionista única da Companhia mediante versão de parte do patrimônio líquido da Companhia. **5. Deliberações**: Por unanimidade dos acionistas, foram tomadas as seguintes deliberações, sem quaisquer ressalvas ou emendas: 5.1. Aprovar, depois de examinado e discutido, sem qualquer ressalva, o Protocolo, que estabelece os termos e condições da incorporação da Companhia pela AB Concessões, em observância às determinações dos artigos 224 a 227 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada e em vigor (a "Lei das S.A."), o qual, após autenticado pela mesa, fica arquivado na sede da Companhia. 5.2. Ratificar a indicação da empresa ACAL Auditores Independentes S/S, sociedade com sede na Avenida Rio Branco, nº 181, salas 1911 e 1912, Centro, no Rio de Janeiro/RJ, CNPJ 07.377.136/0001-64, CRC/RJ 4.080/O-9, tendo como responsável técnico o Sr. Gelson José Amaro, contador, CRC-RJ 049.669/O-4 e CPF 339.408.607/78 ("ACAL"), que realizou a avaliação, pelos seus valores contábeis, na data-base de 30/04/2015 ("Data-Base"), do patrimônio líquido da Companhia, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A. 5.3. Aprovar o Laudo de Avaliação elaborado pela ACAL, que realizou a avaliação do patrimônio líquido da Companhia, para fins de sua incorporação pela AB Concessões, pelo seu valor contábil, na Data-Base, correspondente a R$2.971.378.421,00, o qual, após autenticado pela mesa, fica arquivado na sede da AB Concessões, sucessora da Companhia. 5.3.1. Registra-se também a informação constante do item 2.3.1 do Protocolo no sentido de que, para todos os fins e efeitos da pretendida operação de incorporação, o valor líquido do investimento detido pela Companhia na AB Concessões, de R$ 2.968.005.893,94, conforme o Laudo de Avaliação, não foi considerado para fins do cálculo do valor do aumento de capital da AB Concessões decorrente da incorporação, pois já constitui parte do patrimônio da AB Concessões, devidamente registrado em suas demonstrações financeiras. 5.4. Aprovar a incorporação da Companhia pela AB Concessões, nos termos e condições estabelecidos no Protocolo, passando a pertencer à AB Concessões todos os bens, direitos e obrigações pertencentes à Companhia até a Data-Base. 5.5. Consignar que, nos termos do item 3.1. do Protocolo, e de acordo com o disposto no Artigo 226, § 1º, da Lei das S.A., as ações de emissão da AB Concessões de titularidade da Companhia serão extintas e, simultaneamente, serão emitidas, em igual número, ações de emissão da AB Concessões para a acionista única da Companhia, a Infra Bertin Participações S.A., sociedade com sede em São Paulo/SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.012, 5º andar, Jardim Paulistano, CEP.: 01451-000, CNPJ 15.019.317/0001-47 ("Infra Bertin"), as quais serão integralizadas mediante a versão do patrimônio líquido da TDS Part ao patrimônio da Companhia. 5.6. Declarar, mediante a aprovação da Incorporação da Companhia pela AB Concessões, a extinção da Companhia de pleno direito, na forma do disposto no artigo 227 da Lei das S.A, sendo sucedida pela AB Concessões em todos os seus bens, direitos e obrigações, na forma da lei. 5.7. Autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações propostas e aprovadas na forma do §2º do artigo 227 da Lei das S.A., incluindo, entre outros, a subscrição do aumento de capital da AB Concessões em benefício da acionista única da Companhia (Infra Bertin) mediante versão de parte do patrimônio líquido da Companhia que excede o valor do investimento detido por ela na AB Concessões. 5.8. Por fim, autorizar a lavratura desta ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §3º, da Lei das S.A. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada pelos membros da Mesa e pelos acionistas presentes à Assembleia. Mesa: Presidente: Reinaldo Bertin e Secretário: José Renato Ricciardi. Acionista Única: Infra Bertin Participações S.A. São Paulo, 16/06/2015. Certifico que a presente confere com o original lavrado no livro próprio. Reinaldo Bertin - Presidente, José Renato Ricciardi - Secretário. JUCESP nº 340.900/15-5 em 06/08/2015.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO** — BAHIA GOVERNO DO ESTADO

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**CONCORRÊNCIA Nº 001/2015**
Abertura: 16/09/2015 às 10h30min (horário local) - Objeto: Contratação de empresa para operacionalização do Conjunto Penal de Vitória da Conquista - CPVC - site: www.comprasnet.ba.gov.br. Os interessados poderão obter informações e/ou o Edital e seus anexos na Av. Luís Viana, nº 400, 4ª Av. do CAB, 2º Andar – CEP: 41.745-002 , de segunda a sexta-feira, das 08:30.h às 18:00 h ou pelo endereço eletrônico www.comprasnet.ba.gov.br. Maiores esclarecimentos através do telefone: (71)3115-8494. Salvador- BA -07 de agosto de 2015 – Maria Luiza Amorim Mendes – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

**SEAP**

**INFRA BERTIN PARTICIPAÇÕES S.A.**
CNPJ/MF nº 15.019.317/0001-47 - NIRE 35.300.418.271
**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16/06/2015**
**1. Data, Hora e Local**: No dia 16/06/2015, às 9h, na sede social da **Infra Bertin Participações S.A.** ("Companhia"), localizada em São Paulo/SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.012, 5º andar, Jardim Paulistano, CEP.: 01451-000. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, em face da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de presença de acionistas. **3. Mesa**: Presidente: Reinaldo Bertin; Secretário: José Renato Ricciardi. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre a determinação do voto da Companhia na Assembleia Geral Extraordinária da Triângulo do Sol Participações S.A. a ser realizada em 16/06/2015, às 10hs. **5. Deliberações**: Por votos dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia foram tomadas as seguintes deliberações, sem ressalvas: 5.1 Registrar que a presente ata será lavrada em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. 5.2 Observadas as regras do acordo de acionistas arquivado em sua sede, determinar que a Companhia vote na Assembleia Geral Extraordinária da Triângulo do Sol Participações S.A., sociedade por ações com sede em São Paulo/SP, na Avenida Paulista, 1079, 9º andar, conjunto 91, parte, Condomínio Edifício Torre João Salem, Bela Vista, CEP 01311-200, CNPJ 15.296.110/0001-10 ("TDS Part"), a ser realizada em 16/06/2015, às 10 h, de modo a instruir que a TDS Part vote a favor de sua incorporação pela Atlantia Bertin Concessões S.A., sociedade por ações com sede na Rua Leopoldo Couto Magalhães Júnior, nº 758, 12º andar, conjunto 122, em São Paulo/SP, CEP 04542-000, Itaim, CNPJ 15.019.567/0001-87 ("AB Concessões"), na Assembleia Geral Extraordinária da AB Concessões a ser realizada em 16/06/2015, conforme o Protocolo e Justificação da Incorporação firmado entre TDS Part e AB Concessões ("Incorporação"), assim como todos os demais atos e documentos necessários à sua devida implementação, incluindo, entre outros, (i) a ratificação da nomeação e da contratação da empresa avaliadora para a elaboração e emissão do Laudo de Avaliação do patrimônio líquido da TDS Part que será transferido à AB Concessões (Laudo de Avaliação); (ii) a aprovação do Laudo de Avaliação; (iii) a aprovação da Incorporação e a autorização da subscrição do aumento de capital da AB Concessões em benefício da Companhia (sua acionista única após a implementação da Incorporação) e integralizado mediante versão do patrimônio líquido da TDS Part; e (iv) a autorização da prática, pelos administradores da TDS Part e da AB Concessões, de todos os atos necessários à implementação da Incorporação, na forma do §2º do artigo 227 da Lei das S.A., incluindo a subscrição, em nome da Companhia, do aumento de capital da AB Concessões resultante da Incorporação. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada pelos membros da Mesa e pelos acionistas presentes à Assembleia. Mesa: Presidente: Reinaldo Bertin e Secretário: José Renato Ricciardi. Acionistas: Haoulimau Empreendimentos e Participações S.A e Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda. São Paulo, 16/06/2015. Certifico que a presente confere com o original lavrado no livro próprio. Reinaldo Bertin - Presidente, José Renato Ricciardi - Secretário. JUCESP nº 340.898/15-0 em 06/08/2015.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**
**REITORIA**
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**
**COMUNICADO SOBRE NOVA VERSÃO DE EDITAL**

| | |
|---|---|
| LICITAÇÃO | PREGÃO ELETRÔNICO 02/2015 - SAU - OFERTA DE COMPRA Nº: 102101100582015OC00020 |
| OBJETO | Contratação de empresa especializada na **prestação de Serviços Médicos e Complementares, na cidade de BAURU, Estado de São Paulo, destinados a servidores da USP**, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos. |
| RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS | A partir das 10h do dia 10/08/2015 |
| DISPUTA | 20/08/2015 - às 10h |
| LOCAL PARA RETIRADA DA **NOVA VERSÃO** DO EDITAL | www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, www.usp.br/licitacoes e www.imesp.com.br ou no seguinte endereço: **Seção de Compras da Reitoria** - Rua da Reitoria, 374 - 1º andar - São Paulo - SP - CEP 05508-220 - Fones: (0XX11) 3091-1112/0611/6394/2311. |

**BANCO SAFRA S.A. - EDITAL ÚNICO**
**Leilão – Lei nº 9.514, de 20/11/1997.**
**Dia do 1º Leilão – 10 de agosto de 2015 – segunda-feira – 10:40 h (Horário de Brasília)**
**Dia do 2º Leilão – 11 de agosto de 2015 – terça-feira – 10:40 h (Horário de Brasília)**
**Local: Escritório do leiloeiro - Av. Angélica, nº 1996, 3º andar, Conj. 308, Bairro Higienópolis, São Paulo/SP. (tel. (11) 2184-0900 – www.zukerman.com.br)**
**LEILOEIRO OFICIAL MAURO ZUKERMAN - JUCESP: 328**

O **BANCO SAFRA S.A.**, CNPJ nº 58.160.789/0001-28, com sede em São Paulo, Capital, na Avenida Paulista, nº 2100, Cerqueira César, venderá através de Leilão Público de modo Presencial e *on-line*, na data, horário e local acima estabelecidos e pela melhor oferta, o imóvel abaixo discriminado, localizado na Cidade de Pitanga (Distrito de Mato Rico), Estado do Paraná, recebido em garantia das Cédulas de Crédito Bancário nºs 5311453 e 5311461, imóvel esse objeto do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia datado de 04/10/2010, tendo como Credor Fiduciário **Banco Safra S.A.**, como Fiduciante/Devedor **Paulo Afonso Rodrigues e sua esposa Zuleide Aparecida Alves Rodrigues**, cuja propriedade foi consolidada em nome do Banco Safra S.A. Esta venda será feita de acordo com este Edital de Leilão Público, em conformidade com o que estabelece a Lei nº 9.514, de 20/11/1997. Condições de Pagamento: **À vista**, via TED bancária ou cheque administrativo. Comissão do Leiloeiro de **5% (cinco por cento)** sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo Arrematante no ato da arrematação.

***Imóveis: Matrícula nº 9.918 do Cartório de Registro de Imóveis de Pitanga/PR.*** *Uma área de terreno medindo 1.957.800,00m², ou 195,78 has, constituído pelos lotes nºs 104 e 105, da GLEBA Nº 02-Colônia Cantú, Distrito de Mato Rico, desta Comarca; compreendido dentro dos seguintes limites e confrontações:- Norte – Por uma linha seca com o rumo 75º00'SE, medindo 1.540,00 metros , confrontando com terras do lote nº 103, da mesma gleba, até o marco nº 01 cravado a margem do Arroio Juquiri; Leste- Pelo levantamento do Arroio Juquiri, com diversos rumos e medidas, confrontando com terras dos lotes nºs 97 e 96 da mesma GLEBA até o marco nº 02, cravado a margem do Rio Cantú;SUL - Pelo levantamento do Rio Cantú, com diversos rumos e medidas, confrontando com terras da mesma Colônia, até o marco nº 03; OESTE - Segue-se ainda pelo Rio Cantú, com diversos rumos e medidas e por uma linha seca com o rumo de 27º00'NE, medindo 500 metros, confrontando com terras da mesma Colônia e terras dos lotes nºs 107 e 106 da mesma gleba, até o marco de início. Incra nº 720038040029*

***Observações: (1) Imóvel ocupado. Desocupação e eventual regularização do imóvel perante os órgãos competentes por conta do Adquirente; (2) A imissão na posse do imóvel correrá por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. (3) Existe uma Ação Ordinária nº 00033467-82.2015.8.16.0014 em trâmite perante a 10ª VC de Londrina/PR, sendo certo que referida ação não impede a venda do imóvel em leilão.***

Os interessados em participar do leilão de modo *on-line*, deverão se cadastrar no site www.zukerman.com.br e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo.

O envio de lances *on-line* se dará exclusivamente através do site www.zukerman.com.br, respeitado o lance inicial e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão.

A venda é em caráter *"Ad Corpus"*, não podendo o Arrematante alegar desconhecimento das condições, características, estado de conservação, localização e documentação do imóvel adquirido.

**Valor mínimo para o 1º Leilão no dia 10/08/2015 - R$ 1.209.335,40 (um milhão duzentos e nove mil, trezentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos).**
**Valor mínimo para o 2º Leilão no dia 11/08/2015 - R$ 834.911,28 (oitocentos e trinta e quatro mil novecentos e onze reais e vinte e oito centavos).**

**NOTA DE ESCLARECIMENTO**: O valor mínimo do imóvel para o 1º e 2º Leilões tem como referência, respectivamente, o valor do imóvel e o valor da dívida atualizada referente à Cédula de Crédito Bancário nºs 5311453 e 5311461, imóvel esse objeto do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia datada de 04/10/2010, acrescido das despesas, tudo em conformidade com o artigo 27 da Lei 9.514/97. Veja detalhes e condições com o Leiloeiro Oficial.

**LIQUIGÁS** PETROBRAS — Ministério de Minas e Energia — GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

**LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S/A**
CNPJ 60.886.413/0001-47

**AVISO DE VENDA DE BENS**

A Liquigás Distribuidora S.A., pela sua Gerência Geral de Tecnologia da Informação (GGTI) e pela Gerência Geral de Compras e Serviços (GGCS), torna pública que realizará a venda de lote de bens em desuso que se encontram no Centro Operativo de Osasco, sito à Avenida dos Autonomistas, 1022 - Vila Yara - Osasco/SP. Os interessados, tanto pessoas físicas quanto jurídicas, deverão agendar previamente visita no local em que se encontra os equipamentos através dos telefones (11)3703-2210/(11)97358-0089 - contato Nelson, (11)3703-2519/(11)97285-9963 - contato Edilson, (11)3703-2115/(11)97200-7000 - contato Rogério, respectivamente, para conhecimento dos materiais disponíveis e condições para compra, sendo que as propostas deverão ser entregues na própria unidade da Liquigás Distribuidora S.A., até o dia 28/08/2015.

**BANCO SAFRA S.A. - EDITAL ÚNICO**
**Leilão – Lei nº 9.514, de 20/11/1997.**
**Dia do 1º Leilão – 10 de agosto de 2015 – segunda-feira – 10:35 h (Horário de Brasília)**
**Dia do 2º Leilão – 11 de agosto de 2015 – terça-feira – 10:35 h (Horário de Brasília)**
**Local: Escritório do leiloeiro - Av. Angélica, nº 1996, 3º andar, Conj. 308, Bairro Higienópolis, São Paulo/SP. (tel. (11) 2184-0900 – www.zukerman.com.br)**
**LEILOEIRO OFICIAL MAURO ZUKERMAN - JUCESP: 328**

O **BANCO SAFRA S.A.**, CNPJ nº 58.160.789/0001-28, com sede em São Paulo, Capital, na Avenida Paulista, nº 2100, Cerqueira César, venderá através de Leilão Público de modo Presencial e *on-line*, na data, horário e local acima estabelecidos e pela melhor oferta, o imóvel abaixo discriminado, localizado na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, recebido em garantia da Cédula de Crédito Bancário Mútuo nº007432803, imóvel esse objeto do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia datado de 18/11/2011, e aditamento nº 7451662 de 19/12/2013, tendo como Credor Fiduciário **Banco Safra S.A.**, como Fiduciante **Noel Gomes e sua esposa Gilse Silva Gomes** e como devedora **Metalúrgica Freeart Aramados Ltda**, cuja propriedade foi consolidada em nome do Banco Safra S.A. Esta venda será feita de acordo com este Edital de Leilão Público, em conformidade com o que estabelece a Lei nº 9.514, de 20/11/1997. Condições de Pagamento: **À vista**, via TED bancária ou cheque administrativo. Comissão do Leiloeiro de **5% (cinco por cento)** sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo Arrematante no ato da arrematação.

***Imóvel: Matrícula nº 109.652 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Campinas/SP.*** *Lote sob nº 08, localizado na Quadra "X-2", do loteamento denominado "Alphaville Campinas", nesta cidade de Campinas e 1ª circunscrição imobiliária, com frente para a Rua Bacabá, encerrando uma área de 1.112,19m², medindo e confrontando: 27,36m em curva de frente para a mencionada via pública; 43,00m em reta pelo lado esquerdo (de quem da frente olha para o imóvel) onde confronta com o lote 07; 24,35m em curva nos fundos, onde confronta com o lote 05, 46,68m em reta pelo lado direito, onde confronta com o lote 09. Este lote de terreno está situado dentro da área residencial "intra-muros". Ao lote se acha vinculada a fração ideal de 0,079523362%, na área de lazer do loteamento, objeto da matrícula 73.530. Av1. averbação de restrições de ordem urbanística. Contribuinte nº 3244.13.65.0162.01001.*

***Observações: (1) Imóvel ocupado. Desocupação por conta do Adquirente; (2) A imissão na posse do imóvel correrá por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. (3) Casa residencial não averbada na matrícula, regularização perante os órgãos competentes por conta do Adquirente; (4) Na hipótese de existirem licitantes e o resultado do leilão superar o valor mínimo estipulado neste edital, a importância que sobejar será disponibilizada ao fiduciante da garantia nos termos do art. 27, § 4º da Lei 9.514/97.***

Os interessados em participar do leilão de modo *on-line*, deverão se cadastrar no site www.zukerman.com.br e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo.

O envio de lances *on-line* se dará exclusivamente através do site www.zukerman.com.br, respeitado o lance inicial e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão.

A venda é em caráter *"Ad Corpus"*, não podendo o Arrematante alegar desconhecimento das condições, características, estado de conservação, localização e documentação do imóvel adquirido.

**Valor mínimo para o 1º Leilão no dia 10/08/2015 - R$ 3.482.657,08 (três milhões quatrocentos e oitenta e dois mil seiscentos e cinquenta e sete reais e oito centavos).**
**Valor mínimo para o 2º Leilão no dia 11/08/2015 - R$ 1.859.808,00 (um milhão oitocentos e cinquenta e nove mil oitocentos e oito reais).**

**NOTA DE ESCLARECIMENTO**: O valor mínimo do imóvel para o 1º e 2º Leilões tem como referência, respectivamente, o valor do imóvel e o valor da dívida atualizada referente à Cédula de Crédito Bancário Mútuo nº007432803, imóvel esse objeto do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia datada de 18/11/2011, e aditamento nº 7451662 de 19/12/2013, acrescido das despesas, tudo em conformidade com o artigo 27 da Lei 9.514/97. Veja detalhes e condições com o Leiloeiro Oficial.

**ATLANTIA BERTIN CONCESSÕES S.A.**
CNPJ/MF 15.019.567/0001-87
NIRE: 35.300.418.280
**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16/06/2015**

**1. Data, Hora e Local**: No dia 16/06/2015, às 11h, na sede da Atlantia Bertin Concessões S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Leopoldo Couto Magalhães Júnior, nº 758, 12º andar, conjunto 122, em São Paulo/SP, CEP 04542-000, Itaim. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei n.º 6.404/76, em face da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de presença de acionistas. **3. Mesa**: Presidente: Reinaldo Bertin; e Secretário: José Renato Ricciardi. **4. Ordem do Dia**: Discutir e deliberar sobre: **(i)** a aprovação do Protocolo e Justificação de Incorporação da Triângulo do Sol Participações S.A., sociedade por ações com sede em São Paulo/SP, na Avenida Paulista, 1079, 9º andar, conjunto 91, parte, Condomínio Edifício Torre João Salem, Bela Vista, CEP 01311-200, CNPJ 15.296.110/0001-10 ("TDS Part") pela Atlantia Bertin Concessões S.A., celebrado em 16/06/2015, pelas administrações da Companhia e da TDS Part ("Protocolo"); **(ii)** a ratificação da indicação e aprovação da contratação da empresa avaliadora para a elaboração e emissão do laudo de avaliação do patrimônio líquido da TDS Part que será transferido à Companhia ("Laudo de Avaliação"); **(iii)** a aprovação do Laudo de Avaliação; **(iv)** a aprovação da incorporação do patrimônio líquido da TDS Part pela Companhia e o aumento de capital dela resultante; **(v)** a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia diante da implementação da incorporação; e **(vi)** a autorização dos administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações propostas e aprovadas pelos acionistas da Companhia, na forma do §2º do artigo 227 da Lei das S.A. **5. Deliberações**: Por unanimidade dos acionistas, foram tomadas as seguintes deliberações, sem quaisquer ressalvas ou emendas: 5.1. Aprovar, depois de examinado e discutido, o Protocolo, que estabelece os termos e condições da incorporação da TDS Part pela Companhia, em observância às determinações dos artigos 224 a 227 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada e em vigor (a "Lei das S.A."), o qual, após autenticado pela mesa, fica arquivado na sede da Companhia. 5.2. Ratificar a indicação da empresa ACAL Auditores Independentes S/S, sociedade com sede na Avenida Rio Branco, nº 181, salas 1911 e 1912, Centro, no Rio de Janeiro/RJ, CNPJ 07.377.136/0001-64, CRC/RJ 4.080/O-9, tendo como responsável técnico o Sr. Gelson José Amaro, contador, CRC-RJ 049.669/O-4 e CPF 339.408.607/78 ("ACAL"), que realizou a avaliação, pelos seus valores contábeis, na data-base de 30/04/2015 ("Data-Base"), do patrimônio líquido da TDS Part, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A. 5.3. Aprovar o Laudo de Avaliação elaborado pela ACAL, que realizou a avaliação do patrimônio líquido da TDS Part, para fins de incorporação da TDS Part pela Companhia, pelo seu valor contábil, na Data-Base, correspondente a R$ 2.971.378.421,00, o qual, após autenticado pela mesa, fica arquivado na sede da Companhia. 5.3.1. Registra-se também a informação constante do item 2.3.1 do Protocolo no sentido de que, para todos os fins e efeitos da pretendida operação de incorporação, o valor líquido do investimento detido pela TDS Part na Companhia, de R$ 2.968.005.893,94, conforme o Laudo de Avaliação, não foi considerado para fins do cálculo do valor do aumento de capital da Companhia previsto no item 5.5.2. abaixo decorrente da incorporação, pois já constitui parte do patrimônio da Companhia, devidamente registrado em suas demonstrações financeiras. 5.4. Aprovar a incorporação da TDS Part pela Companhia, nos termos e condições estabelecidos no Protocolo, passando a pertencer à Companhia todos os bens, direitos e obrigações pertencentes à TDS Part até a Data-Base. 5.5. Em razão da incorporação da TDS Part pela Companhia ora aprovada: 5.5.1. Registrar que as 353.926.126 ações de emissão da Companhia que eram de titularidade da TDS Part são, neste ato, extintas e, simultaneamente, são emitidas, em igual número, ações de emissão da AB Concessões para a única acionista da TDS Part, a Infra Bertin Participações S.A., sociedade por ações com sede em São Paulo/SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.012, 5º andar, Jardim Paulistano, CEP.: 01451-000, CNPJ 15.019.317/0001-47 ("Infra Bertin"), as quais serão integralizadas mediante a versão de parte do patrimônio líquido da TDS Part ao patrimônio da Companhia, nos termos do Artigo 226, § 1º, da Lei das S.A., e conforme previsto no item 3.3 do Protocolo. 5.5.2. Aprovar o aumento de capital da Companhia no valor de R$ 3.372.527,06, referente à parcela do patrimônio líquido da TDS Part que excede o valor do investimento da TDS Part na Companhia, mediante a emissão de 402.164 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de aproximadamente R$8,38594966 por ação, fixado de acordo com o artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei das S.A., as quais são, nesta data, totalmente subscritas e integralizadas pela atual única acionista da TDS Part, conforme Boletim de Subscrição que constitui o Anexo I à presente ata, que, autenticados pela Mesa, fica arquivado na sede da Companhia. 5.6. Aprovar, em decorrência das alterações relativas ao capital social da Companhia, a nova redação do artigo 5º do estatuto social, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R$ 777.112.420,92, representado por 354.328.290 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional e bens." 5.7. Autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações propostas e aprovadas pelos acionistas da Companhia, na forma do §2º do artigo 227 da Lei das S.A. 5.8. Por fim, autorizar a lavratura desta ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das S.A. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada pelos membros da Mesa e pelos acionistas presentes à Assembleia. Mesa: Presidente: Reinaldo Bertin e Secretário: José Renato Ricciardi. Acionista Única: Triângulo do Sol Participações S.A. São Paulo, 16/06/2015. Certifico que a presente confere com o original lavrado no livro próprio. Reinaldo Bertin - Presidente, José Renato Ricciardi - Secretário. JUCESP nº 340.899/15-3 em 06/08/2015.

**INTERESSADO: TRANSAFONSO TRANSPORTES LTDA**
**PROCESSO N.° 2013-0.203.146-1**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| CIV3317 | DJF6362 | CMR2695 | BWU0568 | EFV3686 | |
| DJE6743 | CZX3725 | EFU1274 | DTD6338 | EFV3919 | |
| FFN3712 | CRY6765 | JXB0168 | CGR4189 | BWL9359 | |
| DTB7348 | ELW6529 | ELQ7684 | ECT3896 | ELQ2128 | |
| FCB2197 | ELQ3045 | BYH5590 | FFN3697 | EXO0410 | |
| FRV1746 | ELW6777 | BWK3491 | | | |

Total de Placas Autorizadas: 28

**INTERESSADO: TRANSPORTADORA GRAÚNA LTDA**
**PROCESSO N.° 2014-0.189.082-9**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| GKO9353 | BUS2429 | BWH3126 | GMO9681 | BSG6556 | |
| CNR7377 | CNR7907 | CNR8424 | CNR8494 | JRP8484 | |
| BWS8894 | AGN1024 | CNR7195 | CNR7095 | DPE0545 | |
| CLH0765 | CQH6935 | CNR8048 | CNR8448 | CLH0728 | |
| CNR8509 | CNR7181 | CNR8036 | DJF4487 | CNR7547 | |
| CNR7997 | CNR7867 | AID6093 | EAW5792 | CNR8412 | |
| CNR7533 | KCD7276 | CNR8000 | CNR7739 | CNR7441 | |
| CNR7716 | CNR7586 | CNR8063 | DGJ4916 | CNR7875 | |
| CNR8455 | DBM0733 | DBM0744 | BVA7401 | CNR8[illegible] | |
| ALS3281 | CNR8491 | CNR8262 | [illegible] | [illegible] | |
| CNR8522 | CNR8492 | CNR7721 | [illegible] | [illegible] | |
| DKA0602 | CNR7911 | AJM3916 | AEB2301 | BTO1908 | |

Total de Placas Autorizadas: 60

**INTERESSADO: TRANSPORTADORA H. F. CARGAS LTDA**
**PROCESSO N.° 2014-0.011.990-8**

CUB9706

Total de Placas Autorizadas: 1

**INTERESSADO: TRANSPORTADORA TRANSBABI LTDA**
**PROCESSO N.° 2015-0.145.046-4**

CYN4484

Total de Placas Autorizadas: 1

**INTERESSADO: UNIPETRO - TUPÃ TRANSPORTES LTDA**
**PROCESSO N.° 2015-0.020.149-5**

FIT2881

Total de Placas Autorizadas: 1

## VERDE E MEIO AMBIENTE

### DEPTO DE CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL

**2015-0.168.784-7**
**INTERESSADO:** TRO Tratamento e Reciclagem de Óleos, Indústria e Comércio LTDA.
**ASSUNTO:** Plano de Atendimento à Emergência.
I – O Diretor do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental, no exercício de sua competência legal, à vista dos elementos informativos do processo administrativo nº 2015-0.168.784-7, especialmente as manifestações da Divisão Técnica de Controle Ambiental, sob fl. 85 e 85-verso, da Assistência Jurídica do DECONT-G; **APROVA O PLANO DE ATENDIMENTO À EMERGÊNCIA – PAE** para os produtos constantes da tabela a seguir, apresentado pela empresa "TRO Tratamento e Reciclagem de Óleos, Indústria e Comércio LTDA" inscrita no CNPJ nº08.310.300/0001-89, por atender o Decreto Municipal nº 50.446, de 20 de fevereiro de 2009 e Portaria SVMA nº 54, de 25 de março de 2009.

| Nº ONU | PRODUTO | QUANTIDADE MÁXIMA | ESTADO FÍSICO | TIPO |
|---|---|---|---|---|
| 3082 | Substância que apresenta risco para o meio ambiente, líquida, N.E. | 30.000 L | Líquido | Granel |

**2015-0.167.024-3**
**INTERESSADO:** Conecta Transportes Itauna Ltda.
**ASSUNTO:** Plano de Atendimento à Emergência.
I – O Diretor do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental, no exercício de sua competência legal, à vista dos elementos informativos do processo administrativo nº 2015-0.167.024-3, especialmente as manifestações da Divisão Técnica de Controle Ambiental, sob fl. 78 e 78-verso, da Assistência Jurídica do DECONT-G; **APROVA O PLANO DE ATENDIMENTO À EMERGÊNCIA – PAE** para os produtos constantes da tabela a seguir, apresentado pela empresa "Conecta Transportes Itauna Ltda" inscrita no CNPJ nº 13.175.897/0002-17, por atender o Decreto Municipal nº 50.446, de 20 de fevereiro de 2009 e Portaria SVMA nº 54, de 25 de março de 2009.

| Nº ONU | PRODUTO | QUANTIDADE MÁXIMA | ESTADO FÍSICO | TIPO |
|---|---|---|---|---|
| 1263 | Tinta ou Material relacionado com tintas. | 32.000 L | Líquido | Granel / Fracionado |

**2015-0.168.748-0**
**INTERESSADO:** Camargoil Comércio e Serviços Eireli.
**ASSUNTO:** Plano de Atendimento à Emergência.
I – O Diretor do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental, no exercício de sua competência legal, à vista dos elementos informativos do processo administrativo nº 2015-0.168.784-0, especialmente as manifestações da Divisão Técnica de Controle Ambiental, sob fl. 81 e 81-verso, da Assistência Jurídica do DECONT-G; **APROVA O PLANO DE ATENDIMENTO À EMERGÊNCIA – PAE** para os produtos constantes da tabela a seguir, apresentado pela empresa "Camargoil Comércio e Serviços Eireli" inscrita no CNPJ nº04.233.542/0001-65, por atender o Decreto Municipal nº 50.446, de 20 de fevereiro de 2009 e Portaria SVMA nº 54, de 25 de março de 2009.

| Nº ONU | PRODUTO | QUANTIDADE MÁXIMA | ESTADO FÍSICO | TIPO |
|---|---|---|---|---|
| 3082 | Substância que apresenta risco para o meio ambiente, líquida, N.E. | 32.000 L | Líquido | Granel |

**2015-0.175.077-8**
**Interessado:** Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB
**Assunto:** Estudo de Impacto Ambiental – EIA/RIMA
**Empreendimento:** Obras de Controle de Inundações na Bacia do Córrego dos Freitas
I. Em conformidade com o estabelecido no §2o do Art. 9º da Resolução nº 170/CADES/2014 e no exercício de minhas atribuições legais, comunico a **Aceitação do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA** elaborado pela empresa Ampliari Natureza e Sociedade para o empreendimento denominado "Obras de Controle de Inundações na Bacia do Córrego dos Freitas" (P.A. 2015-0.175.077-8 - Interessado: Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB). O interessado deverá apresentar 3 (três) cópias do EIA e 10 (dez) cópias do RIMA, com uma versão em formato digital e os arquivos de todos os mapas e plantas em shapefile (georreferenciados em SAD 69).
**Extrato de Aceitação do EIA/RIMA** elaborado pela empresa Ampliari Natureza e Sociedade para o empreendimento denominado "Obras de Controle de Inundações na Bacia do Córrego dos Freitas" (P.A. 2015-0.175.077-8 - Interessado: Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB), conforme Art. 9º da Resolução nº 170/CADES/2014.

**2014-0.286.908-4**
**Assunto:** Solicitação de Licença Ambiental Prévia, de Instalação e de Operação
**Empreendedor:** VITTAGRAPH GRÁFICA E EDITORA LTDA. - EPP
**Local:** Rua Guaranésia, nº 207/219 – Vila Maria – São Paulo/SP.
I. À vista dos elementos constantes do P.A. 2014-0.286.908-4 e no exercício de minhas atribuições legais, fundamentado no artigo 225 da Constituição Federal e inciso VI do artigo 23 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 3º do artigo 183 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto na Lei nº 14.887/2009 e Resolução 170/CADES/2014, **defiro o pedido de Licença Ambiental Prévia**, de Instalação e de Operação sob nº 058/2015, com validade até: 13/07/2020, para Vittagraph Gráfica e Editora Ltda. - EPP, CNPJ 20.444.430/0001-00.

**2014-0.322.716-7**
**Assunto:** Solicitação de Renovação de Licença Ambiental de Operação
**Empreendedor:** MALHARIA BERLAN LTDA.
**Local:** Avenida Thomas Edson, nº 849/859 – Barra Funda – São Paulo/SP.
I. À vista dos elementos constantes do P.A. 2014-0.322.716-7 e no exercício de minhas atribuições legais, fundamentado no artigo 225 da Constituição Federal e inciso VI do artigo 23 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 3º do artigo 183 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto na Lei nº 14.887/2009 e Resolução 170/CADES/2014, **defiro o pedido de Renovação de Licença Ambiental de Operação sob nº 044/2015**, com validade até: 15/07/2019, para Malharia Berlan Ltda., CNPJ 60.412.558/0001-06.

**2014-0.041.343-1**
**Assunto:** Solicitação da Licença Ambiental Prévia - LAP
**Empreendimento:** Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
**Empreendedor:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU
I. A vista dos elementos constantes do P.A. nº 2014-0.041.343-1, e no exercício de minhas atribuições legais, fundamentado no artigo 225 da Constituição Federal e inciso VI do artigo 23 da Constituição Federal, combinado com o Parágrafo 3º do artigo 183 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto na Lei nº 14.887/2009 e Resolução 170/CADES/2014, **defiro o pedido de Licença Ambiental Prévia.**
**Extrato de Concessão de Licença Ambiental Prévia – LAP Nº 01/SVMA.G/2015, com as exigências técnicas constantes abaixo – P.A. nº 2014-0.041.343-1. Interessado: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU. Empreendimento: Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí Validade: 07/07/2020.**
A Lei específica da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí deverá contemplar:
1. Delimitar e descrever a abrangência territorial do perímetro da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, para cada um dos Setores nela inseridos.
2. Delimitar e descrever o perímetro expandido proposto para a Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí.
3. A implantação das intervenções propostas, localizadas dentro do perímetro da OUC Bairros do Tamanduateí e em seu perímetro expandido, ficará condicionado ao Licenciamento Ambiental por parte do Município, conforme disposições constantes na Resolução nº 170/CADES/2014, ou na legislação que vier a substituí-la.
4. Fica mantida a necessidade de elaboração de EIV/RIVI para os empreendimentos, atividades e intervenções urbanísticas localizadas dentro do perímetro da OUC Bairros de Tamanduateí e em seu perímetro expandido, conforme §1º, Art. 151 da Lei Municipal nº 16.050/2014.
5. Para os empreendimentos sujeitos à Licenciamento Ambiental, localizados dentro do perímetro da OUC e do perímetro expandido, deverá ser emitida pelo Conselho Gestor, manifestação favorável à sua implantação, descrevendo e detalhando as intervenções aprovadas.
6. Implantar e executar os Programas Ambientais previstos, garantindo sua aplicação em todas as obras e intervenções, passíveis de Licenciamento Ambiental ou não.
7. As novas construções ou reformas com acréscimo de área devem atender a fatores de "eficácia ambiental" a partir de indicadores de cobertura vegetal e de drenagem dos empreendimentos nos lotes, obedecendo à pontuação exigida pela Quota Ambiental, parâmetro proposto em legislação vigente que regulará a matéria, visando melhoria das condições microclimáticas e mitigação gradual do efeito de "ilha de calor".
8. Nos projetos de construção de HIS adotar normas de construções saudáveis e sustentáveis, considerando os impactos positivos que essas normas aplicadas geram na qualidade de vida e mitigação da ilha de calor.
9. As novas construções ou reformas com acréscimo de área devem implantar sistemas de uso racional da água, reuso da água, captação e utilização de água de chuva; e considerar a instalação e utilização de equipamentos de geração de energia elétrica fotovoltaica; telhados verdes; ventilação e luz natural; calçadas permeáveis; e coleta seletiva.
10. Em razão da previsão de novas construções ou reformas com acréscimo de área, incluindo usos residenciais, e assim também HIS/HMP ou não residenciais, em quadras situadas total ou parcialmente em Planícies Aluviais, e Áreas de Risco de Inundação, a Prefeitura Municipal deverá realizar gestões, inclusive com propostas de parcerias com outros entes da federação, para a execução de obras de caráter estrutural de macrodrenagem para a solução das inundações em tais locais.
11. A eficácia ambiental de projetos de novas construções ou de reformas com acréscimo de área, incluindo usos residenciais, e assim HIS/HMP ou não residenciais, em quadras situadas total ou parcialmente em Planícies Aluviais, Aluvião, deverá ser obtida preferencialmente por intermédio da taxa de permeabilidade do terreno, definida no PDE.
12. Para os empreendimentos situados no perímetro da OUC Bairros do Tamanduateí localizados na várzea dos rios e córregos existentes, deverá ser restrito o número de pavimentos subsolos, de modo a preservar o nível do lençol freático e evitar o bombeamento de água.
13. Prever medidas estruturais de macrodrenagem, de modo a minimizar a ocorrência de inundações ao longo dos cursos d'água existentes no perímetro da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí e em seu perímetro expandido.
14. Para a implantação das intervenções propostas na Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, os níveis de ruído deverão estar de acordo com os parâmetros de incomodidade previstos no Plano Regional Estratégico – PRE e com as disposições constantes na NBR 10.151/2000 da ABNT, dependendo de sua restrição.
15. Para a implantação das intervenções propostas na Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, deverá ser previsto o controle de vibrações, de modo a não provocar alterações de estabilidade dos solos.
16. Em todas as áreas identificadas como "potencialmente contaminadas", pertencentes à Área Diretamente Afetada que sofrerão interferência direta das obras, deverá ser realizada Avaliação Ambiental Preliminar para cada área, conforme orientações contidas no Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas (CETESB/2003), na Norma Técnica ABNT NBR 15515-1:2007 Errata 1:2011 e demais legislações pertinentes. Os estudos deverão conter assinatura por responsável técnico com registro no respectivo Conselho Profissional. Nas áreas com desapropriação, informar, quando possível, o número do processo administrativo que trata da desapropriação do imóvel.
17. Em todas as áreas identificadas como "suspeitas de contaminação" pertencentes à Área Diretamente Afetada que sofrerão interferência direta das obras, deverão ser realizadas Avaliação Ambiental Preliminar e Investigação Confirmatória, conforme orientações contidas no Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas (CETESB/2003), nas Normas Técnicas ABNT NBR 15515-1:2007 Errata 1:2011, NBR 15492/2007, NBR 15495/2007 e demais legislações pertinentes. Os estudos deverão conter assinatura por responsável técnico com registro no respectivo Conselho Profissional. Nas áreas com desapropriação, informar, quando possível, o número do processo administrativo que trata da desapropriação do imóvel.
18. Em todas as áreas identificadas como "contaminada, contaminada sob investigação, em processo de monitoramento para reabilitação e reabilitada" pertencentes à Área Diretamente Afetada que sofrerão interferência direta das obras, deverá ser apresentada manifestação da CETESB, favorável à intervenção e/ou mudança de uso a ser realizada pela operação urbana. Nas áreas com desapropriação, informar, quando possível, o número do processo administrativo que trata da desapropriação do imóvel.
19. A aprovação de projeto de parcelamento do solo, edificação, mudança de uso ou instalação de equipamentos que necessitem de autorização especial, em imóveis públicos ou privados considerados contaminados, suspeitos ou com potencial de contaminação por material nocivo ao meio ambiente e à saúde pública, ficará condicionada à apresentação pelo empreendedor, de relatório técnico conclusivo de investigação ambiental do imóvel para o uso existente ou pretendido, assinado por profissional habilitado, o qual será submetido à apreciação e deliberação da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente-SVMA, através do Departamento de Controle da Qualidade ambiental - DECONT, respeitada a legislação pertinente em vigor, por meio de autuação de Processo Administrativo em SVMA referente ao Acompanhamento dos Estudos de Investigação Ambiental.
20. Perfazer, nos moldes do que estabelece o PDE, nos lotes dos novos empreendimentos ou reformas com acréscimo de área no perímetro da Operação Urbana Bairros do Tamanduateí, faixas de permeabilidade perimetrais contíguas ao lote, devendo estas serem arborizadas nos moldes da legislação municipal vigente a época.= distribuída em faixas perimetrais contíguas ao lote, devendo estas serem arborizadas nos moldes da legislação municipal vigente à época.
21. Perfazer, no mínimo, 30% de permeabilidade da área dos lotes dos novos empreendimentos com área igual ou superior a 10.000 m² e possuam Coeficiente de CA-4 e superior, inclusive as HIS e as HIS e as HMP edificadas em ZEIS, com arborização distribuída de forma que estas constituam área de convivência para a comunidade.
22. Proporcionar às vias de circulação interna de pedestres e veículos dos novos empreendimentos ou reformas com acréscimo de área, maior permeabilidade por meio do uso de pisos drenantes compostos, preferencialmente, de materiais de alta porosidade.
23. Os lotes marginais aos cursos de água do Rio Tamanduateí, Rio Ipiranga e Córrego do Moinho Velho deverão atender ao código Florestal contando com uma faixa de área permeável arborizada de amplo acesso ao público, promovendo assim uma recomposição da APP, podendo tal faixa perfazer integral ou parcialmente a taxa de permeabilidade de cada lote.
24. Incrementar a arborização urbana desde o primeiro ciclo da operação urbana. Ações de plantio devem focar, prioritariamente, as vias estruturais.
25. Realizar plantios de exemplares arbóreos de acordo com as normas de arborização urbana vigentes à época, atualmente a Lei Municipal nº 13.646 de 2003 que versa sob o plantio da arborização urbana e do Manual de Arborização Urbana de 2015.
26. Instalar os "parklets" de acordo com o Decreto nº 55.045, de 16 abril de 2014.
27. Implantar Pocket Parks ao longo da Rua Silva Bueno – Setor Ipiranga e demais setores que o adensamento venha assim justificar.
28. Implantar Boulevards com a maior fração possível de áreas permeáveis, passeios semipermeáveis, drenantes, além de obrigatória arborização.
29. Condicionar o licenciamento de novos empreendimentos ao cumprimento da Lei nº 13.119 de 2004 e seu Decreto regulamentador.
30. Empreendimentos edificados após a Lei nº 13.119 de 2004, nas áreas da operação urbana e em desacordo com a mesma, deverão ter um prazo estipulado pelo legislativo para adequação a mesma.
31. O projeto executivo das Praças, dos Parques e Pocket's Parks a serem implantados na Operação Urbana Bairros do Tamanduateí deverão ser analisados e aprovados por órgãos competentes ligados a autarquia municipal.
32. Implantar, nos primeiros ciclos da Operação Urbana, os parques, praças e parques lineares propostos no projeto.
33. Sujeitar parques e áreas verdes associadas às estruturas de drenagem a normas que diminuam o risco a saúde pública.
34. Atender as diretrizes do GTAC/SVMA; inclusive novas praças, parques e áreas verdes de acordo com a Informação Técnica nº 288/GTAC/2015.
35. Realizar limpeza e manutenção periódica, das áreas alagáveis, cuja responsabilidade deverá ser delegada ao órgão competente ligado a autarquia municipal.
36. Implantar o parque proposto na Avenida Dianópolis com a garantia mínima de 90% de permeabilidade e arborização, e de acordo com as demais leis municipais vigentes.
37. Destinar às faixas verdes canteiros com dimensões que permitam o satisfatório crescimento das espécies arbóreas plantadas nesses locais.
38. Incluir a previsão de obras de limpeza e revitalização do rio Tamanduateí, desde os primeiros ciclos da Operação, de forma a promover uma melhoria na qualidade do curso d'água.
39. Os projetos de novas construções ou de reformas com acréscimo de área, incluindo usos residenciais, e assim também HIS / HMP ou não residenciais, em quadras situadas total ou parcialmente em Planícies Aluviais, Aluvião deverão comprovar previamente por meio de estudos com parecer contendo a garantia de que a obra considera o risco de recalque das fundações, a estabilidade precária das paredes de escavação; a possibilidade de solapamento das margens dos cursos d'água, a pouca profundidade do lençol freático; os solos com baixa capacidade de suporte; os sérios problemas de enchentes e dificuldades para a implantação das obras de saneamento e sistema viário.
40. As demolições deverão apresentar, na sua fase inicial, informações técnicas a respeito da composição, do volume a ser removido, dos locais de destinação do entulho, dos métodos adotados para monitoramento do material particulado em suspensão, a serem apresentados ao Setor de Saúde Ambiental da Secretaria Municipal de Saúde.
41. Garantir a implantação de rede pública de equipamentos de saúde, educação, cultura, esporte e assistência social, compatível com a demanda gerada pelo incremento populacional proposto para a região. A implantação destes equipamentos deverá estar de acordo com o planejamento das Secretarias responsáveis, plano diretor e lei municipal de uso e ocupação do solo vigentes.
42. Conciliar os projetos da OUC-BT com a preservação da memória e a valorização arqueológica e histórica da região.
43. Obter a manifestação e anuência dos órgãos de preservação do patrimônio arqueológico, histórico, cultural e ambiental (CONDEPHAAT, CONPRESP e IPHAN), de acordo com a legislação específica vigente e com as demais normas complementares.
44. Atender integralmente as diretrizes apresentadas pelo CONDEPHAAT, CONPRESP e IPHAN para as intervenções contidas no perímetro da OUC-BT.
45. Incentivar a doação de parte de lotes particulares para implantação de melhoramentos viários previstos, mediante contrapartida de potencial construtivo.
46. No caso de implantação das intervenções viárias, promover o enterramento das redes aéreas, de modo a garantir a melhora da paisagem urbana da região.
47. Garantir a utilização de calçadas permeáveis e de padronização de passeios públicos para implantação dos melhoramentos viários, de acordo com as especificações da legislação vigente.
48. Aumentar a oferta de sistema de transporte coletivo por meio de modais de média e alta capacidade, tendo em vista o acréscimo de demanda resultante do adensamento populacional previsto.
49. Promover e consolidar o sistema de circulação e conexão cicloviária por meio da implantação de ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas, compatibilizados com outros modais de transporte, visando ao conforto, à segurança dos usuários e ao aumento da mobilidade e da qualidade de vida na região.
50. Promover a implantação de sinalização cicloviária, paraciclos e bicicletários integrando a rede cicloviária junto às áreas de parques e praças, terminais e estações de transporte público coletivo, visando ao conforto, à segurança dos usuários e ao aumento da mobilidade e da qualidade de vida na região.
51. Promover por meio das intervenções propostas a requalificação do passeio público, faixas de pedestre, transposições, passarelas, visando a priorização do pedestre e seu pleno acesso ao espaço urbano.
52. Atender as diretrizes e legislações vigentes de garantia de acessibilidade universal, na implantação de equipamentos públicos e sociais, áreas verdes e equipamentos de infraestrutura urbana.
53. Promover o adensamento da área aproximando empregos, moradias e infraestrutura, garantindo a aplicação do modelo de cidade compacta.
54. Em relação às remoções e reassentamentos, deverá desenvolver:
a) Programa de Comunicação Social para todo o período de execução da OUC-BT;
b) Programa de Atendimento Econômico e Social
c) Programa de Reassentamento da população diretamente afetada pela OUC-BT;
d) Cadastramento Socioeconômico atualizado da população moradora a ser removida para Habitação de Interesse Social, assegurando-se o reassentamento definitivo de todas as famílias atingidas pelas obras e outras intervenções
e) Previsão de glebas e terrenos para a produção Habitacional de Interesse Social dentro do seu perímetro de abrangência ou perímetro expandido.
f) Termo de Cooperação Técnica, definindo as responsabilidades institucionais para viabilizar a execução da Habitação de Interesse Social, dentro do seu perímetro de abrangência ou perímetro expandido.
g) Fluxo de informação contínuo com a Secretaria Municipal de Saúde/Vigilância em Saúde Ambiental, informando-a sobre mudanças em situações de exposição da população moradora em área contaminada, bem como evitar futuras exposições, incluindo a dos trabalhadores desta Operação Urbana.
55. Em relação aos processos desapropriatórios, deverá desenvolver:
a) Definição de áreas pretendidas para a implantação de melhorias viárias, alargamento de vias existentes, implantação de novas áreas verdes, equipamentos sociais, das estruturas de drenagem propostas e implantação de HIS inerentes a Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí.
b) Programa de Negociação do Processo de Desapropriação dos Imóveis Afetados.
c) Posto de Atendimento à População Afetada pelas Desapropriações.
d) Cadastramento Socioeconômico atualizado das Famílias Afetadas pelas Desapropriações.

**2015-0.009.849-0**
**Assunto:** Solicitação da Licença Ambiental Prévia - LAP
**Empreendimento:** "Obras de Controle de Inundações na Bacia do Córrego da Paciência".
**Empreendedor:** Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB
I. A vista dos elementos constantes do P.A. nº 2015-0.009.849-0, e no exercício de minhas atribuições legais, fundamentado no artigo 225 da Constituição Federal e inciso VI do artigo 23 da Constituição Federal, combinado com o Parágrafo 3º do artigo 183 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto na Lei nº 14.887/2009 e Resolução 170/CADES/2014, **defiro o pedido de Licença Ambiental Prévia.**
**Extrato de Concessão de Licença Ambiental Prévia – LAP Nº 02/SVMA.G/2015, com as exigências técnicas constantes abaixo – P.A. nº 2015-0.009.849-0. Interessado: Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB. Empreendimento: Obras de Controle de Inundações na Bacia do Córrego da Paciência - Validade: 21/07/2019.**
A Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB deverá atender às seguintes exigências:
1. Apresentar o Projeto Executivo (planta e perfil) para todas as intervenções previstas na implantação do empreendimento.
2. Apresentar a localização das áreas destinadas à implantação dos canteiros de obras e industriais e eventuais áreas de apoio e de empréstimo. Informar as características e o funcionamento atual das áreas dos canteiros, indicando os locais designados para cada tipo de serviço a ser instalado e descrevendo as atividades previstas.
3. Apresentar a estimativa dos volumes de insumos, resíduos, material proveniente da demolição de áreas construídas e materiais excedentes, a serem gerados durante a implantação do empreendimento.
4. Apresentar a manifestação da Subprefeitura de Santana / Tucuruvi, em relação à implantação do empreendimento.
5. Apresentar a manifestação da Subprefeitura de Santana / Tucuruvi, quanto à responsabilidade pela manutenção e limpeza do reservatório proposto.
6. Apresentar qual Subprefeitura é responsável pela limpeza e manutenção dos Córregos da Paciência e Maria Paula, informando as ações realizadas e a periodicidade dos serviços prestados.
7. Apresentar manifestação do Departamento de Gestão do Patrimônio Imobiliário – DGPI, quanto às intervenções previstas nas praças e áreas verdes que serão afetadas com a implantação do empreendimento.
8. Apresentar a manifestação da Comissão de Análise Integrada de Edificações e Parcelamento do Solo e Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CAIEPS/CTLU, tendo em vista que o empreendimento prevê a implantação de um reservatório de contenção de água.
9. Apresentar um Plano de Ataque das Obras, que deverá ser composto por um mapa contendo a localização do empreendimento, a sequência de execução das atividades e a descrição das intervenções previstas.
10. Apresentar a manifestação da SABESP, quanto à possibilidade de inclusão dos Córregos da Paciência e Maria Paula no Programa Córrego Limpo.
11. Apresentar a Outorga do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE para as obras e serviços de todo o empreendimento, que interfiram nos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, conforme estabelecido na Portaria DAEE nº 717/96.
12. Apresentar a estimativa do volume de solo a ser escavado para a implantação do reservatório e indicar as áreas utilizadas para disposição desse material.
13. Apresentar o Termo de Compromisso Ambiental firmado junto ao DEPAVE/EDPAA, contemplando as intervenções realizadas em APP. O TCA deverá ser acompanhado dos Projetos de Compensação Ambiental, do Projeto Paisagístico e de seus respectivos mapas.
14. Apresentar Projeto Paisagístico de acordo com as diretrizes fornecidas pelo DEPLAN assim como com o PRE das subprefeituras envolvidas.

07.07.2015 — Licença Ambiental Prévia (LAP)
Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE

**LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA**

**LAP Nº 01/SVMA.G/2015**

**Validade: 07/07/2020**
**P.A. nº 2014-0.041.343-1**

**IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR**

NOME: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU
ENDEREÇO: Rua São Bento, 405, Centro - 17º e 18º andar

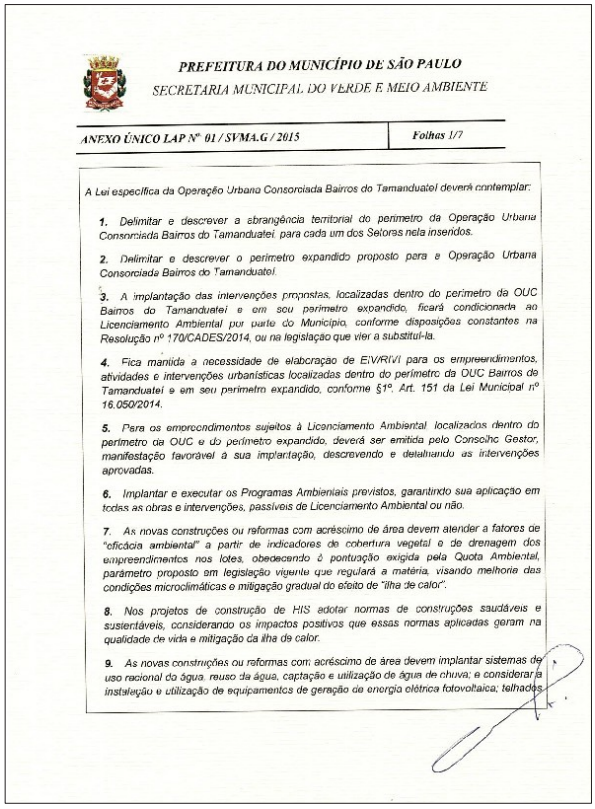
**IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO**
Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí

O Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente, no uso das atribuições conferidas por lei e à vista dos elementos constantes do P.A. acima indicado, concede a presente LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA para fins de elaboração da Lei específica da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí.
A presente licença não autoriza o início da instalação do empreendimento em referência, que dependerá da concessão da(s) respectiva(s) Licença(s) Ambiental(ais) de acordo com a legislação vigente.
Esta Licença não substitui nem dispensa quaisquer Alvarás ou Licenças de qualquer natureza, exigíveis legalmente, em âmbito Municipal, Estadual e Federal.

**ANEXO ÚNICO: folhas 01 a 07**

**SÃO PAULO, 07/07/2015**

**JOSÉ TADEU CANDELÁRIA**
SECRETÁRIO MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE

**ANEXO ÚNICO LAP Nº 01 / SVMA.G / 2015** | **Folhas 1/7**

A Lei específica da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí deverá contemplar:

**1.** Delimitar e descrever a abrangência territorial do perímetro da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí para cada um dos Setores nela inseridos.

**2.** Delimitar e descrever o perímetro expandido proposto para a Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí.

**3.** A implantação das intervenções propostas, localizadas dentro do perímetro da OUC Bairros do Tamanduateí e em seu perímetro expandido, ficará condicionada ao Licenciamento Ambiental por parte do Município, conforme disposições constantes na Resolução nº 170/CADES/2014, ou na legislação que vier a substituí-la.

**4.** Fica mantida a necessidade de elaboração de EIV/RIVI para os empreendimentos, atividades e intervenções urbanísticas localizadas dentro do perímetro da OUC Bairros do Tamanduateí e em seu perímetro expandido, conforme §1º, Art. 151 da Lei Municipal nº 16.050/2014.

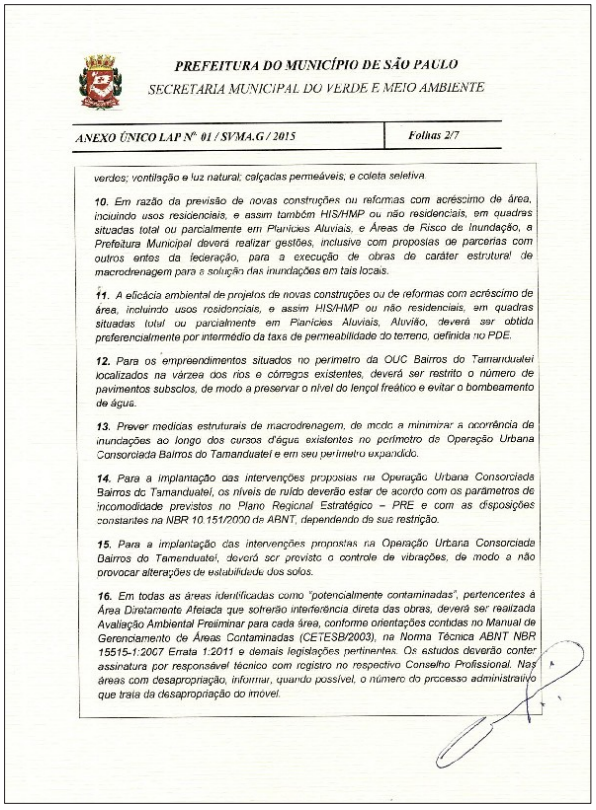
**5.** Para os empreendimentos sujeitos à Licenciamento Ambiental localizados dentro do perímetro da OUC e do perímetro expandido, deverá ser emitida pelo Conselho Gestor, manifestação favorável à sua implantação, descrevendo e detalhando as intervenções aprovadas.

**6.** Implantar e executar os Programas Ambientais previstos, garantindo sua aplicação em todas as obras e intervenções, passíveis de Licenciamento Ambiental ou não.

**7.** As novas construções ou reformas com acréscimo de área devem atender a fatores de "eficácia ambiental" a partir de indicadores de cobertura vegetal e de drenagem dos empreendimentos nos lotes, obedecendo à pontuação exigida pela Quota Ambiental, parâmetro proposto em legislação vigente que regulará a matéria, visando melhoria das condições microclimáticas e mitigação gradual do efeito de "ilha de calor".

**8.** Nos projetos de construção de HIS adotar normas de construções saudáveis e sustentáveis, considerando os impactos positivos que essas normas aplicadas geram na qualidade de vida e mitigação da ilha de calor.

**9.** As novas construções ou reformas com acréscimo de área devem implantar sistemas de uso racional da água, reuso da água, captação e utilização de água de chuva; e considerar a instalação e utilização de equipamentos de geração de energia elétrica fotovoltaica; telhados



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE

**ANEXO ÚNICO LAP Nº 01 / SVMA.G / 2015** | **Folhas 2/7**

verdes; ventilação e luz natural; calçadas permeáveis; e coleta seletiva.

**10.** Em razão da previsão de novas construções ou reformas com acréscimo de área, incluindo usos residenciais, e assim também HIS/HMP ou não residenciais, em quadras situadas total ou parcialmente em Planícies Aluviais, e Áreas de Risco de Inundação, a Prefeitura Municipal deverá realizar gestões, inclusive com propostas de parcerias com outros entes da federação, para a execução de obras de caráter estrutural de macrodrenagem para a solução das inundações em tais locais.

**11.** A eficácia ambiental de projetos de novas construções ou de reformas com acréscimo de área, incluindo usos residenciais, e assim HIS/HMP ou não residenciais, em quadras situadas total ou parcialmente em Planícies Aluviais, Aluvião, deverá ser obtida preferencialmente por intermédio da taxa de permeabilidade do terreno, definida no PDE.

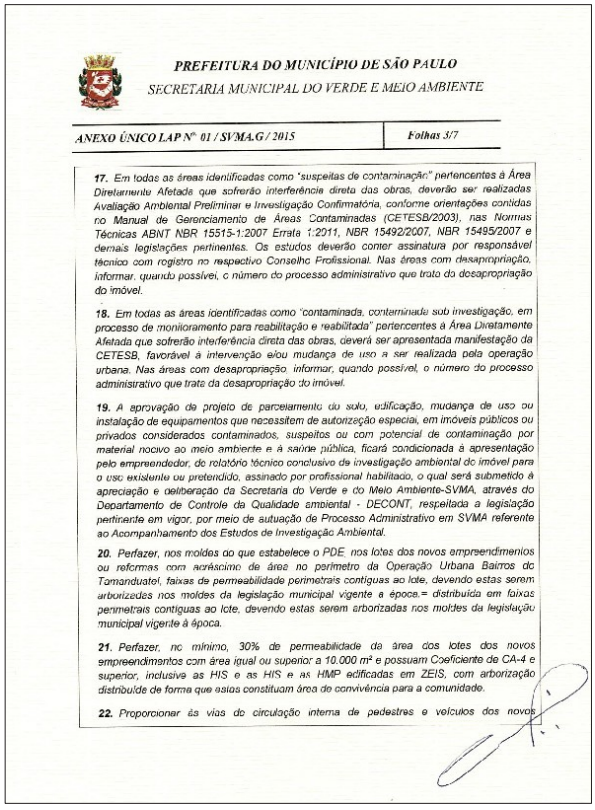
**12.** Para os empreendimentos situados no perímetro da OUC Bairros do Tamanduateí localizados na várzea dos rios e córregos existentes, deverá ser restrito o número de pavimentos subsolos, de modo a preservar o nível do lençol freático e evitar o bombeamento de águas.

**13.** Prever medidas estruturais de macrodrenagem, de modo a minimizar a ocorrência de inundações ao longo dos cursos d'águas existentes no perímetro de Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí e em seu perímetro expandido.

**14.** Para a implantação das intervenções propostas na Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, os níveis de ruído deverão estar de acordo com os parâmetros de incomodidade previstos no Plano Regional Estratégico – PRE e com as disposições constantes na NBR 10.151/2000 da ABNT, dependendo de sua restrição.

**15.** Para a implantação das intervenções propostas na Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, deverá ser previsto o controle de vibrações, de modo a não provocar alterações de estabilidade dos solos.

**16.** Em todas as áreas identificadas como "potencialmente contaminadas", pertencentes à Área Diretamente Afetada que sofrerão interferência direta das obras, deverá ser realizada Avaliação Ambiental Preliminar para cada área, conforme orientações contidas no Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas (CETESB/2003), na Norma Técnica ABNT NBR 15515-1:2007 Errata 1:2011 e demais legislações pertinentes. Os estudos deverão conter assinatura por responsável técnico com registro no respectivo Conselho Profissional. Nas áreas com desapropriação, informar, quando possível, o número do processo administrativo que trata da desapropriação do imóvel.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE

**ANEXO ÚNICO LAP Nº 01 / SVMA.G / 2015** | **Folhas 3/7**

**17.** Em todas as áreas identificadas como "suspeitas de contaminação" pertencentes à Área Diretamente Afetada que sofrerão interferência direta das obras, deverão ser realizadas Avaliação Ambiental Preliminar e Investigação Confirmatória, conforme orientações contidas no Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas (CETESB/2003), nas Normas Técnicas ABNT NBR 15515-1:2007 Errata 1:2011, NBR 15492/2007, NBR 15495/2007 e demais legislações pertinentes. Os estudos deverão conter assinatura por responsável técnico com registro no respectivo Conselho Profissional. Nas áreas com desapropriação, informar, quando possível, o número do processo administrativo que trata da desapropriação do imóvel.

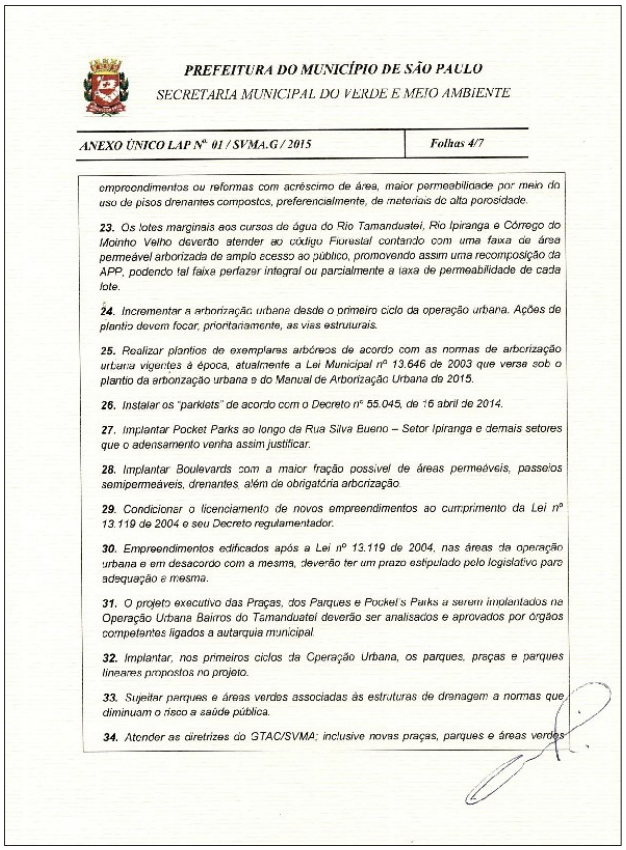
**18.** Em todas as áreas identificadas como "contaminada, contaminada sob investigação, em processo de monitoramento para reabilitação e reabilitada" pertencentes à Área Diretamente Afetada que sofrerão interferência direta das obras, deverá ser apresentada manifestação da CETESB, favorável à intervenção e/ou mudança de uso a ser realizada pela operação urbana. Nas áreas com desapropriação informar, quando possível, o número do processo administrativo que trata da desapropriação do imóvel.

**19.** A aprovação de projeto de parcelamento do solo, edificação, mudança de uso ou instalação de equipamentos que necessitem de autorização especial, em imóveis públicos ou privados considerados contaminados, suspeitos ou com potencial de contaminação por material nocivo ao meio ambiente e à saúde pública, ficará condicionada à apresentação pelo empreendedor, do relatório técnico conclusivo da investigação ambiental do imóvel para o uso existente ou pretendido, assinado por profissional habilitado, o qual será submetido à apreciação e deliberação da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente-SVMA, através do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental - DECONT, respeitada a legislação pertinente em vigor, por meio de atuação de Processo Administrativo em SVMA referente ao Acompanhamento dos Estudos de Investigação Ambiental.

**20.** Perfazer, nos moldes do que estabelece o PDE, nos lotes dos novos empreendimentos ou reformas com acréscimo de área no perímetro da Operação Urbana Bairros do Tamanduateí, faixas de permeabilidade perimetrais contíguas ao lote, devendo estas serem arborizadas nos moldes da legislação municipal vigente à época.= distribuída em faixas perimetrais contíguas ao lote, devendo estas serem arborizadas nos moldes da legislação municipal vigente à época.

**21.** Perfazer, no mínimo, 30% de permeabilidade da área dos lotes dos novos empreendimentos com área igual ou superior a 10.000 m² e possuam Coeficiente de CA-4 e superior, inclusive as HIS e as HIS e as HMP edificadas em ZEIS, com arborização distribuída de forma que estas constituam área de convivência para a comunidade.

**22.** Proporcionar às vias de circulação interna de pedestres e veículos dos novos



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**
SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE

| ANEXO ÚNICO LAP Nº. 01 / SVMA.G / 2015 | Folhas 4/7 |
|---|---|

empreendimentos ou reformas com acréscimo de área, maior permeabilidade por meio do uso de pisos drenantes compostos, preferencialmente, de materiais de alta porosidade.

**23.** Os lotes marginais aos cursos de água do Rio Tamanduateí, Rio Ipiranga e Córrego do Moinho Velho deverão atender ao código Florestal contando com uma faixa de área permeável arborizada de amplo acesso ao público, promovendo assim uma recomposição da APP, podendo tal faixa perfazer integral ou parcialmente a taxa de permeabilidade de cada lote.

**24.** Incrementar a arborização urbana desde o primeiro ciclo da operação urbana. Ações de plantio devem focar, prioritariamente, as vias estruturais.

**25.** Realizar plantios de exemplares arbóreos de acordo com as normas de arborização urbana vigentes à época, atualmente a Lei Municipal nº 13.646 de 2003 que versa sob o plantio da arborização urbana e do Manual de Arborização Urbana de 2015.

**26.** Instalar os "parklets" de acordo com o Decreto nº 55.045, de 16 abril de 2014.

**27.** Implantar Pocket Parks ao longo da Rua Silva Bueno – Setor Ipiranga e demais setores que o adensamento venha assim justificar.

**28.** Implantar Boulevards com a maior fração possível de áreas permeáveis, passeios semipermeáveis, drenantes além de obrigatória arborização.

**29.** Condicionar o licenciamento de novos empreendimentos ao cumprimento da Lei nº 13.119 de 2004 e seu Decreto regulamentador.

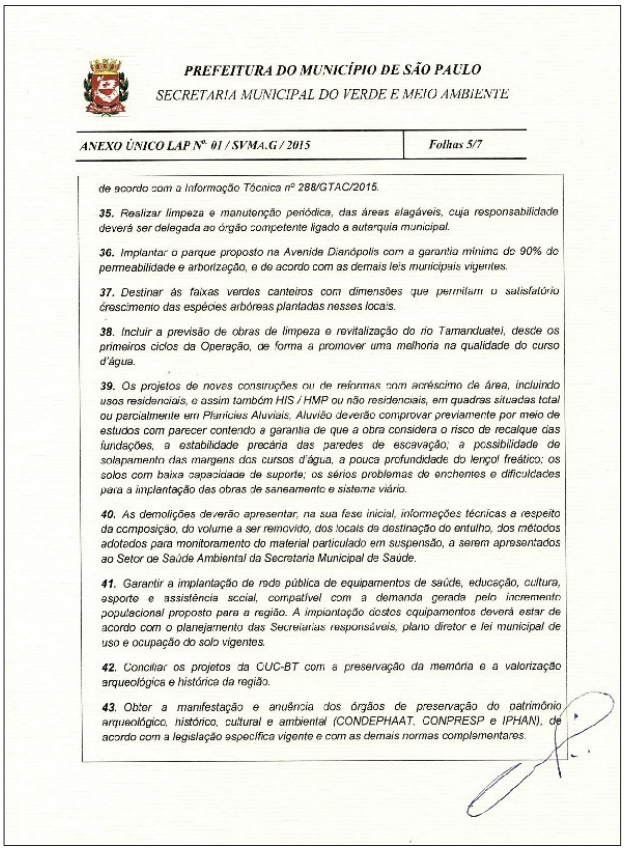
**30.** Empreendimentos edificados após a Lei nº 13.119 de 2004, nas áreas da operação urbana e em desacordo com a mesma, deverão ter um prazo estipulado pelo legislativo para adequação à mesma.

**31.** O projeto executivo das Praças, dos Parques e Pocket's Parks a serem implantados na Operação Urbana Bairros do Tamanduateí deverão ser analisados e aprovados por órgãos competentes ligados a autarquia municipal.

**32.** Implantar, nos primeiros ciclos da Operação Urbana, os parques, praças e parques lineares propostos no projeto.

**33.** Sujeitar parques e áreas verdes associadas às estruturas de drenagem a normas que diminuam o risco a saúde pública.

**34.** Atender as diretrizes do GTAC/SVMA; inclusive novas praças, parques e áreas verdes



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**
SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE

| ANEXO ÚNICO LAP Nº. 01 / SVMA.G / 2015 | Folhas 5/7 |
|---|---|

de acordo com a Informação Técnica nº 288/GTAC/2015.

**35.** Realizar limpeza e manutenção periódica, das áreas alagáveis, cuja responsabilidade deverá ser delegada ao órgão competente ligado a autarquia municipal.

**36.** Implantar o parque proposto na Avenida Dianópolis com a garantia mínima de 90% de permeabilidade e arborização, e de acordo com as demais leis municipais vigentes.

**37.** Destinar às faixas verdes canteiros com dimensões que permitam o satisfatório crescimento das espécies arbóreas plantadas nesses locais.

**38.** Incluir a previsão de obras de limpeza e revitalização do rio Tamanduateí, desde os primeiros ciclos da Operação, de forma a promover uma melhoria na qualidade do curso d'água.

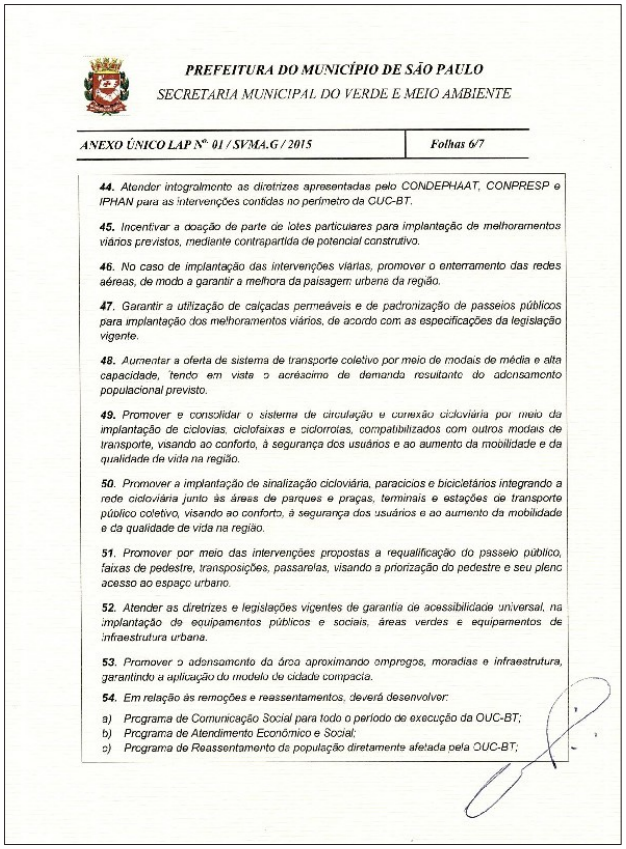
**39.** Os projetos de novas construções ou de reformas com acréscimo de área, incluindo usos residenciais, e assim também HIS / HMP ou não residenciais, em quadras situadas total ou parcialmente em Planícies Aluviais, Aluvião deverão comprovar previamente por meio de estudos com parecer contendo a garantia de que a obra considera o risco de recalque das fundações, a estabilidade precária das paredes de escavação; a possibilidade de solapamento das margens dos cursos d'água, a pouca profundidade do lençol freático; os solos com baixa capacidade de suporte; os sérios problemas de enchentes e dificuldades para a implantação das obras de saneamento e sistema viário.

**40.** As demolições deverão apresentar, na sua fase inicial, informações técnicas a respeito da composição, do volume a ser removido, dos locais de destinação do entulho, dos métodos adotados para monitoramento do material particulado em suspensão, a serem apresentados ao Setor de Saúde Ambiental da Secretaria Municipal de Saúde.

**41.** Garantir a implantação de rede pública de equipamentos de saúde, educação, cultura, esporte e assistência social, compatível com a demanda gerada pelo incremento populacional proposto para a região. A implantação destes equipamentos deverá estar de acordo com o planejamento das Secretarias responsáveis, plano diretor e lei municipal de uso e ocupação do solo vigentes.

**42.** Conciliar os projetos da OUC-BT com a preservação da memória e a valorização arqueológica e histórica da região.

**43.** Obter a manifestação e anuência dos órgãos de preservação do patrimônio arqueológico, histórico, cultural e ambiental (CONDEPHAAT, CONPRESP e IPHAN), de acordo com a legislação específica vigente e com as demais normas complementares.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**
SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE

| ANEXO ÚNICO LAP Nº. 01 / SVMA.G / 2015 | Folhas 6/7 |
|---|---|

**44.** Atender integralmente as diretrizes apresentadas pelo CONDEPHAAT, CONPRESP e IPHAN para as intervenções contidas no perímetro da CUC-BT.

**45.** Incentivar a doação de parte de lotes particulares para implantação de melhoramentos viários previstos, mediante contrapartida de potencial construtivo.

**46.** No caso de implantação das intervenções viárias, promover o enterramento das redes aéreas, de modo a garantir a melhora da paisagem urbana da região.

**47.** Garantir a utilização de calçadas permeáveis e de padronização de passeios públicos para implantação dos melhoramentos viários, de acordo com as especificações da legislação vigente.

**48.** Aumentar a oferta de sistema de transporte coletivo por meio de modais de média e alta capacidade, tendo em vista o acréscimo de demanda resultante do adensamento populacional previsto.

**49.** Promover e consolidar o sistema de circulação e conexão cicloviária por meio da implantação de ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas, compatibilizados com outros modais de transporte, visando ao conforto, à segurança dos usuários e ao aumento da mobilidade e da qualidade de vida na região.

**50.** Promover a implantação de sinalização cicloviária, paraciclos e bicicletários integrando a rede cicloviária junto às áreas de parques e praças, terminais e estações de transporte público coletivo, visando ao conforto, à segurança dos usuários e ao aumento da mobilidade e da qualidade de vida na região.

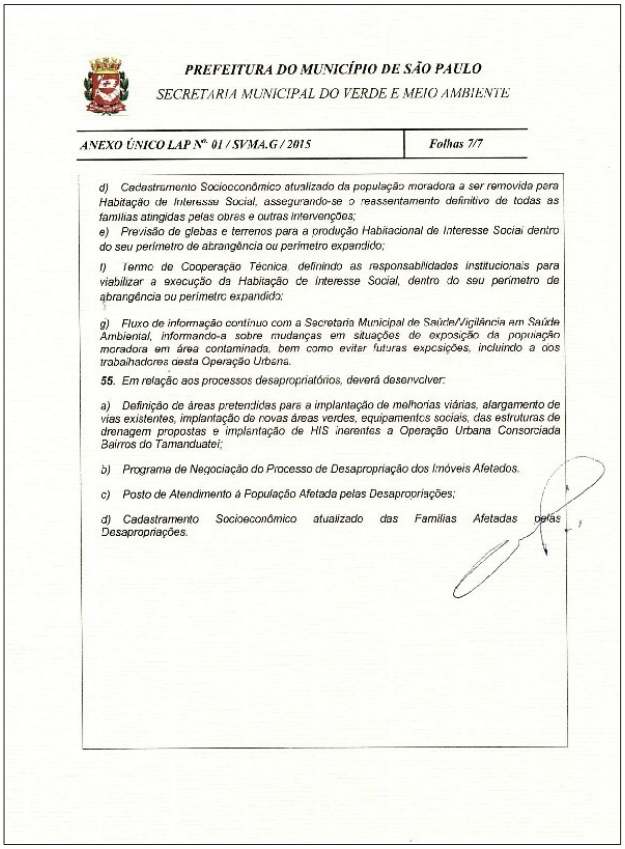
**51.** Promover por meio das intervenções propostas a requalificação do passeio público, faixas de pedestre, transposições, passarelas, visando a priorização do pedestre e seu pleno acesso ao espaço urbano.

**52.** Atender as diretrizes e legislações vigentes de garantia de acessibilidade universal, na implantação de equipamentos públicos e sociais, áreas verdes e equipamentos de infraestrutura urbana.

**53.** Promover o adensamento da área aproximando empregos, moradias e infraestrutura, garantindo a aplicação do modelo de cidade compacta.

**54.** Em relação às remoções e reassentamentos, deverá desenvolver:

a) Programa de Comunicação Social para todo o período de execução da OUC-BT;
b) Programa de Atendimento Econômico e Social;
c) Programa de Reassentamento da população diretamente afetada pela OUC-BT;



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**
SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE

| ANEXO ÚNICO LAP Nº. 01 / SVMA.G / 2015 | Folhas 7/7 |
|---|---|

d) Cadastramento Socioeconômico atualizado da população moradora a ser removida para Habitação de Interesse Social, assegurando-se o reassentamento definitivo de todas as famílias atingidas pelas obras e outras intervenções;
e) Previsão de glebas e terrenos para a produção Habitacional de Interesse Social dentro do seu perímetro de abrangência ou perímetro expandido;

f) Termo de Cooperação Técnica definindo as responsabilidades institucionais para viabilizar a execução da Habitação de Interesse Social, dentro do seu perímetro de abrangência ou perímetro expandido;

g) Fluxo de informação contínuo com a Secretaria Municipal de Saúde/Vigilância em Saúde Ambiental, informando-a sobre mudanças em situações de exposição da população moradora em área contaminada, bem como evitar futuras exposições, incluindo a dos trabalhadores desta Operação Urbana.

**55.** Em relação aos processos desapropriatórios, deverá desenvolver:

a) Definição de áreas pretendidas para a implantação de melhorias viárias, alargamento de vias existentes, implantação de novas áreas verdes, equipamentos sociais, das estruturas de drenagem propostas e implantação de HIS inerentes a Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí;

b) Programa de Negociação do Processo de Desapropriação dos Imóveis Afetados.

c) Posto de Atendimento à População Afetada pelas Desapropriações;

d) Cadastramento Socioeconômico atualizado das Famílias Afetadas pelas Desapropriações.

**2011-0.203.361-4**
**INTERESSADO:** IGUASPORT LTDA.
**ASSUNTO:** Termo de Ajustamento de Conduta – TAC nº 074/DECONT-G/2014.
**I** - O Diretor do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental, considerando que a lavratura do TAC deu-se anteriormente à publicação do DECRETO nº 54.421/13, nos termos do Decreto Municipal 42.833/03 (vigente à época), da Lei Federal nº 9.605/98, e do Decreto Federal nº 6.514/08 e, através da competência a ele delegada pela Portaria nº 105/SVMA-G/04, tendo em vista a lavratura do Termo de Ajustamento de Conduta nº 074/DECONT-G/2014 sob fls. 161 a 170 do PA 2011-0.203.361-4 e Relatório Técnico de Vistoria nº 66/DECONT-12/2015, sob fls. 196 a 200 do presente,**RECEBE DEFINITIVAMENTE,** o acordo firmado no TAC retro mencionado, com a empresa "IGUASPORT LTDA" – CNPJ/MF nº 02.314.041/0022-02.
**II** - Em conformidade com a Cláusula Oitava, Item 8.3, previsto no TAC nº 074/DECONT-G/2014, a empresa "IGUASPORT LTDA", deverá recolher aos cofres públicos o valor referente aos Autos de Multa nº 67-004.077-1 e nº 67-008.510-3, corrigidos monetariamente e o valor do preço público, face à lavratura do Termo de Recebimento Definitivo.
**2013-0.129.644-5**
**INTERESSADO:** CONDOMINIO EDIFICIO MORADA SO SOL
**ASSUNTO:** Termo de Ajustamento de Conduta nº 007/DECONT-G/2014
**I.** No exercício da competência que me foi atribuida pelo Decreto Municipal nº 42.833/2003, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 9.605/98, regulamentada pelo Decreto Federal 6.514/08, à vista dos elementos informativos constantes do presente processo administrativo, em especial a manifestação da Assistência Jurídica deste Departamento sob fls. retro, que acolho como razão de decidir: **RECEBER A DEFESA PRÉVIA**, posto que tempestiva, e no mérito **NEGAR-LHE PROVIMENTO, DETERMINANDO** a aplicação de multa contratual pelo descumprimento dos itens "2.2", "3.3" e "3.4" do TAC nº 007/DECONT-G/2014, no valor de R$3.000,00 (três mil reais);
**II.** O prazo para oferecimento de recurso é de 15 (quinze) dias a contar da publicação deste despacho no Diário Oficial, de acordo com artigo 36 da Lei 14.141/06;
**III.** Findo o prazo recursal a interessada deverá comparecer a esta Secretaria para retirada de guia de multa para o recolhimento do valor ao Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FEMA, conforme item 9.9, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 23 da Lei n.° 14.141/06, sob pena das cominações legais;
**2012-0.279.910-4 - EXTRATO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC nº 050/DECONT-G/2015**
**Auto de Infração:** Auto de Infração nº 5466/2010, lavrado em 30/06/2010
**Auto de Multa:** Auto de Multa nº 67-005.861-1, lavrado em 30/06/2010
**Motivo da Autuação:** Por dano ambiental decorrente do funcionamento de estabelecimento utilizador de recurso natural do solo, em desacordo com a legislação vigente, localizados na Rua Freire Bastos nº 430 – Jardim Modelo - São Paulo/SP.
**INTERESSADA:** "AROUMAR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA", inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.313.905/0001-43 e Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA.
**OBJETO DA REPARAÇÃO:**
**1.** Constitui objeto do presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, ora firmado entre as partes, obrigando-se a **CONTRATADA** a:
**1.2** Realizar o plantio de 100 (cem) mudas de árvores nativas, todas com DAP 3 5 cm, altura do colo à primeira bifurcação 7 1,80m e altura 7 2,50m, no interior do Parque da Luz, localizado na Rua Ribeiro de Lima;
**1.3** Garantir, ao final do período de manutenção, a reparação do dano ambiental;
**Valor do Auto de Multa nº 67-005.861-1** correspondente a R$ 29.028,24 (vinte e nove mil, vinte e oito reais e vinte quatro centavos).
**Valor da Multa a ser recolhida:** 10 % dos valores dos Auto de Multa nº 67-005.861-1, devidamente atualizado monetariamente, conforme previsto no Decreto Municipal nº 42.833 (vigente a época) – artigo 19 – parágrafo único, tendo em vista que o requerimento deste TAC deu-se anteriormente à publicação do Decreto Municipal nº 54.421/13, artigo 6º da Portaria 002/09-DECONT-G e § 2º do artigo 143 do Decreto Federal 6.514/08.
**2008-0.080.984-6 - TERMO DE ADITAMENTO**
AO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 001/DECONT-GAB/2009
Pelo presente contrato, de um lado a municipalidade de São Paulo, representada pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, por meio do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental – DECONT, com sede à Rua do Paraiso, nº 387, Paraiso, São Paulo, Capital, CEP 04103-000, representado neste ato pelo seu diretor JULIO CEZAR DOS REIS, Registro Funcional nº 777.687-0, portador da cédula de identidade RG nº 20.187.618-8-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 140.361.208-08, através da competência a ele delegada pela Portaria nº 105/SVMA-G/2004, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa "TORRE 2008 PARTICIPAÇÕES LTDA" inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.285.506/0001-08, com sede estabelecida na Rua James Holland, nº 422, sala 8 - CEP: 01138-000 - São Paulo/SP, representado neste ato pelo seu diretor, Sr. JACK LEON TERPINS, brasileiro, casado pelo regime de comunhão de bens, engenheiro, portador da cédula de identidade R.G. nº 3.069.172-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 223.158.458-15, doravante denominada **CONTRATADA**, em caráter irrevogável, **RESOLVEM LAVRAR O PRESENTE TERMO DE ADITAMENTO AO AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC Nº 001/DECONT-GAB/2009**, nos termos da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1.998, art. 79-A, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/08, e Decreto Municipal nº 42.833/03 (vigente à época), considerando que o requerimento do TAC deu-se anteriormente à publicação do Decreto Municipal nº 54.421/13, de acordo com as Portarias nºs 105/SVMA-G/2004 e nº 002/DECONT-G/09, e demais alterações legais, face a lavratura dos Autos de Infração nº 27851/2007, lavrado em 19/02/07 e nº 17482/2008, lavrado em 06/03/08 por motivo de ter sido constatado dano ambiental decorrente de corte irregular de 46 (quarenta e seis) espécimes arbóreos e constatação de dano ambiental decorrente de lançamento irregular de resíduos sólidos, cerca de 24 (vinte e quatro) m3, dentre estes, entulho, madeira, ferro, pedra, latas, terra em área pública (viela), lindeira ao imóvel localizado na Rua Dr. Alcides da Silveira Faro, s/nº - Jd. Everest – São Paulo, fatos estes que culminaram na lavratura dos Autos de Multas nºs: 67-001.768-0 e 67-001.900-3, nos valores de R$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais) e R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) todos constantes dos Processos Administrativos nºs 2007-0.343.111-7 e 2008-0.074.048-0, conforme as cláusulas e considerações adiante expostas:
**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITAMENTO**
**ADITA** parcialmente os itens 1 a 4, da Cláusula Primeira do Termo de Ajustamento de Conduta nº 001/DECONT-GAB/2009, alterando o local de plantio de 250 (duzentas e cinquenta) mudas de arvores nativas de DAP 7 5 cm, que não poderam ser efetivados, para o Parque Raposo Tavares sito a Rua Telmo Coelho Filho, nº 200 Jardim Olympia – São Paulo/SP, conforme Projeto Técnico de Reparação de Dano ambiental e Memorial descritivo encartados sob fls. 709 a 718 do P.A.;
**ADITA** o itens 1 e 3 da Cláusula Segunda do TAC nº 001/DECONT-GAB/2009, dando início ao plantio no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do extrato do Termo de Aditamento, sendo que o prazo para conclusão total do plantio será de 60 (sessenta) dias a contar do início do plantio objeto deste aditamento;
Acrescenta o Parágrafo Único da Cláusula Segunda, prorrogando-se todos os prazos subsequentes, sendo que os mesmos devem ser contados a partir do término total do plantio.
**2012-0.311.764-3**
**INTERESSADO:** CONDOMÍNIO ORDINÁRIO DO AUTO SHOPPING SÃO PAULO LESTE.
**ASSUNTO:** Requerimento de Termo de Ajustamento de Conduta.
**I** – No exercício da competência que me foi atribuida pelo Decreto Municipal nº 54.421/13 e pela Portaria nº 105/2004 – SVMA-G, em conformidade com a Lei Federal nº 9.605/98, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/08, e pelos elementos constantes do presente, em especial a Manifestação Técnica às fls. 307 e a manifestação da Assistência Jurídica deste Departamento sob fls. retro, que acolho como razão de decidir: **DEFERIR** o pedido formulado pelo interessado às fls. 293, no sentido de lhe conceder o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que apresente a aprovação do projeto apresentado em SIURB;
**2012-0.040.193-6**
**INTERESSADO:** Toledo Ferrari Construtora e Incorporadora Ltda
**ASSUNTO:** Defesa Administrativa
**I.** No exercício da competência que me foi atribuida pelo Decreto Municipal nº 54.421/13 e Portaria 132/SVMA-G/2007, em conformidade com o estabelecido no artigo 70 e seguintes da Lei Federal nº 9.605/98, regulamentada pelo Decreto Federal 6.514/08 à vista dos elementos informativos constantes deste processo, em especial a manifestação da Assistência Jurídica deste Departamento, que acolho como razão de decidir: **RECEBO a DEFESA**, posto que tempestiva, e no mérito,**DOU-LHE PROVIMENTO, CANCELO** o Auto de Infração nº 9912, e respectivo Auto de Multa nº 67-009.289-4, por ausência de infração ambiental.
**2012-0.255.123-4**
**INTERESSADO:** Bar e Lanchonete Jerico LTDA
**ASSUNTO:** Defesa Administrativa
**I.** No exercício da competência que me foi atribuida pelo Decreto Municipal nº 54.421/13, em conformidade com o estabelecido no artigo 70 e seguintes da Lei Federal nº 9.605/98, regulamentada pelo Decreto Federal 6.514/08, à vista dos elementos informativos constantes deste processo, em especial a manifestação da Assistência Jurídica deste Departamento, que acolho como razão de decidir: **RECEBER a DEFESA**, posto que tempestiva e, no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO, MANTENHO** o Auto de Infração nº 27587 e seu respectivo Auto de Multa nº 67-009.850-7.
**II.** O infrator poderá, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação deste despacho, oferecer Recurso e requerer Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos do Decreto Municipal nº 54.421/13;
**III.** Transcorrido o prazo recursal sem manifestação, o interessado deverá recolher o valor da multa devidamente atualizado, por meio de extração de segunda via da notificação-recibo a ser obtida no DECONT, sob pena de inscrição na dívida ativa e no CADIN, bem como cobrança judicial, sem prejuizo das demais medidas administrativas e judiciais cabiveis, nos termos do item 19 da Portaria SVMA 132/13;
**2015-0.141.068-3**
**INTERESSADO:** Santos Brasil Logística S.A.
**ASSUNTO:** Plano de Atendimento à Emergência.
**I** – O Diretor do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental, no exercício de sua competência legal, à vista dos elementos informativos do processo administrativo nº 2015-0.141.068-3, especialmente as manifestações da Divisão Técnica de Controle Ambiental, sob fl. 139 e 139-verso, da Assistência Jurídica do DECONT-G; **APROVA O PLANO DE ATENDIMENTO À EMERGÊNCIA – PAE** para os produtos constantes da tabela a seguir, apresentado pela empresa "Santos Brasil Logistica S.A." inscrita no CNPJ nº 58.180.316/0001-92, para atender o Decreto Municipal nº 50.446, de 20 de fevereiro de 2009 e Portaria SVMA nº 54, de 25 de março de 2009.

| Nº. ONU | PRODUTO | QUANTIDADE MÁXIMA | ESTADO FÍSICO | TIPO |
|---|---|---|---|---|
| 1110 | n-AMILMETILCETONA | 32.000 l | Líquido | Fracionado/Granel |
| 1210 | TINTA PARA IMPRESSÃO, RELACIONADO COM TINTA PARA IMPRESSÃO | 32.000 l | Líquido | Fracionado/Granel |
| 1274 | n-PROPANOL (ÁLCOOL PROPÍLICO, NORMAL) | 32.000 l | Líquido | Fracionado/Granel |
| 1325 | SÓLIDO INFLAMÁVEL, ORGÂNICO, NE. | 32.000 kg | Sólido | Fracionado/Granel |
| 1866 | RESINA, SOLUÇÃO, inflamável | 32.000 l | Líquido | Fracionado/Granel |
| 2051 | 2-DIMETILAMINOETANOL | 32.000 l | Líquido | Fracionado/Granel |
| 2264 | N,N-DIMETILCICLO-HEXILAMINA | 32.000 l | Líquido | Fracionado/Granel |
| 2302 | 5-METIL-HEXAN-2-ONA | 32.000 l | Líquido | Fracionado/Granel |
| 2619 | BENZILDIMETILAMINA | 32.000 l | Líquido | Fracionado/Granel |
| 2733 | AMINAS, INFLAMÁVEIS, CORROSIVAS, N.E., ou POLIAMINAS, INFLAMÁVEIS, CORROSIVAS, N.E. | 32.000 l | Líquido | Fracionado/Granel |
| 2734 | AMINAS, CORROSIVAS, INFLAMÁVEIS, LÍQUIDAS, N.E., ou POLIAMINAS, CORROSIVAS, INFLAMÁVEIS, LÍQUIDAS, N.E. | 32.000 l | Líquido | Fracionado/Granel |
| 3272 | ÉSTERES, N.E. | 32.000 l | Líquido | Fracionado/Granel |

## DEPTO DE PARQUES E ÁREAS VERDES

**2015-0.044.736-2 EXTRATO DO TCA Nº 267/2015 PMSP/SVMA E CONSTRUTORA COZMAN LTDA.** em decorrência de construção de conjunto residencial, em imóvel localizado na Rua Maria Célia, nº.s. 197, 203, 211, 227, 243, 245, 253 e parte do imóvel nº 267, Pirituba, São Paulo - SP, com fundamento no artigo 154 da Lei Municipal nº 16.050/2014 e Decreto nº 53.889/2013, firmam o presente Termo de Compromisso Ambiental, consoante às cláusulas que seguem: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - DO COMPROMISSO E DA COMPENSAÇÃO 1.1. A Compromissária se compromete a atender os seguintes itens: 1.1.1. Corte de 13 (treze) árvores exóticas. 1.1.2. Corte de 02 (duas) árvores nativas. 1.1.3. Preservação de 01 (um) exemplar arbóreo. 1.1.4. Cadastradas na calçada 01 (um) exemplar arbóreo. 1.1.5. Plantio interno de 29 (vinte e nove) mudas com DAP 5,0 cm, acompanhadas dos respectivos tutores, de espécies nativas do Estado de São Paulo, padrão DEPAVE. 1.1.6. Plantio na calçada de 03 (três) mudas com DAP 5,0 cm, acompanhadas dos respectivos tutores, de espécies nativas do Estado de São Paulo, padrão DEPAVE. 1.1.7. Entregar 343 (trezentas e quarenta e três) mudas DAP 3,0 cm de espécies nativas do Estado de São Paulo, padrão DEPAVE, ao Viveiro Manequinho Lopes, conforme determinado pela Câmara de Compensação Ambiental, através da 3ª Reunião Ordinária de 22/01/2015. 1.1.8. Implantação de calçada verde. 10.1. A eficácia das autorizações de corte e transplante inicia-se somente após a emissão do respectivo Alvará de Execução, emitido pelo órgão competente.
**2014-0.166.994-4 EXTRATO DO TCA Nº 268/2015 PMSP/SVMA E FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – FIPE** em decorrência de aprovação de reforma em imóvel localizado na Avenida Coríleu de Azevedo Marques, nº 5.677, Rua Doutor Francisco Pati e Rua Doutor Ayres Martins Torres, Butantã, São Paulo - SP, com fundamento no artigo 154 da Lei Municipal nº 16.050/2014 e Decreto nº 53.889/2013, firmam o presente Termo de Compromisso Ambiental, consoante as cláusulas que seguem: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - DO COMPROMISSO E DA COMPENSAÇÃO 1.1. A Compromissária se compromete a atender os seguintes itens: 1.1.1. Corte de 09 (nove) árvores exóticas. 1.1.2. Corte de 06 (seis) árvores nativas. 1.1.3. Preservação de 40 (quarenta) exemplares arbóreos. 1.1.4. Cadastradas em logradouro público 03 (três) exemplares arbóreos. 1.1.5. Plantio interno de 72 (setenta e duas) mudas com DAP 3,0 cm, acompanhadas dos respectivos tutores, de espécies nativas do Estado de São Paulo, padrão DEPAVE. 1.1.6. Plantio na calçada de 09 (nove) mudas com DAP 5,0 cm, acompanhadas dos respectivos tutores, de espécies nativas do Estado de São Paulo, padrão DEPAVE. 1.1.7. Plantio no estacionamento de 09 (nove) mudas com DAP 3,0 cm, acompanhadas dos respectivos tutores, de espécies nativas do Estado de São Paulo, padrão DEPAVE. 1.1.8. Implantação de calçada verde. 9.1. A eficácia das autorizações de corte e transplante inicia-se somente após a emissão do respectivo Alvará de Execução, emitido pelo órgão competente.
**2015-0.058.960-4 EXTRATO DO TCA Nº 271/2015 PMSP/SVMA E VICENTE DE PAULO GIACCAGLINI MORATO** em decorrência de construção de posto de abastecimento, serviços, loja de conveniência e comercial em imóvel localizado na Rua Deputado Laércio Corte, s/nº X Rua Doutor Mário Vatanabe, s/nº X Rua Itamanari, s/nº, Lotes 09, 10, 11 e 27 da Quadra A do Loteamento denominado Paraizo do Morumbi, São Paulo - SP, com fundamento no artigo 154 da Lei Municipal nº 16.050/2014 e Decreto nº 53.889/2013, firmam o presente Termo de Compromisso Ambiental, consoante as cláusulas que seguem: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - DO COMPROMISSO E DA COMPENSAÇÃO 1.1. A Compromissária se compromete a atender os seguintes itens: 1.1.1. Corte de 07 (sete) árvores exóticas. 1.1.2. Corte de 15 (quinze) árvores nativas. 1.1.3. Remoção de 01 (uma) árvore morta. 1.1.4. Transplante interno de 01 (um) exemplar arbóreo. 1.1.5. Plantio interno de 31 (trinta e uma) mudas com DAP 5,0 cm, acompanhadas dos respectivos tutores, de espécies nativas do Estado de São Paulo, padrão DEPAVE. 1.1.6. Entregar 792 (setecentas e noventa e duas) mudas DAP 3,0 cm de espécies nativas do Estado de São Paulo, padrão DEPAVE, ao Viveiro Manequinho Lopes, conforme Ata da 03ª Reunião Ordinária da Câmara de Compensação Ambiental de 22/01/2015. 10.1. A eficácia das autorizações de corte e transplante inicia-se somente após a emissão do respectivo Alvará de Execução, emitido pelo órgão competente.
**2015-0.025.145-0 EXTRATO DO TCA Nº 279/2015 PMSP/SVMA E ADOLORATA FANGANIELLO E OUTROS** em decorrência de construção de conjunto residencial HIS em imóvel localizado na Rua Henrique Casela, acesso pela Avenida Condessa Elisabeth de Robiano, s/nº, Lote 01, Penha da França, São Paulo - SP, com fundamento no artigo 154 da Lei Municipal nº 16.050/2014 e Decreto nº 53.889/2013, firmam o presente Termo de Compromisso Ambiental, consoante as cláusulas que seguem: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - DO COMPROMISSO E DA COMPENSAÇÃO 1.1. A Compromissária se compromete a atender os seguintes itens: 1.1.1. Corte de 05 (cinco) árvores Pinus/Eucalyptus/Invasoras. 1.1.2. Corte de 20 (vinte) árvores exóticas. 1.1.3. Corte de 03 (três) árvores nativas. 1.1.4. Remoção de 02 (duas) árvores mortas ou tocos. 1.1.5. Transplante interno de 02 (dois) exemplares arbóreos. 1.1.6. Plantio interno de 32 (trinta e duas) mudas com DAP 3,0 cm, acompanhadas dos respectivos tutores, de espécies nativas do Estado de São Paulo, padrão DEPAVE. 1.1.7. Plantio no estacionamento de 09 (nove) mudas com DAP 5,0 cm, acompanhadas dos respectivos tutores, de espécies nativas do Estado de São Paulo, padrão DEPAVE. 9.1. A eficácia das autorizações de corte e transplante inicia-se somente após a emissão do respectivo Alvará de Execução, emitido pelo órgão competente.
**2015-0.025.149-2 EXTRATO DO TCA Nº 280/2015 PMSP/SVMA E ADOLORATA FANGANIELLO E OUTROS** em decorrência de construção de conjunto residencial HIS em imóvel localizado na Rua Henrique Casela, acesso pela Avenida Condessa Elisabeth de Robiano, s/nº, Lote 04, Penha da França, São Paulo - SP, com fundamento no artigo 154 da Lei Municipal nº 16.050/2014 e Decreto nº 53.889/2013, firmam o presente Termo de Compromisso Ambiental, consoante as cláusulas que seguem: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - DO COMPROMISSO E DA COMPENSAÇÃO 1.1. A Compromissária se compromete a atender os seguintes itens: 1.1.1. Corte de 07 (sete) árvores Pinus/Eucalyptus/Invasoras. 1.1.2. Corte de 06 (seis) árvores exóticas. 1.1.3. Corte de 02 (duas) árvores nativas. 1.1.4. Transplante interno de 03 (três) exemplares arbóreos. 1.1.5. Preservação de 18 (dezoito) exemplares arbóreos. 1.1.6. Plantio interno de 32 (trinta e duas) mudas com DAP 3,0 cm, acompanhadas dos respectivos tutores, de espécies nativas do Estado de São Paulo, padrão DEPAVE. 1.1.7. Plantio no estacionamento de 02 (duas) mudas com DAP 5,0 cm, acompanhadas dos respectivos tutores, de espécies nativas do Estado de São Paulo, padrão DEPAVE. 10.1. A eficácia das autorizações de corte e transplante inicia-se somente após a emissão do respectivo Alvará de Execução, emitido pelo órgão competente.
**2015-0.025.147-6 EXTRATO DO TCA Nº 281/2015 PMSP/SVMA E ADOLORATA FANGANIELLO E OUTROS** em decorrência de construção de conjunto residencial HIS em imóvel localizado na Rua Henrique Casela, acesso pela Avenida Condessa Elisabeth de Robiano, s/nº, Lote 05, Penha da França, São Paulo - SP, com fundamento no artigo 154 da Lei Municipal nº 16.050/2014 e Decreto nº 53.889/2013, firmam o presente Termo de Compromisso Ambiental, consoante as cláusulas que seguem: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - DO COMPROMISSO E DA COMPENSAÇÃO 1.1. A Compromissária se compromete a atender os seguintes itens: 1.1.1. Corte de 07 (sete) árvores Pinus/Eucalyptus/Invasoras. 1.1.2. Corte de 03 (três) árvores exóticas. 1.1.3. Corte de 02 (duas) árvores nativas. 1.1.4. Remoção de 01 (uma) árvore morta ou toco. 1.1.5. Transplante interno de 03 (três) exemplares arbóreos. 1.1.6. Preservação de 01 (um) exemplar arbóreo. 1.1.7. Plantio interno de 13 (treze) mudas com DAP 3,0 cm, acompanhadas dos respectivos tutores, de espécies nativas do Estado de São Paulo, padrão DEPAVE. 1.1.8. Plantio no estacionamento de 01 (uma) muda com DAP 3,0 cm, acompanhada do respectivo tutor, de espécie nativa do Estado de São Paulo, padrão DEPAVE. 10.1. A eficácia das autorizações de corte e transplante inicia-se somente após a emissão do respectivo Alvará de Execução, emitido pelo órgão competente.

## DIVISÃO TÉCNICA DE MANEJO E CONSERVAÇÃO DE PARQ. E ÁREAS VERDES E REC.NAT. 5

**Despacho nº 213/15 - DEPAVE-5 - Interessado : Parque Cordeiro Martin Luther King Assunto:** Poda de limpeza e adequação de 7 (sete) exemplares arbóreos de várias espécies1. No uso das atribuições que me foram conferidas por lei e na manifestação técnica do DEPAVE-5, **AUTORIZO,** em caráter excepcional a poda de limpeza e adequação de 7 (sete) exemplares arbóreos de várias espécies na área interna do Parque Cordeiro Martin Luther King, sito à Rua Breves, 968, nesta capital. **II.** O presente despacho terá validade por 12 (doze) meses.
**Despacho nº 245/15 - DEPAVE-5 - Interessado : Parque Nabuco Assunto:** Poda de limpeza e adequação de 2 (dois) exemplares arbóreos de várias espécies1. No uso das atribuições que me foram conferidas por lei e na manifestação técnica do DEPAVE-5, **AUTORIZO,** em caráter excepcional a poda de limpeza e adequação de 2 (dois) exemplares arbóreos de várias espécies na área interna do Parque Nabuco, sito à Frederico Albuquerque, 120 – Jd. Itacolomi, nesta capital. **II.** O presente despacho terá validade por 12 (doze) meses.
**Despacho nº 274/15 – DEPAVE-5 - Interessado : Parque Jacques Cousteau Assunto:** Supressão de 10 (dez) exemplares arbóreos de várias espécies. **I.** No uso das atribuições que me foram conferidas por lei e na manifestação técnica do DEPAVE-5, **AUTORIZO,** em caráter excepcional a supressão de 10 (dez) exemplares arbóreos de várias espécies na área interna do Parque Jacques Cousteau, sito à Rua Catanumi nº 60 – Interlagos, nesta capital.**II. Determino** que seja providenciada pela administração do parque, o plantio de 10 (dez) novos exemplares arbóreos, padrão DEPAVE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o corte, conforme determina o artigo 15 da Lei Municipal nº 10.365/87.**III.** O presente despacho terá validade por 12 (doze) meses.
**Despacho nº 275/15 – DEPAVE-5 - Interessado : Parque Guanhembú** Assunto: Supressão de 20 (vinte) exemplares arbóreos de Eucalyptus sp. **I.** No uso das atribuições que me foram conferidas por lei e na manifestação técnica do DEPAVE-5, **AUTORIZO,** em caráter excepcional a supressão de 20 (vinte) exemplares arbóreos de Eucalyptus sp. na área interna do Parque Guanhembú, sito à Rua Daniel Ribeiro Calado nº 40 – Jd. Guanhembú, nesta capital.**II. Determino** que seja providenciada pela administração do parque, o plantio de 20 (vinte) novos exemplares arbóreos, padrão DEPAVE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o corte, conforme determina o artigo 15 da Lei Municipal nº 10.365/87.**III.** O presente despacho terá validade por 12 (doze) meses.
**Despacho nº 282/15 – DEPAVE-5 - Interessado : Parque Cordeiro Martin Luther King Assunto:** Supressão de 1 (um) exemplar arbóreo de Eriobotrya japonical. No uso das atribuições que me foram conferidas por lei e na manifestação técnica do DEPAVE-5, **AUTORIZO,** em caráter excepcional a supressão de 1 (um) exemplar arbóreo de Eriobotrya japônica na área interna do Parque Cordeiro Martin Luther King, sito à Rua Breves, 968, nesta capital.**II. DETERMINO** que seja providenciada pela administração do parque, o plantio de 01 (um) novo exemplar arbóreo, padrão DEPAVE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o corte, conforme determina o artigo 15 da Lei Municipal nº 10.365/87.**III.** O presente despacho terá validade por 12 (doze) meses.

## DEPTO DE PARTICIPAÇÃO E FOMENTO A POLÍTICAS PÚBLICAS

**RESOLUÇÃO N.º 173 /CADES/2015, DE 17 DE JUNHO DE 2015.**
Dispõe sobre a aprovação do Parecer Técnico nº 013/CADES/2015 elaborado pela Câmara Técnica III – Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Complexos Urbanos e Habitação que analisou o Estudo de Impacto Ambiental do Licenciamento Ambiental da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei.
O Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES, usando das atribuições e competências que lhe são conferidas por Lei,
**RESOLVE:**
Art. 1º - Aprovar o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, elaborado pelo Consórcio CMVC, para o empreendimento denominado Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei, anteriormente denominado Operação Urbana Consorciada Mooca Vila Carioca – OUCMVC, nos termos propostos pelo Parecer Técnico nº. 013/CADES/2015, da Câmara Técnica III – Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Complexos Urbanos e Habitação, na 169ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 17 de junho de 2015.
Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
São Paulo, 17 de junho de 2015.
**José Tadeu Candelária**
Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável – CADES
Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente
**Conselheiros que aprovaram a Resolução:**

| | |
|---|---|
| ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI | IVO CARLOS VALENCIO |
| ALINE PACHECO FELICIO | JULIA MORENO LARA |
| ANA CRISTINA VALCARCEL VELLARDI | JULIO CEZAR DOS REIS |
| ANDREIA MEDOLAGO DE MEDEIROS | MARIA CECILIA PELLEGRINI GÓES |
| CÉLIA MARCONDES | MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA REALI ESPOSITO |
| DELSON SILVA LARA | MARCELO DE MENDONÇA BERNARDINI |
| EDUARDO STOKPOLI | MARTA AMÉLIA DE OLIVEIRA CAMPOS |
| ELIZABETH AVELINO | NELSON FIGUEIRA JUNIOR |
| FERNANDO BORGES FORTES | OSVALDO FIGUEIREDO MAUGERI |
| FRANCISCA RAMOS DE QUEIROZ | RICARDO CARLOS GASPAR |
| GEORGE DOI | SONIA APARECIDA TEIXEIRA |
| GILCILENE ALVES DA SILVA | |

**PARECER TÉCNICO CADES nº. 013/CADES/2015**
**Câmara Técnica III – Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Complexos Urbanos e Habitação que analisou o Estudo de Impacto Ambiental do Licenciamento Ambiental da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei.**
**1. INTRODUÇÃO**
Trata o presente de Parecer Técnico, conforme estabelece o Inciso VII do Art. 10 da Resolução CONAMA nº 237/1997, referente ao Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, elaborado pelo Consórcio CMVC, para o empreendimento denominado Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei, anteriormente denominado de Operação Urbana Mooca Vila Carioca – OUCMVC.
Este Parecer foi fundamentado na análise técnica das informações constantes no EIA/RIMA, nas Audiências Públicas realizadas pela SMDU, nas respostas do empreendedor referente ao pedido de complementações emitido pelo DECONT-2/GTAIA (RT nº 002/DECONT-2/GTAIA/2015) e em legislações específicas.
Para efeito de melhor compreensão deste documento, o mesmo está estruturado da seguinte forma:
1. Introdução;
2. Objeto do Licenciamento;
3. Caracterização do empreendimento;
4. Resumo do Estudo de Impacto Ambiental – EIA;
5. Resumo do Relatório Técnico MVC01-6V-RT-001 (contendo informações complementares encaminhadas após a publicação do Plano Diretor Estratégico – Lei Municipal nº 16.050/2014);
6. Conclusão;
7. Exigências constantes na Licença Ambiental Prévia – LAP.
**2. OBJETO DO LICENCIAMENTO**
A Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei, diante da necessidade de requalificação de áreas degradadas do ponto de vista urbanístico, tem como objetivo a readequação da área, inserida em parte na várzea natural do Rio Tamanduatei, necessitando para tanto, encontrar soluções para os problemas de drenagem; promover a readequação do sistema viário de forma a garantir a transposição da ferrovia; melhorar a ligação entre bairros; diminuir os efeitos da ilha de calor; criar espaços públicos e de lazer; induzir a mudança de uso em áreas subutilizadas; assim como promover o adensamento da área, aproximando empregos e moradias.
De acordo com o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/01, Art. 32, §1º: "considera-se Operação Urbana Consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público Municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados,

com o objetivo de alcançar, em uma área, transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental".

Nesse sentido, constituem-se como objetos do licenciamento, entre outros:

- Promover o cumprimento da função social da propriedade urbana;
- Promover a reestruturação e requalificação urbanística e ambiental do território considerando sua inserção em âmbito municipal e metropolitano;
- Implantar unidades habitacionais de interesse social, destinadas à população de baixa renda, de acordo com as normas urbanísticas aplicáveis às Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS);
- Implantar equipamentos institucionais compatíveis com o incremento populacional previsto.
- Os parâmetros de adensamento demográfico e construtivo propostos, resultantes da destinação dos estoques de área adicional de construção;
- Instrumentos de indução da ocupação do solo;
- Formas de gestão compartilhada; e,
- Conjunto de intervenções no meio físico e biótico, envolvendo a drenagem, permeabilidade do solo, arborização urbana, parques e áreas verdes, estabelecidos no Plano Urbanístico da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí.

**3. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO**

A Operação Urbana é um instrumento de planejamento urbano que utiliza diversas ferramentas legais para se atingir um objetivo específico que é a implantação de um projeto urbano com intervenções significativas para promover a readequação da urbanidade na região objeto da ação.

De acordo com a documentação elaborada pela SMDU e apresentada na Audiência Pública da "Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí", no slide intitulado de "PROBLEMÁTICA", alguns pontos negativos a serem solucionados ou mitigados pela OUC foram elencados, a saber:

- Desequilíbrio entre moradia e emprego;
- Dificuldade de transposição da ferrovia, Av. do Estado e do rio Tamanduateí;
- Poucas alternativas de ligação entre bairros;
- Pontos de alagamentos na confluência dos córregos da bacia com o rio Tamanduateí.
- Ilha de calor abrangendo grande parte do perímetro da área de intervenção". (Apresentação: Bairros do Tamanduateí, Dez/2014)

O empreendimento está situado dentro dos limites físicos das Subprefeituras de Sé, Mooca, Vila Prudente e Ipiranga, divididos em 7 (sete) setores assim distribuídos: Cambuci, Mooca, Ipiranga, Henry Ford, Parque da Mooca, Vila Carioca e Vila Prudente, conforme figura a seguir:

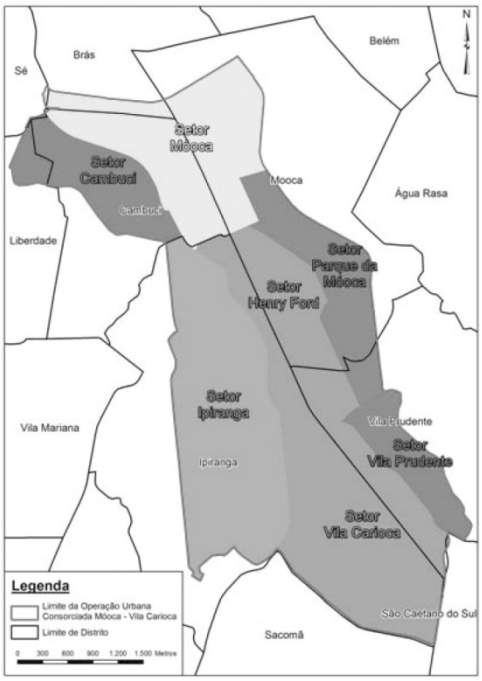



Figura 1: Sete setores da OUCMVC. Fonte: RIMA

O Plano Urbanístico proposto para a área do perímetro da Operação Urbana foi elaborado baseado em 8 (oito) princípios:

1. Melhorar as condições de mobilidade para veículos e pedestres no interior da área;
2. Re-urbanizar a orla da ferrovia de modo a integrá-la à paisagem;
3. Criar espaços públicos e de lazer, implantando um sistema de áreas verdes associado ao sistema de drenagem de forma a minimizar os problemas de inundação;
4. Encontrar soluções para os problemas de drenagem;
5. Promover a readequação do sistema viário de forma a garantir a transposição da ferrovia;
6. Melhorar ligação entre bairros;
7. Diminuir os efeitos da ilha de calor;
8. Induzir a mudança de uso em áreas subutilizadas; e
9. Promover o adensamento da área aproximando empregos e moradias.

**4. RESUMO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA**

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROJETO:

1.2 - Objetivo:

A Operação Urbana Consorciada Mooca - Vila Carioca caracteriza-se como uma proposta de planejamento urbano para uma região do município de São Paulo, totalizando 1.659 ha, chamado de perímetro da OUCMVC.

1.3 - Subprefeituras:
- Sé;
- Mooca;
- Ipiranga;
- Vila Prudente.

1.4 - Aspectos que caracterizam a paisagem deste local:
- Rio Tamanduateí;
- Avenida do Estado;
- Linha 10 - Turquesa da CPTM.

1.5 - Aspectos a serem estudados:
- Mobilidade;
- Drenagem;
- Áreas Verdes e Espaços Públicos;
- Uso e ocupação do solo e ambiente urbano.

1.6 - Setores divididos da Operação:
- Setor Cambuci;
- Setor Mooca;
- Setor Ipiranga;
- Setor Parque da Mooca;
- Setor Henry Ford;
- Setor Vila Carioca;
- Setor Vila Prudente.

2 - CARACTERIZAÇÕES DO EMPREENDIMENTO (Capítulo I)

O Capítulo I contempla as Características do empreendimento, sendo uma proposta de planejamento urbano para uma região do município de São Paulo, que totaliza 1.659 ha, chamado de perímetro da OUCMVC. Contempla também os Objetivos do empreendimento, Informações gerais da Operação Urbana, os antecedentes do projeto, implementação e gestão da Operação Urbana, as justificativas do empreendimento e sua localização da intervenção, que foi dividida em setores da seguinte forma: Setor Cambuci; Setor Mooca; Setor Ipiranga; Setor Parque da Mooca; Setor Henry Ford; Setor Vila Carioca; Setor Vila Prudente.

3 - ÁREAS DE INFLUÊNCIA

3.1- AII (ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA)

Impactos menos intensos para o meio biótico e físico, a AII foi definida como a bacia do rio Tamanduateí, abrangendo áreas dos municípios de São Paulo, São Caetano do Sul, Diadema, São Bernardo do Campo, Santo André e Mauá e para o meio socioeconômico, definiu-se como parte da área político-administrativa do município de São Paulo e de São Bernardo do Campo, e a área total do município de São Caetano do Sul.

3.2 - AID (ÁREA DE INFLÊNCIA DIRETA)

Impactos diretos da implantação e operação. Para os meios físico e biótico foram definidas sub-bacia inferior do córrego dos Meninos, sub-bacia do córrego Jaboticabal e a sub-bacia do rio Tamanduateí superior. O meio socioeconômico corresponde aos distritos Sé, Brás, Belém, Mooca, Cambuci, Liberdade, Ipiranga, Vila Prudente, além de parte do distrito do Sacomã e do município de São Caetano do Sul.

3.3 - ADA (ÁREA DIRETAMENTE AFETADA)

Área que sofrerá intervenções diretas em função das atividades de implantação e consolidação, para os três meios de estudo, delimitada como o perímetro da Operação Urbana Consorciada Mooca Vila Carioca, ou seja, as áreas onde incidirão os impactos diretos decorrentes do adensamento e implantação das intervenções.

4 - DIAGNÓSTICO AMBIENTAL (Capítulo II).

O Capítulo II contempla o diagnóstico ambiental do meio físico, biótico e socioeconômico. Através deste capítulo, podemos identificar, a partir do Meio Físico, o clima e Condições Meteorológicas, bem como suas áreas de influencia Direta e Indireta do empreendimento, e sua Área Diretamente Afetada.

**Meio Físico**

O capítulo apresenta aspectos do Meio Físico como, Qualidade do Ar, Níveis de Ruído, Aspectos Geológicos, Aspectos Geotécnicos, Aspectos Geomorfológicos e Morfométricos, Caracterização Pedológica, Suscetibilidade dos Terrenos à Ocorrência de Processos Físicos de Dinâmica Superficial e/ou Inundações, Recursos Hídricos Superficiais, Usos e Qualidade das Águas Superficiais, e suas respectivas Áreas de Influencia Direta / Indireta, e Área Diretamente Afetada. Apresenta as Características Hidrodinâmicas dos Sistemas Aqüíferos e sua Área Diretamente Afetada, e Áreas Contaminadas / Passivos Ambientais e sua Área Diretamente Afetada.

A avaliação Climatológica, dos parâmetros temperatura do ar, umidade relativa, insolação e nebulosidade, na região do empreendimento, envolveu basicamente a utilização das normas Climatológicas do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET).

**Meio Biótico**

O Meio Biótico apresenta os estudos de Áreas Verdes / Vegetação, estudo de Fauna, Unidades de Conservação e outras áreas Protegidas, mostrando também seus respectivos estudos de áreas de Influencia Direta / Indireta e Área Diretamente Afetada do empreendimento.

- Meio Socioeconômico

No Meio Socioeconômico apresenta Caracterização da Dinâmica Demográfica, Identificação e Estimativa da População Favelada, Desapropriações, Atividades Econômicas / Emprego e Renda, Educação, Cultura / Esporte / Lazer, Saúde, Saneamento Básico, Habitação, Energia Elétrica, Transporte, Patrimônio e Comunicação e, por fim, Índices de Qualidade de Vida, contando com suas AID, All e ADA, respectivamente.

5 - IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS (Capítulo III).

O Capítulo III apresenta a identificação e avaliação dos impactos ambientais ocasionados pela implantação da operação Urbana, bem como, a proposição das medidas mitigadoras para minimização dos impactos negativos e a maximização dos impactos positivos nos meios físico, biótico e socioeconômico.

Estes possíveis impactos foram identificados com base no entendimento que se possui da forma que a Operação Urbana Mooca-Vila Carioca (OUCMVC) será implantada e nas informações levantadas pelo diagnóstico ambiental.

Metodologia de identificação de impactos ambientais do empreendimento:

- A definição do rol de fatores e/ou ações geradoras de potenciais impactos ambientais;
- A prévia definição dos atributos da avaliação dos impactos ambientais;
- A análise, mensuração e avaliação dos Impactos ambientais.

Impactos Identificados:

**Meio Físico**

- Alteração da Qualidade Ambiental do Solo, Águas Superficiais e Subterrâneas;
- Riscos de Ocorrências de Vibrações Induzidas no Solo;
- Alteração no Microclima Local;
- Poluição e Contaminação por Resíduos Sólidos;
- Eliminação dos Pontos de Alagamentos Inseridos na AID;
- Instalação de novos Processos Erosivos e Intensificação de Processos de Dinâmica Superficial;
- Aumento da Quantidade de Áreas Contaminadas Identificadas e Remediadas;
- Alteração nos níveis de ruído pela execução das obras;
- Alteração da Qualidade do Ar e Ruído pela Alteração de Tráfego na Região;
- Alteração na Qualidade do Ar pela Geração de Poeira pelas Obras;
- Incômodos de Ruído na Transição de Área Industrial para Residencial;
- Deposição de Particulados sobre as Superfícies Vegetais.

**Meio Biótico**

- Aumento da Cobertura Vegetal pela Implementação de Arborização Urbana, Incluindo Novas Áreas Verdes;
- Remoção de Indivíduos Arbóreos;
- Risco à Saúde Pública Devido à Presença de Fauna Sinantrópica Nociva;
- Risco de Ocorrência do Afugentamento da Avifauna;

**Meio Socioeconômico**

- Aumento da Demanda por Serviços Públicos e Pressão por Equipamentos de Saúde e Educação;
- Impacto na Conectividade Intersetorial;
- Aumento da Demanda por Estacionamento em Vias Locais;
- Impacto na Conectividade de âmbito Local;
- Aumento na Demanda por Infraestrutura de Transporte não Motorizado;
- Impacto no nível de Serviço de Tráfego;
- Demanda por terminal de transbordo de Cargas;
- Demandas Associadas à Requalificação Urbanística;
- Aumento da demanda de Infraestrutura;
- Incremento da Ação do Mercado Imobiliário e Oscilação do Valor dos Imóveis;
- Melhoria da Qualidade de Vida da População da ADA;
- Geração de Expectativa, Ansiedade e Insegurança na População da ADA;
- Incremento de Habitação de Interesse Social e Aumento da Qualidade de Vida da População de Baixa Renda;
- Aumento da Arrecadação Tributária;
- Perda de Imóveis Residenciais e Comerciais / Prestadores de Serviços nas Áreas Passíveis de Desapropriação;
- Geração de Impactos;
- Alteração da Paisagem na ADA;
- Risco de Interferência no Patrimônio Histórico Tombado, Não Tombado e em Processo de Tombamento;
- Remobilização, Soterramento e Destruição Parcial ou Total de Sítios Arqueológicos.

6 - MONITORAMENTO AMBIENTAL

Neste capítulo são apresentados os programas ambientais propostos para mitigar, compensar ou potencializar os impactos ambientais identificados para os meios físico, biótico e socioeconômico. Trata-se de uma importante etapa que permite o acompanhamento da implantação das intervenções e o monitoramento dos impactos causados e permite ajustes e melhorias ambientais.

**Meio Físico**

- Programa de Gerenciamento de Áreas Contaminadas;
- Programa de Controle de Processos Erosivos;
- Plano de Gestão e Controle Ambiental das Obras;

**Meio Biótico**

- Programa de Monitoramento da Avifauna;
- Programa de Controle de Fauna Sinantrópica;
- Programa de Monitoramento de Implantação e Manutenção de Áreas Verdes.

**Meio Socioeconômico**

- Programa de Comunicação Social;
- Programa de Negociação do Processo de Desapropriação dos Imóveis Afetados;
- Programa de Monitoramento da Operação Urbana Consorciada Mooca Vila Carioca;

7 - CONCLUSÕES

Após a análise das informações obtidas no Estudo de Impacto Ambiental, a OUCMVC atende às leis ambientais e sociais, estimulando a distribuição do uso e intensificando o aproveitamento dos terrenos de forma equilibrada em relação à infraestrutura, equipamentos sociais, transportes público/privado e ao meio ambiente.

Conclui-se ainda que a OUCMV contribuirá para a sustentabilidade da cidade:

- Reduzindo os deslocamentos, melhorando a distribuição da oferta de emprego e trabalho na cidade; Promovendo a distribuição de usos de forma equilibrada em relação à infraestrutura, aos transportes e ao meio ambiente;
- Estimulando a reestruturação e requalificação urbana e ambiental reduzindo impactos socioambientais, com potencialidade para atrair novos investimentos;
- Promovendo o dimensionamento adequado dos passeios das novas vias e também melhorando as condições de deslocamentos a pé no interior da área de abrangência.

Portanto, conclui-se pela viabilidade ambiental da OUCMCV e recomenda-se a emissão da Licença Ambiental Prévia – LAP pela Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente – SVMA.

**5. RESUMO DO RELATÓRIO TÉCNICO MVC01-6V-RT-001 (contendo informações complementares encaminhadas após a publicação do Plano Diretor Estratégico – Lei Municipal nº 16.050/2014)**

Foi protocolado em 13/10/2014 em SVMA/DECONT-2/GTAIA, o Relatório Técnico MVC01 – 6V-RT-001 referente à implicação da aprovação da Lei nº 16.050 de 31 de Julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico do Município – no EIA-RIMA da Operação Urbana Consorciada Mooca- Vila Carioca.

1. Introdução

Os estudos da OUCMVC foram embasados no Plano Diretor Estratégico, Lei 13.430 de 13 de Agosto de 2002. Esse mesmo PDE baseia - se e amplia a possibilidade de intervenção pública na cidade a partir do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257 de 10 de Julho de 2001. Assim, o Artigo 225 do PDE de 2002 objetiva alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental. O novo Plano Diretor Estratégico em vigor a partir de 31/07/2014 aprovado pela Lei Municipal 16.050, no que tange a Instrumentos de Ordenamento e Reestruturação Urbana e Operações Urbanas Consorciadas, também se remete ao Estatuto da Cidade. Comparadas as finalidades que justificam a aplicação desse instrumento, expressas nos planos de 2002 e 2014, mantém-se que ambos pretendem o aproveitamento de áreas subutilizadas:

- Implantação de Equipamentos Estratégicos para o Desenvolvimento;
- Implantação de Programas de Provisão Habitacional;
- Qualificação de Infraestruturas da rede viária e do transporte público;
- Valorização Paisagística;
- Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental (PDE 2014);
- Recuperação Ambiental de Áreas contaminadas e de Áreas passíveis de inundação;
- Dinamização Econômica para geração de empregos.

São mantidos também, em ambos os Planos, os requisitos de conteúdo que a lei federal estabelece para o instrumento. Sendo assim, há um fundamento que rege a aplicação do instrumento Operação Urbana Consorciada comum, por força da lei, em todos os tempos e a todos os municípios do território nacional.

O presente relatório visa tratar das disposições do PDE de Julho/2014 que demandam, esclarecem, adequam ou revisam pontualmente as proposições contidas no EIA/RIMA da OUCMVC.

2. O Cenário do Adensamento Construtivo da OUCMVC à luz do PDE vigente

Os estudos da OUCMVC referenciaram-se nos Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras Sé, Mooca, Vila Prudente e Ipiranga, estabelecidos na Lei Geral de Zoneamento, nº 13.885 de 25 de agosto de 2004. Anteriormente, o Capitulo 1 (fls. 26 e 27 do EIA – RIMA) aplicava-se a um território regulado por zonas de uso distintas e o CA (Coeficiente de Aproveitamento ) era igual a 2 e nas demais zonas igual a 1. O novo plano diretor, entretanto, estabeleceu em seu Artigo 116 a redução do CA básico e do perímetro de adesão pela metade necessitando de proposta para manter as metas de adensamento ao Potencial Construtivo Adicional.

3. Definição do Perímetro de Abrangência das Operações Urbanas Consorciadas

O parágrafo 1º do Artigo 33 do Estatuto da Cidade estabelece que os recursos obtidos das Operações Urbanas Consorciadas serão aplicados exclusivamente na própria operação urbana consorciada, ou seja, na área definida como seu Perímetro de Intervenção. Para que áreas adjacentes pudessem se beneficiar dos investimentos, o PDE estabeleceu a obrigatoriedade de delimitação de um Perímetro Expandido. O Projeto Original da OUCMVC não previu a definição de um perímetro expandido e o mesmo é similar com a Operação Urbana Consorciada Água Branca, Lei 15.893 de 07 de Novembro de 2013. Pela similaridade e para atendimento das disposições do Artigo 141 do novo PDE e do Artigo 33 do Estatuto da Cidade, o Perímetro da OUCMVC passará a abranger a Área Diretamente Afetada – ADA ou Perímetro de Adesão e a Área de Influência Direta – AID ou Perímetro Expandido, excluído algumas áreas e mantendo o estoque de potencial adicional de construção de 6.040.295 m² à Área Diretamente Afetada - ADA.

4. Destinação dos Recursos

O Programa de intervenções da OUCMVC foi baseado numa distribuição específica de recursos captados; mesmo não estando detalhada nos Estudos de Viabilidade Econômica e Plano de Arrecadação, a tabela disposta no Plano de Investimentos do Projeto em análise destina 15% dos recursos arrecadados para Habitação. O Artigo 142 do PDE ora vigente vem alterar essa distribuição, uma vez que estabelece no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos arrecadados deverão ser aplicados em habitação de interesse social no perímetro de abrangência ou no perímetro expandido da operação urbana consorciada. A partir das considerações do Código de Obras e Edificações de 1992 (Lei 11.228/92) e PDE Artigo 43 e analisando o Programa de Intervenções, as rubricas áreas verde e drenagem foram deduzidas das ações passíveis de serem implantadas por adesão dos proprietários dos terrenos atingidos, quando da realização de empreendimentos que se utilizem dos incentivos da operação urbana. Estão excluídas dessa dedução as obras de drenagem.

Foram excluídos os custos de desapropriações de terrenos e de implantação das seguintes obras nos setores:

- Cambuci;
- Mooca;
- Henry Ford;
- Ipiranga.

Com o novo levantamento, a rubrica habitação recebe investimento de 26% e já aponta necessidade de destinação de uma fatia maior dos recursos estimados para a OUCMVC para a rubrica equipamentos.

5. Perímetros das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS

O Plano Urbanístico Específico (PUE) foi desenvolvido em referência aos perímetros de zonas de uso estabelecidos na Lei 13.885/2002. Os mapas do novo PDE apresentam novos perímetros de ZEIS e também uma nova tipologia de zona, o que gerou conflito, pois esses novos perímetros estão sobrepostos a parques e a estruturas de drenagem concebidas para mitigar problemas de alagamentos ou para expansão de Pólo Logístico. Como diagnosticado no EIA, parte da ADA entre áreas de várzea do Rio Tamanduateí e de afluentes menores sofrem antropização que prejudicam o escoamento das águas superficiais e, consequentemente, a formação de áreas com riscos de alagamentos/inundações, nos períodos de chuvas.

As estruturas de drenagem impactadas pelos perímetros de ZEIS definidos compreendem:

- Canais associados a áreas permeáveis e inundáveis (D.A);
- Áreas Permeáveis Inundáveis (DI);
- Canais de retenção (D.C).

Áreas de drenagem integralmente abrangidas pelos novos perímetros de ZEIS:

1. D. A3 – Canal da Rua Coronel Dente (Setor Mooca);
2. D. A5 – Canal da Rua Freire da Silva (Setor Cambuci);
3. D. A6 – Canais associados a áreas permeáveis e inundáveis Parque Foz do Ipiranga (Setor Ipiranga);

4. D.13 – Área permeável inundável da Praça Rua Ainda (Setor Vila Carioca);
5. D.14 – Área permeável inundável do Parque Heliópolis (Setor Vila Carioca).

Áreas de drenagem parcialmente abrangidas pelos novos perímetros de ZEIS:
6. D. A1 – Canal do Porto de Areia (Setor Mooca);
7. D. A4 – Canal Rua Silveira da Mota e Vicente de Carvalho (Setor Cambuci);
8. D. C4 – Canal da Estação S. Carlos (Setor Henry Ford);
9. D. C1 – Canal do Parque Linear Serra de Paracaina (Setor Mooca).

As estruturas de drenagem programadas anteriormente não devem ser suprimidas destas áreas definidas no novo PDE como ZEIS, pois nesse caso, tornam– se inadequadas para a implantação de Habitação de Interesse Social – HIS. O próprio PDE aprovado em julho ocupa–se de garantir a provisão habitacional de interesse social em áreas saneadas, de acordo com seu parágrafo 1º do Artigo 45.

Assim, na escolha dos terrenos necessários à provisão das 20.470 unidades habitacionais de interesse social, serão preservadas as propostas de qualificação ambiental prevista no PUE e observadas as recomendações de localização a partir das condições de salubridade dos terrenos. As oportunidades para localização dos Empreendimentos Habitacionais serão prospectadas junto às ZEIS do perímetro de adesão e do perímetro expandido.

6. Proteção ao emprego industrial e às áreas produtivas

O Plano PUE original concebia o âmbito de intervenção como um extenso território de uso misto, que abrangeria inclusive as zonas industriais, premissa justificada pelo progressivo encolhimento da indústria de médio e grande porte no município. Dados da RAIS constantes do EIA confirmam que os empregos industriais estão diminuindo na região da Operação de modo sistemático, assim como a quantidade de indústrias. Assim sendo, as proposições do Cenário de Adensamento Populacional e Construtivo para esses dois setores – Henry Ford e Vila Carioca – serão ajustados, de forma que parte dos estoques de adensamento para uso residencial propostos originalmente para esses dois setores serão deslocados para setores adjacentes da ADA.

A análise do impacto dessa revisão de proposta indica que não haverá alterações significativas no Prognóstico apresentando no EIA, a saber:

- A restrição do uso residencial, em trechos dos Setores Henry Ford e Vila Carioca, implicará a redução da densidade demográfica destes dois setores, porém o adensamento total proposto para a OUCMVC não será alterado;

- O deslocamento do adensamento residencial dos Setores Henry Ford e Vila Carioca implicará a transferência para os setores que receberão acréscimo de população, da porção equivalente dos equipamentos públicos previstos no EIA;

- A alteração da proposta original de revitalização do Setor Henry Ford, através do incremento da população residente, não implicará prejuízos para o desenvolvimento dessa área, pois os setores Henry Ford e Vila Carioca serão dinamizados através da manutenção e incentivo das atividades produtivas, geradoras de emprego e renda, como previsto no novo PDE, para o município de São Paulo.

7. Cenário de Adensamento Populacional e Construtivo Ajustado – revisão do perímetro de transformação e dos coeficientes de aproveitamento.

Os esclarecimentos, adequações ou revisões pontuais de proposições expressas no EIA decorrentes da aprovação do novo Plano Diretor Estratégico do Município apresentados neste documento têm um rebatimento na espacialização do Cenário de Adensamento Populacional e Construtivo da OUC Mooca – Vila Carioca. Revisto o Perímetro de Transformação – ampliação do Polo logístico no Setor Vila carioca e a reconfiguração do trecho correspondente ao Pólo Logístico foi compatibilizado com os estudos do novo zoneamento. Os coeficientes de aproveitamento propostos anteriormente foram revistos e, na nova proposta, as áreas industriais e os perímetros de preservação, no entorno de bens tombados ou de conjuntos significativos não protegidos pelo tombamento, terão Coeficiente de Aproveitamento máximo do terreno igual a dois (CA= 2). A Lei 16.050/2014 admite que Operações Urbanas Consorciadas poderão fixar coeficientes de aproveitamento máximo distintos dos limites estabelecidos nesta Lei mediante projeto de intervenção urbana, mantendo o coeficiente de aproveitamento básico 1 (um) " (Art. 116, § 3º da Lei 16.050/2014). A utilização do CA superior a 4 é prevista no Plano Diretor Estratégico para incentivar a construção de HIS e HMP junto aos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana, definidos como as faixas de influência do sistema estrutural de transporte coletivo de média e alta capacidade. Na proposta da OUCMVC, foi atribuído o Coeficiente de Aproveitamento igual a 6 vezes a área do terreno nas quadras lindeiras à Av. do Estado e Av. das Juntas Provisórias, como forma de estímulo a sua Formação para a implantação da Faixa de Amortecimento projetada. Esse incremento de CA foi utilizado para favorecer a desoneração estimada acima no item Destinação dos Recursos e remanejar os valores desse item de despesa do Programa de Intervenções original para intervenções de atendimento habitacional e provisão de equipamentos.

8. Cenário de Adensamento Populacional e Construtivo Ajustado – revisão dos estoques de potencial adicional de construção.

Para que as metas apresentadas às folhas 26 e 27 do EIA sejam atingidas até 2040, foi estimada a produção de 8.053.726m² de área construída no âmbito do perímetro de adesão. O novo PDE não altera essas metas, portanto permanecem os dispostos no EIA e RIMA da Operação Urbana. Houve um aumento no estoque de área adicional de construção originalmente proposto de 5.614.499 m² em 425.796 m² para compensar a redução do CA básico de uma parcela dos lotes contidos nos âmbitos da OUC Mooca – Vila Carioca, promovida pelo novo DPE.

- Na distribuição desse incremento de potencial entre os setores da operação urbana, partimos dos seguintes pressupostos:

1. Os estoques de potencial adicional residencial dos perímetros produtivos dos setores Henry Ford e Vila Carioca serão redistribuídos entre os demais setores da OUC, preservando-se a densidade média de 235 hab/ha;

2. O potencial adicional para uso não residencial não será aumentado, pois no cálculo original da área construída demandada para o incremento dos 100.606 empregos já fora considerado o CA básico dos lotes igual a 1;

3. O potencial adicional para HIS também não será incrementado, pois no cálculo original da área construída demandada para a produção-meta de 20.470 unidades já fora considerado o CA básico dos lotes igual a 1;

4. Os 425.796 m² serão somados ao estoque vendável de uso residencial, como condição para a produção das 63.488 unidades destinadas às famílias com renda superior a 6 s.m;

Nesta tarefa, as densidades populacionais por setor da OUC compatíveis com os índices originais foram mantidas. No Setor Henry Ford, não se observou essa regra em razão da predominância dos territórios produtivos onde se restringiu a produção residencial vertical. Os Setores Ipiranga, Parque da Mooca e Vila Prudente tiveram um incremento da densidade populacional – meta correspondente à absorção dos estoques residenciais deslocados do Setor Henry Ford.

10. Conclusão

- A Lei 16.050/2014 trouxe alterações, tais como:

- Potencial de aproveitamento básico dos lotes, no perímetro da OU, que passará a compreender um dado perímetro expandido e na destinação dos recursos captados;

- Fixação de perímetro de ZEIS que impactam intervenções / programas;

- Determinou a proteção de áreas produtivas, anteriormente pretendidas pelo setor imobiliário para produção residencial.

De acordo com o relatório, nenhuma dessas alterações apresentadas altera o objetivo original do Licenciamento Ambiental e o adensamento previsto para 30 anos permitirá alcançar as metas de Densidade Populacional Média de 235 habitantes por ha, incremento de 100.606 empregos e a produção de 83.958 unidades habitacionais no perímetro da Operação Urbana Mooca-Vila Carioca proposta para os bairros do Rio Tamanduateí.

**6. CONCLUSÃO**

A Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí – OUC-BT faz parte de um conjunto de medidas urbanísticas coordenadas pelo Município de São Paulo que objetiva a promoção do desenvolvimento e requalificação urbana de uma região composta pelos Setores: Cambuci, Mooca, Ipiranga, Henry Ford, Parque da Mooca, Vila Carioca e Vila Prudente.

A proposta apresentada para este empreendimento tem o objetivo de promover a reurbanização de uma área, que deverá ser estabelecida através de lei específica, que refletirá em melhorias no sistema de drenagem, sistema viário, disponibilização de áreas verdes, oferta de habitações de interesse social e de equipamentos sociais, entre outras, atreladas ao adensamento populacional e de empregos na região.

A Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí está compatível com o Plano Diretor, Lei 16.050/2014, protegendo áreas produtivas e promovendo o uso misto integrado ao sistema de áreas verdes e espaços públicos em uma porção territorial da cidade que necessita de requalificação urbana em áreas subutilizadas, de baixa densidade demográfica, com problemas ambientais de: drenagem; áreas verdes e efeitos da "ilha de calor urbana", mas com boa infraestrutura de mobilidade instalada.

Destaca-se a importância da implantação do Programa de Comunicação Social, para informar e envolver a população atingida direta ou indiretamente em todo o processo de desenvolvimento da Operação Urbana, contribuindo desde a elaboração do Projeto de Lei que estabelecerá as diretrizes e os mecanismos para implantação da OUC-BT, como das fases de planejamento, implantação e operação das intervenções propostas, sujeitas ou não ao processo de licenciamento ambiental específico.

É interessante ressaltar que a implementação da Operação Urbana Consorciada estará submetida ao Grupo Gestor da Operação, composto por membros da Prefeitura e da Sociedade Civil, que deverá elencar as prioridades de liberação dos recursos próprios para execução das obras e intervenções previstas pelo projeto.

Dessa forma, após análise do EIA/RIMA apresentado, bem como das audiências públicas, de informações complementares fornecidas pelo empreendedor e sob a luz da legislação incidente, conclui-se que o Plano Urbanístico Estratégico proposto para a Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí é viável ambientalmente, desde que as exigências constantes neste Parecer Técnico sejam incluídas na lei específica da OUC-BT.

**7. EXIGÊNCIAS CONSTANTES NA LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA – LAP**

1. Delimitar e descrever a abrangência territorial do perímetro da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, para cada um dos Setores nela inseridos.

2. Delimitar e descrever o perímetro expandido proposto para a Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí.

3. A implantação das intervenções propostas, localizadas dentro do perímetro da OUC Bairros do Tamanduateí e em seu perímetro expandido, ficará condicionada ao Licenciamento Ambiental por parte do Município, conforme disposições constantes na Resolução nº 170/CADES/2014, ou na legislação que vier a substituí-la.

4. Fica mantida a necessidade de elaboração de EIV/RIVI para os empreendimentos, atividades e intervenções urbanísticas localizadas dentro do perímetro da OUC Bairros de Tamanduateí e em seu perímetro expandido, conforme §1º, Art. 151 da Lei Municipal nº 16.050/2014.

5. Para os empreendimentos sujeitos à Licenciamento Ambiental, localizados dentro do perímetro da OUC e do perímetro expandido, deverá ser emitida pelo Conselho Gestor, manifestação favorável à sua implantação, descrevendo e detalhando as intervenções aprovadas.

6. Implantar e executar os Programas Ambientais previstos, garantindo sua aplicação em todas as obras e intervenções, passíveis de Licenciamento Ambiental ou não.

7. As novas construções ou reformas com acréscimo de área devem atender a fatores de "eficácia ambiental" a partir de indicadores de cobertura vegetal e de drenagem dos empreendimentos nos lotes, obedecendo à pontuação exigida pela Quota Ambiental, parâmetro proposto em legislação vigente que regulará a matéria, visando melhoria das condições microclimáticas e mitigação gradual do efeito de "ilha de calor".

8. Nos projetos de construção de HIS adotar normas de construções saudáveis e sustentáveis, considerando os impactos positivos que essas normas aplicadas geram na qualidade de vida e mitigação da ilha de calor.

9. As novas construções ou reformas com acréscimo de área devem implantar sistemas de uso racional da água, reuso da água, captação e utilização de água de chuva; e considerar a instalação e utilização de equipamentos de geração de energia elétrica fotovoltaica; telhados verdes; ventilação e luz natural; calçadas permeáveis; e coleta seletiva.

10.Em razão da previsão de novas construções ou reformas com acréscimo de área, incluindo usos residenciais, e assim também HIS/HMP ou não residenciais, em quadras situadas total ou parcialmente em Planícies Aluviais, e Áreas de Risco de Inundação, a Prefeitura Municipal deverá realizar gestões, inclusive com propostas de parcerias com outros entes da federação, para a execução de obras de caráter estrutural de macrodrenagem para a solução das inundações em tais locais.

11. A eficácia ambiental de projetos de novas construções ou de reformas com acréscimo de área, incluindo usos residenciais, e assim HIS/HMP ou não residenciais, em quadras situadas total ou parcialmente em Planícies Aluviais, Aluvião, deverá ser obtida preferencialmente por intermédio da taxa de permeabilidade do terreno, definida no PDE.

12. Para os empreendimentos situados no perímetro da OUC Bairros do Tamanduateí localizados na várzea dos rios e córregos existentes, deverá ser restrito o número de pavimentos subsolos, de modo a preservar o nível do lençol freático e evitar o bombeamento de água.

13. Prever medidas estruturais de macrodrenagem, de modo a minimizar a ocorrência de inundações ao longo dos cursos d'água existentes no perímetro da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí e em seu perímetro expandido.

14. Para a implantação das intervenções propostas na Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, os níveis de ruído deverão estar de acordo com os parâmetros de incomodidade previstos no Plano Regional Estratégico – PRE e com as disposições constantes na NBR 10.151/2000 da ABNT, dependendo de sua restrição.

15. Para a implantação das intervenções propostas na Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, deverá ser previsto o controle de vibrações, de modo a não provocar alterações de estabilidade dos solos.

16. Em todas as áreas identificadas como "potencialmente contaminadas", pertencentes à Área Diretamente Afetada que sofrerão interferência direta das obras, deverá ser realizada Avaliação Ambiental Preliminar para cada área, conforme orientações contidas no Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas (CETESB/2003), na Norma Técnica ABNT NBR 15515-1:2007 Errata 1:2011 e demais legislações pertinentes. Os estudos deverão conter assinatura por responsável técnico com registro no respectivo Conselho Profissional. Nas áreas com desapropriação, informar, quando possível, o número do processo administrativo que trata da desapropriação do imóvel.

17. Em todas as áreas identificadas como "suspeitas de contaminação" pertencentes à Área Diretamente Afetada que sofrerão interferência direta das obras, deverão ser realizadas Avaliação Ambiental Preliminar e Investigação Confirmatória, conforme orientações contidas no Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas (CETESB/2003), nas Normas Técnicas ABNT NBR 15515-1:2007 Errata 1:2011, NBR 15492/2007, NBR 15495/2007 e demais legislações pertinentes. Os estudos deverão conter assinatura por responsável técnico com registro no respectivo Conselho Profissional. Nas áreas com desapropriação, informar, quando possível, o número do processo administrativo que trata da desapropriação do imóvel.

18. Em todas as áreas identificadas como "contaminada, contaminada sob investigação, em processo de monitoramento para reabilitação e reabilitada" pertencentes à Área Diretamente Afetada que sofrerão interferência direta das obras, deverá ser apresentada manifestação da CETESB, favorável à intervenção e/ou mudança de uso a ser realizada pela operação urbana. Nas áreas com desapropriação, informar, quando possível, o número do processo administrativo que trata da desapropriação do imóvel.

19. A aprovação de projeto de parcelamento do solo, edificação, mudança de uso ou instalação de equipamentos que necessitem de autorização especial, em imóveis públicos ou privados considerados contaminados, suspeitos ou com potencial de contaminação por material nocivo ao meio ambiente e à saúde pública, ficará condicionada à apresentação pelo empreendedor, de relatório técnico conclusivo de investigação ambiental do imóvel para o uso existente ou pretendido, assinado por profissional habilitado, o qual será submetido à apreciação e deliberação da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente-SVMA, através do Departamento de Controle da Qualidade ambiental - DECONT, respeitada a legislação pertinente em vigor, por meio de autuação de Processo Administrativo em SVMA referente ao Acompanhamento dos Estudos de Investigação Ambiental.

20. Perfazer, nos moldes do que estabelece o PDE, nos lotes dos novos empreendimentos ou reformas com acréscimo de área no perímetro da Operação Urbana Bairros do Tamanduateí, faixas de permeabilidade perimetrais contíguas ao lote, devendo estas serem arborizadas nos moldes da legislação municipal vigente a época.= distribuída em faixas perimetrais contíguas ao lote, devendo estas serem arborizadas nos moldes da legislação municipal vigente à época.

21. Perfazer, no mínimo, 30% de permeabilidade da área dos lotes dos novos empreendimentos com área igual ou superior a 10.000 m² e possuam Coeficiente de CA-4 e superior, inclusive as HIS e as HIS e as HMP edificadas em ZEIS, com arborização distribuída de forma que estas constituam área de convivência para a comunidade.

22. Proporcionar às vias de circulação interna de pedestres e veículos dos novos empreendimentos ou reformas com acréscimo de área, maior permeabilidade por meio do uso de pisos drenantes compostos, preferencialmente, de materiais de alta porosidade.

23. Os lotes marginais aos cursos de água do Rio Tamanduateí, Rio Ipiranga e Córrego do Moinho Velho deverão atender ao código Florestal contando com uma faixa de área permeável arborizada de amplo acesso ao público, promovendo assim uma recomposição da APP, podendo tal faixa perfazer integral ou parcialmente a taxa de permeabilidade de cada lote.

24. Incrementar a arborização urbana desde o primeiro ciclo da operação urbana. Ações de plantio devem focar, prioritariamente, as vias estruturais.

25. Realizar plantios de exemplares arbóreos de acordo com as normas de arborização urbana vigentes à época, atualmente a Lei Municipal nº 13.646 de 2003 que versa sob o plantio da arborização urbana e do Manual de Arborização Urbana de 2015.

26. Instalar os "parklets" de acordo com o Decreto nº 55.045, de 16 abril de 2014.

27. Implantar Pocket Parks ao longo da Rua Silva Bueno – Setor Ipiranga e demais setores que o adensamento venha assim justificar.

28. Implantar Boulevards com a maior fração possível de áreas permeáveis, passeios semipermeáveis, drenantes, além de obrigatória arborização.

29. Condicionar o licenciamento de novos empreendimentos ao cumprimento da Lei nº 13.119 de 2004 e seu Decreto regulamentador.

30. Empreendimentos edificados após a Lei nº 13.119 de 2004, nas áreas da operação urbana e em desacordo com a mesma, deverão ter um prazo estipulado pelo legislativo para adequação a mesma.

31. O projeto executivo das Praças, dos Parques e Pocket's Parks a serem implantados na Operação Urbana Bairros do Tamanduateí deverão ser analisados e aprovados por órgãos competentes ligados a autarquia municipal.

32. Implantar, nos primeiros ciclos da Operação Urbana, os parques, praças e parques lineares propostos no projeto.

33. Sujeitar parques e áreas verdes associadas às estruturas de drenagem a normas que diminuam o risco a saúde pública.

34. Atender as diretrizes do GTAC/SVMA; inclusive novas praças, parques e áreas verdes de acordo com a Informação Técnica nº 288/GTAC/2015.

35. Realizar limpeza e manutenção periódica, das áreas alagáveis, cuja responsabilidade deverá ser delegada ao órgão competente ligado a autarquia municipal.

36. Implantar o parque proposto na Avenida Dianópolis com a garantia mínima de 90% de permeabilidade e arborização, e de acordo com as demais leis municipais vigentes.

37. Destinar às áreas verdes canteiros com dimensões que permitam o satisfatório crescimento das espécies arbóreas plantadas nesses locais.

38. Incluir a previsão de obras de limpeza e revitalização do rio Tamanduateí, desde os primeiros ciclos da Operação, de forma a promover uma melhoria na qualidade do curso d'água.

39. Os projetos de novas construções ou de reformas com acréscimo de área, incluindo usos residenciais, e assim também HIS / HMP ou não residenciais, em quadras situadas total ou parcialmente em Planícies Aluviais, Aluvião deverão comprovar previamente por meio de estudos com parecer contendo a garantia de que a obra considera o risco de recalque das fundações, a estabilidade precária das paredes de escavação; a possibilidade de solapamento das margens dos cursos d'água, a pouca profundidade do lençol freático; os solos com baixa capacidade de suporte; os sérios problemas de enchentes e dificuldades para a implantação das obras de saneamento e sistema viário.

40. As demolições deverão apresentar na sua fase inicial, informações técnicas a respeito da composição, do volume a ser removido, dos locais de destinação do entulho, dos métodos adotados para monitoramento do material particulado em suspensão, a serem apresentados ao Setor de Saúde Ambiental da Secretaria Municipal de Saúde.

41. Garantir a implantação de rede pública de equipamentos de saúde, educação, cultura, esporte e assistência social, compatível com a demanda gerada pelo incremento populacional proposto para a região. A implantação destes equipamentos deverá estar de acordo com o planejamento das Secretarias responsáveis, plano diretor e lei municipal de uso e ocupação do solo vigentes.

42. Conciliar os projetos da OUC-BT com a preservação da memória e a valorização arqueológica e histórica da região.

43. Obter a manifestação e anuência dos órgãos de preservação do patrimônio arqueológico, histórico, cultural e ambiental (CONDEPHAAT, CONPRESP e IPHAN), de acordo com a legislação específica vigente e com as demais normas complementares.

44. Atender integralmente as diretrizes apresentadas pelo CONDEPHAAT, CONPRESP e IPHAN para as intervenções contidas no perímetro da OUC-BT.

45. Incentivar a doação de parte de lotes particulares para implantação de melhoramentos viários previstos, mediante contrapartida de potencial construtivo.

46. No caso de implantação das intervenções viárias, promover o enterramento das redes aéreas, de modo a garantir a melhora da paisagem urbana da região.

47. Garantir a utilização de calçadas permeáveis e de padronização de passeios públicos para implantação dos melhoramentos viários, de acordo com as especificações da legislação vigente.

48. Aumentar a oferta de sistema de transporte coletivo por meio de modais de média e alta capacidade, tendo em vista o acréscimo de demanda resultante do adensamento populacional previsto.

49. Promover e consolidar o sistema de circulação e conexão cicloviária por meio da implantação de ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas, compatibilizados com outros modais de transporte, visando ao conforto, à segurança dos usuários e ao aumento da mobilidade e da qualidade de vida na região.

50. Promover a implantação de sinalização cicloviária, paraciclos e bicicletários integrando a rede cicloviária junto às áreas de parques e praças, terminais e estações de transporte público coletivo, visando ao conforto, à segurança dos usuários e ao aumento da mobilidade e da qualidade de vida na região.

51. Promover por meio das intervenções propostas a requalificação do passeio público, faixas de pedestre, transposições, passarelas, visando a priorização do pedestre e seu pleno acesso ao espaço urbano.

52. Atender as diretrizes e legislações vigentes de garantia de acessibilidade universal, na implantação de equipamentos públicos e sociais, áreas verdes e equipamentos de infraestrutura urbana.

53. Promover o adensamento da área aproximando empregos, moradias e infraestrutura, garantindo a aplicação do modelo de cidade compacta.

54. Em relação às remoções e reassentamentos, deverá desenvolver:

a) Programa de Comunicação Social para todo o período de execução da OUC-BT;

b) Programa de Atendimento Econômico e Social;

c) Programa de Reassentamento da população diretamente afetada pela OUC-BT;

d) Cadastramento Socioeconômico atualizado da população moradora a ser removida para Habitação de Interesse Social, assegurando-se o reassentamento definitivo de todas as famílias atingidas pelas obras e outras intervenções;

e) Previsão de glebas e terrenos para a produção Habitacional de Interesse Social dentro do seu perímetro de abrangência ou perímetro expandido;

f)Termo de Cooperação Técnica, definindo as responsabilidades institucionais para viabilizar a execução da Habitação de Interesse Social, dentro do seu perímetro de abrangência ou perímetro expandido.

g) Fluxo de informação contínuo com a Secretaria Municipal de Saúde/Vigilância em Saúde Ambiental, informando-a sobre mudanças em situações de exposição da população moradora em área contaminada, bem como evitar futuras exposições, incluindo a dos trabalhadores desta Operação Urbana.

55. Em relação aos processos desapropriatórios, deverá desenvolver:

a) Definição de áreas pretendidas para a implantação de melhorias viárias, alargamento de vias existentes, implantação de novas áreas verdes, equipamentos sociais, das estruturas de drenagem propostas e implantação de HIS inerentes a Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí;

b) Programa de Negociação do Processo de Desapropriação dos Imóveis Afetados;

c) Posto de Atendimento à População Afetada pelas Desapropriações;

d) Cadastramento Socioeconômico atualizado das Famílias Afetadas pelas Desapropriações.

São Paulo, 10 de junho de 2015.
**Julio Cezar dos Reis**
Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES
Câmara Técnica III – Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Complexos Urbanos e Habitação.
Relator
**Conselheiros que aprovaram este parecer técnico:**
Marcelo de Mendonça Bernardini (SMDU)
(Presidente)
Julio Cesar dos Reis (SVMA-DECONT)
(Relator)
Marcella Migliacci (SVMA-DEPLAN)
Adriana Jadão (SVMA-DEPAVE)
José Carlos Andersen (SMT)
Eduardo Ignácio de Faria (SGM)
Eduardo Storopoli (UNINOVE)
Beatriz Machado Granziera (SMA)
Alessandro Azzoni (Associação Comercial de São Paulo)
Ivo Carlos Valêncio (ONG –Macro região Leste -1)
Julie Reiche SVMA (CADES)

## INFRA-ESTRUTURA URBANA E OBRAS

### GABINETE DO SECRETÁRIO

### DIVISÃO DE LICITAÇÕES

**COMISSÃO DE JULGAMENTO DE CADASTRO-CJCAD/SIURB**

INSCRIÇÃO CADASTRAL
**Processo nº 2014.0.161.062-1**
**Interessado: S.C ENGENHARIA LTDA.**

Fica a empresa S.C ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 10.599.775/0001-89, CONVOCADA a comparecer na Divisão Técnica de Licitações – SIURB G-2 (Av. São João 473 – 21º andar – Centro – São Paulo/SP- horário: das 9h30mm às 11h30mm e das 13h30mm às 16h), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para apresentar: Certidão Falencia/Concordata; Certidão Negativa de Tributos Estaduais; FGTS. O não atendimento a presente convocação ou não envio de pedido de prorrogação de prazo, implicará no arquivamento do processo por abandono.

Maiores informações serão prestadas no mesmo local.

**COMISSÃO DE JULGAMENTO DE CADASTRO-CJCAD/SIURB**

INSCRIÇÃO CADASTRAL
**Processo nº 2014.0.266.099-1**
**Interessado: TEMAFE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.**

APROVAR o pedido de atualização no Registro Cadastral referente ao Balanço Patrimonial do exercício de 2014, formulado pela empresa TEMAFE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., CNPJ nº 49.335.714/0001-40, mantendo-se as demais condições anteriormente deferidas, conforme decidido pela Comissão de Julgamento de Cadastro na Ata de Reunião nº 064/15.

07.11.2014 - Convite para as Audiências Públicas de discussão de questões relacionadas ao licenciamento ambiental Bairros do Tamanduateí: Operação Urbana Consorciada Mooca - Vila Carioca e apresentação do respectivo EIA-RIMA nos dias 1, 3 e 08 de dezembro de 2014.
Diário Oficial da Cidade de São Paulo, pag 26



**VENCIDO O PRAZO, A EMPRESA DEVERÁ PROVIDENCIAR NOVO REQUERIMENTO(RLETPP OU RLETPP-e) ACOMPANHADO DA RESPECTIVA DOCUMENTAÇÃO(CRLV,CIV E CIPP).**
INTERESSADO: SINTACC-SISTEMA INTERMODAL DE TRANSP AUT. DE CARGA EM COOPERATIVA
PROCESSO N.º 2013-0.204.397-4

| Placa | Discriminação da(s) Pendência(s) |
|---|---|
| DRL3346 | CRLV Vencido; CIV Vencido; Notificação(es) de Penalidade nº 1-080581332, 1-076110763, 1-076153359, 1-084190016, 1-084403782, 1- 084442600, 5-000019729, 5-000019731, 5-000019733, 5-000019735 e 1-079578828 pesquisada em 6/11/2014 |

Total de Placas com Pendências: 1
**Os documentos dos veículos supra relacionados deverão ser entregues na Assessoria Técnica Relativa a Produtos Perigosos DSV.PP, sito na**
**Avenida das Nações Unidas, 7203 - térreo– Pinheiros.**

**COMUNIQUE-SE**
O interessado deverá encaminhar no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, os documentos dos veículos abaixo relacionados para regularização das pendências para atendimento ao Decreto n.º 50.446/2010.
**VENCIDO O PRAZO, A EMPRESA DEVERÁ PROVIDENCIAR NOVO REQUERIMENTO(RLETPP OU RLETPP-e) ACOMPANHADO DA RESPECTIVA DOCUMENTAÇÃO(CRLV,CIV E CIPP).**
INTERESSADO: VALENTIM & ROSA COMERCIAL LTDA
PROCESSO N.º 2014-0.235.124-7

| Placa | Discriminação da(s) Pendência(s) |
|---|---|
| DLP8367 | Notificação(ões) de Penalidade nº 4-402905792, 4-402929924 e 4-402949854 pesquisada em 9/10/2014 |

Total de Placas com Pendências: 1
**Os documentos dos veículos supra relacionados deverão ser entregues na Assessoria Técnica Relativa a Produtos Perigosos DSV.PP, sito na**
**Avenida das Nações Unidas, 7203 - térreo– Pinheiros.**

## DEPTO DE TRANSPORTES PÚBLICOS

**COMUNICADO N.º 025/2014 - DTP.GAB, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.**
**COMUNICADO AOS TAXISTAS**
SOLICITAMOS QUE OS TAXISTAS DA CIDADE DE SÃO PAULO ESTEJAM DE PLANTÃO NOS DIAS 08 E 09 DE NOVEMBRO DE 2014, PRÓXIMO FINAL DE SEMANA, EM VIRTUDE DA GRANDE QUANTIDADE DE EVENTOS E POTENCIAL DE DEMANDA DE SERVIÇO DE TÁXI.
É IMPRESCINDÍVEL QUE AS EMPRESAS DE TÁXI, COOPERATIVAS, ASSOCIAÇÕES E ENTIDADES MOBILIZEM OS TAXISTAS PARA ATENDEREM NESTE FINAL DE SEMANA OS USUÁRIOS DE SERVIÇO DE TÁXI NOS EVENTOS ABAIXO RELACIONADOS:

| Evento | Hora | Local |
|---|---|---|
| 42º GP do Brasil de Formula1 | 14h00 às 16h00 | Interlagos |
| ENEM 2014 | 13h00 às 17h30 | Toda a Cidade |
| Classico Corinthians X Santos | 16h30 às 18h00 | Itaquerão |
| Encontro Nacional de Ônibus e Caminhões Antigos | 09h00 às 17h00 | Espaço das Américas – Barra Funda |
| Show Zezé e Luciano | 20h00 às 23h00 | Citi Hall – Santo Amaro |

# VERDE E MEIO AMBIENTE

## GABINETE DO SECRETÁRIO

**REGIMENTO ELEITORAL DA ELEIÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO PARQUE LINEAR IPIRANGUINHA, GESTÃO 2014/2016.**
Art. 1º. A Eleição dos Conselhos Gestores do Parque Linear Tiquatira reger-se-á por este regimento eleitoral.
Parágrafo Único: Este Regimento foi elaborado pela Comissão Eleitoral conforme atribuição e composição constante no Edital de Convocação para realização da eleição dos Conselhos Gestores publicado no Diário Oficial da Cidade em 06 de Maio de 2014 – página 29.
**DO REGIMENTO**
**Art. 2º.** O processo eleitoral dos Conselhos Gestores nos Parques Municipais da Cidade de São Paulo obedecerá às regras desse regimento.
**Art. 3º.** Os Conselhos Gestores dos Parques Municipais da Cidade de São Paulo serão compostos por:
a) 3 (três) Conselheiros titulares e 3 (três) Conselheiros suplentes eleitos como representantes dos frequentadores do parque: Parque Linear Ipiranguinha.
b) 1 (um) Conselheiro titular e 1 (um) Conselheiro suplente eleitos como representantes de movimentos, instituições ou entidades, no Parque Linear Ipiranguinha.
c) 3 (três) Conselheiros titulares e 3 (três) suplentes indicados pelo poder executivo, sendo 1 (um) Administrador(a) do Parque indicado da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, 1 (um) titular e 1 (um) suplente da Subprefeitura da área de abrangência do parque, 1 (um) titular e 1 (um) suplente 1 (um) indicado por outra Secretaria Municipal, na área da educação, cultura, esportes, lazer e recreação, saúde ou de segurança urbana.
d) 1 (um) representante dos trabalhadores e servidores do respectivo Parque Municipal, escolhidos por meio de eleição entre seus pares.
**DA ELEIÇÃO**
**Art. 4º.** Os membros dos Conselhos Gestores dos Parques Municipais da Cidade de São Paulo representantes da Sociedade Civil serão eleitos e escolhidos da seguinte forma:
a - Os representantes dos freqüentadores dos parques, serão eleitos individualmente pelo voto direto e secreto em pleito marcado para o dia 09 de Novembro de 2014 das 10:00hs às 16:00hs.
b - Não haverá a Plenária do Colegiado, pois não houve candidatos homologados.
c - Não haverá a eleição para representantes dos trabalhadores e servidores, pois não houve candidatos homologados.
**DAS ATRIBUIÇÕES**
I - participar da elaboração ou atualização, conforme o caso, e da aprovação do Regulamento de Uso dos respectivos parques, assim como participar da elaboração e aprovar o planejamento das atividades neles desenvolvidas, preservando as normas e restrições de uso estabelecidas nos respectivos Planos de Manejo das unidades e as normas estabelecidas pelo órgão responsável por cada uma;
II - propor medidas visando à organização e à manutenção dos respectivos parques, à melhoria do sistema de atendimento aos usuários, à consolidação do seu papel como centro de lazer e recreação, como unidade de conservação e educação ambiental e como um dos instrumentos de defesa dos direitos dos trabalhadores, preservando, sempre, o direito de acesso e de uso universal dos parques pela população;
III - analisar e opinar sobre os pedidos de autorização de uso dos espaços dos respectivos parques, inclusive para a realização de shows e eventos;
IV - fiscalizar e opinar sobre o funcionamento dos respectivos parques;
V - examinar propostas, denúncias e queixas, referentes aos respectivos parques, encaminhadas por qualquer pessoa ou entidade, e a elas responder;
VI - incentivar e participar da articulação das comunidades do entorno dos respectivos parques, visando desdobrar o papel de referência de boa qualidade ambiental destes espaços públicos, mediante debates, propostas e ações para a resolução dos problemas ambientais das suas áreas de influência, fazendo avançar um plano de desenvolvimento sustentável, e contribuindo, inclusive, para a implementação de políticas públicas, como nos seguintes casos:
a) elaboração participativa e democrática da Agenda 21 das comunidades locais;
b) organização das comunidades locais para que definam, previamente, suas propostas e participem das Plenárias do Plano Diretor e das Audiências Públicas sobre temas de seu interesse;
c) fornecimento de informações e colaboração para a formação de opiniões das comunidades locais sobre as políticas públicas e sobre as leis em tramitação, no âmbito parlamentar, que digam respeito ao meio ambiente, à qualidade de vida da população e à sua participação nas deliberações do Poder Público;
VII - elaborar, aprovar e atualizar seu Regimento Interno e suas normas de funcionamento, observadas as diretrizes da política da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente;
VIII - acompanhar as Assembléias do Orçamento Participativo do distrito da respectiva Subprefeitura;
IX - elaborar e publicar relatório anual sobre o funcionamento do parque e sobre o seu próprio funcionamento, visando solucionar dificuldades, reforçar acertos e contribuir para o planejamento do próximo período.
**IV. DA COMISSÃO ELEITORAL**
**Art. 5º.** A Comissão Eleitoral formada por servidores da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, das Subprefeituras da área de abrangência dos Parques e por membros da sociedade civil será presidida pelo Sr. Décio Pereira de Moraes, RF. 814.853-8 e Secretariada pela Sra. Ocleres Andrade Matos Garreta Harkot, RF. 807.260-4, ainda:
**Representantes da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente**
Alice Maria Heleno – RF: 793.716.4
Delma de Souza de Jesus – RF: 807.689.8
Deborah Ester Verissimo Camargo – RF: 808.071-2
Adriano Alves dos Reis Santos – RF: 807.400.3
Renata Santos Moraes da Silva – RF: 814.773.6
Aginaldo Santana Ribeiro - RF: 613.380.1
Antonio de Oliveira Barros - RF: 811.184.
Armando de Oliveira Tecco - RF: 816.251-1
Benivalda do Prado - RF: 784.435.2
Bruna Gomes Pereira - RF: 798.524-0
Carlos Alberto Said - RF: 809.061.1
Carlos Eduardo de Paiva - RF: 811.949.0
Camila de Oliveira Praim - RF: 805.456-8
Djair Nascimento - RF: 532.789.0
Domingos Leôncio Pereira - RF: 548.143-1
Eliete Fernandes da Silva - RF: 720.415.9
Emerson Silva de Oliveira - RF: 816.255-7
Flavia Janaina Pereira dos Santos - RF: 816.331.6
Igor Maietto Hanger - RF: 808.083.6
Ironaldo da Silva Batista - RF: 642.188.1
José Norberto Watanabe - RF: 804.915.7
José Vieira da Penha Filho – RF: 800.037.9
Josiane Batista do Nascimento – RF: 752.551.6
Juarez Azevedo - RF: 670.770.0
Kátia Bastos Florindo - RF: 770.019.9
Leandro Caetano Mendes - RF: 813.917-2
Leandro Marques Bondar - RF: 806.069-7
Lincoln Yassuo Yoda – RF: 798.884.2
Luiz Carlos dos Santos Oliveira - RF: 586.434.8
Marcela Cozatti - RF: 782.378.9
Marcelo Menezes Soares – RF: 807.544.1
Marco Antonio Gonçalves - RF: 466.483.3
Maria Fernanda de Souza Ferreira - RF: 792.753.3
Mauro Vitor Zambrin - RF: 472.574.3
Michelle Lara Gouveia Alves - RF: 800.448.0
Michelle Viviane de Souza Pampolha - RF: 747.892.5
Nilson da Rocha - RF: 788-263-7
Patricia Niza Maximiuc - RF: 784.514-6
Patrick Menezes de Oliveira - RF: 812.020.0
Priscila Barbosa do Nascimento – RF: 813.318-2
Regina Kelly Rodrigues - RF: 770.020.2
Renata Flores Dutra – RF: 784.156.6
Renata Maria Bueno Maia Giorgi Haddad - RF: 755.015-4
Renato Aparecido Dias - RF: 611.479.2
Ricardo Romero Prieto - RF: 740.504.9
Roberto Donizete Nobre - RF: 563.588.8
Rodolfo Elcio Giovannetti - RF: 293.564.3
Rodrigo Bisanson Cavalin - RF: 776.350.6
Rosa Maria Sublime - RF: 807.250.7
Sergio Sales dos Reis - RF: 809.740.2
Thiago Victor Motta Macedo - RF: 812.720.4
Valter José de Lima - RF: 677.912-3
Valtenir Aparecido de Toledo – RF: 816.406.1
Vicente Vanderlei Avelino - RF: 811.995.3
Wanderley de Marchi - RF: 778.819.3
Wilton Olivar de Assis - RF: 674.698-5
**Art. 6º. A Comissão Eleitoral terá as seguintes atribuições**
Coordenar o processo eletivo dos membros do Conselho;
Apreciar e julgar os recursos e impugnações;
Acompanhar o processo eleitoral em todas as suas etapas;
Apurar os votos e publicar o resultado no Diário Oficial da Cidade (DOC);
Registrar o processo eleitoral através de ATA;
Deliberar sobre os casos omissos neste regimento;
Julgar e deliberar sobre as ocorrências havidas durante o processo da eleição.
**V- DOS CANDIDATOS HOMOLOGADOS**
**Art. 7º.** A lista de candidatos devidamente homologada é:
**Parque Linear Ipiranguinha – segmento frequentadores dos parques**
01 – Margareth Aparecida Alves de Souza – RG: 17.040.537-0
02 – Felipe Criscuolo – RG: 34.065.246-9
03 – Nelly Naomi Hashizume – RG: 44.038.484-9
04 – Rosana Penha Criscuolo – RG: 6.543.386-5
05 – Fabricio Domingues Ferreira – RG: 33.864.476-3
06 – Rodrigo Kenji Mizukosi – RG: 27.174.868-0
**Parque Linear Ipiranguinha – Segmento Entidades/ Instituições:**
Não houve candidatos homologados
**Parque Linear Ipiranguinha - segmento trabalhador:**
Não houve candidatos homologados
**VI - DA VOTAÇÃO**
**Art. 8º.** A eleição para representantes dos frequentadores dos parques será realizada no dia 09/11/2014, das 10:00hs às 16:00hs no Parque Municipal da Cidade de São Paulo: Linear Ipiranguinha.
**Art. 9º.** Poderão votar frequentadores maiores de 16 anos (dezesseis anos), residentes na circunscrição dos Parques relacionados na tabela 1 - mediante a apresentação dos seguintes documentos:
a- Documento oficial com foto (original ou autenticada), a saber: R.G ou Carteira de Trabalho ou Carteira dos órgãos de classe ou Carteira Nacional de Habilitação.
b- Comprovante de endereço atualizado.
**Art. 10º.** Cada eleitor poderá votar em 1 (um) candidato.
**Art. 11º.** Não haverá a Plenária do Colegiado, pois não houve candidatos homologados.
**Art. 12º.** Não haverá a eleição para representantes dos trabalhadores e servidores, pois não houve candidatos homologados.
**Art. 13º.** A votação do segmento frequentadores dos parques dar-se-á por processo eletrônico com programa desenvolvido pela PRODAM - Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo e será iniciada às 10 h e encerrada às 16h.
**§ 1º.** Na impossibilidade do uso de equipamento eletrônico serão utilizadas cédulas eleitorais que serão rubricadas por dois membros da Comissão Eleitoral.
**§ 2º.** A Comissão Eleitoral poderá contar com a colaboração de servidores para auxiliar no processo eleitoral, cujos nomes deverão ser registrados na ata de eleição.
**§ 3º.** Ao final da eleição a comissão eleitoral presente no Parque deverá lavrar a Ata contendo o número de eleitores e o nome e número de votos que cada candidato recebeu, bem como as ocorrências do dia.
**§ 4º.** Caso os eleitores até o horário marcado para o término da eleição não conseguirem votar, serão distribuídas senhas para que a participação de todos seja garantida.
**VII - DA APURAÇÃO**
**Art. 14º.** A apuração da votação dos candidatos a representantes dos frequentadores dos parques será realizada no mesmo dia da eleição, imediatamente após o término da votação, sob a responsabilidade da comissão eleitoral correspondente, estendendo-se até o final do processo de contagem dos votos.
**§ 1º.** Serão considerados eleitos como titulares os seis (03) candidatos que forem classificados do 1º ao 3º lugar e suplentes os candidatos que obtiverem do 4º ao 6º lugar.
**§ 2º.** - Ao final da apuração dos votos, será lavrada ata constando a hora do seu encerramento, os nomes dos Conselheiros titulares e suplentes eleitos e eventuais ocorrências.
**Art. 15º.** Não haverá a apuração da votação dos candidatos representantes dos movimentos, instituições ou entidades, pois não houve candidatos homologados.
**Art. 16º.** Não haverá a apuração da votação dos candidatos representantes dos trabalhadores, pois não houve candidatos homologados.
**VIII - DA FISCALIZAÇÃO**
**Art. 17º.** Em se tratando da eleição da representação dos frequentadores dos parques, os candidatos poderão, no início dos trabalhos, indicarem a comissão eleitoral o nome de uma pessoa para acompanhar e fiscalizar o pleito eleitoral.
**Art. 18º.** Toda e qualquer irregularidade detectada pelo fiscal deverá ser registrada por escrito e apresentada à comissão eleitoral à qual caberá analisar e deliberar a respeito.
**Parágrafo único** - Será proibido o transporte coletivo de eleitores no dia da eleição. Entende-se como transporte coletivo o uso de Kombi, micro-ônibus, ônibus, vans.
**IX - DA IMPUGNAÇÃO**
**Art. 19º.** Qualquer fiscal que constatar irregularidade(s) no pleito poderá solicitar a sua impugnação.
**Art. 20º.** O requerimento para análise de impugnação ou qualquer manifestação deverá ser endereçada à comissão eleitoral correspondente, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias após o término da apuração dos votos, sob pena de não ser reconhecida nem apreciada.
**Art. 21º.** A análise e a decisão da impugnação e demais manifestações caberá ao Presidente após oitiva da comissão eleitoral do respectivo parque.
**X – DOS CONSELHEIROS**
**Art. 22º.** O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, podendo haver 01 (uma) recondução em igual período.
**Art. 23º.** As funções dos Conselheiros não serão remuneradas.
**Art. 24º.** As reuniões do Conselho serão abertas à participação de qualquer cidadão interessado que terá direito a voz de acordo com o regimento interno.
**Art. 25º.** Os representantes do poder público serão indicados pelas suas respectivas pastas.
**XI - DAS DISPOSIÇOES FINAIS**
**Art. 26º.** Nos parques onde não houve o preenchimento das vagas ou partes delas referente aos representantes dos movimentos, instituições ou entidades, essas deverão ser preenchidas pelos representantes dos frequentadores dos parques tantas quantas forem suficientes para o estabelecimento da paridade com os representantes do poder público.
**Art. 27º.** Os casos omissos serão apreciados e julgados pela Comissão Eleitoral.
**Art. 28º.** Este regimento entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.
**Tabela 1-** Relação de parque e sua área de abrangência para votação:

| PARQUE | SUBPREFEITURA | Endereço para Inscrição e Votação |
|---|---|---|
| Linear Ipiranguinha. | Aricanduva | A eleição será: R. Joaquim Jorge Ribeiro, nº 10 |

**EDITAL**
O Secretário do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo, Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES convida para a **Audiência Pública,** com o objetivo de discutir questões relacionadas ao **Licenciamento Ambiental Bairros do Tamanduatei: Operação Urbana Consorciada Mooca – Vila Carioca,** bem como obter novos subsídios para a análise do EIA/RIMA, oportunidade em que ele será apresentado e debatido, e que serão prestados esclarecimentos e colhidas sugestões.
Data: **08 de dezembro de 2014**
Horário: **18 horas**
Local: **Auditório CEU Meninos**
Endereço: **Rua Barbinos, 111 - Sacomã**
O Relatório de Impacto Ambiental está disponível para consulta, no horário das 10:00 às 16:00 horas, nos dias úteis, no CADES, à Rua do Paraíso, 387,1º andar, telefone 3266-7141.
**EDITAL**
O Secretário do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo, Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES convida para a **Audiência Pública,** com o objetivo de discutir questões relacionadas ao **Licenciamento Ambiental Bairros do Tamanduatei: Operação Urbana Consorciada Mooca – Vila Carioca,** bem como obter novos subsídios para a análise do EIA/RIMA, oportunidade em que ele será apresentado e debatido, e que serão prestados esclarecimentos e colhidas sugestões.
Data: **03 de dezembro de 2014**
Horário: **18 horas**
Local: **Auditório Circulo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente**
Endereço: **Rua José Zappi, 120**
O Relatório de Impacto Ambiental está disponível para consulta, no horário das 10:00 às 16:00 horas, nos dias úteis, no CADES, à Rua do Paraíso, 387,1º andar, telefone: 3266-7141.
**EDITAL**
O Secretário do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo, Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES convida para a **Audiência Pública,** com o objetivo de discutir questões relacionadas ao **Licenciamento Ambiental Bairros do Tamanduatei: Operação Urbana Consorciada Mooca – Vila Carioca,** bem como obter novos subsídios para a análise do EIA/RIMA, oportunidade em que ele será apresentado e debatido, e que serão prestados esclarecimentos e colhidas sugestões.
Data: **01 de dezembro de 2014**
Horário: **18h horas**
Local: **Auditório Clube Atlético Juventus**
Endereço: **Rua Comendador Roberto Ugolini, 152**
O Relatório de Impacto Ambiental está disponível para consulta, no horário das 10:00 às 16:00 horas, nos dias úteis, no CADES, à Rua do Paraíso, 387,1º andar, telefone: 3266-7141.

**SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIMPROC COMUNIQUE-SE: EDITAL 2014-1-207**
**DEPARTAMENTO DE PARQUES E AREAS VERDES**
ENDERECO: RUA DO PARAISO, 387
**2006-0.154.434-6 FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO**
COMUNIQUE-SE 471/DEPAVE/DPAA/2014 - RUA CANTANHEDE, 190. O INTERESSADO, NO PRAZO MÁXIMO DE 30 DIAS, CONTADOS A PARTIR DA DATA DESTA PUBLICAÇÃO PLANTAR 05 (CINCO) MUDAS NATIVAS DAP 7 CM PADRÃO DEPAVE NO LOCAL DOS EXEMPLARES NS. 16, 17, 18, 21 E 22, QUE TIVERAM AUTORIZAÇÃO DE CORTE PELA SUBPREFEITURA DO CAMPO LIMPO, COMUNICAR POR CARTA PROTOCOLADA E ENTREGAR RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DO PLANTIO. DÚVIDAS ENTRAR EM CONTATO COM A ENG AGR SILVIA RENATA ATRAVÉS DO TELEFONE 3283-1905.
**2009-0.272.173-5 TS-3 PARTICIPACOES LTDA**
COMUNIQUE-SE 472/DEPAVE/DPAA /2014 - RUA DR. LUIS MIGLIANO E RAIMUNDO SIMÃO DE SOUZA - MORUMBI O INTERESSADO DEVERÁ REVISAR O PLANTIO INTERNO PROPOSTO NA PLANTA DE PCA PARA O ADITIVO DE MODO A CONTEMPLAR MAIOR QUANTIDADE DE MUDAS BEM COMO VERIFICAR AS ESPÉCIES ADEQUADAS PARA O LOCAL ENTRE PIONEIRAS , SECUNDÁRIAS E CLIMÁXICAS .EM CASO DE DUVIDAS ENTRAR EM CONTATO COM ENG. AGR. JEFFERSON NO TEL 3283-19-05 .
**2011-0.264.649-7 EXTO 38 EMPREENDIMENTO IMOB. SPE LTDA**
COMUNIQUE-SE 470/DEPAVE/DPAA/2014 - RUA COSTA JUNIOR , 338 - BARRA FUNDA - SÃO PAULO. O INTERESSADO DEVERÁ NO PRAZO MÁXIMO DE 60 DIAS APÓS A PUBLICAÇÃO, AGENDAR A ENTREGA DAS 06 MUDAS EM DEPÓSITO AO FEMA, ALÉM DE TOMAR AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS CONFORME RELATÓRIO DE VISTORIA. DÚVIDAS ENTRAR EM CONTATO COM ENG AGRO HONG ATRAVÉS DO TELEFONE 3283-1905.
**2012-0.146.280-7 ENSICO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES SA**
COMUNIQUE-SE 473/DEPAVE/DPAA/2014 - RUA MARACAÍBO 513- CIDADE JARDIM O INTERESSADO DEVERÁ APRESENTAR RELATÓRIO FOTOGRÁFICO COM A RESPECTIVA ART RELATIVA AO TÉRMINO DO MANEJO AUTORIZADO NO TCA 158 /2012 BEM COMO INFORMAR QUANTO A REALIZAÇÃO DO PLANTIO ESTIPULADO NATERMOS DA CLÁUSULA 6.1. EM CASO DE DUVIDAS ENTRAR EM CONTATO COM ENG. AGR. JEFFERSON NO TEL 3283-19-05 .
**2013-0.054.818-1 RAPHAEL JAFET JUNIOR**
COMUNIQUE-SE 285/DEPAVE/DPAA/2014 GAZAL ZARZUR E RAPHAEL JAFET JUNIOR - AV. RAIMUNDO PEREIRA DE MAGALHÃES S/N . O INTERESSADO DEVERÁ ENVIAR UMA PLANTA BAIXA COM PERCENTUAL DE COBERTURA ARBÓREA E COM INFORMAÇÃO SE A ÁREA SE LOCALIZA EM ZEPAM, DEVIDAMENTE ASSINADA POR UM PROFISSIONAL HABILITADO, COM RECOLHIMENTO DE ART, BEM COMO UMA FOTO AÉREA COM A DELIMITAÇÃO DO TERRENO, NO PRAZO DE 30 DIAS A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO. EM CASO DE DÚVIDAS PROCURAR ENG. AGR. INGRID NO TEL: 3283-1905.
**2014-0.100.843-3 EJZENBERG CMAPRH PARTICIPACOES LTDA**
COMUNIQUE-SE 474/DEPAVE/DPAA/2014-RUA CASTELHANOS X RUA ALEXANDRE BENOIS - VILA ANDRADE - O INTERESSADO DEVERÁ, NO PRAZO DE 05 DIAS, NOS TERMOS DO ART. 56 DO DECRETO N 51.714/2010, SOB PENA DE INDEFERIMENTO, ATENDER AO COMUNIQUE-SE ANTERIOR. DÚVIDAS ENTRAR EM CONTATO COM ENG. FLORESTAL MICAEL ATRAVÉS DO TELEFONE 3283-1905
**2014-0.279.084-4 FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO**
COMUNIQUE-SE 469/DEPAVE/DPAA/2014 - RUA ARCADIA PAULISTANA. O INTERESSADO DEVERÁ APRESENTAR NO PROTOCOLO GERAL DA SVMA, R. DO PARAÍSO, 387 - TÉRREO, ENDEREÇADO AO DEPAVE/DPAA, NO PRAZO MÁXIMO DE 30 DIAS, CONTADOS A PARTIR DA DATA DESTA PUBLICAÇÃO, SOB PENA DE INDEFERIMENTO, 02 VIAS DE PLANTA DE SITUAÇÃO PRETENDIDA E 4 VIAS DO PROJETO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL, CONFORME RELATÓRIO DE VISTORIA. DÚVIDAS ENTRAR EM CONTATO COM A ENG AGR SILVIA RENATA ATRAVÉS DO TELEFONE 3283-1905.
**2014-0.304.472-0 GAFISA S.A.**
COMUNIQUE-SE 476/DEPAVE/DPAA/2014 - RUA PAULISTANIA. O INTERESSADO DEVERÁ APRESENTAR NO PROTOCOLO GERAL DA SVMA, R. DO PARAÍSO, 387 - TÉRREO, ENDEREÇADO AO DEPAVE/DPAA, NO PRAZO MÁXIMO DE 30 DIAS, CONTADOS A PARTIR DA DATA DESTA PUBLICAÇÃO, 4 VIAS DO PROJETO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL, CONFORME RELATÓRIO DE VISTORIA. DÚVIDAS ENTRAR EM CONTATO COM A ENGAGR SILVIA RENATA ATRAVÉS DO TELEFONE 3283-1905.
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL**
ENDERECO: RUA DO PARAISO, 387
**2012-0.235.104-9 RONALDO SYLVIO REINGENHEIM**
GRUPO TECNICO DE RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS - DECONT-12. COMUNIQUE-SE:709/DECONT-12/2014-PA-2012-0.235.104-9-FICA CONCEDIDO AO SR.RONALDO SILVIO REINGENHEIM.AV CECI,289- PLANALTO PAULISTA-CEP 04065-000-SAO PAULO, O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS,CONTADOS A PARTIR DA PUBLICACAO DESTE COMUNIQUE-SE NO DIARIO OFICIAL DA CIDADE,EM ATENDIMENTO A SOLICITACAO DE DILATACAO DE PRAZO, SOB PENA DE INDEFERIMENTO. PROTOCOLIZAR O DOCUMENTO NA SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE-RUA DO PARAISO,387.EM CASO DE DUVIDAS, AGENDAR ATENDIMENTO COM O ENG. AGR. LUIZ GUSTAVO AS 3AS FEIRAS, DAS 13H AS 16H,TEL.3283-1827.
**2013-0.018.989-0 SIMETRICA ENGENHARIA LTDA**
GRUPO TECNICO DE RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS - DECONT-12. COMUNIQUE-SE:707/DECONT-12/2014-PA-2013-0.018.989-0-FICA A SIMETRICA ENGENHARIA LTDA.RUA JOAO ADOLFO,118-13 AND-CEP: 01050-020-SAO PAULO-SP,E/OU SEU REPRESENTANTE LEGAL,CONVOCADA A APRESENTAR O QUE SE SEGUE,ACERCA DO PROJETO TECNICO DE RECUPERACAO DE DANO AMBIENTAL,REFERENTE AO REQUERIMENTO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA-TAC-PA 2013-0.018.898-0: 1-REVER CALCULO DA QUANTIDADE DE MUDAS A SEREM PLANTADAS, CONSIDERANDO QUE: OS AGRAVANTES DEVEM SER SOMADOS A CADA EXEMPLAR INFRACIONADO;PARTE DA AREA DE CONSTATACAO DO DANO ESTA INSERIDA EM APP; EM CASO DE PLANTIO DE MUDAS EM PADRAO REFLORESTAMENTO, A QUANTIDADE DE MUDAS CALCULADA DEVE SER MULTIPLICADA POR DEZ, CONFORME PREVISTO NA VIGENTE A EPOCA DE AUTUACAO DO TAC;2-INCLUIR NO PROJETO O PLANTIO DE MUDAS NO LOCAL DE
**2013-0.128.484-6 CONDOMIO EDIFICIOAZALEIA BEGONIA E CAMELIA**
GRUPO TECNICO DE RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS - DECONT-12. COMUNIQUE-SE:708/DECONT-12/2014-PA-2013-0.128.484-6-FICA O CONDOMINIO EDIFICIO AZALEIA,BEGONIA E CAMELIA,CNPJ:55.906.457/ 0001-51. RUA GENEVE,390- LAUZANE PAULISTA CEP:02440-080- SAO

08.11.2014 - Convite para as audiências públicas de discussão de questões relacionadas ao licenciamento ambiental Bairros do Tamanduateí: Operação Urbana Consorciada Mooca - Vila Carioca e apreesntação do respectivo EIA-RIMA nos dias 1, 3 e 08 de dezembro de 2014

Folha de São Paulo – 10 – Mundo 2

10 mundo 2 ★ ★ ★ SÁBADO, 8 DE NOVEMBRO DE 2014 FOLHA DE S.PAULO

# Grupos pressionam pelo fim do celibato na Igreja Católica

## Em petição, mulheres apaixonadas por padres pedem ao papa fim da proibição a relacionamentos amorosos

**Estima-se que, nos últimos 50 anos, 10 mil homens abandonaram o sacerdócio para se casar no Reino Unido**

ELISABETTA POVOLEDO
DO "NEW YORK TIMES", EM ROMA

Eles não planejavam se apaixonar. Não queriam ser alvo de fofocas maldosas. Não haviam imaginado manter encontros secretos, mas foi assim que aconteceu desde que uma mulher e um padre desafiaram um tabu da Igreja Católica e se envolveram.

"Algumas pessoas me veem como o diabo", disse a mulher, que, em companhia do padre com o qual está envolvida, concordou em falar sobre sua situação.

Os dois pediram anonimato temendo agravar a desaprovação dos pais, que sabem da situação, e o desdém de amigos e paroquianos, que suspeitam de que a amizade seja mais do que platônica.

"Corro o risco de perder tudo se isso se tornar público", disse o padre. Eles aceitaram falar, diz sua parceira, porque "sofrer nos leva a tentar mudar essa injustiça".

Uma busca online com o termo "apaixonada por um padre" leva a uma sucessão de blogs de amantes contestados pela igreja.

No Facebook, um grupo de 26 mulheres chegou a fazer uma petição ao papa Francisco pela mudança do celibato obrigatório para os sacerdotes católicos, o que aliviaria seu sofrimento.

"É realmente difícil explicar essa relação a alguém que não tenha passado por isso", disse uma das signatárias, que também está envolvida com um padre. "Queríamos informar ao papa que esse sofrimento é generalizado."

Ela voltou a escrever ao papa em setembro, pouco antes do Sínodo Episcopal, uma reunião de cerca de 200 religiosos convocados ao Vaticano para discutir questões que as famílias enfrentam nas sociedades contemporâneas.

Foi o sínodo acompanhado com mais atenção em décadas, e alguns vaticanistas traçaram paralelos com outro convocado pelo papa Paulo 6º em 1971, no qual o celibato obrigatório dos padres foi a questão central.

Naquele momento, após uma discussão acalorada, o sínodo reconfirmou o celibato obrigatório, e não houve revisão oficial dessa posição em 40 anos. Aqueles que esperavam que a questão fosse retomada no sínodo de outubro sofreram nova decepção.

Mas cada vez mais organizações de padres nos EUA, Austrália, Irlanda e outros países continuam a pressionar por mudanças.

Aqueles que contestam o celibato clerical apontam para a escassez mundial de padres e para estudos que demonstram que o celibato desencoraja jovens que desejam se tornar sacerdotes.

As estatísticas recolhidas pela Congregação para o Clero não especificam os motivos para que padres "desertem", mas os críticos sugerem que o celibato clerical seja em parte a razão.

Embora não haja números específicos, o Advent, grupo de apoio a padres que deixaram a vida sacerdotal no Reino Unido, estima que cerca de 10 mil homens tenham abandonado o sacerdócio católico para se casar nos últimos 50 anos, e isso apenas na Inglaterra e País de Gales.

A escassez exerceu impacto significativo sobre várias paróquias, diz Alex Walker, líder da Advent, que deixou o sacerdócio para se casar.

"Os bispos podem continuar orando por mais jovens com vocação para o sacerdócio, ou podem estudar o que fazer a respeito", completou.

Lalo de Almeida - 6.mar.2013/Folhapress

Estudos demonstram que celibato desencoraja jovens que desejam se tornar sacerdotes

**Uma aula para pais, professores e políticos**

A jornalista Amanda Ripley investiga a razão do sucesso de alunos e escolas em três superpotências da educação

"Ágil, instigante e provocativo, este livro nos leva a repensar nossas referências, já viciadas e confusas, sobre como avaliar a realidade escolar dos alunos brasileiros, frequentem eles escolas privadas ou públicas."

**Rosely Sayão,** psicóloga e consultora em educação

**Escolhido um dos melhores livros de não ficção de 2013 por *The New York Times*, *The Economist* e *The Washington Post*.**

TRÊS ESTRELAS

NAS LIVRARIAS

**COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE ATIBAIA - SAAE**
**AVISO RETIFICAÇÃO DE EDITAL E NOVA DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS.**

Torna pública: A retificação do Edital e nova data de abertura da licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, nº 27/14, para eventual aquisição de Materiais hidráulicos diversos II. A nova data de abertura dos envelopes dar-se-á no dia 24/11/2014 às 09hs. O Edital em inteiro teor e suas retificações estão à disposição dos interessados no site www.saaeatibaia.sp.gov.br no link "Aviso de Licitações" ou na sede da SAAE, situada na Praça Roberto Gomes Pedrosa nº 11 – Cidade Satélite – Atibaia/SP, de 2ª à 6ª feira, das 9hs às 11hs e das 14hs às 16hs, mediante recolhimento de R$ 113,00 (cento e treze reais). Demais informações através do telefone (11) 4414-3530, fax (11) 4414-3535 ou e-mail: licitacao@saaeatibaia.com.br.

Atibaia, 06 de novembro de 2014.
Fabiane Cabral da Costa Santiago - SUPERINTENDENTE
Jucimara Biazetto Romeira Pereira - GERENTE DE SUPRIMENTOS

**A TODAS AS LOJAS QUE POSSUEM PRODUTOS COM A MARCA SUPRA VITA**

Ratificamos neste os comunicados que temos feito desde o dia 27.08.2014, que em razão de uma discussão judicial decorrente de marcas comerciais envolvendo a Supra Vita e outra empresa do ramo, resolvemos de comum acordo, efetuar a alteração da nossa marca nas embalagens de nossos produtos, a fim de pôr término amigável à questão. Devido a esta decisão judicial a data limite de retirada dos produtos de prateleira, bem como toda e qualquer comunicação de ponto de venda físico ou online com a marca, deverão ser feitas até o dia 10.11.2014. Já procedemos as devidas trocas pela nova marca Viver Leve na maioria das lojas a nível Brasil, e as que ainda não o fizeram nos colocamos ao dispor pelo telefone: (21) 3382-5791 ou fabio@viverlevenaturais.com.br.

**ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO A GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - AGB PEIXE VIVO**
**CONTRATO DE GESTÃO Nº. 14/ANA/2010**

**ATO CONVOCATÓRIO 027/2014** - Contratação de pessoa jurídica para execução de serviços de recuperação hidroambiental na bacia do Alto Rio Piauí, municípios de Arapiraca, Junqueiro e Limoeiro de Anadia, Estado de Alagoas. A AGB Peixe Vivo torna público aos interessados, de acordo com a Resolução ANA nº. 552, de 08 de agosto de 2011, que convida empresas para apresentarem propostas de fornecimento do objeto desta seleção, cuja modalidade é COLETA DE PREÇOS. Tipo: MENOR PREÇO. Os interessados poderão obter maiores informações sobre a contratação e as condições de participação através do endereço eletrônico da AGB Peixe Vivo, www.agbpeixevivo.org.br, a partir de 07/11/2014 até 10/12/2014, e pelo email: licitacao@agbpeixevivo.org.br.

**SECRETARIA ESTADUAL PARA ASSUNTOS DA COPA DO MUNDO DA FIFA BRASIL 2014 - SECOPA**

**RESUMO DO CONTRATO N.º 012/2014 - SECOPA**
**PROCESSO nº 0760140000048.**

PARTES: Estado da Bahia, através da SECRETARIA ESTADUAL PARA ASSUNTOS DA COPA DO MUNDO DA FIFA BRASIL 2014 - SECOPA, e a empresa CAMAROTE MARKETING E PROMOÇÕES LTDA. OBJETO: Contratação de Empresa especializada para planejamento, organização, coordenação, execução, avaliação, com a viabilização de infraestrutura e fornecimento de apoio logístico para o evento CIRCUITO POPULAR DE MOBILIZAÇÃO ESPORTIVA, conforme especificações constantes no edital. Valor: R$ 2.185.781,80 (dois milhões cento e oitenta e cinco mil setecentos e oitenta e um reais e oitenta centavos). Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 37.101; Unidade Gestora: 0003; Projeto/Atividade: 27.811.137.1641; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00; Destinação de Recurso: 0.131.101.283 e 5.315.800.064. DATA DA ASSINATURA: 06/11/2014. ASSINATURAS: Secretário da SECOPA e CONTRATADO.

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO** — **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

Convida o público interessado a participar das Audiências Públicas que esta Comissão realizará tendo como objeto discutir o Projeto de Lei 467/2014, de autoria do Executivo, que "Estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2015" (Orçamento 2015):

**9ª Audiência Pública Temática**
**Dia:** 10/11/2014 - **Horário:** 10:00
**Local:** Câmara Municipal de São Paulo - Plenário 1º de Maio - 1º andar
**Endereço:** Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista
**Temas:**
Secretaria de Serviços, Fundo de Iluminação Pública, AMLURB - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana, Secretaria de Políticas para Mulheres, Câmara Municipal de São Paulo, Fundo da Câmara Municipal de São Paulo, Tribunal de Contas do Município, Fundo do Tribunal de Contas do Município, Secretaria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, Fundo da Criança e do Adolescente - FUMCAD, Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação, Fundo de Esportes, Lazer e Recreação, Secretaria de Licenciamento.
**2ª Audiência Pública Geral**
**Dia:** 9/12/2014 - **Horário:** 10:00
**Local:** Câmara Municipal de São Paulo - Salão Nobre Presidente João Brasil Vita - 8º andar.
**Endereço:** Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista.

**SP - URBANISMO**

**CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

A **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano** e a **Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo**, com apoio da SP-Urbanismo, convidam para as Audiências Públicas, com o objetivo de discutir questões relacionadas ao Licenciamento Ambiental para os Bairros do Tamanduateí - Operação Urbana Consorciada Mooca - Vila Carioca, bem como obter novos subsídios para a análise do EIA-RIMA, oportunidade em que ele será apresentado e debatido, e que serão prestados esclarecimentos e colhidas sugestões. O Relatório de Impacto Ambiental está disponível para consulta, no horário das 10:00 às 16:00 horas, nos dias úteis, no CADES, na Rua do Paraíso, 387, 1º andar, telefone (11) 3266-7141. **Data**: 01 de dezembro de 2014. **Horário**: 18h00. **Local**: Auditório Clube Atlético Juventus. **Endereço**: Rua Comendador Roberto Ugolini, 152. O Relatório de Impacto Ambiental está disponível para consulta, no horário das 10h00 às 16h00 horas, nos dias úteis, no CADES, na Rua do Paraíso, 387,1º andar, telefone: 3266-7141. **Data**: 03 de dezembro de 2014. **Horário**: 18h00. **Local**: Auditório Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente. **Endereço**: Rua José Zappi, 120. O Relatório de Impacto Ambiental está disponível para consulta, no horário das 10h00 às 16h00 horas, nos dias úteis, no CADES, na Rua do Paraíso, 387, 1º andar, telefone (11) 3266-7141. **Data**: 08 de dezembro de 2014. **Horário**: 18h00. **Local**: Auditório CEU Meninos. **Endereço**: Rua Barbinos, 111 - Sacomã - SP.

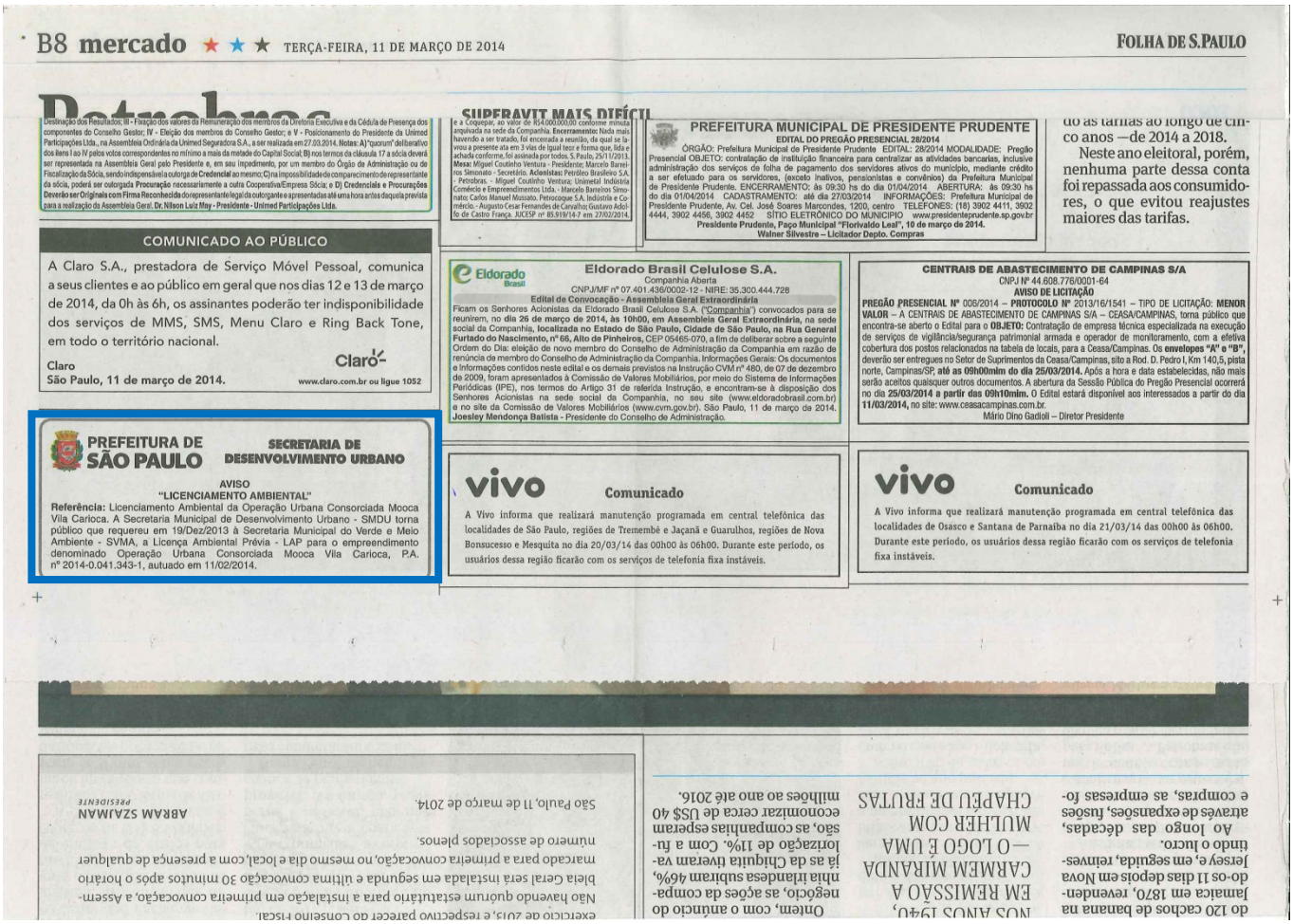
Acervo Folha. Impresso no jornal, digitalizado na internet e eternizado na história.

- Todas as suas edições impressas agora digitalizadas.
- Noventa anos de conteúdo, exatamente como era no papel, agora em bytes.
- Mais de 1,8 milhão de páginas de conteúdo.
- Fotos e informações históricas do Brasil e do mundo.
- Sistema de busca inteligente e avançado.

Conheça: www.folha.com.br/acervo

FOLHA

11.03.2014 - Torna pública a requisição do Licenciamento Ambiental.
Folha de São Paulo – B8 – Mercado



B8 mercado ★ ★ ★ TERÇA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 2014 FOLHA DE S.PAULO

Petrobras

Destinação dos Resultados; III - Fixação dos valores da Remuneração dos membros da Diretoria Executiva e da Cédula de Presença dos componentes do Conselho Gestor; IV - Eleição dos membros do Conselho Gestor; e V - Posicionamento do Presidente da Unimed Participações Ltda., na Assembleia Ordinária da Unimed Seguradora S.A., a ser realizada em 27.03.2014. Notas: A) "quorum" deliberativo dos itens I ao IV pelos votos correspondentes no mínimo a mais da metade do Capital Social; B) nos termos da cláusula 17 a sócia deverá ser representada na Assembleia Geral pelo Presidente e, em seu impedimento, por um membro do Órgão de Administração ou de Fiscalização da Sócia, sendo indispensável a outorga de Credencial ao mesmo; C) na impossibilidade de comparecimento do representante da sócia, poderá ser outorgada Procuração necessariamente a outra Cooperativa/Empresa Sócia; e D) Credenciais e Procurações Deverão ser Originais com Firma Reconhecida do representante legal da outorgante e apresentadas até uma hora antes daquela prevista para a realização da Assembleia Geral. Dr. Nilson Luiz May - Presidente - Unimed Participações Ltda.

SUPERAVIT MAIS DIFÍCIL

e a Copegas, ao valor de R$4.000.000,00 conforme minuta arquivada na sede da Companhia. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata em 3 vias de igual teor e forma que, lida e achada conforme, foi assinada por todos. S. Paulo, 25/11/2013. Mesa: Miguel Coutinho Ventura - Presidente; Marcelo Barreiros Simonato - Secretário. Acionistas: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. - Miguel Coutinho Ventura; Unimetal Indústria Comércio e Empreendimentos Ltda. - Marcelo Barreiros Simonato; Carlos Manuel Mussato. Petrocoque S.A. Indústria e Comércio. - Augusto Cesar Fernandes de Carvalho; Gustavo Adolfo de Castro França. JUCESP nº 85.919/14-7 em 27/02/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL 28/2014
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente EDITAL: 28/2014 MODALIDADE: Pregão Presencial OBJETO: contratação de instituição financeira para centralizar as atividades bancarias, inclusive administração dos serviços de folha de pagamento dos servidores ativos do município, mediante crédito a ser efetuado para os servidores, (exceto inativos, pensionistas e convênios) da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente. ENCERRAMENTO: às 09:30 hs do dia 01/04/2014. ABERTURA: às 09:30 hs do dia 01/04/2014 CADASTRAMENTO: até dia 27/03/2014 INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, Av. Cel. José Soares Marcondes, 1200, centro TELEFONES: (18) 3902 4411, 3902 4444, 3902 4456, 3902 4452 SITIO ELETRÔNICO DO MUNICIPIO www.presidenteprudente.sp.gov.br
Presidente Prudente, Paço Municipal "Florivaldo Leal", 10 de março de 2014.
Walner Silvestre – Licitador Depto. Compras

do as tarifas ao longo de cinco anos — de 2014 a 2018.
Neste ano eleitoral, porém, nenhuma parte dessa conta foi repassada aos consumidores, o que evitou reajustes maiores das tarifas.

COMUNICADO AO PÚBLICO

A Claro S.A., prestadora de Serviço Móvel Pessoal, comunica a seus clientes e ao público em geral que nos dias 12 e 13 de março de 2014, da 0h às 6h, os assinantes poderão ter indisponibilidade dos serviços de MMS, SMS, Menu Claro e Ring Back Tone, em todo o território nacional.

Claro
São Paulo, 11 de março de 2014.
Claro
www.claro.com.br ou ligue 1052

Eldorado Brasil Celulose S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 07.401.436/0002-12 - NIRE: 35.300.444.728
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
Ficam os Senhores Acionistas da Eldorado Brasil Celulose S.A. ("Companhia") convocados para se reunirem, no **dia 26 de março de 2014, às 10h00, em Assembleia Geral Extraordinária**, na sede social da Companhia, **localizada no Estado de São Paulo, Cidade de São Paulo, na Rua General Furtado do Nascimento, nº 66, Alto de Pinheiros,** CEP 05465-070, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: eleição de novo membro do Conselho de Administração da Companhia em razão de renúncia de membro do Conselho de Administração da Companhia. Informações Gerais: Os documentos e informações contidos neste edital e os demais previstos na Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, foram apresentados à Comissão de Valores Mobiliários, por meio do Sistema de Informações Periódicas (IPE), nos termos do Artigo 31 de referida Instrução, e encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede social da Companhia, no seu site (www.eldoradobrasil.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). São Paulo, 11 de março de 2014. **Joesley Mendonça Batista** - Presidente do Conselho de Administração.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S/A
CNPJ Nº 44.608.776/0001-64
AVISO DE LICITAÇÃO
**PREGÃO PRESENCIAL Nº** 006/2014 – **PROTOCOLO Nº** 2013/16/1541 – TIPO DE LICITAÇÃO: **MENOR VALOR** – A CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S/A – CEASA/CAMPINAS, torna público que encontra-se aberto o Edital para o **OBJETO:** Contratação de empresa técnica especializada na execução de serviços de vigilância/segurança patrimonial armada e operador de monitoramento, com a efetiva cobertura dos postos relacionados na tabela de locais, para a Ceasa/Campinas. Os **envelopes "A" e "B",** deverão ser entregues no Setor de Suprimentos da Ceasa/Campinas, sito a Rod. D. Pedro I, Km 140,5, pista norte, Campinas/SP, **até as 09h00mim do dia 25/03/2014.** Após a hora e data estabelecidas, não mais serão aceitos quaisquer outros documentos. A abertura da Sessão Pública do Pregão Presencial ocorrerá no dia **25/03/2014 a partir das 09h10mim.** O Edital estará disponível aos interessados a partir do dia **11/03/2014,** no site: www.ceasacampinas.com.br.
Mário Dino Gadioli – Diretor Presidente

PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
AVISO
"LICENCIAMENTO AMBIENTAL"
**Referência:** Licenciamento Ambiental da Operação Urbana Consorciada Mooca Vila Carioca. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU torna público que requereu em 19/Dez/2013 à Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente - SVMA, a Licença Ambiental Prévia - LAP para o empreendimento denominado Operação Urbana Consorciada Mooca Vila Carioca, P.A. nº 2014-0.041.343-1, autuado em 11/02/2014.

vivo Comunicado
A Vivo informa que realizará manutenção programada em central telefônica das localidades de São Paulo, regiões de Tremembé e Jaçanã e Guarulhos, regiões de Nova Bonsucesso e Mesquita no dia 20/03/14 das 00h00 às 06h00. Durante este período, os usuários dessa região ficarão com os serviços de telefonia fixa instáveis.

vivo Comunicado
A Vivo informa que realizará manutenção programada em central telefônica das localidades de Osasco e Santana de Parnaíba no dia 21/03/14 das 00h00 às 06h00. Durante este período, os usuários dessa região ficarão com os serviços de telefonia fixa instáveis.

05.03.2014 — EIA-RIMA: Estudos do Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental
Portal da Secretaria do Verde e Meio Ambiente
http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/eia__rimaeva/index.php?p=167542

Portal da São Paulo Urbanismo
http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/operacoes_urbanas/index.php?p=202120

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
PROCESSO PARTICIPATIVO: PEÇAS DE COMUNICAÇÃO E PUBLICAÇÕES

24.02.2014 - Torna pública a requisição do Licenciamento Ambiental
Brasil Econômico, pag 28



MUNDO

Shawn Heinrichs/AFP

INDONÉSIA

## Um santuário para as arraias-jamantas

A Indonésia inaugurou na sexta-feira o maior santuário do mundo de arraias-jamantas, destinado a proteger esta espécie vítima da exploração pesqueira e para promover o turismo ecológico no arquipélago.
A reserva abrange 6 milhões de metros quadrados em torno do litoral indonésio, composto de 17.000 ilhas. Equador, Filipinas, Nova Zelândia e México também adotaram medidas de conservação similares. AFP

# Ucrânia está sob nova direção

Chefe do Parlamento, Oleksander Turchynov assume como interino. Novas eleições são marcadas para 25 de maio

O Parlamento ucraniano designou como presidente interino do país Oleksander Turchynov, porta-voz da casa e braço direito da líder da oposição, a ex-primeira-ministra Yulia Timochenko. A nomeação de Turchynov, aprovada no último sábado por 285 dos 339 deputados, ocorreu depois da destituição de Viktor Ianukóvitch da Presidência pelo Parlamento e segue os parâmetros da Constituição de 2004, restituída pelo Parlamento. Uma eleição presidencial também foi marcada para o dia 25 de maio.

Pouco antes de ser nomeado, Turchynov havia solicitado aos deputados que iniciassem consultas urgentes para estruturar uma coligação de maioria capaz de formar o novo governo. A previsão é que o processo termine até amanhã.

"A situação da Ucrânia, em particular a econômica, é catastrófica. O governo de Ianukóvicht arruinou a economia e nos cofres do Estado não há dinheiro", disse o presidente do Parlamento e agora chefe de Estado.

A designação de Turchynov como presidente interino da Ucrânia segue o estipulado pela Constituição de 2004 do país, que prevê que o presidente da casa assuma as funções de chefe de Estado no caso de um vazio de poder.

Ontem, os deputados votaram as destituições dos ministros de Assuntos Exteriores e da Educação, Leonid Kozhar e Dmitri Tabchnik, respectivamente. Os partidos da oposição tomaram o controle do Parlamento no último fim de semana, depois de numerosos deputados da coligação governamental abandonarem os seus partidos e mudarem de lado.

O então presidente Ianukóvitch foi destituído pelo Parlamento ainda no sábado, quando abandonou a capital e se dirigiu para o leste da Ucrânia. Ele disse não reconhecer como legítimas as recentes leis aprovadas pelo Poder Legislativo e também a decisão de libertar a líder da oposição, Yulia Timochenko, que havia sido condenada, em 2011, a sete anos de prisão por um acordo de gás que assinou com a Rússia, quando ocupava o cargo de primeira-ministra da Ucrânia.

Oleksander Turchynov vem da mesma cidade que Timochenko, Dnipropetrovsk, no sudeste da Ucrânia, e é vice-líder do seu partido, o Pátria. Ele atuou como chefe do serviço de segurança da Ucrânia após a Revolução Laranja de 2004-05, que foi co-liderada por Timochenko. **Com Agências.**

Reuters

**Reunião entre governo e oposição para pôr fim à crise na Ucrânia: país precisa de ajuda financeira**

# Nicolás Maduro convoca todos para conferência pela paz

Presidente da Venezuela quer reunir setores sociais e políticos. Oposição já confirmou presença

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, convocou no último sábado uma Conferência Nacional de Paz para a próxima quarta-feira. Ele pretende reunir todos os setores sociais e políticos do país.

Após manifestações contra e pró-governo realizadas ao longo do sábado, Maduro fez um chamado à conferência, e, no mesmo dia, o opositor Henrique Capriles, governador de Miranda, informou que participará do Conselho Federal de Governo (CFG) convocada pelo presidente para hoje.

Tanto a reunião com os governadores (CFG) quanto a conferência de quarta-feira podem ser oportunidades para diminuir a tensão no país, que ganhou força nas últimas semanas. Ao saber da confirmação de Capriles na reunião, por meio de um jornal local, Maduro teve uma reação cordial: "Muito bem, muito bem-vindo, Capriles".

O presidente da Venezuela recebeu um grupo de "mulheres chavistas", que fizeram uma marcha no sábado e anunciou a Conferência de Paz, em cadeia nacional de Rádio e Televisão. E acrescentou: "Temos de neutralizar esses movimentos violentos".

De acordo com Maduro, a proposta do governo é a de realizar encontros setoriais, com mulheres, trabalhadores, comunidades, comunas, artistas e estudantes. De acordo com o presidente venezuelano, a ideia será levada à reunião do conselho marcada para hoje. "É uma iniciativa pela paz, pela igualdade e pela independência e soberania", disse. **ABr**

PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**AVISO**
**"LICENCIAMENTO AMBIENTAL"**

**Referência:** Licenciamento Ambiental da Operação Urbana Consorciada Mooca Vila Carioca.
A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU torna público que requereu em 19/Dez/2013 à Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente - SVMA, a Licença Ambiental Prévia - LAP para o empreendimento denominado Operação Urbana Consorciada Mooca Vila Carioca, P.A. Nº 2014-0.041.343-1, autuado em 11/02/2014.

log-in.

**LOG-IN - LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.**
**COMPANHIA ABERTA**
**CNPJ Nº 42.278.291/0001-24 - NIRE Nº 3.330.026.074-9**

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2014. 1. Local, Data e Hora:** No prédio da sede social da Log-In - Logística Intermodal S/A ("Companhia"), na Praia de Botafogo, nº 501, Centro de Convenções, sala Enseada, Botafogo, nesta Cidade, Estado do Rio de Janeiro, no dia 30 (trinta) de janeiro de 2014, às 14h. **2. Mesa:** Presidente - Sr. Vital Jorge Lopes, Secretário - Sr. Fabrício Castro Vianna Zaluski. **3. Presença e Quorum:** Presentes os acionistas representando aproximadamente 63% (sessenta e três por cento) do capital social total, conforme registro de assinaturas no Livro de Presenças de Acionistas, constatando-se, dessa forma, a existência de *quorum* para instalação da assembleia bem como *quórum* para deliberação do único item que consta da Ordem do Dia. **4. Convocação:** A Assembleia Geral Extraordinária foi regularmente convocada por meio da publicação do Edital de Convocação nos jornais Brasil Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro nos dias 13, 14 e 15 de janeiro de 2014. **5. Ordem do Dia:** (1) Eleição do novo Conselho de Administração e dos suplentes, em decorrência: (i) da renúncia apresentada no dia 02/01/2014 pelos Srs. Humberto Ramos de Freitas, Juan Franco Merlini e Guilherme Ferreira Brega e por seus respectivos suplentes, Sr(a)s. Giane Luza Zimmer Freitas, Lívia Maria Velloso de Oliveira Castro e Ênio Stein Junior; e (ii) do disposto no art. 15, § 7º, do Estatuto Social e art. 121 e seguintes da Lei nº 6.404/1976. **6. Lavratura da Ata e Recebimento de Manifestações:** (1) Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas da totalidade dos acionistas, nos termos do artigo 130, §§ 1º e 2º, da Lei 6.404/76, respectivamente; e (2) As declarações de voto em apartado, protestos e dissidências, porventura validamente apresentadas, serão recebidas, numeradas e autenticadas pela Mesa e ficarão arquivadas na sede da Companhia, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei 6.404/76. **7. Deliberações Aprovadas:** 7.1 - Após análise e discussão da matéria constante da Ordem do Dia, os acionistas elegeram novos membros titulares e suplentes do Conselho de Administração, para completar o mandato em curso iniciado em 26/04/2013, cujo mandato expirará na Assembléia Geral Ordinária de 2015. Foram eleitos, pelo processo de voto múltiplo, requerido pela **FAMA FUTUREWATCH MASTER FUNDO DE INVESTIMENTOS DE AÇÕES** e **CARNEGGIE LLC**, conforme correspondência datada de 24 de janeiro de 2014, para compor o Conselho de Administração da Companhia: (i) Sr. **FABIO ALPEROWITCH**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 21.615.680-4 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 153.582.338-06, como membro efetivo, e como respectivo suplente o Sr. **BRUNO DE OLIVEIRA VARGENS**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador do documento de identidade nº 12.616.540-6 IFP-RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 088.819.917-13, ambos com endereço na Rua Samuel Morse nº 74, conjunto 173, CEP 04576-060, Bairro Brooklin, São Paulo/SP, os quais receberam votos dos acionistas representados por Bruno de Oliveira Vargens; (ii) Sra. **PAOLA ROCHA FERREIRA**, brasileira, engenheira, casada, portadora da carteira de identidade nº 10754129-4, expedida pelo Detran/RJ, inscrita no CPF/MF nº 081.786.107-60, como membro efetivo, e como respectiva suplente a Sra. **LUCIANA MENEGASSI LEOCADIO SILVESTRINI**, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade nº 11262591-8, expedida pelo DETRAN/RJ, CPF/MF nº 079.600.717-99, ambos com endereço na Rua do Ouvidor nº 98 – 8º andar, Rio de Janeiro/RJ, os quais receberam votos do acionista representado por Maria Antonieta Cortezzi; (iii) Sr. **GUILHERME DE MORAIS VICENTE**, brasileiro, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 218.395.968-13, com endereço na Rua Joaquim Floriano, nº 413, 16º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro efetivo, e como respectivo suplente o Sr. **STEPHEN DUVIGNAU**, francês, casado, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 219.801.938-86, com endereço na Rua Joaquim Floriano, nº 413, 16º andar, na Cidade de São Paulo – SP, os quais receberam votos dos acionistas representados por Ricardo Ordine Gentil Negrão, bem como pelos fundos de investimento geridos por Mauá Investimentos Ltda.; (iv) Sr. **MARCO AURÉLIO ROGERI ARMELIN**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 17668900, inscrito no CPF/MF sob o nº 177.737.228-38, com endereço na Rua Bandeira Paulista nº 275, cj 52, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro efetivo, e como respectivo suplente o Sr. **LEANDRO MARQUES DE OLIVEIRA GIACHETTO MILLANO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 44354004-4, inscrito no CPF/MF sob o nº 317.654.808-76, com endereço na Rua Bandeira Paulista nº 275, cj 52, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, os quais receberam votos dos acionistas representados por Lucila Prazeres da Silva, João Paulo Ferreira dos Santos e Marco Aurélio Rogeri Armelin; e, (v) Sr. **AYMAR FERREIRA DE ALMEIDA JR.**, brasileiro, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 098.052.728-77, com endereço na Rua Minas de Prata, 30, 4º andar, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro efetivo, e como respectivo suplente o Sr. **MICHAEL WICKERT**, brasileiro, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o nº 170.050.738-94, com endereço na Rua Minas de Prata, 30, 4º andar, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, os quais receberam votos dos fundos de investimento geridos por Kinea Investimentos e por Onyx Latin America Equity Fund LP. Os acionistas indicados nas manifestações de voto em apartado arquivadas na sede da Companhia foram contrários à ordem do dia ou se abstiveram quanto à eleição dos novos membros titulares e suplentes do Conselho de Administração. Os membros ora eleitos declararam estar totalmente desimpedidos para o exercício de suas funções, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 367/2002. Tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, todos são considerados Conselheiros Independentes. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, suspenderam-se os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, foi a presente ata lida, achada conforme e assinada pelo Secretário, pelo Presidente da Mesa e por todos os Acionistas presentes. Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2014. VITAL JORGE LOPES - Presidente, FABRÍCIO CASTRO VIANNA ZALUSKI - Secretário. JUCERJA, 2596984 em 19/02/2014. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

Processo 2013-0.356.526-5 - ATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO 09/SMADS/2014 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MÓVEIS DE AÇO PARA ATENDER OS EQUIPAMENTOS DE SERVIÇOS SOCIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SMADS - Às 10:30 horas do dia 21 de fevereiro de 2014, abriu-se na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, localizada no 5º andar do prédio situado na Rua Líbero Badaró, 561/569 – Centro – São Paulo, sessão para o Pregão Eletrônico 09/SMADS/2014. Presentes as Senhoras Tânia Maria Ferreira – Pregoeira da CPL 01, Teresinha de Jesus Oliveira dos Santos, Celso Fernandes Giampietro, Janete Pereira Leite Ferreira e Hatsumi Kasahara, como membros da equipe de apoio da CPL 01. A empresa WEBLABOR SÃO PAULO MATERIAIS DIDÁTICOS LTDA. - EPP, apresentou o melhor lance, para o item 01, no valor unitário de R$ 100,04 e a empresa TRÓPIC'S COMERCIAL LTDA., apresentou o melhor lance, para os itens 03, 04 e 05, nos valores unitários respectivos de R$ 20,50, R$ 22,80 e R$ 67,00. Foi solicitado das empresas acima mencionadas o envio dos documentos de habilitação, conforme item 8.2 do Edital. Relativamente ao item 02, a Pregoeira decide recusar todas as propostas por não atenderem os preços médio da pesquisa de mercado contida nos autos. A sessão foi suspensa para análise da documentação, sendo marcado o prosseguimento para às 15:00 horas do dia 24/02/14. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata que lida e achada conforme, vai assinada por todos. Eu, Tânia Maria Ferreira a lavrei, e os membros acima citados conferiram.

**DESPACHO DA CHEFE DE GABINETE**

2013-0.092.784-0

À vista do noticiado no presente processo administrativo e em especial das manifestações da Assessoria Jurídica da Subprefeitura da Vila Mariana e da Assessoria Jurídica desta Pasta, que acolho, nos termos do disposto no Decreto nº 53.694/2013, art. 13 e pela competência delegada pela Portaria nº 038/SAS/GAB/03, APLICO à empresa ATENTO SÃO PAULO SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMÔNIAL LTDA., CNPJ 06.069.276/0001-02, conforme previsto nas cláusulas 10.1.2 e 10.1.6 do contrato nº. 14/SPVM/2012, oriundo da Ata de Registro de Preços nº. 04/SMADS/2011, a multa no importe de R$ 1.649,51, em razão do descumprimento das obrigações constantes nas cláusulas 5.5, 5.6 e 5.15, que acarretou o ateste parcialmente a contento do serviço, com fundamento no artigo 54 do Decreto Municipal nº 44.279/2003 e art. 87, II da Lei Federal nº 8.666/93; Em consequência da decisão supra e nos termos do art. 54 do Decreto nº 44.279/2003, determino a intimação da empresa para apresentar recurso, no prazo de cinco dias úteis, se o desejar, ficando-lhe, desde já, franqueada vistas dos autos.

**EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO**

Omissão de publicação

2013-0.289.906-2 – Termo de Cooperação assinado entre a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e o Instituto Sorridents - Objeto: Favorecer ações educativas e preventivas de saúde bucal à população atendida na rede conveniada à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. – Data da assinatura: 24/01/2014 – Vigência: 24 meses a partir de 24/01/2014.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

2013-0.231.140-5 – Ata de Registro de Preços nº 08/SMADS/2014, lavrado com a empresa Gema Assessórios e Equipamentos para Escritório Ltda.-EPP. - Objeto: Registro de Preços para suporte para CPU em polipropileno. – Valor: R$ 11,21 - Data da assinatura: 17/02/2014 – Prazo: 01 ano a partir de 17/02/2014.

**EXTRATO DE TERMO**

2012-0.239.906-8 – Termo de Aditamento ao contrato 05/SMADS/2014, lavrado com a empresa Brasinil Comércio e Manutenção de extintores Ltda.-ME - Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de manutenção dos extintores e mangueiras de incêndio instalados nos imóveis utilizados pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e CAF-SAS/Subprefeitura Vila Mariana, em todas as regiões do município de São Paulo.(Assunto: Prorrogação contratual por mais 12 meses a partir de 22/04/2014) - Data da assinatura: 17/02/2014 - Ficam ratificadas em todos os seus termos, as demais cláusulas e condições anteriormente ajustadas e integrantes do instrumento ora aditado, desde que não colidam com o presente.

**EXTRATO DE CONTRATO**

2013-0.335.089-7 – Contrato 09/SMADS/2014, lavrado com a empresa JP Smart Vending Operadora de Máquinas Automáticas Ltda - Objeto: Prestação de serviço de locação de 05 máquinas de café tipo automática, para café em grãos, que faça, também chocolate, capuccino e chá mate, todos de 1ª qualidade, com fornecimento mensal de insumos necessários e assistência técnica, para utilização da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. – Valor mensal: R$ 9.235,85 – Data da assinatura: 12/02/2014 – Prazo: 12 meses a partir de 12/02/2014.

## FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

### GABINETE DO SECRETÁRIO

**DIVISÃO DE COMPRAS E CONTRATOS - DICOM**

PROCESSO: 2012-0.293.248-3

RESUMO TERMO ADITIVO Nº 01/2014 AO CONTRATO SF Nº 08/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

CONTRATADA: LUIZ GESSIVALDO DE JESUS SILVA –ME – CNPJ Nº 11.352.787/0001-77.

DO OBJETO: Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva mensal, com inclusão de peças, inclusive compressores e mini-bombas para dreno, em 36 (trinta e seis) aparelhos de ar condicionado da SF.

1. Fica alterado o item 3.1 da Cláusula Terceira, do Contrato SF 08/2013 para constar a substituição do índice de reajustamento atual pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.

2. Permanecem em vigor as demais cláusulas do Contrato original e posteriores termos aditivos, no que não colidirem com as disposições deste.

DATA DA ASSINATURA: 17 de fevereiro de 2014.

## HABITAÇÃO

### GABINETE DO SECRETÁRIO

**PUBLICAÇÃO POR OMISSÃO**

2008-0.066.174-1 / INT.: SEHAB/ DTPM/ Contrato: 025/2008-SEHAB / CONTRATADA: CONSÓRCIO EIT-SANTA BARBARA / Desp: À vista do que consta neste processo administrativo e da manifestação técnica que acolho, AUTORIZO a adoção do cronograma financeiro de Fl.(s) 20.810, referente ao Contrato n.º 025/2008-SEHAB, firmado com o Consórcio EIT / SANTA BARBARA., para a "Execução de serviços e obras do Lote 4 do Programa de Saneamento, Proteção Ambiental e Recuperação da Qualidade das Águas em áreas degradadas do Manancial Hídrico das Bacias Guarapiranga e Billings.". Em conseqüência, e com fundamento no Decreto nº 53.694/2013, DETERMINO: I. A emissão de Notas de Reserva e Empenho de Recursos, no valor de R$450.000,00 sendo, R$157.068,06 para o pagamento dos serviços, R$67.931,94, para o pagamento do reajuste, de acordo com a PLANILHA DE EMPENHO – 2013 de Fl.(s) 20.812, em nome da empresa EIT Engenharia S/A, inscrita no CNPJ/MF nº 13.300.818/0001-71, e R$157.068,06 para o pagamento dos serviços, R$67.931,94 para o pagamento do reajuste, de acordo com a PLANILHA DE EMPENHO – 2013 de Fl.(s) 20.813, em nome da empresa SANTA BARBARA Engenharia S/A., inscrita no CNPJ/MF nº 17.290.057/0001-75, onerando a dotação nº 86.10.16.482.1220.1.254.4.4.90.51.00. 03 – PROGRAMA MANANCIAIS, esta solicitação é "Ad referendum" do Conselho do FMSAI. II. Emissão de Notas de Reserva e Empenho de Recursos, no valor de R$500.000,00 sendo, R$174.520,07 para o pagamento dos serviços, R$75.479,93, para o pagamento do reajuste, de acordo com a PLANILHA DE EMPENHO – 2013 de Fl.(s) 20.816, em nome da empresa EIT Engenharia S/A, inscrita no CNPJ/MF nº 13.300.818/0001-71, e R$174.520,07 para o pagamento dos serviços, R$75.479,93 para o pagamento do reajuste, de acordo com a PLANILHA DE EMPENHO – 2013 de Fl.(s) 20.817, em nome da empresa SANTA BARBARA Engenharia S/A., inscrita no CNPJ/MF nº 17.290.057/0001-75, onerando a dotação nº 98.14.15.451.11 32.1.281.4.4.90.51.00.08 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ASSENTAMENTOS.

**PUBLICAÇÃO POR OMISSÃO**

2011-0.358.974-8 / INT.: SEHAB/ DTPM/ Contrato: 031/2012-SEHAB / CONTRATADA: E.I.T ENGENHARIA S /A / Desp: À vista do que consta neste processo administrativo e das manifestações técnicas que acolho, AUTORIZO a adoção do cronograma financeiro de Fl.(s) 8.487, referente ao Contrato n.º 031/2012-SEHAB, firmado com a empresa EIT ENGENHARIA S/A, para a "Execução de obras do Programa de Saneamento, Proteção Ambiental e Recuperação da Qualidade das Águas em áreas degradadas de Manancial Hídrico das Bacias Guarapiranga e Billings, Urbanização de Favelas e Regularização de Loteamentos Precários – LOTE 02, no âmbito da Coordenadoria de Habitação da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB, integrada pela Superintendência de Habitação Popular – HABI, pelo Programa Mananciais e pelo Departamento de Regularização de Parcelamento do Solo - RESOLO". Em conseqüência e com fundamento no Decreto nº 53.694/2013, DETERMINO: I. A emissão de Notas de Reserva e Empenho de Recursos, no valor de R$641.040,11 sendo R$610.514,38 para o pagamento de serviços e R$30.525,73 para o pagamento do reajuste, de acordo com a PLANILHA DE EMPENHO – 2013 de Fl.(s) 8.489, em nome da empresa EIT Engenharia S/A., inscrita no CNPJ/MF nº 13.300.818/0001-71, onerando a dotação nº 98.14.15.451.1 132.1.281.4.4.90.51.00.08 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ASSENTAMENTOS.

## HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

### GABINETE DO SUPERINTENDENTE

### COMPRAS

**DESPACHO**

A Superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal, no uso das atribuições conferidas pela lei 13.766/04, resolve:

Processo nº 2014-0.010.489-7 - I – À vista dos elementos constantes no processo administrativo em tela e considerando a manifestação da Assessoria Jurídica à fl. 26, com fundamento no artigo 15, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, bem como no artigo 3º da Lei Municipal nº 13.278/02 e no artigo 31 do Decreto Municipal nº 44.279/03, alterado pelo Decreto Municipal nº 51.278/10, AUTORIZO a aquisição atadura de crepe-tipo 1, 10cm x 180cm, 15 x 180cm e 20cm x 180cm, para uso no Hospital do Servidor Público Municipal e suas unidades, por meio da Ata de Registro de Preços nº. 175/2013 – SMS.G, juntada às fls. 07/10, cuja detentora é a empresa MEDI HOUSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS CIRÚRGICOS E HOSPITALARES LTDA., CNPJ: nº 48.939.276/0001-66, nos termos do ajuste firmado, no valor total global de R$ 27.905,14 (vinte e sete mil, novecentos e cinco reais e quartoze centavos) que será suportada pela dotação orçamentária 02.10.302.3003.4.103.3.3.90.30. 00, conforme Nota de Reserva nº 449/2014.

II – Autorizo ainda, a emissão da Nota de Empenho no respectivo valor.

**DESPACHO**

A Superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal, no uso das atribuições conferidas pela lei 13.766/04, resolve:

Processo nº 2014-0.010.497-8 - I – À vista dos elementos constantes no processo administrativo em tela e considerando a manifestação da Assessoria Jurídica à fl. 27, com fundamento no artigo 15, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, bem como no artigo 3º da Lei Municipal nº 13.278/02 e no artigo 31 do Decreto Municipal nº 44.279/03, alterado pelo Decreto Municipal nº 51.278/10, AUTORIZO a aquisição de tira reagente para determinação de glicose no sangue, com fornecimento de aparelho leitor em comodato e fornecimento de software para gerenciamento e controle de dados de glicemia com instalação e treinamento de uso-para uso domiciliar, para uso no Hospital do Servidor Público Municipal e suas unidades, por meio da Ata de Registro de Preços nº. 551/2013 – SMS.G, juntada às fls. 06/15, cuja detentora é a empresa ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA., CNPJ: nº 30.280.358/0006-90, nos termos do ajuste fimado, no valor total global de R$ 2.251,50 (dois mil, duzentos e cinqüenta e um reais e cinqüenta centavos) que será suportado pela dotação orçamentária 02.10.302.3003.4.103.3.3 .90.30.00, conforme Nota de Reserva nº 446/2014.

II – Autorizo ainda, a emissão da Nota de Empenho no respectivo valor.

**DESPACHO**

A Superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal, no uso das atribuições conferidas pela lei 13.766/04, resolve:

Processo nº 2012-0.077.049-4 - I – À vista dos elementos constantes no procedimento administrativo em tela, no uso das atribuições conferidas no artigo 4º, XIV da Lei Municipal 13.766/2004 e considerando as manifestações da Procuradoria, juntada às fls. 680, e com fulcro no artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, que acolho pelos próprios fundamentos, AUTORIZO o aditamento, a partir de 1º/02/2014, do Termo de Contrato nº 189/2012, firmado com a empresa OXY SYSTEM EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA., CNPJ nº 58.763.350/0001-90, que tem por objeto a locação de equipamentos hospitalares, para supressão de seu objeto, com a exclusão do item 2.c., ventilador não invasivo, 4 unidades, passando o valor mensal para R$ 82.703,15 (oitenta e dois mil, setecentos e três reais e quinze centavos) e o valor total global para R$ 969.855,46 (novecentos e sessenta e nove mil, oitocentos e cinqüenta e cinco reais e quarenta e seis centavos).

**EXTRATO DE CONTRATO**

PROCESSO: 2013-0.310.387-3 HSPM. TERMO 031/2014 DE CONTRATO. Contratada: BRASILIDADE COMÉRCIO, SERVIÇOS, IMPORTAÇÃO LTDA-EPP. Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios. Prazo: 06 (seis) meses a partir de 12/02/2014. Valor Contratual: R$ 16.660,00. Dotação Orçamentária: 02.10.10.302.3003.4103.3.3.90.30.00.06.07.99 NE 476/2014.

**EXTRATO DE CONTRATO**

PROCESSO: 2013-0.310.387-3 HSPM. TERMO 032/2014 DE CONTRATO. Contratada: CACO COMÉRCIO DE FRUTAS LTDA. Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios. Prazo: 06 (seis) meses a partir de 17/02/2014. Valor Contratual: R$ 61.210,00. Dotação Orçamentária: 02.10.10.302.3003.4103.3.3 .90.30.00.06.07.99 NE 483/2014.

**EXTRATO DE CONTRATO**

PROCESSO: 2013-0.126.603-1 HSPM. TERMO 009/2014 DE CONTRATO. Contratada: SIEMENS LTDA. Objeto: Fornecimento de Sistema de Angiografia Digital - Hemodinâmica. Prazo: 90 (noventa) dias contados da Ordem de Fornecimento (O.F.). Valor Contratual: R$ 1.285.000,00. Dotação Orçamentária: 02.10.10.302.1111.4103.4.4.90.52.00.00.08.01 NE 2866/2013.

## NEGÓCIOS JURÍDICOS

### GABINETE DO SECRETÁRIO

**RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DOC DE 20.2.2014 – PÁG.88**

LEIA-SE COMO SEGUE E NÃO COMO CONSTOU

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 05 AO CONTRATO Nº 001/SNJ/2012

PROCESSO Nº 2012-0.015.574-9

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – SECRETARIA MUNICIPAL DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS – SNJ

CONTRATADA: EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – PRODAM-SP S/A

OBJETO DO CONTRATO: . . .

VALOR: Valor total para o novo período contratual é de R$ 5.228.464,73 (cinco milhões, duzentos e vinte e oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e setenta e três centavos).

2013-0.296.101-9 – SNJ - I. Considerando a delegação de competência constante na Portaria 1/2013 – SNJ.G e à vista dos elementos que instruem o presente, notadamente a manifestação de fls. 65, e a manifestação da Assessoria Jurídica a respeito, APLICO à Contratada J.A SOUZA DIAS – ME, CNPJ 15.377.987/0001-35, nos termos do art. 87, inc. II, da Lei Federal 8.666/93, dos arts. 54 e seguintes do Dec. 44.279/03 e da legislação pertinente, a penalidade de MULTA no valor total de R$ 522,08, com amparo na alínea "d" do anexo da nota de empenho. II. Fica aberto o prazo de 5 dias úteis para eventual interposição de recurso administrativo, sendo já franqueada a vista e a extração de cópias dos autos, nos termos dos arts. 41 e seguintes da Lei Mun. 14.141, de 27 de março de 2006, em igual prazo.

### PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**LINHA DE ATENDIMENTO DIRETO: 3396-1675**

**DESPACHO DA CHEFIA DE GABINETE DA PROCURADORIA GERAL**

2010-0.334.228-7 - PGM e PROCED - Carta-Contrato nº 1/PGM/11. - Prestação de serviços de assistência técnica e manutenção integral – corretiva, preventiva e emergencial dos 2 (dois) elevadores, marca Atlas, instalados no edifício sede da Procuradoria Geral do Município e do Departamento de Procedimentos Disciplinares, na Rua Maria Paula, nº 270 – Centro – São Paulo, registrados sob nºs 47.868 e 47.869, de acordo com as especificações Técnicas e condições estabelecidas no Anexo I do instrumento contratual. Prorrogação do prazo de vigência contratual. 1- Em face dos elementos que instruem o presente, notadamente a pesquisa de mercado acostada aos autos, as manifestações da empresa contratada, dos Diretores de Divisão Administrativa desta Procuradoria Geral do Município e do Departamento de Procedimentos Disciplinares, e, da Sra. Presidente da CPLSC 2 de fls. retro, que acolho, no uso das atribuições que me foram conferidas pela Port. 55/13-SNJ.G, AUTORIZO, com fundamento no art. 57, inc. II da LF 8.666/93 e no art. 1º da LM 13.278/02, combinado com o art. 46 do Dec. 44.279/03, a prorrogação do prazo da Carta-Contrato 001/PGM/2011, firmada com a empresa ALPR ELEVADORES LTDA.-EPP, inscrita no CNPJ nº 10.265.328/0001-93, cujo objeto é a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção integral - corretiva, preventiva e emergencial (sem fornecimento de peças) – dos 2 (dois) elevadores, marca Atlas, instalados no edifício sede da Procuradoria Geral do Município e Departamento de Procedimentos Disciplinares, na Rua Maria Paula, 270 – Centro – São Paulo, registrados sob nºs 47.868 e 47.869, de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do ajuste, por mais 12 (doze) meses, nos termos de sua cláusula terceira, a partir de 11.03.2014, inclusive. 2 O valor total principal mensal do ajuste que é de R$1.080,00, fica acrescido do reajuste provisório de R$41,87, perfazendo o total estimado mensal de R$1.121,87 e anual total estimado de R$13.462,44, até que venha a ser divulgado o índice definitivo de reajustamento pela Secretaria de Finanças para apostilamento dos exatos valores. 3 Autorizo, em conseqüência a emissão de Notas de Empenho, onerando a dotação nº 2115.02.122.3024.2100.3.3.90.39.00.0 0 do orçamento vigente, para suporte das despesas no presente exercício, nos termos do Dec. 54.768/14, processando-se as notas complementares, oportunamente, no próximo exercício, onerando dotação própria, em observância ao princípio da anualidade orçamentária. 4 Lavre-se o competente termo de aditamento ao ajuste aqui tratado, nos termos da minuta de fls. 458/460, que aprovo, na qual consta o quanto ora autorizado, bem assim que ficam mantidas inalteradas todas as demais cláusulas contratuais.

## DESENVOLVIMENTO URBANO

### GABINETE DO SECRETÁRIO

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SMDU

AVISO

"LICENCIAMENTO AMBIENTAL"

Referência: Licenciamento Ambiental da Operação Urbana Consorciada Mooca Vila Carioca

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU torna público que requereu em 19/Dez/2013 à Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente – SVMA, a Licença Ambiental Prévia – LAP para o empreendimento denominado Operação Urbana Consorciada Mooca Vila Carioca, P.A. Nº

## SAÚDE

### GABINETE DO SECRETÁRIO

PROCESSO: 2013-0.235.936-0
ASSESSORIA JURÍDICA - AJ/SMS.G
CONVÊNIO 006/2014-SMS.G

"Extrato do Termo de Convênio nº. 006/2014-SMS.G– Processo nº. 2013-0.235.936-0 - Convenente: PMSP/SMS/FMS – Conveniada: Centro de Apoio a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo- CEAP - Objeto do convênio: Realização da terceira edição do "Inquérito de Saúde de Base Populacional" no Município de São Paulo, conforme Plano de Trabalho, totalizando o valor do ajuste em R$ 718.500,00 – Dotações nºs 84.10.10.122.3024.2100.3390.39.00.00 e 84.10.1 0.122.3024.2100.4490.52.00.00 – Notas de Empenho nº 8539, no valor de R$ 671.000,00 e 8542, no valor de R$ 47.500,00".

PROCESSO: 2013-0.016.409-0
DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS, SMS-3
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 423/2013-SMS.G
DESPACHO DO SUPERVISOR TÉCNICO II, RESPONDENDO PELA DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS, SMS-3

I - À vista dos elementos constantes no presente processo administrativo, Pregão Eletrônico nº 423/2013-SMS.G, cujo objeto é o Registro de Preços para o FORNECIMENTO DE SUPLEMENTO ALIMENTAR LÍQUIDO, processado pela 1ª Comissão Permanente de Licitação da SMS, em especial a manifestação da Assessoria Técnica, a qual adoto como razão de decidir, e em face da competência delegada pela Portaria nº 890/2013–SMS-G, DECIDO:

II - DECLARAR NULA, com fundamento no art. 49, 'caput', da Lei nº 8.666/93, o Despacho publicado no DOC/SP de 13 de fevereiro de 2014, considerando a necessidade de observar o rito recursal previsto no art. 6º, inciso IX e parágrafo único do Decreto municipal nº 46.662/2005.

PROCESSO: 2013-0.214.355-3
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2014-SMS.G
1ª COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
COMUNICADO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO EM LATEX COM TALCO

Comunicamos aos interessados no certame supramencionado, que fica SUSPENSA a sessão de abertura do Pregão, prevista para 24/02/2014, tendo em vista a necessidade de reparo no Edital. Novo Edital será oportunamente publicado.

PROCESSO: 2013-0.308.661-8
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 483/2013-SMS.G
DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS, SMS-3
PENALIDADE
DESPACHO DO SUPERVISOR TÉCNICO II, RESPONDENDO PELA DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS, SMS-3

I.À vista dos elementos que instruem os autos do processo em referência, em especial a manifestação da Assistência Técnica desta Divisão, que acolho, declaro IMPROCEDENTE a defesa prévia apresentada pela empresa SUPPORT PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA. - CNPJ 01.107.391/0001-00 e APLICO, em razão do atraso injustificado na entrega dos produtos, multa de penalidade de 11% sobre o valor da Nota Fiscal de nº 19.825, e 13% sobre o valor da Nota Fiscal de nº 30.207 com fundamento no artigo 86 da Lei Federal nº 8.666/93 c/c artigo 54 e seguintes do Decreto Municipal 44.279/03;

II.Outrossim, fica a empresa NOTIFICADA do prazo de 05 (cinco) dias úteis para a interposição de eventual recurso, a contar da publicação deste despacho, mediante o recolhimento das respectivas custas.

PROCESSO: 2014-0.040.692-3
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2012-SMS.G
DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS – SMS.3
AUTORIZAÇÃO
DESPACHO DO SUPERVISOR TÉCNICO II, RESPONDENDO PELA DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS – SMS.3

À vista dos elementos constantes do presente expediente, nos temos do artigo 15, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinado com o disposto na Lei Municipal nº 13.278/02, regulamentada pelo Decreto nº 44.279/03, e na competência delegada por intermédio da Portaria n.º 890/2013–SMS.G, AUTORIZO, para atendimento de ordem judicial, a contratação da empresa NOVARTIS BIOCIÊNCIAS S/A, inscrita no CNPJ sob n.º 56.994.502/0098-2, por intermédio da Ata de Registro de Preços nº 061/2012-SMS.G, para aquisição de 1.440 (mil quatrocentos e quarenta) comprimidos do medicamento Glivec (imatinib mesilato 100mg), pelo valor total de R$ 29.664,00 (vinte e nove mil seiscentos e sessenta e quatro reais), onerando a dotação orçamentária nº 84.10.10.303.300 3.4.106.3.3.90.30.00, fonte 00, conforme nota de reserva n.º 14.716/14, às fls. 20.

PROCESSO: 2008-0.269.759-0
PUBLICAÇÃO POR OMISSÃO
SMS-1/DIVISÃO ADMINISTRATIVA/CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 08/2013 AO CONTRATO Nº 079/2008-SMS.G

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DA PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO

CONTRATADA: CONSÓRCIO REDE TELECOM PMSP FORMADO PELAS EMPRESAS: "TELEFONICA BRASIL S/A" e "TELEFONICA DATA S/A"

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa comutada – STFC, destinado ao trafego de chamadas locais e de longa distância (Nacional e Internacional) entre as unidades da Prefeitura do Município de São Paulo e a rede pública com fornecimento de PABX digital e manutenção preventiva e corretiva, conforme descrições exigidas na Ata de RP nº 059/CGBS/DGSS/2006

OBJETO DO TERMO: Prorrogação do ajuste, por excepcionalidade, por 6 meses a partir de 25/09/2013 e alteração societária

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 8410.10.122.2610.4.100.3.3 .90.39.00.00

PROCESSO: 2014-0.038.896-8
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2013-SMS.G
DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS – SMS.3
AUTORIZAÇÃO
DESPACHO DO SUPERVISOR TÉCNICO II, RESPONDENDO PELA DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS – SMS.3

À vista dos elementos constantes do presente expediente, nos temos do artigo 15, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinado com o disposto na Lei Municipal nº 13.278/02, regulamentada pelo Decreto nº 44.279/03, e na competência delegada por intermédio da Portaria n.º 890/2013–SMS.G, AUTORIZO, para atendimento de ordem judicial, a contratação das empresas:

a)Por intermédio da Ata de Registro de Preços nº 095/2013-SMS.G:

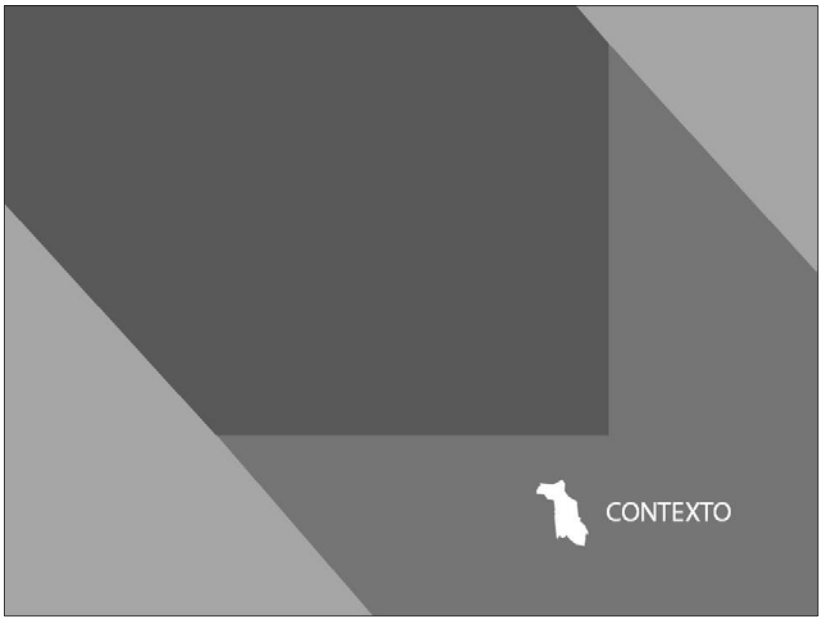
HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ sob n.º 26.921.908/0001-21, para fornecimento de 24 (vinte e quatro) refis de 3ml de insulina glargina 100 UI/ml, pelo total de valor de R$ 1.435,68 (mil quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta e oito centavos), onerando a dotação orçamentária n.º 84.10. 10.303.3003.4.106.3.3.90.30.00, fonte 00, conforme nota de reserva n.º 14.605/14, fls. 45;

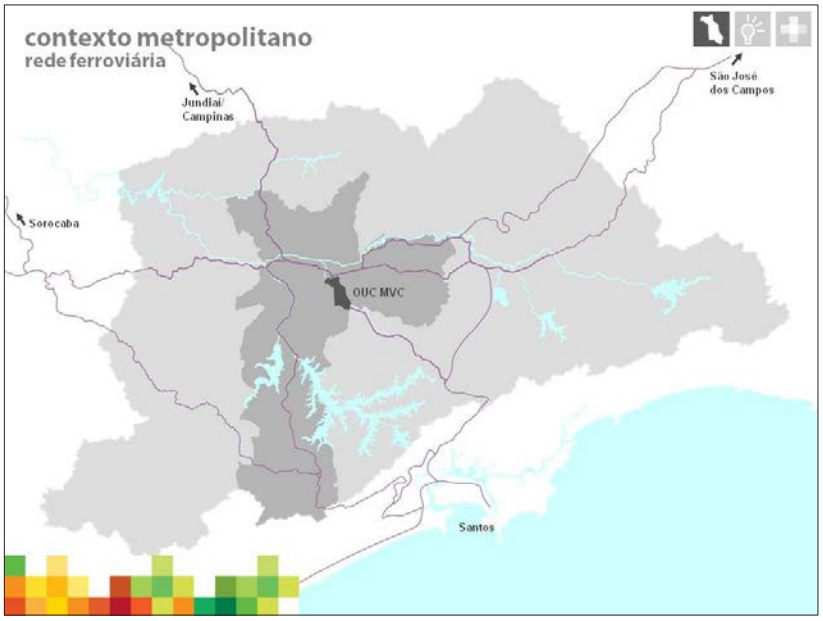
b) Por intermédio da Ata de Registro de Preços nº 481/2013-SMS.G:

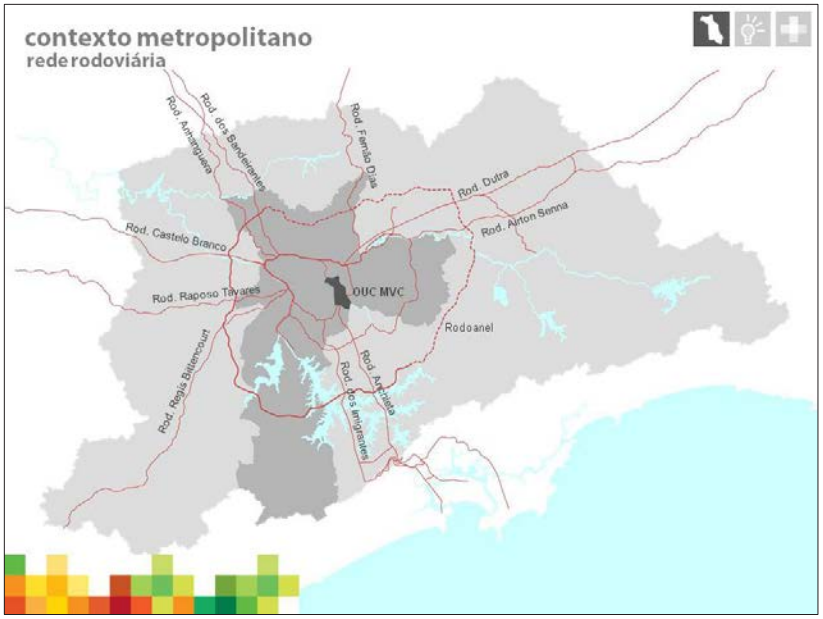
ELI LILLY DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ sob n.º 43.940.618/0001-44, para fornecimento de 25 (vinte e cinco) refis de 3ml de insulina lispro 100 UI/ml, pelo total de valor

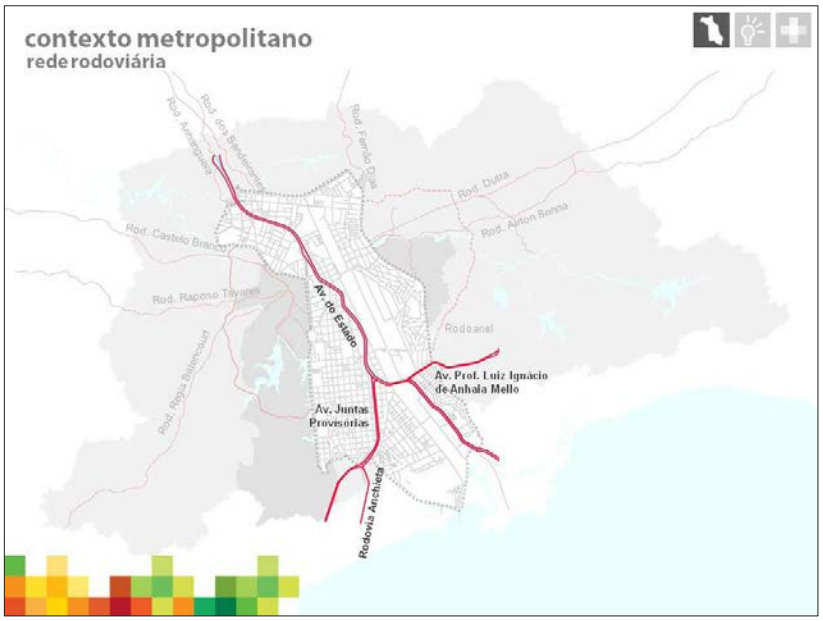
BAIRROS DO
TAMANDUATEÍ
OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA MOOCA VILA CARIOCA
CADES
21 Março 2014
Empreendedor
SMDU: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
Rua São Bento nº405, conj. 183 - Centro
Fone: (11) 31137589
Consórcio CMVC
Arquiteto Héctor Vigliecca e Associados ltda, ASTOC
GMBH & CO. KG, Walm Engenharia e Tecnologia
Ambiental Ltda, e Contacto Consultores Associados
Consultoria Técnica
WALM Eng. e Tecnologia Ambiental Ltda.
Rua Apinagés nº1.100, conj. 609 - Perdizes
Fone (11) 3873-7006

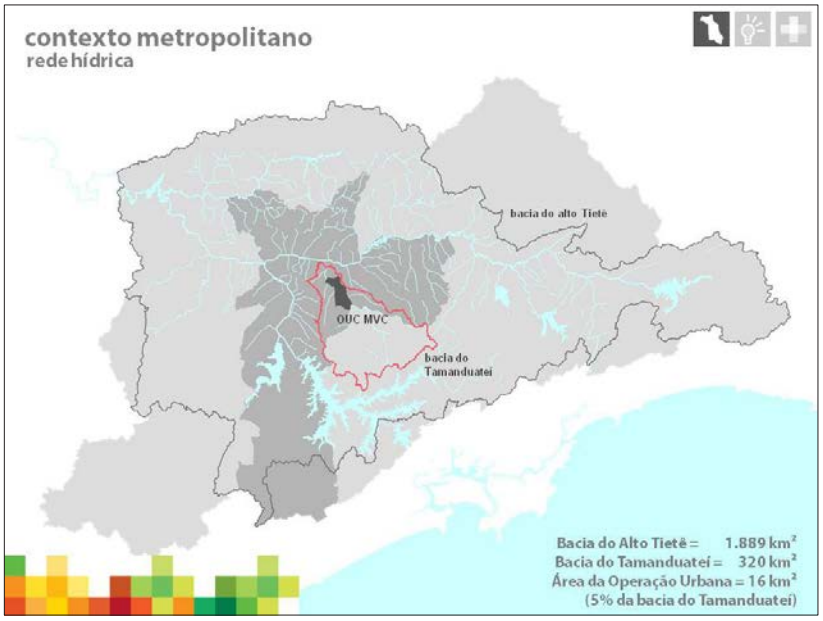
contexto
motivação
propostas
Bairros do Tamanduateí
mobilidade
uso e ocupação do solo
drenagem
ambiente urbano
faseamento
licenciamento

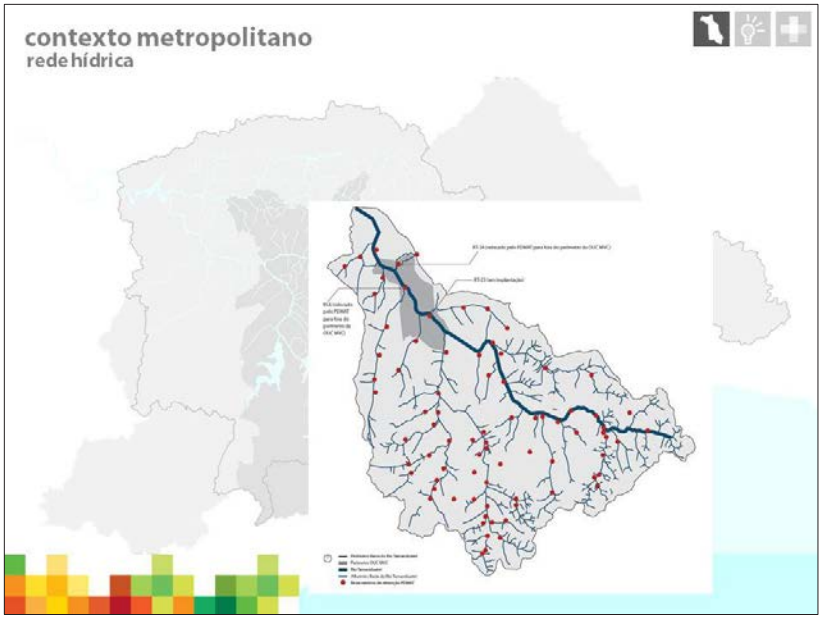

CONTEXTO

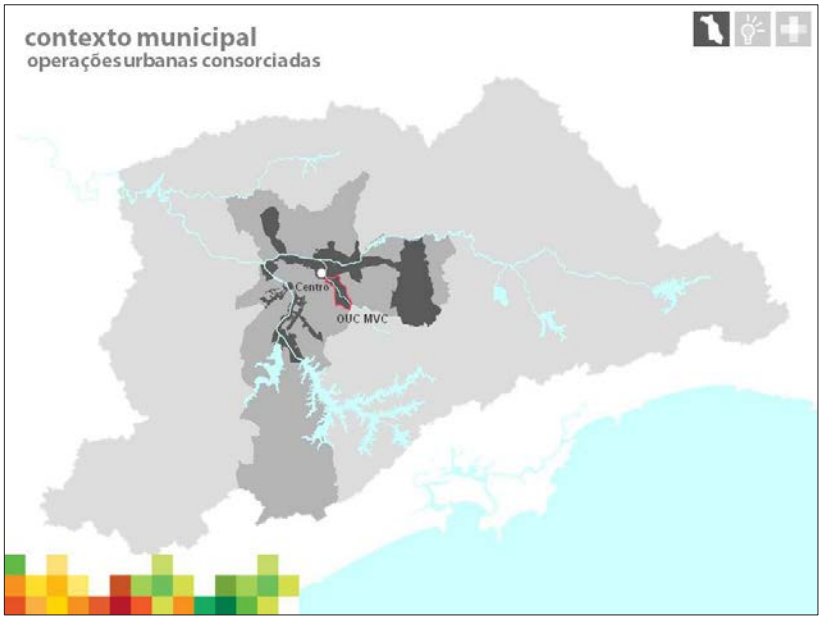

contexto metropolitano
rede ferroviária
Jundiaí/
Campinas
São José
dos Campos
Sorocaba
OUC MVC
Santos

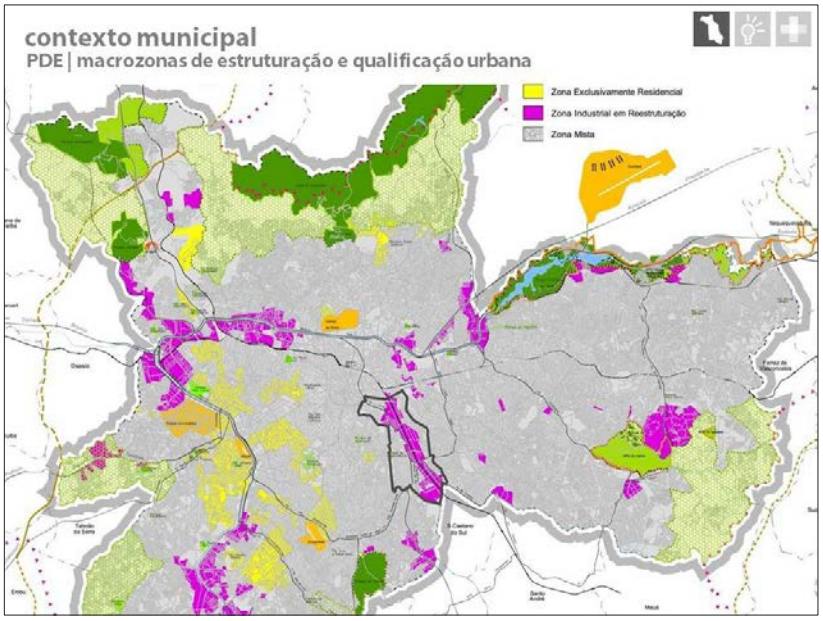

contexto metropolitano
rede rodoviária
Rod. dos Bandeirantes
Rod. Anhanguera
Rod. Fernão Dias
Rod. Dutra
Rod. Ayrton Senna
Rod. Castelo Branco
Rod. Raposo Tavares
OUC MVC
Rodoanel
Rod. Régis Bittencourt
Rod. Anchieta
Rod. dos Imigrantes

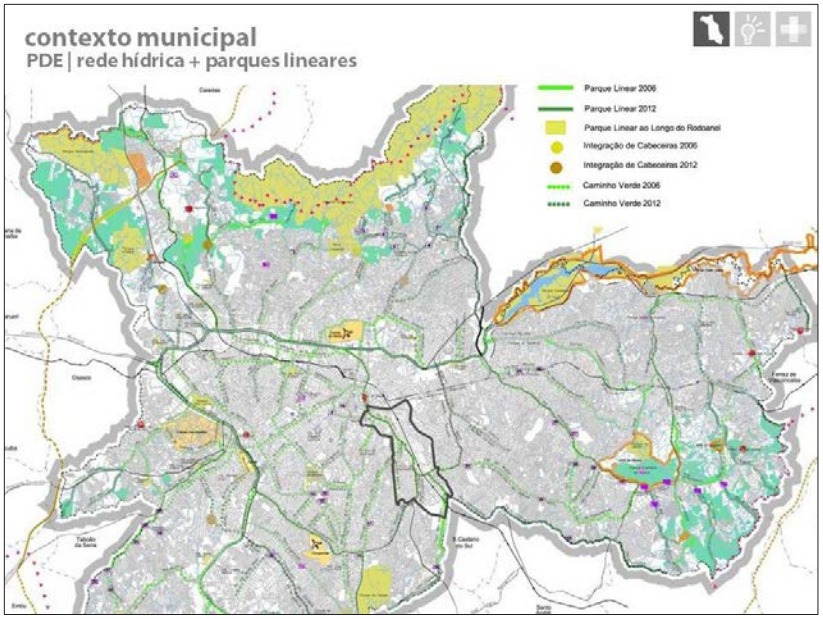

contexto metropolitano
rede rodoviária
Av. do Estado
Av. Prof. Luiz Ignácio
de Anhaia Mello
Av. Juntas
Provisórias
Rodovia Anchieta

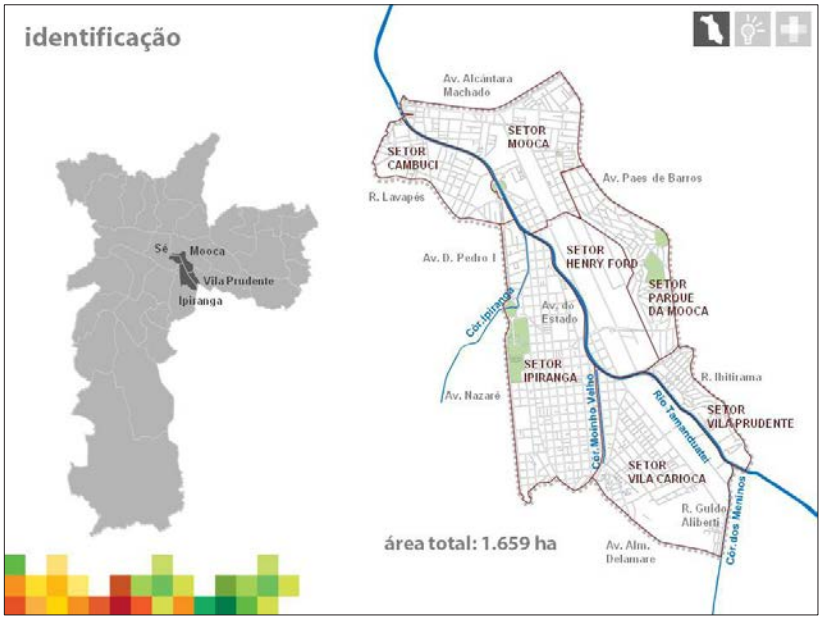

contexto metropolitano
rede hídrica
bacia do alto Tietê
OUC MVC
bacia do Tamanduateí
Bacia do Alto Tietê = 1.889 km²
Bacia do Tamanduateí = 320 km²
Área da Operação Urbana = 16 km²
(5% da bacia do Tamanduateí)

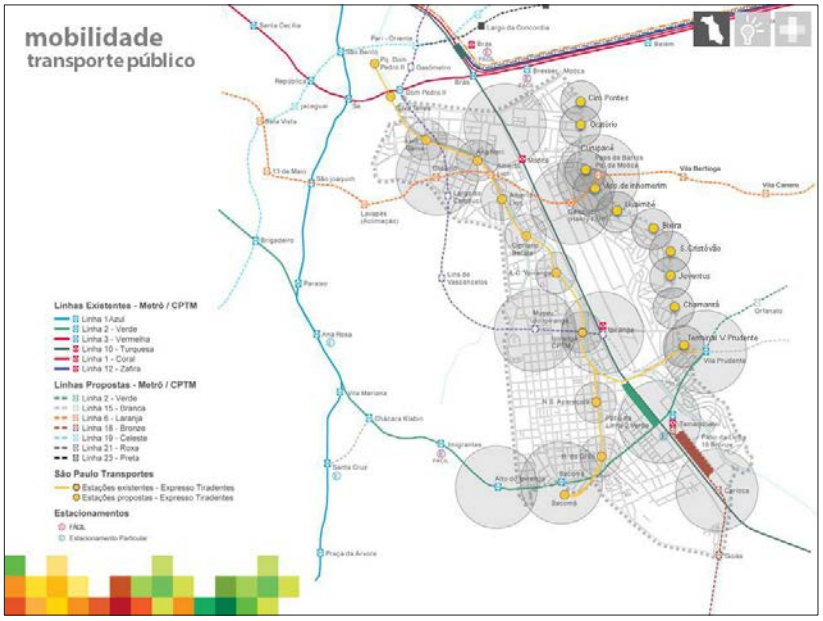

contexto metropolitano
rede hídrica


contexto municipal
operações urbanas consorciadas
Centro
OUC MVC

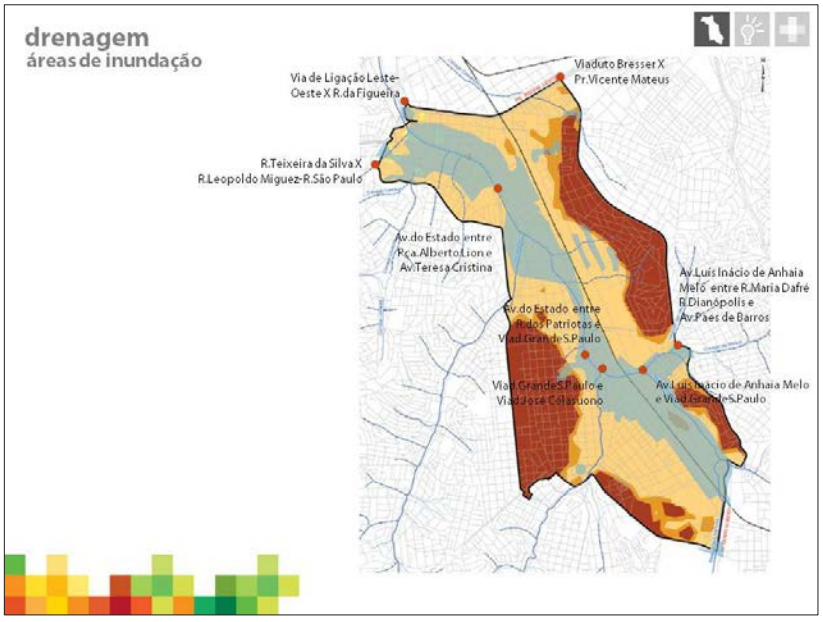

contexto municipal
PDE | macrozonas de estruturação e qualificação urbana
Zona Exclusivamente Residencial
Zona Industrial em Reestruturação
Zona Mista

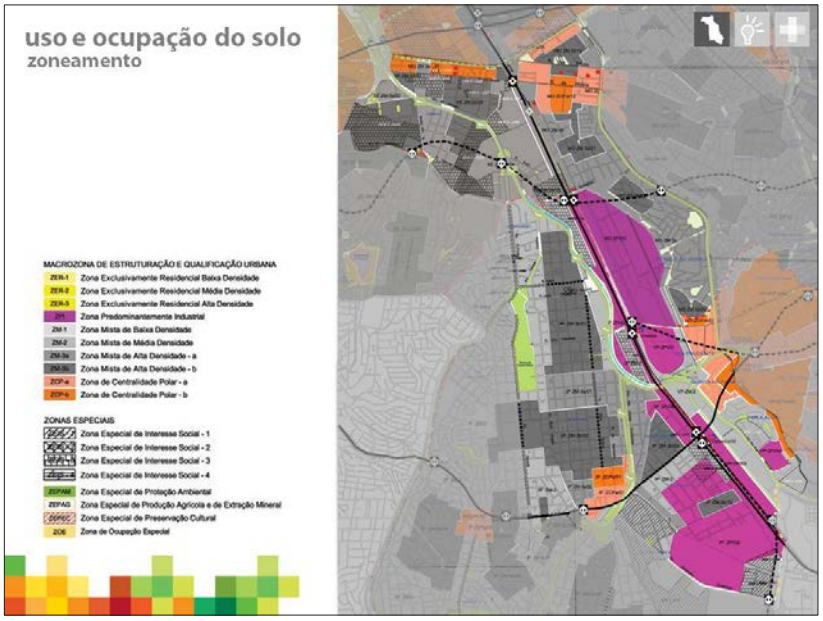

contexto municipal
PDE | rede hídrica + parques lineares
Parque Linear 2006
Parque Linear 2012
Parque Linear ao Longo do Rodoanel
Integração de Cabeceiras 2006
Integração de Cabeceiras 2012
Caminho Verde 2006
Caminho Verde 2012

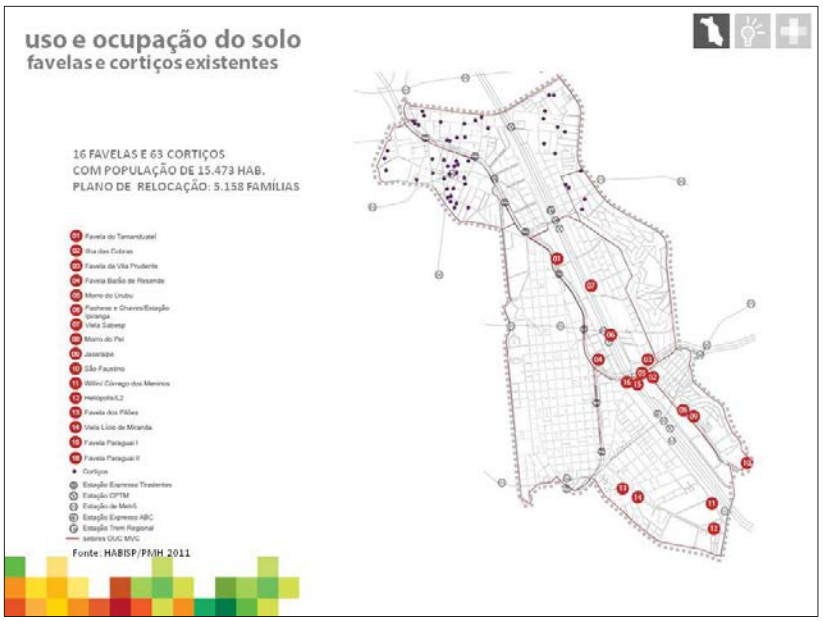

identificação
Sé
Mooca
Vila Prudente
Ipiranga
Av. Alcântara Machado
SETOR MOOCA
SETOR CAMBUCI
R. Lavapés
Av. Paes de Barros
Av. D. Pedro I
SETOR HENRY FORD
SETOR PARQUE DA MOOCA
Av. do Estado
Cór. Ipiranga
SETOR IPIRANGA
Av. Nazaré
R. Ibitirama
Cór. Moinho Velho
Rio Tamanduateí
SETOR VILA PRUDENTE
SETOR VILA CARIOCA
R. Guido Aliberti
Cór. dos Meninos
Av. Alm. Delamare
área total: 1.659 ha

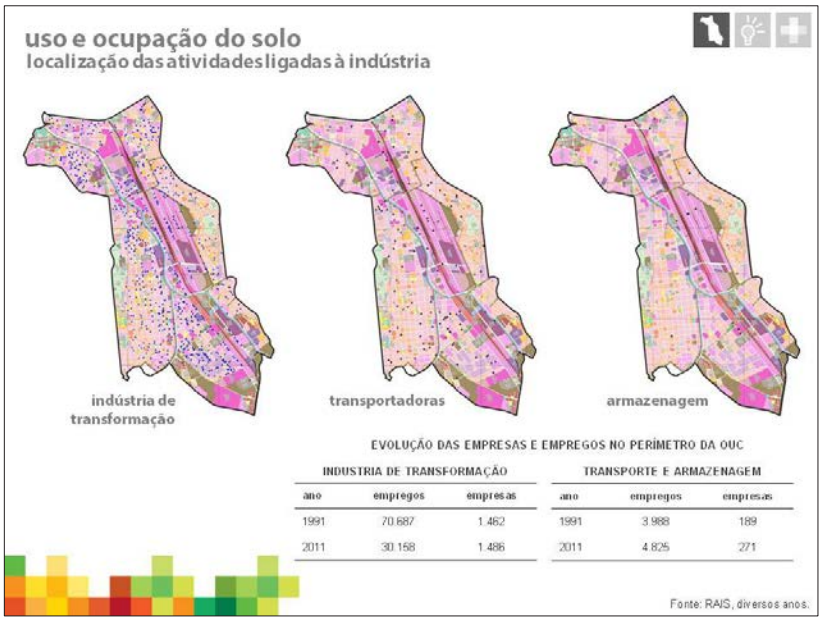

mobilidade
transporte público
Linhas Existentes - Metrô / CPTM
Linha 1-Azul
Linha 2 - Verde
Linha 3 - Vermelha
Linha 10 - Turquesa
Linha 11 - Coral
Linha 12 - Safira
Linhas Propostas - Metrô / CPTM
Linha 2 - Verde
Linha 15 - Branca
Linha 6 - Laranja
Linha 18 - Bronze
Linha 19 - Celeste
Linha 21 - Roxa
Linha 23 - Preta
São Paulo Transportes
Estações existentes - Expresso Tiradentes
Estações propostas - Expresso Tiradentes
Estacionamentos

mobilidade
sistema viário estrutural
Av. Alcântara Machado
Av. Paes de Barros
R. Lavapés
Av. D. Pedro I
Av. do Estado
R. Ibitirama
Av. Nazaré
Av. Alm. Delamare
Via estrutural N1
Via estrutural N2
Via estrutural N3


drenagem
áreas de inundação
Via de Ligação Leste-Oeste X R.da Figueira
Viaduto Bresser X Pr.Vicente Mateus
R.Teixeira da Silva X R.Leopoldo Miguez-R.São Paulo
Av.do Estado entre Pça.Alberto Lion e Av.Teresa Cristina
Av.Luis Inácio de Anhaia Melo entre R.Maria Dafré R.Dianópolis e Av.Paes de Barros
Av.do Estado entre Rua 5 Patriotas e Viad.Grande S.Paulo
Viad.Grande S.Paulo e Viad.José Colaruono
Av.Luis Inácio de Anhaia Melo e Viad.Grande S.Paulo


uso e ocupação do solo
zoneamento
MACROZONA DE ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO URBANA
ZEIS-1 Zona Exclusivamente Residencial Baixa Densidade
ZEIS-2 Zona Exclusivamente Residencial Média Densidade
ZEIS-3 Zona Exclusivamente Residencial Alta Densidade
ZPI Zona Predominantemente Industrial
ZM-1 Zona Mista de Baixa Densidade
ZM-2 Zona Mista de Média Densidade
ZM-3a Zona Mista de Alta Densidade - a
ZM-3b Zona Mista de Alta Densidade - b
ZCP-a Zona de Centralidade Polar - a
ZCP-b Zona de Centralidade Polar - b
ZONAS ESPECIAIS
Zona Especial de Interesse Social - 1
Zona Especial de Interesse Social - 2
Zona Especial de Interesse Social - 3
Zona Especial de Interesse Social - 4
ZEPAM Zona Especial de Proteção Ambiental
ZEPAG Zona Especial de Produção Agrícola e de Extração Mineral
ZEPEC Zona Especial de Preservação Cultural
ZOE Zona de Ocupação Especial


uso e ocupação do solo
favelas e cortiços existentes
16 FAVELAS E 63 CORTIÇOS
COM POPULAÇÃO DE 15.473 HAB.
PLANO DE RELOCAÇÃO: 5.158 FAMÍLIAS
Fonte: HABISP/PMH 2011


uso e ocupação do solo
localização das atividades ligadas à indústria
indústria de transformação
transportadoras
armazenagem
EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS E EMPREGOS NO PERÍMETRO DA OUC
INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
ano empregos empresas
1991 70.687 1.462
2011 30.158 1.486
TRANSPORTE E ARMAZENAGEM
ano empregos empresas
1991 3.988 189
2011 4.825 271
Fonte: RAIS, diversos anos.

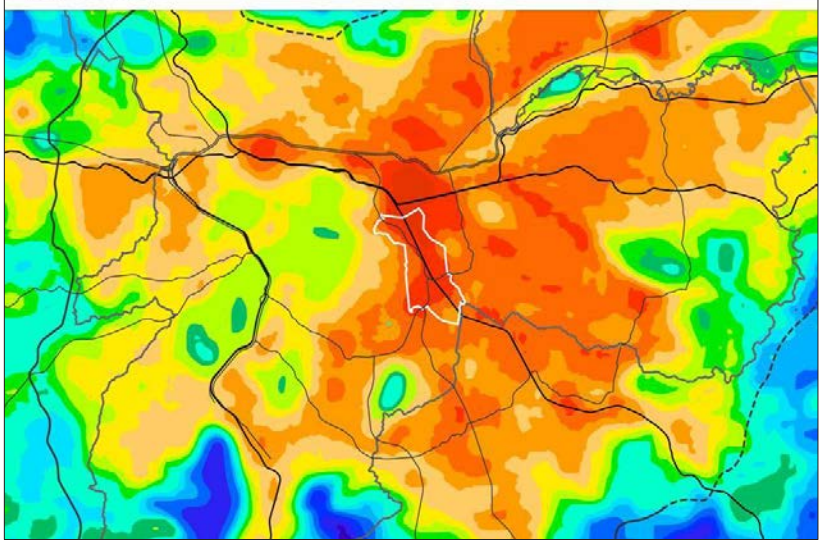
## uso e ocupação do solo
### localização das atividades de comércio e serviços

EMPRESAS E EMPREGOS EM SETORES DE COMÉRCIO E SERVIÇOS - 2011

| | comércio | hospedagem e alimentação | serviços pessoais | serviços | entretenimento |
|---|---|---|---|---|---|
| empresas | 6.580 | 117 | 177 | 955 | 93 |
| empregos | 42.568 | 2.353 | 389 | 5.680 | 92 |

Fonte: RAIS, diversos anos.

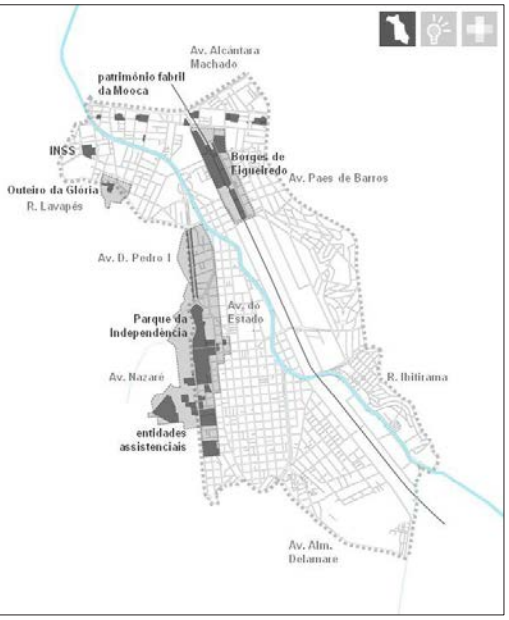
## ambiente urbano
### ilhas de calor

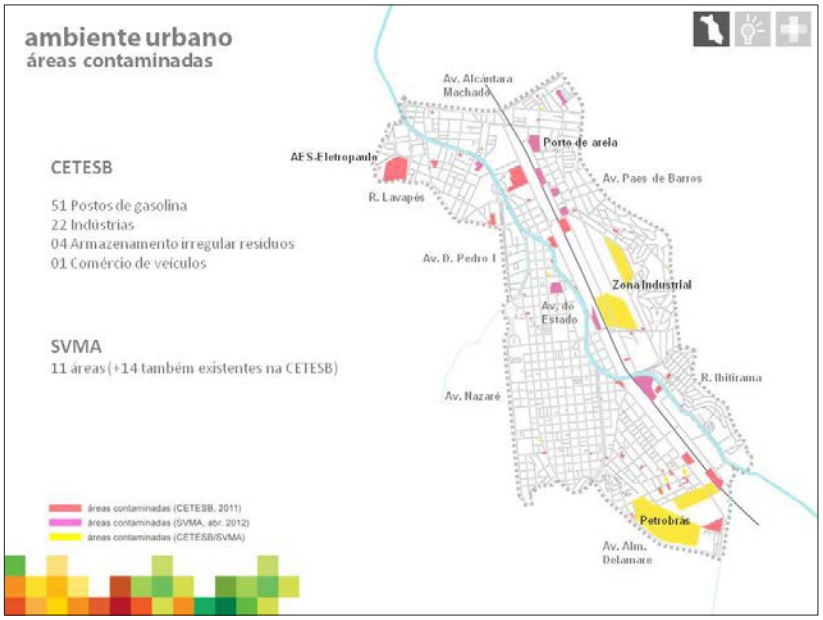


## ambiente urbano
### patrimônio histórico

57 bens tombados

- Igrejas
- Casarões
- Instalações industriais
- Estruturas da São Paulo Railway
- Vilas residenciais
- Monumento da Independência;
- Parque da Independência;
- Museu Paulista e outros.




ambiente urbano
áreas contaminadas
CETESB
51 Postos de gasolina
22 Indústrias
04 Armazenamento irregular resíduos
01 Comércio de veículos
SVMA
11 áreas (+14 também existentes na CETESB)
áreas contaminadas (CETESB, 2011)
áreas contaminadas (SVMA, abr. 2012)
áreas contaminadas (CETESB/SVMA)
Av. Alcântara Machado
Porto de areia
AES-Eletropaulo
Av. Paes de Barros
R. Lavapés
Av. D. Pedro I
Zona Industrial
Av. do Estado
R. Ibitirama
Av. Nazaré
Petrobrás
Av. Alm. Delamare

MOTIVAÇÃO

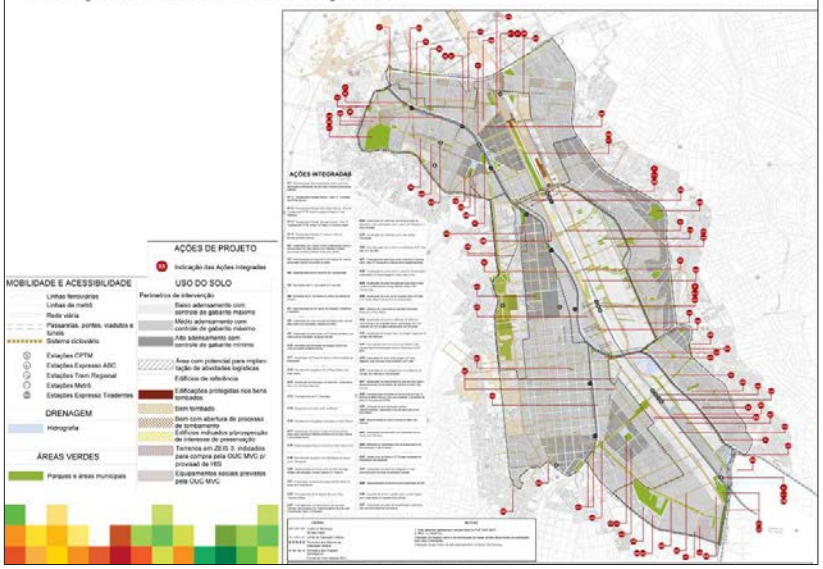
JUSTIFICATIVAS PARA O PROJETO
OBJETIVOS DO BAIRRO DO TAMANDUATEÍ
+ boa acessibilidade regional transporte público e rede viária
- circulação local interrompida
✓ priorizar conexões entre bairros, uso do transporte coletivo
✓ qualificar a cidade para pedestres e ciclistas
- baixa densidade demográfica
+ atividade industrial remanescente
- habitações precárias
✓ aproximar a moradia do trabalho
✓ implantar habitação de interesse social
✓ incentivar a produção habitacional para renda média-baixa
✓ atrair novas atividades econômicas.
- drenagem insuficiente; áreas de inundação
✓ minimizar as áreas de alagamento
✓ qualificar a inserção dos rios na paisagem urbana
- principal rio tamponado
- ilha de calor
+ patrimônio histórico industrial, ferroviário e cívico
+ recuperação de áreas contaminadas
✓ aumentar as áreas verdes, equipamentos e espaços públicos
✓ valorizar e preservar o patrimônio histórico

PREFEITURA DE SÃO PAULO

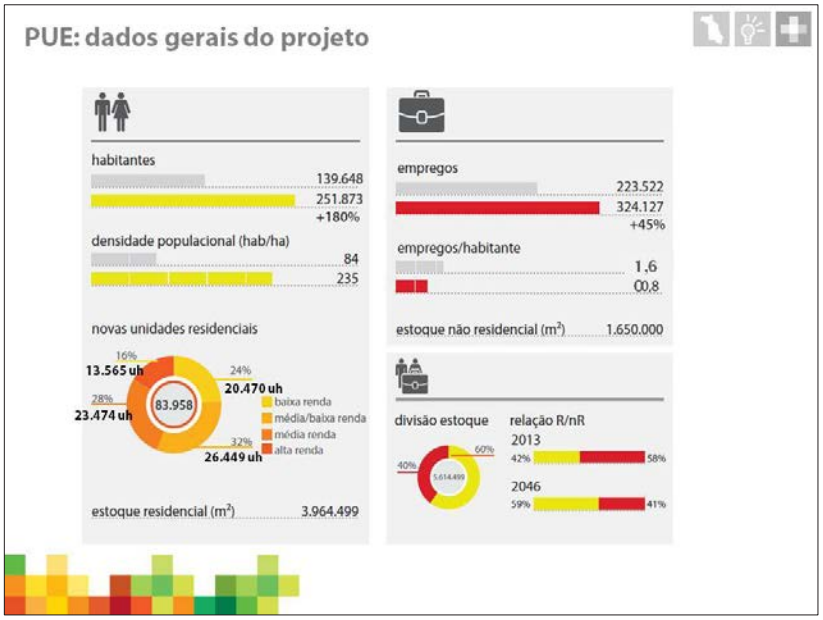
SP-Urbanismo
SÃO PAULO URBANISMO

# PROPOSTAS
## BAIRROS DO TAMANDUATEÍ

## PUE: plano urbanístico específico




## PUE: dados gerais do projeto



## PUE: dados gerais do projeto

equipamentos (unidades)

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| UBS | 3 / 11 | creche | 16 / 68 | EMEF 6-10 anos | 8 / 17 |
| UBS + AMA | 0 / 4 | EMEI | 18 / 33 | 11-14 anos | 6 / 9 |
| leitos hosp. | 366 / 1.540 | EM (15-19 anos) | 2 / 3 | EMEF + EM (11-19 anos) | 6 / 16 |

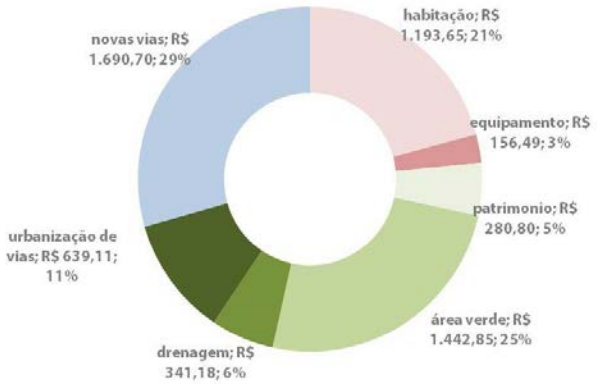
áreas verdes ($m^2$)
308.666
955.138

ciclovias - ciclorotas - ciclofaixas
98,5 km

vazão excedente ($m^3/s$)
127
34

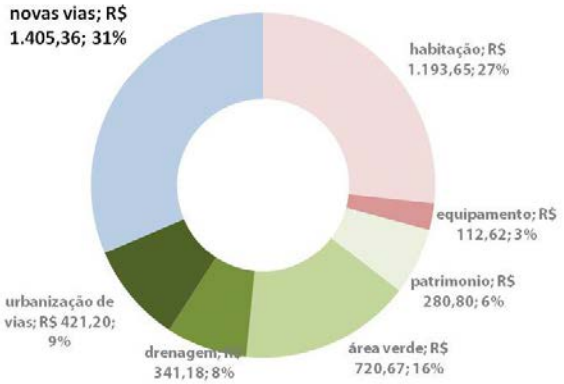
## PUE: distribuição dos investimentos

obra + desapropriação integral




## PUE: distribuição dos investimentos

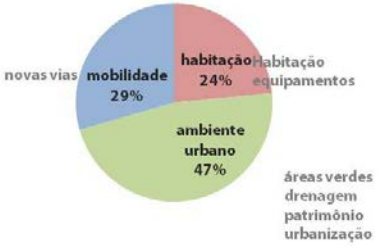
obra + desapropriação parcial



## PUE: distribuição dos investimentos

**Total de arrecadação: R$ 5.616,02**

Obras + desapropriação integral



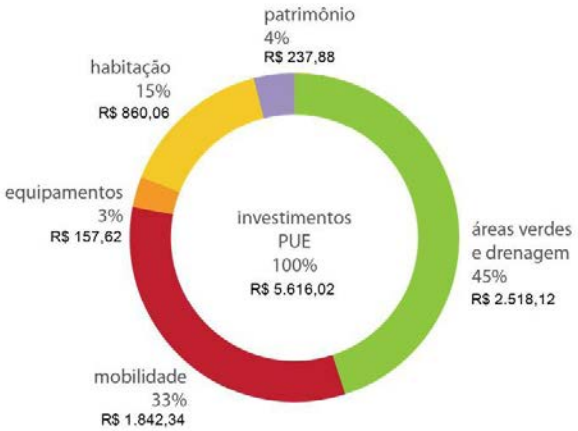

| | | |
|---|---|---|
| obras | R$ 2.518,12 | 44% |
| desap | R$ 3.226,67 | 56% |
| total | R$ 5.744,78 | 100% |

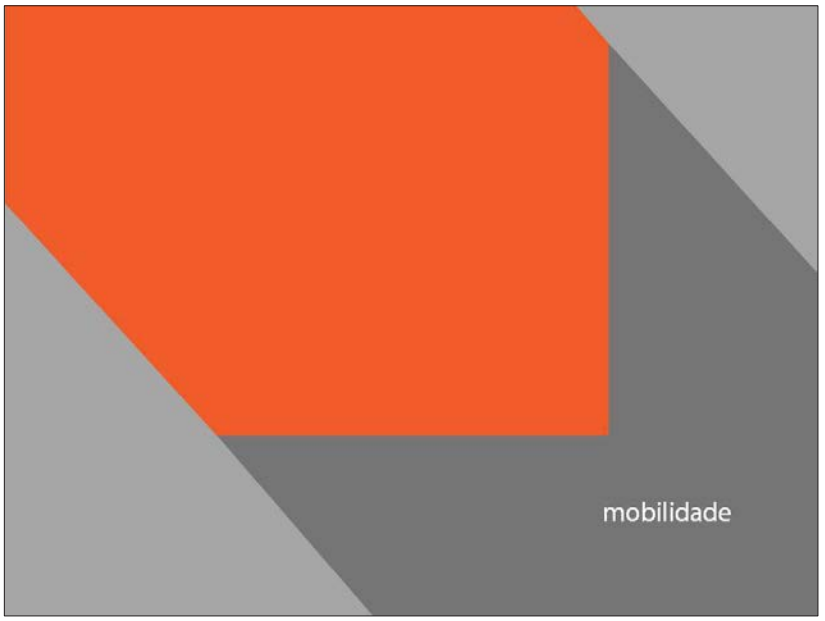
desapropriação parcial

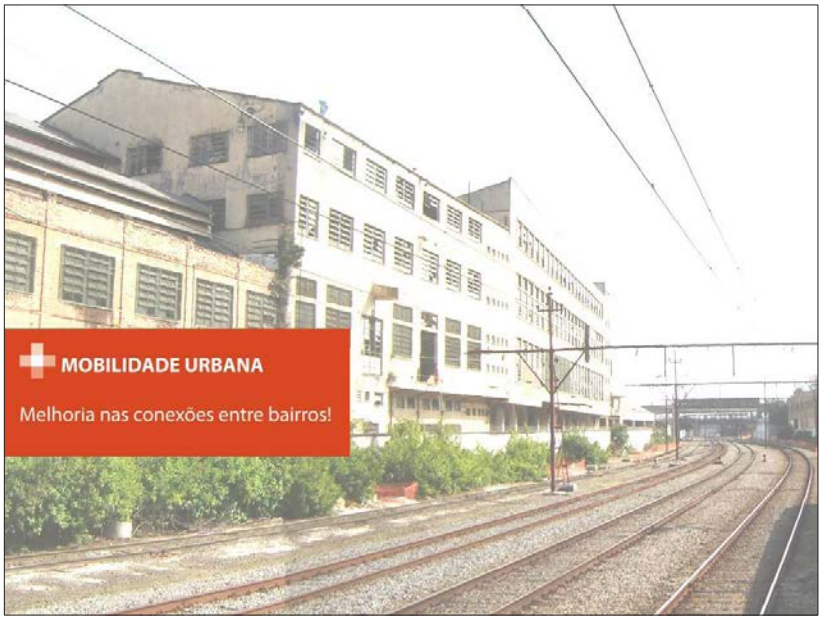
| | | |
|---|---|---|
| obras | R$ 2.518,12 | 56% |
| desap | R$ 1.957,38 | 44% |
| total | R$ 4.475,50 | 100% |

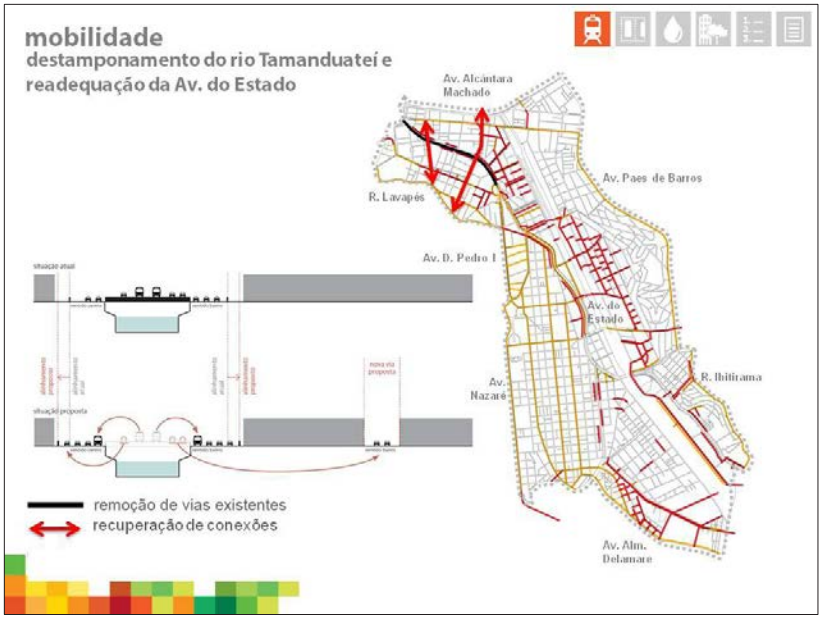
Os custos de desapropriações aqui contabilizados referem-se a valores nominais no ano de 2013 e não incorporam a valorização real do preço dos terrenos

## PUE: distribuição dos investimentos




MOBILIDADE URBANA
Melhoria nas conexões entre bairros!


mobilidade
destamponamento do rio Tamanduateí e
readequação da Av. do Estado
Av. Alcântara Machado
Av. Paes de Barros
R. Lavapés
Av. D. Pedro I
Av. do Estado
R. Ibitirama
Av. Nazaré
Av. Alm. Delamare
remoção de vias existentes
recuperação de conexões

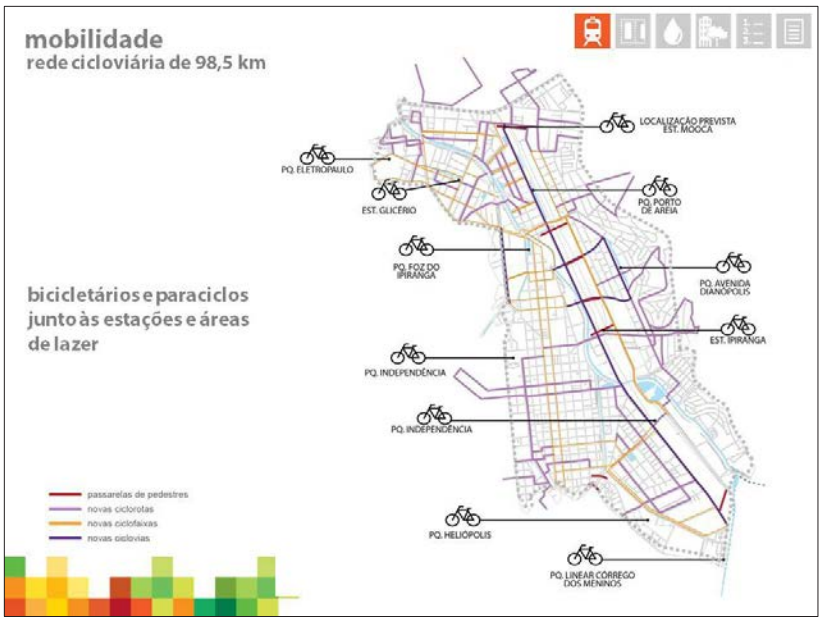
mobilidade
requalificação de vias existentes
arborização
ciclofaixa/ciclovia
alargamento de calçadas
Av. Alcântara Machado
Av. Paes de Barros
R. Lavapés
Av. D. Pedro I
Av. do Estado
R. Ibitirama
Av. Nazaré
Av. Alm. Delamare
remoção de vias existentes
readequação de vias existentes

mobilidade
abertura de novas vias
parcelamento de glebas
• Ambev / Comgás
• Carrefour
• Gleba 220
capilaridade / microacessibilidade
faixas de amortecimento
Av. Alcântara Machado
Ambev / Comgás
Av. Paes de Barros
R. Lavapés
Carrefour
Av. D. Pedro I
Av. do Estado
R. Ibitirama
Av. Nazaré
Av. Alm. Delamare
Gleba 220
remoção de vias existentes
readequação de vias existentes
abertura de novas vias

mobilidade
abertura de novas vias
parcelamento de glebas
capilaridade / microacessibilidade
• Zona Industrial Henry Ford
• Favela Vila Prudente
• Favela Heliopolis
faixas de amortecimento
Av. Alcântara Machado
Av. Paes de Barros
R. Lavapés
Zona Industrial
Av. D. Pedro I
Av. do Estado
V. Prudente
R. Ibitirama
Av. Nazaré
Heliópolis
remoção de vias existentes
readequação de vias existentes
abertura de novas vias

mobilidade
abertura de novas vias
parcelamento de glebas
capilaridade / microacessibilidade
faixas de amortecimento
• Av. do Estado
• Av. das Juntas Provisórias
• Av. Francisco Mesquita
Av. do Estado
Av. Alcântara Machado
Av. Paes de Barros
R. Lavapés
Av. do Estado
Av. D. Pedro I
Faixa de amortecimento
Av. do Estado
Av. Francisco de Mesquita
R. Ibitirama
Av. Nazaré
Av. das Juntas Provisórias
Av. Alm. Delamare
remoção de vias existentes
readequação de vias existentes
abertura de novas vias

mobilidade
conexões inter-bairros
Mooca / Cambuci
Reconexão Luis Gama
Reconexão Ana Nery
Ipiranga / Parque da Mooca
Vila Carioca / Ipiranga
Roberto Kock / Alm. Lobo
Auriverde / Gen. Lecor
Vila Carioca / Vila Prudente
Pontilhão Patriarca
Pontilhão Braskem
Outros
Nova ligação Radial Leste / Av. do Estado
Prolongamento Nazaré/ Tancredo Neves
Conexão Heliópolis
Av. do Linhão / Guido Aliberti
Presid. Wilson / Guido Aliberti
Av. Alcantara Machado
R. Lavapés
Av. Paes de Barros
Av. D. Pedro I
Av. do Estado
Av. Nazaré
R. Ibitirama
Av. Alm. Delamare


mobilidade
rede cicloviária de 98,5 km
bicicletários e paraciclos junto às estações e áreas de lazer
passarelas de pedestres
novas ciclorotas
novas ciclofaixas
novas ciclovias
LOCALIZAÇÃO PREVISTA EST. MOOCA
PQ. ELETROPAULO
EST. GLICÉRIO
PQ. PORTO DE AREIA
PQ. FOZ DO IPIRANGA
PQ. AVENIDA DIANÓPOLIS
EST. IPIRANGA
PQ. INDEPENDÊNCIA
PQ. INDEPENDÊNCIA
PQ. HELIÓPOLIS
PQ. LINEAR CORREGO DOS MENINOS

drenagem

## drenagem

### Implantação de canais de reservação

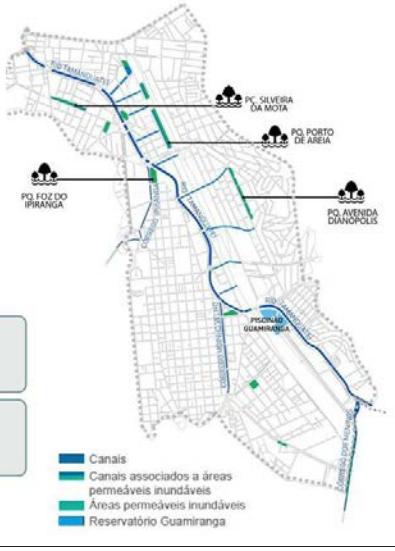
**CALHA DO TAMANDUATEÍ**
480 m³/s vazão de projeto
357 m³/s vazão de restrição

**OUCMVC**
375.049 m² Capacidade de reservação dos canais
93m³/s - **73% da meta de retenção de 127m³/s**

**PDMAT**
850.000 Piscinão Guamiranga

**OUC MVC + PDMAT**
1.185.049m² volume de reservação

**TOTAL: 329m³/s** = 1 chuva de 130mm/hora

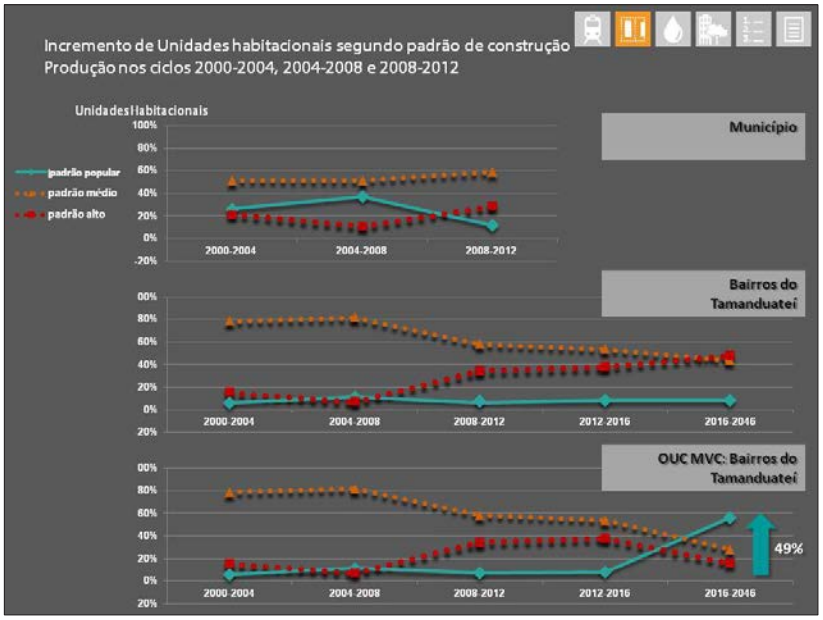



## drenagem

### melhoria e ampliação da rede de drenagem

uso e ocupação do solo

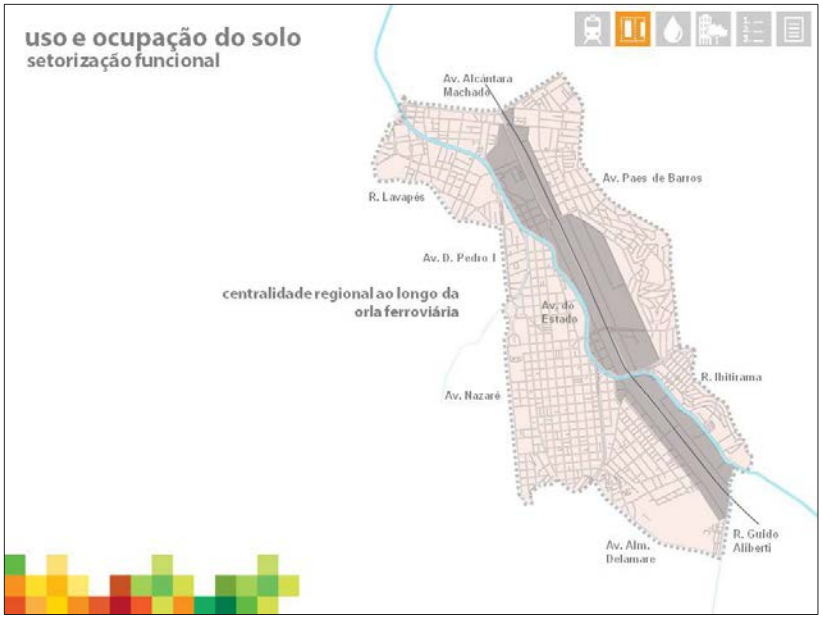
DENSIDADE POPULACIONAL
Reduzir as necessidades de deslocamentos ao aproximar o trabalho da moradia.


Incremento de Unidades habitacionais segundo padrão de construção
Produção nos ciclos 2000-2004, 2004-2008 e 2008-2012
Unidades Habitacionais
padrão popular
padrão médio
padrão alto
Município
2000-2004
2004-2008
2008-2012
Bairros do Tamanduateí
2000 2004
2004 2008
2008 2012
2012 2016
2016 2046
OUC MVC: Bairros do Tamanduateí
49%

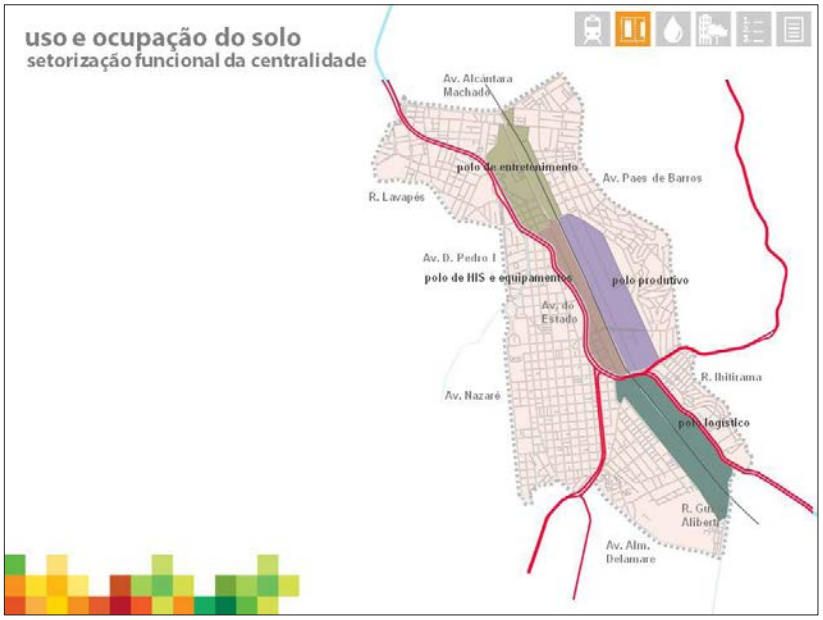
## uso e ocupação do solo
### estoque proposto

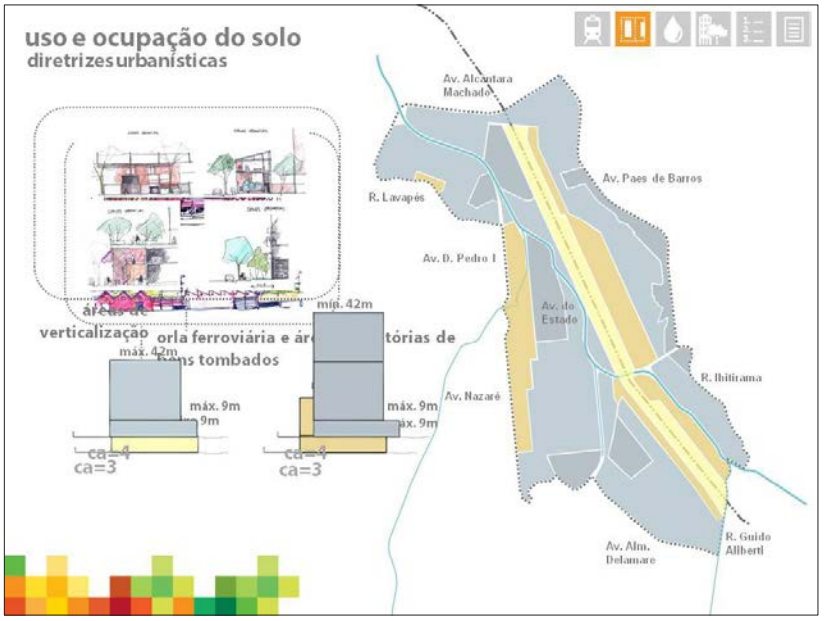
| | cambuci | mooca | pq. da mooca | henry ford | ipiranga | vila carioca | vila prudente | Bairros do Tamanduateí |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| mercado | 197.391 | 720.843 | 393.153 | 146.567 | 939.207 | 630.224 | 80.566 | 3.107.951 |
| HIS | 96.421 | 127.243 | 13.745 | 245.824 | 32.835 | 325.079 | 15.401 | 856.548 |
| total residencial | 293.812 | 848.086 | 406.898 | 392.391 | 972.042 | 955.303 | 95.967 | 3.964.499 |
| % de estoque não residencial | 31% | 53% | 20% | 76% | 51% | 21% | 31% | 42% |
| total não residencial | 90.000 | 450.000 | 80.000 | 300.000 | 500.000 | 200.000 | 30.000 | 1.650.000 |
| ESTOQUE TOTAL | 383.812 | 1.298.086 | 486.898 | 692.391 | 1.472.042 | 1.155.303 | 125.967 | 5.614.499 |

## uso e ocupação do solo
### setorização funcional

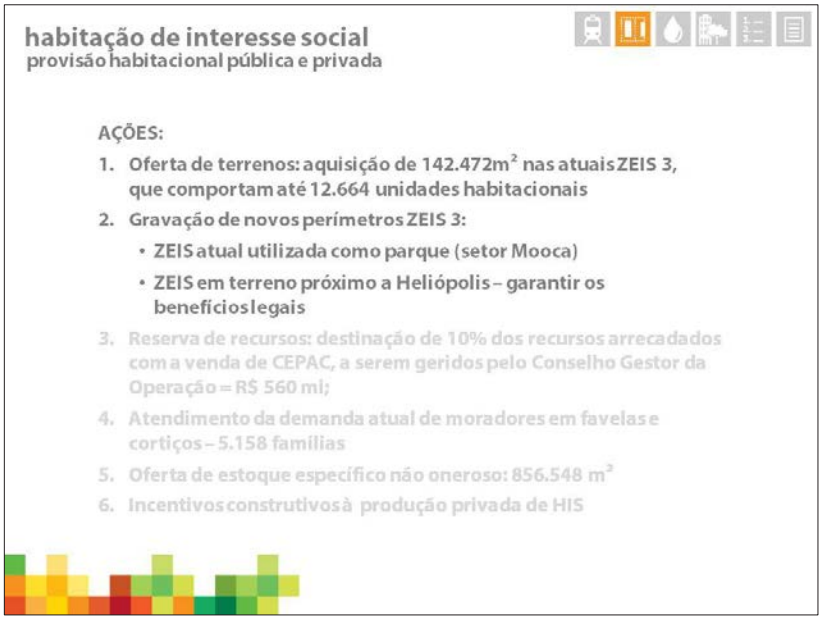



## uso e ocupação do solo
### setorização funcional da centralidade




uso e ocupação do solo
diretrizes urbanísticas
Av. Alcantara Machado
R. Lavapés
Av. Paes de Barros
Av. D. Pedro I
Av. do Estado
R. Ibitirama
Av. Nazaré
Av. Alm. Delamare
R. Guido Allberti
máx. 42m
mín. 42m
máx. 9m
9m
ca=4
ca=3
ca=3

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Aquisição de 141.000m² de terrenos para a implantação de Unidades Habitacionais!
Imagem ilustrativa do parque Heliópolis proposto


habitação de interesse social
provisão habitacional pública e privada
AÇÕES:
1. Oferta de terrenos: aquisição de 142.472m² nas atuais ZEIS 3, que comportam até 12.664 unidades habitacionais
2. Gravação de novos perímetros ZEIS 3:
• ZEIS atual utilizada como parque (setor Mooca)
• ZEIS em terreno próximo a Heliópolis – garantir os benefícios legais
3. Reserva de recursos: destinação de 10% dos recursos arrecadados com a venda de CEPAC, a serem geridos pelo Conselho Gestor da Operação = R$ 560 mi;
4. Atendimento da demanda atual de moradores em favelas e cortiços – 5.158 famílias
5. Oferta de estoque específico não oneroso: 856.548 m²
6. Incentivos construtivos à produção privada de HIS

## habitação de interesse social
### oferta de terrenos

áreas gravadas como ZEIS 3

áreas gravadas como ZEIS 3 selecionadas para compra pela OUC para provisão habitacional

áreas indicadas para gravação como ZEIS 3:

## habitação de interesse social
### provisão habitacional pública e privada

AÇÕES:

1. Oferta de terrenos: aquisição de 142.472m² nas atuais ZEIS 3, que comportam até 12.664 unidades habitacionais
2. Gravação de novos perímetros ZEIS 3:
   - ZEIS atual utilizada como parque (setor Mooca)
   - ZEIS em terreno próximo a Heliópolis – garantir os benefícios legais
3. Reserva de recursos: destinação de 10% dos recursos arrecadados com a venda de CEPAC, a serem geridos pelo Conselho Gestor da Operação = R$ 560 mi;
4. Atendimento da demanda atual de moradores em favelas e cortiços – 5.158 famílias
5. Oferta de estoque específico não oneroso: 856.548 m²
6. Incentivos construtivos à produção privada de HIS

## equipamentos sociais
demanda estimada para 30 anos

| | | |
|---|---|---|
| CRECHE | | 52 |
| EMEI | | 15 |
| EMEF | (6-10 ANOS) | 9 |
| EMEF | (11-14 ANOS) | 3 |
| EMEF +EM | (11-19 ANOS) | 10 |
| EM | (15-19 ANOS) | 1 |
| UBS+AMA | | 4 |
| UBS | | 8 |
| LEITOS HOSP. | | 1.174 |

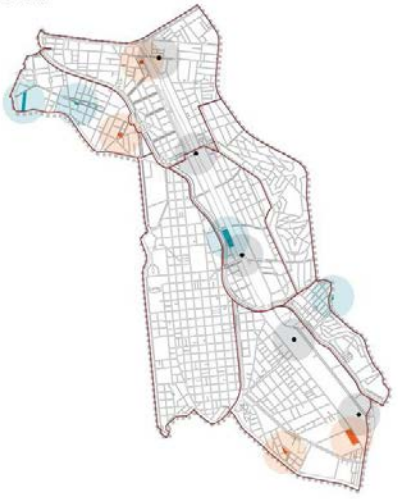
novos terrenos e ampliação de equipamentos existentes

## equipamentos sociais
demanda estimada para a primeira década

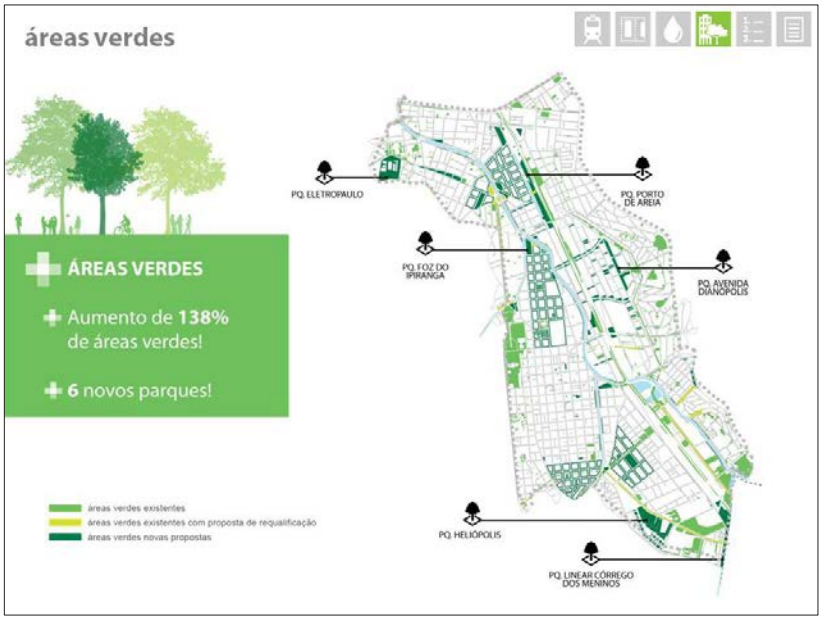
| | educação | saúde |
|---|---|---|
| cambuci | 1 CEU | 1 UBS+AMA |
| mooca pq.da mooca | | |
| henry ford | 1 CEU | 1 UBS+AMA |
| ipiranga | | |
| vila carioca | | 1 UBS+AMA |
| vila prudente | 1 CEU | 1 UBS+AMA |
| Bairros do Tamanduateí | 3 CEUs | 4 UBS+AMA |

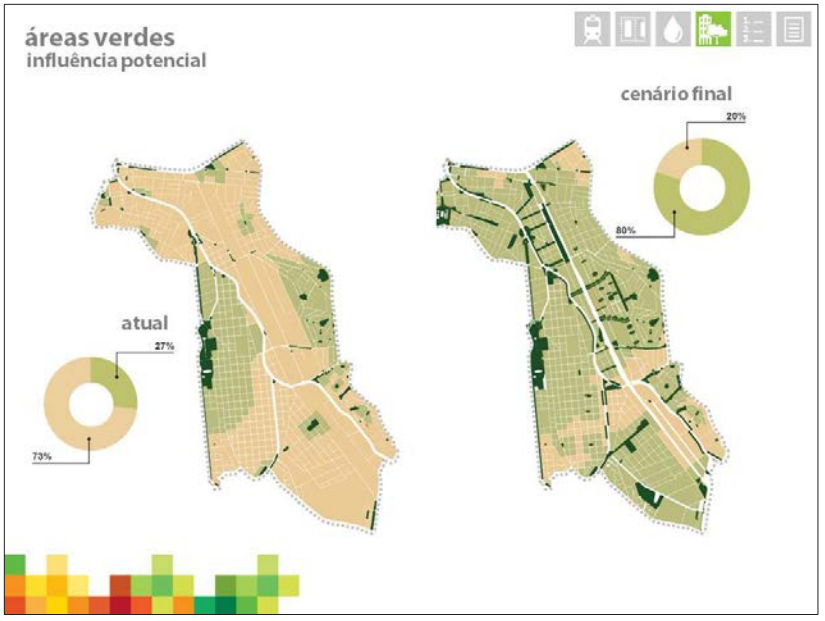
área total de terreno: 33.000 m²

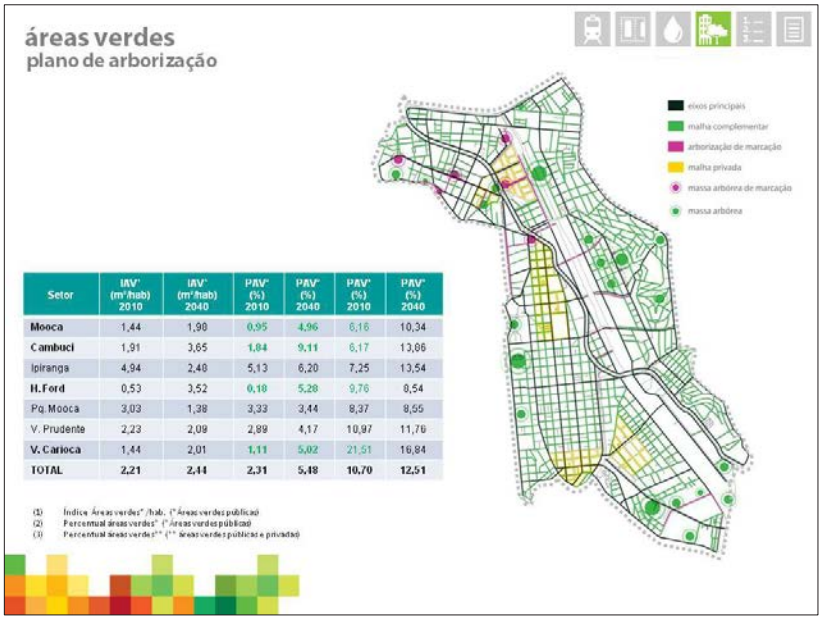
implantação de equipamentos:
- junto às estações da CPTM/METRO
- em áreas verdes resultantes do parcelamento de glebas
- aquisição de terrenos
- destinação de terrenos públicos existentes no âmbito



ambiente urbano

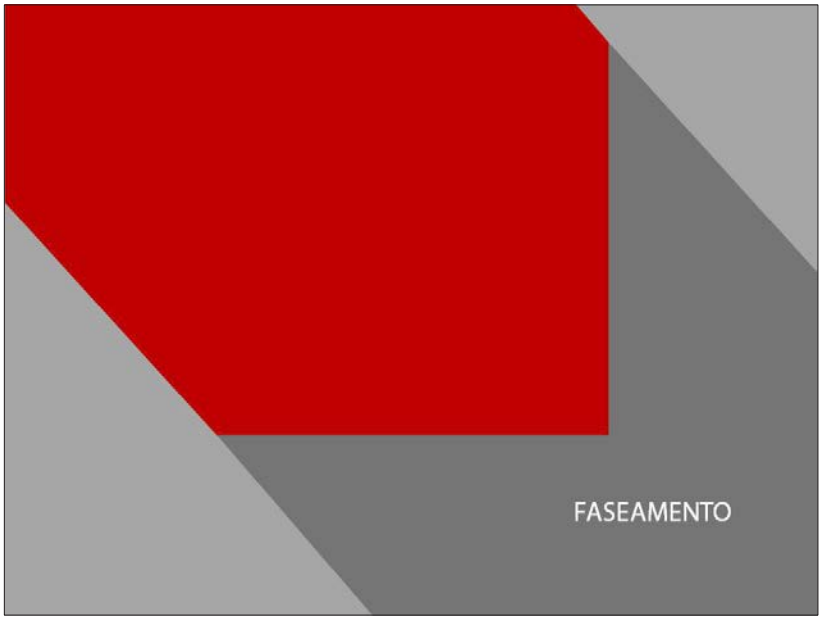


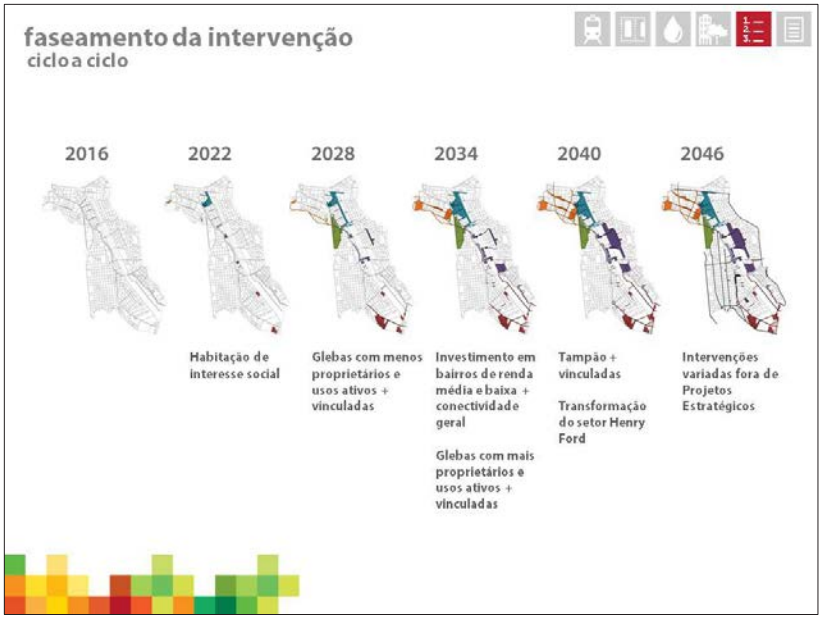



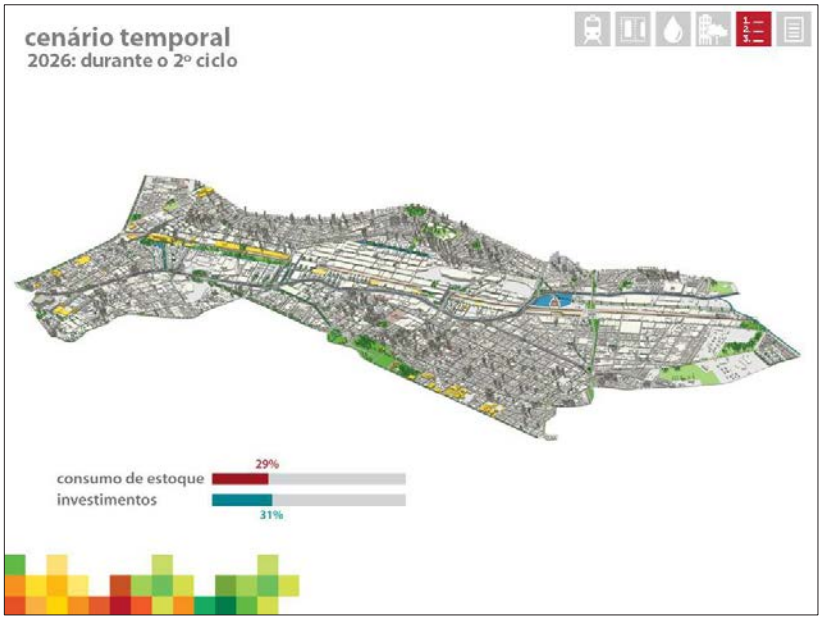




| Setor | IAV* (m²/hab) 2010 | IAV* (m²/hab) 2040 | PAV* (%) 2010 | PAV* (%) 2040 | PAV* (%) 2010 | PAV* (%) 2040 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Mooca | 1,44 | 1,90 | 0,95 | 4,96 | 6,16 | 10,34 |
| Cambuci | 1,91 | 3,65 | 1,84 | 9,11 | 6,17 | 13,86 |
| Ipiranga | 4,94 | 2,40 | 5,13 | 6,20 | 7,25 | 13,54 |
| H. Ford | 0,53 | 3,52 | 0,18 | 5,28 | 9,76 | 8,54 |
| Pq. Mooca | 3,03 | 1,38 | 3,33 | 3,44 | 8,37 | 8,55 |
| V. Prudente | 2,23 | 2,09 | 2,89 | 4,17 | 10,97 | 11,76 |
| V. Carioca | 1,44 | 2,01 | 1,11 | 5,02 | 21,51 | 16,84 |
| TOTAL | 2,21 | 2,44 | 2,31 | 5,48 | 10,70 | 12,51 |

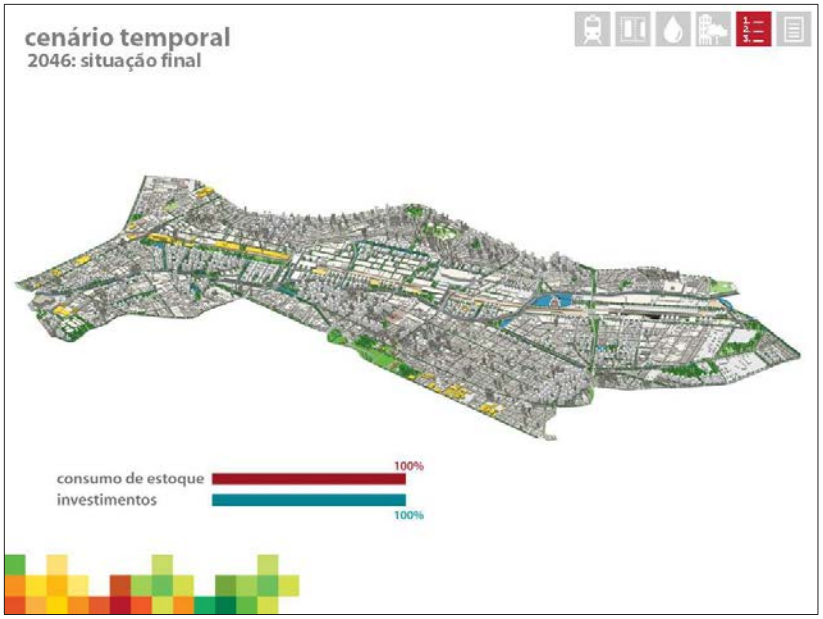
(1) Índice Áreas verdes* /hab. (* Áreas verdes públicas)
(2) Percentual áreas verdes* (* Áreas verdes públicas)
(3) Percentual áreas verdes** (** áreas verdes públicas e privadas)

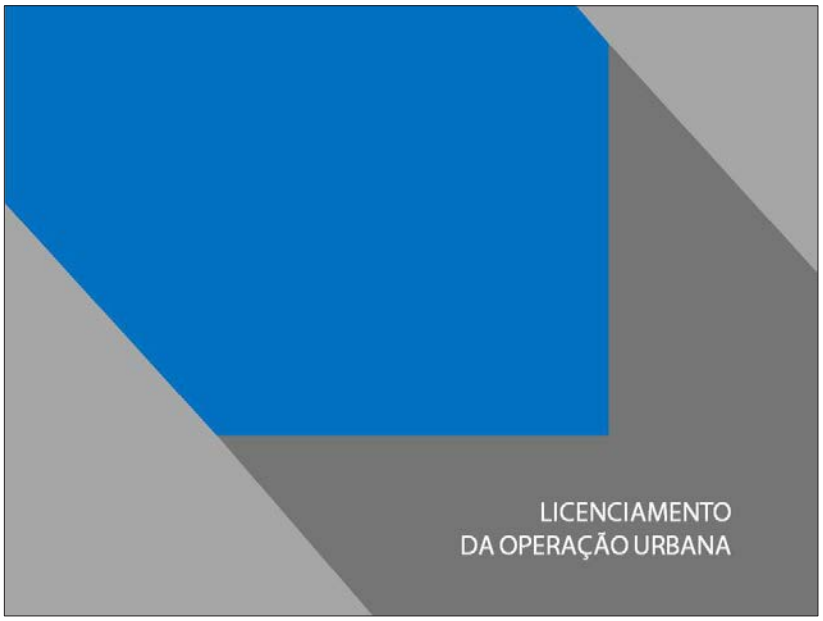

FASEAMENTO


faseamento da intervenção
ciclo a ciclo
2016
2022
2028
2034
2040
2046
Habitação de interesse social
Glebas com menos proprietários e usos ativos + vinculadas
Investimento em bairros de renda média e baixa + conectividade geral
Glebas com mais proprietários e usos ativos + vinculadas
Tampão + vinculadas
Transformação do setor Henry Ford
Intervenções variadas fora de Projetos Estratégicos


cenário temporal
2026: durante o 2º ciclo
29%
consumo de estoque
investimentos
31%

cenário temporal
2038: durante o 4º ciclo
consumo de estoque
76%
investimentos
89%


cenário temporal
2046: situação final
consumo de estoque
100%
investimentos
100%


LICENCIAMENTO
DA OPERAÇÃO URBANA

## identificação de impactos

licenciamento

**100% dos Impactos Negativos podem ser Mitigados / Controlados / Compensados com AÇÕES ESPECÍFICAS e ou PROGRAMAS AMBIENTAIS**

36 IMPACTOS AMBIENTAIS:
11 positivos e 25 negativos

19 (53%): **Meio Socioeconômico**
11 (31%): **Meio Físico**
6 (16%): **Meio Biótico**

## principais impactos

positivo

- **Melhoria da qualidade de vida da população da ADA;**
- **Incremento de habitação de interesse social e aumento da qualidade de vida da população de baixa renda;**
- **Aumento da cobertura vegetal pela implementação de arborização urbana e criação de novas áreas verdes;**
- **Remediação das áreas contaminadas identificadas.**

negativo

- **Geração de expectativa, ansiedade e insegurança na população da ADA;**
- **Perda de imóveis residenciais e comerciais/ prestadores de serviços nas áreas passíveis de desapropriação;**
- **Remoção de indivíduos arbóreos.**

## PUE: Plano urbanístico específico

licenciamento

**FASE PLANEJAMENTO**

- Divulgação do Plano Urbanístico Específico - PUE
- Diálogo social e com áreas técnicas
- Licenciamento ambiental
- Elaboração e encaminhamento do Projeto de Lei à CMSP

**FASE IMPLANTAÇÃO**

- Intervenções em sistema viário;
- implantação de parques e áreas verdes
- Adequação do sistema de drenagem
- Implantação de equipamentos sociais
- Provisão habitacional.

**FASE OPERAÇÃO**

- Leilão e vinculação de CEPACs
- Acompanhamento do GRUPO GESTOR
- Estudos, projetos e Informação técnica
- Gestão de meios e recursos

## programas ambientais

licenciamento

**FASE PLANEJAMENTO**

- Programa de Comunicação Social
- Negociação do Processo de Desapropriação

**FASE IMPLANTAÇÃO**

- Plano de Gestão e Controle Ambiental das Obras;
- Programa de Monitoramento Arqueológico;
- Programa de Gerenciamento de Áreas Contaminadas;
- Programa de Monitoramento de Implantação de Áreas Verdes;
- Programa de Controle da Fauna Sinantrópica;
- Programa de Controle de Processos Erosivos;
- Programa de Monitoramento da Avifauna;
- Programa de Educação Ambiental e Patrimonial;
- Programa de Comunicação Social

**FASE OPERAÇÃO**

- Programa de Monitoramento da Operação Urbana;
- Programa de Comunicação Social.

operação urbana consorciada
ESTUDOS ECONÔMICOS
CAPACIDADE DE SUPORTE
PLANO URBANÍSTICO
ESTUDOS AMBIENTAIS

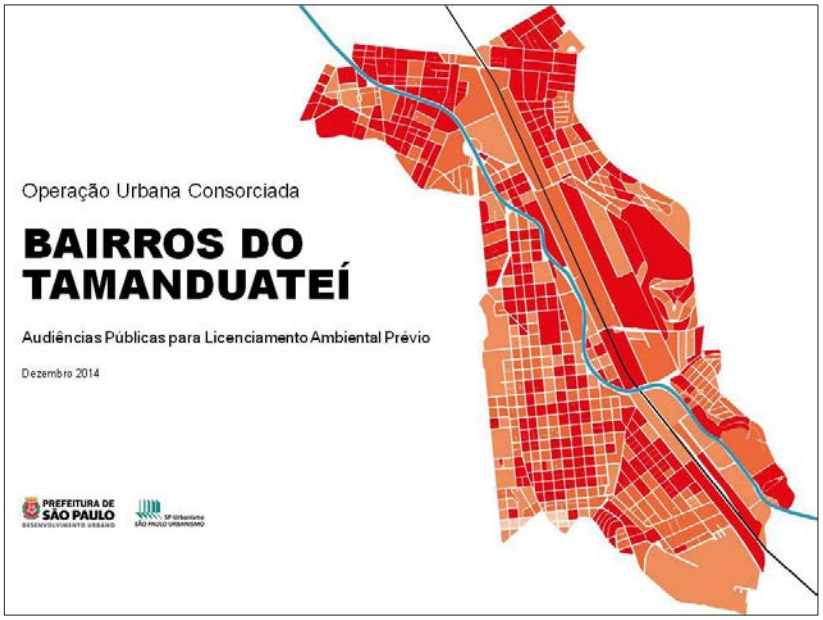
operação urbana consorciada
ESTUDOS ECONÔMICOS
SOCIEDADE CIVIL
CAPACIDADE DE SUPORTE
PLANO URBANÍSTICO
LAP
ESTUDOS AMBIENTAIS

operação urbana consorciada
ESTUDOS ECONÔMICOS
SOCIEDADE CIVIL
CAPACIDADE DE SUPORTE
PLANO URBANÍSTICO
LAP
ESTUDOS AMBIENTAIS
O que licenciaremos?
adensamento construtivo de 5.853.726 m²
setorizado e um programa de intervenções
qualificadoras e mitigadoras previstas para
um período de 30 anos.

## benefícios ambientais

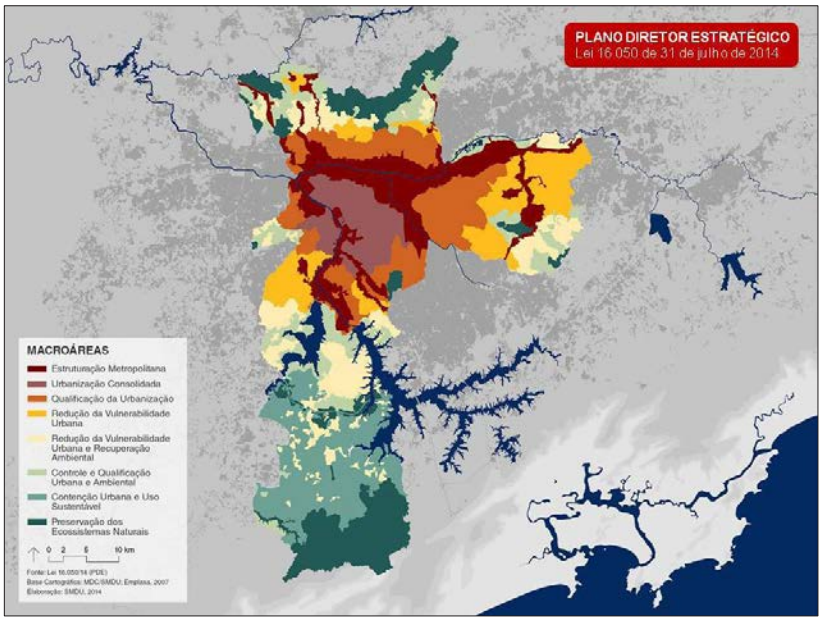
licenciamento

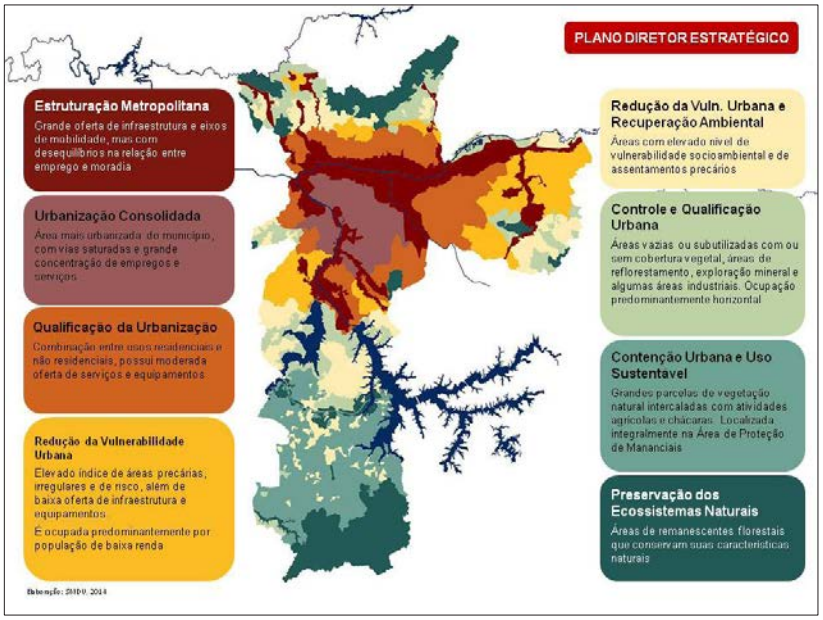
- Criação de um sistema de áreas verdes, com implantação de novos parques, melhoria em áreas verdes já existentes e incremento na arborização urbana;
- Melhoria do sistema de drenagem no perímetro;
- Incremento de habitação de interesse social e aumento da qualidade de vida da população de baixa renda;
- Identificação das áreas contaminadas inseridas no perímetro e possibilidade de remediação das mesmas;
- Implantação de novas unidades de Habitação de Interesse Social (HIS);
- Implantação de novos equipamentos sociais;
- Adensamento populacional.

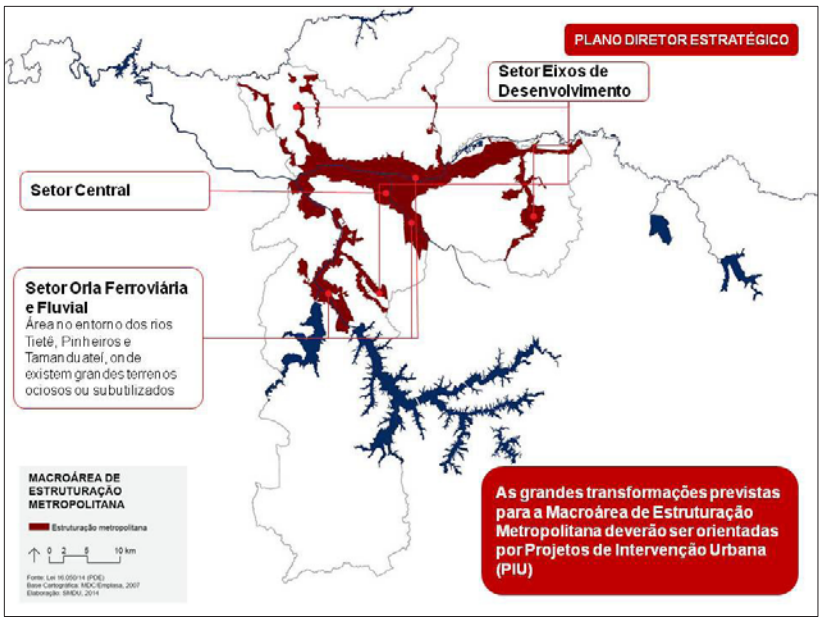


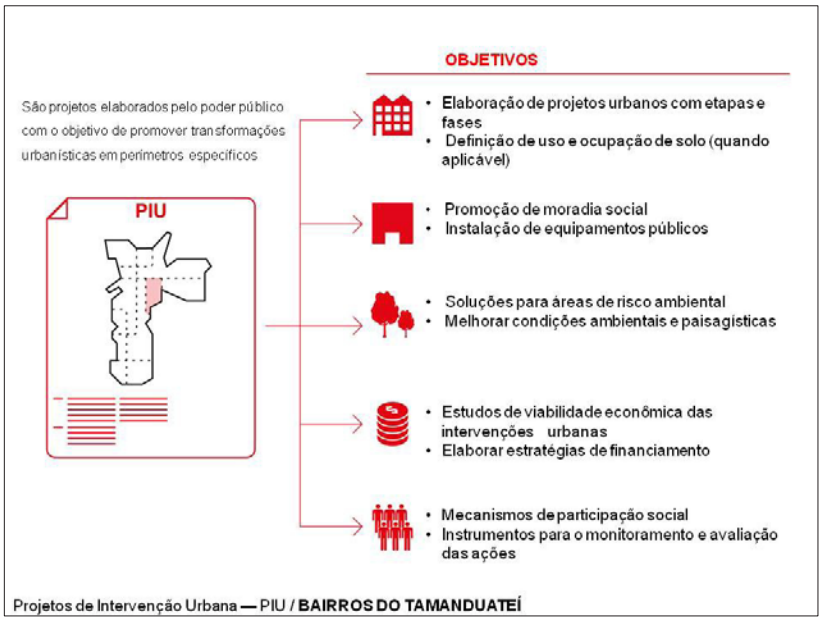

- **Projeto de Intervenção Urbana Bairros Tamanduateí (PIU)**
  - Problemática
- **Propostas para os bairros**
  - Cambuci
  - Mooca
  - Henry Ford
  - Parque da Mooca
  - Ipiranga
  - Vila Carioca
  - Vila Prudente
  - Vila Zelina
- **Propostas consolidadas**
- **Viabilidade institucional e econômica**
- **Impactos EIA-RIMA**

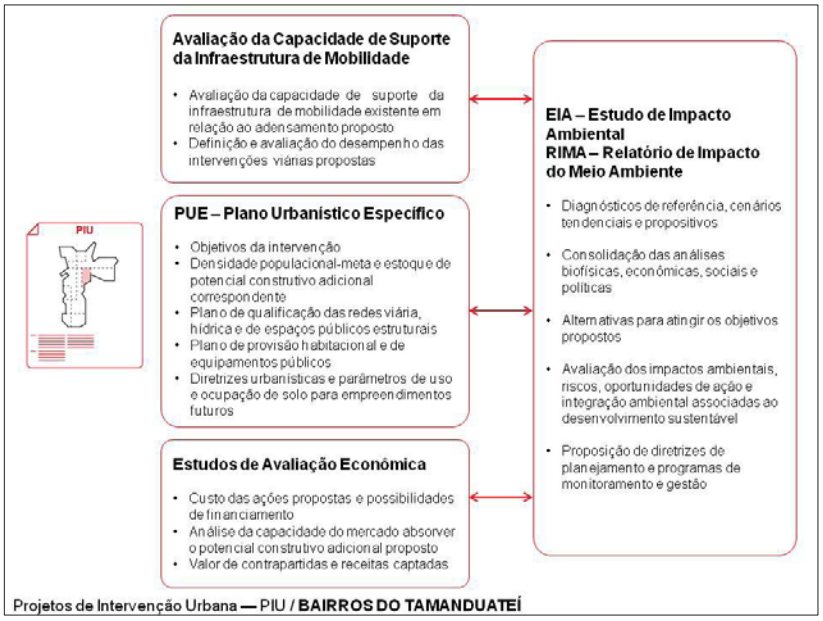
Agenda / **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ**



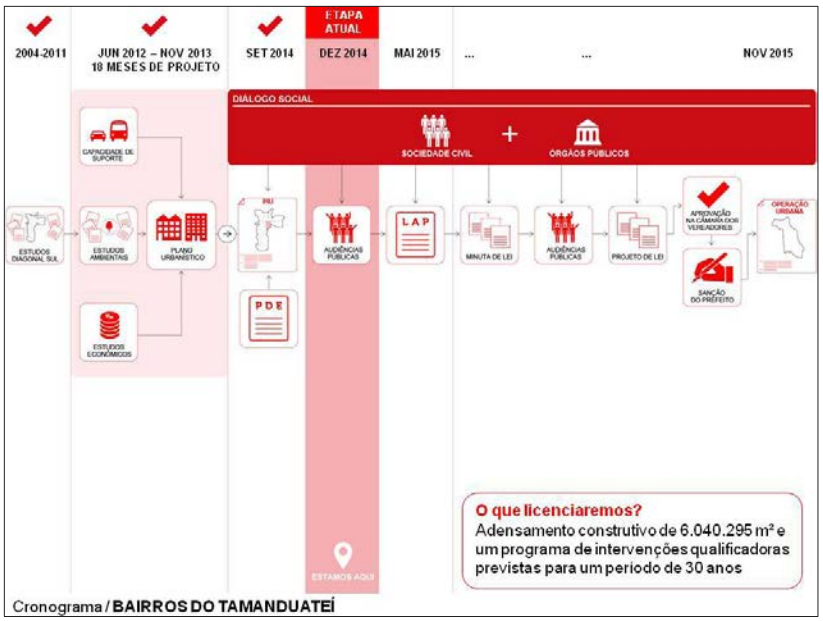

PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO
Estruturação Metropolitana
Grande oferta de infraestrutura e eixos de mobilidade, mas com desequilíbrios na relação entre emprego e moradia
Urbanização Consolidada
Área mais urbanizada do município, com vias saturadas e grande concentração de empregos e serviços
Qualificação da Urbanização
Combinação entre usos residenciais e não residenciais, possui moderada oferta de serviços e equipamentos
Redução da Vulnerabilidade Urbana
Elevado índice de áreas precárias, irregulares e de risco, além de baixa oferta de infraestrutura e equipamentos
É ocupada predominantemente por população de baixa renda
Redução da Vuln. Urbana e Recuperação Ambiental
Áreas com elevado nível de vulnerabilidade socioambiental e de assentamentos precários
Controle e Qualificação Urbana
Áreas vazias ou subutilizadas com ou sem cobertura vegetal, áreas de reflorestamento, exploração mineral e algumas áreas industriais. Ocupação predominantemente horizontal
Contenção Urbana e Uso Sustentavel
Grandes parcelas de vegetação natural intercaladas com atividades agrícolas e chácaras. Localizada integralmente na Área de Proteção de Mananciais
Preservação dos Ecossistemas Naturais
Áreas de remanescentes florestais que conservam suas características naturais


PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO
Setor Eixos de Desenvolvimento
Setor Central
Setor Orla Ferroviária e Fluvial
Área no entorno dos rios Tietê, Pinheiros e Tamanduateí, onde existem grandes terrenos ociosos ou subutilizados
MACROÁREA DE ESTRUTURAÇÃO METROPOLITANA
Estruturação metropolitana
0 2 5 10 km
As grandes transformações previstas para a Macroárea de Estruturação Metropolitana deverão ser orientadas por Projetos de Intervenção Urbana (PIU)


OBJETIVOS
São projetos elaborados pelo poder público com o objetivo de promover transformações urbanísticas em perímetros específicos
PIU
• Elaboração de projetos urbanos com etapas e fases
• Definição de uso e ocupação de solo (quando aplicável)
• Promoção de moradia social
• Instalação de equipamentos públicos
• Soluções para áreas de risco ambiental
• Melhorar condições ambientais e paisagísticas
• Estudos de viabilidade econômica das intervenções urbanas
• Elaborar estratégias de financiamento
• Mecanismos de participação social
• Instrumentos para o monitoramento e avaliação das ações
Projetos de Intervenção Urbana — PIU / BAIRROS DO TAMANDUATEÍ

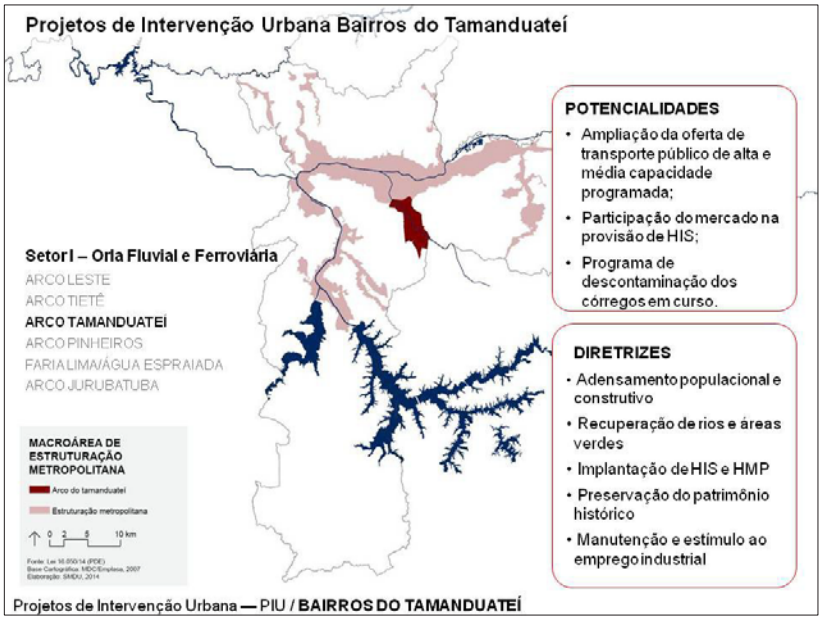


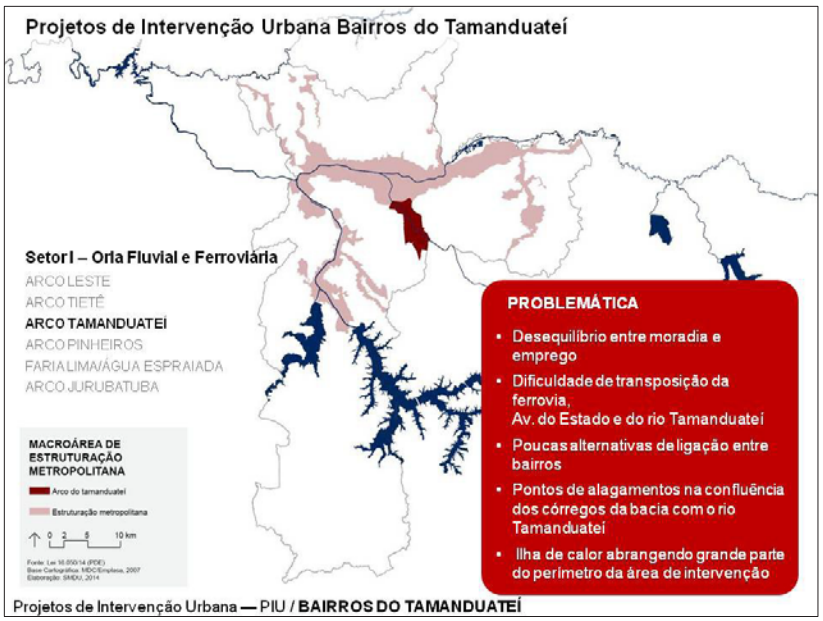
Projetos de Intervenção Urbana — PIU / **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ**

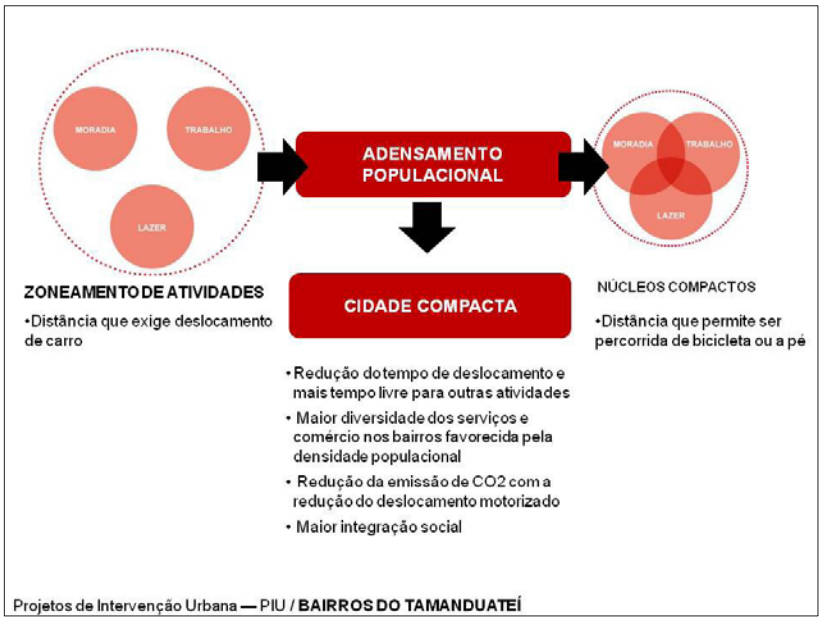


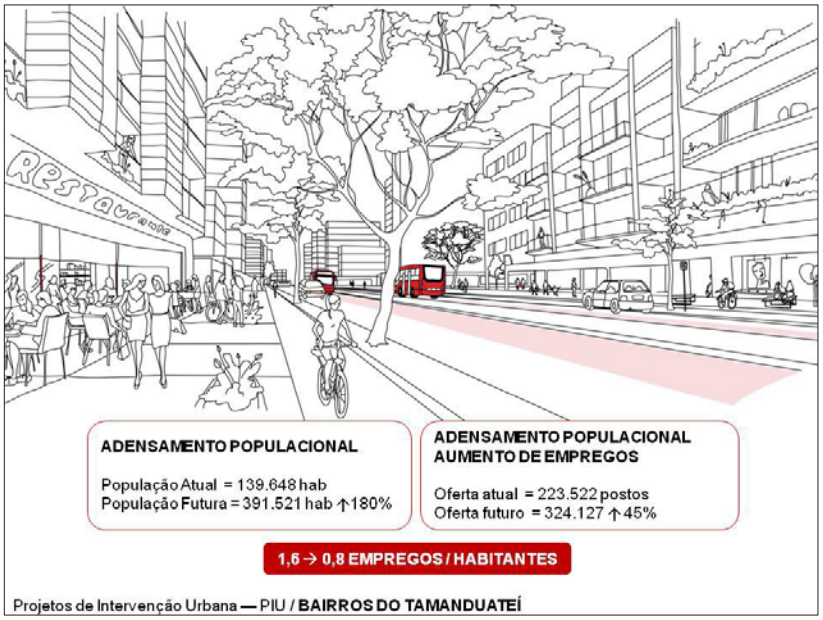
Cronograma / **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ**

Licença Ambiental Prévia - LAP / **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ**

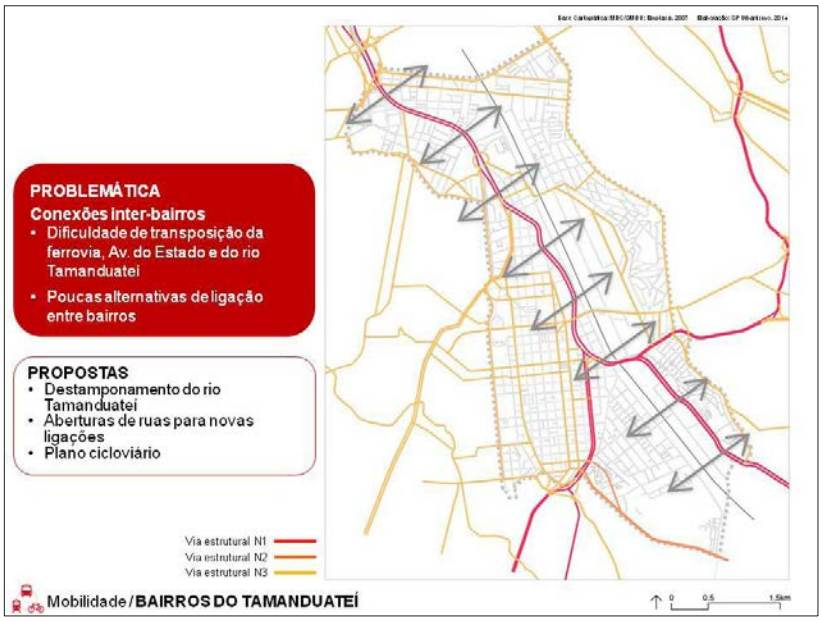

Projetos de Intervenção Urbana Bairros do Tamanduateí
Setor I – Orla Fluvial e Ferroviária
ARCO LESTE
ARCO TIETÊ
ARCO TAMANDUATEI
ARCO PINHEIROS
FARIA LIMA/ÁGUA ESPRAIADA
ARCO JURUBATUBA
MACROÁREA DE ESTRUTURAÇÃO METROPOLITANA
Arco do tamanduateí
Estruturação metropolitana
0 2 5 10 km
POTENCIALIDADES
• Ampliação da oferta de transporte público de alta e média capacidade programada;
• Participação do mercado na provisão de HIS;
• Programa de descontaminação dos córregos em curso.
DIRETRIZES
• Adensamento populacional e construtivo
• Recuperação de rios e áreas verdes
• Implantação de HIS e HMP
• Preservação do patrimônio histórico
• Manutenção e estímulo ao emprego industrial
Projetos de Intervenção Urbana — PIU / BAIRROS DO TAMANDUATEÍ

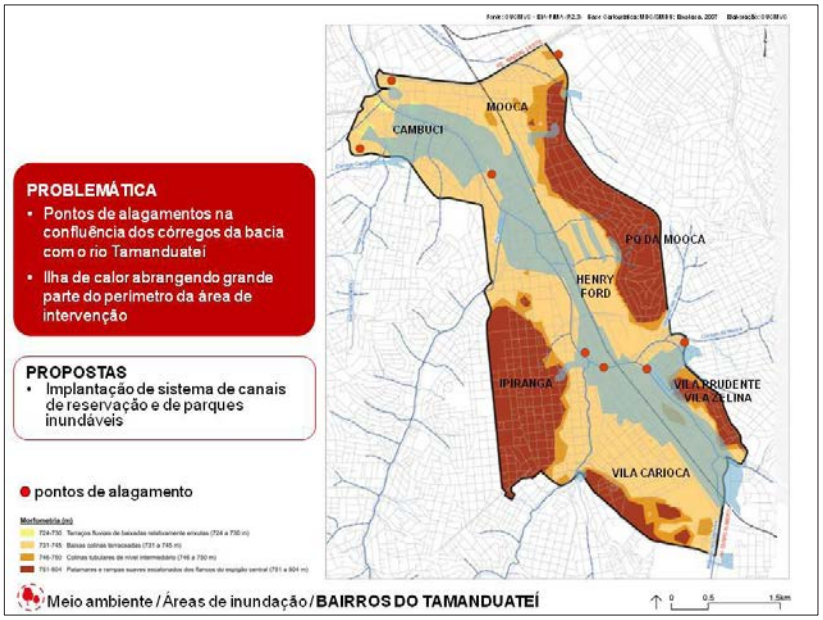

Projetos de Intervenção Urbana Bairros do Tamanduateí
Setor I – Orla Fluvial e Ferroviária
ARCO LESTE
ARCO TIETÊ
ARCO TAMANDUATEI
ARCO PINHEIROS
FARIA LIMA/ÁGUA ESPRAIADA
ARCO JURUBATUBA
MACROÁREA DE ESTRUTURAÇÃO METROPOLITANA
Arco do tamanduateí
Estruturação metropolitana
0 2 5 10 km
PROBLEMÁTICA
• Desequilíbrio entre moradia e emprego
• Dificuldade de transposição da ferrovia, Av. do Estado e do rio Tamanduateí
• Poucas alternativas de ligação entre bairros
• Pontos de alagamentos na confluência dos córregos da bacia com o rio Tamanduateí
• Ilha de calor abrangendo grande parte do perímetro da área de intervenção
Projetos de Intervenção Urbana — PIU / BAIRROS DO TAMANDUATEÍ

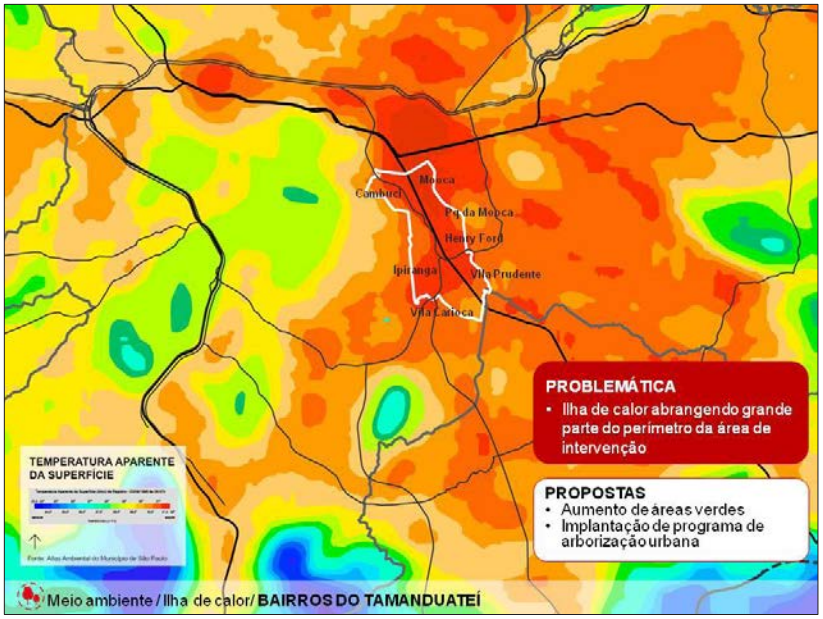

MORADIA
TRABALHO
LAZER
ADENSAMENTO POPULACIONAL
MORADIA
TRABALHO
LAZER
ZONEAMENTO DE ATIVIDADES
•Distância que exige deslocamento de carro
CIDADE COMPACTA
NÚCLEOS COMPACTOS
•Distância que permite ser percorrida de bicicleta ou a pé
• Redução do tempo de deslocamento e mais tempo livre para outras atividades
• Maior diversidade dos serviços e comércio nos bairros favorecida pela densidade populacional
• Redução da emissão de CO2 com a redução do deslocamento motorizado
• Maior integração social
Projetos de Intervenção Urbana — PIU / BAIRROS DO TAMANDUATEÍ

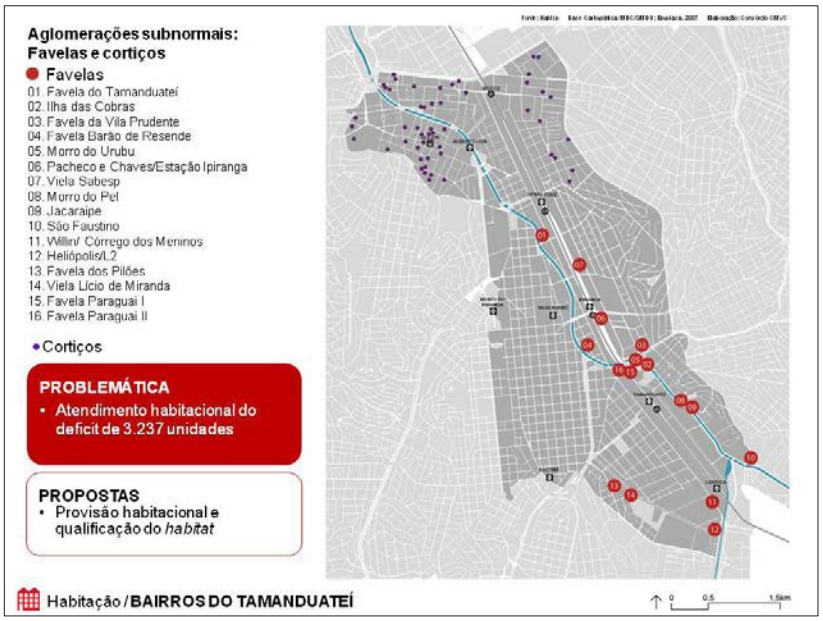

ADENSAMENTO POPULACIONAL
População Atual = 139.648 hab
População Futura = 391.521 hab ↑180%
ADENSAMENTO POPULACIONAL
AUMENTO DE EMPREGOS
Oferta atual = 223.522 postos
Oferta futuro = 324.127 ↑45%
1,6 → 0,8 EMPREGOS / HABITANTES
Projetos de Intervenção Urbana — PIU / BAIRROS DO TAMANDUATEÍ

PROBLEMÁTICA


PROBLEMÁTICA
Conexões inter-bairros
• Dificuldade de transposição da ferrovia, Av. do Estado e do rio Tamanduateí
• Poucas alternativas de ligação entre bairros
PROPOSTAS
• Destamponamento do rio Tamanduateí
• Aberturas de ruas para novas ligações
• Plano cicloviário
Via estrutural N1
Via estrutural N2
Via estrutural N3
Mobilidade / BAIRROS DO TAMANDUATEÍ

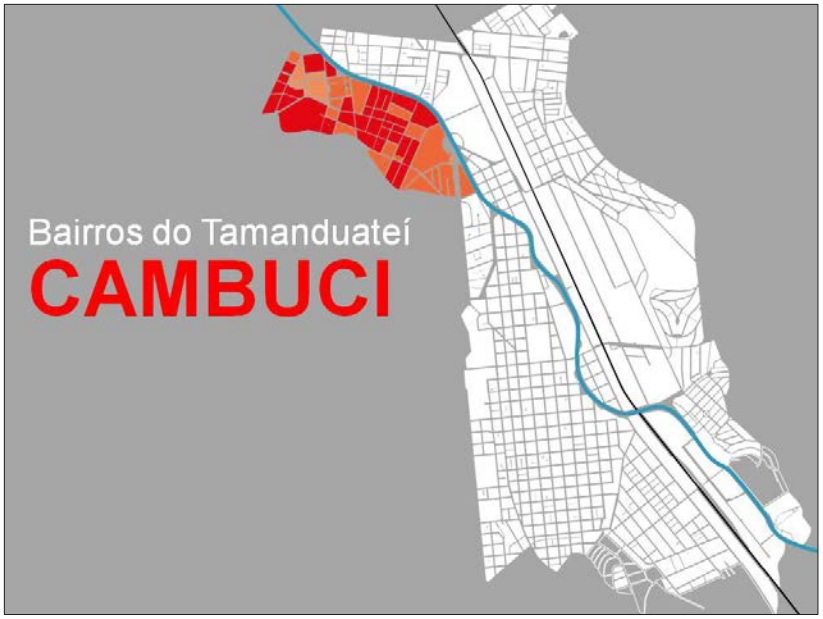

MOOCA
CAMBUCI
PQ DA MOOCA
HENRY FORD
IPIRANGA
VILA PRUDENTE
VILA ZELINA
VILA CARIOCA
PROBLEMÁTICA
• Pontos de alagamentos na confluência dos córregos da bacia com o rio Tamanduateí
• Ilha de calor abrangendo grande parte do perímetro da área de intervenção
PROPOSTAS
• Implantação de sistema de canais de reservação e de parques inundáveis
pontos de alagamento
Meio ambiente / Áreas de inundação / BAIRROS DO TAMANDUATEÍ

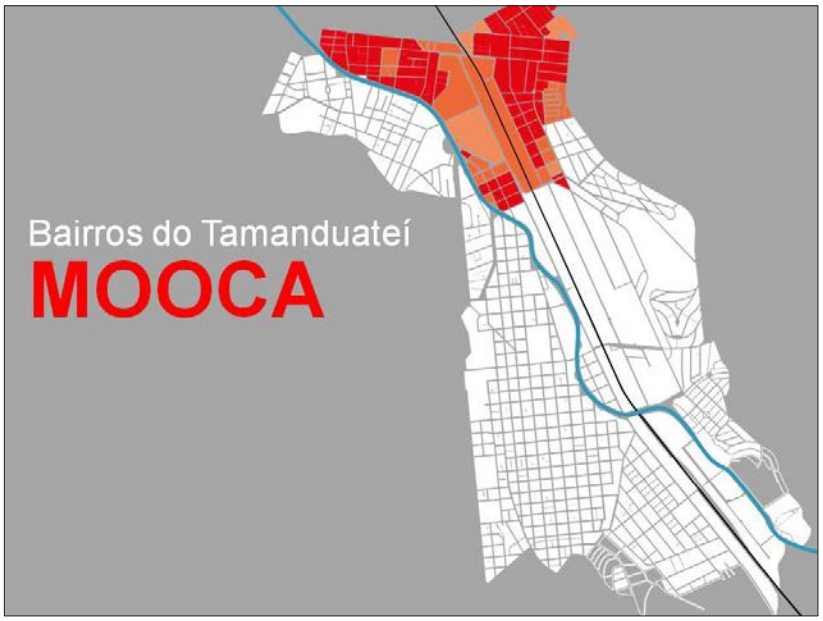

Cambuci
Moóca
Pq da Moóca
Henry Ford
Ipiranga
Vila Prudente
Vila Carioca
TEMPERATURA APARENTE DA SUPERFÍCIE
PROBLEMÁTICA
• Ilha de calor abrangendo grande parte do perímetro da área de intervenção
PROPOSTAS
• Aumento de áreas verdes
• Implantação de programa de arborização urbana
Meio ambiente / Ilha de calor / BAIRROS DO TAMANDUATEÍ

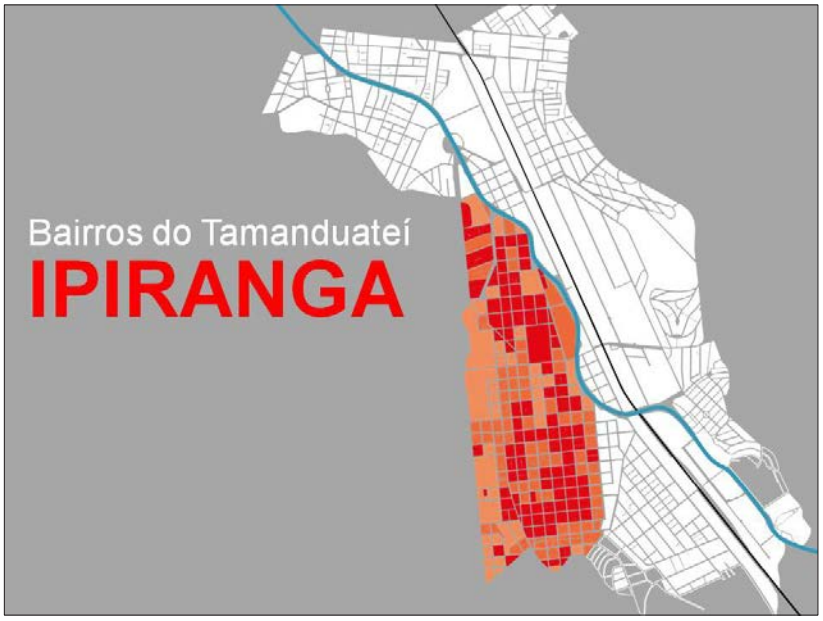

Aglomerações subnormais:
Favelas e cortiços
Favelas
01. Favela do Tamanduateí
02. Ilha das Cobras
03. Favela da Vila Prudente
04. Favela Barão de Resende
05. Morro do Urubu
06. Pacheco e Chaves/Estação Ipiranga
07. Viela Sabesp
08. Morro do Pel
09. Jacaraipe
10. São Faustino
11. Willin/ Córrego dos Meninos
12. Heliópolis/L2
13. Favela dos Pilões
14. Viela Lício de Miranda
15. Favela Paraguai I
16. Favela Paraguai II
Cortiços
PROBLEMÁTICA
• Atendimento habitacional do deficit de 3.237 unidades
PROPOSTAS
• Provisão habitacional e qualificação do habitat
Habitação / BAIRROS DO TAMANDUATEÍ

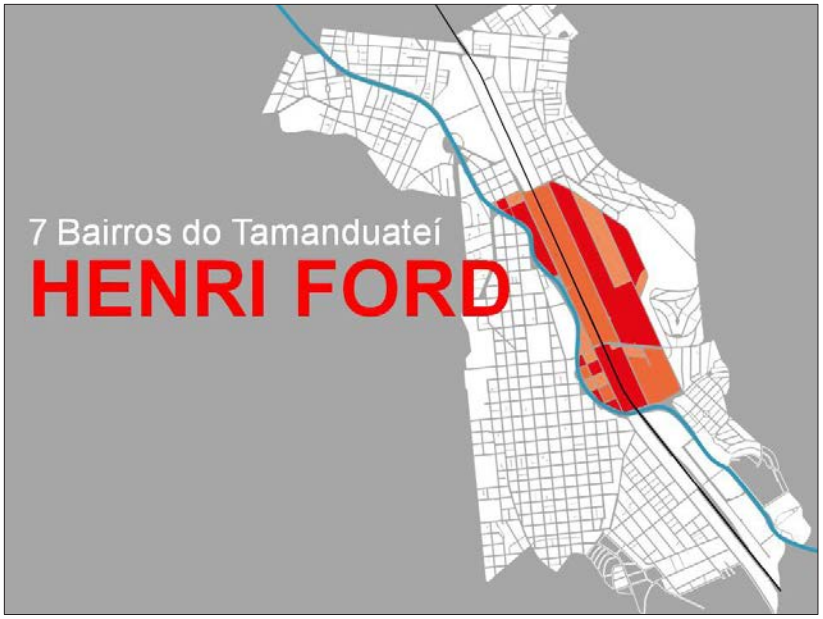
PROPOSTAS PARA OS **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ**

CAMBUCI
MOOCA
IPIRANGA
HENRY FORD
PARQUE DA MOOCA
VILA CARIOCA
VILA PRUDENTE
VILA ZELINA

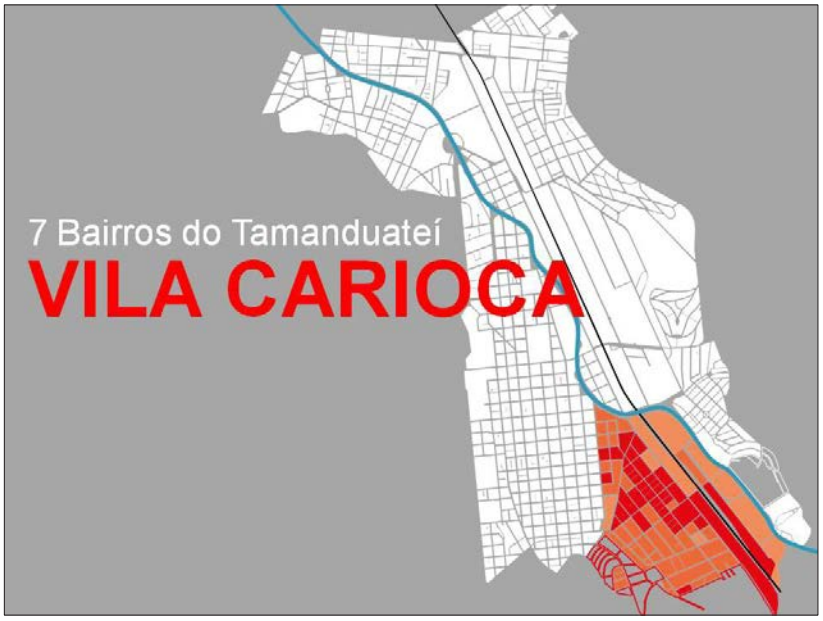


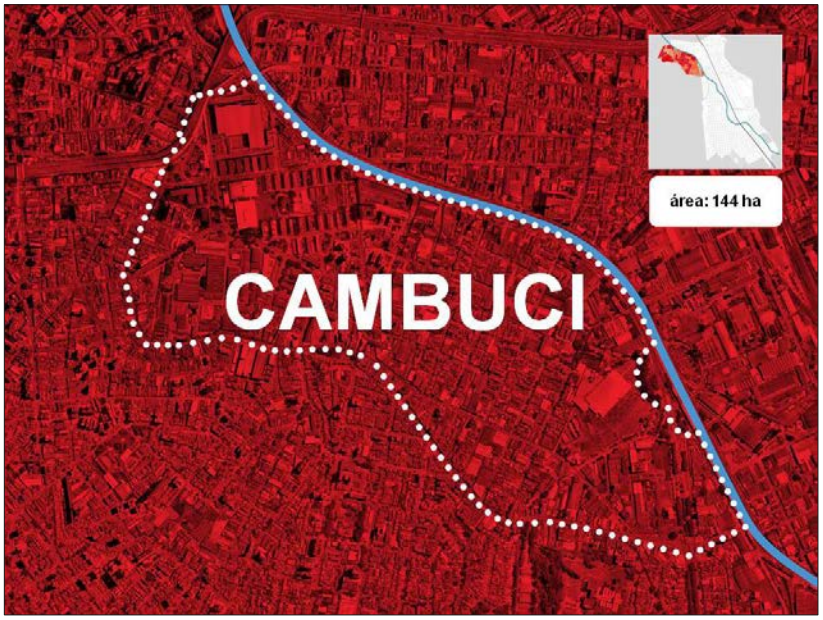

Bairros do Tamanduateí
IPIRANGA


7 Bairros do Tamanduateí
HENRI FORD

7 Bairros do Tamanduateí
PARQUE DA MOOCA


7 Bairros do Tamanduateí
VILA CARIOCA

7 Bairros do Tamanduateí
VILA PRUDENTE
VILA ZELINA

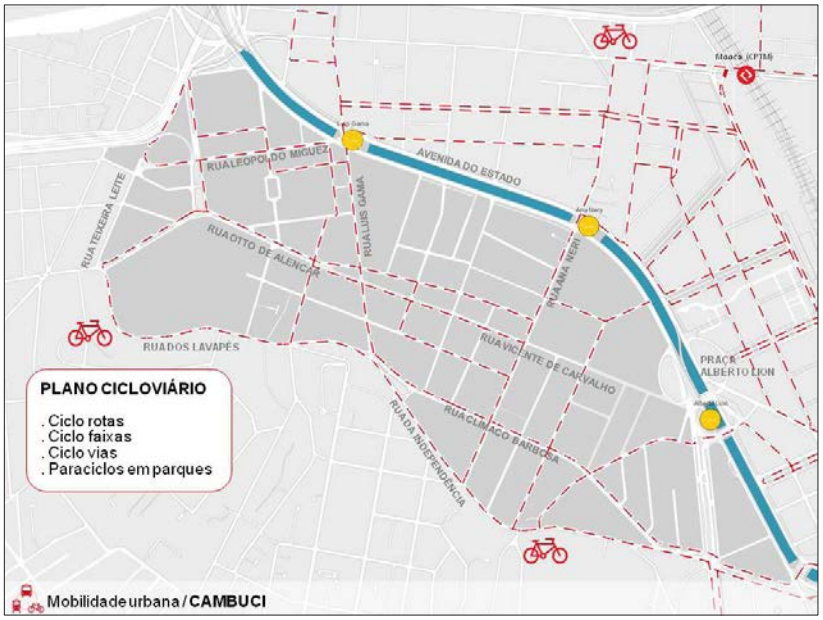

área: 144 ha
CAMBUCI

Expresso Tiradentes
RIO TAMANDUATEÍ
AVENIDA DO ESTADO
Referências do setor / CAMBUCI

Principal via de entrada no bairro
Clímaco
RUA CLÍMACO BARBOSA
Referências do setor / CAMBUCI

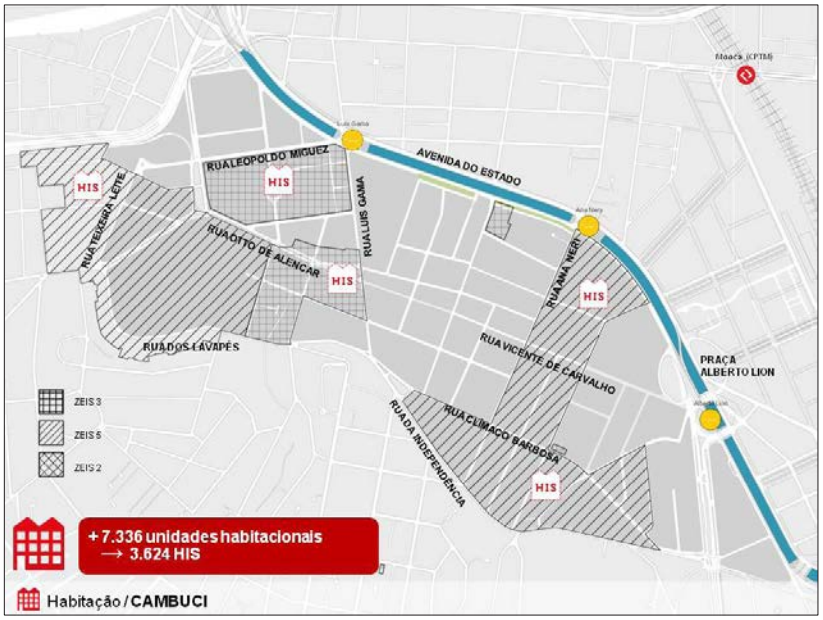
AES Eletropaulo
PRAÇA
NINA RODRIGUES
VIA DE LIGAÇÃO
OESTE-LESTE
RUA LEOPOLDO MIGUEL
RUA OTTO DE ALENCAR
Posto de atendimento
Várzea do Carmo
Previdência Social
- agencia Ipiranga
Conjunto IAPI
Referências do setor / CAMBUCI

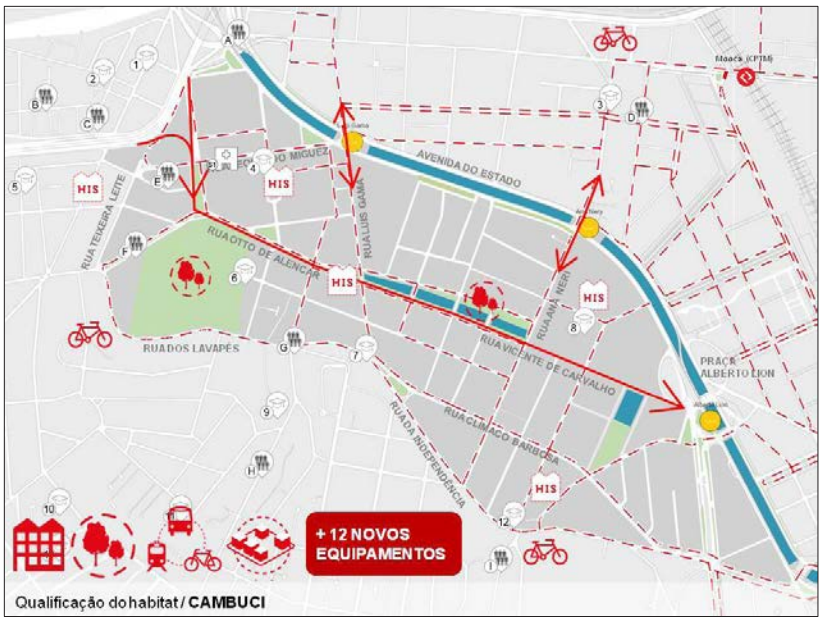
propostas bairro **CAMBUCI**

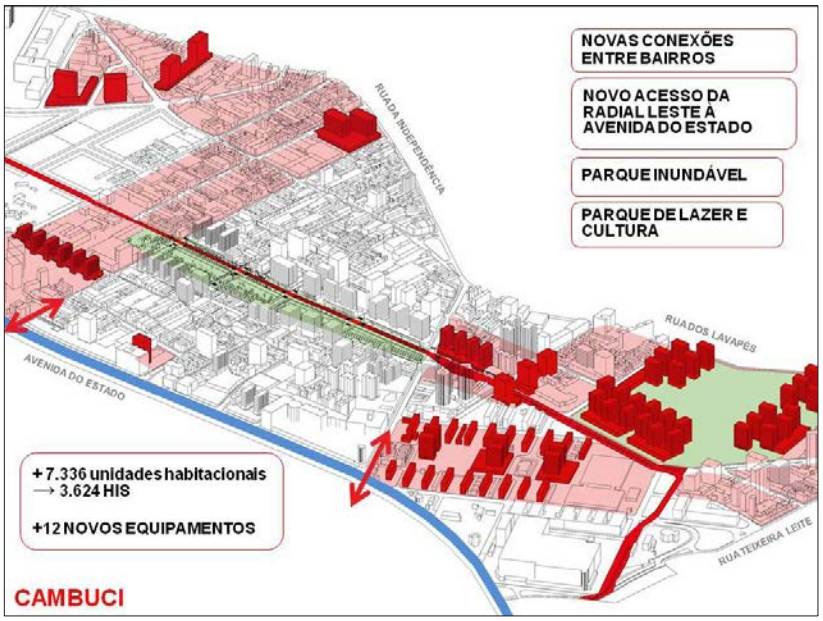

PLANO CICLOVIÁRIO
. Ciclo rotas
. Ciclo faixas
. Ciclo vias
. Paraciclos em parques
AVENIDA DO ESTADO
RUA LEOPOLDO MIGUEZ
RUA TEIXEIRA LEITE
RUA OTTO DE ALENCAR
RUA LUIS GAMA
RUA AMA NERI
RUA DOS LAVAPÉS
RUA VICENTE DE CARVALHO
RUA CLIMACO BARBOSA
RUA DA INDEPENDÊNCIA
PRAÇA ALBERTO LION
Mobilidade urbana / CAMBUCI

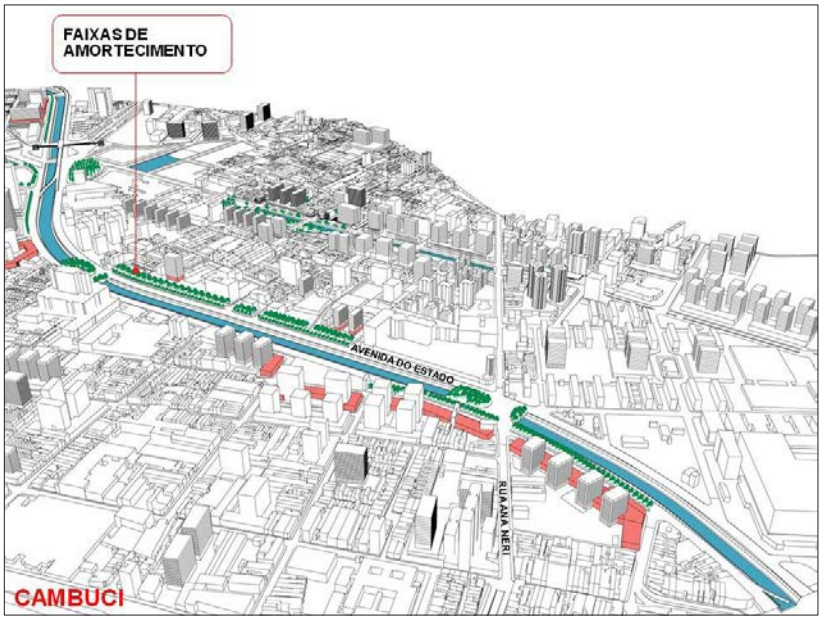
FAIXAS DE AMORTECIMENTO
PARQUE INUNDÁVEL
Silveira da Mota
Vicente Carvalho
PARQUE DE LAZER E CULTURA
Lavapés
PARQUE INUNDÁVEL
Gleba Carrefour
AVENIDA DO ESTADO
RUA LEOPOLDO MIGUEZ
RUA TEIXEIRA LEITE
RUA OTTO DE ALENCAR
RUA LUIS GAMA
RUA AMA NERI
RUA DOS LAVAPÉS
RUA VICENTE DE CARVALHO
RUA CLIMACO BARBOSA
RUA DA INDEPENDÊNCIA
PRAÇA ALBERTO LION
Meio ambiente / CAMBUCI

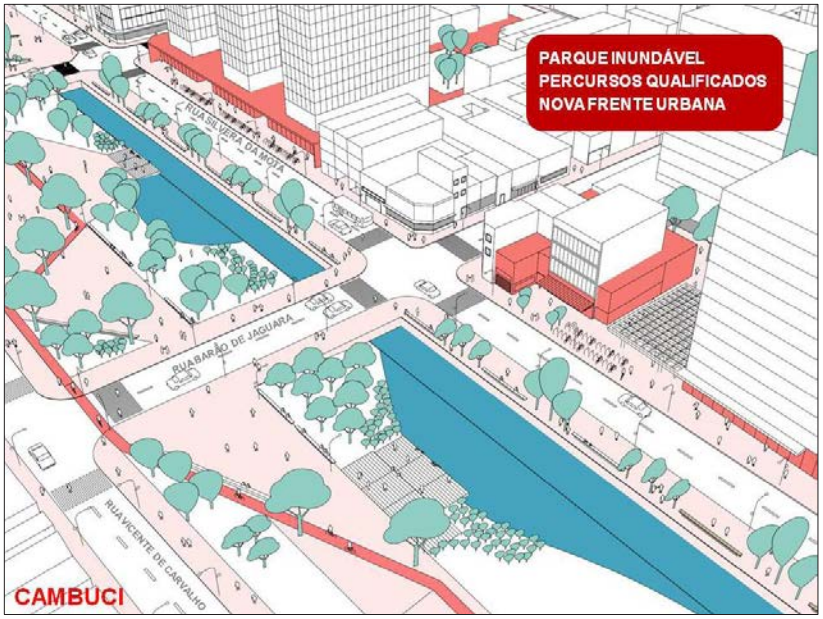
EQUIPAMENTOS EXISTENTES
Educação
Assistência Social
Saúde
+12 NOVOS EQUIPAMENTOS
+1 Cultura
+8 Educação
+1 Assistência Social
+1 Esporte
+1 Saúde
AVENIDA DO ESTADO
RUA TEIXEIRA LEITE
RUA OTTO DE ALENCAR
RUA LUIS GAMA
RUA AMA NERI
RUA DOS LAVAPÉS
RUA VICENTE DE CARVALHO
RUA CLIMACO BARBOSA
RUA DA INDEPENDÊNCIA
PRAÇA ALBERTO LION
Equipamentos sociais / CAMBUCI

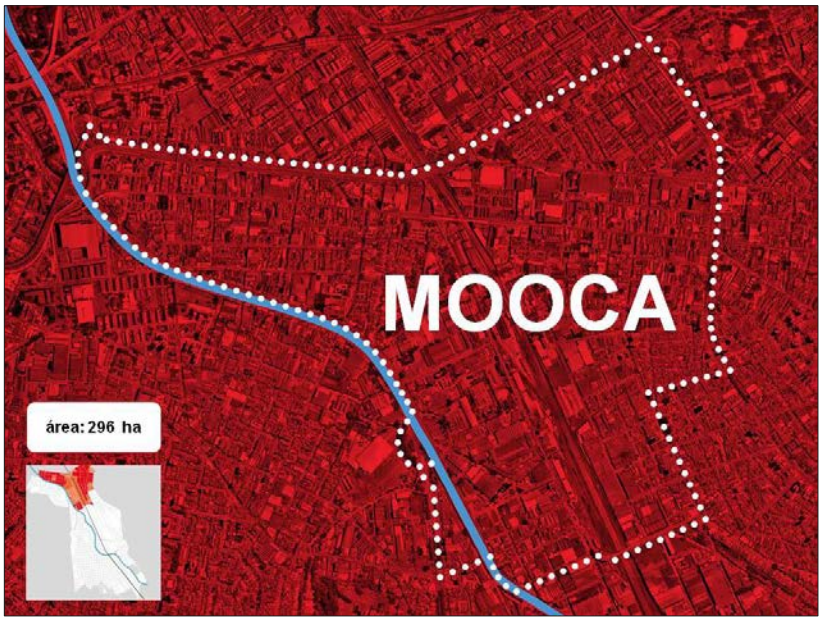

AVENIDA DO ESTADO
RUA LEOPOLDO MIGUEZ
RUA TEIXEIRA LEITE
RUA OTTO DE ALENCAR
RUA LUIS GAMA
RUA ANA NERY
RUA DOS LAVAPÉS
RUA VICENTE DE CARVALHO
PRAÇA ALBERTO LION
RUA CLIMACO BARBOSA
RUA DA INDEPENDÊNCIA
HIS
ZEIS 3
ZEIS 5
ZEIS 2
+ 7.336 unidades habitacionais
→ 3.624 HIS
Habitação / CAMBUCI


AVENIDA DO ESTADO
RUA TEIXEIRA LEITE
RUA OTTO DE ALENCAR
RUA LUIS GAMA
RUA ANA NERY
RUA DOS LAVAPÉS
RUA VICENTE DE CARVALHO
PRAÇA ALBERTO LION
RUA CLIMACO BARBOSA
RUA DA INDEPENDÊNCIA
HIS
+ 12 NOVOS EQUIPAMENTOS
Qualificação do habitat / CAMBUCI


NOVAS CONEXÕES ENTRE BAIRROS
NOVO ACESSO DA RADIAL LESTE À AVENIDA DO ESTADO
PARQUE INUNDÁVEL
PARQUE DE LAZER E CULTURA
RUA DA INDEPENDÊNCIA
RUA DOS LAVAPÉS
AVENIDA DO ESTADO
RUA TEIXEIRA LEITE
+ 7.336 unidades habitacionais
→ 3.624 HIS
+12 NOVOS EQUIPAMENTOS
CAMBUCI


FAIXAS DE AMORTECIMENTO
AVENIDA DO ESTADO
RUA ANA NERI
CAMBUCI


PARQUE INUNDÁVEL
PERCURSOS QUALIFICADOS
NOVA FRENTE URBANA
RUA ALMEIRA DA MOITA
RUA BARÃO DE JAGUARA
RUA VICENTE DE CARVALHO
CAMBUCI


MOOCA
área: 296 ha

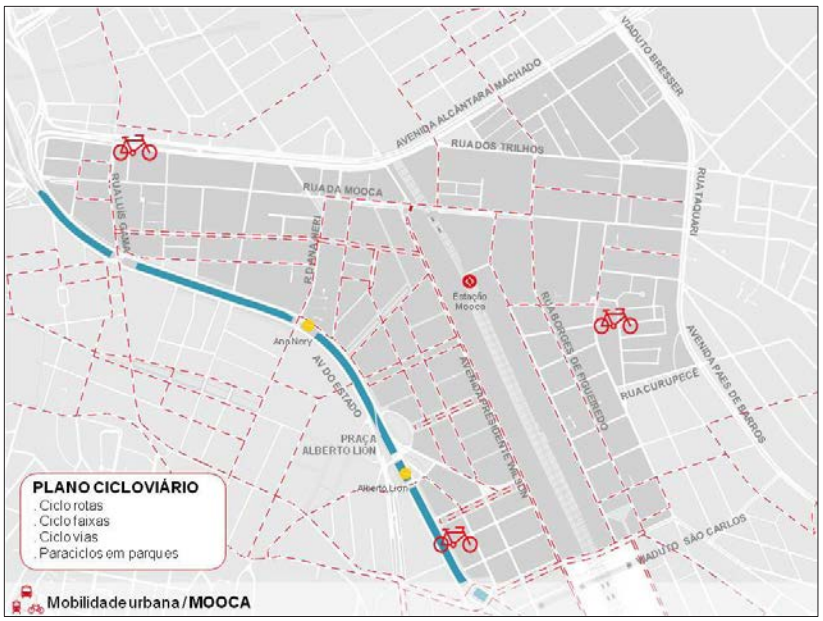
Centro Tecnológico Itaú Unibanco
Pistas expressas sobre o rio Tamanduatei
Referências do setor / MOOCA

Estação CPTM Mooca
Cervejaria Antarctica
Referências do setor / MOOCA

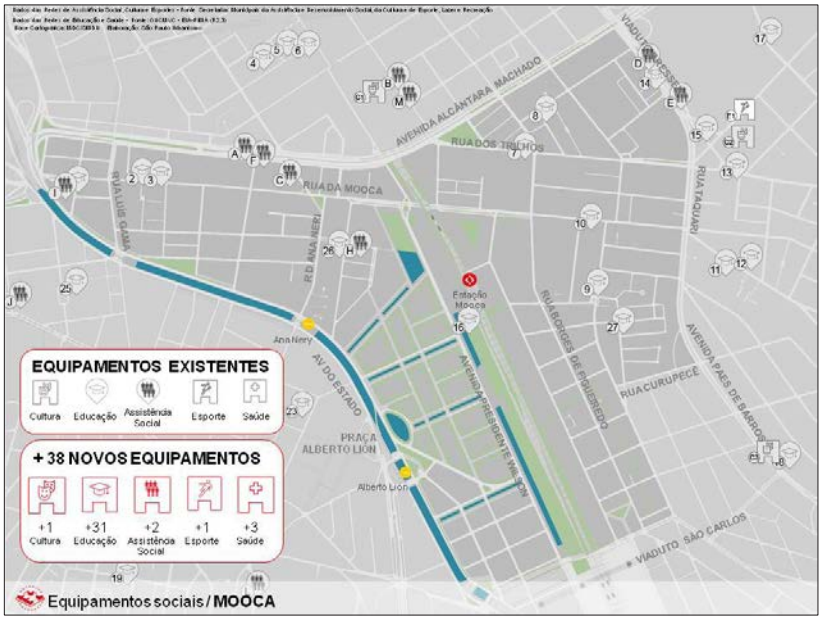
Praça Alberto Lion
Gleba Carrefour
Expresso Tiradentes
Referências do setor / MOOCA

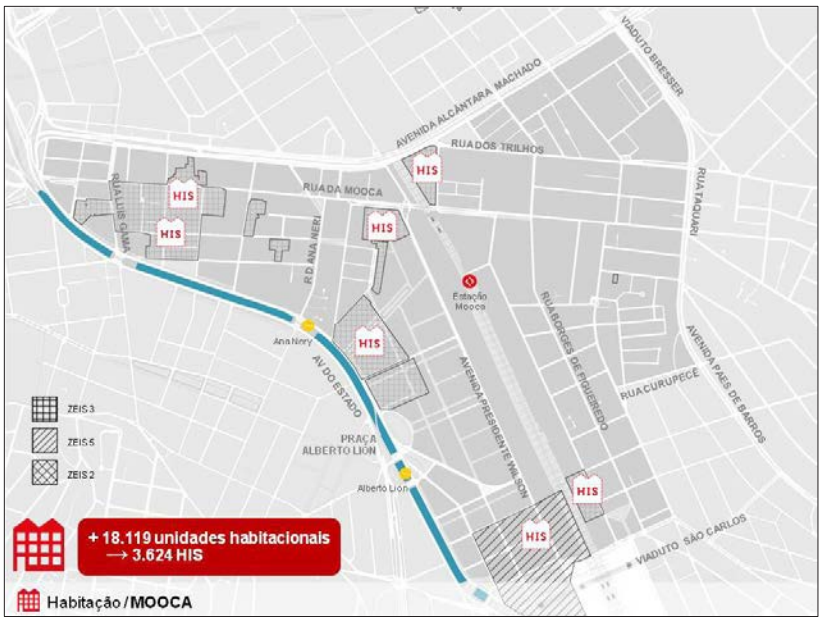
propostas bairro **MOOCA**

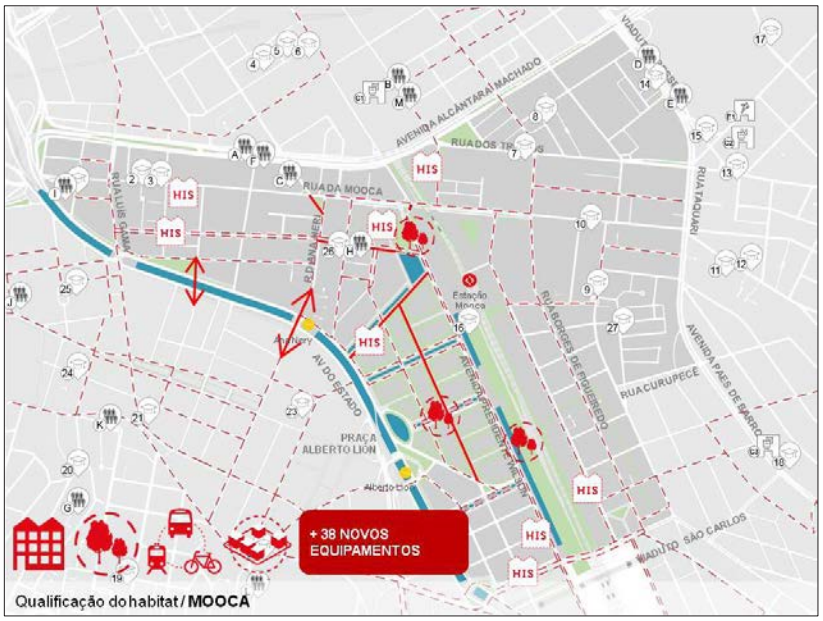
ABERTURA DO RIO TAMANDUATEÍ
Conexões entre bairros:
Mooca-Cambuci
Luis Gama e Ana Neri
PROLONGAMENTOS VIÁRIOS
. Presidente Costa Pereira
. Coronel João Dente
. Dom Bosco
Mobilidade urbana / MOOCA
AVENIDA ALCÂNTARA MACHADO
VIADUTO BRESSER
RUA DOS TRILHOS
RUA DA MOOCA
RUA LUIS GAMA
RUA DOM BOSCO
R.D. ANA NERI
RUA CEL JOÃO DENTE
Estação Mooca
Ana Neri
AV. DO ESTADO
PRAÇA ALBERTO LION
Alberto Lion
AVENIDA PRESIDENTE WILSON
RUA PRESIDENTE COSTA PEREIRA
RUA BORGES DE FIGUEIREDO
RUA CURUPECE
AVENIDA PAES DE BARROS
RUA TAQUARI
VIADUTO SÃO CARLOS

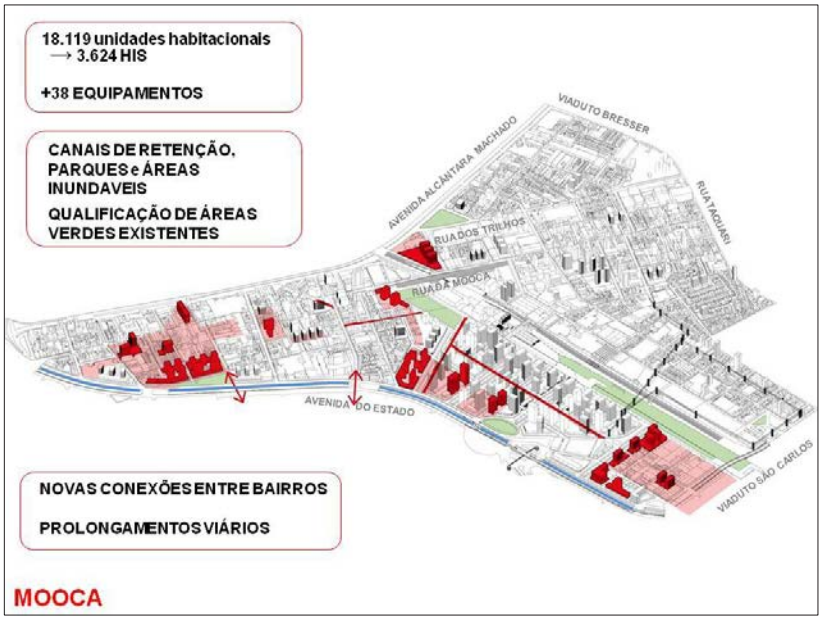

PLANO CICLOVIÁRIO
. Ciclo rotas
. Ciclo faixas
. Ciclo vias
. Paraciclos em parques
Mobilidade urbana / MOOCA
AVENIDA ALCÂNTARA MACHADO
VIADUTO BRESSER
RUA DOS TRILHOS
RUA DA MOOCA
RUA LUIS GAMA
R.D. ANA NERI
Estação Mooca
Ana Neri
AV. DO ESTADO
PRAÇA ALBERTO LION
Alberto Lion
AVENIDA PRESIDENTE WILSON
RUA BORGES DE FIGUEIREDO
RUA CURUPECE
AVENIDA PAES DE BARROS
RUA TAQUARI
VIADUTO SÃO CARLOS

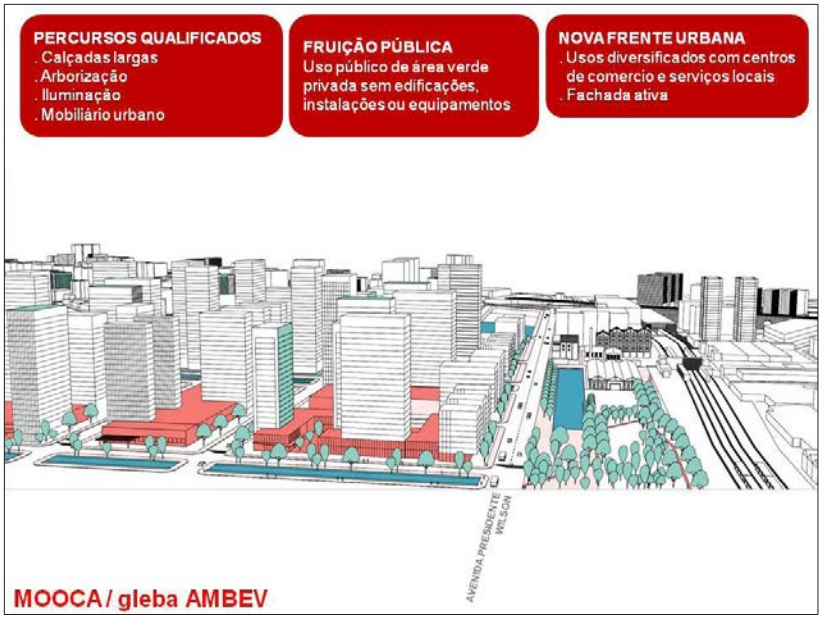
FAIXAS DE AMORTECIMENTO
CANAIS DE RETENÇÃO, PARQUES e ÁREAS INUNDAVEIS
1. Coronel João Dente
2. Serra de Paracaina
3. Alberto Lion
4. Presidente Almeida Couto
5. Porto de Areia
QUALIFICAÇÃO DE ÁREAS VERDES EXISTENTES
Meio ambiente / MOOCA
AVENIDA ALCÂNTARA MACHADO
VIADUTO BRESSER
RUA DOS TRILHOS
RUA DA MOOCA
RUA LUIS GAMA
R.D. ANA NERI
Estação Mooca
Ana Neri
AV. DO ESTADO
PRAÇA ALBERTO LION
Alberto Lion
AVENIDA PRESIDENTE WILSON
RUA BORGES DE FIGUEIREDO
RUA CURUPECE
AVENIDA PAES DE BARROS
RUA TAQUARI
VIADUTO SÃO CARLOS

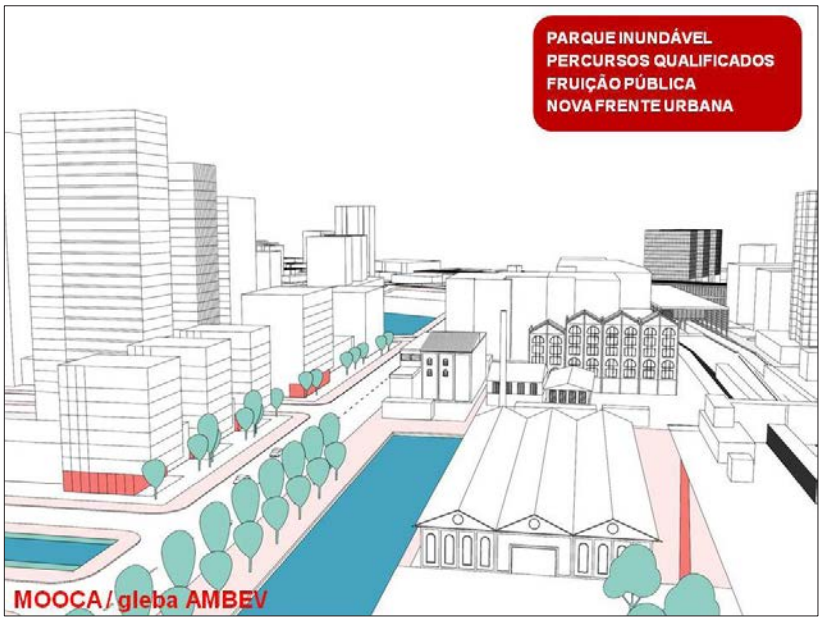

EQUIPAMENTOS EXISTENTES
Cultura
Educação
Assistência Social
Esporte
Saúde
+ 38 NOVOS EQUIPAMENTOS
+1 Cultura
+31 Educação
+2 Assistência Social
+1 Esporte
+3 Saúde
Equipamentos sociais / MOOCA


ZEIS 3
ZEIS 5
ZEIS 2
+ 18.119 unidades habitacionais
→ 3.624 HIS
Habitação / MOOCA


+ 38 NOVOS EQUIPAMENTOS
Qualificação do habitat / MOOCA


18.119 unidades habitacionais
→ 3.624 HIS
+38 EQUIPAMENTOS
CANAIS DE RETENÇÃO, PARQUES e ÁREAS INUNDAVEIS
QUALIFICAÇÃO DE ÁREAS VERDES EXISTENTES
NOVAS CONEXÕES ENTRE BAIRROS
PROLONGAMENTOS VIÁRIOS
AVENIDA ALCÂNTARA MACHADO
VIADUTO BRESSER
RUA TAQUARI
RUA DOS TRILHOS
RUA DA MOOCA
AVENIDA DO ESTADO
VIADUTO SÃO CARLOS
MOOCA


PERCURSOS QUALIFICADOS
. Calçadas largas
. Arborização
. Iluminação
. Mobiliário urbano
FRUIÇÃO PÚBLICA
Uso público de área verde privada sem edificações, instalações ou equipamentos
NOVA FRENTE URBANA
. Usos diversificados com centros de comercio e serviços locais
. Fachada ativa
AVENIDA PRESIDENTE WILSON
MOOCA / gleba AMBEV

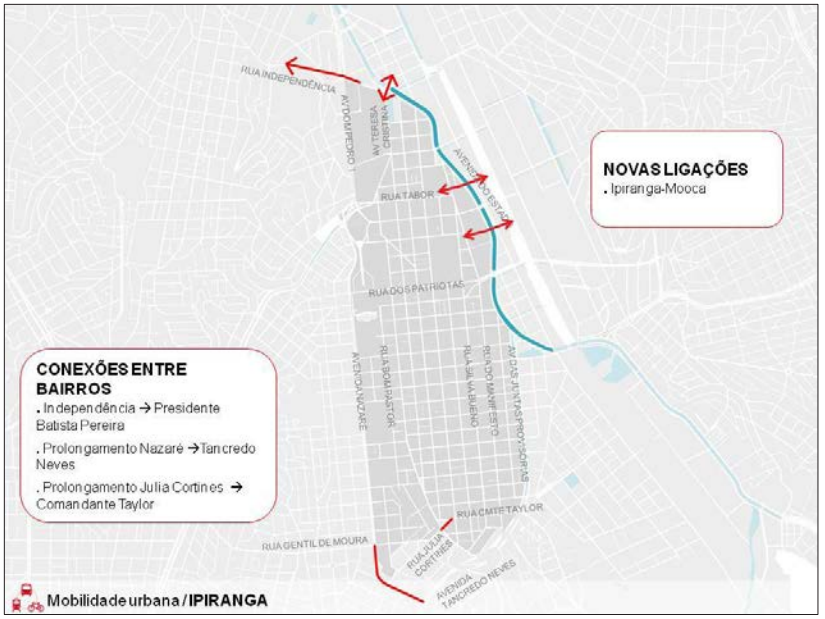

PARQUE INUNDÁVEL
PERCURSOS QUALIFICADOS
FRUIÇÃO PÚBLICA
NOVA FRENTE URBANA
MOOCA / gleba AMBEV

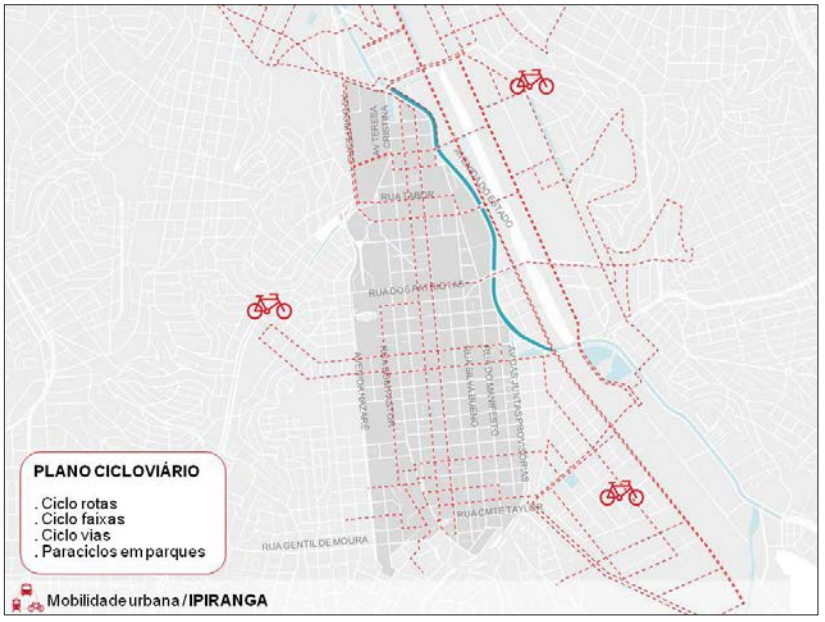
IPIRANGA
área: 404 ha

Casa do Grito
Referências do setor / IPIRANGA

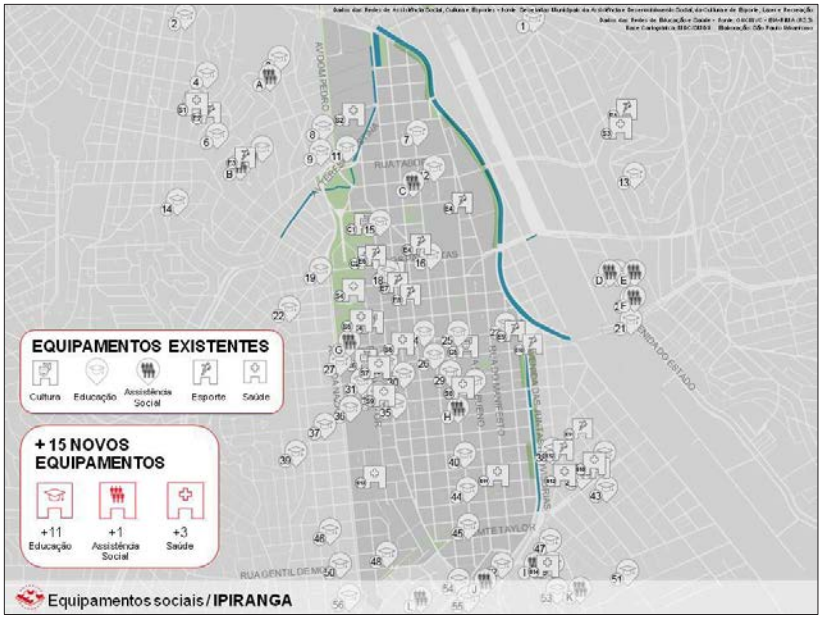
Museu Paulista
Eixo Monumental
Referências do setor / IPIRANGA

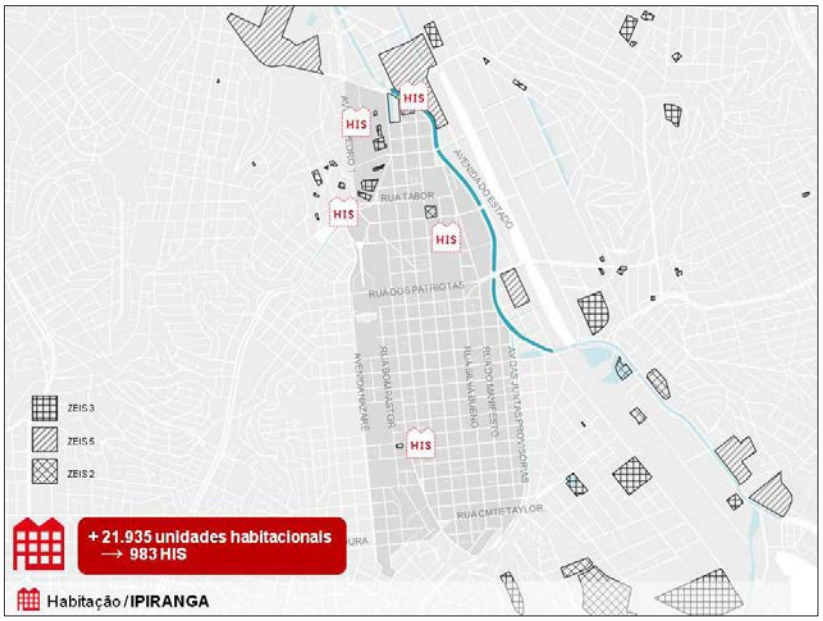
propostas bairro **IPIRANGA**

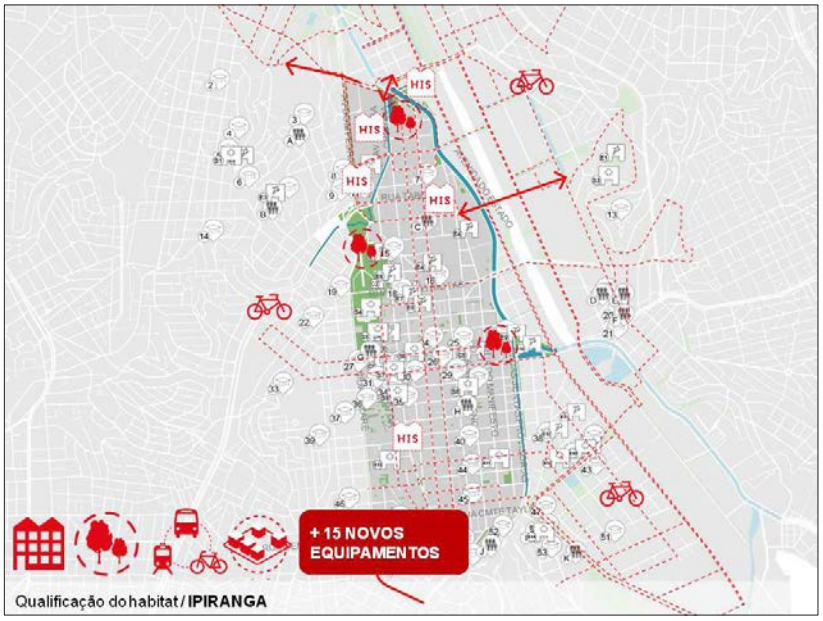


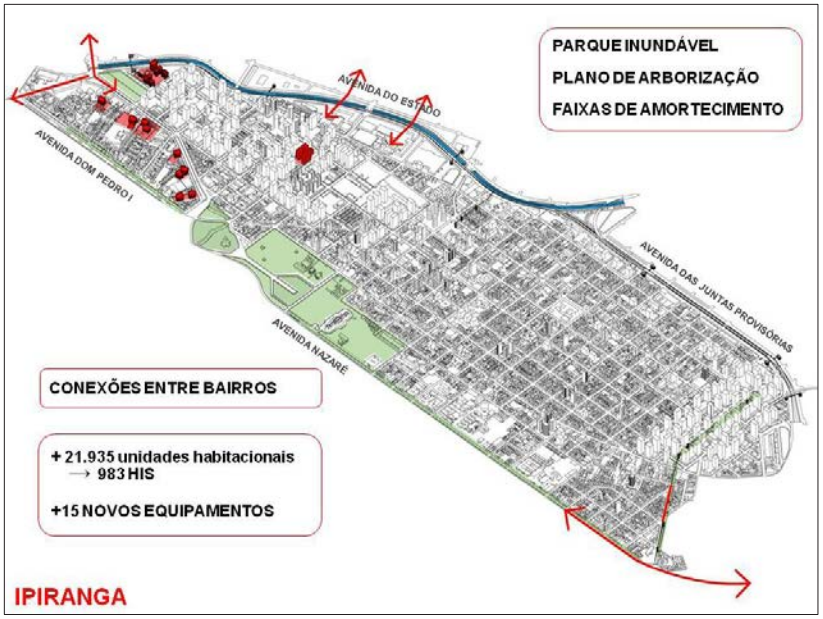



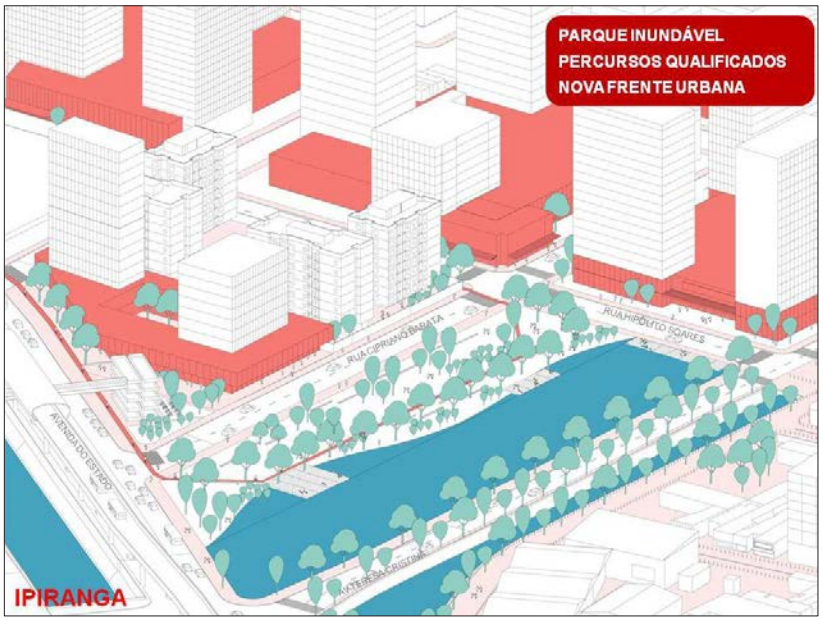
PARQUE INUNDÁVEL
1. Foz do Ipiranga
2. Pça São Paulo
PLANO DE ARBORIZAÇÃO
RUA TABOR
AVENIDA DO ESTADO
RUA DOS PATRIOTAS
RUA CMTE TAYLOR
RUA GENTIL DE MOURA
Meio ambiente / IPIRANGA

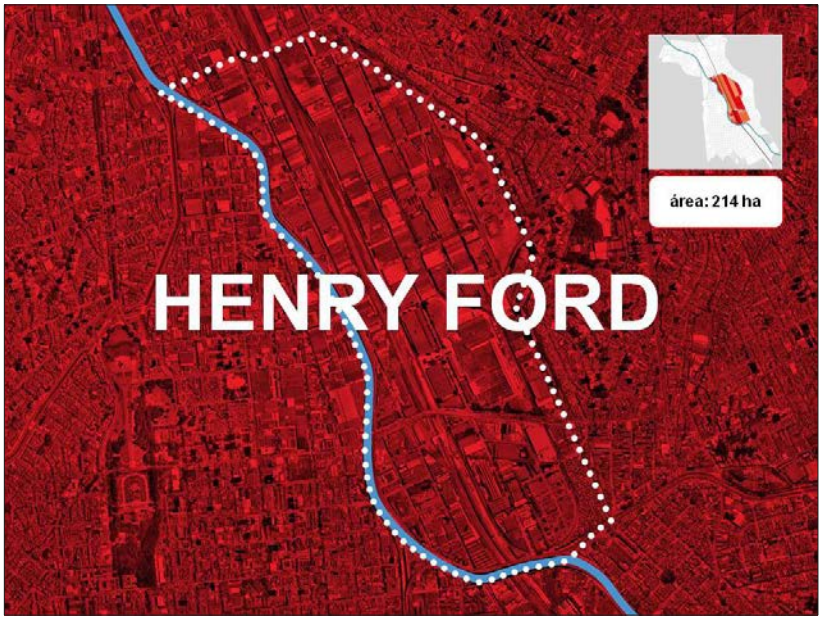

EQUIPAMENTOS EXISTENTES
Cultura
Educação
Assistência Social
Esporte
Saúde
+ 15 NOVOS EQUIPAMENTOS
+11 Educação
+1 Assistência Social
+3 Saúde
Equipamentos sociais / IPIRANGA


HIS
ZEIS 3
ZEIS 5
ZEIS 2
+ 21.935 unidades habitacionais
→ 983 HIS
Habitação / IPIRANGA


HIS
HIS
HIS
HIS
HIS
+ 15 NOVOS EQUIPAMENTOS
Qualificação do habitat / IPIRANGA


PARQUE INUNDÁVEL
PLANO DE ARBORIZAÇÃO
FAIXAS DE AMORTECIMENTO
AVENIDA DO ESTADO
AVENIDA DOM PEDRO I
AVENIDA DAS JUNTAS PROVISÓRIAS
AVENIDA NAZARÉ
CONEXÕES ENTRE BAIRROS
+ 21.935 unidades habitacionais
→ 983 HIS
+15 NOVOS EQUIPAMENTOS
IPIRANGA

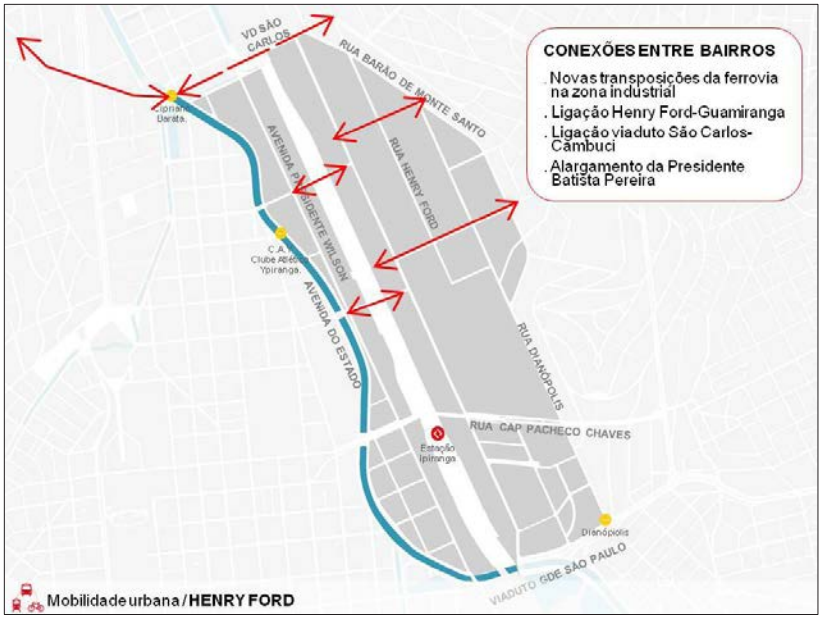

PARQUE INUNDÁVEL
PERCURSOS QUALIFICADOS
NOVA FRENTE URBANA
IPIRANGA

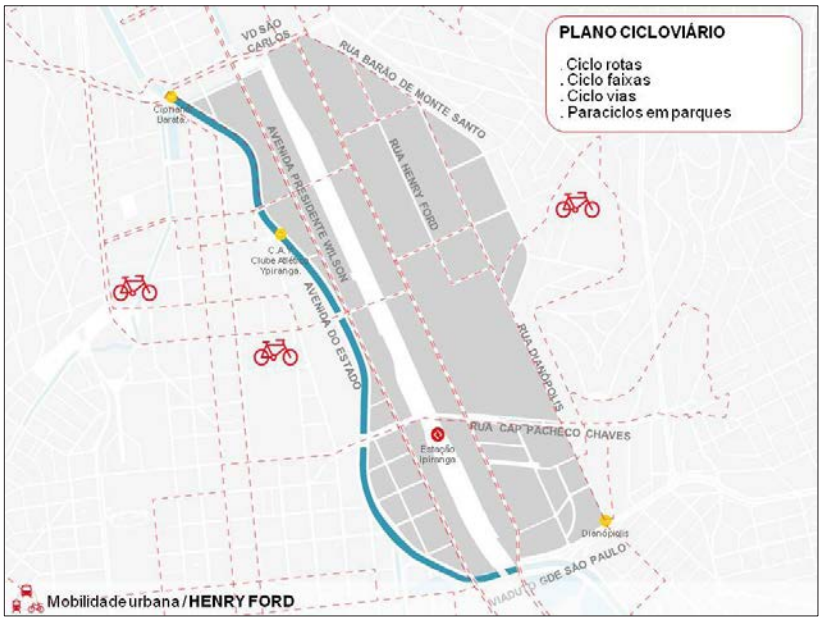

HENRY FORD
área: 214 ha

Gleba Esso
Mooca Plaza Shopping
Estação Ipiranga
RUA BARÃO DE MONTE SANTO
AVENIDA DO ESTADO
Referências do setor / HENRY FORD

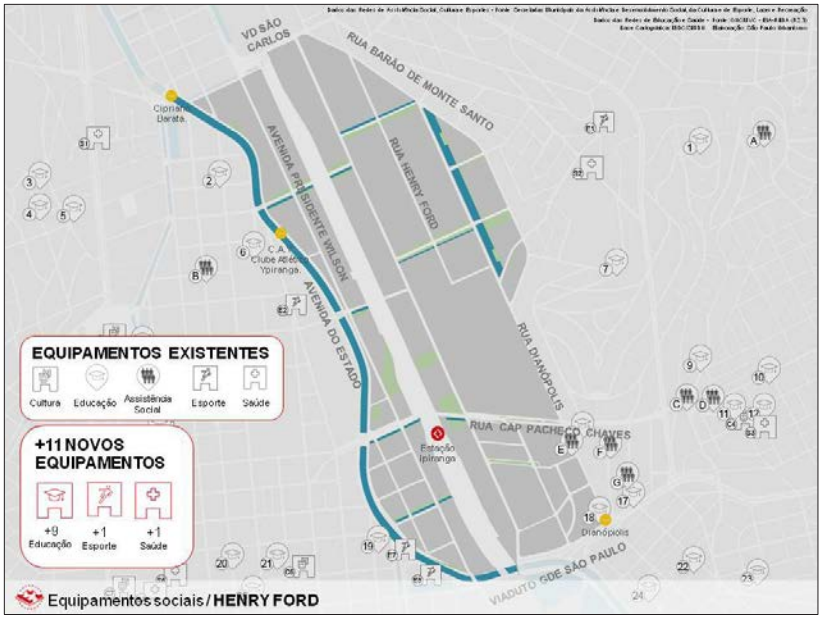
Parque da Mooca
Ipiranga
Expresso Tiradentes
Referências do setor / HENRY FORD

propostas bairro **HENRY FORD**

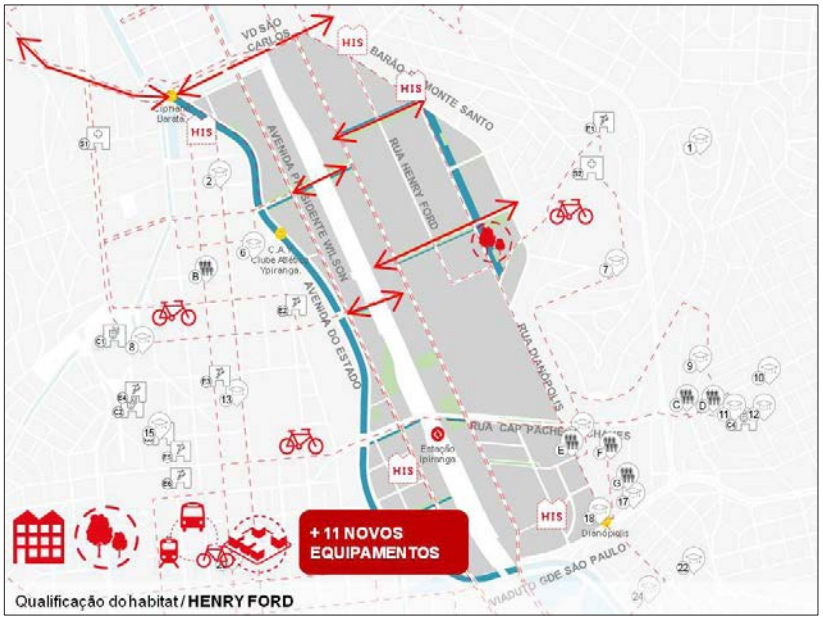


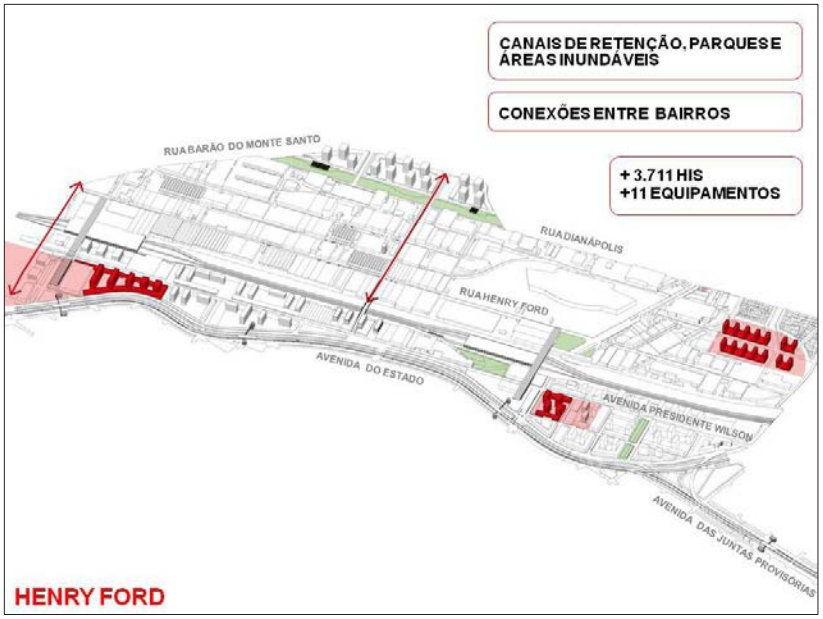



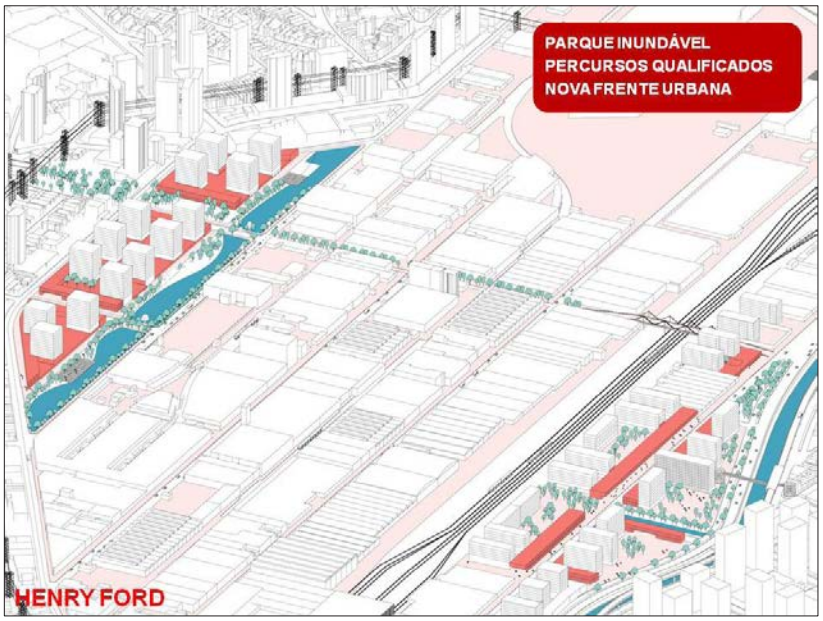
CANAIS DE RETENÇÃO, PARQUES E ÁREAS INUNDÁVEIS
. Dianópolis
. Estação Ipiranga
. Dom Marcos Teixeira
. Henry Ford Norte e Sul
Parque Dianópolis
VD SÃO CARLOS
RUA BARÃO DE MONTE SANTO
RUA HENRY FORD
AVENIDA PRESIDENTE WILSON
AVENIDA DO ESTADO
RUA DIANÓPOLIS
RUA CAP PACHECO CHAVES
Estação Ipiranga
Dianópolis
VIADUTO 9 DE JULHO
Meio ambiente / HENRY FORD


EQUIPAMENTOS EXISTENTES
Cultura
Educação
Assistência Social
Esporte
Saúde
+11 NOVOS EQUIPAMENTOS
+9 Educação
+1 Esporte
+1 Saúde
VD SÃO CARLOS
RUA BARÃO DE MONTE SANTO
RUA HENRY FORD
AVENIDA PRESIDENTE WILSON
AVENIDA DO ESTADO
RUA DIANÓPOLIS
RUA CAP PACHECO CHAVES
Estação Ipiranga
Dianópolis
VIADUTO 9 DE JULHO
Equipamentos sociais / HENRY FORD

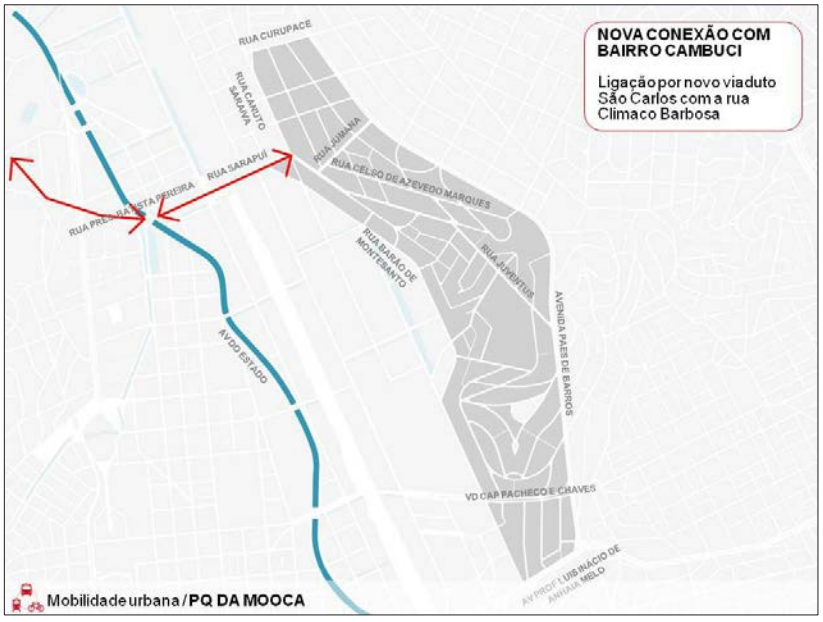
ZEIS 3
ZEIS 5
ZEIS 2
HIS
+3.711 HIS
VD SÃO CARLOS
RUA BARÃO DE MONTE SANTO
RUA HENRY FORD
AVENIDA PRESIDENTE WILSON
AVENIDA DO ESTADO
RUA DIANÓPOLIS
RUA CAP PACHECO CHAVES
Estação Ipiranga
Dianópolis
VIADUTO 9 DE JULHO
Habitação / HENRY FORD

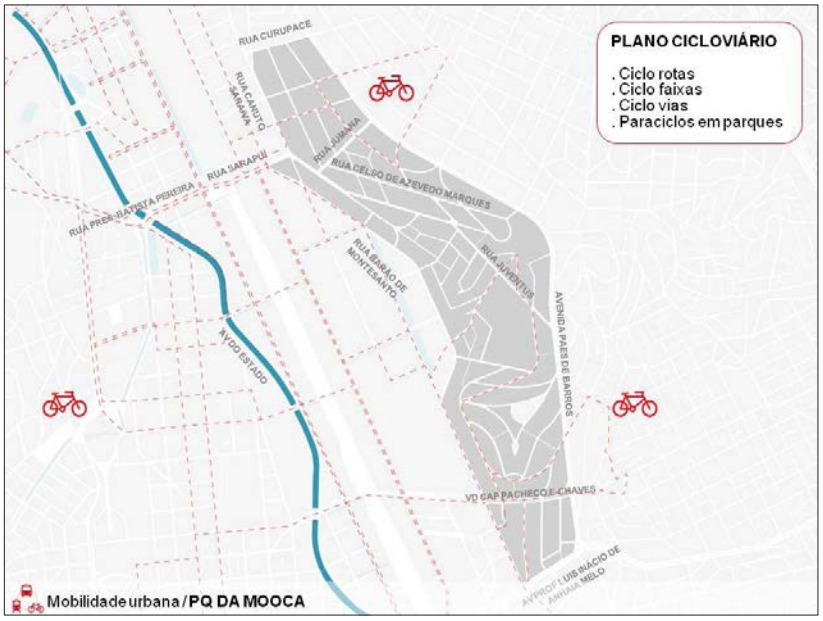

VD SÃO CARLOS
HIS
BARÃO DO MONTE SANTO
AVENIDA PRESIDENTE WILSON
RUA HENRY FORD
AVENIDA DO ESTADO
RUA DIANÓPOLIS
RUA CAPITÃO PACHECO
Estação Ipiranga
+ 11 NOVOS EQUIPAMENTOS
Qualificação do habitat / HENRY FORD


CANAIS DE RETENÇÃO, PARQUES E ÁREAS INUNDÁVEIS
CONEXÕES ENTRE BAIRROS
+ 3.711 HIS
+11 EQUIPAMENTOS
RUA BARÃO DO MONTE SANTO
RUA DIANÓPOLIS
RUA HENRY FORD
AVENIDA DO ESTADO
AVENIDA PRESIDENTE WILSON
AVENIDA DAS JUNTAS PROVISÓRIAS
HENRY FORD


PARQUE INUNDÁVEL
PERCURSOS QUALIFICADOS
NOVA FRENTE URBANA
HENRY FORD

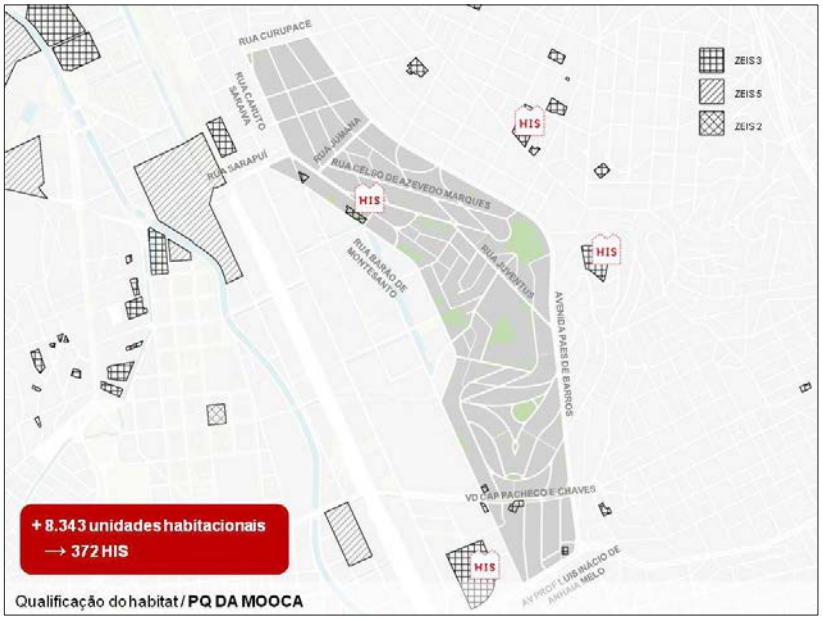
propostas bairro **PARQUE DA MOOCA**




PLANO CICLOVIÁRIO
. Ciclo rotas
. Ciclo faixas
. Ciclo vias
. Paraciclos em parques
RUA CURUPACE
RUA CANTO G SARAIVA
RUA SARAPUÍ
RUA PRES. BATISTA PEREIRA
RUA JURUNA
RUA CELSO DE AZEVEDO MARQUES
RUA BARÃO DE MONTESANTO
RUA JUVENTUS
AVENIDA PAES DE BARROS
AVDO ESTADO
VD CAP PACHECO E CHAVES
AV PROF LUIS INÁCIO DE ANHAIA MELO
Mobilidade urbana / PQ DA MOOCA

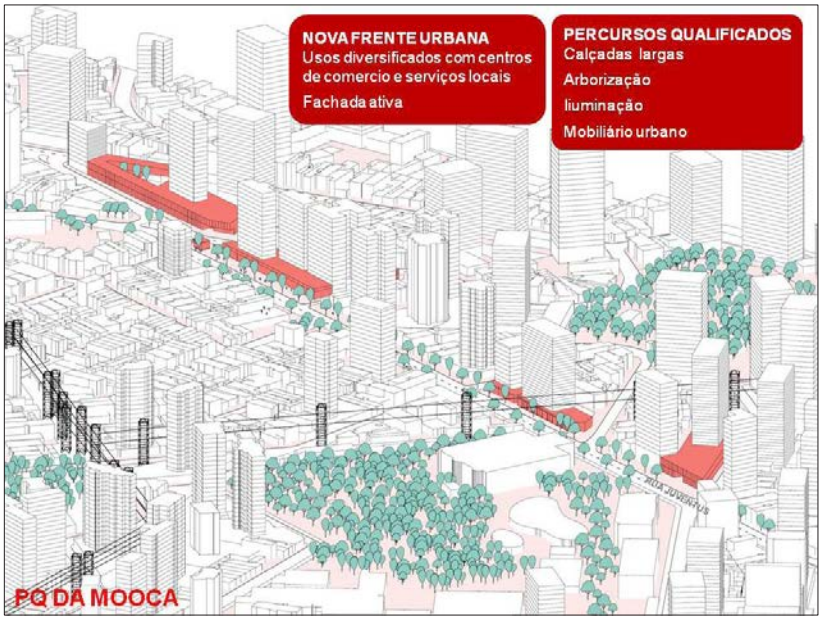
REQUALIFICAÇÃO DAS GALERIAS DE DRENAGEM
RUA CURUPACE
RUA CANTO G SARAIVA
RUA SARAPUÍ
RUA PRES. BATISTA PEREIRA
RUA JURUNA
RUA CELSO DE AZEVEDO MARQUES
RUA BARÃO DE MONTESANTO
RUA JUVENTUS
AVENIDA PAES DE BARROS
VD CAP PACHECO E CHAVES
AV PROF LUIS INÁCIO DE ANHAIA MELO
Meio ambiente / PQ DA MOOCA

EQUIPAMENTOS EXISTENTES
Cultura
Educação
Assistência Social
Esporte
Saúde
NOVOS EQUIPAMENTOS
+6
Educação
RUA CURUPACE
RUA CANTO G SARAIVA
RUA SARAPUÍ
RUA JURUNA
RUA CELSO DE AZEVEDO MARQUES
RUA BARÃO DE MONTESANTO
AVENIDA PAES DE BARROS
VD CAP PACHECO E CHAVES
AV PROF LUIS INÁCIO DE ANHAIA MELO
Equipamentos sociais / PQ DA MOOCA


RUA CURUPACE
RUA CANUTO SARAIVA
RUA SARAPUÍ
RUA AJURUÁ
RUA CELSO DE AZEVEDO MARQUES
RUA BARÃO DE MONTESANTO
RUA JURUTIS
AVENIDA PAES DE BARROS
VD CAP PACHECO E CHAVES
AV PROF LUIS INÁCIO DE ANHAIA MELO
HIS
ZEIS 3
ZEIS 5
ZEIS 2
+ 8.343 unidades habitacionais
→ 372 HIS
Qualificação do habitat / PQ DA MOOCA

RUA CURUPACE
RUA CANUTO SARAIVA
RUA SARAPUÍ
RUA AJURUÁ
RUA CELSO DE AZEVEDO MARQUES
RUA BARÃO DE MONTESANTO
RUA JURUTIS
RUA ANTONINO DEL RECCHIO
AVENIDA PAES DE BARROS
HIS
+ 6 NOVOS EQUIPAMENTOS
Qualificação do habitat / PQ DA MOOCA

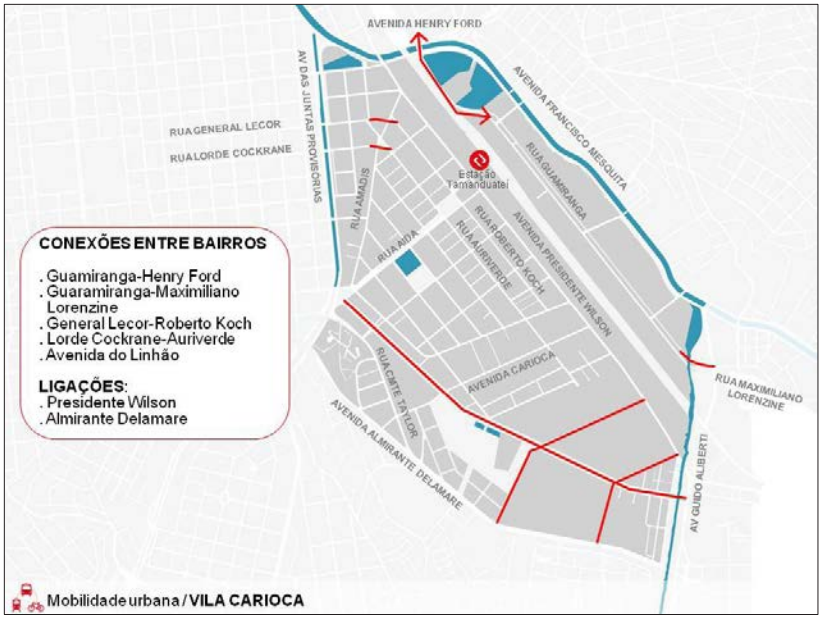
8.343 unidades habitacionais
→ 372 HIS
+ 6 NOVOS EQUIPAMENTOS
RUA CANUTO SARAIVA
AVENIDA PAES DE BARROS
RUA BARÃO DE MONTESANTO
RUA DIANÓPOLIS
QUALIFICAÇÃO DE ÁREAS VERDES EXISTENTES
PLANO DE ARBORIZAÇÃO
IMPLANTAÇÃO DE DISPOSITIVOS DE DRENAGEM EM ÁREAS VERDES EXISTENTES
PQ DA MOOCA


NOVA FRENTE URBANA
Usos diversificados com centros de comercio e serviços locais
Fachada ativa
PERCURSOS QUALIFICADOS
Calçadas largas
Arborização
Iluminação
Mobiliário urbano
PQ DA MOOCA

área: 365 ha
VILA CARIOCA

Expresso Tiradentes
Estação Tamanduateí
Referências do setor / VILA CARIOCA

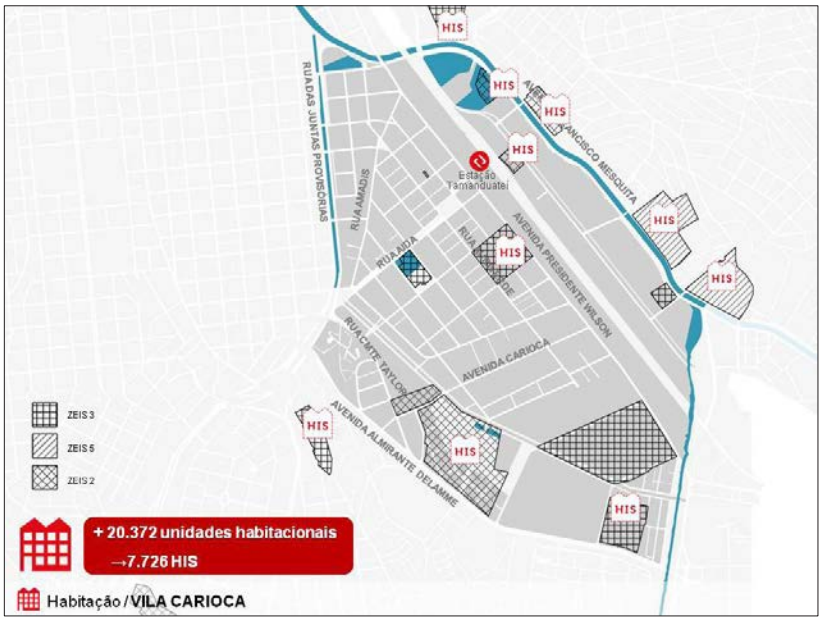
Comunidade Heliópolis
Hospital Heliópolis
Referências do setor / VILA CARIOCA

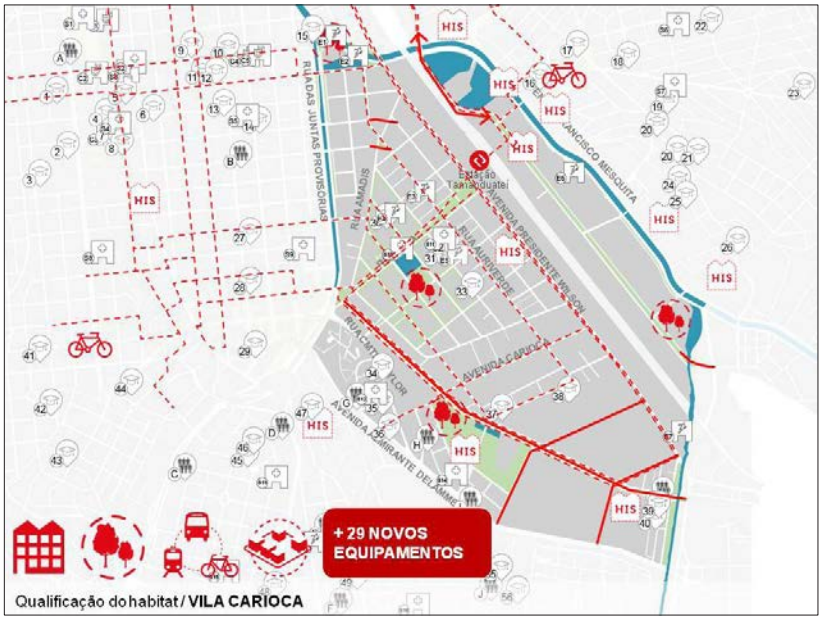

AVENIDA HENRY FORD
AV DAS JUNTAS PROVISÓRIAS
RUA GENERAL LECOR
RUA LORDE COCKRANE
AVENIDA FRANCISCO MESQUITA
RUA GUAMIRANGA
Estação Tamanduateí
RUA AMADIS
RUA AIDA
RUA AURIVERDE
RUA ROBERTO KOCH
AVENIDA PRESIDENTE WILSON
AVENIDA CARIOCA
RUA CMTE TAYLOR
AVENIDA ALMIRANTE DELAMARE
RUA MAXIMILIANO LORENZINE
AV GUIDO ALIBERTI
CONEXÕES ENTRE BAIRROS
. Guamiranga-Henry Ford
. Guaramiranga-Maximiliano Lorenzine
. General Lecor-Roberto Koch
. Lorde Cockrane-Auriverde
. Avenida do Linhão
LIGAÇÕES:
. Presidente Wilson
. Almirante Delamare
Mobilidade urbana / VILA CARIOCA

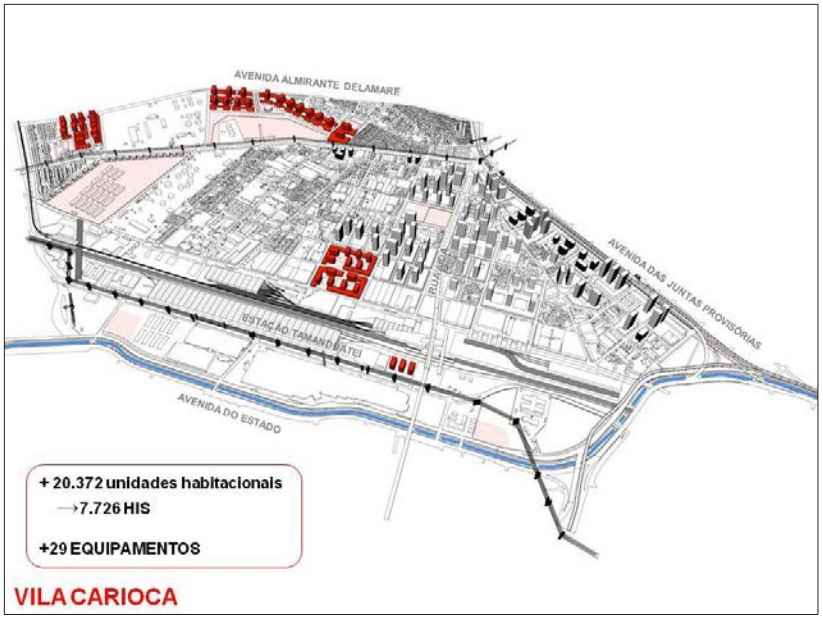
AVENIDA HENRY FORD
AV DAS JUNTAS PROVISÓRIAS
RUA GENERAL LECOR
RUA LORDE COCKRANE
AVENIDA FRANCISCO MESQUITA
RUA GUAMIRANGA
Estação Tamanduateí
RUA AMADIS
RUA AIDA
RUA AURIVERDE
RUA ROBERTO KOCH
AVENIDA PRESIDENTE WILSON
AVENIDA CARIOCA
RUA CMTE TAYLOR
AVENIDA ALMIRANTE DELAMARE
RUA MAXIMILIANO LORENZINE
AV GUIDO ALIBERTI
PLANO CICLOVIÁRIO
. Ciclo rotas
. Ciclo faixas
. Ciclo vias
. Paraciclos em parques
Mobilidade urbana / VILA CARIOCA

PARQUES e ÁREAS INUNDAVEIS
1. Rua Aida
2. Ribeirão dos Meninos
3. Gleba Petrobras
4. Piscinão Guamiranga
QUALIFICAÇÃO DE ÁREAS VERDES EXISTENTES
Meio ambiente / VILA CARIOCA

EQUIPAMENTOS EXISTENTES
Cultura
Educação
Assistência Social
Esporte
Saúde
+29 NOVOS EQUIPAMENTOS
+1 Cultura
+23 Educação
+3 Assistência Social
+2 Saúde
Equipamentos sociais / VILA CARIOCA


ZEIS 3
ZEIS 5
ZEIS 2
+ 20.372 unidades habitacionais
→7.726 HIS
Habitação / VILA CARIOCA


+ 29 NOVOS EQUIPAMENTOS
Qualificação do habitat / VILA CARIOCA


AVENIDA ALMIRANTE DELAMARE
AVENIDA DAS JUNTAS PROVISÓRIAS
ESTAÇÃO TAMANDUATEÍ
AVENIDA DO ESTADO
+ 20.372 unidades habitacionais
→7.726 HIS
+29 EQUIPAMENTOS
VILA CARIOCA

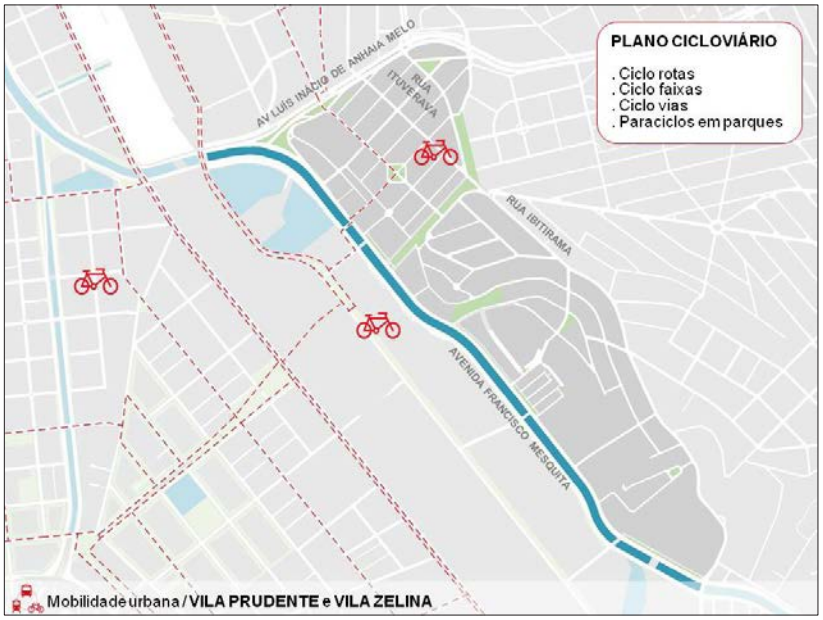
NOVA FRENTE URBANA
. Novo viário com centros de comercio e serviços locais
. Fachada ativa
AVENIDA ALMIRANTE DELAMARE
AVENIDA DAS JUNTAS PROVISÓRIAS
ESTAÇÃO TAMANDUATEÍ
AVENIDA DO ESTADO
PERCURSOS QUALIFICADOS
. Caminhos verdes
. Arborização
. Iluminação.
. Mobiliário urbano
VILA CARIOCA

área: 89 ha
VILA
PRUDENTE
VILA
ZELINA

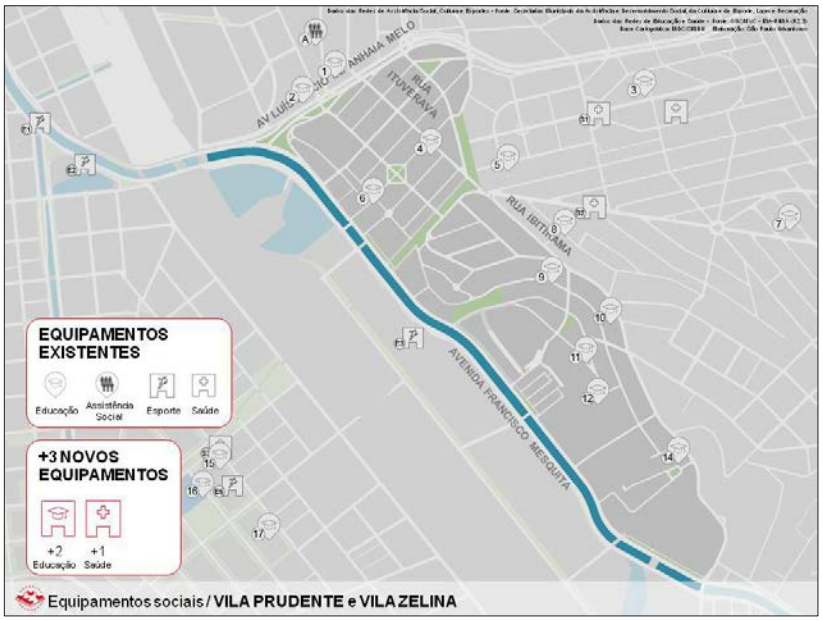
Comunidade Vila Prudente
Referências do setor / VILA PRUDENTE e VILA ZELINA

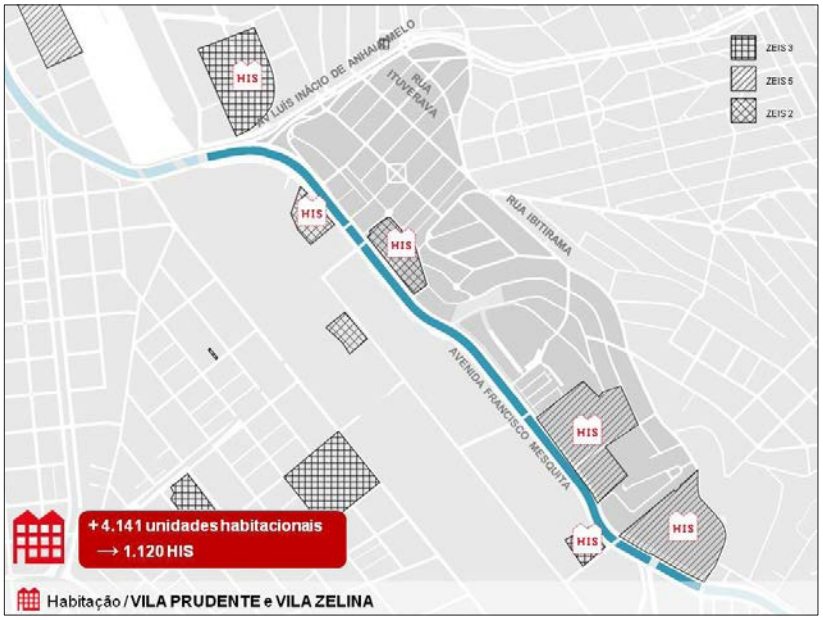
Comunidade Vila Prudente
Piscinão Guamiranga
Centro de Detenção
Provisória Vila Prudente
Referências do setor / VILA PRUDENTE e VILA ZELINA

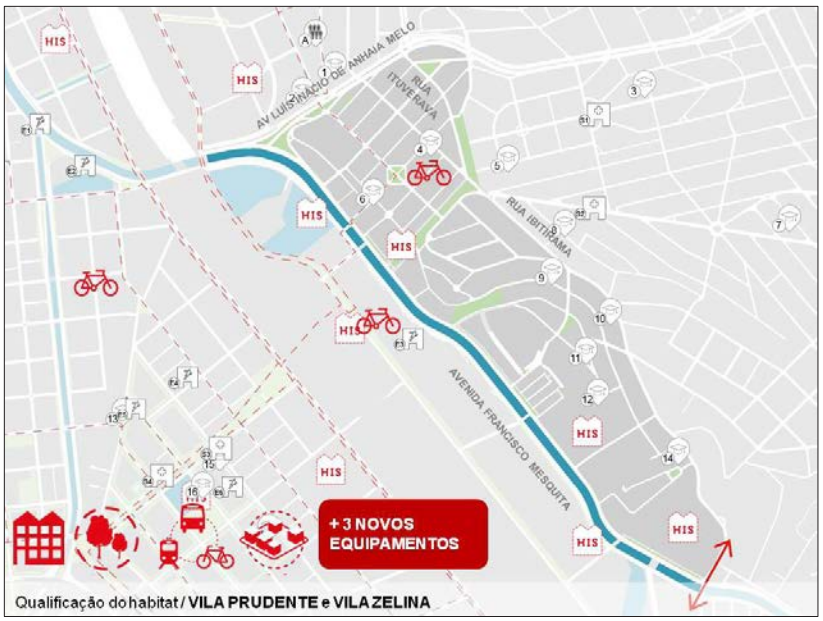
propostas bairros **VILA PRUDENTE e VILA ZELINA**

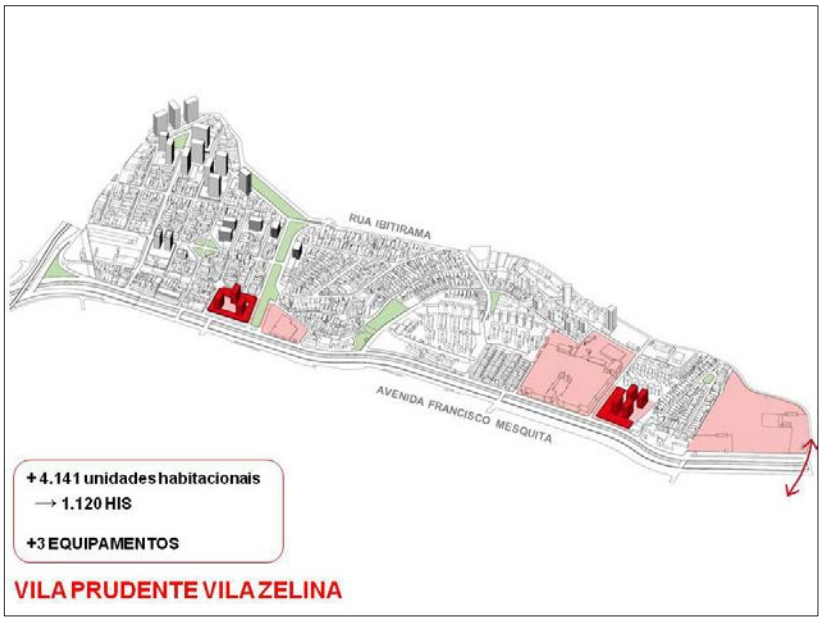

PLANO CICLOVIÁRIO
. Ciclo rotas
. Ciclo faixas
. Ciclo vias
. Paraciclos em parques
AV LUIS INÁCIO DE ANHAIA MELO
RUA ITUVERAVA
RUA IBITIRAMA
AVENIDA FRANCISCO MESQUITA
Mobilidade urbana / VILA PRUDENTE e VILA ZELINA

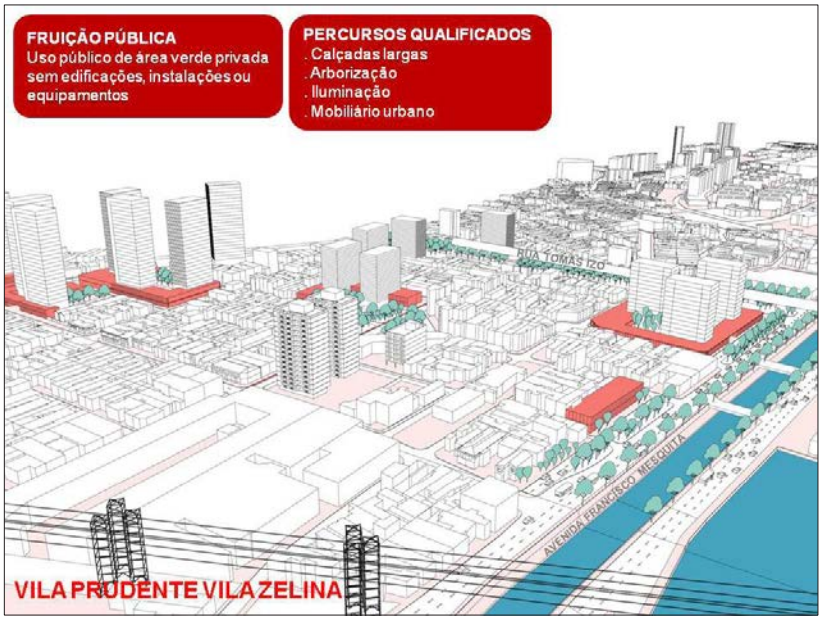
QUALIFICAÇÃO DE ÁREAS VERDES EXISTENTES
PLANO DE ARBORIZAÇÃO
FAIXAS DE AMORTECIMENTO
AV LUIS INÁCIO DE ANHAIA MELO
RUA ITUVERAVA
RUA IBITIRAMA
AVENIDA FRANCISCO MESQUITA
Meio ambiente / VILA PRUDENTE e VILA ZELINA


EQUIPAMENTOS EXISTENTES
Educação
Assistência Social
Esporte
Saúde
+3 NOVOS EQUIPAMENTOS
+2 Educação
+1 Saúde
AV LUIS INÁCIO DE ANHAIA MELO
RUA ITUVERAVA
RUA IBITIRAMA
AVENIDA FRANCISCO MESQUITA
Equipamentos sociais / VILA PRUDENTE e VILA ZELINA

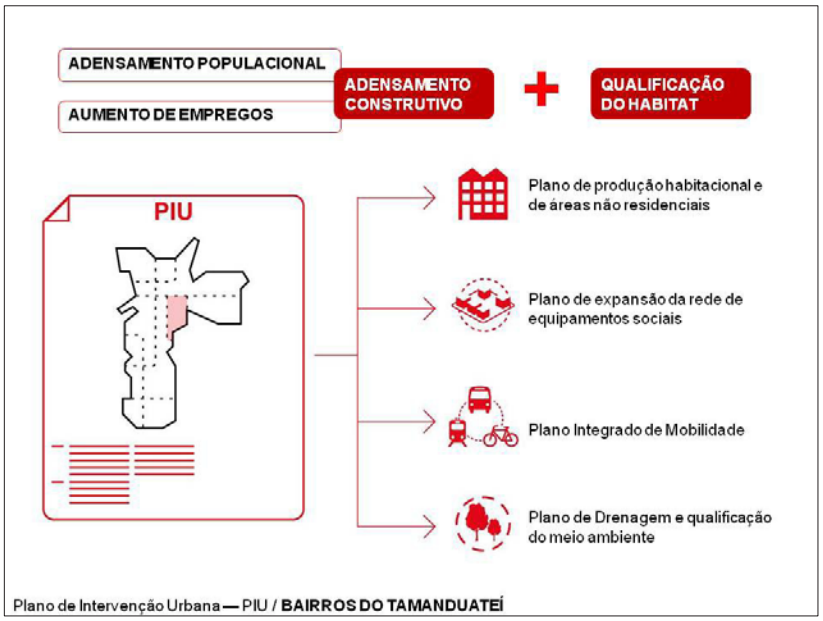

HIS
AV LUÍS INÁCIO DE ANHAIA MELO
RUA ITUVERAVA
RUA IBITIRAMA
AVENIDA FRANCISCO MESQUITA
ZEIS 3
ZEIS 5
ZEIS 2
+4.141 unidades habitacionais
→ 1.120 HIS
Habitação / VILA PRUDENTE e VILA ZELINA

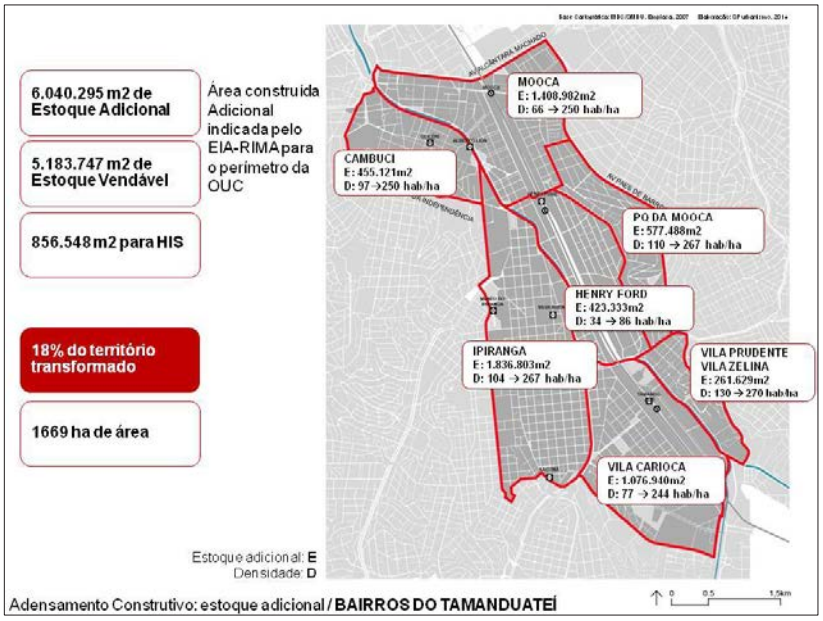

HIS
AV LUÍS INÁCIO DE ANHAIA MELO
RUA ITUVERAVA
RUA IBITIRAMA
AVENIDA FRANCISCO MESQUITA
+3 NOVOS EQUIPAMENTOS
Qualificação do habitat / VILA PRUDENTE e VILA ZELINA

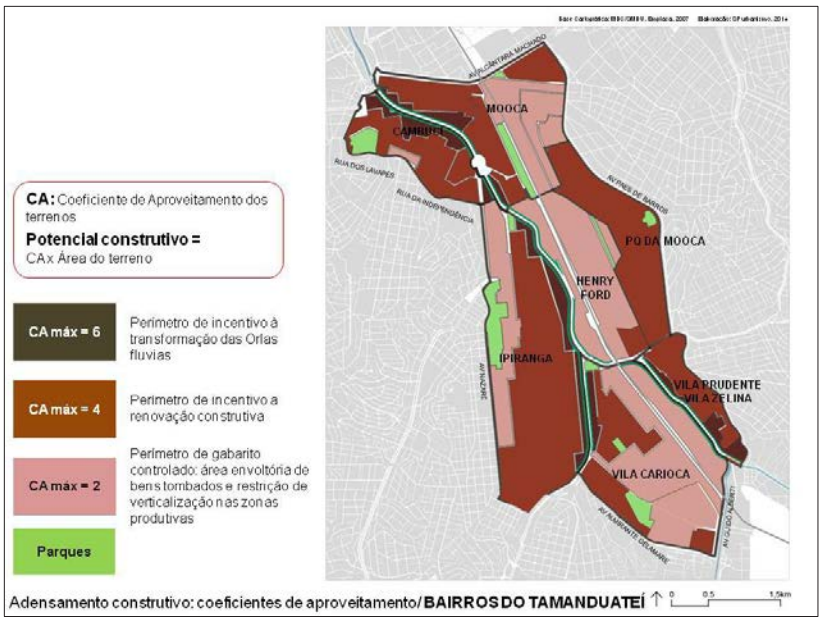

RUA IBITIRAMA
AVENIDA FRANCISCO MESQUITA
+4.141 unidades habitacionais
→ 1.120 HIS
+3 EQUIPAMENTOS
VILA PRUDENTE VILA ZELINA

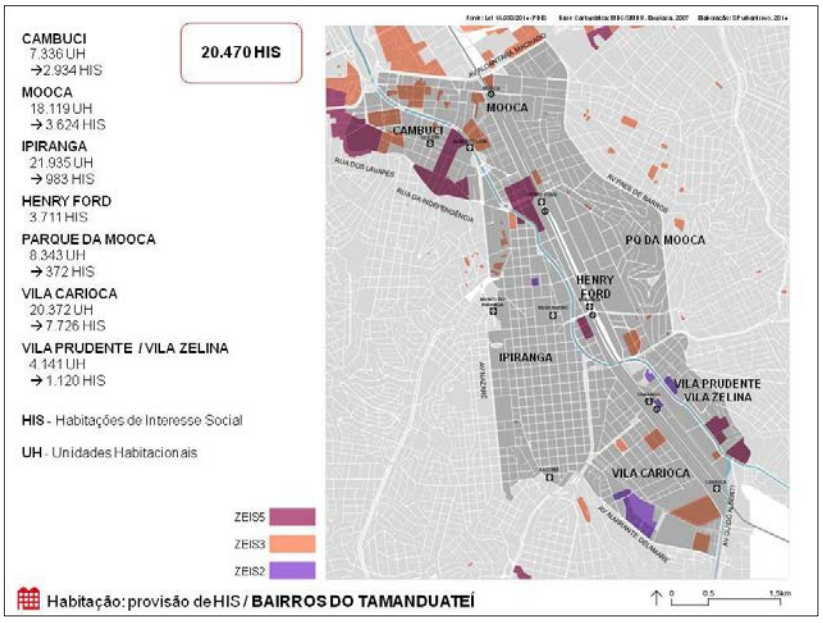


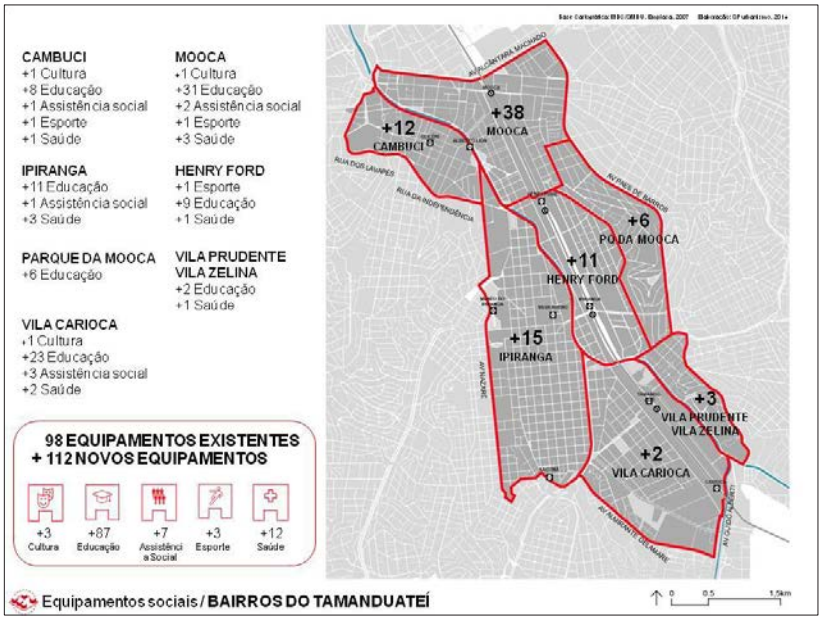

PROPOSTAS CONSOLIDADAS

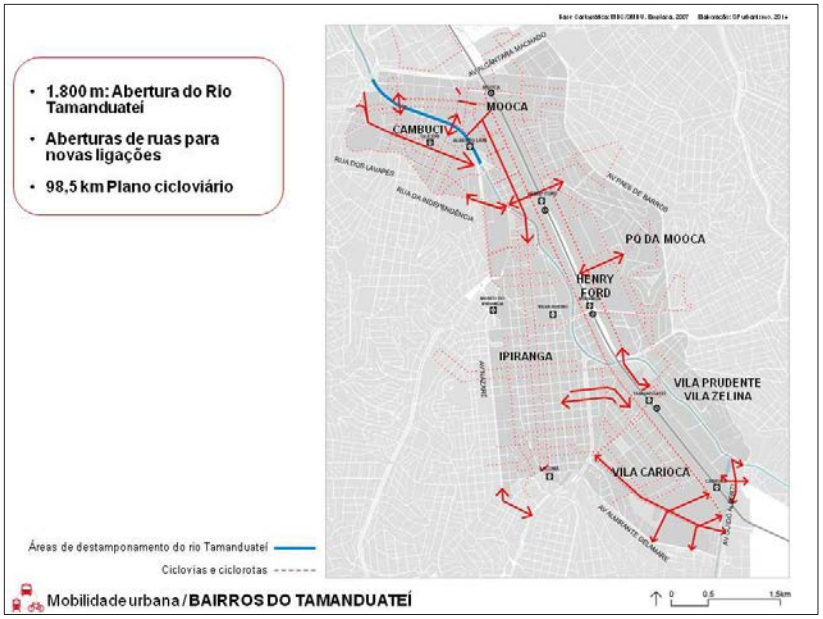


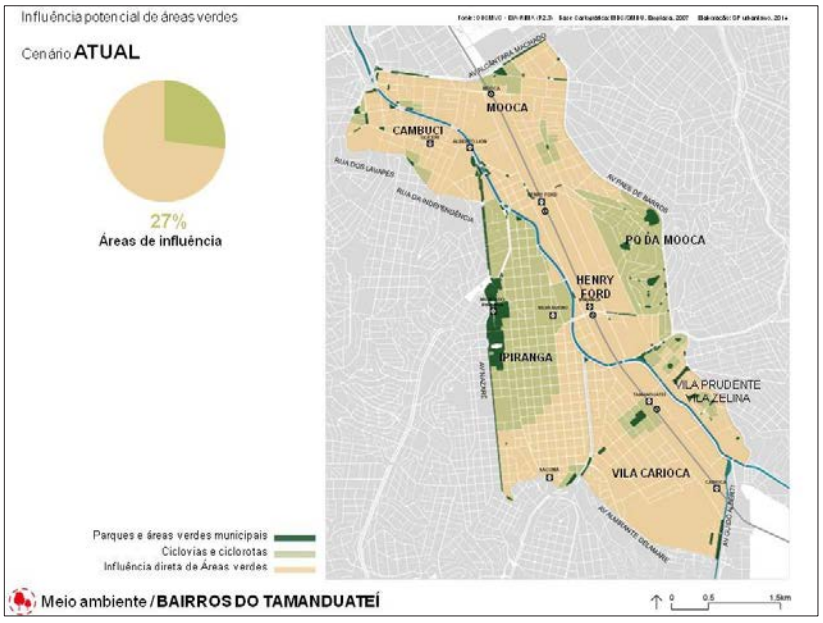

6.040.295 m2 de Estoque Adicional
5.183.747 m2 de Estoque Vendável
856.548 m2 para HIS
Área construída Adicional indicada pelo EIA-RIMA para o perímetro da OUC
18% do território transformado
1669 ha de área
MOOCA
E: 1.408.982m2
D: 66 → 250 hab/ha
CAMBUCI
E: 455.121m2
D: 97→250 hab/ha
PQ DA MOOCA
E: 577.488m2
D: 110 → 267 hab/ha
HENRY FORD
E: 423.333m2
D: 34 → 86 hab/ha
IPIRANGA
E: 1.836.803m2
D: 104 → 267 hab/ha
VILA PRUDENTE
VILA ZELINA
E: 261.629m2
D: 130 → 270 hab/ha
VILA CARIOCA
E: 1.076.940m2
D: 77 → 244 hab/ha
Estoque adicional: E
Densidade: D
Adensamento Construtivo: estoque adicional / BAIRROS DO TAMANDUATEÍ

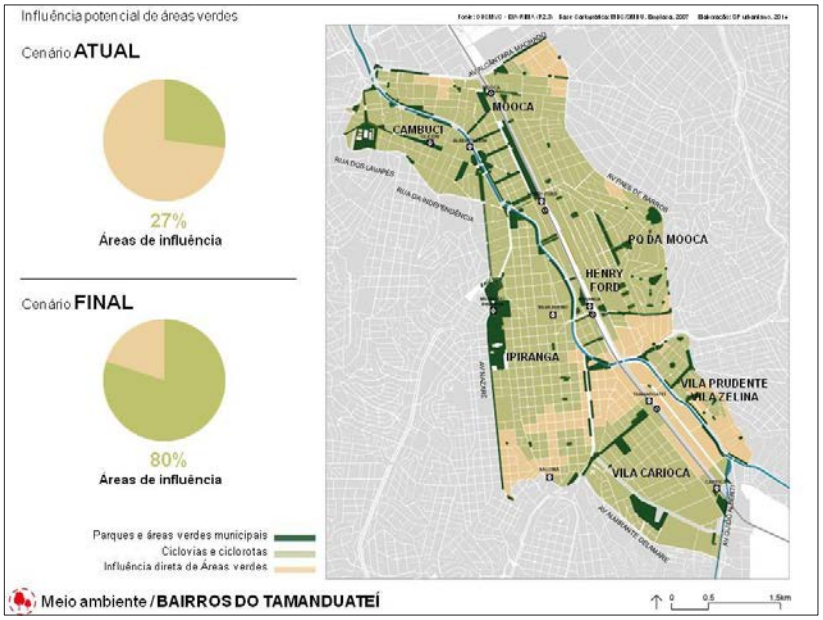

CA: Coeficiente de Aproveitamento dos terrenos
Potencial construtivo =
CA x Área do terreno
CA máx = 6
Perímetro de incentivo à transformação das Orlas fluvias
CA máx = 4
Perímetro de incentivo a renovação construtiva
CA max = 2
Perímetro de gabarito controlado: área envoltória de bens tombados e restrição de verticalização nas zonas produtivas
Parques
MOOCA
CAMBUCI
PQ DA MOOCA
HENRY FORD
IPIRANGA
VILA PRUDENTE
VILA ZELINA
VILA CARIOCA
Adensamento construtivo: coeficientes de aproveitamento / BAIRROS DO TAMANDUATEÍ


20.470 HIS
CAMBUCI
7.336 UH
→2.934 HIS
MOOCA
18.119 UH
→3.624 HIS
IPIRANGA
21.935 UH
→983 HIS
HENRY FORD
3.711 HIS
PARQUE DA MOOCA
8.343 UH
→372 HIS
VILA CARIOCA
20.372 UH
→7.726 HIS
VILA PRUDENTE / VILA ZELINA
4.141 UH
→1.120 HIS
HIS - Habitações de Interesse Social
UH - Unidades Habitacionais
ZEIS5
ZEIS3
ZEIS2
MOOCA
CAMBUCI
PQ DA MOOCA
HENRY FORD
IPIRANGA
VILA PRUDENTE
VILA ZELINA
VILA CARIOCA
Habitação: provisão de HIS / BAIRROS DO TAMANDUATEÍ

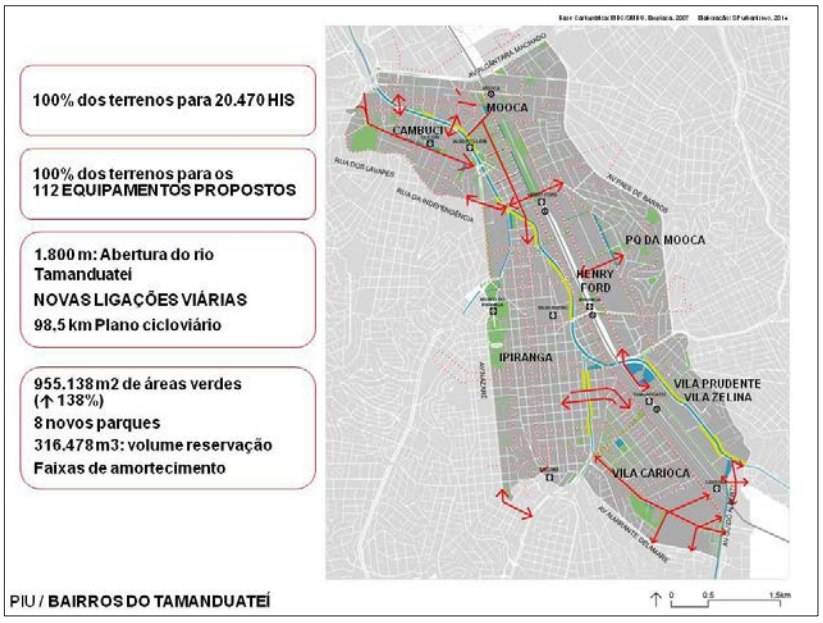

CAMBUCI
+1 Cultura
+8 Educação
+1 Assistência social
+1 Esporte
+1 Saúde
MOOCA
+1 Cultura
+31 Educação
+2 Assistência social
+1 Esporte
+3 Saúde
IPIRANGA
+11 Educação
+1 Assistência social
+3 Saúde
HENRY FORD
+1 Esporte
+9 Educação
+1 Saúde
PARQUE DA MOOCA
+6 Educação
VILA PRUDENTE
VILA ZELINA
+2 Educação
+1 Saúde
VILA CARIOCA
+1 Cultura
+23 Educação
+3 Assistência social
+2 Saúde
98 EQUIPAMENTOS EXISTENTES
+ 112 NOVOS EQUIPAMENTOS
+3 Cultura
+87 Educação
+7 Assistência Social
+3 Esporte
+12 Saúde
+12 CAMBUCI
+38 MOOCA
+6 PQ DA MOOCA
+11 HENRY FORD
+15 IPIRANGA
+3 VILA PRUDENTE VILA ZELINA
+2 VILA CARIOCA
Equipamentos sociais / BAIRROS DO TAMANDUATEÍ


• 1.800 m: Abertura do Rio Tamanduateí
• Aberturas de ruas para novas ligações
• 98,5 km Plano cicloviário
MOOCA
CAMBUCI
PQ DA MOOCA
HENRY FORD
IPIRANGA
VILA PRUDENTE VILA ZELINA
VILA CARIOCA
Áreas de destamponamento do rio Tamanduateí
Ciclovias e ciclorotas
Mobilidade urbana / BAIRROS DO TAMANDUATEÍ

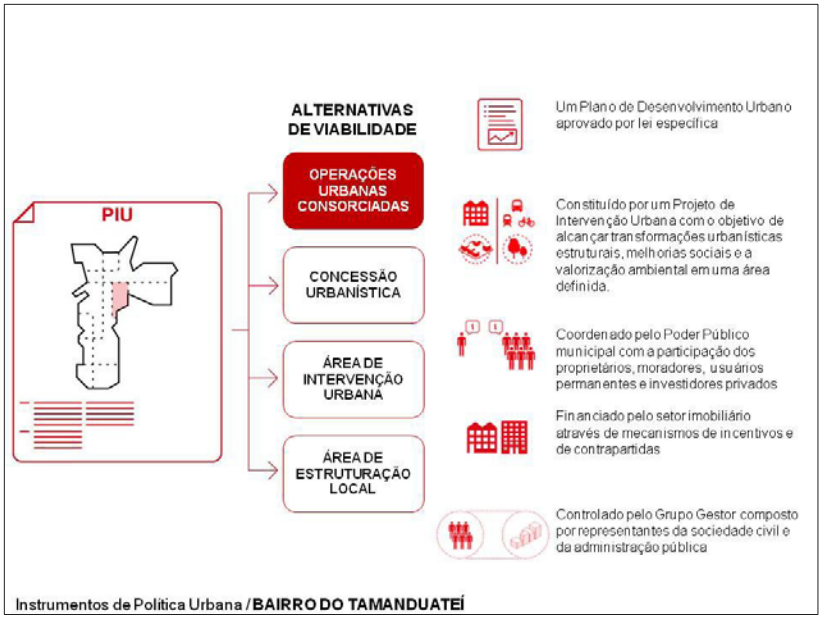

Influência potencial de áreas verdes
Cenário ATUAL
27%
Áreas de influência
MOOCA
CAMBUCI
PQ DA MOOCA
HENRY FORD
IPIRANGA
VILA PRUDENTE VILA ZELINA
VILA CARIOCA
Parques e áreas verdes municipais
Ciclovias e ciclorotas
Influência direta da Áreas verdes
Meio ambiente / BAIRROS DO TAMANDUATEÍ


Influência potencial de áreas verdes
Cenário ATUAL
27%
Áreas de influência
Cenário FINAL
80%
Áreas de influência
Parques e áreas verdes municipais
Ciclovias e ciclorotas
Influência direta de Áreas verdes
MOOCA
CAMBUCI
PQ DA MOOCA
HENRY FORD
IPIRANGA
VILA PRUDENTE
VILA ZELINA
VILA CARIOCA
Meio ambiente / BAIRROS DO TAMANDUATEÍ

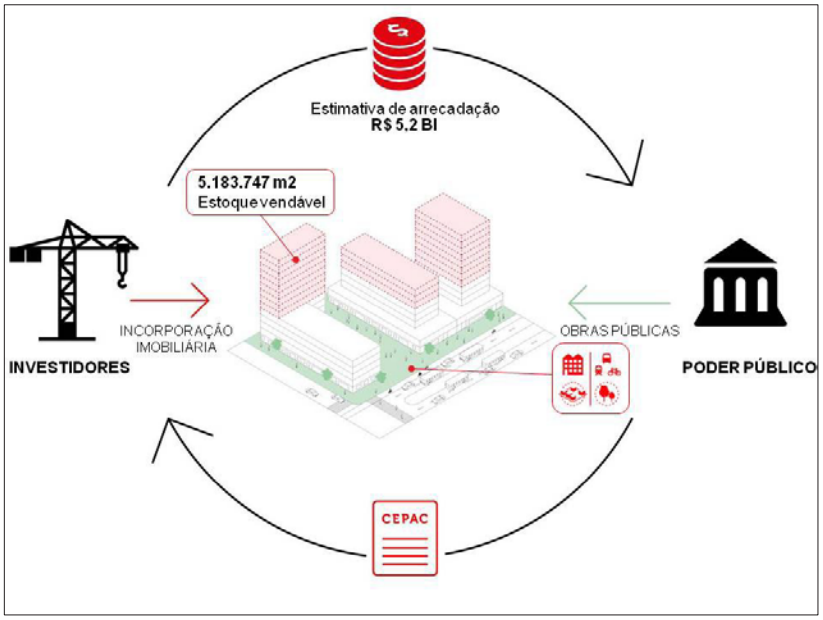
• Implantação de sistema de canais de reservação e de parques inundáveis
• 955.138 m² de áreas verdes ↑ 138%
• 8 novos parques
• 316.478 m³: volume reservação
• Faixas de amortecimento
1. Parque Lavapés / 2. Pq Porto da Pedra / 3. Pq Fozdo Guaramiranga / 4. Pq. Dianópolis / 5. Pça São Paulo / 6. Pça rua Aida / 7. Pq Heliópolis / 8. Pq Linear Córrego dos Meninos
Faixas de amortecimento
Áreas verdes
Cursos d'água, canais e reservatórios
MOOCA
CAMBUCI
PQ DA MOOCA
HENRY FORD
IPIRANGA
VILA PRUDENTE
VILA ZELINA
VILA CARIOCA
Meio ambiente / BAIRROS DO TAMANDUATEÍ

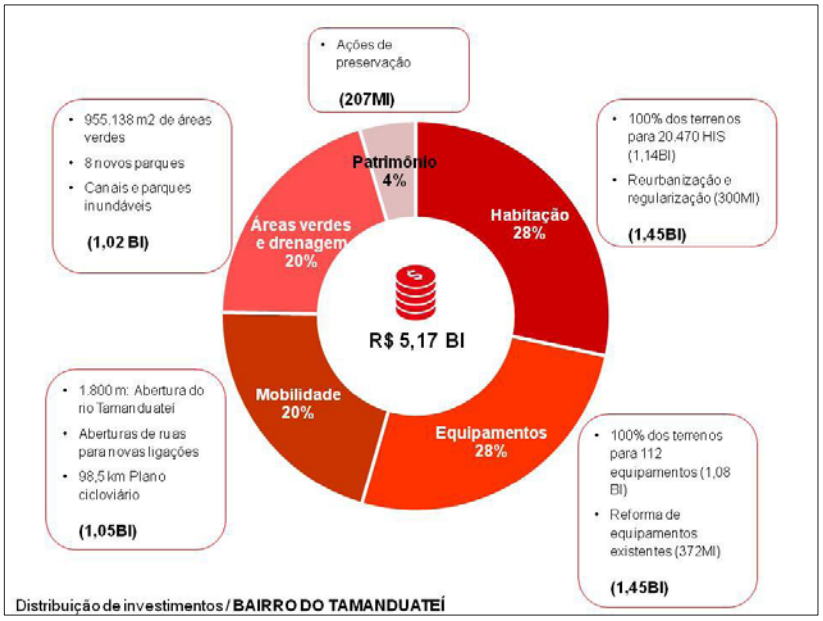

100% dos terrenos para 20.470 HIS
100% dos terrenos para os 112 EQUIPAMENTOS PROPOSTOS
1.800 m: Abertura do rio Tamanduateí
NOVAS LIGAÇÕES VIÁRIAS
98,5 km Plano cicloviário
955.138 m2 de áreas verdes (↑ 138%)
8 novos parques
316.478 m3: volume reservação
Faixas de amortecimento
MOOCA
CAMBUCI
PQ DA MOOCA
HENRY FORD
IPIRANGA
VILA PRUDENTE
VILA ZELINA
VILA CARIOCA
PIU / BAIRROS DO TAMANDUATEÍ

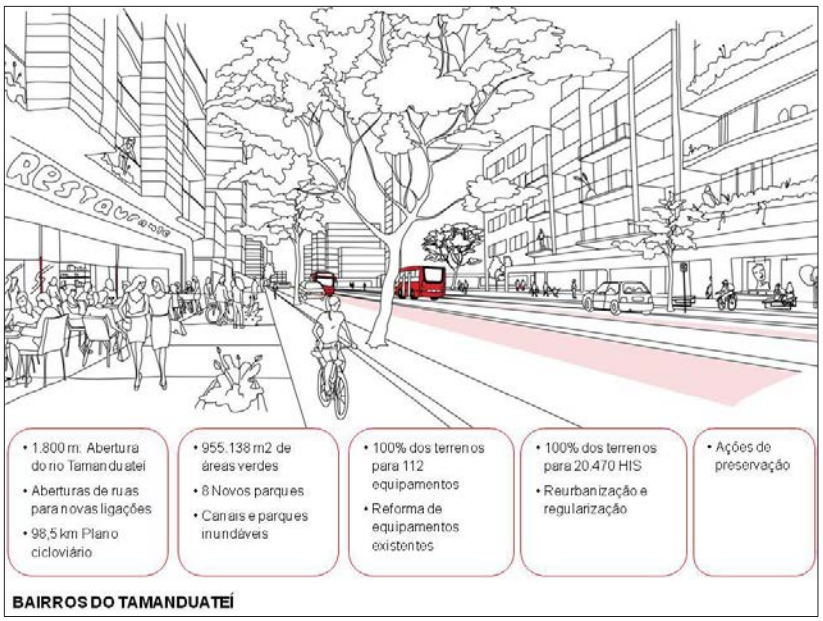
# VIABILIDADE INSTITUCIONAL E ECONÔMICA




Instrumentos de Política Urbana / **BAIRRO DO TAMANDUATEÍ**





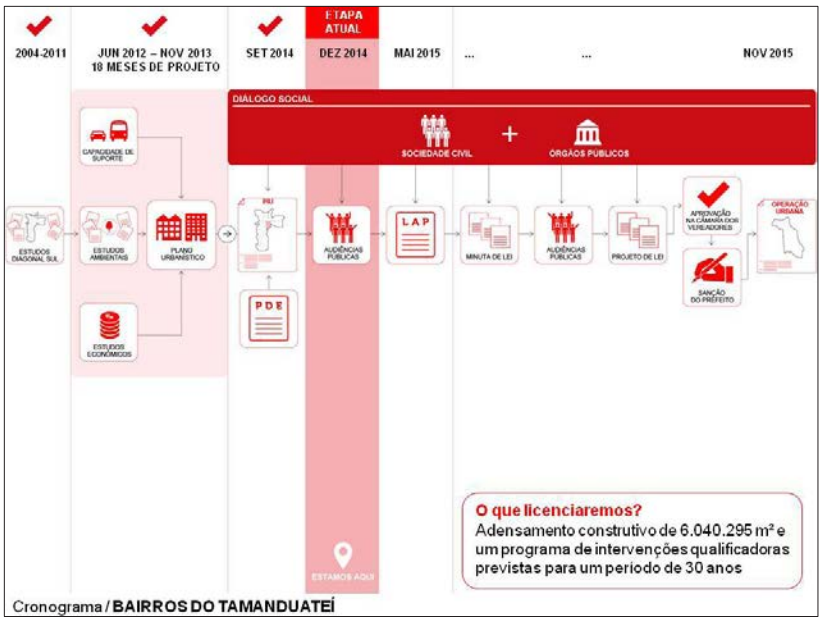

## IMPACTOS EIA-RIMA

EIA-RIMA / Principais impactos / **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ**

EIA-RIMA / Principais impactos / **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ**

EIA-RIMA / Programas Ambientais / **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ**

EIA-RIMA / benefícios do projeto / **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ**



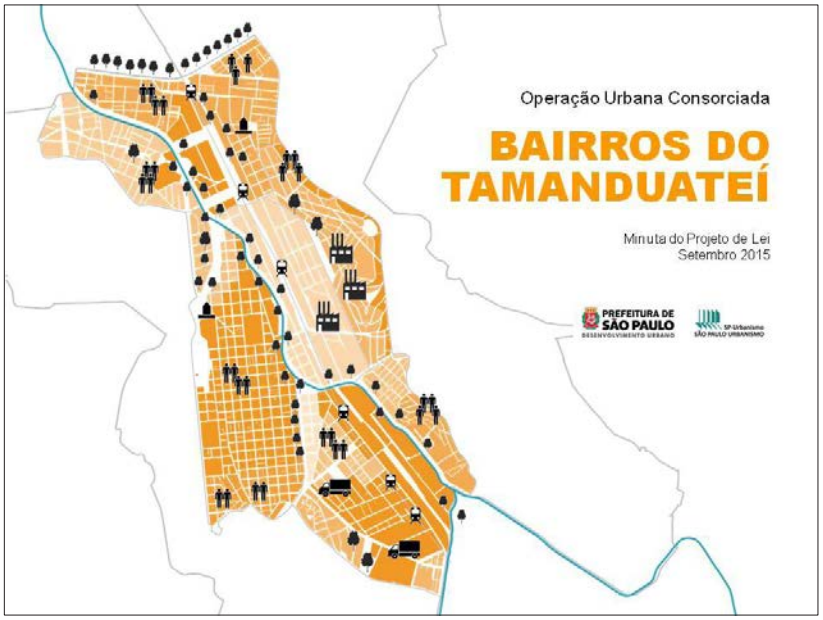
Cronograma / **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ**

Operação Urbana Consorciada
**BAIRROS DO TAMANDUATEÍ**

**Sobre o projeto:**
http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/operacao-urbana-consorciada/

**EIA-RIMA – texto integral:**
http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/eia__rimaeva/index.php?p=167542

Dezembro 2014

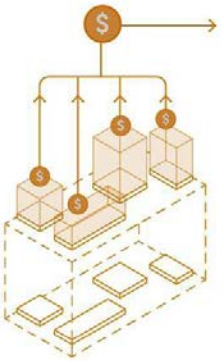



## OQUE É OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA?

é um instrumento definido no Estatuto da Cidade e previsto na Lei n. 16.050/14 – Plano Diretor Estratégico (PDE).

**OBJETIVO**: GERAR TRANSFORMAÇÕES URBANÍSTICAS ESTRUTURAIS, MELHORIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL POR INTERMÉDIO DE PROJETO DE INTERVENÇÃO URBANA (PIU).

PIU: define um conjunto de transformações, esperadas para determinado território da cidade, com relação a melhoria no transporte e mobilidade e também aos equipamentos urbanos já existentes ou a serem implantados (parques, equipamentos de saúde, educação, cultura, habitação de interesse social, etc).



O Plano Urbanístico Específico define:

- Melhoramentos públicos
- Obras de drenagem
- Limpeza e revitalização dos rios Tamanduateí, Moinho Velho e Ipiranga
- Subsídio à ampliação e melhorias nos sistemas de transporte coletivo
- Requalificação Urbanística e implantação de parques

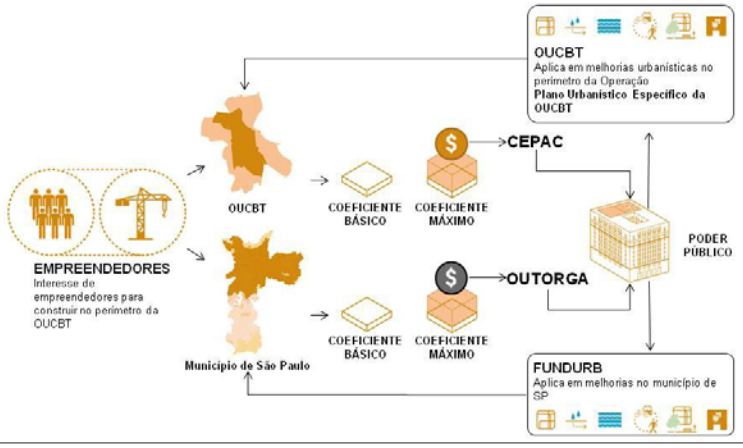
Estabelece a parcela mínima obrigatória dos recursos captados em:

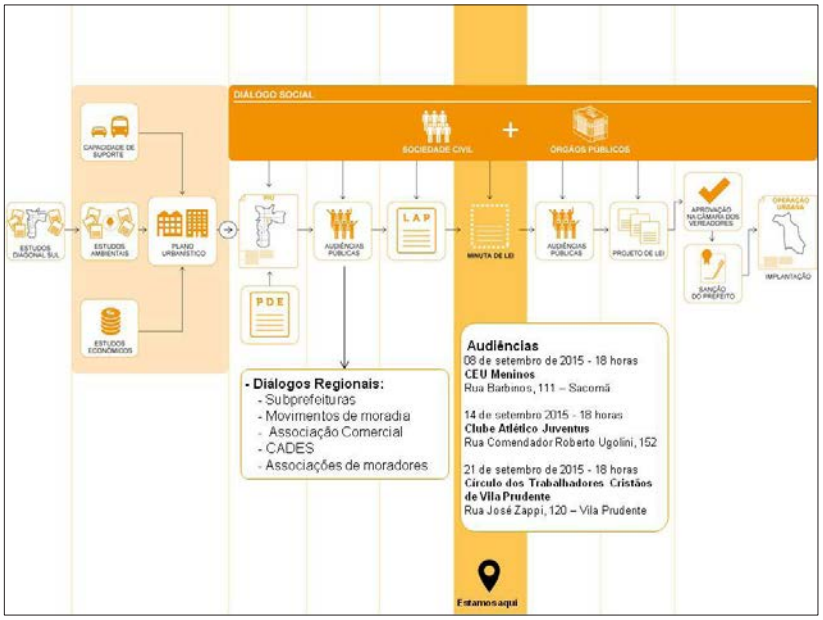
- HIS 25% em Habitação de Interesse Social
- 15% em Equipamentos Sociais
- 4% em Patrimônio Cultural

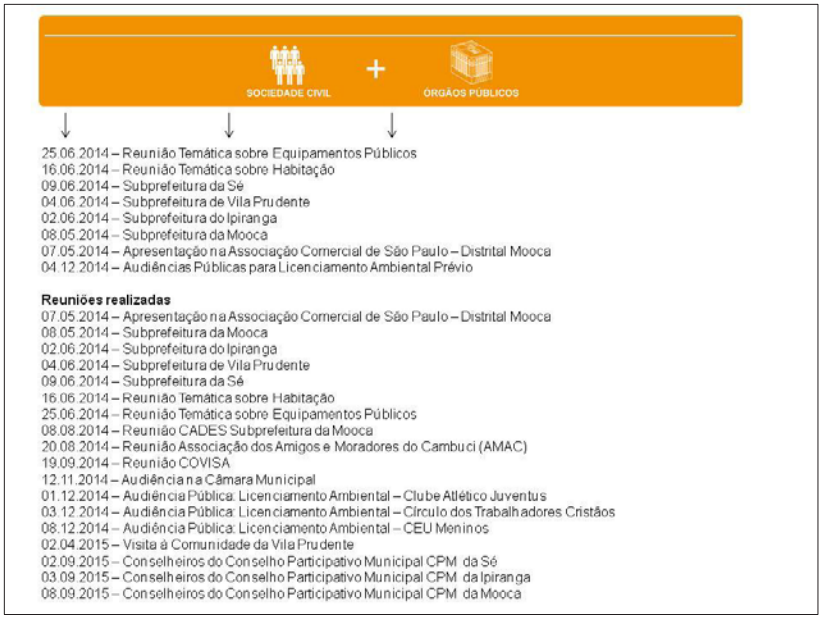
## COMO É VIABILIZADA?

ATRAVÉS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS: são arrecadados especialmente com a venda dos Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPAC, que viabilizam a utilização de potencial adicional de construção no território da própria operação urbana. Esta captação depende do interesse do setor imobiliário em adquirir o CEPAC através do leilão na Bolsa de Valores.

Somente com recursos disponíveis as obras podem ser viabilizadas, por isso chamamos de Operação Urbana CONSORCIADA, pois ela só ocorre num consórcio entre poder público e iniciativa privada




DIÁLOGO SOCIAL
SOCIEDADE CIVIL
+
ÓRGÃOS PÚBLICOS
CAPACIDADE DE SUPORTE
ESTUDOS DIAGONAL SUL
ESTUDOS AMBIENTAIS
PLANO URBANÍSTICO
ESTUDOS ECONÔMICOS
PDE
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
LAP
MINUTA DE LEI
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
PROJETO DE LEI
APROVAÇÃO NA CÂMARA DOS VEREADORES
SANÇÃO DO PREFEITO
OPERAÇÃO URBANA
IMPLANTAÇÃO
- Diálogos Regionais:
- Subprefeituras
- Movimentos de moradia
- Associação Comercial
- CADES
- Associações de moradores
Audiências
08 de setembro de 2015 - 18 horas
CEU Meninos
Rua Barbinos, 111 – Sacomã
14 de setembro 2015 - 18 horas
Clube Atlético Juventus
Rua Comendador Roberto Ugolini, 152
21 de setembro de 2015 - 18 horas
Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente
Rua José Zappi, 120 – Vila Prudente
Estamos aqui


SOCIEDADE CIVIL
+
ÓRGÃOS PÚBLICOS
25.06.2014 – Reunião Temática sobre Equipamentos Públicos
16.06.2014 – Reunião Temática sobre Habitação
09.06.2014 – Subprefeitura da Sé
04.06.2014 – Subprefeitura de Vila Prudente
02.06.2014 – Subprefeitura do Ipiranga
08.05.2014 – Subprefeitura da Mooca
07.05.2014 – Apresentação na Associação Comercial de São Paulo – Distrital Mooca
04.12.2014 – Audiências Públicas para Licenciamento Ambiental Prévio
Reuniões realizadas
07.05.2014 – Apresentação na Associação Comercial de São Paulo – Distrital Mooca
08.05.2014 – Subprefeitura da Mooca
02.06.2014 – Subprefeitura do Ipiranga
04.06.2014 – Subprefeitura de Vila Prudente
09.06.2014 – Subprefeitura da Sé
16.06.2014 – Reunião Temática sobre Habitação
25.06.2014 – Reunião Temática sobre Equipamentos Públicos
08.08.2014 – Reunião CADES Subprefeitura da Mooca
20.08.2014 – Reunião Associação dos Amigos e Moradores do Cambuci (AMAC)
19.09.2014 – Reunião COVISA
12.11.2014 – Audiência na Câmara Municipal
01.12.2014 – Audiência Pública: Licenciamento Ambiental – Clube Atlético Juventus
03.12.2014 – Audiência Pública: Licenciamento Ambiental – Círculo dos Trabalhadores Cristãos
08.12.2014 – Audiência Pública: Licenciamento Ambiental – CEU Meninos
02.04.2015 – Visita à Comunidade da Vila Prudente
02.09.2015 – Conselheiros do Conselho Participativo Municipal CPM da Sé
03.09.2015 – Conselheiros do Conselho Participativo Municipal CPM da Ipiranga
08.09.2015 – Conselheiros do Conselho Participativo Municipal CPM da Mooca

A CIDADE QUE QUEREMOS

1. ESTRATÉGIAS
2. PUE
3. MINUTA
4. GESTÃO

## OBJETIVOS

1. SOCIALIZAR OS GANHOS DE PRODUÇÃO NA REGIÃO
2. ASSEGURAR O DIREITO A MORADIA DIGNA PARA QUEM PRECISA
3. MELHORAR A MOBILIDADE URBANA
4. QUALIFICAR A VIDA URBANA DOS BAIRROS
5. ORIENTAR O CRESCIMENTO DA CIDADE NAS PROXIMIDADES DO TRANSPORTE PÚBLICO
6. REORGANIZAR AS DINÂMICAS METROPOLITANAS PROMOVENDO O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA CIDADE
7. INCORPORAR A AGENDA AMBIENTAL AO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE
8. FORTALECER A PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS DECISÕES DOS RUMOS DA CIDADE
9. PRESERVAR O PATRIMÔNIO E VALORIZAR AS INICIATIVAS CULTURAIS

## 1. SOCIALIZAR OS GANHOS DE PRODUÇÃO NA REGIÃO

Incrementar o potencial construtivo e distribuição dos estoques disponíveis

Aplicar os recursos no perímetro de adesão da operação e de seu perímetro expandido

Utilizar Padrões Urbanísticos Específicos para empreendimentos em terrenos maiores de 10.000m²

Aplicar o incentivo ao parcelamento de terrenos maiores de 10.000m²

## 2. ASSEGURAR O DIREITO À MORADIA DIGNA PARA QUEM PRECISA

Destinar 25% dos recursos para atendimento HIS

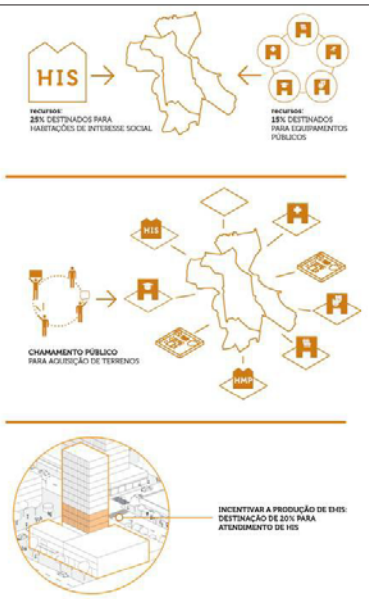
Destinar 15% dos recursos para equipamentos públicos

Publicar chamamento público para aquisição de terrenos para HIS e equipamentos públicos

Incentivar a produção de eHIS fora das ZEIS

Reduzir o deficit habitacional com o atendimento de até 20.000 famílias

Promover a regularização fundiária das áreas de assentamentos precários da Vila Prudente, Vila Carioca e Cambuci



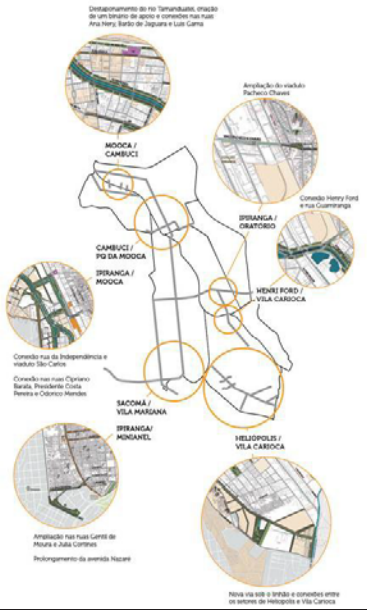

## 3. MELHORAR A MOBILIDADE URBANA

Executar o plano viário para a conexão entre bairros:

. conexão Mooca / Cambuci
. Ipiranga / Mooca
. Parque da Mooca / Cambuci
. Oratório / Ipiranga
. Sacomã / Vila Mariana
. Vila Carioca / Heliópolis
. Henry Ford / Vila Carioca
. Ipiranga / Minianel

Implantar novas passarelas para pedestres e ciclistas junto às estações do trem e da avenida das juntas provisórias

Implantar plano cicloviário (ciclovias, ciclofaixas, bicicletários e sinalização)




## 4. QUALIFICAR A VIDA URBANA DOS BAIRROS

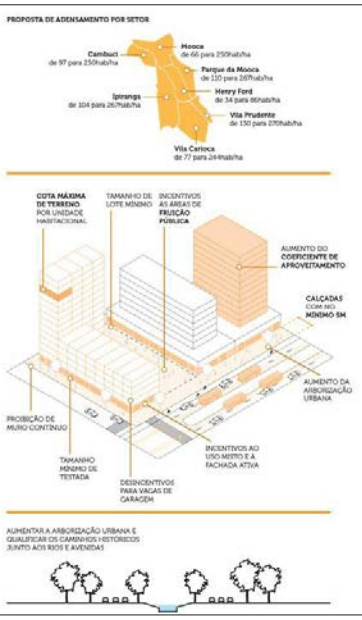
Incentivar as fachadas ativas com usos de comércios e serviços nos térreos das edificações

Incentivar as áreas de fruição pública

Ampliar a largura das calçadas para 5m, no mínimo

Qualificar os caminhos históricos e avenidas junto aos rios

Aumentar a arborização urbana



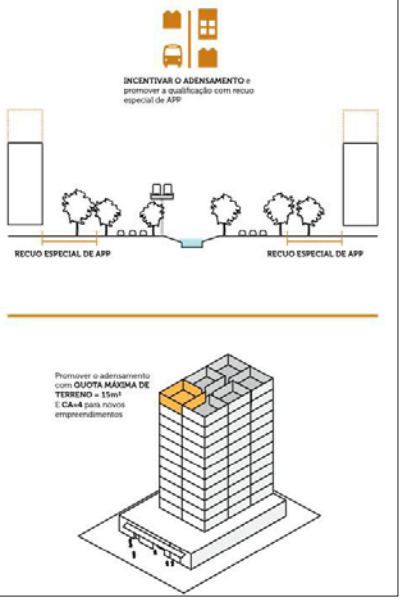
## 5. ORIENTAR O CRESCIMENTO DA CIDADE NAS PROXIMIDADES DO TRANSPORTE PÚBLICO

Incentivar o adensamento junto às avenidas alcântara machado, do estado e das juntas provisórias para promover a qualificação dessas vias através do recuo especial de APP (Área de Preservação Permanente)

Promover o adensamento habitacional próximo às estações de metrô e trem

Otimizar o uso da terra nas áreas próximas às estações com a determinação de quota máxima de terreno por Unidade Habitacional de 15m² e CA=4 para os novos empreendimentos

Desestimular vagas de garagem: 1 vaga por unidade habitacional e 1 vaga para 75m² de usos não residenciais



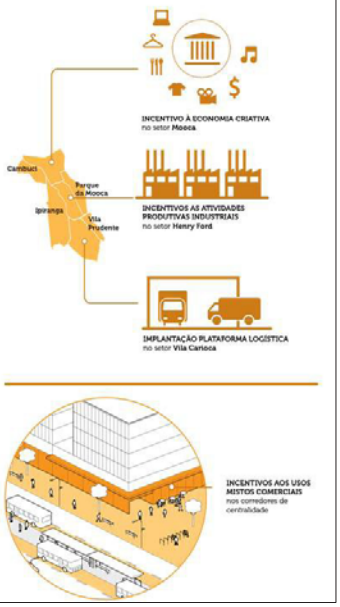

## 6. REORGANIZAR AS DINÂMICAS METROPOLITANAS PROMOVENDO O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA CIDADE

Manter as atividades produtivas industriais com incremento de 8000 empregos e padrões urbanísticos específicos: gabarito controlado de 28m e isenção de parcelamento obrigatório no setor Henry Ford

Implantar plataforma logística para organizar a distribuição de cargas e incrementar 2200 novos empregos no setor Vila Carioca

Adquirir edifícios tombados, com restauro e reconversão, para uso voltado à economia criativa, no setor mooca

Incentivar os usos mistos comerciais aproximando emprego e moradia nos corredores de centralidade



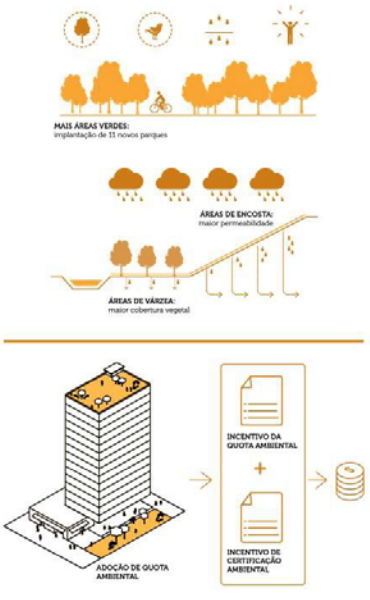

## 7. INCORPORAR A AGENDA AMBIENTAL AO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE

Ampliar as áreas verdes com implantação de 11 novos parques, em especial o parque foz do ipiranga, às margens do rio

Incentivar a permeabilidade nas áreas de encosta e a cobertura vegetal nas áreas de várzea

Atenuar a ilha de calor com a adoção da quota ambiental incentivada

Aplicar o incentivo de certificação nos novos empreendimentos

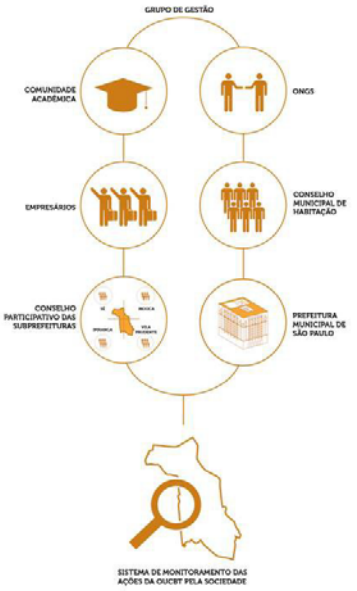


## 8. FORTALECER A PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS DECISÕES DOS RUMOS DA CIDADE

Implantar o grupo de gestão paritário formado por membros do governo e da sociedade:

. entidades acadêmicas
. empresários
. ONGs
. conselho municipal de habitação
. conselho participativo municipal das subprefeituras

Implantar sistema de monitoramento, com a participação da sociedade, para acompanhamento, aprimoramento e controle social da implementação da OUCBT




## 9. PRESERVAR O PATRIMÔNIO E VALORIZAR AS INICIATIVAS CULTURAIS

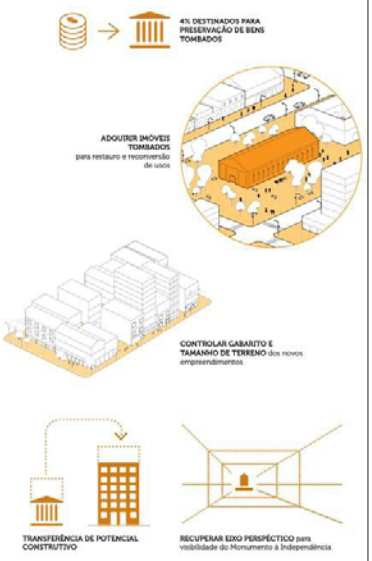
Destinar 4% dos recursos para preservação de bens tombados

Adquirir imóveis tombados para restauro e reconversão de usos, em especial para atividades ligadas à economia criativa

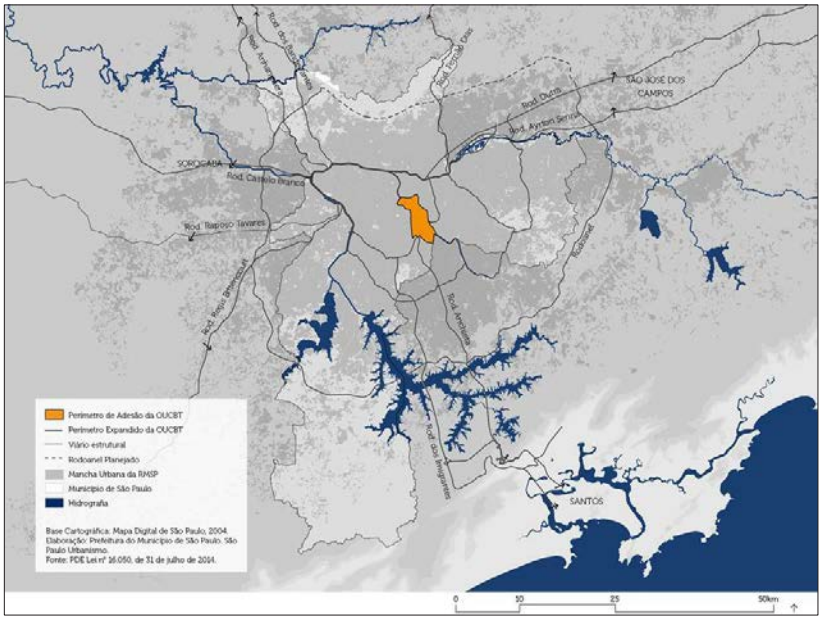
Incentivar a preservação de bens culturais através da transferência de potencial construtivo

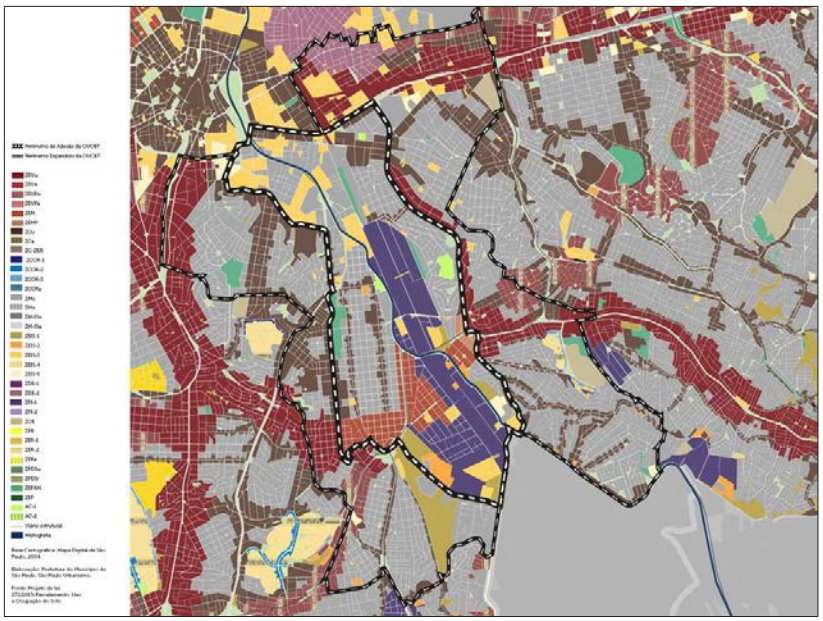
Controlar o gabarito e o tamanho dos terrenos dos novos empreendimentos no subsetor Hipódromo

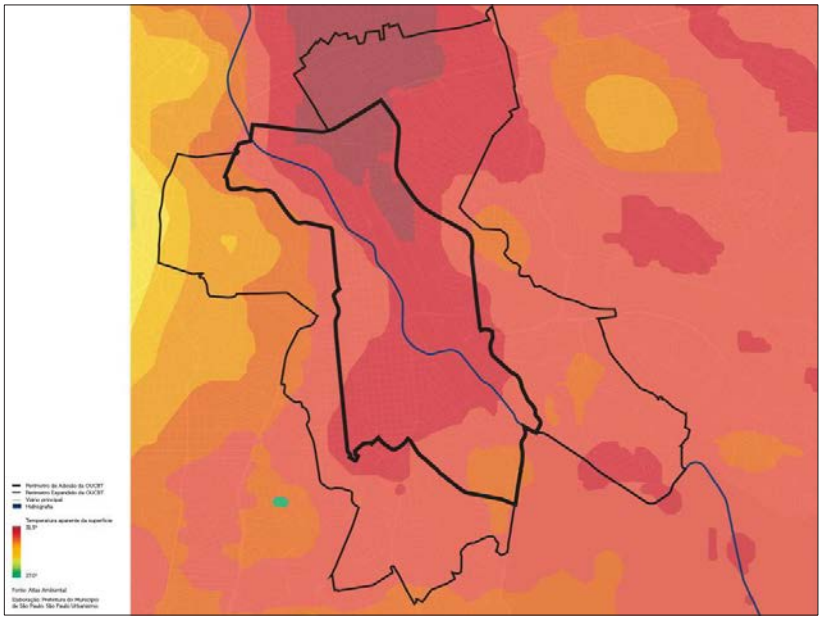
Recuperar o eixo perspéctico da av. D. Pedro I e as simetrias da praça do Monumento para visibilidade e destaque do Monumento à Independência

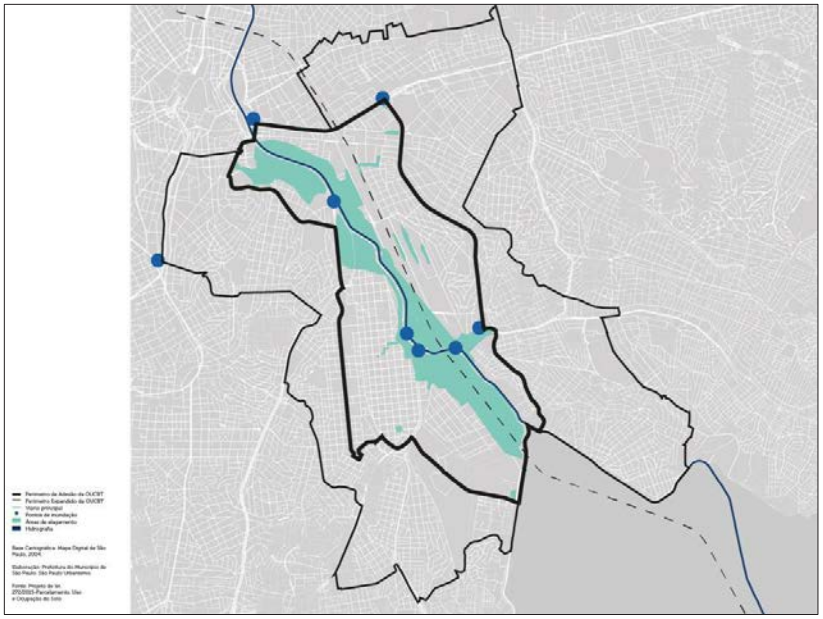


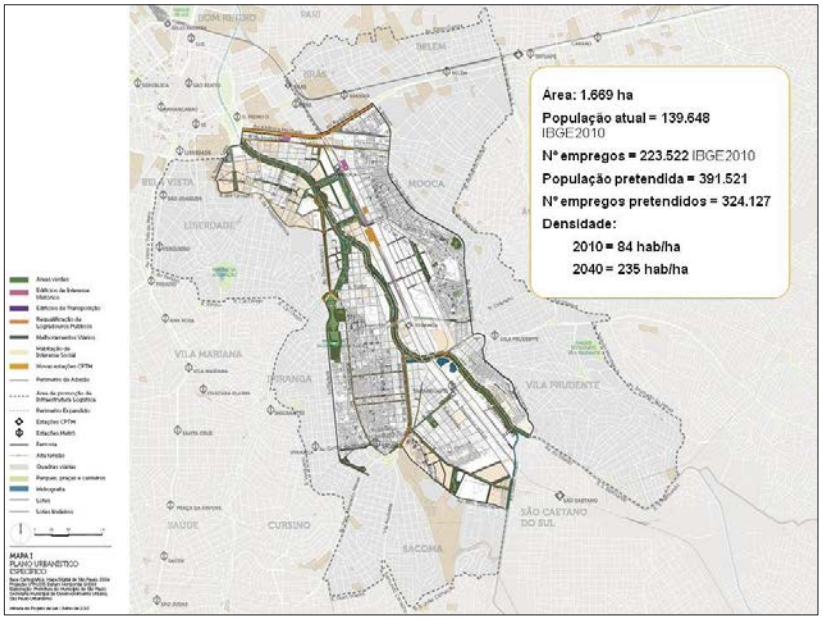

1. ESTRATÉGIAS
2. **PUE**
3. MINUTA
4. GESTÃO

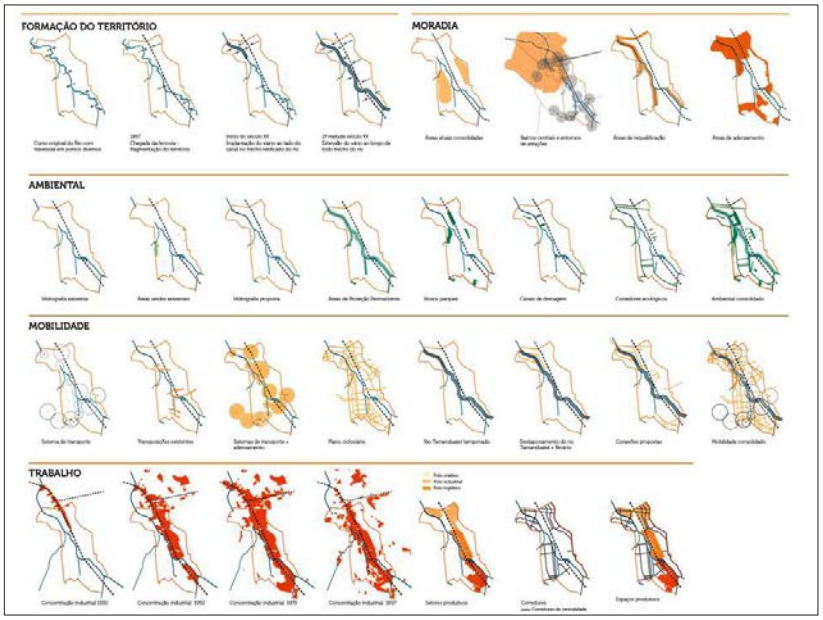

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SOROCABA
SANTOS
Perímetro de Adesão da OUCBT
Perímetro Expandido da OUCBT
Viário estrutural
Rodoanel Planejado
Mancha Urbana da RMSP
Município de São Paulo
Hidrografia

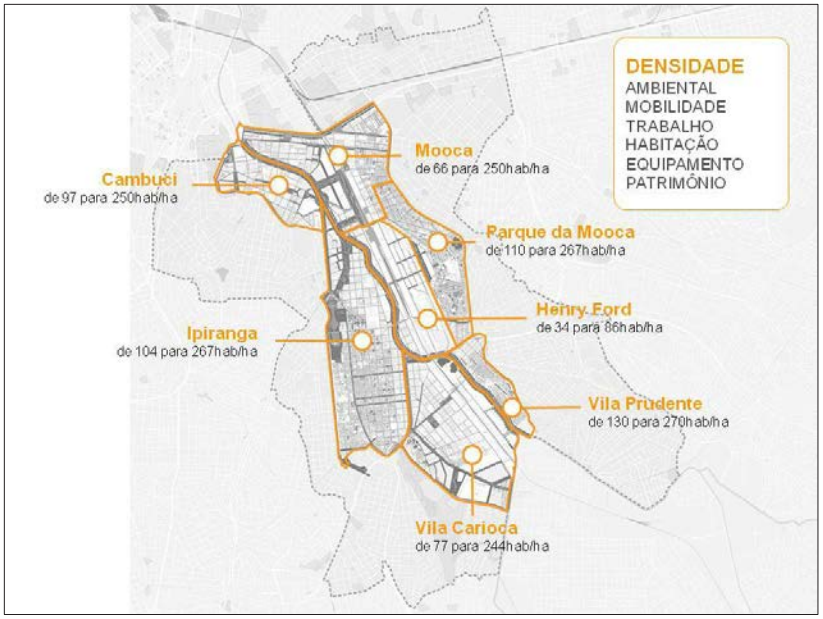


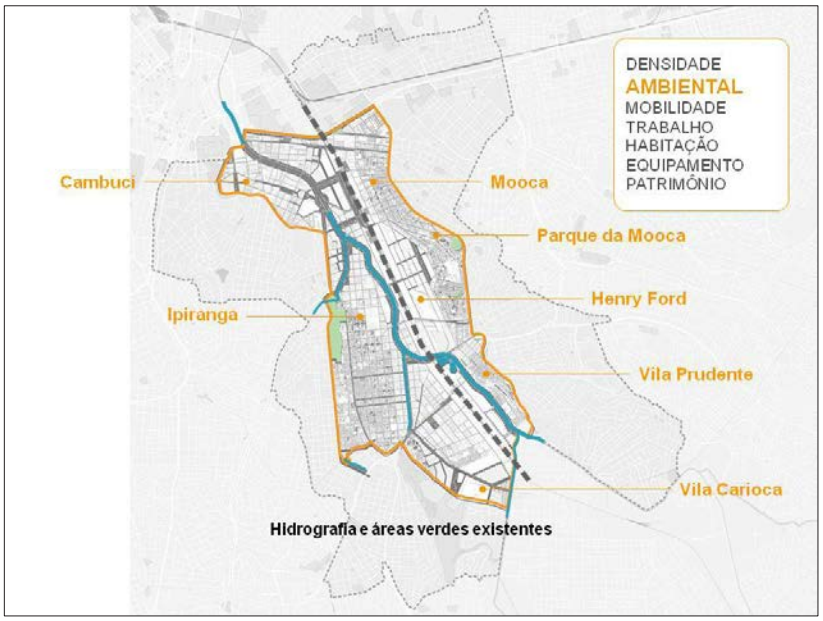


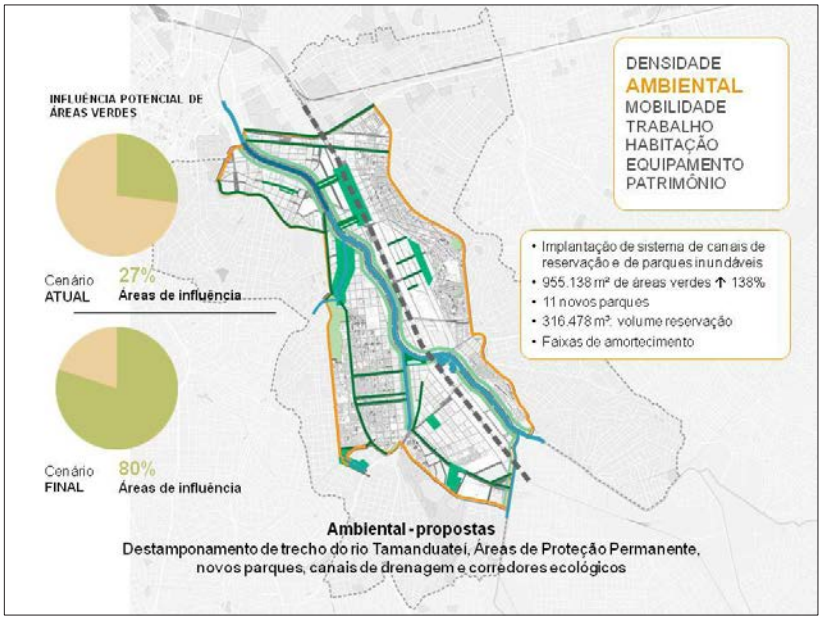


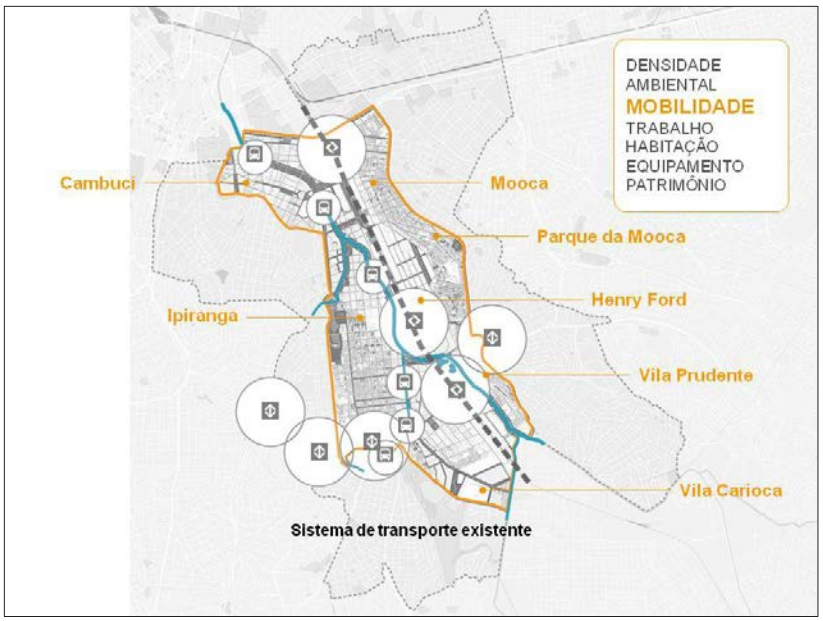

Área: 1.669 ha
População atual = 139.648
IBGE2010
Nº empregos = 223.522 IBGE2010
População pretendida = 391.521
Nº empregos pretendidos = 324.127
Densidade:
2010 = 84 hab/ha
2040 = 235 hab/ha

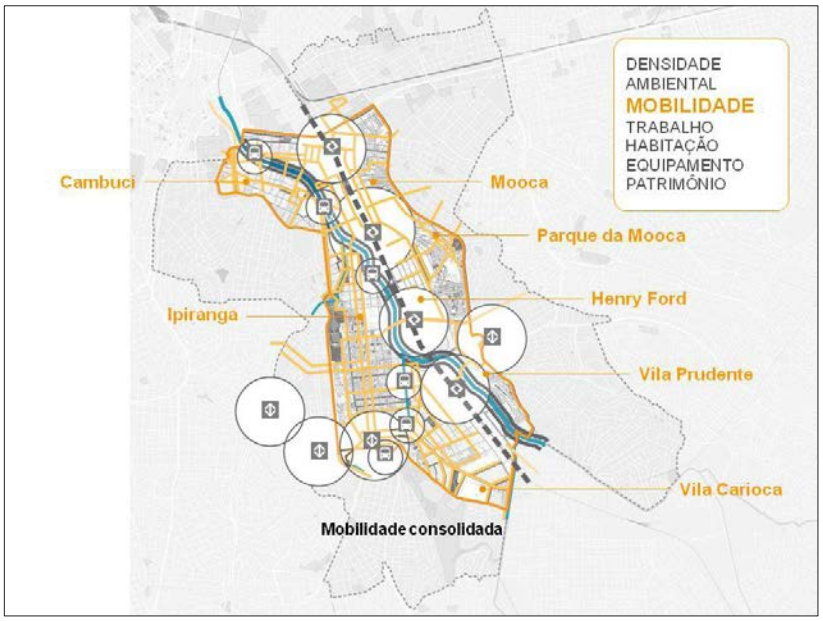

FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO
MORADIA
AMBIENTAL
MOBILIDADE
TRABALHO

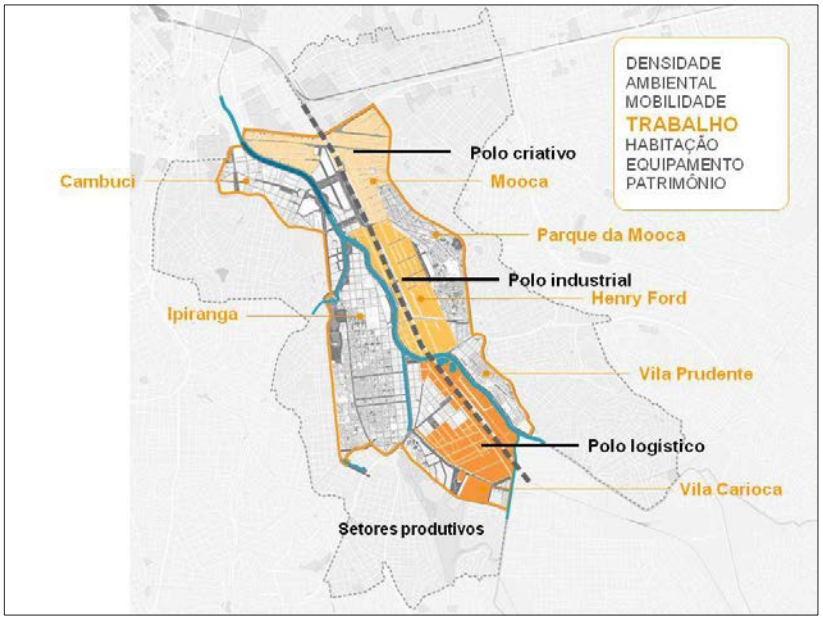

DENSIDADE
AMBIENTAL
MOBILIDADE
TRABALHO
HABITAÇÃO
EQUIPAMENTO
PATRIMÔNIO
Cambuci
de 97 para 250hab/ha
Mooca
de 66 para 250hab/ha
Parque da Mooca
de 110 para 267hab/ha
Henry Ford
de 34 para 86hab/ha
Ipiranga
de 104 para 267hab/ha
Vila Prudente
de 130 para 270hab/ha
Vila Carioca
de 77 para 244hab/ha

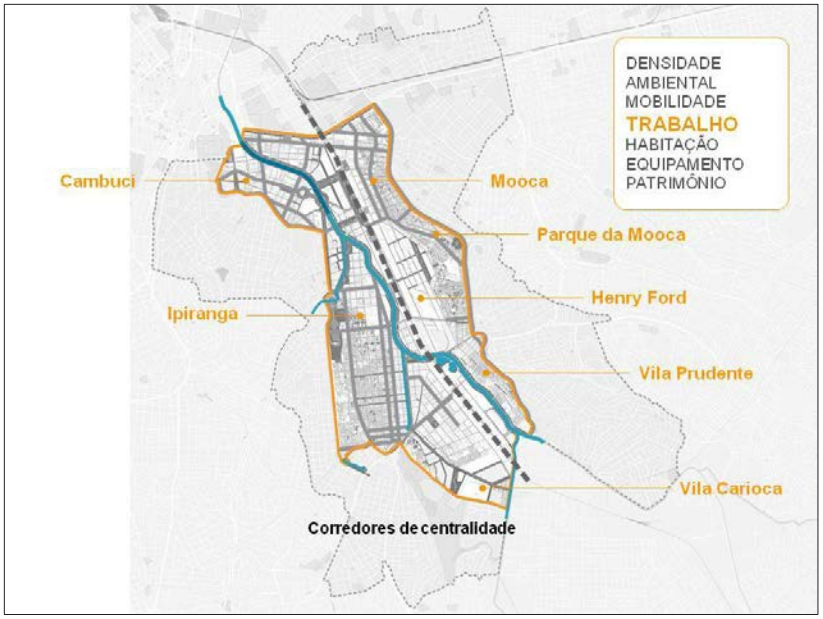

DENSIDADE
AMBIENTAL
MOBILIDADE
TRABALHO
HABITAÇÃO
EQUIPAMENTO
PATRIMÔNIO
Cambuci
Mooca
Parque da Mooca
Henry Ford
Ipiranga
Vila Prudente
Vila Carioca
Hidrografia e áreas verdes existentes

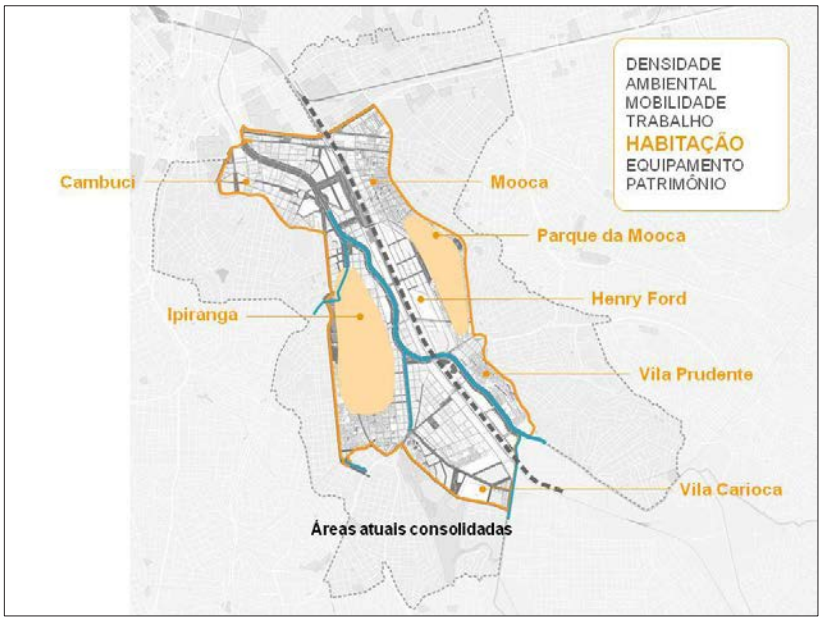

DENSIDADE
AMBIENTAL
MOBILIDADE
TRABALHO
HABITAÇÃO
EQUIPAMENTO
PATRIMÔNIO
INFLUÊNCIA POTENCIAL DE ÁREAS VERDES
Cenário ATUAL
27%
Áreas de influência
Cenário FINAL
80%
Áreas de influência
• Implantação de sistema de canais de reservação e de parques inundáveis
• 955.138 m² de áreas verdes ↑ 138%
• 11 novos parques
• 316.478 m³: volume reservação
• Faixas de amortecimento
Ambiental - propostas
Destamponamento de trecho do rio Tamanduateí, Áreas de Proteção Permanente, novos parques, canais de drenagem e corredores ecológicos

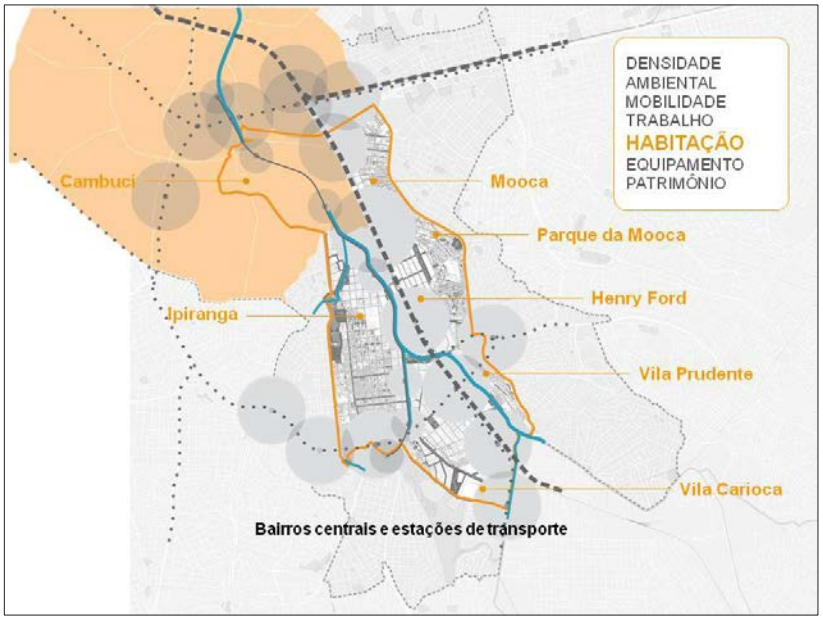

DENSIDADE
AMBIENTAL
MOBILIDADE
TRABALHO
HABITAÇÃO
EQUIPAMENTO
PATRIMÔNIO
Cambuci
Mooca
Parque da Mooca
Henry Ford
Ipiranga
Vila Prudente
Vila Carioca
Sistema de transporte existente

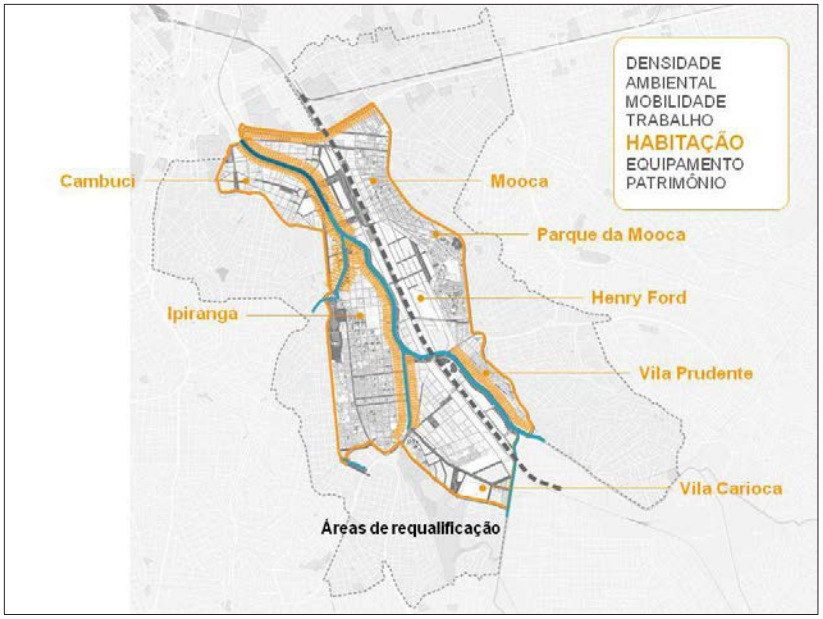

DENSIDADE
AMBIENTAL
MOBILIDADE
TRABALHO
HABITAÇÃO
EQUIPAMENTO
PATRIMÔNIO
Cambuci
Mooca
Parque da Mooca
Henry Ford
Ipiranga
Vila Prudente
Vila Carioca
Mobilidade consolidada

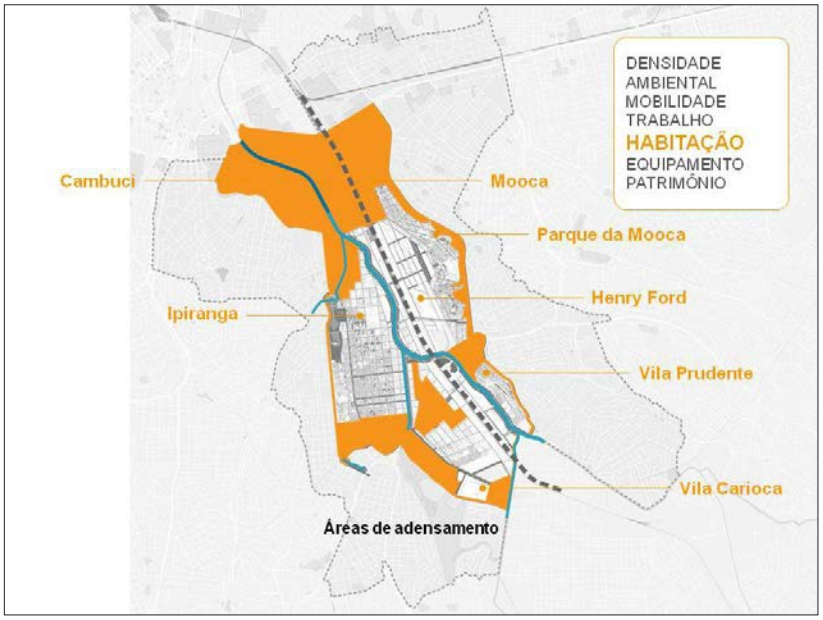

DENSIDADE
AMBIENTAL
MOBILIDADE
TRABALHO
HABITAÇÃO
EQUIPAMENTO
PATRIMÔNIO
Polo criativo
Cambuci
Mooca
Parque da Mooca
Polo industrial
Henry Ford
Ipiranga
Vila Prudente
Polo logístico
Vila Carioca
Setores produtivos

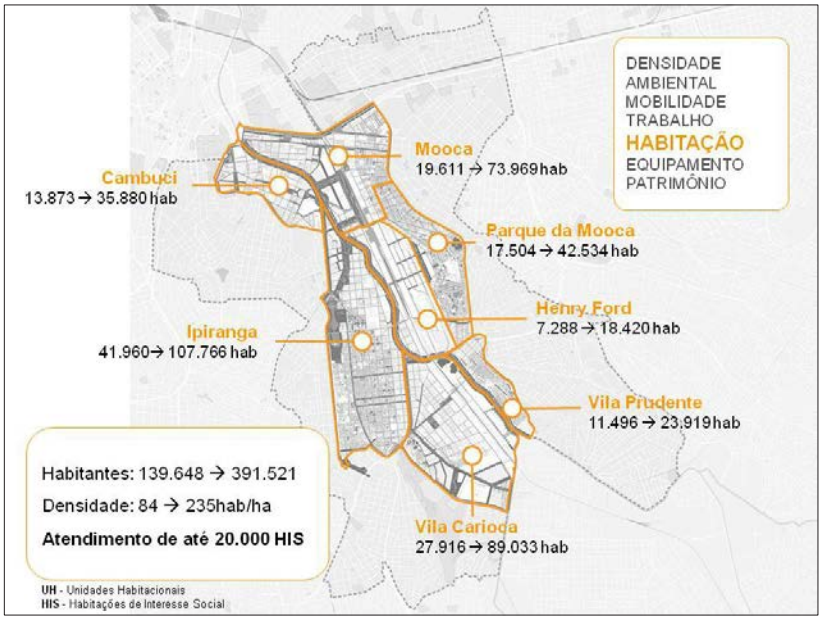

DENSIDADE
AMBIENTAL
MOBILIDADE
TRABALHO
HABITAÇÃO
EQUIPAMENTO
PATRIMÔNIO
Cambuci
Mooca
Parque da Mooca
Henry Ford
Ipiranga
Vila Prudente
Vila Carioca
Corredores de centralidade

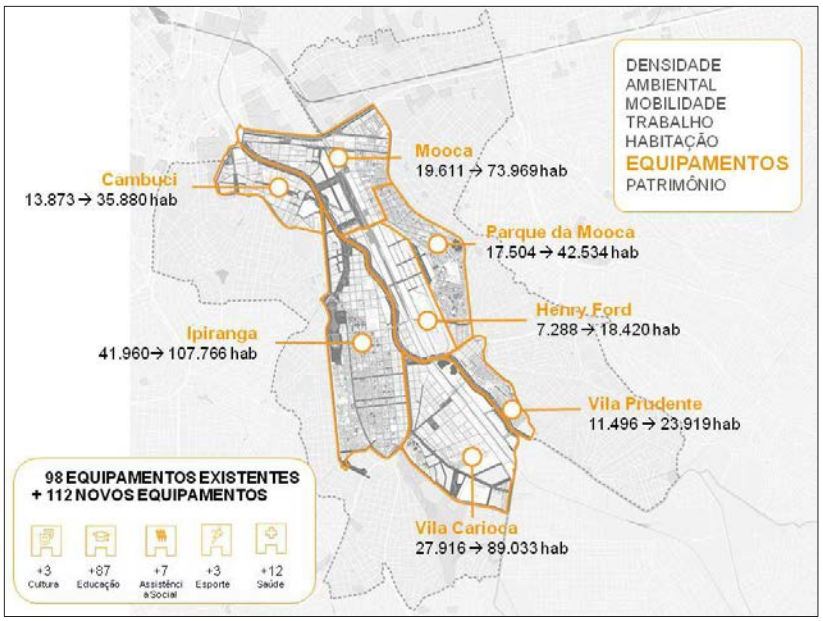

DENSIDADE
AMBIENTAL
MOBILIDADE
TRABALHO
HABITAÇÃO
EQUIPAMENTO
PATRIMÔNIO
Cambuci
Mooca
Parque da Mooca
Henry Ford
Ipiranga
Vila Prudente
Vila Carioca
Áreas atuais consolidadas


DENSIDADE
AMBIENTAL
MOBILIDADE
TRABALHO
HABITAÇÃO
EQUIPAMENTO
PATRIMÔNIO
Cambuci
Mooca
Parque da Mooca
Henry Ford
Ipiranga
Vila Prudente
Vila Carioca
Bairros centrais e estações de transporte

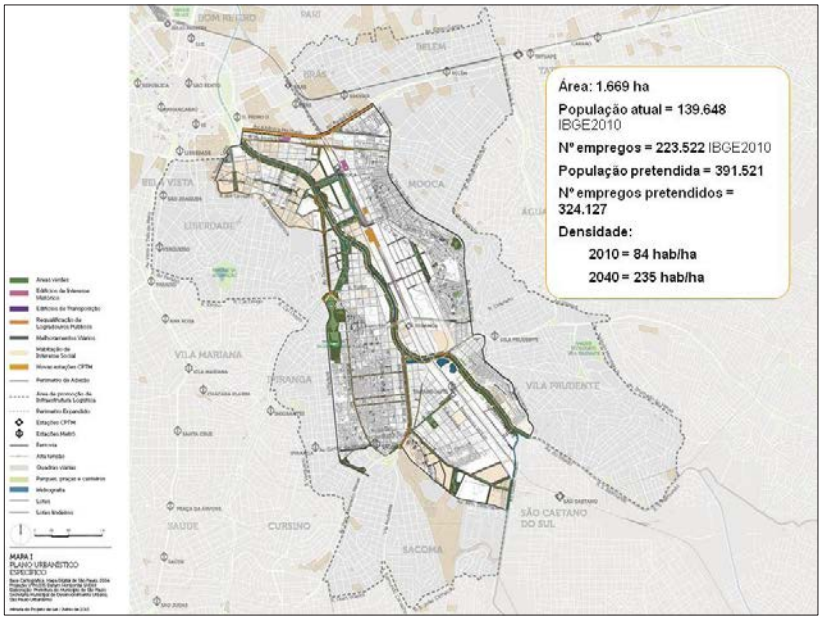

DENSIDADE
AMBIENTAL
MOBILIDADE
TRABALHO
HABITAÇÃO
EQUIPAMENTO
PATRIMÔNIO
Cambuci
Mooca
Parque da Mooca
Henry Ford
Ipiranga
Vila Prudente
Vila Carioca
Áreas de requalificação

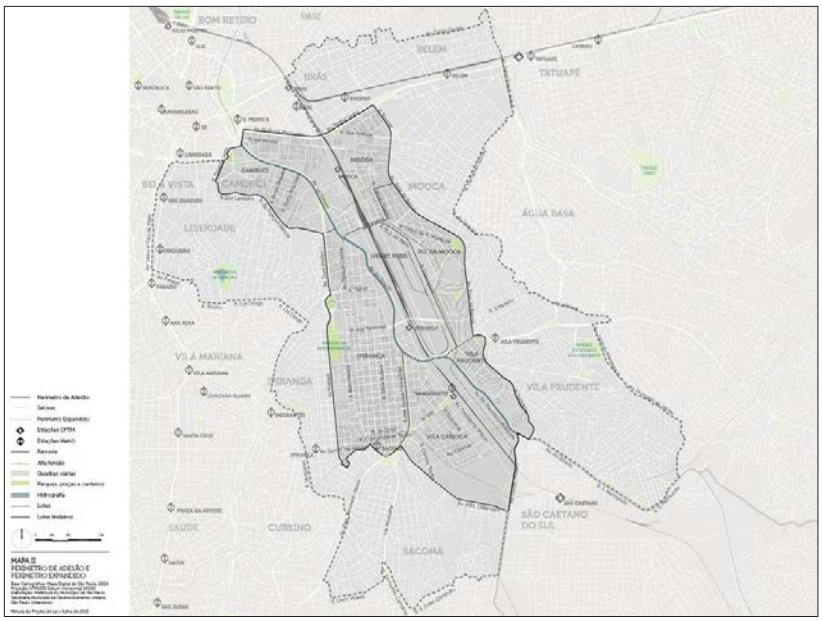

DENSIDADE
AMBIENTAL
MOBILIDADE
TRABALHO
HABITAÇÃO
EQUIPAMENTO
PATRIMÔNIO
Cambuci
Mooca
Parque da Mooca
Henry Ford
Ipiranga
Vila Prudente
Vila Carioca
Áreas de adensamento

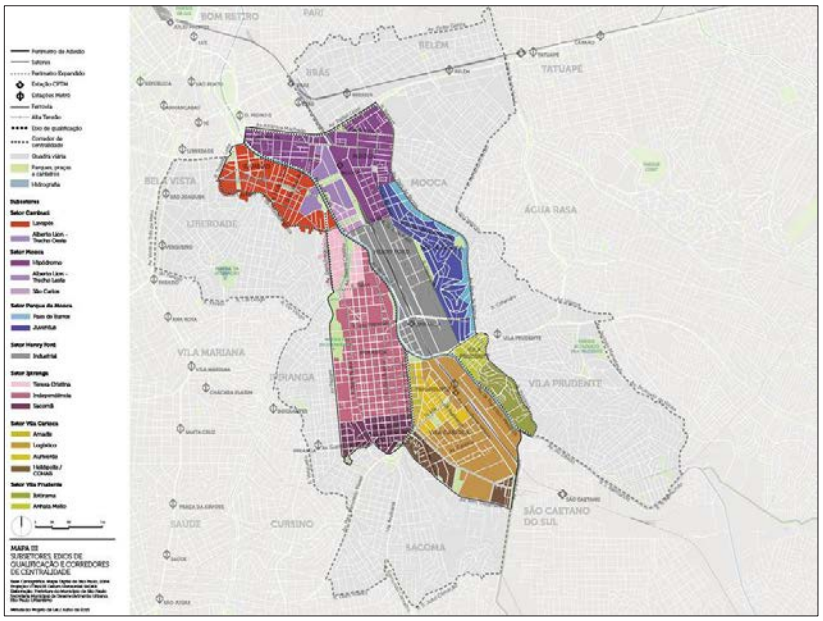

DENSIDADE
AMBIENTAL
MOBILIDADE
TRABALHO
HABITAÇÃO
EQUIPAMENTO
PATRIMÔNIO
Mooca
19.611 → 73.969hab
Cambuci
13.873 → 35.880hab
Parque da Mooca
17.504 → 42.534hab
Henry Ford
7.288 → 18.420hab
Ipiranga
41.960→ 107.766hab
Vila Prudente
11.496 → 23.919hab
Habitantes: 139.648 → 391.521
Densidade: 84 → 235hab/ha
Atendimento de até 20.000 HIS
Vila Carioca
27.916 → 89.033hab
UH - Unidades Habitacionais
HIS - Habitações de Interesse Social

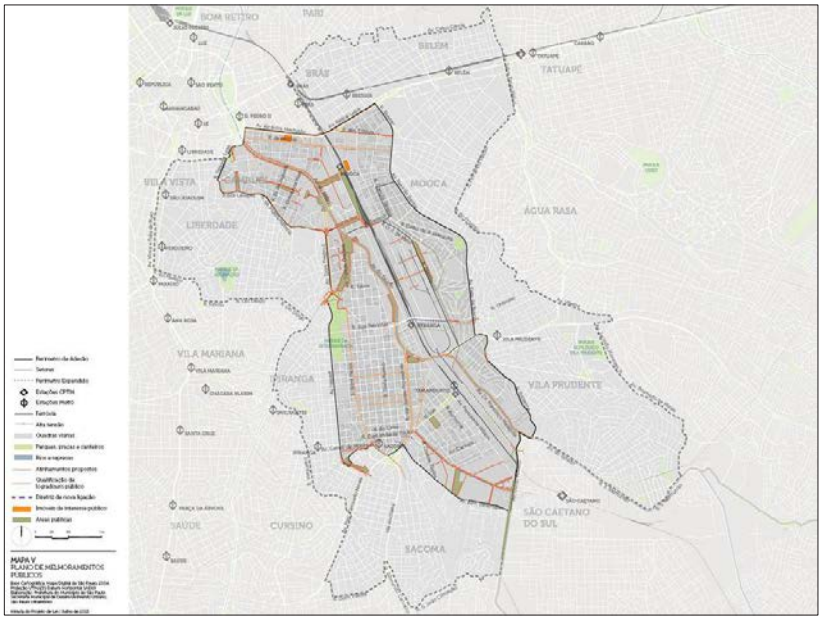

DENSIDADE
AMBIENTAL
MOBILIDADE
TRABALHO
HABITAÇÃO
EQUIPAMENTOS
PATRIMÔNIO
Mooca
19.611 → 73.969hab
Cambuci
13.873 → 35.880hab
Parque da Mooca
17.504 → 42.534hab
Henry Ford
7.288 → 18.420hab
Ipiranga
41.960→ 107.766hab
Vila Prudente
11.496 → 23.919hab
98 EQUIPAMENTOS EXISTENTES
+ 112 NOVOS EQUIPAMENTOS
+3 Cultura
+87 Educação
+7 Assistência Social
+3 Esporte
+12 Saúde
Vila Carioca
27.916 → 89.033hab

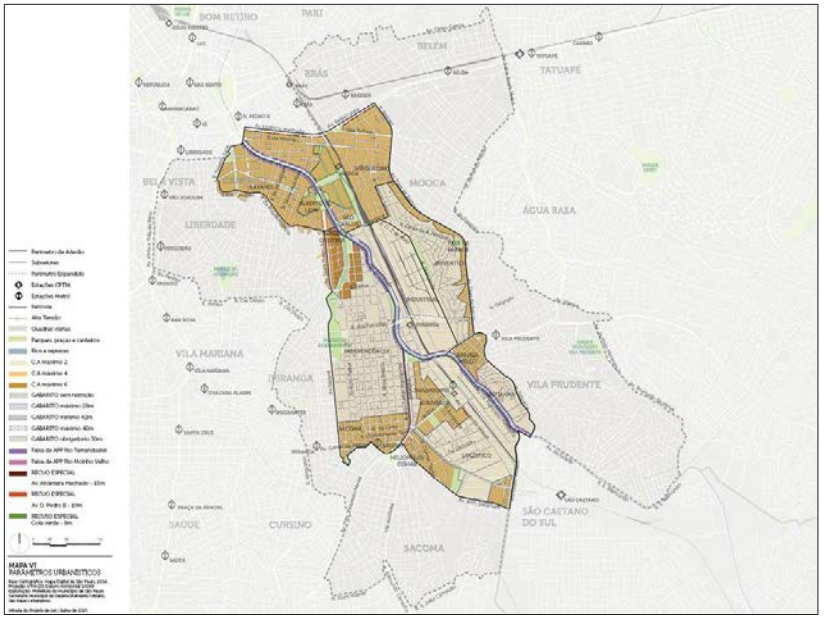
DESTINAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA DE RECURSOS
GRUPO DE GESTÃO
Distribui os recursos para:
25% para HABITAÇÃO
. Produção Habitacional
. Reurbanização
. Regularização fundiária
15% para EQUIPAMENTOS
. Novos equipamentos
. Requalificação de equipamentos existentes
. Melhorias na acessibilidade
. Aquisição de terrenos
4% para PATRIMÔNIO
. Aquisição de imóveis
. Subsídio a restauração
. Reconversão
Distribuição obrigatória definida na MINUTA DE LEI
33% para MELHORAMENTOS PÚBLICOS E TRANSPORTE
. Abertura do rio Tamanduateí
. Abertura de ruas para novas ligações
. Obras de arte (pontes e viadutos)
. Plano cicloviário
. Transporte de média capacidade
18% para ÁREAS VERDES
. 955.138 m² de áreas verdes
. 11 novos parques
. Cinais e parques inundáveis
5% para INTERVENÇÕES ADICIONAIS
. Enterramento de fios
. Reforma de calçadas
. Equipamentos de lazer
A ser priorizado pelo Grupo de Gestão

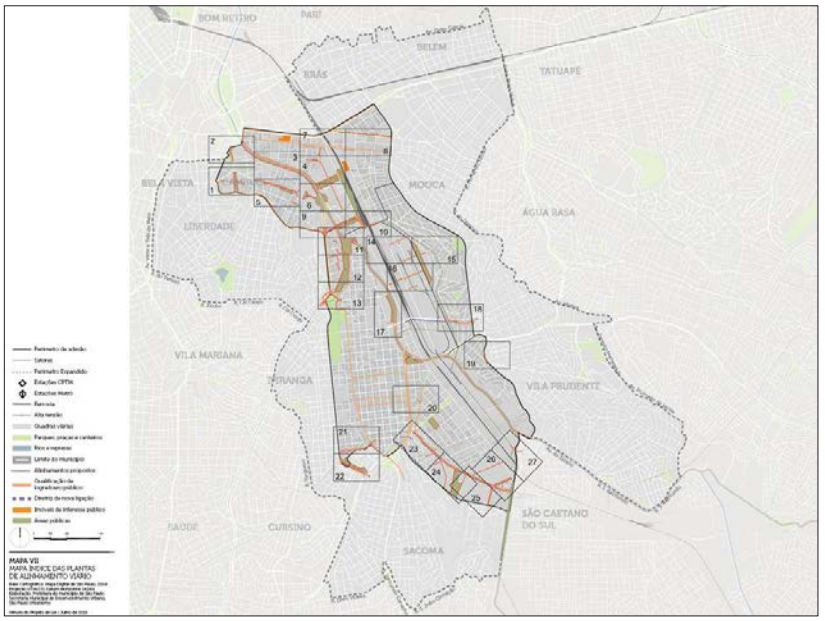

Área: 1.669 ha
População atual = 139.648 IBGE2010
Nº empregos = 223.522 IBGE2010
População pretendida = 391.521
Nº empregos pretendidos = 324.127
Densidade:
2010 = 84 hab/ha
2040 = 235 hab/ha
MAPA I
PLANO URBANÍSTICO ESPECÍFICO


MAPA II
PERÍMETRO DE ADESÃO E PERÍMETRO EXPANDIDO


MAPA III
SUBSETORES, EIXOS DE QUALIFICAÇÃO E CORREDORES DE CENTRALIDADE

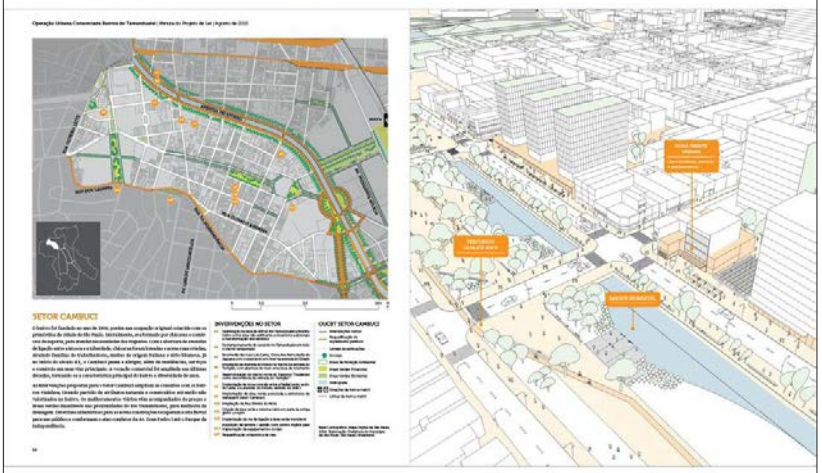

BOM RETIRO
PARI
BELÉM
BRÁS
TATUAPÉ
VILA VISTA
MOOCA
LIBERDADE
ÁGUA RASA
VILA MARIANA
IPIRANGA
VILA PRUDENTE
SÃO CAETANO DO SUL
SAÚDE
CURSINO
SACOMÃ
MAPA V
PLANO DE MELHORAMENTOS PUBLICOS


BOM RETIRO
PARI
BELÉM
BRÁS
TATUAPÉ
VILA VISTA
MOOCA
LIBERDADE
ÁGUA RASA
VILA MARIANA
IPIRANGA
VILA PRUDENTE
SÃO CAETANO DO SUL
SAÚDE
CURSINO
SACOMÃ
MAPA VI
PARÂMETROS URBANÍSTICOS


BOM RETIRO
PARI
BELÉM
BRÁS
TATUAPÉ
VILA VISTA
MOOCA
LIBERDADE
ÁGUA RASA
VILA MARIANA
IPIRANGA
VILA PRUDENTE
SÃO CAETANO DO SUL
SAÚDE
CURSINO
SACOMÃ
MAPA VII
MAPA ÍNDICE DAS PLANTAS DE ALINHAMENTO VIÁRIO

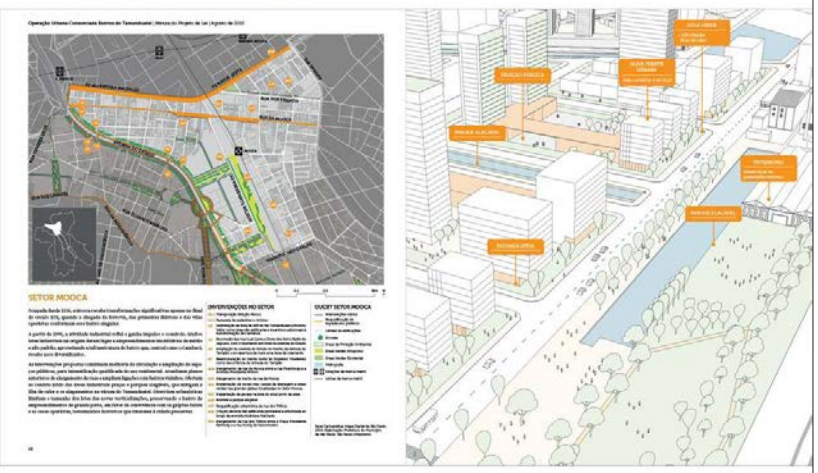
Operação Urbana Consorciada
**BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** | Minuta do Projeto de Lei

PLANO DE INTERVENÇÃO POR SETORES: CAMBUCI



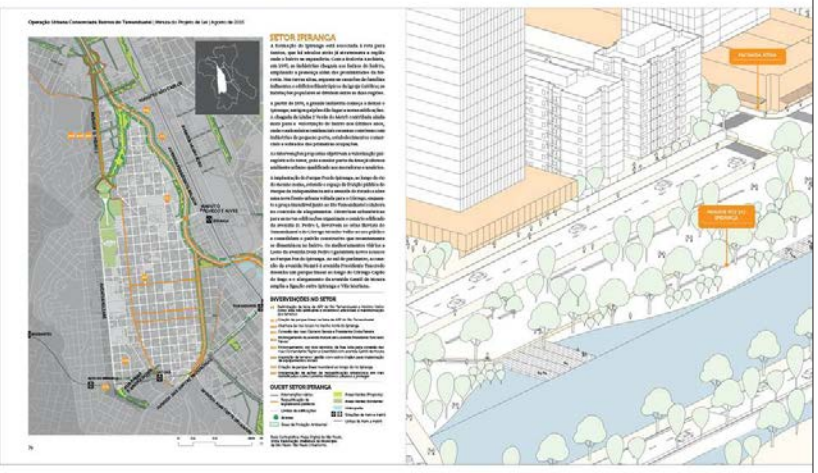
Operação Urbana Consorciada
**BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** | Minuta do Projeto de Lei

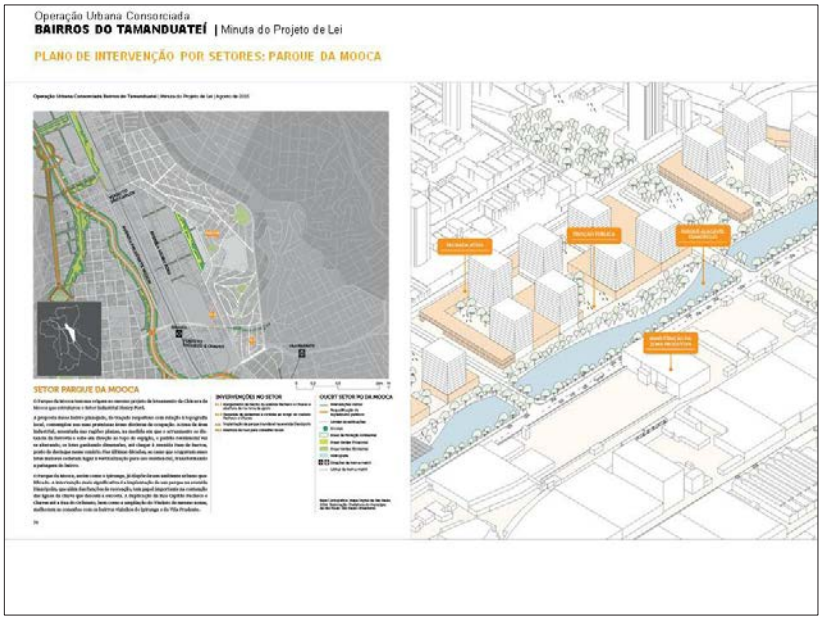
PLANO DE INTERVENÇÃO POR SETORES: MOOCA

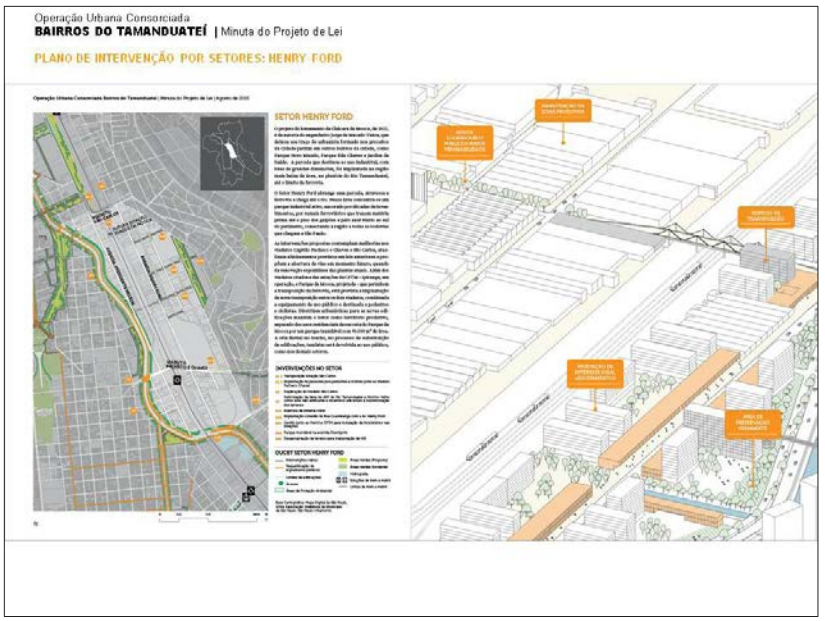


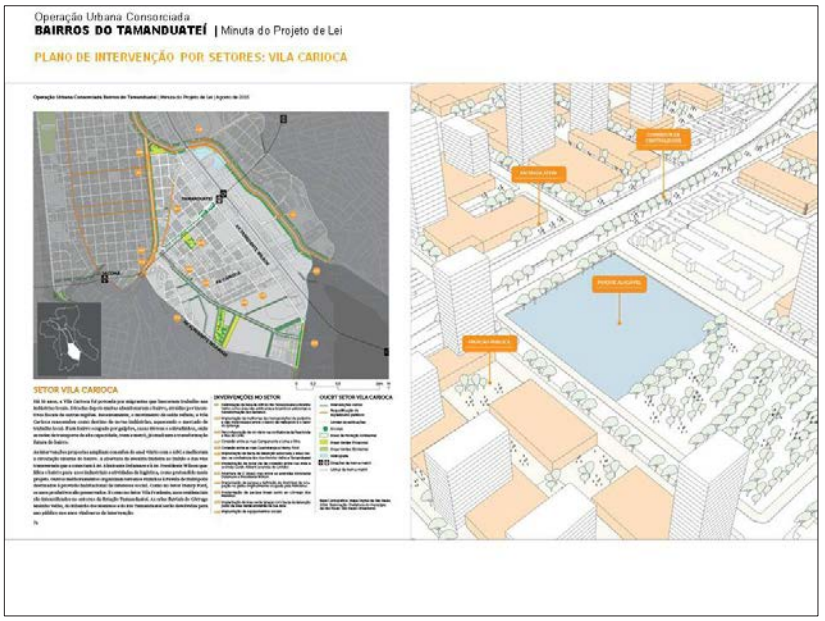
Operação Urbana Consorciada
**BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** | Minuta do Projeto de Lei

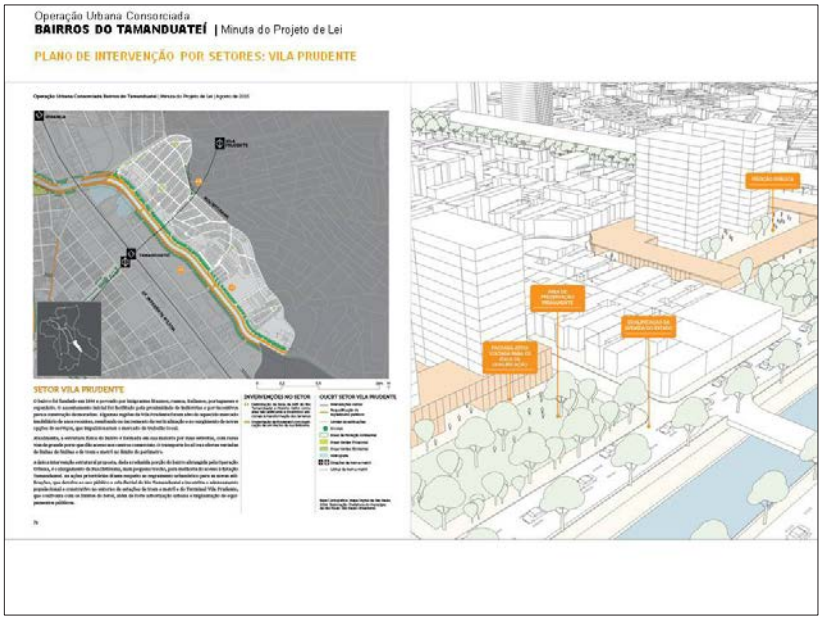
PLANO DE INTERVENÇÃO POR SETORES: IPIRANGA




Operação Urbana Consorciada
BAIRROS DO TAMANDUATEÍ | Minuta do Projeto de Lei
PLANO DE INTERVENÇÃO POR SETORES: PARQUE DA MOOCA
SETOR PARQUE DA MOOCA


Operação Urbana Consorciada
BAIRROS DO TAMANDUATEÍ | Minuta do Projeto de Lei
PLANO DE INTERVENÇÃO POR SETORES: HENRY FORD
SETOR HENRY FORD


Operação Urbana Consorciada
BAIRROS DO TAMANDUATEÍ | Minuta do Projeto de Lei
PLANO DE INTERVENÇÃO POR SETORES: VILA CARIOCA
SETOR VILA CARIOCA




1. ESTRATÉGIAS
2. PUE
3. **MINUTA**
4. GESTÃO

**Projeto de Lei Nº /15, do Executivo**

Estabelece objetivos, diretrizes, estratégias e mecanismos para a implantação da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduatei, define Projeto de Intervenção Urbana para a área da Operação Urbana Consorciada e autoriza a criação da empresa Bairros do Tamanduatei S/A.

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS
CAPÍTULO II – REGRAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
CAPÍTULO III – DO PROGRAMA DE INTERVENÇÕES
CAPÍTULO IV – DA OUTORGA ONEROSA DE POTENCIAL ADICIONAL DE CONSTRUÇÃO, DA EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE POTENCIAL ADICIONAL DE CONSTRUÇÃO (CEPAC) E DA SUA VINCULAÇÃO
CAPÍTULO V – DA GESTÃO
CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO DA PUBLICAÇÃO

TEXTO DA LEI

DIAGRAMAS EXPLICATIVOS
Estes conteúdos não fazem parte do texto da lei da OUCBT

## PROJETO DE INTERVENÇÃO URBANA (PIU)

O PIU é elaborado pelo poder público com objetivo de promover transformações urbanísticas em perímetros específicos. O PIU apresenta propostas:

**URBANÍSTICOS**
- Elaboração de projetos urbanos com etapas e fases
- Definição de uso e ocupação de solo

**SOCIAIS**
- Promoção de moradia social
- Instalação de equipamentos públicos

**AMBIENTAIS**
- Soluções para áreas de risco ambiental
- Melhorar condições ambientais e paisagísticas

**ECONÔMICO-FINANCEIRAS**
- Estudos de viabilidade econômica das intervenções urbanas
- Elaborar estratégias de financiamento

**GESTÃO DEMOCRÁTICA**
- Mecanismos de participação social
- Instrumentos para o monitoramento e avaliação das ações

## PERÍMETROS DE ADESÃO E EXPANDIDO

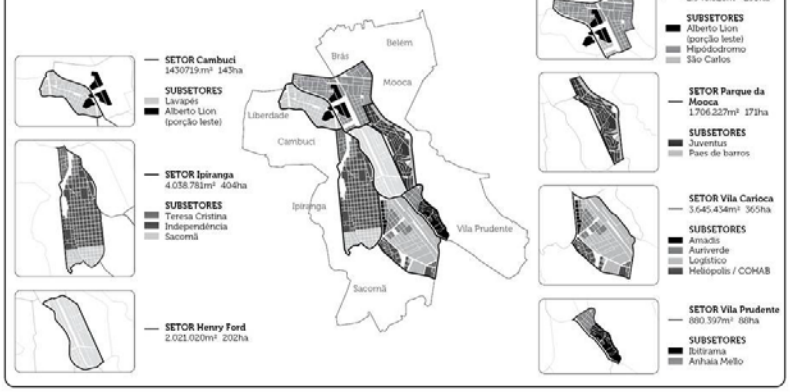
A Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí define dois perímetros

o **PERÍMETRO DE ADESÃO** gera recursos e recebe melhorias do poder público

o **PERÍMETRO EXPANDIDO** não gera recursos mas recebe melhorias do poder público

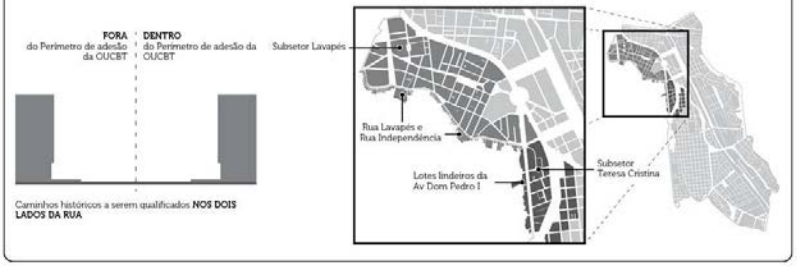
## SETORES E SUBSETORES DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA BAIRROS DO TAMANDUATEÍ

**ÁREA TOTAL:** 1668ha



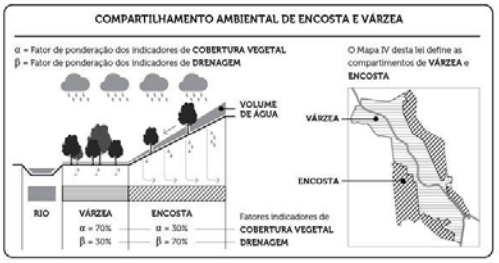



## INCLUSÃO DE LOTES LINDEIROS ÀS RUAS LAVAPÉS, INDEPENDÊNCIA E AVENIDA DOM PEDRO I



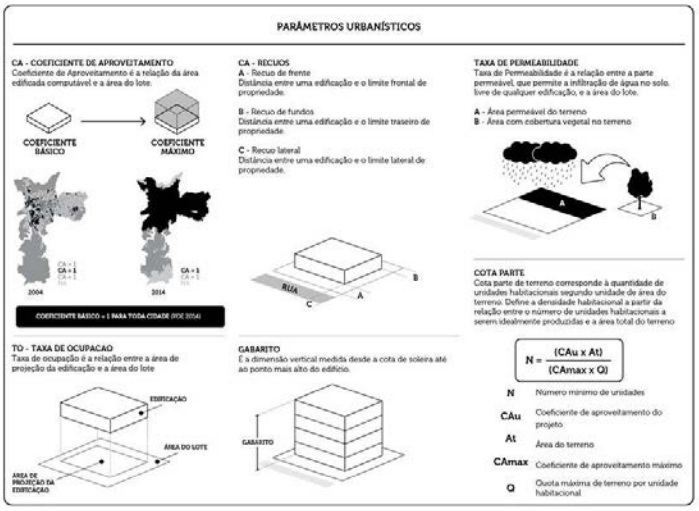
Operação Urbana Consorciada
**BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** | Minuta do Projeto de Lei

CAPÍTULO II – REGRAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
SEÇÃO I – REGRAS GERAIS



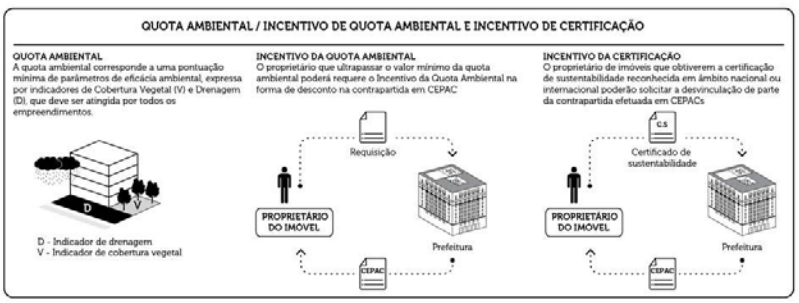

Operação Urbana Consorciada
**BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** | Minuta do Projeto de Lei

CAPÍTULO II – REGRAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
SEÇÃO I – REGRAS GERAIS




Operação Urbana Consorciada
**BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** | Minuta do Projeto de Lei

CAPÍTULO II – REGRAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
SEÇÃO I – REGRAS GERAIS
SUBSEÇÃO – DAS REGRAS REFERENTES À QUOTA AMBIENTAL

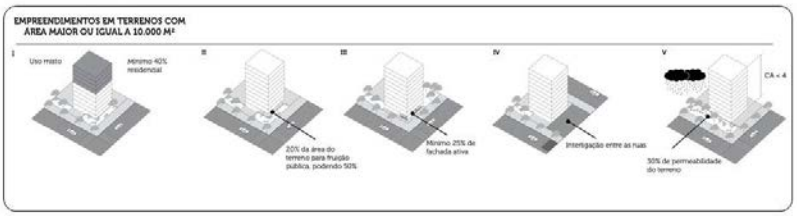


Operação Urbana Consorciada
**BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** | Minuta do Projeto de Lei

CAPÍTULO II – REGRAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
SEÇÃO II – INCENTIVOS

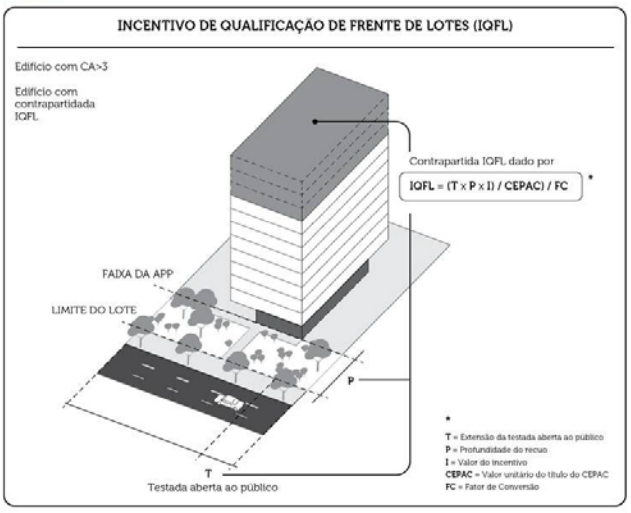
Operação Urbana Consorciada
**BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** | Minuta do Projeto de Lei

CAPÍTULO II – REGRAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
SEÇÃO II – INCENTIVOS



Operação Urbana Consorciada
**BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** | Minuta do Projeto de Lei

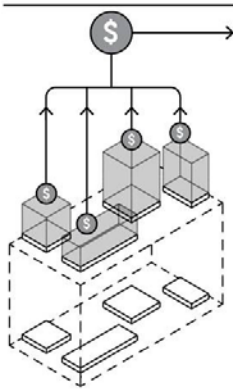
CAPÍTULO II – REGRAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
SEÇÃO II – INCENTIVOS



Operação Urbana Consorciada
**BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** | Minuta do Projeto de Lei

CAPÍTULO III – DO PROGRAMA DE INTERVENÇÕES

## PLANO URBANÍSTICO ESPECÍFICO (PUE)



O Plano Urbanistico Especifico define:

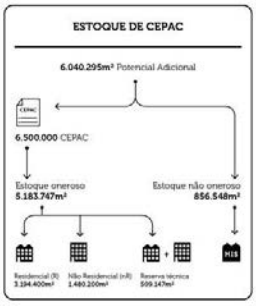
- Melhoramentos públicos
- Obras de drenagem
- Limpeza e revitalização dos rios Tamanduatei, Moinho Velho e Ipiranga
- Subsidio à ampliação e melhorias nos sistemas de transporte coletivo
- Requalificação Urbanistica e implantação de parques

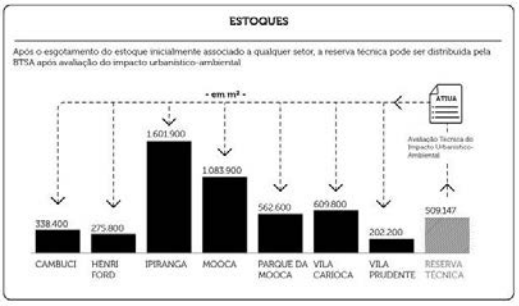
Estabelece a parcela mínima obrigatória dos recursos captados em:

- HIS **25%** em Habitação de Interesse Social
- **15%** em Equipamentos Sociais
- **4%** em Patrimônio Cultural

Operação Urbana Consorciada
**BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** | Minuta do Projeto de Lei

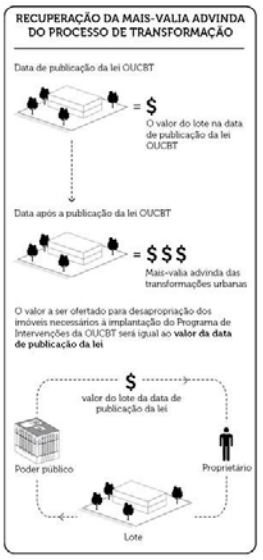
CAPÍTULO IV – DA OUTORGA ONEROSA DE POTENCIAL ADICIONAL DE CONSTRUÇÃO, DA EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE POTENCIAL ADICIONAL DE CONSTRUÇÃO E DA SUA VINCULAÇÃO




Operação Urbana Consorciada
**BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** | Minuta do Projeto de Lei

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS



1. ESTRATÉGIAS
2. PUE
3. MINUTA
4. **GESTÃO**

## GRUPO DE GESTÃO
DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA BAIRROS DO TAMANDUATEÍ

**GRUPO DE GESTÃO**
DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA
BAIRROS DO TAMANDUATEÍ

**PODER PÚBLICO** (9)

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano | BTSA | Secretaria Municipal de Habitação | Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente | Secretaria Municipal de Transportes | Subprefeitura da Sé | Subprefeitura da Mooca | Subprefeitura do Ipiranga | Subprefeitura da Vila Prudente

**SOCIEDADE CIVIL** (9)

- entidades profissionais, acadêmicas ou de pesquisa
- Conselho Municipal de Habitação
- entidade empresarial
- organização não governamental
- Conselhos Participativos Municipais das Subprefeitura

## GRUPO DE GESTÃO: Atribuições
DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA BAIRROS DO TAMANDUATEÍ

**O GRUPO DE GESTÃO DA OUCBT REALIZA O CONTROLE SOCIAL DA OUCBT**

I. **Deliberar sobre as prioridades** para implementação do Programa de Intervenções

II. **Propor programas e estratégias** que possam aprimorar os projetos previstos no Programa de Intervenções

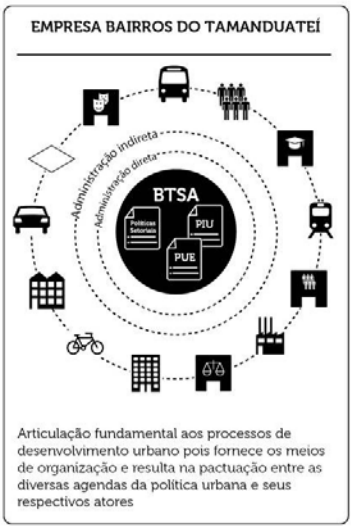
III. **Acompanhar a aplicação da cota da solidariedade**

IV. **Acompanhar os pedidos de relocação de ZEIS**

V. **Acompanhar o andamento das ações** previstas no Programa de Intervenções

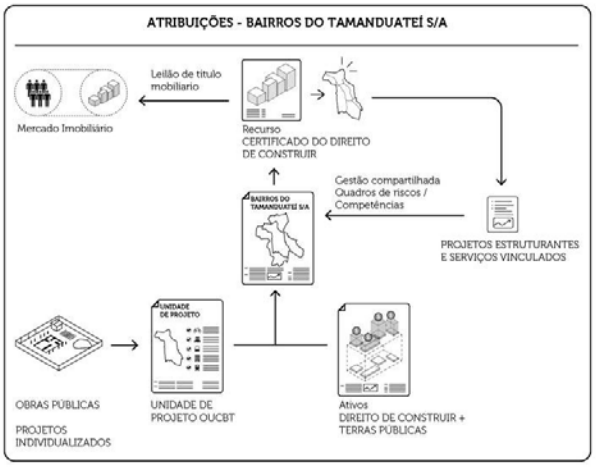
Operação Urbana Consorciada
**BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** | Minuta do Projeto de Lei

CAPÍTULO V – DA GESTÃO
SEÇÃO I – DA EMPRESA BAIRROS DO TAMANDUATEÍ S/A



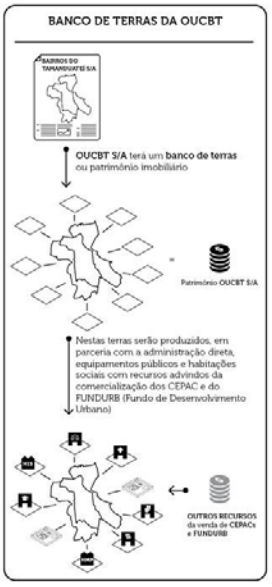

Operação Urbana Consorciada
**BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** | Minuta do Projeto de Lei

CAPÍTULO V – DA GESTÃO
SEÇÃO III – DO GRUPO DE GESTÃO




Operação Urbana Consorciada
**BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** | Minuta do Projeto de Lei

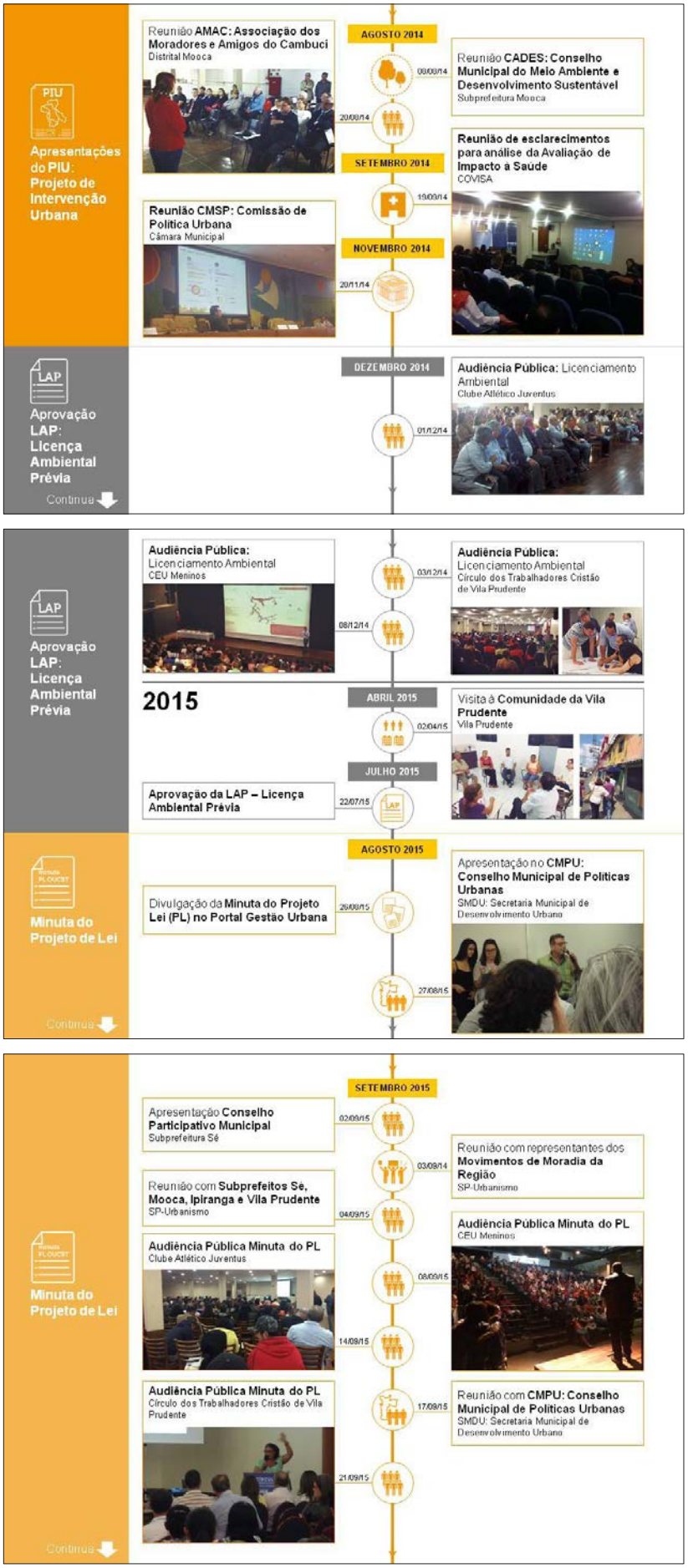
CAPÍTULO V – DA GESTÃO
SEÇÃO I – DA EMPRESA BAIRROS DO TAMANDUATEÍ S/A

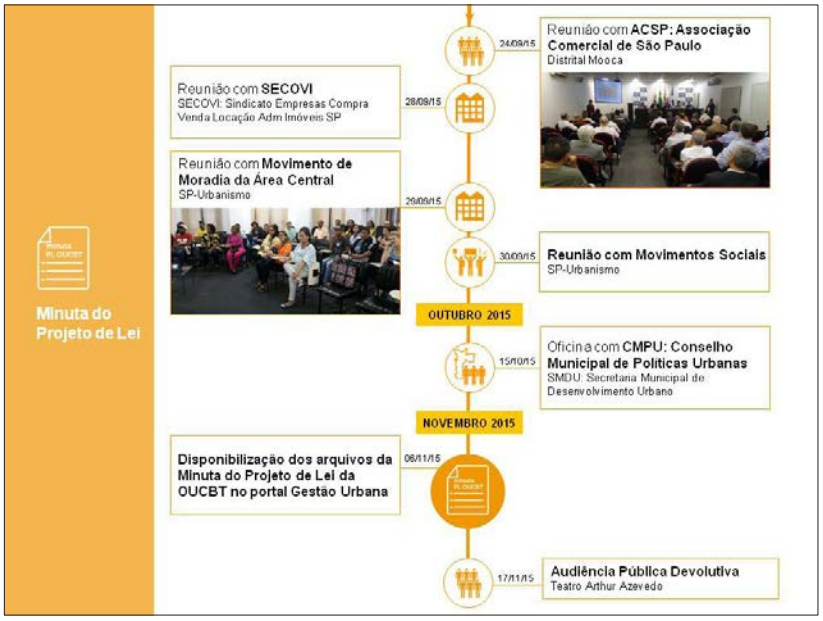


Operação Urbana Consorciada
BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
Contribuições ao Projeto de Lei
Novembro 2015
§1º
§2º
§1º
§2º
§1º
§2º
PREFEITURA DE SÃO PAULO
SP-Urbanismo SÃO PAULO URBANISMO

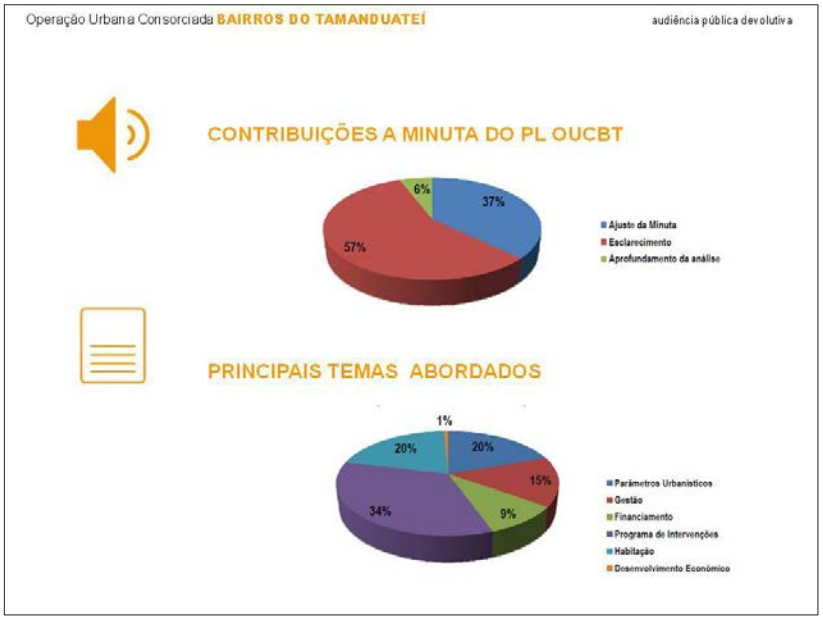
Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
audiência pública devolutiva
PROCESSO PARTICIPATIVO
PIU
LAP
Minuta PL OUCBT

Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
audiência pública devolutiva
PROCESSO PARTICIPATIVO / LINHA DO TEMPO
2014
PIU
Apresentações do PIU: Projeto de Intervenção Urbana
Maio 2014
Apresentação para os Subprefeitos Sé, Mooca, Ipiranga e Vila Prudente
Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras
ACSP
Apresentação na Associação Comercial de São Paulo - Distrital Mooca
07/05/14
Apresentação na Subprefeitura Mooca
Associação Comercial de São Paulo - Distrital Mooca
08/05/14
Junho 2014
Apresentação na Subprefeitura Ipiranga
Associação Comercial de São Paulo - Distrital Mooca
02/06/14
04/06/14
Apresentação na Subprefeitura Vila Prudente
Subprefeitura Vila Prudente
09jun2014
Apresentação na Subprefeitura Sé
Biblioteca Mário de Andrade
09/06/14
Reunião Temática Habitação
SP-Urbanismo
16/06/14
Reunião Temática Equipamentos Públicos
SP-Urbanismo
25/06/14
Continua

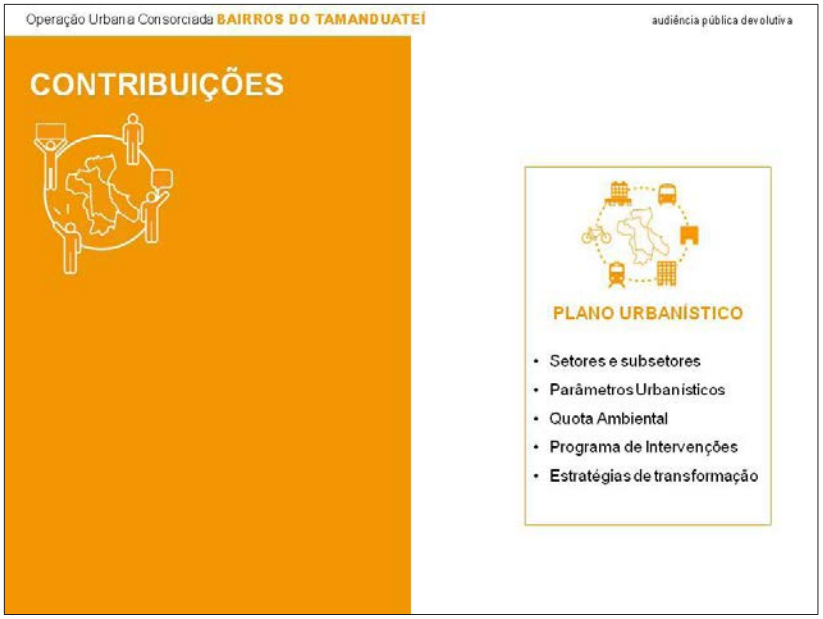

PIU
Apresentações do PIU: Projeto de Intervenção Urbana
Reunião AMAC: Associação dos Moradores e Amigos do Cambuci
Distrital Mooca
AGOSTO 2014
06/08/14
Reunião CADES: Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subprefeitura Mooca
20/08/14
Reunião de esclarecimentos para análise da Avaliação de Impacto a Saude
COVISA
SETEMBRO 2014
19/09/14
Reunião CMSP: Comissão de Política Urbana
Câmara Municipal
NOVEMBRO 2014
20/11/14
LAP
Aprovação LAP: Licença Ambiental Prévia
Continua
DEZEMBRO 2014
Audiência Pública: Licenciamento Ambiental
Clube Atlético Juventus
01/12/14
Audiência Pública: Licenciamento Ambiental
CEU Meninos
03/12/14
Audiência Pública: Licenciamento Ambiental
Círculo dos Trabalhadores Cristão de Vila Prudente
08/12/14
2015
ABRIL 2015
Visita à Comunidade da Vila Prudente
Vila Prudente
02/04/15
JULHO 2015
Aprovação da LAP – Licença Ambiental Prévia
22/07/15
Minuta do Projeto de Lei
AGOSTO 2015
Divulgação da Minuta do Projeto Lei (PL) no Portal Gestão Urbana
26/08/15
Apresentação no CMPU: Conselho Municipal de Políticas Urbanas
SMDU: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
27/08/15
SETEMBRO 2015
Apresentação Conselho Participativo Municipal
Subprefeitura Sé
02/09/15
Reunião com representantes dos Movimentos de Moradia da Região
SP-Urbanismo
03/09/14
Reunião com Subprefeitos Sé, Mooca, Ipiranga e Vila Prudente
SP-Urbanismo
04/09/15
Audiência Pública Minuta do PL
CEU Meninos
Audiência Pública Minuta do PL
Clube Atlético Juventus
08/09/15
14/09/15
Audiência Pública Minuta do PL
Círculo dos Trabalhadores Cristão de Vila Prudente
17/09/15
Reunião com CMPU: Conselho Municipal de Políticas Urbanas
SMDU: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
21/09/15

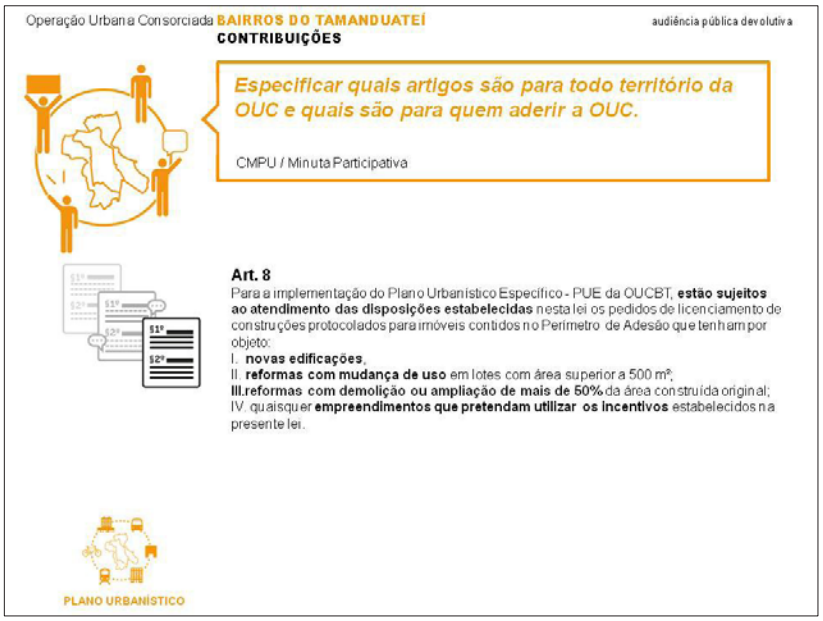

Minuta do Projeto de Lei
24/09/15
Reunião com ACSP: Associação Comercial de São Paulo
Distrital Mooca
Reunião com SECOVI
SECOVI: Sindicato Empresas Compra Venda Locação Adm Imóveis SP
28/09/15
Reunião com Movimento de Moradia da Área Central
SP-Urbanismo
29/09/15
30/09/15
Reunião com Movimentos Sociais
SP-Urbanismo
OUTUBRO 2015
15/10/15
Oficina com CMPU: Conselho Municipal de Políticas Urbanas
SMDU: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
NOVEMBRO 2015
Disponibilização dos arquivos da Minuta do Projeto de Lei da OUCBT no portal Gestão Urbana
06/11/15
17/11/15
Audiência Pública Devolutiva
Teatro Arthur Azevedo

Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
audiência pública devolutiva
CONTRIBUIÇÕES


Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
audiência pública devolutiva
CONTRIBUIÇÕES A MINUTA DO PL OUCBT
37%
57%
6%
Ajuste da Minuta
Esclarecimento
Aprofundamento da análise
PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS
1%
20%
20%
15%
9%
34%
Parâmetros Urbanísticos
Gestão
Financiamento
Programa de Intervenções
Habitação
Desenvolvimento Econômico

Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
A CIDADE QUE QUEREMOS
audiência pública devolutiva
OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS
PLANO URBANÍSTICO
• Setores e subsetores
• Parâmetros Urbanísticos
• Quota Ambiental
• Programa de Intervenções
• Estratégias de transformação
PLANO DE VIABILIDADE
• CEPAC
• Contrapartidas
• Incentivos
• Cessão de espaço aéreo e subsolo
PLANO DE GESTÃO
• Conselho Gestor
• BTSA e SP-Urbanismo
• Atuação dos órgãos municipais


Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
audiência pública devolutiva
CONTRIBUIÇÕES
PLANO URBANÍSTICO
• Setores e subsetores
• Parâmetros Urbanísticos
• Quota Ambiental
• Programa de Intervenções
• Estratégias de transformação

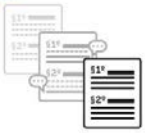

Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
CONTRIBUIÇÕES
audiência pública devolutiva
Especificar quais artigos são para todo território da OUC e quais são para quem aderir a OUC.
CMPU / Minuta Participativa
Art. 8
Para a implementação do Plano Urbanístico Específico - PUE da OUCBT, estão sujeitos ao atendimento das disposições estabelecidas nesta lei os pedidos de licenciamento de construções protocolados para imóveis contidos no Perímetro de Adesão que tenham por objeto:
I. novas edificações,
II. reformas com mudança de uso em lotes com área superior a 500 m²;
III.reformas com demolição ou ampliação de mais de 50% da área construída original;
IV. quaisquer empreendimentos que pretendam utilizar os incentivos estabelecidos na presente lei.
PLANO URBANÍSTICO

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

**CONTRIBUIÇÕES**

*Rever subsetorização exagerada, considerando 668 há, 7 setores, 17 subsetores, regras diferenciadas para cada setor/subsetor*

SECOVI



**Quadro 2** da Minuta do Projeto de Lei
Foram mantidos **11 regramentos**, necessários em função das particularidades de cada setor/subsetor:
1. Subsetor Hipódromo;
2. Subsetores Ana Neri, Anhaia Melo, Lavapés e Sacomã;
3. Alberto Lion;
4. Independência e Parque da Mooca;
5. Teresa Cristina;
6. Henry Ford e Logístico;
7. COHAB-Heliópolis;
8. Ibitirama e Paes de Barros;
9. Dom Pedro I e Rua dos Trilhos;
10. Tamanduateí;
11. Moinho Velho e Alcântara Machado.

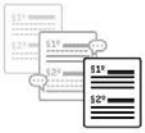
PLANO URBANÍSTICO

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

**CONTRIBUIÇÕES**

*Incluir no quadro 1D o título "áreas públicas destinadas para áreas verdes, parques, equipamentos públicos a serem adquiridos"*

CMPU
Audiência Pública: Céu Meninos
Minuta Participativa



**Art. 1**
IV. Quadro 1D: Áreas Públicas destinadas para Áreas Verdes, Parques e Equipamentos Públicos

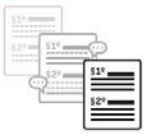
PLANO URBANÍSTICO

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

**CONTRIBUIÇÕES**

*A permeabilidade deve ser mais cobrada e mais rígida. a cidade inteira se beneficiará disto.*

CMPU / Minuta Participativa



**Art. 27**
empreendimentos em terrenos com área maior que 10.000 m²

V. Taxa de Permeabilidade do Terreno de 30%, sempre que atingido o Coeficiente de Aproveitamento 4,0 (quatro) ou superior, com a arborização distribuída de forma a constituir área de convivência para a comunidade.

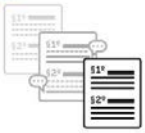
PLANO URBANÍSTICO

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

**CONTRIBUIÇÕES**

*Prever antecipação de recursos da PMSP para obras de drenagem e melhoramentos viários para alavancagem da OUCBT*

SECOVI



**Art. 65**

Parágrafo único. Os contratos de gestão previstos no inc. X poderão prever o aporte de recursos da Administração Direta para obras e intervenções capazes de desencadear e fomentar processos de desenvolvimento urbano pertinentes ao Programa de Intervenções desta lei, podendo tais recursos ser posteriormente devolvidos ao Erário nos moldes definidos da avença firmada entre o Poder Público e a Empresa BTSA.

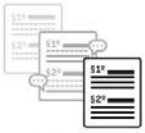
PLANO URBANÍSTICO

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

**CONTRIBUIÇÕES**

*Esclarecer se estão previstas ações de contenção de alagamentos na várzea do Ribeirão dos Meninos*

CMPU
Audiência Pública: Céu Meninos
Minuta Participativa



**Art. 6**

A OUCBT tem as seguintes diretrizes específicas:
VI. **requalificar ambientalmente as Áreas de Proteção Permanente do Rio Tamanduateí, Córrego Moinho Velho e do Ribeirão dos Meninos**.

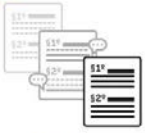
PLANO URBANÍSTICO

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

**CONTRIBUIÇÕES**

*Eliminar a possibilidade de aquisição de vagas de garagem através da área excedente onerosa, que estimula o uso de veículos motorizados individuais, quando o objetivo para a área é o contrário.*

CMPU / Minuta Participativa



**Supressão** da possibilidade de utilização da **área excedente onerosa**.

**Art. 13**

limita áreas destinadas a estacionamento a uma vaga por UR ou para cada 70 m² construídos nR .

**Art. 34.**

isenta os perímetros consolidados - Setor Parque da Mooca e Subsetor Independência, Ibitirama - das limitações do Art. 13, mas mantém a restrição de que áreas não computáveis (garagens por exemplo) não ultrapassem as áreas computáveis.

PLANO URBANÍSTICO

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

**CONTRIBUIÇÕES**

*Alterar a oferta de vagas de estacionamento não computáveis: para 1 vaga para cada 35m² de área computável para uso residencial ou não residencial, observada a cota máx. de 32m² por vaga de garagem, como estabelecido no PDE*

CMPU

**Art. 13**

a. nos usos residenciais, 1 (uma) vaga por unidade habitacional, observada a quota de garagem máxima igual a 32m² (trinta e dois metros quadrados) por vaga, computados os espaços de circulação e manobra de veículos;

b. nos usos não residenciais, 1 (uma) vaga para cada 70m² (setenta metros quadrados) de área construída computável, observada a quota de garagem máxima igual a 32m² (trinta e dois metros quadrados) por vaga, computados os espaços de circulação e manobra de veículos

PLANO URBANÍSTICO

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

**CONTRIBUIÇÕES**

*Representar todas as intervenções previstas em mapa, incluindo equipamentos públicos e áreas de preservação do patrimônio histórico*

CMPU
Audiência Pública: Céu Meninos
Minuta Participativa

**Art. 49**

relaciona os itens de despesa do Programa de Intervenções e remete aos quadros:
**1C – MELHORAMENTOS VIÁRIOS;**
**1D – ÁREAS PÚBLICAS DESTINADAS PARA ÁREAS VERDES, PARQUES E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS;**
**1E – LOGRADOUROS A REQUALIFICAR e**
**1F - FAVELAS EXISTENTES NA ÁREA DA OUCBT**

e aos Mapas:
**Mapa VII: Favelas existentes, Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS e perímetros de ZEIS atingidos por melhoramentos públicos na área da OUCBT;**
**Mapa VIII: Áreas Protegidas e Áreas Verdes na OUCBT.**
**Mapa IX: Plano de Melhoramentos Viários;**
Plantas de Alinhamentos Viários do Arquivo SIURB/Superintendência de Projetos Viários – PROJ 3

PLANO URBANÍSTICO

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

**CONTRIBUIÇÕES**

*Aumento da cota de terreno por unidade habitacional para 20 m²*

CMPU / Minuta Participativa

*Estabelecer desconto de 20% na contrapartida em CEPAC para empreendimentos situados nos subsetores Hipódromo, São Carlos, Lavapés, Sacomã, Auriverde, Anhaia Mello quando a cota parte de terreno/UH for de ate 15m² e de 10% quando a cota parte de terreno/uh for entre 15m² e 20m²*

CMPU

Cota parte alterada para 20 m² conforme **Quadro 2** da Minuta do Projeto de Lei

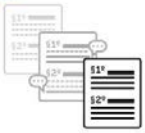
PLANO URBANÍSTICO

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

**CONTRIBUIÇÕES**

*Cota de solidariedade: incluir a alternativa de doação de terreno para produção publica de HIS nos parâmetros do PDE*

CMPU / Minuta Participativa



**Art. 15**

§ 3º. Alternativamente ao cumprimento da exigência estabelecida no "caput", o empreendedor poderá:

II. doar terreno de valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da área total do terreno do empreendimento, calculado conforme Cadastro de Valor de Terreno para fins de Outorga Onerosa, situado na área de abrangência da OUCBT;

PLANO URBANÍSTICO

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

**CONTRIBUIÇÕES**

*Garantir o atendimento habitacional demandado em todos os assentamentos subnormais existentes na área da OUBT.*

Audiência Pública: Céu Meninos
Minuta Participativa

A destinação de 25% dos recursos captados e os incentivos aos empreendedores privados para a produção de HIS previstos na OUCBT concorrem para o equacionamento do déficit habitacional na área da OUCBT, juntamente com os programas públicos de provisão habitacional de interesse social das três esferas de governo.

PLANO URBANÍSTICO

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

*Em relação à possibilidade de relocação de ZEIS, mapear as áreas que ficariam sujeitas a este mecanismo,necessárias à execução de obras públicas previstas no plano urbanistico, e prever a obrigação de atender a população afetada e formas de controle social dessa ação.*

Audiências públicas: Céu Meninos, Circulo dos Trabalhadores Cristãos da Vila Prudente e Clube Atlético Juventus / CMPU / Movimento em Defesa do Favelado / Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1 / Movimento de Moradia da Região Sudeste Unificação das Lutas dos Cortiços e Moradia do Município de São Paulo

A relocação de perímetros de **ZEIS estará restrita às áreas atingidas por melhoramentos públicos** e condicionada à anuência da SEHAB e do Grupo Gestor.

**Art 1**

§ 2º. VI. Quadro 1F: Favelas existentes na área da OUCBT
Mapa VII. Favelas existentes, Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS e perímetros de ZEIS atingidos por melhoramentos públicos na área da OUCBT

Continua próximo slide

PLANO URBANÍSTICO

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

***Em relação à possibilidade de relocação de ZEIS, mapear as áreas que ficariam sujeitas a este mecanismo,necessárias à execução de obras públicas previstas no plano urbanistico, e prever a obrigação de atender a população afetada e formas de controle social dessa ação.***

Audiências públicas: Céu Meninos, Circulo dos Trabalhadores Cristãos da Vila Prudente e Clube Atlético Juventus / CMPU / Movimento em Defesa do Favelado / Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1 / Movimento de Moradia da Região Sudeste Unificação das Lutas dos Cortiços e Moradia do Município de São Paulo

**Art. 23**
O atendimento habitacional correspondente às áreas demarcadas como ZEIS no Perímetro de Adesão da OUCBT e atingidas por melhoramentos públicos indicados nos Mapas VIII e IX do Programa de Intervenções será realizado em outros terrenos na área de abrangência da OUCBT, não demarcados originalmente como ZEIS, mantidos os percentuais de área construída total por usos residenciais e não residenciais do Quadro 4 do Plano Diretor Estratégico - Lei n. 16.050/2014 previstos nas ZEIS de origem.
§ 1º. As famílias afetadas pela implantação do Programa de Intervenções nas ZEIS indicadas no "caput" serão atendidas nas novas áreas.
§ 2º. Caberá ao Conselho Gestor e à SEHAB a aprovação da indicação dos terrenos destinados ao atendimento habitacional previsto no caput.

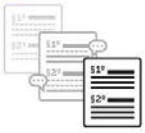
PLANO URBANÍSTICO

**Art. 25.** Os proprietários de glebas ou lotes sujeitos a parcelamento compulsório nos termos da lei de parcelamento, uso e ocupação do solo e abrigidos por melhoramentos públicos previstos no Programa de Intervenções (...)
§ 2º. Na hipótese prevista no "caput", a pedido do proprietário e com a aprovação do Conselho Gestor e da SEHAB, as áreas demarcadas como ZEIS poderão ser relocadas dentro do próprio lote ou gleba, sendo a área relocada proporcional à área original, tendo em vista o quadro de áreas resultante do parcelamento.

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva
**CONTRIBUIÇÕES**

***Atender aos parâmetros estabelecidos na Lei 15.842/2013 para a Gleba Petrobrás.***

MSTI



- O PL 272/15 (Zoneamento) consolida na área da Gleba Petrobrás destinada à provisão habitacional parâmetros similares aos estabelecidos na lei 15.842/2013 para essa área.
- A minuta de PL da OUCBT cria mecanismos adicionais de financiamento habitacional e aprova plano de parcelamento da Gleba como demandado na Lei 15.842/13.

**Art. 5** ... IX. viabilizar a implantação dos empreendimentos habitacionais de interesse social previstos na legislação vigente para o perímetro da OUCBT e, em particular as disposições referentes à Gleba Petrobrás, assinalada no Mapa VII.

PLANO URBANÍSTICO

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

## CONTRIBUIÇÕES

**PLANO DE VIABILIDADE**

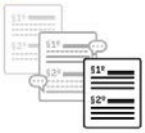
- CEPAC
- Contrapartidas
- Incentivos
- Cessão de espaço aéreo e subsolo

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

**CONTRIBUIÇÕES**

*Dispor com clareza sobre as condições de utilização da RESERVA TÉCNICA e como se dará à distribuição nos setores da OUCBT*

CMPU



**Art. 52**

§ 3º. O estoque de potencial adicional de construção(...) alocado na reserva técnica, a ser distribuído pela BTSA (...) após avaliação técnica do impacto urbanístico-ambiental da medida, (...) utilizando-se quaisquer dos Instrumentos de Gestão Ambiental previstos no Plano Diretor Estratégico – Lei n. 16.050/14, observando-se o disposto no Quadro 8.

§ 4º. A avaliação técnica prevista no parágrafo anterior será realizada pela BTSA, tendo por objeto o setor da OUCBT no qual restar no máximo 5% (cinco por cento) do estoque de potencial adicional de construção, definindo-se a alocação de reserva técnica por subsetores, caso existentes.

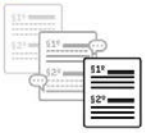
PLANO DE VIABILIDADE

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

**CONTRIBUIÇÕES**

*Reduzir o custo da contrapartida*

SECOVI / CMPU



**Art. 53**

§ 1º. O valor mínimo estabelecido para cada CEPAC é de **R$ 790,00** (setecentos e noventa reais), podendo ser atualizado pela BTSA por índice oficial, a ser definido em decreto.

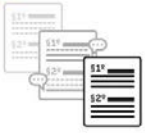
PLANO DE VIABILIDADE

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

**CONTRIBUIÇÕES**

*Melhorar o equilíbrio dos critérios de equivalência no quadro 6 para efetivamente incentivar o desenvolvimento de projetos e atrair os empreendedores*

SECOVI / CMPU



O Quadro 6 – fatores de equivalência, foi remodelado para que, combinado com o novo preço inicial fixado para o CEPAC (**R$ 790,00**) pudesse traduzir mais claramente a as intenções de desenvolvimento urbano do território da OUCBT.

O valor do CEPAC e custo final da ACA (área computável adicional) foram calibrados a partir do custo da outorga onerosa do entorno, para que fosse possível atrair os empreendimentos pioneiros para o interior da OUC com igual atratividade.

Ao final, os fatores, agora, passam a ser "neutros" – igual a 1,0; "redutores" – menores que 1,0 ou "multiplicadores" – maiores que 1,0; de forma

i. a estimular a atratividade imobiliária nos lugares menos infraestruturados mas que receberão grandes investimento públicos ao longo dos anos, **premiando os pioneiros;**
ii. capturar mais-valia dos empreendimentos imobiliários naqueles locais já infraestruturados e de interesse de mercado, como forma a **socializar os ganhos da produção**

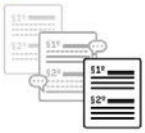
PLANO DE VIABILIDADE

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

**CONTRIBUIÇÕES**

***Possibilitar o pagamento parcelado da contrapartida***

SECOVI / CMPU



**Art. 53**

§ 2º. O pagamento do valor da venda dos CEPAC poderá ser recebido pela BTSA à vista ou parceladamente, sendo, neste caso, no mínimo 15% (quinze por cento) à vista, e o saldo restante em até 10 (dez) prestações mensais, iguais e consecutivas, devidamente corrigidas por índice oficial a ser definido por decreto, desde que seja apresentada fiança bancária como garantia correspondente ao valor do saldo devedor.

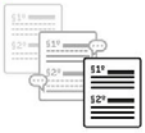
PLANO DE VIABILIDADE

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

**CONTRIBUIÇÕES**

***Esclarecer quais os incentivos e disposições voltados à produção de HIS***

Audiências públicas: Céu Meninos, Círculo dos Trabalhadores Cristãos da Vila Prudente e Clube Atlético Juventus / CMPU / Movimento em Defesa do Favelado / Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1 / Movimento de Moradia da Região Sudeste Unificação das Lutas dos Cortiços e Moradia do Município de São Paulo



**Art. 15**

Na área de abrangência da OUCBT, a aplicação da Cota de Solidariedade, prevista nos arts. 111 e 112 do Plano Diretor Estratégico – Lei n. 16.050/2014, observará as disposições, condições e parâmetros estabelecidos nesta lei.
§ 1º. Os empreendimentos com área construída computável superior a 20.000 m² (vinte mil metros quadrados) ficam obrigados a destinar 10% (dez por cento) da área construída computável para Habitação de Interesse Social, destinada a atender famílias com renda entre 0 (zero) e 6 (seis) salários mínimos.

**Art. 22**

Na OUCBT, são consideradas áreas não computáveis incentivadas:
III. até 20% (vinte por cento) da área construída computável total destinada a Habitação de Interesse Social ou equipamentos públicos em empreendimentos não situados em ZEIS;

PLANO DE VIABILIDADE

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

**CONTRIBUIÇÕES**

***Esclarecer quais os incentivos e disposições voltados à produção de HIS***

Audiências públicas: Céu Meninos, Círculo dos Trabalhadores Cristãos da Vila Prudente e Clube Atlético Juventus / CMPU / Movimento em Defesa do Favelado / Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1 / Movimento de Moradia da Região Sudeste Unificação das Lutas dos Cortiços e Moradia do Município de São Paulo

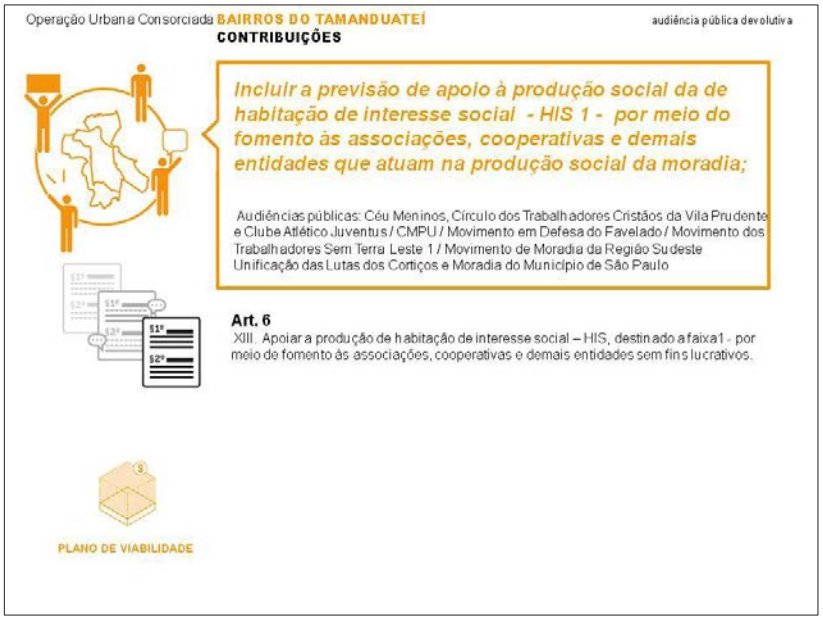
**Art. 49**

Destinação de recursos: VI. provisão habitacional de interesse social, podendo abranger:
b. alienação gratuita ou onerosa de terrenos para associações, cooperativas e demais entidades sem fins lucrativos para fins de produção habitacional de interesse social;

**Art. 59**

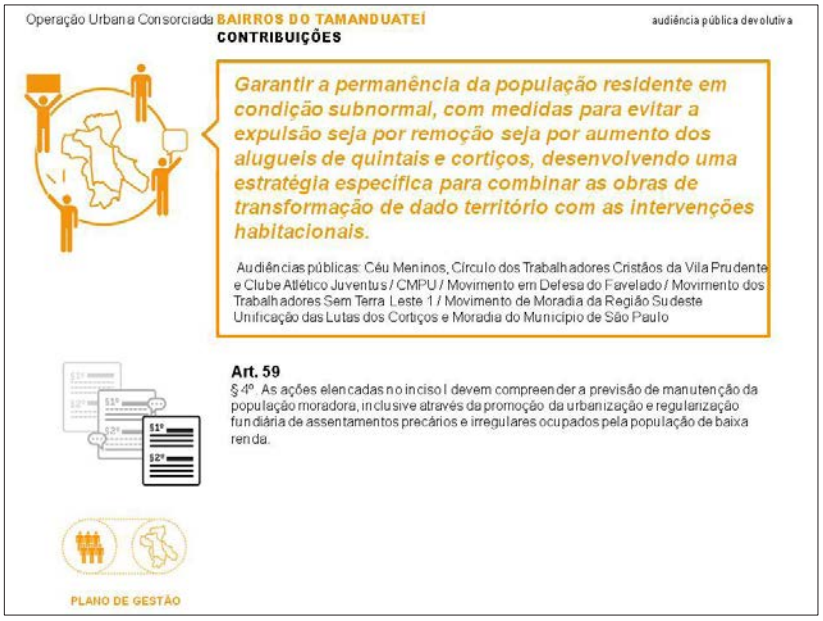
Destinação mínima obrigatória de parcela dos recursos líquidos da OUCBT:
I. 25% (vinte e cinco por cento) para provisão habitacional de interesse social, em ações vinculadas aos programas públicos de habitação, compreendidas no escopo estabelecido no Programa de Intervenções;

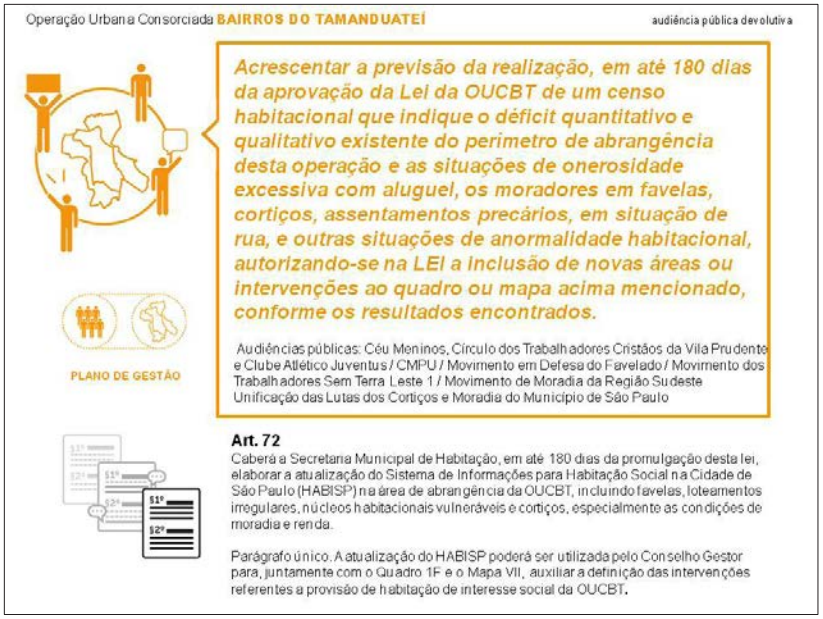
PLANO DE VIABILIDADE

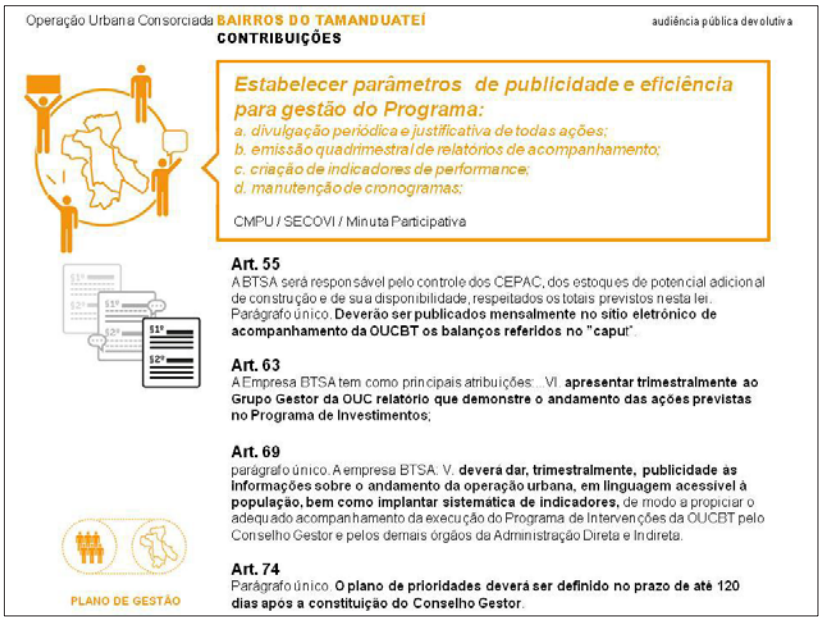

Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
audiência pública devolutiva
CONTRIBUIÇÕES
Incluir a previsão de apoio à produção social da de habitação de interesse social - HIS 1 - por meio do fomento às associações, cooperativas e demais entidades que atuam na produção social da moradia;
Audiências públicas: Céu Meninos, Círculo dos Trabalhadores Cristãos da Vila Prudente e Clube Atlético Juventus / CMPU / Movimento em Defesa do Favelado / Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1 / Movimento de Moradia da Região Sudeste Unificação das Lutas dos Cortiços e Moradia do Município de São Paulo
Art. 6
XIII. Apoiar a produção de habitação de interesse social – HIS, destinado a faixa1 - por meio de fomento às associações, cooperativas e demais entidades sem fins lucrativos.
PLANO DE VIABILIDADE

Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
audiência pública devolutiva
CONTRIBUIÇÕES
Prever a possibilidade de alienar ou transferir gratuita ou onerosamente para a produção de habitação de interesse social 1, os terrenos adquiridos com recursos da operação;
Audiências públicas: Céu Meninos, Círculo dos Trabalhadores Cristãos da Vila Prudente e Clube Atlético Juventus / CMPU / Movimento em Defesa do Favelado / Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1 / Movimento de Moradia da Região Sudeste Unificação das Lutas dos Cortiços e Moradia do Município de São Paulo
Art. 49
VI. provisão habitacional de interesse social, podendo abranger:
b. alienação gratuita ou onerosa de terrenos para associações, cooperativas e demais entidades sem fins lucrativos para fins de produção habitacional de interesse social;
c. construção de unidades habitacionais
PLANO DE VIABILIDADE

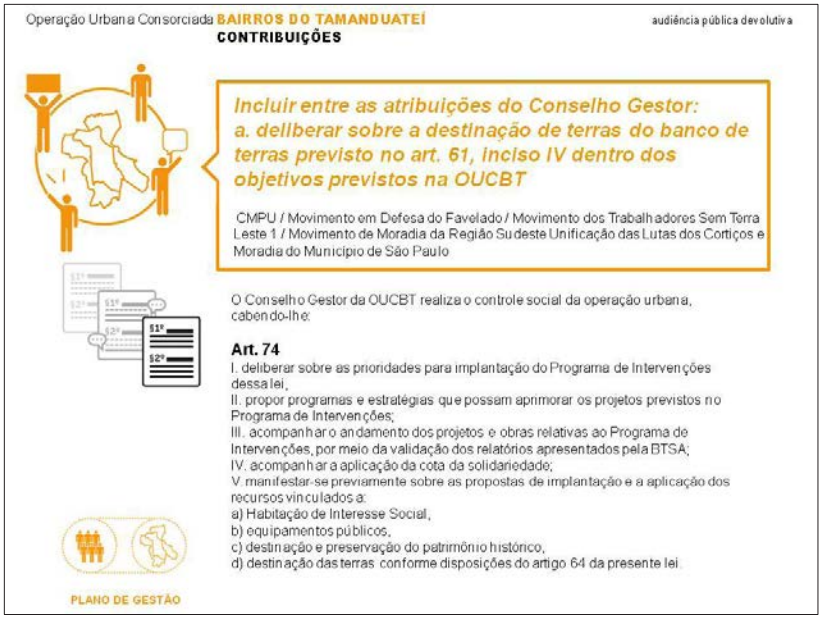
Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
audiência pública devolutiva
CONTRIBUIÇÕES
PLANO DE GESTÃO
• Conselho Gestor
• BTSA e SP-Urbanismo
• Atuação dos órgãos municipais


Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
audiência pública devolutiva
CONTRIBUIÇÕES
Garantir a permanência da população residente em condição subnormal, com medidas para evitar a expulsão seja por remoção seja por aumento dos alugueis de quintais e cortiços, desenvolvendo uma estratégia específica para combinar as obras de transformação de dado território com as intervenções habitacionais.
Audiências públicas: Céu Meninos, Círculo dos Trabalhadores Cristãos da Vila Prudente e Clube Atlético Juventus / CMPU / Movimento em Defesa do Favelado / Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1 / Movimento de Moradia da Região Sudeste Unificação das Lutas dos Cortiços e Moradia do Município de São Paulo
Art. 59
§ 4º. As ações elencadas no inciso I devem compreender a previsão de manutenção da população moradora, inclusive através da promoção da urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares ocupados pela população de baixa renda.
PLANO DE GESTÃO


Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
audiência pública devolutiva
Acrescentar a previsão da realização, em até 180 dias da aprovação da Lei da OUCBT de um censo habitacional que indique o déficit quantitativo e qualitativo existente do perímetro de abrangência desta operação e as situações de onerosidade excessiva com aluguel, os moradores em favelas, cortiços, assentamentos precários, em situação de rua, e outras situações de anormalidade habitacional, autorizando-se na LEI a inclusão de novas áreas ou intervenções ao quadro ou mapa acima mencionado, conforme os resultados encontrados.
Audiências públicas: Céu Meninos, Círculo dos Trabalhadores Cristãos da Vila Prudente e Clube Atlético Juventus / CMPU / Movimento em Defesa do Favelado / Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1 / Movimento de Moradia da Região Sudeste Unificação das Lutas dos Cortiços e Moradia do Município de São Paulo
PLANO DE GESTÃO
Art. 72
Caberá a Secretaria Municipal de Habitação, em até 180 dias da promulgação desta lei, elaborar a atualização do Sistema de Informações para Habitação Social na Cidade de São Paulo (HABISP) na área de abrangência da OUCBT, incluindo favelas, loteamentos irregulares, núcleos habitacionais vulneráveis e cortiços, especialmente as condições de moradia e renda.
Parágrafo único. A atualização do HABISP poderá ser utilizada pelo Conselho Gestor para, juntamente com o Quadro 1F e o Mapa VII, auxiliar a definição das intervenções referentes a provisão de habitação de interesse social da OUCBT.


Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
audiência pública devolutiva
CONTRIBUIÇÕES
Estabelecer parâmetros de publicidade e eficiência para gestão do Programa:
a. divulgação periódica e justificativa de todas ações;
b. emissão quadrimestral de relatórios de acompanhamento;
c. criação de indicadores de performance;
d. manutenção de cronogramas;
CMPU / SECOVI / Minuta Participativa
Art. 55
A BTSA será responsável pelo controle dos CEPAC, dos estoques de potencial adicional de construção e de sua disponibilidade, respeitados os totais previstos nesta lei.
Parágrafo único. Deverão ser publicados mensalmente no sítio eletrônico de acompanhamento da OUCBT os balanços referidos no "caput".
Art. 63
A Empresa BTSA tem como principais atribuições: ...VI. apresentar trimestralmente ao Grupo Gestor da OUC relatório que demonstre o andamento das ações previstas no Programa de Investimentos;
Art. 69
parágrafo único. A empresa BTSA: V. deverá dar, trimestralmente, publicidade às informações sobre o andamento da operação urbana, em linguagem acessível à população, bem como implantar sistemática de indicadores, de modo a propiciar o adequado acompanhamento da execução do Programa de Intervenções da OUCBT pelo Conselho Gestor e pelos demais órgãos da Administração Direta e Indireta.
Art. 74
Parágrafo único. O plano de prioridades deverá ser definido no prazo de até 120 dias após a constituição do Conselho Gestor.
PLANO DE GESTÃO

Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
audiência pública devolutiva
CONTRIBUIÇÕES
Rever composição do Conselho Gestor:
a. incluir representante do Departamento do Patrimônio Histórico/SMC;
b. incluir Secretaria de Governo Municipal;
c. incluir representante do CMH;
d. incorporar na representação o recorte territorial, os setores econômicos atuantes e os segmentos da sociedade civil - moradores e movimentos representativos, preservada a eleição direta dos integrantes da sociedade civil;
e. incluir Conselho Participativo Municipal da Sub Sé, da Sub Mooca, da Sub Ipiranga e da Sub Vila Prudente
CMPU / Minuta Participativa / Movimento em Defesa do Favelado / Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1 / Movimento de Moradia da Região Sudeste / Unificação das Lutas dos Cortiços e Moradia do Município de São Paulo Diálogos com a Administração Municipal
PLANO DE GESTÃO
Composição do Conselho Gestor:
Art. 73
§2º. O Conselho Gestor
I – 09 representantes do Poder Público
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
Secretaria Municipal de Habitação
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
Secretaria de Governo Municipal
Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana
Departamento do Patrimônio Histórico Municipal
Empresa BTSA
2 representantes indicados entre as subprefeituras da Sé, Mooca, Ipiranga e Vila Prudente
II - 09 representantes de entidades da sociedade civil
REPRESENTANTES ELEITOS POR ENTIDADES com atuação pertinente ao PIU desta OUCBT:
entidades profissionais
entidades acadêmicas ou de pesquisa
entidades empresariais
organizações não governamentais
REPRESENTANTES INDICADOS:
2 representantes do Conselho Participativo Municipal das Subprefeituras
1 representante do Conselho Municipal de Habitação;
REPRESENTANTES ELEITOS:
2 representantes dos moradores ou trabalhadores"


Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
audiência pública devolutiva
CONTRIBUIÇÕES
Incluir entre as atribuições do Conselho Gestor:
a. deliberar sobre a destinação de terras do banco de terras previsto no art. 61, inciso IV dentro dos objetivos previstos na OUCBT
CMPU / Movimento em Defesa do Favelado / Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1 / Movimento de Moradia da Região Sudeste Unificação das Lutas dos Cortiços e Moradia do Município de São Paulo
O Conselho Gestor da OUCBT realiza o controle social da operação urbana, cabendo-lhe:
Art. 74
I. deliberar sobre as prioridades para implantação do Programa de Intervenções dessa lei;
II. propor programas e estratégias que possam aprimorar os projetos previstos no Programa de Intervenções;
III. acompanhar o andamento dos projetos e obras relativas ao Programa de Intervenções, por meio da validação dos relatórios apresentados pela BTSA;
IV. acompanhar a aplicação da cota de solidariedade;
V. manifestar-se previamente sobre as propostas de implantação e a aplicação dos recursos vinculados a:
a) Habitação de Interesse Social,
b) equipamentos públicos,
c) destinação e preservação do patrimônio histórico,
d) destinação das terras conforme disposições do artigo 64 da presente lei.
PLANO DE GESTÃO

Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
audiência pública devolutiva
CONTRIBUIÇÕES
Designar um espaço para a reunião e debates do Conselhos quando for necessários
CMPU
Matéria a ser tratada no Regimento Interno do Conselho Gestor.
PLANO DE GESTÃO

Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
audiência pública devolutiva
CONTRIBUIÇÕES
Restringir as atribuições da BTSA à implantação da OUCBT
CMPU - Conselho Municipal de Políticas Urbanas
Art. 60
Fica o Poder Executivo autorizado a constituir pessoa jurídica, sob a forma de sociedade anônima de economia mista, denominada Bairros do Tamanduateí S/A (BTSA), que será integrante da administração indireta municipal e terá por finalidade de implantar o PIU da OUCBT.
Art. 78
§ 3º. Os estatutos da BTSA deverão prever as regras de destinação de seu patrimônio e pessoal à empresa SP-Urbanismo, quando do encerramento da OUCBT.
PLANO DE GESTÃO

Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
audiência pública devolutiva
CONTRIBUIÇÕES
Estabelecer mecanismos de controle da atuação da BTSA para evitar desapropriações ampliadas e de interesse apenas do mercado imobiliário
Minuta Participativa
Art. 65
Para a consecução de seus objetivos, a BTSA poderá:
VIII. receber delegação do Poder Executivo para promover processos desapropriatórios, exclusivamente para à implantação do Programa de Intervenções da OUCBT, incorporando, nesta última hipótese, os imóveis desapropriados ao seu capital social
PLANO DE GESTÃO

Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
audiência pública devolutiva
CONTRIBUIÇÕES
Estabelecer que a OUCBT se conclui quando finalizado o programa de intervenções previsto nesta Lei
CMPU
Art. 78
A OUCBT será considerada encerrada quando ocorrer, cumulativamente, o esgotamento do estoque de potencial adicional de construção previsto nesta lei e a execução integral de seu Programa de Intervenções.
PLANO DE GESTÃO

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** — audiência pública devolutiva

**Como a OUCBT favorece a recuperação de áreas contaminadas?**

*O incentivo à transformação da área concorre para a reinserção de áreas contaminadas no mercado imobiliário.*

**Os estudos avaliaram o aumento do tráfego promovido pelo adensamento populacional e pelo incentivo à concentração?**

*O PUE foi subsidiado por Estudos de Capacidade de Suporte, Estudos Ambientais e de Viabilidade Econômica e o Plano de Melhoramentos Públicos realizado a quatro mãos com a CET. Os melhoramentos viários ao sul do perímetro foram dimensionados para favorecer as atividades logísticas no Subsetor Vila Carioca*

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** — audiência pública devolutiva

**A indenização referente à desapropriação de imóveis necessários à implantação do Programa de Intervenções cobrirá apenas o custo dos terrenos?**

*Os valores de desapropriação incluem o valor de imóvel e benfeitorias. Indenizações relativas a prejuizos de outra natureza podem ser pleiteadas no âmbito da ação expropriatória.*

**As diretrizes de renovação dos bairros da OUCBT levaram em conta a preservação do patrimônio histórico representativo dos processos de formação do território?**

*A interlocução com os órgãos de preservação desenvolve-se desde o inicio dos estudos da OUCBT, com a intermediação do Departamento do Patrimônio Histórico da SMC, buscando, o conjunto das equipes, o aprimoramento da regulamentação urbanistica que disciplina as áreas envoltórias dos bens protegidos por legislação municipal, estadual ou federal.*

**Qual o impacto do adensamento populacional numa região carente de parques e áreas verdes e afetada por alagamentos recorrentes?**

*A proposta de adensamento populacional e construtivo no perímetro de intervenção foi qualificada pelo PUE, pelos estudos de capacidade de suporte e pelo EIA-RIMA e validada pelo licenciamento ambiental. O plano amplia a oferta de áreas verdes públicas, propõe formas de aferição da eficiência ambiental das novas edificações que têm por objetivo mitigar a ilha de calor e reduzir os pontos de alagamento nos terrenos de várzea.*

**Como o adensamento populacional pode trazer melhoria na qualidade de vida de uma região?**

*A concentração de população num local determinado do território onde se tenha incentivado a diversificação de usos residências e não residenciais melhora as condições de atendimento por serviços públicos, reduz o tempo de deslocamento entre trabalho e moradia e favorece a formação de centros de comércio e serviços para abastecimento dessa aglomeração. este é o conceito da cidade compacta.*



## A CIDADE QUE QUEREMOS

**OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS**

**PLANO URBANÍSTICO**

- Setores e subsetores
- Parâmetros Urbanísticos
- Quota Ambiental
- Programa de Intervenções
- Estratégias de transformação

**PLANO DE VIABILIDADE**

- CEPACs
- Contrapartidas
- Incentivos
- Cessão de espaço aéreo e subsolo

**PLANO DE GESTÃO**

- Conselho Gestor
- BTSA e SPURBANISMO
- Atuação dos órgãos municipais

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ**
**A CIDADE QUE QUEREMOS**

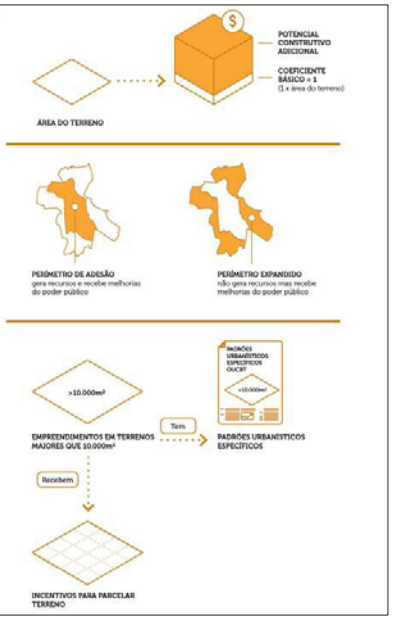
## 1. SOCIALIZAR OS GANHOS DE PRODUÇÃO NA REGIÃO

**Incrementar as atividades econômicas**

Utilizar Padrões Urbanísticos Específicos, incrementando o potencial construtivo e a distribuição dos estoques disponíveis

**Aplicar os recursos no perímetro de adesão da operação e no seu perímetro expandido**

Aplicar o incentivo ao parcelamento de terrenos




Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ**
**A CIDADE QUE QUEREMOS**

## 2. ASSEGURAR O DIREITO À MORADIA DIGNA PARA QUEM PRECISA

**Destinar 25% dos recursos para atendimento HIS**

Destinar 15% dos recursos para equipamentos públicos

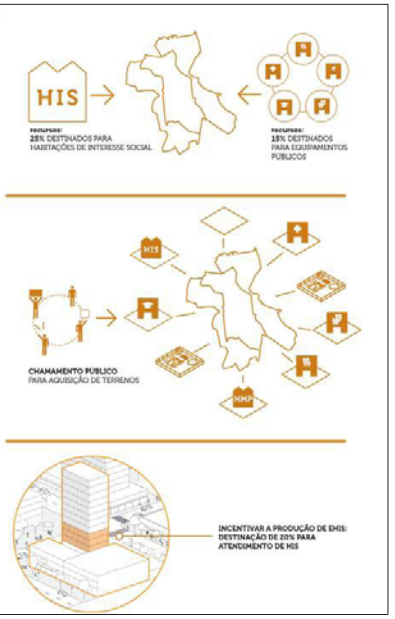
**Realizar levantamento habitacional para caracterização da população moradora e definir as favelas, cortiços e áreas de atendimento**

Incentivar a produção de EHIS fora das ZEIS

Promover a regularização fundiária das áreas de assentamentos precários da Vila Prudente, Vila Carioca e Cambuci

**Incentivar a produção habitacional de HIS faixa 1 através de fomento a entidades e associações**

**Viabilizar a implantação das disposições referentes a gleba Petrobrás**




Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ**
**A CIDADE QUE QUEREMOS**

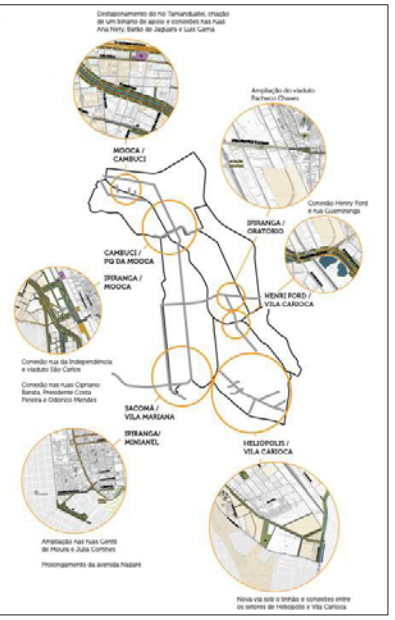
## 3. MELHORAR A MOBILIDADE URBANA

Executar o plano viário para a conexão entre bairros e aumento da acessibilidade:
. Mooca / Cambuci
. Ipiranga / Mooca
. Parque da Mooca / Cambuci
. Oratório / Ipiranga
. Sacomã / Vila Mariana
. Vila Carioca / Heliópolis
. Henry Ford / Vila Carioca
. Ipiranga / Mini anel viário

**Desenvolver a acessibilidade no entorno de estações e corredores de ônibus**

**Implantar novas passarelas para pedestres e ciclistas junto às estações do trem e da Avenida das Juntas Provisórias**

Implantar plano cicloviário (ciclovias, ciclofaixas, bicicletários e sinalização)



Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ**
**A CIDADE QUE QUEREMOS**

## 4. QUALIFICAR A VIDA URBANA DOS BAIRROS

Incentivar as fachadas ativas com usos de comércios e serviços nos térreos das edificações, conservando as atividades nas tradicionais ruas comerciais

Incentivar as áreas de fruição pública

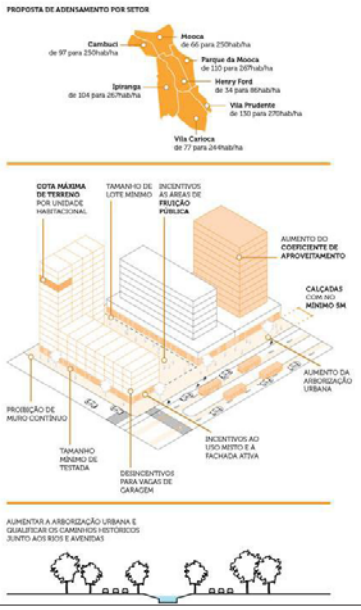
Ampliar a largura das calçadas para 5m e promover a conexão de pedestres em ambos os lados da linha férrea

Qualificar os caminhos históricos e avenidas junto aos rios

Aumentar a arborização urbana

Aumentar o número e a qualidade dos parques urbanos

Relacionar o desenvolvimento do bairro ao patrimônio histórico e a memória da cidade




Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ**
**A CIDADE QUE QUEREMOS**

## 5. ORIENTAR O CRESCIMENTO DA CIDADE NAS PROXIMIDADES DO TRANSPORTE PÚBLICO

Incentivar o adensamento junto às avenidas Alcântara Machado, do Estado e das Juntas Provisórias para promover a da Área de Preservação Permanente - APP

Promover o adensamento habitacional próximo às estações de metrô e trem

Otimizar o uso da terra nas áreas próximas às estações com a determinação de cota máxima de terreno por Unidade Habitacional de 20m² para os novos empreendimentos

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ**
**A CIDADE QUE QUEREMOS**

## 6. REORGANIZAR AS DINÂMICAS METROPOLITANAS PROMOVENDO O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA CIDADE

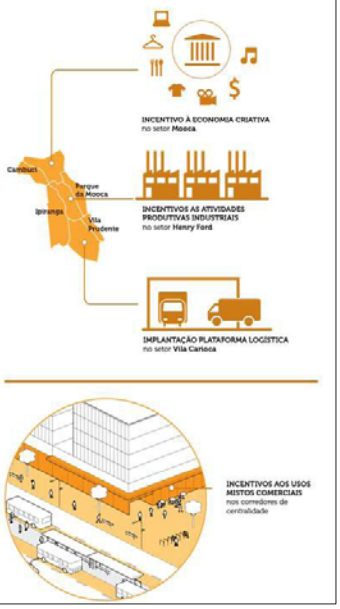
Manter as atividades produtivas industriais com incremento de 8.000 empregos e padrões urbanísticos específicos: gabarito controlado de 28m e isenção de parcelamento obrigatório no setor Henry Ford

Implantar plataforma logística para organizar a distribuição de cargas e incrementar 2.200 novos empregos no setor Vila Carioca

Adquirir edifícios tombados, com restauro e reconversão, para uso voltado à economia criativa, no setor Mooca

Incentivar os usos mistos comerciais aproximando emprego e moradia nos corredores de centralidade

Incentivar o adensamento equilibrado por meio da reserva técnica de estoques construtivos



Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ**
**A CIDADE QUE QUEREMOS**

## 7. INCORPORAR A AGENDA AMBIENTAL AO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE

Ampliar as áreas verdes com implantação de 11 novos parques, em especial o parque foz do Ipiranga, às margens do rio

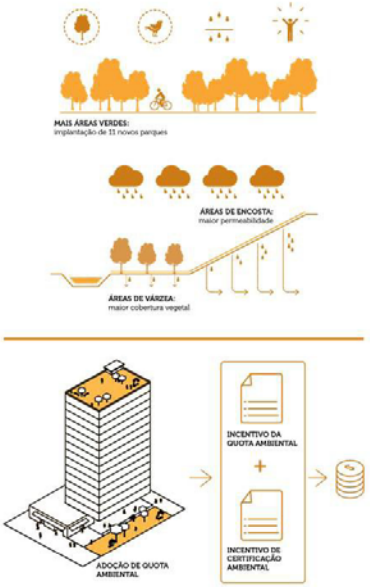
Incentivar a permeabilidade nas áreas de encosta e a cobertura vegetal nas áreas de várzea

Atenuar a ilha de calor com a adoção da quota ambiental incentivada e intensa arborização urbana

Aplicar o incentivo de certificação nos novos empreendimentos

Incentivar o debate sobre os processos de descontaminação do solo e incentivos no tempo

Realizar ações de mitigação dos problemas de drenagem superficial e poluição difusa na área do projeto



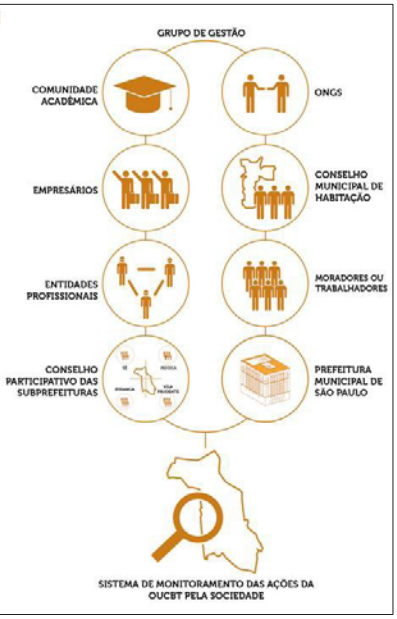

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ**
**A CIDADE QUE QUEREMOS**

## 8. FORTALECER A PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS DECISÕES DOS RUMOS DA CIDADE

Implantar o grupo de gestão paritário formado por membros do governo e da sociedade:
- Entidades profissionais
- Entidades acadêmicas
- Entidades empresariais
- ONGs
- Conselho municipal de habitação
- Conselho participativo municipal das subprefeituras
- Moradores eleitos diretamente

Implantar sistema de monitoramento, com a participação da sociedade, para acompanhamento, aprimoramento e controle social da implementação da OUCBT

Atribuições de controle e fiscalização da implantação do Plano Urbanístico, cota de solidariedade e da BTSA




Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ**
**A CIDADE QUE QUEREMOS**

## 9. PRESERVAR O PATRIMÔNIO E VALORIZAR AS INICIATIVAS CULTURAIS

Destinar 4% dos recursos para preservação de bens tombados

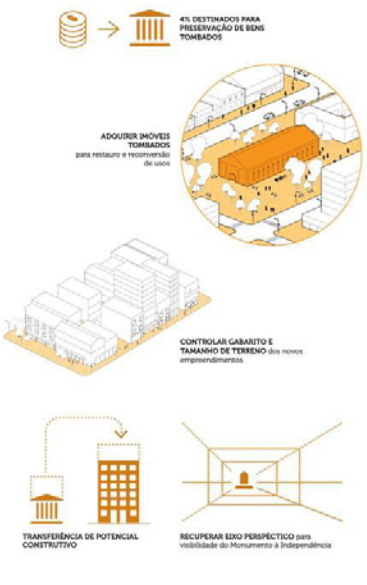
Realizar inventário do patrimônio cultural e adquirir imóveis tombados para restauro e reconversão de usos, em especial para atividades ligadas à economia criativa

Incentivar a preservação de bens culturais através da transferência de potencial construtivo

Controlar o gabarito e o porte dos novos empreendimentos no subsetor Hipódromo e valorizar o eixo da Rua dos Trilhos

Recuperar o eixo perspéctico da av. D. Pedro I e as simetrias da praça do Monumento para visibilidade e destaque do Monumento à Independência

Resignificar o patrimônio histórico como um ativo do desenvolvimento urbano

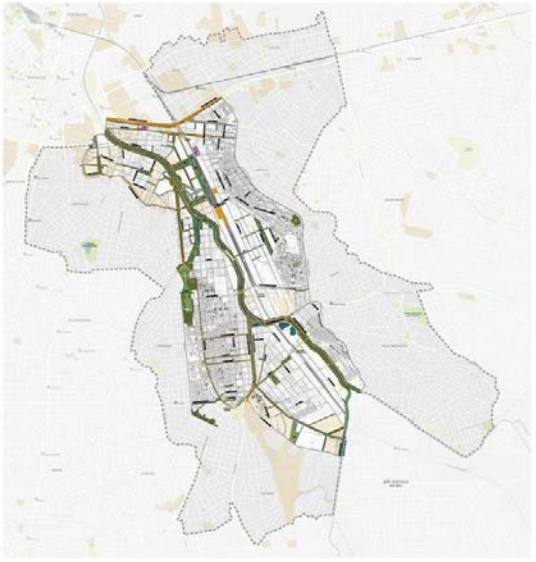


Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ audiência pública devolutiva

## MAPAS DA LEI

Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ audiência pública devolutiva

**Mapa I: Plano Urbanístico Específico (PUE)**



Fonte: mapa da Minuta do Projeto de Lei – SP Urbanismo – Nov 2015

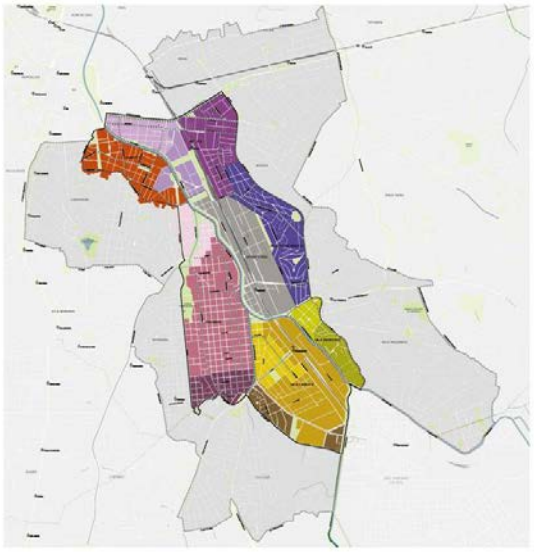
Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ audiência pública devolutiva

**Mapa II: Perímetro de Adesão, Perímetro Expandido e Setores**

Fonte: mapa da Minuta do Projeto de Lei – SP Urbanismo – Nov 2015

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

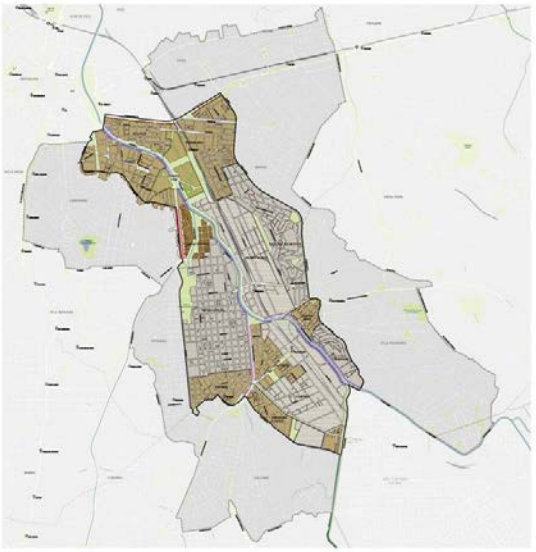
**Mapa III: Subsetores, Eixos de Qualificação e Corredores de Centralidade**



Fonte: mapa da Minuta do Projeto de Lei – SP Urbanismo – Nov 2014

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

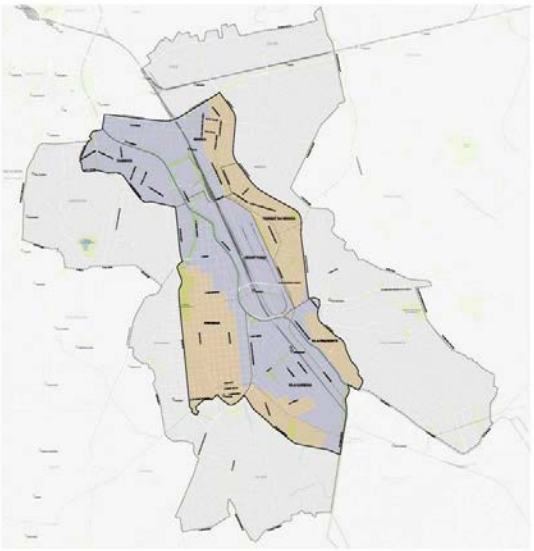
**Mapa IV: Parâmetros Urbanísticos**



Fonte: mapa da Minuta do Projeto de Lei – SP Urbanismo – Nov 2014

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

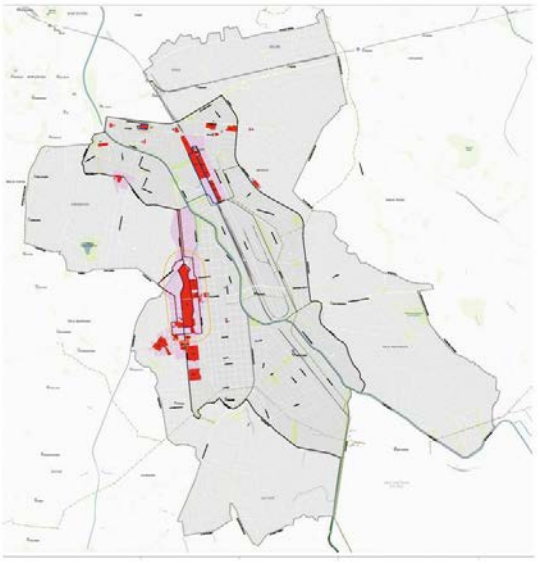
**Mapa V: Compartimentos Ambientais**



Fonte: mapa da Minuta do Projeto de Lei – SP Urbanismo – Nov 2014

Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ audiência pública devolutiva

**Mapa VI: Bens protegidos por legislação municipal, estadual e federal**



Fonte: mapa da Minuta do Projeto de Lei – SP Urbanismo – Nov 2015

Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ audiência pública devolutiva

**Mapa VII: Favelas existentes, Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS e perímetros de ZEIS atingidos por melhoramentos públicos**

Fonte: mapa da Minuta do Projeto de Lei – SP Urbanismo – Nov 2015

Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ audiência pública devolutiva

**Mapa VIII: Áreas Protegidas e Áreas Verdes**

Fonte: mapa da Minuta do Projeto de Lei – SP Urbanismo – Nov 2015

Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ

audiência pública devolutiva

**Mapa IX: Plano de Melhoramentos Viários**

Fonte: mapa da Minuta do Projeto de Lei – SP Urbanismo – Nov 2015

Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ

audiência pública devolutiva

**Área: 1.669 ha**

**População atual = 139.648** IBGE2010

**Nº empregos = 223.522** IBGE2010

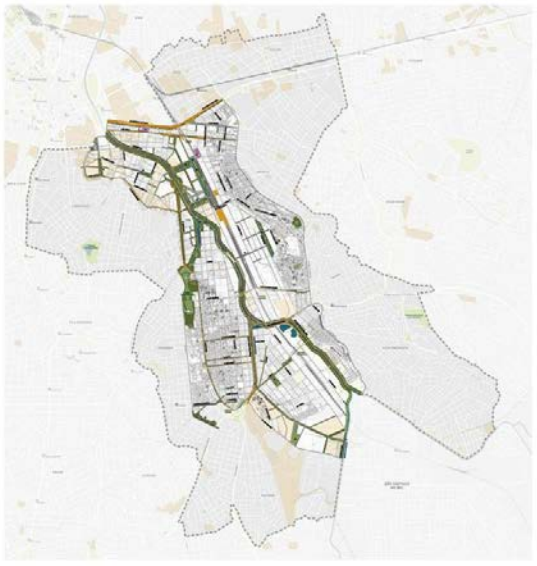
**População pretendida = 391.521**

**Nº empregos pretendidos = 324.127**

**Densidade:**

**2010 = 84 hab/ha**

**2040 = 235 hab/ha**



Fonte: mapa da Minuta do Projeto de Lei – SP Urbanismo – Nov 2015

Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ

audiência pública devolutiva

## ILUSTRAÇÕES

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

**PROJETO DE INTERVENÇÃO URBANA (PIU)**

O PIU é elaborado pelo poder público com objetivo de promover transformações urbanísticas em perímetros específicos. O PIU apresenta propostas:

**URBANÍSTICOS**
- Elaboração de projetos urbanos com etapas e fases
- Definição de uso e ocupação de solo

**AMBIENTAIS**
- Soluções para áreas de risco ambiental
- Melhorar condições ambientais e paisagísticas

**SOCIAIS**
- Promoção de moradia social
- Instalação de equipamentos públicos

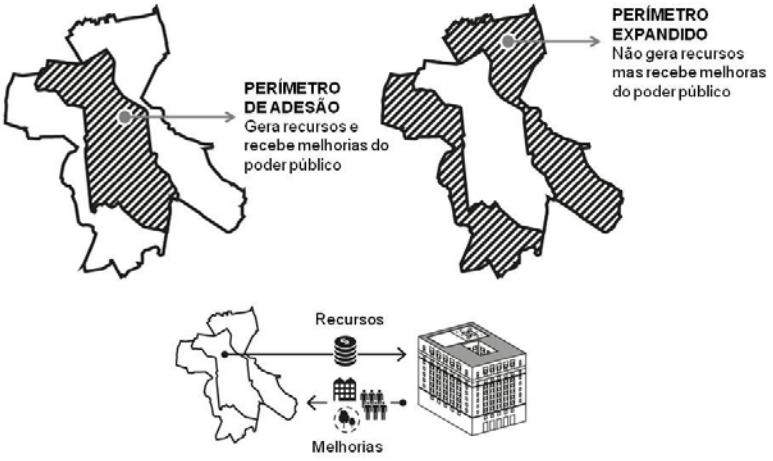
**ECONÔMICO-FINANCEIRAS**
- Estudos de viabilidade econômica das intervenções urbanas
- Elaborar estratégias de financiamento

**GESTÃO DEMOCRÁTICA**
- Mecanismos de participação social
- Instrumentos para o monitoramento e avaliação das ações

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

**PERÍMETROS DE ADESÃO E EXPANDIDO**

A Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí define dois perímetros sendo elas



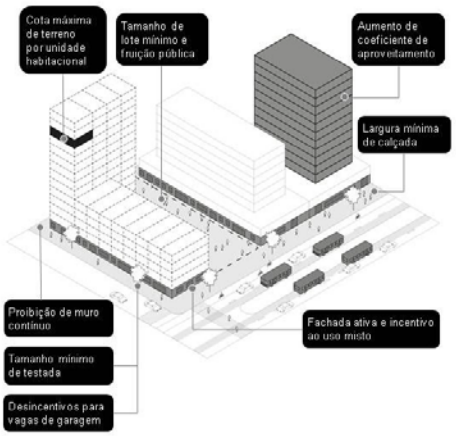

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

**ADENSAMENTO**

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

**EIXOS DE ESTRUTURAÇÃO DA TRANSFORMAÇÃO URBANA: QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA**

Com objetivo de conferir qualidade urbana aos Eixos, foram definidos os seguintes parâmetros e incentivos urbanísticos:




**FACHADA ATIVA**
Não será computável até 50% da área do lote destinada ao uso não residencial, sendo necessário: Testada maior que 20m; Construção no nível da rua, com acesso direto à calçada

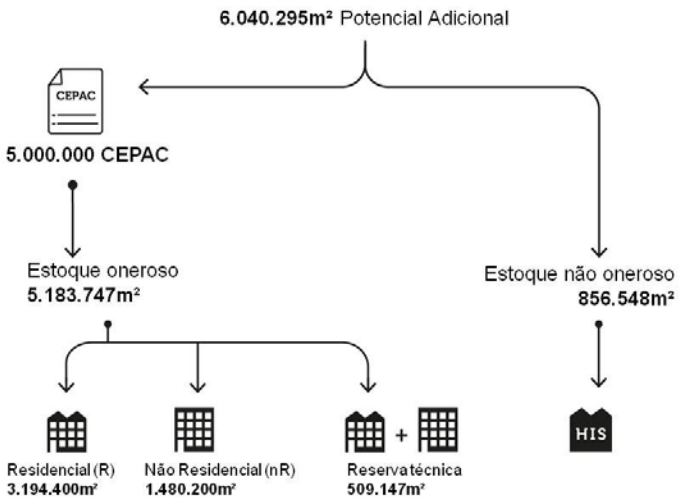
**FRUIÇÃO PÚBLICA**
Será gratuito 50% do potencial construtivo máximo relativo à área destinada à fruição pública; além disso, o cálculo do potencial construtivo será em função da área original do lote, sendo necessário: Área destinada à fruição pública de, no mínimo, 250m2, area localizada junto ao alinhamento viário, no nível da calçada e permanentemente aberta

**CALÇADAS LARGAS**
Como contrapartida à doação de área para ampliar calçadas, o recuo de frente será dispensado; o potencial construtivo será calculado em função da área original; e não será cobrada outorga onerosa correspondente à área doada, sendo necessário: Mínimo de 5m nas calçadas dos lotes com frente para os Eixos de Estruturação; mínimo de 3m no restante da área de influência

**USO MISTO**
A área destinada ao uso não residencial, até o limite de 20% da área construída computável total do empreendimento, não será considerada computável.

Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

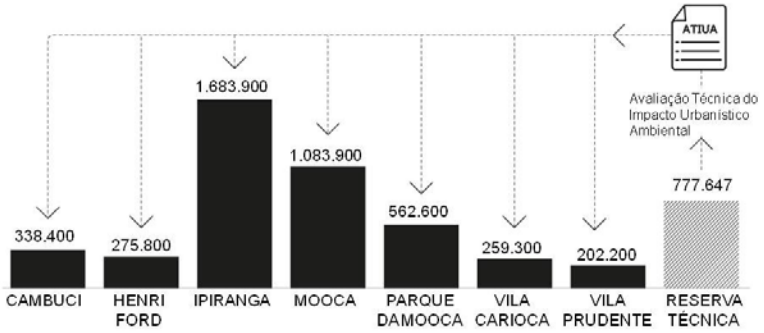
**ESTOQUE DE CEPAC**

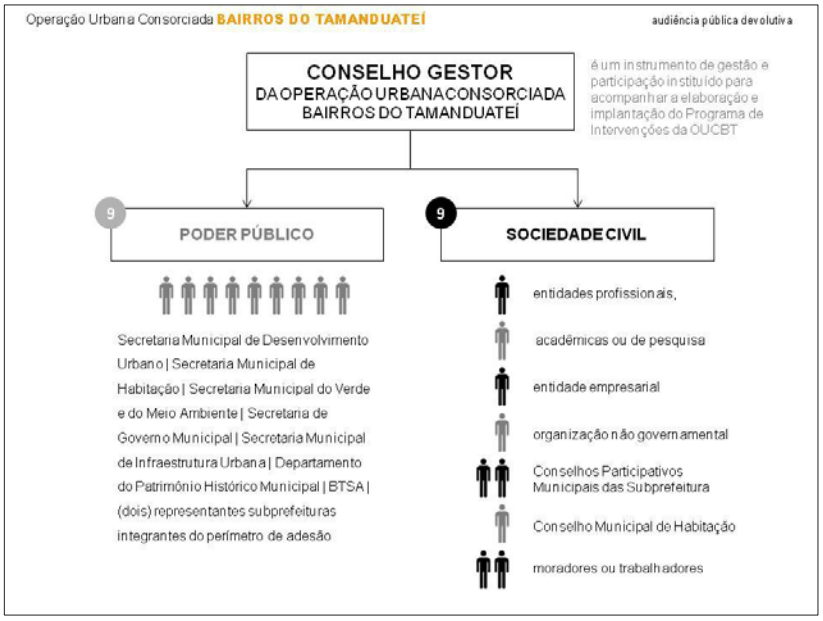



Operação Urbana Consorciada **BAIRROS DO TAMANDUATEÍ** audiência pública devolutiva

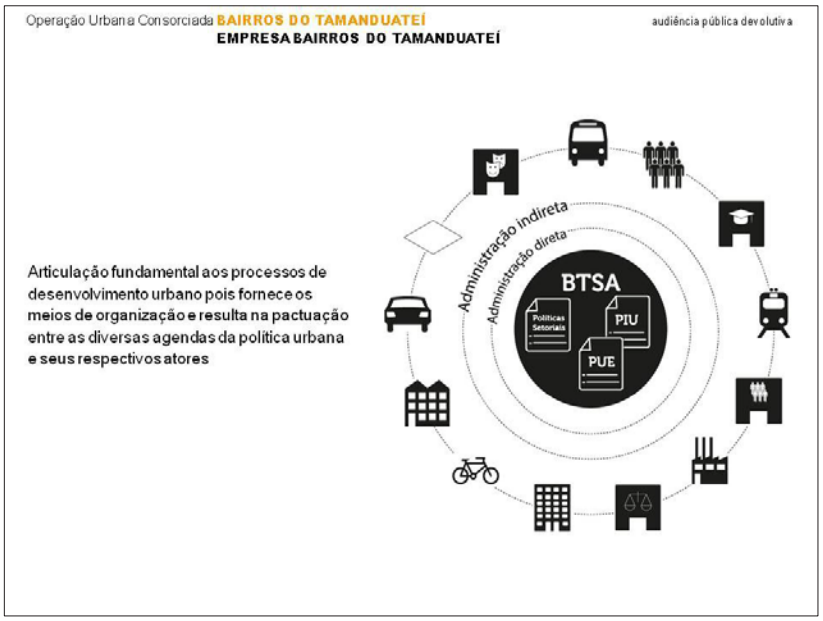
**ESTOQUES**

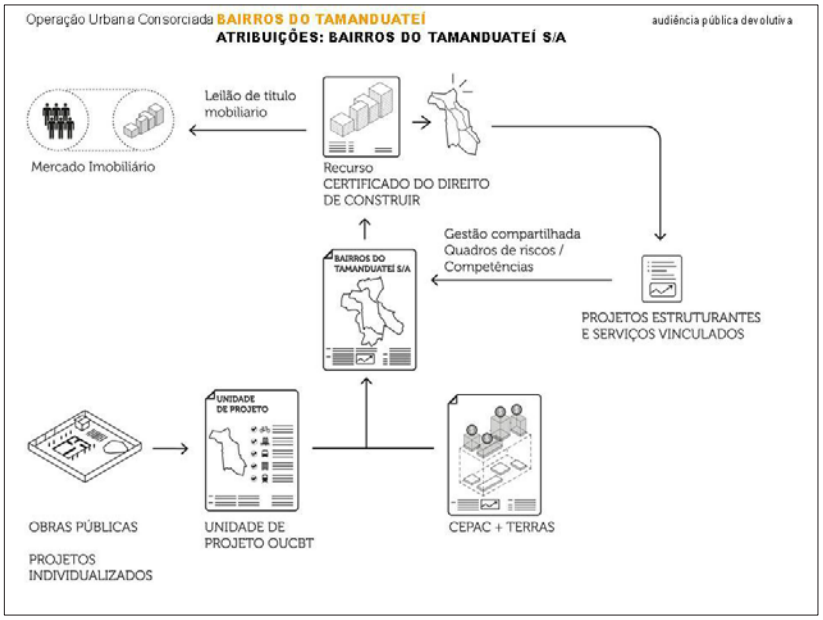
Após o esgotamento do estoque inicialmente associado a qualquer setor, a reserva técnica pode ser distribuída pela BTSA após avaliação do impacto urbanístico-ambiental




Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
audiência pública devolutiva
CONSELHO GESTOR
DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA
BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
é um instrumento de gestão e participação instituído para acompanhar a elaboração e implantação do Programa de Intervenções da OUCBT
9
PODER PÚBLICO
9
SOCIEDADE CIVIL
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano | Secretaria Municipal de Habitação | Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente | Secretaria de Governo Municipal | Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana | Departamento do Patrimônio Histórico Municipal | BTSA | (dois) representantes subprefeituras integrantes do perímetro de adesão
entidades profissionais,
acadêmicas ou de pesquisa
entidade empresarial
organização não governamental
Conselhos Participativos Municipais das Subprefeitura
Conselho Municipal de Habitação
moradores ou trabalhadores

Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
audiência pública devolutiva
CONSELHO GESTOR
REALIZA O CONTROLE SOCIAL DA OUCBT
I. Deliberar sobre as prioridades para implementação do Programa de Intervenções
II. Propor programas e estratégias que possam aprimorar os projetos previstos no Programa de Intervenções
III. Acompanhar o andamento dos projetos e obras previstas no Programa de Intervenções
IV. Acompanhar a aplicação da cota da solidariedade
V. Manifestar sobre as propostas de implantação e a aplicação dos recursos vinculados à HIS, equipamentos públicos e a destinação a preservação do patrimônio histórico
HIS


Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
audiência pública devolutiva
EMPRESA BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
Articulação fundamental aos processos de desenvolvimento urbano pois fornece os meios de organização e resulta na pactuação entre as diversas agendas da política urbana e seus respectivos atores
Administração indireta
Administração direta
BTSA
Políticas Setoriais
PIU
PUE


Operação Urbana Consorciada BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
audiência pública devolutiva
ATRIBUIÇÕES: BAIRROS DO TAMANDUATEÍ S/A
Leilão de título mobiliario
Mercado Imobiliário
Recurso
CERTIFICADO DO DIREITO DE CONSTRUIR
Gestão compartilhada
Quadros de riscos / Competências
BAIRROS DO TAMANDUATEI S/A
PROJETOS ESTRUTURANTES E SERVIÇOS VINCULADOS
UNIDADE DE PROJETO
OBRAS PÚBLICAS
PROJETOS INDIVIDUALIZADOS
UNIDADE DE PROJETO OUCBT
CEPAC + TERRAS

OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ
EQUIPE TÉCNICA OUC BAIRROS DO TAMANDUATEÍ

Assessoria Diálogo Social e Comunicação:

- Patrícia Saran;
- Thomas Len Yuba.

Coordenação do Núcleo de Projeto Urbano A: Rita Cassia Guimarães Sylvestre Goncalves

Gerência de Estudos Econômicos: Cristine Basseto Cruz

Superintendência de Desenvolvimento: Carla Poma

Superintendência de Estruturação de Projetos: Marcelo Fonseca Ignatios

Diretoria de Desenvolvimento: Gustavo Partezani